PROSPECTO DEFINITIVO DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, DA 2ª EMISSÃO DA

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Companhia Aberta - CVM nº 02032-0 - CNPJ/MF nº 06.981.176/0001-58 - NIRE 0623221310098
Avenida Barbacena, nº 1.200, 12º andar, ala B1, Santo Agostinho, 30190-131
Belo Horizonte - MG

Código ISIN: BRCMGTDBS021 (1ª Série) - Código ISIN: BRCMGTDBS039 (2ª Série)

R$2.700.000.000,00

Classificação de Risco Aa.1.br, pela Moody´s América Latina

Registro nº CVM/SRE/DEB/2010/005 (1ª série) e CVM/SRE/DEB/2010/006 (2ª série), concedido em 02 de março de 2010

Distribuição pública de 270.000 (duzentas e setenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da 2ª emissão da **CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.** (a **"CEMIG GT"**, a **"Companhia"** ou a **"Emissora"**), todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R$10.000,00 (dez mil reais) (as **"Debêntures"**), no dia 15 de janeiro de 2010 (a **"Data de Emissão"**), no valor total de R$2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais) (a **"Emissão"** ou a **"Oferta"**). As Debêntures contarão com a garantia fidejussória da **COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG** (a **"Fiança"** e a **"Garantidora"**, respectivamente).

As autorizações sobre a emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, realizadas em 23 de julho de 2009, 27 de agosto de 2009 e 1º de dezembro de 2009 (as **"RCAs"**). As RCAs foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (a **"JUCEMG"**) em 3 de setembro de 2009, 8 de setembro de 2009 e 29 de dezembro de 2009 sob os nºs 4189606, 4191508 e 4268369, respectivamente, tendo sido as duas primeiras publicadas em 9 de setembro de 2009 e a última em 15 de janeiro de 2010, todas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico - Edição Nacional" e "O Tempo". A Fiança foi aprovada em reuniões do Conselho de Administração da Garantidora realizadas em 23 de julho de 2009 e 27 de agosto de 2009, cujas atas foram devidamente arquivadas na JUCEMG em 27 de agosto de 2009 e em 4 de setembro de 2009, sob os nºs 4186137 e 4190555, e publicadas em 3 de setembro de 2009 e 9 de setembro de 2009, respectivamente, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico - Edição Nacional" e "O Tempo". A taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo), apuradas por meio de Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), bem como a quantidade de Debêntures alocada para a primeira série da Emissão e a quantidade de Debêntures alocada para a segunda série da Emissão, observados os limites previstos na Escritura de Emissão (conforme definido abaixo), foram ratificadas por meio do Aditamento à Escritura de Emissão (conforme definido abaixo). As Debêntures serão registradas para: **(i)** distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a **"CETIP"**), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e **(ii)** negociação no mercado secundário por meio **(a)** do SND - Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e **(b)** do Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (a **"BM&FBOVESPA"**), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

A Oferta é regida pelo "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da **CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**", celebrada entre a Emissora e a **OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.** (o **"Agente Fiduciário"**) em 15 de dezembro de 2009 (a **"Escritura de Emissão"**), devidamente registrada na JUCEMG, sob o nº ED.000.070-8/000, no 1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte, sob o nº 01257567 e no 5º Ofício do Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº 765503, e seu aditamento, celebrado em 24 de fevereiro de 2010 (o "**Aditamento à Escritura de Emissão**"), devidamente registrado na JUCEMG, sob o nº ED.000.070-8/001, no 1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte, sob o nº 01262941 e no 5º Ofício do Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº 770465.

A Data de Início da Oferta: 03 de março de 2010.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, EM GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

ESTE PROSPECTO NÃO DEVE, EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, SER CONSIDERADO RECOMENDAÇÃO DE COMPRA DAS DEBÊNTURES. AO DECIDIR POR ADQUIRIR AS DEBÊNTURES, POTENCIAIS INVESTIDORES DEVERÃO REALIZAR SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, DE SEUS ATIVOS E DOS RISCOS DECORRENTES DO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES. ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM BASE NAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA COMPANHIA.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE A EMISSORA E A OFERTA PODERÃO SER OBTIDOS JUNTO AOS COORDENADORES E NA CVM.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO *"FATORES DE RISCO"*, NAS PÁGINAS 42 A 59 DESTE PROSPECTO.

A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

COORDENADORES

O BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A. É O COORDENADOR LÍDER DA PRESENTE OFERTA.

A data deste Prospecto Definitivo é 03 de março de 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **6**

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA **17**

SUMÁRIO DA EMISSORA **18**

Visão Geral 18
Breve Histórico 20
Pontos Fortes 21
Principais Estratégias 22

SUMÁRIO DA OFERTA **24**

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES, COORDENADORES E AUDITORES **31**

DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER **33**

INFORMAÇÕES SOBRE OS COORDENADORES DA OFERTA **34**

Coordenador Líder 34
Caixa Econômica Federal 35
HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. 37
Banco Votorantim S.A. 38
BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento 39
Banco BTG Pactual S.A. 40

FATORES DE RISCO **42**

Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos 42
Riscos Relativos ao Setor de Energia Elétrica 46
Riscos Relacionados à CEMIG D que afetam a Garantidora 51
Riscos Relacionados ao Controle da Garantidora pelo Estado de Minas Gerais 53
Riscos Relacionados às Atividades da Emissora e da CEMIG D 54
Riscos Relacionados à Oferta 58

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS **60**

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA **61**

Composição do Capital Social 61
Características e Prazos 61
Contrato de Distribuição de Debêntures 76

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E DE MERCADO **81**

Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 81

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA EMISSORA **82**

Sumário Financeiro Operacional da Emissora 83

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA GARANTIDORA **89**

Sumário Financeiro Operacional da Garantidora 91

CAPITALIZAÇÃO DA EMISSORA **98**

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA EMISSORA **99**

Alteração da legislação societária brasileira 99
Principais Práticas Contábeis da Emissora e Garantidora 100
Comparação dos resultados operacionais nos períodos de Nove meses encerrados em 30 de setembro de 2009 e 30 de setemebro de 2008. 104

Desempenho econômico financeiro nos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008 ... 104
Comparação dos resultados operacionais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007. ... 109
Desempenho econômico financeiro dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007. ... 110
Comparação dos resultados operacionais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006. ... 114
Desempenho econômico financeiro dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006. ... 115
Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial ... 120
Liquidez e Recursos de Capital ... 138

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA GARANTIDORA ... 141

O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL ... 186

Geral ... 186
Fundamentos Históricos ... 186
Concessões ... 188
Principais Autoridades ... 191
O Novo Modelo do Setor ... 193
Ambiente de Contratação Regulada ... 196
Ambiente de Contratação Livre ... 196
Limitações à Participação ... 203
Capacidade de Geração ... 204
Remuneração das Geradoras ... 204
Tarifas Pelo Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão ... 205
Remuneração das Transmissoras ... 206
Tarifas de Distribuição ... 206
Taxas Regulatórias ... 207
Mecanismos de Realocação de Energia ... 208
Racionamento e RTE ... 208
Pesquisa e Desenvolvimento ... 209
Gestão Ambiental ... 209

DESVERTICALIZAÇÃO ... 212

Introdução ... 212
A Desverticalização da CEMIG ... 212
Atual Estrutura do Grupo CEMIG ... 213

NEGÓCIOS DA EMISSORA ... 215

Visão Geral ... 215
Breve Histórico ... 217
Pontos Fortes ... 217
Principais Estratégias ... 219
Relações com o Governo do Estado de Minas Gerais e com o Governo Federal ... 221
Geração de Energia Elétrica ... 222
Contratos de Concessão da Emissora Relativos à Geração de Energia Elétrica ... 227
Transmissão de Energia Elétrica ... 228
Fontes de Receita ... 236
Vendas de Energia ... 237
Análise de Demanda ... 238
Faturamento e Cobrança ... 240
Perdas de Energia ... 242
Investimentos ... 242
Pesquisa e Desenvolvimento ... 242

Propriedades e Equipamentos 243
Seguros 243
Propriedade Intelectual 243
Concorrência 244
Sazonalidade 244
Empregados e Relações Trabalhistas 244
Meio Ambiente 246
Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo à Cultura 249
Sistema de Gestão Certificados 249
Tecnologia 250
Prêmios 250

NEGÓCIOS DA GARANTIDORA 251

Histórico 251
Estrutura Societária e Operacional 255
Visão Geral dos Negócios da Garantidora 256
Estratégias de Negócios 257
Geração 259
Subsidiárias Operacionais de Geração 261
Contratos de Concessão relativos à Geração de Energia Elétrica 262
Transmissão 262
Distribuição de Energia Elétrica 264
Sistema de Distribuição 265
Vendas de Energia 267
Faturamento e Cobrança 269
Perdas de Energia 270
Outras Atividades 271
Aquisições Recentes 274
Pesquisa e desenvolvimento 276
Ativo Imobilizado 279
Seguros 279
Propriedade Intelectual 280
Concorrência 281
Sazonalidade 282
Empregados e Relações Trabalhistas 282
Aspectos Ambientais 287
Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo à Cultura 289
Sistema de Gestão de Certificados 290
Tecnologia 290
Prêmios 291

ADMINISTRAÇÃO DA EMISSORA 292

Conselho de Administração 292
Diretoria Executiva 299
Conselho Fiscal 301
Planos de Opção de Compra de Ações 303
Contratos com Administradores 303
Relação Familiar entre Administradores ou entre estes e o Acionista Controlador 303
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da Emissora 303

ADMINISTRAÇÃO DA GARANTIDORA 304

Conselho de Administração 304
Diretoria Executiva 305
Remuneração dos Conselheiros e Diretores 306
Conselho Fiscal 306
Contratos com Administradores 307

Relação Familiar entre Administradores ou entre estes e o Acionista Controlador 307
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da Cemig 307

PRINCIPAIS ACIONISTAS E CAPITAL SOCIAL 308

Principais Acionistas 308
Acordo de Acionistas da Emissora e da Cemig 310
Política de Dividendos da Emissora 312
Política de Dividendos da Garantidora 313
Práticas De Governança Corporativa 313
Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC 313
Conselho de Administração 314
Conselho Fiscal 314
Política de Negociação com Valores Mobiliários 315
Conduta Ética 315
Canal de Denúncia Anônima 316
Governança Corporativa - Nível 1 316
Descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa 316
SOX 317
Tecnologias Operacionais 317
Ferramentas Gerenciais 318
Comitê de Auditoria 320
Comissão de Ética 320

INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS 321

Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela emissora 321
Notas Promissórias 321
Debêntures 321
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos Pela Cemig 322
Ações 322
Ações ao Portador 322
ADRs 322
Debêntures 322
Fundo CRC 324

CONTRATOS RELEVANTES 325

Contratos de Concessão da Emissora 325
Contratos Financeiros Relevantes 325
Contratos em Moeda Estrangeira 327
Contratos em Moeda Nacional 328
Contratos Financeiros Relevantes da Garantidora 331

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DA EMISSORA 333

Processos de Natureza Trabalhista 333
Processos de Natureza Cível 334
Processos de Natureza Fiscal 334
Processos de Natureza Ambiental 334
Processos de Natureza Regulatória 334

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DA GARANTIDORA 336

Processos de Natureza Trabalhista 338
Processos de Natureza Cível 338
Processos de Natureza Regulatória 339
Processos de Natureza Fiscal 339
Processos de Natureza Ambiental 342

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 343

ANEXOS

Anexo A – Escritura de Emissão e Aditamento à Escritura de Emissão 349

Anexo B – Atos Societários da Emissora referentes à Emissão 439

Anexo C – Atos Societários da Garantidora referentes à Emissão 453

Anexo D – Estatuto Social da Emissora 459

Anexo E – Estatuto Social da Garantidora 473

Anexo F – Declarações da Emissora e do Coordenador Líder 495

Anexo G – Súmula de Classificação de Risco 501

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Anexo H – Demonstrações Financeiras da Emissora 533

Anexo I – Demonstrações Financeiras da Garantidora 765

Anexo J – Informações Financeiras Trimestrais da Emissora 1147

Anexo K – Informações Financeiras Trimestrais da Garantidora 1241

DEFINIÇÕES

Para os fins do presente Prospecto, os termos indicados abaixo devem ter o significado a eles atribuído, salvo se definido de forma diversa neste Prospecto.

1ª Emissão da CEMIG	1ª emissão de debêntures da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, nos termos da "*Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Dividida em Duas Séries, da Espécie sem Garantia nem Preferência da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG*", celebrada em 4 de outubro de 2001 (e posteriores alterações).
1ª Emissão da Companhia	1ª emissão de debêntures da CEMIG Geração e Transmissão S.A., nos termos da "Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie sem garantia nem preferência, da CEMIG Geração e Transmissão S.A.", celebrada em 28 de fevereiro de 2007 (e posteriores alterações).
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ABRAGE	Associação Brasileira das Grandes Empresas Geradoras de Energia Elétrica.
ABRATE	Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica.
ACL	Ambiente de Contratação Livre.
ACR	Ambiente de Contratação Regulada.
Aditamento à Escritura de Emissão	Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, da CEMIG Geração e Transmissão S.A. celebrado em 24 de fevereiro de 2010.
ADRs	*American Depositary Receipts.*
Agente Fiduciário	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Aliança	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (atual denominação de Terna Participação S.A.).
Alterosa	Transmissora Alterosa de Energia Elétrica S.A.
Alusa	Companhia Técnica de Engenharia Elétrica.
ANBID	Associação Nacional de Bancos de Investimento.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, decorrente do processo de fusão entre a ANBID e ANDIMA.
Andrade Gutierrez Concessões	Andrade Gutierrez Concessões S.A.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta.
APEs	Auto-produtores de energia elétrica.
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado relativo à Oferta.
Axxiom	Axxiom Soluções Tecnológicas S.A.
Banco Mandatário	Banco Bradesco S.A.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
BB	Banco do Brasil S.A.
BB-BI ou Coordenador Líder	BB – Banco de Investimento S.A.
BESI	BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BOVESPAFIX	Sistema de Negociação BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Brascan	Brascan Brasil S.A.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
CAIXA	Caixa Econômica Federal.
CCD	Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição.
CCEAR	Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
CCI	Contrato de Compartilhamento de Instalações.
CCT	Contrato de Conexão de Transmissão.
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético.
CDI	Depósito Interbancário.
CEMIG ou Garantidora	Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.
CEMIG Capim Branco Energia	CEMIG Capim Branco Energia S.A.

CEMIG D	CEMIG Distribuição S.A.
CEMIG GT, Companhia ou Emissora	CEMIG Geração e Transmissão S.A.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CGCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.
CGSE	Câmara de Gestão do Setor Elétrico.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CMSE	Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico.
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética.
Código ANBID para Atividades Conveniadas	Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas.
Código ANBID para Ofertas Públicas	Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
COPAM	Conselho de Política Ambiental.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente.
Concessão	Concessão para prestação de serviço público de geração e transmissão de energia elétrica, outorgada à Emissora por meio dos Contratos de Concessão.
Constituição Federal	É a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme alterada.
Consumidores Livres	Consumidores que podem optar por contratar o fornecimento de energia elétrica, no todo ou em parte, com qualquer concessionário, permissionário ou autorizado do sistema interligado, conforme determinam os artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, conforme alterada, e regulamentos específicos da ANEEL. Estes consumidores podem negociar livremente seus contratos de energia diretamente junto a outros agentes do setor (geradores e comercializadores), dentro dos termos e condições (preço, prazo e flexibilidade) que melhor lhes convier, cabendo ao governo estipular as tarifas de transporte suficientes para garantir a remuneração dos ativos das distribuidoras e permitir o investimento contínuo na ampliação da capacidade do sistema elétrico. Ademais, para qualificar-se como Consumidor Livre, o consumidor precisa possuir demanda contratada igual ou superior a 3 MW e ser atendido em nível de tensão superior a 69 kV.

Contratos de Concessão para Geração	Contratos de Concessão da Emissora para a exploração da atividade de geração de energia elétrica firmados com o Poder Concedente sob os nºs 002/1995, 006/1997, 007/1997, 008/1997, 014/2000, 101/2000 e 102/2000.
Contratos de Concessão para Transmissão	Contratos de Concessão da Emissora para a exploração da atividade de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente sob os nºs 006/1997 e 079/2000.
Contratos de Concessão	Em conjunto, os Contratos de Concessão para Geração, os Contratos de Concessão para Transmissão da Emissora e os Contratos de Concessão para Distribuição de energia elétrica da CEMIG D.
Contratos de Concessão para Distribuição.	Contratos de Concessão da CEMIG D para a exploração da atividade de distribuição de energia elétrica firmados com o Poder Concedente sob os nºs 02/1997, 03/1997, 04/1997 e 05/1997.
Contrato de Distribuição	Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da Segunda Emissão da CEMIG Geração e Transmissão S.A., celebrado entre a Companhia, o BB-BI, a CAIXA, a HSBC, o Votorantim, o BESI e o BTG Pactual em 15 de dezembro de 2009 (e posteriores alterações).
Contribuição Social ou CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
Convênio de Cooperação	Convênio celebrado entre a CEMIG, a Emissora e a Cemig D, que tem por objeto, dentre outros, otimizar o aproveitamento de recursos financeiros e humanos utilizados nas atividades de "*holding* e suporte" das empresas, sem prejuízo da independência e autonomia de cada uma.
Coordenadores	Em conjunto, BB-BI, CAIXA, HSBC, BESI, Votorantim e BTG Pactual.
COPAM	Conselho Estadual de Política Ambiental.
COS	Centro de Operação do Sistema.
CPSO&M	Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção.
CQE	Contrato de Quantidade de Energia.
CRC	Conta de Resultados a Compensar.
CUSD	Contrato de Uso do Sistema de Distribuição.
CUST	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	15 de janeiro de 2010.

Data de Integralização	Data em que ocorrer a efetiva integralização das Debêntures, que ocorrerá no ato de sua subscrição.
Data de Liquidação da Primeira Série	A liquidação física e financeira das Debêntures da Primeira Série ocorrerá até às 17 horas do último Dia Útil do Prazo de Colocação.
Data de Liquidação de Segunda Série	A liquidação física e financeira das Debêntures da Segunda Série ocorrerá até às 17 horas do Dia Útil imediatamente posterior à Data de Liquidação da Primeira Série.
Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série	O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, no mês de janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2011 e o último pagamento em 15 de janeiro de 2012, que é a Data de Vencimento da Primeira Série.
Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série	O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, do mês de janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2011 e o último pagamento em 15 de janeiro de 2015, que é a Data de Vencimento da Segunda Série.
Data de Vencimento da Primeira Série	15 de janeiro de 2012.
Data de Vencimento da Segunda Série	15 de janeiro de 2015.
Debêntures	270.000 (duzentas e setenta mil) debêntures nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, perfazendo o total de R$ 2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), objeto da presente Oferta.
Debêntures da Primeira Série	156.600 (cento e cinquenta e seis mil e seiscentas) debêntures, alocadas à primeira série, conforme o Procedimento de Bookbuilding.
Debêntures da Primeira Série em Circulação	Todas as Debêntures da Primeira Série subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
Debêntures da Segunda Série	113.400 (cento e treze mil e quatrocentas) debêntures, alocadas à segunda série, conforme o Procedimento de *Bookbuilding*.
Debêntures da Segunda Série em Circulação	Todas as Debêntures da Segunda Série, respectivamente, subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

Debêntures em Circulação	Conjuntamente, as Debêntures da Primeira Série em Circulação e as Debêntures da Segunda Série em Circulação.
Deliberação CVM 506	Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006.
DEC	Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora.
Desverticalização	Significa o processo de reestruturação societária implementado pela CEMIG, conforme descrito na Seção *"Desverticalização"* na página 212 deste Prospecto.
Dia(s) Útil(eis)	Qualquer dia, exceção feitas aos sábados, domingos e feriados nacionais.
EATE	Empresa Amazonense de Transmissão e Energia S.A.
EBTE	Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.
EBITDA	EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Emissora e pela Garantidora, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício Circular CVM n° 01/2007, consistindo no Lucro Líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização, participação dos empregados e administradores no resultado e do imposto de renda e contribuição social. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora e a Garantidora divulgam EBITDA porque o utilizam para medir o seu desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
ECTE	Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.
EDF International	EDF International S.A.
EFAP	Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional.
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.
Emissão ou Oferta	Segunda distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, de emissão da CEMIG Geração e Transmissão S.A.
Energia Assegurada	A energia assegurada é determinada pela ANEEL como a máxima produção de energia, em MW médio, que pode ser mantida quase que continuamente pelas usinas hidrelétricas 365 dias por ano, 24 horas por dia, com fator de risco de 5% de não atendimento à carga.
ENTE	Empresa Norte Transmissão de Energia S.A.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética.
EPTE	Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A.
ERTE	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.
Escritura de Emissão	Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, da CEMIG Geração e Transmissão S.A. celebrada em 15 de dezembro de 2009 (e posteriores alterações).

FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente.
FEC	Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
Focus	Focus Soluções Tecnológicas S.A.
FORLUZ	Fundação Forluminas de Seguridade Social.
Fundo CRC	CEMIG – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Conta CRC.
Furnas	Furnas – Centrais Elétricas S.A.
Gasmig	Companhia de Gás de Minas Gerais.
GCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.
Gigawatt (GW)	Unidade equivalente a um bilhão de watts.
Gigawatt hora (GWh)	Unidade equivalente a um gigawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por uma hora ou um bilhão de watts hora.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.
Grupo CEMIG	A CEMIG e suas subsidiárias, controladas e coligadas.
HSBC	É a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
IASB	*International Accounting Standards Board.*
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços.
IEF	Instituto Estadual de Florestas.
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, divulgado pela FGV.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela FGV.
Infovias	Empresa de Infovias S.A.
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
Instrução CVM 361	Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 358	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 476	Instrução CVM n° 476, de 16 de janeiro de 2009.
Instrumento Particular de Cessão de Direitos	Instrumento Particular de Cessão de Direitos, celebrado entre a Emissora e a CEMIG, em 27 de dezembro de 2004.

IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
IRPJ	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza da Pessoa Jurídica.
Itaipu	Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional.
JUCEMG	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
Juros Remuneratórios da Primeira Série	Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Primeira Série, nos termos da Escritura de Emissão.
Juros Remuneratórios da Segunda Série	Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão.
Kilovolt (Kv)	Unidade equivalente a 1.000 volts.
Kilowatt (KW)	Unidade equivalente a 1.000 watts.
Kilowatt hora (KWh)	Unidade equivalente a um kilowatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou 1.000 watts hora.
LATIBEX	Mercado de Valores Latinoamericanos en Euros (Bolsa de Valores em Madrid - Espanha).
Lei 11.638/07	Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.
Lei 11.941/09	Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (conversão, em lei, da MP nº 449/08).
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei de Concessões	Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada.
Lei de Crimes Ambientais	Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conforme alterada.
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, conforme alterada.
Lei do Setor Elétrico ou Lei de Concessões de Energia	Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, conforme alterada.
Light	Light Energia S.A.
LUCE Brasil	LUCE Brasil Fundo de Investimentos em Participações.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica.
MCSD	Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits.
Megawatt (MW)	Unidade equivalente a um milhão de watts.
Megawatt hora (MWh)	Unidade equivalente a um megawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou um milhão de watts hora.
MME	Ministério das Minas e Energia.
MP 449/08	Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941.
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia.

NYSE	*New York Stock Exchange* (Bolsa de Valores de Nova Iorque).
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico.
OPA da Terna	É a oferta pública de aquisição das ações em circulação emitidas pela Terna e detidas por acionistas minoritários, com a finalidade de assegurar a esses acionistas tratamento igualitário àquele dado a Terna S.p.A. (acionista controladora) em conformidade com a regulamentação aplicável.
Orteng	Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.
Pactual Energia	Pactual Energia Participações S.A.
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
PCH	Pequena Central Hidrelétrica.
PDV	Programa de Desligamento Voluntário.
Permuta Obrigatória	Permuta obrigatória das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG pelas Debêntures da 1ª Emissão da Companhia com o consequente cancelamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG.
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
PIE	Produtor Independente de Energia.
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social.
Plano Diretor CEMIG	Plano Diretor 2005/2035 – Planejamento Estratégico CEMIG – Edição 2004.
PLD	Preços de Liquidação de Diferenças.
PPD	Programa Prêmio de Desligamento.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas da legislação societária brasileira e normas complementares adotadas pela CVM, pronunciamentos técnicos emitidos pelo IBRACON, resoluções do CFC, bem como pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes à época das referidas demonstrações financeiras.
Preço de Subscrição	Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
Proinfa	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.
Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento ou Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, conduzido pelos Coordenadores, nos termos da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora, da quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série, bem como da taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, tendo sido o seu resultado ratificado por meio do Aditamento à Escritura de Emissão.

Proposta Comercial	É a carta proposta para a prestação de assessoria econômico-financeira, de estruturação, de registro e de colocação de notas promissórias e debêntures simples, emitida pelo Coordenador Líder, pela CAIXA e pelo HSBC, datada de 7 de julho de 2009.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples da Segunda Emissão da Companhia, o qual é divulgado após (i) finalização do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento; e (ii) registro da Oferta junto à CVM.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Debêntures Simples da Segunda Emissão da Companhia, documento que estava sujeito à complementação e correção, observados os procedimentos previstos na Instrução CVM 400.
Racionamento	Racionamento de energia elétrica imposto pelo Governo Federal por meio da publicação da Medida Provisória 2.147, de 15 de maio de 2001, e alterações posteriores.
RME	Rio Minas Energia Participações S.A.
RAP	Receita Anual Permitida.
RGR	Reserva Global de Reversão.
RTE	Recomposição Tarifária Extraordinária.
Sá Carvalho	Sá Carvalho S.A.
SDT	SDT – Módulo de Distribuição de Títulos.
SEB	Southern Electric Brasil Participações Ltda.
SEC	*Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América.
SEMAD	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
SELIC	É a taxa básica de juros da economia, divulgada mensalmente pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central.
SGA	Sistema de Gestão Ambiental.
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade.
SSS	Sistema de Saúde e Segurança.
SIN	Sistema Interligado Nacional.
Sistema Interligado	Sistema elétrico de uma vasta extensão territorial, composto por diversas usinas interligadas entre si e com os centros de consumo pela rede de transmissão.
SND	SND – Módulo Nacional de Debêntures.
SOX	Lei *Sarbanes Oxley*.
SPE	Sociedade de Propósito Específico.

STF	Supremo Tribunal Federal.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
SUPRAM	Superintendências Regionais de Meio Ambiente da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais.
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta.
TAESA	Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A.
Taxa DI	Taxa média diária dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
TCU	Tribunal de Contas da União.
Terna	Terna Participações S.A. (antiga denominação da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.)
Terna S.p.A.	Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo.
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
Transchile	*Transchile Charrua Transmisión S.A.*
Transirapé	Companhia Transirapé de Transmissão.
Transleste	Companhia Transleste de Transmissão.
Transudeste	Companhia Transudeste de Transmissão.
TUSD	Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição.
TUST	Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão.
UEE	Usina de Energia Eólica.
UHE	Unidade Geradora da Usina Hidrelétrica.
Usiminas	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
UTE	Usina Termelétrica.
UTE Barreiro	Usina Termelétrica de Barreiro S.A.
UTE Ipatinga	Usina Termelétrica localizada em Ipatinga.
Votorantim	Banco Votorantim S.A.
VR	Valor Anual de Referência.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação	A Emissora é uma sociedade de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.981.176/0001-58, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEMG sob o NIRE 0623221310098.
Sede	Avenida Barbacena, nº 1.200, 12º andar, Ala B1, CEP 30190-131 Belo Horizonte - Minas Gerais.
Data e número de registro da Companhia na CVM	10 de outubro de 2006 Companhia Aberta - CVM nº 02032-0
Diretor de Relações com Investidores	Sr. Luiz Fernando Rolla Avenida Barbacena, nº 1200, 12º andar, Ala B1 30190-131, Belo Horizonte – MG Telefone: (31) 3506-4999 Fac-símile: (31) 3506-5068 E-mail: lrolla@cemig.com.br
Atendimento aos Acionistas	Sr. Agostinho Faria Cardoso Avenida Barbacena, nº 1200, 12º andar, Ala B1 30190-131, Belo Horizonte – MG Telefone: (31) 3506-5024 Fac-símile: (31) 3506-5025
Auditores Independentes	Referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009: **KPMG Auditores Independentes**
Acionista Controlador	Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
Títulos e valores mobiliários emitidos até 30 de setembro de 2009	Notas promissórias e debêntures, cujas principais características encontram-se descritas neste Prospecto, na Seção *"Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos"*, na página 322 deste Prospecto.
Jornais nos quais a Companhia divulga informações	As informações referentes à Emissora são divulgadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Tempo".
Jornal no qual a Companhia divulgará as informações sobre a presente Emissão	As informações referentes a esta 2ª Emissão serão divulgadas no jornal "Valor Econômico – Edição Nacional".
E-mail e website para informações aos investidores e ao mercado	E-mail: ri@cemig.com.br website: www.cemig.com.br
Declarações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400	As declarações da Emissora e do Coordenador Líder encontram-se anexas a este Prospecto, nas páginas 495 e 500, respectivamente.

SUMÁRIO DA EMISSORA

Apresentamos a seguir um sumário das atividades, informações financeiras, operacionais, realizações, bem como dos pontos fortes e estratégias da Emissora. Este sumário não contém todas as informações sobre a Emissora que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento. O investidor deve ler atentamente todo o Prospecto para uma melhor compreensão das atividades da Emissora e da presente Oferta, especialmente as informações contidas nas Seções "Fatores de Risco", "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora", nas páginas 42 e 99, respectivamente, deste Prospecto e as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Emissora, e respectivas notas explicativas, também incluídas nos Anexos H a K nas páginas 533 a 1410 deste Prospecto.

VISÃO GERAL

A Emissora é uma das maiores concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil, sendo a principal geradora e transmissora de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, o qual é o 2º maior mercado consumidor de energia do país por MW consumido, segundo informações da EPE, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilística e metalurgia. As atividades da Emissora compreendem a geração e transmissão de energia elétrica dentro e fora do Estado de Minas Gerais, sendo que sua principal base de operação está localizada nesse Estado.

A Emissora opera seus negócios de geração e transmissão de acordo com contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e que pertenciam diretamente à CEMIG (as atividades exercidas indiretamente pela CEMIG por meio de SPEs permaneceram com as próprias SPEs controladas pela CEMIG). No âmbito do processo de Desverticalização, referidos contratos foram devidamente aditados de forma a transferir as concessões de geração e transmissão de energia elétrica anteriormente detidas pela CEMIG para a Emissora. Para maiores informações sobre a Desverticalização da CEMIG, *vide* Seção *"Desverticalização"* na página 212, deste Prospecto.

De acordo com dados da ANEEL, em 30 de setembro de 2009, a Emissora foi considerada a sétima maior concessionária de geração de energia elétrica no Brasil, tendo em vista o total de capacidade instalada. As atividades de geração de energia elétrica da Companhia são atualmente desenvolvidas por meio de 45 usinas hidrelétricas, duas usinas termelétricas e duas usinas eólicas, dispondo de capacidade instalada total de geração de 6.324,8 MW, dos quais as usinas hidrelétricas responderam por 6.178,3 MW, as usinas termelétricas responderam por 131,4 MW e as usinas eólicas responderam por 15,1 MW. Seis das usinas hidrelétricas controladas pela Emissora responderam por aproximadamente 73% da capacidade total da Emissora de geração de energia elétrica instalada em 30 de setembro de 2009, conforme registros da Emissora.

A tabela abaixo apresenta informações fornecidas pela Emissora sobre unidades geradoras de energia elétrica nas quais a Emissora detém participação acionária (em 30 de setembro de 2009):

Instalação	Capacidade Instalada (MW)[1]	Energia Assegurada [1](média MW)	Ano de Início de Operações	Capacidade Instalada % do Total	Data de Término da Concessão ou da Autorização	Participação da CEMIG GT
Principais Usinas Hidrelétricas						
São Simão	1.710	1.281,0	1978	27,0	Janeiro de 2015	100%
Emborcação	1.192	497,0	1982	18,8	Julho de 2025	100%
Nova Ponte	510	276,0	1994	8,1	Julho de 2025	100%
Jaguara	424	336,0	1971	6,7	Agosto de 2013	100%
Miranda	408	202,0	1998	6,5	Dezembro de 2016	100%
Três Marias	396	239,0	1962	6,3	Julho de 2015	100%
Volta Grande	380	229,0	1974	6,0	Fevereiro de 2017	100%
Irapé	360	206,3	2006	5,7	Fevereiro de 2035	100%
Aimorés [1]	161,7	84,3	2005	2,6	Dezembro de 2035	49%
Salto Grande	102	75,0	1956	1,6	Julho de 2015	100%
Funil [1]	88,2	43,6	2002	1,4	Dezembro de 2035	49%
Queimado [1]	86,6	47,8	2004	1,4	Janeiro de 2033	82.5%
Itutinga	52	28,0	1955	0,8	Julho de 2015	100%
Baguari	47,6	27,3	2009	0,8	Agosto de 2041	34%
Camargos	46	21,0	1960	0,7	Julho de 2032	100%
Porto Estrela [1]	37,3	18,6	2001	0,6	Dezembro de 2032	33.3%
Igarapava [1]	30,5	19,7	1999	0,5	Abril de 2028	14.5%
Cachoeirão	13,2	8	2008	0,2	Julho de 2030	49%
Pequenas Centrais Hidrelétricas	133,1	66,67	-	2,1		-
Usinas Termelétricas						
Igarapé	131	71,3	1978	2,1	Agosto de 2024	100%
Formoso (Desativada)	0,4	0,2	1992	0,0	Indefinido	100%
Usina Eólica						
Praias de Parajurú	14,1	6,11	2009	0,2	Indefinido	49%
Morro do Camelinho	1	0,3	1994	0,0	Indefinido	100%
Total	6.324,7	3.784,2	-	100,0%	-	-

Fonte: Companhia

[1] As capacidades instaladas e energias asseguradas demonstradas referem-se às participações da Emissora nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada.

Além das atividades de geração, a Emissora ainda se dedica ao negócio de transmissão de energia elétrica, que consiste no transporte de energia elétrica das instalações nas quais é gerada às redes de distribuição para entrega a consumidores finais e outros agentes consumidores conectados diretamente com a rede básica de transmissão. A Emissora transporta energia produzida em suas próprias instalações de geração, bem como energia comprada de Itaipu, do sistema elétrico interligado e de outras concessionárias. A rede de transmissão da Emissora compõe-se de linhas de transmissão de energia com capacidade de voltagem igual ou superior a 230 kV e integra a rede de transmissão brasileira, regulamentada pelo ONS.

Segundo informações fornecidas pela Emissora, em 30 de setembro de 2009, sua rede de transmissão no Estado de Minas Gerais consistia em 2.176 km de linhas de 500 kV, 1.934 km de linhas de 345 kV e 765 km de linhas de 230 kV, bem como 35 subestações com capacidade de transformação total de 15.396 MVA.

Ademais, segundo informações fornecidas pela Emissora, em 30 de setembro de 2009, esta possuía 13 consumidores industriais aos quais fornecia diretamente energia elétrica de alto nível de tensão (igual ou superior a 230 kV por consumidor industrial) por meio da ligação desses consumidores com a rede de transmissão da Emissora.

A Emissora também transmite energia a sistemas de distribuição por meio do sistema sul/sudeste, ligado ao sistema interligado nacional.

As tabelas a seguir apresentam certas informações operacionais fornecidas pela Emissora relativas à sua capacidade de transmissão nas datas indicadas:

	Extensão da Rede de Transmissão em km (de subestações de geração para subestações de distribuição) em:		
Tensão das Linhas de Transmissão	**30/09/2009**	**31/12/2008**	**31/12/2007**
500 kV	2.176	2.176	2.176
345 kV	1.934	1.934	1.934
230 kV	765	765	765
Total	4.875	4. 875	4.875

Fonte: Companhia

	Capacidade de Transformação das Subestações de Transmissão em:		
	30/09/2009	**31/12/2008**	**31/12/2007**
Número de subestações	35	35	35
MVA	15.396	15.503	15.418

Fonte: Companhia

Os números apresentados nas tabelas acima não fazem referência à capacidade de transmissão da Emissora após a aquisição da Terna. Para maiores informações sobre a aquisição da Terna, *vide* Seção *"Aquisições Recentes"*, na página 274 deste Prospecto.

A receita operacional bruta da Emissora em 2006, 2007 e 2008 foi de R$ 2,91 bilhões, R$ 3,37 bilhões e R$ 3,8 bilhões, respectivamente, sendo que a receita líquida para os referidos períodos foi, respectivamente, de R$ 2,24 bilhões, R$ 2,66 bilhões e R$ 2,94 bilhões. Assim, a evolução da receita da Emissora superou o incremento dos custos operacionais, propiciando maior geração operacional de caixa. Em 30 de setembro de 2009, a receita operacional bruta da Emissora foi de R$ 3,28 bilhões, sendo a receita líquida do referido período de R$ 2,62 bilhões.

Ressalta-se, adicionalmente, que a Emissora vem apresentando melhoria significativa em vários indicadores financeiros ao longo dos anos. Nos exercícios sociais encerrados em 2006, 2007 e 2008, a Emissora foi responsável respectivamente por cerca de 35,73%, 43,15% e 52,24% do lucro líquido gerado pelo Grupo CEMIG, sendo que no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009, esse percentual foi de 70,34%. O resultado pode ser creditado à implementação de práticas gerenciais voltadas para a eficiência operacional e melhoria de processos.

BREVE HISTÓRICO

A Emissora foi constituída em 08 de setembro de 2004, sob a forma de sociedade por ações, como subsidiária integral da CEMIG, nos termos da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, em virtude do processo de Desverticalização da CEMIG, uma vez que a CEMIG era uma sociedade que atuava de forma integrada, concentrando as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Em referido processo, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG relacionados às atividades de geração e transmissão foram transferidos à Emissora, juntamente com os demais direitos e obrigações decorrentes da prestação de tais serviços. Para mais informações a respeito da Desverticalização da CEMIG, *vide* Seção *"Desverticalização"*, na página 212 deste Prospecto.

As operações da Emissora tiveram início em 1° de janeiro de 2005, sendo que a Companhia teve a sua abertura de capital autorizada pela CVM em 10 de outubro de 2006. As ações da Emissora não são negociadas em bolsa de valores.

Por deter 100% do capital social da Emissora, a CEMIG detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Emissora e adotar soluções que julgue necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento. A CEMIG, por sua vez, é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, constituída em 1952 para oferecer ao Estado de Minas Gerais a infra-estrutura necessária para alavancar o seu desenvolvimento. Atualmente, a CEMIG atua como holding do Grupo CEMIG, controlando e centralizando todas as decisões do Grupo.

A Emissora tem por objeto, de acordo com o caput do artigo 2º de seu Estatuto Social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social. As referidas atividades poderão ser exercidas diretamente pela Emissora ou por intermédio de sociedades por ela constituídas, ou de que venha a participar, majoritária ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração da CEMIG, nos termos do artigo 2º da Lei Estadual nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, com a redação dada pela Lei nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, e prévia autorização da ANEEL.

A administração da Emissora é realizada por meio de uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além de proporcionar importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes.

PONTOS FORTES

A Emissora possui os seguintes pontos fortes:

- *Flexibilidade e segurança no negócio de geração.* As receitas da Emissora são provenientes principalmente de duas fontes: os contratos com o *pool* de distribuidoras nacionais (estabelecidos no âmbito do ACR) e os contratos com clientes livres (estabelecidos no âmbito do ACL). Essas duas fontes de receita aliadas à gestão responsável dos riscos do portfólio de contratos conferem equilíbrio, flexibilidade e segurança ao negócio da Emissora. Ademais, no âmbito do ACR, a Emissora não depende de nenhum cliente específico, tendo em vista que tem mais de 60 clientes nesse ambiente de contratação de energia.

- *Receita assegurada na transmissão.* As transmissoras de energia elétrica têm sua receita assegurada de acordo com o uso dos ativos do parque transmissor existente e independentemente da energia elétrica que circula pelas subestações e linhas de transmissão, podendo aumentar suas receitas por meio da obtenção de novas concessões de transmissão. Ademais, a Emissora não depende de nenhum cliente específico, visto que suas atividades de transmissão são remuneradas por mais de 60 distribuidoras e 11 geradoras do Brasil.

- *Alta confiabilidade dos ativos físicos*. Os ativos da Emissora que integram seus sistemas elétricos de geração e transmissão foram construídos e são mantidos e operados consoante padrões de engenharia elevados, conferindo uma alta confiabilidade aos serviços prestados pela Emissora.

- *Controle financeiro e físico de instalações consoante padrões fortemente normatizados e consolidados.* O controle financeiro é realizado por meio do sistema SAP-R3, onde estão disponíveis todos os dados do orçamento de despesa, investimento, receita, aquisições, desembolsos financeiros e o Demonstrativo de Resultados - DRE de cada usina. O controle físico das instalações é realizado por meio das fiscalizações da ANEEL, Sistema de Segurança de Barragens e Manutenção Civil – "INSPETOR", "GEOCEMIG" e vigilância física e/ou eletrônica.

- *Sistemas de informação sólidos como suporte às atividades de gestão, planejamento e projeto de novas obras necessárias, operação e manutenção de ativos*. A Emissora tem atuado fortemente no sentido de garantir o gerenciamento eficaz de seus custos e a realização de seu orçamento. Para isso, a Superintendência de Geração desenvolveu o aplicativo "SIGA - Sistema de Informações Gerenciais da Geração" que possibilita a identificação de todas as suas despesas em todos os níveis, bem como a receita e os resultados individualizados por usina. A Emissora tem utilizado o aplicativo "Gestor" para realização do seu planejamento, implantou também a "Gestão por Projetos", onde o orçamento de despesa e investimento é estratificado em diversos projetos e para cada um deles é estipulado um cronograma de execução detalhado e um empregado responsável.

- *Corpo gerencial e técnico com ampla experiência em geração e transmissão de energia.* Os funcionários da Emissora que ocupam cargos gerenciais e técnicos possuem ampla experiência em geração e transmissão de energia, o que garante maior segurança na condução dos negócios da Emissora. Ademais, a Emissora tem equipes especializadas em leilões de energia elétrica, na gestão de contratos e seus riscos, bem como na gestão de ativos de transmissão e geração, o que propicia maior segurança em suas decisões.

- *Relacionamento construtivo com a ANEEL e ONS.* A Emissora pretende continuar mantendo um bom relacionamento com a ANEEL e o ONS e outros agentes setoriais, o que possibilita que ela mantenha discussões e realize reivindicações sobre assuntos que considere importantes relativos aos seus negócios com referidos agentes do setor elétrico. Ademais, a Emissora tem uma boa representatividade em fóruns como a ABRAGE, a ABRATE e outros, o que lhe confere respaldo nas suas argumentações.

- *Eficiência operacional.* A Emissora costuma realizar suas atividades de forma eficiente, buscando elevar suas receitas de maneira controlada, prestando atenção nos riscos envolvidos, sempre procurando atender às estratégias fixadas pela sua administração. Como reconhecimento de sua eficiência operacional, a Emissora obteve a certificação de processos pela Norma NBR ISO 9001, para a melhoria da eficácia das atividades operacionais e atendimento a clientes. A fim de continuar aumentando sua eficiência operacional, a Emissora implementou: (i) o *Balanced Scorecard*, reconhecido em âmbito mundial como a melhor ferramenta para a implementação e acompanhamento das estratégias nas empresas; e (ii) um SGA interno, baseado na Norma NBR ISO 14001, que orienta todas suas atividades em relação à gestão ambiental, e que prevê a certificação daqueles processos e daquelas instalações que causam impactos ambientais.

- *Forte geração de caixa operacional.* A geração de caixa operacional da Emissora em 2006, 2007 e em 2008 foi de R$ 1,39 bilhões, R$ 1,69 bilhões e R$ 1,92 bilhões, respectivamente. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009, a geração de caixa operacional da Emissora foi de R$ 1,78 bilhões, sendo que sua geração de caixa operacional no mesmo período de 2008 foi de R$ 1,46 bilhões.

- *Solidez Financeira*. A Emissora tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 30 de setembro de 2009, por um endividamento moderado, de aproximadamente R$ 3,5 bilhões, com 27,2% e 72,7% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente, compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Emissora liquidez e flexibilidade operacional.

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A Emissora, por tratar-se de empresa que atua em setor altamente regulado, desenhou sua estratégia de modo a contemplar, concomitantemente, a excelência em investimentos, a busca contínua de aumento de sua rentabilidade com atenção aos riscos, a gestão permanente de riscos, a eficiência operacional, a representatividade em fóruns institucionais relevantes e o cumprimento da legislação ambiental e da regulamentação setorial, estabelecidos no âmbito da ANEEL.

Considerando o disposto acima, são apresentados abaixo os principais objetivos estratégicos da Emissora:

- *Buscar a excelência na gestão de investimento*s. A gestão dos investimentos da Emissora deve abranger aspectos como alocação criteriosa de recursos nos sistemas de geração e transmissão (em estreita interação com o ONS) e disciplina orçamentária. A Emissora busca assegurar a rentabilidade de seus ativos de acordo com a atividade exercida, uma vez que na geração a receita total é determinada por mecanismos de mercado (leilões de energia velha e negociações com clientes livres) e na transmissão de acordo com o uso dos ativos do parque transmissor existente.

- *Buscar a elevação de receitas com atenção aos riscos*. A Emissora busca ampliar suas receitas de geração, sem perder de vista sua competitividade de mercado, em leilões de energia e em negociações com clientes livres, atentando aos riscos inerentes ao negócio geração. A Emissora também procura negociar com a ANEEL possíveis aumentos de receita autorizada de transmissão.

- *Gerenciar riscos em bases permanentes.* A Emissora busca atuar de forma criteriosa na gestão dos riscos dos seus investimentos, do seu *mix* de receitas, do seu portfólio de contratos e da operação dos seus ativos. No caso de clientes livres, procura localizar os perfis de riscos individuais.

- *Aumento da eficiência operacional.* A Emissora pretende continuar implementando práticas de trabalho mais eficientes em suas atividades de geração e transmissão, tanto na esfera administrativa, relativa à rotinas e controles de suporte, quando na esfera operacional, relativa à operação física dos ativos.

- *Atuar em todos os fóruns institucionais para defender os pontos de vista empresariais relevantes*. A Emissora pretende continuar tendo uma postura pró-ativa perante a ANEEL e outras entidades setoriais, acompanhando a legislação e a regulamentação que afeta seus negócios, com foco na rentabilidade dos ativos.

- *Desenvolvimento ecologicamente sustentável.* Consciente da relevância de sua atuação nas comunidades com as quais interage, a Emissora pretende desenvolver novos projetos que assegurem a completa compatibilidade com a legislação ambiental e que promovam o bem estar e segurança da população. Nesse sentido, a Emissora implementou um SGA, baseado na Norma NBR ISSO 14001 e no SGA interno da CEMIG, que orienta todas as suas atividades em relação à gestão ambiental, e prevê a certificação daqueles processos e daquelas instalações que causam impactos ambientais.

- *Fortalecimento de sua imagem*. A Emissora tem o objetivo de fortalecer sua imagem nos mercados em que atua e perante seus clientes e clientes em potencial, comunidade, ANEEL, governos Municipal, Estadual e Federal, entre outros, prestando, para tanto, serviços de qualidade, com confiabilidade e agilidade, estando sempre à disposição desse público; a idéia é estabelecer uma comunicação adequada, sempre demonstrando transparência e reforçando a credibilidade da Emissora, inclusive por meio da prática de atividades de responsabilidade sócio-ambiental.

- *Política de atuação junto aos órgãos reguladores com a finalidade de garantir o equilíbrio econômico-financeiro de suas operações*. A Emissora mantém uma política consistente de atuação junto aos órgãos reguladores para, entre outras coisas, assegurar que as tarifas praticadas reflitam a obtenção da receita requerida ao equilíbrio econômico-financeiro de seus negócios, possibilitando que a Emissora cubra não só seus custos gerenciáveis regulatórios, mas também suas despesas não-gerenciáveis (*e.g.*, compra e transporte de energia, tributos e demais encargos) e a remuneração de seus ativos (retorno e depreciação), preservando, contudo, um nível tarifário que, na opinião da Emissora, seja adequado para seus consumidores.

A Emissora acredita que sua estratégia, embasada nos princípios e políticas acima mencionados, permite que ela preste serviços de qualidade elevada possibilitando, ao mesmo tempo, uma melhora em seus resultados operacionais e em sua situação econômico-financeira.

Além do disposto acima, a estratégia da Emissora está alinhada ao direcionamento estratégico da CEMIG, que abrange, dentre vários aspectos, os seguintes pontos relevantes:

- maximização do valor para o acionista de forma sustentada;

- observância de políticas de governança interna e externa;

- integração dos três pilares da sustentabilidade empresarial: econômico, social e ambiental;

- agregação de valor nas empresas, por meio da excelência na gestão de investimentos e da busca contínua de aumento da eficiência operacional; e

- aproveitamento de sinergias entre as empresas do Grupo CEMIG.

SUMÁRIO DA OFERTA

O sumário abaixo não contém todas as informações sobre a Oferta e as Debêntures que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento.

Recomenda-se a leitura cuidadosa deste Prospecto, inclusive das Seções *"Informações Relativas à Oferta"* e *"Fatores de Risco"*, respectivamente nas páginas 61 e 42 deste Prospecto, bem como do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, da CEMIG Geração e Transmissão S.A." e do Aditamento à Escritura de Emissão, os quais se encontram no Anexo A, nas páginas 349 a 438 deste Prospecto.

Emissora:	CEMIG Geração e Transmissão S.A.
Coordenadores:	BB – Banco de Investimento S.A. (Coordenador Líder), Caixa Econômica Federal, HSBC Corretora de Títulos e Valores S.A., Banco Votorantim S.A., BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento e Banco BTG Pactual S.A.
Agente Fiduciário:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Banco Mandatário:	Banco Bradesco S.A.
Autorizações Societárias:	As autorizações sobre a emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, realizadas em 23 de julho de 2009, 27 de agosto de 2009 e 1º de dezembro de 2009 (as "RCAs"). As RCAs foram devidamente arquivadas na JUCEMG em 3 de setembro de 2009, 8 de setembro de 2009 e 29 de dezembro de 2009, sob os nºs 4189606, 4191508 e 4268369, respectivamente, tendo sido as duas primeiras publicadas, em 9 de setembro de 2009 e a última em 15 de janeiro de 2010, todas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Tempo". A taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, apuradas por meio de Procedimento de *Bookbuilding*, bem como a quantidade de Debêntures alocada para a primeira série da Emissão e a quantidade de Debêntures alocada para a segunda série da Emissão, observados os limites previstos na Escritura de Emissão, foram ratificadas por meio do Aditamento à Escritura de Emissão.
Número da Emissão:	2ª Emissão para Distribuição Pública de Debêntures da Emissora.
Destinação dos Recursos:	Os recursos líquidos obtidos pela Emissora, por meio da integralização das Debêntures, serão destinados integralmente para o resgate das 270 (duzentas e setenta) Notas Promissórias Comerciais da 3ª Emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), emitidas em 30 de outubro de 2009, com juros remuneratórios correspondentes a 113% da Taxa DI, incidente sobre o Valor Nominal Unitário de cada Nota Promissória, desde a data de sua efetiva subscrição e integralização até a respectiva data de vencimento. Para maiores informações *vide* Seção *"Destinação dos Recursos"*, na página 60 deste Prospecto.

Número de Séries:	A Emissão será realizada em duas séries, sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série", as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série" e, as Debêntures da Primeira Série, conjuntamente com as Debêntures da Segunda Série, doravante denominadas "Debêntures". O número de Debêntures alocado a cada série foi definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu nos sistema de vasos comunicantes (o "Sistema de Vasos Comunicantes"). A emissão das Debêntures da Segunda Série estava condicionada à obtenção de demanda dos investidores suficiente para a emissão de, no mínimo, 20.000 (vinte mil) Debêntures da Segunda Série (o "Montante Mínimo da Segunda Série"). Caso não fosse alcançado o Montante Mínimo da Segunda Série no Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora deveria cancelar a emissão da referida série.
Valor Nominal Unitário das Debêntures:	O valor nominal unitário das Debêntures é de R$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.
Quantidade de Debêntures Emitidas:	Serão emitidas 270.000 (duzentas e setenta mil) Debêntures. A Emissão será realizada em duas séries, sendo 156.600 (cento e cinquenta e seis mil e seiscentas) Debêntures da Primeira Série e 113.400 (cento e treze mil e quatrocentas) Debêntures da Segunda Série. O número de Debêntures alocado a cada série foi definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding* e observado o Sistema de Vasos Comunicantes.
Aumento da Quantidade de Debêntures:	Não haverá a possibilidade de aumento na quantidade das Debêntures a serem distribuídas no âmbito da Oferta em virtude de excesso de demanda, seja a critério da Emissora (nos termos do artigo 14 da Instrução CVM 400), seja a critério do Coordenador Líder (nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400).
Valor Total da Oferta:	O valor total da Emissão é de R$ 2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), na Data de Emissão.
Conversibilidade, Tipo e Forma:	As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações. Ademais, as Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Espécie:	As Debêntures serão da espécie quirografária, ou seja, sem garantia nem preferência. Desse modo, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.
Garantia Fidejussória:	Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a CEMIG presta fiança em favor dos Debenturistas da Primeira Série e dos Debenturistas da Segunda Série, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão.

Data de Emissão:	Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de janeiro de 2010.
Prazo e Data de Vencimento:	As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2012 (a "Data de Vencimento da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2015 (a "Data de Vencimento da Segunda Série"). Na respectiva Data de Vencimento da Primeira Série e na respectiva Data de Vencimento da Segunda Série, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, respectivamente, que ainda estiverem em circulação. A liquidação das Debêntures aqui referida será realizada pela Emissora, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série em se tratando das Debêntures da Segunda Série), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira e da Remuneração da Segunda, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da data de pagamento imediatamente anterior da respectiva remuneração devida em razão das Debêntures.
Colocação e Procedimento de Distribuição:	A colocação pública das Debêntures somente terá início após o registro da Oferta pela CVM, a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores e a publicação do Anúncio de Início, sendo que o prazo máximo para colocação das Debêntures será de 15 (quinze) Dias Úteis, a contar da data da publicação do Anúncio de Início. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição com intermediação do BB-BI, da CAIXA, da HSBC, do Votorantim, do BESI e do BTG Pactual, por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplares do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, nos termos da Instrução CVM 400, para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º, incisos I, II e III, do artigo 33 da Instrução CVM 400.
Prazo de Colocação:	Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início.
Preço de Subscrição:	As Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento. As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

Forma de Subscrição e Integralização:	As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição (a "Data da Integralização") e em moeda corrente nacional, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.
Remuneração da Primeira Série:	As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, capitalizada de um spread ou sobretaxa de 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, conforme definido em Procedimento de Bookbuilding (a "Taxa Máxima da Primeira Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento das Debêntures da Primeira Série (os "Juros Remuneratórios da Primeira Série"), que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.5.1 da Escritura de Emissão.
Remuneração da Segunda Série:	As Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA (a "Atualização da Segunda Série"), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série. As Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios de 7,6796% (sete inteiros e seis mil, setecentos e noventa e seis décimos de milésimos por cento) ao ano, conforme definido em Procedimento de *Bookbuilding* (os "Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração da Segunda Série"). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o subitem 4.3.1 da Escritura de Emissão, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão) calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis).
Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série:	O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 do mês de janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2011 e o último pagamento em 15 de janeiro de 2012, que é a Data de Vencimento da Primeira Série, conforme abaixo definido (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série").

Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série:	O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 do mês de janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2011 e o último pagamento em 15 de janeiro de 2015, que é a Data de Vencimento da Segunda Série, conforme abaixo definido (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série").
Amortização:	A amortização integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será realizada em uma única parcela, na Data de Vencimento da Primeira Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em três parcelas anuais, cada uma delas atualizada monetariamente de acordo com a variação acumulada do IPCA desde a Data de Emissão, sendo a primeira com vencimento em 15 de janeiro de 2013, a segunda com vencimento em 15 de janeiro de 2014 e a última com vencimento em 15 de janeiro de 2015.
Repactuação:	Não haverá repactuação das Debêntures.
Resgate Antecipado:	Não haverá Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures.
Aquisição Facultativa:	A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos aqui descritos, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.
Registro para Distribuição e Negociação:	As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP e (b) do Sistema BOVESPAFIX, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.
Local de Pagamento:	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados nas datas previstas na Escritura de Emissão, utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados à CETIP ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.

Público Alvo:	O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inclusive clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.
Inadequação do Investimento:	As Debêntures não são adequadas a investidores que: (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito no setor de energia elétrica; e/ou (iii) não detenham o grau de sofisticação e conhecimento necessários para assumir os riscos inerentes ao investimento nas Debêntures. Os investidores devem ler a Seção *"Fatores de Risco"* nas páginas 42 a 59 deste Prospecto.
Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado:	As Debêntures estão sujeitas a determinados eventos de inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, *vide* Seção *"Informações Relativas à Oferta – Características e Prazos – Vencimento Antecipado"*, na página 69 deste Prospecto.
Quorum de Instalação da Assembleia Geral de Debenturistas:	A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação e/ou no mínimo a metade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum. Para maiores informações sobre os *quora* de instalação das Assembleias Gerais de Debenturistas, *vide* Seção *"Informações Relativas à Oferta – Características e Prazos – Assembleia Geral de Debenturistas"*, na página 71 deste Prospecto e no Anexo A – Escritura de Emissão e o Aditamento à Escritura de Emissão, na página 349 deste Prospecto.
Quorum de Deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas:	Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no subitem 10.4.2 da Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso. Para maiores informações sobre os *quora* de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas, *vide* Seção *"Informações Relativas à Oferta – Características e Prazos – Assembleia Geral de Debenturistas"*, na página 71 deste Prospecto e no Anexo A – Escritura de Emissão e Aditamento à Escritura de Emissão, na página 349 deste Prospecto.

Informações Adicionais:	Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora e/ou a Oferta poderão ser obtidas com o Coordenador Líder e na CVM, nos endereços indicados nas Seções *"Identificação de Administradores, Consultores Legais e Auditores Independentes"* e *"Informações Relativas à Oferta"*, na página 31 e 61 deste Prospecto. A Oferta foi registrada na CVM na forma da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, em 02 de março de 2010, sob o nº CVM/SRE/DEB/2010/005 (1ª série) e CVM/SRE/DEB/2010/006 (2ª série).
Regime de Colocação:	As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação com relação às Debêntures alocadas na primeira série da Oferta.
Classificação de Risco:	Aa1.br atribuída pela Moody´s América Latina.
Não obtenção de manifestação escrita acerca da consistência das informações financeiras para o exercício social de 31 de dezembro de 2006:	Não foi obtida manifestação escrita acerca da consistência das informações financeiras constantes do presente Prospecto para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006. Assim sendo, os adquirentes das Debêntures deverão tomar sua decisão de investimento cientes de que os auditores independentes da Emissora e da Garantidora para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 não se manifestaram sobre a consistência das informações financeiras constantes deste Prospecto com relação às demonstrações financeiras publicadas pela Emissora e da Garantidora para o ano de 2006.

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES, COORDENADORES E AUDITORES

Para fins do disposto no item 2, do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Emissora

CEMIG Geração e Transmissão S.A.
At: Sr. Luiz Fernando Rolla
Avenida Barbacena, nº 1200, 12º andar, Ala B1
30190-131, Belo Horizonte – MG
Tel: (31) 3506-4903
Fax: (31) 3506-4969
E-mail: lrolla@cemig.com.br
Internet: www.cemig.com.br

Garantidora

Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
At: Sr. Luiz Fernando Rolla
Avenida Barbacena, nº 1200, 12º andar, Ala B1
30190-131, Belo Horizonte – MG
Tel: (31) 3506-4903
Fax: (31) 3506-4969
E-mail: lrolla@cemig.com.br
Internet: www.cemig.com.br

Coordenador Líder

BB-Banco de Investimento S.A.
At: Sr. Paulo Laranjeira / Sra. Patrícia Romano
Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar – Centro
20031-923, Rio de Janeiro – RJ
Tel: (21) 3808-3625 / (11) 3149-8504 / (11) 3149-8505
Fax: (21) 3808-3239
E-mail:paulolaranjeira@bb.com.br /
patriciaromano@bb.com.br
Internet: www.bb.com.br

Coordenadores

Caixa Econômica Federal
Avenida Paulista, nº 2.300, 12º andar – Cerqueira César
01310-300, São Paulo – SP
At.: Srs. Alexandre Parisi / Paulo Fernando Dutra Moraes
Telefone: (11) 3555-6200
Fac-símile: (11) 3555-9599
E-mail: alexandre.parisi@caixa.gov.br /
paulo.f.moraes@caixa.gov.br
Internet: www.caixa.gov.br

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 4º andar
01451-000, São Paulo – SP
At.: Sr. Antonio Marques de Oliveira Neto
Telefone: (11) 3847-5078
Fac-símile: (11) 3847-9818
E-mail: antonio.m.oliveira@hsbc.com.br
Internet: www.hsbc.com.br

Banco Votorantim S.A.
Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, Torre A
04794-000, São Paulo – SP
At.: Sr. Roberto Roma
Telefone: (11) 5171-2612
Fac-símile: (11) 5171-2656
E-mail: roberto.roma@bancovotorantim.com.br
Internet: www.bancovotorantim.com.br

BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º andar – Itaim Bibi
04538-905, São Paulo – SP
At.: Sr. Marcio Pepino
Telefone: (11) 3074-7443
Fac-símile: (11) 3074-7462
E-mail: mpepino@besinvestimento.com.br
Internet: www.besinvestimento.com.br

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar
04538-133, São Paulo – SP
At.: Sr. Daniel Vaz
Telefone: (11) 3083-2576
Fac-símile: (11) 3383-2474
E-mail: daniel.vaz@btgpactual.com
Internet: www.btgpactual.com

Consultores Legais

Souza, Cescon, Barrieu e Flesch Advogados
At: Sr. Henrique Bonjardim Filizzola
Praia de Botafogo, 228, 11º andar
22250-040, Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2196-9238
Fac-símile: (11) 2551-5898
E-mail: hfilizzola@scbf.com.br
Internet: www.scbf.com.br

Auditores Independentes

Referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008:
KPMG Auditores Independentes
At.: Sr. Marco Túlio Fernandes Ferreira
Rua Paraíba, 1122 – 13º andar – Funcionários
30130-918, Belo Horizonte – MG
Telefone: (31) 2128-5700
Fac-símile: (31) 2128-5702
E-mail: mtferreira@kpmg.com.br
Internet: www.kpmg.com.br

DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, a Companhia, representada por seu Diretor Presidente, Djalma Bastos de Morais, e seu Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, Luiz Fernando Rolla, declara que: (i) a Emissora é a responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta; (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integraram o Prospecto Preliminar e que integram o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) o Prospecto Preliminar continha e o Prospecto Definitivo contém, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, bem como permite aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures, uma vez que este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando a Instrução CVM 400; e (iv) que as informações prestadas pela Emissora relativas às Debêntures e as demais informações fornecidas ao mercado no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, na data de sua divulgação, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, conforme declaração da Companhia anexa a este Prospecto.

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER DA OFERTA

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, o Coordenador Líder, representado por seu Diretor Presidente, Ivan de Souza Monteiro, e Rubens Cardoso da Silva, declara que: (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integraram o Prospecto Preliminar e que integram o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (c) o Prospecto Preliminar continha e o Prospecto Definitivo contém, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Emissão, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; (d) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo é preparado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando a Instrução CVM 400 conforme declaração do Coordenador Líder anexa a este Prospecto.

Independentemente do disposto acima, determinadas informações sobre o Brasil e o setor de energia elétrica incluídas neste Prospecto foram compiladas de fontes públicas disponíveis ao mercado. Nesse caso, a Companhia e o Coordenador Líder, conforme aplicável, não assumem qualquer responsabilidade pela veracidade ou precisão de tais informações.

Assunções, previsões e eventuais expectativas futuras constantes deste Prospecto estão sujeitas a incertezas de natureza econômica, política e concorrencial e não devem ser interpretadas como promessa ou garantia de resultados futuros ou desempenho da Companhia. Os potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações acerca de eventuais tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como acerca das metodologias e assunções em que se baseiam as discussões dessas tendências e previsões.

INFORMAÇÕES SOBRE OS COORDENADORES DA OFERTA

COORDENADOR LÍDER

O BB-BI é uma empresa pertencente ao conglomerado Banco do Brasil, criada em novembro de 1988 para executar atividades de banco de investimentos.

Em 2007, o BB-BI liderou (i) a segunda emissão de debêntures da Localiza Rent a Car S.A., no valor de R$ 200 milhões; e (ii) a segunda emissão de debêntures de CEMIG Distribuição no valor de R$ 400 milhões. Participou (i) da sétima emissão de debêntures da Telemar Participações S.A., no valor de R$ 250 milhões; (ii) da terceira emissão de debêntures da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR no valor de R$ 1,35 bilhão; (iii) da segunda emissão de debêntures da Termopernambuco S.A. no valor de R$ 400 milhões; (iv) da quarta emissão de notas promissórias da CPFL Energia S.A. no valor de R$ 438,7 milhões; (v) da terceira emissão de debêntures da CPFL Energia no valor de R$ 450 milhões; e (vi) da primeira emissão de notas promissórias de Telemar Participações S.A. no valor de R$ 4,8 bilhões.

Em 2008, o BB-BI liderou (i) a primeira emissão de notas promissórias da Ambev, no valor de R$ 1,5 bilhão; (ii) a primeira emissão de notas promissórias da Companhia Piratininga de Força e Luz, no valor de R$ 100 milhões; (iii) a primeira emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R$ 200 milhões; (iv) a terceira emissão de notas promissórias da Tractebel Energia S.A., no valor de R$ 400 milhões; (v) a quinta emissão de debêntures da Gafisa S.A. no valor de R$ 250 milhões; (vi) a segunda emissão de debêntures da Companhia Piratininga de Força e Luz, no valor de R$ 100 milhões; (vii) a quinta emissão de notas promissórias da Vivo Participações S.A. no valor de R$ 550 milhões; (viii) a segunda emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R$ 390 milhões. Participou (i) da quarta emissão de debêntures da USIMINAS, no valor de R$ 500 milhões; (ii) da primeira emissão de notas promissórias da TCO IP S.A. no valor de R$ 530 milhões; (iii) da nona emissão de debêntures da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no valor de R$ 220 milhões; e (iv) da segunda emissão de notas promissórias da Invitel S.A., no valor de R$ 950 milhões.

Em 2009, o BB-BI atuou como líder (i) na terceira emissão de notas promissórias da CEMIG GT, no valor de R$ 2,7 bilhões; e (ii) na terceira emissão de notas promissórias da Terna Participações S.A., no valor de R$ 550 milhões. Participou da segunda emissão de notas promissórias das Autopistas do Grupo OHL Brasil S.A., no valor de R$ 200 milhões, da terceira emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A, no valor de R$ 600 milhões, e da quinta emissão de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias, no valor de R$ 598 milhões, além da participação, inclusive como líder, em outras nove emissões realizadas ao amparo da Instrução CVM 476.

Relacionamento entre a Emissora, a Garantidora e o Coordenador Líder

Além do relacionamento referente à Oferta, o Coordenador Líder mantém relacionamento com a Emissora e a Garantidora por meio de seu controlador Banco do Brasil S.A., envolvendo operações financeiras em geral, de acordo com práticas usuais do mercado. Essas operações incluem operações de empréstimos financeiros, serviços bancários em geral, pagamento de salários e de fornecedores, cobrança, convênio cartão corporativo e aplicação financeira, com relação à Emissora e serviços de convênio de cartão corporativo, pagamento de salário e fornecedores, cobrança e aplicação financeira relacionados à Garantidora.

Em relação às operações de crédito, a Emissora e a Garantidora tinham, em 30 de setembro de 2009, a seguinte posição junto ao Banco do Brasil S.A. ou com sociedades de seu conglomerado econômico:

Partes Envolvidas	Finalidade	Valor em R$ mil em 30/09/2009	Prazo	Encargos Financeiros
CEMIG e Banco do Brasil S.A.	Empréstimo ponte do financiamento do BID para a *Transchile*[1]	R$ 2.433	Vencimento em 2009	7,73% ao ano
CEMIG[2], CEMIG GT e Banco do Brasil S.A.	Capital de Giro	R$ 131.356	Vencimento em 2009	111,0% do CDI
CEMIG[2], CEMIG GT e Banco do Brasil S.A.	Capital de Giro	R$ 117.271	Vencimento em 2013	CDI + 1,70%
CEMIG[2], CEMIG GT e Banco do Brasil S.A.	Capital de Giro	R$ 131.031	Vencimento em 2013	107,60% do CDI
CEMIG[2], CEMIG GT e Banco do Brasil S.A.	Capital de Giro - CCB	R$ 1.248.992	Vencimento em 2014	104,10% do CDI
CEMIG GT e Banco do Brasil S.A.	Resolução 2770	R$ 79.182	Vencimento em 2009	3,90% [3]
CEMIG GT e Banco do Brasil S.A.	Finem[4]	R$ 28.906	Vencimento em 2020	TJLP + 2,55% ao ano

Fonte: Companhia
(1) A CEMIG é a garantidora da operação por meio de garantia contratada em BB Viena.
(2) A CEMIG é garantidora em empréstimos concedidos à CEMIG D.
(3) Foi realizado swap com troca de taxa para 111% do CDI.
(4) Empréstimo realizado pela Hidrelétrica Cachoeirão.

Partes Envolvidas	Finalidade	Valor em R$ mil em 30/09/2009
CEMIG GT e Banco do Brasil S.A.	Fundos	R$ 37.978
CEMIG GT e Banco do Brasil S.A.	CDB	R$ 247.585
CEMIG GT e Banco do Brasil S.A.	Operação Compromissada	R$ 13.517

Fonte: Companhia

O BB-BI atuou como Coordenador Líder da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, não tendo sido necessário o exercício da garantia firme prestada na referida oferta pública de distribuição. A Emissora poderá, no futuro, contratar o BB-BI ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Fundos de investimentos administrados por sociedades integrantes do conglomerado econômico do Coordenador Líder adquiriram, no âmbito da oferta pública de distribuição no mercado primário, 27 notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Emissora. No mercado secundário, foram adquiridas, por sociedade do conglomerado econômico do Coordenador Líder, 15 notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Emissora.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Criada em 1861, a CAIXA é um dos principais agentes das políticas públicas do Governo Federal e, de uma forma ou de outra, está presente na vida de milhões de brasileiros. Isso porque a CAIXA - empresa 100% pública - atende não só os seus clientes bancários, mas todos os trabalhadores formais do Brasil, estes por meio do pagamento de FGTS, PIS e seguro-desemprego; beneficiários de programas sociais e apostadores das loterias.

Além disso, ao priorizar setores como habitação, saneamento básico, infra-estrutura e prestação de serviços, a CAIXA exerce um papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no país, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população, especialmente a de baixa renda. A atuação da CAIXA também se estende aos palcos, salas de aula e pistas de corrida, com o apoio a iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas.

A CAIXA é o maior banco público da América Latina. Além de significativa expansão da base de clientes, nos últimos anos, por meio do programa de conta simplificada, a CAIXA permitiu o ingresso de mais de 3 milhões de pessoas no sistema bancário brasileiro.

Em 2008, a CAIXA liderou a primeira emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez Participações S.A, no valor de R$ 130 milhões, a quarta emissão pública de notas promissórias da Vivo Participações S.A., no valor de R$ 500 milhões, na terceira emissão pública de notas promissórias da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (Embratel), no valor de R$ 400 milhões, e participou da segunda distribuição pública de debêntures simples da Klabin Segall S.A., no valor de R$ 230 milhões; da nona emissão pública de debêntures simples da SABESP, e da 2ª emissão pública de notas promissórias comerciais de emissão da Companhia Brasileira de Energia Renovável (BRENCO), no valor de R$ 350 milhões.

Em 2009, a CAIXA participou da terceira emissão de notas promissórias da SABESP; e da distribuição pública de quotas seniores e quotas subordinadas mezanino do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Chemical IV (FIDC Chemical IV), no montante de R$ 245 milhões e da 3ª emissão de Notas Promissórias da CEMIG GT, no valor de R$ 2,7 bilhões.

Relacionamento entre a Emissora, a Garantidora e a CAIXA

Além do relacionamento referente a presente Oferta, a CAIXA atuou como Banco Coordenador da 3ª emissão de Notas Promissórias comerciais da Emissora no ano de 2009, não tendo sido necessário o exercício da garantia firme prestada na referida oferta pública de distribuição. Em 30 de setembro de 2009, a CAIXA não mantinha nenhuma operação de crédito com a Emissora ou a Garantidora, à exceção de financiamento concedido para empresas controladas em conjunto pela Emissora, na qual a mesma não detém posição majoritária, cujas informações mais relevantes destacamos no quadro abaixo:

Partes Envolvidas	Modalidade de Crédito	Valor em R$ mil em 30/09/2009	Prazo	Encargos Financeiros (anuais)
CAIXA e Praia de Morgado S.A.[(1)]	Financiamento com recursos do Programa FAT – Infra-estrutura	62.462	Vencimento em 2022	3,50% + TJLP no período de carência[(a)] 2,50% + TJLP no período de amortização
CAIXA e Praia de Parajuru S.A.[(2)]	Financiamento com recursos do Programa FAT – Infra-estrutura	55.864	Vencimento em 2022	3,50% + TJLP no período de carência[(b)] 2,50% + TJLP no período de amortização
CAIXA e Praia de Volta do Rio S.A.[(3)]	Financiamento com recursos do Programa FAT – Infra-estrutura	86.730	Vencimento em 2022	3,50% + TJLP no período de carência[(c)] 2,50% + TJLP no período de amortização
TOTAL		205.056		

[(1) (2) e (3)] Praia de Morgado S/A, Praia de Parajuru S/A e Praia de Volta do Rio S/A se referem a três empreendimentos de energia eólicas de propriedade da Energimp S/A, nos quais a Emissora participa com 49% do capital.
[(a)] Praia de Morgado S/A: período de carência entre 15/05/2009 e 15/03/2010;
[(b)] Praia de Parajuru S/A: período de carência entre 15/03/2009 e 15/11/2009;
[(c)] Praia de Volta do Rio S/A: período de carência entre 15/07/2009 e 15/03/2010.

No que se refere a aquisições, negociações ou compras de valores mobiliários da Emissora ocorridos ao longo dos últimos doze meses, destacamos que a CAIXA, por meio de sua unidade de gestão de ativos de terceiros e no melhor interesse dos fundos por ela administrados, adquiriu 5 Notas Promissórias comerciais da 3ª emissão da Companhia, com valor unitário de R$10 milhões, no mercado primário, aquisição ocorrida no terceiro trimestre do ano passado, em montante equivalente a R$ 50 milhões.

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

A HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é subsidiária indireta do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, parte do grupo HSBC, corporação internacional sediada em Londres, na Inglaterra, presente em 83 países e territórios, onde atende mais de 128 milhões de clientes. Constituído no Brasil em 1997, o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo apresentava em 30 de junho de 2009, ativos consolidados de R$ 106,1 bilhões e lucro líquido consolidado de R$ 250,8 milhões nos seis primeiros meses de 2009.

No Brasil o HSBC conta com uma carteira composta por aproximadamente 2,9 milhões clientes pessoa física e 312 mil clientes pessoa jurídica, e possui mais de 2,4 mil agências e postos de atendimento bancários e eletrônicos em 562 municípios. O HSBC possui uma infra-estrutura de 5,1 mil caixas automáticos e 2,4 mil ambientes de auto-atendimento e canais de conveniência, tais como o Internet Banking e o Phone Centre do HSBC - Serviços Bancários.

O grupo HSBC, por meio de suas diversas empresas e escritórios, tem atuação global no mercado de estruturação e distribuição de títulos de dívidas corporativas. No mercado de dívidas local, em 2008 o HSBC participou de 12 operações de emissões de notas promissórias comerciais, debêntures e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor total de R$ 3,32 bilhões, atuando como coordenador líder nas emissões de R$ 530 milhões em notas promissórias pela TCO-IP S.A., R$ 105 milhões em debêntures simples pela BIC Arrendamento Mercantil S.A. e R$ 220 milhões em debêntures simples pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp. Em 2009, até novembro, o HSBC participou de 22 operações de emissões de notas promissórias comerciais, debêntures simples e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor total de R$ 6,9 bilhões, atuando como coordenador líder nas emissões de R$ 230 milhões de notas promissórias da Bandeirante Energia S.A., de R$ 495 milhões de notas promissórias simultaneamente por 6 empresas controladas pela CPFL Energia S.A, de R$ 1 bilhão de debêntures simultaneamente por 7 empresas controladas pela CPFL Energia S.A. e de R$ 208 milhões em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios que tem como cedente o Banco GMAC S.A.

Relacionamento entre a Emissora, a Garantidora e o HSBC

Além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora e a Garantidora mantêm relacionamento comercial com o HSBC ou com sociedades de seu conglomerado econômico, envolvendo operações financeiras em geral, de acordo com práticas usuais do mercado. Essas operações incluem depósitos à vista e a prazo, com relação à Emissora. Em 30 de setembro de 2009, o HSBC ou sociedades de seu conglomerado econômico não mantinham nenhuma operação de crédito com a Emissora ou a Garantidora. No entanto, a Emissora e a Garantidora mantêm aplicação em renda fixa junto ao HSBC, conforme abaixo:

Partes Envolvidas	Finalidade	Valor em R$ mil em 30/09/2009
CEMIG e HSBC	Operações de Renda Fixa	R$ 223
CEMIG GT e HSBC	Operações de Renda Fixa	R$ 36.632

Fonte: Companhia

O HSBC atuou como Coordenador da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, não tendo sido necessário o exercício da garantia firme prestada na referida oferta pública de distribuição. A Emissora poderá, no futuro, contratar o HSBC ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Fundos de investimentos administrados por sociedades integrantes do conglomerado econômico do HSBC adquiriram, no âmbito da respectiva oferta pública de distribuição no mercado primário, 57 Notas Promissórias comerciais da 3ª emissão da Emissora, com valor unitário de R$10 milhões, em montante equivalente a R$570 milhões. O HSBC ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram ou venderam outros valores mobiliários de emissão da Emissora nos últimos doze meses anteriores ao protocolo do pedido de registro da presente Oferta na CVM.

BANCO VOTORANTIM S.A.

O Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM Ltda. O sucesso inicial da Votorantim DTVM Ltda., motivou sua transformação em banco múltiplo em agosto de 1991. Em 30 de junho de 2009, o Banco Votorantim estava posicionado entre os 10 maiores bancos em atuação no Brasil pelo critério de ativos totais, que atingiram R$ 88,4 bilhões.

O Votorantim tem atuado fortemente no segmento de mercado de capitais. Como resultado desta atuação, o Votorantim ocupa a 5ª colocação no *ranking* de originação de emissões de longo prazo e a 2ª colocação no ranking de distribuição, ambos divulgados pela ANBID, data-base outubro de 2009.

Em 2009, até esta data, o Votorantim participou de 30 operações no mercado de capitais de renda fixa, 11 como Coordenador Líder, nas quais destacam-se a emissão de debêntures da Tractebel (R$ 600 milhões), Gafisa (R$ 250 milhões), Light (R$ 300 milhões) e MRV (R$ 100 milhões) e as emissões de notas promissórias da Tractebel (R$ 300 milhões), Light (R$ 100 milhões), MRV (R$ 100 milhões) e MetroRio (R$ 100 milhões). Como Coordenador, destacam-se as operações da 3ª emissão de notas promissórias comerciais (*Commercial Papers*) da CEMIG GT (R$ 2,7 bilhões), Sabesp (R$ 600 milhões) e Santos Brasil (R$ 200 milhões). Existem ainda em andamento mais de R$ 3,75 bilhões em operações de mercado de capitais sendo estruturadas pelo Votorantim.

No mercado de renda variável, o Votorantim participou recentemente do IPO da Tivit (R$ 660 milhões) e da Visanet (R$ 7,4 bilhões) e *follow on* da PDG Realty (R$ 1,0 bilhão) e da MRV (R$ 550 milhões).

Operação entre a Votorantim Finanças S.A. e o BB.

Nos termos do fato relevante divulgado ao mercado em 28 de setembro de 2009, o BB. e a Votorantim Finanças S.A. concluíram a parceria estratégica anunciada em 9 de janeiro de 2009, passando o BB a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital total do Votorantim.

A operação foi realizada por meio da: (i) aquisição, pelo BB, de 33.356.791.198 ações ordinárias de emissão do Votorantim e de propriedade da Votorantim Finanças S.A. pelo preço de R$ 2,96 bilhões; e (ii) subscrição, pelo BB, de 7.412.620.277 novas ações preferenciais emitidas pelo Votorantim pelo valor de R$ 1,2 bilhão.

A governança do Votorantim será compartilhada entre a Votorantim Finanças e o BB. O Conselho de Administração será paritário, com 3 membros indicados por cada instituição, e a presidência do Conselho será alternada anualmente. Todas as decisões estratégicas serão tomadas de forma conjunta.

Relacionamento entre a Emissora, a Garantidora e o Votorantim

Além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora e a Garantidora mantêm relacionamento comercial com o Votorantim ou com sociedades de seu conglomerado econômico, envolvendo operações financeiras e investimentos em geral, de acordo com práticas usuais do mercado. Essas operações incluem aplicações e operações de crédito com relação à Emissora e, aplicações relacionadas à Garantidora.

Em relação a investimentos, a Emissora e a Garantidora tinham, em 30 de setembro de 2009, a seguinte posição junto ao Votorantim ou com sociedades de seu conglomerado econômico:

Partes Envolvidas	Finalidade	Valor em 30/09/2009
CEMIG e Votorantim	Operações de renda fixa	R$ 16,8 milhões
CEMIG GT e Votorantim	Operações de renda fixa	R$ 232,1 milhões

Fonte: Companhia

Em relação às operações e crédito, a Emissora e a Garantidora tinham, em 30 de setembro de 2009, a seguinte posição perante o Votorantim:

Contrato	Tipo	Data de Inicio	Data de Vencimento	Taxa	Saldo em 30/09/09
10030145	GIRO	20/09/2005	20/09/2013	CDI + 1,70	R$ 103,1[(1)] milhões
10024784	GIRO	30/12/2004	30/12/2010	113,50 do CDI	R$ 17,7 milhões
10024305	GIRO	15/12/2004	15/12/2010	113,50 do CDI	R$ 6 milhões
10024614	GIRO	28/12/2004	28/12/2010	113,50 do CDI	R$ 1,9 milhões
				Total	**R$ 128,7 milhões**

Fonte: Votorantim

(1) Inclui saldo de empréstimo concedido à CEMIG D com garantia da CEMIG.

O Votorantim atuou como Coordenador da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Emissora. A Emissora poderá, no futuro, contratar o Votorantim ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

No que se refere a aquisições, negociações ou compras de valores mobiliários da Emissora ocorridos ao longo dos últimos doze meses, destacamos que o Votorantim, por meio da Votorantim Asset Management, adquiriu 8 Notas Promissórias comerciais da 3ª emissão da Companhia, com valor unitário de R$10 milhões, no mercado primário, aquisição ocorrida no terceiro trimestre do ano passado, em montante equivalente a R$ 80 milhões. O Votorantim ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram ou venderam outros valores mobiliários de emissão da Emissora nos últimos doze meses anteriores ao protocolo do pedido de registro da presente Oferta na CVM.

BES INVESTIMENTO DO BRASIL S.A. – BANCO DE INVESTIMENTO

O BESI é o banco de investimento no Brasil do Grupo Banco Espírito Santo. Atualmente, desenvolve atividades na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina, na África e na Ásia, nas áreas de banco comercial, banco de investimento, *private banking*, gestão de ativos e *private equity*.

A atuação do Grupo Banco Espírito Santo na área financeira é coordenada pelo Banco Espírito Santo.

O Banco Espirito Santo de Investimento S.A., banco de investimento do Grupo, tem atividades na Península Ibérica, Brasil, Reino Unido, Angola, Polônia e Estados Unidos, oferecendo serviços de *corporate finance*, *project finance*, mercado de capitais, tanto em renda fixa como em renda variável, tesouraria, gestão de risco e corretagem e valores e títulos mobiliários.

Com presença no Brasil desde 1976, o Grupo Banco Espirito Santo atua neste País do BESI e suas subsidiárias BES *Securities* (corretora), BESAF (*asset management*), ES Capital (*private equity*) e BES Refran (assessoria financeira e gestão patrimonial).

O BESI foi criado no 2º semestre de 2000 e é controlado pelo Banco Espirito Santo de Investimento, S.A. (80%) e pelo Banco Bradesco (20%).

Em junho de 2009, seus ativos totais somavam R$ 3,59 bilhões; os depósitos totais chegaram a R$ 2,34 bilhões e o patrimônio líquido a R$ 305,4 milhões. O lucro líquido do 1º semestre do ano de 2009 foi de R$ 60,8 milhões.

O BESI possui as seguintes notações atribuídas pela agência de rating Moody´s para depósitos em moeda local: Aaa.br (escala local) e Baa1 (escala global).

Na área de renda fixa local, em 2008, o BESI participou da emissão de debêntures da *American Banknote*, no valor de R$ 180 milhões. Já em 2009 participou da segunda emissão de notas promissórias da Bradespar, no valor de R$ 690 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da OHL Brasil, no valor de R$ 200 milhões, da segunda emissão de debêntures da Bradespar S.A. no valor de R$ 800 milhões, bem como liderou a emissão de notas promissórias da Unidas S.A., no valor de R$ 78 milhões.

No mercado de capitais internacional, no ano de 2009, o BESI, por intermédio do Banco Espírito Santo de Investimento S.A. (Portugal), participou entre 2008 e 2009 de seis operações (emissões de *eurobonds*) que totalizaram mais de US$ 680 milhões.

Já na área de renda variável, em 2008, o BESI atuou como *co-manager* no *block trade* da Copasa, no valor de R$ 460 milhões e em 2009 como *co-manager* no IPO da Visanet, no valor de R$ 8,4 bilhões, e como *co-manager* no IPO do Santander Brasil, no valor de R$ 13,2 bilhões tendo participado desde 2006 de 25 ofertas como *co-manager*.

Relacionamento entre a Emissora, a Garantidora e o BESI

Além do relacionamento referente à Oferta e a prestação de serviços bancários, a Emissora e a Garantidora não mantêm relacionamento comercial com o BESI ou com sociedades de seu conglomerado econômico.O BESI atuou como Coordenador da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, não tendo sido necessário o exercício da garantia firme na referida emissão. A Emissora poderá, no futuro, contratar o BESI ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

O BESI não adquiriu ou vendeu qualquer valor mobiliário da Emissora nos últimos doze meses antecedentes ao protocolo do pedido de registro da presente Oferta na CVM.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo *BTG Investments*, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales & trading* (vendas e negociação). No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque e Hong Kong.

Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento de *corporate finance* até *art banking* (consultoria em investimento em obras de arte).

Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, *hedge funds*, patrocinadores financeiros, empresas de *private equity*, bancos, corretoras e gestores de ativos. Oferece consultoria especializada, excelente execução, produtos inovadores e acesso abrangente aos mercados de capitais mundiais. Seu vasto conhecimento adquirido ao longo dos anos posicionaram o BTG Pactual na liderança entre as instituições de atuação nacional e global, mantendo posição de liderança no Brasil.

O BTG Pactual participa ativamente das atividades de coordenação e distribuição de emissões de dívidas e ações para empresas brasileiras nos mercados de capitais. A força da área de distribuição provém do amplo acesso e da prestação de serviços aos vários grupos de investidores locais e externos, de renda fixa ou dedicados a renda variável. A área de mercado de capitais do BTG Pactual assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local, por meio de operações de debêntures e notas promissórias. Entre as principais, destacam-se: emissão de debêntures da Telemar Norte Leste em que o atuou como um dos coordenadores em 2006, no valor de aproximadamente R$ 2,2 bilhões; emissão de debêntures do BNDESPAR em que atuou como Coordenador Líder em 2007, no valor de R$ 1,35 bilhões; emissão de notas promissórias da concessionária do Rodoanel Oeste, em que atuou como Coordenador Líder em 2008, no valor de R$ 650 milhões e emissão de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias, em que atuou como Coordenador Líder em 2009, no valor de aproximadamente R$ 597 milhões.

Além disso, o BTG Pactual coordenou as emissões da Vale, no valor de R$ 5,0 bilhões e da Braskem S.A., no valor de R$ 300 milhões e atuou como coordenador líder das emissões; da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor total de R$600 milhões; das Lojas Americanas S.A., no valor de R$ 200 milhões; da Lupatech S.A., no valor de R$ 227 milhões; da Camargo Corrêa Cimentos S.A., no valor de R$360 milhões; e da Vicunha Siderurgia S.A., no valor de R$ 1,2 bilhão.

O BTG Pactual foi líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2007 pelo número de operações, e 4º lugar em 2008, participando de um total de 86 operações no período, 13 a mais do que o segundo colocado, de acordo com a ANBID. O BTG Pactual foi também assessor financeiro exclusivo da Perdigão na sua fusão com a Sadia, a maior operação do ano de 2009, criando uma das maiores empresas globais da indústria alimentícia.

O BTG Pactual foi eleito por três vezes "*World's Best Equity House*" (*Euromoney*, em 2003, 2004 e 2007), além de "*Equity House of the Year*" (*IFR*, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam o título de "*Best Equity House Latin America*" pelo sexto ano consecutivo (*Euromoney* de 2002 a 2005 e 2007 a 2008).

Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "*#1 Equity Research Team Latin America*" de 2003 a 2007 (Institutional Investor). No entanto, sua *expertise* é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual é o primeiro colocado no ranking da *Institutional Investor* há sete anos consecutivos (de 2003 a 2009), contando com a equipe de profissionais de maior conhecimento de toda a região.

Sua liderança no mercado de capitais é comprovada pela forte atuação em 2009, participando das ofertas *follow-on* de Brasil Foods, Natura, BrMalls, MRV Engenharia, Multiplan e PDG, bem como da abertura de capital da Visanet e da oferta secundária do Banco Santander. Esta posição de liderança foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital.

O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociação) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de fusões e aquisições de primeira linha, e o departamento de pesquisa (*research*) na América Latina obteve o primeiro lugar nos últimos sete anos (*Institutional Investor* 2002 – 2008).

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição.

Relacionamento entre a Emissora, a Garantidora e o BTG Pactual

Além do relacionamento referente à Oferta e a prestação de serviços bancários, a Emissora e a Garantidora não mantêm relacionamento comercial com o BTG Pactual ou com sociedades de seu conglomerado econômico.

O BTG Pactual atuou como Coordenador da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, não tendo sido necessário o exercício da garantia firme prestada na referida oferta pública de distribuição.. A Emissora poderá, no futuro, contratar o BTG Pactual ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Fundos de investimentos administrados por sociedades integrantes do conglomerado econômico do BTG Pactual adquiriram, no âmbito da respectiva oferta pública de distribuição no mercado primário, 6 Notas Promissórias comerciais da 3ª emissão da Emissora, com valor unitário de R$10 milhões, equivalente ao valor total de R$60 milhões. O BTG Pactual ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram ou venderam outros valores mobiliários de emissão da Emissora nos últimos doze meses anteriores ao protocolo do pedido de registro da presente Oferta na CVM.

FATORES DE RISCO

Os riscos descritos abaixo não são os únicos enfrentados pela Emissora e/ou pela Garantidora, ou aos quais estão sujeitos investimentos no Brasil em geral. Os negócios, situação financeira, ou seus resultados podem ser adversa e materialmente afetados por esses riscos. Riscos adicionais que não são atualmente do conhecimento da Emissora e da Garantidora, ou que elas julguem, nesse momento, ser de pequena relevância, também podem vir a afetar os seus negócios e, consequentemente, sua situação financeira. Para mais informações, vide Seções "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora" e "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Garantidora", nas páginas 99 e 141 deste Prospecto.

A Garantidora é uma sociedade de participação (holding), a qual tem como subsidiárias integrais a Emissora e CEMIG D. A principal fonte de receita da CEMIG provém da distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio por suas controladas. Consequentemente, a situação financeira e a capacidade de pagamento da Garantidora dependem dos negócios, situação financeira e dos resultados operacionais da Emissora, da CEMIG D e das demais empresas controladas direta ou indiretamente pela Garantidora.

Este Prospecto contém apenas uma descrição resumida dos termos e condições das Debêntures e das respectivas obrigações assumidas pela Emissora e pela Garantidora com relação à Oferta. Para maiores detalhes, os investidores devem ler a Escritura de Emissão e o Aditamento à Escritura de Emissão, no Anexo A, nas páginas 349 a 438, deste Prospecto.

RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS

O Governo Federal tem exercido, e continua a exercer, significativa influência sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras podem afetar desfavoravelmente os negócios, condição financeira e o resultado operacional da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora, bem como a capacidade de pagamento das Debêntures.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que modificam as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras para influenciar a regulamentação da economia do Brasil.

As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram no passado, dentre outras, controle de salários e preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados. Os negócios, condição financeira e resultados das operações da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora podem ser desfavoravelmente afetados em razão de mudanças na política pública federal, estadual e municipal, referentes a tarifas públicas e controles de câmbio, bem como por outros fatores, tais como:

- variação nas taxas de câmbio;
- controle de câmbio;
- inflação;
- flutuações nas taxas de juros;
- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercados de empréstimos;
- escassez de energia elétrica;
- instabilidade de preços;
- política fiscal e regime tributário; e
- medidas de cunho político, social e econômico que ocorram ou possam afetar o Brasil.

A Emissora, a CEMIG D e a Garantidora não têm controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro e não podem prevê-las.

As medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como especulação acerca de quaisquer atos futuros do governo, poderão gerar incertezas na economia brasileira e aumentar a volatilidade do mercado de capitais doméstico, afetando adversamente o negócio, resultados operacionais ou situação financeira da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora, bem como a capacidade de pagamento das Debêntures.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil, afetando desfavoravelmente os resultados operacionais da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora, bem como a capacidade de pagamento das Debêntures.

No passado, o Brasil experimentou altíssimas taxas de inflação. A inflação e algumas das medidas do Governo Federal tomadas na tentativa de combatê-la afetaram de forma negativa e significativa a economia brasileira. Desde a introdução do Real, em 1994, a taxa de inflação no Brasil tem permanecido bem abaixo das verificadas em períodos anteriores. De acordo com o IPCA, as taxas de inflação anuais brasileiras em 2006, 2007 e 2008 foram 3,1%, 4,5% e 5,9%, respectivamente. Não se pode garantir que a inflação permanecerá nestes níveis.

Medidas futuras a serem tomadas pelo Governo Federal, incluindo aumentos da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações visando a ajustar ou fixar o valor do Real, poderão acarretar aumentos da inflação e, por conseguinte, ter impactos econômicos adversos sobre os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora. Caso o Brasil experimente inflação alta no futuro, talvez não seja possível ajustar as tarifas cobradas de seus clientes visando a compensar os efeitos da inflação sobre a estrutura de custo da Emissora e da CEMIG D.

Praticamente a totalidade das despesas operacionais de caixa da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora é denominada em reais e tende a aumentar com a taxa de inflação vigente no Brasil. As pressões inflacionárias também poderão restringir a capacidade de acesso da Emissora e da CEMIG D a mercados financeiros estrangeiros ou poderão levar ao aumento da intervenção do governo na economia, inclusive com a introdução de políticas governamentais que poderiam prejudicar o negócio, resultados operacionais e situação financeira da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora.

Ademais, no caso de aumento nas taxas de inflação, eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal poderá resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e queda do poder aquisitivo da população, gerando consequências negativas para os negócios, condição financeira e o resultado das operações da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora.

A instabilidade na taxa de câmbio pode afetar desfavoravelmente os resultados das operações da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora, bem como a capacidade de pagamento das Debêntures.

A moeda brasileira tem historicamente sofrido frequentes desvalorizações. No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e fez uso de diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, mini-desvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária a mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e dois mercados distintos de câmbio. Embora os períodos prolongados de desvalorização da moeda brasileira em geral tenham correspondido à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização ao longo de períodos mais curtos resultou em flutuações significativas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o Dólar dos Estados Unidos e moedas de outros países. Por exemplo, a desvalorização do Real frente ao Dólar foi de 18,7% e 52,3% em 2001 e 2002, respectivamente. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar foi de 18,2% em 2003; 8,1% em 2004; 11,8% em 2005; 8,7% em 2006 e 17,2% em 2007.

Em 2008, o Real desvalorizou 31,9% frente ao Dólar dos Estados Unidos, devido, em parte, à crise de crédito global e à desaceleração da economia. Entre 31 de dezembro de 2008 e 30 de setembro de 2009, o Real valorizou 23,9% em relação ao Dólar dos Estados Unidos. Considerando a volatilidade que a economia global está enfrentando, não pode ser dada nenhuma garantia de que o Real não desvalorizará novamente em relação ao Dólar dos Estados Unidos. Em 30 de setembro de 2009, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R$ 1,78 por US$ 1,00.

As depreciações do Real frente ao Dólar também podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, que podem afetar negativamente a Emissora, a CEMIG D e, consequentemente, a Garantidora. As depreciações geralmente dificultam o acesso aos mercados financeiros estrangeiros e podem incitar a intervenção do Governo, inclusive com a adoção de políticas de recessão econômica. Contrariamente, a apreciação do Real em relação ao Dólar pode levar à deterioração da conta corrente e do saldo dos pagamentos do Brasil, bem como impedir o crescimento das exportações. Além disso, a depreciação do Real com relação ao Dólar aumenta o custo de compra de eletricidade de Itaipu, uma das fornecedoras da CEMIG D, uma vez que esta corrige os preços da eletricidade parcialmente com base nos custos do Dólar. Qualquer situação mencionada acima pode afetar desfavoravelmente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora, bem como a capacidade de pagamento das Debêntures.

A Emissora, a CEMIG D e, consequentemente, a Garantidora estão expostas a riscos decorrentes de aumentos nas taxas de juros e flutuações na taxa de câmbio.

Em 30 de setembro de 2009, 96,72% do endividamento total da Emissora, equivalente a R$ 3,35 bilhões, e 92,11% do endividamento total da CEMIG D, equivalente a R$ 2,4 bilhões, estavam denominados em reais e indexados às taxas do mercado financeiro brasileiro, às taxas de inflação ou às taxas de juros flutuantes. Consequentemente, se esses índices e taxas de juros subirem, as despesas financeiras da Emissora e da CEMIG D aumentarão. Em 30 de setembro de 2009, 41,36 % da dívida da Emissora denominada em Dólares, correspondente a R$ 11 milhões, e 44,34% da dívida da CEMIG D denominada em Dólares, correspondente a R$ 86 milhões, estavam protegidos contra a variação cambial e, como resultado de tal proteção, estavam sujeitos às variações das taxas de juros no Brasil. Em 30 de setembro de 2009, as dívidas da Emissora e da CEMIG D em outras moedas estrangeiras, no montante de R$ 10 milhões e R$ 13 milhões, respectivamente, não contavam com proteção cambial. Consequentemente, se estas moedas se valorizarem em relação ao Real, as despesas financeiras da Emissora e da CEMIG D para essa parte das dívidas também aumentarão. No entanto, se as despesas financeiras aumentarem significativamente como resultado de quaisquer desses fatores, a situação financeira e os resultados operacionais da Emissora e da CEMIG D serão prejudicados. Para mais informações, *vide* Seções "*Contratos Relevantes – Contratos em Moeda Estrangeira*" e "*Capitalização da Emissora*", nas páginas 327 e 98, deste Prospecto.

Restrições sobre a movimentação de capitais para fora do Brasil poderão prejudicar a capacidade da Emissora e da Garantidora de cumprir determinadas obrigações de dívida e de pagamento das Debêntures.

A lei brasileira permite que o Governo Federal imponha restrições temporárias à conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e à remessa para investidores estrangeiros dos recursos de seus investimentos no Brasil sempre que houver um desequilíbrio grave na balança de pagamentos brasileira ou motivos para que se preveja a ocorrência de um sério desequilíbrio. A última vez que o Governo Federal impôs restrições de remessa foi por aproximadamente seis meses em 1989 e no começo de 1990. O Governo Federal poderá tomar medidas semelhantes no futuro, caso julgue necessário. A imposição de restrições à conversão e à remessa de divisas ao exterior pode prejudicar o acesso da Emissora ou da Garantidora ao mercado de capitais internacional, além de impedi-la de efetuar pagamentos de suas obrigações de dívida denominadas em moeda estrangeira. Como resultado, essas restrições poderiam afetar adversamente a Emissora, e a Garantidora bem como sua capacidade de pagamento das Debêntures.

Mudanças na economia global e nos mercados emergentes podem afetar adversamente a economia brasileira, o acesso da Emissora e da Garantidora aos recursos financeiros e diminuir a capacidade de pagamento da Emissora com relação às Debêntures.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, assim como a oferta de crédito às companhias brasileiras são influenciados, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. Embora as condições econômicas de tais países possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nestes países poderão ter efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Crises no Brasil e em outros países emergentes ou políticas econômicas de outros países, dos Estados Unidos em particular, podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive pelas Debêntures, assim como a oferta de crédito para as companhias brasileiras.

Caso, no futuro, a Emissora ou a Garantidora apresentem necessidade de obter recursos junto a instituições financeiras ou por meio da captação de recursos no mercado de capitais, eventuais dificuldades na sua obtenção poderão postergar ou impedir a realização de seus projetos ou representar um aumento em seus custos de captação. Em ambos os casos, os resultados financeiros e operacionais da Emissora e, consequentemente, da Garantidora poderão ser adversamente afetados, bem como a capacidade de pagamento das Debêntures.

Crises políticas recentes no País podem afetar a economia brasileira e o mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado, as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores.

Nos últimos anos, políticos brasileiros têm sido acusados de condutas antiéticas ou ilegais. Essas acusações, atualmente investigadas pelo Congresso Nacional, incluem financiamento de campanhas e violações nas práticas eleitorais, influência de autoridades do Governo Federal em troca de apoio político e outras supostas acusações de corrupção. No período de 2007 a 2008, diversos membros do partido do atual presidente do Brasil e do Governo Federal, incluindo o presidente do partido do presidente do País, renunciaram. Não se pode prever quais serão os efeitos dessas acusações e investigações nas condições políticas e econômicas brasileiras.

A eleição presidencial acontecerá em outubro de 2010. Durante as últimas eleições presidenciais, foi observada volatilidade nas taxas de câmbio, juros, nos índice de inflação e nos preços de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras. As incertezas sobre o resultado das eleições de 2010 e a especulação sobre as medidas do futuro Governo Federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco no Brasil prejudicando o acesso da Emissora e da Garantidora aos mercados internacionais e poderão ter um efeito significativamente adverso sobre os negócios e resultados operacionais da Emissora e da Garantidora e na capacidade de pagamento das Debêntures.

Alterações em políticas fiscais brasileiras poderão causar um efeito adverso relevante na Emissora e na Garantidora.

O Governo Federal implementou, e poderá implementar novamente no futuro, mudanças em suas políticas fiscais que poderão afetar adversamente os negócios da Emissora e da Garantidora. Essas mudanças incluem alterações a alíquotas de tributos, taxas, encargos setoriais e, ocasionalmente, o recolhimento de contribuições temporárias relacionadas a propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em um aumento de tributos, o que poderá afetar negativamente os negócios da Emissora e da Garantidora, bem como a capacidade de pagamento das Debêntures. Caso não haja o repasse desses tributos adicionais aos consumidores em valores suficientes e prazo hábil, os resultados operacionais e condição financeira da Emissora e, consequentemente, da Garantidora podem ser adversamente afetados.

O confisco temporário ou expropriação permanente dos ativos da Emissora e das demais concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica controladas pela Garantidora pode afetar adversamente sua condição financeira e resultados operacionais.

A União pode retomar o serviço de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica da Emissora e das demais concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica controladas pela Garantidora em casos de razão de interesse público, mediante lei específica que autorize tal retomada e pagamento de prévia indenização. Tais razões incluem desastre natural, guerra, perturbações públicas significativas, ameaças contra a paz interna ou por razões econômicas e por outras razões relacionadas à segurança nacional. Referida situação ocasionaria efeitos adversos significativos na condição financeira da Emissora e da Garantidora e não se pode garantir que a eventual compensação seja adequada ou que tal pagamento seja realizado em tempo.

A perda de qualquer das concessões pela Emissora ou pelas demais concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica controladas pela Garantidora afetaria significativamente a capacidade de continuar suas operações, o que, consequentemente, ocasionaria um efeito adverso relevante em seu resultado operacional e/ou em sua condição financeira, afetando também, consequentemente, a Garantidora.

Modificações nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente os resultados da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente da Garantidora.

Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei 11.638, complementada pela Lei nº 11.941, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matérias contábeis, em vigência desde 1º de janeiro de 2008. A Lei 11.638 teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis, emitidas por entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria sejam adotadas, no todo ou em parte, pela CVM.

Em decorrência da promulgação da Lei 11.638 e da Lei 11.941, inclusive por conta das medidas provisórias que lhes deram origem, durante o ano de 2008 foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC diversos pronunciamentos com aplicação obrigatória para o encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Adicionalmente, em continuidade a esse processo de convergência, poderão ser editados novos pronunciamentos contábeis os quais podem eventualmente trazer impactos relevantes sobre o resultado das operações da Companhia. Apesar do CPC divulgar uma agenda para aprovação dos novos pronunciamentos, a Companhia não tem controle e não pode prever quais serão os novos pronunciamentos contábeis a serem emitidos em face do *IASB* estar continuamente revisitando os procedimentos e também possuir uma agenda de harmonização com o *USGAAP*. Demonstrações contábeis a serem futuramente elaboradas pela Companhia e pela Garantidora poderão eventualmente vir a ser alteradas de forma a afetar a apuração dos resultados da Companhia e da Garantidora de maneira relevante em decorrência de diversos pronunciamentos contábeis previstos para serem emitidos pelo CPC e normatizados pela CVM no decorrer dos exercícios de 2009 e 2010. Com relação ao setor de energia elétrica, até 30 de setembro de 2009, existia uma indefinição com relação à forma de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, bem como à contabilização dos ativos fixos relacionados à concessão do serviço de distribuição de energia elétrica, tendo em vista que a regulamentação específica sobre estes assuntos está em processo de análise e aprovação pelos órgãos reguladores brasileiros para emissão em futuro próximo.

A modificação de referidas normas contábeis relacionadas ao setor de energia elétrica pode produzir impactos relevantes nas demonstrações financeiras das empresas transmissoras e distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Emissora e a CEMIG D, com possível efeito em seus resultados contábeis, incluindo possíveis impactos nas bases de distribuição de dividendos, bem como no caso da Emissora na manutenção de índices financeiros por ela assumidos no âmbito da Oferta e em alguns outros contratos financeiros.

RISCOS RELATIVOS AO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

As concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (inclusive a Emissora e a CEMIG D) estão sujeitas a uma ampla legislação e a alterações na área regulatória, que podem vir a ser implementadas pelo governo, não havendo como prever os impactos relacionados a essas mudanças sobre negócios e resultados operacionais da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora.

As principais atividades das concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica – (inclusive da Emissora e da CEMIG D) são reguladas e supervisionadas pelo Governo Federal do Brasil, por intermédio de autoridades regulatórias. Essas autoridades vêm implementando políticas que têm impacto de longo alcance sobre o setor energético brasileiro, em particular, o setor elétrico. Como parte da reestruturação do setor, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, introduziu uma nova estrutura regulatória para o setor elétrico brasileiro. Dentre as modificações regulatórias promovidas no setor destacam-se: (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da CCEE e de novos órgãos setoriais; e (iv) a alteração nas competências do MME e da ANEEL.

De acordo com a legislação brasileira, a ANEEL está autorizada a regular diversos aspectos dos negócios das concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (inclusive da Emissora e da CEMIG D), inclusive com relação à necessidade de investimentos, à realização de despesas adicionais e à determinação das tarifas cobradas, bem como limitar o repasse do preço da energia comprada às tarifas cobradas por essas concessionárias.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sendo contestada no STF, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade. Em 11 de outubro de 2006, o STF indeferiu as medidas cautelares das ações diretas de inconstitucionalidade, por 7 votos a 4, declarando que, em princípio, a Lei do Modelo do Setor Elétrico não viola a Constituição Federal. No entanto, o mérito das ações diretas de inconstitucionalidade ainda não foi julgado, sendo que, em 6 de janeiro de 2009, a Procuradoria Geral da República deu parecer favorável pela improcedência do pedido. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, ou uma parte significativa dela, seja declarada inconstitucional, as diretrizes regulatórias estabelecidas pela referida lei poderão não ser eficazes, resultando em incertezas com relação a como e quando o Governo Federal será capaz de introduzir mudanças no setor elétrico.

O efeito das medidas regulatórias implementadas de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o resultado dos processos judiciais em trâmite no STF e as futuras alterações regulatórias no setor elétrico brasileiro são difíceis de se prever e poderão ter um efeito adverso sobre os negócios e os resultados operacionais página das concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (inclusive da Emissora e da CEMIG D).

As concessionárias de prestação de serviços de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, inclusive a Emissora e a CEMIG D, poderão ser punidas pela ANEEL por descumprimento de seus contratos de concessão e da regulamentação aplicável.

A prestação dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica por concessionárias do setor, inclusive pela Emissora e pela CEMIG D, são realizadas de acordo com os respectivos contratos de concessão. Com base nas disposições desses contratos de concessão e na legislação aplicável, a ANEEL poderá aplicar penalidades caso quaisquer dessas concessionárias, inclusive a Emissora e a CEMIG D, descumpram as obrigações a elas impostas por meio desses contratos. Dependendo da gravidade do descumprimento, tais penalidades poderão incluir:

- advertência;
- multas por descumprimento do respectivo Contrato de Concessão de até 2% da receita da Emissora auferida no exercício encerrado imediatamente anterior a data do descumprimento;
- restrições ao funcionamento das instalações e equipamento existentes;
- intervenção; e
- término da concessão.

Além disso, o Governo Federal tem o poder de terminar as concessões de concessionárias do setor elétrico (inclusive a Emissora e a CEMIG D) antes do final do prazo, em caso de falência ou dissolução, ou por meio de encampação e caducidade.

É possível que a ANEEL aplique penalidades pelo descumprimento dos contratos de concessão pelas concessionárias do setor elétrico, inclusive pela Emissora e pela CEMIG D, ou termine antecipadamente as concessões. Caso os contratos de concessão sejam terminados, as concessionárias do setor elétrico, inclusive a Emissora e a CEMIG D, não poderão operar seus negócios. Além disso, o pagamento a que as concessionárias do setor elétrico, inclusive a Emissora e a CEMIG D, terão direito quando do término de suas respectivas concessões poderá não ser suficiente para liquidação total de seus passivos, e esse pagamento poderá ser postergado por muitos anos. Se os contratos de concessão das concessionárias do setor elétrico, inclusive os contratos da Emissora e os da CEMIG D, forem rescindidos por sua culpa, o montante do pagamento devido poderá ser reduzido de forma significativa com a imposição de multas ou outras penalidades. Desta forma, a aplicação de multas ou penalidades ou o término antecipado das concessões da Emissora e da CEMIG D poderão ter um efeito adverso significativo sobre sua condição financeira e os resultados operacionais e, consequentemente, poderão afetar a capacidade de pagamento da Emissora com relação às Debêntures. Para maiores informações, *vide* a Seção "*O Setor de Energia Elétrica no Brasil - Concessões*", na página 188, deste Prospecto.

A ANEEL poderá extinguir os Contratos de Concessão da Emissora e da CEMIG D antes do vencimento de seus prazos e a indenização poderá ser insuficiente para recuperar o valor integral de seus investimentos.

Em determinadas circunstâncias, as concessões de concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (inclusive da Emissora e da CEMIG D) estarão sujeitas à extinção pela ANEEL antes do vencimento dos respectivos prazos. A ANEEL poderá extinguir as referidas concessões se as concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (inclusive a Emissora e/ou a CEMIG D) deixarem de prestar serviços por mais de 30 dias consecutivos, não tendo apresentado uma alternativa aceitável pela ANEEL e pelo ONS, caso seja decretada falência ou dissolução dessas concessionárias, ou se a ANEEL determinar, por meio de um processo de encampação, que a extinção de quaisquer de suas concessões seria motivada por interesse público, conforme definido em lei autorizativa específica. Caso os Contratos de Concessão da Emissora e/ou da CEMIG D sejam extintos pela ANEEL, a Emissora e/ou a CEMIG D, conforme o caso, terão direito de receber indenização pela parcela não amortizada de seus investimentos, mas essa indenização poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral de seus investimentos.

A extinção antecipada pela ANEEL dos contratos de concessão da Emissora e/ou da CEMIG D ou o não recebimento de indenização suficiente pelos investimentos realizados poderão causar um efeito adverso relevante na Emissora e/ou na CEMIG D e, consequentemente, na Garantidora afetando a capacidade de pagamento da Emissora com relação às Debêntures.

Não há como garantir se, e em que condições, as concessões atuais da Emissora e da CEMIG D serão renovadas. Os planos de expansão da Emissora e da CEMIG D poderão ser prejudicados caso elas não consigam obter novas concessões ou perca alguma das concessões que detêm atualmente.

As concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (inclusive a Emissora e a CEMIG D) conduzem suas atividades de geração, transmissão e de distribuição, respectivamente, de acordo com os Contratos de Concessão celebrados com o Governo Federal. A Constituição Federal exige que todas as concessões de serviços públicos devem ser concedidas mediante licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal aprovou a Lei de Concessões, que rege os procedimentos de licitação. De acordo com a Lei de Concessões, conforme modificada pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as concessões existentes poderão ser renovadas pelo Governo Federal por períodos adicionais de até 20 anos, mediante requerimento efetuado pela concessionária, independentemente de sujeição ao processo de licitação, contanto que a concessionária tenha atendido aos padrões mínimos de desempenho e que a proposta seja aceitável ao Governo Federal.

A Emissora e a CEMIG D pretendem solicitar a renovação de cada uma de suas concessões quando da sua respectiva expiração. Os planos de expansão da capacidade de geração e transmissão da Emissora e de distribuição da CEMIG D também estão sujeitos ao regime licitatório previsto na Lei de Concessões. Em virtude da discricionariedade do Governo Federal para a renovação das concessões, a Emissora e a CEMIG D poderão enfrentar concorrência significativa de terceiros ao pleitear a renovação dessas concessões ou para obter quaisquer novas concessões. A não renovação das atuais concessões pela Emissora e pela CEMIG D, ou a aquisição de determinadas concessões por concorrentes, poderá afetar negativamente os programas de investimento bem como os resultados da Emissora e da CEMIG D. Ademais, não há como garantir que as concessões atuais não serão renovadas em termos que venham a ser menos favoráveis do que aqueles atualmente em vigor, o que também afetaria adversamente a situação financeira e os resultado operacionais da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora. Para maiores informações, *vide* Seções "*O Setor de Energia Elétrica no Brasil – O Novo Modelo do Setor*" e *"O Setor de Energia Elétrica no Brasil – Concessões"*, nas páginas 193 e 188, deste Prospecto.

A Emissora e a CEMIG D deverão respeitar os padrões de qualidade dos serviços previstos nos respectivos Contratos de Concessão de distribuição de energia elétrica e na regulamentação aplicável.

Os Contratos de Concessão que regulam as concessões de serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica celebrados pela Emissora e pela CEMIG D estabelecem padrões que devem ser observados na prestação dos serviços objetos das respectivas concessões, entre os quais a constante melhoria dos padrões de qualidade. As penalidades aplicáveis a um desempenho inferior aos níveis estabelecidos de qualidade dos serviços estão previstas na Resolução ANEEL 63/04 e incluem multa de até 2% do valor dos respectivos faturamentos, nos 12 meses imediatamente anteriores à ocorrência da infração.

O Poder Concedente poderá, caso a Emissora e a CEMIG D não observem os respectivos padrões de qualidade e melhoria dos serviços de distribuição de energia elétrica, aplicar outras penalidades à Emissora e à CEMIG D e, observada a legislação em vigor, decretar a caducidade de suas concessões, o que acarretaria um efeito adverso na condição financeira e operacional da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora. Ademais, o atendimento a esses padrões de serviços é requisito essencial para a renovação das concessões nos termos da Lei de Concessões. Para maiores informações, *vide* Seção *"O Setor de Energia Elétrica no Brasil – Concessões*", na página 188, deste Prospecto.

O impacto de uma escassez de energia e o consequente racionamento de energia poderá causar um efeito adverso significativo sobre os negócios e resultado operacional da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora.

A energia hidrelétrica é a principal fonte de energia no Brasil e representou cerca de 84,3%, 84,4% e 83,5% da capacidade instalada de geração do país em 2006, 2007 e 2008, respectivamente. Tendo em vista que o nível pluviométrico nos anos anteriores a 2001 foi abaixo da média, os reservatórios e, consequentemente, a capacidade hidrelétrica nas regiões sudeste, centro-oeste e nordeste do Brasil também apresentaram níveis baixos. As tentativas de compensar a dependência em usinas hidrelétricas com usinas térmicas movidas a gás foram adiadas. Em resposta à escassez de energia, o governo criou, em 15 de maio de 2001, a CGCE, para coordenar e administrar um programa de redução do consumo de energia, e assim evitar a interrupção do fornecimento. Esse programa, conhecido por Racionamento, estabeleceu limites de consumo de energia para clientes industriais, comerciais e residenciais, esses limites variavam de 15% a 25% de redução do consumo de energia. O programa foi aplicado de junho de 2001 a fevereiro de 2002. Em consequência do Racionamento, o consumo de energia nas áreas de concessão da Emissora e da CEMIG D foi reduzido de forma considerável nesse período. Na hipótese de escassez de energia no futuro, o governo poderá implementar políticas que podem incluir o racionamento do consumo de energia, o que poderá causar um efeito adverso relevante na condição financeira e resultado operacional da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora. Para mais informações, *vide* Seção *"O Setor de Energia Elétrica no Brasil – Capacidade de Geração*", na página 204, deste Prospecto.

A Emissora e a CEMIG D são responsáveis por perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir estas perdas e danos.

Os seguros contratados pela Emissora e pela CEMIG D podem ser insuficientes para o ressarcimento de eventuais danos. A Emissora e a CEMIG D mantêm os seguros de incêndio, aeronáutico e riscos operacionais, tais como danos em equipamentos, além daqueles obrigatórios por lei, e não mantêm seguros contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica em suas linhas de transmissão, mantendo apenas seguros em relação a danos aos principais equipamentos de suas principais subestações, edificações e demais instalações. Ademais, a cobertura contra incêndio das usinas, prevista somente para os principais equipamentos das principais instalações, é feita no âmbito de seus seguros de risco operacional. As usinas e instalações da Emissora não se encontram, de modo geral, cobertas por seguro contra catástrofes, tais como terremotos e inundações. Além disso, de acordo com a legislação brasileira, a CEMIG D é responsável por danos diretos e indiretos resultantes do fornecimento inadequado de serviços de distribuição de energia, tais como interrupções repentinas e variações de tensão e frequência.

A Emissora e a CEMIG D poderão ser responsabilizadas por (i) perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas de operação de suas usinas, que acarretam interrupções ou distúrbios aos sistemas de distribuição e/ou transmissão ou (ii) interrupções ou distúrbios que não forem atribuíveis a nenhum agente identificado do setor elétrico. O valor das indenizações, neste último caso, deverá ser rateado na seguinte proporção: 60% para os agentes de distribuição, 20% para os agentes de geração e 20% para os agentes de transmissão e tal fato poderá acarretar efeito substancial e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na condição financeira da Emissora e da Garantidora, o que poderá afetar a capacidade de pagamento das Debêntures.

A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados pode acarretar custos adicionais inesperados e significativos para a Emissora e para a CEMIG D, acarretando um efeito adverso em suas atividades, resultados operacionais e condições financeiras. Ademais, é possível que a Emissora e a CEMIG D não consigam obter, no futuro, seguro nos mesmos termos que as atuais apólices. Para mais informações, *vide* Seções *"Negócios da Emissora – Seguros*" e *"Negócios da Garantidora – Seguros*", nas páginas 243 e 279, deste Prospecto.

A construção, expansão e operação das usinas hidrelétricas e termelétricas de geração de energia da Emissora envolvem riscos significativos que podem levar à perda de receita ou aumento de despesas.

A construção, expansão, manutenção e operação de instalações e equipamentos para a geração de energia envolvem vários riscos, incluindo:

- incapacidade de obter permissões e aprovações governamentais obrigatórias, principalmente aquelas relacionadas ao meio ambiente;
- indisponibilidade de equipamentos;
- indisponibilidade dos sistemas de distribuição e/ou transmissão;
- interrupção do fornecimento;
- interrupções no trabalho;
- greves e outras disputas trabalhistas;
- agitações sociais;
- interferências meteorológicas e hidrológicas;
- problemas inesperados de engenharia e de natureza ambiental;
- atrasos na construção e na operação ou custos excedentes não previstos; e
- indisponibilidade de financiamentos adequados.

A ocorrência destes ou outros problemas poderá afetar adversamente a capacidade da Emissora de gerar energia em quantidade compatível com suas projeções ou com suas obrigações perante seus clientes, o que pode ter um efeito relevante adverso em sua situação financeira e em seu resultado operacional e, consequentemente, poderá afetar a Garantidora e a capacidade de pagamento da Emissora com relação às Debêntures.

As regras para a venda de energia elétrica e as condições de mercado podem afetar os preços de venda da energia gerados pela Emissora.

De acordo com as legislação aplicável, a Emissora não tem permissão para vender energia elétrica diretamente para a CEMIG D. Como resultado, a Emissora deve vender energia elétrica em um mercado regulado por meio de leilões públicos de energia conduzidos pela ANEEL (o "Mercado Regulado", o "ACR" ou o "*Pool*") ou no ACL. A legislação permite que distribuidoras que firmem contrato com a Emissora nos termos do ACR reduzam o volume de energia contratado por meio destes contratos até certo limite, expondo a Emissora ao risco de não conseguir vender o restante do volume de energia a preços convenientes.

Os contratos firmados no ACL com Consumidores Livres também proporcionarão a tais consumidores flexibilidade de comprar um menor volume de energia (aproximadamente 10%) da Emissora em relação ao originalmente contratado, o que poderá acarretar um impacto prejudicial sobre os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Emissora.

Caso a Emissora não consiga vender toda a sua energia nos leilões públicos ou no ACL, sua energia será alocada na CCEE, a PLD, que vem sendo muito volátil. Se isso ocorrer em períodos de baixos preços de liquidação, as receitas e resultados operacionais da Emissora poderão ser afetados adversamente.

A atual estrutura do setor elétrico brasileiro é altamente concentrada em geração hidrelétrica, o que a torna sujeita a certos riscos.

O setor elétrico brasileiro é altamente concentrado em geração hidrelétrica e enfrenta uma limitação natural de sua capacidade de geração, tendo em vista que as usinas hidrelétricas não podem gerar mais energia elétrica do que é possível em função dos recursos hídricos do país. Assim, fatores naturais podem afetar nossa capacidade de geração, em razão do aumento ou redução do nível dos reservatórios. O controle do nível dos reservatórios pelo ONS procura otimizar o nível de água disponível para a geração hidrelétrica em cada uma das usinas associadas aos respectivos reservatórios. Neste contexto, o ONS poderá, por exemplo, impedir que uma usina de geração localizada na nascente de um rio aumente sua vazão de água, caso isto possa prejudicar as demais usinas ao longo do mesmo rio. Da mesma maneira, o ONS poderá decidir aumentar a geração termelétrica e reduzir a geração hidrelétrica com o fim de preservar a água dos reservatórios.

A escassez no racionamento em razão de condições hidrológicas adversas, não totalmente cobertas pelo MRE, poderiam resultar no aumento de custos e diminuição do fluxo de caixa. Adicionalmente, caso os leilões de energia nova realizados nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não resultem em uma expansão da capacidade de geração de energia para adequar os níveis à crescente demanda, medidas de racionamento podem vir a ser adotadas. Qualquer limitação da capacidade da Emissora na geração de energia elétrica poderá prejudicar seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

RISCOS RELACIONADOS À CEMIG D QUE AFETAM A GARANTIDORA

As tarifas cobradas pela CEMIG D são determinadas pela ANEEL, nos termos de seus Contratos de Concessão.

A ANEEL estabelece, de acordo com uma fórmula prevista nos Contratos de Concessão, as tarifas que a CEMIG D cobra de seus clientes, as quais estão também sujeitas ao poder regulador dessa Agência. A ANEEL possui substancial poder discricionário para estabelecer as tarifas que a CEMIG D cobra de seus consumidores. Os contratos de concessão de distribuição e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preço máximo, que permite três tipos de ajustes tarifários: (i) reajuste anual; (ii) revisão periódica; e (iii) revisão extraordinária. A CEMIG D está autorizada a aplicar, todos os anos, um reajuste anual cuja finalidade é compensar alguns efeitos da inflação sobre as tarifas, e repassar aos clientes certas mudanças em sua estrutura de custos que fujam do seu controle, tais como o custo da energia comprada de seus fornecedores de energia, e encargos regulatórios, incluindo encargos para o uso de instalações de transmissão e distribuição e variações na taxa de câmbio sobre seus pagamentos à Itaipu. Além disso, a ANEEL conduz uma revisão periódica a cada cinco anos para identificar variações nos custos da CEMIG D e definir um índice baseado na sua eficiência operacional que será aplicado sobre o índice dos reajustes anuais da CEMIG D, e cujo efeito é premiar a boa administração dos seus custos e compartilhar parcelas dos ganhos com os usuários dos serviços de distribuição. A finalidade dessas revisões periódicas é restabelecer um nível tarifário suficiente para cobrir (i) custos da energia comprada e outros custos não administráveis pela CEMIG D; (ii) custos de operação e manutenção de uma "Empresa de Referência" teórica; e (iii) remuneração do capital sobre sua base de ativos, usando uma metodologia de "substituição de custos". A CEMIG D também tem o direito de requerer uma revisão extraordinária das suas tarifas se custos imprevisíveis vierem a alterar significativamente sua estrutura de custos, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro previsto no contrato de concessão.

Não é possível assegurar que a ANEEL estabelecerá tarifas que sejam favoráveis à CEMIG D e que permitam que ela repasse aos seus clientes todos os aumentos de custo. Além disso, na medida em que quaisquer desses ajustes não sejam concedidos pela ANEEL em tempo hábil, como ocorreu em 2001 e 2002 em virtude do Racionamento, a condição financeira e os resultados operacionais da CEMIG D poderão ser adversamente afetados, afetando adversamente, a capacidade de pagamento da Garantidora.

A atividade de comercialização de energia está sujeita a riscos de mercado como a volatilidade dos preços e quantidade de energia ofertada, que podem impactar negativamente nos resultados da Emissora e da CEMIG D.

Os preços nos mercados de energia elétrica seguem o equilíbrio padrão de oferta e demanda. Tendo em vista que o sucesso do negócio de comercialização de energia elétrica depende da comercialização de energia a um preço maior do que o adquirido das geradoras ou do mercado, uma variação brusca dos preços poderá levar a Emissora e a CEMIG D a negociarem energia a um preço mais baixo do que o previsto, o que poderá impactar negativamente seus resultados. Os preços de energia, conforme mencionado, variam em função da oferta e demanda, que podem ser impactados, entre outros fatores, por: (i) ausência de investimentos no setor elétrico necessários para acompanhar o crescimento da demanda; (ii) variação da demanda em função do crescimento econômico ou de recessões econômicas; e (iii) programas de redução compulsória do consumo ou racionamento de energia.

Não é possível antecipar com precisão as variações que se observam nos preços de compra e venda de energia elétrica, assim, variações de preços que não tenham sido antecipadas pela Emissora e pela CEMIG D, poderão impactar negativamente em seus resultados, afetando adversamente a capacidade de pagamento da Garantidora.

Há obrigatoriedade de planejamento de mercado pelas empresas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, sendo que a CEMIG D poderá não conseguir repassar integralmente via tarifas os custos de suas compras de energia.

Conforme previsto no novo modelo do setor elétrico brasileiro, as empresas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão planejar, com antecedência de cinco anos, a compra de energia no mercado regulado necessária para o suprimento de seus consumidores nesse período, por meio de leilões públicos, estando prevista uma correção com antecedência de três anos. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece as condições para o repasse dos volumes e preços de comercialização de energia entre as distribuidoras e geradoras, por meio das tarifas reguladas dos consumidores finais. Se a energia contratada, incluindo aquela comprada pela CEMIG D nos leilões públicos, for inferior a 100% de sua necessidade de energia total verificada, a CEMIG D estará sujeita a multas e poderá não conseguir repassar a seus clientes todos os custos de compra adicional de energia, caso a mesma esteja disponível, os quais poderão ser mais elevados no mercado à vista. Se a energia contratada, incluindo aquela que a CEMIG D comprar no leilão público, representar mais de 100% e menos de 103% da sua necessidade de energia total, poderá repassar a seus clientes o volume total da sua necessidade de energia. Caso supere 103%, a CEMIG D novamente estará sujeita a multas e poderá não conseguir repassar a seus clientes todos os custos de compra deste montante. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico restringe, ainda, a capacidade da CEMIG D de repassar aos seus clientes o custo das compras de energia caso tais custos ultrapassem o VR estabelecido pela ANEEL. Este valor é baseado no preço médio ponderado pago por todas as empresas de distribuição nos leilões públicos de energia a ser disponibilizada por novos empreendimentos de geração, com início de entrega de três a cinco anos após a data de realização do leilão sendo aplicado somente durante os três primeiros anos após este marco inicial. Tendo em vista os inúmeros fatores que afetam as previsões de demanda de energia da CEMIG D, incluindo crescimento econômico e populacional, não é possível assegurar que sua previsão de demanda de energia será precisa. Se houver variações significativas entre as suas necessidades e o volume de suas compras de energia, os resultados das operações da CEMIG D poderão ser adversamente afetados, afetando adversamente a capacidade de pagamento da Garantidora. Para mais informações *vide* Seção "*O Setor de Energia Elétrica no Brasil*", na página 186, deste Prospecto.

Se a CEMIG D não conseguir controlar com sucesso as perdas de energia, os seus resultados operacionais e sua condição financeira poderão ser adversamente afetados.

A CEMIG D sofre dois tipos de perda de eletricidade: as perdas técnicas e as perdas comerciais. Perdas técnicas são aquelas decorrentes do curso ordinário de distribuição de eletricidade. Perdas comerciais são aquelas resultantes de conexões ilegais, fraude, erro na cobrança e medição. Como resultado do Racionamento e das rigorosas penalidades aplicadas aos seus clientes pelo Governo Federal no caso de consumo de energia além dos limites impostos, verificou-se um aumento significativo das perdas de energia causadas por conexões ilegais, roubo e fraude por parte de clientes que tentavam evitar o limite de consumo. Em 2008, as perdas de energia da CEMIG D foram de 11,69% do total de compras de energia, em termos de volume. Até 30 de setembro de 2009, referidas perdas foram de 11,34%. A CEMIG D não pode assegurar que as estratégias que implantou para combater as perdas de energia serão eficazes. A parcela de suas perdas de energia que exceder os percentuais definidos para a denominada empresa de referência, conforme determinação da ANEEL, não poderá ser repassada por meio de aumento das tarifas. Não é possível assegurar que as medidas do governo em resposta a uma possível escassez de energia no futuro, bem como um aumento nas perdas de energia, não venham a afetar adversamente a condição financeira e resultados operacionais da CEMIG D, e consequentemente, da Garantidora.

A CEMIG D obtém parte de suas receitas operacionais a partir de clientes qualificados como consumidores "potencialmente livres" que têm a liberdade de procurar fornecedores alternativos de energia.

Dentro de sua área de concessão, a CEMIG D não enfrenta concorrência na distribuição de energia. Entretanto, em virtude da regulamentação do Setor Elétrico, desde 1995 os clientes classificados como potencialmente livres podem adquirir energia diretamente por meio dos agentes de mercado (comercializadores e geradores). Além disso, clientes com uma demanda contratada igual ou superior a 500 kW ("Incentivados") podem se tornar consumidores livres caso optem por energia de fontes renováveis, como energia eólica, solar, biomassa ou PCHs.

Em 30 de setembro de 2009, a CEMIG D fornecia energia a 871 unidades de consumo de clientes industriais e comerciais com características de Incentivados , com demanda contratada no horário fora de pico, maior ou igual a 500 kW, que representavam aproximadamente 11,7% da receita total da CEMIG D e aproximadamente 18,7% do volume total da energia vendida no referido exercício. Caso os consumidores com características de Incentivados da CEMIG D passem a comprar energia de outros fornecedores, o resultado da CEMIG D poderá ser afetado, pois eles continuarão a pagar pelo uso da rede.

A CEMIG D mantém contratos de longo prazo com praticamente todos os seus principais consumidores. Qualquer perturbação no relacionamento existente com consumidores poderia prejudicar de maneira relevante seus resultados operacionais. Exemplificadamente, quando do término desses contratos, o regime regulatório que está sendo implantado no setor elétrico do Brasil poderá permitir que os consumidores contratem outros fornecedores de energia elétrica fora de Minas Gerais. Além disso, uma baixa de produção do setor manufatureiro poderia reduzir as demandas de energia de alguns dos maiores consumidores industriais da CEMIG D, o que poderia prejudicar de maneira relevante os resultados operacionais da CEMIG D.

A CEMIG D apresenta um percentual de inadimplência que pode afetar adversamente seus resultados financeiros.

Em 31 de dezembro de 2008, a CEMIG D acumulou contas a receber vencidas de consumidores finais no valor de, aproximadamente, R$ 574,1 milhões, correspondentes a 6% de sua receita operacional bruta registrada em 2008. Em 30 de setembro de 2009, a CEMIG D possuía contas a receber vencidas de consumidores finais no valor de, aproximadamente, R$ 611,6 milhões, correspondentes a 8% de sua receita operacional bruta registrada neste mesmo período. A CEMIG D pode não recuperar os créditos relativos a dívidas de diversos municípios e demais clientes inadimplentes que estão sendo renegociadas. Caso não recuperem esses créditos, total ou parcialmente, a CEMIG D sofrerá, um impacto adverso relevante em seus resultados financeiros, o que consequentemente, poderá afetar negativamente a capacidade de pagamento da Garantidora. Para mais informações sobre inadimplência *vide* Seção "*Negócios da Garantidora – Inadimplência*" na página 270 deste Prospecto.

RISCOS RELACIONADOS AO CONTROLE DA GARANTIDORA PELO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Garantidora e, consequentemente, a Emissora são controladas pelo Governo Estadual, o qual poderá ter interesses diversos dos interesses dos investidores.

Na qualidade de acionista controlador da Garantidora, e consequentemente da Emissora e da CEMIG D, o governo do Estado de Minas Gerais exerce influência substancial sobre a orientação estratégica de seus negócios. Não é possível analisar o impacto e efeitos que isso possa causar sobre a Emissora, sobre a CEMIG D ou seus resultados operacionais. O governo do Estado de Minas Gerais atualmente detém 51% das ações ordinárias da Garantidora, que por sua vez detém 100% das ações ordinárias da Emissora e, consequentemente, tem o direito à maioria dos votos em decisões de suas assembleias gerais, podendo (i) eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Emissora e da Garantidora e (ii) determinar as matérias que exijam aprovação por quorum qualificado de seus acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época e pagamento de quaisquer dividendos.

As operações da Emissora e da CEMIG D causaram e continuarão a causar impacto importante sobre o desenvolvimento comercial e industrial do Estado de Minas Gerais e sobre suas condições sociais. No passado, o Governo Estadual utilizou e poderá utilizar no futuro sua qualidade de acionista controlador da Garantidora e, consequentemente, da Emissora e da CEMIG D para decidir que estas devam se dedicar a certas atividades e efetuar certos investimentos destinados, principalmente, a promover seus objetivos políticos, econômicos ou sociais e não necessariamente para lograr o objetivo de melhoria dos negócios e/ou resultados operacionais da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora.

O controle efetivo da Garantidora é objeto de contestação em juízo.

Em função da compra, em 1997, de 32,9% das ações ordinárias de emissão da Garantidora pela SEB, uma *joint venture* controlada por uma companhia do grupo norte-americano AES *Corporation*; o Estado de Minas Gerais e a SEB celebraram um acordo de acionistas que concedeu à SEB controle sobre certas decisões societárias importantes para a condução dos negócios da Garantidora. Em agosto de 2001, após várias decisões e recursos, o TJMG declarou nulo referido acordo de acionistas. Em dezembro de 2003, esta decisão foi objeto de recurso para o STJ, que manteve a decisão do TJMG. Está pendente de julgamento no STF o Agravo de Instrumento interposto contra a inadmissão do Recurso Extraordinário pelo TJMG, estando o controle efetivo da Garantidora, dessa forma, sujeito à decisão final do STF. Caso a decisão do STF seja desfavorável ao Governo Estadual de Minas Gerais, o acordo de acionistas poderá ser considerado válido e a SEB poderá vir a ter o controle sobre certas decisões societárias relevantes da Garantidora e, consequentemente, da Emissora.

RISCOS RELACIONADOS ÀS ATIVIDADES DA EMISSORA E DA CEMIG D

As operações, equipamentos e instalações da Emissora e da CEMIG D estão sujeitos a ampla regulamentação ambiental e de saúde que podem se tornar mais rigorosos no futuro e resultar em maiores responsabilidades e investimentos de capital.

As atividades da Emissora e a da CEMIG D estão sujeitas a uma abrangente legislação ambiental em âmbito federal, estadual e municipal. Essas normas incluem a obrigação de obtenção de licenças ambientais para a construção de novas instalações ou a instalação de novos equipamentos necessários às operações da Emissora e da CEMIG D. É possível que as regras de proteção ambiental e de saúde forcem a Emissora a alocar investimentos de capital para a observância de normas e, consequentemente, realocar recursos de outros investimentos planejados. Isso poderá ter um efeito adverso significativo sobre a condição financeira e resultados operacionais da Emissora e da CEMIG D e, consequentemente, sobre a capacidade de pagamento das Debêntures.

Além disso, a Emissora e a CEMIG D estão sujeitas à legislação brasileira, que exige pagamento de compensação em relação aos efeitos poluidores de suas atividades. Segundo tal legislação, até 0,5% do montante total investido na implantação de um projeto que cause impacto ambiental significativo deverá ser direcionado para medidas ambientais compensatórias. A Emissora e a CEMIG D ainda não avaliaram os efeitos que esta legislação poderá ter sobre seus negócios. Quaisquer taxas impostas à Emissora e à CEMIG D, como resultado dessa regulamentação, poderiam ser significativas e podem impactar seus negócios, resultados operacionais ou condição financeira. Para maiores informações, *vide* Seção "*O Setor de Energia Elétrica no Brasil – Gestão Ambiental*", na página 209, deste Prospecto.

A Emissora e a CEMIG D deverão obter licenças para suas instalações que operam sem licenças ambientais.

A Lei de Crimes Ambientais estabeleceu multas para instalações que operem sem licenças ambientais. Em 1998, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1.710 (atualmente Medida Provisória nº 2.163/41), que estabelece disposições para operadoras de projeto visando à celebração de contratos com os órgãos normativos ambientais competentes para o fim de dar cumprimento à Lei de Crimes Ambientais.

Adicionalmente, a Emissora e a CEMIG D estão negociando com IBAMA e a FEAM a obtenção de licença de operação ambiental corretiva para todos os seus empreendimentos que tenham iniciado operação antes de fevereiro de 1986.

Os critérios de compensação ambiental e social não estão definidos, o que poderá fazer com que as solicitações de órgãos ambientais, Ministério Público, ONGs e populações afetadas sejam adicionais às tradicionalmente propostas. Devido a essas incertezas, as compensações ambientais e sociais podem afetar o licenciamento, inclusive o corretivo, prazos e orçamento de novos empreendimentos, e até mesmo inviabilizá-los. Ressalta-se que existem discussões atualmente em andamento nos órgãos ambientais oficiais (federal e estadual) com o objetivo de estabelecer critérios para disciplinar as compensações ambientais. Caso sejam adotados critérios muito rigorosos para a efetuação de tal compensação, a Emissora, a CEMIG D e, consequentemente, a Garantidora poderão ter sua capacidade de pagamento de obrigações adversamente afetada.

A Emissora e a CEMIG D têm obtido todas as licenças ambientais necessárias à implantação de seus novos empreendimentos desde março de 1986. Adicionalmente, estão negociando com o IBAMA e as SUPRAMs a obtenção de licença de operação ambiental corretiva para todos os seus empreendimentos que tenham iniciado operação antes de fevereiro de 1986, regularizando esses empreendimentos de acordo com o requisito legal.

Caso não obtenham as licenças pertinentes, a Emissora e a CEMIG D poderão sofrer um efeito adverso significativo sobre sua condição financeira e seus resultados operacionais, o que poderá afetar negativamente a capacidade de pagamento da Garantidora. Para maiores informações, *vide* Seção "*O Setor de Energia Elétrica no Brasil – Gestão Ambiental*", na página 209, deste Prospecto.

A Emissora e a CEMIG D necessitam de novos financiamentos para cumprimento de seus Planos de Investimentos.

A Emissora e a CEMIG D possuem uma política de obtenção de recursos para suas atividades baseada em financiamentos adquiridos junto a instituições financeiras, instituições de fomento nacionais e internacionais e operações de colocação de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados brasileiro e internacional, além da Eletrobrás. O insucesso na realização de novas operações similares, com o objetivo de refinanciar suas operações vincendas, poderá resultar em dificuldades na obtenção dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações assumidas em operações de financiamento já contratadas ou em um aumento nos custos de captação da Emissora e da CEMIG D, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros e operacionais, bem como afetar a capacidade de pagamento da Garantidora.

A Emissora e a CEMIG D possuem programas de investimentos para o período de 2010 a 2012, que prevêem investimentos no valor total de R$ 277,2 milhões, destinado à expansão das atividades de geração e transmissão de energia da Emissora, e R$ 1,73 bilhão, destinados às atividades de distribuição de energia pela CEMIG D, sendo tais investimentos aqueles básicos para manter as rotinas das empresas. A Emissora e a CEMIG D não podem assegurar que serão capazes de obter recursos suficientes para implementação do seu programa de investimentos conforme originalmente previsto. A incapacidade de obter os recursos necessários poderá postergar ou impedir a conclusão desse programa de investimentos e demais projetos da Emissora e da CEMIG D, o que poderá causar um efeito negativo nas atividades da Emissora e da CEMIG D e em seus resultados operacionais. Para mais informações *vide* Seções "*Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos*" e "*Contratos Relevantes*", nas páginas 321 e 325, deste Prospecto.

A não conclusão ou eventual atraso na construção dos projetos de expansão da capacidade de geração e transmissão de energia elétrica da Emissora podem afetar adversamente seu resultado operacional e financeiro.

A Emissora prevê um aumento na sua capacidade de geração e uma ampliação em seu sistema de transmissão de energia elétrica. A não conclusão ou eventual atraso na construção dos projetos de expansão da capacidade de geração e transmissão de energia elétrica da Emissora em virtude dos riscos associados à construção de aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão de energia elétrica, tais como o aumento do custo de mão-de-obra, bens e serviços, riscos de erros de projeto, perdas e danos causados a terceiros, restrições ambientais e atraso no término da construção das obras, poderá implicar custos operacionais e/ou financeiros adicionais, afetando adversamente o resultado operacional e financeiro da Emissora.

A Emissora e a CEMIG D estão sujeitas às regras e limites para contingenciamento de crédito do setor público e a restrições para utilização de determinados recursos por elas captados, o que poderá dificultar a obtenção de financiamentos.

Como uma sociedade de economia mista indiretamente controlada pelo Estado de Minas Gerais, a CEMIG, e consequentemente, a Emissora e a CEMIG D estão sujeitas às regras e limites impostos às instituições financeiras com relação ao contingenciamento de crédito ao setor público editadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil. Essas regras estabelecem determinados parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a entidades do setor público. Dessa forma, a Emissora e a CEMIG D poderão ter dificuldades para obter financiamentos perante instituições integrantes do Sistema Financeiro

Nacional, o que poderá dificultar a implementação de seu Plano de Investimentos ou o refinanciamento de suas obrigações financeiras. Essas regras também estabelecem que uma empresa estatal, de modo geral, somente poderá captar recursos: (i) no mercado local, por meio de empréstimos para refinanciamento de dívida e por meio de captações de recursos mediante a emissão de valores mobiliários; e (ii) no mercado externo, por meio de financiamento de importações, refinanciamento de dívidas registradas no Banco Central do Brasil e financiamentos concedidos por organismos multilaterais. Em decorrência dessas regulamentações, a capacidade de contrair dívida da Emissora e da CEMIG D fica mais uma vez limitada, podendo afetar negativamente a implementação do seu plano de investimentos ou o refinanciamento de suas obrigações financeiras.

Há restrições contratuais à capacidade de endividamento da Emissora e da CEMIG D.

Além dos limites para contingenciamento de crédito do setor público, a Emissora e a CEMIG D estão sujeitas a certas cláusulas e condições que restringem sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos em virtude de contratos por ela celebrados para a captação de recursos. Na hipótese de descumprimento, pela Emissora ou pela CEMIG D, de qualquer disposição dos referidos contratos, tornar-se-ão exigíveis os valores vincendos (principal, juros e multa) objeto dos referidos contratos. O vencimento antecipado das obrigações da Emissora ou da CEMIG D, e consequentemente, da Garantidora poderá acarretar sérios efeitos sobre sua situação financeira, considerando-se inclusive a previsão de vencimento cruzado de outras obrigações da Emissora, inclusive aquelas decorrentes desta Oferta, e da CEMIG D, conforme cláusulas presentes em diversos contratos de empréstimos e financiamento por ela celebrados com terceiros. Ademais, a existência de limitações ao endividamento da Emissora e da CEMIG D poderá afetar sua capacidade de captar novos recursos necessários ao financiamento de suas atividades e de suas obrigações vincendas, o que poderá influenciar negativamente a capacidade da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora de honrar seus compromissos financeiros, inclusive a capacidade da Emissora e da Garantidora com relação ao pagamento das Debêntures emitidas no âmbito desta Oferta. Para mais informações *vide* Seção "*Contratos Relevantes*", na página 325, deste Prospecto.

Decisões adversas em processos judiciais.

A Emissora e a Garantidora são parte em vários processos judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais, que são ajuizados no curso habitual dos seus negócios. As informações trimestrais da Emissora incluem reservas atinentes a processos judiciais no valor total de R$ 9,3 milhões em 30 de setembro de 2009 atinentes a prejuízos prováveis e razoavelmente estimados e despesas que poderá incorrer no que se refere aos litígios pendentes. Deste total, o valor de R$ 0,2 milhões referiam-se a questões trabalhistas, e R$ 9,1 milhões referiam-se a questões cíveis e outras. Em 30 de setembro de 2009, a Emissora havia estabelecido provisões no valor total de R$ 9,3 milhões. Se a Emissora ou a Garantidora forem condenadas a efetuar pagamentos em montante superior aos valores provisionados, poderá haver um impacto negativo em sua condição financeira e seu resultado operacional. Para maiores informações sobre este assunto, *vide* as Seções "*Contingências Judiciais e Administrativas da Emissora*" e "*Contingências Judiciais e Administrativas da Garantidora"*, nas páginas 333 e 336, deste Prospecto.

Disputas trabalhistas, greves e/ou interrupções de trabalho poderão ter um impacto negativo sobre o negócio da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora.

Praticamente todos os empregados da Emissora, da CEMIG D e, consequentemente, da Garantidora estão abrangidos pela legislação trabalhista brasileira aplicável a empregados do setor privado. Foram celebrados acordos coletivos com sindicatos que representam a maioria dos empregados da Emissora, da CEMIG D e da Garantidora.

A Emissora, a CEMIG D e a Garantidora estão se defendendo atualmente em uma quantidade de reclamações trabalhistas instauradas por seus empregados que se referem, de forma geral, à remuneração de hora extra e de adicional de periculosidade. Também são partes em ações relacionadas à terceirização de mão-de-obra, instauradas por empregados de seus contratantes e subcontratantes exigindo o pagamento de obrigações trabalhistas pendentes. Em 30 de setembro de 2009, as ações trabalhistas da Emissora, da CEMIG D e da Garantidora, individual ou solidariamente, totalizavam, aproximadamente, R$ 257 milhões, nessa data, elas possuíam uma provisão de aproximadamente R$ 98,3 milhões, relacionada ao resultado desfavorável previsto em tais reclamações. Para maiores informações sobre processos trabalhistas, *vide* Seções "*Contingências Judiciais e Administrativas da Emissora*" e "*Contingências Judiciais e Administrativas da Garantidora"*, nas páginas 333 e 336, deste Prospecto.

Disputas contratuais, greves, reclamações ou outros tipos de conflitos atinentes aos empregados da Emissora e da Garantidora ou a sindicatos que os representem, poderão causar efeito adverso sobre seus negócios, resultados operacionais ou situação financeira e sobre sua capacidade de manter os níveis normais de serviço ou operar seus negócios da maneira que seus consumidores esperam.

Nem todos os bens e ativos da Emissora poderão ser objeto de execução para satisfazer as obrigações relativas às Debêntures emitidas no âmbito desta Oferta.

Na qualidade de concessionária de serviços públicos, todos os bens da Emissora são essenciais à prestação de serviços públicos e vinculados às concessões por elas detidas, devem ser revertidos ao poder concedente ao final dos Contratos de Concessão e não estão sujeitos à penhora ou execução judicial. Desse modo, na hipótese de inadimplemento das obrigações relativas às Debêntures, pela Emissora ou pela Garantidora nem todos os seus bens e ativos poderão ser objeto de execução para satisfazer as obrigações relativas às Debêntures.

Riscos inerentes ao Fundo CRC.

Em 26 de janeiro de 2006, foi criado o Fundo CRC formado por direitos de crédito decorrentes do Contrato CRC. O Fundo CRC é composto por 900.000.000 de cotas seniores e 760.125.012 de cotas subordinadas não transferíveis, com valor nominal de R$ 1,00 por cota, as quais foram integralmente subscritas e pagas em 27 de janeiro de 2006, pelo Banco Itaú BBA S.A. e o Banco Bradesco S.A. e pela CEMIG, respectivamente. As cotas seniores e as subordinadas deverão ser resgatadas em 2015 e 2035, respectivamente. O valor, em 30 de setembro de 2009, dos recebíveis transferidos para o Fundo CRC era de R$ 1,78 bilhão.

As cotas seniores são remuneradas pelo CDI acrescido de 1,70% por ano e serão amortizadas em 20 pagamentos semestrais durante um período de 10 anos. Ademais, tendo em vista que (i) as datas dos pagamentos semestrais das cotas seniores coincidem com as datas em que a CEMIG paga seus dividendos semestrais; e (ii) o quarto aditamento do Contrato CRC prevê que 65% dos dividendos devidos pela CEMIG ao Governo do Estado em cada pagamento de dividendos devem ser retidos pela CEMIG e transferidos automaticamente para o Fundo CRC, as cotas são automaticamente reembolsadas em referidas datas. Caso esses dividendos não sejam suficientes para promover um sistema de pagamento fixo às cotas seniores, a CEMIG, como co-obrigada, deverá contribuir com o valor necessário para efetuar tal pagamento. O sistema de amortização foi projetado para coincidir com o cronograma de distribuição de dividendos da CEMIG e para minimizar o risco da CEMIG ser responsável por qualquer pagamento adicional. As cotas subordinadas serão amortizadas com qualquer excesso de caixa disponível no Fundo CRC ou com sua liquidação. Caso a CEMIG deva, na qualidade de co-obrigada, fazer qualquer pagamento das cotas seniores sua capacidade de pagamento poderá ser afetada adversamente de forma relevante. Para mais informações sobre o Fundo CRC e o Contrato CRC *vide* Seção "*Informações Sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos – Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela CEMIG – Fundo CRC*", na página 324, deste Prospecto.

Não há garantias da capacidade de pagamento da Garantidora.

As Debêntures da presente Oferta possuem garantia fidejussória prestada pela CEMIG, sociedade *holding*, da qual a Emissora e a CEMIG D são subsidiárias integrais. Dessa forma, a CEMIG obtém receita por meio da distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de suas subsidiárias. Não há garantias de que suas subsidiárias apresentarão lucros no futuro e/ou distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio à CEMIG, bem como não há garantia de que esta terá capacidade para honrar as obrigações relativas às Debêntures na hipótese de inadimplemento da Emissora.

A Emissora pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócio, podendo gerar prejuízos em seus negócios e resultados operacionais.

A capacidade da Emissora de implementar a sua estratégia de negócios depende de uma série de fatores, incluindo a habilidade de:

- estabelecimento de posições de compra e venda vantajosas;
- crescimento com disciplina financeira;
- maximização da eficiência da carteira de clientes;
- aumento da carteira de clientes livres; e
- eficiência operacional.

A Emissora não pode garantir que quaisquer desses objetivos serão integralmente realizados. Caso a Emissora não seja bem sucedida em concretizar suas estratégias, a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora poderão ser adversamente afetados, afetando adversamente a capacidade de pagamento da Garantidora.

A terceirização de parte substancial das atividades da Emissora pode ter um efeito adverso relevante nos seus resultados e/ou na sua condição financeira caso tal terceirização venha a ser considerada como vínculo empregatício para fins da legislação aplicável ou caso venha a ser considerada ilegal pelo Poder Judiciário.

A Emissora mantém diversos contratos com empresas de prestação de serviços para a condução de parte substancial de suas atividades, como o corte e religamento de energia elétrica, atendimento comercial e atendimento emergencial e construção de redes. Na hipótese de uma ou mais das referidas empresas não cumprirem com quaisquer de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e/ou fiscais, a Emissora pode vir a ser condenada judicialmente a arcar com tais obrigações caso os prestadores de serviços contratados pela Emissora sejam considerados empregados da Emissora para fins da legislação trabalhista aplicável. Caso isto ocorra, os resultados e/ou a condição financeira da Emissora poderão ser significativamente afetados de forma adversa.

Além disso, o Tribunal Superior do Trabalho, em recurso julgado recentemente pela Subseção Especializada em Dissídios Individuais em face da Centrais Elétricas de Goiás - CELG, decidiu pela impossibilidade de terceirização de algumas atividades consideradas "atividades-fim" da referida companhia. Caso o entendimento do TST no julgamento mencionado acima seja mantido em julgamentos futuros, inclusive naqueles relativos às atividades desenvolvidas pela Emissora, a Emissora poderá ser obrigada a substituir os terceirizados por ela contratados, o que poderá acarretar custos significativos para a Emissora, afetando, consequentemente, de forma relevante e adversa os seus resultados operacionais e/ou a sua condição financeira.

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas às hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora. Não há garantias de que a Emissora terá recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, o que poderá causar um impacto negativo relevante nos resultados e atividades da Emissora. Para maiores informações, *vide* o Anexo A, na página 349, deste Prospecto.

O mercado secundário de debêntures tem baixa liquidez no Brasil, podendo dificultar a negociação das Debêntures.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures historicamente apresenta baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que possibilite aos subscritores desses títulos sua alienação caso estes assim decidam. Além da dificuldade na realização da venda, a baixa liquidez no mercado secundário de Debêntures no Brasil pode causar também a deterioração do preço de venda desses títulos.

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar classificação de risco, certos fatores relativos à Emissora e à Garantidora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características das próprias emissões e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e pela Garantidora, bem como os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora e da Garantidora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora e da Garantidora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço das Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

Limitação na Excussão da Garantia.

As Debêntures da presente Oferta contam com Garantia Fidejussória da Garantidora, da qual a Emissora é subsidiária integral. Caso venha a ser declarado o vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da Oferta, seu eventual pagamento dependerá, principalmente, do sucesso da excussão da garantia. O processo de excussão da Garantia Fidejussória das Debêntures, tanto judicial quanto extrajudicial, pode ser demorado e seu sucesso está sujeito a diversos fatores que estão fora do controle da Emissora. Além disso, a CEMIG, na qualidade de garantidora, poderá não ter recursos ou bens suficientes para honrar o pagamento integral das obrigações decorrentes das Debêntures.

A taxa de juros estipulada nas Debêntures pode ser questionada em decorrência da Súmula nº 176 do STJ.

O STJ editou a Súmula nº 176 declarando ser "nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP". De acordo com os acórdãos que sustentam a súmula, tanto a ANBID quanto a CETIP são instituições de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras.

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas com base na Taxa DI. Assim, existe a possibilidade de, em uma eventual disputa judicial, a referida Súmula ser aplicada pelo Poder Judiciário por considerar que a Taxa DI, divulgada pela CETIP, não é válida como fator de remuneração das Debêntures da Primeira Série. Nesse caso, o índice que vier a ser estipulado pelo Poder Judiciário poderá conceder aos titulares das Debêntures da Primeira Série uma remuneração inferior à da Taxa DI, prejudicando a rentabilidade das Debêntures da Primeira Série.

As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto podem não ser precisas.

Este Prospecto contém informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora, as quais refletem as opiniões da Emissora em relação ao desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro da Companhia seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção "Fatores de Risco" e em outras seções deste Prospecto. As expressões "acredita que", "espera que" e "antecipa que", bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações contidas neste Prospecto e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados integralmente para o resgate das 270 (duzentos e setenta) Notas Promissórias Comerciais da 3ª Emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), emitidas em 30 de outubro de 2009, com juros remuneratórios correspondentes a 113% (centro e treze por cento) da Taxa DI, incidente sobre o Valor Nominal Unitário de cada Nota Promissória, desde a data de sua efetiva subscrição até a respectiva data de vencimento. Entretanto, na hipótese do montante captado por meio da presente Oferta ser insuficiente para que a Companhia consiga pagar o resgate acima referido, a diferença será quitada pela Companhia com recursos próprios obtidos de suas disponibilidades de caixa.

Os recursos obtidos pela Companhia por meio de sua 3ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais foram destinados pela Emissora da seguinte maneira: (i) R$ 1,07 bilhão, ou aproximadamente 40% do valor total da emissão, dos recursos obtidos com essas notas promissórias foram utilizados para aporte de capital na TAESA para que esta então utilizasse esses recursos na aquisição de 49% das ações ordinárias da Terna de propriedade da Terna S.p.A.; (ii) até R$ 0,96 bilhão ou aproximadamente até 36% do valor total da emissão, serão destinados ao aporte de capital na Alterosa para que esta utilize esses recursos na realização da OPA da Aliança; e (iii) o restante do valor captado por meio da emissão das notas promissórias foi destinado à recomposição de caixa dos investimentos já realizados em 2009 pela Emissora, bem como para a implementação do plano de investimentos da Emissora. incluindo aqueles descritos abaixo:

Investimentos	**Valores (R$ milhões)**
Aquisição de Participação em Parques Eólicos	220,0
Aporte de Capital na Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE	52,1
Aporte de Capital na Hidrelétrica Pipoca S.A.	12,5
Aporte de Capital na Madeira Energia S.A.	42,8
Aporte de Capital na Guanhães Energia S.A.	23,7
Investimentos em CAPEX	225,0
TOTAL	**576,1**

Para maiores informações sobre a aquisição da Terna, *vide* Seção "*Negócios da Emissora – Transmissão de Energia Elétrica - Aquisição da Terna*", na página 234 deste Prospecto, e para informações sobre o impacto da Oferta na situação patrimonial e nos resultados da Emissora, *vide* Seção "*Capitalização da Emissora – Capacidade de pagamento frente ao endividamento da Emissora*" na página 98 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

A Emissora é uma subsidiária integral da CEMIG. Em 30 de setembro de 2009, o capital social da Emissora era de R$ 2.896.785.358,90 (dois bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos), representado por 2.896.785.358 (dois bilhões, oitocentas e noventa e seis milhões, setecentas e oitenta e cinco mil, trezentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A tabela abaixo apresenta a posição acionária atual da Emissora:

Acionistas	Ações	%
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	3.296.785.358,90	100,0
Ações em Tesouraria	0	0,0
Outros	28	0,0
Total	**3.296.785.358,90**	**100,0**

Fonte: Companhia

Na Data de Emissão, o capital social da Companhia é de R$ 3.296.785.358,90 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos).

CARACTERÍSTICAS E PRAZOS

Autorizações Societárias

As autorizações sobre a emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, realizadas em 23 de julho de 2009, 27 de agosto de 2009 e 1º de dezembro de 2009 (as "RCAs"). As RCAs foram devidamente arquivadas na JUCEMG em 3 de setembro de 2009, 8 de setembro de 2009 e 29 de dezembro de 2009, sob os n°s 4189606, 4191508 e 4268369, respectivamente, tendo sido as duas primeiras publicadas em 9 de setembro de 2009 e a última em 15 de janeiro de 2010, todas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Tempo". A taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, apuradas por meio de Procedimento de *Bookbuilding*, bem como a quantidade de Debêntures alocada para a primeira série da Emissão e a quantidade de Debêntures alocada para a segunda série da Emissão, observados os limites previstos na Escritura de Emissão, foram ratificadas por meio do Aditamento à Escritura de Emissão.

Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 270.000 (duzentas e setenta mil) Debêntures, sendo 156.600 (cento e cinquenta e seis mil e seiscentas) Debêntures da Primeira Série e 113.400 (cento e treze mil e quatrocentas) Debêntures da Segunda Série. A Emissão será realizada em duas séries, sendo que o número de Debêntures alocado a cada série foi definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado o Sistema de Vasos Comunicantes e respeitados os subitens 3.3 e 3.6.4 da Escritura de Emissão.

Aumento da Quantidade de Debêntures

Não haverá a possibilidade de aumento na quantidade das Debêntures a serem distribuídas no âmbito da Oferta em virtude de excesso de demanda, seja a critério da Emissora (nos termos do artigo 14 da Instrução CVM 400), seja a critério do Coordenador Líder (nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400).

Valor Total da Emissão

O valor total da Oferta é de R$ 2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), na Data de Emissão.

Séries

A Emissão será realizada em duas séries. O número de Debêntures alocado a cada série foi definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no Sistema de Vasos Comunicantes. A emissão das Debêntures da Segunda Série estava condicionada à obtenção de demanda dos investidores suficiente para a emissão de, no mínimo, 20.000 (vinte mil) Debêntures da Segunda Série. Caso não fosse alcançado o Montante Mínimo da Segunda Série no Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora deveria cancelar a emissão da referida série.

Data de Emissão

Para todos os fins e efeitos, a Data de Emissão será 15 de janeiro de 2010.

Conversibilidade, Tipo e Forma

As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações. Ademais, as Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, ou seja, sem garantia nem preferência. Desse modo, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.

Vencimento

As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2012. As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2015. Na respectiva Data de Vencimento da Primeira Série e na respectiva Data de Vencimento da Segunda Série, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, respectivamente, que ainda estiverem em circulação. A liquidação das Debêntures aqui referida será realizada pela Emissora, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série em se tratando das Debêntures da Segunda Série), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso.

Remuneração das Debêntures da Primeira Série

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

Juros Remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento das Debêntures da Primeira Série, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.5.1 da Escritura de Emissão.

A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, definida em conformidade com o Procedimento de Bookbuilding, foi ratificada por meio do Aditamento à Escritura de Emissão.

Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis e deverão (observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.1 da Escritura de Emissão) ser pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo), conforme aplicável). O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros-1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_k, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k\right)\right]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 (um) até n_{DI};

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "n_{DI}" um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k, expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 0,9000; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações:

(i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

(iii) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos subitens 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 da Escritura de Emissão.

No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou de impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Primeira Série da Taxa DI, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X da Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicados, observado o disposto no subitem 4.2.2.6 da Escritura de Emissão.

Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no subitem 4.2.2 e seguintes da Escritura de Emissão para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série

As Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE (a "Atualização da Segunda Série"), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série.

A Atualização da Segunda Série será paga na periodicidade prevista no subitem 4.4.2 da Escritura de Emissão ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento.

A Atualização da Segunda Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^{n} \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde,

n = número total de índices considerados na Atualização da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

NIk = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série; após a data de aniversário respectiva, o "NIk" corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1}= valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo "dut" um número inteiro.

Observações:

(i) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;

(ii) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;

(iii) Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversários consecutivas;

(iv) O fator resultante da expressão $[NI(k) /NI(k-1)]^{(dup/dut)}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

(v) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Observado o item 4.10.2.1 da Escritura de Emissão, aplicável até a data de subscrição e integralização das Debêntures, no caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o número-índice divulgado relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X da Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização da Segunda Série que será aplicada, observado o disposto no subitem 4.3.1.5 da Escritura de Emissão.

Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado, ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização da Segunda Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator "C" no cálculo da Atualização da Segunda Série.

Juros Remuneratórios: as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios de 7,6796% (sete inteiros e seis mil, setecentos e noventa e seis décimos de milésimos por cento) ao ano, conforme definido em Procedimento de *Bookbuilding*. A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o subitem 4.3.1 da Escritura de Emissão, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinqüenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, e, observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.2 da Escritura de Emissão, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis).

Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = \left(\text{T}axa + 1\right)^{\frac{\text{DP}}{252}}$$

onde,

Taxa = 7,6796%;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização":

(i) para as Debêntures da Primeira Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série; e

(ii) para as Debêntures da Segunda Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, foi ratificada por meio do Aditamento à Escritura de Emissão.

Preço de Subscrição

As Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com o disposto no item 4.2. da Escritura de Emissão, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arrendondamento.

As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com o disposto no item 4.3 da Escritura de Emissão, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

Caso, até a data de subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série não haja divulgação do IPCA do mês imediatamente anterior, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série a última projeção de IPCA, conforme acordado pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANDIMA ou, na falta dessa projeção da ANDIMA, o último IPCA oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas se e quando o IPCA que seria aplicável for divulgado.

Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, na Data de Integralização e em moeda corrente nacional, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados nas datas previstas na Escritura de Emissão, utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário e/ou Instituição Escrituradora, para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados à CETIP ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.

Imunidade

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e/ou Instituição Escrituradora e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

Amortização

A amortização integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será realizada em uma única parcela, na Data de Vencimento da Primeira Série.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, conforme tabela a seguir:

Datas da Amortização	Definição da fração do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado (*)
15 de janeiro de 2013	33,00%
15 de janeiro de 2014	33,00%
15 de janeiro de 2015	34,00%

(*) O Valor Nominal unitário aqui apresentado é referenciado à Data de Emissão e deverá ser atualizado monetariamente nos termos da Escritura de Emissão.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.6 da Escritura de Emissão, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Encargos Moratórios

Sem prejuízo da remuneração das Debêntures, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos ficarão sujeitos a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, corrigido monetariamente pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, excluindo-se a hipótese de a variação acumulada do IPCA resultar em um valor negativo. Os encargos moratórios estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos do item 6.2 da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

Vencimento Antecipado

São considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta e, sujeito ao disposto nos itens 7.2 e 7.3 da Escritura de Emissão, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado (conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme o caso), calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos da Escritura de Emissão, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

(i) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou da Garantidora, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora; ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Garantidora, nos termos da legislação aplicável;

(ii) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures;

(iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Garantidora decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não;

(iv) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emissora e/ou a Garantidora seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, constante de suas últimas demonstrações financeiras à época, sendo que, no caso da Garantidora, esse percentual será calculado com relação ao resultado consolidado da Garantidora;

(v) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, cujo valor global ultrapasse R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juizo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora;

(vi) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora;

(vii) se a Emissora e/ou a Garantidora, conforme o caso, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, segundo qualquer acordo ou contrato da qual seja parte como mutuaria ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; e/ou

(viii) Privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária que impliquem redução do capital social da Emissora e/ou da Garantidora, salvo se por determinação legal.

Para fins do disposto no subitem (viii) acima, entende-se por privatização a hipótese na qual: (i) a Garantidora, atual controladora direta da Emissora, deixe de deter, direta ou indiretamente, o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora; e/ou (ii) o Governo do Estado de Minas Gerais, atual controlador da Garantidora, deixe de deter, direta ou indiretamente, o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Garantidora.

Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos subitens (i), (ii) e (iii) acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos no item 7.2 da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X da

Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido abaixo, devendo o Agente Fiduciário, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas nas referidas Assembleias. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma do item 10.1 da Escritura de Emissão.

Se, nas Assembleias Gerais referidas acima: (i) os Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação e/ou; (ii) Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

Adicionalmente ao disposto nos itens 7.3 e 7.3.1 da Escritura de Emissão, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, devendo enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento, aplicando-se o disposto abaixo.

Observado o disposto na Cláusula VII da Escritura de Emissão, em caso de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Emissora e/ou a Garantidora obriga(m)-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série (conforme aplicável), com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos no item 7.1 da Escritura de Emissão, além dos demais encargos devidos nos termos da Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida nos itens 7.2, 7.3 e 7.3.1 da Escritura de Emissão.

Assembleia Geral de Debenturistas

Às assembleias gerais de Debenturistas (as "Assembleias Gerais" ou, individualmente, a "Assembleia Geral") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

Convocação

As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez porcento) das Debêntures em Circulação**.**

A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13 da Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Da mesma forma, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Ainda, com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

Quorum de Instalação

A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação e/ou no mínimo a metade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

Mesa Diretora

A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série eleito pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou pelos titulares das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

Quorum de Deliberação

Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

Não estão incluídos nos *quora* mencionados acima:

(i) os *quora* expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão, inclusive com relação a assuntos de interesse comum aos Debenturistas de ambas as séries da presente Emissão;

(ii) as alterações relativas: (a) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 da Escritura de Emissão; (b) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto na Escritura de Emissão; e/ou; (c) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme o caso), seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série ou, no mínimo, 90% das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série;

(iii) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII da Escritura de Emissão, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; e

(iv) as autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes da Escritura de Emissão, devendo qualquer dessas autorizações ou permissões (*waivers*) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série.

Alterações na Cláusula X da Escritura de Emissão

As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.5 e 10.7 da Escritura de Emissão deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos no item 10.4 da Escritura de Emissão deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

Matérias de Interesse Específico

Na hipótese de instalação de Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse específico de Debenturistas de uma respectiva série, as disposições da Cláusula X da Escritura de Emissão aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série, sendo que as matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora em quaisquer Assembleias Gerais.

O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

Limite Legal

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, considerando que o capital social da Emissora, na Data de Emissão será de R$ 3.296.785.358,90 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos).

Resgate Antecipado Facultativo

As Debêntures desta Oferta não estarão sujeitas ao resgate antecipado facultativo pela Emissora.

Repactuação

As Debêntures desta Oferta não estarão sujeitas a repactuação.

Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição no mercado primário por meio (a) do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP e (b) do Sistema BOVESPAFIX, administrado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade.

Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, e publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, no jornal "O Tempo" e no jornal "Valor Econômico – Edição Nacional", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (http://ri.cemig.com.br).

Cronograma da Oferta

A Oferta seguirá o cronograma tentativo abaixo:

Evento	Datas indicativas*
Publicação do Aviso ao Mercado da Oferta Disponibilização do Prospecto Preliminar	23/12/2009
Início das Apresentações a Potenciais Investidores	20/01/2010
Encerramento das Apresentações Para Potenciais Investidores	26/01/2010
Procedimento de *Bookbuilding*	23/02/2010
Registro da Oferta na CVM	Até 02/03/2010
Publicação do Anúncio de Início da Oferta com a divulgação do resultado do Procedimento de *Bookbuilding* Disponibilização do Prospecto Definitivo	03/03/2010
Liquidação das Debêntures da Primeira Série Liquidação das Debêntures da Segunda Série	09/03/2010 10/03/2010
Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	Até 12/03/2010

*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos.

Data de Início e Término da Oferta

A colocação das Debêntures somente ocorrerá após: (a) a obtenção do registro da Oferta junto à CVM; (b) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, nos termos da Instrução CVM 400; e (c) a publicação do Anúncio de Início. Findo o período de distribuição, deverá ser publicado Anúncio de Encerramento.

Público Alvo

O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inclusive clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Cancelamento, Suspensão ou Revogação da Oferta

Na hipótese da Oferta ser cancelada, revogada ou suspensa, tal fato deverá ser imediatamente divulgado ao menos pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início e Aviso ao Mercado.

A Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, nos seguintes casos:

(a) se estiver sendo processada em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou

(b) se for considerada ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A Oferta deverá ser suspensa quando a CVM verificar ilegalidade ou violação de regulamentos sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo esse prazo de 30 (trinta) dias sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro.

A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta.

Os investidores que já tenham aceitado a Oferta, no caso de sua suspensão, terão o direito de revogar sua aceitação em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva comunicação. Terão direito à restituição integral, sem adição de juros ou correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis de sua manifestação, em conformidade com os termos do Contrato de Distribuição e deste Prospecto: (a) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento ou revogação; e (b) os investidores que tenham revogado a sua aceitação no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis referido acima, na hipótese de suspensão da Oferta.

O disposto no parágrafo acima se aplica, também, conforme o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à distribuição pública das Debêntures quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, caso essa condição não seja satisfeita quando do encerramento da distribuição pública das Debêntures.

Não haverá dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza dos valores dados em contrapartida às Debêntures pelos investidores na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, conforme aplicável.

Modificação da Oferta

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. Se for deferida a modificação, a Oferta poderá, por iniciativa da própria CVM, ou a requerimento da Companhia, ser prorrogada por até 90 (noventa) dias. É sempre permitida a modificação da distribuição pública para melhorá-la em favor dos investidores.

A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores dados em contrapartida às Debêntures, sem adição de juros ou correção monetária. Em caso de revogação da Oferta, os boletins de subscrição eventualmente firmados ficarão automaticamente cancelados.

Eventual modificação dos termos e condições da Emissão e das Debêntures, nos termos do disposto no Contrato de Distribuição, deverá ser divulgada imediatamente ao menos pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início e do Aviso ao Mercado e os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesta hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da alteração dos termos e condições das Debêntures, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio. Caso após notificados os investidores decidam revogar sua aceitação da Oferta, deverão ser estes restituídos, sem adição de juros ou correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados de sua manifestação.

No caso de restituição de valores nos termos acima descritos, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação aos Coordenadores referente aos valores restituídos.

Não haverá dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza dos valores dados em contrapartida às Debêntures pelos investidores na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, conforme aplicável.

Inadequação do Investimento

As Debêntures não são adequadas a investidores que: (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito no setor de energia elétrica; e/ou (iii) não detenham o grau de sofisticação e conhecimento necessários para assumir os riscos inerentes ao investimento nas Debêntures. Os investidores devem ler a seção *"Fatores de Risco"* nas páginas 42 a 59 deste Prospecto.

Informações sobre a Companhia e a Oferta

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas junto ao Coordenador Líder, à Emissora e à CVM.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 400, foi celebrado o Contrato de Distribuição, por meio do qual a Companhia contratou os Coordenadores para realizar a colocação das Debêntures junto ao público. O Contrato de Distribuição está disponível para consulta junto à sede Companhia, dos Coordenadores e da CVM, nos endereços indicados neste Prospecto.

De acordo com o Contrato de Distribuição, a distribuição pública das Debêntures será realizada conforme as condições descritas a seguir.

Procedimento de Distribuição e Regime de Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º, incisos I, II e III, do artigo 33 da Instrução CVM 400.

Preço de Subscrição e Forma de Integralização

Todas as Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização, que será paga à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, observado o disposto na Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição.

Forma de Colocação e Plano de Distribuição

Observadas as demais condições previstas no Contrato de Distribuição, a Oferta será realizada na forma e condições seguintes:

(i) a colocação das Debêntures será pública, mediante intermediação dos Coordenadores, e ocorrerá em regime de garantia firme de distribuição, sem solidariedade entre os Coordenadores, observados os limites de cada um conforme item 6.8 do Contrato de Distribuição;

(ii) a garantia firme de distribuição será exercida, pelos Coordenadores, unicamente na hipótese da demanda pelas Debêntures apurada durante o Procedimento de Bookbuilding ser inferior ao montante de Debêntures inicialmente ofertado; para fins do exercício da garantia firme serão contabilizadas todas as Debêntures alocadas a potenciais investidores no Procedimento de *Bookbuilding*, considerando ambas as séries;

(iii) a colocação das Debêntures somente ocorrerá após: (a) a obtenção do registro da Oferta junto à CVM; (b) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, nos termos da Instrução CVM 400; e (c) a publicação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início de distribuição pública das Debêntures. A colocação pública das Debêntures será realizada nos mercados de balcão organizado indicados no item "Registro para Distribuição e Negociação" acima;

(iv) os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início. Após a integral colocação das Debêntures, será publicado o respectivo Anúncio de Encerramento;

(v) cada pagamento referente à integralização das Debêntures será feito adotando-se os procedimentos estabelecidos pela CETIP; e

(v) não há nem será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço com relação às Debêntures.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição adotado em consonância com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos investidores, e (iii) que quaisquer dúvidas por parte dos investidores possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores. O plano de distribuição será fixado nos seguintes termos:

(i) anteriormente ao registro da Oferta junto à CVM, os Coordenadores disponibilizarão ao público o Prospecto Preliminar, precedido da publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, não havendo, contudo, recebimento pelos Coordenadores de reservas de subscrição de Debêntures. Será realizado o *"Road Show"* conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Emissora, durante o qual será distribuído o Prospecto Preliminar;

(ii) após a realização do "*Road Show*" e conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Emissora, os Coordenadores darão início ao Procedimento de *Bookbuilding*, conforme previsto no item 3.3 da Escritura de Emissão;

(iii) encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidarão as propostas dos investidores para subscrição das Debêntures, alocando, inclusive, o número de Debêntures em cada série da Oferta, respeitado o Montante Mínimo da Segunda Série;

(iv) não sendo atingido o Montante Mínimo da Segunda Série e, portanto, essa série não venha a ser emitida, os investidores que apresentarem, durante o Procedimento de *Bookbuilding*, ordens de compra para as Debêntures da Segunda Série, poderão ter seus pedidos realocados para as Debêntures da Primeira Série, desde que, observado o Valor Total da Emissão, os respectivos investidores tenham manifestado expressamente, nessas ordens de compra, o interesse na realocação para as Debêntures da Primeira Série, informando a quantidade e a remuneração mínima para as Debêntures da Primeira Série (sendo que, nesta hipótese, essa quantidade de debêntures será somada, se for o caso, àquela quantidade apresentada originalmente pelo respectivo investidor, para as Debêntures da Primeira Série). Os investidores que não tenham indicado de forma expressa seu interesse na realocação de suas ordens de compra originalmente requeridas para as Debêntures da Segunda Série com a devida indicação de quantidade e remuneração mínima para as Debêntures da Primeira Série, na hipótese de não ser efetivada a emissão da segunda série da Oferta, terão suas ordens de compra automaticamente canceladas;

(v) uma vez determinada a remuneração final das Debêntures, os documentos relativos à oferta das Debêntures deverão ser apresentados à CVM;

(vi) após a obtenção do registro da Oferta na CVM, deverá ser publicado o respectivo Anúncio de Início;

(vii) não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora; e

(viii) não existirá lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures.

Os Coordenadores exercerão a garantia firme de subscrição com relação a totalidade das Debêntures que porventura não tenham sido colocadas junto a investidores, até a Data de Liquidação da Primeira Série e/ou a Data de Liquidação da Segunda Série, conforme o caso, estando assim obrigados a subscrever e integralizar essas Debêntures, até o respectivo limite da garantia firme prestada por cada um, conforme o disposto na tabela abaixo, não respondendo solidariamente pelo montante total da garantia firme.

Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das debêntures sob o regime de garantia firme de colocação, válida até o dia 15 de março de 2010, para o Valor Total da Emissão, na proporção indicada na tabela a seguir:

Instituição	Montante de Garantia Firme	% da Garantia Firme da Emissão
BB-BI	até R$ 926.000.000,00	34,296%
CAIXA	até R$ 625.000.000,00	23,148%
HSBC	até R$ 474.500.000,00	17,574%
VOTORANTIM	até R$ 474.500.000,00	17,574%
BESI	até R$ 100.000.000,00	3,704%
BTG PACTUAL	até R$ 100.000.000,00	3,704%

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso qualquer dos Coordenadores eventualmente venha a subscrever Debêntures da Primeira Série, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, e tenha interesse em vender qualquer dessas Debêntures antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures será limitado ao Preço de Subscrição da Primeira Série. A revenda de Debêntures por qualquer dos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época, observada a regulamentação aplicável.

Caso a Oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, na forma e condições estabelecidas na Escritura de Emissão, ficando, porém, desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária. O aqui disposto se aplica, também, se for o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à Oferta quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, caso essa condição não seja satisfeita quando do encerramento da Oferta.

Comissões

Na Data de Liquidação da Segunda Série, pelo desempenho e execução dos serviços objeto do Contrato de Distribuição, a Emissora pagará aos Coordenadores, na proporção da garantia firme de colocação prestada por cada um, conforme disposto no item "Forma de Colocação e Plano de Distribuição" acima, as comissões a seguir especificadas:

(i) Coordenação: 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento) incidentes sobre o número total de Debêntures emitidas, multiplicado pelo Valor Nominal Unitário das mesmas na Data de Emissão;

(ii) Colocação: 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento) incidentes sobre o número total de Debêntures emitidas, multiplicado pelo Valor Nominal Unitário das mesmas na Data de Emissão;

(iii) Garantia Firme: 0,15% (quinze centésimos por cento) incidentes sobre R$ 2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), independentemente do efetivo exercício da garantia de distribuição prestada por cada Coordenador;

Nenhuma outra remuneração será contratada ou paga pela Emissora aos Coordenadores, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição, sem prévia manifestação da CVM, salvo por determinação legal, judicial ou da CVM.

Os Coordenadores são responsáveis pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato de Distribuição.

A Emissora ressarcirá os Coordenadores, mediante comprovação e, obedecidos os limites previstos na carta proposta emitida pelo Coordenador Líder, pela CAIXA e pelo HSBC, datada de 07 de julho de 2009, para a prestação de assessoria na coordenação, estruturação, registro e colocação de notas promissórias e debêntures simples (a "Proposta Comercial"), das despesas havidas com a Oferta, conforme estabelecido nos subitens (ix), (xvii) e (xviii) do item 8.1. do Contrato de Distribuição, acrescidas dos respectivos impostos, desde que sejam legalmente atribuídos à Emissora.

Será ainda de responsabilidade da Emissora o ressarcimento de todas as despesas gerais (custos "*out-of-pocket*") incorridas pelos Coordenadores, obedecidos os limites previstos na Proposta Comercial.

Todos os pagamentos relativos às despesas havidas com a Oferta, conforme mencionado acima deverão ser efetuados no prazo de até 10 (dez) dias contados a partir da aceitação pela Emissora dos respectivos documentos de cobrança, respeitados os limites previstos na Proposta Comercial, mediante crédito na conta corrente indicada pelo Coordenador Líder, devendo este firmar recibo para a Emissora, dando quitação da importância recebida, em até 5 (cinco) Dias Úteis a partir da data de recebimento do ressarcimento**.**

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Custo Estimado Total da Oferta	Valor (R$)	% Valor Total da Emissão
Valor da Emissão	R$ 2.700.000.000,00	100,00%
Custo da Oferta	6.231.740,00	0,231%
Custo de Registro pela CVM	165.740,00	0,006%
Comissão de Coordenação	675.000,00	0,025%
Comissão de Colocação	675.000,00	0,025%
Comissão de Garantia Firme	4.050.000,00	0,150%
Despesas com Auditores e Advogados	565.000,00	0,020%
Despesas com Classificação de Risco	36.000,00	0,001%
Despesas com Publicações, Impressões e Apresentações a Potenciais Investidores	85.000,00	0,003%
Montante Líquido para a Emissora	2.693.768.260,00	99,769%
Percentual do Custo da Oferta em Relação ao Valor da Emissão	0,23%	0,23%

Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Debêntures objeto desta Emissão:

Custo Unitário da Oferta	Valor (R$)	% do Valor Unitário
Valor Nominal Unitário	10.000,00	100,00
Custo da Oferta por Debênture	23,08	0,231%
Montante Líquido para a Emissora por Debênture	9.976,92	99,769%

Procedimento de Liquidação Financeira

A liquidação física e financeira das Debêntures da Primeira Série ocorrerá até às 17 horas do último Dia Útil do Prazo de Colocação ("Data de Liquidação da Primeira Série"), enquanto que a liquidação física e financeira das Debêntures da Segunda Série ocorrerá até às 17 horas do Dia Útil imediatamente posterior à Data de Liquidação da Primeira Série ("Data de Liquidação da Segunda Série").

Cópias do Contrato de Distribuição

Cópias do Contrato de Distribuição estarão disponíveis aos Investidores, para consulta ou reprodução, na CVM, na sede da Emissora e/ou nas sedes dos Coordenadores.

CONTRATO DE GARANTIA DE LIQUIDEZ/ESTABILIZAÇÃO DE PREÇO

Não há nem será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço com relação às Debêntures.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A Moody´s América Latina atribuiu a classificação de risco Aa1.br para esta Emissão.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente Prospecto foi elaborado de acordo com as disposições do Código ANBID para Ofertas Públicas, atendendo, assim, a presente oferta pública, aos padrões mínimos de informação contidos no referido código, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora/ofertante, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da oferta pública.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas pelas pessoas indicadas na Seção *"Identificação de Administradores, Consultores, Coordenadores e Auditores"* na página 31 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E DE MERCADO

Abaixo são apresentados os principais dados financeiros consolidados relacionados ao balanço patrimonial e a demonstração de resultado da Emissora e da Garantidora, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e da Garantidora, respectivamente, para os períodos indicados, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas. Todos os dados financeiros relacionados ao balanço patrimonial e a demonstração de resultado apresentados neste item correspondem àqueles constantes das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e/ou da Garantidora, conforme o caso, tendo sido: (i) auditadas, no caso de informações financeiras relativas ao exercício social; ou (ii) objeto de relatório de revisão especial, no caso dos relatórios trimestrais.

Alguns valores apresentados neste Prospecto poderão não resultar em um somatório preciso em razão de arredondamentos.

Este Prospecto contém previsões sobre o futuro. As estimativas têm por embasamento as expectativas da Emissora e da Garantidora e projeções sobre os eventos futuros e tendências econômico-financeiras que afetam seus negócios. Essas estimativas estão sujeitas a risco, incertezas e suposições, especialmente àqueles descritos na Seção *"Fatores de Risco"* nas páginas 42 a 59 deste Prospecto. Dessa forma, as estimativas poderão não se concretizar, ocasionando uma eventual e significativa diferença na projeção dos resultados da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso.

As informações sobre o setor de energia elétrica constantes neste Prospecto, inclusive as informações sobre as participações da Emissora e da Garantidora no referido setor, foram extraídas de fontes públicas reconhecidas (órgãos governamentais), tais como a ANEEL. Todas as informações constantes deste Prospecto que foram obtidas de fontes públicas estão assim identificadas neste Prospecto, juntamente com as respectivas fontes.

LEI Nº 11.638/07 E MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449/08

Em dezembro de 2007, foi promulgada a Lei 11.638/07, a qual modifica as disposições da Lei das Sociedades por Ações, estabelecendo diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), atribuindo à CVM amplo poder normativo para regular a matéria para as companhias abertas.

Em 3 de dezembro de 2008, foi editada a MP 449/08, com força de lei, que instituiu o RTT – Regime Tributário Transitório de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638, além de introduzir algumas alterações à Lei das Sociedades por Ações.

Os impactos das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449/08 estão sendo apresentados nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras da Emissora, as quais se encontram anexas a esse Prospecto.

Foram adotados os dispositivos constantes da Lei 11.638/07 e da MP 449/08 para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, tendo como base as orientações da CVM e/ou das normas emitidas pelo *IASB*, tendo sido estabelecida a data de transição em 1º de janeiro de 2007, conforme opção constante da Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008.

As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil. Entretanto, conforme facultado pela referida deliberação da CVM, os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros acumulados na data de transição, sem efeito retrospectivo sobre as demonstrações financeiras apresentadas para fins comparativos. Para maiores informações sobre a Lei 11.638/07 e os respectivos impactos de sua adoção, *vide* Seções *"Análise e Discussão de Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora*" e *"Análise e Discussão de Adminstração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Garantidora*", nas páginas 99 e 141, deste Prospecto.

Para elaborar as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2007 comparáveis com as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2008, a Emissora e a Garantidora reapresentaram suas Demonstrações Financeiras já publicadas em 31 de dezembro de 2007 para adequá-las às alterações nas políticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449/08.

Já as informações financeiras da Emissora e da Garantidora referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluíam as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios.

As informações financeiras da Emissora e da Garantidora referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluíam as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade com o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA EMISSORA

A não ser que de outra forma indicado neste Prospecto, as informações financeiras da Emissora, contidas no presente Prospecto, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008, provêm das demonstrações financeiras da Emissora auditadas pela KPMG Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, sem quaisquer ressalvas nas respectivas datas de emissão. O parecer dos auditores independentes, também incluído no Prospecto, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2008 contém parágrafos de ênfase informando que: (i) em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior foram apresentadas, para fins de comparação, nas mesmas bases adotadas para o exercício de 2008, conforme previsto na NPC 12 – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovadas pela Deliberação CVM 506/06. Adicionalmente, de acordo com a Lei 11.638/07 a demonstração de origens e aplicações de recursos, apresentada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007, foi substituída pela demonstração de fluxos de caixa; e (ii) a Emissora possui registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da CCEE. Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2008, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

O parecer dos auditores independentes, também incluído neste Prospecto, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2007 contém parágrafos de ênfase informando que: (i) as demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por atividade, representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não eram requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e foram apresentadas para possibilitar uma análise adicional; (ii) a Emissora possui registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da CCEE. Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2007, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas; (iii) As demonstrações financeiras da Emissora e as demonstrações complementares dos fluxos de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por atividade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer sem ressalvas, datado de 28 de fevereiro de 2007, contendo parágrafos de ênfases quanto ao assunto comentado no item (ii) acima e quanto à expiração das concessões de geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas de Emborcação, Nova Ponte, Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias e Santa Luzia.

As informações financeiras da Emissora, contidas no presente Prospecto, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, foram objeto de revisão especial pela KPMG Auditores Independentes de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON em conjunto com o CFC, sem quaisquer ressalvas nas respectivas datas de emissão. O relatório de revisão especial dos auditores independentes, também incluído no Prospecto contém parágrafos de ênfase com relação aos seguintes assuntos: (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante 2008 e os efeitos de sua adoção inicial somente foram contabilizados pela Companhia e por suas controladas durante o quarto trimestre de 2008 e divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008. As demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2008, apresentadas em conjunto com as informações do trimestre corrente, não foram ajustadas para fins de comparação, conforme facultado pelo Ofício Circular/CVM/SNC/SEP Nº 02/2009; e (ii) a Cemig Geração e Transmissão S.A. possui registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da CCEE. Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de setembro de 2009, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

As informações financeiras da Emissora, contidas no presente Prospecto, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008, foram objeto de revisão especial pela KPMG Auditores Independentes de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON em conjunto com o CFC, sem quaisquer ressalvas nas respectivas datas de emissão. O relatório de revisão especial dos auditores independentes, também incluído no Prospecto, contém parágrafos de ênfase com relação aos seguintes assuntos: (i) em relação à promulgação da Lei 11.638/07, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, que revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas pelas companhias.

Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução CVM nº 469/08, facultou a não-aplicação de todas as disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais (ITR). Assim, as informações contábeis contidas nas ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2008 foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07; e (ii) a Emissora possui registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da CCEE. Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de setembro de 2008, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

Em função da inclusão no Estatuto Social da Emissora em 2007 da previsão de pagamento de participação nos resultados aos empregados e administradores, essa participação passou a ser registrada como redutora do Lucro Líquido antes dos impostos e participações estatutárias, sendo que até 2006 era registrada na rubrica de Despesa com Pessoal. Para fins de comparabilidade das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 com os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2008 a "participação no resultado" paga pela Emissora a seus empregados foi reclassificada de Despesas com Pessoal para a conta "Participação dos Empregados e Administradores no Resultado" conta redutora do lucro antes das tributações e participações.

As informações financeiras selecionadas apresentadas a seguir para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, e dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2009 e 2008, representam as informações financeiras da Emissora. Para mais informações, *vide* Seção *"Informações Financeiras e de Mercado"* na página 81 deste Prospecto.

Os seguintes dados financeiros e operacionais selecionados devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras da Emissora e notas relacionadas, além da Seção *"Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora"* incluída na página 99 deste Prospecto.

SUMÁRIO FINANCEIRO OPERACIONAL DA EMISSORA

Balanço Patrimonial dos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2009 e 2008 (em milhares de reais)

ATIVO

	30/09/2009	AV(%)	30/09/2008	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Disponibilidades	1.414.904	15%	1.322.956	16%	7%
Consumidores e Revendedores	344.708	4%	331.568	4%	4%
Concessionários - Transporte de Energia	69.022	1%	52.359	1%	32%
Tributos Compensáveis	579.136	6%	577.831	7%	-
Revendedores - Transações Energia Livre	10.120	-	14.851	-	-32%
Créditos Tributários	53.631	1%	52.885	1%	1%
Ativo Regulatório – Revisão Tarifária	82.321	1%	-	-	-
Estoques	3.779	-	4.230	-	-11%
Outros Créditos	148.678	2%	55.685	1%	167%
TOTAL DO CIRCULANTE	2.706.299	29%	2.412.365	29%	12%
NÃO CIRCULANTE					
Créditos Tributários	43.066	-	54.710	1%	-21%
Consumidores e Revendedores	46.188	-	-	-	-
Revendedores - Transações Energia Livre	10.857	-	6.724	-	61%
Tributos Compensáveis	9.275	-	16.352	-	-43%
Depósitos Vinculados a Litígio	72.375	1%	40.562	-	78%
Créditos com Pessoas Ligadas	14.030	-	7.869	-	78%
Ativo Regulatório – Revisão Tarifária	54.067	1%	-	-	-
Outros Créditos	17.845	-	14.691	-	20%
Investimentos	1.079.952	12%	1.048.626	13%	3%
Imobilizado	5.200.763	55%	4.728.941	57%	10%
Intangível	126.042	1%	10.635	-	1.085%
Diferido	-	-	5.354	-	-100%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.674.460	71%	5.934.464	71%	12%
ATIVO TOTAL	9.380.759	100%	8.346.829	100%	12%

PASSIVO

	30/09/2009	AV(%)	30/09/2008	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	531.182	6%	253.896	3%	109%
Debêntures	412.801	4%	67.330	1%	513%
Fornecedores	115.094	1%	109.220	1%	5%
Impostos, Taxas e Contribuições	492.522	5%	411.608	5%	20%
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	198.058	2%	562.005	7%	-65%
Salários e Encargos Sociais	78.224	1%	49.684	1%	57%
Encargos Regulatórios	83.585	1%	87.883	1%	-5%
Participações nos Lucros	17.187	-	14.798	-	16%
Dívidas com Pessoas Ligadas	30.741	-	3.459	-	789%
Obrigações Pós-Emprego	18.757	-	17.522	-	7%
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	54.069	1%	63.967	1%	-15%
Outras Obrigações	39.768	-	41.305	-	-4%
TOTAL DO CIRCULANTE	**2.071.988**	**22%**	**1.682.677**	**20%**	**23%**
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	2.089.081	22%	1.990.746	24%	5%
Debêntures	432.497	5%	620.352	7%	-30%
Provisões para Contingências	9.310	-	7.055	-	32%
Fornecedores	-	-	699	-	-100%
Obrigações Pós-Emprego	251.456	3%	263.664	3%	-5%
Impostos, Taxas e Contribuições	149.346	2%	81.771	1%	83%
Encargos Regulatórios	9.786	-	537	-	1.722%
Outras Obrigações	42.508	-	42.208	1%	1%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**2.983.984**	**32%**	**3.007.032**	**36%**	**-1%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	2.896.785	31%	2.896.785	35%	-
Reservas de Lucros	584.354	6%	91.478	1%	539%
Lucros Acumulados	843.648	9%	668.857	8%	26%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.324.787	46%	3.657.120	44%	18%
PASSIVO TOTAL	9.380.759	100%	8.346.829	100%	12%

Balanço Patrimonial dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (em milhares de reais)

ATIVO

	31/12/2008	AV(%)	31/12/2007	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Disponibilidades	862.098	11%	916.288	12%	-6%
Consumidores e Revendedores	357.733	5%	299.796	4%	19%
Concessionários - Transporte de Energia	50.186	1%	46.131	1%	9%
Tributos Compensáveis	274.113	4%	222.826	3%	23%
Revendedores - Transações Energia Livre	15.076	0%	31.426	0%	-52%
Créditos Tributários	21.118	0%	172.110	2%	-88%
Estoques	4.024	0%	3.794	0%	6%
Outros Créditos	63.268	1%	68.616	1%	-8%
TOTAL DO CIRCULANTE	1.647.616	21%	1.760.987	23%	-6%
NÃO CIRCULANTE					
Créditos Tributários	83.347	1%	52.916	1%	58%
Revendedores - Transações Energia Livre	4.107	0%	13.646	0%	-70%
Tributos Compensáveis	18.158	0%	10.600	0%	71%
Depósitos Vinculados a Litígio	49.532	1%	32.304	0%	53%
Créditos com Pessoas Ligadas	9.853	0%	2.675	0%	268%
Outros Créditos	14.999	0%	9.008	0%	67%
Investimentos	1.074.778	14%	1.004.095	13%	7%
Imobilizado	4.756.861	62%	4.800.257	62%	-1%
Intangível	13.808	0%	11.549	0%	20%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.025.443	79%	5.937.050	77%	1%
ATIVO TOTAL	**7.673.059**	**100%**	**7.698.037**	**100%**	**0%**

PASSIVO

	31/12/2008	AV(%)	31/12/2007	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	372.693	5%	393.804	5%	-5%

Debêntures	362.606	5%	10.486	0%	3358%
Fornecedores	146.652	2%	236.313	3%	-38%
Impostos, Taxas e Contribuições	78.698	1%	211.815	3%	-63%
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	539.042	7%	541.518	7%	0%
Salários e Encargos Sociais	64.500	1%	51.142	1%	26%
Encargos Regulatórios	94.363	1%	78.391	1%	20%
Participações nos Lucros	26.737	0%	21.726	0%	23%
Dívidas com Pessoas Ligadas	3.908	0%	2.249	0%	74%
Obrigações Pós-Emprego	17.970	0%	20.065	0%	-10%
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	14.699	0%	68.620	1%	-79%
Outras Obrigações	69.036	1%	64.718	1%	7%
TOTAL DO CIRCULANTE	1.790.904	23%	1.700.847	22%	5%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	1.733.860	23%	1.973.280	26%	-12%
Debêntures	271.752	4%	617.647	8%	-56%
Provisões para Contingências	7.322	0%	7.553	0%	-3%
Fornecedores	77	0%	25.803	0%	-100%
Obrigações Pós-Emprego	260.618	3%	256.105	3%	2%
Impostos, Taxas e Contribuições	82.510	1%	65.169	1%	27%
Encargos Regulatórios	4.352	0%	2.034	0%	114%
Outras Obrigações	40.525	1%	36.506	0%	11%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.401.016	31%	2.984.097	39%	-20%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	2.896.785	38%	2.896.785	38%	-%
Reservas de Lucros	584.354	8%	91.478	1%	539%
Lucros Acumulados	0	0%	24.830	0%	-100%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.481.139	45%	3.013.093	39%	16%
PASSIVO TOTAL	**7.673.059**	**100%**	**7.698.037**	**100%**	**0%**

Balanço Patrimonial dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (em milhares de reais)

ATIVO

	31/12/2007	AV(%)	31/12/2006	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Disponibilidades	916.288	12%	708.903	10%	29%
Consumidores e Revendedores	299.796	4%	243.315	3%	23%
Concessionários - Transporte de Energia	46.131	1%	43.955	1%	5%
Tributos Compensáveis	222.826	3%	95.889	1%	132%
Revendedores - Transações Energia Livre	31.426	0%	123.056	2%	-74%
Créditos Tributários	172.110	2%	14.679	0%	1072%
Estoques	3.794	0%	3.451	0%	10%
Outros Créditos	68.616	1%	72.758	1%	-6%
TOTAL DO CIRCULANTE	1.760.987	23%	1.306.006	18%	35%
NÃO CIRCULANTE					
Créditos Tributários	52.916	1%	97.856	1%	-46%
Revendedores - Transações Energia Livre	13.646	0%	34.637	0%	-61%
Tributos Compensáveis	10.600	0%	64.606	1%	-84%
Depósitos Vinculados a Litígio	32.304	0%	30.735	0%	5%
Créditos com Pessoas Ligadas	2.675	0%	9.799	0%	-73%
Outros Créditos	9.008	0%	8.048	0%	12%
Investimentos	1.004.095	13%	937.435	13%	7%
Imobilizado	4.800.257	62%	4.890.524	66%	-2%
Intangível	11.549	0%	-	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5.937.050	77%	6.073.640	82%	-2%
ATIVO TOTAL	**7.698.037**	**100%**	**7.379.646**	**100%**	**4%**

PASSIVO

	31/12/2007	AV(%)	31/12/2006	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	393.804	5%	265.461	4%	48%
Debêntures	10.486	0%	12.389	0%	-15%
Fornecedores	236.313	3%	93.191	1%	154%
Impostos, Taxas e Contribuições	211.815	3%	98.358	1%	115%
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	541.518	7%	379.054	5%	43%
Salários e Encargos Sociais	51.142	1%	42.209	1%	21%

Encargos Regulatórios	78.391	1%	74.624	1%	5%
Participações nos Lucros	21.726	0%	15.893	0%	37%
Dívidas com Pessoas Ligadas	2.249	0%	8.359	0%	-73%
Obrigações Pós-Emprego	20.065	0%	27.290	0%	-26%
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	68.620	1%	41.698	1%	65%
Outras Obrigações	64.718	1%	59.449	1%	9%
TOTAL DO CIRCULANTE	1.700.847	22%	1.117.975	15%	52%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	1.973.280	26%	2.131.330	29%	-7%
Debêntures	617.647	8%	694.851	9%	-11%
Provisões para Contingências	7.553	0%	31	0%	24265%
Fornecedores	25.803	0%	44.446	1%	-42%
Obrigações Pós-Emprego	256.105	3%	277.394	4%	-8%
Impostos, Taxas e Contribuições	65.169	1%	106.646	1%	-39%
Encargos Regulatórios	2.034	0%	-	0%	-
Outras Obrigações	36.506	0%	56.061	1%	-35%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.984.097	39%	3.310.759	45%	-10%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	2.896.785	38%	2.896.785	39%	-
Reservas de Lucros	91.478	1%	54.127	1%	69%
Lucros Acumulados	24.830	0%	-	0%	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.013.093	39%	2.950.912	40%	2%
PASSIVO TOTAL	**7.698.037**	**100%**	**7.379.646**	**100%**	**4%**

Informações de Resultado do período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2009 e 2008 (em milhares de reais)

	30/09/2009	AV(%)	30/09/2008	AV(%)	AH(%)
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	2.631.903	100%	2.331.881	106%	13%
Receita de Uso da Rede	636.403	24%	461.784	21%	38%
Outras Receitas Operacionais	16.951	1%	23.405	1%	-28%
	3.285.257	125%	2.817.070	129%	17%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-661.085	-25%	-627.188	-29%	5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.624.172	100%	2.189.882	100%	20%
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-208.356	-8%	-200.945	-9%	4%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-116.716	-4%	399	-%	-29.352%
	-325.072	-12%	-200.546	-9%	62%
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	-160.975	-6%	-162.159	-7%	-1%
Obrigações Pós-Emprego	-15.092	-1%	-30.536	-1%	-51%
Materiais	-9.620	-%	-9.944	-%	-3%
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-4.070	-%	-65.185	-3%	-94%
Serviços de Terceiros	-65.325	-2%	-58.780	-3%	11%
Depreciação e Amortização	-169.369	-6%	-167.047	-8%	1%
(Provisões) Reversão Operacionais	-860	-%	1.013	-%	-185%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-105.163	-4%	-94.888	-4%	11%
Outros custos de operação	-23.786	-1%	-29.837	-1%	-20%
	-554.260	-21%	-617.363	-28%	-10%
CUSTO TOTAL	-879.332	-34%	-817.909	-37%	8%
LUCRO BRUTO	1.744.840	66%	1.371.973	63%	27%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas Gerais e Administrativas	-114.286	-4%	-53.511	-2%	114%
Despesas com Vendas	-289	-%	-	-%	-%
Outras Despesas Operacionais	-14.677	-1%	-21.898	-1%	-33%
	-129.252	-5%	-75.409	-3%	71%
RESULTADO DO SERVIÇO	1.615.588	62%	1.296.564	59%	25%
Despesas Financeiras Líquidas	-147.934	-6%	-179.749	-8%	-18%
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.467.654	56%	1.116.815	51%	31%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-393.773	-15%	-343.764	-16%	15%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-48.085	-2%	18.686	1%	-357%
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-21.947	-1%	-14.760	-1%	49%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.003.849	38%	776.977	35%	29%

Informações de Resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (em milhares de reais)

	31/12/2008	AV(%)	31/12/2007	AV(%)	AH(%)
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	3.154.016	107%	2.782.445	104%	13%
Receita de Uso da Rede	617.099	21%	549.784	21%	12%
Outras Receitas Operacionais	29.569	1%	41.250	2%	-28%
	3.800.684	129%	3.373.479	127%	13%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-852.944	-29%	-707.876	-27%	20%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.947.740	100%	2.665.603	100%	11%
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-271.878	-9%	-257.204	-10%	6%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-13.167	-	-75.448	-3%	-83%
	-285.045	-10%	-332.652	-12%	-14%
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	-219.492	-7%	-205.391	-8%	7%
Obrigações Pós-Emprego	-40.554	-1%	-20.694	-1%	96%
Materiais	-16.228	-1%	-17.642	-1%	-8%
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-69.573	-2%	-58.409	-2%	19%
Serviços de Terceiros	-90.181	-3%	-85.059	-3%	6%
Depreciação e Amortização	-222.514	-8%	-223.168	-8%	-%
Provisões Operacionais	-410	-	-7.439	-	-94%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-127.069	-4%	-129.828	-5%	-2%
Outros custos de operação	-51.292	-2%	-53.736	-2%	-5%
	-837.313	-28%	-801.366	-30%	4%
CUSTO TOTAL	-1.122.358	-38%	-1.134.018	-43%	-1%
LUCRO BRUTO	1.825.382	62%	1.531.585	57%	19%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas Gerais e Administrativas	-91.737	-3%	-48.149	-2%	91%
Despesas com Vendas	-695	0%	1.428	0%	-149%
Outras Despesas Operacionais	-32.903	-1%	-14.792	-1%	122%
	-125.335	-4%	-61.513	-2%	104%
RESULTADO DO SERVIÇO	1.700.047	58%	1.470.072	55%	16%
Despesas Financeiras Líquidas	-244.817	-8%	-325.303	-12%	-25%
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.455.230	49%	1.144.769	43%	27%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-420.877	-14%	-334.369	-13%	26%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	37.696	1%	51.548	2%	-27%
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-86.296	-3%	-109.976	-4%	-22%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	985.753	33%	751.972	28%	31%

Informações de Resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (em milhares de reais)

	31/12/2007	AV(%)	31/12/2006	AV (%)	AH(%)
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	2.782.445	104%	2.326.748	104%	20%
Receita de Uso da Rede	549.784	21%	575.667	26%	-4%
Outras Receitas Operacionais	41.250	2%	10.610	0%	289%
	3.373.479	127%	2.913.025	130%	16%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-707.876	-27%	-670.092	-30%	6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.665.603	100%	2.242.933	100%	19%
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-257.204	-10%	-232.164	-10%	11%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-75.448	-3%	-	-	-
	-332.652	-12%	-232.164	-10%	43%
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	-205.391	-8%	-229.607	-10%	-11%
Obrigações Pós-Emprego	-20.694	-1%	-33.939	-2%	-39%
Materiais	-17.642	-1%	-17.555	-1%	-
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-58.409	-2%	-36.812	-2%	59%
Serviços de Terceiros	-85.059	-3%	-78.843	-4%	8%
Depreciação e Amortização	-223.168	-8%	-207.922	-9%	7%

Provisões Operacionais	-7.439	-	-41	-	18044%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-129.828	-5%	-123.756	-6%	5%
Outros custos de operação	-53.736	-2%	-44.430	-2%	21%
	-801.366	-30%	-772.905	-34%	4%
CUSTO TOTAL	-1.134.018	-43%	-1.005.069	-45%	13%
LUCRO BRUTO	1.531.585	57%	1.237.864	55%	24%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas Gerais e Administrativas	-48.149	-2%	-46.308	-2%	4%
Receitas (Despesas) com Vendas	1.428	-	-1.482	-	-196%
Outras Despesas Operacionais	-14.792	-1%	-11.399	-1%	30%
	-61.513	-2%	-59.189	-3%	4%
RESULTADO DO SERVIÇO	1.470.072	55%	1.178.675	53%	25%
Despesas Financeiras Líquidas	-325.303	-12%	-319.103	-14%	2%
LUCRO OPERACIONAL	1.144.769	43%	859.572	38%	33%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-2.292	-	-100%
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.144.769	43%	857.280	38%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-334.369	-13%	-167.606	-7%	99%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	51.548	2%	-25.824	-1%	-300%
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-109.976	-4%	-49.742	-2%	121%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**751.972**	**28%**	**614.108**	**27%**	**22%**

Outras Informações

	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Descrições	**2009**	**2008**	**2008**	**2007**	**2006**
Receita operacional líquida - R$ milhões	2.624	2.190	2.948	2.666	2.243
Margem Operacional - %	62%	60%	58%	55%	53%
EBITDA - R$ milhões	1.785	1.464	1.924	1.693	1.387
Lucro líquido - R$ milhões	1.004	777	986	752	614
Lucro líquido por ação R$	0,35	0,27	0,34	0,26	0,21
Patrimônio líquido - R$ milhões	4.325	3.657	3.481	3.013	2.951
Valor patrimonial por ação	1,49	1,26	1,20	1,04	1,03
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	28,84	25,79	32,72	25,48	21,03
Endividamento do patrimônio líquido - %	116,91	128,24	120,42	155,49	150,08
Liquidez Corrente	1,31	1,43	0,92	1,04	1,17
Liquidez Geral	0,59	0,54	0,44	0,40	0,35

Fonte: Emissora

Conciliação do Lucro Líquido para EBITDA (em milhões de reais)

	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Descrições	**2009**	**2008**	**2008**	**2007**	**2006**
Lucro Líquido	1.004	777	986	752	614
+ Despesa de IR e Contribuição	441	325	383	283	194
+ Participação nos Resultados	22	15	86	110	52
+ Resultado Financeiro	148	180	245	325	319
+ Amortização e Depreciação	170	167	224	223	208
= EBITDA	1.785	1.464	1.924	1.693	1.387

Fonte: Emissora

Obs: EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Emissora, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício Circular CVM n° 01/2007, consistindo no Lucro Líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização, participação dos empregados e administradores no resultado e do imposto de renda e contribuição social. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga EBITDA porque ela o utiliza para medir o seu desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA GARANTIDORA

A não ser que de outra forma indicado neste Prospecto, as informações financeiras da Garantidora, contidas no presente Prospecto, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008, provêm das demonstrações financeiras da Garantidora auditadas pela KPMG Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, sem quaisquer ressalvas nas respectivas datas de emissão. O parecer dos auditores independentes, também incluído no Prospecto, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2008 contém parágrafos de ênfase informando que: (i) em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior foram apresentadas, para fins de comparação, nas mesmas bases adotadas para o exercício de 2008, conforme previsto na NPC 12 – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovadas pela Deliberação CVM n° 506/06. Adicionalmente, de acordo com a Lei No. 11.638/07 a demonstração de origens e aplicações de recursos, apresentada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007, foi substituída pela demonstração de fluxos de caixa; e (ii) a CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2008, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas; (iii) em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da controlada CEMIG D e da controlada indireta Light, em -12,24% e 1,96%, respectivamente, a ser aplicado para o período a partir de 8 de abril de 2008 e 7 de novembro de 2008, respectivamente. No caso da controlada indireta Light, considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atingiu 4,27%. Possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houvessem, seriam refletidos na posição patrimonial e financeira da CEMIG e de sua controlada CEMIG D e sua controlada indireta Light, em exercícios subseqüentes, e (iv) as demonstrações contábeis da Fundação de Seguridade Social Braslight, fundo de pensão patrocinado pela controlada indireta em conjunto pela Light, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram auditadas por outros auditores que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 29 de janeiro de 2009, com parágrafo de ênfase sobre a existência de saldo de R$ 130,9 milhões relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária da entidade, já transitado em julgado, os quais, de acordo com projeções de sua administração, poderiam ser compensados, em aproximadamente nove anos, com tributos a serem recolhidos em anos posteriores. A realização futura do ativo encontrava-se condicionada à continuidade do processo de compensação junto à Secretaria da Receita Federal, o qual foi suspenso em setembro de 2005. A manutenção da referida suspensão poderia levar a entidade a, eventualmente, provisionar o ativo. Este ativo garantidor de reservas atuariais da entidade foi deduzido no cálculo do déficit atuarial das controladas patrocinadoras (Light), conforme requerido pela Deliberação CVM n° 371/00. Consequentemente, caso houvesse provisão desse valor, o efeito provisional no resultado da Garantidora seria de R$ 17,1 milhões.

O parecer dos auditores independentes, também incluído neste Prospecto, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2007 contém parágrafos de ênfase informando que: (i) as demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado, e do resultado segregado por atividade , relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não eram requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e foram apresentadas para possibilitar uma análise adicional; (ii) a CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2007, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas; e (iii) as demonstrações financeiras da CEMIG e as demonstrações complementares dos fluxos de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por atividade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer sem ressalvas, datado de 28 de fevereiro de 2007, contendo parágrafos de ênfases quanto à mudança no percentual do reposicionamento tarifário em decorrência da revisão tarifária em caráter definitivo da CEMIG D e quanto à expiração das concessões de geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas de Emborcação, Nova Ponte, Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias e Santa Luzia. Em 14 de junho de 2007, o MME renovou o prazo de concessão destas usinas por um período de 20 anos a contar da data de vencimento de cada contrato de concessão, sendo a assinatura dos contratos de renovação das concessões prevista para o primeiro semestre de 2008.

As informações financeiras da Garantidora, contidas no presente Prospecto, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, foram objeto de relatório de revisão especial pela KPMG Auditores Independentes, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON em conjunto com o CFC**,** sem quaisquer ressalvas nas respectivas datas de emissão. O relatório de revisão especial dos auditores independentes, também incluído neste Prospecto contém parágrafos de ênfase com relação aos seguintes assuntos: (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante 2008 e os efeitos de sua adoção

inicial somente foram contabilizados pela Garantidora e por suas controladas durante o quarto trimestre de 2008 e divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008. As demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2008, apresentadas em conjunto com as informações do trimestre corrente, não foram ajustadas para fins de comparação, conforme facultado pelo Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2009; (ii) a CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de setembro de 2009, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas; (iii) As demonstrações contábeis da Fundação de Seguridade Social Braslight, fundo de pensão patrocinado pela controlada indireta em conjunto Light, referente ao período de quatro meses findos em 30 de abril de 2009, foram auditadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 2 de junho de 2009, com parágrafo de ênfase sobre a existência de saldo de R$ 133,5 milhões relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária da entidade, já transitado em julgado, os quais, de acordo com projeções de sua administração, poderão ser compensados, em aproximadamente nove anos, com tributos a serem recolhidos em anos posteriores. A realização futura do ativo encontra-se condicionada à continuidade do processo de compensação junto à Secretaria da Receita Federal, o qual foi suspenso em setembro de 2005. A manutenção da referida suspensão poderia levar a entidade a, eventualmente, provisionar o ativo. Este ativo garantidor de reservas atuariais da entidade foi deduzido no cálculo do déficit atuarial das controladas patrocinadoras (Light), conforme requerido pela Deliberação CVM nº 371/00. Consequentemente, caso houvesse provisão desse valor, o efeito proporcional no resultado da Companhia seria de R$ 17,4 milhões.

As informações financeiras da Garantidora, contidas no presente Prospecto, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008, foram objeto de relatório de revisão especial pela KPMG Auditores Independentes, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON em conjunto com o CFC**,** sem quaisquer ressalvas nas respectivas datas de emissão. O relatório de revisão especial dos auditores independentes, também incluído neste Prospecto contém parágrafos de ênfase com relação aos seguintes assuntos: (i) em relação à promulgação da Lei 11.638/07, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução CVM nº 469/08, facultou a não-aplicação de todas as disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais (ITR). Assim, as informações contábeis contidas nas ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2008 foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07; (ii) em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão da controlada CEMIG D, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da CEMIG D em – 12.24% a ser aplicado para o período a partir de 08 de abril de 2008. Possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, seriam refletidos na posição patrimonial e financeira da Garantidora e de sua controlada em períodos subsequentes; e (iii) a Garantidora e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos à operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da CCEE. Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de setembro de 2008, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

Em função da inclusão no Estatuto Social da Garantidora em 2007 da previsão de pagamento de participação nos resultados aos empregados e administradores, essa participação passou a ser registrada como redutora do Lucro Líquido antes dos impostos e participações estatutárias, sendo que até 2006 era registrada na rubrica de Despesa com Pessoal. Para fins de comparabilidade das demonstrações financeiras da Garantidora relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 com os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2008 a "participação no resultado" paga pela Garantidora a seus empregados foi reclassificada de Despesas com Pessoal para a conta "Participação dos Empregados e Administradores no Resultado" conta redutora do lucro antes das tributações e participações.

As informações financeiras selecionadas apresentadas a seguir para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, e dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2009 e 2008, representam as informações financeiras da Garantidora. Para mais informações, *vide* Seção *"Informações Financeiras e de Mercado"* na página 81 deste Prospecto.

Os seguintes dados financeiros e operacionais selecionados devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras da Garantidora e notas relacionadas, além da Seção *"Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Garantidora"* incluída na página 141 deste Prospecto.

SUMÁRIO FINANCEIRO OPERACIONAL DA GARANTIDORA

Balanço Patrimonial dos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2009 e 2008 (em milhares de reais)

ATIVO

	30/9/2009	AV(%)	30/9/2008	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Disponibilidades	2.769.169	10%	3.012.006	12%	-8%
Consumidores e Revendedores	2.210.256	8%	1.957.691	8%	13%
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	307.991	1%	370.206	1%	-17%
Concessionários – Transporte de Energia	388.542	1%	464.856	2%	-16%
Tributos Compensáveis	1.350.494	5%	1.494.180	6%	-10%
Despesas Antecipadas – CVA	629.237	2%	422.231	2%	49%
Revendedores – Transações com Energia Livre	10.120	0%	14.851	0%	-32%
Créditos Tributários	361.338	1%	330.974	1%	9%
Revisão Tarifária da Transmissão	82.321	0%	0	0%	0%
Reajuste Tarifário Diferido	0	0%	260.337	1%	-100%
Estoques	35.407	0%	30.950	0%	14%
Outros Créditos	435.787	2%	458.175	2%	-5%
TOTAL DO CIRCULANTE	8.580.662	32%	8.816.457	35%	-3%
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber do Governo do Estado	1.781.117	7%	1.757.491	7%	1%
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	46.240	0%	-	0%	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	-	0%	257.219	1%	-100%
Despesas Antecipadas – CVA	410.288	2%	469.779	2%	-13%
Créditos Tributários	604.776	2%	596.285	2%	1%
Revendedores – Transações com Energia Livre	10.857	0%	6.724	0%	61%
Tributos Compensáveis	268.594	1%	351.413	1%	-24%
Depósitos Vinculados a Litígios	557.825	2%	313.851	1%	78%
Consumidores e Revendedores	112.763	0%	110.378	0%	2%
Revisão Tarifária da Transmissão	54.067	0%	-	0%	0%
Outros Créditos	110.593	0%	101.973	1%	-8%
	3.957.120	15%	3.965.113	16%	-
Investimentos	1.155.346	4%	1.120.420	4%	3%
Imobilizado	12.167.849	45%	10.610.143	42%	15%
Intangível	1.058.500	4%	554.030	2%	91%
Diferido	-	-	68.377	-	-100%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	18.338.815	68%	16.318.083	65%	12%
ATIVO TOTAL	26.919.477	100%	25.134.540	100%	7%

PASSIVO

	30/9/2009	AV(%)	30/9/2008	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Fornecedores	748.207	3%	767.903	3%	-3%
Encargos Regulatórios	480.991	2%	459.153	2%	5%
Participações nos Lucros	76.733	0%	65.932	0%	16%
Impostos, Taxas e Contribuições	1.276.448	5%	1.546.201	6%	-17%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	489.397	2%	448.864	2%	9%
Empréstimos e Financiamentos	1.235.605	5%	678.195	3%	82%
Debêntures	473.327	2%	119.627	0%	296%
Salários e Contribuições Sociais	372.196	1%	227.801	1%	63%
Passivo Regulatório – CVA	361.392	1%	391.356	2%	-8%
Passivo Regulatório – Revisão Tarifária	137.458	1%	0	0%	0%
Obrigações Pós-Emprego	103.726	0%	81.070	0%	28%
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros	162.399	1%	164.940	1%	-2%
Outras Obrigações	358.012	1%	329.018	1%	9%
TOTAL DO CIRCULANTE	6.275.891	23%	5.280.060	21%	19%
NÃO CIRCULANTE					
Passivo Regulatório – CVA	318.021	1%	270.744	1%	17%
Empréstimos e Financiamentos	4.891.196	18%	4.989.691	20%	-2%
Debêntures	1.468.572	5%	1.583.584	6%	-7%

Impostos, Taxas e Contribuições	609.173	2%	293.701	1%	107%
Provisões para Contingências	634.642	2%	640.019	3%	-1%
Obrigações Pós-Emprego	1.334.223	5%	1.416.029	6%	-6%
Outras Obrigações	217.541	1%	225.613	1%	-4%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.473.368	35%	9.419.381	37%	1%
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	401.938	1%	403.533	2%	0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	3.101.884	12%	2.481.507	10%	25%
Reservas de Capital	3.969.099	15%	3.983.022	16%	0%
Reservas de Lucros	2.253.466	8%	1.898.525	8%	19%
Ajuste Acumulado de Conversão	-3.448	0%	0	0%	0%
Lucros Acumulados	1.420.155	5%	1.641.389	7%	-13%
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.124	0%	27.123	0%	0%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.768.280	40%	10.031.566	40%	7%
PASSIVO TOTAL	26.919.477	100%	25.134.540	100%	7%

Balanço Patrimonial dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (em milhares de reais)

ATIVO

	31/12/2008	AV(%)	31/12/2007	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Disponibilidades	2.283.937	9%	2.066.219	9%	11%
Consumidores e Revendedores	2.042.157	8%	2.025.124	8%	1%
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	329.350	1%	450.817	2%	-27%
Concessionários – Transporte de Energia	463.165	2%	474.450	2%	-2%
Tributos Compensáveis	843.849	3%	810.293	3%	4%
Despesas Antecipadas – CVA	778.545	3%	519.699	2%	50%
Revendedores – Transações com Energia Livre	15.076	0%	31.426	0%	-52%
Créditos Tributários	188.792	1%	489.757	2%	-61%
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	46.240	0%	57.593	0%	-20%
Reajuste Tarifário Diferido	133.423	1%	463.491	2%	-71%
Estoques	35.830	0%	42.415	0%	-16%
Outros Créditos	517.158	2%	290.726	1%	78%
TOTAL DO CIRCULANTE	7.677.522	32%	7.722.010	32%	-1%
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber do Governo do Estado	1.800.873	7%	1.763.277	7%	2%
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	-	0%	60.880	0%	-100%
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	218.688	1%	721.529	3%	-70%
Despesas Antecipadas – CVA	296.762	1%	177.842	1%	67%
Créditos Tributários	748.014	3%	694.888	3%	8%
Revendedores – Transações com Energia Livre	4.107	0%	13.646	0%	-70%
Tributos Compensáveis	272.052	1%	365.101	2%	-25%
Depósitos Vinculados a Litígios	382.176	2%	271.915	1%	41%
Consumidores e Revendedores	90.529	0%	125.986	1%	-28%
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	81.742	0%	-100%
Outros Créditos	142.795	1%	101.909	0%	40%
	3.955.996	16%	4.378.715	18%	-10%
Investimentos	1.149.986	5%	1.070.854	4%	7%
Imobilizado	10.953.527	45%	10.454.093	43%	5%
Intangível	604.437	2%	531.724	2%	14%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.663.946	68%	16.435.386	68%	1%
ATIVO TOTAL	24.341.468	100%	24.157.396	100%	1%

PASSIVO

	31/12/2008	AV(%)	31/12/2007	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Fornecedores	891.821	4%	935.905	4%	-5%
Encargos Regulatórios	488.835	2%	395.894	2%	23%

Participações nos Lucros	116.955	0%	102.329	0%	14%
Impostos, Taxas e Contribuições	627.333	3%	1.078.159	4%	-42%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	960.129	4%	881.457	4%	9%
Empréstimos e Financiamentos	881.880	4%	969.603	4%	-9%
Debêntures	398.268	2%	50.638	0%	687%
Salários e Contribuições Sociais	293.894	1%	236.285	1%	24%
Passivo Regulatório – CVA	488.284	2%	549.133	2%	-11%
Passivo Regulatório – Revisão Tarifária	0	0%	15.717	0%	-100%
Obrigações Pós-Emprego	83.097	0%	107.061	0%	-22%
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros	98.628	0%	184.389	1%	-47%
Outras Obrigações	478.947	2%	369.868	2%	29%
TOTAL DO CIRCULANTE	5.808.071	24%	5.876.438	24%	-1%
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	77	0%	340.792	4%	-100%
Passivo Regulatório – CVA	156.883	1%	196.140	1%	-20%
Empréstimos e Financiamentos	4.824.307	20%	4.963.436	21%	-3%
Debêntures	1.240.283	5%	1.541.225	6%	-20%
Impostos, Taxas e Contribuições	371.385	2%	331.932	1%	12%
Provisões para Contingências	661.935	3%	634.786	3%	4%
Obrigações Pós-Emprego	1.396.704	6%	1.363.833	6%	2%
Outras Obrigações	187.373	1%	182.209	1%	3%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	8.838.947	36%	9.554.353	40%	-7%
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	342.816	1%	318.549	1%	8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	2.481.508	10%	2.432.307	10%	2%
Reservas de Capital	3.983.021	16%	4.032.222	17%	-1%
Reservas de Lucros	2.859.920	12%	1.898.526	8%	51%
Ajuste Acumulado de Conversão	61	0%	0	0%	0%
Lucros Acumulados	0	0%	17.877	0%	-100%
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.124	0%	27.124	0%	0%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.351.634	38%	8.408.056	35%	11%
PASSIVO TOTAL	24.341.468	100%	24.157.396	100%	1%

Balanço Patrimonial dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (em milhares de reais)

ATIVO

	31/12/2007	AV(%)	31/12/2006	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Disponibilidades	2.066.619	9%	1.402.047	6%	47%
Consumidores e Revendedores	2.025.124	8%	2.074.983	9%	-2%
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	450.817	2%	355.599	2%	27%
Concessionários - Transporte de Energia	474.450	2%	358.205	2%	32%
Tributos Compensáveis	810.293	3%	284.197	1%	185%
Despesas Antecipadas - CVA	519.699	2%	459.898	2%	13%
Revendedores - Transações Energia Livre	31.426	0%	123.056	1%	-74%
Créditos Tributários	489.757	2%	125.790	1%	289%
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	57.593	0%	107.959	0%	-47%
Reajuste Tarifário Diferido	463.491	2%	791.231	3%	-41%
Estoques	42.415	0%	34.980	0%	21%
Outros Créditos	290.726	1%	276.655	1%	5%
TOTAL DO CIRCULANTE	7.722.010	32%	6.394.600	28%	21%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a Receber do Governo do Estado	1.763.277	7%	1.726.293	7%	2%
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	721.529	3%	979.008	4%	-26%
Despesas Antecipadas - CVA	177.842	1%	159.738	1%	11%
Créditos Tributários	694.888	3%	678.592	3%	2%
Revendedores - Transações Energia Livre	13.646	0%	34.637	0%	-61%
Tributos Compensáveis	365.101	2%	601.091	3%	-39%
Depósitos Vinculados a Litígio	271.915	1%	254.905	1%	7%
Consumidores e Revendedores	125.986	1%	100.734	0%	25%
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	60.880	0%	215.559	1%	-72%
Reajuste Tarifário Diferido	81.742	0%	127.488	1%	-36%

Outros Créditos	101.909	0%	24.793	0%	311%
	4.378.715	18%	4.902.838	21%	-11%
Investimentos	1.070.854	4%	998.875	4%	7%
Imobilizado	10.454.093	43%	10.829.657	47%	-3%
Intangível	531.724	2%	-	-	-
Diferido	-	-	82.746		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.435.386	68%	16.814.116	72%	-2%
ATIVO TOTAL	24.157.396	100**%**	23.208.716	100**%**	4**%**

PASSIVO

	31/12/2007	AV(%)	31/12/2006	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Fornecedores	935.905	4%	913.773	4%	2%
Encargos Regulatórios	395.894	2%	436.535	2%	-9%
Participações nos Lucros	102.329	0%	74.038	0%	38%
Impostos, Taxas e Contribuições	1.078.159	4%	994.577	4%	8%
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	881.457	4%	1.373.828	6%	-36%
Empréstimos e Financiamentos	969.603	4%	800.434	3%	21%
Debêntures	50.638	0%	33.514	0%	51%
Salários e Encargos Sociais	236.285	1%	185.017	1%	28%
Obrigações Pós-Emprego	107.061	0%	139.113	1%	-23%
Passivo Regulatório – CVA	549.133	2%	328.143	1%	67%
Passivo Regulatório – Revisão da Receita de Transmissão	15.717	0%	-	0%-	-
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	184.389	1%	176.575	1%	4%
Outras Obrigações	369.868	2%	293.183	1%	26%
TOTAL DO CIRCULANTE	5.876.438	24%	5.748.730	25%	2%
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	340.792	1%	271.928	1%	25%
Passivo Regulatório – CVA	196.140	1%	119.907	1%	64%
Empréstimos e Financiamentos	4.963.436	21%	5.620.190	24%	-12%
Debêntures	1.541.225	6%	1.194.799	5%	29%
Impostos, Taxas e Contribuições	331.932	1%	449.521	2%	-26%
Provisões para Contingências	634.786	3%	534.980	2%	19%
Obrigações Pós-Emprego	1.363.833	6%	1.450.850	6%	-6%
Outras Obrigações	182.209	1%	107.660	-	69%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.554.353	40%	9.749.835	42%	-3%
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-	-	90.080		
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	318.549	1%	97.618	0%	226%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	2.432.307	10%	1.621.538	7%	50%
Reservas de Capital	4.032.222	17%	4.032.222	17%	0%
Reservas de Lucros	1.898.526	8%	1.841.570	8%	3%
Lucros Acumulados	17.877	0%	-	0%	-
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.124	0%	27.123	0%	0%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.408.056	35%	7.522.453	32%	12%
PASSIVO TOTAL	24.157.396	100**%**	23.208.716	100**%**	4**%**

Informações de Resultado do período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2009 e 2008 (em milhares de reais)

	30/09/2009	AV(%)	30/09/2008	AV(%)	AH(%)
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	10.525.222	126%	10.316.243	127%	2%
Receita de Uso da Rede	1.600.922	19%	1.557.916	19%	3%
Outras Receitas Operacionais	438.720	5%	493.407	6%	-11%
	12.564.864	151%	12.367.566	152%	2%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-4.230.362	-51%	-4.232.129	-52%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.334.502	100%	8.135.437	100%	2%

CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.529.469	-30%	-2.177.689	-27%	16%
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-612.627	-7%	-530.621	-7%	15%
Gás comprado para Revenda	-128.610	-2%	-167.841	-2%	-23%
	-3.270.706	-39%	-2.876.151	-35%	14%
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	-690.293	-8%	-717.134	-9%	-4%
Obrigações Pós-Emprego	-70.487	-1%	-153.454	-2%	-54%
Materiais	-76.816	-1%	-69.591	-1%	10%
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-4.070	-	-65.185	-1%	-94%
Serviços de Terceiros	-447.979	-5%	-392.033	-5%	14%
Depreciação e Amortização	-501.699	-6%	-531.712	-7%	-6%
Provisões Operacionais	-39.814	-	-15.779	-	152%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-109.336	-1%	-98.542	-1%	11%
Outros custos de operação	-103.478	-1%	-117.338	-1%	-12%
	-2.043.972	-25%	-2.160.768	-27%	-5%
CUSTO TOTAL	**-5.314.678**	**-64%**	**-5.036.919**	**-62%**	**6%**
LUCRO BRUTO	3.019.824	36%	3.098.518	38%	-3%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com Vendas	-119.741	-1%	-133.078	-2%	-10%
Despesas Gerais e Administrativas	-479.353	-6%	-304.761	-4%	57%
Outras Despesas Operacionais	-49.521	-1%	-51.743	-1%	-4%
	-648.615	-8%	-489.582	-6%	32%
RESULTADO DO SERVIÇO	**2.371.209**	**28%**	**2.608.936**	**32%**	**-9%**
Despesas Financeiras Líquidas	-81.308	-1%	36.148	-	-%
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	**2.289.901**	**27%**	**2.645.084**	**33%**	**-13%**
					-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-759.874	-9%	-923.325	-11%	-18%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39.217	-	70.296	1%	-44%
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-99.163	-1%	-65.683	-1%	51%
Participações dos Acionistas não Controladores	-43.007	-1%	-84.983	-1%	-49%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**1.427.074**	**17%**	**1.641.389**	**20%**	**-13%**

Informações de Resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (em milhares de reais)

	31/12/2008	AV(%)	31/12/2007	AV(%)	AH(%)
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	13.685.833	126%	13.285.332	130%	3%
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	2.150.404	20%	1.945.930	19%	11%
Outras Receitas Operacionais	651.604	6%	558.269	5%	17%
	16.487.841	151%	15.789.531	154%	4%
Deduções à Receita Operacional	-5.597.522	-51%	-5.543.617	-54%	1%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.890.319	100%	10.245.914	100%	6%
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.959.745	-27%	-2.793.722	-27%	6%
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-724.408	-7%	-649.737	-6%	11%
Gás Comprado para Revenda	-228.764	-2%	-154.241	-2%	48%
	-3.912.917	-36%	-3.597.700	-35%	9%
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	-949.382	-9%	-866.377	-8%	10%
Entidade de Previdência Privada	-209.385	-2%	-110.354	-1%	90%
Materiais	-99.731	-1%	-89.930	-1%	11%
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-69.573	-1%	-58.409	-1%	19%
Serviços de Terceiros	-541.646	-5%	-500.828	-5%	8%
Depreciação e Amortização	-701.730	-6%	-748.196	-7%	-6%
Provisões Operacionais	-26.060	0%	-49.914	0%	-48%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-130.565	-1%	-134.102	-1%	-3%
Outras	-182.159	-2%	-168.285	-2%	8%
	-2.910.231	-27%	-2.726.395	-27%	7%
CUSTO TOTAL	-6.823.148	-63%	-6.324.095	-62%	8%

LUCRO BRUTO	4.067.171	37%	3.921.819	38%	4%
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas Gerais e Administrativas	-441.625	-4%	-319.886	-3%	38%
Despesas com Vendas	-108.389	-1%	-235.837	-2%	-54%
Outras Despesas Operacionais	-132.541	-1%	-81.872	-1%	62%
	-682.555	-6%	-637.595	-6%	7%
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	3.384.616	31%	3.284.224	32%	3%
Resultado Financeiro Líquido	-93.629	-1%	-345.515	-3%	-73%
Lucro antes da Tributação e Participações	3.290.987	30%	2.938.709	29%	12%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.035.153	-10%	-1.025.851	-10%	1%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	120.821	1%	400.268	4%	-70%
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-370.350	-3%	-454.885	-4%	-19%
Participações dos Acionistas não Controladores	-119.270	-1%	-115.480	-1%	3%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.887.035	17%	1.742.761	17%	8%

Informações de Resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (em milhares de reais)

	31/12/2007	AV(%)	31/12/2006	AV(%)	AH(%)
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	13.285.332	130%	11.135.000	132%	19%
Receita de Uso da Rede	1.945.930	19%	1.789.471	21%	9%
Outras Receitas Operacionais	558.269	5%	506.900	6%	10%
	15.789.531	154%	13.431.371	159%	18%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-5.543.617	-54%	-4.964.729	-59%	12%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.245.914	100%	8.466.642	100%	21%
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.793.722	-27%	-2.112.673	-25%	32%
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-649.737	-6%	-663.851	-8%	-2%
Gás Comprado para Revenda	-154.241	-2%	-157.732	-2%	-2%
	-3.597.700	-35%	-2.934.256	-35%	23%
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	-866.377	-8%	-992.765	-12%	-13%
Obrigações Pós-Emprego	-110.354	-1%	-159.647	-2%	-31%
Materiais	-89.930	-1%	-78.519	-1%	15%
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-58.409	-1%	-36.812	0%	59%
Serviços de Terceiros	-500.828	-5%	-411.318	-5%	22%
Depreciação e Amortização	-748.196	-7%	-626.926	-7%	19%
Provisões Operacionais	-49.914	0%	-23.976	0%	108%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-134.102	-1%	-138.955	-2%	-3%
Outros custos de operação	-168.285	-2%	-127.903	-2%	-32%
	-2.726.395	-27%	-2.596.821	-31%	5%
CUSTO TOTAL	-6.324.095	-62%	-5.531.077	-66%	14%
LUCRO BRUTO	3.921.819	38%	2.935.565	35%	34%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas Gerais e Administrativas	-319.886	-3%	-78.139	-1%	309%
Despesas com Vendas	-235.837	-2%	-152.719	-2%	54%
Outras Despesas Operacionais	-81.872	-1%	-155.020	-2%	-47%
	-637.595	-6%	-385.878	-5%	65%
RESULTADO DO SERVIÇO	3.284.224	32%	2.549.687	30%	29%
Despesas Financeiras Líquidas	-345.515	-3%	-49.674	-1%	596%
LUCRO OPERACIONAL	2.938.709	29%	2.500.013	30%	18%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-36.795	-	-100%
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	2.938.709	29%	2.463.218	29%	19%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.025.851	-10%	-599.300	-7%	71%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	400.268	4%	71.704	1%	458%
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-454.885	-4%	-209.991	-2%	117%
Participações de Acionistas Não Controladores	-115.480	-1%	-6.790	0%	1.601%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.742.761	17%	1.718.841	20%	1%

Outras Informações

Descrições	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2009	2008	2008	2007	2006
Receita operacional líquida - R$ milhões	8.335	8.135	10.890	10.246	8.467
Margem Operacional - %	28,45	32,07	31,08	32,05	30,11
EBITDA - R$ milhões	2.888	3.151	4.099	4.062	3.222
Lucro líquido - R$ milhões	1.427	1.641	1.887	1.743	1.719
Lucro líquido por ação R$	2,30	3,31	3,80	3,51	3,53
Patrimônio líquido - R$ milhões	10.768	10.032	9.352	8.408	7.522
Valor patrimonial por ação	17,36	20,21	18,84	17,28	15,46
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	15,28	19,52	22,44	23,20	23,92
Endividamento do patrimônio líquido - %	149,99	145,69	160,29	187,31	206,03
Liquidez Corrente	1,37	1,67	1,32	1,31	1,11
Liquidez Geral	0,80	0,87	0,78	0,77	0,73

Fonte: Garantidora

Conciliação do Lucro Líquido para EBITDA (em milhões de reais)

Descrições	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2009	2008	2008	2007	2006
Lucro Líquido	1.427	1.641	1.887	1.743	1.719
+ Despesa de IR e Contribuição	721	853	914	625	527
+ Resultado Financeiro	81	-36	94	346	87
+ Amortização e Depreciação	517	542	715	778	672
+ Participação nos Resultados	99	66	370	455	210
+ Participação de acionistas não controladores	43	85	119	115	7
= EBITDA	2.888	3.151	4.099	4.062	3.222

Fonte: Garantidora

Obs: EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Garantidora, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Oficio Circular CVM n° 01/2007, consistindo no Lucro Líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização, participação dos empregados e administradores no resultado e do imposto de renda e contribuição social. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Garantidora divulga EBITDA porque ela o utiliza para medir o seu desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

CAPITALIZAÇÃO DA EMISSORA

A tabela a seguir exibe o endividamento da Emissora de curto e de longo prazo, bem como sua capitalização total consolidada (definida como empréstimos e financiamentos e patrimônio líquido) em 30 de setembro de 2009, além de uma coluna intitulada *Ajustada pela Oferta,* que considera o impacto da Oferta na capitalização total da Emissora em 30 de setembro de 2009. Esta Seção deverá ser lida em conjunto com as seções *"Informações Financeiras Selecionadas da Emissora"* e *"Análise e Discussão da Administração sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e os Resultados Operacionais da Emissora"*, respectivamente nas páginas 82 e 99 deste Prospecto.

Em milhares de Reais	**Efetivo em 30 de setembro 2009**	**Ajustada pela Oferta**
Empréstimos e financiamentos de Curto Prazo	531.182	531.182
Notas Promissórias	**-**	**-**
Debêntures	**845.298**	**3.545.298**
Total do endividamento.....	3.465.561	6.165.561
Patrimônio Líquido.....	4.324.787	4.324.787
Capitalização Total.....	**7.790.348**	**10.490.348**

Fonte: Companhia

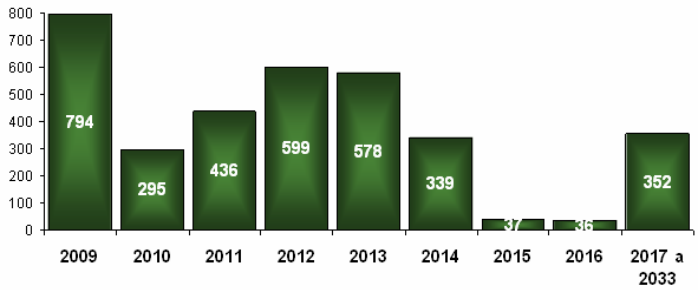
Capacidade de pagamento frente ao endividamento da Emissora

A principal fonte de recursos da Emissora é o fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais. O fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais da Emissora foi de R$1,05 bilhão em 2007, R$1,05 bilhão em 2008 e R$1,22 bilhão nos nove meses findos em 30 de setembro de 2009.

Adicionalmente, a Emissora tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 30 de setembro de 2009, por um endividamento de aproximadamente R$ 3,5 bilhões, com 27,2% e 72,8% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente, compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Emissora liquidez e flexibilidade operacional.

O endividamento da Emissora, posição em 30 de setembro de 2009, com um custo médio de 4,97% a.a. a preços constantes em 30 de setembro de 2009, tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 3 anos e 10 meses e com pagamentos de até R$600 milhões, aproximadamente, a partir de 2010, refletindo o esforço empreendido pela Emissora no alongamento do perfil da sua dívida, conforme gráfico abaixo:

(Em milhões)



Fonte: Companhia

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Emissora, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

EBITDA / Juros	7,15
Dívida Líquida / EBITDA	0,91
Dívida Líquida / (Patimônio Líquido + Dívida Líquida)	32,15%

Fonte: Companhia

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA EMISSORA

Apresentamos a análise e discussão da administração sobre a situação financeira consolidada e os resultados operacionais consolidados da Emissora, com relação aos períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006.

A análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais devem ser lidas em conjunto com as informações trimestrais revisadas da Emissora referentes aos períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008 e com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006. As demonstrações financeiras e informações financeiras constantes deste Prospecto foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Na análise e discussão abaixo, as referências a aumentos ou diminuições em todos os períodos são feitas por comparação com o período anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de outra forma. Este Prospecto contém estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas. O resultado efetivamente obtido por nós poderá diferir substancialmente daquele discutido em tais estimativas e declarações futuras por diversas razões, incluindo, mas não se limitando, a fatores indicados na Seção "Fatores de Risco", nas páginas 42 a 59, deste Prospecto.

ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício que se iniciou em 1º de janeiro de 2008. A Lei 11.638/07 teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº. 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 13, a Companhia está adotando pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Lei 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº. 11.941, de 27 de maio de 2009. As principais mudanças que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia foram:

Impacto da adoção da Lei 11.638/07 nas Demonstrações Contábeis da Emissora

Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 decorrentes da adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 são como segue:

	2008	2007
Lucro do exercício	985.753	751.972
Ajustes líquidos dos efeitos fiscais		
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(9.425)	6.832
Ajustes a valor presente de contas a pagar, financiamentos e debêntures	(26.033)	(11.780)
Lucro líquido ajustado sem os efeitos da Lei 11.638/07	950.295	747.024

	2008	2007	2006
Patrimônio líquido	3.481.139	3.013.093	2.970.794
Ajustes na rubrica de lucros acumulados, líquido de efeitos fiscais			
- Ajustes a valor presente de contas a pagar, financiamentos e debêntures	(57.692)	(31.660)	(19.880)
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(2.595)	6.830	(2)
Patrimônio Líquido ajustado sem os efeitos da Lei 11.638/07	3.420.852	2.988.263	2.950.912

Impacto da adoção da Lei 11.638/07 nas Demonstrações Contábeis da Garantidora

Os efeitos no resultado e no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2008, líquidos de imposto de renda diferido decorrentes da adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, líquido dos efeitos fiscais reconhecidos, são como segue:

	2008	2007
Lucro do exercício	1.887.035	1.742.761
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(8.181)	3.740
Ajustes a valor presente de contas a pagar e a receber, financiamentos e debêntures	(25.501)	(11.780)
Diferido	(708)	-
Lucro líquido ajustado sem os efeitos da Lei 11.638/07	1.852.645	1.734.721

	2008	2007	2006
Patrimônio líquido	9.351.634	8.408.056	7.533.020
Ajustes na rubrica de Lucros acumulados			
- Ajustes a valor presente de contas a pagar, financiamentos e debêntures	(55.645)	(30.144)	(18.364)
- Diferido	2.998	3.706	3.706
- Despesas com pagamentos baseados em ações	2.926	-	-
- Ajuste Acumulado de Conversão	61	-	-
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	6.241	14.422	10.682
Patrimônio Líquido ajustado sem os efeitos da Lei 11.638/07	9.308.215	8.396.040	7.529.044

As diferenças de R$5.863 mil em 2007 e R$6.591 em 2006 referentes a comparação dos ajustes da tabela acima com os valores registrados na rubrica de Lucros Acumulados dos respectivos exercícios refere-se a ajustes de exercícios anteriores da Light não relacionados a adoção da Lei 11.638/07.

Em função da inclusão no Estatuto Social da Emissora e da Garantidora em 2007 da previsão de pagamento de participação nos resultados aos empregados e administradores, essa participação passou a ser registrada como redutora do Lucro Líquido antes dos impostos e participações estatutárias, sendo que até 2006 era registrada na rubrica de Despesa com Pessoal. Para fins de comparabilidade das demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 com os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2008 a "participação no resultado" paga pela Emissora e/ou pela Garantidora a seus empregados foi reclassificada de Despesas com Pessoal para a conta "Participação dos Empregados e Administradores no Resultado" conta redutora do lucro antes das tributações e participações.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA EMISSORA E GARANTIDORA

(a) Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

Despesas de Administração – São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados.

Atividades de Controlada não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da controlada no Grupo de Investimentos. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e Demonstrações Contábeis específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Instrumentos financeiros – Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, debêntures, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos mantidos até o vencimento – Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. Nenhum dos instrumentos da Companhia e de suas Controladas foram classificados como mantidos até o vencimento.

Instrumentos disponíveis para venda – Esses instrumentos, posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido, líquidas dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no Patrimônio Líquido é transferido para resultado. Nenhum dos instrumentos da Companhia e de suas Controladas foram classificados como disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado – Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Esses instrumentos financeiros são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos – A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Outros instrumentos financeiros – São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais perdas no valor recuperável.

Moeda estrangeira – A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior referente a Controlada em conjunto Transchile são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente. As Demonstrações Contábeis de controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Disponibilidades – Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, e aplicações financeiras com disponibilidade imediata, avaliadas como instrumentos financeiros mantidos para negociação e registradas ao valor justo por meio do resultado.

Consumidores e Revendedores – As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas pelo valor faturado e não faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores.

Estoques – São avaliados ao custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado, não sendo depreciados. Os valores de estoques contabilizados não excedem o valor de mercado.

Custos não controláveis – CVA – As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "Parcela A") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário das distribuidorase os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo ou Passivo. Após a inclusão das diferenças no reajuste tarifário, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento ou ressarcimento dos valores através das contas de energia.

Investimentos – As participações em sociedades controladas e controladas em conjunto são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Arrendamento financeiro – Determinados tipos de contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. A Companhia não possui arrendamentos financeiros.

Arrendamento operacional – Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

Ativos intangíveis – Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e tem o seu valor recuperável testado anualmente. (ii) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. (iii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização.

Imobilizado – Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados, e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data.

Depreciação e Amortização – São calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão – São registradas pelo valor recebido de clientes, demonstradas como retificadoras do ativo imobilizado. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e são amortizadas a partir da 2ª Revisão Tarifária Periódica das distribuidoras, em 2008, por taxa correspondente à taxa média dos ativos em serviço.

Redução ao valor recuperável – Os ativos do imobilizado e do intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Capitalização de Encargos de Empréstimos e Financiamentos – Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Passivo circulante e não circulante – Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do Balanço Patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Obrigações Pós-Emprego – Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são determinados anualmente e reconhecidos como obrigações e registrados com base em avaliação realizada por atuários independentes, utilizando o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações, em conformidade com a Deliberação CVM nº. 371/00. Quando os benefícios de um plano são ampliados, a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

Juros sobre o Capital Próprio – Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados contabilmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Contábeis como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – São provisionados ou constituídos créditos sobre adições temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Participações dos Empregados – Previstas no Estatuto Social, são provisionadas em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registradas como redutoras do Lucro antes dos Impostos e Participações Estatutárias.

Resultado – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Lucro Líquido por Ação – É calculado com base no número de ações, excluídas as Ações em Tesouraria, na data dos balanços.

Uso de Estimativas – A preparação de Demonstrações Contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Emissora e Garantidora, assim como as suas Controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem divergir dessas estimativas. A Emissora e Garantidora, assim como as suas Controladas, revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto às Obrigações Pós-Emprego, como divulgado na nota acima. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, operações na Câmara de CCEE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Custos não Controláveis – CVA (aplicável somente à garantidora), Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais (aplicável somente à Garantidora), Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Depreciação, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

Provisões – Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS NOS PERÍODOS DE NOVE MESES ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 30 DE SETEMEBRO DE 2008.

As informações financeiras selecionadas apresentadas a seguir para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008 representam as informações financeiras da Emissora e estão expressas em milhares de reais.

	30/09/2009	AV(%)	30/09/2008	AV(%)	AH(%)
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	2.631.903	100%	2.331.881	106%	13%
Receita de Uso da Rede	636.403	24%	461.784	21%	38%
Outras Receitas Operacionais	16.951	1%	23.405	1%	-28%
	3.285.257	125%	2.817.070	129%	17%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-661.085	-25%	-627.188	-29%	5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.624.172	100%	2.189.882	100%	20%
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-208.356	-8%	-200.945	-9%	4%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-116.716	-4%	399	-%	-29.352%
	-325.072	-12%	-200.546	-9%	62%
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	-160.975	-6%	-162.159	-7%	-1%
Obrigações Pós-Emprego	-15.092	-1%	-30.536	-1%	-51%
Materiais	-9.620	-%	-9.944	-%	-3%
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-4.070	-%	-65.185	-3%	-94%
Serviços de Terceiros	-65.325	-2%	-58.780	-3%	11%
Depreciação e Amortização	-169.369	-6%	-167.047	-8%	1%
(Provisões) Reversões Operacionais	-860	-%	1.013	-%	-185%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-105.163	-4%	-94.888	-4%	11%
Outros custos de operação	-23.786	-1%	-29.837	-1%	-20%
	-554.260	-21%	-617.363	-28%	-10%
CUSTO TOTAL	-879.332	-34%	-817.909	-37%	8%
LUCRO BRUTO	1.744.840	66%	1.371.973	63%	27%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas Gerais e Administrativas	-114.286	-4%	-53.511	-2%	114%
Despesas com Vendas	-289	-%	-	-%	-%
Outras Despesas Operacionais	-14.677	-1%	-21.898	-1%	-33%
	-129.252	-5%	-75.409	-3%	71%
RESULTADO DO SERVIÇO	1.615.588	62%	1.296.564	59%	25%
Despesas Financeiras Líquidas	-147.934	-6%	-179.749	-8%	-18%
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.467.654	56%	1.116.815	51%	31%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-393.773	-15%	-343.764	-16%	15%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-48.085	-2%	18.686	1%	-357%
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-21.947	-1%	-14.760	-1%	49%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.003.849	38%	776.977	35%	29%

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO NOS PERÍODOS DE NOVE MESES ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 30 DE SETEMBRO DE 2008.

Lucro do Período

A Emissora apresentou, no período de janeiro a setembro de 2009, um lucro líquido de R$1.003.849 mil em comparação ao lucro líquido de R$776.977 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa um aumento de 29,20%. O melhor resultado em 2009 deve-se, principalmente, ao aumento de 20% na receita líquida parcialmente compensado pelo aumento de 12,90% nos custos e despesas operacionais, devendo ser destacada a receita extraordinária registrada em 2009, no valor de R$158.090 mil referente a revisão tarifária da transmissão.Como efeito positivo no resultado no período de janeiro a setembro de 2009 destacou o aumento de 17% na receita operacional bruta, no montante de R$468.187 mil, em função basicamente de:

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$2.631.903 mil no período de janeiro a setembro de 2009 em comparação a R$2.331.881 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa um aumento de 13%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 27,28% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias em 2009 em função de dois leilões de energia para as distribuidoras, com a venda da energia por uma tarifa entre R$125,00 e R$145,77. Em função disso, a receita com energia vendida foi de R$1.216.570 mil no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$810.609 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa um aumento de 50,08%.

Em contrapartida, ocorreu uma redução de 15,53% no volume de energia vendida para os consumidores livres, 12.165.421 MWh no período de janeiro a setembro de 2009 em comparação a 14.402.686 MWh no período de janeiro a setembro de 2008. A venda de energia foi de R$1.298.311mil no período de janeiro a setembro de 2009 em comparação a R$1.407.037 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 7,73%. Parte dessa redução foi compensada pelo reajuste anual desses contratos, na maior parte, indexados a variação do IGP-M.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se basicamente a utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Emissora pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos por meio de resolução editada pela ANEEL e apresentou um aumento de 38% no período de janeiro a setembro de 2009 comparado ao período de janeiro a setembro de 2008. Essa variação deve-se, principalmente, à contabilização, em junho de 2009, da RAP de períodos anteriores, no montante de R$158.090 mil, em função da revisão tarifária da transmissão com efeitos retroativos ao período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais foram reduzidas em 28%, quando comparados os valores de R$16.951 mil no período entre janeiro e setembro de 2009 e R$23.405 mil no mesmo período de 2008. Esta redução decorre basicamente de uma menor receita com prestação de serviços.

Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional (RGR, ICMS, PASEP e COFINS e outros) no período entre janeiro e setembro de 2009 foram no valor de R$661.085 mil contra R$627.188 mil no mesmo período de 2008, registrando um aumento de 5%, em função, principalmente, de:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R$18.513 mil no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$27.074 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 31,62%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre as concessionárias de energia elétrica por meio de resolução editada pela ANEEL. A Emissora é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R$20.610 mil no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$28.853 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 28,57%. Os pagamentos são definidos por meio de resolução editada pela ANEEL. A Emissora é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a tributos e encargos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, seu aumento, de R$510.048 mil em setembro de 2008 para R$553.934 mil em setembro de 2009 decorre, substancialmente, da evolução da receita.

Custos com Energia Elétrica

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

O custo com encargos de uso da rede básica de transmissão foi de R$208.356 mil no período de janeiro a setembro de 2009 e de R$200.945 mil no mesmo período de 2008. O aumento de 4% da despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações e componentes da rede básica nos termos de resolução editada pela ANEEL.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R$116.716 mil no período de janeiro a setembro de 2009, comparados a uma reversão de despesa de R$399 mil no período de janeiro a setembro de 2008. O aumento desta despesa se deve a uma compra maior de energia em 2009 relacionada a atividade de comercialização.

Custos de Operação

O custo de operação no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$554.260 mil comparado a R$617.363 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 10%. Este resultado decorre principalmente da variação de custos com matéria prima e insumos, pessoal e benefícios pós-emprego.

As principais variações estão descritas a seguir:

Pessoal e Administradores

O custo com pessoal e administradores no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$160.975 mil, comparado a R$162.159 mil em 2008, o que representa uma redução de 1%. Este resultado decorre principalmente da maior transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R$12.391mil em 2009 e R$8.877 mil em 2008), tendo em vista o maior programa de investimentos em 2009.

Obrigações Pós-Emprego

As obrigações pós-emprego no período de janeiro a setembro de 2009 foram de R$15.092 mil comparados a R$30.536 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 51%. Este resultado decorre principalmente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro de 2008 que implicaram em uma redução nas obrigações líquidas da Companhia.

Materiais

Os custos com materiais no período de janeiro a setembro de 2009 foram de R$9.620 mil comparados a R$9.944 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 3%. A redução nas despesas com materiais em relação aos demais custos de operação variou inexpressivamente.

Matéria Prima e Insumos para Produção de Energia

Os custos com matéria prima ou insumos para produção de energia no período de janeiro a setembro de 2009 foram de R$4.070 mil comparados a R$65.185 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 94%. A redução nos custos com matéria prima ou insumos para produção de energia deve-se principalmente ao fato de que em 2008 houve compra de combustível para a Usina de Igarapé, que entrou em operação para atendimento de demanda de energia para a Argentina, em função do baixo nível de água nos reservatórios.

Serviços de Terceiros

No período de janeiro a setembro de 2009 os custos com serviços de terceiros foram de R$65.325 mil comparados a R$58.780 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa um aumento de 11%. O aumento nas despesas com serviços de terceiros deve-se principalmente as variações nos gastos com mão de obra contratada e meio ambiente.

Depreciação e Amortização

O custo com depreciação e amortização não apresentou variação relevante na comparação entre os períodos, R$169.369 mil de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$ 167.047 mil de janeiro a setembro de 2008, o que representa um aumento de 1%.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais no período de janeiro a setembro de 2009 foram de R$860 mil comparadas a uma reversão de provisão de R$1.013 mil no período de janeiro a setembro de 2008. Esta variação decorre da atualização monetária da causa ambiental referente a não adoção de medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$105.163 mil comparados a R$94.888 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa um aumento de 11%. Esta compensação refere-se ao percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União. Este aumento decorre principalmente da maior geração de energia no período de 2009.

Outros Custos de Operação

Os outros custos de operação no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$23.786 mil comparados a R$29.837 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 20%. Esta variação refere-se basicamente a arrendamento e aluguéis, subvenções e doações, seguros, e outras despesas.

Despesas Operacionais

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$114.286 mil comparados a R$53.511 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa um aumento de 114%. Esta variação refere-se, basicamente, à despesa com pessoal, referente ao PDV, no montante de R$41.099 mil, no período de janeiro a setembro de 2009, e despesas com serviços de terceiros relativos à consultoria com apropriação de despesas referente à contratação de serviços relacionados à análise de aquisição de novos empreendimentos e gastos com serviços advocatícios pelo êxito no processo do imposto territorial rural sobre áreas alagadas.

Despesas com Vendas

A despesa com vendas no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$289 mil. Esta despesa refere-se, principalmente, à despesa com PDD (provisão para créditos de liquidação duvidosa).

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais no período de janeiro a setembro de 2009 foram apuradas no valor de R$14.677 mil comparado ao valor de R$21.898 mil apurado no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 33%. Esta redução decorre de uma menor perda na desativação de bens e direitos do ativo imobilizado.

Despesas Financeiras Líquidas

O resultado financeiro de janeiro a setembro de 2009 foi uma despesa financeira líquida de R$147.934 mil comparada a uma despesa financeira líquida de R$179.749 mil de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 18%. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento de 3% na receita de aplicações financeiras em decorrência de maior volume de recursos aplicados em 2009.

- Reversão de provisão para perda de energia livre no montante de R$7.915 mil em 2009, comparados a uma provisão de R$18.346 mil em 2008. A reversão de provisão de 2009 decorre de ajuste para melhor adequação da previsão de recebimento dos créditos da RTE.

- Perdas líquidas com variações cambiais em 2009, no montante de R$3.287 mil, líquidos dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, comparados a perdas líquidas de R$27.399 mil em 2008, advindos basicamente de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, indexados ao dólar norte-americano e ao Iene. Este resultado decorre principalmente da valorização do Real frente ao Dólar e ao Iene de janeiro a setembro de 2009 comparada a uma desvalorização em 2008. O Dólar e o Iene apresentaram, no período de janeiro a setembro de 2009, uma desvalorização de 23,92% e 23,21%, respectivamente, frente ao Real, e, no mesmo período de 2008, apresentaram valorizações de 8,07% e 13,55%.

- Redução de 15% nas despesas com encargos de empréstimos e financiamentos no País em decorrência de amortizações no período e da menor variação do CDI (principal indexador dos contratos).

- Redução de 86% na receita com variação monetária sobre o acordo geral do setor elétrico (R$2.952 mil em 2009 comparadas a R$21.654 mil em 2008) devido à redução do ativo, em decorrência dos recebimentos dos valores em contas de energia elétrica.

- Redução de 99% com despesa com variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (R$92 mil em 2009 comparadas a R$15.005 mil em 2008). Essa redução decorre principalmente da redução do passivo e da menor variação do IGPM e do IPCA em 2009 em relação ao mesmo período em 2008.

- Redução de 51% em outras receitas financeiras (R$22.740 mil em 2009 comparados a R$46.123 mil em 2008). A maior receita em 2008 decorre principalmente da contabilização no mês de abril daquele ano do montante de R$13.875 mil referente a acordo de reparação de danos junto a Econ Energia S/A, pelo não fornecimento de energia contratada no período de janeiro a março de 2008.

- Aumento de 38,75% em outras despesas financeiras em função de multas no valor de R$31.152 mil contabilizadas no mês de setembro de 2009 devido a rescisão de contrato com consumidor livre. A energia disponível será revendida a outros consumidores a melhores condições de preço.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Emissora apurou, no período de janeiro a setembro de 2009, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$393.773 mil em relação ao lucro de R$1.467.654 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 27%. No período de janeiro a setembro de 2008, a Emissora apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$343.764 mil em relação ao lucro de R$1.116.815 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 31%. Houve um aumento de 15% na provisão com IR/CS sobretudo do aumento na base de cálculo desses tributos.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

A Emissora apurou, no período de janeiro a setembro de 2009, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido no montante de R$48.085 mil em relação ao lucro de R$1.467.654 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 3%. No período de janeiro a setembro de 2008, a Emissora apurou receitas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido no montante de R$18.686 mil em relação ao lucro de R$1.116.815 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 2%.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A Emissora apurou, no período de janeiro a setembro de 2009, despesas com participação dos empregados e administradores no montante de R$21.947 mil em relação ao lucro de R$1.467.654 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 1%. No período de janeiro a setembro de 2008, a Emissora apurou despesas com participação dos empregados e administradores no resultado no montante de R$14.760 mil em relação ao lucro de R$1.116.815 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 1%. Houve um aumento de 49%.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 31 DE DEZEMBRO DE 2007.

As informações financeiras selecionadas apresentadas a seguir para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 representam as informações financeiras da Emissora e estão expressas em R$ milhares de Reais.

	31/12/2008	AV(%)	31/12/2007	AV(%)	AH(%)
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	3.154.016	107%	2.782.445	104%	13%
Receita de Uso da Rede	617.099	21%	549.784	21%	12%
Outras Receitas Operacionais	29.569	1%	41.250	2%	-28%
	3.800.684	129%	3.373.479	127%	13%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-852.944	-29%	-707.876	-27%	20%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.947.740	100%	2.665.603	100%	11%
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-271.878	-9%	-257.204	-10%	6%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-13.167	-	-75.448	-3%	-83%
	-285.045	-10%	-332.652	-12%	-14%
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	-219.492	-7%	-205.391	-8%	7%
Obrigações Pós-Emprego	-40.554	-1%	-20.694	-1%	96%
Materiais	-16.228	-1%	-17.642	-1%	-8%
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-69.573	-2%	-58.409	-2%	19%
Serviços de Terceiros	-90.181	-3%	-85.059	-3%	6%
Depreciação e Amortização	-222.514	-8%	-223.168	-8%	-%
Provisões Operacionais	-410	-	-7.439	-	-94%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-127.069	-4%	-129.828	-5%	-2%
Outros custos de operação	-51.292	-2%	-53.736	-2%	-5%
	-837.313	-28%	-801.366	-30%	4%
CUSTO TOTAL	-1.122.358	-38%	-1.134.018	-43%	-1%
LUCRO BRUTO	1.825.382	62%	1.531.585	57%	19%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas Gerais e Administrativas	-91.737	-3%	-48.149	-2%	91%
Despesas com Vendas	-695	0%	1.428	0%	-149%
Outras Despesas Operacionais	-32.903	-1%	-14.792	-1%	122%
	-125.335	-4%	-61.513	-2%	104%
RESULTADO DO SERVIÇO	1.700.047	58%	1.470.072	55%	16%
Despesas Financeiras Líquidas	-244.817	-8%	-325.303	-12%	-25%
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.455.230	49%	1.144.769	43%	27%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-420.877	-14%	-334.369	-13%	26%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	37.696	1%	51.548	2%	-27%
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-86.296	-3%	-109.976	-4%	-22%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	985.753	33%	751.972	28%	31%

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 31 DE DEZEMBRO DE 2007.

Lucro do Exercício

A Emissora apresentou, no exercício de 2008, um lucro líquido de R$985.753 mil em comparação ao lucro líquido de R$751.972 mil no exercício de 2007, o que representa um aumento de 31%. Esse aumento deve-se a maior receita com fornecimento bruto de energia elétrica e à uma menor despesa financeira no ano de 2008.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$3.154.016 mil no exercício de 2008 em comparação a R$2.782.445 mil no exercício de 2007, o que representa um aumento de 13%.

Esta variação decorre principalmente do aumento de 7,11% na quantidade de energia fornecida a consumidores industriais (19.561.574 MWh em 2008 comparados a 18.262.805 MWh em 2007) em função do bom desempenho da atividade industrial até o 3° trimestre de 2008 e das ações estratégicas de comercialização adotadas pela Companhia. Além disso, o aumento do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD nos primeiros meses do ano de 2008, utilizado para valorar a compra e venda de energia no Mercado de Curto Prazo, levou alguns consumidores a fazerem uso de flexibilidades contratuais, ampliando as compras de energia.

A receita com energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de R$1.084.005 mil em 2008 comparados a R$1.046.645 mil em 2007, o que representa um aumento de 3,57%. Apesar da redução de 10,84% no volume de energia vendida, a tarifa média subiu de R$77,24 para R$89,72, uma variação de 16,16%.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se basicamente a utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Emissora pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, de acordo com valores definidos por meio de resolução editada pela ANEEL e apresentou um aumento de 12% no exercício de 2008 comparado ao exercício de 2007 (R$617.099 mil em 2008 e R$549.784 mil em 2007). Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste de 11,80% da receita permitida do segmento de transmissão, em julho de 2008, resultante do reajuste da receita anual através da aplicação do IGP-M acumulado nos 12 meses anteriores;

- entrada em operação de expansões da rede, com a consequente adição de receita pelo Órgão Regulador;

- contabilização, em junho de 2007, da redução na receita de uso da rede, no montante de R$30.919 mil, em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, em atendimento a determinações da ANEEL;

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais foram reduzidas em 28%, quando comparados os valores de R$41.250 mil apurado em 2007 e R$29.569 mil apurado em 2008. Esta redução decorre basicamente da redução da receita com prestação de serviço no ano de 2008.

Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional (RGR, ICMS, PASEP e COFINS e outros) em 2008 foram apuradas nos valores de R$852.944 mil e R$707.876 mil em 2007, registrando um aumento de 20% no ano de 2008, em função, principalmente, de:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre as concessionárias de energia elétrica como determinado por meio de resolução editada pela ANEEL. A Emissora é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás. A despesa em 2008 foi de R$34.445 mil em comparação a R$42.281 mil em 2007, o que representa uma redução de 19 %.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R$36.601 mil no exercício de 2008 comparados a R$32.749 mil no exercício de 2007, o que representa um aumento de 12%. Os pagamentos são definidos por meio de resolução editada pela ANEEL. A Emissora é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente à RGR foi de R$85.483 mil no exercício de 2008 comparados a R$72.414 mil no exercício de 2007. Este é um encargo não gerenciável e o aumento deve-se a maior receita, base de cálculo do referido encargo, em 2008.

As demais deduções à receita referem-se a tributos e encargos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, seu aumento de R$560.432 mil para R$696.415 mil decorrem substancialmente, da evolução da receita.

Custos com Energia Elétrica

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

O custo com Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão foi de R$271.878 mil em 2008 e de R$257.204 mil em 2007. O aumento da despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de geração de energia elétrica pela utilização das instalações componentes da rede básica conforme resolução editada pela ANEEL. O aumento de 6% na despesa em 2008 deve-se principalmente à entrada em operação da Usina de Irapé e ao reajuste médio de 3,5% na tarifa de transmissão -TUST em 2007 (efeito integral em 2008) e ao reajuste médio de 11,5% na TUST em junho de 2008.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A energia elétrica comprada foi de R$13.167 mil em 2008, comparados a R$75.448 mil em 2007, o que representa uma redução de 83%. A redução nessa despesa decorre de menor quantidade de energia de curto prazo adquirida no ano de 2008.

Custos de Operação

Os custos operacionais no período de janeiro a dezembro de 2008 foram de R$837.313 mil comparados a R$801.366 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa um aumento de 4%. Este resultado decorre principalmente de custo com pessoal, obrigação pós-emprego e matéria-prima e insumos para produção de energia no ano de 2008.

As principais variações estão descritas a seguir:

Pessoal e Administradores

O custo com pessoal e administradores no período de janeiro a dezembro de 2008 foi de R$219.492 mil comparados a R$205.391 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa um aumento de 7%. Este resultado decorre principalmente dos seguintes fatores:

- reajustes salariais de 5,00% e 7,26% concedidos aos empregados em novembro de 2007 e 2008, respectivamente;

- menor transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R$12.616 mil em 2008 e R$23.395 mil em 2007), tendo em vista o menor programa de investimentos em 2008.

Obrigações Pós-Emprego

As obrigações pós-emprego no período de janeiro a dezembro de 2008 foram de R$40.554 mil comparados a R$20.694 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa um aumento de 96%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Emissora, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. O aumento da despesa com obrigações pós-emprego decorre de ajuste nas premissas atuariais em 2008, com a redução das taxas de juros utilizadas para o desconto a valor presente das obrigações atuariais.

Materiais

Os custos com materiais no período de janeiro a dezembro de 2008 foram de R$16.228 mil comparados a R$17.642 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa uma redução de 8%. A redução nas despesas com materiais deve-se principalmente a menor gasto com compra de materiais elétricos no ano de 2008.

Matéria Prima e Insumos para Produção de Energia

Os custos com matéria prima ou insumos para produção de energia no período de janeiro a dezembro de 2008 foram de R$69.573 mil comparados a R$58.409 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa um aumento de 19%. O aumento nas despesas com matéria prima ou insumos para produção de energia deve-se principalmente a compra de combustível para a Usina de Igarapé, que entrou em operação em função do baixo nível de água nos reservatórios e para atendimento de demanda de energia para a Argentina.

Serviços de Terceiros

No período de janeiro a dezembro de 2008 os custos com serviços de terceiros foram de R$90.181 mil comparados a R$85.059 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa um aumento de 6%. Este aumento deve-se principalmente as variações nos custos com mão de obra contratada e meio ambiente.

Depreciação/Amortização

O custo com depreciação e amortização não apresentou variação relevante na comparação entre os períodos, R$222.514 mil de janeiro a dezembro de 2008 comparados a R$223.168 mil de janeiro a dezembro de 2007, o que representa uma variação inexpressiva.

Provisões Operacionais

O custo com provisões operacionais no período de janeiro a dezembro de 2008 foi de R$410 mil comparados a R$7.439 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa uma redução de 94%. Esta redução deve-se a reversão de provisão contabilizada em dezembro de 2008.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

O custo com compensação financeira pela utilização de recursos hídricos no período de janeiro a dezembro de 2008 foi de R$127.069 mil comparados a R$129.828 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa uma redução de 2%. Esta despesa refere-se ao percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Outros Custos de Operação

Os outros custos de operação no período de janeiro a dezembro de 2008 foram de R$51.292 mil comparados a R$53.736 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa uma redução de 5%. Esta variação refere-se a basicamente a arrendamento e aluguéis, subvenções e doações, seguros, e outras despesas.

Despesas Operacionais

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas no período de janeiro a dezembro de 2008 foram de R$91.737 mil comparados a R$48.149 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa um aumento de 91%. Este aumento basicamente refere-se à despesa com pessoal em 2008, no montante de R$13.900 mil, decorrentes do Programa Prêmio de Desligamento – PPD e despesas com terceiros relativos a contratação de serviços advocatícios e manutenção de aeronaves.

Despesas com Vendas

A despesa com vendas no período de janeiro a dezembro de 2008 foi de R$695 mil comparados a uma receita com vendas de R$1.428 mil no período de janeiro a dezembro de 2007. Esta despesa basicamente refere-se a despesa com PDD (provisão para créditos de liquidação duvidosa).

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais no período de janeiro a dezembro de 2008 foram apuradas no valor de R$32.903 mil comparado ao valor de R$14.792 mil apurado no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa um aumento de 122%. Esta despesa refere-se à taxa de fiscalização e despesa com obrigação pós-emprego.

Despesas Financeiras Líquidas

O resultado financeiro de janeiro a dezembro de 2008 foi uma despesa financeira líquida de R$244.817 mil comparada a uma despesa financeira líquida de R$325.303 mil de janeiro a dezembro de 2007, o que representa uma redução de 25%. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico no exercício de 2008 no montante de R$23.052 mil comparados a R$154.227 mil no exercício de 2007, o que representa uma redução de 85%. Esta variação decorre principalmente da contabilização, em 2007, da receita financeira no montante de R$99.833 mil, decorrente de critérios de atualização definidos pela ANEEL para o ativo referente às transações com energia livre durante o período do racionamento. Este procedimento não afetou o resultado financeiro de 2007 em decorrência da constituição de uma provisão para perdas no mesmo valor. Em função desta provisão constituída em 2007, a conta Provisão para Perda com Energia Livre apresentou uma redução de 87% (R$19.195 mil em 2008 comparados a R$145.953 mil em 2007).

- Receita de aplicação financeira no montante de R$125.276 mil em 2008 comparados a R$92.911 mil em 2007. Essa variação decorre de maior volume de recursos aplicados em 2008.

- Reconhecimento, em 2008, de uma receita líquida de R$13.584 mil decorrente de ajuste a valor presente de ativos e passivos, em atendimento às determinações descritas na Instrução CVM Nº 469, de 2 de maio de 2008.

- Redução da despesa com CPMF em função da extinção da referida contribuição.

- Perdas líquidas com variações cambiais, líquidas dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, em 2008, no montante de R$39.451 mil em comparação a perdas líquidas de R$48.007 mil no mesmo período de 2007, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A perda cambial em 2008 decorre, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar e ao Iene, principais moedas em que nossos contratos de financiamentos externos estão indexados. O reflexo no resultado de 2008 em comparação a 2007 não foi expressivo em decorrência das compensações com os instrumentos financeiros derivativos. Se considerarmos isoladamente, apenas as variações cambiais, a Companhia apresenta uma perda de R$52.614 mil em 2008 comparados a um ganho de R$25.962 mil em 2007. O dólar apresentou uma valorização de 31,94% no exercício de 2008 comparada a uma desvalorização de 17,15% em 2007. A moeda japonesa Iene apresentou uma valorização de 62,89% contra uma desvalorização de 11,78% nos exercícios de 2008 e 2007, respectivamente. Para parte da dívida em moeda estrangeira a Companhia realizou operações de *swap* com a substituição da variação do indexador dos contratos, de moeda estrangeira para o CDI.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Emissora apurou, no exercício de 2008, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$420.877 mil em relação ao lucro de R$1.455.230 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 29%. No exercício de 2007, a Emissora apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$334.369 mil em relação ao lucro de R$1.144.769 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 29%. Houve um aumento de 26%.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

A Emissora apurou, no exercício de 2008, receitas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido no montante de R$37.696 mil em relação ao lucro de R$1.455.230 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 3%. No exercício de 2007, a Emissora apurou receitas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido no montante de R$51.548 mil em relação ao lucro de R$1.144.769 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 5%. Houve uma redução de 27%.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A Emissora apurou, no exercício de 2008, despesas com participação dos empregados e administradores no resultado no montante de R$86.296 mil em relação ao lucro de R$1.455.230 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 6%. No exercício de 2007, a Emissora apurou despesas com participação dos empregados e administradores no resultado no montante de R$109.976 mil em relação ao lucro de R$1.144.769 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 10%. Houve uma redução de 22%.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006.

As informações financeiras selecionadas apresentadas a seguir para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006 representam as informações financeiras da Emissora e estão expressas em milhares de Reais.

As informações financeiras da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, provêm das demonstrações financeiras da Emissora que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2006, bem como as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM vigentes a época de sua elaboração, e que não incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449, posteriormente convertida em Lei n.º 11.941/09.

A comparabilidade das demonstrações financeiras da Emissora apresenta limitações, devido ao fato das demonstrações financeiras da Emissora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 incluírem as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09 e das demonstrações financeiras da Emissora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 não incluírem tais alterações.

	31/12/2007	AV(%)	31/12/2006	AV (%)	AH(%)
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	2.782.445	104%	2.326.748	104%	20%
Receita de Uso da Rede	549.784	21%	575.667	26%	-4%
Outras Receitas Operacionais	41.250	2%	10.610	0%	289%
	3.373.479	127%	2.913.025	130%	16%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-707.876	-27%	-670.092	-30%	6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.665.603	100%	2.242.933	100%	19%
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-257.204	-10%	-232.164	-10%	11%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-75.448	-3%	-	-	-
	-332.652	-12%	-232.164	-10%	43%
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	-205.391	-8%	-229.607	-10%	-11%
Obrigações Pós-Emprego	-20.694	-1%	-33.939	-2%	-39%
Materiais	-17.642	-1%	-17.555	-1%	-
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-58.409	-2%	-36.812	-2%	59%
Serviços de Terceiros	-85.059	-3%	-78.843	-4%	8%
Depreciação e Amortização	-223.168	-8%	-207.922	-9%	7%
Provisões Operacionais	-7.439	-	-41	-	18044%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-129.828	-5%	-123.756	-6%	5%
Outros custos de operação	-53.736	-2%	-44.430	-2%	21%
	-801.366	-30%	-772.905	-34%	4%
CUSTO TOTAL	-1.134.018	-43%	-1.005.069	-45%	13%
LUCRO BRUTO	1.531.585	57%	1.237.864	55%	24%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas Gerais e Administrativas	-48.149	-2%	-46.308	-2%	4%
Receitas (Despesas) com Vendas	1.428	-	-1.482	-	-196%
Outras Despesas Operacionais	-14.792	-1%	-11.399	-1%	30%
	-61.513	-2%	-59.189	-3%	4%
RESULTADO DO SERVIÇO	1.470.072	55%	1.178.675	53%	25%
Despesas Financeiras Líquidas	-325.303	-12%	-319.103	-14%	2%
LUCRO OPERACIONAL	1.144.769	43%	859.572	38%	33%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-2.292	-	-100%
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.144.769	43%	857.280	38%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-334.369	-13%	-167.606	-7%	99%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	51.548	2%	-25.824	-1%	-300%
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-109.976	-4%	-49.742	-2%	121%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**751.972**	**28%**	**614.108**	**27%**	**22%**

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006.

Lucro do Exercício

A Emissora apresentou, no exercício de 2007, um lucro líquido de R$751.972 mil em comparação ao lucro líquido de R$614.108 mil no exercício de 2006, o que representa um aumento de 22%. O aumento decorreu principalmente do aumento de 19% na receita operacional líquida, parcialmente compensado com o aumento nos custos e despesas operacionais.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$2.782.445 mil no exercício de 2007 em comparação a R$2.326.748 mil no exercício de 2006, o que representa um aumento de 20%.

Os principais impactos na receita de 2007 decorreram dos seguintes fatores:

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R$1.046.645 mil no exercício de 2007 comparados a R$742.541 mil no exercício de 2006. Este aumento decorre basicamente do aumento do mercado.

O mercado de energia da Emissora totalizou 31.813 GWh, apresentando uma variação de 7,60% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento deve-se à expansão da energia assegurada em face da entrada em operação da Usina de Irapé, ocorrida em junho de 2006, e ao grande volume de energia secundária (energia gerada acima da energia assegurada, que ocorre quando há boas condições hidrológicas no sistema interligado nacional – SIN) em 2007, e também da compra de energia para revenda.

A comercialização de energia no ambiente livre (vendas a comercializadoras) apresentou variação significativa de 55,0% devido à atuação mais intensa nesse segmento, o que permitiu, em contrapartida, a compra de energia para anos futuros, e também à exportação para Argentina e Uruguai no período de julho a setembro de 2007, que gerou uma receita de R$66.869 mil.

As vendas a clientes livres apresentaram aumento de 2,3% devido ao maior exercício de flexibilidades contratuais, à migração de clientes ocorrida em 2007 e também do esforço da Emissora em firmar contratos com novos clientes, inclusive fora da área de concessão. Os ramos de atividade que mais contribuíram para esse aumento foram os de celulose/papel/papelão, extração mineral, química e transporte.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se basicamente a utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Emissora pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos por meio de resolução editada pela ANEEL e apresentou uma redução de 4% no exercício de 2007 comparado ao exercício de 2006 (R$549.784 mil em 2007 e R$575.667 mil em 2006).

A receita anual da Emissora sofreu um reajuste de 3,07%, resultante da aplicação do IGP-M acumulado até maio, no valor de 4,40%, e em contrapartida, foram incorporados os efeitos da primeira Revisão Periódica nos ativos da Rede Básica - Novas Instalações – RBNI, que implicaram em uma redução de 24,58% na receita desses ativos, com efeito retroativo à julho de 2005, não em função de erros de períodos anteriores, mas por determinação do órgão regulador, conforme descrito a seguir.

Em função da publicação da Resolução Homologatória n°496 de 26 de junho de 2007 e da Nota Técnica n°046/2007 de 05 de junho de 2007 pela ANEEL, houve uma revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo os efeitos retroativos a 1° de julho de 2005. Desta forma, foi apurada pela Emissora uma receita a maior em relação a períodos anteriores, originando um passivo, no montante de R$30.919 mil, que foi amortizado em duas parcelas, sendo a primeira no ciclo 2007/2008 e a segunda está sendo amortizado no ciclo 2008/2009. O saldo não amortizado em 31 de dezembro de 2007 é de R$23.448 mil, sendo classificado em R$15.717 mil no circulante e R$7.731 mil no não circulante.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais foram aumentadas em 289%, quando comparados os valores de: R$10.610 mil apurado em 2006 e R$41.250 mil apurado em 2007. Este aumento decorre basicamente de uma maior receita com prestação de serviço no ano de 2007.

Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional (RGR, ICMS, PASEP e COFINS e outros) em 2007 foram no valor de R$707.876 mil contra R$670.092 mil em 2006, registrando um aumento de 6%, em função, principalmente, de:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre as concessionárias de energia elétrica por meio de resolução editada pela ANEEL. A Emissora é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

A dedução à receita referente à CCC foi de R$42.281 mil no exercício de 2007 comparados a R$63.421 mil no exercício de 2006, representando uma redução de 33,33%. Esta redução deve-se, principalmente, ao aumento da despesa com CCC em 2006, decorrente da cobrança retroativa do encargo de alguns consumidores, após homologação dos CUST pelo ONS.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R$32.749 mil no exercício de 2007 comparados a R$39.813 mil no exercício de 2006, o que representa uma redução de 17,74%. Esta redução decorre do aumento da despesa em 2006 em função de cobrança retroativa do encargo, conforme mencionado anteriormente no comentário sobre a CCC. Os pagamentos são definidos por meio de resolução editada pela ANEEL. A Emissora é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente à RGR foi de R$72.414 mil no exercício de 2007 comparados a R$9.492 mil no exercício de 2006. O menor valor em 2006 deve-se principalmente a homologação pela ANEEL da referida despesa referente ao exercício de 2004, implicando em um ajuste na revisão da estimativa anterior da Emissora, no montante de R$37.712 mil.

As demais deduções à receita referem-se a tributos e encargos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, seu aumento de R$557.366 mil em 2006 para R$560.432 mil em 2007 decorre, substancialmente, da evolução da receita.

Custos com Energia Elétrica

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

O custo com encargos de uso da rede básica de transmissão foi de R$257.204 mil em 2007 e de R$232.164 mil em 2006. O aumento de 11% nesse custo deve-se principalmente à entrada em operação da Usina de Irapé e ao reajuste médio de 10% na tarifa de transmissão -TUST em 2006 (efeito integral em 2007) e ao reajuste médio de 3,5% na TUST em junho de 2007.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A energia elétrica comprada em 2007 no valor de R$75.448 mil foi necessária para atender aos contratos de venda de energia assinados durante o exercício. O aumento nos custos em função dessa despesa foi integralmente compensado pelo crescimento expressivo na receita. Não houve gastos com compra de energia elétrica para revenda no ano de 2006.

Custos de Operação

Os custos operacionais no período de janeiro a dezembro de 2007 foram de R$801.366 mil comparados a R$772.905 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 4%. Este resultado decorre principalmente de um custo maior com matéria-prima e insumos para produção de energia, depreciação, amortização e provisões operacionais.

As principais variações nos custos operacionais estão descritas a seguir:

Pessoal e Administradores

O custo com pessoal e administradores no período de janeiro a dezembro de 2007 foi de R$205.391 mil comparados a R$229.607 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa uma redução de 11%. A redução decorre principalmente da provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, feita em junho de 2006, no montante de R$41.860 mil. Esses itens foram compensados parcialmente pelos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 4,00% em novembro de 2006 (efeito integral em 2007);
- reajuste salarial de 5,00% em novembro de 2007;
- aumento do número de empregados que passou de 2.256 em dezembro de 2006 para 2.276 em dezembro de 2007, um crescimento de 0,89%.

Obrigações Pós-Emprego

As obrigações pós-emprego no período de janeiro a dezembro de 2007 montaram R$20.694 mil comparados a R$33.939 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa uma redução de 39%. Este custo representa basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Emissora, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A variação decorre do maior crescimento dos ativos do plano de pensão em relação às obrigações com os participantes.

Materiais

Os custos com materiais no período de janeiro a dezembro de 2007 foram de R$17.642 mil comparados a R$17.555 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, sem variação expressiva.

Matéria Prima e Insumos para Produção de Energia

Os custos com matéria prima ou insumos para produção de energia no período de janeiro a dezembro de 2007 foram de R$58.409 mil comparados a R$36.812 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 59%. O aumento nos custos com matéria prima ou insumos para produção de energia deve-se principalmente ao maior volume de despacho das usinas termelétricas.

Serviços de Terceiros

Os custos com serviços de terceiros no período de janeiro a dezembro de 2007 foram de R$85.059 mil comparados a R$78.843 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 8%. O aumento nos custos com serviços de terceiros deve-se principalmente ao maior gasto com serviços de comunicação e meio ambiente no ano de 2007.

Depreciação e Amortização

O custo com depreciação e amortização foi de R$223.168 mil de janeiro a dezembro de 2007 comparados a R$207.922 mil de janeiro a dezembro de 2006, representando um aumento de 7% que decorre principalmente da entrada em operação da Usina de Irapé no segundo semestre de 2006.

Provisões Operacionais

O custo com provisões operacionais no período de janeiro a dezembro de 2007 foi de R$7.439 mil comparados a R$41 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 18.044%. Este custo refere-se a um aumento nas contingências trabalhistas e de natureza ambiental.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos no período de janeiro a dezembro de 2007 foi de R$129.828 mil comparados a R$123.756 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 5%. Este custo refere-se ao percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Outros Custos de Operação

Os outros custos de operação no período de janeiro a dezembro de 2007 foram de R$53.736 mil comparados a R$44.430 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 21%. Este aumento refere-se a basicamente a arrendamento e aluguéis, subvenções e doações, seguros, e outras despesas.

Despesas Operacionais

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas no período de janeiro a dezembro de 2007 foram de R$48.149 mil comparados a R$46.308 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 4%. Este aumento refere-se basicamente à despesa com pessoal (reajuste salarial conforme explicado em custo de operação) e serviços de terceiros, principalmente na rubrica conservação e limpeza de prédios.

Receitas (Despesas) com Vendas

A receita com vendas no período de janeiro a dezembro de 2007 foi de R$1.428 mil comparados a uma despesa de R$1.482 mil no período de janeiro a dezembro de 2006. Esta despesa refere-se a despesa com PDD (provisão para créditos de liquidação duvidosa), sendo que em 2007 houve reversão de PDD que superou as novas provisões constituídas para esse fim.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais no período de janeiro a dezembro de 2007 foram apuradas no valor de R$14.792 mil comparado ao valor de R$11.399 mil apurado no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 30%. Este aumento refere-se à taxa de fiscalização da ANEEL.

Despesas Financeiras Líquidas

O resultado financeiro de janeiro a dezembro de 2007 apresenta uma despesa financeira líquida de R$325.303 mil comparada a uma despesa financeira líquida de R$319.103 mil de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 2%. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico no exercício de 2007 no montante de R$154.227 mil comparados a R$79.927 mil no exercício de 2006, o que representa um aumento de 93%. Esta variação decorre principalmente da contabilização no segundo trimestre de 2007 da receita financeira no montante de R$99.833 mil, decorrente de critérios de atualização definidos pela ANEEL para o ativo referente às transações com energia livre durante o período do racionamento. Este procedimento não afetou o resultado financeiro em decorrência de um aumento correspondente na provisão para perdas com transações de energia livre (R$145.953 mil em 2007 comparados a R$49.178 mil em 2006).

- Aumento de PASEP/COFINS sobre a receita financeira em 2007 no montante de R$9.642 devido à atualização monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico, conforme citado no item anterior.

- Ganhos líquidos com variações cambiais no exercício de 2007, no montante de R$25.962 mil em comparação a ganhos líquidos de R$16.586 mil no exercício de 2006, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Em 2007, o real apresentou uma valorização de 17,15% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 8,66% em 2006.

- Perda líquida com instrumentos financeiros no exercício de 2007, no montante de R$73.969 mil em comparação a perda líquida de R$15.008 mil no exercício de 2006. Este resultado decorre, principalmente, de uma maior desvalorização do dólar norte-americano em 2007 se comparada com a desvalorização do ano anterior. Referem-se a contratos de troca de taxa de financiamentos da Emissora do Iene japonês e dólar norte-americano para a variação do CDI.

- Despesas com encargos de empréstimos e financiamentos no montante de R$349.519 mil no exercício de 2007 em comparação a R$397.323 mil no exercício de 2006, o que representa uma redução de 12%. Esta redução decorre do menor saldo devedor e da menor variação do CDI (principal indexador dos contratos) no exercício de 2007.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Emissora apurou, no exercício de 2007, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$334.369 mil em relação ao lucro de R$1.144.769 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 29%. No exercício de 2006, a Emissora apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$167.606 mil em relação ao lucro de R$857.280 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 20%. Houve um aumento de 99% nas despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

A Emissora apurou, no exercício de 2007, receitas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido no montante de R$51.548 mil em relação ao lucro de R$1.144.769 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 5%. No exercício de 2006, a Emissora apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido no montante de R$25.824 mil em relação ao lucro de R$857.280 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 3%.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A Emissora apurou, no exercício de 2007, despesas com participação dos empregados e administradores no resultado no montante de R$109.976 mil em relação ao lucro de R$1.144.769 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 10%. Essa participação foi expurgada do custo de pessoal e administradores em 2007 em função da previsão estatutária. No exercício de 2006, a Emissora apurou despesas com participação dos empregados e administradores no resultado no montante de R$49.742 mil em relação ao lucro de R$857.280 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 6%. Houve um aumento de 121% na despesa com participação com empregados e administradores em função do Acordo Coletivo de Trabalho assinado em 2007.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL

A análise e discussão apresentadas a seguir sobre a estrutura patrimonial baseiam-se nas informações financeiras resultantes de nossas informações trimestrais revisadas para os períodos findos em 30 de setembro de 2008 e 30 de setembro de 2009 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa. Os valores estão expressos em milhares de Reais.

30 de setembro de 2009 comparado com 30 de setembro de 2008

ATIVO

	30/09/2009	AV(%)	30/09/2008	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Disponibilidades	1.414.904	15%	1.322.956	16%	7%
Consumidores e Revendedores	344.708	4%	331.568	4%	4%
Concessionários - Transporte de Energia	69.022	1%	52.359	1%	32%
Tributos Compensáveis	579.136	6%	577.831	7%	-
Revendedores - Transações Energia Livre	10.120	-	14.851	-	-32%
Créditos Tributários	53.631	1%	52.885	1%	1%
Ativo Regulatório – Revisão Tarifária	82.321	1%	-	-	-
Estoques	3.779	-	4.230	-	-11%
Outros Créditos	148.678	2%	55.685	1%	167%
TOTAL DO CIRCULANTE	2.706.299	29%	2.412.365	29%	12%
NÃO CIRCULANTE					
Créditos Tributários	43.066	-	54.710	1%	-21%
Consumidores e Revendedores	46.188	-	-	-	-
Revendedores - Transações Energia Livre	10.857	-	6.724	-	61%
Tributos Compensáveis	9.275	-	16.352	-	-43%
Depósitos Vinculados a Litígio	72.375	1%	40.562	-	78%
Créditos com Pessoas Ligadas	14.030	-	7.869	-	78%
Ativo Regulatório – Revisão Tarifária	54.067	1%	-	-	-
Outros Créditos	17.845	-	14.691	-	20%
Investimentos	1.079.952	12%	1.048.626	13%	3%
Imobilizado	5.200.763	55%	4.728.941	57%	10%
Intangível	126.042	1%	10.635	-	1.085%
Diferido	-	-	5.354	-	-100%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.674.460	71%	5.934.464	71%	12%
ATIVO TOTAL	9.380.759	100%	8.346.829	100%	12%

PASSIVO

	30/09/2009	AV(%)	30/09/2008	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	531.182	6%	253.896	3%	109%
Debêntures	412.801	4%	67.330	1%	513%
Fornecedores	115.094	1%	109.220	1%	5%
Impostos, Taxas e Contribuições	492.522	5%	411.608	5%	20%
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	198.058	2%	562.005	7%	-65%
Salários e Encargos Sociais	78.224	1%	49.684	1%	57%
Encargos Regulatórios	83.585	1%	87.883	1%	-5%
Participações nos Lucros	17.187	-	14.798	-	16%
Dívidas com Pessoas Ligadas	30.741	-	3.459	-	789%
Obrigações Pós-Emprego	18.757	-	17.522	-	7%
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	54.069	1%	63.967	1%	-15%
Outras Obrigações	39.768	-	41.305	-	-4%
TOTAL DO CIRCULANTE	**2.071.988**	**22%**	**1.682.677**	**20%**	**23%**
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	2.089.081	22%	1.990.746	24%	5%
Debêntures	432.497	5%	620.352	7%	-30%
Provisões para Contingências	9.310	-	7.055	-	32%
Fornecedores	-	-	699	-	-100%
Obrigações Pós-Emprego	251.456	3%	263.664	3%	-5%
Impostos, Taxas e Contribuições	149.346	2%	81.771	1%	83%
Encargos Regulatórios	9.786	-	537	-	1.722%
Outras Obrigações	42.508	-	42.208	1%	1%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**2.983.984**	**32%**	**3.007.032**	**36%**	**-1%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	2.896.785	31%	2.896.785	35%	-
Reservas de Lucros	584.354	6%	91.478	1%	539%
Lucros Acumulados	843.648	9%	668.857	8%	26%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.324.787	46%	3.657.120	44%	18%
PASSIVO TOTAL	9.380.759	100%	8.346.829	100%	12%

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades

Em 30 de setembro de 2009, a conta de disponibilidades atingiu R$1.414.904 mil, o que representa um aumento de 7% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$1.322.956 mil. Esta variação decorre basicamente de maior caixa gerado nas operações em 2009.

Consumidores e revendedores

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R$344.708 mil, o que representa um aumento de 4% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$331.568 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do faturamento da Emissora em 2009.

Concessionários - Transporte de Energia

Em 30 de setembro de 2009, a conta Transporte de Energia atingiu R$69.022 mil, o que representa um aumento de 32% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$52.359 mil. Esta variação decorre basicamente do aumento do faturamento com concessionárias em 2009.

Tributos Compensáveis

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$579.136 mil, o que representa uma variação inexpressiva em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$577.831 mil. A conta tributos compensáveis é composta por ICMS a recuperar, imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS.

Revendedores – Transações de Energia Livre

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Revendedores – Transações de Energia Livre atingiu R$10.120 mil, o que representa uma redução de 32% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$14.851 mil. Esta variação decorre de uma reclassificação para o não circulante de parte do montante que não será recebido no curto prazo.

Créditos Tributários

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Créditos Tributários atingiu R$53.631 mil, o que representa um aumento de 1% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$52.885 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de realização dos créditos tributários da Emissora nos próximos 12 meses, em conformidade à projeção de lucros tributáveis da Emissora e da natureza dos créditos.

Ativo Regulatório – Revisão Tarifária

Em 30 de setembro de 2009, a conta de ativo regulatório atingiu R$82.321 mil. Este ativo se deve a primeira revisão tarifária da Emissora e o componente financeiro estabelecido pela ANEEL se deve a efeitos retroativos do reposicionamento tarifário. Esse componente foi concedido pela ANEEL em junho de 2009.

Estoques

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Estoques atingiu R$3.779 mil, o que representa uma redução de 11% em comparação com 30 de setembro de 2008, ano em que atingiu R$4.230 mil. O saldo desta conta representa basicamente menor quantidade de materiais que serão utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico.

Outros Créditos

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Outros Créditos atingiu R$148.678 mil, o que representa um aumento de 167% em comparação com 30 de setembro de 2008, ano em que atingiu R$55.685 mil. O aumento expressivo desta conta se deve ao montante de R$62.994 mil de adiantamento à fornecedores de sua controlada Central Eólica Volta do Rio S.A..

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Créditos Tributários

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Créditos Tributários atingiu R$43.066 mil, o que representa uma redução de 21% em comparação com 30 de setembro de 2008, ano em que atingiu R$54.710 mil. Esta variação decorre principalmente da redução dos créditos tributários sobre instrumentos financeiros e Provisão Ativa – Recomposição Tarifária Extraordinária.

Consumidores e revendedores

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R$46.188 mil. Esta variação decorre da transferência para o não circulante dos créditos de consumidor industrial que não foram pagos em função de liminar cautelar e que não tem expectativa de realização no curto prazo. Esta conta não existia no ano de 2008.

Revendedores – Transações Energia Livre

Em 30 de setembro de 2009 a conta de Revendedores – Transações Energia Livre atingiu R$10.857 mil, o que representa um aumento de 61% em comparação com 30 de setembro de 2008, ano em que atingiu R$6.724 mil. Esta variação decorre de uma reclassificação para o não circulante de parte do montante que não será recebido no curto prazo.

Tributos Compensáveis

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$9.275 mil, o que representa uma redução de 43% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$16.352 mil. Esta variação decorre de menor valor de ICMS a recuperar no ativo não circulante.

Depósitos Vinculados a Litígios

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Depósitos Vinculados a Litígios atingiu R$72.375 mil, o que representa um aumento de 78% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$40.562 mil. O saldo decorre basicamente de novos depósitos em juízo relativos a questionamentos tributários da Emissora referente a incidência de PASEP/COFINS sobre ICMS.

Créditos com Pessoas Ligadas

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Créditos com Pessoas Ligadas atingiu R$14.030 mil, o que representa um aumento de 78% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$7.869 mil. Esta variação decorre de valores recebidos por outras empresas e ainda não repassados a Emissora.

Ativo Regulatório – Revisão Tarifária

Em 30 de setembro de 2009, a conta de ativo regulatório atingiu R$54.067 mil. Este ativo se deve a primeira revisão tarifária da Emissora e o componente financeiro estabelecido pela ANEEL se deve a efeitos retroativos do reposicionamento tarifário. Esse componente foi concedido pela ANEEL em junho de 2009.

Outros Créditos

Em 30 de setembro de 2009, a conta Outros Créditos atingiu R$17.845 mil, o que representa um aumento de 21% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$14.691 mil. O saldo desta conta refere-se a um aumento de prêmio de seguros, créditos de estudos e projetos e demais créditos.

Investimentos

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Investimentos atingiu R$1.079.952 mil, o que representa um aumento de 3% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$1.048.626 mil. Os valores nesta rubrica referem-se basicamente a investimentos em consórcios para produção de energia elétrica.

Imobilizado

Em 30 de setembro de 2009 a conta de Imobilizado atingiu R$5.200.763 mil, o que representa um aumento de 10% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$4.728.941 mil. A variação no saldo decorre de novas controladas consolidadas no exercício de 2009 e novas aquisições do ativo imobilizado da Emissora.

Intangível

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Intangível atingiu R$126.042 mil, o que representa um aumento de 1.085% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$10.635 mil. A variação no saldo representa o ágio na aquisição de participação em empresas eólicas de energia em 2009.

Diferido

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Diferido apresentou saldo zero, em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$5.354 mil. O ativo foi totalmente amortizado quando da aplicação da Lei 11.638/07.

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$531.182 mil, o que representa um aumento de 109% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$253.896 mil. A variação no saldo decorre principalmente de empréstimos de novas controladas.

Debêntures

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Debêntures atingiu R$412.801 mil, o que representa um aumento de 513% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$67.330 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de debêntures da Emissora com vencimento em 2009.

Fornecedores

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Fornecedores atingiu R$115.094 mil, o que representa um aumento de 5% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$109.220 mil. A variação no saldo decorre do aumento nos valores a pagar referente a contratação de materiais e serviços para os empreendimentos em construção de suas controladas.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$492.522 mil, o que representa um aumento de 20% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$411.608 mil. A variação no saldo decorre basicamente dos impostos incidentes sobre a receita contabilizada em junho de 2009 decorrente da revisão tarifária de transmissão.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar atingiu R$198.058 mil, o que representa uma redução de 65% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$562.005 mil. A variação no saldo decorre de maior pagamento até 30 de setembro de 2009 de Juros sobre Capital Próprios e dividendos.

Salários e Encargos Sociais

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Salários e Encargos Sociais atingiu R$78.224 mil, o que representa um aumento de 57% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$49.684 mil. O saldo desta conta decorre de aumento com provisões de férias, 13º salário e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento basicamente em função do aumento de 7,26% concedido aos empregados em novembro de 2008, bem como o provisionamento dos valores relativos ao PDV.

Encargos Regulatórios

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Encargos Regulatórios atingiu R$83.585 mil, o que representa uma redução de 5% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$87.883 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela Emissora.

Participações nos Lucros

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Participações nos Lucros atingiu R$17.187 mil, o que representa um aumento de 16% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$14.798 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento da base de cálculo em 2009.

Dívidas com Pessoas Ligadas

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Dívidas com Pessoas Ligadas atingiu R$30.741 mil, o que representa um aumento de 789% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$3.459 mil. Esta variação decorre de transações comerciais entre as empresas do Grupo CEMIG.

Obrigações Pós-Emprego

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$18.757 mil, o que representa um aumento de 7% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$17.522 mil. A variação do saldo decorre da transferência para o circulante dos valores a serem pagos nos próximos 12 meses.

Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Provisões para Perdas – Instrumentos Financeiros atingiu R$54.069 mil, o que representa uma redução de 15% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$63.967 mil. Esta variação decorre de principalmente da valorização do Iene perante o Real no período, o que impactou diretamente o contrato de *swap* mais representativo da Emissora e provocou redução na conta de provisão para perdas com instrumentos financeiros.

Outras Obrigações

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Outras Obrigações atingiu R$39.768 mil, o que representa uma redução de 4% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$41.305 mil. Esta variação decorre da amortização de parte da reposição tarifária contabilizada em 2008.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$2.089.081 mil, o que representa um aumento de 5% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$1.990.746 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de empréstimos da Emissora com vencimento em 2009. Além disso, houve novas captações de financiamentos, sobretudo da controlada em conjunto Madeira Energia.

Debêntures

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Debêntures atingiu R$432.497 mil, o que representa uma redução de 30% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$620.352 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de debêntures da Emissora com vencimento em 2009. Além disso, houve novas emissões de debêntures, sobretudo da controlada em conjunto Madeira Energia.

Provisões para Contingências

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Provisões para Contingências atingiu R$9.310 mil, o que representa um aumento de 32% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$7.055 mil. A variação no saldo decorre principalmente de atualização monetária dos saldos das ações provisionadas e constituição de novas provisões em 2009 no montante de R$2.255 mil.

Fornecedores

Em 30 de setembro de 2009, a conta de fornecedores não possuía saldo, em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$699 mil. A variação no saldo decorre da transferência deste saldo para fornecedores do passivo circulante.

Obrigações Pós-Emprego

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$251.456 mil, o que representa uma redução de 5% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$263.664 mil. A variação do saldo decorre da transferência para o circulante dos valores a serem pagos com empregados.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$149.346 mil, o que representa um aumento de 83% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$81.771 mil. Compõem o saldo da conta os impostos incidentes sobre os ativos regulatórios que são pagos a medida que a Emissora recebe os valores. A variação no saldo decorre basicamente dos impostos incidentes sobre a receita contabilizada em junho de 2009 decorrentes da revisão tarifária de transmissão.

Encargos Regulatórios

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Encargos Regulatórios atingiu R$9.786 mil, o que representa um aumento de 1.722% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$537 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento na receita da Emissora, além do ajuste da Reserva Global de Reversão, quando os valores provisionados pela Emissora foram homologados pela ANEEL gerando um ajuste de R$3.025 mil em outubro de 2008.

Outras Obrigações

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Outras Obrigações atingiu R$42.508 mil, o que representa um aumento de 1% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$42.208 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela Emissora.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008, a conta do Capital Social atingiu R$2.896.785 mil.

Reserva de Lucros

Em 30 de setembro de 2009, a conta do Reserva de Lucros atingiu R$584.354 mil, o que representa um aumento de 539% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$91.478 mil. Esta variação decorre do efeito da reserva legal de 2008 em 2009 e de retenção de lucros no montante de R$443.588 mil.

Lucros Acumulados

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Lucros Acumulados atingiu R$843.648 mil, o que representa um aumento de 26% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$668.857 mil. Esta variação decorre do aumento do lucro do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 comparado ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

31 de dezembro de 2008 comparado a 31 de dezembro de 2007 (em milhares de reais)

ATIVO

	31/12/2008	AV(%)	31/12/2007	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Disponibilidades	862.098	11%	916.288	12%	-6%
Consumidores e Revendedores	357.733	5%	299.796	4%	19%
Concessionários - Transporte de Energia	50.186	1%	46.131	1%	9%
Tributos Compensáveis	274.113	4%	222.826	3%	23%
Revendedores - Transações Energia Livre	15.076	0%	31.426	0%	-52%
Créditos Tributários	21.118	0%	172.110	2%	-88%
Estoques	4.024	0%	3.794	0%	6%
Outros Créditos	63.268	1%	68.616	1%	-8%
TOTAL DO CIRCULANTE	1.647.616	21%	1.760.987	23%	-6%
NÃO CIRCULANTE					
Créditos Tributários	83.347	1%	52.916	1%	58%
Revendedores - Transações Energia Livre	4.107	0%	13.646	0%	-70%
Tributos Compensáveis	18.158	0%	10.600	0%	71%
Depósitos Vinculados a Litígio	49.532	1%	32.304	0%	53%
Créditos com Pessoas Ligadas	9.853	0%	2.675	0%	268%
Outros Créditos	14.999	0%	9.008	0%	67%
Investimentos	1.074.778	14%	1.004.095	13%	7%
Imobilizado	4.756.861	62%	4.800.257	62%	-1%
Intangível	13.808	0%	11.549	0%	20%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.025.443	79%	5.937.050	77%	1%
ATIVO TOTAL	**7.673.059**	**100%**	**7.698.037**	**100%**	**0%**

PASSIVO

	31/12/2008	AV(%)	31/12/2007	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	372.693	5%	393.804	5%	-5%
Debêntures	362.606	5%	10.486	0%	3358%
Fornecedores	146.652	2%	236.313	3%	-38%
Impostos, Taxas e Contribuições	78.698	1%	211.815	3%	-63%
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	539.042	7%	541.518	7%	0%
Salários e Encargos Sociais	64.500	1%	51.142	1%	26%
Encargos Regulatórios	94.363	1%	78.391	1%	20%
Participações nos Lucros	26.737	0%	21.726	0%	23%
Dívidas com Pessoas Ligadas	3.908	0%	2.249	0%	74%
Obrigações Pós-Emprego	17.970	0%	20.065	0%	-10%
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	14.699	0%	68.620	1%	-79%
Outras Obrigações	69.036	1%	64.718	1%	7%
TOTAL DO CIRCULANTE	1.790.904	23%	1.700.847	22%	5%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	1.733.860	23%	1.973.280	26%	-12%
Debêntures	271.752	4%	617.647	8%	-56%
Provisões para Contingências	7.322	0%	7.553	0%	-3%
Fornecedores	77	0%	25.803	0%	-100%
Obrigações Pós-Emprego	260.618	3%	256.105	3%	2%
Impostos, Taxas e Contribuições	82.510	1%	65.169	1%	27%
Encargos Regulatórios	4.352	0%	2.034	0%	114%

Outras Obrigações	40.525	1%	36.506	0%	11%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.401.016	31%	2.984.097	39%	-20%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	2.896.785	38%	2.896.785	38%	-%
Reservas de Lucros	584.354	8%	91.478	1%	539%
Lucros Acumulados	0	0%	24.830	0%	-100%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.481.139	45%	3.013.093	39%	16%
PASSIVO TOTAL	**7.673.059**	**100%**	**7.698.037**	**100%**	**0%**

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de disponibilidades atingiu R$862.098 mil, o que representa uma redução de 6% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$916.288 mil. Esta variação decorre principalmente de pagamentos de empréstimos e financiamentos em 2008.

Consumidores e revendedores

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R$357.733 mil, o que representa um aumento de 19% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$299.796 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do faturamento da Emissora no período em 2009, principalmente para o consumidor livre industrial.

Concessionários - Transporte de Energia

Em 31 de dezembro de 2008, a conta Transporte de Energia atingiu R$50.186 mil, o que representa um aumento de 9% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$46.131 mil. Esta variação decorre basicamente do aumento do faturamento com concessionários em 2008.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$274.113 mil, o que representa um aumento de 23% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$222.826 mil. A variação no saldo decorre basicamente de créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2008 que serão compensadas com Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar apurados para o ano de 2009.

Revendedores – Transações de Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Revendedores – Transações de Energia Livre atingiu R$15.076 mil, o que representa uma redução de 52% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$31.426 mil. A variação no saldo decorre basicamente de recebimentos e da baixa referente aos créditos a receber que não tem mais a possibilidade de serem repassados por algumas distribuidoras em função do término de vigência da cobrança da RTE em suas áreas de concessão.

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Créditos Tributários atingiu R$21.118 mil, o que representa uma redução de 88% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$172.110 mil. Esta variação decorre basicamente da reversão da provisão para perdas na realização dos valores a receber de energia livre referente aos créditos a receber que não têm mais a possibilidade de serem repassados por algumas distribuidoras em função do término de vigência da cobrança da RTE em suas áreas de concessão.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Estoques atingiu R$4.024 mil, o que representa um aumento de 6% em comparação com 31 de dezembro de 2007, ano em que atingiu R$3.794 mil. O saldo desta conta representa basicamente maior aquisição de materiais utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico.

Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Outros Créditos atingiu R$63.268 mil, o que representa uma redução de 8% em comparação com 31 de dezembro de 2007, ano em que atingiu R$68.616 mil. O saldo desta conta refere-se a um gasto maior com prêmio de seguros, adiantamentos diversos e demais créditos.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Créditos Tributários atingiu R$83.347 mil, o que representa um aumento de 58% em comparação com 31 de dezembro de 2007, ano em que atingiu R$52.916 mil. Esta variação decorre principalmente do efeito do reconhecimento do crédito sobre variação cambial.

Revendedores – Transações Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Revendedores – Transações Energia Livre atingiu R$4.107 mil, o que representa uma redução de 70% em comparação com 31 de dezembro de 2007, ano em que atingiu R$13.646 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência do não circulante para o ativo circulante.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$18.158 mil, o que representa um aumento de 71% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$10.600 mil. Esta variação decorre de reconhecimento de créditos de ICMS a compensar em 2008.

Depósitos Vinculados a Litígios

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Depósitos Vinculados a Litígios atingiu R$49.532 mil, o que representa um aumento de 53% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$32.304 mil. O saldo decorre basicamente de novos depósitos em juízo referentes a questionamento tributário da Emissora referente a incidência de PASEP/COFINS sobre ICMS.

Créditos com Pessoas Ligadas

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Créditos com Pessoas Ligadas atingiu R$9.853 mil, o que representa um aumento de 268% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$2.675 mil. Esta variação decorre de valores recebidos por outras empresas e ainda não repassados a Emissora.

Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2008, a conta Outros Créditos atingiu R$14.999 mil, o que representa um aumento de 67% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$9.008 mil. O saldo desta conta refere-se a um gasto maior com prêmio de seguros, créditos de estudos e projetos e demais créditos.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Investimentos atingiu R$1.074.778 mil, o que representa um aumento de 7% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$1.004.095 mil. Os valores nesta rubrica referem-se basicamente a investimentos em consórcios para produção de energia elétrica. Esta variação decorre de maiores gastos da Emissora no consórcio em construção da Usina de Baguari.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Imobilizado atingiu R$4.756.861 mil, o que representa uma redução de 1% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$4.800.257 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela Emissora.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Intangível atingiu R$13.808 mil, o que representa um aumento de 20% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$11.549 mil. A variação no saldo decorre dos novos investimentos realizados pela Emissora nas atividades de geração, transmissão e administração de energia elétrica.

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$372.693 mil, o que representa uma redução de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$393.804 mil. A variação no saldo decorre basicamente da liquidação de empréstimos da Emissora com vencimento em 2008.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Debêntures atingiu R$362.606 mil, o que representa um aumento de 3.358% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$10.486 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de debêntures da Emissora com vencimento em 2009.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Fornecedores atingiu R$146.652 mil, o que representa uma redução de 38% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$236.313 mil. A variação no saldo decorre da redução nos valores a pagar referente a contratação de materiais e serviços para os empreendimentos em construção e de pagamento de valores devidos à Compra de Energia Livre durante o racionamento.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$78.698 mil, o que representa uma redução de 63% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$211.815 mil. A variação no saldo decorre basicamente da realização de ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar atingiu R$539.042 mil, em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$541.518 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela Emissora.

Salários e Encargos Sociais

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Salários e Encargos Sociais atingiu R$64.500 mil, o que representa um aumento de 26% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$51.142 mil. O saldo desta conta deve-se a um aumento nas provisões de férias, 13º salário e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento.

Encargos Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Encargos Regulatórios atingiu R$94.363 mil, o que representa um aumento de 20% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$78.391 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento da reserva global de reversão – RGR em função do aumento da receita.

Participações nos Lucros

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Participações nos Lucros atingiu R$26.737 mil, o que representa um aumento de 23% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$21.726 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento da base de cálculo em 2008.

Dívidas com Pessoas Ligadas

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Dívidas com Pessoas Ligadas atingiu R$3.908 mil, o que representa um aumento de 74% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$2.249 mil. Esta variação decorre de transações comerciais entre as empresas do Grupo CEMIG.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$17.970 mil, o que representa uma redução de 10% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$20.065 mil. Esta variação decorre de mudanças nas premissas atuariais.

Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Provisões para Perdas – Instrumentos Financeiros atingiu R$14.699 mil, o que representa uma redução de 79% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$68.620 mil. Esta variação decorre principalmente pela valorização do Iene perante o Real.

Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Outras Obrigações atingiu R$69.036 mil, o que representa um aumento de 7% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$64.718 mil. Esta variação decorre da consolidação de controladas. A variação no saldo não é considerada relevante pela Emissora.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$1.733.860 mil, o que representa uma redução de 12% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$1.973.280 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de empréstimos da Emissora com vencimento em 2009.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Debêntures atingiu R$271.752 mil, o que representa uma redução de 56% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$617.647 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de debêntures da Emissora com vencimento em 2009.

Provisões para Contingências

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Provisões para Contingências atingiu R$7.322 mil, o que representa uma redução de 3% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$7.553 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela Emissora.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Fornecedores atingiu R$77 mil, o que representa uma redução de, praticamente, 100% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$25.803 mil. A variação do saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de valores devidos à Compra de Energia Livre durante o racionamento que serão pagos até setembro de 2009.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$260.618 mil, o que representa um aumento de 2% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$256.105 mil. Esta variação decorre de mudanças nas premissas atuariais.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$82.510 mil, o que representa um aumento de 27% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$65.169 mil. A variação no saldo decorre basicamente da provisão de PASEP/COFINS referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo destes impostos.

Encargos Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Encargos Regulatórios atingiu R$4.352 mil, o que representa um aumento de 114% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$2.034 mil. Esta variação decorre de aumento da RGR em função do aumento da receita e de pesquisa e desenvolvimento.

Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Outras Obrigações atingiu R$40.525 mil, o que representa um aumento de 11% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$36.506 mil. Esta variação decorre da consolidação das obrigações de controladas. A variação no saldo não é considerada relevante pela Emissora.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 a conta do Capital Social atingiu R$2.896.785 mil.

Reserva de Lucros

Em 31 de dezembro de 2008, a conta do Reserva de Lucros atingiu R$584.354 mil, o que representa um aumento de 539% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$91.478 mil. Esta variação decorre da constituição da reserva legal em 2008 no montante de R$49.288 mil e da retenção de lucros no montante de R$443.588 mil.

Lucros Acumulados

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Lucros Acumulados não houve saldo, em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$24.830 mil. Esta variação decorre do fato de todo o lucro acumulado ter sido transferido para a conta de reserva de lucros em 2008, enquanto o saldo de 2007 refere-se aos ajustes decorrentes da Lei 11.638/07.

31 de dezembro de 2007 comparado a 31 de dezembro de 2006 (em milhares de reais)

As informações financeiras da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, provêm das demonstrações financeiras da Emissora que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2006, bem como as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM vigentes a época de sua elaboração, e que não incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449, posteriormente convertida em Lei n.º 11.941/09.

A comparabilidade das demonstrações financeiras da Emissora apresenta limitações, devido ao fato das demonstrações financeiras da Emissora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 incluírem as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449, posteriormente convertida na Lei n.º 11.941/09 e das demonstrações financeiras da Emissora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 não incluírem tais alterações.

ATIVO

	31/12/2007	AV(%)	31/12/2006	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Disponibilidades	916.288	12%	708.903	10%	29%
Consumidores e Revendedores	299.796	4%	243.315	3%	23%
Concessionários - Transporte de Energia	46.131	1%	43.955	1%	5%
Tributos Compensáveis	222.826	3%	95.889	1%	132%
Revendedores - Transações Energia Livre	31.426	0%	123.056	2%	-74%
Créditos Tributários	172.110	2%	14.679	0%	1072%
Estoques	3.794	0%	3.451	0%	10%
Outros Créditos	68.616	1%	72.758	1%	-6%
TOTAL DO CIRCULANTE	1.760.987	23%	1.306.006	18%	35%
NÃO CIRCULANTE					
Créditos Tributários	52.916	1%	97.856	1%	-46%

Revendedores - Transações Energia Livre	13.646	0%	34.637	0%	-61%
Tributos Compensáveis	10.600	0%	64.606	1%	-84%
Depósitos Vinculados a Litígio	32.304	0%	30.735	0%	5%
Créditos com Pessoas Ligadas	2.675	0%	9.799	0%	-73%
Outros Créditos	9.008	0%	8.048	0%	12%
Investimentos	1.004.095	13%	937.435	13%	7%
Imobilizado	4.800.257	62%	4.890.524	66%	-2%
Intangível	11.549	0%	-	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5.937.050	77%	6.073.640	82%	-2%
ATIVO TOTAL	**7.698.037**	**100%**	**7.379.646**	**100%**	**4%**

PASSIVO

	31/12/2007	AV(%)	31/12/2006	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	393.804	5%	265.461	4%	48%
Debêntures	10.486	0%	12.389	0%	-15%
Fornecedores	236.313	3%	93.191	1%	154%
Impostos, Taxas e Contribuições	211.815	3%	98.358	1%	115%
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	541.518	7%	379.054	5%	43%
Salários e Encargos Sociais	51.142	1%	42.209	1%	21%
Encargos Regulatórios	78.391	1%	74.624	1%	5%
Participações nos Lucros	21.726	0%	15.893	0%	37%
Dívidas com Pessoas Ligadas	2.249	0%	8.359	0%	-73%
Obrigações Pós-Emprego	20.065	0%	27.290	0%	-26%
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	68.620	1%	41.698	1%	65%
Outras Obrigações	64.718	1%	59.449	1%	9%
TOTAL DO CIRCULANTE	1.700.847	22%	1.117.975	15%	52%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	1.973.280	26%	2.131.330	29%	-7%
Debêntures	617.647	8%	694.851	9%	-11%
Provisões para Contingências	7.553	0%	31	0%	24265%
Fornecedores	25.803	0%	44.446	1%	-42%
Obrigações Pós-Emprego	256.105	3%	277.394	4%	-8%
Impostos, Taxas e Contribuições	65.169	1%	106.646	1%	-39%
Encargos Regulatórios	2.034	0%	-	0%	-
Outras Obrigações	36.506	0%	56.061	1%	-35%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.984.097	39%	3.310.759	45%	-10%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	2.896.785	38%	2.896.785	39%	-
Reservas de Lucros	91.478	1%	54.127	1%	69%
Lucros Acumulados	24.830	0%	-	0%	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.013.093	39%	2.950.912	40%	2%
PASSIVO TOTAL	**7.698.037**	**100%**	**7.379.646**	**100%**	**4%**

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de disponibilidades atingiu R$916.288 mil, o que representa um aumento de 29% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$708.903 mil. Esta variação decorre basicamente do volume de caixa gerado das atividades operacionais.

Consumidores e revendedores

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R$299.796 mil, o que representa um aumento de 23% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$243.315 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do faturamento da Emissora para consumidores livres industriais.

Concessionários - Transporte de Energia

Em 31 de dezembro de 2007, a conta Transporte de Energia atingiu R$46.131 mil, o que representa um aumento de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$43.955 mil. Esta variação decorre basicamente do aumento do faturamento com concessionárias em 2007.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$222.826 mil, o que representa um aumento de 132% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$95.889 mil. Esta variação decorre de reconhecimento de créditos de ICMS a compensar em 2007, de créditos de imposto de renda e contribuição social da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2007.

Revendedores – Transações de Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Revendedores – Transações de Energia Livre atingiu R$31.426 mil, o que representa uma redução de 74% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$123.056 mil. Esta variação decorre de recebimentos e do aumento no valor da provisão para perdas na realização deste ativo em função da elaboração de um estudo considerando os montantes de repasses médios recebidos das distribuidoras para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL.

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Créditos Tributários atingiu R$172.110 mil, o que representa um aumento de 1.072% em comparação com 31 de dezembro de 2006, ano em que atingiu R$14.679 mil. Esta variação decorre principalmente de créditos reconhecidos referente ao aumento da provisão para perdas na realização dos valores a receber de energia livre e de créditos referente a instrumentos financeiros e variação cambial que é feito sobre o regime de caixa.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Estoques atingiu R$3.794 mil, o que representa um aumento de 10% em comparação com 31 de dezembro de 2006, ano em que atingiu R$3.451 mil. O saldo desta conta representa basicamente aumento na aquisição de materiais utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico.

Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Outros Créditos atingiu R$68.616 mil, o que representa uma redução de 6% em comparação com 31 de dezembro de 2006, ano em que atingiu R$72.758 mil. O saldo desta conta refere-se a um gasto menor com prêmio de seguros e adiantamentos diversos.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Créditos Tributários atingiu R$52.916 mil, o que representa uma redução de 46% em comparação com 31 de dezembro de 2006, ano em que atingiu R$97.856 mil. Esta variação decorre principalmente da transferência para o circulante de créditos reconhecidos da provisão para perdas na realização dos valores a receber de energia livre e de créditos referente a instrumentos financeiros e variação cambial.

Revendedores – Transações Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Revendedores – Transações Energia Livre atingiu R$13.646 mil, o que representa uma redução de 61% em comparação com 31 de dezembro de 2006, ano em que atingiu R$34.637 mil. Esta variação decorre da transferência de parte do saldo para o ativo circulante e do aumento no valor da provisão para perdas na realização deste ativo em função da elaboração de um estudo considerando os montantes de repasses médios recebidos das distribuidoras para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$10.600 mil, o que representa uma redução de 84% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$64.606 mil. Esta variação decorre da transferência de ICMS a recuperar para o circulante.

Depósitos Vinculados a Litígios

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Depósitos Vinculados a Litígios atingiu R$32.304 mil, o que representa um aumento de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$30.735 mil. Esta variação decorre de depósitos referentes a causas trabalhistas.

Créditos com Pessoas Ligadas

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Créditos com Pessoas Ligadas atingiu R$2.675 mil, o que representa uma redução de 73% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$9.799 mil. Esta variação decorre de transações comerciais entre as empresas do grupo CEMIG.

Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2007, a conta Outros Créditos atingiu R$9.008 mil, o que representa um aumento de 12% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$8.048 mil. Esta variação decorre da consolidação de saldo de novas controladas em 2007.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Investimentos atingiu R$1.004.095 mil, o que representa um aumento de 7% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$937.435 mil. Os valores nesta rubrica referem-se basicamente a investimentos em consórcios para produção de energia elétrica.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Imobilizado atingiu R$4.800.257 mil, o que representa uma redução de 2% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$4.890.524 mil. Em 2006 esse valor está contemplando o saldo de R$15.542 de intangível, conforme legislação vigente à época. A variação decorre sobretudo da depreciação e amortização do período.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Intangível atingiu R$11.549 mil, enquanto em 2006 esse valor era zero, pois essa rubrica era apresentada juntamente com o imobilizado, conforme legislação vigente à época.

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$393.804 mil, o que representa um aumento de 48% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$265.461 mil. A variação no saldo decorre principalmente da emissão de notas promissórias (*commercial papers*) em 21 de dezembro de 2007, no valor total de R$200.000 mil com vencimento em 180 dias.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Debêntures atingiu R$10.486 mil, o que representa uma redução de 15% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$12.389 mil. A variação no saldo decorre principalmente de amortização.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Fornecedores atingiu R$236.313 mil, o que representa um aumento de 154% em comparação a 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$93.191 mil. A variação no saldo decorre do aumento nos valores a pagar referente a contratação de materiais e serviços para os empreendimentos em construção.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$211.815 mil, o que representa um aumento de 115% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$98.358 mil. A variação no saldo decorre basicamente de maior provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos referentes a ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar atingiu R$541.518 mil, o que representa um aumento de 43% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$379.054 mil. A variação no saldo decorre de maior valor a pagar de dividendos obrigatórios em função do lucro e de dividendos complementares propostos.

Salários e Encargos Sociais

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Salários e Encargos Sociais atingiu R$51.142 mil, o que representa um aumento de 21% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$42.209 mil. A variação do saldo decorre de aumento nas provisões de férias, 13º salário e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento, sobretudo em função dos reajustes salariais de 4,00% e 5,00% concedidos aos empregados em novembro de 2006 e 2007, respectivamente, e pelo aumento na quantidade de empregados da Garantidora, que passou de 2.256 empregados em dezembro de 2006 para 2.276 em dezembro de 2007.

Encargos Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Encargos Regulatórios atingiu R$78.391 mil, o que representa um aumento de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$74.624 mil. A variação no saldo decorre basicamente de maior provisão com Pesquisa e Desenvolvimento – P&D no ano de 2007.

Participações nos Lucros

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Participações nos Lucros atingiu R$21.726 mil, o que representa um aumento de 37% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$15.893 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento na base de cálculo em 2007.

Dívidas com Pessoas Ligadas

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Dívidas com Pessoas Ligadas atingiu R$2.249 mil, o que representa uma redução de 73% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$8.359 mil. Esta variação decorre de transações comerciais entre as empresas do Grupo CEMIG.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$20.065 mil, o que representa uma redução de 26% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$27.290 mil. Esta variação decorre de mudanças nas premissas atuariais da Emissora no ano de 2007.

Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Provisões para Perdas – Instrumentos Financeiros atingiu R$68.620 mil, o que representa um aumento de 65% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$41.698 mil. Esta variação decorre da desvalorização tanto do Iene quanto do Dólar perante o Real no período.

Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Outras Obrigações atingiu R$64.718 mil, o que representa um aumento de 9% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$59.449 mil. Esta variação decorre principalmente do passivo regulatório decorrente da revisão da receita de transmissão da garantidora homologado em 2007 pela ANEEL, cujo montante de R$15.717 foi transferido do não circulante para circulante.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$1.973.280 mil, o que representa uma redução de 7% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$2.131.330 mil. A variação no saldo decorre da transferência para o circulante de empréstimos a vencer em 2008.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Debêntures atingiu R$617.647 mil, o que representa uma redução de 11% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$694.851 mil. A variação no saldo decorre da repactuação das debêntures do Governo do Estado de Minas Gerais.

Provisões para Contingências

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Provisões para Contingências atingiu R$7.553 mil, o que representa um aumento de 24.265% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$31 mil. A variação no saldo decorre de novas contingências trabalhistas e de natureza ambiental.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Fornecedores atingiu R$25.803 mil, o que representa uma redução de 42% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$44.446 mil. A variação do saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de valores devidos à Compra de Energia Livre durante o racionamento.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$256.105 mil, o que representa uma redução de 8% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$277.394 mil. Esta variação decorre de mudança nas premissas atuariais da Emissora em 2007.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$65.169 mil, o que representa uma redução de 39% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$106.646 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos referentes a ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

Encargos Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Encargos Regulatórios atingiu R$2.034 mil decorrente da RGR.

Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Outras Obrigações atingiu R$36.506 mil, o que representa uma redução de 35% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$56.061 mil. Esta variação decorre principalmente da transferência para circulante do passivo regulatório decorrente da revisão da receita de transmissão no ano de 2007.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, a conta do Capital Social apresentou saldo de R$2.896.785 mil.

Reserva de Lucros

Em 31 de dezembro de 2007, a conta do Reserva de Lucros atingiu R$91.478 mil, o que representa um aumento de 69% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$54.127 mil. Esta variação decorre da constituição da reserva legal sobre o lucro líquido de 2007 no montante de R$37.351 mil.

Lucros Acumulados

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Lucros Acumulados atingiu R$24.830 mil. Este saldo decorre das alterações introduzidas pela adoção inicial da Lei n° 11.638/07.

LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 comparado a 30 de setembro de 2008

Liquidez e Recursos de Capital

O negócio da Emissora é de capital intensivo. Historicamente, ela necessita de capital para financiar a construção de novas instalações de geração e a expansão e modernização das instalações de geração e transmissão já existentes. As exigências de liquidez da Emissora também são afetadas por sua política de dividendos. A Emissora financia sua liquidez e necessidades de capital principalmente pelo caixa gerado por operações e, também, com recursos provenientes de financiamento. A Emissora acredita que suas atuais reservas de caixa, geradas por operações e recursos previstos provenientes de financiamentos, serão suficientes durante os próximos 12 meses para atender suas necessidades de liquidez.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes a caixa em 30 de setembro de 2009 totalizaram R$1.414.904 mil, em comparação com R$1.322.956 mil em 30 de setembro de 2008. Em 30 de setembro de 2009, nem o caixa, nem os equivalentes a caixa da Emissora foram mantidos em outras moedas que não o real.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado por atividades operacionais no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008 totalizou R$1.215.335 mil e R$895.375 mil, respectivamente, apresentando um aumento de 35,73%. O fluxo de caixa de atividades operacionais no período de nove meses findo em 2009 foi positivamente afetado pelo maior lucro líquido, ajustado pelas receitas e despesas que não geraram caixa. As despesas e receitas significativas que afetam lucros incluíram despesa de depreciação e reconhecimento de ativo regulatório decorrente da revisão tarifária da transmissão no montante de R$136.657 mil em 2009.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades de Investimento

O caixa líquido empregado em atividades de investimento no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008 totalizou, respectivamente, R$589.359 mil e R$150.781 mil, em decorrência, sobretudo, da aquisição de ativos fixos e da modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes. Os gastos de capital para aquisição de ativos fixos totalizaram R$382.804 mil (considerando neste, R$4.392 mil de investimentos em intangíveis) e R$84.875 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 e 2008, respectivamente. Os investimentos em controladas foram de R$206.555 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, comparados a R$65.947 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento no período de janeiro a setembro de 2009 totalizou R$73.170 mil, incluindo a amortização de R$21.500 mil de financiamentos de longo prazo e o pagamento de R$500.775 mil em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado por R$449.105 mil em recursos de financiamentos de longo prazo.

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento no período de janeiro a setembro de 2008 totalizou R$337.926 mil, incluindo a amortização de R$245.825 mil de financiamentos e o pagamento de R$118.519 mil em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado por R$26.418 mil em recursos de financiamentos de longo prazo.

Período findo em 31 de dezembro de 2008 comparado a 31 de dezembro de 2007

Liquidez e Recursos de Capital

O negócio da Emissora é de capital intensivo. Historicamente, ela necessita de capital para financiar a construção de novas instalações de geração e a expansão e modernização das instalações de geração e transmissão já existentes. As exigências de liquidez da Emissora também são afetadas por sua política de dividendos. A Emissora financia sua liquidez e necessidades de capital principalmente pelo caixa gerado por operações e, também, com recursos provenientes de financiamento. A Emissora acredita que suas atuais reservas de caixa, geradas por operações e recursos previstos provenientes de financiamentos, serão suficientes durante os próximos 12 meses para atender suas necessidades de liquidez.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes a caixa em 31 de dezembro de 2008 totalizaram R$862.098 mil, em comparação com R$916.288 mil em 31 de dezembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2008, nem o caixa, nem os equivalentes a caixa da Emissora foram mantidos em outras moedas que não o real.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado por atividades operacionais em 2008 e 2007 totalizou R$1.047.006 mil e, R$1.050.768 mil, apresentando uma redução de 0,36%, apesar do aumento de 21,94% no lucro líquido, ajustado pelas despesas e receitas que não afetaram o caixa. A variação no fluxo de caixa das atividades operacionais não foram expressivas devido ao maior número de pagamentos em 2008, principalmente fornecedores e tributos e contribuição social nos montantes de R$114.780 mil e R$115.776 mil, respectivamente. A despesa mais significativa, que não afeta caixa, que afetou o lucro em 2008 foi a despesa de depreciação no montante de R$224.166 mil.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades de Investimento

O caixa líquido empregado em atividades de investimento em 2008 e 2007 totalizou, respectivamente, R$259.621 mil e R$330.898 mil, em decorrência, sobretudo, da aquisição de ativos fixos e da modernização das instalações de geração e transmissão existentes. Os gastos de capital para aquisição de ativos fixos totalizaram R$161.009 mil e R$211.270 mil em 2008 e 2007, respectivamente.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento durante 2008 totalizou R$841.575 mil, incluindo a amortização de R$347.810 mil de financiamentos de longo prazo e o pagamento de R$520.183 mil em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado por R$26.418 mil em recursos de financiamentos de longo prazo.

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento durante 2007 totalizou R$512.485 mil, incluindo a amortização de R$200.589 mil de financiamentos e o pagamento de R$547.209 mil em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado por R$35.513 mil e R$200.000 mil em recursos de financiamentos de longo prazo e empréstimos de curto prazo, respectivamente.

Período findo em 31 de dezembro de 2007 comparado a 31 de dezembro de 2006

Liquidez e Recursos de Capital

O negócio da Emissora é de capital intensivo. Historicamente, ela necessita de capital para financiar a construção de novas instalações de geração e a expansão e modernização das instalações de geração e transmissão já existentes. As exigências de liquidez da Emissora também são afetadas por sua política de dividendos. A Emissora financia sua liquidez e necessidades de capital principalmente pelo caixa gerado por operações e, também, com recursos provenientes de financiamento. A Emissora acredita que suas atuais reservas de caixa, geradas por operações e recursos previstos provenientes de financiamentos, serão suficientes durante os próximos 12 meses para atender suas necessidades de liquidez.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes a caixa em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R$916.288 mil, em comparação com R$708.903 mil em 31 de dezembro de 2006. Em 31 de dezembro de 2007, nem o caixa, nem os equivalentes a caixa da Emissora foram mantidos em outras moedas que não o real.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado por atividades operacionais em 2007 e 2006 totalizou R$1.050.768 mil e R$659.896 mil, respectivamente. O aumento de 59,23% no caixa gerado por atividades operacionais em 2007 em comparação com 2006 deveu-se, principalmente, ao maior volume de recursos pagos em 2006 em relação a 2007. As despesas e receitas significativas que afetam lucros incluíram despesa de depreciação e reconhecimento de ativos e passivos regulatórios diferidos, efeitos de correção monetária e variações de taxa de câmbio e imposto de renda diferido.

Fluxo de caixa proveniente de atividades de investimento

O caixa líquido empregado em atividades de investimento em 2007 e 2006 totalizou, respectivamente, R$330.898 mil e R$150.492 mil, em decorrência, sobretudo, da aquisição de ativos fixos e da modernização das instalações de geração e transmissão existentes, assim como as obras das Usinas de Baguari e Cachoeirão. Os investimentos em controladas foram de R$121.581 mil e R$25.611 mil em 2007 e 2006, respectivamente. Os gastos de capital para aquisição de ativos fixos totalizaram R$211.270 mil e R$129.124 mil em 2007 e 2006, respectivamente.

Fluxo de caixa proveniente de atividades de financiamento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento durante 2007 totalizou R$512.485 mil, incluindo a amortização de R$200.589 mil de financiamentos e o pagamento de R$547.209 mil em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado por R$35.313 mil e R$200.000 mil em recursos de financiamentos de longo prazo e empréstimos de curto prazo, respectivamente.

O caixa líquido utilizado por atividades de financiamento em 2006 totalizou R$153.490 mil, composto da amortização de R$1.354.573 mil em financiamento de longo prazo denominado em reais e moeda estrangeira e o pagamento de R$607.013 mil em dividendos e juros sobre o capital parcialmente compensado por R$908.096 mil e R$900.000 mil em recursos de financiamentos de longo prazo e empréstimos de curto prazo, respectivamente.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA GARANTIDORA

Estamos apresentando a análise e discussão da administração sobre a situação financeira consolidada e os resultados operacionais consolidados da Garantidora, com relação aos períodos findos em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006.

A análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais devem ser lidas em conjunto com as informações trimestrais revisadas da Garantidora referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008 e com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006. As demonstrações financeiras e informações financeiras constantes deste Prospecto foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Na análise e discussão abaixo, as referências a aumentos ou diminuições em todos os períodos são feitas por comparação com o período anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de outra forma. Este Prospecto contém estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas. O resultado efetivamente obtido por nós poderá diferir substancialmente daquele discutido em tais estimativas e declarações futuras por diversas razões, incluindo, mas não se limitando, a fatores indicados na Seção "Fatores de Risco", nas páginas 42 a 59 deste Prospecto.

As práticas contábeis adotadas pela Garantidora e todas suas controladas são as mesmas aplicadas à Emissora, em conformidade com a legislação vigente à época das publicações.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS NOS PERÍODOS ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 30 DE SETEMBRO DE 2008.

As informações financeiras selecionadas apresentadas a seguir para os períodos findos em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008, representam as informações financeiras da Garantidora e estão expressas em milhares de Reais.

	30/09/2009	AV(%)	30/09/2008	AV(%)	AH(%)
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	10.525.222	126%	10.316.243	127%	2%
Receita de Uso da Rede	1.600.922	19%	1.557.916	19%	3%
Outras Receitas Operacionais	438.720	5%	493.407	6%	-11%
	12.564.864	151%	12.367.566	152%	2%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-4.230.362	-51%	-4.232.129	-52%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.334.502	100%	8.135.437	100%	2%
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.529.469	-30%	-2.177.689	-27%	16%
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-612.627	-7%	-530.621	-7%	15%
Gás comprado para Revenda	-128.610	-2%	-167.841	-2%	-23%
	-3.270.706	-39%	-2.876.151	-35%	14%
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	-690.293	-8%	-717.134	-9%	-4%
Obrigações Pós-Emprego	-70.487	-1%	-153.454	-2%	-54%
Materiais	-76.816	-1%	-69.591	-1%	10%
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-4.070	-	-65.185	-1%	-94%
Serviços de Terceiros	-447.979	-5%	-392.033	-5%	14%
Depreciação e Amortização	-501.699	-6%	-531.712	-7%	-6%
Provisões Operacionais	-39.814	-	-15.779	-	152%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-109.336	-1%	-98.542	-1%	11%
Outros custos de operação	-103.478	-1%	-117.338	-1%	-12%
	-2.043.972	-25%	-2.160.768	-27%	-5%
CUSTO TOTAL	**-5.314.678**	**-64%**	**-5.036.919**	**-62%**	**6%**
LUCRO BRUTO	3.019.824	36%	3.098.518	38%	-3%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com Vendas	-119.741	-1%	-133.078	-2%	-10%
Despesas Gerais e Administrativas	-479.353	-6%	-304.761	-4%	57%
Outras Despesas Operacionais	-49.521	-1%	-51.743	-1%	-4%
	-648.615	-8%	-489.582	-6%	32%
RESULTADO DO SERVIÇO	**2.371.209**	**28%**	**2.608.936**	**32%**	**-9%**
Despesas Financeiras Líquidas	-81.308	-1%	36.148	-	-325%
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	**2.289.901**	**27%**	**2.645.084**	**33%**	**-13%**
					-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-759.874	-9%	-923.325	-11%	-18%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39.217	-	70.296	1%	-44%
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-99.163	-1%	-65.683	-1%	51%
Participações dos Acionistas não Controladores	-43.007	-1%	-84.983	-1%	-49%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**1.427.074**	**17%**	**1.641.389**	**20%**	**-13%**

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO NOS PERÍODOS DE NOVE MESES ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 30 DE SETEMBRO DE 2008.

Lucro do Período

A Garantidora apresentou, no período de janeiro a setembro de 2009, um lucro líquido de R$1.427.074 mil em comparação ao lucro líquido de R$1.641.389 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 13%. Este resultado deve-se principalmente às despesas decorrentes da Revisão Tarifária Definitiva da CEMIG D, registradas em 2009, e da provisão para o Programa de Desligamento Voluntário nos montantes de R$127.318 mil e R$201.389 mil, respectivamente, compensados parcialmente pela receita extraordinária registrada em 2009, referente a revisão tarifária da transmissão da Emissora, no valor de R$158.090 mil.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$10.525.222 mil no período de janeiro a setembro de 2009 em comparação a R$10.316.243 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa um aumento de 2%.

Os principais impactos na receita do período compreendido entre janeiro a setembro de 2009 decorreram dos seguintes fatores:

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais foi de R$9.257.808 mil no período de janeiro a setembro de 2009, comparados a R$9.255.592 mil no mesmo período de 2008. Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- Reajuste tarifário na CEMIG D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 4,69%, a partir de 8 de abril de 2009;

- Redução na tarifa da CEMIG D com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008 (efeito integral em 2009);

- Registro de passivos regulatórios apurados em função do ajuste na Revisão Tarifária da CEMIG D, com efeitos retroativos a 2008, que representaram uma redução na receita bruta no valor de R$213.803 mil, em 2009;

- Redução de 6,19% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio).

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)
(Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	30/09/09	30/09/08	Var %
Residencial	7.258.610	6.732.489	7,81
Industrial	16.751.048	19.647.290	(14,74)
Comércio, Serviços e Outros	4.553.494	4.347.312	4,74
Rural	1.654.615	1.679.417	(1,48)
Poder Público	781.589	762.292	2,53
Iluminação Pública	920.208	914.760	0,60
Serviço Público	995.127	1.001.258	(0,61)
Total	32.914.691	35.084.818	(6,19)

Receita com suprimento

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R$1.227.263 mil no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$994.871 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa um aumento de 23%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 28,87% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais por meio de dois novos contratos de leilões de energia para as distribuidoras, com a venda da energia por uma tarifa entre R$125,00 e, R$145,77. Parte da energia anteriormente destinada aos consumidores industriais foi comercializada naquele mercado, tendo em vista a redução da demanda desses consumidores em função da crise econômica internacional e seus impactos na produção industrial. A quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de 17.802.377 MWh no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a 13.921.798 MWh no período de janeiro a setembro de 2008.

Receita de uso da rede

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 3% correspondente a R$43.006 mil (R$1.600.922 mil no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$1.557.916 mil no período de janeiro a setembro de 2008).

A TUSD da CEMIG D e Light correspondeu a R$845.477 mil no período de janeiro a setembro de 2009comparados a R$1.027.543 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 18%. Esta receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes do setor elétrico e sua redução decorre da redução na tarifa média de aproximadamente 3% em 2009, do maior volume de energia comprada de fontes incentivadas (com menor TUSD) e de menor transporte de energia para os consumidores livres, consequência da crise econômica internacional, com reflexos no setor produtivo nacional.

Compõem ainda o saldo dessa rubrica as receitas de uso da rede básica e de sistema de conexão, que foram de R$618.788 mil no período de janeiro a setembro de 2009 em comparação a R$530.373 mil no período de janeiro a setembro de 2008. Essa variação deve-se, principalmente, à contabilização, em junho de 2009, da RAP de períodos anteriores, no montante de R$136.657 mil, em função da revisão tarifária da transmissão com efeitos retroativos ao período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais foram reduzidas em 11%, quando comparados os valores de: R$438.720 mil no período entre janeiro e setembro de 2009 e R$493.407 mil no mesmo período de 2008. Esta redução decorre do pior resultado obtido por controladas, relacionado à venda de gás e serviços de telecomunicações.

Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional (RGR, ICMS, PASEP e COFINS e outros) no período entre janeiro e setembro de 2009 foram no valor de R$4.230.362 mil contra R$4.232.129 mil no mesmo período de 2008 tendo, o que representa, portanto, uma variação insignificante.

Custos com Energia Elétrica

Energia Elétrica Comprada para Revenda

Parcela representativa da energia adquirida para revenda é advinda de Itaipu Binacional e Leilão do Ambiente Regulado. A despesa com energia elétrica comprada para revenda no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$ 2.529.469 mil, o que representa um aumento de 16% em comparação com o valor de R$2.177.689 mil apurado no mesmo período de 2008. Esta variação decorre da maior compra de energia em 2009 relacionada à atividade de distribuição e comercialização.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

O custo com encargos de uso da rede básica de transmissão no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$612.627 mil, o que representa um aumento de 15% em comparação com o valor de R$530.621 mil apurado no mesmo período de 2008. Esta variação refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações e componentes da rede básica conforme resolução editada pela ANEEL.

Gás comprado para Revenda

O custo com gás comprado para revenda no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$128.610 mil, o que representa uma redução de 23% em comparação com o valor de R$167.841 mil apurado no mesmo período de 2008. Esta variação deve-se, principalmente, à redução na quantidade comprada nos períodos comparados, conseqüência de menor operação das usinas térmicas, clientes da controlada Gasmig, no exercício de 2009.

Custos de Operação

Os custos operacionais no período de janeiro a setembro de 2009 foram de R$2.043.972 mil comparados a R$2.160.768 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 5%. Este resultado decorre principalmente das reduções nos custos com pessoal e com obrigações pós-emprego.

As principais variações nos custos estão descritos a seguir:

Pessoal e Administradores

O custo com pessoal no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$690.293 mil, comparados a R$717.134 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 4%. Este resultado decorre principalmente da redução do número de empregados que passou de 10.442 em setembro de 2008 para 9.837 em setembro de 2009, parcialmente compensado pelo reajuste salarial de 7,26% concedido aos empregados em novembro de 2008.

Obrigações Pós-Emprego

O custo com obrigações pós-emprego foi de R$70.487 mil no período de janeiro a setembro de 2009, comparados a R$153.454 mil no período de janeiro a setembro de 2008, representando uma redução de 54%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução nessa despesa decorre da redução no valor atual das obrigações registradas, consequência do aumento das taxas de juros utilizadas para o desconto a valor presente dessas obrigações.

Materiais

Os custos com materiais no período de janeiro a setembro de 2009 foram de R$76.816 mil comparados a R$69.591 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa um aumento de 10%. O aumento nas despesas com materiais deve-se principalmente a maior necessidade de compra de materiais elétricos para manutenção no ano de 2009.

Matéria Prima e Insumos para Produção de Energia

Os custos com matéria prima ou insumos para produção de energia no período de janeiro a setembro de 2009 foram de R$4.070 mil comparados a R$65.185 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 94%. A redução nas despesas com matéria prima ou insumos para produção de energia deve-se principalmente ao fato de que em 2008 houve compra de combustível para a Usina de Igarapé, que entrou em operação em função do baixo nível de água nos reservatórios e para atendimento de demanda de energia para a Argentina.

Serviços de Terceiros

Os custos com serviços de terceiros foi de R$447.979 mil no período de janeiro a setembro de 2009, comparados a R$392.033 mil no período de janeiro a setembro de 2008, representando um aumento de 14% com as principais variações nos gastos com comunicação, manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, despesa com agentes arrecadadores e consultoria.

Depreciação/Amortização

O custo com depreciação e amortização apresentou uma redução de 6% na comparação entre os períodos, de acordo com o valor de R$501.699 mil apurado no período de janeiro a setembro de 2009 comparado ao valor de R$531.712 mil apurado no período de janeiro a setembro de 2008. Esta variação decorre principalmente da depreciação das obrigações especiais, a partir de abril de 2008, data do segundo ciclo da revisão tarifária.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R$39.814 mil no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$15.779 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa um aumento de 152%. A rubrica é composta basicamente por contingência judiciais e provisões de créditos a receber.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

O custo com compensação financeira pela utilização de recursos hídricos no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$109.336 mil comparados a R$98.542 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa um aumento de 11%. Esta despesa refere-se ao percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Outros Custos de Operação

Os outros custos de operação no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$103.478 mil comparados a R$117.338 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 12%. Esta despesa refere-se basicamente a arrendamento e aluguéis, subvenções e doações, seguros, e outras despesas.

Despesas Operacionais

Despesas com Vendas

O valor de despesas com vendas no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$119.741 mil comparado a R$133.078 mil no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 10%. Esta despesa basicamente refere-se a despesa com PCLD (provisão para créditos de liquidação duvidosa).

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas no período de janeiro a setembro de 2009 foram de R$479.353 mil, comparados a R$304.761 mil em 2008, o que representa um aumento de 57%. Este aumento basicamente refere-se à maiores despesas com pessoal, referentes ao PDV, no montante de R$201.389 mil, registrada em 2009.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais no período de janeiro a setembro de 2009 foram apuradas no valor de R$49.521 mil comparado ao valor de R$51.743 mil apurado no período de janeiro a setembro de 2008, o que representa uma redução de 4%. Esta despesa refere-se basicamente à taxa de fiscalização e licenciamento, arrendamento e aluguéis e subvenções e doações.

Despesas Financeiras Líquidas

O resultado financeiro no período de janeiro a setembro de 2009 foi uma despesa financeira líquida de R$81.308 mil comparada a uma receita financeira líquida de R$36.148 mil no período de janeiro a setembro de 2008. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento de 9,73% na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, tendo sido apurado o valor de R$139.464 mil no período de janeiro a setembro de 2009 em comparação a R$127.098 mil apurado no período de janeiro a setembro de 2008. Esta variação decorre, principalmente, da maior receita na CEMIG D, referente a encargos moratórios de grandes consumidores industriais, em 2009, cujo valor de principal era consideravelmente inferior ao montante acrescido referente a encargos financeiros.

- Redução de 62,47% na receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico. A receita foi de R$35.261 mil no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$93.944 mil no período de janeiro a setembro de 2008. Esta variação decorre basicamente do menor valor de ativos regulatórios em 2009, tendo em vista a amortização dos principais ativos regulatórios constituídos.

- Redução de 97,37% na receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido, R$1.802 mil no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$68.576 mil no período de janeiro a setembro de 2008. Este resultado deve-se principalmente à redução do ativo, na comparação entre os dois períodos, em consequência do recebimento dos valores nas contas de energia.

- Redução de 11% nas despesas com encargos de empréstimos e financiamentos no país em decorrência de amortizações no período e da menor variação do CDI (principal indexador dos contratos).

- Redução na Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, R$5.539 mil no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$73.587 mil no período de janeiro a setembro de 2008. Esse resultado é justificado basicamente pela menor variação dos índices inflacionários no período de janeiro a setembro de 2009 em comparação ao mesmo período de 2008.

- Receita registrada em 2008 no montante de R$108.090 mil referente à decisão judicial final favorável a Light em ação em que foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira.

- Receita financeira registrada no 2º trimestre de 2008, no montante de R$82.702 mil, referente à compensação financeira paga pelos acionistas da RME pela renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra dos ativos de geração da Light por um valor pré-acordado.

- Ganhos líquidos com variações cambiais em 2009, no montante de R$21.781 mil, líquidos dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, comparados a perdas líquidas de R$53.080 mil em 2008, advindos basicamente de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, indexados ao dólar norte-americano e ao Iene. Este resultado decorre principalmente da valorização do Real frente ao Dólar e ao Iene de janeiro a setembro de 2009 comparada a uma desvalorização em 2008. O Dólar e o Iene apresentaram, no período de janeiro a setembro de 2009, uma desvalorização de 23,92% e 23,21%, respectivamente, frente ao Real, e, no mesmo período de 2008, apresentaram valorizações de 8,07% e 13,55%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Garantidora apurou, no período de janeiro a setembro de 2009, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$759.874 mil em relação ao lucro de R$2.289.901 mil antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 33%. No período de janeiro a setembro de 2008, a Garantidora apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$923.325 em relação ao lucro de R$2.645.084 antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 35%. Houve uma redução de 18%.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

A Garantidora apurou, no período de janeiro a setembro de 2009, receitas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido no montante de R$39.217 mil em relação ao lucro de R$2.289.901 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 2%. No período de janeiro a setembro de 2008, a Garantidora apurou receitas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido no montante de R$70.296 mil em relação ao lucro de R$2.645.084 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 3%. Houve uma redução de 44%.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A Garantidora apurou, no período de janeiro a setembro de 2009, despesas com participação dos empregados e administradores no resultado no montante de R$99.163 mil em relação ao lucro de R$2.289.901 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 4%. No período de janeiro a setembro de 2008, a Garantidora apurou despesas com participação dos empregados e administradores no resultado no montante de R$65.683 mil em relação ao lucro de R$2.645.084 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 3%. Houve um aumento de 51%.

Participação dos Acionistas Não Controladores

A Garantidora apurou, no período de janeiro a setembro de 2009, despesas com participação dos acionistas não controladores no resultado no montante de R$43.007 mil em relação ao lucro de R$2.289.901 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 2%. No período de janeiro a setembro de 2008, a Garantidora apurou despesas com participação dos acionistas não controladores no resultado no montante de R$84.983 mil em relação ao lucro de R$2.645.084 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 3%. Houve uma redução de 49%.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 31 DE DEZEMBRO DE 2007.

As informações financeiras selecionadas apresentadas a seguir para os exercícios sociais em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007, representam as informações financeiras da Garantidora e estão expressas em milhares de Reais.

	31/12/2008	AV(%)	31/12/2007	AV(%)	AH(%)
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	13.685.833	126%	13.285.332	130%	3%
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	2.150.404	20%	1.945.930	19%	11%
Outras Receitas Operacionais	651.604	6%	558.269	5%	17%
	16.487.841	151%	15.789.531	154%	4%
Deduções à Receita Operacional	-5.597.522	-51%	-5.543.617	-54%	1%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.890.319	100%	10.245.914	100%	6%
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.959.745	-27%	-2.793.722	-27%	6%
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-724.408	-7%	-649.737	-6%	11%
Gás Comprado para Revenda	-228.764	-2%	-154.241	-2%	48%
	-3.912.917	-36%	-3.597.700	-35%	9%
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	-949.382	-9%	-866.377	-8%	10%
Entidade de Previdência Privada	-209.385	-2%	-110.354	-1%	90%
Materiais	-99.731	-1%	-89.930	-1%	11%
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-69.573	-1%	-58.409	-1%	19%
Serviços de Terceiros	-541.646	-5%	-500.828	-5%	8%
Depreciação e Amortização	-701.730	-6%	-748.196	-7%	-6%
Provisões Operacionais	-26.060	0%	-49.914	0%	-48%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-130.565	-1%	-134.102	-1%	-3%
Outras	-182.159	-2%	-168.285	-2%	8%
	-2.910.231	-27%	-2.726.395	-27%	7%
CUSTO TOTAL	-6.823.148	-63%	-6.324.095	-62%	8%
LUCRO BRUTO	4.067.171	37%	3.921.819	38%	4%
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas Gerais e Administrativas	-441.625	-4%	-319.886	-3%	38%
Despesas com Vendas	-108.389	-1%	-235.837	-2%	-54%
Outras Despesas Operacionais	-132.541	-1%	-81.872	-1%	62%
	-682.555	-6%	-637.595	-6%	7%
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de	3.384.616	31%	3.284.224	32%	3%

Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras					
Resultado Financeiro Líquido	-93.629	-1%	-345.515	-3%	-73%
Lucro antes da Tributação e Participações	3.290.987	30%	2.938.709	29%	12%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.035.153	-10%	-1.025.851	-10%	1%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	120.821	1%	400.268	4%	-70%
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-370.350	-3%	-454.885	-4%	-19%
Participações dos Acionistas não Controladores	-119.270	-1%	-115.480	-1%	3%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.887.035	17%	1.742.761	17%	8%

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007.

Lucro do Exercício

A Garantidora apresentou, no exercício de 2008, um lucro líquido de R$1.887.035 mil em comparação ao lucro líquido de R$1.742.761 mil no exercício de 2007, o que representa um aumento de 8%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 6% na receita líquida e pela variação positiva do resultado financeiro, sendo parcialmente compensado pelo aumento de 8% nos custos e despesas operacionais.

Fornecimento Bruto de Energia

Com efeito positivo no resultado de 2008 destaca-se o aumento de 3% na receita com fornecimento bruto de energia elétrica, no montante de R$13.685.833 mil no período de janeiro a dezembro de 2008 em comparação com R$13.285.332 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, em função basicamente do aumento de 6,4% no volume de energia faturada a consumidores finais, parcialmente compensada pela redução de 1,59% na tarifa média de energia.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se à TUSD advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por geradoras na área de concessão da Emissora e apresentou um crescimento de 11%, no montante de R$204.474 mil (R$2.150.404 mil no período de janeiro a dezembro de 2008 em comparação a R$1.945.930 mil no período de janeiro a dezembro de 2007) em função do reajuste na tarifa e do maior número de consumidores livres.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais foram aumentadas em 17%, quando comparado o valor de R$651.604 mil apurado em 2008 e o valor de R$558.269 mil apurado em 2007. Este aumento decorre basicamente do melhor desempenho de coligadas cuja receita advém da prestação de serviços de eficientização de energia, telecomunicações e venda de gás.

Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional (RGR, ICMS, PASEP e COFINS e outros) em 2008 foram no valor de R$5.597.522 mil contra R$5.543.617 mil em 2007, registrando um aumento de 1%, em função, principalmente, do aumento na receita operacional.

Custos com Energia Elétrica e Gás

Energia Elétrica Comprada para Revenda

O custo com encargos de uso da rede básica de transmissão no ano de 2008 foi de R$2.959.745 mil e no ano de 2007 foi de R$2.793.722 mil, o que representa um aumento de 6%. A parcela representativa da energia adquirida para revenda é advinda de Itaipu Binacional e compra através de leilão no ambiente regulado. O aumento no comparativo dos períodos decorre do aumento de 6,4% no volume de energia faturada a consumidores finais.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

O custo com encargos de uso da rede básica de transmissão no ano de 2008 foi de R$724.408 mil e no ano de 2007 foi de R$649.737 mil, o que representa um aumento de 11% em decorrência de maiores encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações e componentes da rede básica conforme resolução editada pela ANEEL.

Gás comprado para Revenda

O custo com gás comprado para revenda no período de janeiro a dezembro de 2008 foi de R$228.764 mil, o que representa um aumento de 48% em comparação com o valor de R$154.241 mil apurado no mesmo período de 2007. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada nos períodos comparados, conseqüência da maior operação das usinas térmicas, clientes da Gasmig, no exercício de 2008.

Custos de Operação

Os custos no período de janeiro a dezembro de 2008 foram de R$2.910.231 mil comparados a R$2.726.395 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa um aumento de 7%. A variação nos custos e despesas decorre principalmente dos aumentos nos gastos com serviços de terceiros, pessoal e administradores e obrigações pós-emprego, compensada parcialmente pela redução nas despesas com provisões operacionais e depreciação e amortização.

As principais variações estão descritas a seguir:

Pessoal e Administradores

O custo com pessoal e administradores no período de janeiro a dezembro de 2008 foi de R$949.382 mil comparados a R$866.377 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa um aumento de 10%. Este resultado decorre principalmente do reajuste salarial de 5,00% e 7,26% concedidos aos empregados em novembro de 2007 e 2008 respectivamente.

Obrigações Pós-Emprego

As obrigações pós-emprego foram de R$209.385 mil no exercício de 2008, comparados a R$110.354 mil no exercício de 2007, representando um aumento de 90%. Estes custos representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Garantidora, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A variação apresentada em 2008 decorre basicamente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro de 2007, com a redução das taxas de juros utilizadas para o desconto a valor presente das obrigações atuariais.

Materiais

Os custos com materiais no período de janeiro a dezembro de 2008 foram de R$99.731 mil comparados a R$89.930 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa um aumento de 11%. O aumento nas despesas com materiais deve-se principalmente a maior gasto com compra de materiais elétricos.

Matéria Prima e Insumos para Produção de Energia

Os custos com matéria prima ou insumos para produção de energia no período de janeiro a dezembro de 2008 foram de R$69.573 mil comparados a R$58.409 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa um aumento de 19%. O aumento nas despesas com matéria prima ou insumos para produção de energia deve-se principalmente a compra de combustível para a Usina de Igarapé, que entrou em operação em função do baixo nível de água nos reservatórios e para atendimento de demanda de energia para a Argentina.

Serviços de Terceiros

Os custos com serviços de terceiros no período de janeiro a dezembro de 2008 foi de R$541.646 mil comparados a R$500.828 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa um aumento de 8%. O aumento nos custos com serviços de terceiros deve-se principalmente as variações nos gastos com mão de obra contratada e meio ambiente.

Depreciação/Amortização

O custo com depreciação e amortização foi de R$701.730 mil no exercício de 2008 comparados a R$748.196 mil no exercício de 2007, representando uma redução de 6%. Este resultado decorre da depreciação das obrigações especiais, a partir de abril de 2008, data do segundo ciclo da revisão tarifária.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais no período de janeiro a dezembro de 2008 foi de R$26.060 mil comparados a R$49.914 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa uma redução de 48%. Esta redução de despesa deve-se a reversão de provisão contabilizada em dezembro de 2008.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos no período de janeiro a dezembro de 2008 foi de R$130.565 mil comparados a R$134.102 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa uma redução de 3%. Esta compensação refere-se ao percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Outros Custos de Operação

Os outros custos de operação no período de janeiro a dezembro de 2008 foram de R$182.159 mil comparados a R$168.285 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa um aumento de 8%. Esta despesa refere-se a basicamente a arrendamento e aluguéis, subvenções e doações, seguros, e outras despesas.

Despesas Operacionais

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas no período de janeiro a dezembro de 2008 foram de R$441.625 mil comparados a R$319.886 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa um aumento de 38%. Esta despesa basicamente refere-se à despesa com pessoal referente a verbas rescisórias, no montante de R$50.374 mil, decorrente do Programa Prêmio de Desligamento e serviços de terceiros nas rubricas de gastos com serviços advocatícios e gastos com manutenção de aeronaves.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas no período de janeiro a dezembro de 2008 foram de R$108.389 mil comparados a R$235.837 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa uma redução de 54%. Esta redução refere-se basicamente ao estorno de despesa com PDD (provisão para créditos de liquidação duvidosa).

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais no período de janeiro a dezembro de 2008 foram apuradas no valor de R$132.541 mil comparados ao valor de R$81.872 mil apurado no período de janeiro a dezembro de 2007, o que representa um aumento de 62%. Esta despesa refere-se à taxa de fiscalização e despesa com obrigação pós-emprego.

Despesas Financeiras Líquidas

O resultado financeiro líquido em 2008 foi uma despesa de R$93.629 mil comparada a uma despesa de R$345.515 mil em 2007, representando uma redução de 73%. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento de R$92.281 mil na receita de aplicações financeiras em decorrência de maior volume de recursos aplicados em 2008.

- Aumento de 37,6% na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, R$168.774 mil no exercício de 2008 em comparação a R$122.659 mil no exercício de 2007.

- Receita Financeira registrada em 2008, no montante de R$82.702 mil, referente a compensação financeira paga pelos acionistas da RME pela renúncia da Garantidora de exercer a opção de compra dos ativos de geração da Light por um valor pré-acordado.

- Redução de 60,2% na receita de variação monetária líquida com ativos regulatórios (CVA, Reajuste Tarifário Diferido e Acordo Geral do Setor Elétrico). Em 2008, a receita foi de R$231.359 mil comparados a R$580.684 mil em 2007. Esta variação decorre principalmente dos seguintes fatores:

  - menor valor de ativos regulatórios em 2008, tendo em vista o recebimento dos valores através das contas de energia elétrica.

  - contabilização, em 2007, da receita financeira adicional no montante de R$99.833 mil, decorrente de critérios de atualização definidos pela ANEEL para o ativo referente às transações com energia livre durante o período do racionamento. Este procedimento não teve impacto sobre o resultado financeiro de 2007 em decorrência da constituição de uma provisão para perdas no mesmo valor. Em função desta provisão constituída em 2007, a conta Provisão para Perda Energia Livre apresentou uma redução de 85,7% (R$25.021 mil em 2008 comparados a R$174.832 mil em 2007).

- Estorno de despesa em 2008 no montante de R$108.090 mil referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira.

- Redução das despesas com CPMF em função da extinção do imposto.

- Perdas líquidas com variações cambiais, líquidas dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, no exercício de 2008, no montante de R$91.053 mil em comparação a perdas líquidas de R$76.242 mil em 2007, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Esta variação decorre principalmente da valorização do Dólar frente ao Real em 2008. No exercício de 2008, o Dólar apresentou um aumento de 31,94% comparado a uma redução de 17,15% em 2007. Para parte da dívida em moeda estrangeira a Garantidora realizou operações de *swap* com a substituição da variação do indexador dos contratos, de moeda estrangeira para o CDI.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Garantidora apurou, no exercício de 2008, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$1.035.153 mil em relação ao lucro de R$3.290.987 mil antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 31%. No exercício de 2007, a Garantidora apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$ 1.025.851 mil em relação ao lucro de R$2.938.709 mil antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 35%. Houve um aumento de 1%.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

A Garantidora apurou, no exercício de 2008, receitas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido no montante de R$120.821 mil em relação ao lucro de R$3.290.987 mil, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 4%. No exercício de 2007, a Garantidora apurou receitas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido no montante de R$400.268 mil em relação ao lucro de R$2.938.709 mil, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 14%. Houve uma redução de 70%.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A Garantidora apurou, no exercício de 2008, despesas com participação dos empregados e administradores no resultado no montante de R$370.350 mil em relação ao lucro de R$3.290.987 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 11%. No exercício de 2007, a Emissora apurou despesas com participação dos empregados e administradores no resultado no montante de R$454.885 mil em relação ao lucro de R$2.938.709 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 15%. Houve uma redução de 19%.

Participação dos Acionistas Não Controladores

A Garantidora apurou, no exercício de 2008, despesas com participação dos acionistas não controladores no resultado no montante de R$119.270 mil em relação ao lucro de R$3.290.987 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 4%. No exercício de 2007, a Garantidora apurou despesas com participação dos acionistas não controladores no resultado no montante de R$115.480 mil em relação ao lucro de R$2.938.709 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 4%. Houve um aumento de 3%.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006.

As informações financeiras selecionadas apresentadas a seguir para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006 representam as informações financeiras da Garantidora e estão expressas em milhares de Reais.

As informações financeiras da Garantidora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, provêm das demonstrações financeiras da Garantidora que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2006, bem como as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM vigentes a época de sua elaboração, e que não incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449, posteriormente convertida em Lei n.º 11.941/09.

A comparabilidade das demonstrações financeiras da Garantidora apresenta limitações, devido ao fato das demonstrações financeiras da Garantidora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 incluírem as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449, posteriormente convertida na Lei n.º 11.941/09 e das demonstrações financeiras da Garantidora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 não incluírem tais alterações.

	31/12/2007	AV(%)	31/12/2006	AV(%)	AH(%)
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	13.285.332	130%	11.135.000	132%	19%
Receita de Uso da Rede	1.945.930	19%	1.789.471	21%	9%
Outras Receitas Operacionais	558.269	5%	506.900	6%	10%
	15.789.531	154%	13.431.371	159%	18%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-5.543.617	-54%	-4.964.729	-59%	12%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.245.914	100%	8.466.642	100%	21%
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.793.722	-27%	-2.112.673	-25%	32%
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-649.737	-6%	-663.851	-8%	-2%
Gás Comprado para Revenda	-154.241	-2%	-157.732	-2%	-2%
	-3.597.700	-35%	-2.934.256	-35%	23%
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	-866.377	-8%	-992.765	-12%	-13%
Obrigações Pós-Emprego	-110.354	-1%	-159.647	-2%	-31%
Materiais	-89.930	-1%	-78.519	-1%	15%
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-58.409	-1%	-36.812	0%	59%
Serviços de Terceiros	-500.828	-5%	-411.318	-5%	22%
Depreciação e Amortização	-748.196	-7%	-626.926	-7%	19%

Provisões Operacionais	-49.914	0%	-23.976	0%	108%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-134.102	-1%	-138.955	-2%	-3%
Outros custos de operação	-168.285	-2%	-127.903	-2%	-32%
	-2.726.395	-27%	-2.596.821	-31%	5%
CUSTO TOTAL	-6.324.095	-62%	-5.531.077	-66%	14%
LUCRO BRUTO	3.921.819	38%	2.935.565	35%	34%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas Gerais e Administrativas	-319.886	-3%	-78.139	-1%	309%
Despesas com Vendas	-235.837	-2%	-152.719	-2%	54%
Outras Despesas Operacionais	-81.872	-1%	-155.020	-2%	-47%
	-637.595	-6%	-385.878	-5%	65%
RESULTADO DO SERVIÇO	3.284.224	32%	2.549.687	30%	29%
Despesas Financeiras Líquidas	-345.515	-3%	-49.674	-1%	596%
LUCRO OPERACIONAL	2.938.709	29%	2.500.013	30%	18%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-36.795	-	-100%
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	2.938.709	29%	2.463.218	29%	19%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.025.851	-10%	-599.300	-7%	71%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	400.268	4%	71.704	1%	458%
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-454.885	-4%	-209.991	-2%	117%
Participações de Acionistas Não Controladores	-115.480	-1%	-6.790	0%	1.601%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.742.761	17%	1.718.841	20%	1%

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006.

Lucro do Exercício

A Garantidora apresentou, no exercício de 2007, um lucro líquido de R$1.742.761 mil, em comparação ao lucro líquido de R$1.718.841 mil no exercício de 2006, representando um aumento de 1%.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

Destaca-se o aumento de 19% na receita com fornecimento bruto de energia elétrica, no montante de R$13.285.332 mil no período de janeiro a dezembro de 2007, em comparação com R$11.135.000 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, em função basicamente dos seguintes fatores:

- Aumento de 8,69% na tarifa média, de R$245,73/MWh (em 2006) para R$267,08/MWh (em 2007) em função principalmente dos reajustes nas tarifas da CEMIG D em 8 de abril de 2006 (efeito integral no resultado do exercício de 2007) e 8 de abril de 2007.
- Aumento de 9,44% no volume de energia faturada a consumidores finais, cujos comentários sobre as variações estão descritos no item de comercialização de energia elétrica.

O volume de energia vendida a outras concessionárias foi de 13.236 GWh no exercício de 2007 comparados a 11.472 GWh no exercício de 2006, correspondentes a R$1.209.731 mil e R$708.867 mil, respectivamente. Esse aumento expressivo decorre basicamente da entrada em operação da usina de Irapé, no segundo semestre de 2006, um maior volume de energia negociada por meio de contratos bilaterais com comercializadoras de energia elétrica e melhores preços negociados em 2007 pela Emissora. Deve ser destacado ainda, a exportação de energia feita para a Argentina e Uruguai em 2007, que representou uma receita de R$66.869 mil. A tarifa média de venda em 2007 foi de 91,40/MWh em comparação a R$61,79/MWh em 2006, o que representa um aumento de 47,92%.

Receita de uso da rede

A Receita de uso da rede apresentou crescimento de 9% em 2007 comparado a 2006 (R$1.945.930 mil em 2007 e R$1.789.471 mil em 2006).

O valor mais representativo dessa rubrica refere-se à receita de TUSD cobrada pela CEMIG D e Light dos consumidores livres e apresentou, em 2007, um aumento de 9,29% em relação a 2006 (R$1.313.499 mil em 2007 comparados a R$1.201.854 mil em 2006). Este crescimento decorre principalmente do maior volume de energia transportada em 2007, reflexo do crescimento da produção industrial e da migração de clientes do mercado cativo para o ambiente de livre contratação, ocorridas em 2007.

Adicionalmente, foi registrada em 2007 uma redução na receita de uso da rede básica de transmissão, no montante de R$30.919 mil, em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, em atendimento a determinações da ANEEL.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais foram aumentadas em 10%, quando comparados o valor de R$558.269 mil apurado em 2007 e o valor de R$506.900 mil apurado em 2006. Este aumento decorre basicamente de prestações de serviços a consumidores.

Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional foram de R$5.543.617 mil no exercício de 2007 comparados a R$4.964.729 mil no exercício de 2006, o que representa um aumento de 12%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre as concessionárias de energia elétrica por meio de resolução ditada pela ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Garantidora é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

A dedução à receita referente a CCC foi de R$406.864 mil no exercício de 2007 comparados a R$554.448 mil no exercício de 2006, representando uma redução de 27%. Esta redução deve-se, principalmente, a cobrança retroativa em 2006 do encargo de alguns consumidores, após homologação dos CUST pelo ONS.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R$390.803 mil no exercício de 2007 comparados a R$333.983 mil no exercício de 2006, o que representa um aumento de 17%. Os pagamentos são definidos por meio de resolução editada pela ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Garantidora é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente a RGR foi de R$144.922 mil no exercício de 2007 comparados a R$29.938 mil no exercício de 2006. A variação entre os períodos comparados deve-se ao ajuste credor em 2006, referente a provisão do exercício de 2004, no montante de R$65.760 mil, em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Emissora e também do aumento em 2007 do valor contábil do ativo imobilizado em serviço, base de cálculo da referida despesa.

As demais deduções à receita referem-se a tributos e encargos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, seu aumento de R$4.046.360 mil em 31 de dezembro de 2006 para R$4.601.028 mil em 31 de dezembro de 2007 decorre, substancialmente, da evolução da receita.

Custos com Energia Elétrica

Energia Elétrica Comprada para Revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda no exercício de 2007 foi de R$2.793.722 mil comparados a R$2.112.673 mil no exercício de 2006, o que representa um aumento de 32%. Este é um custo não controlável, sendo que o valor reconhecido no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. A variação dos períodos comparados decorre do aumento no volume de energia faturada a consumidores finais.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

O custo com encargos de uso da rede básica de transmissão foi de R$649.737 mil no ano de 2007 e de R$663.851 mil no ano de 2006, o que representa uma redução de 2%. Esta redução refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações e componentes da rede básica conforme resolução editada pela ANEEL.

Gás comprado para Revenda

O custo com gás comprado para revenda no período de janeiro a dezembro de 2007 foi de R$154.241 mil, o que representa um redução de 2% em comparação com o valor de R$157.732 mil apurado no mesmo período de 2006. Esta variação deve-se, principalmente, à redução no volume de gás vendido face a menor operação das usinas térmicas, clientes da Gasmig, no exercício de 2007.

Custos de Operação

Os custos de operação foram de R$2.726.395 mil no exercício de 2007 comparados a R$2.596.821 mil em 2006, representando um aumento de 5%. Este resultado decorre principalmente da variação na energia comprada para revenda e provisões operacionais, compensada parcialmente pela redução na despesa com pessoal.

As principais variações estão descritas a seguir:

Pessoal e Administradores

O custo com pessoal e administradores no exercício de 2007 foi de R$866.377 mil, comparados a R$996.765 mil no exercício de 2006, o que representa uma redução de 13%. Esta redução decorre principalmente da provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, feita em junho de 2006, no montante de R$177.685 mil. Esses efeitos foram compensados parcialmente pelos reajustes salariais de 4,00% e 5,00% concedidos aos empregados em novembro de 2006 e 2007, respectivamente, e pelo aumento de 1,50% na quantidade de empregados, da Garantidora, da Emissora e da CEMIG D, que passou de 10.658 empregados em dezembro de 2006 para 10.818 em dezembro de 2007.

Obrigações Pós-Emprego

O custo com obrigações pós-emprego foi de R$110.354 mil no exercício de 2007, comparados a R$159.647 mil no exercício de 2006, representando uma redução de 31%. Estes custos representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG D, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimado por atuário externo. A redução no custo decorre do maior crescimento dos ativos do plano de pensão em relação às obrigações com os participantes.

Materiais

Os custos com materiais no período de janeiro a dezembro de 2007 foram de R$89.930 mil comparados a R$78.519 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 15%. O aumento nos custos com materiais deve-se principalmente a operação das coligadas e controladas.

Matéria Prima e Insumos para Produção de Energia

Os custos com matéria prima e insumos para produção de energia no período de janeiro a dezembro de 2007 foram de R$58.409 mil comparados a R$36.812 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 59%. O aumento nos custos com matéria prima e insumos para produção de energia deve-se principalmente da maior operacionalidade das usinas termelétricas.

Serviços de Terceiros

Os custos com serviços de terceiros no período de janeiro a dezembro de 2007 foi de R$500.828 mil comparados a R$411.318 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 22%. O aumento nos custos com serviços de terceiros deve-se principalmente da consolidação proporcional da RME, holding controladora do grupo Light S.A., nas Demonstrações Contábeis da Garantidora a partir do 3º trimestre de 2006, tendo seu efeito integral no exercício de 2007.

Depreciação/Amortização

O custo com depreciação e amortização foi de R$748.196 mil no exercício de 2007 comparados a R$626.926 mil no exercício de 2006, representando um aumento de 19%. Esta variação decorre principalmente dos investimentos no Programa Luz para Todos e a entrada em operação da Usina de Irapé, no segundo semestre de 2006. Deve ainda ser ressaltada a consolidação da RMEque contribuiu com um aumento do custo num montante de R$82.219 mil em 2007 (R$33.418 mil em 2006). O menor valor da depreciação e amortização da RME em 2006 deve-se ao fato da sua consolidação a partir de agosto de 2006, contribuindo apenas com 5 meses da despesa no ano anterior.

Provisões Operacionais

O custo com provisões operacionais no período de janeiro a dezembro de 2007 foi de R$49.914 mil comparada a R$23.976 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 108%. Este custo refere-se basicamente ao maior volume de provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (R$143.190 mil em 2007 e R$128.618 mil em 2006), Provisão para contingências Trabalhistas (R$54.131 mil em 2007 e reversão de R$79.218 mil em 2006), Processos Administrativos ANEEL (R$42.948 mil em 2007) entre outros.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

O custo com compensação financeira pela utilização de recursos hídricos no período de janeiro a dezembro de 2007 foi de R$134.102 mil comparados a R$138.955 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa uma redução de 3%.

Outros Custos de Operação

Os outros custos de operação no período de janeiro a dezembro de 2007 foram de R$168.285 mil comparados a R$127.903 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 32%. Este custo refere-se a variação com gastos com Subvenções e Doações, Taxa de fiscalização da ANEEL, Arrendamentos e aluguéis, Impostos e Taxas entre outros.

Despesas Operacionais

Despesas Gerais e Administrativas

Os gastos com despesas gerais e administrativas no período de janeiro a dezembro de 2007 foi de R$319.886 mil comparados a R$78.139 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 309%. O aumento no ano de 2007 nas despesas com Pessoal e Administradores, Material, Serviços de Terceiros, Depreciação e outras despesas que envolvem a área administrativa da empresa, deve-se principalmente à consolidação proporcional da RME (holding controladora da Light S.A.) nas Demonstrações Contábeis da Garantidora a partir do 3º trimestre de 2006 com efeito integral no exercício de 2007.

Despesas com Vendas

A despesa com vendas no período de janeiro a dezembro de 2007 foi de R$235.837 mil comparados a R$152.719 mil no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa um aumento de 54%. Esta variação refere-se a um aumento no ano de 2007 nas despesas com Provisão para Devedores Duvidosos, Despesas de Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e outras Despesas envolvidas com vendas.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais no período de janeiro a dezembro de 2007 foram apuradas no valor de R$81.872 mil comparado ao valor de R$155.020 mil apurado no período de janeiro a dezembro de 2006, o que representa uma redução de 47%. Esta variação reflete principalmente uma expressiva redução em outras despesas da subsidiária integral Infovias no exercício de 2007.

Despesas Financeiras Líquidas

O resultado financeiro de janeiro a dezembro de 2007 foi uma despesa financeira líquida de R$345.515 mil comparada a uma despesa financeira líquida de R$49.674 mil de janeiro a dezembro de 2006, representando um aumento de 596%. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Reversão de provisão para perdas no Contas a receber do Estado de Minas Gerais, no montante de R$99.186 mil em 2006 em função da criação de um Fundo de Direitos Creditórios – FIDC e assinatura do 4º aditivo contratual de renegociação da dívida.

- Receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico no exercício de 2007 no montante de R$404.900 mil comparados a R$321.936 mil no exercício de 2006, o que representa um aumento de 25,77%. Esta variação decorre, principalmente, da contabilização no segundo trimestre de 2007 da receita financeira no montante de R$99.833 mil, decorrente de critérios de atualização definidos pela ANEEL para o ativo referente às transações com energia livre durante o período do racionamento. Este procedimento não afetou o resultado financeiro em decorrência de um aumento correspondente na provisão para perdas com transações de energia livre (R$174.832 mil em 2007 comparados a R$86.154 mil em 2006).

- A receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido em 2007 foi de R$130.676 mil comparados a R$198.731 mil no exercício de 2006, representando uma redução de 34,24%. Este resultado deve-se principalmente à redução do ativo, na comparação entre os dois períodos, em consequência do recebimento dos valores nas contas de energia elétrica.

- Ganhos líquidos com variações cambiais no exercício de 2007, no montante de R$109.987 mil em comparação a ganhos líquidos de R$86.453 mil no exercício de 2006, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Em 2007, o Real apresentou uma valorização de 17,15% frente ao Dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 8,66% em 2006.

- A Garantidora apresentou perdas com instrumentos financeiros no montante de R$186.229 em 2007 em comparação a R$91.612 em 2006. Um aumento de 103,28%. Essa variação decorre da maior valorização do Dólar Americano em 2007 em comparação ao ano anterior.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Garantidora apurou, no exercício de 2007, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$1.025.851 mil em relação ao lucro de R$2.938.709 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 35%. No exercício de 2006, a Garantidora apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$599.300 mil em relação ao lucro de R$2.463.218 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 24%. Houve um aumento de 71% nas despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

A Garantidora apurou, no exercício de 2007, receitas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido no montante de R$400.268 mil em relação ao lucro de R$2.938.709 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 14%. No exercício de 2006, a Garantidora apurou receitas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido no montante de R$71.704 mil em relação ao lucro de R$2.463.218 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 3%. Houve um aumento de 458% nas despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A Garantidora apurou, no exercício de 2007, despesas com participação dos empregados e administradores no resultado no montante de R$454.885 mil em relação ao lucro de R$2.938.709 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 15%. No exercício de 2006, a Emissora apurou despesas com participação dos empregados e administradores no resultado no montante de R$209.991 mil em relação ao lucro de R$2.463.218 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 9%. Houve um aumento de 117% em função de acordo coletivo de trabalho.

Participação dos Acionistas Não Controladores no Resultado

A Garantidora apurou, no exercício de 2007, despesas com participação dos acionistas não controladores no resultado no montante de R$115.480 mil em relação ao lucro de R$2.938.709 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 4%. Em 2006 esse valor representava R$6.790 mil, em relação ao lucro de R$2.463.218 mil, antes dos efeitos fiscais. O aumento de 1.601% no comparativo dos períodos deve-se ao aumento da participação de minoritários da RME (grupo controlador da Light). Em maio de 2007, o BNDES converteu 90% de suas debêntures em ações da Light S.A. Dessa forma, o grupo controlador RME que em 2006 detinha 79,39% do capital da Light, passou a uma participação de 52,25% em 2007.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL

A análise e discussão apresentadas a seguir sobre a estrutura patrimonial baseiam-se nas informações financeiras resultantes de nossas informações trimestrais revisadas para os períodos findos em 30 de setembro de 2008 e 30 de setembro de 2009 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa. Os valores estão expressos em milhares de Reais.

30 de setembro de 2009 comparado a 30 de setembro de 2008

ATIVO

	30/9/2009	AV(%)	30/9/2008	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Disponibilidades	2.769.169	10%	3.012.006	12%	-8%
Consumidores e Revendedores	2.210.256	8%	1.957.691	8%	13%
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	307.991	1%	370.206	1%	-17%
Concessionários – Transporte de Energia	388.542	1%	464.856	2%	-16%
Tributos Compensáveis	1.350.494	5%	1.494.180	6%	-10%
Despesas Antecipadas – CVA	629.237	2%	422.231	2%	49%
Revendedores – Transações com Energia Livre	10.120	0%	14.851	0%	-32%
Créditos Tributários	361.338	1%	330.974	1%	9%
Revisão Tarifária da Transmissão	82.321	0%	0	0%	0%
Reajuste Tarifário Diferido	0	0%	260.337	1%	-100%
Estoques	35.407	0%	30.950	0%	14%
Outros Créditos	435.787	2%	458.175	2%	-5%
TOTAL DO CIRCULANTE	8.580.662	32%	8.816.457	35%	-3%
NÃO CIRCULANTE					

Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber do Governo do Estado	1.781.117	7%	1.757.491	7%	1%
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	46.240	0%	-	0%	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	-	0%	257.219	1%	-100%
Despesas Antecipadas – CVA	410.288	2%	469.779	2%	-13%
Créditos Tributários	604.776	2%	596.285	2%	1%
Revendedores – Transações com Energia Livre	10.857	0%	6.724	0%	61%
Tributos Compensáveis	268.594	1%	351.413	1%	-24%
Depósitos Vinculados a Litígios	557.825	2%	313.851	1%	78%
Consumidores e Revendedores	112.763	0%	110.378	0%	2%
Revisão Tarifária da Transmissão	54.067	0%	-	0%	0%
Outros Créditos	110.593	0%	101.973	0%	8%
	3.957.120	15%	3.965.113	16%	-
Investimentos	1.155.346	4%	1.120.420	4%	3%
Imobilizado	12.167.849	45%	10.610.143	42%	15%
Intangível	1.058.500	4%	554.030	2%	91%
Diferido	-	-	68.377	-	-100%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	18.338.815	68%	16.318.083	65%	12%
ATIVO TOTAL	26.919.477	100%	25.134.540	100%	7%

PASSIVO

	30/9/2009	AV(%)	30/9/2008	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Fornecedores	748.207	3%	767.903	3%	-3%
Encargos Regulatórios	480.991	2%	459.153	2%	5%
Participações nos Lucros	76.733	0%	65.932	0%	16%
Impostos, Taxas e Contribuições	1.276.448	5%	1.546.201	6%	-17%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	489.397	2%	448.864	2%	9%
Empréstimos e Financiamentos	1.235.605	5%	678.195	3%	82%
Debêntures	473.327	2%	119.627	0%	296%
Salários e Contribuições Sociais	372.196	1%	227.801	1%	63%
Passivo Regulatório – CVA	361.392	1%	391.356	2%	-8%
Passivo Regulatório – Revisão Tarifária	137.458	1%	0	0%	0%
Obrigações Pós-Emprego	103.726	0%	81.070	0%	28%
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros	162.399	1%	164.940	1%	-2%
Outras Obrigações	358.012	1%	329.018	1%	9%
TOTAL DO CIRCULANTE	6.275.891	23%	5.280.060	21%	19%
NÃO CIRCULANTE					
Passivo Regulatório – CVA	318.021	1%	270.744	1%	17%
Empréstimos e Financiamentos	4.891.196	18%	4.989.691	20%	-2%
Debêntures	1.468.572	5%	1.583.584	6%	-7%
Impostos, Taxas e Contribuições	609.173	2%	293.701	1%	107%
Provisões para Contingências	634.642	2%	640.019	3%	-1%
Obrigações Pós-Emprego	1.334.223	5%	1.416.029	6%	-6%
Outras Obrigações	217.541	1%	225.613	1%	-4%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.473.368	35%	9.419.381	37%	1%
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	401.938	1%	403.533	2%	0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	3.101.884	12%	2.481.507	10%	25%
Reservas de Capital	3.969.099	15%	3.983.022	16%	0%
Reservas de Lucros	2.253.466	8%	1.898.525	8%	19%
Ajuste Acumulado de Conversão	-3.448	0%	0	0%	0%
Lucros Acumulados	1.420.155	5%	1.641.389	7%	-13%
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.124	0%	27.123	0%	0%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.768.280	40%	10.031.566	40%	7%
PASSIVO TOTAL	26.919.477	100%	25.134.540	100%	7%

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades

Em 30 de setembro de 2009, a conta de disponibilidades atingiu R$2.769.169 mil, o que representa uma redução de 8% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$3.012.006 mil. Esta variação decorre principalmente do maior consumo de caixa nas atividades de investimentos.

Consumidores e revendedores

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R$2.210.256 mil, o que representa um aumento de 13% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$1.957.691 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento no faturamento no exercício de 2009.

Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"

Em 30 de setembro de 2009, a conta Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) e Parcela "A" atingiu o valor de R$307.991 mil, o que representa uma redução de 17% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu o valor de R$370.206 mil. Esta variação decorre principalmente do fim do prazo da vigência da RTE, parcialmente compensado pela transferência de valores do não circulante para o circulante de valores a serem arrecadados da parcela "A".

Concessionários - Transporte de Energia

Em 30 de setembro de 2009, a conta Transporte de Energia atingiu R$388.542 mil, o que representa uma redução de 16% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$464.856 mil. Esta variação decorre basicamente da redução do faturamento com concessionários em 2009.

Tributos Compensáveis

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$1.350.494 mil, o que representa uma redução de 10% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$1.494.180 mil. A variação no saldo decorre basicamente de compensação de valores a pagar de IRPJ, PASEP, COFINS e CSLL.

Despesas Antecipadas – CVA

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Despesas Antecipadas - CVA atingiu R$629.237 mil, o que representa um aumento de 49% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$422.231 mil. O aumento da conta refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Revendedores – Transações de Energia Livre

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Revendedores – Transações de Energia Livre atingiu R$10.120 mil, o que representa uma redução de 32% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$14.851 mil. Esta variação decorre de uma reclassificação para o não circulante de parte do montante que não será recebido no curto prazo.

Créditos Tributários

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Créditos Tributários atingiu R$361.338 mil, o que representa um aumento de 9% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$330.974 mil. Esta variação decorre do aumento de créditos tributários referente à provisão para contingências, PCLD, instrumentos financeiros e variação cambial na empresa CEMIG D.

Revisão Tarifária da Transmissão

Em 30 de setembro de 2009, a conta de revisão tarifária da transmissão atingiu R$82.321 mil. Este ativo se deve a primeira revisão tarifária da Emissora e o componente financeiro estabelecido pela ANEEL se deve a efeitos retroativos do reposicionamento tarifário. Este componente foi concedido pela ANEEL em junho de 2009.

Reajuste Tarifário Diferido

Em 30 de setembro de 2009, a conta de reajuste tarifário diferido não apresentou saldo. Em setembro de 2008 o saldo foi de R$260.337 mil. Este ativo foi integralmente amortizado, e a última parcela foi paga em abril de 2009.

Estoques

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Estoques atingiu R$35.407 mil, o que representa um aumento de 14% em comparação com 30 de setembro de 2008, ano em que atingiu R$30.950 mil. O saldo desta conta representa basicamente aumento nos custos com materiais utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico em 2009.

Outros Créditos

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Outros Créditos atingiu R$435.787 mil, o que representa uma redução de 5% em comparação com 30 de setembro de 2008, ano em que atingiu R$458.175 mil. O saldo desta conta refere-se a gastos com prêmio de seguros, créditos de estudos e projetos, adiantamentos diversos e demais créditos em 2009.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Contas a Receber do Governo do Estado

Em 30 de setembro de 2009, o valor do Contas a Receber do Governo do Estado atingiu R$1.781.117 mil, o que representa um aumento de 1% em comparação com 30 de setembro de 2008, ano em que atingiu R$1.757.491 mil. Este aumento decorre da atualização monetária das cotas do FIDC, parcialmente compensado pelas amortizações ocorridas em dezembro de 2008 e junho de2009.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 30 de setembro de 2009, o Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS atingiu R$46.240 mil, enquanto em 2008 esta conta não possuía saldo. Este saldo advém da transferência do circulante em função da mudança nas premissas contábeis para realização desse ativo.

Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" não possuía saldo, em comparação com 30 de setembro de 2008, ano em que atingiu R$257.219 mil. Esta variação decorre da transferência para o circulante em função dos prazos de vigência desses ativos, estabelecidos pela ANEEL.

Despesas Antecipadas – CVA

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Despesas Antecipadas - CVA atingiu R$410.288 mil, o que representa uma redução de 13%, em comparação com 30 de setembro de 2008, ano em que atingiu R$469.779 mil. Esta redução decorre da menor constituição procedente da diminuição no volume de compra de energia, principalmente nos primeiros meses de 2009.

Créditos Tributários

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Créditos Tributários atingiu R$604.776 mil, o que representa um aumento de 1% em comparação com 30 de setembro de 2008, ano em que atingiu R$596.285 mil. Esta variação decorre do aumento de créditos tributários referente à provisão para contingências, PCLD, instrumentos financeiros e variação cambial na empresa CEMIG D.

Revendedores – Transações Energia Livre

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Revendedores – Transações Energia Livre atingiu R$10.857 mil, o que representa um aumento de 61% em comparação com 30 de setembro de 2008, ano em que atingiu R$6.724 mil. Esta variação decorre de uma reclassificação para o não circulante de parte do montante que não será recebido no curto prazo.

Tributos Compensáveis

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$268.594 mil, o que representa uma redução de 24% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$351.413 mil. No realizável a longo prazo a queda no valor dos créditos se deve a compensação dos créditos existentes com IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS gerados em função da Garantidora ter recebido Juros sobre Capital Próprio de suas subsidiárias.

Depósitos Vinculados a Litígios

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Depósitos Vinculados a Litígios atingiu R$557.825 mil, o que representa um aumento de 78% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$313.851 mil. A variação no saldo decorre basicamente de novos depósitos em juízo referentes a questionamento tributário referente à incidência de PASEP/COFINS sobre ICMS.

Consumidores e Revendedores

Em 30 de setembro de 2009, a conta Consumidores e Revendedores atingiu R$112.763 mil, o que representa um aumento de 2% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$110.378 mil. O aumento decorre da atualização monetária de valores a receber, referente a créditos de grandes consumidores industriais da CEMIG D e CEMIG GT.

Revisão Tarifária da Tranmissão

Em 30 de setembro de 2009, a conta de revisão tarifária atingiu R$54.067 mil. Este ativo se deve à primeira revisão tarifária da Emissora e o componente financeiro estabelecido pela ANEEL se deve a efeitos retroativos do reposicionamento tarifário. Este componente foi concedido pela ANEEL em junho de 2009.

Outros Créditos

Em 30 de setembro de 2009, a conta Outros Créditos atingiu R$110.593 mil, o que representa uma redução de 35% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$170.350 mil. O saldo desta conta refere-se a gastos com prêmio de seguros, créditos de estudos e projetos e demais créditos em 2009.

Investimentos

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Investimentos atingiu R$1.155.346 mil, o que representa um aumento de 3% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$1.120.420 mil. Os valores nesta rubrica referem-se basicamente a consórcios de concessões de geração de energia.

Imobilizado

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Imobilizado atingiu R$12.167.849 mil, o que representa um aumento de 15% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$10.610.143 mil. A variação no saldo decorre principalmente da aquisição de novas controladas, consolidadas no exercício de 2009.

Intangível

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Intangível atingiu R$1.058.500 mil, o que representa um aumento de 91% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$554.030 mil. A variação no saldo representa o ágio na aquisição de empresas transmissoras do grupo TBE, além do ágio apurado na aquisição de empresas eólicas por meio da Emissora.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Fornecedores atingiu R$748.207 mil, o que representa uma redução de 3% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$767.903 mil. A variação no saldo decorre principalmente da redução de suprimento e transporte de energia elétrica, sobretudo da subsidiária integral CEMIG D.

Encargos Regulatórios

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Encargos Regulatórios atingiu R$480.991 mil, o que representa um aumento de 5% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$459.153 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento da receita nos períodos analisados.

Participações nos Lucros

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Participações nos Lucros atingiu R$76.733 mil, o que representa um aumento de 16% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$65.932 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento na participação dos lucros, feito com base no Acordo Coletivo de Trabalho.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$1.276.448 mil, o que representa uma redução de 17% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$1.546.201 mil. A variação no saldo decorre basicamente do fim do recolhimento de IR/CS e PASEP/COFINS sobre o Reajuste Tarifário Diferido e Revisão Tarifária Extraordinária.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar atingiu R$489.397 mil, o que representa um aumento de 9% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$448.864 mil. A variação no saldo decorre da maior constituição de dividendos a pagar no exercício de 2008, cujo pagamento se dá em duas parcelas, sendo a segunda até 30 de dezembro de 2009.

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$1.235.605 mil, o que representa um aumento de 82% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$678.195 mil. A variação no saldo decorre principalmente de empréstimos de novas controladas.

Debêntures

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Debêntures atingiu R$473.327 mil, o que representa um aumento de 296% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$119.627 mil. A variação no saldo decorre principalmente da transferência de circulante de debêntures da Emissora.

Salários e Contribuições Sociais

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Salários e Contribuições Sociais atingiu R$372.196 mil, o que representa um aumento de 63% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$227.801 mil. O saldo desta conta é composto basicamente pelas provisões de férias, 13º salário e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento. O aumento nos períodos comparados deve-se à provisão do PDV, referente aos incentivos financeiros pela adesão de 1.043 empregados em 2009.

Passivo Regulatório – CVA

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Passivo Regulatório – CVA atingiu o valor de R$361.392 mil, o que representa uma redução de 8% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu o valor de R$391.356 mil. O saldo da CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes. Em 2009 houve menor constituição de CVA passiva.

Passivo Regulatório – Revisão Tarifária

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Passivo Regulatório – Revisão Tarifária atingiu o valor de R$137.458 mil, enquanto em 2008 essa conta não apresentou saldo. Este saldo provém da revisão tarifária definitiva da CEMIG D, homologada em março de 2009 pela ANEEL, representando uma redução média de 19,62% nas tarifas.

Obrigações Pós-Emprego

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$103.726 mil, o que representa um aumento de 28% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$81.070 mil. A variação do saldo decorre da transferência de valores a serem pagos no curto prazo.

Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Provisões para Perdas – Instrumentos Financeiros atingiu R$162.399 mil, o que representa uma redução de 2% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$164.940 mil. Esta variação decorre de principalmente da valorização do Iene perante o Real no período, o que impactou diretamente o contrato de Swap e provocou redução na conta de provisão para perdas com instrumentos financeiros.

Outras Obrigações

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Outras Obrigações atingiu R$358.012 mil, o que representa um aumento de 9% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$329.018 mil. Esta variação decorre basicamente da consolidação de novas controladas.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Passivo Regulatório – CVA

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Passivo Regulatório – CVA atingiu o valor de R$318.021 mil, o que representa um aumento de 17% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu o valor de R$270.744 mil. O saldo da CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$4.891.169 mil, o que representa uma redução de 2% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$4.989.691 mil. A variação no saldo decorre da transferência para o circulante de empréstimos com vencimento até 12 meses.

Debêntures

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Debêntures atingiu R$1.468.572 mil, o que representa uma redução de 7% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$1.583.584 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de debêntures com vencimento até 12 meses.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$609.173 mil, o que representa um aumento de 107% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$293.701 mil. O saldo decorre basicamente de valores em aberto referentes a questionamento tributário da Companhia referente a incidência de PASEP/COFINS sobre ICMS, cujo pagamento vem ocorrendo por meio de depósito judicial.

Provisões para Contingências

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Provisões para Contingências atingiu R$634.642 mil, o que representa uma redução de 1% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$640.019 mil. A variação no saldo não é considerada relevante para a Companhia.

Obrigações Pós-Emprego

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$1.334.223 mil, o que representa uma redução de 6% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$1.416.029 mil. Esta variação decorre da transferência para o circulante dos valores a serem pagos.

Outras Obrigações

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Outras Obrigações atingiu R$217.541 mil, o que representa uma redução de 4% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$225.613 mil. Esta variação decorre da transferência de valores para o circulante.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 30 de setembro de 2009, a conta do Capital Social atingiu R$3.101.884 mil, o que representa um aumento de 25% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$2.481.507 mil. Esta variação decorre da destinação de parte das reservas de capital e das reservas de lucros para aumento de capital.

Reserva de Capital

Em 30 de setembro de 2009, a conta Reservas de Capital atingiu R$3.969.099 mil, o que representa uma redução de 0,35% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$3.983.022 mil. Esta variação decorre da utilização de parte dessa reserva para aumento de capital social.

Reserva de Lucros

Em 30 de setembro de 2009, a conta do Reserva de Lucros atingiu R$2.253.466 mil, o que representa um aumento de 19% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$1.898.525 mil. Esta variação decorre da constituição de reserva legal e da retenção de lucros, parcialmente compensada pela utilização dessa reserva para aumento de capital social.

Ajuste Acumulado de Conversão

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Ajuste Acumulado de Conversão atingiu R$3.448 mil, e em 30 de setembro de 2008 esta conta não apresentava saldo. Esta conta provém da aplicação de nova prática contábil a partir de dezembro de 2008, e é calculada em função da conversão do balanço coligada Transchile.

Lucros Acumulados

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Lucros Acumulados atingiu R$1.420.155 mil, o que representa uma redução de 13% em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$1.641.389 mil. Esta variação decorre da redução do lucro de 2009, em comparação ao ano anterior.

Recursos Destinados a Aumento de Capital

Em 30 de setembro de 2009, a conta de Recursos Destinados a Aumento de Capital atingiu R$27.124 mil, e não houve variação em comparação com 30 de setembro de 2008, quando atingiu R$27.123 mil. Esta conta representa aportes dos acionistas para futuro aumento do capital social.

31 de dezembro de 2008 comparado a 31 de dezembro de 2007 (em milhares de reais)

ATIVO

	31/12/2008	AV(%)	31/12/2007	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Disponibilidades	2.283.937	9%	2.066.219	9%	11%
Consumidores e Revendedores	2.042.157	8%	2.025.124	8%	1%
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	329.350	1%	450.817	2%	-27%
Concessionários – Transporte de Energia	463.165	2%	474.450	2%	-2%
Tributos Compensáveis	843.849	3%	810.293	3%	4%
Despesas Antecipadas – CVA	778.545	3%	519.699	2%	50%
Revendedores – Transações com Energia Livre	15.076	0%	31.426	0%	-52%
Créditos Tributários	188.792	1%	489.757	2%	-61%
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	46.240	0%	57.593	0%	-20%
Reajuste Tarifário Diferido	133.423	1%	463.491	2%	-71%
Estoques	35.830	0%	42.415	0%	-16%
Outros Créditos	517.158	2%	290.726	1%	78%
TOTAL DO CIRCULANTE	7.677.522	32%	7.722.010	32%	-1%
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber do Governo do Estado	1.800.873	7%	1.763.277	7%	2%
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	-	0%	60.880	0%	-100%
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	218.688	1%	721.529	3%	-70%
Despesas Antecipadas – CVA	296.762	1%	177.842	1%	67%
Créditos Tributários	748.014	3%	694.888	3%	8%
Revendedores – Transações com Energia Livre	4.107	0%	13.646	0%	-70%
Tributos Compensáveis	272.052	1%	365.101	2%	-25%
Depósitos Vinculados a Litígios	382.176	2%	271.915	1%	41%
Consumidores e Revendedores	90.529	0%	125.986	1%	-28%
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	81.742	0%	-100%

Outros Créditos	142.795	1%	101.909	0%	40%
	3.955.996	16%	4.378.715	18%	-10%
Investimentos	1.149.986	5%	1.070.854	4%	7%
Imobilizado	10.953.527	45%	10.454.093	43%	5%
Intangível	604.437	2%	531.724	2%	14%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.663.946	68%	16.435.386	68%	1%
ATIVO TOTAL	24.341.468	100%	24.157.396	100%	1%

PASSIVO

	31/12/2008	AV(%)	31/12/2007	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Fornecedores	891.821	4%	935.905	4%	-5%
Encargos Regulatórios	488.835	2%	395.894	2%	23%
Participações nos Lucros	116.955	0%	102.329	0%	14%
Impostos, Taxas e Contribuições	627.333	3%	1.078.159	4%	-42%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	960.129	4%	881.457	4%	9%
Empréstimos e Financiamentos	881.880	4%	969.603	4%	-9%
Debêntures	398.268	2%	50.638	0%	687%
Salários e Contribuições Sociais	293.894	1%	236.285	1%	24%
Passivo Regulatório – CVA	488.284	2%	549.133	2%	-11%
Passivo Regulatório – Revisão Tarifária	0	0%	15.717	0%	-100%
Obrigações Pós-Emprego	83.097	0%	107.061	0%	-22%
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros	98.628	0%	184.389	1%	-47%
Outras Obrigações	478.947	2%	369.868	2%	29%
TOTAL DO CIRCULANTE	5.808.071	24%	5.876.438	24%	-1%
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	77	0%	340.792	1%	-100%
Passivo Regulatório – CVA	156.883	1%	196.140	1%	-20%
Empréstimos e Financiamentos	4.824.307	20%	4.963.436	21%	-3%
Debêntures	1.240.283	5%	1.541.225	6%	-20%
Impostos, Taxas e Contribuições	371.385	2%	331.932	1%	12%
Provisões para Contingências	661.935	3%	634.786	3%	4%
Obrigações Pós-Emprego	1.396.704	6%	1.363.833	6%	2%
Outras Obrigações	187.373	1%	182.209	1%	3%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	8.838.947	36%	9.554.353	40%	-7%
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	342.816	1%	318.549	1%	8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	2.481.508	10%	2.432.307	10%	2%
Reservas de Capital	3.983.021	16%	4.032.222	17%	-1%
Reservas de Lucros	2.859.920	12%	1.898.526	8%	51%
Ajuste Acumulado de Conversão	61	0%	0	0%	0%
Lucros Acumulados	0	0%	17.877	0%	-100%
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.124	0%	27.124	0%	0%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.351.634	38%	8.408.056	35%	11%
PASSIVO TOTAL	24.341.468	100%	24.157.396	100%	1%

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de disponibilidades atingiu R$2.283.937 mil, o que representa um aumento de 11% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$2.066.219 mil. Esta variação decorre principalmente da maior entrada de recursos gerado pelas atividades operacionais em comparação ao consumo de recursos pelas atividades de financiamento e investimento.

Consumidores e revendedores

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R$2.042.157 mil, o que representa um aumento de 1% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$2.025.124 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do faturamento de controladas, em particular da classe de fornecimento industrial.

Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) e Parcela "A"

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de RTE e Parcela "A" atingiu R$329.350 mil, o que representa uma redução de 27% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$450.817 mil. Esta variação decorre do fim do prazo da vigência da RTE, que expirou em fevereiro de 2008. Dessa forma, em 31/12/2008 a conta representa apenas o saldo da Parcela "A".

Concessionários - Transporte de Energia

Em 31 de dezembro de 2008, a conta Transporte de Energia atingiu R$463.165 mil, o que representa uma redução de 2% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$474.450 mil. Esta variação decorre basicamente do ajuste de saldos de períodos anteriores, cuja regularização ocorreu em 2008.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$843.849 mil, o que representa um aumento de 4% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$810.293 mil. A variação no saldo decorre basicamente dos saldos de IRPJ e CSLL referem-se Créditos da Declaração Imposto de Renda Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e de pagamentos efetuados em 2008 que serão compensados com IRPJ e CSLL a pagar nos anos subseqüentes.

Despesas Antecipadas - CVA

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Despesas Antecipadas – CVA atingiu R$778.545 mil, o que representa um aumento de 50% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$519.699 mil. A variação no saldo decorre basicamente do maior volume de compra de energia para constituição desse ativo.

Revendedores – Transações de Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Revendedores – Transações de Energia Livre atingiu R$15.076 mil, o que representa uma redução de 52% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$31.426 mil. A variação no saldo decorre basicamente de recebimentos e da baixa referente aos créditos a receber que não tem mais a possibilidade de serem repassados por algumas distribuidoras em função do término de vigência da cobrança da RTE em suas áreas de concessão.

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Créditos Tributários atingiu R$188.792 mil, o que representa uma redução de 61% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$489.757 mil. Basicamente, a variação refere-se a compensação de créditos tributários sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL em função resultado positivo apurado na CEMIG em função da destinação Juros sobre Capital Próprio, além de realização créditos tributários constituídos em função do racionamento.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS atingiu R$46.240 mil, o que representa uma redução de 20% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$57.593 mil. Esta variação decorre da amortização do ativo regulatório que é ressarcido à CEMIG D através da tarifa.

Reajuste Tarifário Diferido

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Créditos Tributários atingiu R$133.423 mil, o que representa uma redução de 71% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$463.491 mil. Esta variação decorre da baixa dessa conta, por meio dos valores arrecadados na tarifa de energia.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Estoques atingiu R$35.830 mil, o que representa uma redução de 16% em comparação com 31 de dezembro de 2007, ano em que atingiu R$42.415 mil. O saldo desta conta representa basicamente os materiais que serão utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico.

Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Outros Créditos atingiu R$517.158 mil, o que representa um aumento de 78% em comparação com 31 de dezembro de 2007, ano em que atingiu R$290.726 mil. A variação dessa conta se deu em função do aumento no saldo de contas relativo a programas sociais governamentais, sobretudo subvenção de baixa renda e programa luz para todos.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Contas a Receber do Governo do Estado

Em 31 de dezembro de 2008, o Contas a Receber do Governo do Estado atingiu R$1.800.873 mil, o que representa um aumento de 2% em comparação com 31 de dezembro de 2007, ano em que atingiu R$1.763.277 mil. Esta variação decorre principalmente da atualização monetária das quotas subordinadas, que superaram a amortização das mesmas, no exercício social de 2008.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 31 de dezembro de 2008, o Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS não possuía saldo em comparação com 31 de dezembro de 2007, ano em que atingiu R$60.880 mil. Esta variação decorre principalmente da transferência do saldo para circulante.

Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"

Em 31 de dezembro de 2008, a conta Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) e Parcela "A" atingiu R$218.688 mil, o que representa uma redução de 70% em comparação com 31 de dezembro de 2008, quando atingiu R$721.529 mil. Esta variação decorre principalmente do fim do prazo da vigência da RTE, parcialmente compensado pela transferência de valores do não circulante para o circulante de valores a serem arrecadados da parcela "A".

Despesas Antecipadas – CVA

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Despesas Antecipadas - CVA atingiu R$296.762 mil, o que representa um aumento de 67% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$177.842 mil. O aumento da conta refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Créditos Tributários atingiu R$748.014 mil, o que representa um aumento de 8% em comparação com 31 de dezembro de 2007, ano em que atingiu R$694.888 mil. Esta variação decorre basicamente do aumento na constituição crédito tributários sobre obrigações pós-emprego.

Revendedores – Transações Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Revendedores – Transações Energia Livre atingiu R$4.107 mil, o que representa uma redução de 70% em comparação com 31 de dezembro de 2007, ano em que atingiu R$13.646 mil. A variação no saldo decorre basicamente de recebimentos e da baixa referente aos créditos a receber que não tem mais a possibilidade de serem repassados por algumas distribuidoras em função do término de vigência da cobrança da RTE em suas áreas de concessão.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$272.052 mil, o que representa uma redução de 25% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$365.101 mil. No realizável a longo prazo a queda no valor dos créditos se deve a compensação dos créditos existentes com IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS gerados em função da Garantidora ter recebido Juros sobre Capital Próprio de suas subsidiarias.

Depósitos Vinculados a Litígios

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Depósitos Vinculados a Litígios atingiu R$382.176 mil, o que representa um aumento de 41% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$271.915 mil. A variação no saldo decorre basicamente de novos depósitos em juízo referentes a questionamento tributário acerca da incidência de PASEP/COFINS sobre ICMS.

Consumidores e Revendedores

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R$90.529 mil, o que representa uma redução de 28% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$125.986 mil. Esta variação ocorreu em função da transferência de créditos de grandes consumidores do não circulante para créditos do circulante.

Reajuste Tarifário Diferido

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de reajuste tarifário diferido não apresentou saldo. Em 31 de dezembro de 2007 o saldo foi de R$81.742 mil. Este ativo foi transferido para o circulante em função de sua última parcela ser amortizada em abril de 2009.

Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2008, a conta Outros Créditos atingiu R$142.795 mil, o que representa um aumento de 40% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$101.909 mil. O saldo desta conta variou em função do reconhecimento em 2008 de um crédito referente à compensação financeira a ser paga pelos acionistas da RME (grupo controlador da Light) à CEMIG, por esta ter renunciado à opção de compra dos direitos dos sócios da RME sobre os ativos de geração da Light.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Investimentos atingiu R$1.149.986 mil, o que representa um aumento de 7% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$1.070.854 mil. Os valores nesta rubrica referem-se basicamente a consórcios de concessões de geração de energia e sua variação decorre dos aportes efetuados no consórcio em construção da usina de Baguari.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Imobilizado atingiu R$10.953.527 mil, o que representa um aumento de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$10.454.093 mil. A variação no saldo ocorreu principalmente pelo aumento do imobilizado da subsidiária integral CEMIG D por meio do grande aporte de recursos para implantação do Programa Luz para Todos.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Intangível atingiu R$604.437 mil, o que representa um aumento de 14% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$531.724 mil. A variação no saldo decorre dos novos investimentos realizados, sobretudo nas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Fornecedores atingiu R$891.821 mil, o que representa uma redução de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$935.905 mil. A variação no saldo decorre da redução nos valores a pagar referentes à contratação de materiais e serviços para os empreendimentos em construção e de pagamento e baixa de valores devidos à Compra de Energia Livre durante o racionamento.

Encargos Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Encargos Regulatórios atingiu R$488.835 mil, o que representa um aumento de 23% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$395.894 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento da conta de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e a Reserva Global de Reversão – RGR em função do aumento da receita.

Participações nos Lucros

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Participações nos Lucros atingiu R$116.955 mil, o que representa um aumento de 14% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$102.329 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento na participação nos lucros de 2008, definido no Acordo Coletivo de Trabalho.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$627.333 mil, o que representa uma redução de 42% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$1.078.159 mil. A variação no saldo decorre basicamente pela transferência do não circulante dos valores diferidos, além do aumento ocorrido dos impostos tem função crescimento do resultado tributável.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar atingiu R$960.129 mil, o que representa um aumento de 9% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$881.457 mil. A variação no saldo decorre da destinação de mais dividendos propostos pela Administração no exercício de 2008.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$881.880 mil, o que representa uma redução de 9% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$969.603 mil. A variação no saldo decorre basicamente da liquidação de empréstimos da Emissora com vencimento em 2008.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Debêntures atingiu R$398.268 mil, o que representa um aumento de 687% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$50.638 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de debêntures da Emissora com vencimento em 2009.

Salários e Contribuições Sociais

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Salários e Contribuições Sociais atingiu R$293.894 mil, o que representa um aumento de 24% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$236.285 mil. O saldo desta conta é composto basicamente pelas provisões de férias, 13º salário e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento.

Passivo Regulatório - CVA

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Passivo Regulatório – CVA atingiu R$488.284 mil, o que representa uma redução de 11% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$549.133 mil. Este passivo refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia utilizados para definição do reajuste tarifário. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

Passivo Regulatório – Revisão Tarifária

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Passivo Regulatório – Revisão Tarifária não possuía saldo, em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$15.717 mil. Este saldo provém da revisão tarifária definitiva da CEMIG D, homologada pela ANEEL.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$83.097 mil, o que representa uma redução de 22% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$107.061 mil. Esta variação decorre de mudanças nas premissas atuariais.

Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Provisões para Perdas – Instrumentos Financeiros atingiu R$98.628 mil, o que representa uma redução de 47% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$184.389 mil. Esta variação decorre principalmente pela valorização do Iene perante o Real.

Passivo Regulatório – Revisão Tarifária da Transmissão

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Passivo Regulatório – Revisão Tarifária da Transmissão não apresentava saldo, em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$15.717 mil. Esta variação decorre da amortização do saldo no ciclo tarifário 2007/2008.

Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Outras Obrigações atingiu R$478.947 mil, o que representa um aumento de 29% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$369.868 mil. Esta variação decorre da consolidação de novas controladas em 2008.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Fornecedores atingiu R$77 mil, o que representa uma redução de 100% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$340.792 mil. A variação do saldo decorre basicamente da transferência para o circulante e baixa de valores devidos à Compra de Energia Livre durante o racionamento e Suprimento de Energia – Repasse aos geradores que serão pagos em 2009.

Passivo Regulatório – CVA

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Passivo Regulatório – CVA atingiu R$156.883 mil, o que representa uma redução de 20% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$196.140 mil. Este passivo refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia utilizados para definição do reajuste tarifário. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$4.824.307 mil, o que representa uma redução de 3% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$4.963.436 mil. A variação no saldo decorre das transferências para o circulante.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Debêntures atingiu R$1.240.283 mil, o que representa uma redução de 20% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$1.541.225 mil. A variação no saldo decorre das transferências para o circulante.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$371.385 mil, o que representa um aumento de 12% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$331.932 mil. A variação decorre basicamente do aumento referente a provisão de PASEP/COFINS sobre ICMS.

Provisões para Contingências

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Provisões para Contingências atingiu R$661.935 mil, o que representa um aumento de 4% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$634.786 mil. A variação no saldo decorre principalmente das provisões de causas relacionada a danos pessoais e outras causas cíveis.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$1.396.704 mil, o que representa um aumento de 2% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$1.363.833 mil. Esta variação decorre de mudanças nas premissas atuariais.

Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Outras Obrigações atingiu R$187.373 mil, o que representa uma redução de 3% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$182.209 mil. A variação é imaterial e não é considerada relevante para Garantidora.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2008, a conta do Capital Social atingiu R$2.481.508 mil, o que representa um aumento de 2% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$2.432.307 mil. Esta variação decorre da destinação de parte das reservas de capital para aumento de capital.

Reserva de Capital

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Reserva de Capital atingiu R$3.983.021 mil, o que representa uma redução de 1% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$4.032.222 mil. Esta variação decorre da destinação de parte das reservas de capital para aumento de Capital Social.

Reserva de Lucros

Em 31 de dezembro de 2008, a conta do Reserva de Lucros atingiu R$2.859.920 mil, o que representa um aumento de 51% em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$1.898.526 mil. Esta variação decorre da constituição de reserva legal em 2008 no montante de R$94.352 mil e da retenção de lucros de R$867.042 mil.

Ajuste Acumulado de Conversão

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de Ajuste Acumulado de Conversão atingiu R$61 mil, e em 31 de dezembro de 2007 esta conta não apresentava saldo. Esta conta provém da aplicação de nova prática contábil a partir de dezembro de 2008, e é calculada em função da conversão do balanço da coligada Transchile.

Lucros Acumulados

Em 31 de dezembro de 2008, não havia saldo na conta Lucros Acumulados, em comparação com 31 de dezembro de 2007, quando atingiu R$17.877 mil. Isto porque todo o lucro acumulado foi distribuído no exercício de 2008, seja para dividendos ou para reserva de lucros.

Recursos Destinados a Aumento de Capital

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta de Recursos Destinados a Aumento de Capital, no valor de R$27.124 mil era o mesmo de 31 de dezembro de 2007.

31 de dezembro de 2007 comparado a 31 de dezembro de 2006 (em milhares de reais)

As informações financeiras da Garantidora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, provêm das demonstrações financeiras da Garantidora que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2006, bem como as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM vigentes a época de sua elaboração, e que não incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449, posteriormente convertida em Lei n.º 11.941/09.

A comparabilidade das demonstrações financeiras da Garantidora apresenta limitações, devido ao fato das demonstrações financeiras da Garantidora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 incluírem as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449, posteriormente convertida na Lei n.º 11.941/09 e das demonstrações financeiras da Garantidora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 não incluírem tais alterações.

ATIVO

	31/12/2007	AV(%)	31/12/2006	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE					
Disponibilidades	2.066.619	9%	1.402.047	6%	47%
Consumidores e Revendedores	2.025.124	8%	2.074.983	9%	-2%
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	450.817	2%	355.599	2%	27%
Concessionários - Transporte de Energia	474.450	2%	358.205	2%	32%
Tributos Compensáveis	810.293	3%	284.197	1%	185%
Despesas Antecipadas - CVA	519.699	2%	459.898	2%	13%
Revendedores - Transações Energia Livre	31.426	0%	123.056	1%	-74%
Créditos Tributários	489.757	2%	125.790	1%	289%
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	57.593	0%	107.959	0%	-47%
Reajuste Tarifário Diferido	463.491	2%	791.231	3%	-41%
Estoques	42.415	0%	34.980	0%	21%

Outros Créditos	290.726	1%	276.655	1%	5%
TOTAL DO CIRCULANTE	7.722.010	32%	6.394.600	28%	21%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a Receber do Governo do Estado	1.763.277	7%	1.726.293	7%	2%
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	721.529	3%	979.008	4%	-26%
Despesas Antecipadas - CVA	177.842	1%	159.738	1%	11%
Créditos Tributários	694.888	3%	678.592	3%	2%
Revendedores - Transações Energia Livre	13.646	0%	34.637	0%	-61%
Tributos Compensáveis	365.101	2%	601.091	3%	-39%
Depósitos Vinculados a Litígio	271.915	1%	254.905	1%	7%
Consumidores e Revendedores	125.986	1%	100.734	0%	25%
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	60.880	0%	215.559	1%	-72%
Reajuste Tarifário Diferido	81.742	0%	127.488	1%	-36%
Outros Créditos	101.909	0%	24.793	0%	311%
	4.378.715	18%	4.902.838	21%	-11%
Investimentos	1.070.854	4%	998.875	4%	7%
Imobilizado	10.454.093	43%	10.829.657	47%	-3%
Intangível	531.724	2%	-	-	-
Diferido	-	-	82.746		-100%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.435.386	68%	16.814.116	72%	-2%
ATIVO TOTAL	24.157.396	100**%**	23.208.716	100**%**	4**%**

PASSIVO

	31/12/2007	**AV(%)**	**31/12/2006**	**AV(%)**	**AH(%)**
CIRCULANTE					
Fornecedores	935.905	4%	913.773	4%	2%
Encargos Regulatórios	395.894	2%	436.535	2%	-9%
Participações nos Lucros	102.329	0%	74.038	0%	38%
Impostos, Taxas e Contribuições	1.078.159	4%	994.577	4%	8%
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	881.457	4%	1.373.828	6%	-36%
Empréstimos e Financiamentos	969.603	4%	800.434	3%	21%
Debêntures	50.638	0%	33.514	0%	51%
Salários e Encargos Sociais	236.285	1%	185.017	1%	28%
Obrigações Pós-Emprego	107.061	0%	139.113	1%	-23%
Passivo Regulatório – CVA	549.133	2%	328.143	1%	67%
Passivo Regulatório – Revisão da Receita de Transmissão	15.717	0%	-	0%-	-
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	184.389	1%	176.575	1%	4%
Outras Obrigações	369.868	2%	293.183	1%	26%
TOTAL DO CIRCULANTE	5.876.438	24%	5.748.730	25%	2%
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	340.792	1%	271.928	1%	25%
Passivo Regulatório – CVA	196.140	1%	119.907	1%	64%
Empréstimos e Financiamentos	4.963.436	21%	5.620.190	24%	-12%
Debêntures	1.541.225	6%	1.194.799	5%	29%
Impostos, Taxas e Contribuições	331.932	1%	449.521	2%	-26%
Provisões para Contingências	634.786	3%	534.980	2%	19%
Obrigações Pós-Emprego	1.363.833	6%	1.450.850	6%	-6%
Outras Obrigações	182.209	1%	107.660	-	69%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.554.353	40%	9.749.835	42%	-3%
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-	-	90.080		-100%
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	318.549	1%	97.618	0%	226%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	2.432.307	10%	1.621.538	7%	50%
Reservas de Capital	4.032.222	17%	4.032.222	17%	0%
Reservas de Lucros	1.898.526	8%	1.841.570	8%	3%
Lucros Acumulados	17.877	0%	-	0%	-
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.124	0%	27.123	0%	0%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.408.056	35%	7.522.453	32%	12%
PASSIVO TOTAL	24.157.396	100**%**	23.208.716	100**%**	4**%**

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de disponibilidades atingiu R$2.066.619 mil, o que representa um aumento de 47% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$1.402.047 mil. Esta variação decorre principalmente do caixa gerado pelas operações.

Consumidores e revendedores

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R$2.025.124 mil, o que representa uma redução de 2% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$2.074.983 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do faturamento.

Recomposição Tarifária e Parcela "A"

Em 31 de dezembro de 2007 a conta de Recomposição Tarifária e Parcela "A" atingiu R$450.817 mil, um aumento de 27% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$355.599 mil. Esta variação decorre da transferência do saldo do não circulante, parcialmente em decorrência do início da amortização da Parcela "A" por meio da RTE, em março de 2008.

Concessionários - Transporte de Energia

Em 31 de dezembro de 2007, a conta Transporte de Energia atingiu R$474.450 mil, o que representa um aumento de 32% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$358.205 mil. Esta variação decorre basicamente de maior faturamento.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$810.293 mil, o que representa um aumento de 185% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$284.197 mil. A variação no saldo decorre basicamente de constituição de ativo a recuperar de PASEP/COFINS de diferença de tributação, crédito de DIPJ de anos anteriores e créditos de ICMS a compensar de aquisições de ativo imobilizado.

Despesas Antecipadas – CVA

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Despesas Antecipadas – CVA atingiu R$519.699 mil, um aumento de 13% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$459.898 mil. Esta variação decorre do aumento da constituição devido a compra de energia.

Revendedores – Transações de Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Revendedores – Transações de Energia Livre atingiu R$31.426 mil, o que representa uma redução de 74% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$123.056 mil. Esta variação decorre de recebimentos e do aumento no valor da provisão para perdas na realização deste ativo em função da elaboração de um estudo considerando os montantes de repasses médios recebidos das distribuidoras para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL.

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Créditos Tributários atingiu R$489.757 mil, o que representa um aumento de 289% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$125.790 mil. Esta variação decorre basicamente de reconhecimento das variações cambiais, que é feito sobre o regime de caixa, de empréstimos e financiamentos e da perda com instrumentos financeiros e aumento na provisão do Reajuste tarifário Extraordinário.

Ativo regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 31 de dezembro de 2007 a conta de Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS atingiu R$57.593 mil, o que representa uma redução de 47% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$107.959 mil. Esta variação decorre da amortização do Ativo regulatório.

Reajuste Tarifário Diferido

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Reajuste Tarifário Diferido atingiu R$463.491 mil, o que representa uma redução de 41% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$791.231 mil. Esta variação decorre da amortização do Reajuste Tarifário Diferido em abril de 2007.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Estoques atingiu R$42.415 mil, o que representa um aumento de 21% em comparação com 31 de dezembro de 2006, ano em que atingiu R$34.980 mil. O saldo desta conta representa basicamente os materiais que serão utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico.

Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Outros Créditos atingiu R$290.726 mil, o que representa um aumento de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2006, ano em que atingiu R$276.655 mil. O saldo desta conta é composto por várias contas que não tiveram variação expressiva individualmente.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Contas a Receber do Estado

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Contas a Receber do Governo do Estado atingiu R$1.763.277 mil, o que representa um aumento de 2% em comparação com 31 de dezembro de 2006, ano em que atingiu R$1.726.293 mil. Esta variação decorre basicamente de atualização monetária que superou as amortizações do período.

Recomposição Tarifária da Parcela "A"

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Recomposição Tarifária e Parcela "A" atingiu R$721.529 mil, o que representa uma redução de 26% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$979.008 mil. Esta variação decorre da transferência Parcela A para o Circulante.

Despesas Antecipadas – CVA

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Despesas Antecipadas – CVA atingiu R$177.842 mil, o que representa um aumento de 11% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$159.738 mil. Esta variação decorre do aumento da constituição devido a compra de energia.

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Créditos Tributários atingiu R$694.888 mil, o que representa um aumento de 2% em comparação com 31 de dezembro de 2006, ano em que atingiu R$678.592 mil. Esta variação decorre principalmente basicamente de reconhecimento de créditos tributários sobre as variações cambiais de empréstimos e financiamentos e sobre a perda com instrumentos financeiros e aumento na provisão do Reajuste tarifário Extraordinário.

Revendedores – Transações Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Revendedores – Transações Energia Livre atingiu R$13.646 mil, o que representa uma redução de 61% em comparação com 31 de dezembro de 2006, ano em que atingiu R$34.637 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento no valor da provisão para perdas na realização deste ativo em função da elaboração de um estudo considerando os montantes de repasses médios recebidos das distribuidoras para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$365.101 mil, o que representa ma redução de 39% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$601.091 mil. Esta variação decorre de compensação dos créditos de IRPJ/CSSL/PASEP E COFINS.

Depósitos Vinculados a Litígios

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Depósitos Vinculados a Litígios atingiu R$271.915 mil, o que representa um aumento de 7% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$254.905 mil. A variação no saldo decorre basicamente de novos depósitos vinculados a causas judiciais, principalmente de natureza trabalhista e atualização dos mesmos.

Consumidores e revendedores

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R$125.986 mil, o que representa um aumento de 25% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$100.734 mil. Esta variação decorre principalmente de negociação com consumidores em atraso.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS atingiu R$60.880 mil, o que representa uma redução de 72% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$215.559 mil. Esta variação decorre da transferência para o Circulante.

Reajuste Tarifário Diferido

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Reajuste Tarifário Diferido atingiu R$81.742 mil, o que representa uma redução de 36% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$127.488 mil. Esta variação decorre da amortização do Reajuste Tarifário Diferido concedido no Índice de Reajuste Tarifário - IRT de 2007.

Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2007, a conta Outros Créditos atingiu R$101.909 mil, o que representa um aumento de 311% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$24.793 mil.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Investimentos atingiu R$1.070.854 mil, o que representa um aumento de 7% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$998.875 mil. Os valores nesta rubrica referem-se basicamente a aportes em consórcios para produção de energia elétrica.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Imobilizado atingiu R$10.454.093 mil, o que representa uma redução de 3% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$10.829.657 mil. A variação no saldo decorre da segregação do intangível em 2007 para atendimento à Lei 11.638/07, cuja aplicação ocorreu de forma retrospectiva apenas para o exercício de 2007.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Intangível atingiu R$531.724 mil. Essa conta foi introduzida em 2007, atendendo aos dispositivos da Lei 11.638/07, portanto não apresenta saldo em 2006.

Diferido

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Diferido atingiu R$82.746 mil. Essa conta foi deixou de existir em 2007, atendendo aos dispositivos da Lei 11.638/07, portanto não apresenta saldo naquele ano.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Fornecedores atingiu R$935.905 mil, o que representa um aumento de 2% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$913.773 mil. A variação no saldo decorre principalmente de matérias e serviços.

Encargos Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Encargos Regulatórios atingiu R$395.894 mil, o que representa uma redução de 9% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$436.535 mil. A variação no saldo decorre basicamente da provisão em 2006 do encargo da Conta de Consumo de Combustível – CCC de grandes consumidores após a homologação dos CUST pelo ONS.

Participações nos Lucros

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Participações nos Lucros atingiu R$102.329 mil, o que representa um aumento de 38% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$74.038 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento da Participação nos Lucros em 2007 em função do lucro e do Acordo Coletivo de Trabalho.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$1.078.159 mil, o que representa um aumento de 8% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$994.577 mil. A variação no saldo decorre basicamente de transferência para Circulante de valores diferidos referente a Reajuste Tarifário Extraordinário e Reajuste Tarifário Diferido.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar atingiu R$881.457 mil, uma redução de 36% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$1.373.828 mil. A variação no saldo decorre de maior destinação de Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos sobre o lucro do ano de 2007 e distribuição de Dividendos Extraordinários no ano de 2007.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2007 a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$969.603 mil, o que representa um aumento de 21% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$800.434 mil. A variação no saldo decorre principalmente de novos empréstimos e financiamentos obtidos.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Debêntures atingiu R$50.638 mil, o que representa um aumento de 51% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$33.514 mil. A variação no saldo decorre principalmente de novos ingressos.

Salários e Encargos Sociais

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Salários e Encargos Sociais atingiu R$236.285 mil, o que representa um aumento de 28% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$185.017 mil. O saldo desta conta é composto basicamente pelas provisões de férias, 13º salário e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$107.061 mil, o que representa uma redução de 23% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$139.113 mil. Esta variação decorre de mudanças nas premissas atuariais.

Passivo Regulatório - CVA

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Passivo Regulatório - CVA atingiu R$549.133 mil, o que representa um aumento de 67% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$328.143 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento da constituição de CVA Passivo de Compra de Energia no Ambiente Regulado em relação a 2006.

Passivo Regulatório – Revisão da Receita de Transmissão

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Passivo Regulatório – Revisão da Receita de Transmissão possuía saldo de R$15.717 mil. A conta foi criada após a Resolução Homologatória nº046/2007 de junho de 2007.

Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Provisões para Perdas – Instrumentos Financeiros atingiu R$184.389 mil, um aumento de 4% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$176.575 mil. Esta variação decorre da desvalorização tanto do Iene quanto do Dólar perante o Real.

Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Outras Obrigações atingiu R$369.868 mil, o que representa um aumento de 26% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$293.183 mil. Esta variação decorre de diversos valores a pagar de controladas e coligadas.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Fornecedores atingiu R$340.792 mil, o que representa um aumento de 25% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$271.928 mil. A variação do saldo decorre de atualização pela Selic e ajustes entre circulante e não circulante de Repasse aos Geradores.

Passivo Regulatório – CVA

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Passivo Regulatório – CVA atingiu R$196.140 mil, o que representa um aumento de 64% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$119.907 mil. Este passivo refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia utilizados para definição do reajuste tarifário. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$4.963.436 mil, o que representa uma redução de 12% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$5.620.190 mil. A variação no saldo decorre de amortização de empréstimos em moeda estrangeira.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Debêntures atingiu R$1.541.225 mil, o que representa um aumento de 29% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$1.194.799 mil. A variação no saldo decorre de novos ingressos de recursos por meio de emissão de debêntures.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$331.932 mil, o que representa uma redução de 26% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$449.521 mil. A variação no saldo decorre basicamente de transferência para Circulante de valores diferidos referente a Reajuste Tarifário Extraordinário e Reajuste Tarifário Diferido.

Provisões para Contingências

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Provisões para Contingências atingiu R$634.786 mil, o que representa um aumento de 19% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$534.980 mil. A variação no saldo decorre de novas causas jurídicas.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$1.363.833 mil, o que representa uma redução de 6% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$1.450.850 mil. Esta variação decorre de mudanças nas premissas atuariais.

Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2007, a conta de Outras Obrigações atingiu R$182.209 mil, o que representa um aumento de 69% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$107.660 mil. Esta variação decorre de diversos valores a pagar de controladas e coligadas.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2007, a conta do Capital Social atingiu R$2.432.307 mil, o que representa um aumento de 50% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$1.621.538 mil. Esta variação decorre de aumento de capital utilizando Reservas de Lucros.

Reserva de Capital

O saldo da conta Reserva de Capital é de R$4.032.222 mil em 31 de dezembro de 2007 e em 31 de dezembro de 2006. Não houve variação entre os dois períodos.

Reserva de Lucros

Em 31 de dezembro de 2007, a conta do Reserva de Lucros atingiu R$1.898.526 mil, o que representa um aumento de 3% em comparação com 31 de dezembro de 2006, quando atingiu R$1.841.570 mil. Esta variação decorre de apropriações de retenção de lucros e transferência para aumento de capital.

Lucros Acumulados

O saldo da conta Lucros Acumulados é R$17.877 mil em 31 de dezembro de 2007, sendo que não existia saldo nessa conta em 31 de dezembro de 2006.

Recursos Destinados a Aumento de Capital

O saldo da conta Recursos Destinados a Aumento de Capital é de R$27.124 mil em 31 de dezembro de 2007 e de R$27.123 mil em 31 de dezembro de 2006. Não houve variação relevante entre os dois períodos.

LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

Período findo em 30 de setembro de 2009 comparado a 30 de setembro de 2008

Liquidez e Recursos de Capital

O negócio da Garantidora é de capital intensivo. Historicamente, a Garantidora tem necessidade de capital para financiar a construção de novas instalações de geração e a expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição já existentes. As exigências de liquidez da Garantidora também são afetadas por sua política de dividendos. A Garantidora financia sua liquidez e necessidades de capital principalmente pelo caixa gerado por operações e, também, com recursos provenientes de financiamento. A Garantidora acredita que suas atuais reservas de caixa, geradas por operações e recursos previstos provenientes de financiamentos, serão suficientes durante os próximos 12 meses para atender suas necessidades de liquidez.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes a caixa em 30 de setembro de 2009 totalizaram R$2.769.169 mil, em comparação com R$3.012.006 mil em 30 de setembro de 2008. Em 30 de setembro de 2009, nem o caixa da Garantidora, nem seus equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o real.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado por atividades operacionais no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008 totalizou R$2.671.065 mil e R$2.702.960 mil, respectivamente, apresentando uma redução de 1,18%. As despesas e receitas significativas que não afetam o caixa incluíram despesa de depreciação e reconhecimento de ativo regulatório decorrente da revisão tarifária no montante de R$136.657 mil.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades de Investimento

O caixa líquido empregado em atividades de investimento no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008 totalizou, respectivamente, R$2.082.842 mil e R$861.193 mil, em decorrência, sobretudo, da aquisição de ativos fixos e da modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes. Os gastos de capital para aquisição de ativos fixos totalizaram R$1.866.350 mil (considerando neste, R$339.468 mil de investimentos em intangíveis) e R$797.966 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 e 2008, respectivamente. Os investimentos em controladas foram de R$216.492 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, comparados a R$63.227 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento no período de janeiro a setembro de 2009 totalizou R$102.991 mil, incluindo a amortização de R$214.211 mil de financiamentos de longo prazo e o pagamento de R$481.160 mil em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado por R$592.380 mil em recursos de financiamentos de longo prazo.

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento no período de janeiro a setembro de 2008 totalizou R$895.980 mil, incluindo a amortização de R$700.605 mil de financiamentos e o pagamento de R$432.593 mil em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado por R$237.218 mil em recursos de financiamentos de longo prazo.

Período findo em 31 de dezembro de 2008 comparado a 31 de dezembro de 2007

Liquidez e Recursos de Capital

O negócio da Garantidora é de capital intensivo. Historicamente, a Garantidora tem necessidade de capital para financiar a construção de novas instalações de geração e a expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição já existentes. As exigências de liquidez da Garantidora também são afetadas por sua política de dividendos. A Garantidora financia sua liquidez e necessidades de capital principalmente pelo caixa gerado por operações e, também, com recursos provenientes de financiamento. A Garantidora acredita que nossas atuais reservas de caixa, geradas por operações e recursos previstos provenientes de financiamentos, serão suficientes durante os próximos 12 meses para atender suas necessidades de liquidez.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes a caixa em 31 de dezembro de 2008 totalizaram R$2.283.937 mil, em comparação com R$2.066.219 mil em 31 de dezembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2008, nem o caixa da Garantidora, nem seus equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o real.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado por atividades operacionais em 2008 e 2007 totalizou R$2.967.671 mil, R$3.208.123 mil, respectivamente. A redução de 7,50% no caixa gerado por atividades operacionais em 2008 em comparação com 2007 deveu-se, principalmente, ao menor recebimento líquido de ativos regulatórios no exercício de 2008. As despesas e receitas significativas que afetam lucros incluíram despesa de depreciação e reconhecimento de ativos e passivos regulatórios diferidos e imposto de renda diferido.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades de Investimento

O caixa líquido empregado em atividades de investimento em 2008 e 2007 totalizou, respectivamente, R$1.353.307 mil e R$1.184.670 mil, em decorrência, sobretudo, da aquisição de ativos fixos e da modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes. Os gastos de capital para aquisição de ativos fixos totalizaram R$1.399.847 mil e R$1.392.868 mil em 2008 e 2007, respectivamente.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento durante 2008 totalizou R$1.396.646 mil, incluindo a amortização de R$893.293 mil de financiamentos de longo prazo e o pagamento de R$864.846 mil em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado por R$361.493 mil em recursos de financiamentos de longo prazo.

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento durante 2007 totalizou R$1.359.281 mil, incluindo a amortização de R$1.855.095 mil de financiamentos e o pagamento de R$1.360.096 mil em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado por R$1.055.910 mil e R$800.000 mil em recursos de financiamentos de longo prazo e empréstimos de curto prazo, respectivamente.

Período findo em 31 de dezembro de 2007 comparado a 31de dezembro de 2006

Liquidez e Recursos de Capital

O negócio da Garantidora é de capital intensivo. Historicamente, a Garantidora tem necessidade de capital para financiar a construção de novas instalações de geração e a expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição já existentes. As exigências de liquidez da Garantidora também são afetadas por sua política de dividendos. A Garantidora financia sua liquidez e necessidades de capital principalmente pelo caixa gerado por operações e, também, com recursos provenientes de financiamento. A Garantidora acredita que suas atuais reservas de caixa, geradas por operações e recursos previstos provenientes de financiamentos, serão suficientes durante os próximos 12 meses para atender suas necessidades de liquidez.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes a caixa em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R$2.066.219 mil, em comparação com R$1.402.047 mil em 31 de dezembro de 2006. Em 31 de dezembro de 2007, nem o caixa da Garantidora, nem seus equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o real.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado por atividades operacionais em 2007 e 2006 totalizou R$ 3.208.123 mil e R$2.185.085 mil, respectivamente. O aumento de 46,82% no caixa gerado por atividades operacionais em 2007 em comparação com 2006 deveu-se, principalmente, ao aumento dos valores recebidos em 2007 e maior valor em tributos pagos por ganhos em 2006. As despesas e receitas significativas que afetam lucros incluíram despesa de depreciação e reconhecimento de ativos e passivos regulatórios diferidos, efeitos de correção monetária e variações de taxa de câmbio e imposto de renda diferido.

Fluxo de caixa proveniente de atividades de investimento

O caixa líquido empregado em atividades de investimento em 2007 e 2006 totalizou, respectivamente, R$1.184.670 mil e R$1.719.799 mil, em decorrência, sobretudo, da aquisição de ativos fixos e da modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes, assim como a aquisição de uma participação acionária na Light e diversas companhias de transmissão em 2006. Um ganho sobre a venda da WAY TV foi reconhecido em 2007, no valor de R$49.234 mil e investimentos em controladas foram de R$108.933 mil e R$552.681 mil em 2007 e 2006, respectivamente. Os gastos de capital para aquisição de ativos fixos totalizaram R$ 1.392.868 mil e R$1.469.762 mil em 2007 e 2006, respectivamente.

Fluxo de caixa proveniente de atividades de financiamento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento durante 2007 totalizou R$1.359.281 mil, incluindo a amortização de R$1.855.095 mil de financiamentos e o pagamento de R$1.360.096 mil em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado por R$1.055.910 mil e R$800.000 mil em recursos de financiamentos de longo prazo e empréstimos de curto prazo, respectivamente.

O caixa líquido utilizado por atividades de financiamento em 2006 totalizou R$532.304 mil, composto da amortização de R$1.926.540 mil em financiamento de longo prazo denominado em reais e moeda estrangeira e o pagamento de R$2.071.666 mil em dividendos e juros sobre o capital parcialmente compensado por R$2.265.902 mil e R$1.200.000 mil em recursos de financiamentos de longo prazo e empréstimos de curto prazo, respectivamente.

O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

GERAL

O sistema brasileiro de geração e transmissão de energia elétrica é um sistema hidrelétrico e termelétrico de larga escala, composto predominantemente por usinas hidrelétricas detidas por diversos proprietários. A rede brasileira é formada por empresas das regiões sul, sudeste, centro-oeste, nordeste e parte da região norte do Brasil. Somente 3,5% da capacidade de geração de energia do Brasil estão alocados fora da Rede Brasileira, em pequenos sistemas isolados localizados, em sua maioria, na região Amazônica. Os abundantes recursos hidrológicos do Brasil são administrados por meio de reservatórios. Estima-se que o Brasil apresente potencial de geração de energia hidrelétrica próxima de 246.695 MW, dos quais apenas 30% foram aproveitados de acordo com a EPE, e a Eletrobrás.

O Brasil possui uma capacidade instalada no SIN de 92,40 GW, da qual aproximadamente 84% é hidrelétrica. Essa capacidade instalada inclui metade da capacidade instalada de Itaipu – um total de 14.000 MW detida em partes iguais pelo Brasil e pelo Paraguai. No Brasil, há aproximadamente 900 linhas de transmissão, que somam 89.200 km, com voltagens iguais ou superiores a 230 kV.

Em 2009, o MME aprovou um plano de expansão de dez anos de acordo com o qual a capacidade total de geração de energia instalada do Brasil está projetada para aumentar de 102.082 MW em 2008 para 154.645 MW até 2017, dos quais 109.767 MW (70%) está projetada para ser hidrelétrica, 31,553 MW (20%) para ser termoelétrica e 13.326 MW (7%) para ser fontes alternativas.

Aproximadamente 38% da capacidade de geração instalada e 56% das linhas de transmissão de alta tensão do Brasil são operadas pela Eletrobrás, sociedade controlada pelo Governo Federal. A Eletrobrás tem historicamente sido responsável pela implementação de programas de política energética, de preservação e gerenciamento ambiental. As redes de transmissão de alta tensão restantes são detidas por companhias elétricas estatais ou locais. A atividade de distribuição é conduzida por aproximadamente 60 concessionárias estaduais ou municipais que foram, em sua maioria, privatizadas pelo Governo Federal ou por governos estaduais. Além disso, alguns estados brasileiros controlam empresas envolvidas na geração, transmissão e distribuição de energia. É o caso da própria CEMIG, da CESP e da COPEL.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS

A Constituição Brasileira prevê que o desenvolvimento, a exploração e comercialização de energia poderão ser realizados diretamente pelo Governo Federal ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor energético brasileiro tem sido dominado por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelo Governo Federal e por governos estaduais. Desde 1995, o Governo Federal tomou diversas medidas para reestruturar o setor elétrico. De modo geral, essas medidas visavam o aumento do papel do investimento privado e a eliminação das restrições a investimentos estrangeiros, para, desta forma, ampliar a concorrência no setor energético.

Em particular, o Governo Federal adotou as seguintes medidas:

- A Constituição Federal foi alterada por uma emenda em 1995 para autorizar investimentos estrangeiros no setor de geração de energia. Antes desta emenda, todas as concessões de geração eram detidas por pessoas físicas brasileiras ou pessoas jurídicas controladas por pessoas físicas brasileiras ou pelo Governo Federal ou governos estaduais.

- O Governo Federal promulgou em 13 de fevereiro de 1995, a Lei n° 8.987, ou a Lei de Concessões, e em 7 de julho de 1995, a Lei n° 9.074, ou a Lei do Setor Elétrico, ou a Lei de Concessões de Energia, que juntas:

    - exigiu que todas as concessões para prestação de serviços relacionados a energia sejam outorgadas por meio de processos de licitação pública;

- gradualmente permitiu que certos consumidores de energia elétrica com demanda significativa (em geral superior a 3 MW), designados consumidores livres, adquirissem energia diretamente de fornecedores detentores de concessão, permissão ou autorização;

- previu a criação de sociedades de geração, ou PIE, que, por meio de concessão, permissão ou autorização, podem gerar e vender, toda ou parte, a sua energia a Consumidores Livres, concessionárias de distribuição e agentes de comercialização, dentre outros;

- concedeu aos Consumidores Livres e aos fornecedores de energia elétrica pleno acesso a todos os sistemas de distribuição e transmissão; e

- eliminou a necessidade de outorga de concessão para a construção e operação de projetos de energia com capacidade entre 1 MW a 30 MW, ou PCHs.

A partir de 1995, uma parcela das participações de controle detidas pela Eletrobrás e por vários estados em empresas de geração e distribuição de energia foi vendida a investidores privados. Simultaneamente, certos governos estaduais também venderam suas participações em companhias de distribuição de grande porte. Enquanto a maioria das empresas de distribuição foi privatizada, a maior parte da capacidade de geração ainda é controlada pela Eletrobrás, por meio das suas subsidiárias Chesf, Eletronorte e Furnas.

O início das privatizações das elétricas aconteceu antes do novo modelo institucional do setor, inaugurado com a Lei 9.427, de dezembro de 1996, que instituiu a ANEEL e estipulou a forma de concorrência ou leilão para licitação da exploração dos potenciais hidráulicos.

Em 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.648, ou Lei do Setor Elétrico, para reformar a estrutura básica do setor de energia. A Lei do Setor Elétrico que introduziu a geração competitiva, com o valor da energia definido pelo mercado, a transmissão independente e de livre acesso, a comercialização livre e a expansão do parque como responsabilidade dos agentes, previu o seguinte:

- o estabelecimento de um órgão auto regulado, responsável pela operação do mercado de energia de curto prazo, ou MAE, o qual substituiu o sistema anterior de preços de geração regulados e contratos de fornecimento;

- a exigência de que as companhias de distribuição e geração celebrassem contratos de fornecimento de energia iniciais, ou contratos iniciais, geralmente com compromissos "*take or pay*", a preços e volumes aprovados pela ANEEL. A principal finalidade dos contratos iniciais era assegurar às companhias de distribuição acesso a um fornecimento de energia estável, a preços que garantissem taxa fixa de retorno às companhias de geração de eletricidade durante o período de transição levando ao estabelecimento de um mercado de energia livre e competitivo;

- a criação do ONS, uma entidade privada sem fins lucrativos responsável pelo gerenciamento operacional das atividades de geração e transmissão do sistema interligado nacional; e

- a instituição de leilões públicos para concessões relativas à construção e operação de usinas e de instalações de transmissão, sem prejuízo dos requisitos de participação em licitações exigidos pela Lei de Concessões e pela Lei do Setor Elétrico.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia, que durou até o fim de fevereiro 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíram:

- um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais adversamente afetadas, a saber as regiões sudeste, centro-oeste e nordeste do Brasil; e

- a criação da GCE, que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para consumo reduzido de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam a redução do consumo de energia.

Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o racionamento de energia em conseqüência de grandes aumentos no fornecimento (em virtude de um aumento significativo nos níveis dos reservatórios) e de uma redução moderada na demanda, e, dessa forma, o governo promulgou novas medidas em abril de 2002 que, entre outras coisas, determinou um reajuste tarifário extraordinário para compensar as perdas financeiras incorridas pelas fornecedoras de energia como resultado do racionamento obrigatório.

Em decorrência do encerramento das medidas de racionamento, o Governo Federal extinguiu a CGCE e criou a CGSE, como coordenadora das medidas de revitalização do setor elétrico. O Acordo Geral do Setor Elétrico foi criado para fornecer uma compensação pelos prejuízos relacionados ao racionamento em que empresas de geração e distribuição no Brasil incorreram, e para restaurar o equilíbrio econômico dos contratos de concessão. Uma RTE, aplicável aos consumidores finais, compensaria tanto as geradoras quanto as distribuidoras pelos prejuízos relacionados ao racionamento. A RTE também cobre prejuízos financeiros decorrentes dos custos que estão fora do controle da distribuidora, denominados custos da Parcela A, de janeiro de 2001 a outubro de 2001, bem como os prejuízos das geradoras incorridos em decorrência do pagamento dos custos de energia livre acima do preço médio dos contratos iniciais.

O governo, por meio do BNDES, lançou o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica em novembro de 2002, e o Programa de Apoio à Capitalização de Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica, ou Programa de Capitalização, em setembro de 2003, com o objetivo de oferecer apoio financeiro ao refinanciamento das dívidas das empresas de distribuição, para compensá-las pela perda de receitas resultante do Racionamento, da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano e dos atrasos na aplicação dos reajustes tarifários durante 2002.

Em abril de 2003, o Governo Federal, temendo que os aumentos tarifários pudessem contribuir para uma inflação generalizada no Brasil, decidiu atrasar o aumento das tarifas a que as companhias de distribuição faziam jus, nos termos das resoluções da ANEEL para recuperar a variação intra-anual dos custos da Parcela A. Em 11 de novembro de 2003, o Governo Federal implementou um programa emergencial destinado a compensar as companhias de distribuição pelos prejuízos incorridos em função da desconsideração da variação intra-anual dos custos da Parcela A quando dos reajustes tarifários anuais que ocorreram de abril de 2003 a abril de 2004. Este programa garantiu às empresas aplicáveis empréstimos do BNDES sob condições especiais.

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, em um esforço para reestruturar o setor elétrico, tendo como principal objetivo o de propiciar aos consumidores garantia de suprimento de energia, combinada com modicidade tarifária. Os instrumentos legais criam a EPE, a CCEE, o Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico. Outras mudanças são: o fortalecimento do mercado regulado, com as empresas distribuidoras passando a comprar energia em *pool* por meio de leilões; a licitação de novos empreendimentos de geração pelo menor preço para os consumidores; e atuação efetiva do Poder Público no planejamento do sistema e na definição de prioridade de novos empreendimentos. O novo modelo institui ainda dois ambientes para a celebração de contratos de compra e venda de energia, o ACR, do qual participam geradoras e distribuidoras, e o ACL para negociação entre geradoras, comercializadoras, importadores, exportadores e consumidores livres.

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal publicou o Decreto nº 5.163, o qual disciplina a comercialização de energia, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, bem como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Incluem-se aí normas relativas a procedimentos de leilão, a forma dos contratos de compra e venda de energia e os métodos de repasse dos custos aos consumidores finais.

CONCESSÕES

As empresas ou consórcios que desejarem construir ou operar instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil devem requerer ao MME ou à ANEEL, por delegação do MME, enquanto poder concedente, a outorga de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso. As concessões outorgam direitos para gerar, transmitir ou distribuir eletricidade em uma área específica, por um prazo específico. Este prazo é usualmente de 35 anos para novas concessões de geração e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição.

A prorrogação do prazo de concessão estará sempre subordinada ao interesse público e ao cumprimento das obrigações contratuais e regulamentares, emanadas pelo órgão regulador. O contrato de concessão estabelece que, não havendo a prorrogação, o advento do termo final do contrato opera, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusive critério, prorrogar o contrato até assunção de nova concessionária, o que será feito por meio de uma licitação.

A Lei do Setor Elétrico estabeleceu que as concessões para geração, transmissão e distribuição, contratadas a partir daquela data, poderão ter seus prazos de concessão prorrogados no máximo por igual período, a critério do poder concedente e nas condições estabelecidas no contrato de concessão.

Para as concessões de geração de energia elétrica em operação, a lei permitiu que ao fim do prazo contratual, o poder concedente poderia prorrogar o prazo dessas concessões por mais vinte anos, visando garantir a continuidade e a qualidade do atendimento aos consumidores a custos adequados.

Para as concessões e autorizações de geração de energia elétrica, cujas concessões foram outorgadas sem licitação, anteriormente à Constituição Federal, mas cujos empreendimentos houvessem sido iniciados até a edição da Lei de Concessões foi permitida a prorrogação dessas concessões pelo prazo necessário à amortização dos investimentos, limitada a 35 anos.

Toda concessão fica submetida às normas de natureza regulamentar, que disciplinam o modo e a forma de prestação dos serviços bem como às de ordem contratual, que fixam as demais condições econômicas, inclusive a de remuneração.

A Lei de Concessões identifica, entre outros assuntos, as condições que a concessionária deverá atender ao prestar serviços de energia elétrica, os direitos dos consumidores e as obrigações da concessionária e do poder concedente. Ademais, a concessionária deverá observar os regulamentos em vigor que regem o setor elétrico. As principais disposições da Lei de Concessões estão resumidas a seguir:

Serviço Adequado

A concessionária deverá prestar serviço adequado para satisfazer, entre outros fatores, a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e modicidade das tarifas.

Política Tarifária

A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas na referida lei, no edital e no contrato. Os contratos de concessão deverão prever mecanismos de revisão das tarifas, de modo que se mantenha o equilíbrio econômico-financeiro.

Licitação

A concessão de serviço público será feita por meio de licitação com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório. A modalidade de licitação para a concessão é a concorrência ou, em certos casos, o leilão.

Encargos do Poder Concedente

O poder concedente tem a autoridade para: (i) inspecionar e fiscalizar; (ii) alterar unilateralmente as cláusulas regulamentares; (iii) extinguir a concessão antes de findo o prazo inicialmente estatuído; (iv) intervir; e (v) aplicar sanções ao concessionário inadimplente.

Uso de Terrenos

A concessionária poderá usar terrenos públicos ou solicitar que o poder concedente desaproprie terrenos privados necessários à prestação dos serviços em benefício da concessionária. Em tal caso, a concessionária deve indenizar os proprietários dos terrenos desapropriados.

Servidões

A concessionária poderá utilizar terrenos públicos ou solicitar que o poder concedente declare de utilidade pública os imóveis privados, de forma a beneficiar a concessionária. Neste caso, a concessionária deverá indenizar os proprietários afetados.

Responsabilidade Objetiva

A concessionária tem responsabilidade objetiva por todos os danos decorrentes da execução dos seus serviços causados a consumidores, a terceiros ou ao poder concedente.

Alterações na Participação da Controladora

O poder concedente deve aprovar previamente qualquer alteração direta ou indireta de participação controladora na concessionária.

Mudanças no Controle Societário

O poder concedente deverá aprovar previamente qualquer alteração direta ou indireta no controle societário da concessionária.

Intervenção pelo Poder Concedente

O poder concedente poderá intervir na concessão, mediante decreto presidencial, para assegurar a prestação adequada dos serviços pela concessionária, bem como a plena observância por ela das disposições contratuais, regulatórias e legais aplicáveis, na hipótese de descumprimento por parte da concessionária. Dentro de 30 dias a contar da data do decreto, o representante do poder concedente deverá instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, sempre assegurando à concessionária o direito ao devido processo legal. Durante o andamento do procedimento administrativo, uma pessoa nomeada pelo decreto ficará responsável por dar continuidade à concessão. Caso o procedimento administrativo não seja concluído dentro de 180 dias a contar da data do decreto, a intervenção será extinta e a concessão será devolvida à concessionária. Cessada a intervenção, e tendo o poder concedente concluído pela não extinção da concessão, a administração do serviço deverá ser devolvida à concessionária, momento esse em que o interventor prestará contas, respondendo pelo atos praticados durante a sua gestão.

Extinção da Concessão

O contrato de concessão poderá ser extinto: (i) pelo simples término do prazo contratual; (ii) encampação; caducidade; (iii) rescisão contratual; anulação; e (iv) falência ou extinção da empresa concessionária. A concessionária também poderá rescindir o contrato de concessão por iniciativa própria, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Encampação

A encampação é a retomada do serviço público pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, cujas razões são de ordem administrativa. Subsequentemente à encampação, a concessionária terá direito de receber indenização, a qual poderá ou não, ressarci-la adequadamente pelos investimentos por ela realizados em bens reversíveis que não tiverem sido integralmente amortizados ou depreciados até o momento da encampação.

Caducidade

A caducidade é a rescisão contratual da concessão ou permissão, por inadimplência do concessionário, por descumprimento de cláusulas contratuais ou de normas legais e regulamentares. A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente após a ANEEL ou o MME emitir decisão administrativa final no sentido de que a concessionária deixou de cumprir adequadamente suas obrigações previstas no contrato de concessão. A concessionária terá direito ao devido processo legal no procedimento administrativo que declarar a caducidade da concessão, podendo recorrer aos tribunais. A concessionária terá direito de receber indenização pelos investimentos por ela realizados em bens reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, após dedução de quaisquer valores correspondentes a multas e perdas e danos devidos pela concessionária.

Advento do Termo Contratual

Quando do advento do termo contratual da concessão, todos os bens, direitos e prerrogativas que estiverem substancialmente relacionados à prestação dos serviços de energia elétrica serão revertidos ao Governo Federal. Após o término do contrato, a concessionária tem o direito de receber indenização pelos investimentos por ela realizados em bens reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados até o momento do término contratual, líquido de obrigações especiais.

Penalidades

A Resolução nº 63 da ANEEL, publicada em 12 de maio de 2004, rege a imposição de sanções aos operadores do setor elétrico, define as condutas que configuram violação da lei e classifica as penalidades aplicáveis com base na natureza e gravidade da violação (incluindo advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de leilões para novas concessões, licenças ou autorizações e a caducidade). Dependendo da violação, as multas podem ser de até dois por cento do valor faturado pelas concessionárias, liquido dos impostos (ICMS e ISS), ou sobre o valor estimado da energia produzida, nos casos de autoprodução e produção independente, sempre correspondente ao período de 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Na fixação do valor das multas deverão ser consideradas a abrangência e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator e a existência de sanção anterior nos últimos quatro anos. A aplicação de advertência e/ou multa não prejudica a aplicação das demais penalidades, que poderão ser aplicadas, simultaneamente ou cumulativamente. Algumas das infrações que podem resultar em multas referem-se à omissão do operador em solicitar aprovação da ANEEL no caso de:

- Celebração de contratos com partes relacionadas nos casos previstos na regulamentação;
- Venda ou cessão de bens ou receitas relacionados aos serviços prestados, bem como imposição de quaisquer ônus (inclusive qualquer garantia real, fidejussória, caução, penhor e hipoteca) sobre eles ou quaisquer outros bens relacionados à concessão ou às receitas resultantes dos serviços elétricos; e
- Mudanças no controle societário do detentor da autorização ou concessão.

Para informações referentes aos contratos de concessão, ver *"Negócios da Emissora - Contratos de Concessão da Emissora Relativos à Geração de Energia Elétrica"* na página 227 deste Prospecto.

PRINCIPAIS AUTORIDADES

MME

O MME é o principal órgão regulador do Governo Federal, no que concerne ao setor elétrico. Após a aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, agindo principalmente por intermédio do MME, assumiu certos deveres que estavam anteriormente sob a responsabilidade da ANEEL, incluindo a elaboração de diretrizes que regem a outorga de concessões e a expedição de diretrizes que regem os leilões para concessões atinentes a serviços públicos e bens públicos.

ANEEL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, uma agência reguladora federal independente. Após a promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal função da ANEEL é regular e fiscalizar o setor elétrico, de acordo com a política determinada pelo MME e responder às questões que sejam delegadas a ela pelo Governo Federal e pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras:

- administrar as concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, incluindo a aprovação de tarifas de eletricidade;
- promulgar regulamentos para o setor elétrico;
- implementar e regulamentar a exploração de recursos energéticos, incluindo o uso de energia hidrelétrica;
- promover licitações para as novas concessões;
- resolver processos administrativos entre geradoras e compradores de energia elétrica; e
- definir critérios e metodologias para a determinação das tarifas de transmissão.

CNPE

Em agosto de 1997, o CNPE, foi criado para assessorar o presidente no que tange ao desenvolvimento e criação de uma política energética nacional. O CNPE é presidido pelo MME e a maioria dos seus membros são funcionários do Governo Federal. O CNPE foi criado para otimizar o uso dos recursos energéticos brasileiros e para garantir o suprimento de energia ao País.

ONS

O ONS foi criado em 1998 como entidade privada sem fins lucrativos, composta por Consumidores Livres e pelas empresas de energia que atuam no setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de outros agentes privados, tais como importadores e exportadores de energia elétrica. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico concedeu ao Governo Federal poder para nomear três diretores do ONS, inclusive o Diretor Geral. O principal papel do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão no sistema interligado nacional, observada a regulamentação e supervisão da ANEEL. Os objetivos e principais responsabilidades do ONS incluem, entre outros:

- planejamento e organização operacional, e despacho centralizado da geração, de modo a otimizar o funcionamento do sistema interligado nacional;
- supervisão e coordenação dos centros operacionais do sistema elétrico;
- supervisão e controle do sistema interligado nacional, dos sistemas energéticos e das interconexões internacionais;
- contratação e gerenciamento dos serviços de transmissão de energia elétrica e respectivas condições de acesso, assim como os serviços conexos;
- propositura à ANEEL da expansão e reforços das instalações da rede básica de transmissão; e
- submissão de normas para operação do sistema de transmissão para aprovação da ANEEL.

CCEE

Originalmente uma entidade auto-regulada, o órgão de mercado, a partir de 2002, passou a estar sujeito à autorização, supervisão e regulamentação da ANEEL. O MAE era responsável pela contabilização e pela liquidação das diferenças no mercado de energia de curto prazo entre seus agentes participantes.

Em 12 de agosto de 2004, o Governo editou um decreto estabelecendo a regulamentação aplicável à nova CCEE e, dessa forma, em 10 de novembro de 2004 o MAE foi sucedido pela CCEE e suas atividades e ativos foram absorvidos por esse novo órgão de mercado, atendendo às novas regras estabelecidas no âmbito da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

A CCEE é constituída de agentes de geração, distribuição e comercialização de energia e por consumidores livres, e seu conselho de administração é composto por quatro membros indicados por tais agentes e por um membro, o presidente, indicado pelo MME.

Um dos principais papéis da CCEE é a condução dos leilões públicos no Ambiente de Contração Regulada, tal como o leilão realizado em 7 de dezembro de 2004, incluindo o leilão de energia nova e energia existente. Adicionalmente, a CCEE é responsável, dentre outras coisas, pelo (i) registro dos volumes de todos os CCEAR e contratos resultantes do mercado livre, e (ii) a contabilização e a liquidação das negociações de curto prazo.

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o preço da energia comercializada no mercado de curto prazo, conhecido como o PLD, leva em conta fatores similares àqueles com base nos quais o MAE costumava determinar tais preços, antes do advento da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. Dentre estes fatores, a variação do PLD está ligada principalmente ao equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia no mercado, assim como ao impacto que qualquer variação desse equilíbrio poderá ter sobre o uso otimizado dos recursos energéticos pelo ONS.

EPE

Em 16 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou o decreto que criou a EPE, empresa estatal responsável pela condução de pesquisas estratégicas sobre o setor energético, incluindo, dentre outros, a energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes de energia renováveis. A EPE é responsável (i) pelo estudo de projeções da matriz energética brasileira, (ii) pela preparação e publicação do balanço energético nacional, (iii) pela identificação e quantificação das fontes de energia e (iv) pela obtenção das licenças ambientais necessárias para as novas concessionárias de geração. As pesquisas realizadas pela EPE são utilizadas para subsidiar o MME na formulação de políticas para o setor energético nacional. A EPE é também responsável pela aprovação da qualificação técnica de novos projetos de energia a serem incluídos nos leilões.

CMSE

O Decreto nº 5.175, de 9 de agosto de 2004, criou o CMSE, que atua sob a orientação do MME. O CMSE é responsável por monitorar e avaliar permanentemente a continuidade e segurança das condições de suprimento de energia elétrica e pela indicação das medidas necessárias para solucionar os problemas identificados.

O NOVO MODELO DO SETOR

Os principais objetivos do Novo Modelo do Setor Elétrico são garantir a segurança de suprimento e modicidade de tarifas. A fim de garantir o suprimento, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico exige que (i) as distribuidoras contratem a totalidade de sua carga e fiquem responsáveis pela realização de projeções realistas da necessidade de demanda; e (ii) a construção de novas usinas hidrelétricas e térmicas seja determinada da maneira que melhor equacione a garantia de suprimento e a modicidade de tarifas.

Para conseguir a modicidade de tarifas, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico exige que: (a) todas as compras de energia elétrica pelas distribuidoras deverão ser feitas por meio de leilão pelo critério da tarifa mais baixa; (b) a contratação seja realizada por meio do ACR, ou o sistema de "*Pool*"; e (c) a contratação de carga seja separada em dois tipos de operações, devendo ambos os tipos de operações sempre se dar por meio de leilão: (i) a contratação de energia elétrica das novas usinas, que objetivará expansão; e (ii) a contratação da energia elétrica das usinas existentes, que visará à demanda de energia elétrica existente.

O Novo Modelo do Setor Elétrico também criou dois ambientes para compra e venda de energia elétrica: (i) o ACR, ou o "*Pool*", para a compra por distribuidoras por meio de leilões públicos de toda a energia necessária para suprir seus consumidores; e (ii) o ACL, que abrange a compra de energia por entidades não reguladas (tais como Consumidores Livres e comercializadores de energia). As distribuidoras poderão operar apenas no ambiente regulado, enquanto as geradoras poderão operar em ambos os ambientes, mantendo suas características de competitividade.

A exigência de expansão do setor é avaliada pelo Governo Federal, por meio do MME. De modo a melhor organizar o setor de energia elétrica, duas agências foram criadas: (i) a EPE, empresa estatal responsável pela execução do planejamento de expansão de geração e transmissão; e (ii) a CCEE, uma empresa privada, sucessora do MAE, responsável pela contabilização e a liquidação financeira das operações realizadas no mercado de curto prazo. O CCEE também é responsável, por meio de delegação concedida pela ANEEL, por organizar e conduzir os leilões públicos de energia elétrica do "*Pool*", nos quais todos os distribuidores compram energia.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico elimina a auto-contratação, forçando as distribuidoras a comprar energia aos preços mais baixos disponíveis ao invés de comprar energia de partes relacionadas. O Novo Modelo do Setor Elétrico excetua também os contratos firmados antes da lei, a fim de propiciar estabilidade regulatória a transações realizadas antes de sua promulgação.

A energia decorrente de: (i) projetos de geração de baixa capacidade localizados próximos aos centros de consumo (tais como certas usinas de co-geração e as PCHs; (ii) usinas qualificadas nos termos do Proinfa, conforme definido abaixo; (iii) Itaipu; e (iv) contratos de compra e venda de energia assinados antes da entrada em vigor da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, não ficarão sujeitas a leilão para fornecimento de energia no "*Pool*". A energia gerada por Itaipu, localizada na fronteira do Brasil e do Paraguai, é comercializada pela Eletrobrás e pelo Governo Federal, por meio da ANEEL, e determina os volumes que serão obrigatoriamente comprados por cada concessionária de distribuição. As tarifas pelas quais a energia gerada por Itaipu é comercializada estão denominadas em dólares norte-americanos e são estabelecidas pela ANEEL, nos termos de tratado firmado entre o Brasil e o Paraguai. Em conseqüência disto, as tarifas de Itaipu aumentam ou diminuem em conformidade com a variação da taxa de câmbio Dólar dos Estados Unidos/Real. As alterações do preço da energia gerada pela Itaipu estão, contudo, sujeitas a um mecanismo de recuperação dos custos da Parcela A.

Contestação á Constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

O Novo Modelo do Setor Elétrico, instituído pela Medida Provisória nº 144, editada em 10 de dezembro de 2003 - posteriormente convertida pelo Congresso Nacional na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, teve sua constitucionalidade contestada perante o STF, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade, ajuizadas em dezembro de 2003 (ADIs nº 3090 e 3100) pelo Partido da Social Democracia Brasileira e Partido da Frente Liberal respectivamente.

Os autores das ações alegavam invalidade da Medida Provisória em face do disposto no artigo 246 da Constituição Federal, segundo o qual é proibida a adoção de medida provisória na regulamentação de dispositivo constitucional cuja redação tenha sido "alterada por meio de emenda promulgada entre 1º de janeiro de 1995 até a promulgação desta emenda" (Emenda 32, de 11 de setembro de 2001). Segundo a tese da ação, a Medida Provisória teria regulamentado o art. 176 §1º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 6, de 15 de agosto de 1995.

Em 11 de outubro de 2006, o STF julgou em medida liminar, por 7 votos a 4, que a edição da Medida Provisória 144 para reger o setor elétrico não confrontava com o artigo 246 da Constituição Federal. O entendimento do STF foi que o art. 176, §1º não foi substancialmente alterado quanto à possibilidade de concessões para exploração e aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e que a emenda à Constituição realizada não tinha por objetivo proibir o uso de MPs para regulamentar o setor elétrico.

Não obstante o julgamento da medida liminar considerar o novo modelo válido, não foi apreciado o mérito da ação e uma decisão final sobre o tema depende do voto favorável da maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão cujo *quorum* mínimo seja de 8 ministros (neste caso, com maioria qualificada de 6 ministros). Não existe ainda uma decisão sobre este mérito e, portanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua em vigor. Independentemente da decisão do STF, a Emissora acredita que certas disposições da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico relacionadas à proibição da prática de atividades não atinentes à distribuição de energia elétrica pelas distribuidoras, incluindo vendas de energia elétrica para consumidores livres, e a eliminação do direito à auto-contratação, continuem em vigor.

Se a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico for considerada inconstitucional pelo STF, o marco regulatório introduzido pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico poderá perder a sua eficácia, gerando incertezas a respeito de quando e como o Governo Federal introduzirá novas mudanças no setor elétrico**.**

Coexistência de Dois Ambientes de Contratação de Energia

Os negócios de compra e venda de energia são atualmente realizados em dois mercados: (i) o ACR, que inclui a contratação de energia elétrica pelas empresas de distribuição por meio de leilões para o atendimento a todo o seu mercado; e (ii) ACL, que inclui compras de energia por agentes não regulados tais como consumidores livres e comercializadores.

A energia gerada por: (i) projetos de geração de baixa capacidade localizados próximos aos pontos de consumo (tais como usinas de co-geração e pequenas centrais hidrelétricas); (ii) usinas qualificadas de acordo com o PROINFA; e (iii) Itaipu, não estarão sujeitos a processo de leilão para fornecimento de energia ao Ambiente de Contratação Regulada. A energia gerada por Itaipu é comercializada pela Eletrobrás e os volumes que devem ser comprados por cada concessionária de distribuição são estabelecidos por meio de cotas definidas pela ANEEL. A tarifa pela qual a energia gerada por Itaipu é comercializada é denominada em dólar norte-americano e estabelecida conforme tratado firmado entre Brasil e Paraguai. Como conseqüência, a tarifa de Itaipu aumenta ou diminui, em conformidade com a variação da taxa de dólar norte-americano/real. Alterações no preço da energia gerada por Itaipu estão, entretanto, sujeitas ao mecanismo de ressarcimento das variações dos custos da Parcela A, discutido abaixo em "Tarifas de Distribuição."

Desverticalização do Setor Elétrico

A Desverticalização no setor de energia elétrica é um processo aplicável às empresas que atuam de forma verticalmente integrada, tendo como objeto a segregação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e vem sendo implementada no Brasil desde 1995. Basicamente, o processo de desverticalização tem como objetivos: (i) evitar a existência de subsídios cruzados entre as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, isto é, evitar que as tarifas auferidas por uma das referidas atividades subsidiem qualquer das demais; e (ii) efetivar e estimular a competição no setor elétrico nos segmentos nos quais a competição é possível (geração e comercialização), bem como aprimorar o sistema de regulação dos segmentos nos quais há monopólio de rede (transmissão e distribuição).

A Lei do Novo Modelo de Setor Elétrico, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, determina que as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que atuem no SIN, não poderão desenvolver atividades: (i) de geração; (ii) de transmissão, (iii) de venda de energia a consumidores cuja carga seja igual ou maior que 3.000 kW que tenham exercido a opção de compra de energia elétrica, atendidos em qualquer tensão, conforme as condições previstas nos arts. 15 e 16, da Lei de Concessões de Energia; (iv) de participação em outras sociedades, direta ou indiretamente; ou (v) estranhas ao objeto social, exceto nos casos previstos em lei e nos respectivos contratos de concessão. Tais restrições não se aplicam: (i) ao fornecimento de energia a sistemas elétricos isolados; (ii) ao atendimento de seu próprio mercado desde que inferior a 500GWh/ano; e (iii) na captação, aplicação ou empréstimo destinados à própria distribuidora ou a sociedade do mesmo grupo econômico, mediante prévia anuência da ANEEL. As atividades estranhas aos serviços públicos de distribuição de energia elétrica desenvolvidas por concessionárias de acordo com os respectivos contratos de concessão deverão ser incluídas como fontes alternativas de receita da concessionária e os rendimentos advindos de tais atividades serão considerados para a determinação dos valores das tarifas aplicáveis, com vistas à modicidade tarifária dos serviços de energia elétrica.

Da mesma forma, as concessionárias e as autorizadas de geração que atuem no SIN não poderão ser coligadas ou controladoras de sociedades que desenvolvam atividades de distribuição de energia elétrica no SIN.

A CEMIG completou seu processo de Desverticalização em 2005. Para informações sobre o Processo de Desverticalização da CEMIG *vide* Seção *"Desverticalização"* na página 212 deste Prospecto.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA

No mercado regulado, as distribuidoras adquirem energia elétrica para seus consumidores cativos por meio de leilões regulados pela ANEEL e conduzidos pela CCEE.

As compras de energia se darão por meio de dois tipos de contratos bilaterais: (i) CQE e (ii) CDE. Nos termos dos CQE, a geradora compromete-se a fornecer certa quantidade de energia e assume o risco de que o fornecimento de energia possa ser prejudicado por condições hidrológicas e baixos níveis dos reservatórios, além de outras condições, que poderiam interromper o fornecimento de energia, caso em que a geradora ficará obrigada a comprar a energia de outra fonte, a fim de cumprir seus compromissos de fornecimento. Nos termos de CDE, a geradora compromete-se a disponibilizar certo volume de capacidade ao ACR. Neste caso, a receita da geradora fica garantida e o risco hidrológico é repassado às distribuidoras. Entretanto, quaisquer potenciais custos adicionais incorridos pelas distribuidoras são repassados aos consumidores. Em conjunto, esses contratos compreendem os contratos de compra de energia no ACR ou CCEAR.

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a estimativa da demanda das distribuidoras é o principal fator para determinar o volume de energia a ser contratado pelo sistema. Nos termos do novosistema, as distribuidoras são obrigadas a contratar 100% de suas necessidades de energia projetadas, em comparação aos 95% exigidos pelo regime anterior. O não atendimento da totalidade dos seus mercados pode resultar em multas para as distribuidoras. *vide* Seção *"Fatores de Risco – Riscos Relativos ao Setor de Energia Elétrica"* na página 46 deste Prospecto.

A regulamentação do Novo Modelo do Setor Elétrico estipula que as distribuidoras que contratarem menos que 100% de seu consumo cativo total poderão estar sujeitas a multas. Existem mecanismos para reduzir essa possibilidade, tal como a compra de energia de outras distribuidoras cuja quantidade adquirida de energia excedeu a demanda prevista, ou a compra de energia nos leilões que ocorrem ao longo do ano. Qualquer déficit em relação aos 100% do consumo cativo poderá ser adquirido ao preço do mercado de curto prazo e a concessionária estará sujeita a uma penalidade equivalente à multiplicação do déficit pelo valor de referência estabelecido pela ANEEL. Se uma distribuidora contratar mais do que 103% de seu consumo cativo, estará sujeita a um risco relacionado ao preço, caso venha a vender esta energia no mercado de curto prazo no futuro. Para mitigar este risco de preço, as distribuidoras podem reduzir seus contratos de compra nos leilões de "energia existente" em até 4% ao ano, assim como reduzir tais contratos devido à perda de consumidores que optaram por se tornar livres, sendo supridos diretamente por geradores. Qualquer sobra energética poderá ser negociada no mercado de curto prazo.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as concessionárias de distribuição de energia elétrica poderão repassar aos seus respectivos consumidores os custos relativos à compra de energia em leilões, limitados a um valor equivalente a 103% de sua carga anual verificada, assim como quaisquer tributos e encargos setoriais relacionados aos leilões.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE

No mercado livre, a comercialização de energia é negociada livremente entre as concessionárias de geração, os PIEs, autoprodutores, comercializadores de energia, importadores de energia e consumidores livres. O mercado livre também inclui os contratos bilaterais existentes entre as geradoras e as distribuidoras até seus vencimentos. Quando da expiração, tais contratos deverão ser celebrados nos termos das diretrizes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

O Consumidor Livre que tenha celebrado contrato com distribuidora por prazo indeterminado, só poderá adquirir energia de outros fornecedores um ano depois de declarar sua intenção de extinguir tal contrato, sendo que tal declaração deverá ser enviada à distribuidora, com antecedência mínima de quinze dias da data limite para a distribuidora indicar suas necessidades para o próximo leilão de energia, ressalvadas disposições em contrário contidas no contrato.

Além dos Consumidores Livres, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW poderão ser atendidos por outras distribuidoras além da companhia distribuidora local se optarem por energia gerada por fontes alternativas, tais como fonte eólica, biomassa ou PCHs.

Caso um consumidor tenha optado pelo mercado livre, apenas poderá voltar ao mercado regulado após notificar a sua distribuidora local com no mínimo cinco anos de antecedência, ficando estabelecido que a distribuidora poderá reduzir este prazo a seu exclusivo critério, exceto para consumidores especiais, que podem fazer uso de uma notificação de 180 dias de antecedência. Este prazo visa assegurar que, se necessário, o distribuidor possa comprar energia adicional a fim de suprir o reingresso dos Consumidores Livres no mercado regulado. Adicionalmente, as distribuidoras poderão também reduzir o seu montante de energia adquirida, de acordo com o volume de energia que elas não mais distribuirão aos Consumidores Livres. As geradoras estatais podem vender energia a Consumidores Livres, mas de maneira diversa do que ocorre com geradoras privadas, estão obrigadas a fazer isso por meio de leilão.

No passado, consumidores de alta tensão que adquiriam sua energia de distribuidoras no mercado regulado, o faziam a um preço subsidiado. Este subsídio, conhecido como "subsídio cruzado", foi gradualmente eliminado pela ANEEL, e foi totalmente extinto. Os consumidores potencialmente livres são obrigados por lei a celebrar contratos separados para a conexão e uso dos sistemas de transmissão ou distribuição e para a compra de energia.

Eliminação do self-dealing

Uma vez que a compra de energia para consumidores cativos será realizada no ACR, a contratação entre partes relacionadas (*self-dealing*), por meio da qual as distribuidoras podem atender até 30% de suas necessidades de energia por meio da energia adquirida de empresas afiliadas, não será mais permitida, exceto no contexto dos contratos que foram devidamente aprovados pela ANEEL antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Contratos Assinados Antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que contratos assinados por empresas de distribuição e aprovados pela ANEEL antes da edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não podem ser alterados em seus prazos, preços ou volumes já contratados, com exceção dos contratos iniciais, conforme descrito abaixo.

Durante o período de transição (1998-2005) para o mercado de energia livre e competitivo estabelecido pela legislação anterior, a compra e venda de energia entre concessionárias de geração e de distribuição ocorria por meio dos contratos iniciais. O objetivo do período de transição era permitir a introdução gradual da concorrência no setor e proteger os participantes do mercado contra a exposição aos preços do mercado de curto prazo, potencialmente voláteis. Durante esse período, os contratos iniciais foram reduzidos em 25% a cada ano, a partir de 2003, finalizando em 31 de dezembro de 2005.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as empresas de geração podem comercializar sua energia não contratada no ACR ou no ACL. Com o vencimento dos contratos iniciais no fim de 2005, toda a energia descontratada passou a ser negociada no ACR ou no ACL.

Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Em 30 de julho de 2004, o governo editou regulamentação relativa à compra e venda de energia no ACR e no ACL, assim como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Essa regulamentação inclui regras referentes aos leilões, aos contratos de comercialização de energia e ao método de repasse de custos aos consumidores finais.

A regulamentação determina que todos os agentes compradores de eletricidade devem contratar toda a demanda de energia necessária para o atendimento de 100% de seus mercados ou cargas de acordo com as diretrizes do novo modelo. Os agentes vendedores de energia devem fornecer suporte comprobatório (lastro) ligando a energia a ser vendida às instalações de geração de energia existentes ou planejadas. Os agentes que não cumprirem tais exigências estão sujeito às multas impostas pela ANEEL.

A partir de 2005, todas as empresas de distribuição passaram a ser obrigadas a notificar ao MME, até 1º de agosto de cada ano, a respeito de sua demanda estimada de energia para cada um dos cinco anos subseqüentes, para que o MME estabeleça o montante total de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Regulada. Além disso, as empresas de distribuição passaram a ser obrigadas a especificar a parte do montante que pretendem contratar para atender seus consumidores potencialmente livres.

A nova regulamentação determina que as empresas de distribuição de energia cumpram suas obrigações de fornecimento de energia basicamente por meio de leilões públicos. Além desses leilões, a empresa de distribuição compra compulsoriamente energia de: (i) projetos de geração de energia participantes do PROINFA; e (ii) Itaipu. Adicionalmente, a empresa pode ainda comprar energia de geração distribuída, ou seja, de empresas de geração ligadas diretamente à rede da empresa de distribuição.

Os Leilões de Energia Existente

Em 7 de dezembro de 2004, a CCEE realizou o primeiro leilão de energia existente com base nas condições estabelecidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

O leilão foi realizado em duas fases, por meio de um sistema eletrônico. Na primeira fase, as negociações ocorreram em rodadas múltiplas, em cada uma das quais os vendedores de energia ofereceram blocos de energia a um preço específico (preço vigente) a serem entregues dentro de um prazo proposto. Os tamanhos dos blocos de energia e seus respectivos prazos de entrega foram estabelecidos antecipadamente pelo MME. A primeira fase cessou quando nenhuma oferta para vender foi feita em uma rodada e os preços vigentes foram iguais ou inferiores aos preços de reserva (teto permitido pelo MME para a celebração dos contratos).

A segunda fase teve uma única rodada, em que os vendedores que fizeram ofertas válidas na primeira fase puderam fazer novas ofertas para cada bloco de energia.

Depois da conclusão do leilão de 2004, as empresas de distribuição e as vendedoras celebraram os CCEARs estabelecendo as condições, os preços e os montantes de energia contratados. As distribuidoras também foram obrigadas a apresentar garantias financeiras. De acordo com os termos do Contrato de Constituição de Garantia, as compradoras disponibilizarão recebíveis em um montante igual a 110% do montante médio das últimas três faturas do CCEAR.

Leilões Subsequentes

Os leilões de energia para novos projetos de geração serão realizados em: (i) cinco anos antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões "A-5"); e (ii) três anos antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões "A-3"). Haverá também leilões de energia de empreendimentos existentes de geração de energia: (i) realizados um ano antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões "A-1"); e (ii) realizados no máximo quatro meses antes da data da entrega (mencionados como "ajustes de mercado"). Os editais para os leilões serão preparados pela ANEEL, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo MME.

Cada empresa de geração vencedora nos leilões assinará um contrato de compra e venda de energia com cada empresa de distribuição, participante do mesmo. O montante de energia vendido pela geradora é dividido proporcionalmente pela quantidade demandada de cada distribuidora no referido leilão, obtendo-se desta forma o montante de energia vinculado a cada contrato. A única exceção a essas regras refere-se ao leilão de ajuste de mercado, em que os contratos serão entre empresas vendedoras específicas e empresas de distribuição. O CCEARs de ambos os leilões "A-5" e "A-3" terão prazo de vigência entre 15 e 30 anos, e o CCEAR dos leilões "A-1" terá uma duração entre 5 e 15 anos. Contratos resultantes dos leilões de ajuste do mercado serão limitados a uma duração de dois anos.

Em abril de 2005, foi realizado o segundo Leilão de Energia Existente. Foi vendido no Leilão um total de 1.325 MW médios, correspondentes a apenas 23% da energia inicialmente prevista pelo MME para 2008. Tal energia foi vendida a um preço médio de R$ 83,13/MWh. O prazo do contrato foi estipulado em 8 anos com suprimento iniciando em 01 de janeiro de 2008 e encerrando em 31 de dezembro de 2015.

Em outubro de 2005, foram realizados o terceiro e o quarto Leilões de Energia Existente com preços médios de R$ 63,0/MWh para entrega de energia entre 2006 e 2008 e R$ 95,0/MWh para entrega de energia entre 2009 e 2016. O primeiro com prazo de duração de 3 anos com suprimento de 01 de janeiro de 2006 à 31 de dezembro de 2008, e o segundo com prazo de duração de oito anos com suprimento de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2016.

Os resultados da compra de energia pela Emissora nos Leilões de Energia Existente promovidos pela CCEE encontram-se no quadro abaixo:

	Ano de início de fornecimento			
Resultados	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Emissora (Compra)				
Volume (MW médios)	530	919	0	105
Prazo (Anos)	8	8	0	8
Preço (R$/ MWh)	57,51	67,33	0	83,13

Fonte: Companhia

Em 16 de dezembro de 2005, foi realizado o primeiro Leilão de Energia Nova. O prazo de duração dos contratos é de 30 anos para energia hidráulica e de 15 anos para energia térmica. Os resultados da compra de energia pela Emissora no Leilão de energia nova podem ser vistos no quadro a seguir.

Ano	**2008**	**2009**	**2010**
Hidráulica			
Volume (MW médios)	4,5	3,2	92,0
Prazo do Contrato (anos)	30	30	30
Preço (R$/MWh)	106,95	113,89	114,83
Térmica			
Volume (MW médios)	35,3	58,8	89,0
Prazo do Contrato (anos)	15	15	15
Preço (R$/MWh)	132,26	129,26	121,81
Total			
Volume (MW médios)	39,8	62,0	181,0
Preço (R$/MWh)	127,15	127,77	117,11

Fonte: Companhia

O segundo Leilão de Energia Nova foi realizado no dia 29 de junho de 2006, sendo este um leilão A-3. Assim como no primeiro leilão, a duração dos contratos é de 30 anos para fontes hidráulicas e 15 anos para fontes térmicas. O quadro abaixo traz os resultados da compra de energia pela Emissora:

Ano	2009
Hidráulica	
Volume (MW médios)	60,4
Prazo do Contrato (anos)	30
Preço (R$/MWh)	126,77
Térmica	
Volume (MW médios)	38,43
Prazo do Contrato (anos)	15
Preço (R$/MWh)	132,39
Total	
Volume (MW médios)	98,83
Preço (R$/MWh)	128,13

Fonte: Companhia

Em outubro de 2006, ocorreu o terceiro Leilão de Energia Nova, sendo este um leilão A-5, para entrega a partir de 2011, sendo que a duração dos contratos é de 30 anos para fontes hidráulicas e 15 anos para fontes térmicas. O quadro abaixo traz os resultados da compra de energia pela Emissora:

Ano	2011
Hidráulica	
Volume (MW médios)	24,71
Prazo do Contrato (anos)	30
Preço (R$/MWh)	120,86
Térmica	
Volume (MW médios)	23,24
Prazo do Contrato (anos)	15
Preço (R$/MWh)	137,44
Total	
Volume (MW médios)	47,95
Preço (R$/MWh)	128,90

Fonte: Companhia

Em dezembro de 2006, ocorreu o quinto Leilão de Energia Existente, sendo fixado prazo de duração de 8 anos, com início de suprimento em janeiro de 2007. A Emissora não teve compra de energia nesse leilão.

Em junho de 2007, ocorreu o 1º Leilão de Fontes Alternativas, para entrega a partir de 2010, e duração dos contratos de 30 anos para fontes hidráulicas e 15 anos para fontes térmicas. Esse leilão foi regulamentado pelo Decreto 6.048, de 27 de fevereiro de 2007, tendo por objetivo ser um dos mecanismos para atendimento do mercado consumidor das concessionárias de distribuição. O quadro abaixo mostra o resultado da compra de energia pela Emissora nesse leilão:

Ano	2010
Hidráulica	
Volume (MW médios)	20,12
Prazo do Contrato (anos)	30
Preço (R$/MWh)	134,99
Térmica	
Volume (MW médios)	61,23
Prazo do Contrato (anos)	15

Ano	2010
Preço (R$/MWh)	138,85
Total	
Volume (MW médios)	81,35
Preço (R$/MWh)	137,32

Fonte: Companhia

Em julho de 2007 ocorreu o quarto Leilão de Energia Nova, sendo este um leilão A-3, para entrega a partir de 2010, com a duração dos contratos de 30 anos para fontes hidráulicas e 15 anos para fontes térmicas. O resultado desse leilão mostrou que apenas energia de fonte térmica foi comercializada. O quadro abaixo traz os resultados da compra de energia pela Emissora:

Ano	2010
Térmica	
Volume (MW médios)	431,17
Prazo do Contrato (anos)	15
Preço (R$/MWh)	134,67

Fonte: Companhia

Em setembro de 2007, no sexto Leilão de Ajustes, a Emissora comprou energia apenas para o ano de 2008 com as seguintes características:

Ano	2008
Térmica	
Volume (MW médios)	3,50
Prazo do Contrato (anos)	1
Preço (R$/MWh)	138,74

Fonte: Companhia

Em outubro de 2007 ocorreu o quinto Leilão de Energia Nova, sendo este um leilão A-5, para entrega de energia a partir de 2012, com duração dos contratos de 30 anos para fontes hidráulicas e 15 anos para fontes térmicas. O quadro abaixo traz os resultados da compra de energia pela Emissora:

Ano	2012
Hidráulica	
Volume (MW médios)	56,56
Prazo do Contrato (anos)	30
Preço (R$/MWh)	129,14
Térmica	
Volume (MW médios)	126,34
Prazo do Contrato (anos)	15
Preço (R$/MWh)	128,37
Total	
Volume (MW médios)	182,91
Preço (R$/MWh)	128,73

Fonte: Companhia

Em dezembro de 2007, no Leilão da UHE Santo Antônio, a ser construída no rio Madeira, Estado de Rondônia, a Emissora comprou energia de forma escalonada a partir do ano de 2013 e prazo de 30 anos, atingindo o valor máximo de recebimento a partir do ano de 2016 com as seguintes características:

Ano	2016
Volume (MW médios)	122,83
Prazo do Contrato (anos)	30 (a partir de 2013)
Preço (R$/MWh)	78,87

Fonte: Companhia

Em setembro de 2008, ocorreu o sexto Leilão de Energia Nova, sendo este um leilão A-3, para entrega de energia a partir de 2011, com duração dos contratos de 30 anos para fontes hidráulicas e 15 anos para fontes térmicas. O resultado desse leilão mostrou que apenas energia de fonte térmica foi comercializada. O quadro abaixo traz os resultados da compra de energia pela Emissora:

Ano	2011
Térmica	
Volume (MW médios)	63,89
Prazo do Contrato (anos)	15
Preço (R$/MWh)	128,42

Fonte: Companhia

Também em setembro de 2008 ocorreu o sétimo Leilão de Energia Nova, sendo este um leilão A-5, para entrega de energia a partir de 2013, com duração dos contratos de 30 anos para fontes hidráulicas e 15 anos para fontes térmicas. A Emissora não teve compra de energia nesse leilão.

Em fevereiro de 2009, no nono Leilão de Ajustes, a Emissora comprou energia apenas para o ano de 2009 em contratos com 4 meses (março a junho) e 9 meses (março a dezembro) de duração, com as seguintes características:

Ano	2009
Volume (MW médios)	140,52 (média ponderada anual)
Prazo do Contrato (meses)	4 e 9
Preço (R$/MWh)	145,77

Fonte: Companhia

Em agosto de 2009, ocorreu o oitavo Leilão de Energia Nova, sendo este um leilão A-3, para entrega de energia a partir de 2012, com duração dos contratos de 30 anos para fontes hidráulicas e 15 anos para fontes térmicas. A Emissora não teve compra de energia nesse leilão.

Em novembro de 2009, ocorreu o oitavo Leilão de Energia Existente, sendo este um leilão A-1, para entrega de energia a partir de 2010, com duração dos contratos de 5 anos para todas as fontes. A Emissora não teve compra de energia nesse leilão.

Redução do Nível de Energia Contratada

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regula a comercialização de energia elétrica nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, permite que as empresas de distribuição reduzam seus CCEARs: (i) para compensar a saída de Consumidores Potencialmente Livres do mercado regulado, de acordo com declaração específica entregue ao MME; (ii) em até 4,0% ao ano do volume inicial contratado, em razão de desvios nas estimativas de projeções de mercado, a critério das empresas de distribuição, com início dois anos após a declaração inicial da demanda de energia; e (iii) na hipótese de aumento no volume de energia adquirido nos termos dos contratos firmados antes de 17 de março de 2004. Tal redução somente pode ser efetivada com relação às CCEARs de usinas existentes.

As circunstâncias nas quais ocorrerá redução da energia contratada serão devidamente especificadas nos CCEARs, ficando sua efetivação a critério exclusivo da distribuidora, em conformidade com as disposições descritas acima e com a regulamentação da ANEEL.

Nos termos da regulamentação da ANEEL, a redução da energia contratada nos CCEARs de energia existente deverá ser precedida do MCSD, por meio do qual as distribuidoras que contrataram energia em excesso poderão ceder uma parte de seus CCEARs a distribuidoras que contrataram menos energia do que aquela necessária para atender a demanda de seus consumidores.

Limitação de Repasse

As regras estabelecem também limites para repasse dos custos com a compra de energia aos consumidores finais. O VR, que corresponde à média ponderada dos preços da energia nos leilões "A-5" e "A-3" calculado para todas as empresas de distribuição, cria um incentivo para empresas de distribuição contratarem suas necessidades de energia nos leilões "A-5" que, acredita-se, terão preços inferiores aos dos leilões "A-3". O VR será aplicado nos primeiros três anos dos contratos de comercialização de energia dos novos projetos de geração de energia. Do quarto ano em diante, os custos de aquisição da energia desses projetos serão integralmente repassados. O decreto estabelece as seguintes restrições na capacidade de empresas de distribuição de repassar os custos aos consumidores:

- não repasse dos custos referentes aos volumes que excedam 103% da carga anual de fornecimento;
- repasse limitado dos custos para compras de energia feitas em um leilão "A-3", se o volume da energia adquirida;
- exceder 2% da demanda verificada 2 anos antes (ou seja, em "A-5");
- repasse limitado dos custos de aquisição de energia de novos projetos de geração de energia se o volume recontratado por meio de CCEARs de instalações existentes de geração estiver abaixo do "Limite Inferior de Contratação" definido pelo Decreto Nº 5.163/04;
- de 2006 a 2009, compras de energia das instalações existentes no leilão "A-1" estão limitadas a 1% da demanda das empresas de distribuição. Se a energia adquirida no leilão "A-1" exceder este limite de 1%, o repasse de custos da parcela excedente aos consumidores finais está limitado a 70% do valor médio de tais custos de aquisição de energia gerada pelas instalações existentes de geração. O MME estabelecerá o preço máximo de aquisição para a energia gerada pelos projetos existentes;
- se as distribuidoras não cumprirem a obrigação de contratarem integralmente suas demandas, o repasse dos custos de energia adquirida no mercado de curto-prazo será equivalente ao menor valor entre o PLD;
- repasse limitado ao VR dos leilões de ajuste, sendo que o montante contratado não poderá exceder a 1% da carga total contratada; e
- repasse limitado ao VR da contratação de energia elétrica proveniente da geração distribuída, cujo montante contratado não poderá exceder a 10% da carga do agente de distribuição.

Índice para Repasse de Energia Fornecida por Itaipu

A ANEEL determina anualmente o Índice para Repasse de Energia Fornecida por Itaipu, em dólar norte-americano. Em dezembro de 2004, o índice para o exercício de 2005 foi estabelecido em um montante igual a US$19,2/kW, e em dezembro de 2005 o índice para o exercício de 2006 foi estabelecido em um montante igual a US$21,5/kW. Em dezembro de 2006, o índice para o exercício de 2007 foi estabelecido em um montante igual a US$23,7/kW. O índice para o exercício de 2008 foi estabelecido em um montante igual a US$23,0/kW. O índice para o exercício de 2009 foi estabelecido em um montante igual a US$25,0/kW.

LIMITAÇÕES À PARTICIPAÇÃO

Em 2000, a ANEEL estabeleceu novos limites à concentração de certos serviços e atividades no setor energético. De acordo com esses limites, com exceção de empresas que participam do Programa Nacional de Desestatização (que precisam apenas cumprir tais limites desde que sua reestruturação societária final seja consumada) nenhuma empresa de energia poderá: (i) deter mais de 20% da capacidade instalada do Brasil, 25% da capacidade instalada das regiões sul/sudeste/centro-oeste ou 35% da capacidade instalada das regiões norte/nordeste, exceto se tal porcentagem corresponder à capacidade instalada de uma única usina de geração; (ii) deter mais de 20% do mercado de distribuição do Brasil, 25% do mercado de distribuição das regiões sul/sudeste/centro-oeste ou 35% do mercado de distribuição das regiões norte/nordeste, exceto na hipótese de

um aumento na distribuição de energia excedendo as taxas de crescimento nacionais ou regionais; e (iii) deter mais de 20% do mercado de comercialização final do sistema elétrico nacional, 20% do mercado de comercialização intermediária do sistema elétrico nacional, ou 25% da soma das porcentagens de participação nas comercializações final e intermediária.

Adicionalmente, as distribuidoras do SIN, ou da Rede Brasileira, não podem: (i) desenvolver atividades relacionadas à geração ou transmissão de energia; (ii) vender energia a Consumidores Livres, exceto para aqueles localizados em sua área de concessão e sob as mesmas condições e tarifas praticadas com seus consumidores cativos no ACR; (iii) deter, direta ou indiretamente, qualquer participação em qualquer outra empresa, exceto participação em empresas criadas para captação, investimento e gerenciamento dos recursos necessários à distribuidora ou suas controladas, controladoras ou empresas ou sob controle comum; ou (iv) desenvolver atividades que não estejam relacionadas às suas respectivas concessões, ressalvadas aquelas previstas em lei ou no contrato de concessão pertinente.

Extinção da Auto-Contratação

Tendo em vista que a compra de energia para consumidores cativos será realizada por meio do ACR, a denominada auto-contratação, pelo qual as distribuidoras podiam atender a até 30% de suas necessidades por meio de energia adquirida de afiliadas, não é mais permitida, exceto no caso de contratos que tenham sido devidamente aprovados pela ANEEL antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As distribuidoras podem, contudo, realizar compras de suas afiliadas se participarem de leilões no ACR e a geradora que oferecer o preço mais baixo for uma afiliada.

Contratos firmados antes da Promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico prevê que os contratos firmados por distribuidoras e aprovados pela ANEEL antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não serão aditados para refletir qualquer prorrogação de seus prazos ou modificação dos preços ou volumes de energia já contratados.

CAPACIDADE DE GERAÇÃO

As Usinas Hidrelétricas geram, aproximadamente, 80% de toda a energia elétrica produzida no Brasil. O restante da produção é gerado por usinas termelétricas que utilizam gás natural, diesel, óleo combustível, carvão vegetal ou mineral, madeira, ou combustível nuclear. Com exceção de sistemas isolados da região Norte, as usinas termelétricas são usadas quando a produção hidrelétrica não consegue atender à demanda, devido à escassez de água no sistema ou em épocas de pico de demanda. Em razão de tal fato, a porcentagem da capacidade total instalada de usinas termelétricas é maior que a porcentagem de energia gerada.

REMUNERAÇÃO DAS GERADORAS

Ao contrário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, em geral, as concessionárias de geração não têm, em seus respectivos contratos de concessão, a fixação de tarifas, tampouco mecanismos de reajuste e revisão destas.

No âmbito dos contratos iniciais, as geradoras são remuneradas pelas tarifas fixadas entre estas e as respectivas distribuidoras, as quais são homologadas pela ANEEL. Já no âmbito dos contratos bilaterais, os preços são livremente negociados entre as partes.

No âmbito dos contratos bilaterais firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, os preços negociados entre as empresas geradoras e distribuidoras eram, geralmente, influenciados pela limitação ao repasse dos custos de aquisição de energia às tarifas cobradas pelas distribuidoras de seus consumidores finais. Assim, o repasse de energia adquirida por meio de contratos de fornecimento firmados antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico era influenciado por um valor estabelecido pela ANEEL, o chamado valor normativo.

Para os contratos celebrados sob a vigência da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a limitação ao repasse de custos pelas distribuidoras é baseada no VR, conforme descrito acima.

Essas limitações ao repasse pelas distribuidoras dos custos de aquisição de energia acabam limitando os preços de energia cobrados pelas geradoras, uma vez que estes não podem ser superiores ao Valor Normativo ou ao Valor Anual de Referência para serem competitivos e passíveis de aprovação pela ANEEL. Com a promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as geradoras somente poderão vender sua energia para as distribuidoras por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL e pela CCEE. Exceto quando o gerador é caracterizado como serviço público de geração, tal restrição não se aplica à venda de energia no Ambiente de Contratação Livre, onde as geradoras produtoras independentes de energia podem vender sua energia a preços livremente negociados.

TARIFAS PELO USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO

A ANEEL homologa tarifas pelo uso e acesso aos sistemas de distribuição e de transmissão. As tarifas são (i) "*wheeling fees*" (tarifas de distribuição, transmissão ou ambas), ou TUSD, e (ii) uma tarifa pelo uso do sistema de transmissão, compreendendo a Rede Básica e suas instalações auxiliares, ou TUST. Além disso, as empresas de distribuição do sistema interligado Sul/Sudeste pagam taxas específicas pela transmissão de eletricidade gerada em Itaipu. Nos últimos anos, o governo teve por meta a melhoria do sistema de transmissão nacional e, como resultado, algumas empresas de transmissão se envolveram em programas de expansão significativos, que foram custeados por aumentos nas tarifas de transmissão. O aumento nas tarifas de transmissão e taxas pagas pelas Concessionárias de Distribuição é repassado aos seus respectivos clientes por meio dos Reajustes de Tarifas Anuais. Abaixo é apresentado um resumo de cada tarifa ou taxa.

TUSD

Em regra, a TUSD paga por concessionárias de distribuição e geração e consumidores livres pelo uso do sistema de distribuição de uma empresa de distribuição à qual estão conectados, é reajustada anualmente de acordo com a variação de seus componentes. Atualmente, a TUSD é composta por duas parcelas. Uma denominada "TUSD encargos" cobrada com base no consumo de energia, e outra, a "TUSD fio" cobrada pela demanda contratada.

Entretanto, recentemente o Governo Federal editou o Decreto nº 5.597 ("Decreto 5.597/2005"), publicado em 29 de novembro de 2005, que concedeu aos consumidores atendidos em tensão igual ou superior a 230 kV o acesso à rede básica de transmissão de energia elétrica mediante construção das instalações necessárias para o acesso diretamente pelo próprio consumidor.

Em outras palavras, os consumidores livres foram autorizados a acessar diretamente a rede básica sem o intermédio de empresas de transmissão e distribuição. De acordo com o Decreto 5.597/2005, o acesso de consumidores pelo próprio consumidor será objeto de autorização a ser expedida pela ANEEL. A autorização da ANEEL apenas será concedida em casos de: (i) ligação de nova unidade consumidora não conectada anteriormente, desde que tecnicamente compatível com o nível de tensão igual ou superior a 230 Kv; e (ii) alteração da forma de conexão de unidade consumidora já atendida em tensão inferior a 230 kV, em decorrência de aumento de carga ou necessidade de melhoria de qualidade devidamente comprovada.

O pagamento da TUSD, bem como o de encargos e tributos como a RTE, que também deixarão de ser pagos pelos consumidores livres, recairá agora exclusivamente sob os consumidores cativos, que não têm a opção de se desvincular da rede.

Além de permitir o acesso à rede por meio de investimento próprio, o Decreto 5.597/2005 determina também que as instalações de transmissão para uso exclusivo de um consumidor ou de um agente poderão ser acessadas por outro agente ou consumidor interessado que atenda às condições legais e à regulação expedida pela ANEEL. Esta forma de acesso será ressarcida ao construtor da obra e remunerada ao agente de transmissão de acordo com regulação a ser expedida pela ANEEL.

Nos termos do Decreto 5.597/2005, parte de uso comum das instalações de transmissão acessada deverá ser doada sem ônus, à concessionária de transmissão que celebrou o contrato de conexão com o consumidor e passará a integrar a rede básica. No caso específico da CEMIG, todos os consumidores de 230kV já estavam ligados à Rede Básica, não trazendo o Decreto qualquer impacto para a Emissora.

TUST

A TUST é paga pelas empresas de geração e Consumidores Livres pelo uso da rede básica de transmissão a que estão ligados. É reajustada anualmente de acordo com o índice de inflação e a receita anual das empresas de transmissão. De acordo com os critérios estabelecidos pela ANEEL, aos proprietários de diferentes trechos da rede de transmissão foi requerida a transferência da coordenação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários do sistema de transmissão. Os usuários da rede, incluindo as empresas de geração, empresas de distribuição e Consumidores Livres, assinaram contratos com o ONS legitimando-os a utilizar a rede de transmissão em troca do pagamento da TUST. Outros trechos da rede que sejam de propriedade de empresas de transmissão, mas que não sejam considerados parte da rede de transmissão são disponibilizados diretamente aos usuários interessados mediante pagamento de tarifa específica.

Taxa de Transporte de Itaipu

A usina de Itaipu possui uma rede de transmissão exclusiva operada em corrente contínua e alternada, que não é considerada como parte da Rede Básica ou do sistema de conexão intermediário. O uso deste sistema é remunerado por uma taxa específica chamada de taxa de transporte de Itaipu, paga pelas empresas que compulsoriamente compram energia de Itaipu, proporcionalmente às respectivas cotas.

REMUNERAÇÃO DAS TRANSMISSORAS

As concessionárias de transmissão de energia elétrica são remuneradas com base na RAP, determinada pela ANEEL. A RAP corresponde ao pagamento recebido pelas concessionárias pela disponibilização de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica ou das Demais Instalações de Transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas ao valor homologado pelo Poder Concedente quando da outorga das respectivas concessões. Nos termos dos Contratos de Prestação dos Serviços de Transmissão celebrados pelas transmissoras, e com base na RAP, o ONS é responsável pelo cálculo dos valores devidos mensalmente às concessionárias de transmissão. Baseado nesse cálculo, e conforme os contratos celebrados individualmente com o ONS, os usuários do sistema de transmissão realizam os pagamentos mensais diretamente às concessionárias.

TARIFAS DE DISTRIBUIÇÃO

As tarifas de distribuição estão sujeitas à revisão anual por parte da ANEEL, que tem poderes para reajustar e revisar as tarifas em resposta a alterações dos custos de aquisição de energia e das condições de mercado. Ao reajustar as tarifas de distribuição, a ANEEL divide os custos das empresas de distribuição em: (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora, ou custos da Parcela A; e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora, ou custos da Parcela B. O reajuste de tarifas toma por base uma fórmula paramétrica, que leva em conta a divisão de custos entre as duas categorias.

Os custos da Parcela A incluem, dentre outros, os seguintes:

- Taxas Regulamentares (RGR, CCC, CDE, TFSEE e Proinfa);
- Os custos da eletricidade comprada para revenda (CCEARs, Energia de Itaipu, PROINFA e contratos bilaterais); e
- Taxas de transmissão (TUST, TUSD, Transporte de Eletricidade de Itaipu, Uso das Instalações de Conexão e ONS).

O repasse do custo de aquisição de energia elétrica sob contratos de fornecimento celebrados antes da vigência da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sujeito ao limite máximo baseado no valor normativo estabelecido pela ANEEL para cada fonte de energia (tais como energia hidrelétrica, termelétrica ou fontes alternativas de energia). O valor normativo aplicado aos contratos de fornecimento é reajustado anualmente para refletir aumentos nos custos incorridos pelas geradoras. Este reajuste leva em consideração: (i) a inflação; (ii) custos incorridos em moedas fortes; e (iii) custos relacionados a combustível (tal como o fornecimento de gás natural). Os custos incorridos em IGP-M deverão corresponder a, pelo menos, 25% do total de custos incorridos pelas geradoras.

Os custos da Parcela B são aqueles que estão sob o controle e incluem, dentre outros:

- retorno de investimentos relacionados à área de concessão e sua expansão;
- tributos sobre a receita;
- custos de depreciação; e
- custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

O contrato de concessão de cada empresa de distribuição prevê um reajuste tarifário anual. De modo geral, os custos da Parcela A são integralmente repassados aos consumidores. Os custos da Parcela B, contudo, são corrigidos monetariamente em conformidade com o Índice Geral de Preços do Mercado ou IGP-M, ajustados por um Fator X.

As empresas de distribuição de energia elétrica, conforme o contrato de concessão, também têm direito à revisão periódica das tarifas com intervalos que podem variar entre três e cinco anos (no caso da Emissora, a cada cinco anos). Nestas revisões (a) todos os custos da Parcela B são recalculados e (b) o fator X é calculado com base em três componentes: (i) Xc estabelecido a cada ano, é baseado na satisfação do cliente conforme pesquisa da ANEEL; (ii) Xa, também estabelecido a cada ano, é calculado considerando a diferença entre os índices de inflação IPC-A e o IGP-M multiplicada pelos custos totais com pessoal, material e serviços da Distribuidora (uma vez que esses aumentos se baseiam no IPC-A e os aumentos da Parcela B se baseiam no IGP-M); e (c) Xe, estabelecido a cada revisão periódica, é um fator baseado em ganhos de produtividade da concessionária devido ao crescimento de mercado.

O fator X é utilizado para reajustar a proporção da alteração do IGP-M, utilizado nos reajustes anuais. Por conseguinte, quando da conclusão de cada revisão periódica, a aplicação do fator X exige que as empresas de distribuição compartilhem seus ganhos de produtividade com os consumidores finais.

Adicionalmente, as concessionárias de distribuição de energia têm direito à revisão tarifária extraordinária, determinada caso a caso, para assegurar seu equilíbrio financeiro e compensá-las por custos imprevistos, incluindo impostos, que alterem de maneira significativa sua estrutura de custos.

Desde 2002, clientes de baixa renda têm-se beneficiado de uma tarifa especial estabelecida pelo governo por meio da ANEEL. Durante o ano de 2002, o déficit gerado pela aplicação desta tarifa especial foi financiado pela Eletrobrás com fundos da RGR. Em 2002, de acordo com o Decreto nº. 4.336/02, foi determinado que as empresas de distribuição seriam compensadas pela perda de receitas resultante da Tarifa Especial pelo Governo Federal com fundos derivados de dividendos pagos pela Eletrobrás e outras empresas estatais federais e do CDE. No caso da Emissora, a compensação dos valores referentes a janeiro de 2007 está temporariamente suspensa em função de questões operacionais. Tão logo tais questões forem solucionadas, a Emissora será devidamente ressarcida dos valores devidos.

TAXAS REGULATÓRIAS

Em determinadas circunstâncias, as empresas de energia são compensadas por ativos ainda não depreciados, usados na concessão caso a mesma seja revogada ou não renovada ao final do contrato de concessão. Em 1971, o Congresso Brasileiro criou a RGR, destinado a prover fundos para essa compensação. Em fevereiro de 1999, a ANEEL revisou a cobrança de uma taxa exigindo que todas as distribuidoras e determinadas geradoras que operam sob regimes de serviço público fizessem contribuições mensais à RGR a uma taxa anual equivalente a 2,5% dos ativos fixos da empresa em serviço, até um teto de 3% do total das receitas operacionais em cada ano. Nos últimos anos, o fundo RGR tem sido usado, principalmente, para financiar projetos de geração e distribuição. O fundo RGR está programado para ser suspenso até 2010, e a ANEEL está obrigada a revisar a tarifa de tal forma que o consumidor receba algum benefício pelo término da RGR.

O governo impôs uma taxa aos PIEs baseada em recursos hídricos, exceto por pequenas usinas hidrelétricas, similar à taxa cobrada de empresas do setor público em associação como RGR. PIEs são obrigados a fazer contribuições ao Fundo de Uso de Bem Público, ou fundo UBP, de acordo com as regras do processo de licitação pública correspondente para a outorga de concessões.

Empresas de distribuição, e empresas de geração que vendem diretamente a clientes finais, são obrigadas a contribuir para a Conta de Consumo de Combustível - CCC que foi criada em 1973 com o objetivo de gerar reservas financeiras para cobertura de custos de combustíveis associados ao aumento do uso de usinas de energia termoelétrica. As contribuições anuais são calculadas com base em estimativas do custo de combustível necessário para a geração de energia pelas usinas termelétricas no ano seguinte. A CCC é administrada pela Eletrobrás.

Em fevereiro de 1998, o governo estabeleceu a extinção da CCC. Estes subsídios tem sido gradualmente extintos durante um período de três anos a partir de 2003 para usinas de energia termoelétrica construídas até fevereiro de 1998 e atualmente pertencentes ao Sistema Elétrico Interligado Nacional. Usinas termoelétricas construídas depois daquela data não terão direito a subsídios da CCC. Em abril de 2002, o governo estabeleceu que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados por um período de 20 anos com o intuito de promover a geração de energia nestas regiões.

À exceção de algumas PCHs, todas as instalações hidrelétricas no Brasil devem pagar uma taxa a estados e municípios pelo uso de recursos hídricos, a Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos, ou COFURH, que foi introduzida em 1989. As taxas são determinadas com base no volume de energia gerado por cada empresa e são pagas aos estados e municípios onde a usina ou o reservatório da usina está localizado.

Em 2002, o governo instituiu a CDE, que é financiada por meio de pagamentos anuais feitos por concessionárias pelo uso de ativos públicos, penalidades e multas impostas pela ANEEL e, desde 2003, pelas taxas anuais pagas por agentes que oferecem energia a usuários finais, por meio de uma taxa a ser adicionada às tarifas pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Estas taxas são reajustadas anualmente. A CDE foi criada para dar suporte: (i) ao desenvolvimento da produção de energia em todo o país; (ii) à produção de energia por fontes alternativas; e (iii) à universalização de serviços de energia em todo o Brasil. A CDE permanecerá em vigor por 25 anos e é administrada pela Eletrobrás.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que a falta de pagamento da contribuição ao RGR, CDE, CCC, compensação financeira por utilização de recursos hídricos, ou de pagamentos devidos em virtude da compra de energia e no ACR ou de Itaipu impedirá que a parte inadimplente receba reajuste de tarifa (exceto a revisão extraordinária) ou receba recursos advindos do RGR, CDE ou CCC.

MECANISMOS DE REALOCAÇÃO DE ENERGIA

De acordo com as regras de comercialização em vigor, a proteção contra riscos hidrológicos para usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente é garantida por meio do MRE, que procura mitigar os riscos envolvidos, determinando que usinas hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do SIN. De acordo com a legislação em vigor, a receita da venda de energia por empresas de geração hidrelétrica não depende da energia gerada por estas, e sim da Energia Assegurada de cada usina que é determinada em cada ato autorizativo. Qualquer desequilíbrio entre a energia efetivamente gerada e a Energia Assegurada é coberto pelo MRE. A finalidade do MRE é a de mitigar riscos hidrológicos, garantindo que todas as usinas do MRE participem de modo proporcional às suas Energias Asseguradas. Em outras palavras, o MRE realoca a energia, transferindo (ou alocando) a energia excedente daquelas que geraram acima de suas Energias Asseguradas para aquelas que geraram abaixo de suas Energias Asseguradas. O despacho das usinas é determinado pelo ONS, que leva em conta a demanda de energia, as condições hidrológicas do sistema interligado nacional e as limitações da transmissão. O volume da energia efetivamente gerada por usina participante do MRE é precificado de acordo com uma tarifa denominada "Tarifa de Otimização de Energia", que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é contabilizada mensalmente para cada geradora.

RACIONAMENTO E RTE

A ocorrência de níveis pluviométricos abaixo da média nos anos anteriores a 2001 resultou em baixos níveis dos reservatórios, bem como em baixa capacidade hidrelétrica nas regiões sudeste, centro-oeste e nordeste. Um programa, conhecido como o Programa de Racionamento de Energia, que durou de junho de 2001 a fevereiro de 2002, foi planejado pela CGCE, para solucionar o problema e estabelecer os níveis normais para os reservatórios. Em decorrência do encerramento das medidas de racionamento, o Governo Federal extinguiu a CGCE e criou a CGSE, como coordenadora das medidas de revitalização do setor elétrico. O Acordo Geral do Setor Elétrico foi criado para fornecer uma compensação pelos prejuízos relacionados ao racionamento em que empresas de geração e distribuição no Brasil incorreram, e para restaurar o equilíbrio econômico dos contratos de concessão. Uma RTE, aplicável aos consumidores finais, compensaria tanto as geradoras quanto

as distribuidoras pelos prejuízos relacionados ao racionamento. A RTE também cobre prejuízos financeiros decorrentes dos custos que estão fora do controle da distribuidora, denominados custos da Parcela A, de janeiro de 2001 a outubro de 2001, bem como os prejuízos das geradoras incorridos em decorrência do pagamento dos custos de energia livre acima do preço médio dos Contratos Iniciais.

O BNDES, criou um programa especial para financiar 90% dos valores passíveis de recuperação por meio da RTE. Os empréstimos são amortizados ao longo do período de cobrança do aumento tarifário.

Em abril de 2003, o Governo Federal, temendo que os aumentos tarifários pudessem contribuir para uma inflação generalizada no Brasil, decidiu atrasar o aumento das tarifas a que as companhias de distribuição faziam jus, nos termos das resoluções da ANEEL para recuperar a variação intra-anual dos custos da Parcela A. Em 11 de novembro de 2003, o Governo Federal implementou um programa emergencial destinado a compensar as companhias de distribuição pelos prejuízos incorridos em função da desconsideração da variação intra-anual dos custos da Parcela A quando dos reajustes tarifários anuais que ocorreram de abril de 2003 a abril de 2004. Este programa garantiu às empresas aplicáveis empréstimos do BNDES sob condições especiais.

Racionamento nos Termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que, nos casos em que o Governo Federal decretar redução compulsória do consumo de energia em certa região, todos os contratos de quantidade de energia do mercado regulado registrados na CCEE em que a compradora estiver localizada terão seus volumes ajustados na mesma proporção da redução do consumo.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

As empresas detentoras de concessões, permissões e autorizações para distribuição, geração e transmissão de energia devem investir a cada ano um mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento. PCHs e projetos eólicos, de energia solar e de biomassa não estão sujeitos a esta exigência.

GESTÃO AMBIENTAL

A Lei de Crimes Ambientais, alterada pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 ("Decreto 3.179/99"), estabelece sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente. Nos termos da Lei de Crimes Ambientais, as pessoas físicas (incluindo, entre outros, no exercício de suas funções, os diretores, administradores e gerentes de pessoas jurídicas) e as pessoas jurídicas que pratiquem atos considerados crimes ambientais poderão sofrer penas de natureza criminal que abrangem, no primeiro caso, penas de multa, restritivas de direitos e privativas de liberdade, e, no segundo caso, penas de multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade.

Administrativamente, as sanções podem variar desde imposições de advertências e multas, até a suspensão parcial ou total de atividades, podendo também incluir a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público. A multa administrativa varia entre R$ 500 a R$ 50 milhões.

O COPAM é o órgão responsável pela formulação e execução da política ambiental no Estado de Minas Gerais. No histórico dos serviços prestados pelo órgão, cabe destacar seu importante papel na formulação e condução da política ambiental no Estado, por meio de um processo aberto à participação de representantes da sociedade civil.

O COPAM, criado em 1977 como Comissão de Política Ambiental, tem o seu histórico marcado pela inovação na forma de atuação dos conselhos governamentais, especialmente pelas suas características de órgão colegiado e pela participação de representantes de associações não governamentais como seus membros. Essas características inovaram a forma de organização de conselhos governamentais e a forma de elaboração de políticas públicas.

Sua existência é anterior à implantação do CONAMA, criado em 1981, que instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente. A estrutura de organização do COPAM, também adotada pelo CONAMA, consagrou o processo de formulação de políticas ambientais por meio da estrutura colegiada e composta por representantes governamentais e da sociedade civil.

Com a criação da SEMAD em 1995, o COPAM passou a ser a ela vinculado. Algumas das competências do COPAM são repassadas aos seguintes órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais:

- FEAM: responsável pelo controle das atividades industriais, mineradoras e de infra-estrutura;
- IEF: responsável pelo controle das atividades agrícolas, pecuárias e florestais; e
- Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM: responsável pela instrução de processo de outorga do direito de uso das águas.

Entre as competências de caráter deliberativo destacam-se a concessão de licença ambiental para atividades potencialmente poluidoras e o julgamento, em primeira instância, dos processos de infração tipificados como graves ou gravíssimos pelo não cumprimento da legislação ambiental. A sinergia entre as câmaras técnicas e o conselho completam as principais características da estrutura do COPAM.

Licenciamento Ambiental

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de obras que utilizem recursos ambientais e que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras e passíveis de causar degradação ambiental dependem de prévio licenciamento ambiental a ser concedido pelo respectivo órgão ambiental competente. A legislação federal que estabelece normas gerais sobre o licenciamento ambiental são: a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 ("Lei 6.938/81"), que trata da Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei de Crimes Ambientais, o Decreto 3.179/99 e Medida Provisória nº 1.710 de 1998 (atualmente Medida Provisória nº 2.163-41 de 23/08/01), Deliberações Normativas COPAM nº 17 de 17/12/96 e nº 23 de 21/10/97, Portaria Federal nº 28 de 31/10/2003 do IPHAN e Resolução CONAMA nº 6 de 16/09/87.

A base legal estadual para o licenciamento ambiental é a Lei 7.772, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 39.424, de 05 de fevereiro de 1998. Adicionalmente, a Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 09 de setembro de 2004, trouxe novas e complementares disposições sobre os temas a seguir:

- nova classificação de empreendimentos;
- novos parâmetros para enquadramento de porte do empreendimento;
- possibilidade de requerimento da autorização ambiental de funcionamento para empreendimentos de impacto ambiental não significativo;
- possibilidade de requerimento das licenças prévia e de instalação ao mesmo tempo para determinados empreendimentos; e
- ampliação do número de parcelas dos custos de análise.

No Estado de Minas Gerais, o licenciamento ambiental é exercido pelo COPAM, por intermédio das Câmaras Especializadas, no tocante às atividades industriais, mineradoras e de infra-estrutura e do IEF, no tocante às atividades agrícolas, pecuárias e florestais.

Neste contexto, o COPAM é responsável pela formulação de normas técnicas e padrões de qualidade ambiental, a autorização para implantação e operação de atividades potencialmente poluidoras e a aprovação das normas e diretrizes para o Sistema Estadual de Licenciamento Ambiental.

Para fins de licenciamento ambiental, os empreendimentos são classificados em seis classes. Aqueles listados nas classes 1 e 2, considerados como de pequeno porte e pequeno potencial poluidor, estão sujeitos à obtenção de Autorização Ambiental de Funcionamento, que é um processo mais simples de licenciamento. Os demais empreendimentos devem ser licenciados pelo processo de licenciamento ambiental que se constitui de três etapas, nas quais o órgão ambiental emite as seguintes licenças:

- *Licença Prévia*: solicitada durante a fase preliminar de planejamento do projeto e contém requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização, instalação e operação do empreendimento, observadas as normas de uso e ocupação do solo.

- *Licença de Instalação*: solicitada na fase preliminar de implantação do empreendimento e tem por objetivo analisar o projeto das obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais.

- *Licença de Operação*: solicitada na fase de início da operação do empreendimento, visa autorizar o início da atividade licenciada e funcionamento dos sistemas de controle ambiental descritos durante o processo de licenciamento. A validade da licença de operação é condicionada ao cumprimento das exigências estabelecidas pelo órgão ambiental.

A Autorização Ambiental de Funcionamento, vale mencionar, é emitida após a realização do cadastro na COPAM/FEAM, e destina-se a autorizar o funcionamento de empreendimentos de pequeno porte, com pequeno ou médio impacto ambiental. Deve ser solicitada na fase de início das operações do empreendimento. Quase 90% dos empreendimentos da Emissora, passíveis de licenciamento ambiental, são objetos deste tipo de autorização.

TAC

Os TACs estão previstos na Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, lei da ação civil pública, e também na Lei de Crimes Ambientais. Os TACs podem ser firmados pelos órgãos públicos legitimados a proporem ações civis públicas, que incluem o Ministério Público e os órgãos estaduais e federal de controle ambiental, tendo por objeto o ajuste da conduta daquele que pratica atividade lesiva ao meio ambiente, mediante cominações.

O TAC pode ser firmado no curso de uma investigação civil conduzida pelo Ministério Público, no curso de um processo administrativo, diretamente com o órgão de controle ambiental (a FEAM, por exemplo), ou ainda no curso de uma ação civil pública, hipótese na qual, após homologado, constituirá um título executivo judicial. Nas outras hipóteses, o TAC tem eficácia de título executivo extrajudicial, podendo o interessado, portanto, ser compelido judicialmente a cumprir com o compromisso assumido, diretamente, sem prévia ação de conhecimento do direito.

É comum serem impostas multas cominatórias para o caso de descumprimento de compromisso assumido. No entanto, as multas não são imprescindíveis para a conclusão do acordo, podendo tal acordo prever apenas obrigações de fazer. Nas ações de execução baseadas em TACs, poderá ser determinado o pagamento de multa diária para o cumprimento das obrigações de fazer estabelecidas, mesmo que o termo em si não tenha previsto multa cominatória, ou também poderá ser determinada a majoração de eventual multa já prevista, considerada como insuficiente para forçar o cumprimento da obrigação.

Crimes Ambientais

A Lei de Crimes Ambientais prevê a responsabilidade criminal da pessoa jurídica que comete crime ambiental, sem exclusão das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato. Nos termos da referida lei, a pessoa jurídica está sujeita às seguintes penalidades criminais: (i) multa; (ii) restritiva de direitos; e (iii) prestação de serviços à comunidade.

As penas restritivas de direito da pessoa jurídica podem abranger a suspensão parcial ou total da atividade, a interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, e a proibição de contratar com o poder público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Por sua vez, a definição do valor da multa segue os critérios estabelecidos no Código Penal, segundo o qual a multa poderá variar entre dez e 360 dias-multa. O dia-multa é fixado pelo juiz, não podendo ser inferior a um trigésimo do salário mínimo vigente à época do fato, nem superior a cinco vezes esse salário. Sendo ineficaz o valor estabelecido, a lei ambiental autoriza que a multa seja aumentada em até três vezes do valor estabelecido.

DESVERTICALIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

A desverticalização no setor de energia elétrica, implementada no Brasil desde 1995, envolveu todas as empresas do setor que atuavam de forma verticalmente integrada e teve como objeto a segregação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O processo de desverticalização teve como objetivos: (i) evitar a existência de subsídios cruzados entre as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, isto é, evitar que as receitas auferidas por uma de referidas atividades subsidiassem qualquer das demais atividades; e (ii) efetivar e estimular a competição no setor elétrico nos segmentos nos quais a competição seria possível (geração e comercialização), bem como aprimorar o sistema de regulação dos segmentos nos quais havia monopólio de rede (transmissão e distribuição). O advento da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu a exigência legal de separação das atividades de distribuição das atividades de geração e transmissão e fixou prazos para que as empresas afetadas cumprissem com esta determinação.

Para informações sobre a desverticalização das empresas do Setor Elétrico *vide* Seção "*O Setor de Energia Elétrica no Brasil*" na página 186 deste Prospecto.

A DESVERTICALIZAÇÃO DA CEMIG

Os contratos de concessão de distribuição, geração e transmissão outorgados à CEMIG em 1997 continham a obrigação da implementação da Desverticalização, exigindo que a CEMIG separasse suas operações de geração, transmissão e distribuição em empresas distintas.

De acordo com esses contratos, a reestruturação deveria ter sido completada até 31 de dezembro de 2000, o que efetivamente não ocorreu. Em razão desse atraso, no início de 2001 a ANEEL impôs uma multa de R$ 3,7 milhões à CEMIG, que foi contestada, tendo a CEMIG obtido, não somente seu cancelamento pela ANEEL, como também um novo prazo para implementar a reestruturação, qual seja, 21 de setembro de 2002. Tendo em vista que esse prazo para reestruturação também não foi respeitado, a ANEEL, em 11 de novembro de 2002, impôs outra multa à CEMIG, no valor de R$ 5,5 milhões. A CEMIG apresentou, em 28 de novembro de 2002, recurso com efeito suspensivo questionando a aplicação dessa penalidade, o qual não foi acatado pela ANEEL. Em 02 de abril de 2003, a CEMIG recorreu da decisão e, em 22 de fevereiro de 2005, considerando a Desverticalização da CEMIG implementada conforme as disposições da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico Brasileiro, a ANEEL reduziu a referida multa para R$ 2,7 milhões. Por fim, em 04 de março de 2005 a CEMIG apresentou novo recurso, o qual foi apreciado pela diretoria da ANEEL, porém sem ter sido objeto de decisão, tendo em vista aparentes impropriedades na condução do processo na Agência. Exaurida a esfera administrativa, em 07 de julho de 2006 foi publicado no D.O.U o Despacho ANEEL nº 1408, de 03 de julho de 2006, conhecendo e dando provimento parcial ao recurso interposto pela CEMIG, determinando a retificação da penalidade estipulada pelo Auto de Infração AI nº 007/2002-SFF/ANEEL para R$ 2,7 milhões, com as cabíveis atualizações legais, e a anulação do Despacho nº 218, de 22 de fevereiro de 2005. A CEMIG está discutindo judicialmente a aplicação da multa, tendo depositado em juízo o valor correspondente à penalidade.

Em março de 2004, a CEMIG deu início ao seu processo de reorganização societária, de forma a implementar a desverticalização de suas atividades, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. No âmbito do Estado de Minas Gerais, a Desverticalização foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 15.290, de 04 de agosto de 2004.

Ainda em setembro de 2004, a Emissora e a CEMIG D foram constituídas como subsidiárias integrais da CEMIG, para exercer atividades de geração e transmissão e de distribuição de energia elétrica, respectivamente, até então exercidas pela CEMIG nos termos de seus contratos de concessão.

Em 29 de outubro de 2004, a CEMIG enviou à ANEEL requerimento formal contendo a estrutura da reestruturação societária pretendida em razão da Desverticalização, a qual contemplava a transferência, à Emissora e à CEMIG D, das concessões para prestação de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica detidas pela CEMIG, conforme aplicável.

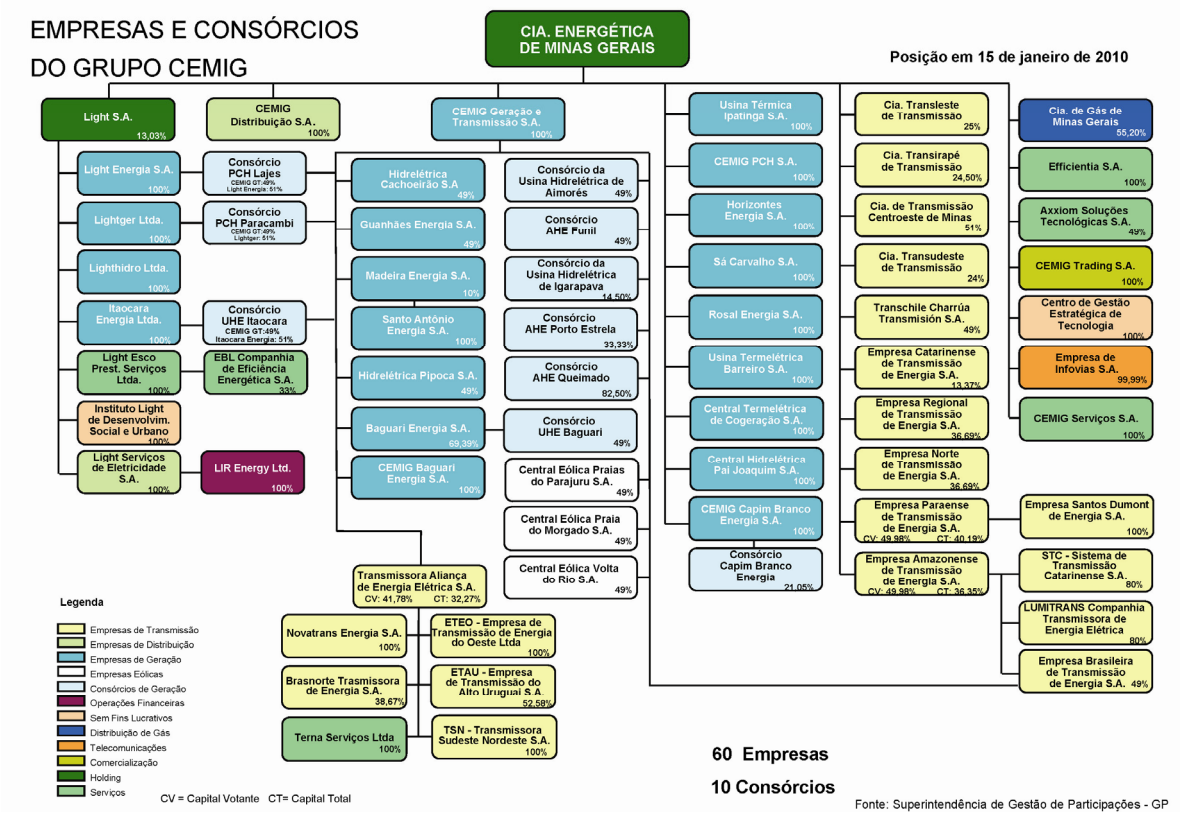
Por meio da Resolução Autorizativa nº 407, de 20 de dezembro de 2004, foi aprovada a estrutura da Desverticalização da CEMIG, com a transferência das concessões para prestação de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica da CEMIG à Emissora e à CEMIG D, conforme o caso. Posteriormente, por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2004, a CEMIG transferiu à Emissora e à CEMIG D, conforme o caso, todos os ativos de sua propriedade diretamente relacionados aos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além dos direitos e obrigações associados a tais atividades.

Em decorrência da Desverticalização, a Emissora passou a exercer as atividades diretamente exercidas pela CEMIG relacionadas à geração e transmissão de energia elétrica. Ademais, conforme informado acima, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG, relacionados às referidas atividades, foram transferidos pela CEMIG à Emissora e à CEMIG D, conforme o caso, juntamente com os demais direitos e obrigações decorrentes da prestação de tais serviços. Adicionalmente, algumas dívidas de financiamento da CEMIG foram também alocadas na Emissora e na CEMIG D, conforme aplicável.

Em 16 de setembro de 2005, a CEMIG, a Emissora e a ANEEL efetivaram a transferência da concessão de transmissão da CEMIG para a Emissora, por meio da assinatura de termo aditivo ao Contrato de Concessão para Transmissão nº 006/1997 e, em 02 de julho de 2008, formalizaram a assinatura do termo aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 079/2000. Em 22 de outubro de 2008, as mesmas partes formalizaram a assinatura do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 007/1997, efetivando a transferência das respectivas concessões de geração da CEMIG para a Emissora. As demais participações em geração foram transferidas da CEMIG para a Emissora por meio formalização de aditivos aos Contratos de Concessão de Geração nºs 008/1997 (Segundo Aditivo), 014/2000 (Segundo Aditivo), 101/2000 (Primeiro Aditivo) e 102/2000 (Primeiro Aditivo), todos assinados em 14 de dezembro de 2007.

ATUAL ESTRUTURA DO GRUPO CEMIG

Como consequência da Desverticalização, a Emissora é hoje subsidiária integral da CEMIG, que controla e centraliza todas as decisões do Grupo CEMIG, conforme demonstra a figura abaixo figura abaixo.



A gestão do conjunto de empresas da CEMIG é atualmente realizada pela CEMIG, como forma de se assegurar sinergia empresarial, garantir flexibilidade operacional e preservar a identidade e os princípios praticados pela CEMIG anteriormente.

Sendo assim, a CEMIG passou a exercer somente as funções diretamente relacionadas à sua condição de controladora, sem influenciar a autonomia da Emissora e da CEMIG D e suas respectivas concessões.

A segregação das atividades de distribuição das atividades de geração e transmissão envolveu a separação e alocação dos recursos necessários ao desenvolvimento de cada atividade na Emissora. No que diz respeito aos bens e recursos associados às atividades de apoio operacional, serviços auxiliares e serviços de assistência e capacitação, que compõem atividades de "*holding* e suporte", a CEMIG, a Emissora e a CEMIG D celebraram um Convênio de Cooperação, que tem por objeto, dentre outros, otimizar o aproveitamento de recursos financeiros e humanos utilizados nas atividades de "*holding* e suporte" das empresas, sem prejuízo da independência e autonomia de cada uma. O Convênio de Cooperação foi homologado pela ANEEL por meio do despacho nº 3.924-SFF/ANEEL, de 28 de outubro de 2008, com prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados a partir de 21 de maio de 2007.

Por meio do Convênio de Cooperação foi identificada a natureza das atividades realizadas por cada empresa, os empregados compartilhados, os bens que serão utilizados conjuntamente e a operacionalização do referido compartilhamento em termos de apuração de custos, as responsabilidades de cada empresa, prazo de duração, dentre outros.

A segregação das atividades de distribuição das atividades de geração e transmissão foi realizada com base nos seguintes princípios:

- alocação dos bens de forma proporcional à utilização demandada por cada concessão;

- alocação de recursos de operação e manutenção (pessoal, equipamentos e ferramentas, laboratórios e oficinas, veículos, etc.) em cada concessão de forma proporcional aos respectivos bens alocados;

- sujeição dos referidos bens e recursos alocados ao Convênio de Cooperação de forma a viabilizar o compartilhamento de recursos entre as empresas;

- responsabilidade de cada concessionária pelas despesas de operação, manutenção, ampliações, reformas e melhorias de seus respectivos bens; e

- transparência dos procedimentos contábeis utilizados para apuração e liquidação de custos, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

NEGÓCIOS DA EMISSORA

VISÃO GERAL

A Emissora é uma das maiores concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil, sendo a principal geradora e transmissora de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, o qual é o segundo maior mercado consumidor de energia do País por MW consumido, segundo informações da EPE, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilísticas e metalurgia. As atividades da Emissora compreendem a geração e transmissão de energia elétrica dentro e fora do Estado de Minas Gerais, sendo que sua principal base de operação está localizada nesse Estado.

A Emissora opera seus negócios de geração e transmissão de acordo com contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e que pertenciam diretamente à CEMIG (as atividades exercidas indiretamente pela CEMIG por meio de SPEs permaneceram com as próprias SPEs controladas pela CEMIG). No âmbito do processo de Desverticalização, referidos contratos foram devidamente aditados de forma a transferir as concessões de geração e transmissão de energia elétrica anteriormente detidas pela CEMIG para a Emissora. Para maiores informações sobre a Desverticalização da CEMIG, *vide* Seção "*Desverticalização*", na página 212 deste Prospecto.

De acordo com dados da ANEEL, em 30 de setembro de 2009, a Emissora foi considerada a sétima maior concessionária de geração de energia elétrica no Brasil, tendo em vista o total de capacidade instalada. As atividades de geração de energia elétrica da Companhia são atualmente desenvolvidas por meio de 45 usinas hidrelétricas, duas usinas termelétricas e duas usinas eólicas, dispondo de capacidade instalada total de geração de 6.324,8 MW, dos quais as usinas hidrelétricas responderam por 6.178,3 MW, as usinas termelétricas responderam por 131,4 MW e as usinas eólicas responderam por 15,1 MW. Seis das usinas hidrelétricas controladas pela Emissora responderam por aproximadamente 73% da capacidade total da Emissora de geração de energia elétrica instalada em 30 de setembro de 2009, conforme registros da Emissora.

Além das atividades de geração, a Emissora ainda se dedica ao negócio de transmissão de energia elétrica, que consiste no transporte de energia elétrica das instalações nas quais é gerada às redes de distribuição para entrega a consumidores finais e outros agentes consumidores conectados diretamente com a rede básica de transmissão. A Emissora transporta energia produzida em suas próprias instalações de geração, bem como energia comprada de Itaipu, do sistema elétrico interligado e de outras concessionárias. A rede de transmissão da Emissora compõe-se de linhas de transmissão de energia com capacidade de voltagem igual ou superior a 230 kV e integra a rede de transmissão brasileira, regulamentada pelo ONS.

Segundo informações fornecidas pela Emissora, em 30 de setembro de 2009, a sua rede de transmissão no Estado de Minas Gerais consistia em 2.176 km de linhas de 500 kV, 1.934 km de linhas de 345 kV e 765 km de linhas de 230 kV, bem como 35 subestações com capacidade de transformação total de 15.396 MVA.

Ademais, segundo informações fornecidas pela Emissora, em 30 de setembro de 2009, esta possuía 13 consumidores industriais aos quais fornecia diretamente energia elétrica de alto nível de tensão (igual ou superior a 230 kV por consumidor industrial) por meio da ligação desses consumidores com a rede de transmissão da Emissora.

A Emissora também transmite energia a sistemas de distribuição por meio do sistema sul/sudeste, ligado ao sistema interligado nacional.

As tabelas a seguir apresentam certas informações operacionais fornecidas pela Emissora, relativas à sua capacidade de transmissão nas datas indicadas:

	Extensão da Rede de Transmissão em km (de subestações de geração para subestações de distribuição) em:		
Tensão das Linhas de Transmissão	**30/09/2009**	**31/12/2008**	**31/12/2007**
500 kV	2.176	2.176	2.176
345 kV	1.934	1.934	1.934
230 kV	765	765	765
Total	4.875	4.875	4.875

Fonte: Companhia

	Capacidade de Transformação das Subestações de Transmissão em:		
	30/09/2009	**31/12/2008**	**31/12/2007**
Número de subestações	35	35	35
MVA	15.396	15.503	15.418

Fonte: Companhia

Os números apresentados nas tabelas acima não fazem referência à capacidade de transmissão da Emissora após a aquisição da Terna. Para maiores informações sobre a aquisição da Terna, *vide* a Seção "*Negócios da Garantidora - Aquisições Recentes*" na página 274 deste Prospecto.

A receita da Emissora com relação aos serviços públicos de transmissão de energia elétrica é proveniente da RAP recebida em contrapartida pela implementação, operação e manutenção de suas instalações de transmissão. A RAP corresponde ao valor fixo apresentado em leilão pela CEMIG (e aceito pela ANEEL) quando da outorga de suas concessões de transmissão de energia elétrica e não está relacionada ao volume de energia transmitido por suas instalações. A RAP é reajustada anualmente com base na inflação, medida pelo IGP-M, apurado e divulgado pela FGV, referente ao período compreendido entre junho do ano anterior e maio do ano do reajuste. A RAP poderá também ser revisada em determinados eventos extraordinários, tais como alterações na legislação tributária ou de outra natureza, bem como com base em investimentos aprovados em linhas e instalações de transmissão.

A tabela abaixo fornecida pela Emissora apresenta a RAP decorrente dos Contratos de Concessão para Transmissão nos períodos indicados:

	2006-2007	**2007-2008**	**2008-2009**	**2009-2010**
Ajuste IGP-M	*-0,3%*	*4,4%*	*11,5%*	*3,6%*
Contrato de Concessão 006/97	R$ 349.178.170	R$ 359.538.282	R$ 404.498.991,80	R$ 475.001.171
Contrato de Concessão 079/00	R$ 20.868.413,06	R$ 21.785.918,25	R$ 24.296.850,12	R$ 25.561.823,74
Total	**R$ 370.046.583**	**R$ 381.324.200**	**R$ 428.795.841,92**	**R$ 500.562.994**

Fonte: Companhia

[1] Receita baseada na disponibilidade das linhas de transmissão de energia elétrica das Concessionárias e não no volume de energia elétrica transmitido.

Segundo informações da Emissora, sua receita operacional bruta em 2006, 2007 e 2008 foi de R$ 2,91 bilhões, R$ 3,37 bilhões e R$ 3,80 bilhões, respectivamente, sendo que a receita líquida para os referidos períodos foi, respectivamente, de R$ 2,24 bilhões, R$ 2,67 bilhões e R$ 2,95 bilhões. A evolução da receita da Emissora superou o incremento dos custos operacionais, propiciando maior geração operacional de caixa medida pelo EBITDA. O EBITDA totalizou R$ 1,39 bilhões, R$ 1,69 bilhões e R$ 1,92 bilhões em 2006, 2007 e 2008, respectivamente. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009, a receita operacional bruta da Emissora foi de R$ 3,28 bilhões, sendo a receita líquida do referido período de R$ 2,62 bilhões e tendo o EBITDA totalizado R$ 1,78 bilhões para o período em análise, sendo que no mesmo período de 2008, a receita operacional bruta da Emissora foi de R$ 2,81 bilhões, sendo a receita líquida do referido período de R$ 2,19 bilhões e tendo o EBITDA totalizado R$ 1,46 bilhões.

Ressalta-se, adicionalmente, que a Emissora vem apresentando melhoria significativa em vários indicadores financeiros ao longo dos anos. No exercício social encerrado em 2008, a Emissora foi responsável por cerca de 52,2% do lucro líquido gerado pelo Grupo CEMIG, sendo que no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009, esse percentual foi de 70,3%.O resultado pode ser creditado à implementação de práticas gerenciais voltadas para a eficiência operacional e melhoria de processos.

BREVE HISTÓRICO

A Emissora foi constituída em 08 de setembro de 2004, sob a forma de sociedade por ações, como subsidiária integral da CEMIG, nos termos da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, em virtude do processo de Desverticalização da CEMIG, uma vez que a CEMIG era uma sociedade que atuava de forma integrada, concentrando as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Em referido processo, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG relacionados às atividades de geração e transmissão foram transferidos à Emissora, juntamente com os demais direitos e obrigações decorrentes da prestação de tais serviços. Para mais informações a respeito da Desverticalização da CEMIG, *vide* Seção "*Desverticalização*", na página 212 deste Prospecto.

A Companhia teve a sua abertura de capital autorizada pela CVM em 10 de outubro de 2006, devendo ser ressaltado que as suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

Por deter 100% do capital social da Emissora, a CEMIG detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Emissora e adotar soluções que julgue necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento. A CEMIG, por sua vez, é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, constituída em 1952 para oferecer ao Estado de Minas Gerais a infra-estrutura necessária para alavancar o seu desenvolvimento. Atualmente, a CEMIG atua como holding do Grupo CEMIG, controlando e centralizando todas as decisões do Grupo.

A Emissora tem por objeto, de acordo com o caput do artigo 2º de seu Estatuto Social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social. As referidas atividades poderão ser exercidas diretamente pela Emissora ou por intermédio de sociedades por ela constituídas, ou de que venha a participar, majoritária ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração da CEMIG, nos termos do artigo 2º da Lei Estadual nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, com a redação dada pela Lei nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, e prévia autorização da ANEEL.

A administração da Emissora é realizada por uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além de importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes.

PONTOS FORTES

A Emissora possui os seguintes pontos fortes:

- *Flexibilidade e segurança no negócio de geração.* As receitas da Emissora são provenientes principalmente de duas fontes: os contratos com o *pool* de distribuidoras nacionais (estabelecidos no âmbito do ACR) e os contratos com clientes livres (estabelecidos no âmbito do ACL). Essas duas fontes de receita aliadas à gestão responsável dos riscos do portfólio de contratos, conferem equilíbrio, flexibilidade e segurança ao negócio da Emissora. Ademais, no âmbito do ACR, a Emissora não depende de nenhum cliente específico, tendo em vista que tem mais de 60 clientes nesse ambiente de contratação de energia.

- *Receita assegurada na transmissão.* As transmissoras de energia elétrica têm sua receita assegurada de acordo com o uso dos ativos do parque transmissor existente e independentemente da energia elétrica que circula pelas subestações e linhas de transmissão, podendo aumentar suas receitas por meio da obtenção de novas concessões de transmissão. Ademais, a Emissora não depende de nenhum cliente específico, visto que suas atividades de transmissão são remuneradas por mais de 60 distribuidoras e 11 geradoras do Brasil.

- *Alta confiabilidade dos ativos físicos*. Os ativos da Emissora que integram seus sistemas elétricos de geração e transmissão foram construídos e são mantidos e operados consoante padrões de engenharia elevados, conferindo uma alta confiabilidade aos serviços prestados pela Emissora.

- *Controle financeiro e físico de instalações consoante padrões fortemente normatizados e consolidados.* O controle financeiro é realizado por meio do sistema SAP-R3, onde estão disponíveis todos os dados do orçamento de despesa, investimento, receita, aquisições, desembolsos financeiros e o Demonstrativo de Resultados - DRE de cada usina. O controle físico das instalações é realizado por meio das fiscalizações da ANEEL, Sistema de Segurança de Barragens e Manutenção Civil – "INSPETOR", - "GEOCEMIG" e vigilância física e/ou eletrônica.

- *Sistemas de informação sólidos como suporte às atividades de gestão, planejamento e projeto de novas obras necessárias, operação e manutenção de ativos*. A Emissora tem atuado fortemente no sentido de garantir o gerenciamento eficaz de seus custos e a realização de seu orçamento. Para isso, a Superintendência de Geração desenvolveu o aplicativo "SIGA - Sistema de Informações Gerenciais da Geração" que possibilita a identificação de todas as suas despesas em todos os níveis, bem como a receita e os resultados individualizados por usina. A Emissora tem utilizado o aplicativo "Gestor" para realização do seu planejamento, implantou também a "Gestão por Projetos", onde o orçamento de despesa e investimento é estratificado em diversos projetos e para cada um deles é estipulado um cronograma de execução detalhado e um empregado responsável.

- *Corpo gerencial e técnico com ampla experiência em geração e transmissão de energia.* Os funcionários da Emissora que ocupam cargos gerenciais e técnicos possuem ampla experiência em geração e transmissão de energia, o que garante maior segurança na condução dos negócios da Emissora. Ademais, a Emissora tem equipes especializadas em leilões de energia elétrica, na gestão de contratos e seus riscos, bem como na gestão de ativos de transmissão e geração, o que propicia maior segurança em suas decisões.

- *Relacionamento construtivo com a ANEEL e ONS.* A Emissora pretende continuar mantendo um bom relacionamento com a ANEEL e o ONS e outros agentes setoriais, o que possibilita que ela mantenha discussões e realize reivindicações sobre assuntos que considere importantes relativos aos seus negócios com referidos agentes do setor elétrico. Ademais, a Emissora tem uma boa representatividade em fóruns como a ABRAGE, a ABRATE e outros, o que lhe confere respaldo nas suas argumentações.

- *Eficiência operacional.* A Emissora costuma realizar suas atividades de forma eficiente, buscando elevar suas receitas de maneira controlada, prestando atenção nos riscos envolvidos, sempre procurando atender às estratégias fixadas pela sua administração. Como reconhecimento de sua eficiência operacional, a Emissora obteve a certificação de processos pela Norma NBR ISO 9001, para a melhoria da eficácia das atividades operacionais e atendimento a clientes. A fim de continuar aumentando sua eficiência operacional, a Emissora implementou: (i) o *Balanced Scorecard*, reconhecido em âmbito mundial como a melhor ferramenta para a implementação e acompanhamento das estratégias nas empresas; e (ii) um SGA interno, baseado na Norma NBR ISO 14001, que orienta todas suas atividades em relação à gestão ambiental, e que prevê a certificação daqueles processos e daquelas instalações que causam impactos ambientais.

- *Forte geração de caixa operacional*. A geração de caixa operacional da Emissora em 2006, 2007 e em 2008 foi de R$ 1,39 bilhões, R$ 1,69 bilhões e R$ 1,92 bilhões, respectivamente. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009, a geração de caixa operacional da Emissora foi de R$ 1,78 bilhões, sendo que sua geração de caixa operacional no mesmo período de 2008 foi de R$ 1,46 bilhões.

- *Solidez financeira*. A Emissora tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 30 de setembro de 2009, por um endividamento moderado de aproximadamente R$ 3,5 bilhões, com 27,2% e 72,7% do endividamento de curto e longo prazo, respectivamente, compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Emissora liquidez e flexibilidade operacional.

São, também, tópicos de destaque da gestão estratégica da Emissora:

- utilização do *Balanced Scorecard*, reconhecido no mundo inteiro como uma das melhores ferramentas para a implementação e acompanhamento das estratégias nas empresas;

- certificação de processos pela Norma NBR ISO 9001, para a melhoria da eficácia das atividades operacionais; e

- implementação de um SGA interno, baseado na Norma NBR ISO 14001, que orienta todas as atividades da empresa em relação à gestão ambiental, e que prevê a certificação daquelas atividades e áreas que causam impactos ambientais.

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A Emissora, por tratar-se de empresa que atua em setor altamente regulado, desenhou sua estratégia de modo a contemplar, concomitantemente, a excelência em investimentos, a busca contínua de aumento de sua rentabilidade com atenção aos riscos, a gestão permanente de riscos, a eficiência operacional, a representatividade em fóruns institucionais relevantes e o cumprimento da legislação ambiental e da regulamentação setorial, estabelecidos no âmbito da ANEEL.

Considerando o disposto acima, são apresentados abaixo os principais objetivos estratégicos da Emissora:

- *Buscar a excelência na gestão de investimentos.* A gestão dos investimentos da Emissora deve abranger aspectos como alocação criteriosa de recursos nos sistemas de geração e transmissão (em estreita interação com o ONS) e disciplina orçamentária. A Emissora busca assegurar a rentabilidade de seus ativos de acordo com a atividade exercida, uma vez que na geração a receita total é determinada por mecanismos de mercado (leilões de energia velha e negociações com clientes livres) e na transmissão de acordo com o uso dos ativos do parque transmissor existente.

- *Buscar a elevação de receitas com atenção aos riscos*. A Emissora busca ampliar suas receitas de geração, sem perder de vista sua competitividade de mercado, em leilões de energia e em negociações com clientes livres, atentando aos riscos inerentes ao negócio geração. A Emissora também procura negociar com a ANEEL possíveis aumentos de receita autorizada de transmissão.

- *Gerenciar riscos em bases permanentes.* A Emissora busca atuar de forma criteriosa na gestão dos riscos dos seus investimentos, do seu *mix* de receitas, do seu portfólio de contratos e da operação dos seus ativos. No caso de clientes livres, procura localizar os perfis de riscos individuais.

- *Aumento da eficiência operacional.* A Emissora pretende continuar implementando práticas de trabalho mais eficientes em suas atividades de geração e transmissão, tanto na esfera administrativa, relativa a rotinas e controles de suporte, quando na esfera operacional, relativa à operação física dos ativos.

- *Atuar em todos os fóruns institucionais para defender os pontos de vista empresariais relevantes*. A Emissora pretende continuar tendo uma postura pro-ativa perante a ANEEL e outras entidades setoriais, acompanhando a legislação e a regulamentação que afeta seus negócios, com foco na rentabilidade dos ativos.

- *Desenvolvimento ecologicamente sustentável.* Consciente da relevância de sua atuação nas comunidades com as quais interage, a Emissora pretende desenvolver novos projetos que assegurem a completa compatibilidade com a legislação ambiental e que promovam o bem estar e segurança da população. Nesse sentido, a Emissora implementou um SGA, baseado na Norma NBR ISSO 14001 e no SGA Interno CEMIG, que orienta todas as suas atividades em relação à gestão ambiental, e prevê a certificação daqueles processos e daquelas instalações que causam impactos ambientais.

- *Fortalecimento de sua imagem*. a Emissora tem o objetivo de fortalecer sua imagem nos mercados em que atua e perante seus clientes e clientes em potencial, comunidade, ANEEL, governos Municipal, Estadual e Federal, entre outros, prestando, para tanto, serviços de qualidade, com confiabilidade e agilidade, estando sempre à disposição desse público; a idéia é estabelecer uma comunicação adequada, sempre demonstrando transparência e reforçando a credibilidade da Emissora, inclusive por meio da prática de atividades de responsabilidade sócio-ambiental.

- *Política de atuação junto aos órgãos reguladores com a finalidade de garantir o equilíbrio econômico-financeiro de suas operações*. A Emissora mantém uma política consistente de atuação junto aos órgãos reguladores para, entre outras coisas, assegurar que as tarifas praticadas reflitam a obtenção da receita requerida ao equilíbrio econômico-financeiro de seus negócios, possibilitando que a Emissora cubra não só seus custos gerenciáveis regulatórios, mas também suas despesas não-gerenciáveis (*e.g.*, compra e transporte de energia, tributos e demais encargos) e a remuneração de seus ativos (retorno e depreciação), preservando, contudo, um nível tarifário que, na opinião da Emissora, seja adequado para seus consumidores.

A Emissora acredita que sua estratégia, embasada nos princípios e políticas acima mencionados, permite que ela preste serviços de qualidade elevada possibilitando, ao mesmo tempo, uma melhora em seus resultados operacionais e em sua situação econômico-financeira.

Além do disposto acima, a estratégia da Emissora está alinhada ao direcionamento estratégico da CEMIG, que abrange, dentre vários aspectos, os seguintes pontos relevantes:

- maximização do valor para o acionista de forma sustentada;

- observância de políticas de governança interna e externa;

- integração dos três pilares da sustentabilidade empresarial: econômico, social e ambiental;

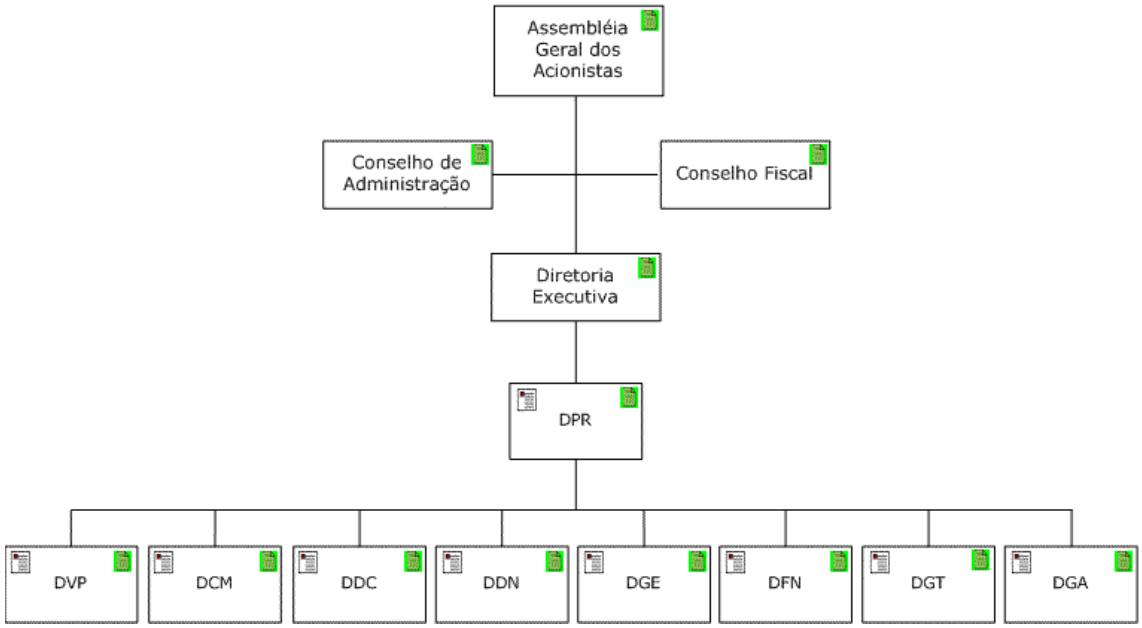
- agregação de valor nas empresas, por meio da excelência na gestão de investimentos e da busca contínua de aumento da eficiência operacional; e

- aproveitamento de sinergias entre as empresas do Grupo CEMIG.

Estrutura Organizacional

A Emissora é uma subsidiária integral da CEMIG. A estrutura organizacional da CEMIG é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, pela presidência, vice-presidência e por sete diretorias, cujas responsabilidades são determinadas pelo Conselho de Administração, em conformidade com o Estatuto Social da CEMIG.

Segue a estrutura organizacional da Emissora e da CEMIG na data deste Prospecto:



DPR - Presidência
DVP - Vice-Presidência
DCM - Diretoria Comercial
DDC - Diretoria de Distribuição e Comercialização(*)
DDN – Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios
DGE – Diretoria de Gestão Empresarial
DFN – Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações
DGT – Diretoria de Geração e Transmissão
DGA – Diretoria de Gás

(*) A Emissora não possui designação específica para a Diretoria de Distribuição e Comercialização.

RELAÇÕES COM O GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E COM O GOVERNO FEDERAL

De acordo com a Lei nº 828/51, com a Lei nº 8.655/84 e com o Decreto nº 370/52, o Estado de Minas Gerais é obrigado a participar com a maioria das ações com direito a voto, no capital social da CEMIG. O Estado de Minas Gerais é o controlador da CEMIG, detentor de 50,96% de suas ações ordinárias. Nos termos dos Estatutos Sociais da CEMIG e da Emissora, os membros do Conselho de Administração e Diretoria de ambas serão idênticos. Ao Estado de Minas Gerais cabe eleger 8 dos 14 conselheiros da CEMIG e determinar o resultado de qualquer deliberação que requeira a aprovação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época e valor de dividendos futuros ou juros sobre o capital. Para mais informações *vide* Seção "*Administração da Emissora*" na página 292 deste Prospecto.

Adicionalmente, a CEMIG se relaciona com o Governo Federal no que diz respeito a diversos assuntos regulatórios das concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e de distribuição de energia elétrica, dentre outros assuntos importantes para o setor, objetivando, sempre, solucionar problemas relacionados com os negócios da Emissora e da CEMIG D.

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Emissora desenvolve suas atividades de geração de energia elétrica por meio da participação nas concessões de diversas centrais geradoras, cuja capacidade total instalada é de 6.324,77 MW. Essa participação também se faz por meio de consórcios como os dos aproveitamentos hidrelétricos de Aimorés, Funil, Igarapava, Porto Estrela, Queimado, Cachoeirão e Baguari.

O mapa abaixo mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica da Emissora:

Abaixo segue descrição de cada uma das concessões das quais a Emissora faz parte:

Centrais Geradoras

A tabela abaixo apresenta informações fornecidas pela Emissora sobre as unidades geradoras de energia elétrica, nas quais a Emissora detém participação acionária (data base 30 de setembro de 2009):

Instalação	Capacidade Instalada (MW)[1]	Energia Assegurada [1](média MW)	Ano de Início de Operações	Capacidade Instalada % do Total	Data de Término da Concessão ou da Autorização	Participação da CEMIG GT
Principais Usinas Hidrelétricas						
São Simão	1.710	1.281,0	1978	27,0	Janeiro de 2015	100%
Emborcação	1.192	497,0	1982	18,8	Julho de 2025	100%
Nova Ponte	510	276,0	1994	8,1	Julho de 2025	100%
Jaguara	424	336,0	1971	6,7	Agosto de 2013	100%
Miranda	408	202,0	1998	6,5	Dezembro de 2016	100%
Três Marias	396	239,0	1962	6,3	Julho de 2015	100%
Volta Grande	380	229,0	1974	6,0	Fevereiro de 2017	100%
Irapé	360	206,3	2006	5,7	Fevereiro de 2035	100%
Aimorés (1)	161,7	84,3	2005	2,6	Dezembro de 2035	49%
Salto Grande	102	75,0	1956	1,6	Julho de 2015	100%
Funil (1)	88,2	43,6	2002	1,4	Dezembro de 2035	49%
Queimado (1)	86,6	47,8	2004	1,4	Janeiro de 2033	82.5%
Itutinga	52	28,0	1955	0,8	Julho de 2015	100%
Baguari	47,6	27,3	2009	0,8	Agosto de 2041	34%
Camargos	46	21,0	1960	0,7	Julho de 2032	100%
Porto Estrela (1)	37,3	18,6	2001	0,6	Dezembro de 2032	33.3%
Igarapava (1)	30,5	19,7	1999	0,5	Abril de 2028	14.5%
Cachoeirão	13,2	8	2008	0,2	Julho de 2030	49%
Pequenas Centrais Hidrelétricas	133,1	66,67	-	2,1		-
Usinas Termelétricas						
Igarapé	131	71,3	1978	2,1	Agosto de 2024	100%
Formoso (Desativada)	0,4	0,2	1992	0,0	Indefinido	100%
Usina Eólica						
Praias de Parajurú	14,1	6,11	2009	0,2	Indefinido	49%
Morro do Camelinho	1	0,3	1994	0,0	Indefinido	100%
Total	6.324,7	3.784,2	-	100,0%	-	-

Fonte: Companhia

[1] As capacidades instaladas e energias asseguradas demonstradas referem-se às participações da Emissora nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada.

Os contratos de concessão das usinas de Jaguara e São Simão possuem cláusulas de garantia de direito a renovação de concessão por mais 20 anos. As usinas de Emborcação, Nova Ponte, Camargos, Itutinga, Salto Grande, Três Marias, Volta Grande e 13 PCHs já tiveram suas concessões renovadas. Dessas, as que vencem até 2015 representam cerca de 10% da capacidade instalada da Emissora.

Usinas Hidrelétricas em Operação

Aimorés

A Usina Hidrelétrica de Aimorés, localizada no Rio Doce, tem capacidade instalada de 330MW. A Emissora detém participação de 49% nesse empreendimento e sua parceira, a Valesul Alumínio S.A., detém participação de 51%. A operação comercial iniciou parcialmente em 30 de julho de 2005, e a usina iniciou sua operação com capacidade total em novembro de 2005, quando a Emissora obteve a licença de operação do IBAMA. A Emissora tinha investido R$ 692 milhões neste projeto.

Funil

Também conhecida como Usina Hidrelétrica José Mendes Júnior, a Usina Hidrelétrica de Funil tem capacidade de geração de 180MW e está localizada no Rio Grande, na região sul de Minas Gerais. A Emissora possui uma participação de 49% no empreendimento. A construção foi iniciada em setembro de 2000, e suas três turbinas iniciaram a geração comercial em 2002 e 2003. O investimento total foi de aproximadamente R$ 211 milhões. A concessão relativa a esta usina expira em 20 de dezembro de 2035.

Igarapava

A concessão para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Igarapava, localizada no Rio Grande, nos Municípios de Conquista e Sacramento, no Estado de Minas Gerais, e Igarapava e Rifaina, no Estado de São Paulo, foi adquirida pelo Consórcio da Hidrelétrica de Igarapava, cuja participação atual é de 23,9% pela Votorantim Metais Zinco S.A., 17,9% pela Companhia Siderúrgica Nacional, 38,1% pela Vale S.A., 5,5% pela Anglogold Ashanti Brasil Ltda. e 14,5% pela Emissora. O contrato de concessão foi firmado com a ANEEL em 28 de setembro de 1995 e tem prazo total de 30 anos, com vencimento em 30 de dezembro de 2028. A concessão poderá ser prorrogada na forma estabelecida no contrato.

A UHE Igarapava, com uma potência instalada de 210 MW e uma energia assegurada de 1.191.360 MWh/ano, tem 5 unidades geradoras. A construção da UHE Igarapava foi iniciada em outubro de 1995 e o início de sua operação comercial ocorreu em janeiro de 1999, tendo a UHE Igarapava atingido sua condição de operação plena em setembro do mesmo ano.

Irapé

A Usina Hidrelétrica Irapé, que possui uma capacidade instalada de 360 MW, está localizada no Rio Jequitinhonha, na região norte de Minas Gerais. A construção começou em abril de 2002 e suas três unidades começaram a gerar energia comercialmente em 20 de julho de 2006, 5 de agosto de 2006 e 3 de outubro de 2006, respectivamente. A Emissora investiu R$ 1,17 bilhão neste projeto. A concessão relativa a esta usina expira em 28 de fevereiro de 2035.

Porto Estrela

A concessão para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, nos Municípios de Braúnas, Joanésia e Açucena, no Estado de Minas Gerais, foi adquirida pelo Consórcio da Hidrelétrica de Porto Estrela, cuja participação é igualmente dividida entre a Emissora, Vale S.A. e Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS. O contrato de concessão foi firmado com a ANEEL em 10 de julho de 1997 e tem prazo total de 35 anos. A concessão poderá ser prorrogada na forma estabelecida no contrato.

A UHE Porto Estrela tem uma potência instalada de 112 MW e uma energia assegurada de 488.808 MWh/ano. A construção da UHE Porto Estrela foi iniciada em julho de 1999 e o início de operação comercial de suas 2 unidades ocorreu em setembro e novembro de 2001, respectivamente com um investimento de R$ 101 milhões.

Queimado

A parceira da Emissora nesse projeto é a CEB Participações S.A., ou CEBPar, uma empresa de participações, subsidiária integral da CEB. A CEBPar detém participação de 17,5% e a Emissora detém os 82,5% restantes. A Usina, com uma capacidade instalada de 105 MW, está localizada no Rio Preto, abarcando áreas nos Estados de Minas Gerais, Goiás e do Distrito Federal. A construção desse projeto iniciou-se em 10 de agosto de 2000. A usina iniciou a operação comercial em 9 de abril de 2004 com a operação de sua primeira unidade. O início da operação comercial da segunda e terceira unidades ocorreu em 16 de junho de 2004 e 8 de julho de 2004, respectivamente. Até 31 de dezembro de 2008, a Emissora tinha investido R$ 209 milhões no projeto. A concessão dessa usina expirará em 02 de janeiro de 2033.

Baguari

Foi constituído um consórcio formado pela Emissora, Furnas e Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., por meio de uma SPE, que pertence à Neoenergia S.A., empresa holding do setor elétrico, que detém a concessão para construir e operar a Usina Hidrelétrica Baguari e vender a energia dela proveniente, com a finalidade de viabilizar a construção da referida usina. A usina terá uma capacidade instalada de 140 MW e estará localizada no Rio Doce, na região leste do Estado de Minas Gerais. A Emissora tem participação de 34% neste consórcio e a energia gerada será comercializada no ACR. Em 15 de dezembro de 2006, o COPAM, emitiu a licença de instalação da usina. A construção começou em 9 de maio de 2007. No dia 9 de setembro de 2009, a primeira UHE construída pelo Consórcio Construtor Baguari (CNO, Voith Hydro e Engevix) foi disponibilizada para o início de geração comercial. Quando estiver em plena operação no início de 2010, a usina terá capacidade de energia em quantidade suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 450 mil habitantes. A UHE Baguari é composta por 4 turbinas Bulbo. O emprego deste tipo de turbina, com operação a fio d'água, permite o aproveitamento hidrelétrico com baixa queda d'água sem necessidade de formação de um grande reservatório, reduzindo o impacto ambiental do empreendimento. A concessão relativa a esta usina expira em 15 de agosto de 2041. Em 30 de setembro de 2009, a Emissora tinha investido R$ 176 milhões neste projeto de um investimento total projetado de R$ 189 milhões.

Usina Eólica

A usina eólica da Emissora, Morro do Camelinho, iniciou suas operações em 1994. A usina está localizada em Gouveia, município ao norte de Minas Gerais e é a primeira usina eólica do Brasil a ser interligada à rede básica de transmissão e está conectada ao sistema de distribuição da CEMIG, com capacidade de geração total de 1MW, sendo acionada por quatro turbinas com capacidade de 250 kW cada uma. A usina de Morro do Camelinho foi construída por intermédio de um convênio de cooperação técnica e científica com o governo da Alemanha.

Ampliação da Capacidade de Geração

Aquisição de 49% da participação societária em três parques eólicos

Em 14 de agosto de 2009, a Emissora adquiriu por R$ 223,3 milhões, 49% da participação societária em três parques eólicos de propriedade da Energimp S.A. localizados no Ceará, com potência total de quase 100 MW. Com a concretização do negócio, a Emissora passou a ter participação de 49% nas seguintes empresas: Central Eólica Praias de Parajuru (28,8 MW), localizada no município de Beberibe (a 110 km de Fortaleza), cuja operação comercial foi iniciada em 18 de agosto de 2009; Central Eólica Praia do Morgado (28,8 MW) e Central Eólica Volta do Rio (42,0 MW), ambas localizadas no município de Acaraú (a cerca de 250 km de Fortaleza), com previsão de início de operação em 30 de janeiro de 2010 e 28 de fevereiro de 2010, respectivamente.

Programa Minas PCH

O Programa Minas PCH tem como objetivo ampliar o parque gerador da Emissora por meio da implantação de PCHs no Estado de Minas Gerais, visando desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída, promovendo o desenvolvimento da Emissora e alavancando o desenvolvimento de mercados regionais no Estado de Minas Gerais. Além disso, os consumidores da energia gerada pelas PCHs serão beneficiados pela redução de sua tarifa e poderão, também, ser beneficiados por consumirem energia de fontes renováveis. Os projetos de geração a partir dessas fontes são elegíveis ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, visando à obtenção de créditos de carbono.

A implantação e exploração das PCHs se fará por meio de sociedades de propósito específico privadas, tendo como acionistas empresas interessadas em realizar, revisar ou com estudos de inventários em desenvolvimento e com registro ativo para desenvolvimento de projeto básico ou com autorização pela ANEEL, cabendo à Emissora sempre a participação de 49% do empreendimento. A comercialização da energia será feita por meio de contratos de venda de energia celebrados entre a SPE e o consumidor.

Em 2008, entrou em operação a primeira usina viabilizada pelo programa, a PCH Cachoeirão, que tem potência instalada de 27 MW. Em abril de 2010, entrará em operação a PCH Pipoca, de 20 MW. Há previsão de início de obra de mais 4 PCHs até abril de 2010 (44 MW), já aprovadas pelo Conselho de Administração da Emissora para início de obras, com início condicionado à obtenção de financiamento pelo BNDES e à assinatura dos contratos de venda de energia e de construção da PCH. Em 2010, também há previsão de início de outro conjunto de obras de 4 PCHs (55MW) e mais 1 PCH de 22 MW de potência instalada.

A seguir, mais informações sobre os empreendimentos do Programa Minas PCH:

PCH Cachoeirão – A Emissora negociou a aquisição de participação para a construção e operação da PCH Cachoeirão. Juntamente com seu parceiro neste projeto, Santa Maria Energética S.A., ou Santa Maria Energética, a Emissora constituiu a SPE Hidrelétrica Cachoeirão S.A., para construir e operar a PCH de Cachoeirão. Esta usina, com capacidade instalada de 27 MW, está localizada no Rio Manhuaçu, na região leste de Minas Gerais. A Emissora possui uma participação de 49% na SPE e a Santa Maria Energética possui participação de 51%. A Santa Maria Energética é uma sociedade de propósito específico que detém a autorização para a operação comercial da PCH de Cachoeirão e, no fim de janeiro de 2007, solicitou permissão à ANEEL para transferir essa autorização para a Hidrelétrica Cachoeirão S.A.. A construção foi iniciada em março de 2007 e a usina entrou em operação em 30 de dezembro de 2008. A concessão relativa a esta usina expira em 27 de julho de 2030.

PCH Pipoca – A Emissora negociou uma compra de participação na construção e operação da PCH Pipoca, em sociedade com a HP2 do Brasil S.A., que posteriormente vendeu sua participação para a Omega Energia Renovável S.A.. A Emissora detém 49% do capital votante nessa PCH. A usina, com capacidade instalada de 20 MW, está localizada no Rio Manhuaçu, na região leste do Estado de Minas Gerais. A construção foi iniciada no primeiro trimestre de 2008 e a operação comercial está estimada para ter início em abril de 2010. A concessão relativa a esta usina expira em 10 de setembro de 2031. Em 30 de setembro de 2009, a Emissora tinha investido R$ 17 milhões neste projeto.

Guanhães

Foi constituída uma SPE com 49% de participação da Emissora e 51% de participação da empresa Investminas Participações S.A. com a finalidade de viabilizar a construção e operar quatro PCHs: Dores de Guanhães, com 14 MW de capacidade instalada, Senhora do Porto, com 12 MW, Fortuna II, com 9 MW, e Jacaré, com 9 MW. As PCHs Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré serão construídas no rio Guanhães, no município de Dores de Guanhães, na região leste do Estado de Minas Gerais, e a PCH Fortuna II será construída no rio Corrente Grande, nos municípios de Guanhães e Virginópolis, também na região leste de Minas Gerais. A energia gerada foi comercializada no ACL. Nos meses de julho de agosto de 2007, o COPAM emitiu as licenças de instalação das usinas. No entanto, em decorrência de atrasos no processo de contratação do financiamento, a estrutura societária e a contratação do Consórcio EPC estão sendo revisadas, com previsão para início das obras em abril de 2010 e início de geração comercial em agosto de 2011. Quando estiver em plena operação as usinas juntas terão capacidade de energia em quantidade suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 140 mil habitantes. As concessões relativas a essas usinas expiram em dezembro de 2031 para Fortuna II, novembro de 2032 para Dores de Guanhães e outubro de 2032 para Senhora do Porto e Jacaré. Em 30 de setembro de 2009, a Emissora tinha investido R$ 9,6 milhões neste projeto de um investimento total projetado de R$ 252 milhões, em moeda corrente.

PCH Paracambi

Foi constituído um consórcio formado pela Emissora e a Lightger S/A, que detém a autorização para a exploração da PCH Paracambi. A usina, a ser construída pelo consórcio, terá uma capacidade instalada de 25 MW e estará localizada no Ribeirão das Lajes, a cerca de 70 km da cidade do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, em sua maior parte no Município de Paracambi, estando parte do futuro reservatório situado também nos municípios de Piraí e Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro. A Emissora tem participação de 49% neste consórcio e a energia gerada será comercializada no ACR. Em 24 de dezembro de 2008, a FEEMA emitiu a licença de instalação da usina. A construção teve início em 23 de novembro de 2009 e está a cargo do Consórcio Construtor formado pelas empresas Orteng e Quebec. A previsão de geração comercial da primeira unidade geradora é agosto de 2011. A PCH Paracambi é composta por 2 turbinas tipo Kaplan Vertical de 12,5 MW cada. Os recursos a serem aplicados no empreendimento totalizam R$ 190,9 milhões, moeda de março de 2009, cabendo à CEMIG GT o aporte, na forma de ativos e recursos próprios (“equity”), de R$ 33,3 milhões.

A Emissora está, ainda, analisando diversos projetos para participação em leilões de novos empreendimentos na área de geração de energia elétrica.

Usina Hidrelétrica de Santo Antônio

A Emissora está participando da implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, com capacidade instalada de 3.150,4 MW, no Rio Madeira, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e seu sistema de transmissão associado, a qual representará um investimento total da ordem de R$13,3 bilhões. Para esse efeito, a Emissora participa da Madeira Energia S.A. – MESA, tendo subscrito ações representativas de 10% do seu capital social. Os demais acionistas da MESA são Andrade Gutierrez Participações S.A. (com 12,4% de participação acionária), Construtora Norberto Odebrecht S.A. (com 1,0% de participação acionária), Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia (com 20,0% de participação acionária), Furnas Centrais Elétricas S.A. (com 39,0% de participação acionária) e Odebrecht Investimentos em Infra-estrutura Ltda (com 17,6% de participação acionária). A implantação e exploração do empreendimento está a cargo da Santo Antônio Energia S.A., subsidiária integral da MESA.

A UHE Santo Antonio será a terceira maior usina em energia garantida do Brasil (2.262 MWmédios), posicionando a Santo Antônio Energia S.A. como a maior geradora privada do país. A usina encontra-se em fase avançada de implantação, tendo o início da geração comercial já sido oficialmente antecipado para maio de 2012 (previsão inicial do leilão era dezembro de 2012).

Empreendimentos Conjuntos de Co-geração com Clientes

A Emissora pretende participar de empreendimentos conjuntos com usineiros com o fim de desenvolver instalações de co-geração. Essas instalações seriam construídas nas usinas e gerariam eletricidade com utilização de combustível produzido pelo processo industrial.

Na coogeração do setor *sucroenergético,* a usina fornece combustível (bagaço da cana) em troca de comodato do terreno onde será instalada a UTE e recebe energia e vapor para consumo próprio e uma parte da energia para comercializar. A Emissora, em parceria com a iniciativa privada, investe capital próprio, busca financiamento e é proprietária de 100% das ações da unidade geradora de energia, remunerando seu capital através da comercialização do restante da energia.

Para mais informações sobre os Contratos de Concessão da Emissora, *vide* Seção "*Contratos de Concessão da Emissora Relativos à Geração de Energia Elétrica*" abaixo.

CONTRATOS DE CONCESSÃO DA EMISSORA RELATIVOS À GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

As atividades de geração de energia elétrica são realizadas pela Emissora nos termos de contratos de concessão outorgados pelo Poder Concedente, com prazo de 35 anos, exceto o contrato nº 002/95 que tem prazo de 30 anos, e as concessões do contrato nº 007/97. Abaixo, encontra-se uma breve descrição desses Contratos de Concessão relativos à geração de energia elétrica:

Contrato de concessão nº	Concessionária	Estado/Município	Data assinatura
002/1995	Emissora, Companhia Mineira de Metais, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, Mineração Morro Velho Ltda. e Mineração Anglogold Ltda.	Entre Conquista e Sacramento / Minas Gerais e Igarapava e Rifaina / São Paulo	Assinado em 28/09/1995, Aditado em 27/12/2002, 11/11/2004
006/1997	Emissora e Companhia Energética de Brasília	Entre Unaí / Minas Gerais e Cristalina / Goiás	Assinado em 18/12/1997 Aditado em 04/10/2002 e 17/07/2009
007/1997	Emissora	Diversos Municípios no Estado de Minas Gerais	Assinado em 10/07/1997 Aditado em 28/07/2005
008/1997	Emissora, Companhia Vale do Rio Doce e	Braúnas, Joanésia e Açucena	Assinado em 10/07/1997

	Companhia de Tecidos Norte de Minas		Aditado em 04/04/2002 e 14/12/2007
014/2000	Emissora	Berilo e Grão-Mogol / Minas Gerais	Assinado em 28/02/2000
101/2000	Emissora e Companhia Vale do Rio Doce	Aimorés / Minas Gerais	Assinado em 20/12/2000 Aditado em 14/12/2007 e 09/02/2009
102/2000	Emissora e Companhia Vale do Rio Doce	Perdões e Lavras / Minas Gerais	Assinado em 20/12/2000 Aditado em 14/12/2007
001/2006	Emissora, Neoenergia e Furnas	Fernandes Tourinho, Governador Valadares, Periquito, Sobrália, Iapu e Alpercata / Minas Gerais	Assinado em 15 de agosto de 2006

Fonte: Companhia

A outorga da concessão para a geração de energia elétrica é sempre precedida de um processo licitatório, em regime de concorrência, em que a concessão de geração é dada para sociedades vencedoras de licitações para a construção e operação de usinas hidrelétricas.

De uma maneira geral os Contratos de Concessão da Emissora relativos à geração de energia elétrica impõem uma série de requisitos operacionais e obrigações a serem observadas na prestação dos serviços de geração de energia elétrica, bem como conferem determinadas prerrogativas, incluindo, dentre outras:

- a construção do AHE de acordo com as características técnicas definidas nos projetos por sua conta e risco;
- ampliações e modificações do AHE devem ser aprovadas pela ANEEL e serão incorporadas à concessão;
- manter pessoal técnico e administrativo de modo a assegurar a continuidade, regularidade, eficiência e segurança da exploração do AHE;
- organizar e manter registro e inventário dos bens e instalações vinculados à concessão, providenciando para que estejam sempre adequadamente cobertos por apólices de seguro;
- respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos;
- requerer autorização prévia da ANEEL qualquer transferência de ações que implique mudança de seu controle acionário, bem como proposta de reestruturação societária da empresa;
- promover de forma amigável a liberação junto aos proprietários das áreas de terra necessárias à operação do AHE, sendo que após esgotadas as tratativas amigáveis, caso solicitada, a ANEEL promoverá, de forma da legislação e regulamentação específica, a declaração de utilidade pública dessas áreas para fins de desapropriação ou instituição de servidões administrativas, cabendo à concessionária as providências necessárias para sua efetivação e o pagamento de indenizações; e
- acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante o pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão.

O descumprimento das obrigações previstas nos Contratos de Concessão e nas leis e nos regulamentos aplicáveis poderá resultar na imposição de sanções pela ANEEL. Essas penalidades poderão ser contestadas e sua imposição somente será efetivada após a conclusão de um devido processo legal.

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Emissora realiza também a atividade de transmissão de energia elétrica, que consiste no transporte de energia elétrica das instalações geradoras às redes de distribuição para entrega a consumidores finais e concessionárias distribuidoras.

O sistema de transmissão da Emissora é composto por redes de transmissão de energia elétrica com nível de tensão igual ou maior que 230 kV, que são responsáveis pelo transporte dos grandes blocos de energia desde os grandes centros geradores até os centros consumidores, viabilizando, por meio das subestações de transmissão espalhadas pelas diversas regiões da área de concessão, o atendimento aos sistemas de subtransmissão e distribuição.

A rede de transmissão de energia elétrica da Emissora integra a rede básica de transmissão nacional regulamentada pela ANEEL. Em 30 de setembro de 2009, sua rede de transmissão no Estado de Minas Gerais consistia em 2.176 km de linhas de 500 kV, 1.934 km de linhas de 345 kV e 765 km de linhas de 230 kV, bem como 35 subestações com capacidade de transformação total de 15.396 MVA.
A Emissora transmite tanto a energia gerada em suas usinas como a energia comprada de Itaipu, do Sistema Interligado e de outras fontes. Em 30 de setembro de 2009, a Emissora possuía 13 consumidores industriais aos quais fornecia diretamente energia elétrica de alta voltagem (igual ou superior a 230 kV por consumidor industrial) por meio da ligação desses consumidores com a rede de transmissão da Emissora.

A Emissora também transmite energia a sistemas de distribuição por meio do sistema sul/sudeste, ligado ao sistema interligado nacional.

As tabelas a seguir apresentam certas informações operacionais relativas à capacidade de transmissão da Emissora nas datas indicadas:

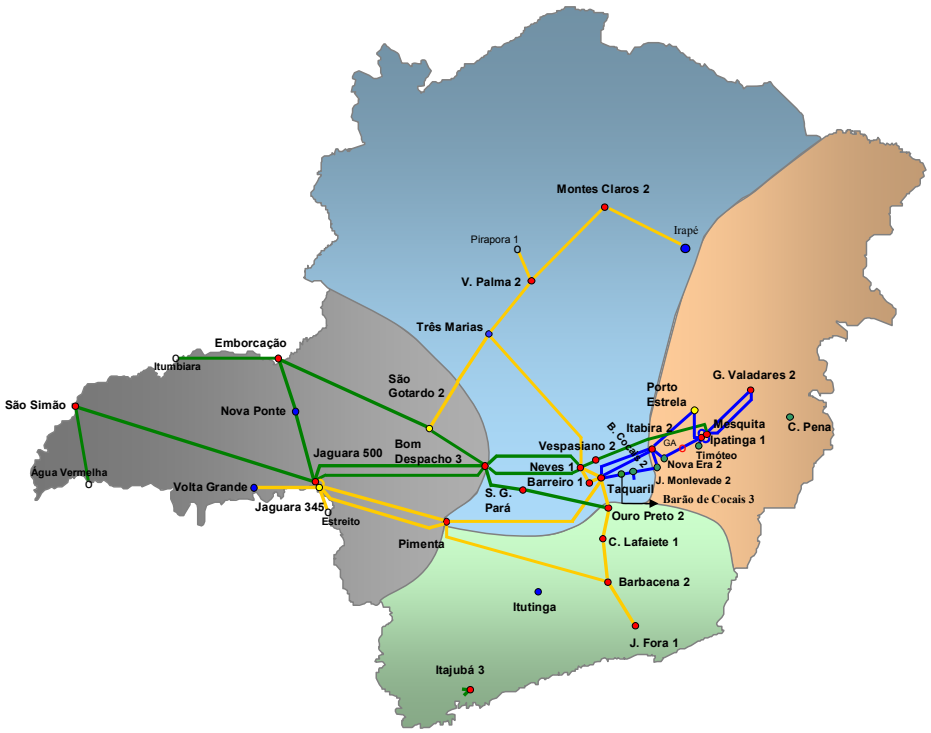
	Extensão da Rede de Transmissão em km (de subestações de geração para subestações de distribuição) em:		
Tensão das Linhas de Transmissão	**30/09/2009**	**31/12/2008**	**31/12/2007**
500 kV	2.176	2.176	2.176
345 kV	1.934	1.934	1.934
230 kV	765	765	765
Total	4.875	4.875	4.875

Fonte: Companhia

	Capacidade de Transformação das Subestações de Transmissão em:		
	30/09/2009	**31/12/2008**	**31/12/2007**
Número de subestações	35	35	35
MVA	15.396	15.503	15.418

Fonte: Companhia

O mapa abaixo mostra a localização da Rede Básica da Emissora:



Operação e Manutenção

A Emissora realiza a operação e manutenção de suas instalações de geração e transmissão buscando atingir três objetivos principais:

Maximização de disponibilidade. Para redução de indisponibilidade de suas usinas, subestações e linhas de transmissão, bem como minimização dos impactos de eventuais interrupções e distúrbios, a Emissora busca adotar as seguintes medidas:

- redução do tempo para reestabelecimento de seus sistemas, em caso de interrupções;
- intensificação das atividades de controle e monitoração dos sistemas e equipamentos, com a utilização de técnicas preditivas de manutenção;
- emprego de pessoal técnico altamente capacitado e tecnologia adequada para as intervenções em suas instalações; e
- planejamento intensivo das manutenções.

Foco em atividades críticas. Para atingir maior eficiência operacional, a Emissora concentra seus esforços em atividades críticas, tais como a operação e manutenção de equipamentos de maior complexidade e supervisão dos serviços prestados por subcontratadas, bem como subcontrata serviços não relacionados a sua atividade fim junto a empresas de reconhecida capacitação técnica. Desse modo, a Emissora é capaz de reduzir custos operacionais sem prejudicar a qualidade de seus serviços.

Elevados padrões de qualidade. A Emissora adota elevados padrões de qualidade na prestação de seus serviços. A Emissora tem investido de forma ousada no programa de automação de centrais hidrelétricas e substações de transmissão.

A Emissora foi a primeira companhia de energia do Brasil a utilizar a tecnologia corona e de inspeções por infravermelho para detectar fragilidades em suas linhas. Como a maioria das interrupções no sistema de Transmissão da Emissora é causada por raios, foram instalados pára-raios de óxido de zinco (ZnO) nas linhas mais suscetíveis a desligamentos por descargas atmosféricas. A Emissora foi a primeira companhia a utilizar essa tecnologia para proteger suas linhas contra raios. Para dar suporte a emergências que envolvam quedas de torres e minimizar o tempo de restabelecimento, a Emissora tem utilizado modernas estruturas modulares de emergência em alumínio, que agilizam o trabalho das equipes de manutenção. Em sua maior parte, as intervenções em linhas de transmissão são realizadas com a linha energizada. Por ter sido a primeira empresa do Brasil a utilizar técnicas de linha viva, a Emissora conta com experiência significativa nesta área. Adicionalmente, a Emissora tem instalado Sistemas de Monitoramento de Equipamentos, (transformadores, disjuntores e reatores) instalados em suas subestações, de forma a identificar falhas incipientes. Esses sistemas permitirão realizar uma manutenção de caráter mais preditiva, evitando a indisponibilidade de seus ativos e garantindo a maximização de suas receitas.

Para maiores detalhes dos sistema de operação e manutenção da Emissora, vide informações abaixo.

Operação

A Emissora opera seu sistema de transmissão de acordo com os "Procedimentos de Rede" e os contratos operacionais celebrados com o ONS, que estabelecem os procedimentos necessários para a integração, coordenação, supervisão e controle da operação em tempo real de suas instalações. A Emissora possui o COS, localizado no edifício sede da empresa em Belo Horizonte, responsável pela operação das subestações da transmissão e das principais usinas da CEMIG. Ressalta-se que o COS possui certificação ISO9001 desde 2000. O COS utiliza como principal ferramenta para execução de suas atividades o Sistema de Supervisão e Controle Distribuído – SSCD, que se destaca no cenário brasileiro pelas funcionalidades implementadas e por sua interface com o operador.

O ONS pode exigir a implementação de reforços e melhorias em suas instalações, apresentando, para tanto, relatórios que justifiquem tais medidas. A Emissora é obrigada a implementar os reforços e melhorias exigidos pelo ONS dentro de um cronograma previamente definido e a ANEEL estabelece a receita referente a esses investimentos. Ademais, a Emissora deve manter o ONS constantemente informado sobre restrições e limitações operacionais de suas instalações.

As linhas de transmissão são monitoradas por meio do Sistema de Supervisão e Controle do COS, que sinaliza para os Técnicos de Supervisão do Sistema Elétrico a ocorrência de distúrbios (desarmes, sobrecargas, etc.) em tempo real. Destaca-se ainda a existência de uma Rede de Oscilografia que identifica, localiza e efetua diagnósticos de falhas no sistema elétrico minimizando substancialmente os tempos de interrupção do fornecimento de energia aos consumidores.

Manutenção

A manutenção envolve todas as atividades relacionadas à preservação ou reestabelecimento da operação adequada das usinas, subestações e linhas, equipamentos e demais instalações de geração e transmissão da Emissora.

A Emissora realiza as atividades de manutenção em seus equipamentos fazendo o planejamento, programação e contratação dos recursos necessários. Para as usinas de maior porte, o planejamento com as datas de realização dos serviços é discutido com o ONS. Intervenções emergenciais para manutenção devem ser comunicadas ao ONS conforme Procedimentos de Rede.

A geração da Emissora adota uma metodologia de manutenção que tem como filosofia a confiabilidade dos equipamentos como o principal requisito a ser alcançado. A Manutenção Baseada na Confiabilidade – MBC, por meio de avaliação contínua das falhas, suas causas e efeitos, permite uma otimização dos recursos operacionais, com aplicação focada da mão - de - obra de operação e manutenção. Considerando a necessidade de otimizar seu parque gerador, ademais, a Emissora vem realizando um amplo programa de modernização e revitalização de algumas de suas usinas, com investimentos de aproximadamente R$ 210 milhões.

Projetos de modernização e reforma já finalizados:

- As unidades geradoras da Usina de Jaguara (424 MW), que entrou em operação em 1971, foram totalmente modernizadas no período de 2004 a 2007.

- Foi realizado, no período de 2004 a 2008, a primeira etapa da intervenção da Usina de Três Marias (396 MW), compreendendo a modernização das seis unidades geradoras.

Projetos de Modernização e Reforma em andamento:

- Modernização das unidades geradoras da Usina Hidrelétrica de Salto Grande (102 MW). Este projeto foi iniciado em 2006 e tem término previsto para 2013.

- Modernização e Reforma das unidades geradoras da Usina Hidrelétrica de São Simão (1.710 MW), no período de 2009 a 2018.

- Modernização e Reforma da unidade geradora única da Usina Térmica de Igarapé (131 MW), no período de 2009 a 2011.

Plano Diretor de Automação:

Desde 1992 a CEMIG vem ampliando a aplicação da automação em suas grandes usinas e subestações. Todos os empreendimentos desde aquela data previam, como premissa de projeto, recursos de automação para possibilitar a teleassistência de suas usinas e subestações pelo COS em Belo Horizonte, contando com recursos de telecontrole e telessupervisão incorporados. Vários outros empreendimentos anteriores, na medida em que demandaram e viabilizaram modernização, incorporaram também recursos de automação, já permitindo também a teleassistência pelo COS. Baseada na experiência acumulada ao longo de todo esse período, em 2007 a empresa constituiu um grupo de trabalho multidisciplinar com especialistas em projeto, manutenção, operação, automação, telecomunicação, informática, meio ambiente, hidrologia, recursos humanos etc. que elaborou o Plano Diretor de Automação, com objetivo de continuar avançando nessa linha, retratando uma tendência mundial, constatada através de visitas técnicas a empresas congêneres nacionais e internacionais. Em 2008 o Plano Diretor de Automação começou a ser implantado, como uma das iniciativas estratégicas da empresa. Como resultado, a teleassistência plena (telecontrole e telessupervisão) pelo COS é hoje uma realidade.

Durante o ano de 2008 foi efetivada a teleassistência plena pelo COS na GCH Irapé e, ainda em 2009 esse modelo está sendo estendido às usinas de Miranda, Nova Ponte e às usinas de Funil e Queimado, onde a CEMIG atua em consórcio.

Nas pequenas usinas, conforme Plano Diretor de Automação, foi implantada a parada segura automática das unidades geradoras e a telessupervisão pelo COS. Durante o ano de 2008, esse modelo de automação foi consolidado nas usinas de Marmelos, Gafanhoto, Anil, Xicão, São Bernardo e Poço Fundo. Outras 8 PCHs deverão ter esse modelo implantado nos anos de 2009 e 2010.

Também foi expandido o sistema de telecontrole por meio do COS para várias subestações de transmissão, o que favorece a operação sistêmica e agiliza o restabelecimento em casos de distúrbios, tornado a operação do sistema de transmissão da Emissora mais confiável e segura.

Repotenciação das Pequenas Centrais Hidrelétricas

Dentre as iniciativas estratégicas do Plano de Agregação de Valor para PCHs, consta o Plano de Repotenciação. A CEMIG reavaliou seu parque em relação à 32 PCHs (de usinas próprias e subsidiárias integrais) através de estudos hidroenergéticos e identificou 22 com possibilidades de ganho de potência. Avançando nessa iniciativa, no decorrer de 2008 foram elaborados estudos de pré-viabilidade para 10 dessas 22 usinas, um deles executado inteiramente pela própria equipe da CEMIG e os demais elaborados por projetistas contratados mediante licitação pública. Para 2009 está prevista a elaboração dos Projetos Básicos para as 22 PCHs.

Houve grandes avanços na metodologia de segurança de barragens da Emissora, com a consolidação do Plano de Segurança de Barragens, estabelecimento das diretrizes para a elaboração do Plano de Ação Emergencial em caso de ruptura de barragens e a implantação do Sistema Inteligente de Controle e Segurança de Barragens - INSPETOR.

O Plano Emergencial, adotado em outubro de 2007, com o objetivo de retornar as unidades geradoras paradas ao sistema, no menor tempo possível, promoveu a realização do diagnóstico do problema, bem como de suas especificações técnicas, além de possibilitarem inspeções em fábrica, em campo e fazerem com que a volta à operação das seguintes unidades geradoras ocorresse mais rapidamente: (i) PCH Martins; (ii) PCH Salto do Morais; (iii) PCH Sumidouro; (iv) PCH Paraúna; (v) PCH Marmelos; (vi) PCH Cajuru; e (vii) PCEE Morro do Camelinho. Esse tipo de iniciativa acaba por resultar na manutenção da receita da Emissora.

Foram executadas aproximadamente 140 obras de manutenção de barragens, de adequação da infra-estrutura de geração e de adequação ambiental, com ênfase nas obras de reavaliação e restabelecimento das condições de segurança estrutural e funcional de barragens e estruturas civis associadas.

Contratos de Operação e Manutenção Terceirizados

Os serviços de manutenção de maior porte, como reformas e melhorias, são licitados e contratados no mercado junto a empresas fornecedoras de equipamentos e serviços de manutenção. Parte das atividades de oficinas e laboratórios centralizados, todos os serviços de vigilância, conservação e limpeza são terceirizados. O custo anual com esses serviços citados acima é de, aproximadamente, R$ 70 milhões.

Contratos de Concessão relativos à Transmissão de Energia Elétrica

A Emissora realiza as atividades de transmissão de energia elétrica nos termos de contratos de concessão outorgados pelo ANEEL. O contrato de concessão nº 006/97 terminará em 01 de julho de 2015, enquanto o de nº 079/2000 tem prazo de 30 anos.

A outorga da concessão para a transmissão de energia elétrica é sempre precedida de um processo licitatório, em regime de concorrência, em que a concessão de transmissão é dada para cada nova instalação agregada ao sistema.

Adicionalmente, de uma maneira geral, os contratos de concessão relativos à transmissão de energia elétrica impõem uma série de requisitos operacionais e obrigações a serem observadas na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica, bem como lhes conferem determinadas prerrogativas, incluindo, dentre outras:

- empregar equipamentos e técnicas adequadas para assegurar a regularidade, eficiência e segurança dos serviços, bem como a modicidade tarifária;

- garantir livre acesso às instalações de transmissão aos usuários do sistema por meio da celebração dos correspondentes contratos, os quais assumirão os encargos de conexão de acordo com forma definida em resoluções da ANEEL;

- empregar os melhores esforços para minimizar o impacto ambiental decorrente da construção e operação das instalações de transmissão;

- manutenção de cobertura de seguros apropriada, a critério da concessionária, durante todo o prazo da concessão;

- requerer autorização prévia da ANEEL para: (i) alienar, ceder ou gravar os ativos vinculados à prestação de serviços de transmissão; (ii) celebração de contratos com acionistas controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum que versem sobre suas atividades, entre outros assuntos; (iii) alteração do estatuto social, transferência de controle ou reorganização societária;

- promover desapropriações e instituição de servidões administrativas de forma amigável ou judicialmente sobre os bens declarados de utilidade pública, necessários à execução de serviços ou de obras vinculados ao serviço concedidos, arcando com o pagamento das indenizações correspondentes;

- conferir a ANEEL amplo acesso a instalações, registros e documentos e fornecer quaisquer informações solicitadas pela ANEEL para fins de supervisão das atividades; e

- realizar a operação e manutenção das instalações de transmissão de acordo com o manual de procedimentos de operação e demais instruções dos procedimentos de rede e os regulamentos editados pela ANEEL.

Para mais informações *vide* Seção *"O Setor de Energia Elétrica no Brasil"* na página 186 deste Prospecto. Os procedimentos de cobrança e pagamento da remuneração pelos serviços de transmissão são detalhados nos demais contratos operacionais.

O descumprimento pela Emissora das obrigações previstas nos contratos de concessão e nas leis e nos regulamentos aplicáveis poderá resultar na imposição de sanções pela ANEEL. Essas penalidades poderão ser contestadas e sua imposição somente será efetivada após a conclusão de um devido processo legal.

Contratos de acesso ao SIN

Para informações a respeito dos contratos de acesso ao SIN, *vide* Seção "*O Setor de Energia Elétrica no Brasil*" na página 186 deste Prospecto.

Ampliação da Capacidade de Transmissão

EBTE

A EBTE, constituída em 30 de setembro de 2008, é uma SPE constituída entre a Emissora (49%) e EATE (51%), cuja outorga de concessão inclui a construção, a operação e a manutenção de 775 km de linhas de transmissão em 230 kV e 2 Subestações de 230/138 kV na região Noroeste do Estado do Mato Grosso. A Emissora tem participação de 49% neste consórcio e a RAP será garantida conforme valor de deságio apresentado no leilão. Atualmente, todas as Licenças de instalação estão emitidas e o prazo para conclusão das obras está previsto para 15 de junho de 2010, cuja concessão de 30 anos expira em 07 de outubro de 2038. Quando concluídas as obras, o sistema construído será de vital importância para o reforço e distribuição local da energia originada pelo sistema elétrico interligado Norte-Sul do país. A adoção preferencial de torres estaiadas para a construção destas linhas visa reduzir os impactos sócio-ambientais sobre a região de implantação. Em 30 de setembro de 2009, a Emissora tinha investido R$ 63 milhões neste projeto, em moeda corrente. O investimento total projetado era de R$ 284 milhões, em moeda de junho de 2008.

Aquisição da Terna

Em 03 de novembro de 2009, foi realizado nos termos do contrato de compra e venda de ações celebrado em 23 de abril de 2009, o pagamento e a transferência das ações de emissão da Terna, de titularidade da Terna S.p.A. para a TAESA, na qual a Emissora detém participação de 49% do capital social. A TAESA, sociedade por ações com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, tem como acionistas a Emissora e o Fundo de Investimentos em Participações Coliseu.

A Terna é uma sociedade holding que atua no segmento de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país através das seguintes sociedades por ela detidas controladas ou das quais participa: TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A.; Novatrans Energia S.A.; ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.; ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.; Brasnorte Transmissora de Energia S.A. e Terna Serviços Ltda., que juntas possuem mais de 3.716 km de linhas de transmissão, integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

A operação envolveu a compra de 173.527.113 ações ordinárias representando aproximadamente 85,26% do capital votante e aproximadamente 65,85% do capital total da Terna.

O preço total foi de R$ 2,15 bilhões, correspondendo a R$ 37,14 por *unit* da Terna, sendo cada *unit* constituída por uma ação ordinária e duas ações preferenciais, e R$ 12,38 por cada ação ordinária ou preferencial.

Posteriormente, seguindo o acordado no contrato de compra e venda de ações celebrado com a Terna S.p.A., o nome Terna Participações S.A. foi alterado para Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Aliança").

A TAESA, diretamente ou por intermédio de terceiro, tinha a obrigação de lançar a OPA da Aliança para aquisição das ações da Aliança em circulação no mercado com a finalidade de assegurar aos acionistas minoritários da Aliança tratamento igualitário àquele dado a Terna S.p.A., em conformidade com o Estatuto Social da Aliança, a Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 361 e o Regulamento do Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. Após a OPA, as ações a serem adquiridas dos acionistas minoritários terão a seguinte composição: ações ordinárias serão compartilhadas pela Emissora (49%) e pelo FIP (51%) e as ações preferenciais serão detidas pela Emissora.

O Acordo de Acionistas da TAESA, celebrado entre a Emissora e o FIP Coliseu, prevê que, imediatamente após a aquisição das ações e a liquidação da OPA da Aliança, serão incorporadas pela Aliança as concessionárias por ela controladas (Novatrans Energia S.A., TSN Transmissora Sudeste Nordeste S.A e ETEO Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.), e ocorrerá também a desvinculação da controlada Terna Serviços Ltda. da estrutura da Aliança e a incorporação da TAESA pela Aliança, de forma que a Emissora e o FIP Coliseu passem a deter, diretamente, as ações da Aliança, na proporção de suas respectivas participações no seu capital social.

Em 10 de dezembro de 2009, a TAESA adquiriu 100% do capital de uma empresa, que teve sua razão social alterada para Transmissora Alterosa de Energia Elétrica S.A. ("Alterosa"), cujo capital é detido pela Emissora e pelo FIP Coliseu, na mesma proporção das participações atualmente detidas por tais acionistas na TAESA (cisão proporcional). Parte do acervo cindido da TAESA foi aportado na Alterosa, remanescendo o restante na TAESA, que permaneceu detentora do investimento de 65,85% do capital social total da Aliança. Em 28 de dezembro de 2009, a TAESA foi incorporada pela Aliança passando a Emissora e o FIP Coliseu a deter diretamente 41,78% e 43,48%, respectivamente, do capital votante da Aliança.

Caberá à Alterosa, a obrigação de realização da OPAda Aliança, após o que, a Alterosa será incorporada pela Aliança, de forma que a Emissora e o FIP Coliseu, acionistas da Alterosa, passem a deter diretamente as demais ações da Aliança. Pretende-se que após a OPA da Aliança, seja a seguinte a participação acionária da Emissora e do FIP Coliseu na Aliança, no caso de adesão total:

- Emissora:
    - 49% das ações ordinárias vendidas pela Terna S.p.A.;
    - 49% das ações ordinárias ofertadas na OPA da Aliança; e
    - 100% das ações preferenciais ofertadas na OPA da Aliança.
- FIP Coliseu:
    - 51% das ações ordinárias vendidas pela Terna S.p.A; e
    - 51% das ações ordinárias ofertadas na OPA da Aliança.

Com a aquisição da Terna (Aliança), a capacidade instalada de transmissão da Emissora se eleva da seguinte forma:

	Sem Terna	**Com Terna**
Tensão das Linhas de Transmissão	**Extensão em km**	
500 kV	2.176	2.966
440 kV	0	162
345 kV	1.934	1.934
230 kV	765	907
Total	4.875	5.969
Número de subestações	35	63
Capacidade instalada em MVA	15.396	16.133

Fonte: Companhia

Mapa das linhas de transmissão da Terna, adquiridas pela Emissora:

Fonte: Terna
Total: 3.731 km

FONTES DE RECEITA

As principais receitas da Emissora com relação à geração de energia elétrica são auferidas: (i) da venda de energia para consumidores livres, conforme preços livremente estipulados por meio de contratos bilaterais indexados substancialmente à variação do IGP-M e, em menor parte, do dólar norte-americano, representando, em 30 de setembro de 2009, 39,52% da receita operacional bruta; e (ii) do suprimento a outras concessionárias, que consiste na venda de energia elétrica para distribuidoras por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL e pela CCEE, representando, em 30 de setembro de 2009, 40,59% da receita operacional bruta.

Conforme mencionado anteriormente, a atividade de transmissão é remunerada com base na RAP determinada pela ANEEL, que corresponde ao pagamento recebido pela disponibilização de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas ao valor homologado pelo Poder Concedente quando da outorga das respectivas concessões, sendo o ONS responsável pelo cálculo dos valores devidos mensalmente às concessionárias de transmissão. Baseado nesse cálculo, os usuários do sistema de transmissão realizam os pagamentos mensais diretamente às transmissoras. Os contratos de uso da rede básica se referem ao transporte de energia cobrado pela Emissora dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Emissora, associada ao sistema interligado brasileiro, representando, em 30 de setembro de 2009, 19,37% da receita operacional.

A RAP do segmento de transmissão da CEMIG foi revista em 5,35%, resultado da primeira revisão tarifária, e seus efeitos ocorreram a partir de julho deste ano. Esse percentual é retroativo a 2005, porque desde aquele ano a ANEEL está trabalhando no processo, que só foi concluído em 23 de junho de 2009, por meio da resolução homologatória nº 836.

A Emissora teve uma recuperação de receita no valor de R$ 158 milhões. O valor é o resultado financeiro da Emissora, aprovado pela ANEEL, e incorpora os efeitos retroativos da revisão. A empresa receberá o valor em 24 meses, a partir de 1º de julho de 2009.

Ao percentual de aumento da receita foi adicionado o reajuste anual estabelecido em contrato de concessão, que é a variação acumulada do IGP-M no período de junho de 2008 a maio de 2009, cujo percentual é 3,64%. O total do aumento da receita este ano foi de 9,18%.

A revisão tarifária da transmissão ocorre a cada quatro anos. Como a última deveria ter ocorrido em 2005, a próxima revisão aconteceria em 2009, mas a ANEEL adiou o processo para 2010, uma vez que a metodologia a ser aplicada ainda não foi concluída. Os resultados serão retroativos ao ano de 2009.

A tabela abaixo apresenta a RAP decorrente dos Contratos de Concessão para Transmissão nos períodos indicados:

	2006-2007	**2007-2008**	**2008-2009**	**2009-2010**
Ajuste IGP-M	*-0,3%*	*4,4%*	*11,5%*	*3,6%*
Contrato de Concessão 006/97	R$ 349.178.170	R$ 359.538.282	R$ 404.498.991,80	R$ 475.001.171
Contrato de Concessão 079/00	R$ 20.868.413,06	R$ 21.785.918,25	R$ 24.296.850,12	R$ 25.561.823,74
Total	**R$ 370.046.583**	**R$ 381.324.200**	**R$ 428.795.841,92**	**R$ 500.562.994**

Fonte: Companhia

[1] Receita baseada na disponibilidade das linhas de transmissão de energia elétrica das Concessionárias e não no volume de energia elétrica transmitido.

VENDAS DE ENERGIA

Clientes e Comercialização

A Emissora comercializa energia para clientes livres da classe industrial, em Minas Gerais e em nove estados do Brasil e para outros agentes do setor elétrico (suprimento a comercializadoras e CCEAR) e, transações com energia na CCEE.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, a Emissora comercializou o montante de 29.567 GWh a consumidores industriais livres e a agentes de mercado (suprimento), representando uma receita de R$ 2,33 bilhões. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, a Emissora vendeu 31.813 GWh de energia a consumidores industriais livres e a agentes de mercado (suprimento), representando uma receita de R$ 2,78 bilhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, foram vendidos 31.636 GWh, representando R$3,2 bilhões de receita. No período encerrado em 30 de setembro de 2009, foram vendidos 25.257 GWh, representando R$ 2,63 bilhões de receita, sendo que no mesmo período de 2008, foram vendidos 24.429 GWh, representando R$ 2,33 bilhões de receita. A tabela abaixo apresenta o volume de vendas de energia para os clientes industriais da Emissora nos períodos indicados:

	Volume de Vendas de Energia em GWh		**Consumo como porcentagem do volume de vendas de energia industrial total**	
Clientes Industriais	**Jan-Set/2008**	**Jan-Set/2009**	**Jan-Set/2008**	**Jan-Set/2009**
Siderurgia	4.152	3.572	28,8	29,4
Ferroligas	3.512	2.945	24,4	24,2
Química	2.005	1.162	13,9	9,6
Extrativa Mineral	1.389	1.101	9,6	9,1
Cimento	668	712	4,6	5,9
Metais Não Ferrosos	651	631	4,5	5,2
Material de Transporte	388	407	2,7	3,3
Demais ramos	1.637	1.633	11,4	13,4
Total	14.403	12.162	100,0	100,0

Fonte: Companhia

A maior parte da energia vendida pela Emissora é comprada por clientes industriais, que participaram com 57,4% do consumo total da Emissora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, com 57,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 e com 61,8% em 2008. No período encerrado em 30 de setembro de 2009, os clientes industriais participaram com 48,1% do consumo total da Emissora, e com 58,9% no mesmo período de 2008. Havendo sobras de energia a Emissora oferta energia aos Agentes de Mercado (comercializadores e consumidores livres) por meio de Leilão, no valor de Preço de Liquidação e Diferença (PLD) mais uma margem de lucro (*spread*).

A tabela a seguir fornece informações adicionais relativas às dez maiores unidades consumidoras da Emissora, no período encerrado em 30 de setembro de 2009:

Dez Maiores Clientes	Indústria
1 - Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA	Siderurgia
2 - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS	Siderurgia
3 - Ligas de Alumínio S.A. - LIASA	Ferroligas
4 - Companhia Brasileira de Carbureto de Cálcio – CBCC	Ferroligas
5 - Acelor Mital Brasil S.A. – Juiz de Fora	Siderurgia
6 - Italmagnésio Nordeste S.A.	Ferroligas
7 – Acesita S.A.	Siderurgia
8 - Rima Industrial S.A. – Várzea da Palma	Ferroligas
9 – Gerdau Açominas S.A.	Siderurgia
10 - White Martins Gases Industriais Ltda.	Química

Fonte: Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, os dez maiores clientes industriais da Emissora responderam por 42,93% da eletricidade total consumida e 40,07% da receita. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, esses percentuais foram de 40,63% da eletricidade total consumida e 35,24% da receita. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, esses percentuais foram de 41,57% e 37,82%, respectivamente. No período encerrado em 30 de setembro de 2009, os dez maiores clientes industriais da Emissora responderam por 40,74% da eletricidade total consumida e 35,78 % da receita, sendo que no mesmo período em 2008, esses percentuais foram de 41,36% e 36,30%, respectivamente. A maioria dos contratos celebrados pela Emissora e seus dez maiores clientes industriais possuem prazo de vigência até 2010, enquanto, a maioria dos clientes do Ferroligas estão previstos para 2014.

ANÁLISE DE DEMANDA

As tabelas abaixo apresentam o volume total de energia vendida pela Emissora, por setor de atividade dos seus clientes, nos períodos indicados:

	Consolidado (Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh		R$	
	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
Industrial	138	130	12.161.980	14.402.686	1.308.430	1.382.995
Comercial	1	-	3.441	-	9.604	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	(19.723)	24.042
	139	130	12.165.421	14.402.686	1.298.311	1.407.037
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	44	42	11.514.114	9.046.560	1.216.570	810.609
Transações com energia na CCEE	-	-	1.577.657	980.332	117.022	114.235
Total	**183**	**172**	**25.257.192**	**24.429.578**	**2.631.903**	**2.331.881**

Fonte: Companhia

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Fonte: Companhia

	Consolidado								
	(Não revisado pelos auditores independentes)								
	Nº de Consumidores			MWh			R$		
	2008	2007	2006	2008	2007	2006	2008	2007	2006
Industrial	135	134	127	19.561.574	18.262.805	17.858.752	1.899.009	1.646.941	1.453.793
Comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	-	-	34.846	16.366	3.673
	135	134	127	19.561.574	18.262.805	17.858.752	1.933.855	1.663.307	1.457.466
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	41	43	43	12.081.809	13.549.980	11.708.028	1.084.005	1.046.645	742.541
Transações com energia na CCEE	-	-		-	-	-	136.156	72.493	126.741
Total	**176**	**177**	**170**	**31.643.383**	**31.812.785**	**29.566.780**	**3.154.016**	**2.782.445**	**2.326.748**

Fonte: Companhia

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

O faturamento total da Emissora em 2006 foi de aproximadamente R$ 2,32 bilhões. No referido ano, os clientes industriais responderam por 60% do total de energia vendida pela Emissora. Em 2007, o faturamento total da Emissora foi de aproximadamente R$ 2,78 bilhões. No referido ano, os clientes industriais responderam por 57,41% do total de energia vendida pela Emissora. Já em 2008, o faturamento total da Emissora foi de aproximadamente R$ 3,15 bilhões, sendo que, os clientes industriais responderam por 61,82% do total de energia vendida pela Emissora.

A análise do desempenho do mercado faturado da Emissora, comparando-se os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 com igual período dos anos anteriores de 2006 e 2007, está apresentada a seguir:

Comparando 2006 e 2007, a energia faturada totalizou 29.566.780 MWh e 31.812.785 MWh, respectivamente, registrando um aumento de 7,6%. Dessa energia, 54,7% é formada por clientes industriais livres, localizados no Estado de Minas Gerais; 38,2% refere-se ao suprimento de contratos bilaterais; e o restante, 7,1%, ao atendimento de clientes industriais fora do Estado de Minas Gerais.

Comparando 2007 e 2008, a energia faturada totalizou 31.643.383 MWh, registrando uma redução de 0,5%. Dessa energia, 54,7% é formada por clientes industriais livres, localizados em sua área de concessão; 38,2% refere-se ao suprimento de contratos bilaterais; e o restante, 7,1%, ao atendimento de clientes industriais fora de sua área de concessão.

O mercado consolidado de energia da CEMIG GT, excluindo o montante de vendas no MRE (515 GWh), totalizou 25.257 GWh, apresentando um crescimento de 3,4%, explicado pelo maior volume de chuvas em 2009, que levou a um volume de energia secundária maior do que ocorrido em 2008, aumentando as liquidações a PLD na CCEE, por compras de energia que aumentaram a disponibilidade de vendas da CEMIG GT e, em menor escala, pela entrada em operação comercial da PCH Cachoeirão em novembro de 2008.

A redução de 15,6% nas vendas a clientes livres industriais pode ser explicado pela desaceleração da atividade industrial após outubro de 2008 e também pela elevada base de 2008, em virtude de alguns clientes terem feito uso de flexibilidades contratuais, ampliando as compras de energia nos primeiros meses de 2008, devido ao aumento do preço de curto prazo (PLD) naquele período. Seis ramos da atividade industrial detêm 86,1% do total da energia vendida aos clientes livres, sendo que cinco apresentaram redução: Extrativa Mineral (-20,7%), Ferroligas (-16,2%), Química (-42,0%), Siderurgia (-14,0%) e Não Ferrosos (-3,2%). O ramo Cimento apresentou crescimento de 6,6% refletindo o aumento de investimentos públicos e as medidas de incentivo do governo para o setor de construção civil.

Com relação às vendas no atacado, os volumes negociados no ACR (CCEAR), considerando as transações entre empresas, tiveram crescimento de 54,8% devido ao início de vigência de contratos de energia nova e dos produtos vendidos no 9° leilão de ajuste, enquanto que as vendas para comercializadoras tiveram redução de 44,8% devido ao direcionamento da energia para segmentos mais atrativos da carteira e ao encerramento de contratos no final de 2008.

Na classe industrial, os ramos que mais se destacaram no período de janeiro a dezembro de 2008 em relação ao mesmo período dos anos anteriores de 2006 e 2007 foram:

Ramos da Indústria	Variação % jan-dez 2007 / 2006	Variação % jan-dez 2008 / 2007	Participação % em relação ao Industrial Total (jan-set 2009)
Siderurgia	0,5	2,0	29,4
Ferroligas	4,3	9,4	24,2
Química	10,4	2,2	9,6
Extrativa Mineral	35,4	24,0	9,1
Cimento	-2,2	4,9	5,9

Fonte: Companhia.
Dados referentes ao mercado da CEMIG GT (clientes da CEMIG GT + Cachoeirão)

Os indicadores macroeconômicos do setor industrial no Estado mostraram um desempenho positivo, no exercício de 2008, quais sejam: (i) crescimento de 1,6% da produção física na indústria geral (decréscimo de 0,4% da extrativa mineral e crescimento de 1,9% da indústria de transformação); (ii) crescimento de 4,6% do volume de exportação (crescimento de 4,9% de minério de ferro e 2,7% em veículos); e (iii) crescimento de 6,2% no nível de emprego da indústria mineira.

FATURAMENTO E COBRANÇA

O faturamento mensal na geração e os procedimentos de cobrança relativos ao fornecimento de eletricidade pela Emissora variam segundo a classe e tensão de seus clientes.

Os clientes de grande porte que recebem eletricidade em média e alta tensão, geralmente, são faturados no mesmo dia da leitura de seus medidores, sendo o pagamento efetuado dentro de cinco dias úteis a contar da entrega da fatura e deverá ocorrer de acordo com os prazos ajustados nos respectivos contratos. A Emissora não tem clientes de baixa tensão.

Para realização de seus pagamentos, os clientes da Emissora recebem boletos bancários pagáveis, até o vencimento, em qualquer instituição financeira ou via "internet", diretamente no "site" do banco.

Procedimentos de Cobrança

A Emissora possui um eficiente procedimento de cobrança de suas faturas de geração o que resulta em uma arrecadação anual equivalente a, aproximadamente, 95% de seu faturamento no mesmo período.

O procedimento de cobrança de clientes inadimplentes da Emissora é realizado pelos agentes de negócio, que entram em contato imediato com o consumidor inadimplente para negociar as condições de pagamento do débito. A interrupção do fornecimento de energia elétrica será efetivada após 15 dias, contados do conhecimento do cliente.

Os usuários dos Sistemas de Transmissão integrados à Rede Básica contratam estes serviços por meio do CUST. A Emissora disponibiliza seus ativos de transmissão ao ONS, por meio da celebração do CPST e por meio deste mesmo instrumento contratual, autoriza o ONS a representá-la perante os usuários. O ONS calcula os valores dos Encargos de Transmissão, em função das indisponibilidades dos Ativos, ultrapassagens de demanda, sobrecargas e demandas Contratadas, e encaminha o AVC – Aviso de Crédito, mensalmente, no mínimo 8 dias úteis antes do dia 15 do mês seguinte à prestação do serviço, para a Emissora, que verifica os valores deste documento e emite, com 5 dias úteis de antecedência, os documentos de cobrança (faturas), diretamente a cada usuário (Distribuição, Geração e Consumidores Livres) e controla o recebimento destas faturas. Os pagamentos dos valores faturados são divididos em 3 parcelas com vencimentos nos dias 15, 25 e 05 do mês seguinte.

Os usuários dos Sistemas de Transmissão integrados à Rede Básica regulam a conexão a estes sistemas por meio do CCT. Outros Agentes de Transmissão compartilham as Instalações de Transmissão da Emissora, e esse compartilhamento é regulado por meio do CCI. A Emissora presta serviços de operação e manutenção para outros agentes. Estes serviços são regulados por meio de um CPSO&M. Em todos esses casos não há intervenção do ONS no processo de faturamento.

Inadimplência

A inadimplência mensal da Emissora se mantém, em patamares históricos, com variações mensais nunca superiores a 5,0%. A Emissora vem adotando medidas para diminuir o nível de inadimplência por parte de seus consumidores.

Em 31 de dezembro de 2006, a Emissora possuía aproximadamente R$ 8,6 milhões devidos em faturas vencidas, o que representava 0,30% da receita operacional bruta da Emissora no referido ano. Desse valor, R$ 6,6 milhões correspondiam a faturas vencidas em um período menor ou igual a 90 dias.

Em 31 de dezembro de 2007, a Emissora possuía aproximadamente R$ 48,1 milhões devidos em faturas vencidas, o que representava 1,4% da receita operacional bruta da Emissora no referido ano. Desse valor, R$ 1,8 milhões correspondiam a faturas vencidas em um período menor ou igual a 90 dias.

Em 31 de dezembro de 2008, a Emissora possuía aproximadamente R$ 64,2 milhões devidos em faturas vencidas, o que representava 2% da receita operacional bruta da Emissora no referido ano. Desse valor, R$ 21,8 milhões correspondiam a faturas vencidas em um período menor ou igual a 90 dias.

Em 30 de setembro de 2009, a Emissora possuía aproximadamente R$ 80,9 milhões devidos em faturas vencidas, o que representava 2,5% da receita operacional bruta da Emissora no referido período. Desse valor, aproximadamente R$ 22 milhões correspondiam a faturas vencidas em um período menor ou igual a 90 dias.

A tabela a seguir mostra a posição de contas a receber da Emissora, em 31 de dezembro de 2008, 31 de dezembro de 2007, 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008:

(Em R$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
Idade do Débito	2006		2007		2008	
		(%)		(%)		(%)
Valores a vencer	234.720	96,47	251.790	83,96	293.558	82,06
Vencidos até 90 dias	6.623	2,72	1.821	0,61	21.818	6,10
Vencidos acima de 90 dias	1.972	0,81	46.185	15,43	42.357	11,84
Total	243.315	100,00	299.796	100,00	357.733	100,00

Fonte: Companhia

	Período findo em 30 de setembro			
	2008		2009	
		(%)		(%)
Valores a vencer	292.067	88,06	309.962	79,30
Vencidos até 90 dias	0	-	12.338	3,15
Vencidos acima de 90 dias	39.501	11,94	68.596	17,55
Total	331.568	100,00	390.896	100,00

Fonte: Companhia

A Emissora geralmente negocia a dívida antes de efetuar os cortes de energia elétrica em seus clientes de alta tensão. Já para os clientes de média tensão a Emissora também negocia a dívida e, caso não obtenha êxito, a energia elétrica é cortada em 15 dias após o reaviso.

O maior devedor do setor privado da Emissora, em 30 de setembro de 2009, devia à Emissora o valor de aproximadamente R$ 46,1 milhões, incluindo-se nesse montante débitos com pendências judiciais.

A inadimplência na Transmissão não é relevante, em função dos instrumentos de garantia atrelados aos contratos que regulam as transações comerciais. O ONS, que centraliza as informações de pagamento, desempenha importante papel no acionamento das garantias, em caso de falta de pagamento dentro dos prazos estabelecidos.

PERDAS DE ENERGIA

Tendo em vista a topologia do sistema interligado nacional, no que tange às usinas de geração de energia elétrica e ao sistema de transmissão em alta tensão (rede básica, com tensão acima de 230 kV), o planejamento da operação eletroenergética calcula as perdas técnicas cujo valor é contabilizado, sendo que o custo associado é repartido igualmente para os agentes de geração e para os agentes de distribuição.

INVESTIMENTOS

A tabela a seguir apresenta os valores dos investimentos realizados pela Emissora no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008:

Investimentos *(Em R$ Milhões)*	**30 de setembro de 2009**	**30 de setembro de 2008**
Geração	16,8	106,0
Transmissão	6,3	10,6
Outros	1,5	0,0
Total	24,6	116,6

Fonte: Companhia

Os investimentos realizados pela Emissora são necessários, não só para melhoria da eficiência de seu sistema de geração e transmissão, como também para atender a novos consumidores, eliminar passivos ambientais e atender eventuais exigências da ANEEL.

Vale destacar que, como subsidiária integral da CEMIG, uma sociedade de economia mista, a Emissora enfrenta, atualmente, limitações em sua capacidade de obtenção de financiamentos, estando sujeita a restrições quanto à sua capacidade de celebrar certas transações financeiras internacionais nos termos das leis e regulamentos em vigor no Brasil. Dessa forma, a Emissora necessita de aprovação prévia do Ministério da Fazenda brasileiro e do Banco Central para realizar operações de emissões de títulos, empréstimos ou financiamentos para importação, na medida em que tais transações envolvem a realização de pagamentos mediante a compra de moeda estrangeira no Brasil para remessa ao exterior. Ademais, as instituições financeiras no Brasil estão sujeitas às restrições de exposição a risco relativo a governos estaduais, órgãos governamentais e estatais. As restrições mencionadas neste parágrafo não têm impedido a obtenção de financiamentos, embora não se possa garantir que a capacidade da Emissora de obter financiamento não será obstada por futuras restrições. Se for incapaz de levantar o capital suficiente mediante mercados domésticos ou deixar de obter a aprovação necessária para obter fundos suficientes no mercado internacional, a Emissora poderá enfrentar fluxos de caixa insuficientes para atender os dispêndios estimados de capital, fazendo com que seus resultados financeiros sejam prejudicados.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Conforme determinado pela Lei 9.991/00, a partir de 1º de janeiro de 2006, as geradoras e os produtores independentes, bem como as transmissoras, ficaram obrigadas a aplicar, anualmente, o montante mínimo de 1% de sua Receita Operacional Líquida, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, excluindo-se, por isenção, as empresas que geram energia, exclusivamente, a partir de instalações eólicas, solares, de biomassa e PCHs. Os recursos têm sido regularmente provisionados e os projetos submetidos à aprovação da ANEEL, conforme regulamentação aplicável.

No que tange à pesquisa e desenvolvimento, os recursos devem ser distribuídos da seguinte forma: 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL, 40% destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e 20% destinados ao MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como, os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008, a Emissora aplicou R$ 2 milhões e R$ 2,2 milhões, respectivamente, em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética. Nos períodos encerrados em 30 de setembro de 2009 e 2008, a Emissora aplicou R$ 2,5 milhões e R$ 1,4 milhões, respectivamente, em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.

PROPRIEDADES E EQUIPAMENTOS

Os principais ativos de geração de energia elétrica da Emissora, presentes em 49 usinas hidrelétricas, 2 usinas termelétricas e 2 usinas eólicas, compreendem:

• terrenos;

• reservatórios, barragens e adutoras;

• edificações, obras civis e benfeitorias;

• máquinas e equipamentos, entre eles geradores, turbinas, equipamentos de tomada d'água.

Os principais ativos de transmissão de energia elétrica da Emissora compreendem 2.966 km de linhas de 500 kV, 162 km de linhas de 440 kV, 1.934 km de linhas de 345 kV e 1.049 km de linhas de 230 kV, bem como 63 subestações com capacidade de transformação total de 16.133 MVA.

SEGUROS

A Emissora contrata seus seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras brasileiras e internacionais que operam no Brasil. A Emissora possui um comitê que decide sobre a contratação de seus seguros e sua administração acredita que a cobertura de seguros é compatível com as suas atividades e está em conformidade com as práticas internacionais.

A Emissora possui seguro de risco operacional dos principais equipamentos de geração e transmissão, de valor acima de R$ 0,9 milhão junto à Itaú Seguros S.A.. Via de regra, a Emissora mantém seguro com coberturas específicas junto a companhias de seguro de primeira linha para cobrir perdas e danos em equipamentos das subestações de transmissão e usinas causados por incêndio, por acidentes e riscos operacionais.

A Emissora, exceto em relação ao ramo aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e nem está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

A tabela a seguir apresenta uma descrição sumária das principais apólices de seguro mantidas pela Emissora em 30 de setembro de 2009:

***(Em $ Mil)* Ativos**	**Cobertura**	**Data de Vigência**	**Importância Segurada**	**Prêmio Anual**
Almoxarifados, Instalações prediais e Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	08/11/2009 a 08/11/2010	R$ 214.713	R$ 60
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de geração e transmissão de valor acima de R$ 940 mil	Total	05/05/2009 a 05/05/2010	R$ 1.442.834	R$ 2.203
Aeronáutico – Aeronaves (*)	Casco Responsabilidade Civil	25/05/2009 a 29/04/2010	US$ 4.100 US$ 10.000	US$ 22

Fonte: Companhia

PROPRIEDADE INTELECTUAL

A Emissora tem por política proteger suas marcas nos diversos países onde atua ou pretende atuar. A CEMIG mantém um escritório externo especializado em marcas e patentes, que dá suporte a todas as suas controladas, inclusive a Emissora.

Em 30 de setembro de 2009, a Emissora possuía 2 patentes de invenção concedidas, 13 pedidos de privilégio sobre invenções, nenhum pedido de registro de marcas, 5 pedidos de modelo de utilidade solicitados, 1 patente de modelo de utilidade concedida e nenhum registro de marca concedido.

CONCORRÊNCIA

Os contratos de concessão no segmento de transmissão de energia elétrica asseguram à Emissora exclusividade na prestação dos serviços e exploração das instalações neles previstos, afastando a concorrência na exploração de tais concessões, durante todo o prazo de vigência dos contratos. As concessões da Emissora expiram entre 2015 e 2030, podendo ser renovadas, a critério do Poder Concedente e desde que determinados parâmetros em relação à prestação do serviço público tenham sido atendidos. Em razão da discricionariedade do Poder Concedente para renovação de concessões, a Emissora poderá ter de enfrentar concorrência de terceiros ao pleitear a renovação de suas concessões.

Além disso, existe também concorrência significativa no setor de transmissão de energia elétrica no âmbito das licitações para outorga de concessões para exploração de novas instalações de transmissão, que são realizadas com base no critério de menor RAP oferecida pelos licitantes.

No caso da geração, a energia produzida pela Emissora deverá ser comercializada como energia existente, no ACR e/ou ACL. O ACR é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação. A concorrência no ACR, para a Emissora, se dá por meio de leilões de compra de energia existente para suprimento às distribuidoras do Sistema Interligado. Ademais, no ACR, o investidor em geração enfrenta competição quando de sua participação nos leilões por novas concessões. A proposta vencedora obtém o contrato de concessão e um contrato de venda da energia com prazo entre 15 e 30 anos.

O ACL é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, por meio de contratos bilaterais livremente negociados, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio da negociação, sendo preços e condições acordados entre as partes. Nesse ambiente, a competição é exercida entre os concessionários e autorizados de geração, comercializadoras e importadores de energia elétrica.

SAZONALIDADE

As atividades de transmissão da Emissora não apresentam sazonalidade relevante, uma vez que a receita é baseada na disponibilidade das redes de transmissão e não na quantidade de energia transportada para consumo dos usuários finais.

As unidades de geração de energia hidrelétrica da Emissora são ligadas ao SIN, que possui reservatórios desenvolvidos para regularizar a vazão e a operação do sistema elétrico como um todo, por meio do MRE. A função deste mecanismo é o suporte mútuo e solidário à produção da energia das unidades credenciadas. Assim, ainda que a produção de energia hidrelétrica esteja ligada a fatores climáticos e hidrológicos, em condições usuais, o sistema possui mecanismos para mitigar os efeitos desses fatores.

EMPREGADOS E RELAÇÕES TRABALHISTAS

Em 30 de setembro de 2009, a Emissora possuía 2.050 empregados, divididos conforme a tabela abaixo. Adicionalmente, a Emissora terceiriza certos serviços tais como: construção e manutenção de linhas e redes, limpeza de faixa, poda de árvores, corte e ligação, leitura e projeto e topografia. A Emissora acredita que, de modo geral, as relações que mantém com seus empregados são satisfatórias.

A tabela abaixo indica a evolução do quadro de profissionais da Emissora:

	Nº de funcionários em	
	30 de setembro de 2009	**30 de setembro de 2008**
Gerentes*	80	64
Profissionais	519	526
Técnicos operacionais	1.151	1.234
Funcionários de escritório	300	359
Total	**2.050**	**2.183**

Fonte: Companhia
*inclui Gestores

A remuneração básica dos empregados da Emissora compreendeu, em 2008, R$ 242,9 milhões, e no período encerrado em 30 de setembro de 2009, R$ 137,7 milhões. A Emissora tem como prática remunerar seus empregados de forma competitiva, compatível com as melhores práticas de mercado e de acordo com as atividades exercidas, o desempenho e competência individual de cada empregado.

Em 2008, a remuneração global dos empregados da Emissora, somando remuneração, encargos sociais e benefícios concedidos aos seus empregados, totalizou R$ 361,3 milhões, e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, R$ 228,2 milhões.

Com relação aos serviços terceirizados, a Emissora teve um custo de R$ 114 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 e de R$ 88 milhões no período encerrado em 30 de setembro de 2009.

Participação nos Lucros ou Resultados

A participação dos empregados nos resultados do exercício de 2008 e 2007 foi definida por meio de acordo coletivo. Em conformidade com o referido acordo, a participação nos resultados do exercício de 2008 com relação à Emissora, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a, aproximadamente, R$ 86,3 milhões.

Previdência Privada

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela Emissora por meio de uma participação percentual nos ativos e obrigações do plano, no percentual de 22,63%, determinado em função da alocação dos empregados na Emissora em dezembro de 2004.

A Emissora registrou em seu balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2008 e em 30 de setembro de 2009, obrigações no valor de R$ 279 milhões e R$ 270 milhões, respectivamente, relativas às contribuições dos referidos planos. Em 30 de setembro de 2009, a FORLUZ possuía 4.613 participantes ativos, aposentados e pensionistas, patrocinados pela Emissora inscritos em seus planos, conforme mostra a tabela a seguir.

Número de Participantes por Planos – FORLUZ em 30 de setembro de 2009			
Item	**Benefício Definido - BD**	**Saldado - A**	**Misto - B**
Ativos	2	415	2.052
Aposentados	8	1.930	501
Pensões	2	382	43

Fonte: Companhia

Obs: O somatório dos números da tabela não corresponde ao total de participantes ativos e assistidos, tendo em vista que vários deles participam dos planos A e B simultaneamente (o somatório é sempre maior).

O número de empregados da Emissora filiados aos planos de previdência privada era, em 30 de setembro de 2009, de 2.054, equivalente a 99,9% do total de empregados.

Ademais, a Emissora mantém, de modo independente, aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

FORLUZ

Por meio de deliberações de sua Diretoria, a Emissora reconheceu diferentes débitos em relação à FORLUZ. Esses débitos são relacionados ao passivo atuarial e outros benefícios pós-emprego de suplementação de aposentadorias e pensões, seguro de vida, plano de saúde e plano odontológico. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, esses débitos totalizavam R$ 215 milhões, e no período findo em 30 de setembro de 2009, esses débitos totalizavam R$ 208 milhões. Segundo informações da Emissora, esses débitos deverão ser amortizados progressivamente até junho de 2024.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas pela Emissora, conforme previsto contratualmente.

Capacitação e Treinamento

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008, a Emissora investiu aproximadamente R$ 3,6 milhões e R$ 5,9 milhões, respectivamente, em seus programas de treinamento.

Segurança no Trabalho

Para garantir o cumprimento de sua política de segurança, a Emissora possui um serviço especializado em engenharia de segurança e medicina do trabalho, 19 comissões internas de prevenção de acidentes e está implantando o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, com base na Especificação OHSAS 18001, em todas as áreas que interagem com o sistema elétrico de potência.

Para maiores informações relacionadas à Emissora, sobre: (i) relações com sindicatos, (ii) participação nos lucros ou resultados; (iii) planos de opção de compra de ações; (iv) previdência privada e outros benefícios; (v) FORLUZ; (vi) capacitação e treinamento; e (vii) segurança no trabalho *vide* Seção *"Négocios da Garantidora - Empregados e Relações Trabalhistas"* na página 282 deste Prospecto.

MEIO AMBIENTE

As atividades de geração e transmissão de energia elétrica da Emissora estão sujeitas à legislação federal e estadual de ampla cobertura referente à preservação do meio ambiente. A Constituição Federal confere poderes aos Governos Federal e Estadual para promulgar leis destinadas a proteger o meio ambiente e a editar regulamentação ao amparo dessas leis. Os governos estaduais podem promulgar regulamentação ambiental ainda mais severa do que as promulgadas na esfera federal e a maior parte da legislação ambiental no Brasil foi promulgada na esfera estadual. A empresa que violar a legislação ambiental aplicável poderá ficar sujeita a multas significativas e restrições às suas atividades que poderia exercer. Os órgãos estaduais responsáveis pela expedição de licenças ambientais em Minas Gerais são a FEAM e o COPAM.

A Emissora acredita estar cumprindo os aspectos relevantes de todas as leis e regulamentos ambientais pertinentes.

Para informações gerais sobre os aspectos ambientais que afetam a Emissora, *vide* Seção *"O Setor de Energia Elétrica no Brasil"* na página 186 deste Prospecto.

Política Ambiental

A Emissora trata a questão do meio ambiente de maneira altamente profissional, definindo estratégias ambientais, no curto, médio e longo prazo. Para tanto, possui um Comitê de Planejamento Estratégico, o qual visa tomar conhecimento das questões ambientais, buscando sempre novas soluções e melhorias. De forma a melhor tratar a questão do meio ambiente, a Emissora elabora um plano quinquenal de negócios, bem como programas e orçamentos anuais, definindo, ainda, prioridades corporativas, visando, dessa forma, gerar riqueza de maneira ambientalmente correta, por meio de sistemas de gestão, análise de impactos, verificações e parcerias e soluções tecnológicas.

A Emissora conduz auditorias internas anuais de forma a verificar suas políticas ambientais. Além disso, a Emissora estabelece diversos programas de prevenção e controle de danos, com a finalidade de limitar os riscos relacionados às questões ambientais. De acordo com a sua política ambiental, a Emissora contabiliza os custos destes programas quando efetivamente incorridos, provisionando os respectivos custos de recuperação quando sua responsabilidade é considerada provável e os referidos montantes calculáveis.

A Emissora tem participação em diversos Conselhos de Meio Ambiente, entre os quais: (i) COPAM, notadamente na Câmara Técnica de Infra-Estrutura e na Câmara Técnica de Energia e Mudanças Climáticas; (ii) Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS (afiliada da WBCSD - *World Business Council for Sustainable Development,* na Câmara Técnica de Energia e Mudança do Clima; (iii) Conselho Estadual de Recursos Hídricos; e (iv) quase todos os Comitês de Bacias de rios de Minas Gerais e que passam pelo Estado.

A Emissora investe em pesquisa e desenvolvimento ambiental e participa de programas de educação ambiental para a população e diversas outras ações.

A Lei Estadual nº 15.972, publicada em 12 de janeiro de 2006, sobre fiscalização ambiental, alterou a estrutura orgânica dos órgãos de meio ambiente de Minas Gerais, além de estabelecer em diversos de seus artigos, disposições relativas a uma elevação dos valores das multas a serem aplicadas no Estado e ampliação dos mecanismos de fiscalização, que agora incluem a Polícia Ambiental de Minas Gerais. A promulgação desta lei e sua regulamentação reforçou a fiscalização ambiental no Estado de Minas Gerais, onde estão situadas a maior parte das instalações da Emissora.

Licenciamento Ambiental

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de obras que utilizem recursos ambientais e que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras e passíveis de causar degradação ambiental dependem de prévio licenciamento ambiental, concedido pelo respectivo órgão ambiental competente. A ausência da licença ambiental pode sujeitar uma empresa a sanções de natureza civil, administrativa e/ou penal.

A Emissora tem obtido todas as licenças ambientais necessárias à implantação de seus novos empreendimentos.

Atualmente, cerca de 45% da capacidade instalada total de geração da Emissora já possui licença ambiental de operação. Para a instalação de transmissão, esse número chega a 75%.

Atendimento às Exigências Ambientais

A Emissora acredita estar em cumprimento com as leis e regulamentos ambientais aplicáveis. Durante os anos de 2007 e 2008, a Emissora investiu aproximadamente R$ 7,7 milhões e R$ 24,8 milhões, respectivamente, em projetos de adequação ambiental de instalações e equipamentos, e na implantação de novos empreendimentos. Nos mesmos períodos, a Emissora teve despesas no valor de R$ 19,9 milhões e R$ 30,1 milhões, respectivamente, com a operação e a manutenção no desempenho de suas atividades, tais como destinação final de resíduos, implantação de sistemas de gestão ambiental, auditorias, plantio de mata ciliar, produção de alevinos, implantação das políticas de poda de árvores e óleo, programas de educação ambiental, manutenção das unidades de conservação, treinamento e outras ações.

Licença de Operação Ambiental Corretiva

As Portarias Normativas do COPAM nº 17/96 e nº 23/97 estabelecem que as licenças de operação deverão ser renovadas de tempos em tempos por períodos de 4 a 8 anos dependendo do tamanho e do potencial poluidor da instalação. De acordo com o disposto na Portaria nº 28/03 do IPHAN, a renovação das licenças de operação das usinas hidrelétricas está condicionada a um parecer favorável do IPHAN com relação aos estudos arqueológicos da área de depleção do reservatório da usina.

De acordo com a Resolução do CONAMA nº6/87, estudos de avaliação de impacto ambiental devem ser feitos com a preparação do relatório de avaliação de impacto ambiental, para as maiores instalações de geração construídas no Brasil depois de fevereiro de 1986. Enquanto esses estudos não são requeridos pelos órgãos ambientais para instalações construídas antes de fevereiro de 1986, tais instalações deverão obter licença de operação ambiental corretiva, mediante apresentação de formulário contendo certas informações referentes à instalação em questão. Após o recebimento do formulário, o órgão ambiental competente poderá determinar que sejam desenvolvidos estudos ambientais complementares ao pedido de licença corretiva.

A Lei de Crimes Ambientais estabeleceu multas para instalações que operem sem licenças ambientais. Em 1998, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1.710 (atualmente Medida Provisória nº 2.163/41), que estabelece disposições para operadoras de projeto visando à celebração de contratos com os órgãos normativos ambientais competentes para o fim de dar cumprimento à Lei de Crimes Ambientais.

A Emissora está negociando com o IBAMA e as SUPRAMs a obtenção de licença de operação ambiental corretiva para todos os seus empreendimentos que tenham iniciado operação antes de fevereiro de 1986. Até o momento, a Emissora já obteve referida licença para os seguintes empreendimentos: Usinas Hidrelétricas Itutinga e São Simão e as Pequenas Centrais Hidrelétricas Gafanhoto, Joasal, Paciência, Pissarrão, Poquim, Rio de Pedras, Salto Morais e Santa Luzia.

Os empreendimentos de transmissão da Emissora que não foram licenciados à época da sua construção encontram-se em processo de licenciamento corretivo na nas SUPRAMs ou no IBAMA (aqueles que estão interligados com as Usinas Hidrelétricas de Jaguara e Volta Grande, cujas subestações estão localizadas no Estado de São Paulo), com estudos ambientais elaborados e protocolizados naquele Instituto.

Todos os demais empreendimentos de transmissão foram agrupados por Sistemas Regionais (Sudeste, Leste, Centro e Triângulo), nos quais, apenas o Sistema Centro ainda encontra-se em licenciamento junto à SUPRAM Central Metropolitana.

Os critérios de compensação ambiental e social não estão definidos, o que poderá fazer com que as solicitações de órgãos ambientais, Ministério Público, ONGs e populações afetadas sejam adicionais às tradicionalmente propostas. Devido a essas incertezas, as compensações ambientais e sociais podem afetar o licenciamento (inclusive o corretivo), prazos e orçamento de novos empreendimentos, e até mesmo inviabilizá-los. Ressalta-se que existem discussões atualmente em andamento nos órgãos ambientais oficiais (federal e estadual) com o objetivo de estabelecer critérios para disciplinar as compensações ambientais.

Custos de Preservação e Recuperação Ambiental

A Emissora estabelece diversos programas de prevenção e controle de danos, com a finalidade de limitar os riscos relacionados às questões ambientais. Tais programas são estabelecidos no âmbito de cada diretoria da Emissora, cujas respectivas ações são coordenadas pela Vice-Presidência e pelo Comitê de Meio Ambiente, a qual define suas políticas e diretrizes ambientais.

De acordo com a sua política ambiental, a Emissora contabiliza os custos destes programas quando efetivamente incorridos, provisionando os respectivos custos de recuperação.

A Emissora conduz auditorias internas anuais de forma a verificar o cumprimento das diretrizes de suas políticas ambientais.

Outros Projetos

A Emissora investe, dentre outros, em projetos de pesquisa e desenvolvimento ambiental e participa de programas de reflorestamento ciliar, arborização urbana, educação ambiental e diversas outras ações.

Padrões Internacionais Ambientais

A Emissora, embora diligente em suas atividades no que diz respeito ao meio ambiente e ciente das suas responsabilidades e da regulamentação brasileira do meio ambiente, não aderiu a padrões internacionais ambientais.

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO À CULTURA

A busca de novas formas para colaborar com as comunidades em que a Emissora atua é uma preocupação constante.

A Emissora possui forte orientação social, tendo como objetivos a ética e a responsabilidade sócio-empresarial. A Emissora participa de diversos programas sociais coordenados pela CEMIG, que possui um comitê de responsabilidade social empresarial que estabelece sua política de responsabilidade social e cidadania, podendo ser citados como exemplos o Projeto Terra de Gente (educação ambiental nas escolas) e o Projeto Fred (oficinas de artes em penitenciárias e para jovens em risco social).

SISTEMA DE GESTÃO DE CERTIFICADOS

A Emissora trabalha com Sistemas de Gestão da Qualidade – SGQ (NBR ISO 9001), Ambiental – SGA (NBR ISO 14001) e de Saúde e Segurança – SGS (conforme a norma OHSAS 18001), cuja abrangência vem se ampliando significativamente. As áreas da Emissora podem se certificar em Sistema de Gestão Ambiental – SGA, conforme a Norma NBR ISO 14001 ou adotar um Sistema de Gestão Interno, denominado SGA Nível 1, desenvolvido considerando-se os princípios da Norma NBR ISO 14001.

A Emissora mantêm desde 2006 os Sistemas Integrados de Gestão – SIG (Qualidade, Ambiental e Saúde e Segurança) na Gerência das Usinas do Oeste, gestão de ativos da usina hidrelétrica Nova Ponte e estações ambientais Volta Grande e Galheiro, nos processos de manutenção, operação, administração e ambiental, para geração de energia elétrica, bem como nas Usinas do Triângulo (UHE Miranda e São Simão), no Centro Sul (UHE Itutinga), no Leste (UHE Rosal) e a partir de 2009 no Norte (UHE Irapé).

Com os sistemas integrados - ISO 9001, OHSAS e o Sistema Ambiental Nível 1, a Emissora mantém as regiões do Oeste com as UHEs Volta Grande e Jaguara, a região do triângulo com a UHE Emborcação, a região Centro-Sul com a UHE Camargos, a região Leste com a UHE Salto Grande e a região norte com a UHE Três Marias e a Usina Térmica Igarapé.

Estão certificados no SIG os processos de manutenção de ativos de subestações e linhas de transmissão das Regionais Sudeste, Leste Triângulo e Centro Norte e o serviço de Monitoramento da Segurança de Barragens e Estruturas Civis de Geração, operadas e mantidas pela Emissora

Em SGQ – ISO 9001, a Emissora mantêm os processos de:

- COS com o serviço de operação de sistemas de produção e transmissão de energia elétrica e fornecimento de previsão de cargas;

- gestão regulatória, contratual e técnica das receitas dos negócios da transmissão da Emissora;

- engenharia de manutenção da geração aplicada aos estudos, gerenciamento técnico na implantação de reformas e melhorias, planejamento e gestão da manutenção;

- planejamento e acompanhamento da manutenção da transmissão, dentro dos seguintes sub-processos: análise de desempenho, defeitos e falhas; elaboração de especificações e pareceres técnicos; elaboração de diagnóstico de manutenção e desenvolvimento de procedimentos e instruções de manutenção; coordenação da recepção e comissionamento de empreendimentos; estabelecimento de planos de contingência, logística e suprimento da reserva técnica da transmissão e pesquisa, implementação e avaliação de novas metodologias e tecnologias;

- planejamento energético incluindo os processos de: programação da operação, planejamento e análise hidrológica, planejamento e análise energética, recursos hídricos e metereologia;

- produção e disponibilização de: diagramas elétricos de operação, manobra, sistema e operação ONS; diagramas elétricos unifilares de carregamento admissível das linhas de transmissão e seus principais equipamentos terminais; estudos de solicitação de desligamentos de linhas de transmissão, geradores e os principais elementos; solicitação de estudo de viabilidade para implantação de obras e levantamento de custos dos serviços compulsórios; relatório anual de análise dos índices de desempenho das proteções e dos esquemas de religamento automático do sistema de transmissão da Emissora;

- serviços de licenciamento de geração e transmissão e consultorias ambientais em empreendimentos e instalações;

- gestão de custos, orçamento, resultados, pessoal e coordenação de programas de qualidade e segurança na Superintendência de Geração;

- gerenciamento de projetos; estudos de viabilidade de empreendimentos; e

- gerenciamento e desenvolvimento de estudos e projetos de engenharia civil e suporte técnico na implantação de empreendimentos de geração e transmissão de energia para expansão, recapacitação e adequação de ativos.

TECNOLOGIA

A Emissora possui sistemas informatizados e georreferenciados para projeto automatizado de linhas de transmissão, COS e sistema ESCADA, *softwares* próprios para gerenciamento e controle de barragens e reservatórios, sistemas de monitoramento e alarme meteorológicos, sistema de fibra óptica utilizando cabos OPGW para uso próprio em seus sistemas de comunicação e locação de infra-estrutura a terceiros, sistemas de proteção, controle e manutenção preventiva e corretiva para minimizar interrupções, localizar faltas e agilizar o restabelecimento em caso de falha, sistema de padronização e especificação para construção e aquisição de material e serviço.

Adicionalmente, a Emissora compartilha com a CEMIG os sistemas descritos na Seção *"Negócios da Garantidora – Tecnologia"* na página 290 deste Prospecto.

PRÊMIOS

A Emissora, juntamente com a CEMIG e a CEMIG D, foi escolhida pelas revistas Exame e Você S.A. "A Melhor empresa para se trabalhar" na categoria **"**As Maiores" em 2007. Para maiores informações sobre prêmios conquistados pela Emissora *vide* Seção *"Negócios da Garantidora - Prêmios"* na página 291 deste Prospecto.

NEGÓCIOS DA GARANTIDORA

HISTÓRICO

A CEMIG, por meio das sociedades em que participa, é umas das maiores empresas de energia elétrica do Brasil, por sua posição estratégica, competência técnica e mercado atendido. A CEMIG foi constituída em 22 de maio de 1952, como Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., uma sociedade de economia mista com responsabilidade limitada e prazo indeterminado de duração, nos termos da Lei Estadual de Minas Gerais nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e respectiva regulamentação, e nos termos do Decreto Estadual de Minas Gerais nº 3.710, de 20 de fevereiro de 1952.

A constituição da CEMIG tinha por objetivo dar suporte a um amplo programa de modernização, diversificação e expansão do parque industrial do Estado de Minas Gerais. Na década de 60, a CEMIG ampliou suas atividades, incluindo a responsabilidade pela transmissão e distribuição de energia elétrica naquele Estado, em resposta à exigência, por parte dos consumidores, de mais confiabilidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Desde a década de 60 até o início dos anos 80, a CEMIG adquiriu uma série de concessionárias de serviço público de energia de menor porte, estatais e privadas, e suas respectivas concessões, incorporando ao seu próprio sistema, sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia. Principalmente em virtude dessas aquisições, a CEMIG tornou-se a maior concessionária de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica do Estado de Minas Gerais.

Em 1984, o estatuto social da CEMIG foi alterado de forma a permitir a participação da CEMIG em uma gama mais ampla de atividades relativas ao setor de energia por intermédio de companhias separadas, sendo sua denominação alterada para Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Desde então, a CEMIG apresenta como principais objetivos: (i) a construção, operação e exploração de sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos; (ii) o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) a prestação de serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iv) a execução de atividades direta ou reflexamente relacionadas ao seu objetivo social.

A Expansão da CEMIG

Em 1986, foi criada a Gasmig, subsidiária responsável pela distribuição de gás natural por meio de gasodutos localizados em Minas Gerais.

Alterações adicionais da legislação estadual em 1997 autorizaram a CEMIG a participar de atividades não correlatas que pudessem ser realizadas com uso de seus ativos operacionais. Em janeiro de 1999, a CEMIG em conjunto com a AES, empresa controlada pela AES Corporation, decidiu participar de empreendimento conjunto de telecomunicações, internet e televisão a cabo, constituindo a Infovias, sociedade na qual a CEMIG tinha 43,2% de participação. Em 2002, a CEMIG incorporou a Infovias por meio da aquisição da participação que a AES detinha naquela sociedade. A CEMIG detém, ações representativas de 100% do capital social total da Infovias.

Ademais, a CEMIG também presta serviços de consultoria por meio de contratos específicos firmados com companhias de eletricidade em vários países.

Em 24 de novembro de 2003, o estatuto social da CEMIG foi novamente alterado de forma a agilizar os processos administrativos da empresa. A CEMIG operava diretamente seus negócios de geração, transmissão e distribuição de acordo com contratos de concessão celebrados com o Governo Federal. Até 1997, a CEMIG detinha concessões individuais relativas a cada uma de suas instalações de geração e relativas a várias regiões dentro de sua área de distribuição. Em 10 de julho de 1997, a CEMIG celebrou novos contratos de concessão com a ANEEL, que consolidaram suas diversas concessões de geração em um único contrato e suas diversas concessões de distribuição em quatro concessões de distribuição cobrindo as regiões norte, sul, leste e oeste do Estado de Minas Gerais. Na mesma data, a CEMIG celebrou um novo contrato de concessão com a ANEEL, relativo às suas operações de transmissão.

Tendo em vista a Desverticalização, em 30 de dezembro de 2004, a CEMIG transferiu à Emissora e à CEMIG D, conforme o caso, todos os ativos de sua propriedade diretamente relacionados aos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além dos direitos e obrigações associados a tais atividades.

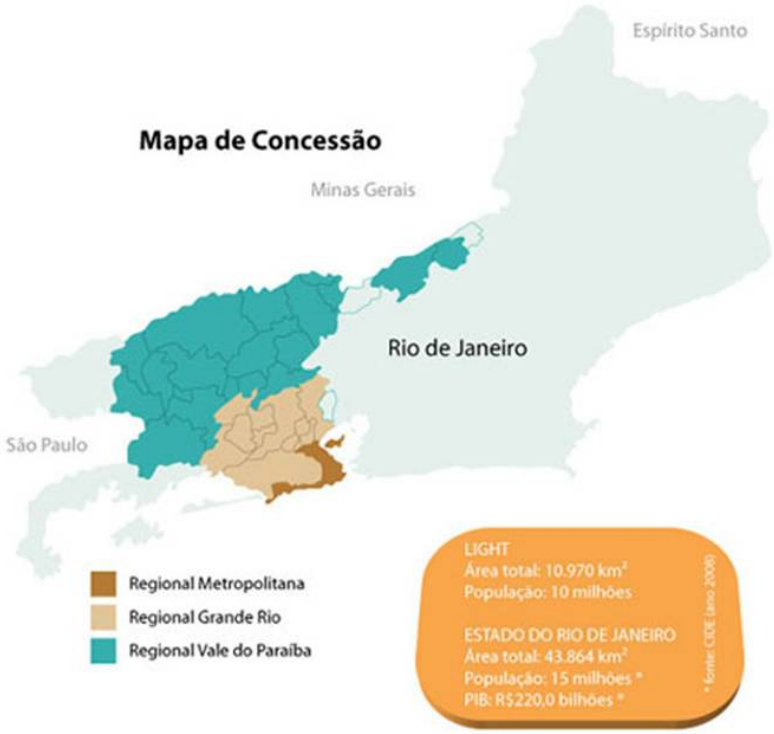
Em março de 2006, a RME, sociedade constituída pela CEMIG, em parceria com Andrade Gutierrez Concessões, a LUCE Brasil e o Pactual Energia, com 25% das ações cada, adquiriu da EDF International, 79,57% de ações da Light (holding controladora que possui 3,8 milhões de consumidores, o que representa 6,4% do mercado nacional, e que detém 852 MW de capacidade instalada em usinas hidrelétricas). A transferência do controle da Light foi aprovada pela ANEEL, pelo CADE, pela *French Commision des Participations et des Transferts*, pelo BNDES e demais credores. A transferência das ações ocorreu no dia 10 de agosto de 2006.

Em maio de 2007, com o exercício, pelo BNDES, do direito de subscrição de debêntures emitidas pela Light, a participação da RME foi diluída passando para 52,13% do total de ações.

Em dezembro de 2009, a CEMIG aprovou a incorporação da sua parcela de participação na RME por meio de processo de cisão desproporcional, passando a deter diretamente sua participação no capital social da Light. A operação visa dar cumprimento ao acordo de acionistas da RME vigente e simplificar sua estrutura societária. O atual acordo de acionistas da RME dará lugar a um novo acordo entre os acionistas controladores da Light, que reproduzirá os direitos e obrigações atualmente vigentes.

Em 30 de dezembro de 2009, a CEMIG anunciou ao mercado que celebrou, na condição de compradora, com a Andrade Gutierrez Concessões e com o Fundo de Investimento em Participações PCP (FIP PCP), controlador da Equatorial Energia S.A. (Equatorial), que passou a ser a detentora das ações da RME, após reorganizações societárias, contratos de compra e venda de ações relativos às suas respectivas participações direta e indireta na Light. Será constituída, em associação com um Fundo de Investimento em Participações (FIP), uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) na qual a CEMIG terá participação minoritária, que deterá, ao final, direta e indiretamente, até 26,06% de participação no capital social votante e total da Light, permanecendo a CEMIG e o LUCE Brasil com suas participações originais na Light de 13,03% cada. Essa aquisição, cujo valor poderá chegar a aproximadamente R$1,6 bilhão, está em linha com a atual estratégia de longo prazo da CEMIG de consolidar sua posição no setor brasileiro de energia elétrica. Esta decisão ainda depende da aprovação formal dos órgãos competentes, dos credores e do CADE.

Segue abaixo, o mapa da área de concessão da Light:



Em 03 de julho de 2008, o Conselho de Administração da CEMIG autorizou a participação da Emissora em 49% do capital social dos empreendimentos UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes em parceria com a Light, bem como a celebração dos seguintes contratos de constituição entre a Emissora e subsidiárias da Light, conforme a seguir: Consórcio UHE Itaocara, em parceria com a Itaocara Energia Ltda., Consórcio PCH Paracambi, em parceria com a Lightger Ltda., e Consórcio PCH Lajes, em parceria com a Light, todos tendo como objeto a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração dos projetos e a implantação, operação, manutenção e exploração comercial dos respectivos empreendimentos.

Em maio de 2006, a CEMIG em parceria com a MDU Brasil Ltda, e a Brascan., adquiriram da Schahin Holding S.A. 100% da sua participação nas seguintes concessionárias de transmissão: 25% da EATE; 25% da Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A. (ETEP); 18,35% da ERTE; 7,5% da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (ECTE), e 18,35% da ENTE, dessa forma a CEMIG ampliou suas linhas de transmissão de 5.144 km para 5.589 km. A transferência das ações foi submetida ao CADE e foi aprovada pela ANEEL, pelo BNDES e por outros órgãos financiadores. A transferência das ações ocorreu no dia 16 de agosto de 2006.Conjuntamente, essas empresas são referidas como as Transmissoras Brasileiras de Energia, ou TBE. Em 31 de dezembro de 2008, a CEMIG detinha os seguintes investimentos na EATE, ECTE, ENTE, ERTE e ETEP, evidenciados na tabela abaixo:

Companhia	Conexão	Comprimento (Milhas)	Capacidade (kV)	Operação	Permissão da Receita Anual (1) (R$ milhões)	Incorporado (ou criado)	Contrato de Concessão (3)	Data de Vencimento da Concessão
EATE (2)	Tucuruí (Pará) para Presidente Dutra (Maranhão)	577	500	Março/03	240,3	Mar/01	12 de julho de 2001	11 de julho de 2031
ECTE (2)	Campos Novos (Santa Catarina) para Blumenau (Santa Catarina)	157	525	Março/02	54,0	Ago/00	1º de novembro de 2000	31 de outubro de 2030
ENTE (2)	Tucuruí (Pará) para Açailândia (Maranhão)	285	500	Fevereiro/05	123,0	Set/02	11 de dezembro de 2002	10 de dezembro de 2032
ERTE (2)	Vila do Conde (Pará) para Santa Maria (Pará)	96	230	Setembro/04	22,0	Set/02	11 de dezembro de 2002	10 de dezembro de 2032
ETEP (2)	Tucuruí (Pará) para Vila do Conde (Pará)	201	500	Agosto/02	55,7	Mar/01	12 de julho de 2001	11 de junho de 2031

Fonte: Companhia

(1) Receita anual determinada pela ANEEL e ajustada pela inflação.

(2) A operação e manutenção de linhas de transmissão da EATE, ENTE e da ERTE é realizada pela Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., ou Eletronorte e da ECTE pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., ou Celesc.

(3) Direitos adquiridos para exploração comercial do serviço público de transmissão de eletricidade por 30 anos, renovável pelo mesmo período.

A CEMIG adquiriu, juntamente com a Alupar Investimentos S.A. e Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), as ações de propriedade da Brookfield (transferidas da Brascan) no capital das empresas transmissoras do grupo TBE. Em 30 de junho de 2009, foram adquiridas pela CEMIG, 95% das ações da Brookfield no capital das empresas EATE, ENTE, ERTE e ETEP (74,5% na ECTE) e em 14 de julho de 2009, 4,9% das ações da Brookfield no capital da EATE, ENTE, ERTE e ETEP e 3,8%, da ECTE. No total foram despendidos R$ 505 milhões.

Em 13 de novembro de 2009, foi celebrado um Contrato de Compra e Venda de Ações com a MDU Resources Luxembourg II LLC, S.à.r.l. para aquisição de suas ações representativas de 13,3% do capital votante e total da ENTE, de 13,3% do capital votante e total da ERTE e de até 10% do capital votante e total da ECTE. A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela CEMIG estarão sujeitas à aprovação pela ANEEL, pelo BNDES e outros órgãos financiadores. O valor total deverá situar-se próximo de R$ 100 milhões, a preços de 30 de setembro de 2009. Entretanto, o valor final somente será apurado na data de fechamento, após o exercício do direito de preferência pelos demais sócios.

A CEMIG, em 31 de outubro de 2008, através da sua controlada EATE, adquiriu da Alupar Investimento S.A., a sua participação de 80% do capital social da LUMITRANS Companhia Transmissora de Energia Elétrica e de 80% do capital social da STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. O investimento nessas aquisições foi de R$ 89,3 milhões, sendo R$ 32,5 milhões para a Lumitrans e R$ 56,8 milhões para a STC.

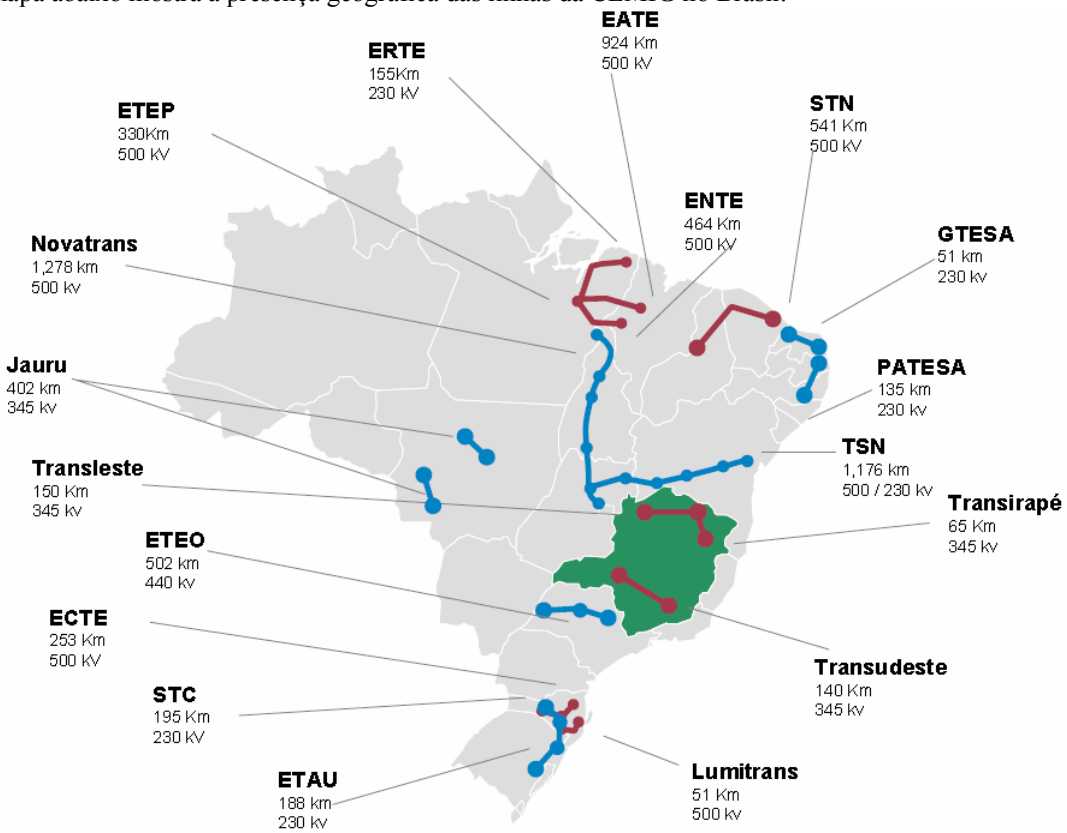
No leilão nº 004/2008 da ANEEL, o Consórcio TBE Centro-Oeste, constituído pela EATE (51%) e pela Emissora fez uma proposta vencedora com relação à concessão para construir e operar as seguintes linhas de transmissão, representativas do lote D do leilão: Maggi-Juba, Parecis-Maggi e Juína-Maggi (circuito duplo, 230 kV); Nova Mutum-Sorriso (230 kV), Sorriso-Sinop (230 kV), e a subestação Parecis 230/138/13,8 kV-300 MVA e a subestação Juína 230/128/13,8 kV-100 MVA. Nos termos dos requisitos do leilão para a outorga da concessão, a sociedade de propósito específico Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. foi constituída, com as mesmas participações do Consórcio TBE Centro-Oeste. Os contratos de concessão foram celebrados em 16 de outubro de 2008.

Em 14 de agosto de 2009, a Emissora adquiriu por R$ 223,3 milhões, 49% da participação societária em três parques eólicos de propriedade da Energimp S.A. localizados no Ceará, com potência total de quase 100 MW. Com a concretização do negócio, a Emissora passa a ter participação de 49% nas seguintes empresas: Central Eólica Praias de Parajuru (28,8 MW), localizada no município de Beberibe (a 110 km de Fortaleza), cuja operação comercial foi iniciada em 18 de agosto de 2009; Central Eólica Praia do Morgado (28,8 MW) e Central Eólica Volta do Rio (42,0 MW), ambas localizadas no município de Acaraú (a cerca de 250 km de Fortaleza), com previsão de início de operação em 30 de novembro de 2009 e 30 de dezembro de 2009, respectivamente.

Em 03 de novembro 2009 foi realizado o pagamento e a transferência das ações de emissão da Terna, de titularidade da Terna S.p.A. para a TAESA, na qual a Emissora detém participação de 49% do capital social. A TAESA, sociedade por ações com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, tem como acionistas a Emissora e o Fundo de Investimentos em Participações Coliseu. Posteriormente, seguindo o acordado no contrato de compra e venda de ações celebrado com a Terna S.p.A., o nome Terna Participações S.A. foi alterado para Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Aliança). Para maiores informações sobre a aquisição da Terna *vide* Seção *"Negócios da Emissora – Transmissão de Energia Elétrica – Ampliação da Capacidade de Transmissão"* na página 234 deste Prospecto.

Desde sua constituição, as operações da CEMIG foram influenciadas pelo fato de ser controlada pelo Governo Estadual de Minas Gerais. As operações da CEMIG tiveram e continuarão tendo importante impacto no desenvolvimento do comércio e indústria de Minas Gerais e nas condições sociais do Estado.

O mapa abaixo mostra a presença geográfica das linhas da CEMIG no Brasil:



Fonte: Companhia

Adicionalmente, a CEMIG possui um excelente potencial de crescimento, tendo em vista as seguintes características:

- lucratividade dos seus negócios;
- estrutura negocial de menor risco;
- ativos de eficiência operacional superior;
- situação financeira sólida; e
- baixo nível de endividamento.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA E OPERACIONAL

A CEMIG, por meio das sociedades em que participa, é uma das maiores e mais importantes empresas de energia elétrica do Brasil, tendo em vista sua posição estratégica, competência técnica e mercado atendido. Atualmente, a CEMIG é a principal empresa de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, segundo mercado consumidor do País, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilística e metalurgia. A CEMIG combina operações de geração, transmissão e distribuição principalmente por meio da Emissora e da CEMIG D.

A administração da CEMIG é realizada por uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além de importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes. O relacionamento entre a CEMIG e seus controladores se dá por meio de decisões de seu Conselho de Administração.

A tabela abaixo apresenta o percentual das participações acionárias da CEMIG em suas controladas por área de atuação, inclusive em consórcios dos quais participa a Emissora na área de geração de energia elétrica, em 15 de janeiro de 2010:

Empresa	Participação da CEMIG no capital social total (%)
Distribuição de energia elétrica	
CEMIG Distribuição S.A.	100
Geração de energia elétrica	
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	100
Consórcio da UHE de Aimorés	49
Consórcio da UHE de Funil	49
Consórcio da UHE Igarapava	14,5
Consórcio da UHE de Porto Estrela	33,3
Consórcio da UHE de Queimado	82,5
Consórcio da UHE de Baguari	49
Usina Térmica Ipatinga S.A.	100
Consórcio PCH Lages	49
Consórcio PCH Pacarambi	49
Consórcio UHE Itaocara	49
CEMIG PCH S.A.	100
Horizontes Energia S.A.	100
Sá Carvalho S.A.	100
Rosal Energia S.A.	100
UTE Barreiro S.A.	100
CEMIG Capim Branco Energia S.A. (1)	100
Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A	100
Central Temelétrica de Cogeração S.A	100
Transmissão de energia elétrica	
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	100
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51
Companhia Transleste de Transmissão	25
Companhia Transudeste de Transmissão	24
Companhia Transirapé de Transmissão	24,5
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	49
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	13,37
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	36,35
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	40,19
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	36,69
Comercialização de Energia	
CEMIG Trading S.A.	100
Distribuição de Gás	
Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig	55,2
Telecomunicações	
Empresa de Infovias S.A.	100
Eficiência Energética	
Efficientia S.A.	100
Sistemas de Gestão Operacional	
Axxiom Soluções Tecnológicas S.A.	49
Serviços	
Centro de Gestão Estratégica de Tecnologia	100
CEMIG Serviços S.A.	100

Fonte: Companhia.
(1) Participa do Consórcio Capim Branco Energia com 21,5%

Área de Concessão

A CEMIG é responsável pela geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em uma área que abrange aproximadamente 96,7% do Estado de Minas Gerais, correspondendo a 567,5 mil km^2, o equivalente à extensão territorial de um país do porte da França. Ademais, por sua participação indireta na Light, a CEMIG atua também no Estado do Rio de Janeiro.

A CEMIG, por meio de suas controladas e coligadas de geração, opera 65 usinas, sendo 59 hidrelétricas, que produzem energia para atender a mais de 30 milhões de pessoas em 805 municípios e 5.415 localidades em Minas Gerais e na área de concessão da Light.

A CEMIG, por meio de suas controladas e coligadas de transmissão de energia elétrica, opera uma rede de transmissão que consistia, em 30 de setembro de 2009, em 5.760 km de linhas de transmissão, sendo 45 km de 525kV, 2.806 km de 500kV, 2.004 km de 345kV e, 905 km de 230kV, bem como 60 subestações de transmissão, 66 subestações de geração e 373 subestações de distribuição, com total 33.538 MVA instalados.

Ademais, a CEMIG, por meio da CEMIG D e da RME gerencia a maior rede de distribuição de energia elétrica da América Latina e uma das quatro maiores do mundo, com mais de 465 mil quilômetros de extensão, a qual se encontra em posição estratégica e de vital importância dentro do Sistema Interligado do Sudeste. Em 30 de setembro de 2009, a CEMIG contava com aproximadamente 6,75 milhões de consumidores, sendo 5,56 milhões de consumidores residenciais. Além disso, a Light, da qual a CEMIG Controladora participa por meio da RME. atendia, em 30 de setembro de 2009, a 4,01 milhões de consumidores, sendo 3,7 milhões de consumidores residenciais.

VISÃO GERAL DOS NEGÓCIOS DA GARANTIDORA

A CEMIG, por meio das sociedades em que participa, é uma das maiores e mais importantes empresas de energia elétrica do Brasil, tendo em vista sua posição estratégica, competência técnica e mercado atendido. Atualmente, a CEMIG é a principal empresa de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, segundo mercado consumidor do país, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilística e metalurgia. Ela é responsável pelo atendimento a cerca de 18 milhões de pessoas em 774 municípios do Estado de Minas Gerais, com mais de 400 mil km em extensão. A CEMIG combina operações de geração, transmissão e distribuição principalmente por meio da Emissora e da CEMIG D.

O Grupo CEMIG apresentou, no exercício de 2008, um lucro líquido de R$ 1,88 bilhão, em comparação a um lucro líquido de R$ 1,74 bilhão no exercício de 2007 e R$ 1,72 bilhão no exercício de 2006, devido principalmente a um aumento na receita com fornecimento bruto de energia elétrica compensado parcialmente com o aumento nos custos e despesas operacionais. No terceiro trimestre de 2009, o Grupo CEMIG apresentou um lucro líquido de R$ 1,42 bilhão, em comparação a um lucro de R$ 1,64 bilhão no mesmo período do exercício de 2008.

O Grupo CEMIG obteve em 2008 um aumento de receita com fornecimento bruto de energia elétrica de 3,01%, registrando uma receita de R$ 13,68 bilhões em 2008, comparada a R$ 13,28 bilhões em 2007 e R$ 11,13 bilhões no exercício de 2006. A receita com fornecimento bruto de energia elétrica do Grupo CEMIG foi de R$ 10,52 bilhões, no terceiro trimestre de 2009, em comparação a R$ 10,31 bilhões no mesmo período de 2008, representando um aumento de 2,03%.

As classes mais representativas de consumidores, industrial, comercial e residencial, apresentaram, no exercício de 2008, aumento de 8,08%, 6,06%, 4,19%, respectivamente, em comparação com o exercício de 2007. Já com relação período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009, comparado com o mesmo período de 2008, dentre as principais classes de consumo, a comercial e a residencial, apresentaram crescimentos no volume de energia vendida de 4,74% e 7,81%, respectivamente, em contrapartida a uma redução de 14,74% no volume de energia vendida da classe industrial.

A tabela a seguir apresenta as receitas atribuíveis a cada uma das principais fontes de receita do Grupo CEMIG nos períodos indicados:

			em 30 de setembro	
	2008	**2007**	**2009**	**2008**
Vendas de energia elétrica a consumidores finais	12.526	12.050	9.435	9.321
Vendas de energia elétrica ao sistema elétrico interligado	1.012	1.210	1.106	876
Transações com energia na CCEE	147	26	121	118
Efeitos da Revisão Tarifária Definitiva			-137	0
Total	13.686	13.285	10.525	10.316

Fonte: Companhia

A tabela a seguir apresenta certas informações, em GWh, relativas à energia elétrica gerada pelo Grupo CEMIG, comprada de outras fontes e entregue durante os períodos especificados:

Balanço de Energia Elétrica Consolidado do Grupo CEMIG					
	Exercício findo em 31 de dezembro de			Período Encerrado em 30 de setembro	
(GWh)	2008	2007	2006	2009	2008
FONTES	68.318	67.698	63.964	52.111	51.048
Energia elétrica gerada pela CEMIG [1]	31.163	33.150	32.187	24.611	23.452
Energia elétrica gerada por auto produtores	1.062	1.047	1.147	893	804
Energia elétrica gerada pela Ipatinga	355	362	300	149	277
Energia elétrica gerada pela Barreiro	75	82	51	43	61
Energia elétrica gerada pela Sá Carvalho	338	322	395	311	249
Energia elétrica gerada pela Horizontes	41	36	41	57	24
Energia elétrica gerada pela CEMIG PCH	22	10	7	3	14
Energia elétrica gerada pela Rosal	230	264	326	212	173
Energia Elétrica gerada pela Amador Aguiar	610	505	243	459	457
Energia Elétrica Gerada por Cachoeirão				51	-
Energia elétrica comprada da Itaipu	9.021	12.135	12.109	6.648	6.752
Energia elétrica comprada da CCEE e outras empresas [2] [3]	25.401	19.785	17.158	18.675	18.783
DEMANDA	68.318	67.698	63.964	52.111	51,048
Energia elétrica entregue a consumidores finais[4]	42.378	39.056	37.707	28.996	31.444
Energia elétrica entregue a auto produtores	982	990	1.013	745	736
Energia elétrica entregue pela Ipatinga	355	362	300	149	277
Energia elétrica entregue pela Barreiro	93	100	97	60	67
Energia elétrica entregue pela Sá Carvalho	473	472	472	372	354
Energia elétrica entregue pela Horizontes	86	84	95	58	66
Energia elétrica entregue pela CEMIG PCH	122	122	105	93	93
Energia elétrica entregue pela Rosal	263	263	262	187	200
Energia entregue por Cachoeirão				48	13.357
Energia elétrica entregue à CCEE e outras empresas [2][3]	17.776	20.621	18.476	17.255	4.454
PERDAS	5.790	5.629	5.437	4.149	51.048

Fonte: Companhia

[1] Descontando as perdas atribuídas à geração (606 GWh em 2008) e ao consumo interno das usinas de geração.

[2] Com início em 2004, essa cifra diz respeito a contratos, compras e vendas de energia elétrica na CCEE, inclusive o Mecanismo de Realocação de Energia.

[3] Inclui os contratos bilaterais com outros agentes da CCEE.

[4] Inclui energia elétrica entregue a consumidores fora da área de concessão.

ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIOS

Inserida na Região Sudeste, a CEMIG busca aumentar sua base de clientes e atender à demanda crescente de seus atuais consumidores por serviços de suprimento de energia elétrica confiáveis e de baixo custo. A CEMIG busca assegurar também uma perspectiva de longo prazo para que seus clientes possam expandir suas atividades estando seguros de que haverá energia suficiente para os seus projetos de expansão.

Para isto, a CEMIG atua em todas as áreas do negócio de eletricidade, ou seja, geração, transmissão e distribuição, o que garante competitividade e qualidade ao suprimento de energia. A CEMIG faz também com que suas redes de transmissão e distribuição alcancem todas as regiões da área de concessão em que atua, interligando essas redes à rede básica nacional.

Ademais, a CEMIG atua na distribuição de gás natural e no desenvolvimento de redes de telecomunicações baseadas em tecnologia de fibra óticas e construídas sobre suas linhas de transmissão, visando ampliar as alternativas de serviços colocados à disposição de seus clientes e que mostrem uma grande sinergia com o negócio de eletricidade.

A CEMIG possui ampla experiência no projeto e construção de instalações elétricas, desde grandes usinas até pequenas unidades solares para atendimento a consumidores de localidades remotas. Esta experiência fez com que investidores se juntassem a ela para o desenvolvimento de novos projetos de geração, acelerando assim a expansão da capacidade existente para permitir o atendimento da demanda de eletricidade. Por meio de parcerias, novos projetos de geração foram e serão construídos, permitindo que mais consumidores tenham acesso aos serviços prestados pela CEMIG.

Responsável por aproximadamente 93% da distribuição direta de eletricidade no Estado de Minas Gerais, a CEMIG atingiu em 2006 o atendimento a 100% dos consumidores em sua área urbana de concessão. A CEMIG D, em consonância com as metas e objetivos do *Programa Luz Para Todos* do Governo Federal, vem desenvolvendo ações para atendimento a 100% do segmento rural em sua área de atuação. Para tanto, já foi investido, até dezembro de 2009, um montante superior a R$ 1,9 bilhão, com a ligação de cerca de 190 mil consumidores rurais, sendo que, para concretizar esse volume de investimentos, foram aplicados na primeira fase do projeto, aproximadamente, R$ 1,2 bilhão em recursos próprios da Companhia e R$ 702 milhões em recursos contratados com a Eletrobrás (parte na forma de financiamento e parte como subvenção econômica). Embora a CEMIG D tenha superado a meta de universalização acordada com o Governo Federal, há um mercado potencial adicional de aproximadamente 92 mil novos consumidores, com características e perfis compatíveis com os parâmetros *do Programa Luz Para Todos* e considerados elegíveis perante o MME. A previsão para universalização da área rural é 31 de dezembro de 2010.

Consciente da relevância de sua atuação na comunidade que serve, a CEMIG se preocupa em desenvolver somente aqueles projetos que tenham assegurado a completa compatibilidade com a legislação ambiental e que promovam o bem estar e segurança da população.

Inclusive, nos últimos anos, a CEMIG, a Emissora e a CEMIG D aumentaram o número de consumidores e diminuíram o número de empregados, melhorando sistematicamente sua performance no indicador Consumidores/Empregados, conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro			30 de setembro de	
	2008	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
Consumidores (X 1000) (a)	10.531	10.321	10.042	10.768	10.512
Empregados (b)	10.422	10.818	10.663	9.820	10.442
a/b	1.010	954	942	1.097	1.007

Fonte: Companhia.

Ademais, visando preservar sua boa situação financeira, a CEMIG tem como política apenas iniciar projetos que tenham assegurado retorno e recursos compatíveis com o seu custo médio ponderado de capital, agregando valor aos investimentos existentes. Assim, a CEMIG busca sempre propiciar crescimento sustentável e agregar valor ao investimento de seus acionistas por meio, basicamente, de:

- análises de seu portfólio de negócios;
- definição dos objetivos que pretendem ser alcançados;
- implementação de políticas de governança corporativa cada vez mais sofisticadas; e
- gerenciamento do desempenho de suas atividades operacionais.

O planejamento estratégico da CEMIG se desenvolve sob duas grandes diretrizes do acionista controlador: crescer com segurança e agregar valor. Esses vetores orientaram a elaboração do Plano Diretor de Longo Prazo, calcado na expansão até os limites regulatórios, com crescimento sustentável. Assim, a visão de futuro da CEMIG contempla um grande crescimento, em todas as áreas de atuação, de forma a desempenhar um papel ainda mais relevante no setor elétrico, sendo próprias da CEMIG as seguintes constatações:

- Liderança absoluta na consolidação do setor;
- Crescimento expressivo no segmento de transmissão;
- Parcerias estratégicas integrando modelo de crescimento;
- Solidez financeira posicionando a CEMIG na liderança das oportunidades de crescimento; e
- Qualidade de crédito viabilizando acesso a recursos

GERAÇÃO

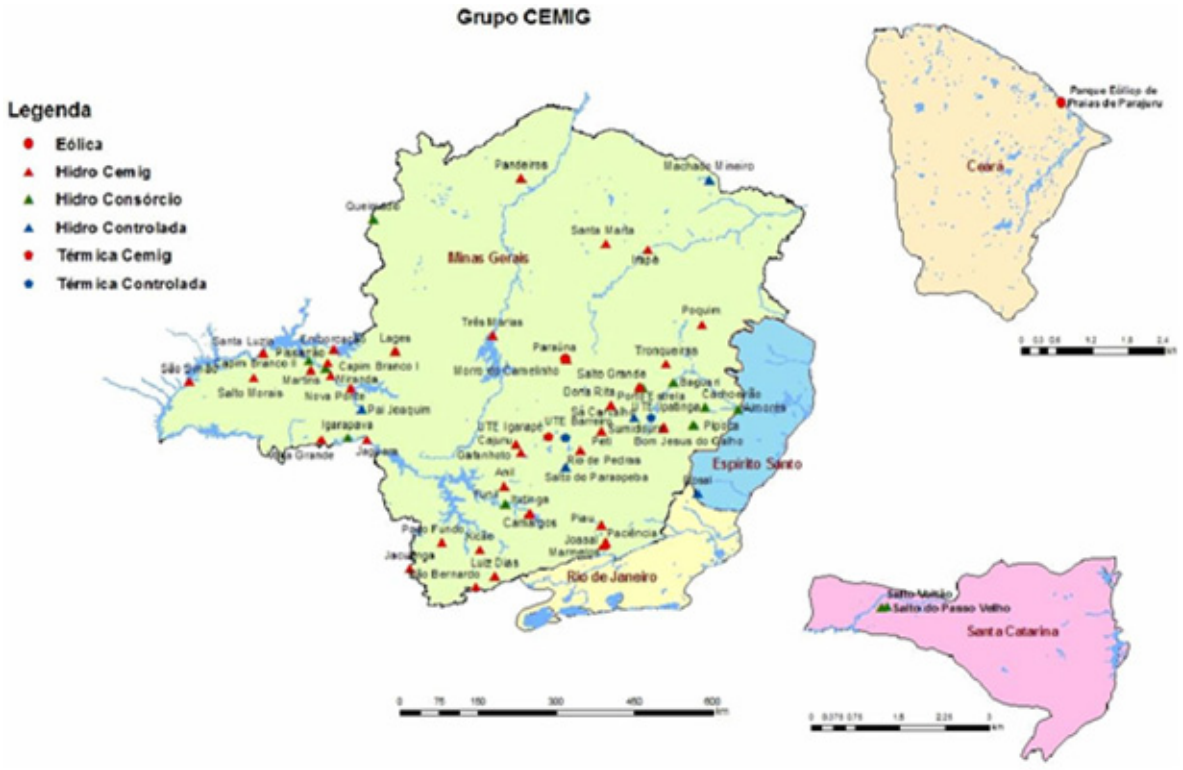
A CEMIG, por meio da Emissora, da Usina Térmica de Ipatinga S.A., da CEMIG PCH S.A., da Horizontes Energia S.A., da Sá Carvalho S.A., da Rosal Energia S.A., da Usina Termelétrica Barreiro S.A., da CEMIG Capim Branco Energia e da Central Termelétrica de Cogeração S.A., bem como da sua participação na Light, por meio da RME, exerce a atividade de geração de energia elétrica.

De acordo com dados da ANEEL, em 30 de junho de 2009, a CEMIG foi considerada a sétima maior concessionária de geração de energia elétrica no Brasil tendo em vista o total de capacidade instalada. Em 31 de dezembro de 2008, o Grupo CEMIG havia gerado energia elétrica em 59 usinas hidrelétricas, quatro usinas termelétricas e duas usinas eólicas, dispondo de capacidade instalada total de geração de 6.554,5 MW, dos quais as usinas hidrelétricas responderam por 6.753,9 MW, as usinas termelétricas responderam por 184,3 MW e as usinas eólicas responderam por 15,1 MW. Oito das usinas hidrelétricas do Grupo CEMIG responderam por aproximadamente 82% de sua capacidade de geração elétrica instalada em novembro de 2009. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, o Grupo CEMIG registrou despesas no total de R$ 724 milhões relacionados aos pagamentos de encargos de uso da rede básica de transmissão. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009, o Grupo CEMIG registrou despesas no total de R$ 613 milhões relacionados aos pagamentos de encargos de uso de rede básica. Para maiores informações, *vide* Seção "*Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e Resultados Operacionais da Garantidora"*, na página 141 deste Prospecto.

No ano de 2009, 34 das usinas hidrelétricas responderam por aproximadamente 98% da capacidade total de geração elétrica instalada da CEMIG.

O mapa abaixo mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica da CEMIG:

Usinas gerando e operando dentro e fora de Minas Gerais



A tabela a seguir apresenta certas informações operacionais referentes às usinas de geração de energia elétrica da CEMIG em 30 de setembro de 2009:

Instalação	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada [1] (média MW)	Ano de Início de Operações	Capacidade Instalada % do Total	Data de Término da Concessão ou da Autorização	Participação da CEMIG
Principais Usinas Hidrelétricas						
São Simão	1.710	1.281,0	1978	25,3	Janeiro de 2015	100%
Emborcação	1.192	497,0	1982	17,6	Julho de 2025	100%
Nova Ponte	510	276,0	1994	7,6	Julho de 2025	100%
Jaguara	424	336,0	1971	6,3	Agosto de 2013	100%
Miranda	408	202,0	1998	6,0	Dezembro de 2016	100%
Três Marias	396	239,0	1962	5,9	Julho de 2015	100%
Volta Grande	380	229,0	1974	5,6	Fevereiro de 2017	100%
Irapé	360	206,3	2006	5,3	Fevereiro de 2035	100%
Aimorés	161,7	84,3	2005	2,4	Dezembro de 2035	49%
Salto Grande	102	75,0	1956	1,5	Julho de 2015	100%
Funil	88,2	43,6	2002	1,3	Dezembro de 2035	49%
Queimado	86,6	47,8	2004	1,3	Janeiro de 2033	82.5%
Sá Carvalho	78	58,0	2000	1,2	Dezembro de 2024	100%
Rosal	55	30,0	2004	0,8	Maio de 2032	100%
Itutinga	52	28,0	1955	0,8	Julho de 2015	100%
Amador Aguiar I	50,5	32,6	2006	0,7	Agosto de 2036	21.05%
Nilo Peçanha	49,5	43,6	1996	0,7	2026	13,03%
Baguari	47,6	27,3	2009	0,7	Agosto de 2041	34%
Camargos	46	21,0	1960	0,7	Julho de 2032	100%
Amador Aguiar II	44,21	27,6	2007	0,7	Agosto de 2036	21.05%
Porto Estrela	37,3	18,6	2001	0,5	Julho de 2032	33.3%
Igarapava	30,5	19,7	1999	0,4	Dezembro de 2028	14.5%
Ilha dos Pombos	24,4	15,0	1996	0,3	2026	13,03%
Pai Joaquim [5]	23	13,9	2004	0,3	Abril de 2032	
Fontes Nova	17,2	13,6	1996	0,2	2026	13,03%
Cachoeirão	13,23	8,02	2008	2,2	Julho 2030	49%
Pereira Passos	13,0	6,6	1996	0,6	2026	13,03%
Santa Branca	7,3	4,2	1996	0,2	2026	13,03%
Pequenas Centrais Hidrelétricas	147,2	79,0	—	0,0		—
Usinas Termelétricas				-		
Igarapé	131	71,3	1978	0,0	Agosto de 2024	100%
Ipatinga	40	—	2000	0,2	Dezembro de 2014	100%
Barreiro	12,9	11,4	2004	25,3	Abril de 2023	100%
Formoso	0,4	0,2	1992	17,6	Indefinido	100%
Usinas Eólicas				7,6		
Morro do Camelinho	1	0,3	1994	6,3	Indefinido	100%
Praias de Parajurú	14,1	6,11	2009	6,0	-	49%
Total	6.753,8	4.053,0	—	100,0	—	—

Fonte: Companhia

[1] Energia Assegurada significa a produção média de longo prazo da usina, conforme estabelecido pela MME em conformidade com estudos conduzidos pela EPE. O cálculo da Energia Assegurada considera esses fatores como capacidade de reservatório e ligação a outras usinas de energia. Os contratos com consumidores finais e outras concessionárias não prevêem valores superiores a Energia Assegurada de usina.

[2] Indica a data de aquisição pela CEMIG.

[3] O montante de 5,49MW médios de Energia Assegurada, conforme estabelecido no contrato com um consórcio formado pela Emissora e a Vale S.A., Companhia Siderúrgica Nacional, Votorantim Metais e Zinco S.A. e Anglogold Ashanti Brasil Ltda., está incluído.

[4] Esse valor não inclui a energia relacionada ao investimento feito em Light, tendo em vista que a CEMIG não é controladora ou detém o controle operacional de nenhum dos ativos energéticos da Light.

[5] Em 19 de dezembro de 2005, a ANEEL aprovou a transferência da autorização para produzir e vender a energia da Pequena Central Hidrelétrica de Pai Joaquim da Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. para a CEMIG PCH S.A.

[6] Data da renovação do contrato de Concessão.

SUBSIDIÁRIAS OPERACIONAIS DE GERAÇÃO

Segue breve descrição das subsidiárias operacionais da CEMIG que atuam na geração de energia elétrica exceto a Emissora, cujas atividades estão descritas na Seção *"Negócios da Emissora"*, na página 215 deste Prospecto.

Usina Térmica Ipatinga S.A.

A CEMIG opera a Usina Termelétrica de Ipatinga por intermédio de sua subsidiária Usina Térmica Ipatinga S.A. A Usina de Ipatinga é uma APE instalada e operada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas. A usina fornece energia a uma importante usina siderúrgica de propriedade da Usiminas, localizada no leste de Minas Gerais. Em 2000, a CEMIG adquiriu a Usina Ipatinga da Usiminas como pagamento de dívidas pendentes relativas ao fornecimento de energia elétrica pelo valor de R$ 90 milhões, tendo assinado um contrato de compra e venda de energia com a Usiminas referente à energia produzida em Ipatinga. A usina atualmente apresenta capacidade instalada de 40 MW, gerada por duas unidades que iniciaram operação em 1986 e que utilizam gás de alto-forno como combustível.

CEMIG PCH

A CEMIG constituiu a CEMIG PCH S.A. para gerar e comercializar energia como um PIE. Sua principal atividade é a produção e venda de energia elétrica por meio da PCH de Pai Joaquim, como um PIE. Esta hidrelétrica, localizada no Rio Araguari, possui uma capacidade elétrica instalada de 23 MW e começou a operar comercialmente em 31 de março de 2004. A CEMIG PCH S.A. detém os ativos da PCH de Pai Joaquim e comercializa a energia elétrica produzida por essa hidrelétrica.

Horizontes Energia S.A.

A CEMIG constituiu a Horizontes Energia S.A., para gerar e comercializar energia elétrica como um PIE, por meio da operação comercial das seguintes usinas hidrelétricas de pequeno porte: (i) Usina Machado Mineiro (que está localizada no Rio Pardo, no município de Ninheira, Estado de Minas Gerais, e que possui capacidade instalada de 1,72 MW); (ii) Usina de Salto do Paraopeba (que está localizada no Rio Paraopeba, na cidade de Jeceaba, Estado de Minas Gerais, e que possui capacidade instalada de 2,37 MW); (iii) Usina de Salto Voltão (que também está localizada no Rio Chapecozinho, Xanxerê, Santa Catarina, e que possui capacidade instalada de 8,2 MW); e (iv) Usina de Salto do Passo Velho (que está localizada no Rio Chapecozinho, na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, e que possui capacidade instalada de 1,8 MW), assim como outros projetos de geração a serem adquiridos ou construídos com participação da CEMIG. A concessão relativa à Usina Machado Mineiro expira em 7 de julho de 2025, e as concessões relativas às demais usinas expiram em 4 de outubro de 2030. Toda a energia elétrica gerada pela Horizontes Energia S.A. está alocada para venda no ACL, e parte dessa energia já foi vendida até o ano de 2010. Atualmente, a Usina de Salto do Paraopeba está com suas operações paralisadas devido à reforma. A CEMIG estima que tal usina retomará suas operações em 2011.

Sá Carvalho S.A.

A CEMIG opera a Usina Hidrelétrica Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias, no Estado de Minas Gerais, por meio da subsidiária CEMIG Sá Carvalho S.A., que adquiriu da Acesita S.A. uma siderúrgica, por R$ 87 milhões em 2000. Os recursos para a aquisição foram providos pela emissão de debêntures por um *trust* especial, UHESC S.A., que comprou a usina e a revendeu, a prazo, para a CEMIG, a qual encerrou a amortização em 03 de junho de 2005.

Rosal Energia S.A.

Em dezembro de 2004, a CEMIG comprou da Caiuá Serviços de Eletricidade S.A., a hidrelétrica de Rosal, com capacidade instalada de 55 MW, por R$ 134 milhões. A hidrelétrica de Rosal, o único ativo da Rosal Energia S.A., fica situada no Rio Itabapoana, que corre ao longo da fronteira entre os Estados do Espírito Santo (Município de Guaçuí) e do Rio de Janeiro (Município de Bom Jesus de Itabapoana). Opera em ligação integrada com os sistemas de energia elétrica de Alegre e Mimoso do Sul, de propriedade da companhia de eletricidade do Estado do Espírito Santo, Escelsa (Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.). O primeiro e o segundo geradores da hidrelétrica iniciaram operações em dezembro de 1999 e janeiro de 2000, respectivamente. A usina possui contrato de concessão com prazo de duração de 35 anos, com vencimento em 2032. Em 20 de dezembro de 2004, a ANEEL aprovou a transferência de controle da Caiuá Serviços de Eletricidade S.A. para a CEMIG.

Cemig Capim Branco Energia

A CEMIG constituiu a Cemig Capim Branco Energia para desenvolver o Complexo Energético Capim Branco em parceria com a Vale S.A., ou CVRD e com a Comercial e Agrícola Paineiras, uma agroindústria, e Companhia Mineira de Metais, ou CMM, uma companhia metalúrgica. Em 11 de abril de 2006, a ANEEL publicou sua Resolução nº 314, transferindo a concessão de geração de energia elétrica da CMM (por meio da participação da CMM no Consórcio Capim Branco Energia) para a Votorantim Metais Zinco S.A., ou VMZ, o que foi ratificado pela Resolução ANEEL nº 478, de 12 de junho de 2007. Em 16 de março de 2007, a ANEEL publicou a Resolução nº 683, aprovando a alteração da denominação social do Complexo Enérgico Amador Aguiar para Complexo de Geração Amador Aguiar. O projeto consiste na construção das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e Amador Aguiar II, com capacidade instalada de 240 MW e 210 MW, respectivamente. A CEMIG, por meio da CEMIG D, celebrou contrato de compra com a Cemig Capim Branco Energia nos termos do qual a CEMIG D comprará a energia produzida pela Amador Aguiar I e pela Amador Aguiar II pelo prazo de 20 anos a contar da data de início das operações comerciais de cada usina, que, no caso de Amador Aguiar I foi 21 de fevereiro de 2006, e no caso de Amador Aguiar II, foi 9 de março de 2007. Este contrato foi apresentado à ANEEL em 2003, tendo sido aprovado pela ANEEL em dezembro de 2004.

Para maiores informações sobre a atividade de geração exercida pela CEMIG por meio da Emissora, *vide* Seção *"Negócios da Emissora"*, na página 215 deste Prospecto.

Ampliação da Capacidade de Geração

Estima-se que os novos projetos de ampliação da capacidade de geração serão desenvolvidos, preferencialmente pela Emissora. Para maiores informações *vide* Seção *"Negócios da Emissora"* na página 215 deste Prospecto.

CONTRATOS DE CONCESSÃO RELATIVOS À GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Os contratos de concessão relativos à geração da CEMIG têm, de uma maneira geral, as mesmas características dos contratos de concessão relativos à geração da Emissora. Para maiores informações, *vide* Seção *"Negócios da Emissora"* na página 215 deste Prospecto.

TRANSMISSÃO

A CEMIG dedica-se ao negócio de transmissão de energia elétrica, por meio da: (i) Emissora; (ii) Companhia Transleste de Transmissão; (iii) Companhia Transirapé de Transmissão; (iv) Companhia de Transmissão Centroeste de Minas; (v) Companhia Transudeste de Transmissão; (vi) Transchile Charrua Transmisón S.A.; (vii) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.; (viii) Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.; (ix) Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.; (x) Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.; e (xi) Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A., que consiste no transporte de energia elétrica das instalações nas quais a energia elétrica é gerada às redes de distribuição para entrega a consumidores finais. A CEMIG transporta energia produzida em suas próprias instalações de geração bem como energia comprada de Itaipu, do sistema elétrico interligado e de outras concessionárias.

A rede de transmissão da Emissora compõe-se de linhas de transmissão de energia com capacidade de voltagem igual ou superior a 230 kV e integra a rede de transmissão brasileira, regulamentada pelo ONS. Para maiores informações, *vide* Seção *"Sumário da Emissora"*, na página 18, deste Prospecto.

Em 30 de setembro de 2009, a rede de transmissão da CEMIG consistia em 5.760 km de linhas de transmissão, sendo 45 km de 525kV, 2.806 km de 500kV, 2.004 km de 345kV e 905 km de 230 kV, bem como 60 subestações de transmissão, 66 subestações de geração e 373 subestações de distribuição, com total 33.538 MVA instalados.

A CEMIG transmite tanto a energia gerada em suas usinas como a energia comprada de Itaipu, do Sistema Interligado e de outras fontes. Em 30 de setembro de 2009, a CEMIG possuía 151 clientes industriais aos quais fornecia diretamente eletricidade de alta voltagem (69kV a 230kV) por meio das ligações desses clientes com as suas redes de transmissão. A CEMIG também transmite energia a sistemas de distribuição por meio da divisão Sul/Sudeste do Sistema Interligado.

As tabelas a seguir apresentam certas informações operacionais relativas à capacidade de transmissão da Emissora nas datas indicadas:

	Extensão da Rede de Transmissão em km (de subestações de geração para subestações de distribuição) em:		
Tensão das Linhas de Transmissão	**30/09/2009**	**31/12/2008**	**31/12/2007**
525 kV	45	49	51
500 kV	2.806	2.787	2.787
345 kV	2.004	2.001	2.002
230 kV	905	903	915
220 kV			
Total	5.760	5.740	5.755

Fonte: Companhia

	Capacidade de Transformação das Subestações de Transmissão em:		
	30/09/2009	**31/12/2008**	**31/12/2007**
Número de subestações	60	38	38
MVA	16.147	15.583	15.605

Fonte: Companhia

Os números apresentados nas tabelas acima não fazem referência à capacidade de transmissão da CEMIG após a aquisição da Terna pela Emissora. Para maiores informações sobre a aquisição da Terna, *vide* Seção *"Aquisições Recentes"*, na página 274, deste Prospecto.

Ampliação da Capacidade de Transmissão

Transchile

Por meio da *Transchile*, formada pela Emissora e a Alusa, que detém a concessão para construir e operar a linha de transmissão de alta tensão entre as subestações de Charrúa e Nueva Temuco, estão sendo construídos 2 circuitos em 220 kV, com 205 km de extensão, interligando as duas subestações e sendo instalados 2 vãos de linha com os respectivos equipamentos de manobra, proteção e controle. A Emissora tem participação de 49% neste empreendimento. Em 30 de março de 2007, foi obtida a RCA (Resolución de Calificación Ambiental) que autoriza ambientalmente o início da construção e a operação comercial do empreendimento e a construção começou em 05 de abril de 2007. Quando estiver em plena operação, o empreendimento atenderá o seu objetivo de reforçar o sistema de transmissão interligado do país, possibilitando desta forma uma desoneração econômica, social e de segurança do sistema elétrico da zona sul do Chile. A CEMIG integralizou até setembro de 2009 o montante de US$ 19 milhões referente à totalidade de sua participação no capital do empreendimento, que tem investimento total previsto em US$ 88 milhões.

Centroeste

Foi constituída uma SPE, denominada Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, formada pela Emissora (51%) e Furnas (49%), que detém a concessão para construir e operar a linha de transmissão Furnas - Pimenta de 345KV. Esta linha consiste em um segundo circuito, paralelo em grande parte a uma linha já existente, com capacidade de transmissão de 750 MVA, extensão aproximada de 62 km, origem na subestação de Furnas e término na subestação Pimenta e respectivas entradas de linha nas subestações. Possui, ainda, instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, telecomunicação, administração e apoio.

Em 28 de abril de 2009, o COPAM, emitiu a Licença de Instalação da linha. A construção começou em 16 de junho de 2009 com a previsão de energização em início de 2010. Quando estiver em plena operação, a linha irá reforçar a transmissão de energia no sistema, que encontra-se, atualmente, sobrecarregado. A LT Furnas – Pimenta, atravessa os municípios de São José da Barra, São João Batista do Glória, Capitólio, Pium e Pimenta, no Estado de Minas Gerais. A concessão relativa a esta linha expira em 04 de março de 2035. Em 30 de setembro de 2009, a Emissora tinha investido R$ 12 milhões neste projeto de um investimento total projetado de R$ 28,2 milhões, em moeda corrente.

Contratos de Concessão relativos à Transmissão de Energia Elétrica

Os contratos de concessão relativos à transmissão da CEMIG têm, de uma maneira geral, as mesmas características dos contratos de concessão relativos à transmissão da Emissora. Para maiores informações, *vide* Seção *"Negócios da Emissora"*, na página 215 deste Prospecto.

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CEMIG D foi constituída em 08 de setembro de 2004, como sociedade por ações, subsidiária integral da CEMIG, nos termos da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, em virtude da Desverticalização da CEMIG. Na qualidade de subsidiária integral da CEMIG, esta detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da CEMIG D e adotar resoluções que julgue necessária à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento.

Desde a década de 60 até o início dos anos 80, a CEMIG adquiriu uma série de concessionárias de serviço público de energia de menor porte, estatais e privadas, e suas respectivas concessões, incorporando ao seu próprio sistema outros sistemas distribuição de energia. Principalmente em virtude dessas aquisições, a CEMIG e, após a Desverticalização da CEMIG, a CEMIG D, tornou-se a maior concessionária de distribuição de energia elétrica do Estado de Minas Gerais.

A CEMIG D opera seus negócios de distribuição de acordo com contratos de concessão celebrados com o Governo Federal. Até 1997, a CEMIG detinha concessões individuais relativas a várias regiões dentro de sua área de distribuição. Em 10 de julho de 1997, a CEMIG celebrou novos contratos de concessão com a ANEEL, que consolidaram suas diversas concessões de distribuição em quatro concessões de distribuição cobrindo as regiões norte, sul, leste e oeste do Estado de Minas Gerais. Em decorrência da Desverticalização, em 16 de setembro de 2005, tais contratos foram aditados de forma a transferir as concessões de distribuição de energia elétrica anteriormente detidas pela CEMIG para a CEMIG D.

A CEMIG D acredita que sua administração é realizada por uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além de importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes.

A CEMIG D acredita possuir uma estrutura de negócios que tem por objetivo mitigar riscos. Nos modelos setorial e tarifário vigentes, é prevista a manutenção do chamado equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão, de forma a garantir os direitos dos prestadores do serviço que atuam com eficiência e prudência, visando obter ganhos suficientes para cobrir custos operacionais e alcançarem adequado retorno sobre o capital investido. A preservação do equilíbrio econômico-financeiro é obtida nos processos de revisões e reajustes tarifários.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2008, a CEMIG D foi responsável por cerca de 37,59 % do lucro líquido gerado pelo Grupo CEMIG, sendo que no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009, esse percentual foi de 19,56%. A CEMIG acredita que estes indicadores financeiros devem-se aos resultados do processo de revisão tarifária previsto nos contratos de concessão, e à implementação de práticas gerenciais voltadas para a eficiência operacional e melhoria de processos.

Por atuar em setor altamente regulado, a CEMIG D desenhou sua estratégia de modo a contemplar, concomitantemente, o aumento de sua rentabilidade e os requisitos da regulamentação setorial, estabelecidos no âmbito da ANEEL.

Operações de Distribuição da CEMIG D

As operações de distribuição da CEMIG D consistem em transferências de energia elétrica de subestações de distribuição a consumidores finais. Sua rede de distribuição é composta de ampla rede de distribuição aérea e subterrânea e subestações com tensões inferiores a 230 kV. A CEMIG, por meio da CEMIG D, fornece energia elétrica a pequenos consumidores industriais nos valores mais elevados da faixa de tensão e a consumidores residenciais e comerciais nos valores mais baixos da faixa.

Durante o período encerrado em 30 de setembro de 2009, a CEMIG D registrou despesas no total de R$ 393 milhões relacionados aos pagamentos de encargos de uso da rede básica de transmissão, sendo que no mesmo período de 2008 tais despesas totalizaram R$ 346 milhões.

De 1º de janeiro de 2005 a 30 de setembro de 2009, a CEMIG D investiu aproximadamente R$ 4,65 bilhões na construção e aquisição de ativos imobilizados utilizados na ampliação de seu sistema de distribuição.

O negócio da CEMIG D envolve a compra e subtransmissão de energia de alta voltagem (138kV e 88 kV), sua transformação em média e baixa voltagem, e sua distribuição e venda para consumidores finais no Estado de Minas Gerais. A CEMIG D detém concessões para distribuição de eletricidade em uma área que abrange aproximadamente 96,7% do Estado de Minas Gerais, desenvolvendo atividades de distribuição de energia elétrica em 774 municípios e 5.415 localidades do Estado de Minas Gerais, atendendo a, aproximadamente, 18,2 milhões de habitantes, de acordo com a Contagem da População 2007 – IBGE. A CEMIG D acredita possuir a maior rede de distribuição de energia elétrica da América Latina e uma das quatro maiores do mundo, com mais de 439 mil quilômetros de extensão, a qual se encontra em posição estratégica e de vital importância dentro do Sistema Interligado do Sudeste.

A CEMIG D atende 99,7% da população urbana do Estado de Minas Gerais e 89,7% da população rural do Estado de Minas Gerais. A CEMIG D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores de baixa renda do Brasil, qual seja, 42,9% do total de consumidores da classe residencial, representando aproximadamente 2,4 milhões de consumidores de baixa renda. Em 30 de setembro de 2009, a CEMIG D contava com 6,7 milhões de consumidores, sendo 5,6 milhões de consumidores residenciais.

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

O sistema de distribuição da CEMIG D está dividido em 7 malhas regionais, todas operando de forma satisfatória, descritas abaixo:

Malha Centro

Esta malha é responsável por 28% do mercado da CEMIG D, atendendo a toda a região metropolitana de Belo Horizonte. O consumo do setor industrial de alta tensão corresponde a 7,9% do total de energia fornecida pela CEMIG D. A região possui 35 unidades consumidoras ligadas à malha de alta tensão. Esta região possui participação relevante das classes residencial, industrial e comercial, tanto na demanda quanto no consumo de energia elétrica, cujo atendimento, em alguns pontos do sistema, necessita de reforços de transmissão e distribuição nos próximos anos, permitindo, assim, o atendimento à expansão do mercado e a manutenção dos índices de qualidade.

Malha Leste

Esta região possui 6 consumidores industriais. Para esta região estão previstas, para os próximos anos, obras de expansão para os sistemas de transmissão e distribuição, sendo que para o sistema de distribuição está previsto, aproximadamente, a extensão de 398 km de rede urbana, atendendo a 17.557 consumidores, extensão de 24.780 km de rede rural, atendendo a 67.100 consumidores e reforço em 1.100 km de rede, beneficiando 142.600 consumidores. Essas obras possibilitarão o crescimento do mercado regional e melhorarão a qualidade do fornecimento da energia ofertada.

Malha Mantiqueira

Esta região possui 25 unidades consumidoras atendidas em alta tensão. Para atender o crescimento do mercado nesta região, influenciado especialmente pelo desempenho do setor industrial, estão previstas novas obras de distribuição para os próximos anos. Para dar suporte a esses reforços de distribuição também estão previstos reforços de transmissão, garantindo o atendimento a esses novos projetos industriais e ao mercado em geral, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela legislação.

Malha Norte

É a região do Estado de maior extensão territorial, e atende a 17 unidades consumidoras de alta tensão. Para permitir a expansão do mercado regional, cuja influência das classes industrial e rural (irrigação) tem sido relevante, estão definidos diversos reforços de transmissão e distribuição, para os próximos anos, permitindo o atendimento à expansão do mercado e a manutenção dos índices de qualidade, conforme legislação.

Malha Oeste

O consumo do setor industrial de alta tensão, nesta região, corresponde a 2,6% do total de energia fornecida pela CEMIG D. Esta região possui 14 consumidores atendidos em alta tensão. Destacam-se na participação do mercado desta região as classes industrial e residencial, cujo atendimento e manutenção da qualidade da energia, nos próximos anos, vai requerer reforços de transmissão e distribuição.

Malha Sul

A região da malha sul conta com 3 usinas hidrelétricas e 5 pequenas centrais hidrelétricas. Esta região possui 9 consumidores servidos em alta tensão. Os principais reforços regionais planejados, para os próximos anos, estão voltados especialmente para viabilizar o crescimento vegetativo do mercado, cuja participação da classe residencial é predominante. Adicionalmente, esses reforços de distribuição visam manter os índices de qualidade, conforme legislação.

Malha Triângulo

O Triângulo Mineiro é a região do Estado de Minas Gerais que detém a maior concentração da geração hidrelétrica. Esta região possui 11 consumidores servidos em alta tensão. Destacam-se nesta região, além das classes residencial, comercial e industrial, a classe rural, onde o agronegócio exerce importante influência na economia regional e no consumo e demanda de energia elétrica. Para sustentar o crescimento de todo este mercado, estão planejadas para os próximos anos diversas obras de expansão do sistema, com ênfase principal no sistema de distribuição.

As tabelas a seguir fornecem certas informações operacionais relativas ao sistema de distribuição da CEMIG D (excetuando-se Light), nas datas indicadas:

	Extensão da Rede de Distribuição em Quilômetros – Alta Voltagem (de subestações de distribuição a consumidores finais)				
	Em 31 de dezembro de			**Em 30 de Setembro**	
Tensão da Rede de Distribuição	**2008**	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
161 kV	55	55	55	55	55
138 kV	11.085	11.241	10.841	11.099	11.085
69 kV	4.553	4.000	4.513	4.553	4.553
34,5 kV + Outras	966	966	966	955	966
Total	16.659	16.262	16.375	16.662	16.659

Fonte: Companhia

	Extensão da Rede de Distribuição em Quilômetros – Média e Baixa Voltagens (de subestações de distribuição a consumidores finais)				
	Em 31 de dezembro de			Em 30 de Setembro	
Tipo de Rede de Distribuição	**2008**	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
Redes de distribuição urbanas aéreas	86.399	85.400	84.721	87.336	86.300
Redes de distribuição urbanas subterrâneas	687	415	415	687	415
Redes de distribuição rurais aéreas	349.819	337.987	308.689	351.882	349.232
Total	436.906	423.802	394.169	439.905	435.947

Fonte: Companhia

	Capacidade de Transformação Abaixadora [1] de Subestações de Distribuição				
	Em 31 de dezembro de			Em 30 de Setembro	
	2008	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
Número de subestações	360	358	355	361	360
MVA	8.160	8.145	8.162	8.250	8.160

Fonte: Companhia

(1) A capacidade de transformação abaixadora refere-se à capacidade de um transformador de receber energia a certa tensão e liberá-la a uma tensão reduzida para posterior distribuição.

Vale destacar que os dados físicos referentes ao Programa de Investimento em Controle e Administração, ou PROOBRA, foram calculados por meio de projeção da rede existente. Em 2003, a CEMIG D passou a efetuar este cálculo como a soma da extensão linear da rede de média-tensão e da rede de baixa-tensão disponível no sistema GEMINI, com contagem em dobro (em relação ao critério anterior) caso existam redes conjuntas de média e baixa tensão. O sistema GEMINI é o gerenciador da rede de distribuição da CEMIG D. Com a inclusão e início dos módulos de Operação, Projetos, Registro de Clientes e Planejamento, todos os ativos de distribuição estão sendo atualmente administrados pelo sistema GEMINI, constituindo no presente a fonte de informações utilizada pela ANEEL para coleta dos dados referentes a ativos para realização das revisões tarifárias.

Em consequência, as estatísticas sobre extensão de redes, número de transformadores, iluminação pública e quantidade de postes de transmissão são atualmente fornecidas pelo sistema georreferenciado GEMINI. A CEMIG D acredita que este procedimento resultou em dados mais precisos, redução de erros de avaliação de ativos fixos e aumento da confiabilidade.

VENDAS DE ENERGIA

Clientes e Comercialização

Os clientes da CEMIG do negócio de distribuição e geração, que estão localizados na sua área de concessão em Minas Gerais e fora do Estado, são classificados em oito classes: residenciais, industriais (que incluem atividades de mineração, manufatura e transformação), comerciais (que incluem empresas de prestação de serviços, universidades e hospitais), rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e consumo próprio. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a CEMIG vendeu 58.550 GWh de energia, incluindo a energia vendida pela Emissora para os chamados Consumidores Livres, principalmente industriais. Em 30 de setembro de 2009, a CEMIG havia vendido 44.700 GWh de energia, incluindo a energia vendida pela Emissora para os chamados Consumidores Livres.

Com relação a 2007, em comparação com 2006, o volume de energia elétrica vendido pela CEMIG por meio de suas controladas a consumidores industriais e comerciais aumentou em 3% e 25%, respectivamente, e o volume de energia elétrica vendido pela CEMIG por meio de suas controladas a consumidores rurais, aos poderes públicos, aos serviços públicos e para consumo próprio aumentaram, respectivamente, em 14%,34%, 19% e 42%. O volume de energia elétrica vendido para iluminação pública aumentou 7%, nesse mesmo período. O consumo residencial aumentou 16% de 2006 para 2007.

Com relação a 2008, em comparação com 2007, o volume de energia elétrica vendido pela CEMIG por meio de suas controladas a consumidores industriais e comerciais aumentou em 8,1% e 6,1%, respectivamente, e o volume de energia elétrica vendido pela CEMIG por meio de suas controladas a consumidores rurais, aos poderes públicos e serviços públicos aumentaram, respectivamente, em 4,3%, 6,4% e 1,1%. O volume de energia elétrica vendido para iluminação pública diminuiu 0,2% e o consumo próprio 2,1%, nesse mesmo período. O consumo residencial aumentou 4,2% de 2007 para 2008.

Em 2008, a CEMIG, por meio de suas controladas, faturou 210.262 consumidores finais a mais que 2007, representando crescimento de 2,0%, decorrente da expansão de seus sistemas de distribuição.

Em 2008, a CEMIG, por meio de suas controladas, havia celebrado contratos de compra e venda de energia com 145 de seus clientes industriais. Os contratos de compra e venda de energia padronizados com clientes industriais do Grupo CEMIG contém uma cláusula de demanda mínima que exige que o cliente pague pela demanda contratada, que representa a capacidade de sistema reservada àquele cliente, bem como o consumo efetivo do cliente. A CEMIG acredita que este método de faturamento proporciona uma fonte relativamente estável de receita.

A tabela a seguir apresenta os volumes de vendas de energia elétrica industrial do Grupo CEMIG por tipo de cliente industrial em 30 de setembro de 2009:

Clientes Industriais[1]	Volume de Vendas de Energia em GWh	Consumo como Porcentagem do Volume Total de Vendas de Energia Industrial
Indústria de Extração	1.411	8,6
Indústria de Transformação	14.470	88,2
Cimento	731	4,5
Siderurgia	4.348	26,5
Não-Ferrosos	769	4,7
Ferroligas	2.980	18,2
Química	1.307	8,0
Produtos Alimentares	1.122	6,8
Indústrias Diversas	44	0,3
Indústria de Construção	88	0,5
Indústria de Utilidade Pública	398	2,4
Total Industrial do Grupo CEMIG	16.413	100

Fonte: Companhia

[1] A categoria de consumidor industrial inclui o consumo pela Sá Carvalho S.A., Usina Térmica Ipatinga S.A., Horizontes Energia S.A., Cemig PCH S.A e Usina Termelétrica Barreiro S.A.

A tabela a seguir apresenta os nomes e correspondentes setores de atuação das dez maiores unidades consumidoras do Grupo CEMIG em 30 de setembro de 2009:

Dez Maiores Clientes	Indústria
1 - Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA	Siderurgia
2 - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS	Siderurgia
3 - Ligas de Alumínio S.A. – LIASA	Ferroligas
4 - Companhia Brasileira de Carbureto de Cálcio – CBCC	Ferroligas
5 - Acelor Mital Brasil S.A. – Juiz de Fora	Siderurgia
6 - Italmagnésio Nordeste S.A.	Ferroligas
7 - Acesita S.A.	Siderurgia
8 - Rima Industrial S.A. – Várzea da Palma	Ferroligas
9 - Gerdau Açominas S.A.	Siderurgia
10 - White Martins Gases Industriais Ltda.	Química

Fonte: Companhia

Como resultado da estratégia que visa obter maior participação no mercado de contratação livre, a CEMIG celebrou contratos com Consumidores Livres de grande porte dentro e fora do Estado de Minas Gerais, envolvendo a venda de um volume de energia elétrica, em 2008, de 19.562 GWh para tais consumidores. Em conseqüência da Desverticalização, grande parte dos contratos com consumidores de grande porte dentro da área de concessão foram cedidos pela CEMIG à Emissora em 2008. A maioria dos clientes de grande porte da CEMIG, que representam quase 50% de sua energia vendida já contratou a aquisição de energia elétrica da Emissora para os próximos anos. Os consumidores que optam por se tornar Consumidores Livres são principalmente os industriais, cuja demanda geralmente excede 3 MW. Os consumidores que consomem entre 500 kW e 3MW podem optar por comprar energia elétrica de outras fontes, caso a fonte seja renovável, como, por exemplo, as PCHs ou biomassa.

Em 2008, a CEMIG celebrou dois relevantes grupos de contratos com grandes Consumidores Livres. O primeiro grupo de contratos foi firmado com o Grupo Votorantim, por meio do qual a CEMIG fornecerá quantidades variáveis de energia, dos atuais 145 MW médios para até 670 MW médios em alguns anos. O montante total deste grupo de contratos é de, aproximadamente, R$ 10,5 bilhões e expirará em 2028. Espera-se que estes contratos gerem receita de, aproximadamente R$ 500 milhões por ano para a CEMIG até seu término em 2028. O segundo grupo de contratos foi firmado em 26 de maio de 2008, com o Grupo ArcelorMittal, para o fornecimento de até 313,5 MW médios (o dobro do volume que fornecemos atualmente ao Grupo ArcelorMittal). O montante total deste segundo grupo de contratos é de, aproximadamente, R$ 4,4 bilhões e expirará em 2020. A CEMIG espera que este grupo de contratos gere uma receita de, aproximadamente, R$ 360 milhões por ano até seu término, em 2020. Em 30 de setembro de 2009, referidos contratos já haviam gerado uma receita de aproximadamente R$ 300 milhões para a CEMIG.

FATURAMENTO E COBRANÇA

O faturamento mensal e os procedimentos de cobrança relativos ao fornecimento de eletricidade pela CEMIG D variam segundo a classe e tensão de seus clientes.

Os clientes de grande porte, que recebem eletricidade em voltagem igual ou maior que 69 kV, independente de serem considerados como cativos ou livres, geralmente são faturados no mesmo dia da leitura de seus medidores. O pagamento nesse caso deve ser efetuado dentro de 5 dias úteis a contar da entrega da fatura, sendo que para os clientes do serviço público (água, esgoto e saneamento) o prazo para pagamento é de 10 dias úteis, conforme estabelece a legislação vigente.

Os clientes que recebem eletricidade em média voltagem, considerados como clientes cativos (aproximadamente 10.000 clientes recebem eletricidade em voltagem igual ou maior a 2,3 kV e menor que 69 kV ou são ligados por meio de redes de distribuição subterrânea, com exceção de instituições do setor público), são faturados em até 2 dias a contar da leitura de seus medidores, devendo o pagamento ser efetuado dentro de 5 dias úteis da entrega da fatura, sendo que para as classes serviço público (água, esgoto e saneamento) e Poderes Públicos o prazo para pagamento é de 10 dias úteis, conforme legislação vigente.

Os demais clientes (baixa tensão) da CEMIG D são faturados em intervalos médios de 7 dias a partir da leitura de seus medidores, devendo o pagamento ser efetuado dentro de 10 dias da entrega da fatura ou de 15 dias, no caso de instituições do setor público. As faturas são elaboradas a partir da leitura dos medidores.

Para realização de seus pagamentos, os clientes da CEMIG D contam com uma rede de agentes arrecadadores, a qual inclui instituições financeiras, estabelecimentos comerciais, correspondentes bancários, agentes lotéricos e cooperativas de crédito. Adicionalmente, os pagamentos podem ser realizados via *internet*, diretamente no *site* do banco ou por meio de débito automático em conta.

Procedimentos de Cobrança

A CEMIG D possui um eficiente procedimento de cobrança de suas faturas o que resulta em uma arrecadação mensal equivalente a, aproximadamente, 90% de seu faturamento mensal.

O procedimento de cobrança de clientes inadimplentes da CEMIG D é realizado de duas formas. Para aqueles consumidores diretamente conectados com as linhas de transmissão da CEMIG D, os agentes de negócio entram em contato imediato com o consumidor inadimplente para negociar as condições de pagamento do débito. Já para aqueles consumidores de serviços de baixa tensão, a CEMIG D envia, aproximadamente, no 15º dia após o vencimento um reaviso para o consumidor, sendo que após mais 20 dias é iniciado o processo de corte.

Havendo problemas ou recusa do cliente em receber referidos comunicados, a mensagem de débito constará da fatura subseqüente à vencida. Em ambos os casos a interrupção do fornecimento de energia elétrica será efetivada após 15 dias, contados do conhecimento do cliente.

Inadimplência

A inadimplência mensal da CEMIG D se mantém, em patamares históricos, com variações mensais nunca superiores a 25%. A CEMIG D vem adotando medidas para diminuir o nível de inadimplência por parte de seus consumidores.

Em 30 de setembro de 2009, a CEMIG D possuía aproximadamente R$ 612 milhões devidos em faturas vencidas.

A tabela a seguir mostra a posição de contas a receber da CEMIG D, em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
Idade dos Débitos	**2009**		**2008**	
	(R$ mil)	(%)	(R$ mil)	(%)
Valores a vencer	886.987	59,19	774.032	57,41
Vencidos até 90 dias	266.834	17,80	251.175	18,63
Vencidos acima de 90 dias	344.780	23,01	322.967	23,96
Total	1.498.601	100,00	1.348.174	100,00

Fonte: Companhia

A maioria dos clientes inadimplentes da CEMIG D realiza o pagamento de suas faturas vencidas antes do corte de fornecimento de eletricidade. Não existem restrições legais quanto à capacidade da CEMIG D de efetuar o corte de energia de clientes inadimplentes. A CEMIG D geralmente negocia a dívida antes de efetuar os cortes de energia elétrica em seus clientes de alta tensão. Já para os clientes de média tensão a CEMIG D também negocia a dívida e, caso não obtenha êxito, a energia elétrica é cortada em 15 dias após o reaviso. Finalmente, para os clientes de baixa tensão, os cortes de energia elétrica são realizados em prazos distintos, dependendo da região da área de concessão. Nesse último caso, a CEMIG D realiza o provisionamento de 100% dos débitos em atraso há mais de 180 dias.

Os 5 maiores devedores do setor privado da CEMIG D, em 30 de setembro de 2009, deviam à CEMIG D o valor de aproximadamente R$ 186 milhões, incluindo-se nesse montante débitos com pendências judiciais.

As tabelas abaixo demonstram o valor da dívida do Poder Público com a CEMIG D, em 30 de setembro de 2009:

Órgão	**(R$ mil)**	**(%)**
Poder Público Federal	5.334	5,80
Poder Público Estadual	8.190	8,91
Poder Público Municipal	77.732	85,28

Fonte: Companhia

PERDAS DE ENERGIA

O Grupo CEMIG reconhece perdas de energia relacionadas às suas operações na rede básica nacional, operada pelo ONS, aqui referida como Rede Básica. Estas perdas de energia são divididas em perdas "técnicas" e "não-técnicas".

O nível de perdas totais do Grupo CEMIG no ano de 2008 representou o montante de 5.790 GWh, em comparação aos 5.629 GWh em 2007. Desse total em 2008, 411 GWh estavam relacionados a perdas relativas a operações na Rede Básica atribuídas ao Grupo CEMIG pelo ONS. Os 5.379 GWh restantes referem-se a perdas tanto técnicas quanto não-técnicas ocorridas em sistemas locais de distribuição próprios do Grupo CEMIG, e representam 11,6% da energia total (46.301 GWh) que transitou pelos sistemas locais. Em 30 de setembro de 2009, as perdas do Grupo CEMIG, em sistemas de locais de distribuição, representavam 3779 GWh.

As perdas técnicas responderam por aproximadamente 80% das perdas de energia do Grupo CEMIG na rede de distribuição local em 2008. Essas perdas são o resultado inevitável do processo de transformação abaixadora e transporte de energia elétrica. O Grupo CEMIG procura minimizar perdas técnicas por meio da realização de avaliações rigorosas e regulares da qualidade de sua distribuição de energia elétrica e de suas instalações. Os sistemas de transmissão e distribuição do Grupo CEMIG são rotineiramente atualizados e ampliados visando manter padrões de qualidade e credibilidade, reduzindo, conseqüentemente, as perdas técnicas. Ademais, o Grupo CEMIG opera seus sistemas de transmissão e distribuição em certos níveis específicos de tensão a fim de minimizar perdas.

As perdas técnicas não são comparáveis. Trechos mais longos de distribuição (por exemplo, área rural) naturalmente têm as perdas técnicas maiores.

As perdas não-técnicas responderam pelos, aproximadamente, 20% restantes das perdas de energia do Grupo CEMIG em 2008, sendo acarretadas por fraude, conexões ilegais, erros de medição e defeitos do medidor. A fim de minimizar as perdas não-técnicas, a CEMIG regularmente toma medidas preventivas, inclusive: inspeção dos medidores e conexões dos consumidores, modernização dos sistemas de medição, treinamento do pessoal responsável pela leitura dos medidores, padronização dos procedimentos de instalação e inspeção dos medidores, instalação de medidores com garantias de controle de qualidade, atualização do banco de dados dos consumidores e desenvolvimento de rede de distribuição protegida contra roubo.

Ademais, o Grupo CEMIG desenvolve um sistema integrado projetado para auxiliar na detecção e medição de perdas controláveis em todas as partes de seu sistema de distribuição.

As perdas não-técnicas são parcialmente comparáveis entre companhias de energia, uma vez que indicam as ineficiências do setor e as complexidades sociais na área de concessão. Os indicadores que medem a qualidade no fornecimento pela CEMIG D, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor, em horas por ano) e FEC (Freqüência Equivalente de Interrupção por Consumidor) foram ao final de 2008 de 13,65 e 6,53, em comparação com 13,14 e 6,39 em 2007, respectivamente. Já em 30 de setembro de 2009, foram de 9,90 e 4,69, em comparação ao mesmo trimestre de 2008 que foram de 9,34 e de 4,53, respectivamente.

OUTRAS ATIVIDADES

Gás

A Gasmig foi constituída no ano de 1986 com a finalidade de desenvolver e implementar a distribuição de gás natural em Minas Gerais. A CEMIG detém participação de aproximadamente 55% na Gasmig e a Petrobras, por meio de sua subsidiária Gaspetro – Petrobras Gás S.A. detém 40% da Gasmig. A participação remanescente é detida pela Minas Gerais Participações Ltda., ou MGI, o órgão de investimentos do Governo Estadual, e pela cidade de Belo Horizonte.

Em janeiro de 1993, o governo do Estado de Minas Gerais outorgou à Gasmig concessão exclusiva de 30 anos para a distribuição de gás cobrindo todo o Estado de Minas Gerais e os consumidores ali localizados. Os esforços de marketing da Gasmig concentram-se em sua capacidade de proporcionar uma alternativa mais eficiente economicamente e não agressora do meio ambiente ao petróleo, gás liquefeito de petróleo, ou GLP, e madeira. Até setembro de 2009, a Gasmig forneceu aproximadamente 1,5 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia a 272 consumidores: 176 clientes industriais e comerciais, 88 postos distribuidores de gás natural para veículos, ou GNV, no varejo, duas termelétricas e seis distribuidoras de gás natural comprimido, ou GNC. A Gasmig forneceu 0,3 milhão de metros cúbicos de gás por dia para usinas termoelétricas e 1,2 milhão de metros cúbicos para consumidores do varejo. Além de servir o mercado convencional e as usinas termoelétricas, a Gasmig supre oito clientes com gás liquefeito de petróleo, ou GLP, re-gaseificado. No mesmo período, a Gasmig distribuiu aproximadamente 4,5% de todo o gás natural distribuído no Brasil.

A Gaspetro adquiriu sua participação acionária de 40% nos termos de um Acordo de Empreendimento Conjunto datado de 25 de agosto de 2004, entre a CEMIG, a Gasmig, a Gaspetro e a Petrobras. Nos termos do Acordo de Empreendimento Conjunto, a Petrobras comprometeu-se a efetuar investimentos para expansão da capacidade dos atuais gasodutos conectados à rede de distribuição da Gasmig e para construir novos gasodutos, tendo a CEMIG e a Gaspetro se comprometido a custear o plano de gastos de capital da Gasmig para expansão de sua rede de distribuição.

A operação foi implementada em 15 de dezembro de 2004, quando a Petrobras, por intermédio de suas subsidiárias Gaspetro e TSS, concluiu a aquisição de participação societária de 40% na Gasmig. Em 26 de julho de 2006, a TSS foi incorporada pela Gasmig. Como condição para tal investimento, a Petrobras e a CEMIG firmaram Acordo de Acionistas no qual a CEMIG avençou com a Petrobras e suas subsidiárias o compartilhamento da administração da Gasmig. Em 15 de dezembro de 2004, a GASMIG celebrou um contrato de suprimento adicional com a Petrobras que garante um aumento gradual de suprimento de até 5,1 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, além dos 3,5 milhões de metros cúbicos por dia já previamente contratados. Este contrato de suprimento adicional destina-se ao fornecimento de gás natural para as regiões do Vale do Aço e o sul de Minas Gerais, e também para a expansão do serviço para as regiões da Grande Belo Horizonte, a Zona da Mata (no sudeste de Minas Gerais) e Campos das Vertentes (região histórica), nos mercados industrial, comercial, automobilístico e residencial. O contrato de suprimento adicional tem prazo de 20 anos, e a CEMIG espera que o fornecimento comercial relativo ao contrato se inicie no segundo semestre de 2009, com base na demanda de mercado. Nos termos desse contrato, o preço será determinado com base no preço internacional do petróleo, no mercado de Nova Iorque.

Segundo prevê a CEMIG, a associação com a Petrobras expandirá a capacidade de distribuição da Gasmig, tendo em vista que espera-se que sua capacidade de disponibilizar gás natural a seus clientes aumente significativamente com a implementação dos investimentos da Petrobras em gasodutos. A CEMIG prevê que os gastos de capital da Gasmig para 2009 e 2010 serão utilizados principalmente para expansão de sua rede de distribuição em regiões altamente industrializadas de Minas Gerais. A Gasmig já iniciou as ampliações necessárias para atender as regiões do Vale do Aço e a região sul do Estado de Minas Gerais.

Com exceção do GLP fornecido para a Gasmig por uma *joint-venture* entre Petrobras e White Martins Industriais Ltda., ou White Martins, a Gasmig adquire a totalidade de suas necessidades de gás natural da Petrobras e tal gás natural é fornecido principalmente pelas próprias reservas Petrobras. A relação da CEMIG com a Petrobras é regida por dois contratos de longo prazo, que expiram em 2020 e 2028. O preço cobrado pela Gasmig de seus consumidores é baseado no preço cobrado pela Petrobras, acrescido de uma margem. Portanto, todos os aumentos de custos na compra de gás natural da Gasmig são repassados a seus consumidores por meio de aumentos de tarifas.

Minas Gerais respondeu por aproximadamente 11% do consumo total de gás natural do Brasil em 2008. Muitas indústrias intensivas em termos de energia, tais como cimento, siderurgia, ferro-ligas e metalurgia, operam significativamente no Estado. A CEMIG estima que a demanda total de gás natural em Minas Gerais chegará a aproximadamente 5 milhões de metros cúbicos de gás por dia até 2012, volume superior ao suprimento disponível projetado pela CEMIG. A principal estratégia da Gasmig é a expansão de sua rede de distribuição de forma a cobrir a parcela da demanda ainda não atendida. A Gasmig dedica-se ao desenvolvimento de novos projetos de ampliação de seus sistemas de distribuição de gás natural para chegar a consumidores de outras áreas de Minas Gerais, principalmente áreas densamente industrializadas. Em 2006, a Gasmig começou a fornecer gás para três companhias industriais e duas estações distribuidoras de GNV no varejo na região do Vale do Aço, concluindo, desta maneira, a primeira fase do serviço para aquela região do Estado de Minas Gerais. O volume médio de gás natural distribuído na primeira fase foi de, aproximadamente, 200.000 metros cúbicos por dia. A Gasmig adiantou sua data de início, para agosto de 2006, fornecendo serviço para a região sul do Estado de Minas Gerais, por meio da re-gaseificação do GLP contratado com a Gáslocal, uma *joint-venture* da Petrobras e White Martins.

No terceiro trimestre de 2009, a Gasmig apresentou receita bruta de aproximadamente R$ 424 milhões e receita líquida depois de impostos de aproximadamente R$ 333 milhões. A CEMIG reconhece R$ 184 milhões como receitas advindas da Gasmig em 2009.

Em 2008, a Gasmig investiu aproximadamente R$ 126 milhões na expansão de sua rede de gasodutos com o fim de atender mais clientes no Estado de Minas Gerais. Os recursos para financiar a expansão vieram principalmente de seu próprio fluxo de caixa e reinvestimento dos dividendos pagáveis à CEMIG. Não houve alteração na estrutura acionária da Gasmig. Atualmente, o gasoduto que transporta gás natural da bacia petrolífera de Campos no Estado do Rio de Janeiro opera a plena capacidade, sendo necessário investimento adicional por parte do Governo Federal para a expansão de sua capacidade ou para a construção de novo gasoduto para atender a crescente demanda antecipada de gás natural no Estado de Minas Gerais. Até 30 de setembro de 2009, a Gasmig investiu R$ 227 milhões na expansão de sua rede.

Exploração e Produção de Petróleo Cru e Gás Natural

Em 18 de dezembro de 2008, um consórcio formado pela CEMIG, Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig, Comp Exploração e Produção de Petróleo e Gás S.A., Sipet Agropastoril Ltda. e Orteng participou da 10ª Rodada de Leilões do Brasil realizada pela ANP, para permitir a assinatura de contratos de concessão para blocos exploratórios. O consórcio tornou-se concessionário de quatro blocos (SF-T-104, SF-T-114, SF-T-120 e SF-T-127) na Bacia do São Francisco, um bloco (POT-T-603) na Bacia Potiguar, e um bloco (REC-T-163) na Bacia do Recôncavo Baiano. O percentual de participação da CEMIG e da Codemig é de 24,5% cada. A participação total da Comp, Sipet e Orteng é de 51%, mas a participação individual dessas três sociedades varia dependendo de cada bloco. A assinatura do contrato de concessão ocorreu em 30 de junho de 2009 e a CEMIG espera que os investimentos projetados não ultrapassem de R$ 30 milhões na fase de pesquisa.

Telecomunicações, Internet e Televisão a Cabo

Em 13 de janeiro de 1999, a CEMIG constituiu a Infovias em Minas Gerais, Brasil, sob a forma de uma *joint-venture* com a AES Força Empreendimentos Ltda., integrante do grupo AES Corporation. Atualmente, a CEMIG detém 100% das ações ordinárias da Infovias, a qual dispõe de *backbone* de cabos de fibras ópticas para telecomunicações de longa distância, instalado ao longo da rede elétrica de transmissão da CEMIG interligando as principais regiões do Estado de Minas Gerais. Esse *backbone* de comunicações está conectado a redes de acesso urbanas baseadas em tecnologia de HFC (Híbrido Fibra/Coaxial), e tecnologia SDH (*Synchronous Digital Hierarchy* - Hierarquia Digital Síncrona) rede toda em fibra óptica em 26 cidades, estando posicionadas sobre a rede elétrica de distribuição da CEMIG. De acordo com a legislação de telecomunicações brasileira, a CEMIG também colocou sua infraestrutura de rede à disposição de outras prestadoras de serviços de telecomunicações interessadas em locá-la.

A Infovias iniciou operações comerciais em janeiro de 2001. Os principais serviços de telecomunicações fornecidos pela Infovias por meio de sua rede são transporte e acesso de sinal, ambos para aplicações ponto-a-ponto e ponto-a-multiponto, prestados principalmente a operadoras de telecomunicações disponibilizando sua estrutura de rede em fibras ópticas e provedores de serviços de Internet com base em canal exclusivo. A Infovias também está ampliando seus serviços de Internet de banda larga, atualmente disponível nas cidades de Belo Horizonte, Poços de Caldas, Barbacena, Contagem, Sete Lagoas, Ipatinga e Uberaba, a outras cidades de Minas Gerais.

A Infovias presta serviço de rede de televisão a cabo em 12 cidades de Minas Gerais, de acordo com contrato de prestação de serviços de 15 anos firmado com a WAY TV Belo Horizonte S.A., ou WAY TV, e a Brasil Telecomunicações S.A., cada qual detentora de concessões para prestação de serviços de televisão a cabo e Internet em certas cidades de Minas Gerais, nos termos no qual a Infovias presta serviços de transporte de vídeo e dados a estas empresas utilizando sua infraestrutura de rede.

A Infovias detinha uma participação de 69,25% na WAY TV, incluindo 49,9% de suas ações ordinárias. Em 12 de novembro de 2007, a Infovias obteve a aprovação final da Agência Nacional de Telecomunicações acerca da venda de sua participação na WAY TV para a TNL PCS Participações S.A., uma afiliada do Grupo Oi. A venda foi consumada em 14 de novembro de 2007 por, aproximadamente R$ 103,4 milhões, que representou o preço de compra de R$ 91,4 milhões mais os juros sobre tal preço de compra depositados judicialmente desde a assinatura do contrato de venda em 1º de agosto de 2006. Em 4 de junho de 2008, o CADE aprovou a venda, sujeita a certas restrições.

A Infovias além das operadoras de telecomunicações, também presta serviços para CEMIG de transmissão de dados intra-empresa de acordo com contrato de cinco anos assinado em 2001 e renovado em outubro de 2007. A CEMIG utiliza esse serviço para comunicações internas, assim como para certas comunicações com seus clientes.

Em 2009, a Infovias atingiu, até o terceiro trimestre do ano, receita bruta de R$ 90 milhões e lucro líquido de R$ 21 milhões.

Os gastos de capital da Infovias nos últimos cinco anos foram de R$ 100,9 milhões e os gastos de capital em 2009 estão sendo utilizados principalmente para a expansão de sua rede de telecomunicações. Até 30 de setembro de 2009, a Infovias havia utilizado R$ 27 milhões em investimento na expansão de sua rede.

Serviços de Consultoria e Outros Serviços

A CEMIG presta serviços de consultoria aos governos e companhias de utilidade pública do setor elétrico com a finalidade de auferir receitas adicionais a partir da tecnologia e *expertise* desenvolvidas pela CEMIG por meio de suas operações. No decorrer dos últimos dez anos, a CEMIG prestou esse tipo de serviço a órgãos e companhias governamentais em dez países, entre eles Canadá, Paraguai, Honduras, El Salvador, e ao governo do Panamá.

Em 9 de janeiro de 2002, a CEMIG criou a Efficientia S.A., ou Efficientia, em Minas Gerais, para a prestação de serviços de soluções de otimização e eficiência de projetos e serviços de operação e administração a usinas de fornecimento de energia. A CEMIG detém participação de 100% na Efficientia, que iniciou operações em 2003. A Efficientia vem aumentando sua participação no mercado brasileiro de serviços especializados de consultoria e suas receitas a cada ano, desde sua entrada em operação. Tais serviços incluem consultoria especializada nas áreas de eficiência, soluções em energia, redução de perdas não técnicas em outras detentoras de concessão de serviço de distribuição e prestação de serviços de manutenção preventiva.

Até 30 de setembro de 2009, a Efficientia registrou um lucro líquido de R$ 4,5 milhões. A receita bruta da Efficientia no período totalizou R$ 9,2 milhões, um crescimento de 29,2% em relação a igual período no ano de 2008. Esse aumento na receita bruta foi acompanhado de custos operacionais de R$ 3,3 milhões, que representou um cescimento de 32%. Os trabalhos da Efficientia no período incluem a implementação de usinas de co-geração em instalações siderúrgicas, obras de conexão de instalações elétricas de geração ao sistema de distribuição da CEMIG D, construção de linhas de transmissão e consultoria objetivando a implementação de projetos para obtenção de créditos de carbono.

Em parceria com a Concert Technologies S.A., Nansen S.A. Instrumentos de Precisão, Leme Engenharia Ltda. e FIR Capital Partners Ltda., a CEMIG criou a Focus em 27 de agosto de 2007, cuja denominação social foi alterada em 2008 para Axxiom, para oferecer soluções em tecnologia e sistemas para a gestão operacional dos titulares de concessionárias de serviços públicos, incluindo energia elétrica, gás, água e saneamento básico, bem como outros serviços públicos. A empresa começou a operar no segundo trimestre de 2008.

Adicionalmente, o Centro de Gestão de Tecnologia Estratégica, ou CGET, criado em 2005, como uma entidade sem fins lucrativos cujos objetivos incluem: estudos e pesquisa, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção de informações e conhecimento técnico e científico, incentivo para a adoção de medidas de desenvolvimento industrial, planos e programas, projetos para pesquisa e incorporação de inovações tecnológicas desenvolvidas ou adaptadas e implementação de centros de excelência e instituições para o desenvolvimento de estudos e prestação de serviços tecnológicos.

AQUISIÇÕES RECENTES

Aquisição da Light

Em março de 2006 a RME, sociedade constituída pela CEMIG, em parceria com Andrade Gutierrez Concessões, a LUCE Brasil e o Pactual Energia, com 25% das ações cada, adquiriu da EDF International, 79,57% de ações da Light, holding controladora que possui 3,8 milhões de consumidores e detém cerca de 6,4% do mercado nacional, bem como 852 MW de capacidade instalada em usinas hidrelétricas. A transferência do controle da Light foi aprovada pela ANEEL, pelo CADE, pela *French Commision des Participations et des Transferts*, e pelo BNDES e demais credores. A transferência das ações ocorreu no dia 10 de agosto de 2006.

Em maio de 2007, com o exercício, pelo BNDES, do direito de subscrição de debêntures emitidas pela Light, a participação da RME na Light foi diluída passando para 52,13% do total de ações.

Em dezembro de 2009, a CEMIG aprovou a incorporação da sua parcela de participação na RME por meio de processo de cisão desproporcional, passando a deter diretamente sua participação no capital social da Light. A operação visa dar cumprimento ao acordo de acionistas da RME vigente e simplificar sua estrutura societária. O atual acordo de acionistas da RME dará lugar a um novo acordo entre os acionistas controladores da Light, que reproduzirá os direitos e obrigações atualmente vigentes.

Em 30 de dezembro de 2009, a CEMIG anunciou ao mercado que celebrou, na condição de Compradora, com a Andrade Gutierrez Concessões e com o Fundo de Investimento em Participações PCP (FIP PCP), controlador da Equatorial Energia S.A. (Equatorial), que passou a ser a detentora das ações da RME, após reorganizações societárias, contratos de compra e venda de ações relativos às suas respectivas participações direta e indireta na Light. Será constituída, em associação com um Fundo de Investimento em Participações (FIP), uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) na qual a CEMIG terá participação minoritária, que deterá, ao final, direta e indiretamente, até 26,06% de participação no capital social votante e total da Light, permanecendo a CEMIG e o LUCE Brasil com suas participações originais na Light de 13,03% cada. Essa aquisição, cujo valor poderá chegar a aproximadamente R$1,6 bilhão, está em linha com a atual estratégia de longo prazo da CEMIG de consolidar sua posição no setor brasileiro de energia elétrica. Esta decisão ainda depende da aprovação formal dos órgãos competentes, dos credores e do CADE.

Aquisição das Participações da Schahin

Em maio de 2006, a CEMIG em parceria com a MDU Brasil Ltda, e a Brascan, adquiriram da Schahin Holding S.A. 100% das suas participações nas seguintes concessionárias de transmissão: (i) 25% da EATE; (ii) 25% da Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A.; (iii) 18,35% da ERTE; (iv) 7,5% da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.; e (v) 18,35% da ENTE, desta forma a CEMIG ampliou suas linhas de transmissão de 5144 km para 5589 km. A transferência das ações foi submetida ao CADE e foi aprovada pela ANEEL, pelo BNDES e outros órgãos financiadores. A transferência das ações ocorreu no dia 16 de agosto de 2006.

Aumento da participação da CEMIG na TBE

A CEMIG adquiriu, juntamente com a Alupar Investimentos S.A e Centrais Hidrelétricas de Santa Catarina - CELESC, as ações de propriedade que a Brookfield (transferidas da Brascan) detinha no capital das seguintes empresas transmissoras do grupo TBE. Em 30/06/2009, foram adquiridas pela CEMIG, 95% das ações da Brookfield no capital das empresas EATE, ENTE, ERTE e ETEP (74,5% na ECTE) e em 14/07/2009, 4,9% das ações da Brookfield no capital da EATE, ENTE, ERTE e ETEP e 3,8%, da ECTE. No total, foram despendidos aproximadamente R$ 504,9 milhões. Em 30 de setembro de 2009, a composição acionária das empresas era a seguinte:

	% do capital total				
	EATE	**ECTE**	**ENTE**	**ERTE**	**ETEP**
Alupar Investimentos S.A.	35,35	40,01	50,01	50,01	39,34
Eletrobrás	29,30	0,00	0,00	0,00	21,33
Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC	0,00	21,62	0,00	0,00	0,00
CEMIG	**35,34**	**13,37**	**36,69**	**36,69**	**39,33**
MDU	0,00	25,00	13,30	13,30	0,00
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Companhia

	% do capital votante				
	EATE	**ECTE**	**ENTE**	**ERTE**	**ETEP**
Alupar Investimentos S.A.	50,02	40,01	50,01	50,01	50,02
Eletrobrás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC	0,00	21,62	0,00	0,00	0,00
CEMIG	**49,98**	**13,37**	**36,69**	**36,69**	**49,98**
MDU	0,00	25,00	13,30	13,30	0,00
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Companhia

Em 13 de novembro 2009, foi celebrado um Contrato de Compra e Venda de Ações com a MDU Resources Luxembourg II LLC, S.à.r.l. para aquisição de suas ações representativas de 13,3% do capital votante e total da ENTE, de 13,3% do capital votante e total da ERTE e de até 10% do capital votante e total da ECTE. A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela CEMIG estarão sujeitas à aprovação pela ANEEL, pelo BNDES e outros órgãos financiadores. O valor total deverá situar-se próximo de R$ 100 milhões, a preços de 30 de setembro de 2009. Entretanto, o valor final somente será apurado na data de fechamento, após o exercício do direito de preferência pelos demais sócios.

Compra de 80% do capital social da Lumitrans e da STC pela EATE

A CEMIG, em 31 de outubro de 2008, por meio da sua controlada EATE, adquiriu da Alupar Investimento S.A., a sua participação de 80% do capital social da LUMITRANS Companhia Transmissora de Energia Elétrica e de 80% do capital social da STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

O investimento nessas aquisições foi de R$ 89,3 milhões, sendo R$ 32,5 milhões para a Lumitrans e R$ 56,8 milhões para a STC.

Aquisição da Terna

Em 03 de novembro de 2009, foi realizado nos termos do contrato de compra e venda de ações celebrado em 23 de abril de 2009, o pagamento e a transferência das ações de emissão da Terna, de titularidade da Terna S.p.A. para a TAESA, na qual a Emissora detém participação de 49% do capital social. A TAESA, sociedade por ações com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, tem como acionistas a Emissora e o Fundo de Investimentos em Participações Coliseu. Posteriormente, seguindo o acordado no contrato de compra e venda de ações celebrado com a Terna S.p.A., o nome Terna Participações S.A. foi alterado para Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. Para maiores informações sobre a aquisição da Terna *vide* Seção *"Negócios da Emissora – Transmissão de Energia Elétrica – Aquisição da Terna"* na página 234 deste Prospecto.

Com a aquisição da Terna (Aliança), a capacidade instalada de transmissão da Garantidora se eleva da seguinte forma:

	Sem Terna	Com Terna
Dados físicos		
Linhas de transmissão em km	5.760	6.853
Número de subestações	60	88
Capacidade instalada em MVA	16.147	16.884

Fonte: Companhia

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Foi elaborado o Plano Estratégico de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento para os próximos cinco anos, em conjunto com as áreas operacionais do Grupo CEMIG. O planejamento, além de garantir o alinhamento com a estratégia empresarial, permitirá tanto uma gestão mais eficiente do elevado volume de recursos alocados anualmente em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, como a exploração das possíveis sinergias tecnológicas entre os negócios da empresa.

Em 2008, foram ainda criados fóruns tecnológicos permanentes, compostos por especialistas das várias áreas da empresa, que deverão atuar conjuntamente para a consecução do Plano Estratégico de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, bem como para a contínua atualização do mapeamento tecnológico realizado.

A CEMIG GT possui um portfólio de projetos bastante amplo, cujos temas se relacionam a metodologias, *softwares*, dispositivos e equipamentos necessários à operação, manutenção e supervisão do sistema elétrico, otimização de processos, além da pesquisa em fontes alternativas de energia e de temas relacionados ao meio ambiente. Os valores aportados nos projetos, desde 1999, alcançam R$ 44 milhões em quase 100 projetos, sendo que desses, 50 já estão concluídos, envolvendo a realização de R$ 20,5 milhões. As parcerias para o desenvolvimento tecnológico através da P&D envolvem Universidades, centros de pesquisa, empresas e fabricantes que aportaram nos 9 programas anuais, em torno de R$ 20,5 milhões de contrapartida nos projetos Em 30 de setembro de 2009, estavam em andamento 30 projetos, que totalizavam R$ 2,5 milhões.

Uso Racional de Energia

O desenvolvimento por meio de um setor elétrico sustentável é uma proposta positiva para afastar a possibilidade de um novo racionamento de energia elétrica e minimizar os conflitos socioambientais na evolução da matriz energética brasileira.

A CEMIG tem realizado um esforço cada vez maior em ações de conservação de energia e investiu em 2008 um montante de R$ 24 milhões em seu Programa de Eficiência Energética. Além de outros projetos em desenvolvimento, destacam-se em 2008 os seguintes projetos executados:

- Doações de equipamentos eficientes como aquecimento de água, geladeiras eficientes, tanques de expansão eficientes, lâmpadas compactas para comunidades carentes;

- Retorno do projeto "CEMIG nas Escolas", que tem como meta conscientizar os alunos da rede pública do ensino médio;

- Substituição de autoclaves da rede hospitalar que atende ao SUS do Estado de Minas Gerais. Este equipamento é responsável pela esterilização de roupas e equipamentos usados em cirurgias. Os novos autoclaves permitem uma redução de 60% do consumo de energia; e

- No meio rural, a Fazenda Energética de Uberaba prospectou e coordenou nesta primeira etapa, dentro do Projeto PEE – ANEEL, a implantação do Conviver Rural na região de São João Del Rei. O projeto consiste na aquisição de 50 tanques de expansão para substituição de tanques de imersão para pequenos produtores e contou com a colaboração de vários órgãos e entidades, com destaque para a Secretaria Municipal de Agropecuária e o Sindrural.

Biomassa

Com o desenvolvimento das tecnologias de transformação que apresentam maior eficiência, menores níveis de emissões de gases tóxicos e de gases que causam efeito estufa, a biomassa torna-se uma alternativa energética muito promissora para a geração de energia elétrica em determinadas regiões do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, desde a Usina de Formoso no norte de Minas Gerais, passando pela co-geração nos setores sucroalcooleiro, de papel e celulose e siderúrgico, até as experiências atuais como o plantio de florestas energéticas, gaseificação de biomassa, geradores a álcool e o biodiesel, a utilização da biomassa tem sido buscada pela CEMIG.

Um exemplo desse esforço é o projeto de co-geração utilizando gás de alto forno a carvão vegetal na termelétrica de 13 MW pertencente à siderúrgica V&M do Brasil S.A. A CEMIG trabalha continuamente para viabilizar os projetos de geração de energia da biomassa, consciente de ser esta uma alternativa ambientalmente correta e importante para o atendimento do crescimento da demanda energética da sociedade, com impactos positivos para a geração de emprego e renda de forma descentralizada.

Energia Solar

Os trabalhos pioneiros da CEMIG na área de energia solar, tanto na sua forma fotovoltaica quanto na forma solar térmica por meio da utilização de coletores planos e concentradores solares, têm ajudado a criar novas alternativas de oferta de energia e de eficientização para alguns consumidores no Estado de Minas Gerais.

As instalações de sistemas de aquecimento de água por coletores solares planos e de bombas de calor também são fomentadas pela CEMIG, que vê nessas opções ferramentas para reduzir o consumo de energia elétrica no horário de pico e também como alternativa energética para conjuntos habitacionais destinados a famílias de baixa renda.

A CEMIG, entre 2006 e 2007, instalou energia fotovoltaica em 1667 residências para atender o Programa Luz para Todos. Em 2008 foram substituídos 250 desses sistemas por novas unidades. Foram também instalados e interligados à rede 4 geradores de 3 kWp de potência, sendo um deles na PUC/MG, em Belo Horizonte, e outro na Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional da Cemig (EFAP) em Sete Lagoas.

Até o terceiro trimestre de 2009 já foram instalados mais de 2000 coletores solares planos para aquecimento de água em substituição ao chuveiro elétrico em residências de baixa renda, além de 4 unidades instaladas em hospitais. Nesse contexto, foi firmado convênio entre a CEMIG, Cohab e o governo de Minas Gerais onde está prevista para os próximos anos a instalação de mais 15.000 coletores solares planos em unidades habitacionais, 30 hospitais e 500 instituições para longa permanência de idosos.

A CEMIG continua investindo em projetos de P&D para purificação do silício metalúrgico existente em Minas Gerais e desenvolvimento de células fotovoltaicas de baixo custo. Outra iniciativa da empresa refere-se à pesquisa e experimentações relativas ao uso de energia solar térmica para produção de energia elétrica através de termelétricas solares, utilizando concentradores cilíndrico-parabólicos, e para aquecimento de água de forma centralizada, utilizando coletores solares planos (calor distrital para comunidades de baixa renda).

Outro trabalho em andamento é o aproveitamento das coberturas do estádio Mineirão e do Ginásio do Mineirinho, para instalar uma usina solar fotovoltaica, até início de 2013, para a Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo 2014. A energia elétrica gerada será conectada ao sistema interligado. A potência a ser instalada se situa entre 1 a 2 MW, e depende de um estudo de viabilidade, que será concluído em fevereiro de 2010 e indicará também a melhor relação do custo da tecnologia com o investimento.

Energia Eólica

A CEMIG foi a primeira concessionária brasileira a instalar uma usina eólica conectada ao sistema elétrico integrado, a Usina Eólio-Elétrica Experimental do Morro do Camelinho, abrindo o caminho para a introdução de uma cultura eólica no país. Foi efetuado levantamento do potencial eólio-elétrico de alguns sítios promissores no Estado de Minas Gerais, tendo sido assinados acordos de confidencialidade com empresas interessadas em avaliar a instalação de uma usina eólica no norte de Minas. Foi iniciado em 2008 um projeto de pesquisa e desenvolvimento de geradores eólio-elétricos de pequeno porte adaptados a instalações em regiões montanhosas, com potencial de atendimento a localidades remotas.

Visando ampliação da participação dessa fonte de geração a CEMIG adquiriu recentemente, participação em três parques eólicos no Ceará, com potência da ordem de 100 MW. A CEMIG está também elaborando mapas detalhados do potencial eólico do Estado e realizando avaliações e estudos de viabilidade para instalação de novos parques eólicos.

Hidrogênio e Células a Combustível

O hidrogênio é um vetor energético obtido da água e de outras fontes de energia como a biomassa e combustíveis fósseis, sendo considerado o energético do futuro. Para explorar essa alternativa, a CEMIG conta com um laboratório experimental para produção de hidrogênio via eletrólise e por reforma de etanol, que em 2008 operou de forma integrada e produzindo um gás com pureza de 99,9%.

Os principais desafios para viabilizar esse energético são a diminuição dos custos de produção, o armazenamento e o transporte desse combustível.

O hidrogênio é utilizado inicialmente como combustível para teste das células a combustível, para suprir demandas internas e também como elemento químico para purificação do silício, a ser utilizado em projeto de P&D para desenvolvimento de células fotovoltaicas, que se encontra em andamento. As células a combustível são uma das novas tecnologias para geração de energia de forma descentralizada, com grande possibilidade de causar, no futuro, impactos no setor elétrico.

Atenta também às oportunidades que podem advir dessa tecnologia, a CEMIG desenvolve, desde 2000, projetos de P&D em temas ligados à células de baixa temperatura (PEM) e de alta temperatura (SOFC). No tocante à célula PEM, encontra-se em andamento projeto de P&D para desenvolvimento de nanotubos de carbono, membranas poliméricas e aplicação de técnicas de DLC (Diamond-like Carbon) visando redução de custos e dependência externa de componentes.

Quanto à célula SOFC, foi realizada adequação do laboratório de pilhas a combustível e foram realizados, durante o ano, os primeiros testes com os protótipos, projetados e construídos com tecnologia totalmente nacional. Após análise dos resultados obtidos com os ensaios nos protótipos será realizada a montagem e testes do protótipo de pilha a combustível de 50 W. Foi iniciado também o desenvolvimento de um sistema integrado de geração de energia a partir da gaseificação de biomassa por acionamento de células combustíveis SOFC.

Biodiesel

A CEMIG considera o biodiesel como uma alternativa energética sustentável, geradora de emprego e renda e que propicia inclusão social. Nesse sentido, a CEMIG trabalha, junto com outros órgãos do Estado de Minas Gerais e centros de pesquisas, para a consolidação da tecnologia de produção do biodiesel no Estado, por meio da identificação das vocações regionais para a cultura de oleaginosas, da construção de uma planta piloto de pequeno porte para produção experimental desse combustível e também da implantação de infraestrutura laboratorial em órgão de pesquisa do Estado para qualificar e certificar esse combustível e, dessa forma, contribuir para a sua inserção no mercado nacional.

Encontra-se em funcionamento o Laboratório de Biocombustível do CETEC, com capacidade de produção de 1.000 litros/dia de biodiesel. Em 2008 foi dada continuidade ao projeto com utilização do biodiesel produzido no laboratório para a geração de energia elétrica, de forma experimental, em um grupo motor gerador e em uma microturbina.

A CEMIG também está testando em um de seus veículos esse biodisel, produzido no CETEC, sem mistura ao diesel convencional (B100).

Veiculo Elétrico

O veículo elétrico pode ser considerado uma tendência para os próximos anos. A CEMIG, em parceria com Itaipu Binacional e Fiat Automóveis, iniciou projeto de pesquisa e de estudo de viabilidade técnica e econômica da utilização de veículos movidos a energia elétrica. No final de 2008 foram recebidos 4 veículos modelo Palio Weekend. A empresa está testando os protótipos em sua frota visando avaliar aspectos operativos e de manutenção e desenvolvimento de tecnologia nacional. Com o uso intensivo dessa tecnologia, pretende-se disponibilizar mais uma alternativa para as empresas CEMIG e seus consumidores visando redução do uso de combustíveis fosseis e exploração de um novo nicho do mercado de energia elétrica.

ATIVO IMOBILIZADO

Os principais ativos da CEMIG consistem das usinas de geração de energia elétrica e instalações de transmissão e distribuição. O valor contábil líquido total do ativo imobilizado da Emissora e da CEMIG D, incluindo seu investimento em certos consórcios que operam projetos de geração de energia elétrica, era de R$ 10,71 bilhões em 30 de setembro de 2009 (incluindo projetos de construção em andamento e líquido das Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão). As instalações de geração representaram 41,11% desse valor contábil líquido, as instalações de transmissão e distribuição representaram 45,81%, os consórcios representam 10,05% e outros ativos imobilizados diversos representaram 3,03%. A média de depreciação anual aplicada a essas instalações era de 2,48% para instalações de geração hidrelétrica, 3,01% para instalações de transmissão, 4,74% para instalações de distribuição, e 10,42%, para instalações de administração. As instalações da CEMIG são, em geral, adequadas às atuais necessidades, sendo convenientes às finalidades a que se destinam. A CEMIG possui direito de passagem para as suas linhas de distribuição, as quais são ativos da CEMIG e não revertem para o proprietário quando do final da concessão.

SEGUROS

O Grupo CEMIG contrata seus seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras brasileiras e internacionais que operam no Brasil. A Garantidora possui um comitê que decide sobre a contratação dos seguros do Grupo CEMIG e sua administração acredita que a cobertura de seguros é compatível com as suas atividades e está em conformidade com as práticas internacionais.

A CEMIG possui seguro de risco operacional dos principais equipamentos de distribuição, transmissão e geração, de valor acima de R$ 0,9 milhão, junto à Itaú Seguros S.A. Via de regra, a CEMIG mantém seguro com coberturas específicas junto a companhias de seguro de primeira linha para cobrir perdas e danos em equipamentos das subestações de transmissão e usinas causados por incêndio, por acidentes e riscos operacionais.

A CEMIG, exceto para o ramal aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

A tabela a seguir apresenta uma descrição sumária das principais apólices de seguro mantidas pela Garantidora, Emissora e CEMIG D em 30 de setembro de 2009 (em milhares de reais):

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
CEMIG	-	-	-	-
Aeronáutico – Aeronaves CEMIG GT (*)	Casco Responsabilidade Civil	25/05/2009 a 29/04/2010	US$ 4.100 US$ 10.000	US$ 22
Aeronáutico – Aeronaves CEMIG D (*)	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2009 a 29/04/2010	US$ 6.832 US$ 24.000	US$ 116
Almoxarifados, instalações prediais e equipamentos de telecomunicações, Incêndio	Incêndio	08/11/2009 a 08/11/2010	R$ 730.835	R$ 182
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de geração, transmissão e distribuição de valor acima de R$940 mil.	All Risks	05/05/2009 a 05/05/2010	R$ 2.076.937	R$ 3.263

Fonte: Companhia

PROPRIEDADE INTELECTUAL

A CEMIG tem por política proteger suas marcas nos diversos países onde atua ou pretende atuar. A CEMIG mantém um Escritório de Marcas e Patentes, que dá suporte a todas as suas controladas.

Em 30 de setembro de 2009, o Grupo CEMIG possuía os seguintes processos depositados no INPI:

Descrição	CEMIG	Emissora	CEMIG D	Gasmig	Horizontes	Sá Carvalho	Barreiro	UTE Ipatinga	X	Y
Pedidos de Invenção solicitados	-	13	32	-	-	-	-	-	-	-
Patentes de Invenção concedidos	-	2	6	-	-	-	-	-	-	-
Pedidos de modelos de utilidade solicitados	-	5	16	-	-	-	-	-	-	-
Pedidos de modelo de utilidade concedidos	-		2	-	-	-	-	-	-	-
Pedidos de registro de marcas solicitados	44	0	0	-	3	1	1	1	1	1
Registros de Marcas concedidos	27	0	-	2	-	-	-	-	-	-

Fonte: Companhia

Suas principais patentes referem-se à utilização de energia fotovoltaica, células a combustível, equipamentos de medição de parâmetros elétricos e ferramentas para utilização na operação ou manutenção de instalações elétricas. Até o momento, nenhuma patente foi licenciada para terceiros.

A marca "CEMIG", além de registrada no INPI, está registrada inclusive no Paraguai e Uruguai. Outros registros obtidos são relativos a "*slogans*" ou programas específicos. A tabela abaixo informa as principais marcas registradas (posição em 30 de setembro de 2009):

Marca	N°	Concessão	Empresa
Natal de Luz nas Gerais	824154908	07/11/2006	CEMIG
Qualidade CEMIG	823657990	29/08/2006	CEMIG
Conheça uma usina da CEMIG	23658015	29/08/2006	CEMIG
Qualidade CEMIG - Sistema de Gestão ambiental	823821609	12/12/2006	CEMIG
Qualidade CEMIG - Sistema de Gestão da Qualidade	823821595	12/12/2006	CEMIG
Qualidade CEMIG - Círculo de Controle da Qualidade	823822419	12/12/2006	CEMIG
Terra da Gente - Programa CEMIG de Educação Ambiental nas Escolas	822823055	16/10/2006	CEMIG
Fatos & Dados	820940992	26/06/2001	CEMIG
CCQ CEMIG - Círculo de Controle da Qualidade	820940933	26/06/2001	CEMIG
CEMIG Cine Grátis	820940976	26/06/2001	CEMIG
Conexão CEMIG	820940941	26/06/2001	CEMIG
Programa Café com Bate-papo CEMIG	820940950	26/06/2001	CEMIG
TV CEMIG - O Canal do Consumidor	820940968	26/06/2001	CEMIG
Estação CEMIG	820941000	26/06/2001	CEMIG
Energia para a Vida	820940984	26/06/2001	CEMIG
CEMIG (no Uruguai)	275026	26/12/1996	CEMIG
CEMIG (no Paraguai)	225902	23/06/2000	CEMIG
Qualidade Total CEMIG - Compromisso de Ser Melhor	817788450	30/04/1996	CEMIG
CEMIG	760225699	26/7/1983	CEMIG

Fonte: Companhia

Além dos registros já mencionados, a CEMIG detém o registro de diversos *softwares* que foram desenvolvidos internamente para utilização própria. Em se tratando de direitos autorais, a CEMIG possui diversos domínios na rede mundial de computadores, sendo 13 registros *.com.br* e 4 registros *.com* e 1 registro *.net,* dentre os quais se destaca www.cemig.com.br, sendo que os domínios brasileiros estão registrados na FAPESP, enquanto os domínios nos EUA estão registrados por empresas locais que prestam tal serviço.

Seguem os domínios do Grupo CEMIG registrados na FAPESP em 30 de setembro de 2009:

atendimentocemig.com.br	beemgcemig.com.br
cemig.com.br	cemigonline.com.br
energiacemig.com.br	irape.com.br
projetoterradagente.com.br	rodeiodeeletricistas.com.br
usinadeirape.com.br	bienaldaenergia.com.br
efficientia.com.br	portalpeixevivo.com.br
univercemig.com.br	

Fonte: Companhia

Seguem os domínios internacionais do Grupo CEMIG em 30 de setembro de 2009:

cemigtrading.com	cemigtrading.net
matrizenergia.com	projetoterradagente.com
univercemig.com	

Fonte: Companhia

CONCORRÊNCIA

Contratos com Consumidores Livres

A CEMIG possuía 215 contratos com Consumidores Livres em 30 de setembro de 2009. Destes contratos, 13 são contratos com empresas localizadas fora da área de concessão da empresa de distribuição e representam 1.681,7 GWh de energia por ano. Esses contratos têm prazo de duração de três a dez anos e representam volume total de aproximadamente 22.595,1 GWh/ano.

A estratégia da CEMIG no ACL tem sido o de realizar contratos de longa duração, estabelecendo e promovendo, desta forma, um relacionamento de longa duração com seus consumidores. A CEMIG busca se diferenciar no mercado consumidor com base na qualidade de seus serviços e no valor adicionado da Emissora. Este posicionamento, juntamente com uma estratégia de vendas que busca minimizar a exposição a preços de curto prazo e contratos com alto "*Take or Pay*", traduz-se em riscos mais baixos e maior previsibilidade de resultados.

Em 30 de setembro de 2009, a CEMIG era a maior vendedora de energia no ACL. A operação da rede de distribuição, por sua vez, se dá em ambiente de monopólio legal, sendo os serviços de rede remunerados por meio da TUSD. Dessa forma, os clientes localizados dentro das áreas de concessão das distribuidoras, tanto cativos como livres, utilizam a rede de distribuição para ter acesso à energia elétrica, remunerando as distribuidoras por meio da TUSD.

SAZONALIDADE

As vendas do Grupo CEMIG são afetadas pela sazonalidade. Normalmente, ocorre aumento de consumo pelos clientes industriais e comerciais no terceiro trimestre fiscal devido ao aumento da atividade industrial e comercial. Ademais, em geral há aumento de uso de energia elétrica em todas as categorias de consumidores durante os meses de verão de janeiro, fevereiro e março em razão das temperaturas elevadas. Certos dados representativos do consumo fiscal trimestral por parte de consumidores finais de 2006 a 2009, em GWh, são apresentados abaixo:

Ano	Primeiro trimestre	Segundo trimestre	Terceiro trimestre	Quarto trimestre
2006 (1) (2)	9.485	9.619	9.901	9.886
2007 (1) (2)	9.337	10.016	10.238	10.488
2008 (1) (2)	9.948	10.438	11.312	11.239
2009(1) (2)	9.721	9.774	9.956	-

Fonte: Companhia

(1) Inclui consumo de Sá Carvalho, Usina Térmica Ipatinga S.A., Usina Térmica Barreiro S.A., Cemig PCH S.A. e Horizontes Energia S.A.

(2) Não inclui fornecimento a outras concessionárias.

EMPREGADOS E RELAÇÕES TRABALHISTAS

Em 30 de setembro de 2009, o Grupo CEMIG possuía 9.820 empregados. Adicionalmente, são terceirizados certos serviços tais como: (i) Construção e Manutenção de Linhas e Redes; (ii) Limpeza de Faixa; (iii) Poda de Árvores; (iv) Corte e Ligação; (v) Leitura; e (vi) Projeto e Topografia. O Grupo CEMIG acredita que, de modo geral, as relações que mantém com seus empregados são satisfatórias.

A tabela abaixo indica a evolução do quadro de profissionais do Grupo CEMIG, nas datas indicadas:

	Número de funcionários em			
	31 de dezembro de 2006	31 de dezembro de 2007	31 de dezembro de 2008	30 de setembro de 2009
Gerentes*	174	208	237	257
Profissionais	1459	1454	1409	1381
Técnicos operacionais	6.412	6.517	6.242	5.900
Funcionários de escritório	2.618	2.639	2.534	2.282
Total	10.663	10.818	10.422	9.820

Fonte: Companhia

* inclui gestores

A CEMIG é sujeita aos regulamentos da Administração Estadual e, neste sentido, nos termos da Constituição Federal, a admissão de funcionários só pode ser efetuada por meio de concurso público.

Os empregados do Grupo CEMIG são tratados como empregados pertencentes a um mesmo grupo. Para tanto, as partes pretendem celebrar um Convênio de Cooperação, que terá por objetivo, dentre outros, otimizar o aproveitamento de recursos humanos utilizados nas atividades de *holding* e suporte em suas controladas e coligadas, sem prejuízo da independência e autonomia de cada uma.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e no período encerrado em 30 de setembro de 2009, a remuneração básica dos empregados do Grupo CEMIG totalizou R$ 893,5 milhões, R$ 1,05 bilhão, R$ 1,03 bilhão e R$ 583,7 milhão, respectivamente. O Grupo CEMIG tem como prática remunerar seus empregados de forma competitiva, compatível com as melhores práticas de mercado e de acordo com as atividades exercidas, o desempenho e competência individual de cada empregado.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e no período encerrado em 30 de setembro de 2009 a remuneração global dos empregados do Grupo CEMIG compreendendo remuneração, encargos sociais e benefícios concedidos totalizou R$ 1,3bilhão, R$ 1,55 bilhão, R$ 1,54 bilhão e R$ 973,9 milhões, respectivamente.

Com relação aos serviços terceirizados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e no período encerrado em 30 de setembro de 2009 o Grupo CEMIG teve um custo que totalizou R$ 504 milhões, R$ 620 milhões, R$ 676 milhões, R$ 532 milhões, respectivamente.

Relações com Sindicatos

O Grupo CEMIG mantém negociações com dez sindicatos que representam seus funcionários a seguir: (i) Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Minas Gerais; (ii) Sindicato Intermunicipal dos trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – SINDIETRO/MG; (iii) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul de Minas Gerais – SINDSUL/MG; (iv) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora; (v) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Elétrica de Santos Dumont; (vi) Sindicato das Secretárias no Estado de Minas Gerais; (vii) Sindicato dos Engenheiros no Estado de Minas Gerais; (viii) Sindicato dos Administradores no Estado de Minas Gerais; (ix) Sindicato dos Técnicos Industriais de Minas Gerais; e (x) Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Minas Gerais.

O Grupo CEMIG possui um bom relacionamento com seus empregados e respectivos sindicatos. Embora nem todos os funcionários sejam filiados aos sindicatos, todos gozam dos benefícios previstos nos instrumentos coletivos por força da legislação trabalhista vigente. Os acordos coletivos são negociados com os sindicatos anualmente, estabelecendo a reposição salarial e outros benefícios, sendo que a data base da categoria é novembro, ocasião em que novas condições de trabalho começam a vigorar. O acordo coletivo atualmente em vigor, com validade até 01 de novembro 2010, prevê um aumento salarial de 4,88% em relação ao exercício anterior, e a participação nos lucros em conformidade com a legislação trabalhista brasileira.

Tendo em vista que os serviços prestados pelo Grupo CEMIG são considerados essenciais, seus empregados, em caso de greve, são obrigados a manter níveis mínimos de atividades para garantir a prestação de serviços à população. Em 2007 ocorreram 4 dias de greve. Em 2008, paralisação de 24 horas com 10% de adesões. Em 2009, nesta última negociação do acordo coletivo, paralisação de 24 horas com 46% de adesões.

Participação nos Lucros

A CEMIG, a Emissora e a CEMIG D possui um Programa de Participação nos Lucros para seus funcionários em conformidade com a legislação trabalhista brasileira aplicável. No âmbito do referido programa, a CEMIG, a Emissora e a CEMIG D não podem contribuir ao plano de participação nos lucros com valor superior a 25% da totalidade dos dividendos propostos do exercício em questão. As metas para o pagamento da participação nos lucros são estabelecidas anualmente por meio de acordos coletivos específicos.

As participações dos empregados nos resultados do exercício de 2006, 2007 e 2008 foram definidas por meio de acordos coletivos específicos. Em conformidade com referidos acordos, as participações nos resultados, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a, R$ 210 milhões, R$ 454,09 milhões e R$ 370,4 milhões, respectivamente. Em 30 de setembro de 2009, ainda não havia sido firmado acordo coletivo específico para participação nos resultados do exercício de 2009

Planos de Opção de Compra de Ações

Não há planos de opção de compra de ações destinados aos empregados da CEMIG, da Emissora e da CEMIG D.

Programa Prêmio Desligamento - PPD I

Em março de 2008, a CEMIG implementou o PPD I, visando uma melhor adequação de seu quadro de pessoal às suas necessidades atuais e futuras. O incentivo financeiro para os empregados que aderiram ao PPD correspondeu a uma indenização de três vezes o valor da remuneração mensal do empregado.

Além disso, também como prêmio, uma indenização correspondente ao somatório das parcelas de sua contribuição, limitada a 100% e da contribuição da CEMIG à FORLUZ, que seriam devidas no período compreendido entre a data do desligamento e o implemento das condições de aposentadoria, limitada tal indenização ao máximo de 24 meses e, os empregados que se enquadrarem na condição supra, receberão uma indenização correspondente ao somatório das contribuições ao INSS, como autônomo, à base de 20% sobre a remuneração do mês de desligamento, limitado ao teto máximo de contribuição da Previdência Social, que igualmente seria devida pelo empregado no período compreendido entre sua data de desligamento e a aquisição do direito à aposentadoria.

A CEMIG garantiu o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo por um período de 6 meses e plano de saúde pelo período de 1 a 12 meses, a partir da data do desligamento do empregado.

O PPD demonstrou o compromisso da CEMIG de proporcionar relações trabalhistas mais modernas e eficientes, ao mesmo tempo em que buscou atenuar os efeitos sociais do desligamento dos empregados. Até o momento 523 funcionários aderiram ao PPD que continua em vigor.

Programa de Desligamento Voluntário – PDV

Em abril de 2009 a CEMIG lançou o PDV, em caráter excepcional e temporário com inscrição no período de 22 de abril de 2009 a 05 de junho de 2009, mediante requerimento em formulário próprio.

Para este programa a CEMIG ofereceu os seguintes prêmios:

- Opção A. Nos moldes do PPD, citado acima.

- Opção B. O empregado que vier a se beneficiar deste programa terá a título de indenização como prêmio, o incentivo financeiro equivalente a quatro remunerações, somado a uma remuneração por ano faltante à integralização do tempo de contribuição esperado para a FORLUZ (55 anos), limitado a um total de sete remunerações da data de adesão. Adicionalmente, o optante teria direito a uma indenização correspondente ao somatório das parcelas de sua contribuição, limitada ao percentual de 100%, e da contribuição da CEMIG à FORLUZ que seriam devidas no período compreendido entre a data do desligamento e o implemento das condições de aposentadoria, limitada tal indenização ao máximo de cinco anos.

- Opção C. O empregado que vier a se beneficiar deste programa terá, a título de indenização como prêmio, o incentivo financeiro equivalente a seis remunerações, mais duas remunerações por ano faltante para a aposentadoria integral do INSS, limitado a um total de dezesseis remunerações da data de adesão. O optante teria direito a uma indenização correspondente ao somatório das parcelas de sua contribuição, limitada ao percentual de 100%, e da contribuição da CEMIG à FORLUZ que seriam devidas no período compreendido entre a data do desligamento e o implemento das condições de aposentadoria, limitada tal indenização ao máximo de 5 anos. Adicionalmente os empregados optantes tiveram direito a uma indenização correspondente ao somatório das contribuições ao INSS, como autônomo, à base de 20% sobre a remuneração do mês de desligamento, limitado ao teto máximo de contribuição da Previdência Social, que igualmente seria devida pelo empregado ao período compreendido entre a sua data de desligamento e a aquisição ao seu direito de aposentadoria, limitada a cinco anos. A CEMIG garantiu o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo por um período de 6 meses e plano de saúde pelo período de 1 a 12 meses, a partir da data do desligamento do empregado.

Previdência Privada

O Grupo CEMIG patrocina três planos de previdência privada administrados pela FORLUZ, com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social de seus empregados, a seguir:

- Plano Saldado (A). Inclui os participantes aposentados e ativos que optaram por migrar do Plano de Benefício Definido, descrito abaixo, para este plano nas datas em que esteve aberta essa opção. O benefício deste plano corresponde, no caso dos aposentados, ao valor líquido que era recebido do plano antigo e, para os ativos, ao valor proporcional saldado na data de início do plano. Este plano não recebe novas contribuições e está fechado para novos participantes.

- Plano Misto (B). É um plano de contribuição variável segundo a definição das autoridades brasileiras. Tem característica de contribuição definida na fase de acumulação do capital para benefícios programáveis de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para benefícios de risco (cobertura de invalidez e morte de participante ativo) após a concessão no caso de benefícios programáveis. A contribuição das empresas é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes; e

- Plano de Benefício Definido (BD). Plano original, na modalidade de benefício definido para todos os benefícios, fechado para novos participantes, por meio do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na CEMIG em relação ao valor hipotético do benefício da Previdência Social oficial. O GRUPO CEMIG aprovou a retirada de patrocínio e pretende encerrar o referido plano em 2010, migrando seus participantes para o Plano Saldado ou indenizando-os de acordo com a reserva de retirada correspondente, o que depende de aprovação das autoridades competentes.

O Grupo CEMIG registrou em seu balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2008 e em 30 de setembro de 2009, obrigações no valor de R$ 1,48 bilhão e R$ 1,43 bilhão, respectivamente, relativas às contribuições dos referidos planos. Em 30 de setembro de 2009, a FORLUZ possuía 20.448 participantes, aposentados e pensionistas, patrocinados pelo Grupo CEMIG inscritos em seus planos, conforme mostra a tabela a seguir.

Número de Participantes por Planos - FORLUZ			
Item	**Benefício Definido - BD**	**Saldado - A**	**Misto -B**
Ativos	7	2.271	10.547
Aposentados	34	8.288	1.821
Pensões	11	1.540	155

Fonte: Companhia
Obs: O somatório dos números da tabela não corresponde ao total de participantes ativos e assistidos, tendo em vista que vários deles participam dos planos A e B simultaneamente (o somatório é sempre maior).

O número de empregados do Grupo CEMIG filiados aos planos de previdência privada é 9.965, equivalente a 99,23%, em 30 de setembro de 2009.

Ademais, as empresas controladas e coligadas ao Grupo CEMIG mantêm, de modo independente, aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Outros Benefícios

O Grupo CEMIG fornece ainda aos seus empregados, seguro saúde, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, auxílio-creche, programa de apoio ao menor eficiente especial.

FORLUZ

Por meio de deliberações de sua Diretoria, o Grupo CEMIG reconheceu diferentes débitos em relação à FORLUZ. Esses débitos são relacionados ao passivo atuarial e outros benefícios pós-emprego de suplementação de aposentadorias e pensões, seguro de vida e plano de saúde. Em 31 de dezembro de 2008 e no período findo em 30 de setembro de 2009 esses débitos totalizavam R$ 942 milhões (sendo que R$ 215 milhões referem-se à Emissora e R$ 680 milhões, à CEMIG D) e R$ 915 milhões (sendo que R$ 208 milhões referem-se à Emissora e R$ 662 milhões, à CEMIG D). Esses débitos deverão ser amortizados progressivamente até junho de 2024.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas pela Emissora, conforme previsto contratualmente.

Em 1º de janeiro de 2001, a CEMIG reconheceu a dívida com a FORLUZ por meio de diversas deliberações de sua Diretoria, em conformidade com a Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, referente à contabilização dos benefícios de funcionários. Dessa forma, foi alterado o modo de reconhecimento dos débitos em relação à FORLUZ. O critério de reconhecimento das despesas com benefícios pós-emprego anteriormente adotado pelas empresas pertencentes ao Grupo CEMIG considerava no resultado as contribuições efetivamente pagas referente a benefícios a aposentados. Considerando os novos procedimentos adotados, foram reconhecidos no resultado os encargos incidentes sobre a dívida com a FORLUZ e a variação atuarial nas obrigações pós-emprego.

Treinamento

O Grupo CEMIG fornece extenso programa de treinamento para seus aprendizes e funcionários. Os aprendizes são menores selecionados para participarem de programa de formação técnico-profissional para as carreiras de eletricista de linhas de rede, eletricista de manutenção, dentre outras. Para seus funcionários, o Grupo CEMIG mantém uma Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, destinado à formação de eletricistas, aperfeiçoamento e reciclagem, e um Programa de Educação Básica, destinado à complementação do ensino fundamental. Adicionalmente, as empresas possuem cursos de Formação Profissional ministrados em seu próprio campus - a Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional – EFAP.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008, o Grupo CEMIG investiu aproximadamente R$ 16,4 milhões e R$ 18,9 milhões, respectivamente em seu programa de treinamento, O Grupo CEMIG possui também um programa de *trainees* para jovens matriculados em cursos superiores ou recém formados para ocuparem funções técnicas ou gerenciais.

Segurança no Trabalho

O Grupo CEMIG possui uma política de segurança que prevê a proteção de seus empregados próprios, contratados, de empresas contratadas, bem como a comunidade direta ou indiretamente afetada por seu sistema operacional, por meio da identificação, avaliação e controle dos riscos decorrentes de suas atividades. De acordo com a sua política de segurança do trabalho, todo empregado tem o direito de questionar a realização de tarefa em que as medidas de segurança no trabalho não estejam devidamente satisfeitas. Em 2008, ocorreram 345 acidentes, sendo 160 com afastamento do trabalho. Em 2007 e 2006, ocorreram 322 e 492 acidentes, respectivamente.

Para garantir o cumprimento desta Política de Segurança a CEMIG possui um Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, 84 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes estão implantando o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, com base na Especificação OHSAS 18001, em todas as áreas que interagem com o Sistema Elétrico de Potência.

ASPECTOS AMBIENTAIS

A CEMIG possui uma política ambiental, publicada em 1990, da qual constam sete princípios que orientam as atividades e direcionam os esforços relacionados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Tais princípios são traduzidos em ações que buscam imprimir nos empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental.

Em sua área de atuação, a CEMIG realiza uma série de atividades que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Dentre elas pode-se destacar o programa de educação ambiental nas escolas, as reservas ambientais, os programas de preservação da flora e fauna, com destaque para programas relacionados à ictiofauna.

No período encerrado em 30 de setembro de 2009, a CEMIG investiu aproximadamente R$ 3,6 milhões que foram destinados para projetos de adequação ambiental de instalações e equipamentos e na implantação de novos empreendimentos e gastou R$ 15,5 milhões em despesas de operação e manutenção no desempenho de suas atividades tais como destinação final de resíduos, implantação de sistemas de gestão ambiental, auditorias, plantio de mata ciliar, produção de alevinos, implantação das políticas de poda de árvores e óleo, programas de educação ambiental, manutenção das unidades de conservação, treinamento e outras ações.

Para informações gerais sobre os aspectos ambientais que afetam a CEMIG e a Emissora, *vide* Seções "*Negócios da Emissora – Meio Ambiente"* e *"O Setor de Energia Elétrica no Brasil"* respectivamente nas páginas 246 e 186 deste Prospecto.

Política Ambiental

A CEMIG D, de uma maneira geral, adota a mesma política ambiental da Emissora.

Licenciamento Ambiental

A CEMIG tem obtido todas as licenças ambientais necessárias à implantação de seus novos empreendimentos. O Licenciamento Ambiental é conduzido na CEMIG de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o pronto atendimento aos órgãos competentes pela questão ambiental. Os estudos e monitoramentos são desenvolvidos por meio da contratação de especialistas, o que inclui empresas de consultoria, centros de pesquisa e universidades. Em 2008, a CEMIG obteve as licenças de operação corretiva das PCHs Joasal, Paciência e Gafanhoto, Sistema de Transmissão Leste e a licença de operação da PCH Cachoeirão. No período encerrado em 30 de setembro de 2009, a CEMIG obteve as licenças de operação corretiva dos Sistemas de Transmissão Sudeste e Triângulo.

Atendimento às Exigências Ambientais

De uma maneira geral, a CEMIG acredita estar em total cumprimento com as leis e regulamentos ambientais aplicáveis. Durante os anos de 2008 e 2007, a CEMIG, a Emissora e a CEMIG D investiram aproximadamente R$ 29,4 milhões e R$ 16,3 milhões, respectivamente, em projetos de adequação ambiental de instalações e equipamentos, e na implantação de novos empreendimentos. Nos mesmos períodos, a CEMIG gastou R$ 41,1 milhões e R$ 27,7 milhões, respectivamente, em despesas de operação e manutenção no desempenho de suas atividades, tais como destinação final de resíduos, implantação de sistemas de gestão ambiental, auditorias, plantio de mata ciliar, produção de alevinos, implantação das políticas de poda de árvores e óleo, programas de educação ambiental, manutenção das unidades de conservação, treinamento e outras ações.

Licença de Operação Ambiental Corretiva

A Emissora e a CEMIG D estão negociando com o IBAMA e as SUPRAMs a obtenção de licença de operação ambiental corretiva para todos os seus empreendimentos que tenham iniciado operação antes de fevereiro de 1986. Até o momento, a Emissora e a CEMIG D obtiveram referida licença para diversos empreendimentos, restando pendentes ainda a obtenção do licenciamento corretivo para cerca de 55% da capacidade instalada de geração da emissora.

Os empreendimentos de transmissão da Emissora, que não foram licenciados à época da sua construção, encontram-se em processo de licenciamento corretivo nas SUPRAMs ou no IBAMA (aqueles que estão interligados com as Usinas Hidrelétricas de Jaguara e Volta Grande, cujas subestações estão localizadas no Estado de São Paulo), com estudos ambientais elaborados e protocolizados naquele Instituto.

Todos os demais empreendimentos de transmissão foram agrupados por sistemas regionais (Sudeste, Leste, Centro e Triângulo), onde, apenas o Sistema Centro ainda encontra-se em licenciamento junto à SUPRAM Central Metropolitana.

TACs e outros

Ofício nº 2551/05 de 04/11/05: O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, requisitou à CEMIG D que adotasse providências para sanar irregularidades encontradas em algumas de suas subestações localizadas em Belo Horizonte. Em atendimento ao requerimento, a CEMIG D informou à Promotoria, que já estavam sendo adotadas as medidas cabíveis no sentido de regularizar as questões apontadas no ofício em referência. A fim de averiguar a existência de referidas irregularidades, as subestações estão sendo objeto de vistoria feita pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG A CEMIG vem realizando as atualizações dentro dos prazos pactuados com o Ministério Público.

Termo de Compromisso entre o Ministério Público de Minas Gerais e CEMIG de 09 de agosto de 2002: A CEMIG D se comprometeu a não realizar novas ligações de energia elétrica em parcelamentos irregulares do solo urbano que estejam localizados, total ou parcialmente, em áreas consideradas de proteção ambiental.

Os principais termos e condições do termo de compromisso são:

- O descumprimento de qualquer das obrigações previstas importará na aplicação de multa correspondente ao valor do investimento da CEMIG na respectiva obra, porém nunca inferior a R$ 0,1 milhão por infração verificada, valor que será corrigido pelo índice IGP-M;

- A CEMIG não será responsabilizada pelas informações prestadas pelo Poder Executivo Municipal aos interessados ou consumidores quanto aos pedidos de ligação, cabendo a ela, havendo dúvidas sobre a veracidade das informações ou das declarações recebidas, comunicar o fato ao órgão local do Ministério Público;

- A CEMIG não poderá ser responsabilizada pela execução de obras de rede elétrica realizada por terceiros em novos parcelamentos e para os quais o fornecimento de energia elétrica não tenha sido efetuado, salvo quando realizadas por pessoas físicas ou jurídicas contratadas por ela, não podendo também ser responsabilizada se efetuar a eletrificação de novos parcelamentos irregulares do solo urbano em cumprimento a determinação legal do órgão regulador ou por ordem judicial; e

- Havendo indícios de irregularidade do empreendimento, detectado pela CEMIG ou seus prepostos, deverá esta cientificar a Promotoria de Justiça local e o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação – CAO – MA para as providências cabíveis, deixando de iniciar o fornecimento de energia elétrica ao parcelamento do solo proposto em caso de dúvida.

SGA

A CEMIG possui duas modalidades de gestão ambiental, nos quais as áreas podem obter a certificação de acordo com o SGA. As duas modalidades estão vinculadas à norma internacional da Série ISO 14000, sendo uma das certificações em inteira conformidade com a Norma ISO 14001/2004 e a outra a um Sistema de Gestão Interno, denominado SGA Nível 1, o qual foi desenvolvido considerando-se os princípios da Norma NBR ISO 14001.

Ao final do período encerrado em 30 de setembro de 2009, os dados consolidados da certificação mostram que foram certificadas as Usinas de São Simão, Emborcação, Nova Ponte, Jaguara, Miranda, Irapé, Três Marias, Volta Grande, Igarapé, Salto Grande, Rosal, Itutinga e Camargos, totalizando 88,40% da Potência Instalada e 89,06% da Energia Assegurada da Geração CEMIG.

Quanto às Linhas de Transmissão acima de 230 kW, considerando a TAESA, atualmente 57% das linhas da empresa está certificada pelo SGA.

No que se refere ao negócio de distribuição, estão certificadas diversas gerências da empresa, responsáveis por atividades de operação e manutenção, relacionamento comercial e planejamento e expansão.

Custos de Preservação e Recuperação Ambiental

A CEMIG, de uma maneira geral, adota os mesmos critérios de preservação ambiental utilizados pela Emissora.

Outros Projetos

A CEMIG investe, dentre outros, em: (i) projetos de pesquisa e desenvolvimento ambiental; (ii) programas de reflorestamento ciliar; (iii) arborização urbana; (iv) educação ambiental; (v) segurança de barragens; (vi) desenvolvimento sustentável; (vii) gestão de resíduos; (viii) programas para ictiofauna (peixes); (ix) flora, fauna e monitoramento da qualidade de água; (x) arborização urbana; (xi) programa de educação ambiental; (xiii) ocupação urbana de vias pública e margens de represas; (xiii) dutos de gás; (xiv) dutos de gás; (xv) redes de transmissão; e (xvi) áreas de reserva.

Padrões Internacionais Ambientais

A CEMIG formalizou, em maio de 2009, sua adesão aos Princípios do Pacto Global (movimento voluntário internacional sobre práticas de Responsabilidade Social Empresarial, liderado pela ONU). São três os princípios do Pacto Global que mencionam o relacionamento com o meio ambiente: (i) apoiar o princípio da precaução, no que diz respeito aos desafios ambientais; (ii) ter iniciativas para promover uma maior responsabilidade ambiental; e (iii) encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias limpas.

A Usina Hidrelétrica de Nova Ponte que foi certificada com reconhecimento internacional, no ano 2000, em conformidade com a NBR ISO 14001 SGA, foi a primeira usina hidrelétrica de grande porte da América Latina a obter a certificação na ISO 14001. Atualmente, todas as grandes Usinas Hidrelétricas da CEMIG possuem certificações no Sistema de Gestão Integrado (ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001).

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO À CULTURA

A busca de novas formas para colaborar com as comunidades em que a CEMIG atua é uma preocupação constante.

A CEMIG possui forte orientação social, tendo como objetivos a ética e a responsabilidade sócio-empresarial e participa de diversos programas sociais e possui um comitê de responsabilidade social empresarial que estabelece sua política de responsabilidade social e cidadania. Nos anos de 2006, 2007 e 2008, a CEMIG investiu aproximadamente R$ 35,4 milhões, R$ 45 milhões e R$ 45,5 milhões, respectivamente, em programas sociais, relativos à projetos culturais e de educação e ações sócias, doações e subvenções. Dentre seus principais projetos sócio-culturais destacam-se:

- Programa Luz do Saber - o objetivo desse programa é garantir energia elétrica a todas as escolas rurais das redes estadual e municipal de Minas Gerais;

- Programa Campos de Luz - com a iluminação de cerca de 300 campos de futebol de várzea, esse programa leva mais segurança e melhores condições de lazer para comunidades de baixa renda em todo o Estado;

- Programa "CEMIG Cultural" – Programa de fomento à Cultura, realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, que avalia e patrocina ,via Leis Federais de Incentivo, projetos de todo o Estado em todos os segmentos culturais. Caracteriza-se pela continuidade dos patrocínios, prioridade para projetos de patrimônio, manutenção de espaços de educação permanente como museus e bibliotecas e arquivos públicos e formação de um público crítico e reflexivo. A sustentabilidade do programa deve-se à parceria com a Secretaria de Cultura, o que demonstra uma clara intenção de aperfeiçoamento de uma política pública, com recursos dirigidos a demandas reais;

- Programa "Filme em Minas" - Edital bianual de incentivo ao audiovisual em Minas Gerais que seleciona e patrocina projetos de longas e curtas-metragens, documentários, formatos livres, literatura, desenvolvimento de projetos, enfim, todos os produtos e eventos no âmbito da indústria do audiovisual. Encontra-se em sua 4ª edição, com filmes premiados em Festivais nacionais e internacionais;

- Projeto Ações Sociais Integradas - ASIN - programa de voluntariado empresarial que conta com a participação de mais de 1000 empregados da empresa, atuando em educação, cultura, meio ambiente, saúde e apoio comunitário atendendo cerca de 30 mil pessoas entre crianças, adolescentes e idosos; e

- Programa AI6% - que arrecada em doações 6% do Imposto de Renda devido por empregados da empresa, destinando os recursos a instituições cadastradas no ASIN e nos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente.

SISTEMA DE GESTÃO DE CERTIFICADOS

A CEMIG trabalha com SGQ (NBR ISO 9001:2000), SGA (NBR ISO 14001:2004 e Sistema Interno - SGA Nível 1) e de SGS (conforme a especificação OHSAS 18001), mesmos sistemas descritos na Seção *"Negócios da Emissora – Sistema de Gestão de Certificados"* na página 249 deste Prospecto.

Número de empregados trabalhando com Sistemas de Gestão:

Sistemas	2006
SGQ	7.562
SGA	6.184
SGS	6.906

Fonte: Companhia

A CEMIG faz parte do grupo de trabalho para a criação da *ISO* – 26000 – Responsabilidade Social, a convite da *International Organization for Standardization* (*ISO*), do Instituto Ethos e da ABNT.

Possuem certificação, ainda, conforme o SGA Nível 1 da CEMIG as seguintes áreas:

- Distribuição: Planejamento e Expansão Sul; Operação e Manutenção Sul; Relacionamento Comercial e Serviços de Ipatinga; Relacionamento Comercial e Serviços de João Monlevade; Relacionamento Comercial e Serviços de Pouso Alegre; Planejamento e Expansão Norte; Operação e Manutenção Norte; Relacionamento Comercial e Serviços de Montes Claros; Relacionamento Comercial e Serviços de Divinópolis; Planejamento e Expansão Oeste; Operação e Manutenção Oeste; Relacionamento Comercial e Serviços de Uberlândia; e

- Materiais, Logística e Serviços: Logística e Armazenamento; Qualidade de Material e de Fornecedores.

Todas as áreas da CEMIG, independente da implantação do SGA, têm como obrigação atender a um conjunto de requisitos mínimos estabelecidos para o controle e a proteção do meio ambiente, incluindo a avaliação de seus impactos e planos de ação para correção das questões identificadas.

TECNOLOGIA

A CEMIG possui sistemas informatizados e georreferenciados para projeto automatizado de instalações, sistemas e *softwares* proprietários para gerenciamento e controle e operação instalações de seu sistema elétrico e de telecomunicações, sistemas de monitoramento e alarme meteorológicos, sistema de comunicação próprio utilizando diferentes tecnologias, aí incluídas PLC - *Power Line Communication*, OPGW - *Optical Fiber Groundwire*, RF - Radiofrequência, *Autotrack* - Sistema de localização por satélites, dentre outras, sistemas de automação, proteção, controle e manutenção preventiva e corretiva para minimizar interrupções, localizar faltas e agilizar o restabelecimento em caso de falha, sistema de padronização e especificação para construção e aquisição de material e serviço.

A CEMIG possui um sistema de gerenciamento da SAP, empresa alemã de *softwares* de administração, o qual fornece suporte nas áreas de contabilidade, custos, orçamento, investimentos, projetos, estoques, manutenção, ativos fixos, recursos humanos, tesouraria, gerência de riscos (corporativo e financeiro), gestão de indicadores de desempenho, dentre outros.

A CEMIG possui também Sistema de Gerenciamento de Riscos Corporativos, destinado a propiciar o desenvolvimento sustentável e a criação de valor via crescimento do preço das ações negociadas e atender aos requisitos definidos pela *SOX*.

PRÊMIOS

A CEMIG foi selecionada pela edição 2009/2010 do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade, como a líder mundial do setor de *utilities*, que engloba as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública em todo o mundo. Essa conquista marca, também, o décimo ano consecutivo da permanência da CEMIG na seleta lista de empresas do *Dow Jones Sustainability World Indexes (DJSI World)*. A CEMIG se mantém neste índice desde sua criação, em 1999, como a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte desse índice internacional. O *DJSI World* é composto por ações das maiores empresas que, em seus diferentes setores econômicos, se caracterizam por sua reconhecida sustentabilidade corporativa, capazes de criar valor para os acionistas ao longo prazo, bem como por conseguirem aproveitar as oportunidades e gerenciar os riscos associados a fatores econômicos, ambientais e sociais.

A CEMIG também foi incluída, em 2008, no Índice *Global Dow*, da *NYSE*. Fazem parte desse índice apenas 150 organizações de todo o mundo, sendo apenas 3 do Brasil e América Latina. Esse índice relaciona empresas com solidez financeira e grande perspectivas futuras.

No ano de 2009, a CEMIG recebeu outro grande reconhecimento internacional, ao ser indicada para o Prêmio Puente de Alcântara, organizado pela Fundação Iberdrola, da Espanha, pela implantação da hidrelétrica de Irapé. O Prêmio Puente de Alcântara veio em função da importância da obra em termos de engenharia e sua função sócio econômica para a região onde esta instalada.

A CEMIG esta incluída há 3 anos no índice de Sustentabilidade Empresarial-ISE da BMF&BOVESPA. Ela é, também, há 6 anos, considerada uma das 10 companhias mais transparentes do Brasil, pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade-Anefac-Fipecafi-Serasa, que anualmente analisa os balanços das empresas de capital aberto e fechado do Brasil.

Pela Revista especializada “Consumidor Moderno”, a CEMIG foi eleita, na categoria “Setor de Energia”, como a “Empresa que mais respeita o consumidor”, por meio de pesquisa feita com os próprios consumidores da CEMIG.

ADMINISTRAÇÃO DA EMISSORA

A Emissora é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, que atuam em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social. Conforme determina o Estatuto Social da Emissora, os membros de seu Conselho de Administração e de sua Diretoria Executiva são os mesmos do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da CEMIG.

Nos termos do Estatuto Social da Emissora, é vedada a remuneração, pela Emissora, dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração que integrem outros órgãos de administração da CEMIG, devendo esta última arcar com esses custos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Emissora é composto por 14 membros efetivos e respectivos suplentes, dentre os quais um será o seu Presidente e outro seu Vice-Presidente, se reúne ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente por convocação de seu Presidente, de seu Vice Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva, e delibera, validamente, com a presença da maioria de seus membros. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, dentre outras, a fixação da orientação geral dos negócios, bem como a eleição, destituição e fiscalização dos Diretores. Os membros do Conselho de Administração da Emissora são qualificados em diversas áreas, tais como economia, negócios, contabilidade, eletricidade e pesquisa e desenvolvimento.

Cada membro efetivo do Conselho de Administração da Emissora possui um suplente, sendo que todos são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral de Acionistas, para mandato de três anos, podendo ser reeleitos. Os conselheiros suplentes atuam como substitutos de seus respectivos titulares em suas eventuais ausências e impedimentos ou no caso de vacância, até que se proceda à respectiva substituição. Nenhum membro efetivo ou membro suplente do Conselho de Administração da Emissora possui um contrato de serviço que prevê benefícios após o término de seu mandato.

Os atuais 14 integrantes efetivos do Conselho de Administração foram indicados pela CEMIG, única acionista da Emissora, em Assembleia Geral, para cumprirem o mandato de 27 de abril de 2007 até a Assembleia Geral Ordinária de 2010.

O Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 09 de março de 2009, indicou para seu Presidente o Sr. Sergio Alair Barroso, mantendo como Vice-Presidente o Sr. Djalma Bastos de Morais.

Os nomes, cargos e datas da nomeação original dos conselheiros e suplentes são os seguintes:

Nome	Cargo	Data da Nomeação
Sergio Alair Barroso [1]	Efetivo	05 de março de 2009
Djalma Bastos de Morais [2]	Efetivo	13 de dezembro de 2004
Francelino Pereira dos Santos	Efetivo	13 de dezembro de 2004
Antônio Adriano Silva	Efetivo	13 de dezembro de 2004
Britaldo Pedrosa Soares	Efetivo	25 de abril de 2008
Adriano Magalhães Chaves	Efetivo	10 de dezembro de 2009
André Araújo Filho	Efetivo	25 de abril de 2008
Evandro Veiga Negrão de Lima	Efetivo	28 de abril de 2006
Thomas Anthony Tribone	Efetivo	24 de julho de 2008
Guy Maria Vilela Pascoal	Efetivo	29 de abril de 2009
João Camilo Penna	Efetivo	25 de abril de 2008
Maria Estela Kubitschek Lopes	Efetivo	13 de dezembro de 2004
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Efetivo	10 de dezembro de 2009
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur	Efetivo	25 de abril de 2008
Clarissa Della Nina Sadock Accorsi	Suplente	10 de dezembro de 2009
Lauro Sérgio Vasconcelos David	Suplente	28 de abril de 2006
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	Suplente	13 de dezembro de 2004

Nome	Cargo	Data da Nomeação
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Suplente	13 de dezembro de 2004
Cezar Manoel de Medeiros	Suplente	29 de abril de 2009
Jeffery Atwood Safford	Suplente	25 de abril de 2008
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim	Suplente	28 de abril de 2006
Andréa Leandro Silva	Suplente	13 de dezembro de 2004
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	Suplente	25 de abril de 2008
Kleber Antonio De Campos	Suplente	05 de março de 2009
José Castelo Branco Da Cruz	Suplente	24 de julho de 2008
Fernando Henrique Schuffner Neto	Suplente	22 de junho de 2007
Franklin Moreira Gonçalves	Suplente	13 de dezembro de 2004
Guilherme Horta Gonçalves Júnior	Suplente	13 de dezembro de 2004

Fonte: Companhia

(1) *Presidente do Conselho de Administração;*

(2) *Vice-Presidente do Conselho de Administração.*

Seguem abaixo breves informações biográficas e endereço comercial dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração:

Sergio Alair Barroso – O Sr. Barroso é formado em economia pela Universidade São Lucas de São Paulo. Possui mestrado em Economia Internacional pela Universidade de Boston, nos Estados Unidos, e ainda cursos de especialização em Administração de Empresas na Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, em Gerenciamento de Executivos na Universidade Columbia, nos Estados Unidos, e em Gerenciamento de Executivos na FGV, em São Paulo. Foi presidente do Conselho de Administração da Fertilizantes Fosfatados S.A. – Fosfertil, Ultrafertil S.A. e Fertifos Administração e Participação S.A. Atua como consultor e sócio de negócios na área de agronegócio, responsabilidade social e investimentos ambientais. **Endereço Comercial**: Rua Rio de Janeiro nº 471 - 16º andar - Centro - Belo Horizonte/MG - CEP 30160-040. Telefone: (31) 3270-9437. Fac-símile: (31) 3270-9302. E-mail: secretario@desenvolvimento.mg.gov.br.

Djalma Bastos de Morais – O Sr. Morais é formado em engenharia pelo Instituto Militar de Engenharia, tendo concluído estudos de pós-graduação em telefonia e informática no mesmo instituto. Desde janeiro de 1999 é Diretor Presidente da CEMIG e [desde julho de 2002 é Diretor Presidente da Infovias]. De janeiro de 1999 a dezembro de 2004, foi Diretor Presidente da Gasmig. De maio de 1999 a agosto de 2001, foi Diretor Presidente da Infovias. De 1995 a 1998, foi Vice-Presidente da Petrobras Distribuidora S.A. De 1993 a 1994, o Sr. Morais atuou como Ministro das Comunicações do Brasil. Também ocupou vários outros cargos, como: (i) Diretor Presidente da Telecomunicações de Minas Gerais S.A. – Telemig; (ii) gerente da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás; (iii) diretor de operações da Telecomunicações de Mato Grosso – Telemat; (iv) diretor de operações da Telecomunicações do Amazonas – Telemazon; e (v) gerente da Telefônica Municipal S.A. – Telemusa. **Endereço Comercial**: Avenida Barbacena, nº 1.200, 18º andar – Santo Agostinho, Belo Horizonte, MG- CEP 30123-970. Telefone: (31) 3506-4900 Fac-símile: (31) 3506-4969 E-mail: dmorais@cemig.com.br

Francelino Pereira dos Santos – O Sr. Santos formou-se em direito na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1949. Foi senador por Minas Gerais, de 1995 a 2002, e governador de Minas Gerais de 1979 a 1983. Foi também deputado federal por quatro mandatos sucessivos, de 1963 a 1979, e vereador da cidade Belo Horizonte de 1951 a 1954. De 1961 a 1966, foi Chefe de Gabinete do Secretário do Estado de Minas Gerais de Assuntos Internos e da Justiça, Chefe do Departamento de Administração Geral do Estado de Minas Gerais e Conselheiro Chefe de Assuntos Municipais do Gabinete do Governador. De 1985 a 1990, foi Vice-Presidente da Administração do Banco do Brasil S.A. e Diretor Presidente da Companhia Aços Especiais Itabira – Acesita, de outubro de 1983 a agosto de 1984. Foi também professor e diretor da Escola Municipal de 2° Grau de Contabilidade em Belo Horizonte de 1955 a 1959. **Endereço Comercial:** Rua São Paulo, nº 1.781, sala 701 – Lourdes, Belo Horizonte, MG - CEP 30170-130. Telefone: (31) 3275-2159 Fac-símile: (31) 3335-2967 E-mail: francelinopereira@uai.com.br

Antônio Adriano Silva – O Sr. Silva é formado em administração de empresas com especialização em marketing. Trabalhou para várias empresas privadas, entre elas, Mesbla S.A., Empresa Brasileira de Varejo S.A. – Embrava, Agência Jornalística Imagem, Associação Comercial de Minas, Asa Criação de Publicidade e Companhia Tecidos Norte de Minas – Coteminas. **Endereço Comercial:** *(i) em Belo Horizonte, MG*: Rua Aimorés, nº 981, 11º andar – Funcionários, Belo Horizonte, MG - CEP 30140-071. Telefone: (31) 2129-9870 / (31) 2129-9946 Fac-símile: (31) 2129-9855; *(ii) em Brasília, DF*: SHS – Quadra 01 – Bloco A – Apto. 523 – Asa Sul – CEP 70322-900. Telefone: (61) 3411-2356 / (61) 3411-2447 / (61) 3223-0568. Fac-símile: (61) 3223-0568. E-mail: adriano@planalto.gov.br

Britaldo Pedrosa Soares – O Sr. Soares é formado em Engenheira Metalúrgica pela Universidade Federal de Minas Gerais, com pós-graduação em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral, e curso de extensão em gestão e liderança na Darden School of Business – University of Virginia, nos Estados Unidos. Iniciou sua carreira no Citibank/Citigroup em 1980, onde, de 1988 a 1992, foi Vice-Presidente de Corporate Bank e International Corporate Finance. De 1992 a 1998, foi Diretor Financeiro da área de celulose das Empresas Caemi/Jari e Diretor Presidente da Jari Celulose S.A. Foi Vice-Presidente de Finanças da Enron América do Sul Ltda. e Prisma Energy, holding da distribuidora de energia Elektro Eletricidade e Serviços S.A., de fevereiro de 1999 até agosto de 2005. Na Elektro, foi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores de fevereiro de 1999 a dezembro de 2003. Em setembro de 2005, assumiu a Vice-Presidência de Finanças e Relações com Investidores das empresas do Grupo AES no Brasil (Eletropaulo, AES Tietê, AES Uruguaiana e AES Sul, entre outras). Desde julho de 2007, é Diretor Presidente das empresas do Grupo AES no Brasil. **Endereço Comercial**: Rua Lourenço Marques nº 158 -14º andar - Vila Olímpia - São Paulo/SP - CEP 04547-100. Telefone: (11) 2195-7050. Fac-símile:(11) 2195-2308. E-mail: britaldo.soares@aes.com

Adriano Magalhães Chaves – O Sr. Chaves é brasileiro, solteiro, engenheiro eletricista, residente e domiciliado em Belo Horizonte, em Minas Gerais. Graduou-se em Engenharia Elétrica na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC em 1998, pós-graduou-se em Gestão de Projetos no Instituto de Educação Tecnológica – IETEC em 2001 e cursou o MBA Gestão de Negócios no Centro Universitário Newton Paiva em 2005. Atualmente, é Presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI, membro da Câmara de Energia da Associação Comercial de Minas Gerais – ACMINAS e membro do Conselho Deliberativo do SEBRAE.. **Endereço Comercial:** Rua Rio de Janeiro, nº 471, 14º andar – Centro, Belo Horizonte, MG - CEP 30160-040. Telefone: (31) 0207-2076 / (31) 3207-2071. Fac-símile: (31) 3207-2077. E-mail: adriano.magalhaes@indi.mg.gov.br

André Araújo Filho – O Sr. Araújo Filho é advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, turma de 1968, pós-graduado em Direito do Trabalho pela FGV. Foi aluno do curso Global Leadership – Centros de Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade de Georgetown, Washington, nos Estados Unidos. Publicou três livros: (i) "A Escola do Rio - Fundamentos Políticos da Nova Economia Brasileira", Editora Alfa Omega,1998; (ii) "Mercados Soberanos – Globalização, Poder e Nação", Editora Alfa Omega,1999; e (iii) "Moeda e Prosperidade – O Impasse do Crescimento na Política de Estabilização", Editora Top Books, 2005. Atuou como Diretor Tesoureiro por três mandatos da ABINEE – Associação Brasileira da Indústria Eletro Eletrônica, entre 1974 e 1983. Primeiro Tesoureiro do SINAEES – Sindicato Nacional da Indústria Eletro Eletrônica, de 1974 a 1985, por três mandatos. Foi presidente da EMPLASA – Empresa de Planejamento Metropolitano da Grande São Paulo S.A., em 1994. Diretor Financeiro, em 2000, da PRODAM – Companhia de Processamento de dados do Município de São Paulo. De 1972 a 1983, foi Diretor Financeiro e Diretor Presidente da Búfalo Motores S.A. **Endereço Comercial:** Alameda Lorena nº 427 - 13º andar - Jardim Paulista - São Paulo/SP - CEP 01424-000. Telefone:(11) 3884-4818. Fac-símile: (11) 3884-1758. E-mail: anarfi@terra.com.br / aaf@adne.com.br

Evandro Veiga Negrão de Lima. O Sr. Negrão de Lima graduou-se em medicina com especialização em psiquiatria na faculdade de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais em 1964, onde, após experiência adquirida no hospital e universidade em Colorado, EUA, tornou-se instrutor e subsequentemente monitor em medicina forense. Ele foi psiquiatra clínico do Instituto de Previdência Social dos Empregados de Minas Gerais, aposentando-se como chefe de serviços médicos no interior do Estado. Ele foi conselheiro da Associação Comercial de Minas Gerais, vice-presidente do Clube de Gerentes de Companhias Imobiliárias, vice-presidente do Clube América de Futebol, diretor de duas companhias comercializadoras de aço Cobraço e Cobrafer, e é piloto licenciado desde 1968. Ele é atualmente presidente da Sancruza, companhia de planejamento e engenharia; presidente do Yacht Club da Pampulha em Belo Horizonte e presidente da NL, empresa de construção e desenvolvimento, e de mais outras duas empresas de gerenciamento imobiliário. **Endereço Comercial:** Avenida João César de Oliveira, nº 1730, loja 5 – Eldorado – Contagem, MG CEP 32310-000 – Contagem, MG. Telefone: (31) 3351-1160 Fac-símile: (31) 3391-4765. E-mail: presidente@sancruza.com.br

Thomas Anthony Tribone – O Sr. Tribone é fundador e atual CEO da Guggenheim Global Infrastructure Company. Já tendo exercido o cargo de Presidente Executivo da AES Americas Corporation, o Sr. Tribone possui extensa experiência em operações e transações no setor de energia elétrica e de infraestrutura. O Sr. Tribone também já fez parte da administração da Atlantic Richfield Company. Por ser reconhecido como um líder no setor de energia elétrica, já palestrou no Congresso dos Estados Unidos e teve suas idéias publicadas em livros e em artigos nos Estados Unidos e em outros países. O Sr. Tribone é um cidadão norte-americano, com domicílio nos Estados Unidos e, no Brasil, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda. É formado em Engenharia Química pela Case Western Reserve University e possui mestrado em administração (MBA) e *Juris Doctorate* (JD) pela Duquesne University. **Endereço Comercial:** 3657 North Rockingham Street - Arlington - Virginia - Estados Unidos da América - CEP 22213. Telefone: (1-703)466-0111. E-mail: ttribone@ggic.com

Guy Maria Villela Pascoal – O Sr. Villela Paschoal é brasileiro, casado, engenheiro e residente e domiciliado em Belo Horizonte, em Minas Gerais. É formado em engenharia mecânica e elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Trabalhou na Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG por 28 anos, alcançando a Presidência da CEMIG. **Endereço Comercial:** Rua Jornalista Djalma Andrade nº 210 - Belvedere - Belo Horizonte/MG - CEP 30320-540. Telefone:(31) 3281-5974. Fac-símile: 3282-8111. E-mail: guyville@terra.com.br

João Camilo Penna – O Sr. Penna graduou-se em Engenharia em 1948, pela escola de Engenharia da UFMG. Atuou como Engenheiro de obras na Companhia Vale do Rio Doce – CVRD de 1949 a 1951, Engenheiro de Planos Projetos e Obras na CEMIG de 1951 a 1961, Diretor Técnico da CEMIG, de 1961 a 1967. Presidente da CEMIG, de 1967 a 1975. Exerceu o cargo de Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais de 1975 a 1979. Foi Ministro de Estado da Indústria e Comércio do Brasil de 1979 a 1984. Presidente de Furnas Centrais Elétricas, de 1985 a 1989. Durante os períodos relatados, foi, interinamente, Secretário de Administração de Minas Gerais, Membro do Conselho Monetário Nacional, Membro do Conselho de Administração da Eletrobrás, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas, Diretor do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens e do Núcleo Brasileiro da Confêrencia Mundial de Energia. A partir de 1990, exerceu funções de consultor e membro de Conselhos em empresas como a Companhia Siderúrgica Manesmann, Fundação Dom Cabral, Copersucar, Companhia Siderúrgica do Pará, Companhia Força e Luz Cataguazes – Leopoldina, Biobrás, Copasa, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG. De 1984 a 1992 foi Membro do Conselho de Administração da Itaipu Bi-nacional, Presidente do Conselho do Instituto Horizontes na Atech - SIVAM. Na Coopers and Lybrand, esteve na presidência do Comitê de Supervisão do Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira. Em 2002, foi Consultor Especial no preparo do Estudo "Minas Gerais no século XXI" de iniciativa e Coordenação do BDMG e Presidente da AssemblEia da "Economia e Energia – E&E", Organização Social. Membro da Comissão de Ética da Presidência da República, de 2000 a 2005. De 2004 a 2005 foi Membro do Conselho de Ética Pública do Governo de Minas Gerais. **Endereço Comercial:**Rua La Plata nº 90 - Sion - Belo Horizonte/MG - CEP 30315-460. Telefone: (31) 3225-2497. E-mail:jcpenna@gmail.com

Maria Estela Kubitschek Lopes - A Sra. Lopes formou-se em arquitetura e é decoradora de interiores e empresária. É sócia gerente da DF Consultores Ltda. e da Santa Júlia Importação, Exportação e Participações. É também assessora do presidente da Fundação Municipal de Teatro da Cidade do Rio de Janeiro, e do presidente dos Amigos do Estado do Rio de Janeiro AME-RIO, e do presidente do conselho da Casa Santa Ignez (uma entidade filantrópica responsável pela nutrição e educação de crianças e de famílias de baixa renda no bairro da Rocinha no Rio de Janeiro). Foi uma das fundadoras do Memorial JK, uma organização fundada em memória de Jucelino Kubitschek de Oliveira (ex-presidente do Brasil), e exerceu o cargo de vice-presidente de setembro de 1981 a maio de 2000, e como presidente executiva desde outubro de 2000. Foi também presidente do conselho do Instituto Cultural Cesgranrio, vice-presidente do conselho do Banco da Mulher, presidente de Instituições Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro e membro do conselho da Casa das Palmeiras, um instituto cultural. Recebeu diversas honras ao mérito cultural e social. **Endereço Comercial:** Rua Alberto de Campos, nº 237, apto. 101 – Ipanema, Rio de Janeiro, RJ - CEP 22411-030. Telefone: (21) 2247-6438 / (21) 2247-6779. Fac-símile: (21) 2210-1300. E-mail: meklopes@hotmail.com / melopes@attglobal.net

Arcângelo Estáquio Torres Queiroz - O Sr. Queiroz é brasileiro, casado, eletricitário, residente em Belo Horizonte, Minas Gerais. Formou-se em História pela Faculdde UNIBH em 1992. Trabalha na CEMIG desde 1988 onde ocupa o cargo de Técnico Administrativo e Comunicador Visual. Atualmente é Diretor do Sindieletro, membro do Conselho do Prosaúde e membro do Comitê da PCR – Plano de Cargos e Remuneração da Garantidora. **Endereço Comercial:** Rua Mucuri, 271 - Floresta, Belo Horizonte, MG - CEP 30150-190. Telefone: (31) 3238-5000. Fac-símile: (31) 3238-5049. E-mail: arcangeloqueiroz@ig.com.br

Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur – O Sr. Abdenur é brasileiro, casado, natural do Rio de Janeiro. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e em Economia pela London School of Economies – Londres. Entre 1964 e 1983, na carreira Diplomática foi Terceiro, Segundo e Primeiro Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe e Embaixador. No Ministério das Relações Exteriores, foi da Divisão de Comunicações e Arquivo (1964 a 1965), da Divisão de Política Comercial (1966 a 1967), Chefe Interino do Setor Técnico de Análise e Planejamento (1968), Oficial de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores (1969), Assessor do Secretário-Geral (1975 a 1978), Coordenador de Assuntos Econômicos e Comerciais do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores (1979 a 1984) e Secretário-Geral das Relações Exteriores (1993 a 1995). Em missões no exterior, atuou como Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Londres (1969 a 1973), Primeiro Secretário na Embaixada Brasileira em Washington (1973 a 1975), Embaixador em Quito (Equador) de 1985 a 1988, Pequim (China) de 1989 a 1993, Berlim (Alemanha) de 1995 a 2002, Viena (Áustria) 2002 a 2004, Washington (EUA) 2004 a 2007. Desde 2007 vem atuando como consultor de empresas sobre temas políticos e econômicos internacionais relativos ao Brasil. **Endereço Comercial:** Rua Prudente de Morais nº 1179 - Apto. 1302 - Ipanema - Rio de Janeiro/RJ - CEP 22420-043. Telefone:(21) 2287-5221. E-mail: robertoabdenur@yahoo.com

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi – A Sra. Accorsi é brasileira, casada, economista, residente em São Paulo – São Paulo. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes no ano 2000. Pós Graduada em Finanças pelo Instituto COPPEAD de Administração da UFRJ em 2003. Exerce os cargos de Diretora de Tesouraria e Operações Financeiras desde fevereiro de 2008 e de Diretora de Relações com Investidores desde setembro de 2009. **Endereço Comercial:** Rua Lourenço Marques nº 158 - 3º andar - Vila Olímpia - São Paulo/SP - CEP 04547-100. Telefone:(11) 2195-2345. Fac-símile: (11) 2195-2503. E-mail: Clarissa.sadock@aes.com

Lauro Sergio Vasconcelos David - O Sr. Vasconcelos David é brasileiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte, em Minas Gerais. É graduado em Administração de Empresas pela Champagnat (1990) com Pós-graduação em Administração financeira pela Fundação Dom Cabral. Possui curso de especialização em Controladoria e Finanças pela FACE-UFMG. Concluiu o seu curso de Mestrado em Gestão Empresarial pela Amana-Key- 1998. Como trajetória profissional na CEMIG, o Sr. Vasconcelos foi Gerente de Programação e Controle Financeiro (1993-1998), Gerente de Orçamento e Custos (1999-2005), Superintendente de Controle e Gestão Empresarial maio/2005). Em sua vivência profissional o Sr. Vasconcelos participou dos seguintes projetos específicos: Participação na implementação do Projeto de Balanced Scorecard da Cemig (2003), como coordenador da Diretoria de Finanças e Participações- DFN; Participação no Projeto de Reestruturação Organizacional da CEMIG como representante da Superintendência de Controle e Programação Financeira-FN (2001); Secretário Executivo do Comitê de Priorização de Orçamento - CPO da CEMIG (1998-2005); Membro do Comitê de Negociação Sindical (desde 2003); Diretor Financeiro do Clube de Investimentos da CEMIG - CLIC (2001-2005); Presidente do Clube (desde abril/2005). **Endereço Comercial:** Av. Barbacena, nº 1.200, 4º andar, Ala 2, – Santo Agostinho, Belo Horizonte, MG - CEP 30123-970. Telefone: (31) 3506-4997. Fac-símile: (31) 3506-5067, E-mail: lauro@cemig.com.br

Luiz Antônio Athayde Vasconcelos – O Sr. Vasconcelos é brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte, em Minas Gerais. É formado em ciências econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG, com especialização em Administração Financeira pela Fundação João Pinheiro. **Endereço Comercial:** Rua Rio de Janeiro, nº 471, 16º andar – Centro, Belo Horizonte,MG - CEP 30160-040. Telefone: (31) 3270-9357. Fac-símile: (31) 3270-9362 E-mail: luiz.athayde@ppp.mg.gov.br

Marco Antonio Rodrigues da Cunha – O Sr. Rodrigues da Cunha formou-se em engenharia civil na Universidade Federal de Minas Gerais em 1978, com especialização posterior em estruturas e transporte, e em avaliação, contabilidade e economia técnicas, e engenharia econômica pela Fundação Dom Cabral e MBA pelo IBMEC. Ganhou subsequentemente numerosas qualificações em gestão de qualidade, finanças, contabilidade e assuntos correlatos. Entre as atividades de conferencista em universidades, vem dando um curso de Criação de Companhias e Negócios, na Universidade Una, desde 2001. Ingressou no BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) em 1978, trabalhando com taxação de projetos públicos, incluindo grandes projetos de desenvolvimento em infraestrutura. Exerceu o cargo de Presidente da Associação dos Empregados em 1998 a 1990, e Gestor da Divisão Financeira de 1988 a 1991. De 1988 a 1990 foi também Presidente da Associação Nacional das Associações Representativas dos Funcionários de Bancos. De 1991 a 1995 foi Presidente da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – Casemg, a companhia do setor público coordenadora das estruturas de infraestrutura agrícola, e de 1995 a 1999 foi Presidente da INDI – Instituto de Desenvolvimento de Minas Gerais – que fornece suporte para vários importantes projetos de desenvolvimento industrial no Estado de Minas Gerais. Durante esse tempo, ele negociou missões internacionais para a Espanha, França, Bélgica, Holanda, Canadá, Argentina, Coréia, Japão e aos Estados Unidos para promover cooperação com a indústria de Minas Gerais. Retornou ao BDMG em 1999 para lidar com o planejamento de desenvolvimento, coordenando o orçamento estadual de desenvolvimento econômico e social, e outros importantes estudos estratégicos, e foi Secretário de Estado da Agricultura de Minas Gerais em 2006. **Endereço Comercial:** Av. Barbacena, nº 1200, 18ºandar, Ala A2 – Santo Agostinho, Belo Horizonte, MG - CEP 30190-131. Telefone: (31) 3506-4904 Fac-símile: (31) 3506-4969 E-mail: marco.cunha@cemig.com.br

Cezar Manoel de Medeiros – O Sr. Cézar é formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui mestrado em economia pelo Cedeplar e doutorado em Economia pelo IE-UFRJ. Cargos ocupados: Banco do Brasil - Assessor da COTEC - Consultoria Técnica da Presidência (1974 a 1975); Petrobrás (1993 a 1996) - Consultor do Planejamento Estratégico e de Engenharias Financeiras; Companhia Vale do Rio Doce - Membro do Comitê de Planejamento Estratégico (2003 a 2005); Acesita - Membro do Conselho de Administração (2003 a 2005) e Arcelor – Membro do Conselho de Administração (2006 a 2008), dentre outros. **Endereço Comercial:** .Alameda Ipê Branco nº 279 - Pampulha - Belo Horizonte,MG - CEP 31275-080. Telefone:(31) 3441-4225. Fac-símile: E-mail:medcgc@uol.com.br.

Jeffery Atwood Safford – O Sr. Atwood é Vice- Presidente de Desenvolvimento de Negócios da AES Brasil e membro do Conselho de Administração da AES Eletropaulo e AES Tietê. Brasil. Em 1988 ingressou na AES como Diretor de Administração e Finanças. Antes de atuar na AES, trabalhou no grupo de auditoria da Touche Ross aproximadamente por cinco anos. Em fevereiro de 1994, foi nomeado CFO da AES China Generating (AES CHIGEN) e em 1998 CFO da AES Américas. Da sua nomeação até o ano de 2002, o Sr. Safford esteve envolvido em um grande número de projetos, incluindo projetos na Argentina, aquisições e fusões na Venezuela e no Chile. Na Chivor solucionou o problema da inadimplência e venda de algumas companhias de distribuição da Colômbia. Em fevereiro de 2002, se tornou membro do Conselho da AES Gener e COO. Em setembro de 2002, ingressou na AES do Brasil e foi nomeado como CFO das Companhias. Durante seu mandato no Brasil, ele atuou como Vice-Presidente de Planejamento Financeiro e Controle, Diretor Executivo de Relacionamento da AES/BNDES e Vice-Presidente de Governança Corporativa. **Endereço Comercial:** Rua Lourenço Marques nº 158 - andar 14º - Vila Olímpia - São Paulo,SP - CEP 04547-100. Telefone: (11) 2195-2156. Fac-símile: (11) 2195-2155. E-mail: jeff.safford@aes.com

Maria Amália Delfim de Melo Coutrim – A Sra. Maria Amália é economista, graduada pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É Diretora de Relacionamentos com Investidor do Opportunity, onde trabalha desde 1994. Sua experiência profissional compreendeu também atividades como analista macroeconômica da Pecvs Corretora de Valores, analista de investimentos na Triplik Corretora de Valores, gerente de investimentos no Bradesco Seguros S.A. e diretora e sócia do Banco Icatu. **Endereço Comercial:** Avenida Presidente Wilson, nº 231, 28º andar – Centro, Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20030-021. Telefone: (21) 3804-3810 Fac-símile: (21) 2240-5126 E-mail: acoutrim@opportunity.com.br

Andréa Leandro Silva - A Sra. Leandro Silva é brasileira, advogada, residente e domiciliada em São Paulo, no Estado de São Paulo. É formada em direito pela Universidade Paulista. Trabalha na AES Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo - SP. **Endereço Comercial:** R. Lourenço Marques, nº 158, 13º andar - Vila Olímpia, São Paulo, SP - CEP 04547-100. Telefone: (11) 2195-2059 Fac-símile: (11) 2195-2053 E-mail: andrea.leandro@aes.com

Paulo Sérgio Machado Ribeiro – O Sr. Ribeiro graduou-se em Engenharia de Minas/Geologia no ano de 1982 pela UFMG. Graduação em História – UFMG e MBA Executivo em Gestão Empresarial. Marketing e Finanças em curso. Atua como Subsecretário de Desenvolvimento Mineiro – Metalúrgico e Política Energética, desde agosto de 2007 na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. De fevereiro de 2006 a julho 2007 foi Especialista em Recursos Minerais do Departamento Nacional de Produção Mineral – Distrito MG. Na Companhia Vale do Rio Doce - CVRD exerceu as funções de Gerente Geral das Minas da Região Central (2002 a 2005), Gerente Geral da Mina do Igarapé Bahia (1989 a 2002), Gerente da Mina de Maria Preta (1987 a 1989). Atuou também como Gerente do Setor de Operações da DOCEGEO de 1985 a 1987 e Engenheiro de Minas na ALPAR entre 1982 a 1984. **Endereço Comercial:** Rua Rio de Janeiro nº 471 - 15º andar - Centro - Belo Horizonte/MG - CEP 30160-040. Telefone:(31) 3270-9404. Fac-símile: (31) 3221-6033. E-mail: paulo-sergio-ribeiro@ufmg.br

Kleber Antonio de Campos – O Sr. Kleber é formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui especialização em Economia Industrial pelo Instituto de Engenharia Econômica e Administração de Minas Gerais – INEA e Planejamento Governamental – CEDEPLAR / CENDEC / IPEA. Cargos ocupados: Diretor Geral do Instituto Estadual de Estatística do Estado de MG, Diretor do Centro de Gerenciamento de Programas da SEPLAN, Diretor do Centro de Programação Orçamentária Global da SEF/MG, Diretor Superintendente da Superintendência Central de Operações Oficiais de Crédito da Subsecretária do Tesouro Estadual da SEF/MG, Membro do Comitê de Governança Corporativa de que trata a Lei Delegada nº 112/2007, regulamentada pelo Decreto nº 44.799/2008, dentre outros. **Endereço Comercial:** Rua da Bahia nº 1.816 - 8º andar - Funcionários - Belo Horizonte/MG - CEP 30160-011. Telefone: (31) 3217-6364 / (31) 3217-6459. Fac-símile: (31) 3217-6211. E-mail:kleber.campos@fazenda.mg.gov.br

José Castelo Branco da Cruz - O Sr. Cruz é brasileiro, residente no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1983, pós-graduado em Direito Econômico e em Contratos Empresariais, ambos pela FGV – SP. Atua em contratos, reestruturação de empresas, societário e mercado de capitais na Castelo Branco & Dias Advogados Associados desde 1992. Foi Advogado e Gerente Jurídico do Grupo Lorentzem de 1986 a 1992. Também atou como Assessor do Procurador-Chefe da Assessoria Jurídica ao Governador e Secretários de Estado do Maranhão entre 1983 e 1986. **Endereço Comercial:** Avenida Presidente Wilson nº 113 - 11º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-020. Telefone: (21) 3231-6200. Fac-símile: (21) 2533-6294. E-mail: castelo@castelobrancoadv.com.br / financeiro@castelobrancoadv.com.br

Fernando Henrique Schuffner Neto – O Sr. Schuffner formou-se em engenharia elétrica na Universidade PUC de Minas Gerais (1982), mestrados na Unicamp (1984), e um MBA do Ibmec em 2000. Após trabalhar em pesquisa em universidade, ele se juntou à CEMIG em 1985, trabalhando como um gestor e administrador regional antes de tornar-se Superintendente da Coordenação de Planejamento e Gestão sucessivamente, de Distribuição, Expansão da Distribuição, Expansão de Mercado de Distribuição. Depois tornou-se Superintendente da Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos da CEMIG. Foi conferencista em universidades, e publicou muitos artigos científicos no período de 1983 a 2005, desde trabalho em Topologias de Circuitos de Comutação (1983) até co-autoria do *Fuzzy Preference Relations and Multiobjective Decision Making* – apresentado no *Fourth IEEE International Workshop on Soft Computing as Transdisciplinary Science and Technology*, em Muroran, Japão, em maio de 2005. Seus trabalhos apresentados em congressos internacionais incluem três trabalhos em motores de controle de indução. Os cursos que fez incluem o curso de gestão Amana Key APG em São Paulo, em 2004. Foi eleito Diretor de Geração e Transmissão de Energia Elétrica da CEMIG em janeiro de 2007. Na CEMIG, obteve os seguintes destaques em suas funções: Superintendente da Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos (2004/2006), Membro do Conselho de Administração (2002/2004), Presidente do Clube de Investimentos dos Empregados da CEMIG – Clic (2002/2005). **Endereço Comercial:** Av. Barbacena, nº 1200, 18º andar – Santo Agostinho, Belo Horizonte, MG - CEP 30190-131. Telefone: (31) 3506-4902 Fac-símile: (31) 3506-4969 E-mail: schuffner@cemig.com.br

Franklin Moreira Gonçalves - O Sr. Gonçalves é brasileiro, casado, tecnólogo, residente e domiciliado em Belo Horizonte, em Minas Gerais. É formado em processamento de dados pelo Unicentro Newton Paiva. **Endereço Comercial:** Rua João Gualberto Filho, nº 551, apto. 302 – Sagrada Família, Belo Horizonte, MG – CEP: 31030-410. Telefone: (31) 3461-0428. E-mail: energia@fnucut.org.br

Guilherme Horta Gonçalves Júnior – O Sr. Gonçalves Júnior é brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte, em Minas Gerais. É formado em ciências econômicas pela Faculdade de Economia do Instituto Bennet de Ensino - RJ e pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. **Endereço Comercial:** Palácio da Liberdade - Térreo - Praça Liberdade s/nº - Funcionários - Belo Horizonte/MG - CEP 30140-912. Telefone: (31) 3217-9513 - (31) 3217-9514. Fac-símile: (31) 3217-9524. E-mail: guilherme.horta@governo.mg.gov.br

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Emissora é composta por 9 diretores, a saber: Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, Diretor de Geração e Transmissão, Diretor de Gestão Empresarial, Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios, Diretor Comercial, Diretor de Gás e Diretor sem designação específica. A Diretoria sem designação específica será ocupada pelo Diretor de Distribuição e Comercialização da CEMIG.

Os Diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Estatuto Social da Emissora, ocupando seus cargos por mandato de três anos, podendo ser reeleitos.

Os atuais membros da Diretoria Executiva da Emissora foram eleitos na Reunião, nas Reuniões do Conselho de Administração, para cumpriremr o mandato de 27 de abril de 2007 até a primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2010.

A Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, pelo menos duas vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

A Diretoria é responsável, dentre outras funções, pela execução das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Emissora e pela gestão corrente dos negócios da Companhia em conformidade com o plano plurianual e estratégico, bem como com o seu orçamento anual.

Os nomes, cargos e datas da nomeação original dos diretores da Emissora são os seguintes:

Nome	Cargo Atual	Data da Nomeação
Djalma Bastos de Morais	Diretor-Presidente	08 de setembro de 2004
Arlindo Porto Neto	Diretor Vice-Presidente	20 de janeiro de 2009
José Carlos de Mattos	Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios	27 de abril de 2007
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações	30 de outubro de 2007
Fernando Henrique Schuffner Neto	Diretor sem denominação específica	18 de agosto de 2008
Luiz Henrique de Castro Carvalho	Diretor de Geração e Transmissão	18 de agosto de 2008
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Comercial	27 de abril de 2007
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Diretor de Gestão Empresarial	09 de janeiro de 2007
Márcio Augusto Vasconcelos Nunes	Diretor de Gás	24 de setembro de 2009

Fonte: Companhia

Seguem abaixo breves informações biográficas e endereço comercial de cada membro da Diretoria:

Djalma Bastos de Morais - Para obter informações biográficas sobre o Sr. Morais, *vide* Seção "*Administração da Emissora - Conselho de Administração*", na página 292 deste Prospecto.

Arlindo Porto Neto – O Sr. Porto Neto formou-se em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. Desde 2004 ocupa a Vice-Presidência da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMIG. Foi Senador da República pelo Estado de Minas Gerais de 1995 a 2003. Exerceu o cargo de Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento de 1996 a 1998. De 1991 a 1994 foi Vice-Governador do Estado de Minas Gerais. Foi, também, Prefeito de Patos de Minas de 1983 a 1988. **Endereço Comercial:** Avenida Barbacena nº 1.200 - 18º andar - Ala B1 - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG - CEP 30123-970. Telefone:(31) 3506-4906. Fac-símile: (31) 3506-4969. E-mail: arlindo.porto@cemig.com.br

José Carlos de Mattos – O Sr. Matos recebeu graduação em literatura na Uni-BH (Centro Universitário de Belo Horizonte) em 1972. É professor com licenciatura plena em Língua Portuguesa e, atualmente, o Diretor Presidente da Gasmig. De 2004 a 2007, foi Diretor-Presidente da Previminas, a Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais. Em 2003 e 2004, foi o Diretor Financeiro da Codemig, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. De 1983 a 1992 foi Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e também foi Diretor Financeiro da Caixa Econômica Federal de 1992 a 1994. De 1992 a 1994, ele também foi o Diretor do BIAPE – o Banco Interamericano de Poupança e Empréstimo. De 1995 a 1996, foi Vice-Presidente do Bemge – o Banco do Estado de Minas Gerais. Foi nomeado Diretor Chefe de Planejamento, Projetos e Construção da CEMIG em janeiro de 2007. **Endereço Comercial:** Av. Barbacena, nº 1.200, 18º andar, Ala A2 – Santo Agostinho, Belo Horizonte, MG - CEP 30123-970. Telefone: (31) 3506-4901 Fac-símile: (31) 3506-4969 E-mail: jcmattos@cemig.com.br

Luiz Fernando Rolla – O Sr. Rolla juntou-se à CEMIG em 1974. O Sr. Rolla formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 1974 e passou por diversos cursos de especialização. Ele se tornou Gerente de Relações com Investidores em 1986 e foi nomeado Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores em janeiro de 2007. Como Gerente de Relações com Investidores, o Sr. Rolla foi responsável pela formulação e implementação da estratégia de relações com investidores da CEMIG iniciada em 1986 – incluindo a estruturação dos programas de ADR nível I e II, em 1993 e 2001, operações de vendas de ações, prospectos, apresentações aos investidores, roadshows, registros no CVM, questões detalhadas de governança corporativa, reuniões de acionistas, serviços aos acionistas, o Relatório Anual, no website, *releases* de resultados e *conference calls* de resultados, reuniões de análise de mercado, e apresentações em muitas das mais importantes conferências sobre mercados emergentes nos últimos 15 anos. Em seus 32 anos com a companhia, ele ainda esteve envolvido com outras responsabilidades incluindo a coordenação de um termo de longo prazo, estruturação do controle amplo do orçamento e análise de custos, operações de *project finance*, e negociações de importantes contratos de rolamento de dívidas e de resultado. O reconhecimento da vasta experiência do Sr. Rolla e atual status de destaque nas relações com investidores no Brasil incluem "Melhor profissional de RI" em 1999 e 2005 da Ipmec; "*Best Brazilian IRO*" pela *IR Magazine*, em 2006; Menção honrosa no "*Best Latin American IRO*" na *IR Magazine*, em 2004, nomeando a CEMIG como a "Melhor Companhia Aberta" pela Apimec em 2006; reconhecimento da Abrasca pelo "Melhor Relatório Anual" em 2005; e "Melhor Apresentação de 2006" pelas organizações da Apimec tanto de São Paulo quanto do Rio Grande do Sul. **Endereço Comercial:** Av. Barbacena, nº 1.200, 18º andar, Ala B2 – Santo Agostinho, Belo Horizonte, MG - CEP 30123-970. Telefone: (31) 3506-4903. Fac-símile: (31) 3506-4969. E-mail: lrolla@cemig.com.br

Fernando Henrique Schuffner Neto – Para obter informações biográficas sobre o Sr. Fernando, *vide* Seção "*Administração da Emissora - Conselho de Administração*" na página 292 deste Prospecto.

Luiz Henrique de Castro Carvalho – O Sr. Carvalho é diretor de Geração e Transmissão da CEMIG. Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1982 e pós-graduado em Análise de Sistemas com especialização em Mainframe. Possui MBA em Negócios da Administração e Tecnologia da Informação pela FGV. Sua 1ª experiência profissional foi na Telebrás como engenheiro elétrico em 1983. Na CEMIG, desde 1984: Gerente da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Gerente do Departamento de Apoio e Suporte de Informática, Superintendente de Telecomunicações e Informática, Superintendente de Material, Logística e Serviços, assessor da Presidência da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig, Gerente Executivo dos projetos dos gasodutos Vale do Aço e Sul de Minas, membro suplente do Conselho de Administração da CEMIG. Foi diretor do Clube de Investidores dos Empregados da CEMIG – Clic, diretor de Ação Social da Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações de Minas Gerais – Sucesu-MG e diretor-presidente da Associação Intergerencial da CEMIG – AIC. **Endereço Comercial:** Avenida Barbacena nº 1.200 - 18º andar - Ala B2 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, MG - CEP 30123-970. Telefone: (31) 3506-4905. Fac-símile:(31) 3506-4969 E-mail: lcarvalho@cemig.com.br

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga – O Sr. Alvarenga graduou-se em engenharia elétrica na Universidade Federal de Minas Gerais em 1978, e concluiu MBA em Gestão Empresarial na Fundação Getúlio Vargas em 2001. Ele se juntou à CEMIG em 1980, como Engenheiro da Divisão Comercial Operacional, e trabalhou em vendas operacionais e pré-operacionais, vendas a consumidores de transmissão, e vendas operacionais a grandes clientes, antes de se tornar Superintendente de Vendas para Grandes Clientes de 1998 a 2001, e para clientes corporativos de 2001 a 2005. De março de 2006 a abril de 2007, ele foi o Superintendente de Compra e Venda de Energia no Atacado, e em abril de 2007 ele foi eleito o Diretor Comercial. O Sr. Alvarenga esteve envolvido em diversos projetos estratégicos na CEMIG, incluindo o sistema pioneiro para tarifas diferenciadas baseado na estação climática e na hora do dia, de 1980 a 1982. As renegociações de dívidas conduzidas por ele em 1998 com clientes industriais resultaram em níveis de inadimplência próximos a zero, melhorando a posição financeira da CEMIG e resultando na aquisição de diversas pequenas centrais hidrelétricas e uma usina termelétrica. Participou de inúmeros cursos internos à CEMIG relativos ao desenvolvimento individual e gerencial. Externos à CEMIG participou de cursos de sistema elétrico de potência, telefonia, tecnologia de informação e negociação, destacando-se: Distributech 2002, Miami, Flórida (Estados Unidos); Visitas a empresas de energia na Inglaterra, Áustria, Bélgica, Espanha e Portugal (2005). Foi professor no INETC, CEFET, PITÁGORAS, POLIMIG, UTRAMIG e Seno (1973 a 1982). Atualmente é Diretor Comercial. **Endereço Comercial:** Av. Barbacena, nº 1.200, 18º andar, Ala B1 – Santo Agostinho, CEP 30123-970 – Belo Horizonte, MG. Telefone: (31) 3506-4907 Fac-símile: (31) 3506-4969. E-mail: bernardo@cemig.com.br

Márcio Augusto Vasconcelos Nunes – O Sr. Vasconcelos Nunes nasceu em 20/02/1952 na cidade de Passo Fundo, RS. Formou-se em engenharia civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Trabalhou na Light e na Eletrobrás. Foi presidente da CERJ - Cia. de Eletricidade do Rio de Janeiro de 1987 a 1988, diretor de Furnas entre 2001 e 2003, e presidente da Copasa de 2005 a 2009. Exerceu, também, os cargos de presidente do conselho de administração da Copasa, vice-presidente do conselho de administração da CERJ, conselheiro de administração da Cia. de Gás do Rio de Janeiro e conselheiro fiscal de Furnas. **Endereço Comercial:** Avenida Barbacena nº 1.200 - 19º andar - Ala B1, Santo Agostinho - Belo Horizonte, MG - CEP 30123-970. Telefone: (31) 3506-4908. Fac-símile: (31) 3506-4969. E-mail: marcio.nunes@cemig.com.br

Marco Antonio Rodrigues da Cunha – Para obter informações biográficas sobre o Sr. Marco Antonio, *vide* Seção "*Administração da Emissora - Conselho de Administração*" na página 292 deste Prospecto.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal funciona de modo permanente, sendo presidido pelo Presidente do Conselho Fiscal da CEMIG, acionista única da Emissora, sendo integrado por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, todos membros do Conselho Fiscal da CEMIG, para mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Todos os cinco membros efetivos e respectivos suplentes são indicados pela CEMIG. A principal responsabilidade do Conselho Fiscal, que é independente da administração e dos auditores independentes nomeados pelo Conselho de Administração, é analisar as demonstrações financeiras, reportando-as à acionista da Emissora, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações. O Conselho Fiscal também é encarregado da elaboração de pareceres acerca de propostas de alterações no capital social e distribuições de dividendos apresentadas para análise. O Conselho Fiscal também examina as atividades da administração, informando-as à acionista. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é vedada a remuneração, pela Emissora, dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Emissora que integram os órgãos de administração e/ou o Conselho Fiscal da CEMIG, devendo esta última arcar com esses custos.

Os membros do Conselho Fiscal da Emissora foram eleitos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas, cumulativamente, em 29 de abril de 2009, para cumprirem mandato até Assembleia Geral Ordinária de 2010.

Os atuais membros do Conselho Fiscal e seus suplentes são os seguintes:

Nome	Cargo	Data da Nomeação
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond[(1)]	Efetivo	13 de dezembro de 2004
Luiz Guaritá Neto	Efetivo	13 de dezembro de 2004
Luiz Otávio Nunes West	Efetivo	13 de dezembro de 2004
Thales de Souza Ramos Filho	Efetivo	13 de dezembro de 2004
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	Efetivo	29 de abril de 2009
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	Suplente	13 de dezembro de 2004
Newton de Moura	Suplente	29 de abril de 2009
Leonardo Guimarães Pinto	Suplente	27 de abril de 2007
Aliomar Silva Lima	Suplente	13 de dezembro de 2004
Ari Barcelos da Silva	Suplente	27 de abril de 2007

Fonte: Companhia

(1) *Presidente do Conselho Fiscal.*

Seguem abaixo breves informações biográficas e endereço comercial dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal:

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond – O Sr. Drummond possui segundo grau completo, é profissional nas áreas de Jornalismo, de Relações Públicas e Administrador de Empresas. Atuou no setor privado como Assessor da Diretoria do Banco Nacional (63-70) e Diretor Gerente da Irad – Assessoria e Consultoria Ltda desde 1973. No governo do Estado da Guanabara (gestão Negrão de Lima) exerceu os cargos de Presidência e Diretoria da COHAB-GB, Assessoria do Secretário de Estado de Governo da Guanabara e Diretor de Divisão na Secretaria de Estado de Obras Públicas. No âmbito do Governo Federal atuou como Assessor e Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Minas e Energia (80-84). Foi Diretor de Administração da Light (85). Foi membro do Conselho de Administração do Metrô do Rio de Janeiro (85), Centrais Elétricas do Norte S.A. (96), Manaus Energia S.A. (97), Boa Vista Energia S.A. (97). Membro e Presidente do Conselho Fiscal da Cia Vale do Rio Doce (86-88) e membro do Conselho Fiscal da Petrofertil SA. Juiz Classista do Tribunal Regional do Trabalho – TRT-RJ (94-97). **Endereço Comercial:** R. Sete de Setembro, nº 55, sala 803 – Centro, Rio de Janeiro, RJ - CEP 20050-004. Telefone: (21)2221-0556 / (21)2509-7011 / (21)2509-5709. E-mail: aristotelesdrummond@mls.com.br / ari.drummond@mls.com.br

Luiz Guaritá Neto – O Sr. Guarita Neto formou-se em 1978 no curso de Engenharia Civil pelas Faculdades Integradas de Uberaba. Concluiu, pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro – RJ, os cursos básicos de Administração de Empresas, O&M e Marketing. Participou, também, pela SERE/RJ, dos cursos de Liderança e de Relações Humanas. Foi Diretor do CAIO – Centro Acadêmico Avelino Inácio de Oliveira. Diretor da CIU – Associação Comercial e Industrial de Uberaba. No período compreendido entre janeiro de 1989 e 31/05/1992 atuou como Secretário Municipal de Indústria e Comércio – Secretário Municipal de Turismo. De 01/08/1990 a 01/02/1992 foi Secretário Municipal de Planejamento. A partir de 17/08/1990 foi Membro do Conselho Nacional da Presidência da Caixa Econômica Federal. Em janeiro de 1993 foi eleito pelo Partido da Frente Liberal – PFL a Prefeito Municipal de Uberaba. Atua, também, como vice-presidente do Diretório Regional de Minas Gerais do PFL. É vice-presidente da Associação dos Municípios –ABM e Presidente da Associação Macroregional dos Municípios do Sul do Triangulo Mineiro – AMTRIM. É membro do Conselho Estadual de Habitação. É primeiro suplente do Senador Dr. Eduardo Brandão de Azeredo. Participa, atualmente, como Empresário cotista das seguintes empresas: RCG-Engenharia e Empreendimentos Ltda, Construtora RCG, Cat's Hotelaria e Empreendimentos Ltda, Agropecuária Rodrigues da Cunha Guarita, Agropecuária 7 estrelas Ltda, Dujato-Comercio de Drogas Uberaba Ltda. Desde março de 2003 é membro do Conselho Fiscal da CEMIG. **Endereço Comercial:** Av. Leopoldino de Oliveira, nº 3980 – Centro, Uberaba, MG - CEP 38010-000 . Telefone: (34)3319-0000. E-mail: rclg@rcg.eng.br

Luiz Otávio Nunes West – O Sr. West graduou-se em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu em 1982. Foi professor universitário substituto na cadeira de Administração Financeira na Universidade Federal da Bahia. Possui larga experiência na coordenação de áreas contábil, fiscal, custos e orçamento nos setores de siderurgia, mineração, petroquímica, agroindustrial e construção civil. Tem seu histórico profissional iniciado em 1974 na Bahia Frutos SA (74/77), Grupo Sibra Eletrosiderúrgia Brasileira SA (77/88), Grupo OAS (88/97) e, atualmente, exerce suas funções na CVC/OPPORTUNITY. **Endereço Comercial:** Avenida Presidente Wilson, nº 231, 28º andar - Centro - Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20030-021. Telefone: (21) 3804-3803 / (21) 3804-3860 / (21) 3804-3803 Fac-símile: (21) 2240-5126 E-mail: lwest@opportunity.com.br

Thales de Souza Ramos Filho – O Sr. Thales graduou-se em Medicina pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Administração de Empresas pela Faculdade Machado Sobrinho de Juiz de Fora. Exerce, atualmente, a profissão de médico e Conselheiro Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. **Endereço Comercial:** R. Barão de Juiz de Fora, nº 88 – Santos Anjos, - Juiz de Fora, MG - CEP 36062-410. Telefone: (32) 3211-9000. Fac-símile: (32) 32169-9385 E-mail: thalesramos@terra.com.br

Vicente de Paulo Barros Pegoraro – O Sr. Vicente gradou-se em Administração e Ciências Contábeis pela UNB e Direito pela Universidade Federal do Paraná. Foi Conselheiro Fiscal do Banco do Brasil, de 2001 a 2003 e Conselheiro Fiscal/membro do Comitê de Auditoria da TIM Participações S.A. em 2006. **Endereço Comercial:** SQS 402 - Bloco D - Apto. 110 - Asa Sul - Brasília/DF - CEP 70236-040. Telefone: (61) 3364-4210. E-mail: pegoraro@tba.com.br

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - O Sr. Lamounier Bicalho é brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte, em Minas Gerais. É formado em ciências econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Trabalha na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. **Endereço Comercial:** Rua Manaus, nº 467 – Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG - CEP 30315-050. Telefone: (31)3239-0898 Fac-símile: 3239-0899 E-mail: marcusb@uai.com.br

Newton de Moura – O Sr. Newton é graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Divinópolis – MG. Possui MBA na área de Administração pela UFMG. Foi Gerente do Banco do Brasil em 1996 e Diretor Vice-Presidente da Cooperativa Agropecuária de Divinópolis Ltda. **Endereço Comercial:** Avenida Sete De Setembro nº 1064 – apto 701 - Centro - Divinópolis/MG. Telefone: Avenida Sete De Setembro nº 1064 – apto 701 - Centro - Divinópolis/MG - CEP 35500-011. Telefone: (37) 3222-8174. E-mail: newtonmoura@oi.com.br

Leonardo Guimarães Pinto - O Sr. Guimarães graduou-se em Ciências Contábeis pela UERJ e é pós-graduado pelo (MBA) Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Atua como Analista de Investimentos e Contábil no Banco Opportunity desde 1999. Tem atuações como Conselheiro Fiscal nas seguintes empresas: Santos Brasil S/A, Telemig Celular S/A e Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. **Endereço Comercial:** Avenida Presidente Wilson, nº 231, 28º andar – Centro, Rio de Janeiro, RJ - CEP 20030-021. Telefone: (21)3804-3727 Fac-símile: (21)2240-5126 E.mail: lpinto@opportunity.com.br

Aliomar Silva Lima - O Sr. Silva Lima é brasileiro, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte, em Minas Gerais. Trabalhou na Companhia Energética de Minas Gerais por 33 anos, aposentando na Superintendência de Recursos Financeiros da Companhia. **Endereço Comercial:** R. Aimorés, nº 2.441, apto 902 – Lourdes, Belo Horizonte, MG - CEP 30140-072. Telefone: (31)3292-7719 Fac-símile: (31)3213-6487 E-mail: aliomarsl@uaivip.com.br

Ari Barcelos da Silva - O Sr. Barcelos da Silva é brasileiro, administrador, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. É formado em administração de empresas e ciências contábeis. Trabalhou na Eletrobras, Eletronuclear, CHESF, CEMAR e Eletrosul. **Endereço Comercial:** Rua Professor Hermes Lima, nº 735, sala 302 – Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, RJ - CEP 22795-061. Telefone: (21)2437-9355 Fac-símile:(21)2437-9355 - E-mail:barcelosari@hotmail.com

PLANOS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Emissora não possui atualmente planos de opção de compra de ações.

CONTRATOS COM ADMINISTRADORES

Não há contratos firmados entre a Emissora e seus administradores.

RELAÇÃO FAMILIAR ENTRE ADMINISTRADORES OU ENTRE ESTES E O ACIONISTA CONTROLADOR

Não há relação familiar entre quaisquer administradores ou entre estes e o acionista controlador da Emissora.

DIRETOR DE FINANÇAS, RELAÇÕES COM INVESTIDORES E CONTROLE DE PARTICIPAÇÕES DA EMISSORA

Sr. Luiz Fernando Rolla
Avenida Barbacena, nº 1200, 12ºandar, Ala B1
30190-131, Belo Horizonte – MG
Tel: (31) 3506-4903
Fax: (31) 3506-4969
E-mail: lrolla@cemig.com.br

ADMINISTRAÇÃO DA GARANTIDORA

A Garantidora é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, que atuam em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social. Em razão de sua participação acionária majoritária, o acionista Estado de Minas Gerais tem direito de eleger a maior parte do Conselho de Administração.

Cada detentor de ação ordinária tem o direito de votar para eleger os membros do Conselho de Administração. Mediante o sistema de votação cumulativa estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, e nos regulamentos da CVM, qualquer acionista detentor de, pelo menos, 10% de ações ordinárias em circulação podem cumular votos para um ou mais de um nomeado como membro de Conselho de Administração.

A estrutura e a composição do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Garantidora são idênticas às da Emissora, com exceção da Diretoria de Distribuição e Comercialização, que existe somente na Garantidora. Na Emissora, esta Diretoria não tem designação específica.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Emissora é composto por 14 membros efetivos e respectivos suplentes, dentre os quais um será o seu Presidente e outro seu Vice-Presidente, se reúne ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente por convocação de seu Presidente, de seu Vice Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva, e delibera, validamente, com a presença da maioria de seus membros. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, dentre outras, a fixação da orientação geral dos negócios, bem como a eleição, destituição e fiscalização dos Diretores. Os membros do Conselho de Administração da Emissora são qualificados em diversas áreas, tais como economia, negócios, contabilidade, eletricidade e pesquisa e desenvolvimento.

Cada membro efetivo do Conselho de Administração da Emissora possui um suplente, sendo que todos são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral de Acionistas, para mandato de três anos, podendo ser reeleitos. Os conselheiros suplentes atuam como substitutos de seus respectivos titulares em suas eventuais ausências e impedimentos ou no caso de vacância, até que se proceda à respectiva substituição. Nenhum membro efetivo ou membro suplente do Conselho de Administração da Emissora possui um contrato de serviço que prevê benefícios após o término de seu mandato.

Dos atuais 14 integrantes efetivos do Conselho de Administração da Garantidora, oito foram indicados pelo acionista Estado de Minas Gerais, cinco pela SEB e um pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais, todos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas, cumulativamente, em 29 de abril de 2009, para cumprirem até Assembleia Geral Ordinária de 2012.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Garantidora é fixada pela Assembleia Geral Ordinária e não inclui plano de opções de compra de ações, ou está ligada ao desempenho da Garantidora.

O Conselho de Administração da Garantidora, em reunião realizada em 26 de maio de 2009, manteve como seu Presidente o Sr. Sérgio Alair Barroso, mantendo como Vice-Presidente o Sr. Djalma Basto de Morais.

Os nomes, cargos e datas da nomeação original dos conselheiros e suplentes são os seguintes:

Nome	Cargo	Data da Nomeação
Sergio Alair Barroso [1]	Efetivo	05 de março de 2009
Djalma Bastos de Morais [2]	Efetivo	27 de março de 2003
Francelino Pereira dos Santos	Efetivo	27 de fevereiro de 2003
Antônio Adriano Silva	Efetivo	14 de janeiro de 1999
Britaldo Pedrosa Soares	Efetivo	25 de abril de 2008
Adriano Magalhães Chaves	Efetivo	10 de dezembro de 2009
André Araújo Filho	Efetivo	25 de abril de 2008
Evandro Veiga Negrão de Lima	Efetivo	28 de abril de 2006

Nome	Cargo	Data da Nomeação
Thomas Anthony Tribone	Efetivo	24 de julho de 2008
Guy Maria Vilela Pascoal	Efetivo	29 de abril de 2009
João Camilo Penna	Efetivo	25 de abril de 2008
Maria Estela Kubitschek Lopes	Efetivo	27 de fevereiro de 2003
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Efetivo	10 de dezembro de 2009
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur	Efetivo	25 de abril de 2008
Clarissa Della Nina Sadock Accorsi	Suplente	10 de dezembro de 2009
Lauro Sérgio Vasconcelos David	Suplente	28 de abril de 2006
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	Suplente	27 de fevereiro de 2003
Marco Antonio Rodrígues da Cunha	Suplente	27 de fevereiro de 2003
Cezar Manoel de Medeiros	Suplente	29 de abril de 2009
Jeffery Atwood Safford	Suplente	25 de abril de 2008
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim	Suplente	28 de abril de 2006
Andréa Leandro Silva	Suplente	07 de maio de 2004
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	Suplente	25 de abril de 2008
Kleber Antonio De Campos	Suplente	05 de março de 2009
José Castelo Branco Da Cruz	Suplente	24 de julho de 2008
Fernando Henrique Schuffner Neto	Suplente	22 de junho de 2007
Franklin Moreira Gonçalves	Suplente	27 de fevereiro de 2003
Guilherme Horta Gonçalves Júnior	Suplente	27 de fevereiro de 2003

Fonte: Companhia
(1) *Presidente do Conselho de Administração;*
(2) *Vice-Presidente do Conselho de Administração.*

Para maiores informações sobre os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Garantidora, *vide* Seção "*Administração da Emissora - Conselho de Administração*" na página 292 deste Prospecto.

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Garantidora é composta por 9 diretores, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor de Finanças, Participações e Relações com Investidores, um Diretor de Distribuição e Comercialização, um Diretor de Gestão Empresarial, um Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios, um Diretor de Gás, um Diretor Comercial e um Diretor de Geração e Transmissão, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração da Garantidora para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

Ademais, é permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Garantidora, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Emissora e na CEMIG D.

A Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, pelo menos duas vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

A Diretoria é responsável, dentre outras funções, pela execução das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Emissora e pela gestão corrente dos negócios da Companhia em conformidade com o plano plurianual e estratégico, bem como com o seu orçamento anual.

Os atuais membros da Diretoria Executiva da Garantidora foram eleitos na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2009, para cumprirem mandato até a primeira reunião do Conselho de Admnistração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2012.

Os nomes, cargos e datas da nomeação original dos diretores da Emissora são os seguintes:

Nome	Cargo Atual	Data da Nomeação
Djalma Bastos de Morais	Diretor-Presidente	14 de janeiro de 1999
Arlindo Porto Neto	Diretor Vice-Presidente	20 de janeiro de 2009
José Carlos de Mattos	Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios	27 de abril de 2007
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações	30 de outubro de 2007
Fernando Henrique Schuffner Neto	Diretor de Distribuição e Comercialização	18 de agosto de 2008
Luiz Henrique de Castro Carvalho	Diretor de Geração e Transmissão	18 de agosto de 2008
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Comercial	27 de abril de 2007
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Diretor de Gestão Empresarial	09 de janeiro de 2007
Marcio Augusto Vasconcelos Nunes	Diretor de Gás	24 de setembro de 2009

Fonte: Companhia

Para maiores informações sobre os membros efetivos e suplentes da Diretoria Executiva da Garantidora, *vide* Seção "*Administração da Emissora – Diretoria Executiva*" na página 299 deste Prospecto.

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS E DIRETORES

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, o valor total da remuneração paga, pela CEMIG, aos conselheiros e diretores totalizou aproximadamente R$ 4,9 milhões, R$ 6,3 milhões e R$ 6,5 milhões, respectivamente.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Garantidora funciona de modo permanente, sendo presidido por seu Presidente e integrado por no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de um ano, podendo ser reeleitos.

O Conselho Fiscal é responsável, dentre outras funções, por fiscalizar os atos dos administradores, opinar sobre determinadas propostas dos órgãos da administração, analisar balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Garantidora, examinar as demonstrações financeiras de exercício social e opinar sobre elas.

Os membros do Conselho Fiscal da Emissora foram eleitos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas, cumulativamente, em 29 de abril de 2009, para cumprirem mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2010.

Os atuais membros do Conselho Fiscal e seus suplentes são os seguintes:

Nome	Cargo	Data da Nomeação
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond[(1)]	Efetivo	27 de abril de 1999
Luiz Guaritá Neto	Efetivo	27 de fevereiro de 2003
Luiz Otávio Nunes West	Efetivo	27 de abril de 1999
Thales de Souza Ramos Filho	Efetivo	27 de fevereiro de 2003
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	Efetivo	29 de abril de 2009
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	Suplente	27 de fevereiro de 2003
Newton de Moura	Suplente	29 de abril de 2009
Leonardo Guimarães Pinto	Suplente	26 de abril de 2007
Aliomar Silva Lima	Suplente	27 de fevereiro de 2003
Ari Barcelos da Silva	Suplente	26 de abril de 2007

Fonte: Companhia

(1) *Presidente do Conselho Fiscal.*

Para maiores informações sobre os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Garantidora, *vide* Seção "*Administração da Emissora - Conselho Fiscal*" na página 301 deste Prospecto.

CONTRATOS COM ADMINISTRADORES

Não há contratos firmados entre a Garantidora e seus administradores.

RELAÇÃO FAMILIAR ENTRE ADMINISTRADORES OU ENTRE ESTES E O ACIONISTA CONTROLADOR

Não há relação familiar entre quaisquer administradores ou entre estes e o acionista controlador da Garantidora.

DIRETOR DE FINANÇAS, RELAÇÕES COM INVESTIDORES E CONTROLE DE PARTICIPAÇÕES DA CEMIG

Sr. Luiz Fernando Rolla
Avenida Barbacena, nº 1200, 12ºandar, Ala B1
30190-131, Belo Horizonte – MG
Tel: (31) 3506-4903
Fax: (31) 3506-4969
E-mail: lrolla@cemig.com.br

PRINCIPAIS ACIONISTAS E CAPITAL SOCIAL

Em 30 de setembro de 2009, o capital social da Emissora era de R$ 2.896.785.358,90 (dois bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos), representado por 2.896.785.358 (dois bilhões, oitocentas e noventa e seis milhões, setecentas e oitenta e cinco mil, trezentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de titularidade da CEMIG. Não há previsão de aumento do capital social autorizado no Estatuto Social da Emissora.

A tabela abaixo mostra a evolução do capital social da Emissora desde sua constituição:

Data	Valor
08.09.2004	R$ 10.000,00
31.01.2005	R$ 2.259.029.418,98
29.07.2005	R$ 2.896.785.358,90

Fonte: Companhia

Para fins do disposto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, na Data de Emissão o capital social da Emissora é de R$ 3.296.785.358,90 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinqüenta e oito reais e noventa centavos), tendo em vista aprovação do aumento do capital social da Emissora em assembleia geral extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2010.

Conforme previsão estatutária, cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais da Emissora. A CEMIG, na qualidade de única acionista da Emissora, detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social e adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento.

A Emissora atualmente não possui ações em tesouraria.

PRINCIPAIS ACIONISTAS

A Emissora tem como única acionista a CEMIG.

A tabela abaixo apresenta a composição acionária da CEMIG em 30 de setembro de 2009:

Composição Acionária do Capital Social em 30 de setembro de 2009		
Tipo	**Quantidade de Ações Nominativas e Escriturais**	**Valor Nominal Total (R$) das Ações**
Ordinárias	271.154.243	1.355.771.215,00
Preferenciais	349.222.649	1.746.113.245,00
Total	**620.376.892**	**3.101.884.460,00**

Fonte: Companhia

O Governo Estadual de Minas Gerais é titular de 138.175.720 ações ordinárias da CEMIG, correspondentes a 50,96% do seu capital votante. A SEB é o segundo maior acionista da CEMIG, titular de 89.383.266 ações ordinárias, correspondentes a 32,96% do capital votante da CEMIG.

Seguem, no quadro abaixo, as informações referentes à titularidade das ações ordinárias e ações preferenciais da CEMIG, em 30 de setembro de 2009:

Composição do Capital Social

Referência: Setembro/09

Acionistas	Quantidade de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Setor Público	**138.343.573**	**51,02**	**6.497.756**	**1,86**	**144.841.329**	**23,35**
Área Federal	**110.292**	**0,04**	**63.369**	**0,02**	**173.661**	**0,03**
FINOR	109.791	0,04	62.860	0,02	172.651	0,03
Demais Acionistas	501	0,00	509	0,00	1.010	0,00
Área Estadual	**138.212.264**	**50,97**	**6.415.884**	**1,84**	**144.628.148**	**23,31**
Estado de Minas Gerais	138.175.720	50,96	-	-	138.175.720	22,27
MGI Minas Gerais Participações Ltda.	-	-	6.218.082	1,78	6.218.082	1,00
MGS Minas Gerais Adm e Serviços S.A.	-	-	197.802	0,06	197.802	0,03
RURALMINAS	23.720	0,01	-	-	23.720	0,00
Cia. Desenvol Econ MG – CODEMIG	768	0,00	-	-	768	0,00
COPASA – Cia. Saneamento MG	12.056	0,00	-	-	12.056	0,00
Municípios	**21.017**	**0,01**	**18.503**	**0,01**	**39.520**	**0,01**
Setor Privado	**132.802.759**	**48,98**	**342.290.315**	**98,01**	**475.093.074**	**76,58**
Interno	**119.688.025**	**44,14**	**89.751.824**	**25,70**	**209.439.849**	**33,76**
Southern e Br Part Ltda.	89.383.266	32,96	-	-	89.383.266	14,41
Demais Acionistas	30.304.759	11,18	89.751.824	25,70	120.056.583	19,35
Externo	**13.114.734**	**4,84**	**252.538.491**	**72,31**	**265.653.225**	**42,82**
ADR's	182.756	0,07	110.258.643	31,57	110.441.399	17,80
Demais Acionistas (incluindo LATIBEX)	12.931.978	4,77	142.279.848	40,74	155.211.826	25,02
Ações em Tesouraria	**-**	**-**	**264.473**	**0,08**	**264.473**	**0,04**
Ações a identificar (ao portador)	**-**	**-**	**169.231**	**0,05**	**169.231**	**0,03**
Conselho de Administração	**7.902**	**0,00**	**438**	**0,00**	**8.340**	**0,00**
Conselho Fiscal	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Diretoria Executiva	**9**	**0,00**	**436**	**0,00**	**445**	**0,00**
Total do Capital	**271.154.243**	**100,00**	**349.222.649**	**100,00**	**620.376.892**	**100,00**
Ações de Livre Negociação (FREE FLOAT)	**132.934.068**	**49,03**	**342.541.418**	**98,09**	**475.475.486**	**76,64**

Fonte: Companhia

Em 30 de setembro de 2009, os investidores privados detinham, aproximadamente, 76,58% do capital social total da CEMIG, existindo, ainda, uma grande participação de investidores com foco no crescimento e retorno de longo prazo.

Nesta mesma data, aproximadamente, 72,31% das ações preferenciais da CEMIG eram detidas por investidores estrangeiros.

ACIONISTA CONTROLADOR DA EMISSORA

É indicado, a seguir, o único acionista controlador da Emissora, bem como sua respectiva cadeia de controle. Mais informações encontram-se disponíveis aos potenciais investidores nas informações constantes no Formulário IAN da Garantidora, acessível pelo seguinte endereço da Internet: "www.cvm.gov.br" – "Participantes do Mercado" – "Companhias Abertas" – "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações" – acessar "Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG" – "IAN" – "Consulta" – "Grupo 14.03 – Outras Informações Consideradas Importantes para Entendimento da CEMIG".

1) COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.155.730/0001-64, proprietária de 2.896.785.358 ações ordinárias da Emissora, representando 100% das ações com direito a voto da Emissora.

1.1) ESTADO DE MINAS GERAIS, proprietário de 138.175.720 ações ordinárias, representando 50,96% das ações com direito a voto da Garantidora. O ESTADO DE MINAS GERAIS não possui acionistas, sendo representando nas assembleias gerais de acionistas da Emissora pelo Advogado Geral do Estado de Minas Gerais.

1.2) SOUTHERN ELETRIC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., proprietária de 89.383.266 ações ordinárias, representando 32,96% das ações com direito a voto da Garantidora. A SEB não é, portanto, controladora da Emissora, não tendo qualquer dos poderes de acionista controlador definidos nas alíneas (a) e (b) do art. 116 da Lei das Sociedades por Ações. O acordo de acionistas do qual a SEB era signatária foi declarado nulo, não sendo mais aplicável. Para maiores informações acerca dos acordos de acionistas da Companhia, *vide* seção "*Principais Acionistas e Capital Social - Acordo de Acionistas da Emissora e da CEMIG*", na página 310 deste Prospecto.

1.3) OUTROS, proprietários de 43.595.257 ações ordinárias, representando 16,08% das ações com direito a voto da Garantidora. As ações do grupo OUTROS estão pulverizadas em diversos acionistas, pessoas físicas e jurídicas, que individualmente detêm menos de 5% das ações com direito a voto da Garantidora. Não é de conhecimento da Garantidora a existência de qualquer acordo de voto entre os acionistas do grupo OUTROS.

ACORDO DE ACIONISTAS DA EMISSORA E DA CEMIG

Em 1997, o Governo Estadual de Minas Gerais, controlador da CEMIG, vendeu 32,96% das ações ordinárias da CEMIG para um grupo de investidores estratégicos liderados pela SEB. Como parte da venda, conduzida por meio de leilão público, o Governo Estadual de Minas Gerais e a SEB firmaram, em 18 de junho de 1997, um acordo de acionistas, estabelecendo um quorum mínimo para a aprovação de determinadas matérias.

Nos termos do acordo de acionistas, as partes votariam em bloco em relação a determinadas alterações ao estatuto social da CEMIG, emissão de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, criação de partes beneficiárias, resgate e amortização de ações, fusão, cisão, incorporação, dissolução ou liquidação da CEMIG e distribuição de dividendos em percentual diverso do obrigatório previsto no estatuto social da CEMIG. Ademais, o Governo Estadual de Minas Gerais, a SEB e os acionistas minoritários poderiam indicar seis, quatro e um membro, respectivamente, para o Conselho de Administração da CEMIG, assim como o mesmo número de suplentes. O Governo Estadual de Minas Gerais e a SEB também poderiam indicar três e dois membros, respectivamente, para o Conselho Fiscal da CEMIG. Ainda nos termos desse acordo de acionistas, a SEB também teria o direito de nomear três dos oito membros da Diretoria. O acordo de acionistas também estabelecia os princípios gerais de condução dos negócios sociais e disposições relativas a cessão e oneração de ações da CEMIG.

Em 1999, após as eleições, o Governo Estadual de Minas Gerais entrou com uma ação para anular o acordo de acionistas fundamentando que esse acordo violava as Constituições Federal e Estadual porque o quorum mínimo para aprovação de determinadas matérias constituiria uma transferência de controle ilegal da Emissora para a SEB. De acordo com essa ação, somente uma lei estadual específica poderia transferir o controle da CEMIG para a SEB.

Após algumas decisões preliminares desfavoráveis ao Governo Estadual de Minas Gerais em instância inferior, em 1999 o Governo Estadual de Minas Gerais obteve uma liminar da segunda instância estadual que suspendeu os efeitos do acordo de acionistas, aguardando a decisão final de segunda instância.

Em agosto de 2001, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais decidiu que o acordo de acionistas é nulo e inválido por violar as Constituições Federal e Estadual. Em dezembro de 2003, esta decisão foi objeto de recurso para o STJ que manteve a decisão do TJMG. A decisão do STJ está sujeita a pedido de reforma, estando o controle efetivo da CEMIG, dessa forma, sujeito à contestação judicial ulterior perante o STF.

Os direitos de voto são exercidos conforme estabelecido no estatuto social da CEMIG, e não conforme o acordo de acionistas. Nos termos do estatuto social da CEMIG, cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembléias gerais de acionistas. O estatuto social da CEMIG não estabelece nenhum direito extraordinário ou privilégios à SEB, além daqueles previstos em virtude de ser detentora de ações ordinárias.

Em 23 de fevereiro de 2006, a CEMIG celebrou com a Andrade Gutierrez Concessões, a LUCE Brasil e o Pactual Energia, acordo de acionistas que regula as relações das partes como acionistas da RME e da Light, no que se refere: (i) ao exercício do direito de voto na RME, e consequente poder de controle na Light; (ii) à negociação pelas partes de ações e direito de subscrição de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da RME e/ou da Light; e (iii) à eleição de administradores da RME e/ou da Light.

Adicionalmente, esse acordo de acionistas regula no âmbito de eventuais transferências de ações: (i) as negociações que estão sujeitas à aprovação prévia das partes; (ii) o direito de primeira oferta; (iii) o direito de exercer o *tag-along*; e (iv) a opção de compra em caso de transferência do controle de qualquer das partes.

Em 13 de fevereiro de 2008, aderiram ao acordo de acionistas a PCP Energia Participações S.A. e a Equatorial Energia S.A. O prazo de duração do acordo de acionista era de 30 anos. Este acordo foi revogado pelo acordo de acionistas da Light S.A., celebrado em 30 de dezembro de 2009, entre a Garantidora, a Andrade Gutierrez Concessões S.A., a LUCE Empreendimentos e Participações S.A. e a RME ("Novo Acordo") que passaram a deter participações diretas na Light S.A., em função da cisão parcial da RME. O Novo Acordo regula: (i) o exercício do direito de voto na Light; (ii) a transferência de ações; e (iii) a eleição de administradores da Light. Adicionalmente, o Novo Acordo regula no âmbito de eventuais transferências de ações: (i) as negociações que estão sujeitas à aprovação prévia das partes; (ii) o direito de primeira oferta; (iii) o direito de exercer o *tag-along*; e (iv) a opção de compra em caso de transferência do controle de qualquer das partes. O prazo de duração do Novo Acordo é de 30 anos.

Adicionalmente aos acordos de acionistas mencionados acima, a Garantidora e a Emissora são parte nos acordos de acionistas descritos na tabela abaixo que, no âmbito das respectivas sociedades, em geral versam sobre: (i) exercício do direito de voto nas assembleias gerais e nos órgãos de administração; (ii) composição e o funcionamento dos órgãos de administração; (iii) cessão e transferência das ações; (iv) critérios para o aporte de capital pelos acionistas das sociedades; (v) responsabilidade das partes; (vi) direito de preferência; (vii) política de distribuição de dividendos; (viii) princípios gerais de condução dos negócios das sociedades; e (ix) hipóteses e consequências do inadimplemento dos acionistas.

Sociedade(s)	Partes	Data de Celebração	Vigência	Informações Adicionais
Transleste	Alusa, Garantidora, Furnas e Orteng	18 de outubro de 2003	Produzirá efeitos pelo prazo de duração do contrato de concessão	-
Centroeste	Garantidora e Furnas	22 de outubro de 2004	Produzirá efeitos pelo prazo de duração do contrato de concessão	-
Transirapé	Alusa, Garantidora, Furnas e Orteng	06 de dezembro de 2004	Produzirá efeitos pelo prazo de duração do contrato de concessão	-
Gasmig	Gaspetro – Petrobras Gás S.A., Minas Gerais Participações Ltda., Município de Belo Horizonte e Garantidora	15 de dezembro de 2004	O acordo permanecerá em pleno vigor e efeito enquanto os acionistas forem acionistas da Gasmig, observado o previsto no acordo de associação	Terceiro aditivo ao acordo de associação em vigor, datado de 15 de agosto de 2007
Transchile	Alusa e Garantidora	16 de julho de 2005	O acordo produzirá efeitos enquanto as partes foram acionistas da Transchile e esta explorar o empreendimento, prazo este estipulado em pelo menos 20 anos	O acordo será regido pela legislação chilena
EATE, ERTE e ETEP	Alusa e Garantidora	16 de agosto de 2006	Até o término das concessões	-
ENTE	Alusa, Garantidora e MDU Norte Transmissão de Energia Ltda.	16 de agosto de 2006	Até o término das concessões objeto da ENTE	-
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	Santa Maria Energética S.A. e Emissora	18 de janeiro de 2007	Produzirá efeitos pelo prazo de duração do contrato de concessão que é de 35 anos	-
EBTE	EATE e Emissora	30 de julho de 2007	Até o término da concessão da EATE	-

Axxiom	Concert Technologies S.A., FIR Capital Partners Ltda., Leme Engenharia Ltda., Nansen S.A. Instrumentos de Precisão e Garantidora	27 de agosto de 2007	O acordo permanecerá em pleno vigor e efeito enquantos os acionistas forem acionistas da Focus, observado o previsto no acordo	-
Guanhaes Energia S.A.	Investminas Participações S.A. e Emissora	16 de outubro de 2007	O acordo permanecerá em pleno vigor e efeito enquanto os acionistas forem acionistas da Guanhaes Energia S.A., observado o previsto no acordo	-
Madeira Energia S.A. - MESA	Odebrecht Investimentos em Infra Estrutura Ltda., Construtora Norberto Odebrecht S.A., Andrade Gutierrez Participações S.A., Fundo de Investimento de Participações Amazônia Energia, Furnas e Emissora	14 de novembro de 2007	Vigerá pelo prazo de concessão do empreendimento	Em 1º de dezembro de 2008, foi celebrado o primeiro aditivo ao acordo de acionistas para: (i) restringir a aplicação do dispositivo relativo ao direito de *tag along* a hipóteses em que se configure a alienação do controle da companhia ou de subsidiária integral, caso esta se torne concessionária do projeto; e (ii) promover ajustes em linha com solicitações formuladas pelo BNDES
Baguari Energia S.A.	Emissora e Furnas	03 de abril de 2008	Produzirá efeitos pelo prazo de duração do contrato de concessão	-
Hidrelétrica Pipoca S.A.	Omega Energia Renovável S.A. e Emissora	10 de julho de 2008	O acordo permanecerá em pleno vigor e efeito enquanto os acionistas forem acionistas da Hidrelétrica Pipoca S.A., observado o previsto no acordo	-
Central Eólica Praia do Morgado S.A., Central Eólica Praias do Parajuru S.A e Central Eólica Volta do Rio S.A.	Energimp S.A. e Emissora	14 de agosto de 2009	O acordo permanecerá em pleno vigor e efeito enquanto os acionistas forem acionistas da Central Eólica Praia do Morgado S.A., observado o previsto no acordo	-
Transudeste	Alusa, Garantidora, Furnas e Orteng	09 de novembro de 2009	Produzirá efeitos pelo prazo de duração do contrato de concessão	-
TAESA	Coliseu e Emissora	30 de outubro de 2009	Vigirá pelo prazo em que perdurarem as concessões detidas pela Terna (atual Aliança)	

Fonte: Companhia

POLÍTICA DE DIVIDENDOS DA EMISSORA

A política de dividendos da Emissora segue os mesmos preceitos da política de dividendos da CEMIG. Conforme previsto no Estatuto Social da Emissora, os dividendos de um determinado exercício social somente serão distribuídos depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda.

O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado da seguinte forma: (i) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; (ii) 50% distribuído, como dividendo obrigatório, aos acionistas da Emissora, observadas as demais disposições de seu Estatuto Social e a legislação aplicável; e (iii) o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, em observância Plano Diretor da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG, será distribuído ao Acionista Único - CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre.

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a Companhia poderá, observada a legislação pertinente e a critério do Conselho de Administração, declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso..

O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio, na forma da legislação, em substituição total ou parcial dos dividendos de que trata o parágrafo anterior, ou em adição aos mesmos, devendo as importâncias pagas ou creditadas a tal título serem imputadas aos valores dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento. Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Emissora.

Até 31 de dezembro de 2008, foram provisionados R$ 517 milhões a serem pagos em 2009, correspondentes 53% do lucro líquido da Emissora.

POLÍTICA DE DIVIDENDOS DA GARANTIDORA

A política de dividendos da Garantidora obedecem aos mesmos critérios da política de dividendos da Emissora, conforme descrito acima. Ademais, conforme previsto no Estatuto Social da Garantidora, nos exercícios sociais em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, o Estado assegurará às ações do capital da CEMIG emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade particular, um dividendo mínimo de 6% ao ano, conforme estabelecido na Lei Estadual nº 828/51 e no artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796/85.

Outrossim, as ações preferenciais de emissão da Garantidora fazem jus a um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores: (i) 10% calculado sobre o seu valor nominal; ou (ii) 3% do valor do patrimônio líquido das ações.

Até 31 de dezembro de 2008, foi provisionado o pagamento de dividendos em 2009 no montante total de R$ 943 milhões, correspondentes à destinação de 50% do lucro líquido da CEMIG.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Emissora e a CEMIG sempre buscam aprimorar o relacionamento com seus acionistas, investidores e analistas, por meio de uma política de Governança Corporativa, que consiste na absorção das melhores práticas de governança, de forma a garantir o acesso ao mercado de capitais para financiar seus projetos de expansão, reduzindo o custo médio ponderado de capital e agregando valor aos investimentos realizados por seus acionistas.

Desde 2001, a CEMIG integra o Nível 1 de Governança Corporativa da BMF&BOVESPA, garantindo aos seus acionistas melhores práticas de relacionamento. Ademais, por ter *ADR* listados na *NYSE*, a CEMIG também está sujeita à regulamentação da *SEC* e ao manual de companhias listadas na *NYSE*. A CEMIG também tem ações preferenciais listadas na *LATIBEX* desde 2002.

Durante o ano de 2006, a Emissora e a CEMIG completaram a adequação de seus processos relacionados com as demonstrações financeiras consolidadas aos requisitos da seção 404 da *SOX*.

Por ser uma subsidiária integral da CEMIG, a Emissora busca se nortear nos critérios de política de governança corporativa adotados pela CEMIG, conforme aplicável.

Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC

Segundo o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC, o Grupo CEMIG, conforme o caso, respeitam e adotam em todas as suas relações:

- a transparência, que a administração deve aplicar e cultivar principalmente de forma franca e rápida, gerando uma boa comunicação interna e externa e maior confiança dentro da companhia e nas suas relações com terceiros;

- a eqüidade, no tratamento de todos os grupos minoritários, sejam do capital ou das demais partes interessadas, como colaboradores, clientes, fornecedores ou credores;

- a prestação de contas da atuação dos agentes da governança corporativa a quem os elegeu, respondendo integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos; e

- a responsabilidade corporativa, que é uma maior visão da estratégia empresarial, contemplando todos os relacionamentos sociais, econômicos e ambientais com a comunidade que o Grupo CEMIG .

Ademais, dentre as práticas de Governança Corporativa recomendadas pelo IBGC em referido código, a Emissora e a CEMIG adotam as seguintes:

- contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros tipos de serviços, assegurando a total independência;

- estatuto social claro quanto à: (i) forma de convocação da Assembléia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

- transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;

- convocações de assembléia e disponibilização de todos os documentos pertinentes desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sem a inclusão da rubrica "outros assuntos" e sempre visando a realização de assembléias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;

- fazer constar votos dissidentes nas atas de assembléias ou reuniões, quando solicitado;

- vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;

- conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras e experiência em participação em outros conselhos de administração; e

- disponibilidade de acesso aos termos do acordo de acionistas a todos os demais sócios da CEMIG.

Conselho de Administração

Os Conselhos de Administração da Emissora e da Garantidora são compostos por 14 membros efetivos e igual número de suplentes e, de acordo com os Estatutos Sociais dessas sociedades, seus Conselhos de Administração serão compostos pelos mesmos membros. Para mais informações sobre o Conselho de Administração da Emissora, *vide* a Seção "*Administração da Emissora – Conselho de Administração*" na página 292 deste Prospecto.

Conselho Fiscal

Nos termos dos Estatutos Sociais da Emissora e da Garantidora, seus Conselhos Fiscais têm caráter permanente e são compostos de no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos e seus respectivos suplentes. De acordo com os Estatutos Sociais dessas sociedades, seus Conselhos Fiscais serão compostos pelos mesmos membros. Para mais informações sobre o Conselho Fiscal da Emissora, *vide* Seção "*Administração da Emissora – Conselho Fiscal*" na página 301 deste Prospecto.

Política de Divulgação de Informações

A Emissora e a Garantidora possuem seus manuais de divulgação de informações sobre ato ou fato relevante, que consistem na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Nos termos da Instrução CVM 358, considera-se relevante qualquer decisão do acionista controlador, deliberação da assembléia geral ou dos órgãos da administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na decisão de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM, às bolsas de valores e entidade de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários estejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários estejam admitidos à negociação.

A Instrução CVM 358 prevê uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante. Referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da companhia.

Política de Negociação com Valores Mobiliários

A Emissora tem um manual de política de negociação com valores mobiliários que determina os procedimentos de comunicação por parte dos administradores e pessoas ligadas sobre negociação de valores mobiliários de emissão da Emissora ou de sociedades controladas ou controladoras, bem como alterações em suas posições e seus planos de negociação periódica, elaborada nos termos da Instrução CVM 358.

Ademais, a CEMIG também tem uma política de negociação com valores mobiliários elaborada de acordo com a Instrução CVM 358 que veda a negociação com valores mobiliários de sua emissão e de companhias abertas que sejam por ela controladas no período que anteceder a divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da CEMIG, por pessoas que, em virtude de seu cargo, função, emprego ou posição no Grupo CEMIG, tenha conhecimento de informação relativa ao ato ou fato relevante. Referida política estabelece também que essas pessoas poderão ter planos próprios de negociação de valores mobiliários de emissão da CEMIG, os quais deverão ser submetidos ao Diretor de Relações com Investidores, para verificação de sua compatibilidade com a política estabelecida pela CEMIG.

Conduta Ética

A Emissora e a Garantidora possuem uma Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, que foi distribuída a todos empregados, cujos principais objetivos são:

- orientar e disciplinar a atuação de empregados, gerentes, administradores e membros do Conselho de Administração e Fiscal;
- servir de referência para a verificação de conformidade em relação ao cumprimento do Código;
- orientar o Comitê de Ética da CEMIG na avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos e em relação à necessidade de revisões do Código.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional orienta: (i) compromisso com a saúde e segurança; (ii) compromisso com o cliente; (iii) comprimento da lei e compromisso com as melhores práticas de governança corporativa; (iv) integridade profissional; (v) meio ambiente e responsabilidade social; (vi) obediência a normas e instruções internas; (vii) preservação da imagem institucional e marca da CEMIG; (viii) proteção ao patrimônio; (ix) relacionamento com a sociedade e a imprensa; (x) relacionamento com fornecedores e contratados; e (xi) utilização adequada de informações e dos recursos e meios de informática.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da Emissora são elaborados e gerenciados pela Comissão de Ética da CEMIG.

A Comissão de Ética da CEMIG foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), bem como pela apuração de denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta.

Canal de Denúncia Anônima

A CEMIG criou um canal de denúncia anônima para uso exclusivo de seus empregados e colaboradores, bem como dos empregados e colaboradores da Emissora. Esse canal está alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa, que preconizam, dentre outras coisas, correção e transparência em todas as atitudes e decisões da CEMIG, bem como da Emissora. É também um importante instrumento para a obtenção de certificação de controles internos, atendendo às orientações da *SOX*. O canal receberá, exclusivamente, denúncias de práticas irregulares contrárias aos interesses da CEMIG e da Emissora, compreendendo: (i) fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; (ii) apropriação indevida de bens e recursos; (iii) recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; (iv) contratações irregulares, favorecimentos a terceiros e outras práticas consideradas ilegais. Para receber as denúncias, a CEMIG disponibilizou em sua rede interna um site que permita a qualquer empregado ou colaborador da CEMIG, bem como da Emissora, cadastrar anonimamente uma denúncia sobre a prática de irregularidades, desde que se enquadre na descrição acima.

Governança Corporativa - Nível 1

Desde 2001, a CEMIG integra o Nível 1 de Governança Corporativa da BMF&BOVESPA.

Para listar suas ações neste segmento, a CEMIG é obrigada a cumprir com um número de práticas de Governança Corporativa, além daquelas já estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, tais como:

- Manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações, representando 25% do seu capital social;
- Quando da realização de distribuições públicas de ações, adoção de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital;
- Melhoria nas informações relativas a cada exercício social, adicionando às Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), entre outras, a demonstração dos fluxos de caixa;
- Melhoria nas informações prestadas, adicionando às Informações Trimestrais (ITRs), entre outras, demonstrações financeiras consolidadas e a demonstração dos fluxos de caixa;
- Melhoria nas informações prestadas, adicionando às Informações Anuais (IANs), entre outras, a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia detidos pelos grupos de acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, diretores e membros do Conselho Fiscal, bem como a evolução dessas posições;
- Realização de reuniões públicas com analistas e investidores, ao menos uma vez por ano;
- Apresentação de um calendário anual, do qual conste a programação dos eventos corporativos, tais como assembléias, divulgação de resultados etc;
- Divulgação dos termos dos contratos firmados entre a CEMIG e partes relacionadas; e
- Divulgação das negociações de valores mobiliários e derivativos de emissão da CEMIG por parte dos acionistas controladores.

Descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa

Nos termos do Regulamento de Práticas de Governança Corporativa da BMF&BOVESPA – Nível 1, a CEMIG somente poderá descontinuar o exercício das práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 1, mediante: (i) aprovação prévia em Assembléia Geral, e (ii) comunicação à BMF&BOVESPA por escrito com antecedência prévia de 30 (trinta) dias.

Caso essa descontinuidade ocorra em razão de cancelamento de registro de companhia aberta: (a) deverão ser observados todos os procedimentos previstos na legislação; e (b) ficará dispensada a realização da Assembléia Geral mencionada no item (i) acima.

Ademais, caso a descontinuidade ocorra em razão de reorganização societária em que a CEMIG resultante não seja classificada como detentora desse mesmo Nível de Governança Corporativa: (i) a companhia, seus administradores e o acionista controlador deverão observar as formalidades aqui descritas e demais procedimentos previstos na Seção VII do Regulamento de Práticas de Governança Corporativa da BMF&BOVESPA – Nível 1.

No caso de descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações previstas no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BMF&BOVESPA – Nível 1, a CEMIG, seus administradores e seu acionista controlador, conforme o caso, serão notificados pela BMF&BOVESPA, que determinará um prazo para que o descumprimento seja sanado. A CEMIG, seus administradores e seu acionista controlador, conforme o caso, ficarão sujeitos ao pagamento de multas e outras penalidades cabíveis nos termos da legislação vigente. Ademais, caso o descumprimento não seja sanado dentro do prazo previsto, a BMF&BOVESPA, além da multa mencionada e de acordo com a gravidade da infração, poderá aplicar também sanções não pecuniárias, como divulgação da cotação dos valores mobiliários da CEMIG em separado ou suspensão da negociação dos mesmos na BMF&BOVESPA, e ainda a rescisão do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1.

SOX

A CEMIG possui, desde 2006, um sistema de controles internos relacionados com a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e com os procedimentos de divulgação aderentes às exigências da *SOX*, garantindo, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis norte-americanas; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais.

Anualmente, a CEMIG revisa o sistema de controles internos relacionados com a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e com os procedimentos de divulgação da CEMIG, da Emissora, Cemig D, de acordo com os critérios estabelecidos pelo *COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.

O sistema de controles internos relacionados com a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e com os procedimentos de divulgação é auditado anualmente por empresa de auditoria independente. Em 31 de dezembro de 2008, foi auditado e certificado pela KPMG Auditores Independentes, de acordo com os critérios estabelecidos na seção 404 da *SOX*.

TECNOLOGIAS OPERACIONAIS

Como forma de atender aos requisitos estipulados pela *SOX*, e tendo em vista sua estratégia de aumento de eficiência, modernização e automatização adicionais de seus sistemas de geração, distribuição e transmissão, a CEMIG continua investindo em equipamentos e sistemas de monitoramento e controle automatizados, alguns dos quais estão descritos a seguir.

Para atualizar a tecnologia de sua Central de Informações ao Consumidor, ou SICO, que vem sendo feito em uma plataforma de *mainframe* desde a década de 1970, a CEMIG D investiu R$ 178 milhões em um novo Sistema de Gestão Comercial, ou SGC, baseado nos sistemas CCS (*Customer Care & Service*), CRM (*Customer Relationship Management*) e BW (*Business Warehouse*) SAP. Este novo sistema atende a clientes de baixa, média e alta voltagens. O sistema foi implantado em 24 meses, de abril de 2006 a maio de 2008, por meio do "Projeto de Evolução", que envolveu um time de, em média, 250 especialistas da CEMIG e do Consórcio Aliança (Accenture, Newcom e Indra).

Esse processo envolveu aproximadamente 28.000 horas de desenvolvimento de codificação de programas. Um grande volume de testes, incluindo testes independentes, montagem, *software*, integração, comparação de desempenho e testes de aceitação do usuário foram realizados de forma a garantir a qualidade do sistema SGC. Todos os clientes de alta, média e baixa voltagem do Estado de Minas Gerais foram transferidos com sucesso para o novo sistema em maio de 2008.

Os benefícios do novo sistema incluem maior qualidade dos dados de registro de clientes e melhores ferramentas de acesso, melhoria da confiabilidade das informações e possibilidade de rastreamento de todas as operações conduzidas pelos usuários do sistema; melhor integração com outros sistemas e maior simplicidade, devido à redução de 74 subsistemas para apenas 14; tecnologia mais atualizada, incluindo a substituição dos terminais *mainframe*, assegurando menores custos de manutenção; e melhor compatibilidade com os requisitos da *SOX*. Os benefícios do SGC para os clientes incluem:

- um maior foco nos relacionamentos com o cliente;
- registro de todos os contatos, resultando em serviços mais céleres e maior qualidade das informações;
- integração da Agência Virtual ao novo sistema, com um maior número de serviços oferecidos;
- melhor interação entre todos os canais de comunicação do cliente, incluindo *e-mail*, telefone e mensagens na conta de luz;
- novo *layout* da conta de luz, permitindo melhor visualização da informação; e
- novo sistema de gerenciamento de leitura de medições, incluindo a impressão simultânea da conta de luz.

Gestão de Segurança de Informações

Como parte do Plano do Projeto de Segurança de Informações Corporativas para 2008, a CEMIG priorizou e desenvolveu três projetos para melhorar a segurança de informação e atender às exigências da *SOX*, incluindo especificação dos processos de gestão de segurança de informações, desenvolvimento do plano de um projeto de segurança de informação, e revisão do plano de continuidade do serviço de TI.

O Plano do Projeto de Segurança de Informações Corporativas para 2009, por sua vez, priorizou e iniciou a implementação dos processos de segurança especificados em 2008, realizou diversas ações referente ao Plano de Continuidade dos Serviços de TI, ficando para 2010 a definição pelo início de sua implementação e elaborou e aprovou o projeto para a adoção da tecnologia de certificação digital.

A CEMIG também desenvolveu o programa de conscientização "Atualização de Segurança das Informações", envolvendo 1.248 empregados, o qual tem foco nos conceitos básicos de segurança e nas ameaças de *phishing*.

FERRAMENTAS GERENCIAIS

O atual *software* da CEMIG de sistema integrado de gestão empresarial (*Enterprise Resource Planning - SAP R/3*), ou *ERP*, possui funções englobando contabilidade, controle de recursos e custos, orçamentos, gerenciamento de projeto, e gerenciamento de recursos humanos. O *ERP* também inclui a (i) funcionalidade de armazenamento de dados, (ii) metodologia de cartão de ponto ponderada e (iii) monitoramento de fluxo de caixa de longo prazo. Em gestão de qualidade, a CEMIG recebeu a certificação ISO 9001/2000 em razão dos seguintes aspectos de seu negócio, dentre outros:

- funções de serviço ao consumidor;
- central de chamadas;
- laboratórios;
- manutenção de sistema de proteção remota de equipamento;
- recepção de dados; e
- faturamento.

Em 2008, a CEMIG implementou um portal de uso próprio para funcionários para permitir a empregados um acesso fácil a informações no Módulo SAP/R3 HR.

Para o ano de 2009, a CEMIG programou a implementação do *ERP*, englobando as funcionalidades de gestão empresarial corporativa em seus processos de finanças, tesouraria, controladoria, logística de materiais, aquisições de materiais e serviços, administração de ativos, recursos humanos, folha de pagamentos, processos de manutenção e estrutura de projetos e as funcionalidades de gestão empresarial corporativa em sua camada de informações para a alta administração e gestão estratégica, denominada Inteligência de Negócios.

Em 2009 foi implementado também o Portal RH Fácil – que proporciona aos empregados da CEMIG consulta e atualização às informações pessoais, informações funcionais, PCR, mobilidade, frequência, pagamentos, benefícios e treinamento e, ainda, fornece ao gerente consulta e atualização às informações referentes à gestão de desempenho que, integrada com o módulo de treinamento, servirá de base para a UniverCEMIG.

A UniverCEMIG é a universidade corporativa da CEMIG e tem como finalidade central integrar pessoas e esforços em torno da geração e compartilhamento de conhecimentos. O projeto, que busca vincular as ações de desenvolvimento de pessoas ao planejamento estratégico da CEMIG, foi implantado em dezembro de 2008 após uma ação diagnóstica realizada entre agosto e dezembro do mesmo ano. O objetivo é organizar, de maneira estratégica, as ações relacionadas ao desenvolvimento de pessoas promovendo o desenvolvimento, armazenamento e a transmissão do conhecimento necessário para consolidar o sucesso dos resultados já obtidos pela CEMIG. Os conhecimentos consolidados e desenvolvidos na UniverCEMIG são baseados em experiências e tecnologias existentes na CEMIG, propiciando um processo contínuo de aprendizagem e o aumento do desempenho no trabalho.

Gerenciamento de Risco de Toda a Empresa

Com a assistência de uma empresa de consultoria de renome, escolhida por meio de processo de seleção formal, a CEMIG deu início ao estabelecimento de um Sistema de Gerenciamento de Riscos Corporativos em 2003, tendo consolidado este sistema durante o período de 2004 a 2006, em função de seu processo de Desverticalização. Na qualidade de detentores de uma concessão no setor de energia elétrica brasileiro, a CEMIG opera em ambientes nos quais fatores como reestruturações societárias, regulamentação emitida por órgãos governamentais do setor energético, desenvolvimento tecnológico, globalização e mudanças no mercado consumidor geram incertezas e ameaças.

A implementação de visão e estratégia coerentes de risco em nível corporativo é uma nova tendência de administração incentivada não somente pelas exigências da *SOX* e métodos recomendados pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras (*Committee of Sponsoring Organizations*), ou COSO II, como também pela percepção de que o gerenciamento de risco constitui parte essencial de uma filosofia de desenvolvimento sustentável voltada à criação de valores para os acionistas. O Sistema de Gerenciamento de Riscos Corporativos visa aos seguintes propósitos:

- operar como auxiliar na consecução dos objetivos fixados pelo plano estratégico;
- criar consciência entre os acionistas acerca dos possíveis eventos que poderiam constituir risco de perda de valores;
- estruturar a companhia possibilitando que assuma posições pró-ativas em relação a seu ambiente de risco;
- proporcionar aos executivos da CEMIG metodologia e ferramentas para gerenciamento efetivo de risco, incluindo a capacidade de agregar riscos individuais, a capacidade de comparar os riscos de diferentes unidades empresariais e uma ferramenta para avaliar com precisão as medidas adotadas para minimizar os riscos; e
- fornecer às demais áreas de gerenciamento estratégico conceitos e procedimentos de *input*, bem como fatores de risco que fortaleçam a infraestrutura de controle organizacional da CEMIG.

A CEMIG está trabalhando para alcançar o principal objetivo da gestão de riscos de um ambiente aberto apropriado para comunicações efetivas sobre risco e gerenciamento de riscos sobre, sob e por meio da empresa, de forma que uma aproximação integrada, pró-ativa, com visão do futuro, orientada por processo e verdadeiramente do sistema como um todo seja tomada para estimar todos os riscos e oportunidades chave do negócio – não somente aqueles de natureza financeira. Durante 2008, os fatos mais importantes foram:

- iniciou-se a terceira atualização da Matriz de Riscos Corporativos da CEMIG, considerando a revisão da posição de seus riscos, ambiente de controle dos riscos e planos de mitigação, com o fim de adaptar-se às alterações regulatórias e econômicas, bem como ao contexto do mercado; e

- o aperfeiçoamento da Matriz de Riscos Corporativos sob a perspectiva dos acionistas, permitindo que a administração compreenda o que os acionistas vêem como ameaça estratégica e para identificar os riscos que não existem na Matriz de Riscos Corporativos.

O Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia da CEMIG, ou CGRE, criado em 2003, continua a propor políticas e procedimentos para aprovação pelos diretores, de acordo com a política de risco corporativo, visando minimizar riscos na contratação (compra e venda) de energia elétrica. O comitê conta com membros de várias áreas da CEMIG, incluindo as áreas de geração, distribuição, vendas, jurídica e financeira. O CGRE dá suporte às decisões dos conselheiros executivos em relação à comercialização de energia da CEMIG aos Consumidores Livres e à participação nos leilões da CCEE. Com base na análise de risco, o CGRE propõe os volumes máximos que poderiam ser comercializados e os volumes comprados pelos distribuidores nos leilões.

A gestão de risco da CEMIG também possui o benefício de possuir um Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, o qual foi criado: (i) para monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar negativamente a liquidez e lucratividade da CEMIG; e (ii) para implementar diretrizes para operação pró-ativa relativa ao ambiente de riscos financeiros ao implementar planos de ação.

O próximo passo é melhorar o Sistema de Gestão de Riscos Corporativos com o apoio de uma empresa de consultoria, por meio do desenvolvimento de novos produtos e do desenvolvimento de métodos estatísticos e matemáticos utilizados para calcular e controlar a posição de risco da Matriz de Riscos Corporativos, aumentando, assim, a transparência e a segurança para a tomada de decisões estratégicas.

COMITÊ DE AUDITORIA

Segundo a legislação norte-americana sobre comitês de auditoria de companhias listadas na *NYSE* (regra 10A-3), emissores estrangeiros têm permissão para não possuir um comitê de auditoria formado por membros independentes, se houver um conselho estabelecido e escolhido de acordo com as normas legais de seu país de origem, que possa exercer as obrigações e responsabilidades de um Comitê de Auditoria dos Estados Unidos, até o limite permitido pela legislação local.

O Conselho Fiscal da CEMIG atua como comitê de auditoria para fins da *SOX*. Contudo, conforme exigido pela Lei das Sociedades por Ações, todos os serviços de auditoria e de outra natureza prestados por seus auditores externos são aprovados pelo Conselho de Administração**.**

COMISSÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética da CEMIG, composta por três membros titulares e três membros suplentes, foi criada em 12 de agosto de 2004, sendo responsável pela gestão, interpretação, disseminação e atualização da Declaração de Princípios Éticos e do Código de Conduta Profissional da CEMIG. A Comissão recebe, analisa e investiga os relatos de violação aos princípios éticos e aos padrões de conduta.

Em dezembro de 2006, a CEMIG implementou o seu canal de denúncia anônima, disponível em sua *intranet*. O propósito desse processo é receber, encaminhar e apurar denúncias de práticas irregulares, incompatíveis com os Princípios Éticos da CEMIG. Essa iniciativa reafirma o compromisso da CEMIG com a transparência, com a ética e com os melhores princípios de Governança Corporativa, além de atender os requisitos da *SOX*.

INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Exceto pelas notas promissórias descritas abaixo, pelas debêntures de 1ª emissão da Emissora e das Debêntures da presente Oferta, a Emissora nunca emitiu de forma pública quaisquer outros títulos ou valores mobiliários. Todas as ações ordinárias de emissão da Emissora são detidas pela CEMIG e não são negociadas em bolsa de valores.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA EMISSORA

Notas Promissórias

A Emissora emitiu, em 26 de julho de 2006, notas promissórias comerciais (*commercial papers*) no valor total de R$ 900 milhões, com prazo de vencimento de 90 dias. Sobre o principal dessas notas promissórias incidiram juros correspondentes à taxa de 103% da Taxa DI. As notas promissórias eram garantidas por aval da CEMIG e os recursos captados por meio da sua distribuição foram utilizados para recomposição de caixa referente às dívidas vencidas e liquidadas desde janeiro de 2006. As obrigações decorrentes destas notas promissórias foram integralmente quitadas com os recursos provenientes das cédulas de crédito bancário emitidas pela Emissora em favor do Banco do Brasil S.A. Para mais informações sobre as cédulas de crédito bancário *vide* Seção *"Contratos Relevantes"*, na página 325 deste Prospecto.

Em 21 de dezembro de 2007, a Emissora realizou sua 2ª emissão de notas promissórias comerciais (*commercial papers*), em favor da Caixa Econômica Federal, no valor total de R$ 200 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias. Sobre o principal dessas notas promissórias incidiram juros correspondentes à taxa de 101,5% da Taxa DI. Os recursos captados por meio da sua distribuição foram utilizados para (i) recomposição do caixa utilizado nos pagamentos de principal da dívida ocorridos desde janeiro de 2007 até o recebimento dos recursos; e (ii) pagamento das dívidas vincendas até o final do ano. As obrigações decorrentes destas notas promissórias foram integralmente quitadas com os recursos provenientes do caixa da Emissora.

A Emissora realizou, em 30 de outubro de 2009, sua 3ª emissão de notas promissórias comerciais (*Commercial Papers*) para colocação e distribuição pública no mercado de capitais local, no valor total R$ 2,7 bilhões a juros remuneratórios de 113% da Taxa DI, tendo como garantia o aval da CEMIG e com vencimento em 180 dias a partir da data da respectiva subscrição e integralização. Os recursos obtidos pela Companhia por meio de sua 3ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais foram destinados pela Emissora da seguinte maneira: (i) R$ 1,07 bilhão, ou aproximadamente 40% do valor total da emissão, dos recursos obtidos com essas notas promissórias foram utilizados para aporte de capital na TAESA para que esta então utilizasse esses recursos na aquisição de 49% das ações ordinárias da Terna de propriedade da Terna S.p.A.; (ii) até R$ 0,96 bilhão ou aproximadamente até 36% do valor total da emissão, serão destinados ao aporte de capital na Alterosa para que esta utilize esses recursos na realização da OPA da Aliança; e (iii) o restante do valor captado por meio da emissão foi destinado à recomposição de caixa dos investimentos já realizados em 2009 pela Emissora, bem como para a implementação do plano de investimentos da Emissora.

Debêntures

Em 27 de abril de 2007, a Emissora realizou a 1ª emissão pública de debêntures, a fim de cumprir com a permuta obrigatória das debêntures de 1ª emissão da CEMIG pelas debêntures da 1ª emissão da Emissora com o conseqüente cancelamento das debêntures de 1ª emissão da CEMIG. Foram emitidas 62.500 debêntures simples, não conversíveis em ações, sem garantia e nem preferência, com garantia fidejussória, divididas em duas séries, sendo 22.348 debêntures de 1ª série, com valor nominal de R$ 15.641,490773 e 14.804 debêntures da 2ª série, com valor nominal unitário de R$ 16.131,837123, totalizando R$ 651,6 milhões, visto que 25.348 debêntures da 1ª Emissão da CEMIG (8.902 debêntures da 1ª série e 16.446 debêntures da 2ª série) que se encontravam na tesouraria da Emissora foram canceladas pela CEMIG. O vencimento das debêntures de 1ª série ocorreu em 1º de novembro de 2009 e o vencimento das debêntures de 2ª série ocorrerá em 1º de novembro de 2011. Em razão da permuta obrigatória, a Emissora não recebeu quaisquer recursos líquidos da referida emissão, uma vez que as debêntures da 1ª emissão da Emissora foram integralizadas com as debêntures da 1ª emissão da CEMIG**.**

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CEMIG

Ações

As ações ordinárias e preferenciais da CEMIG são negociadas na BMF&BOVESPA (códigos CMIG3 – ordinárias e CMIG4 – preferenciais). Ademais, a CEMIG tem *ADRs* negociados na *NYSE* (código CIG.C – ordinárias e CIG - preferenciais) e ações preferenciais negociadas na *LATIBEX* (código XCMIG).

O número total de ações em circulação da CEMIG, em 30 de setembro de 2009, era de 475.475.486 ações, representativas de 76,64% do capital social total da CEMIG, sendo 132.934.068 ações ordinárias representativas de 49,03% do capital social votante e 342.541.418 ações preferenciais representativas de 98,8% do capital social preferencial.

Ações ao Portador

A CEMIG emitiu ações preferenciais ao portador. No entanto, nos termos do artigo 4º da Lei nº 8.021/90, tais ações ao portador foram extintas e convertidas em ações nominativas da CEMIG. A CEMIG ainda possui 0,03 % do seu capital social em ações ao portador em poder de acionistas que ainda não exerceram sua conversão para a forma nominativa.

ADRs

Em 13 de agosto de 2001, a CEMIG obteve junto à *SEC* o registro de seu programa de *ADRs* Nível II para negociação de seus *ADRs* na *NYSE*. A negociação dos *ADRs* foi iniciada em setembro de 2001.

A CEMIG possui um programa de *ADRs* lastreado por ações preferenciais negociado na *NYSE*, o qual, em 30 de setembro de 2009, possuía, aproximadamente, US$196,03 mihões em *ADRs* em circulação. Em 30 de setembro de 2009 tais *ADRs* representavam 31,57% das ações preferenciais e 17,8% do total do capital social.

A CEMIG possui um programa de *ADRs*, lastreado em ações ordinárias, listado na *NYSE*. Tal medida assegura às ações ordinárias o mesmo acesso ao mercado investidor americano já garantido às ações preferenciais por meio do programa existente. Em 30 de setembro de 2009, o programa possuía aproximadamente, US$0,3 milhão em *ADRs* em circulação. Em 30 de setembro de 2009 tais *ADRs* representavam 0,07% das ações ordinárias e 0,03% do total do capital social.

Debêntures

Em dezembro de 2001, a CEMIG realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, para distribuição pública, por meio da qual foram emitidas 62.500 debêntures, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10 mil, em duas séries, sendo cada série no montante total de 31.250 debêntures, e o valor total da emissão de R$ 625 milhões. Referidas debêntures têm data de emissão em 1º de novembro de 2001, sendo o vencimento das debêntures da 1ª série em 1º de novembro de 2009 e da 2ª série em 1º novembro de 2011. As debêntures da 1ª série tiveram repactuação em 1º de novembro de 2005, quando os juros remuneratórios foram alterados de IGP-M + 12,7% a.a. para CDI + 1,2% a.a. Após a repactuação 71,5% das debêntures continuaram em circulação (equivalente a R$ 349,6 milhões) e o restante 28,5% (equivalente a R$ 139,2 milhões) foi resgatado pela CEMIG com recursos oriundos de empréstimo bancário. As debêntures da 2ª série tiveram repactuação em 1º de novembro de 2006, quando os juros remuneratórios foram alterados de IGP-M + 12,7% a.a. para 104% do CDI . Após a repactuação 47,4% das debêntures continuaram em circulação (equivalente a R$ 238,8 milhões) e o restante 52,6% (equivalente a R$ 265,3 milhões) foi resgatado pela CEMIG com recursos oriundos de empréstimo bancário. Todas as debêntures objeto desta 1ª emissão foram subscritas e integralizadas.

A escritura de emissão relativa à 1ª emissão de debêntures apresenta previsão de hipóteses de vencimento antecipado usuais para esse tipo de operação. Em virtude do processo de Desverticalização da CEMIG, essas debêntures foram permutadas pelas debêntures da 1ª emissão da Emissora.

Em julho 2002, a CEMIG realizou sua 2ª emissão de debêntures, para distribuição privada, para subscrição pelo Estado de Minas Gerais, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.954/01. Por meio desta emissão foram emitidas 9.000 debêntures simples, da espécie subordinada, em número indeterminado de séries até o limite de R$ 90 milhões. O prazo de vencimento é de 25 anos após a data de emissão de cada série, e a atualização é calculada pelo IGP-M. As debêntures desta emissão não fazem jus a pagamento de juros. Em 30 setembro de 2002, foi emitida a 1ª série de 2.250 debêntures e, em 22 dezembro de 2003, a CEMIG emitiu a 2ª série, cada uma no valor de R$ 22,5 milhões, totalizando 4.500 debêntures e R$ 45 milhões. Em março de 2004, a CEMIG cancelou as séries ainda não colocadas da emissão privada para realizar sua 3ª emissão pública de debêntures.

Os recursos dessa 2ª emissão foram aplicados pela CEMIG na construção e implantação do AHE Irapé, conforme previsto no instrumento particular de promessa de subscrição de debêntures, assinado entre o Estado e a CEMIG em 10 de setembro de 2001.

Em 27 de dezembro de 2004, a CEMIG e a Emissora assinaram o Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações decorrentes do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas da CEMIG, por meio do qual a CEMIG cedeu para a Emissora os direitos e obrigações decorrentes da 2ª emissão de debêntures, cuja dívida foi integralmente assumida pela Emissora e deverá ser liquidada junto ao Estado de Minas Gerais na forma prevista no referido Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas.

Em julho de 2004, a CEMIG arquivou na CVM um programa de emissão pública de debêntures simples, nominativas e escriturais, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária) ou subordinada, com prazo de até dois anos, no valor total de R$ 1,5 bilhão ("Programa").

No âmbito do Programa, em 19 de julho de 2004, a CEMIG realizou sua 3ª emissão de debêntures, para distribuição pública, por meio da qual foram emitidas 23.042 debêntures simples, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10 mil, em série única, no valor total de R$ 230,4 milhões, com data de emissão de 1º de junho de 2004 e vencimento previsto para 1º de junho de 2014. As debêntures serão atualizadas pelo IGP-M e fazem jus ao pagamento de juros anuais correspondentes a uma taxa fixa de 10,5% ao ano. A escritura de emissão relativa a essas debêntures apresenta previsão de hipóteses de vencimento antecipado usuais para esse tipo de operação. Tendo em vista a Desverticalização da CEMIG, as debêntures da 3ª emissão da CEMIG foram permutadas pelas debêntures da 1ª emissão da CEMIG D. Para mais informações *vide* Seção *"Desverticalização"* na página 212 deste Prospecto.

Em dezembro de 2004, a CEMIG realizou sua 4ª emissão de debêntures, para distribuição privada, por meio da qual foram emitidas 2.250 debêntures simples, da espécie subordinada, em série única, com valor nominal unitário de R$ 10 mil, totalizando R$ 22,5 milhões, com data de emissão em 28 de dezembro de 2004 e prazo de vencimento de 25 anos. As debêntures desta emissão são atualizadas de acordo com a variação do IGP-M e não fazem jus a pagamento de juros. As debêntures desta emissão foram subscritas unicamente pelo Estado de Minas Gerais, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.954/01, cujos recursos foram aplicados pela CEMIG na construção e implantação da AHE Irapé, nos termos do Instrumento Particular de Promessa de Subscrição de Debêntures, assinado entre o Estado e a CEMIG em 10 de setembro de 2001. Em 27 de dezembro de 2004, a CEMIG e a Emissora assinaram o Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações decorrentes da Escritura Particular da 4ª Emissão Privada de Debêntures Simples da CEMIG, por meio do qual a CEMIG cedeu para a Emissora os direitos e obrigações decorrentes dessa emissão, cuja dívida foi integralmente assumida pela Emissora e deverá ser liquidada junto ao Estado de Minas Gerais na forma prevista na referida Escritura.

Ainda para fins da construção e implantação da AHE Irapé, em 29 de dezembro de 2005, a CEMIG realizou sua 5ª emissão de debêntures, para distribuição privada, por meio da qual foram emitidas 2.250 debêntures simples, da espécie subordinada, da forma nominativa e escritural não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10 mil, totalizando R$ 22,5 milhões, com prazo de vencimento de 25 anos e atualização de acordo com o IGP-M. As debêntures desta emissão não fazem jus a pagamento de juros e foram subscritas unicamente pelo Estado de Minas Gerais, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.954/01. Em 29 de dezembro de 2005, a CEMIG e a Emissora assinaram o Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações decorrentes da Escritura Particular da 5ª Emissão Privada de Debêntures Simples da CEMIG, por meio do qual a CEMIG cedeu para a Emissora os direitos e obrigações decorrentes dessa emissão, cuja dívida foi integralmente assumida pela Emissora e deverá ser liquidada junto ao Estado de Minas Gerais na forma prevista na referida Escritura.

Também visando a conclusão da implantação da AHE Irapé, a CEMIG realizou, em 28 de dezembro de 2006, sua 6ª emissão de debêntures, para distribuição privada, por meio da qual foram emitidas 3.000 debêntures simples, da espécie subordinada, da forma nominativa e escritural não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10 mil, totalizando R$ 30 milhões, com prazo de 25 anos e atualização de acordo com o IGP-M. As debêntures desta emissão não fazem jus a pagamento de juros e foram subscritas unicamente pelo Estado de Minas Gerais, conforme autorizado pela Lei estadual nº 16.512/06. Tendo em vista que os recursos deveriam ser aplicados na AHE Irapé, em 28 de fevereiro de 2007, a CEMIG celebrou com a Emissora um instrumento particular de cessão de direitos e obrigações decorrentes da escritura da 6ª emissão de debêntures, visando à transferência dos recursos obtidos da obrigação pelo pagamento da dívida para a Emissora. Para mais informações *vide* Seção *"Contratos Relevantes"* página 325 deste Prospecto.

Fundo CRC

Em 26 de janeiro de 2006, a CEMIG constituiu o Fundo CRC, formado por direitos de crédito decorrentes do contrato CRC. O Fundo CRC foi constituído sob a forma de condomínio fechado, por meio do qual foram ofertados 900.000.000 de cotas seniores, em série única, com valor unitário de emissão de R$ 1,00, no valor total de R$ 900 milhões e data de resgate prevista para 31 de dezembro de 2015. A totalidade das cotas seniores foi subscrita e integralizada pelo Banco Itaú S.A. e pelo Banco Bradesco S.A. O parâmetro de rentabilidade das cotas seniores corresponde à 100% da variação da Taxa do CDI, acrescida de cupom prefixado de juros de 1,7% ao ano base 252 dias úteis. Tais cotas serão amortizadas em 20 pagamentos semestrais durante um período de 10 anos. Ademais, tendo em vista que (i) as datas dos pagamentos semestrais das cotas seniores coincidem com as datas em que a CEMIG paga seus dividendos semestrais; e (ii) que o quarto aditamento do contrato CRC prevê que 65% dos dividendos devidos pela CEMIG ao Governo do Estado em cada pagamento de dividendos são retidos pela CEMIG e transferidos automaticamente para o Fundo CRC, as cotas são automaticamente reembolsadas em referidas datas. Caso esses dividendos não sejam suficientes para promover um sistema de pagamento fixo às cotas seniores, a CEMIG, como co-obrigada, deverá contribuir com o valor necessário para efetuar tal pagamento.

Adicionalmente às cotas seniores, foram emitidas, pelo Fundo CRC, 760.125.012 cotas subordinadas não transferíveis, com valor unitário de emissão de R$ 1,00 por cota, no valor total de, aproximadamente, R$ 760,1 milhões e data de resgate prevista para 30 de junho de 2035. Tais cotas foram subscritas e integralizadas exclusivamente pela CEMIG. As cotas subordinadas serão amortizadas com qualquer excesso de caixa disponível no Fundo CRC ou com sua liquidação.

O Fundo CRC foi estruturado e distribuído pelo Banco Itaú BBA S.A., coordenador líder, e pelo Banco Bradesco S.A., e é administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., coligada ao Banco Itaú S.A.

O valor, em 30 de setembro de 2009, dos recebíveis transferidos para o Fundo CRC era de R$ 1,78 bilhão.

Para mais informações sobre o Contrato CRC *vide* Seção *"Contratos Relevantes"*, na página 325 deste Prospecto.

CONTRATOS RELEVANTES

CONTRATOS DE CONCESSÃO DA EMISSORA

Nos termos da Constituição Federal, as sociedades que pretendem gerar ou transmitir energia, no Brasil, deverão obter uma autorização, permissão ou concessão da ANEEL, as quais, via de regra, são precedidas de licitação.

A Emissora opera seus negócios de geração e transmissão de acordo com contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e que pertenciam diretamente à CEMIG, sendo que as atividades exercidas indiretamente pela CEMIG por meio de SPEs permaneceram com as próprias SPEs controladas pela CEMIG.

As atividades de geração de energia elétrica são realizadas pela Emissora nos termos de contratos de concessão outorgados pelo Poder Concedente, com prazo de 35 anos, à exceção do contrato nº 002/95 que tem prazo de 30 anos, e das concessões do contrato nº 007/97. Atualmente, estão em vigor 8 contratos relativos à concessão de geração de energia elétrica, sendo que alguns deles estão aguardando a formalização de aditamento para transferência das concessões, objeto dos mesmos, da CEMIG para a Emissora. Para mais informações, *vide* Seção *"Contratos de Concessão da Emissora Relativos à Geração de Energia Elétrica"* na página 227 deste Prospecto.

No que tange à concessão de transmissão de energia, estão em vigor 2 contratos: o contrato de concessão nº 006/97 e o contrato de concessão nº 079/2000, sendo que o primeiro se extinguirá em 01 de julho de 2015, enquanto o segundo possui prazo de vigência de 30 anos. Para mais informações, *vide* Seção *"Contratos de Concessão da Emissora Relativos à Transmissão de Energia Elétrica"* na página 233 deste Prospecto.

As outorgas da concessão para a geração e/ou transmissão de energia elétrica são sempre precedidas de processo licitatório, em regime de concorrência, no qual as concessões de geração são dadas para as sociedades vencedoras de licitações para a construção e operação de usinas hidrelétricas e, no caso de atividade de transmissão, são dadas para cada nova instalação agregada ao sistema.

De uma maneira geral, os Contratos de Concessão da Emissora relativos à geração e à transmissão de energia elétrica impõem uma série de requisitos operacionais e obrigações a serem observadas na prestação dos serviços de geração e/ou transmissão de energia elétrica, bem como conferem determinadas prerrogativas.

CONTRATOS FINANCEIROS RELEVANTES

A Emissora celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Em 30 de setembro de 2009, o saldo devedor da Emissora com relação aos contratos financeiros era de R$ 3,5 bilhões. Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Emissora figurava como parte em 30 de setembro de 2009 (valores expressos em R$ mil):

Em 30 de setembro de 2009						
FINANCIADORES	**Vencimento Principal**	**Encargos Financeiros Anuais (%)**	**Moedas**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
MOEDA ESTRANGEIRA						
Banco do Brasil S.A. (1)	2009	3,90	JPY	79.182	-	79.182
B.N.P. Paribas	2010	Libor + 1,875	US$	12.165	-	12.165
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.942	4.345	7.287
UNIBANCO S.A. (2)	2009	6,50	US$	8.539	-	8.539
UNIBANCO S.A. (3)	2009	5,00	US$	6.329	-	6.329
Dívida referente a Moeda Estrangeira				109.157	4.345	113.502
MOEDA NACIONAL						
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R$	75.157	-	75.157
Banco do Brasil S.A.	2009	111,00 do CDI	R$	69.221	-	69.221
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	15.170	81.623	96.793
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R$	1.198	30.000	31.198
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R$	36.744	900.000	936.744
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	29.601	151.748	181.349
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R$	650	25.125	25.775
BNDES	2026	URTJ+2,34	R$	3.231	116.097	119.328
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	18.507	131.783	150.290
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R$	163	1.820	1.983
Debêntures (4)	2009	CDI + 1,20	R$	388.234	-	388.234
Debêntures (4)	2011	104,00 do CDI	R$	24.567	238.816	263.383
Debêntures – Governo do Estado de Minas Gerais (4) (6)	2031	IGP-M	R$	-	35.978	35.978
Eletrobrás (6)	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R$	12.326	39.031	51.357
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	7.655	22.286	29.941
Unibanco S.A	2009	CDI + 2,98	R$	109.513	-	109.513
Unibanco S.A	2013	CDI + 1,70	R$	33.567	161.096	194.663
Banco Votorantim S.A	2013	CDI + 1,70	R$	784	2.326	3.110
Energ Power (9)	2012	IPCA	R$	109	764	873
Finep (9)	2015	URTJ + 5,00	R$	27	7.950	7.977
Orteng (9)	2012	IPCA	R$	47	330	377
Construtora Quebec (9)	2012	IPCA	R$	150	1.052	1.202
Unibanco S.A. (5)	2020	TJLP + 2,55	R$	172	7.018	7.190
Banco do Brasil S.A. (5)	2020	TJLP + 2,55	R$	683	28.223	28.906
BNDES (7)	2033	TJLP + 2,40	R$	-	171.408	171.408
Debêntures (7)	2013	IPCA	R$	-	157.703	157.703
CCB Banco Bradesco (8)	2009	DI + 0,84	R$	7.350	-	7.350
CEF (10)	2022	TJLP + 3,50	R$	-	62.462	62.462
CEF (11)	2022	TJLP + 3,50	R$	-	55.864	55.864
CEF (12)	2022	TJLP + 3,50	R$	-	86.730	86.730
Dívida referente a Moeda Nacional				834.826	2.517.233	3.352.059
Total Geral				**943.983**	**2.521.578**	**3.465.561**

Fonte: Companhia

(1) a (3) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a..

(4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

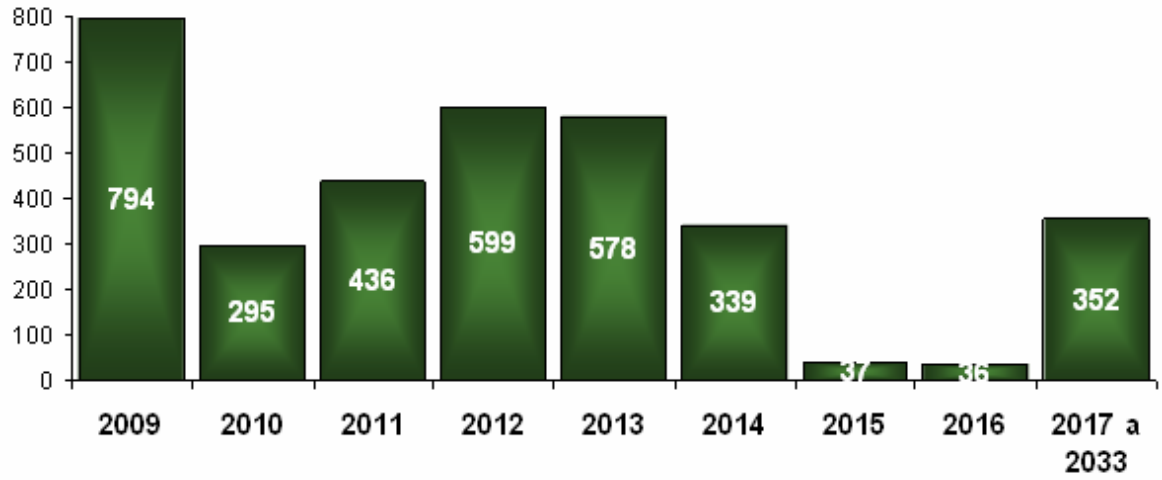
(6) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

(7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.
(8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.
(9) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.
(10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.
(11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.
(12) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.

Com exceção dos contratos de financiamento mediante abertura de crédito celebrados pela Emissora com o BNDES não há quaisquer limitações para emissão de debêntures pela Emissora. A autorização do BNDES para a 2ª Emissão de Debêntures Simples da Emissora foi concedida em 04 de setembro de 2009. Já as autorizações do Unibanco e do Itaú BBA foram concedidas em 28 de março de 2007.

O endividamento da Emissora, posição em 30 de setembro de 2009, tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 3 anos e 10 meses, conforme gráfico abaixo:

(Em milhões)



Fonte: Companhia

O custo médio da dívida da Emissora tem se reduzido ao longo dos anos (4,97% a.a. a preços constantes em 30 de setembro de 2009), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em CDI (74% do total). Os indicadores de crédito da Emissora são satisfatórios, conforme demonstrado abaixo:

EBITDA / Juros	7,15
Dívida Líquida / EBITDA	0,91
Dívida Líquida / (Patimônio Líquido + Dívida Líquida)	32,15%

Fonte: Companhia

CONTRATOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Segue abaixo breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Emissora, em 30 de setembro de 2009:

Contrato de Mútuo para Repasse de Empréstimo Externo n° REP – 00015/05

Em abril de 2005, a Emissora celebrou Contrato para Repasse de Empréstimo Externo com o Banco BNB Paribas Brasil S.A. (o "BNP Paribas"), tendo a CEMIG como Garantidora, em que foi acordado o repasse de recursos, a título de mútuo, no valor de até US$ 13 milhões (com valor em reais limitado à R$ 34,6 milhões), mediante dois desembolsos. Sobre o principal da dívida incidem juros de 1,0% ao ano acima da taxa Interbancária de Londres – LIBOR, para 6 (seis) meses, acrescida de 0,875% sobre o saldo devedor (este valor a ser pago a título de comissão de repasse). O contrato foi objeto de aditamentos em 11 de abril de 2005 e em 8 de julho de 2005. O saldo devedor deste empréstimo, em 30 de setembro de 2009 era de R$ 9 milhões.

O primeiro desembolso ocorreu em 15 de abril de 2005, no valor de R$ 16,3 milhões, e o segundo em 22 de abril de 2005, no valor de R$ 15,6 milhões. O contrato possui data de vencimento prevista para abril de 2010. O saldo devedor deste empréstimo, em 30 de setembro de 2009 era de R$ 9 milhões. A Emissora obteve do BNP Paribas dispensa para o cumprimento dos *covenants* financeiros deste contrato até março de 2010, com a finalidade de realizar a presente Oferta, conforme correspondência datada de 8 de setembro de 2009.

Banco do Brasil – Abertura de Crédito

Em 23 de dezembro de 2004, a Garantidora celebrou com o Banco do Brasil S.A., um contrato de abertura de crédito no valor de R$100,0 milhões, correspondente a JPY3.878.825.492,00. Em decorrência da Desverticalização da Garantidora, o saldo devedor desse contrato foi totalmente alocado na emissora por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a Garantidora e o Banco do Brasil S.A., em 11 de abril de 2005. O principal será pago em uma parcela única, com vencimento em 22 de dezembro de 2009. O saldo devedor deste contrato será vinculado ao iene e sobre ele incidirão juros e comissão à taxa de 3,9% ao ano. Foi emitida nota promissória pela Garantidora no valor total do contrato. Este contrato possui as hipóteses de vencimento antecipado usuais para esse tipo de operação. O saldo devedor deste empréstimo, em 30 de setembro de 2009, era de R$79,2 milhões.

CONTRATOS EM MOEDA NACIONAL

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Emissora, em 30 de setembro de 2009:

Cédulas de Crédito Bancário n°s 330.800.383, 330.800.384, 330.800.385, 330.800.386 e 330.800.393

Em outubro de 2006, a Emissora emitiu em favor do Banco do Brasil S.A as Cédulas de Crédito Comercial n°s 330.800.383, 330.800.384, 330.800.385, 330.800.386 e 330.800.393 no valor de R$ 100 milhões cada uma, perfazendo um montante total de R$ 500 milhões. A CEMIG é a garantidora de tais operações. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. As CCBs deverão ser pagas em três parcelas no valor de R$ 33,3 milhões cada uma, com vencimentos em outubro de 2012, 2013 e 2014. Os referidos créditos foram concedidos à Emissora unicamente para o pagamento de suas dívidas anteriormente contraídas junto ao Banco do Brasil S.A. e empresas de seu grupo econômico. O saldo devedor de cada um desses contratos em 30 de setembro de 2009 era de R$ 104,1 milhões, totalizando R$ 520,5 milhões.

Cédulas de Crédito Bancário n°s 330.800.376, 330.800.387, 330.800.388, 330.800.389, 330.800.390, 330.800.391, 330.800.394 e 330.800.395

Em outubro de 2006, a Emissora emitiu em favor do Banco do Brasil S.A. as Cédulas de Crédito Bancário n°s 330.800.376, 330.800.387, 330.800.388, 330.800.389, 330.800.390, 330.800.391, 330.800.394 e 330.800.395 no valor de R$ 35 milhões cada uma, perfazendo um montante total de R$ 280 milhões, com a garantia da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. As CCBs deverão ser pagas em três parcelas no valor de R$ 11,6 milhões cada uma, com vencimentos em outubro de 2012, 2013 e 2014. Os referidos créditos foram concedidos à Emissora unicamente para o pagamento de suas dívidas anteriormente contraídas junto ao Banco do Brasil e empresas de seu grupo econômico. O saldo devedor de cada um desses contratos em 30 de setembro de2009 era de R$ 36,4 milhões, totalizando R$ 291,2 milhões.

Cédula de Crédito Bancário nº 330.800.392

Em outubro de 2006, a Emissora emitiu em favor do Banco do Brasil a Cédula de Crédito Bancário nº 330.800.392 no valor de R$ 120 milhões sendo a CEMIG a garantidora desta operação. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A CCB deverá ser paga em três parcelas no valor de R$ 40 milhões cada uma, com vencimentos em outubro de 2012, 2013 e 2014.O referido crédito foi concedido unicamente para o pagamento de dívidas da Emissora anteriormente contraídas junto ao Banco do Brasil e empresas de seu grupo econômico. O saldo devedor desse contrato em 30 de setembro de 2009 era de R$ 124,9 milhões.

Instrumento Particular de Financiamento com Taxa Flutuante nº 3421

Em outubro de 2005, a Emissora celebrou com o Banco Bradesco S.A. o Instrumento Particular de Financiamento com Taxa Flutuante, no valor total de R$ 83,1 milhões, tendo tal financiamento sido garantido por meio da emissão de nota promissória, garantida por aval da CEMIG, no valor de R$ 99,7 milhões, com vencimento à vista. Sobre o saldo principal do contrato incidem juros à taxa 1,70% a.a., acrescida de 100% da taxa média do CDI, calculado diariamente com base em um ano de 252 dias úteis. O financiamento foi concedido com a finalidade de efetuar o pagamento de dívidas da Emissora e deverá ser pago em quatro parcelas no valor de R$ 20,8 milhões cada uma, com vencimentos em outubro de 2010, 2011, 2012 e 2013. O saldo devedor desse contrato em 30 de setembro de 2009 era de R$ 92,8 milhões.

Instrumento Particular de Cessão e Direitos e Obrigações do Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimos nº 290.712-9 e Respectivos Aditivos

Em julho de 2003, a Garantidora celebrou com o UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. o Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimos nº 290.712-9, com abertura de linha de crédito no valor de R$ 104,1 milhões. Sob o principal do valor contratado incidem juros de CDI *extragrupo* e encargos calculados pela taxa efetiva mensal fixada na correspondente carta de adesão. A Garantidora, no mesmo mês, utilizou os recursos provenientes da contratação para pagamento de obrigações financeiras no MAE. A data de vencimento do contrato foi prorrogada, por meio de aditamento e por meio de carta de adesão, para 26 de outubro de 2009. Em janeiro de 2005, a Garantidora, em decorrência de seu processo de Desverticalização, cedeu à Emissora os direitos e obrigações decorrentes do referido contrato. Em 30 de setembro de 2009, o valor efetivamente devido pela Emissora no âmbito deste financiamento é de R$ 109,5milhões.

Instrumento Particular de Cessão e Direitos e Obrigações do Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 330.800.257

Em novembro de 2004, a Garantidora celebrou com o Banco do Brasil o Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 330.800.257, com abertura de linha de crédito no valor de R$ 105 milhões. Sob o principal do valor contratado incidem juros à taxa de 111% da taxa média do CDI calculado diariamente com base em um ano de 252 dias úteis. O crédito decorrente do referido contrato foi concedido unicamente para o pagamento de dívidas da Emissora anteriormente contraídas junto ao Banco do Brasil S.A. e empresas de seu grupo econômico, bem como com o BNDES. A dívida foi garantida por meio de emissão de nota promissória, no valor total da obrigação, com vencimento à vista. O débito deverá ser pago integralmente em uma única parcela em novembro de 2009. No mês de janeiro de 2005, a Garantidora, em decorrência de seu processo de Desverticalização, cedeu à Emissora os direitos e obrigações decorrentes do referido instrumento contratual, na proporção de 50,6%. O restante das obrigações e direitos foi cedido à CEMIG D. O saldo devedor, em setembro de 2009, do valor efetivamente contratado pela Emissora, de acordo com a proporção cedida, no âmbito desta linha de crédito era de R$ 58,7 milhões. O vencimento do contrato ocorreu em 10 de novembro de 2009, sendo aditado no dia de seu vencimento e prorrogado por mais 3 anos. Sua amortização será realizada em 3 parcelas anuais vincendas em 10 de novembro de 2010, 10 de novembro de 2011 e 10 de novembro de 2012, no valor de R$ 17,6 milhões cada uma.

Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimos nº 734

Em agosto de 2005, a Emissora celebrou com o UNIBANCO o Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimos nº 734, com abertura de linha de crédito no valor de R$ 925 milhões, tendo o contrato sido firmado por prazo indeterminado. Sob o principal do valor contratado incidem juros de CDI *extragrupo* e encargos calculados pela taxa efetiva mensal especificada na correspondente carta de adesão. Do valor total de R$ 925 milhões disponibilizado pelo UNIBANCO ao amparo do Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimo nº 734, a Emissora contratou apenas R$ 157,9 milhões por meio de 19 cartas de adesão, para pagamento de dívidas perante diversas instituições financeiras. O saldo devedor desse contrato em 30 de setembro de 2009 era de R$ 172,9 milhões.

Instrumento Particular de Cessão e Direitos e Obrigações do Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 40/00048-6

Em dezembro de 2004, a Garantidora celebrou, com o Banco do Brasil, o Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 40/00048-6, com abertura de linha de crédito no valor de R$ 100 milhões. Sob o principal do valor contratado incidem juros à taxa de 3,87% ao ano. O valor contratado deverá ser pago integralmente em uma única parcela no seu vencimento, em 22 de dezembro de 2009. Em janeiro de 2005, a Garantidora cedeu à Emissora tal contrato, em decorrência de seu processo de Desverticalização. O crédito foi concedido unicamente para o pagamento de dívidas da Emissora anteriormente contraídas junto ao Banco do Brasil e empresas de seu grupo econômico e com outras instiuições financeiras.

Instrumento Particular de Cessão e Direitos e Obrigações do Contrato Eletrobrás nº EFC – 1290/94

Em setembro de 1994, a Garantidora celebrou com a Eletrobrás o Contrato de Financiamento nº EFC – 1290/94, com abertura de linha de crédito no valor de R$ 122,1 milhões, conforme aditado. Sob o principal do valor contratado incidem juros a uma taxa apurada anualmente que corresponderá à média das taxas de juros das fontes que compuserem o FINEL. Em média, a taxa de juros paga no âmbito deste financiamento é de 6,5% a.a a título de juros de 2% a.a à título de taxa de administração. O financiamento deverá ser pago em 180 parcelas, e, em vista do aditivo ao contrato, celebrado em julho de 1998, a carência foi alterada, sendo o pagamento da primeira parcela realizado em 30 de dezembro de 1998 e o da última parcela previsto para novembro de 2013. Em decorrência de seu processo de Desverticalização, a CEMIG cedeu os direitos e obrigações desse contrato para a Emissora. O referido financiamento foi concedido para o pagamento de parte dos custos incorridos no período entre 1994 e 1997, com obras civis e montagem dos equipamentos da usina e das subestações da UHE Miranda. O saldo devedor desse contrato em 30 desetembro de2009 era de R$ 51,4 milhões.

Contrato de Abertura de Crédito nº 08.2.1074.1

Em março de 2009, a Emissora celebrou com o BNDES, tendo como intervenientes a Garantidora e a Baguari Energia S.A., um contrato de abertura de crédito no valor total de R$ 122 milhões, com a finalidade de implantar a UHE Baguari.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,34% ao ano acima da TJLP, pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente durante o período de amortização, que será realizada em 192 parcelas mensais, sendo que o pagamento da primeira parcela ocorrerá em agosto de 2010. O vencimento final do contrato será em julho de 2026 e o respectivo saldo devedor em 30 de setembro de 2009 era de 119,3 milhões.

A Emissora obteve do BNDES autorização para realizar a presente Oferta, nos termos da Carta AIE/DEENE 271/2009 datada de 4 de setembro de 2009.

Cédula de Crédito Bancário nº TJ5.01/02

Em outubro de 2005, a Emissora emitiu em favor do Banco Itaú BBA S.A. (o "Itaú BBA") a Cédula de Crédito Bancário nº TJ5.01/02 no valor de R$ 81,8 milhões, sendo a CEMIG garantidora desta operação. Sobre o saldo principal incidem juros à taxa de 100% da taxa média do CDI acrescidos da taxa de 1,70% ao ano. A CCB deverá ser paga em quatro parcelas anuais no valor de R$ 20,5 milhões cada uma, com vencimentos em outubro de 2010, 2011 2012 e 2013. O referido crédito foi concedido para o pagamento de dívidas da Emissora anteriormente contraídas junto ao Itaú BBA e para o pagamento de debêntures da Emissora. O saldo devedor desse financiamento, em 30 de setembro de 2009, era de R$ 91,4 milhões. A Emissora obteve do Itaú BBA dispensa para o cumprimento dos *covenants* financeiros deste contrato até dezembro de 2010, com a finalidade de realizar a presente Oferta, conforme correspondência datada de 11 de setembro de 2009.

Cédula de Crédito Bancário em favor do Credit Suisse nºs, 224BG1, 224BG2, 224BG3, 224BG4, 224BG5, 224BG6, 224BG7, 224BG8, 224BG9, 224BG10, 224BG11, 224BG12, 224BG13, 224BG14, 224BG15, 224BG16, 224BG17, 224BG18.

Em abril de 2005, a Emissora emitiu em favor do Banco Credit Suisse First Boston S.A. 18 Cédulas de crédito bancário no valor global de R$ 75 milhões, sendo a CEMIG a garantidora desta operação. Sobre o saldo principal incidem juros à taxa de 106% da taxa média do CDI calculado diariamente com base em um ano de 252 dias úteis. As CCBs deverão ser pagas em uma única parcela no valor correspondente a cada cédula, em abril de 2010. O referido crédito foi concedido com a finalidade de pagamento de obrigações financeiras contraídas com o Banco do Brasil S.A. O saldo devedor total dessas Cédulas em 30 de setembro de 2009 era de R$ 75,2 milhões.

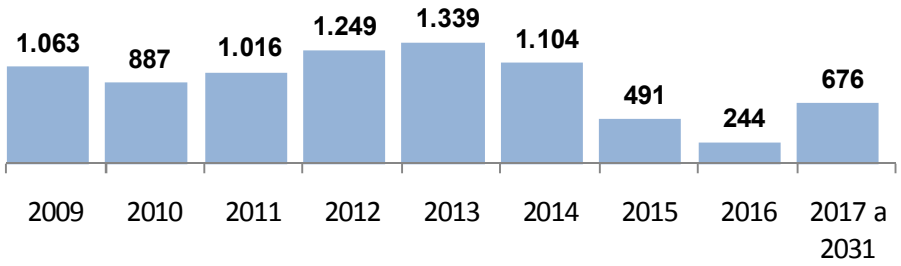
Debêntures

Em 27 de abril de 2007, a Emissora realizou sua 1ª emissão pública de debêntures. Para mais informações sobre as debêntures referidas acima, *vide* Seção *"Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Emissora – Debêntures"* na página 322 deste Prospecto.

CONTRATOS FINANCEIROS RELEVANTES DA GARANTIDORA

Em 30 de setembro de 2009, o saldo devedor da CEMIG com relação aos contratos financeiros era de R$ 8,1 bilhões, com um cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 4 anos, conforme gráfico abaixo:

(em R$ milhões)



O custo médio da dívida da CEMIG tem se reduzido ao longo dos anos (5,4% a.a. a preços constantes em 30 de setembro de 2009), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em CDI (65% do total). Os indicadores de crédito da CEMIG são satisfatórios, conforme demonstrado abaixo:

EBITDA / Juros	5,49
Dívida Líquida / EBITDA	1,38
Dívida Líquida / (Patimônio Líquido + Dívida Líquida)	32,98%

Fonte: Companhia

Segue abaixo breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos da CEMIG, em 30 de setembro de 2009:

Unibanco

Em 03 de junho de 2005, a CEMIG firmou com o Unibanco contrato de empréstimo, no valor de R$ 73,6 milhões, cujos recursos foram destinados à liquidação antecipada do contrato de compra e venda de ações da Sá Carvalho S.A. Sobre o principal incidiram juros compreendendo a variação de CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento final está previsto para abril de 2013, sendo a amortização de dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 2010. O saldo devedor deste empréstimo em 30 de setembro de 2009 era de R$ 76,6 milhões.

Contrato CRC

Até 1993, o marco regulatório do setor elétrico, a que estavam sujeitas as concessionárias de energia do país, estabelecia o regime de equalização tarifária, ou seja, tarifas uniformes para todo o país, onde a União garantia às concessionárias uma remuneração mínima legal entre 10% e 12% sobre seus investimentos. Para implantação deste regime, foi criada a Conta de Resultados a Compensar – CRC, que tinha como objetivo registrar nas empresas a insuficiência de remuneração gerada pela defasagem nos níveis tarifários estabelecidos pelo Governo Federal. Com a extinção desse regime, o Tesouro Nacional realizou um encontro de contas, empresa por empresa, entre o saldo líquido da CRC e as dívidas que cada empresa podia compensar junto ao Governo Federal e junto ao sistema Eletrobrás. A CEMIG, por ser uma concessionária adimplente com o setor e com o Governo Federal, após todas as compensações permitidas pela Lei 8727/93, ficou com um saldo positivo no valor de, aproximadamente, US$ 665 milhões.

Este saldo credor remanescente da CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, por meio do Contrato CRC, de acordo com a Lei nº 8.724/93, celebrado em 31 de maio de 1995, conforme aditado em 24 de fevereiro de 2001, 14 de outubro de 2002, 24 de outubro de 2002 e 23 de janeiro de 2006.

O quarto aditivo ao Contrato CRC estabeleceu a atualização monetária pela variação do IGP-DI e juros de 8,18% ao ano e a retenção, pela CEMIG, dos dividendos devidos ao Governo do Estado até o montante de 65%. Caso o valor dos dividendos retidos não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda a retenção poderá ser superior a 65%. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso; (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre; (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e (iv) amortização do saldo devedor.

O Governo do Estado amortizará o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimentos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R$ 29,4 milhões e a 61ª no valor de R$ 76,5 milhões, a valores de 31 de dezembro de 2004.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC

Em 26 de janeiro de 2006, a CEMIG constituiu o CEMIG – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Conta CRC, formado por direitos de crédito decorrentes do Contrato CRC, por meio do qual foram ofertadas 900.000.000 quotas seniores, no valor total de R$ 900,0 milhões e data de resgate prevista para 31 de dezembro de 2015. O saldo devedor em 30 de setembro de 2009 era de R$ 927,6 milhões. Para mais informações sobre referido FIDC, *vide* Seção *"Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela CEMIG – Fundo CRC"* na página 324 deste Prospecto.

Debêntures

Em julho de 2002, dezembro de 2004, dezembro de 2005 e dezembro de 2006, a CEMIG realizou suas 2ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures privadas, todas subscritas pelo Estado de Minas Gerais. Todas as obrigações referentes a essas debêntures foram transferidas para a Emissora, sendo que as debêntures da 6ª emissão foram transferidas em 28 de fevereiro de 2007. Para mais informações sobre as debêntures referidas acima, *vide* Seção *"Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela CEMIG – Debêntures"* na página 322 deste Prospecto.

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DA EMISSORA

Em decorrência do processo de Desverticalização, a substituição processual da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, pelas suas subsidiárias CEMIG D e CEMIG GT nos processos ativos ocorre gradativamente e de acordo com o andamento processual, dependendo de deferimento pelo Poder Judiciário.

Atualmente, a Emissora figura como parte em diversos processos administrativos e judiciais sendo que em alguns processos ela forma litisconsórcio com a CEMIG e a CEMIG D. Em 30 de setembro de 2009, o valor dos processos em que a Emissora figurava como parte devedora representava aproximadamente R$ 2,3 bilhões, dos quais o montante de R$ 9,3 milhões é avaliado como perda provável, razão pela qual este valor foi provisionado.

O cálculo dos valores provisionados é realizado com base nos valores efetivamente envolvidos nos processos, bem como da avaliação de contingência de perda pelos advogados responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos cuja avaliação seja de perda provável, conforme critérios determinados nas Instruções Contábeis – IC, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução n° 444 de 26 de outubro de 2001 da ANEEL, e conforme Deliberação CVM nº 489, de 03 de outubro de 2005.

A composição do saldo das provisões para perdas em processos judiciais em 31 de dezembro de 2008 era a seguinte (em R$ milhões):

	Saldo em 31/12/2007	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2008
Trabalhistas				
Diversos	2.099	-	(1.920)	179
Cíveis				
Ambiental	5.454	1.049	-	6.503
Outras	-	640	-	640
Total	**7.553**	**1.689**	**(1.920)**	**7.322**

Fonte: Companhia

	Saldo em 30/06/2009	Adições	Saldo em 30/09/2009
Trabalhistas			
Diversos	227	4	231
Cíveis			
Ambiental	7.065	165	7.230
Outras	1.203	646	1.849
Total	**8.495**	**815**	**9.310**

Fonte: Companhia

A seguir é apresentada uma breve descrição dos processos considerados relevantes, em que a Emissora figura como parte devedora, de acordo com sua natureza.

PROCESSOS DE NATUREZA TRABALHISTA

A Emissora é parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, os quais, em 30 de setembro de 2009, representavam uma contingência total de aproximadamente R$ 17,5 milhões. De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, férias, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), 13º salário, adicional de periculosidade, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, planos de demissão voluntária e planos de aposentadoria, dentre outros. A Emissora não considera que decisões adversas nesses processos possam afetá-la negativamente. Existem contingências no montante de R$ 0,2 milhão, cuja avaliação de perda é provável, razão pela qual este valor foi provisionado.

PROCESSOS DE NATUREZA CÍVEL

A Emissora é parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza cível, que versam principalmente sobre (i) pessoas que requerem indenização devido a acidentes que ocorreram durante o curso normal dos negócios da Garantidora; (ii) demandas de consumidores; e (iii) obrigações contratuais e outras obrigações comerciais. Em 30 de setembro de 2009, o montante total envolvido nestas demandas era R$ 37,3 milhões, dos quais a contingência de perda avaliada como provável é de, aproximadamente, R$ 1,8 milhão, e o montante envolvido nas demandas nas quais a contingência de perda é avaliada como possível é, aproximadamente R$ 6,4 milhões**.**

PROCESSOS DE NATUREZA FISCAL

A Emissora é parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza tributária, os quais, em 30 de setembro de 2009, representavam uma contingência total de aproximadamente R$ 1,1 bilhão. Dentre tais processos, destacam-se dois mandados de segurança em que a Emissora é autora em conjunto com a CEMIG e a CEMIG D. Um deles tem por objeto o reconhecimento da não incidência de Imposto de Renda sobre os anuênios pagos aos seus empregados e o outro o reconhecimento da não incidência de contribuição previdenciária sobre tais anuênios. O valor das ações, em conjunto, perfaz a quantia aproximada de R$ 66,3 milhões. A Emissora acredita ter argumentos de mérito para defesa, portanto, nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas nos processos destacados.

PROCESSOS DE NATUREZA AMBIENTAL

Autuação pelo IEF

A Emissora foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Emissora deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Emissora apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável, no valor de R$ 7,2 milhões, em 30 de setembro de 2009 que está devidamente provisionado.

PROCESSOS DE NATUREZA REGULATÓRIA

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, em face da ANEEL, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento. Obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, que determina que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008 e implicaria em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R$ 76 milhões. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. O montante total envolvido no processo é de R$ 91,5 milhões em 30 de setembro de 2009, cuja avaliação é de perda possível.

A CEMIG obteve liminar para suspender o depósito determinado em liquidação financeira e foi habilitada como assistente litisconsorcial passivo também por liminar na Ação Ordinária. Caso a AES Sul seja vitoriosa nessa Ação Ordinária, a CEMIG GT deverá pagar esse valor atualizado à época.

As tabelas a seguir demonstram os valores efetivamente envolvidos nos processos administrativos e judiciais, em andamento, onde figura como parte devedora a Emissora, individual ou solidariamente com a CEMIG D e a Garantidora.

Processos Administrativos – CEMIG GT Devedora Valor em R$ mil - Posição 30/09/09*	
Produto	**Total**
Ambiental	8.570
Direito Administrativo	1
Procon	-
Regulatório	847
Trabalhista	235
Tributário	533.279
Subtotal	**542.933**

Fonte: Companhia

Processos Judiciais – CEMIG GT Devedora Valor em R$ mil- Posição em 30/09/09*	
Produto	**Total**
Ambiental	1.051.017
Cível	37.069
Comercial	-
Direito Administrativo	125
Juizado Especial Cível	62
Juizado Especial Criminal	-
Penal	-
Regulatório	105.377
Trabalhista	17.242
Tributário	558.317
Subtotal	**1.769.209**
Total Geral	**2.312.142**

Fonte: Companhia

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DA GARANTIDORA

Atualmente, a CEMIG figura como parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo tributos, obrigações trabalhistas, responsabilidade civil e outras. Em 30 de setembro de 2009, o valor consolidado dos processos em que a CEMIG, suas subsidiárias e coligadas figuravam como partes devedoras representavam aproximadamente R$ 12,8 bilhões, dos quais R$ 634,6 milhões encontravam-se provisionados.

O cálculo das quantias provisionadas é realizado com base nos valores efetivamente envolvidos nos processos, bem como na avaliação de probabilidade de perda pelos advogados responsáveis pela condução dos processos. A CEMIG provisiona apenas as quantias relativas aos processos cuja expectativa de perda seja provável, conforme apurada e segundo os critérios determinados no Manual de Contabilidade da ANEEL, e conforme Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005.

A composição do saldo das provisões para perdas em contingências jurídicas do Grupo CEMIG, incluindo sua subsidiária CEMIG GT, em 31 de dezembro de 2008 era a seguinte (valores em R$ mil):

	Consolidado					
	Saldo Bruto em 2007 (*)	**Adições (Reversão)**	**Baixas**	**Saldo**	**Depósito Judicial**	**Saldo Líquido em 2008**
Trabalhistas						
Diversos	118.179	4.677	-	122.856	(17.593)	105.263
Cíveis						
Danos Pessoais	8.183	27.253	-	35.436	-	35.436
Majoração Tarifária	95.095	9.920	(535)	104.480	(17.990)	86.490
Outras	113.442	69.716	(15.353)	167.805	(9.035)	158.770
Fiscais						
FINSOCIAL	20.893	345	-	21.238	(1.615)	19.623
PIS/COFINS	160.267	8.221	(110.501)	57.987	-	57.987
ICMS	19.943	1.401	(2.191)	19.153	-	19.153
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	46.842	29.939	-	76.781	-	76.781
Contribuição Social	6.521	248	-	6.769	-	6.769
INSS	33.857	97	(282)	33.672	-	33.672
Outras	14.498	5.211	-	19.709	(7.489)	12.220
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	49.020	6.823	-	55.843	(6.072)	49.771
Total	**686.740**	**163.851**	**(128.862)**	**721.729**	**(59.794)**	**661.935**

Fonte: Companhia

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

A composição do saldo das provisões para perdas em contingências jurídicas do Grupo CEMIG, incluindo sua subsidiária CEMIG GT, em 30 de setembro de 2009 era a seguinte (em R$ mil):

	Consolidado					
	Saldo em 30/06/2009 (*)	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2009	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 30/09/2009
Trabalhistas						
Diversos	120.326	1.828	(4.388)	117.766	(19.512)	98.254
Cíveis						
Danos Pessoais	29.233	1.831	(495)	30.569	-	30.569
Majoração Tarifária	95.969	633	(6.141)	90.461	(21.509)	68.952
Outras	168.448	4.197	(11.880)	160.765	(19.285)	141.480
Fiscais						
FINSOCIAL	21.405	67	-	21.472	(1.615)	19.857
PIS/COFINS	59.968	721	-	60.689	(2.429)	58.260
ICMS	22.010	-	-	22.010	-	22.010
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	81.258	1.916	-	83.174	-	83.174
Contribuição Social	6.879	46	-	6.925	-	6.925
INSS	34.787	445	-	35.232	-	35.232
Outras	20.838	1.965	-	22.803	(5.820)	16.983
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	58.490	528	-	59.018	(6.072)	52.946
Total	**719.611**	**14.177**	**(22.904)**	**710.884**	**(76.242)**	**634.642**

Fonte: Companhia

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

As tabelas a seguir demonstram os valores efetivamente envolvidos nos processos administrativos e judiciais em que a Garantidora, a Emissora e a CEMIG D figuram no pólo passivo, bem como a avaliação de contingência de perda em 30 de setembro de 2009:

Processos Administrativos - Valor em R$ mil	
Produto	**Total**
Ambiental	14.269
Direito Administrativo	253
Procon	10.028
Regulatório	389.835
Trabalhista	6.080
Tributário	751.532
Subtotal	**1.171.997**

Fonte: Companhia

Processos Judiciais - Valor em R$ mil	
Produto	**Total**
Ambiental	1.150.068
Cível	707.375
Comercial	-
Direito Administrativo	3.957.718
Juizado Especial Cível	33.837
Juizado Especial Criminal	0
Penal	0
Regulatório	4.114.100
Trabalhista	250.952
Tributário	1.448.327
Subtotal	**11.662.377**
Total Geral	**12.834.374**

Fonte: Companhia

PROCESSOS DE NATUREZA TRABALHISTA

A Garantidora, suas subsidiárias e coligadas são partes em diversos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista que, de uma maneira geral, versam sobre aposentadoria, equiparação salarial, horas extras, danos morais e materiais, adicional de periculosidade, solidariedade, FGTS e outras. O valor provisionado referente a essas causas, em 30 de setembro de 2009, era de R$ 98,2 milhões.

PROCESSOS DE NATUREZA CÍVEL

A CEMIG, suas subsidiárias e coligadas são partes em diversos processos administrativos e judiciais de natureza cível que, de uma maneira geral, versam sobre indenizações decorrentes de acidentes de trabalho ou de acidentes com terceiros, suspensão do fornecimento de energia elétrica, medidas envolvendo o racionamento de energia, furto de energia, indenizações por danos a equipamentos, questionamentos relativos à cobrança de tarifas, obrigações contratuais e outras, que em 30 de setembro de 2009 representavam um montante de, aproximadamente, R$ 4,7 bilhões.

Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais ajuizaram ações contra a Garantidora e suas subsidiárias, objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986, alegando suposta inobservância do congelamento de preços determinado pelos Decretos-Lei 2.283/86 e 2.284/86. A Garantidora estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. Em 30 de setembro de 2009, o valor total da exposição da CEMIG e suas subsidiárias nessa matéria, conforme entendimento da administração, era de R$ 90,4 milhões, integralmente provisionado na Garantidora.

Ações Civis Públicas

Revisão Tarifária

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Movimento das Donas de Casa e dos Consumidores de Minas Gerais ajuizaram ações cíveis públicas contra a CEMIG discutindo os índices inflacionários utilizados em revisões tarifárias de energia elétrica ocorridas em exercícios anteriores. O montante envolvido nestes processos, em conjunto, perfazia em 30 de setembro de 2009 a quantia aproximada de R$ 228,6 milhões. Como a probabilidade de perda destas demandas é avaliada pela CEMIG como remota, este valor não foi provisionado.

Ações Populares

Iluminação Pública

Em 30 de setembro de 2009, a CEMIG era ré em diversas ações populares, tendo por objeto a restituição dos valores relativos aos serviços de iluminação pública em que são questionados os critérios de medição dos valores cobrados referentes à contribuição de iluminação pública. As ações referem-se a períodos de até 20 anos anteriores à propositura de cada uma das ações, sendo que em 30 de setembro de 2009 o valor total envolvido nessas ações era de R$ 871,8 milhões, aproximadamente. A CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial, avaliando a probabilidade de perda como possível, não constituindo provisão para estas ações.

Luz para Todos

Por meio de ação popular que questiona o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a CEMIG e o Ministério Público, é requerida a sua anulação, bem como a devolução aos cofres públicos dos valores pagos aos prestadores de serviços da Companhia que implantaram o Programa Luz para Todos. Em 30 de setembro de 2009, o valor total envolvido nesta ação era de R$ 1,6 bilhão. A CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial, avaliando a probabilidade de perda como possível, não constituindo provisão para esta ação.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas subsidiárias CEMIG D e CEMIG GT figuram como partes em outros processos relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relacionadas a essas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Garantidora.

Outros

As demais ações judiciais de natureza cível referem-se basicamente a reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da CEMIG e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. Em 30 de setembro de 2009, foi provisionado o valor de R$ 30,6 milhões como perda provável nessas ações.

PROCESSOS DE NATUREZA REGULATÓRIA

A CEMIG é parte em diversos processos administrativos e judiciais que versam sobre matéria regulatória, os quais, em 30 de setembro de 2009, tinham por objeto, contingência total de aproximadamente R$ 389,8 milhões, para os quais a provisão constituída é de R$ 52,9 milhões. Em geral, os processos de natureza regulatória consistem em notificações e autos de infração lavrados pela ANEEL e outras entidades ou órgãos reguladores, relativos ao descumprimento da regulamentação em vigor. Dentre esses processos, destacam-se os seguintes:

Receita Com Subvenção De Baixa Renda

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a CEMIG D, subsidiária integral da Garantidora, por considerar incorretos alguns critérios adotados na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R$ 143 milhões. Em 30 de setembro de 2009, a CEMIG D constituiu uma provisão correspondente à perda que considera como provável na questão, no valor de R$ 45,9 milhões.

Conta de Resultado a Compensar

Após a conclusão do Processo Administrativo ANEEL nº 48500.000.880/98, em que se discutiu a pretensão da ANEEL de devolução de parte dos créditos da Conta de Resultados a Compensar - CRC, recebidos em 1994 pela CEMIG, a Garantidora foi notificada pela Secretaria do Tesouro Nacional em janeiro de 2004 para ressarcir a União do montante de R$ 516,2 milhões.

A CEMIG não efetuou o referido pagamento, razão pela qual teve seus dados inscritos no CADIN. A CEMIG impetrou Mandado de Segurança para discutir a legalidade de cobrança e suspender a sua inscrição no CADIN, que foi denegada pelo juízo de primeiro grau. A CEMIG apelou da decisão e interpôs, ainda, ação cautelar para suspensão da inclusão da CEMIG no CADIN, bem como da inscrição do débito na Dívida Ativa da União, até o julgamento final da apelação, que ainda se encontra pendente de julgamento pelo TRF. A probabilidade de perda é considerada como possível, razão pela qual não foi constituída provisão do montante envolvido de R$ 1,1 bilhão, atualizado em 30 de setembro de 2009.

PROCESSOS DE NATUREZA FISCAL

PIS – COFINS – PASEP

A CEMIG impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal de Belo Horizonte, no qual requer a dedutibilidade da contribuição social sobre o lucro da base de cálculo do Imposto de Renda. Em sentença proferida em outubro de 1999, foi concedida a segurança declarando a inconstitucionalidade do art. 1º da lei 9316/96, por desrespeitar o princípio de hierarquia das leis, contido nos artigos 59 e 69 da Constituição Federal, e assegurando à impetrante o direito de deduzir a contribuição social sobre o lucro líquido da base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica. A Receita Federal interpôs Apelação, que foi recebida em decisão de 26 de novembro de 1999, sendo o processo redistribuído para a 8ª Turma do TRF, em18 de março de 2004. O processo foi incluído na pauta de julgamento em 26 de fevereiro de 2002, tendo a CEMIG apresentado memoriais.O Desembargador Relator deu provimento à Apelação e à remessa oficial. O Desembargador Revisor pediu vista, encontrando-se o processo concluso.

ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

A Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais ajuizou execuções fiscais contra a CEMIG pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD, sobre a participação financeira do Consumidor, referente às redes e linhas de distribuição de energia nos empreendimentos imobiliários.

Sobre o objeto destacam - se as decisões favoráveis para a CEMIG nos processos nº 002401016890-4 e 002400012320-8, já transitadas em julgado, encontrando-se em fase de execução de honorários, dos quais a CEMIG é parte credora.

Relativamente aos Processos nº 002402628192-3 e nº 002406244658-8, nos quais a CEMIG é parte devedora, aguarda-se julgamento, cujas decisões estão sendo favoráveis, até o momento. O montante envolvido nestas ações é de R$ 194,7 milhões, em 30 de setembro de 2009, com avaliação de perda remota.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, lavrou Autos de Infração, no montante atualizado em 30 de setembro de 2009 de R$ 29,7 milhões, em função das compensações de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de pessoa jurídica dos anos-calendários de 1997, 1998 e 1999. As declarações de Imposto de Renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG interpôs recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998, e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R$ 64,5 milhões. Do valor total do referido crédito foi definitivamente reconhecido o montante de R$ 55,7 milhões. Contudo, não restou comprovada a origem dos créditos no valor de R$ 8,8 milhões e, por seguinte, a autoridade administrativa de primeira instância não reconheceu o referido crédito. Foi interposto recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, que se encontra pendente de julgamento, contra a parte não reconhecida pela autoridade administrativa. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências em face de eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados, e considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

No ano de 2006, a CEMIG e suas Subsidiárias pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos seus salários, sobre a qual não foi efetuado recolhimento de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária, por ser considerado, pela Concessionária, que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. A CEMIG e suas Subsidiárias foram notificadas pela Receita Federal e pelo INSS, tendo em vista a divergência nos entendimentos.

Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, a CEMIG e suas Subsidiárias impetraram Mandados de Segurança, que permitiram efetuar o depósito judicial no valor das potenciais obrigações.

Os escritórios responsáveis pela condução do processo avaliaram a contingência com base na jurisprudência do STJ, que há muito diferencia as verbas salariais das verbas indenizatórias, deixando claro que o pagamento decorrente da supressão de vantagens incorporadas ao patrimônio do empregado, por força de acordo coletivo, tem caráter indenizatório.

Em decisão de 16 de fevereiro de 2007, o pedido de liminar foi indeferido, e a segurança vindicada foi denegada. Em maio de 2007 os Autos foram remetidos à Procuradoria Regional da República, para apresentação de parecer. A CEMIG interpôs Apelação, que foi recebida em seu efeito devolutivo em 28 de março de 2007. A dita Apelação aguarda julgamento.

Em 25 de janeiro de 2008, foi protocolada Apelação pela CEMIG requerendo a reforma integral da sentença, para que seja reconhecido o direito das Apelantes de não reconhecerem as contribuições prev*ide*nciárias e de terceiros sobre os valores pagos a seus empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço. O juiz recebeu a apelação da CEMIG tempestivamente interposta no efeito devolutivo.

Em primeira instância, ambos os processos foram julgados desfavoravelmente para a CEMIG, sendo que se aguarda julgamento dos recursos apresentados.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa, portanto, nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas com esses processos.

INSS Incidente sobre Participação nos Resultados

Em setembro de 2006, a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição prev*ide*nciária sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, no montante de R$ 88,8 milhões (valor histórico da Notificação).

A CEMIG impetrou Mandado de Segurança em 23 de março de 2007 contra o INSS. Requereu anular o crédito tributário, pela inexigibilidade dos tributos lançados, consistente na exigência do crédito tributário declarado pela decisão que julgou procedente a lavratura da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, bem como liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário sobre a contribuição prev*ide*nciária da Participação nos Lucros e Resultados da empresa paga a empregados e diretores/conselheiros.

Em decisão de 04 de abril de 2007, a CEMIG obteve a liminar para suspender a exigibilidade dos tributos relativos aos empregados, mantendo-se a exigibilidade somente dos créditos referentes aos diretores e conselheiros. A CEMIG depositou, em 09 de abril de 2007, o valor de R$ 0,3 milhão para suspender a exigibilidade.

Em sentença de 10 de setembro de 2008, a Justiça Federal concedeu, em parte, a segurança vindicada, declarando (i) a decadência do direito do INSS/UNIÃO de lançar e cobrar os créditos tributários; e (ii) a inexigibilidade da parte do crédito tributário exigido, no que tange às contribuições sociais incidentes sobre o pagamento efetuado aos empregados. Denegou a segurança relativa às contribuições prev*ide*nciárias incidentes sobre o pagamento efetuado aos diretores não empregados e aos conselheiros. Foi interposto recurso de apelação e aguarda-se julgamento. A CEMIG protocolou contra-razões aos recursos de apelação do SEBRE, União Federal e INCRA em 20 de abril de 2009. O montante envolvido neste processo é de R$119,6 milhões em 30 de setembro de 2009 e a Garantidora entende que a probabilidade de perda é possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

Imposto Territorial Rural - ITR/1999

A Secretaria da Receita Federal autuou o Grupo CEMIG, relativamente à falta de recolhimento do ITR sobre as áreas de reservatório (áreas alagadas) das usinas do Grupo CEMIG, entendendo que tal recolhimento não é devido, por que as áreas são consideradas bens afetos à concessão, os quais se encontram em grau de recurso na esfera administrativa, aguardando julgamento. As decisões do CARF têm sido favoráveis à CEMIG e alguns processos já tiveram seus débitos extintos O montante envolvido nos processos é de R$ 670 milhões, aproximadamente, até 30 de setembro de 2009, cuja avaliação de perda é remota, razão pela qual não se encontra provisionado.

A Companhia foi autuada, também, pelas autoridades fiscais relativamente à exigência da ITR sobre imóveis adquiridos para fins de reassentamento da população atingida pela construção da UHE Irapé e, nestes casos, a contingência de perda é avaliada como 'provável' em função da natureza da ação e da situação fática envolvida. Em um desses processos, a impugnação pela CEMIG foi julgada intempestiva, no qual a CEMIG deveria recolher o valor devido em 30 dias, sob pena de cobrança executiva. Assim, a CEMIG GT ajuizou Ação Cautelar requerendo liminar que suspendesse a exigibilidade do crédito tributário, determinando que o órgão competente expedisse a Certidão Positiva de Dívida com efeito de negativa, ou, alternativamente, fosse autorizado depósito judicial em garantia da suspensão da exigibilidade. A liminar foi indeferida. Diante dessa decisão, a CEMIG GT efetuou o depósito em juízo no valor de R$ 0,4 milhão em 07 de março de 2008. Em sentença de 09 de fevereiro de 2009, o processo foi julgado extinto, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC. Em seguida, a CEMIG GT ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal. Em sentença proferida em maio de 2009, o pedido foi julgado parcialmente procedente. A CEMIG protocolou apelação em 10 de junho de 2009, aguardando julgamento.

ICMS sobre Fornecimento de Energia a Consumidores de Baixa Renda

Desde 2002, a CEMIG recebeu uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A CEMIG foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. Quando interposto Mandado de Segurança requerendo o reconhecimento da inexigibilidade do ICMS, bem como a concessão de liminar para a suspensão imediata da exigibilidade do tributo, com a conseqüente expedição de certidão positiva com efeito de negativa, a referida liminar não foi concedida. Contra essa decisão foi interposto Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, visando à obtenção da liminar indeferida, tendo sido recebido apenas no efeito devolutivo.

Foi impetrado novo Mandado de Segurança, em virtude do qual se concedeu a liminar para que a CEMIG obtivesse a certidão pretendida com urgência, sobre o qual aguardamos julgamento.

Paralelamente, a Fazenda Pública Estadual ajuizou a Execução Fiscal nº 002407501228-6, contra a CEMIG D, relativamente ao crédito tributário, objeto do Mandado de Segurança. A CEMIG garantiu o valor de R$ 85,2 milhões, em juízo, através da contratação de Seguro na Apólice nº 03-750-0150005 e embargou a execução. Os embargos foram julgados improcedentes tendo a CEMIG apelado da decisão, sobre o qual aguarda julgamento.

Em 30 de setembro de 2009, o valor da potencial perda nessa ação era de R$ 140,6 milhões, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subsequentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a CEMIG acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

ICMS – Aproveitamento indevido de crédito tributário

Em 28 de dezembro de 2009, a CEMIG recebeu auto de infração da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais ("SEF/MG"), no valor de R$ 54,9 milhões, em função de aproveitamento de crédito de ICMS referente a bens do ativo permanente considerado indevido nos meses de janeiro/2004, março/2004, abril/2004, maio/2004, julho/2004, agosto/2004, setembro/2004, outubro/2004 e novembro/2004. Em 26 de janeiro de 2010, a CEMIG apresentou impugnação ao referido auto de infração, arguindo a decadência do referido crédito tributário, ainda não analisada pela SEF/MG. Não será constituída provisão para contingências em face de eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados, e considera sua expectativa de perda neste processo administrativo como possível.

PROCESSOS DE NATUREZA AMBIENTAL

Ação Civil Pública movida pela AMAR

A Garantidora é parte, junto com a Emissora e outros réus, em uma ação civil pública movida pela AMAR – Associação do Meio Ambiente Regional de Patrocínio (MG), requerendo indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina de Nova Ponte. Em 30 de setembro de 2009, o valor envolvido na ação era de R$ 1,04 bilhão. Referida ação encontra-se em fase recursal. Tal valor não foi objeto de provisão para eventuais perdas, considerando-se que a contingência de perda é avaliada como possível.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Emissora possui diversas operações com a CEMIG, a CEMIG D e seu acionista controlador, o Estado de Minas Gerais. A tabela abaixo apresenta os saldos e operações com partes relacionadas mais relevantes da Emissora, em 30 de setembro de 2009:

(em R$ mil)

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
EMPRESAS	**30/09/2009**	**30/06/2009**	**30/09/2009**	**30/06/2009**	**30/09/2009**	**30/09/2008**	**30/09/2009**	**30/09/2008**
CEMIG								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	198.058	153.302	-	-	-	-
Coligadas e Controladora	660	660	396	667	-	-	-	-
CEMIG D								
Coligadas e Controladora	10.021	10.031	25.893	4.877	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica [1]	34.501	49.877	4.925	6.107	89.380	63.510	(21.635)	(17.282)
Light								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica [1]	571	391	405	405	6.829	16.098	-	(3.957)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS [1]	41.379	31.320	28.170	27.767	(241.975)	(259.420)	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS [1]	8.531	18.158	-	-	-	-	-	-
Debêntures [2]	-	-	35.978	34.934	-	-	(3.193)	(928)
FORLUZ								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante [3]	-	-	18.757	18.652	-	-	(21.999)	(36.013)
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante [4]	-	-	251.456	254.524	-	-	-	-
Outros	-	-	4.272	4.297	-	-	-	-
Despesa de Pessoal [5]	-	-	-	-	-	-	(11.408)	(11.060)
Custeio Administrativo [6]	-	-	-	-	-	-	(2.156)	(2.093)
OUTROS								
Coligadas e Controladas ou Controladores	12	13	3.866	-	-	-	-	-

Fonte: Companhia

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) A Companhia possui contratos de venda de energia para CEMIG D e Light, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.
(2) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R$ 120 milhões, atualizada pelo IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de novembro de 2008 foi ajustado a valor presente em conformidade a Lei 11.638/07.
(3) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo IPCA e serão amortizados até o exercício de 2024.
(4) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.
(5) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 15) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.
(6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

FORLUZ

A Emissora é uma das patrocinadoras da FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela Emissora e pela CEMIG D por meio de uma participação percentual nos ativos e obrigações do plano, no percentual de 72,45% e 22,63%, respectivamente, determinado em função da alocação dos empregados na Emissora e na CEMIG D em dezembro de 2004.

A Emissora mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

A Emissora como vendedora

Em dezembro de 2004, no 1º leilão de energia existente, a Emissora vendeu 86,764 MW-médios para a Light, hoje Light Sesa, em um produto com início de suprimento em 2006 e com prazo de duração de oito anos a R$ 69,58/MWh (base: jan/2005).

No 2º leilão de energia existente, realizado em abril de 2005, a Emissora vendeu 5,363 MW-médios para a Light em contratos de 8 anos de duração com início de suprimento em janeiro de 2008 a R$ 83,50/MWh (base: Mai/2005).

No 1º leilão de energia nova, realizado em dezembro de 2005, a Emissora arrematou, através de um consórcio, a concessão da UHE Baguari. O volume vendido pela Emissora para a Light é 4% do volume total, ou 1,047 MW-médios ao preço de R$ 115,68 (base: dez/2005), em contratos de 30 anos de duração com início de suprimento em 2010.

No 2º leilão de energia nova, realizado em junho de 2006, a Emissora vendeu 6,852 MW-médios para a Light em contratos de 30 anos com início de suprimento em 2009 a um preço médio de R$ 125,48/MWh (base: Jul/2006).

No 5° leilão de energia nova, realizado em outubro de 2007, a Emissora vendeu 1,141MW-médios para a Light em contratos de 30 anos com início de suprimento em 2012a um preço médio de R$ 125,90/MWh (base: Out/2007).

Em fevereiro de 2009, no 9º leilão de ajuste promovido pela CCEE, a Emissora vendeu para a Light 22,5 MW-médios para o período de março a junho de 2009, e 15,5 MW-médios para o período de março a dezembro de 2009, ambas as vendas a um preço constante de R$ 145,77/MWh.

Em dezembro de 2004, no 1º leilão de energia existente promovido pela CCEE, a Emissora como vendedora, e a CEMIG D como compradora, firmaram um contrato de compra e venda de energia com prazo de 8 anos, sendo o ano inicial 2006 e o montante contratado de 120,61 MW-médios, ao preço de R$ 69,58/MWh (base janeiro/05);

Em abril de 2005, no 2º leilão de energia existente promovido pela CCEE, a Emissora como vendedora, e a CEMIG D como compradora, firmaram um contrato de compra e venda de energia com prazo de 8 anos, sendo o ano inicial 2008 e o montante contratado de 8,35 MWmédios, ao preço de R$ 83,50/MWh (base maio/05);

Em dezembro de 2005, no 1º leilão de energia nova promovido pela CCEE, a Emissora, por meio da UHE Baguari celebrou com a CEMIG D um contrato de compra e venda de energia com prazo de 30 anos, sendo o ano inicial 2010 e o montante contratado de 2,70 MW-médios, ao preço de R$ 115,68/MWh (base: dez/05).

Em junho de 2006, no 2º leilão de energia nova promovido pela CCEE, a Emissora como vendedora, e a CEMIG D como compradora, firmaram um contrato de compra e venda de energia com prazo de 30 anos, sendo o ano inicial 2009 e o montante contratado de 20,86 MW-médios, ao preço de R$ 125,48/MWh (base: Jul/06).

Em outubro de 2007, no 5º leilão de energia nova promovido pela CCEE, a Emissora como vendedora, e a CEMIG D como compradora, firmaram um contrato de compra e venda de energia com prazo de 30 anos, sendo o ano inicial 2012 e o montante contratado de 3,402 MW-médios, ao preço de R$ 125,90/MWh (base: Out/2007).

Em fevereiro de 2009, no 9º leilão de ajuste promovido pela CCEE, a Emissora como vendedora, e a CEMIG D como compradora, firmaram um contrato de compra e venda de energia de 157 MW-médios para o período de março a junho de 2009, e 41,5 MW-médios para o período de março a dezembro de 2009, ambas as vendas a um preço constante de R$ 145,77/MWh.

Uso e Conexão

A CEMIG D tem diversos contratos firmados com as empresas da CEMIG, incluindo a Emissora, que regulam o acesso e o uso, pelas empresas, do seu sistema de distribuição, conforme detalhado nas tabelas abaixo:

Tipo de contrato	Objeto do Contrato	Valor mensal	Empreendimento	Empresa	Data da Contratação	Prazo	Reajuste preço
CCD	Estabelecimento das condições, procedimentos e responsabilidades que regulam a contratação do acesso ao sistema de distribuição da CEMIG D	R$ 5.658,46	UHE Funil	CEMIG GT/Consórcio Funil	1/11/2003	Concessão	IGPM
		R$ 0,00	UHE Capim Branco 1	CEMIG Capim Branco Energia	28/12/2005	Concessão	IGPM
		R$ 0,00	PCH Pai Joaquim	Central Hidrelétrica Pai Joaquim	18/3/2004	Concessão	IGPM
		R$ 0,00	PCH Salto do Paraopeba	Horizontes Energia	30/8/2004	Concessão	IGPM
		R$ 0,00	PCH Machado Mineiro	Horizontes Energia	1/1/2004	Concessão	IGPM
		R$ 0,00	UHE Queimado	CEMIG GT/Consórcio CEB	27/2/2004	Concessão	IGPM
		R$ 0,00	CEMIG GT	Usinas geradoras da CEMIG GT	1/1/2005	Concessão	IGPM
		R$ 0,00	UHE Capim Branco 2	CEMIG Capim Branco Energia	11/12/2006	Concessão	IGPM
	Total mensal	R$ 5.658,46					
CUSD	Estabelecimento das condições, procedimentos e responsabilidades que regulam a contratação do uso do sistema de distribuição da CEMIG D	R$ 716.400,00	UHE Funil	CEMIG GT	1/11/2003	Concessão	Res ANEEL
		R$ 459.292,00	UHE Capim Branco 1	CEMIG GT	28/12/2005	Concessão	Res ANEEL
		R$ 0,00	PCH Pai Joaquim	Central Hidrelétrica Pai Joaquim	30/3/2003	Concessão	Res ANEEL
		R$ 3.422,80	PCH Machado Mineiro	Horizontes Energia	1/1/2004	Concessão	Res ANEEL
		R$ 835.800,00	UHE Queimado	CEMIG GT/Consórcio CEB	27/2/2004	Concessão	Res ANEEL
		R$ 2.912.177,94	CEMIG GT	Usinas geradoras da CEMIG GT	1/1/2005	Concessão	Reso ANEEL
		R$ 824.656,00	UHE Capim Branco 2	CEMIG Capim Branco Energia	11/12/2006	Concessão	Res ANEEL
		R$ 826.725,60	UHE Igarapava	Consorcio Igarapava	01/11/2009	Concessão	Res ANEEL
		R$ 53.730,00	PCH Cachoeirão	Hidrelétrica Cachoeirão S.A	02/06/2008	Concessão	Res ANEEL
	Total mensal	**R$ 6.632.204,34**					

Fonte: Companhia

Tipo de contrato	Objeto do Contrato	Valor mensal	Empreendimento	Empresa	Data da Contratação	Prazo	Reajuste preço
CCT	Estabelecimento das condiçoes, procedimentos e responsabilidades que regulam a contratação do acesso ao sistema de transmissão pela CEMIG D	R$ 2.045.976,73	Rede Básica	CEMIG GT	1/1/2005	Concessão	Res ANEEL
		R$ 1677.235,65	Rede Básica	CEMIG GT -Itajubá	1/1/2005	Concessão	Res ANEEL
		R$ 16.390,85	Rede Básica	Transirapé	1/1/2005	Concessão	Res ANEEL
	Total mensal	**R$ 3.739.603,23**					

Fonte: Companhia

(Está página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

Anexo A - Escritura de Emissão e Aditamento à Escritura de Emissão

Anexo B - Atos Societários da Emissora referentes à Emissão

Anexo C - Atos Societários da Garantidora referente à Emissão

Anexo D - Estatuto Social da Emissora

Anexo E - Estatuto Social da Garantidora

Anexo F - Declarações da Emissora e do Coordenador Líder

Anexo G - Súmula de Classificação de Risco

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Anexo H - Demonstrações Financeiras da Emissora

Anexo I - Demonstrações Financeiras da Garantidora

Anexo J - Informações Financeiras Trimestrais da Emissora

Anexo K - Informações Financeiras Trimestrais da Garantidora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo A

Escritura de Emissão e Aditamento à Escritura de Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
01257567
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

entre

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
como Emissora

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A
representando a comunhão dos titulares das debêntures

e

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG
como Interveniente-Anuente

29 DEZ 09 764503

Datado de

15 de dezembro de 2009

CÓPIA ADICIONAL

012575 67

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA – CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado,

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., sociedade de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 12º andar, ala B1, CEP 30190-131, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.981.176/0001-58, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (a "Companhia" ou a "Emissora");

de outro lado,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) (os "Debenturistas da Primeira Série") e das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) (os "Debenturistas da Segunda Série" e, conjuntamente com os Debenturistas da Primeira Série, os "Debenturistas") objeto da presente emissão, aqui representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário");

e, como Interveniente-Anuente:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG, sociedade de economia mista com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, CEP 30190-131, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.155.730/0001-64, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (a "Garantidora" e, conjuntamente com a Emissora e com o agente fiduciário, doravante denominadas "Partes" e cada uma, individualmente, denominada "Parte").

vêm, por meio desta, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (a "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

2 DEZ 09 764503

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

A emissão das Debêntures e a Oferta (conforme definido abaixo) são realizadas, e esta Escritura é firmada, com base nas deliberações das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, realizadas em 23 de julho de 2009, 27 de agosto de 2009 e 1º de dezembro de 2009 (as "RCAs"). As atas das reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 23 de julho de 2009 e 27 de agosto de 2009 foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (a "JUCEMG") em 3 de setembro de 2009 e 8 de setembro de 2009, sob os nºs 4189606 e 4191508, respectivamente, e publicadas, em 9 de setembro de 2009 no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Tempo". A ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 1º de dezembro de 2009 será devidamente arquivada na JUCEMG e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Tempo". A taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e a taxa final a ser utilizada para

CÓPIA
ADICIONAL

012575 87

cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo), apuradas por meio de Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), bem como a quantidade de Debêntures a ser alocada para a primeira série da Emissão e a quantidade de Debêntures a ser alocada para a segunda série da Emissão, observados os limites previstos no subitem 4.1.7 abaixo, deverão ser ratificadas por meio de aditamento à presente Escritura.

CLÁUSULA II - REQUISITOS

A segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública pela Emissora (a "Emissão" ou a "Oferta") será realizada com observância dos seguintes requisitos.

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Oferta será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM (a "CVM") na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a "Instrução CVM 400") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e Publicação dos Atos Societários

As atas das reuniões do Conselho de Administração realizadas em 23 de julho de 2009 e 27 de agosto de 2009 foram arquivadas na JUCEMG em 3 de setembro de 2009 e em 8 de setembro de 2009, sob os nºs 4189606 e 4191508, respectivamente, e publicadas, em 9 de setembro de 2009 no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Tempo". A ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 1º de dezembro de 2009 será protocolada na JUCEMG.

2.3. Inscrição da Escritura na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Esta Escritura será inscrita na JUCEMG, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro da Fiança da Garantidora

As Debêntures contarão com a fiança da Garantidora aprovada em reuniões do Conselho de Administração da Garantidora realizadas em 23 de julho de 2009 e 27 de agosto de 2009, cujas atas foram devidamente arquivadas na JUCEMG em 27 de agosto de 2009 e em 4 de setembro de 2009, sob os nºs 4186137 e 4190555, e publicadas em 3 de setembro de 2009 e 9 de setembro de 2009, respectivamente, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Tempo" (a "Fiança" e as "RCAs da Garantidora", respectivamente).

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para:

(i) distribuição no mercado primário por meio (a) do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e

CÓPIA
ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
0125757
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

Derivativos (a "CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e

(ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do SND - Módulo Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP e (b) do Sistema BOVESPAFIX (o "BOVESPAFIX"), administrado pela BM&FBOVESPA S.A., sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

A presente Escritura contempla a 2ª Emissão para distribuição pública de Debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R$ 2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.3. Número de Séries

A Emissão será realizada em duas séries, sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série", as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série" e, as Debêntures da Primeira Série, conjuntamente com as Debêntures da Segunda Série, doravante denominadas "Debêntures". O número de Debêntures a ser alocado a cada série será definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes (o "Sistema de Vasos Comunicantes"). A emissão das Debêntures da Segunda Série está condicionada à obtenção de demanda dos investidores suficiente para a emissão de, no mínimo, 20.000 (vinte mil) Debêntures da Segunda Série (o "Montante Mínimo da Segunda Série"). Caso não seja alcançado o Montante Mínimo da Segunda Série no Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora deverá cancelar a emissão da referida série.

3.4. Garantia Fidejussória

3.4.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta Fiança em favor dos Debenturistas da Primeira Série e dos Debenturistas da Segunda Série, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura, nos termos descritos a seguir.

3.4.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures da Primeira Série e pelas Debêntures da Segunda Série, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração da Primeira Série e da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, acrescidos dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário (o "Valor Garantido da Primeira Série" e o "Valor Garantido da Segunda Série", respectivamente).

29DEZ09 781503

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO 01257567

3.4.3. O Valor Garantido da Primeira Série e/ou o Valor Garantido da Segunda Série, conforme o caso, serão pagos pela Garantidora no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou aos titulares das Debêntures da Segunda Série, a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

3.4.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (o "Código Civil") e artigo 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (o "Código de Processo Civil").

3.4.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas da Primeira Série e/ou nos direitos dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item 3.4.

3.4.6. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido da Primeira Série e até o pagamento integral do Valor Garantido da Segunda Série, conforme aplicável.

3.4.7. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido da Primeira Série e/ou a data do pagamento integral do Valor Garantido da Segunda Série, conforme o aplicável.

3.4.8. A Fiança de que trata este item foi devidamente aprovada nas RCAs da Garantidora.

3.4.9. A presente Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido da Primeira Série e do Valor Garantido da Segunda Série, conforme aplicável.

3.4.10. Em virtude da presente Fiança prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas da Primeira Série e em benefício dos Debenturistas da Segunda Série, a presente Escritura será registrada no competente cartório de registro de títulos e documentos da sede das Partes, em até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de assinatura desta Escritura.

29 DEZ 09 764503

3.5. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures, serão destinados integralmente para o resgate das 270 (duzentas e setenta) Notas Promissórias Comerciais da 3ª Emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), emitidas em 30 de outubro de 2009, com juros remuneratórios correspondentes a 113% (cento e treze por cento) da Taxa DI (conforme definido abaixo), incidente sobre o Valor Nominal Unitário de cada Nota Promissória, desde a data de sua efetiva subscrição e integralização até a respectiva data de vencimento.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em duas

CÓPIA
ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
0125756
1º Ofício de Notas de Belo Horizonte

Séries, da Segunda Emissão da Cemig Geração e Transmissão S.A." (o "Contrato de Distribuição"), com a intermediação do BB – Banco de Investimento S.A. (o "BB-BI" ou o "Coordenador Líder"), da Caixa Econômica Federal (a "CAIXA"), da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a "HSBC"), do Banco Votorantim S.A. (o "Votorantim"), do BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento (o "BESI") e do Banco BTG Pactual (o "BTG Pactual" e, em conjunto com o BB-BI, CAIXA, HSBC, Votorantim e BESI, os "Coordenadores"), por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos prospectos preliminar e definitivo, com informações mínimas sobre a Emissora e a Oferta, nos termos da Instrução CVM 400 (o "Prospecto Preliminar", o "Prospecto Definitivo" e conjuntamente os "Prospectos"), para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º, incisos I, II e III, do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.6.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após:

(i) a concessão do registro da Oferta pela CVM;

(ii) a publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures (o "Anúncio de Início") no âmbito da Emissão; e

(iii) a disponibilização aos investidores dos Prospectos, nos termos da regulamentação aplicável.

3.6.3. Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início (o "Prazo de Colocação").

3.6.4. A quantidade e a remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos nos itens 4.1.7, 4.2 e 4.3 abaixo, serão definidas em procedimento organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (o "Procedimento de *Bookbuilding*").

3.6.5. O valor total da Emissão não poderá ser aumentado em virtude do uso do Lote Suplementar e/ou do Lote Adicional, nos termos previstos na Instrução CVM 400.

29DEZ09 791503

3.7. LIMITE DA EMISSÃO

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, considerando o capital social da Emissora, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) será de R$ 3.296.785.358,90 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos).

3.8. BANCO MANDATÁRIO E INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA

CÓPIA
ADICIONAL

... SOB O NÚMERO
0125756
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

O banco mandatário e instituição depositária das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12 (o "Banco Mandatário" e "Instituição Depositária" sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e/ou a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos neste item).

3.9. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende:

(i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário;

(ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial;

(iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e

(iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

4.1.1. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de janeiro de 2010 (a "Data de Emissão").

4.1.2. Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações.

4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

4.1.6. Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2012 (a "Data de Vencimento da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2015 (a "Data de Vencimento da Segunda Série"). Na respectiva Data de Vencimento da Primeira Série e na respectiva Data de Vencimento da Segunda Série, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, respectivamente, que ainda estiverem em circulação. A liquidação das Debêntures aqui referida será realizada pela Emissora, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) em se tratando das Debêntures da Segunda Série), acrescido dos

2008239 764503

CÓPIA
ADICIONAL

012575 67
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), conforme o caso.

4.1.7. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 270.000 (duzentas e setenta mil) Debêntures. A Emissão será realizada em duas séries, observado o Sistema de Vasos Comunicantes, sendo que o número de Debêntures a ser alocado a cada série será definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, respeitados os subitens 3.3 e 3.6.4 acima.

4.1.8. Dia(s) Útil(eis): Para fins da presente Escritura, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.2. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.2.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

4.2.2. Juros Remuneratórios: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) (a "Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa, a ser definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano (a "Taxa Máxima da Primeira Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento das Debêntures da Primeira Série (os "Juros Remuneratórios da Primeira Série"), que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.5.1.

4.2.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding* previsto no item 4.2.2 acima, será ratificada por meio de aditamento à presente Escritura.

4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis e deverão (observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.1 abaixo) ser pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo), conforme aplicável. O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

29DEZ09 764503

CÓPIA
ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
0125756
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_k, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + (TDI_k)\right]$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até n_{DI}.

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "n_{DI}" um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1\right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1\right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = Sobretaxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.2.2.3. Observações:

29DEZ09 764503

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
01257567
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cr

(i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

(iii)a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.2.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos subitens 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 abaixo.

4.2.2.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou de impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Primeira Série da Taxa DI, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicados, observado o disposto no subitem 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no subitem 4.2.2 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.2.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.3. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE

As Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.3.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será

2º OFÍCIO 761503

CÓPIA ADICIONAL

012575 67

atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (o "IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (o "IBGE" e a "Atualização da Segunda Série", respectivamente), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série.

4.3.1.1. A Atualização da Segunda Série será paga na periodicidade prevista no subitem 4.4.2 abaixo ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento.

29 DEZ 09 764503

4.3.1.2. A Atualização da Segunda Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^{n}\left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}}\right)^{\frac{dup}{dut}}\right]$$

onde,

n = número total de índices considerados na Atualização da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

NIk = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série; após a data de aniversário respectiva, o "NI_k" corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo "dut" um número inteiro.

4.3.1.3. Observações:

(i) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO 01257567 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

(ii) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;

(iii) Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subseqüente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversários consecutivas;

(iv) O fator resultante da expressão $[NI(k) / NI(k-1)]^{(dup/dnt)}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

(v) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.1.4. Observado o item 4.10.2.1 abaixo, aplicável até a data de subscrição e integralização das Debêntures, no caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o número-índice divulgado relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização da Segunda Série que será aplicada, observado o disposto no subitem 4.3.1.5 abaixo.

4.3.1.5. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado, ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização da Segunda Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

4.3.1.6. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator "C" no cálculo da Atualização da Segunda Série.

4.3.2. Juros Remuneratórios: as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*. Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Segunda Série observarão a taxa máxima equivalente à remuneração das Notas do Tesouro Nacional - Série B, com vencimento em 15/05/2015 ("NTN-B"), apurada pela média aritmética das negociações das NTN-Bs nos 5 (cinco) dias anteriores à data do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme taxas indicativas divulgadas pela ANDIMA - Associação Nacional das

29 DEZ 09 764503

Cartorio de Registro de Títulos e Documentos

6

CÓPIA
ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
0125756
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

Instituições do Mercado Financeiro (a "ANDIMA"), acrescida de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano (os "Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração da Segunda Série"). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o subitem 4.3.1 acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, e, observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.2 abaixo, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis).

29DEZ09 796503

4.3.2.1. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = (VNa \times [FatorJuros - 1])$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left(taxa + 1\right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

Taxa = taxa de juros utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, expressa em forma percentual, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.3.3. Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização":

(i) para as Debêntures da Primeira Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo); e

(ii) para as Debêntures da Segunda Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo).

CÓPIA ADICIONAL

0125756 7

4.3.4. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding* previsto no item 4.3.2 acima, será ratificada por meio de aditamento à presente Escritura.

4.4. AMORTIZAÇÃO

4.4.1. A amortização integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será realizada em uma única parcela, na Data de Vencimento da Primeira Série.

4.4.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, conforme tabela a seguir:

Datas da Amortização	Definição da fração do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado(*)
15 de janeiro de 2013	33,00%
15 de janeiro de 2014	33,00%
15 de janeiro de 2015	34,00%

(*) O Valor Nominal unitário aqui apresentado é referenciado à Data de Emissão e deverá ser atualizado monetariamente nos termos desta Escritura

29DEZ09 764503

4.5. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS DA PRIMEIRA SÉRIE E DOS JUROS REMUNERATÓRIOS DA SEGUNDA SÉRIE

4.5.1. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, no mês de janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2011 e o último pagamento em 15 de janeiro de 2012, que é a Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série").

4.5.2. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, do mês de janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2011 e o último pagamento em 15 de janeiro de 2015, que é a Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série").

4.6. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados nas datas previstas nesta Escritura, utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados à CETIP ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.

4.7. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.6 acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em

CÓPIA
DICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
012575 67
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.8. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da remuneração das Debêntures, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos ficarão sujeitos a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, corrigido monetariamente pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, excluindo-se a hipótese de a variação acumulada do IPCA resultar em um valor negativo. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.9. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10. Preço de Subscrição

4.10.1. As Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo), de acordo com o disposto no item 4.2 desta Escritura, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

4.10.2. As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo), de acordo com o disposto no item 4.3 desta Escritura, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

4.10.2.1. Caso, até a data de subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série não haja divulgação do IPCA do mês imediatamente anterior, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série a última projeção de IPCA, conforme acordado pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANDIMA ou, na falta dessa projeção da ANDIMA, o último IPCA oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas se e quando o IPCA que seria aplicável for divulgado.

4.11. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição (a "Data da Integralização") e em moeda corrente nacional, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO 01257367 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

4.12. REPACTUAÇÃO

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.13. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, e publicados no jornal "Valor Econômico – Edição Nacional", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://cemig.infoinvest.com.br/ptb/3-45-ptb.html).

4.14. CERTIFICADOS DE DEBÊNTURES

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade.

4.15. LIQUIDEZ E ESTABILIZAÇÃO

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.16. IMUNIDADE DE DEBENTURISTAS

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

4.17. FUNDO DE AMORTIZAÇÃO

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.18. DIREITO DE PREFERÊNCIA

Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

CLÁUSULA V - ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCEMG, bem como no cartório competente da sede das Partes enquanto perdurar a Fiança.

CÓPIA
ADICIONAL

012575 67
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

CLÁUSULA VI - RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

Não haverá Resgate Antecipado Facultativo.

6.2. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 6.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta e, sujeito ao disposto nos itens 7.2 e 7.3 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado (conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme o caso), calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

(i) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou da Garantidora, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora; ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Garantidora, nos termos da legislação aplicável;

(ii) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures;

(iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Garantidora decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não;

(iv) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emissora e/ou a Garantidora seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, constante de suas últimas demonstrações financeiras à época, sendo que, no caso da Garantidora, esse percentual será calculado com relação ao resultado consolidado da Garantidora;

CÓPIA
ADICIONAL

012575-67
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

(v) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, cujo valor global ultrapasse R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora;

(vi) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora;

(vii) se a Emissora e/ou a Garantidora, conforme o caso, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, segundo qualquer acordo ou contrato da qual seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; e/ou

(viii) Privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária que impliquem redução do capital social da Emissora e/ou da Garantidora, salvo se por determinação legal.

7.1.1. Para fins do disposto no subitem (viii) acima, entende-se por privatização a hipótese na qual: (i) a Garantidora, atual controladora direta da Emissora, deixe de deter, direta ou indiretamente, o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora; e/ou (ii) o Governo do Estado de Minas Gerais, atual controlador da Garantidora deixe de deter, direta ou indiretamente, o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Garantidora.

7.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos subitens (i), (ii) e (iii) do item 7.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.3. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos no item 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quorum específico estabelecido no subitem 7.3.1 abaixo, devendo o Agente Fiduciário, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas nas referidas Assembleias.. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma do item 10.1 abaixo.

7.3.1. Se, nas Assembleias Gerais referidas no item 7.3 acima: (i) os Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo) e/ou; (ii) Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das

29DEZ09 764503

CÓPIA
ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
01257567
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

7.3.2. Adicionalmente ao disposto nos itens 7.3 e 7.3.1 acima, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, devendo enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento, aplicando-se o disposto no item 7.4 abaixo.

7.4. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Emissora e/ou a Garantidora obriga(m)-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série (conforme aplicável), com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos no item 7.1 acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida nos itens 7.2, 7.3 e 7.3.1 acima.

2º REGISTRO 764503

CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

8.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) Dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;

(ii) Dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social; (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora; ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora; (b) cópia das demonstrações financeiras completas da Garantidora relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes para fins de acompanhamento da garantia fidejussória.

(iii) No prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento de solicitação do Agente Fiduciário, declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;

(iv) Cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, nos prazos ali previstos e, dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes;

(v) Com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, informando, inclusive a data e ordem do dia dessas Assembleias, e prontamente fornecer cópias de todas as atas dessas Assembleias Gerais de Debenturistas, bem como cópia das atas de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Emissora que envolvam os interesses dos Debenturistas;

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
01257567

(vi) Em até 2 (dois) Dias Úteis após sua publicação, cópia dos avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias e demais documentos relacionados à presente Emissão;

(vii) No menor prazo possível, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada;

(viii) Cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura imediatamente após o seu recebimento;

(ix) Os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento; e

(x) Informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 7.1 na maior brevidade possível, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data em que tomar ciência de sua ocorrência. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório elaborado pela Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida instrução, observado o prazo aqui previsto.

8.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

8.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito , em base razoável: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente as suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora.

8.1.4. Convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

8.1.5. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas.

8.1.6. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

8.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

8.1.8. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
01257567
Público de Registro de Títulos e Documentos de SP

8.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

8.1.10. Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento.

8.1.11. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

8.1.12. Não praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social e com a presente Escritura, em especial os que possam direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;

8.1.13. Manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessárias ao regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto aqueles cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira, e ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na Escritura de Emissão, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto;

8.1.14. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

8.1.15. Manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais;

8.1.16. Enquanto as Debêntures existirem, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data da presente Escritura, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam na data da presente Escritura, exceto quando e se exigidos pela legislação em vigor ou pelas regulamentações emitidas pelo Poder Concedente;

8.1.17. Exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios.

8.1.18. Contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e/ou BOVESPAFIX, conforme aplicável) e agência de classificação de risco (*rating*) para realizar a classificação de risco das Debêntures, devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco anualmente, até a Data de Vencimento das Debêntures. Além do aqui disposto, a Emissora deverá: (i) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as respectivas súmulas das classificações de risco; e (ii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora.

8.1.19. Caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: (i) contratar outra agência de classificação de risco, sem necessidade de aprovação

29 DEZ 09 764503

CÓPIA ADICIONAL

012575-67

dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja uma agência de reconhecimento internacional; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

8.1.20. Enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, o relatório anual elaborado pelo Agente Fiduciário.

8.1.21. Manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as atualizações necessárias à assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações nesta previstas.

CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. NOMEAÇÃO

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., acima qualificada, o qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

9.2. REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.2.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(i) parcelas anuais de R$13.659,65 (treze mil seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) cada uma, sendo que a primeira parcela será devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes;

(ii) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R$569,15 (quinhentos e sessenta e nove reais e quinze centavos) por hora-homem efetivamente dedicada pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário (a) à execução da Fiança, (b) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, (c) bem como à implementação das consequentes deciasões tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série (conforme o caso) em tais eventos, a qual deverá ser paga dentro de 5 (cinco) dias após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, do respectivo "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (x) das garantias, (y) dos prazos de pagamento e (z) das condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das debêntures não estão dentro do escopo de reestruturação das condições das Debêntures;

(iii) a remuneração prevista nos subitens (i) e (ii) acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora; e

29DEZ09 764503

CÓPIA
ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
0125756
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

(iv) as parcelas referidas acima serão atualizadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata temporis* se necessário; e

(v) os pagamentos estão sujeitos às deduções de tributos, taxas e outros encargos incidentes na fonte.

9.3. SUBSTITUIÇÃO

9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

29DEZ09 764503

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, observado o disposto no item 9.3.2 acima.

9.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivada na JUCEMG.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
0125757
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

(i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;

(viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

(ix) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa referidos no subitem 4.13 acima, respeitadas as disposições desta Escritura e as demais regras aplicáveis constantes da Lei das Sociedades por Ações;

(xi) enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;

(xii) comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da(s) Assembleia(s) Geral(is), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da(s) referida(s) Assembleia(s);

2º 23062 09 7645 03

Superintendência de Relações com Empresas CVM

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO 01257567

(xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 3º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(e) amortização, aquisição facultativa, e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;

(g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos Índices Financeiros e quanto à ocorrência dos eventos previstos nos subitens (i) e (ii) do item 7.1 acima;

(h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

(i) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures.

29 DEZ 09 764503

(xiv) colocar à disposição o relatório de que trata o subitem (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(a) sede da Emissora;

(b) seu escritório;

(c) CVM;

(d) SND;

(e) BM&FBOVESPA; e

(f) sede do Coordenador Líder.

(xv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos no subitem 4.13 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem (xiv) acima;

(xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA;

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
0125756
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

(xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(xviii) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, ao SND e à BM&FBOVESPA;

(xix) enviar à ANBIMA os relatórios de classificação de risco das Debêntures elaborados pela agência de classificação de risco contratada pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento do relatório encaminhado pela Emissora, ficando estabelecido que a Emissora deverá fornecer à agência de classificação de risco respectiva, em tempo hábil, todas as informações necessárias, incluindo informações financeiras e outras que lhes venham a ser por esta solicitadas, para fins de elaboração dos relatórios de classificação de risco das Debêntures;

(xx) observado o disposto nos subitens 8.1.10 e 8.1.12 desta Escritura, examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe convocar Assembleias Gerais para deliberar acerca de matéria; e

(xxi) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações.

9.5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

(i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;

(ii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;

(iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

(iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) presentes à respectiva Assembleia Geral quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem (iv) acima.

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO: 01257567
1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos de Dia

9.6. DESPESAS

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora mediante comprovação. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

9.6.4. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função ou decorrente deste exercício, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário bem como indenizações pagas em ações judiciais decorrentes do exercício de sua função.

9.6.5. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

(i) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(ii) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;

(iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e

(iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nos itens 9.6.1 e 9.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7. DECLARAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

(i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO 01257567

(ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

(iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

(v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;

(vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;

(viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

(ix) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;

(xii) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.7 da presente Escritura;

(xiii) que verificou a manutenção da regularidade, suficiência e exequibilidade da garantia fidejussória prestada, sendo certo que a verificação da suficiência da garantia fidejussória, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83, baseou-se na verificação do Patrimônio Líquido da Garantidora que atendeu a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor da Emissão, sendo certo que o Patrimônio Líquido da Garantidora de acordo com as últimas informações financeiras disponibilizadas até a Data de Emissão, em 30 de setembro de 2009 era R$ R$ 4.324.787 mil (quatro bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e sete mil reais e, portanto, superior ao valor da Emissão.

CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas (as "Assembleias Gerais" ou, individualmente, a "Assembleia Geral") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas

CÓPIA ADICIONAL

01257567
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

da Segunda Série. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

10.1.5. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de publicações e/ou avisos. Da mesma forma, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de publicações e/ou avisos. Ainda, com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de publicações e/ou avisos.

10.2. QUORUM DE INSTALAÇÃO

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo) e/ou no mínimo a metade das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures da Primeira Série em Circulação" ou "Debêntures da Segunda Série em Circulação" (conjuntamente, as "Debêntures em Circulação") todas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente, subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em

CÓPIA
ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
0125757
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. MESA DIRETORA

A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série eleito pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou pelos titulares das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. QUORUM DE DELIBERAÇÃO

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no subitem 10.8.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

10.4.2. Não estão incluídos nos *quora* mencionados no subitem 10.4.1 acima:

(i) os *quora* expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura, inclusive com relação a assuntos de interesse comum aos Debenturistas de ambas as séries da presente Emissão;

(ii) as alterações relativas: (a) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 desta Escritura; (b) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura; e/ou; (c) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme o caso), seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série;

(iii) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII desta Escritura, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; e

(iv) as autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, devendo qualquer dessas autorizações ou permissões (*waivers*) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série ou, no mínimo,

29 DEZ 09 7645

CÓPIA ADICIONAL

012575-67

90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série.

10.5. ALTERAÇÕES NESTA CLÁUSULA X

As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.5 e 10.7 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos no item 10.4 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

10.6. MATÉRIAS DE INTERESSE ESPECÍFICO

Na hipótese de instalação de Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse específico de Debenturistas de uma respectiva série, as disposições desta Cláusula X aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série, sendo que as matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

10.7. OUTRAS DISPOSIÇÕES À ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.7.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em quaisquer Assembleias Gerais.

10.7.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.7.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(i) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;

(ii) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(iii) esta Escritura e as declarações por ela prestadas nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, constituem obrigação legal, válida e exigível da Emissora, exeqüível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

CÓPIA
ADICIONAL

012575 67

(iv) a celebração desta Escritura, e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em:

(a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos;

(b) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens; ou

(c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(v) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas, vinculantes e exeqüíveis contra si de acordo com seus termos e condições;

(vi) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas; exceto no que se referir a autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;

(vii) tem obtido todas as licenças ambientais necessárias à implantação de seus novos empreendimentos e está negociando com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e as Superintendências Regionais do Meio Ambiente da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais - SUPRAMs a obtenção de licença de operação ambiental corretiva para os empreendimentos que entraram em operação antes de fevereiro de 1986 e que ainda não a possuam;

(viii) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;

(ix) suas demonstrações financeiras representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(x) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a lhe causar impacto substancial e adverso que não sejam aqueles relatados nas suas demonstrações financeiras;

(xi) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para lhe assegurar a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(xii) a celebração da presente Escritura e a Emissão foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seu Estatuto Social ou qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;

(xiii) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram

CÓPIA
ADICIONAL

01257567
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

(xiv) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua disponibilização, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

(xv) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

(xvi) além das debêntures da 2ª série da 1ª emissão da Emissora, cujo saldo devedor, de acordo com as últimas informações financeiras disponibilizadas até a Data de Emissão, em 30 de setembro de 2009, era de R$263.382.700,51, não há, nesta data, debêntures de outras emissões da Emissora cujo saldo devedor, total ou parcial, ainda esteja em aberto.

11.2. A Garantidora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(i) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;

(ii) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Garantidora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

(iii) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (a) seu Estatuto Social; ou (b) qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;

(iv) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Garantidora de suas obrigações nos termos da presente Escritura e da Fiança, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Escritura nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND e ao BOVESPAFIX, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;

(v) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Garantidora seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data, ou (c) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

2009276764503

CÓPIA
ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
0125756

(vi) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 30 de setembro de 2009 e 2008, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Garantidora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Garantidora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Garantidora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Garantidora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Garantidora.

(vii) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;

(viii) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(ix) as informações sobre a Garantidora constantes dos Prospectos são suficientes para o conhecimento sobre os negócios da Garantidora, sua situação financeira e dos riscos inerentes ao seu objeto social, entre outras informações relevantes à tomada de decisões dos investidores, na extensão exigida pela legislação aplicável; e

(x) não omitiu, ou omitirá, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Garantidora em prejuízo dos Debenturistas.

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. COMUNICAÇÕES

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

PARA A EMISSORA:
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
Avenida Barbacena, nº 1.200, 1º andar, ala A1
CEP 30190-131 – Belo Horizonte – MG
At.: Sr. Cristiano Corrêa de Barros
Telefone: (31) 3506-4999
Fac-símile: (31) 3506-5068
E-mail: cbarros@cemig.com.br

PARA A GARANTIDORA:
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG
Avenida Barbacena, n.º 1.200, 1º andar, ala A1
CEP 30190-131 – Belo Horizonte – MG

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO 0123567
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

At.: Sr. Cristiano Corrêa de Barros
Telefone: (31) 3506-4999
Fac-símile: (31) 3506-5068
E-mail: cbarros@ecmlg.com.br

PARA O AGENTE FIDUCIÁRIO:
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205 - Barra da Tijuca
CEP 22.640-100 – Rio de Janeiro – RJ
At: Sr. Gustavo Dezouzart
Telefone: (21) 3514-0000
Fac-símile: (21) 3514-0099
E-mail: agente@oliveiratrust.com.br / gustavo@oliveiratrust.com.br

PARA O BANCO MANDATÁRIO E INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA:
BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, s/ nº, Prédio Amarelo, 2º andar - Vila Yara
CEP 06029-900 – Osasco – SP
At.: Sr. Luis Cláudio de Freitas Coelho Pereira
Telefone: (11) 3684-4522
Fac-símile: (11) 3684-5645
E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

PARA A CETIP:
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
CEP 01009-000 - São Paulo, SP

PARA A BM&FBOVESPA:
Rua XV de Novembro, nº 275.
CEP 01013-001 - São Paulo - SP

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações previstas nesta Escritura, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

35

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO 01257567

12.3. LEI APLICÁVEL

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. IRREVOGABILIDADE; SUCESSORES

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.6. INDEPENDÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA ESCRITURA

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.7. DESPESAS

A Emissora arcará com todos os custos:

(i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND, na BM&FBOVESPA e na ANBIMA – Associação Brasileira dos Mercados Financeiros e de Capitais;

(ii) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao Registro desta Escritura e seus aditamentos na JUCEMG;

(iii) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora;

(iv) das taxas de registro da presente Escritura junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede das Partes; e

(v) pelos honorários e despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Instituição Depositária.

12.8. SUBSTITUIÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

12.8.1. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de classificação de risco. A substituição do Agente Fiduciário,

2º OFÍCIO 791503

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO 01257567

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de classificação de risco, bem como a indicação de seu(s) substituto(s) deverá ser aprovada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, cujo quorum para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral.

12.8.2. A remuneração dos prestadores de serviços substitutos indicados no item 12.8.1 acima deverá ser a mesma paga pela Emissora para os atuais prestadores de serviço, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

12.9. Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir qualquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2009.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

29 DEZ 09 764503

1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

REGISTRO Nº: 1257567

Certifico e dou fé que o presente documento foi apresentado, protocolado, registrado em microfilme e digitalizado sob o nº 1257567, nesta data.

Belo Horizonte, 28/12/2009.

O Oficial

Selo de Fiscalização

CRL 89241

37

CÓPIA ADICIONAL

01257567

(Página de assinaturas 1/3 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Cemig Geração e Transmissão S.A.", datada de 15 de dezembro de 2009.)

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Nome: Ojaime Bastos de Morais
Cargo: Diretor-Presidente

Nome: Luiz Fernando Rolla
Cargo: Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações

29 DEZ 09 764503

CÓPIA ADICIONAL

REGISTRADO SOB O NÚMERO
01257567
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

(Página de assinaturas 2/3 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Cemig Geração e Transmissão S.A.", datada de 15 de dezembro de 2009.)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:
Cargo:

CÓPIA ADICIONAL

01257567

(Página de assinaturas 3/3 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Cemig Geração e Transmissão S.A.", datada de 15 de dezembro de 2009.)

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

29 DEZ 09 764503

Nome: Djalma Bastos de Morais
Cargo: Diretor-Presidente

Nome: Luiz Fernando Rolla
Cargo: Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações

Testemunhas:

Nome:
CPF: Paulo Eduardo Pereira Guimarães
CPF: 536.751.266-08

Nome: Marco Túlio Campos Guimarães
CPF: 204.021.306-15

REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. 5º OFÍCIO

5 º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro - Tel. 2507-5197
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de Protocolo e data declarados à margem. O QUE CERTIFICO.

Durval Hale
Oficial Titular
Alt Exec. 1865/98 TJ

Paulo André M. da Costa
2º Escrevente Substituto
CTPS 5207 Série 063

Aurora I. Hale
1º Escrevente Substituto
CTPS 40371 Série 121

Fabiano Alves Barbosa
3º Escrevente Substituto
CTPS 013792 Série 91

RG065369

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO ED.008.079-8/000
EM 23/12/2009
FCEMG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
PROTOCOLO 89/756.452-2

SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA - CEMIG

REGISTRADO SOB O NÚMERO
0126294
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

1 MAR 10 770465

entre

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
como Emissora

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A
representando a comunhão dos titulares das debêntures

e

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG
como Interveniente-Anuente

Datado de

24 de fevereiro de 2010

Selo de Fiscalização
ARQUIVAMENTO
ALS 39385

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
0126294
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado,

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., sociedade de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 12º andar, ala B1, CEP 30190-131, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.981.176/0001-58, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (a "Companhia" ou a "Emissora");

e, de outro lado,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) (os "Debenturistas da Primeira Série") e das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) (os "Debenturistas da Segunda Série" e, conjuntamente com os Debenturistas da Primeira Série, os "Debenturistas") objeto da presente emissão, aqui representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário");

e, como Interveniente-Anuente:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG, sociedade de economia mista, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, CEP 30190-131, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.155.730/0001-64, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (a "Garantidora" e, conjuntamente com a Emissora e com o agente fiduciário, doravante denominadas "Partes" e cada uma, individualmente, denominada "Parte").

CONSIDERANDO QUE:

(i) as Partes celebraram, em 15 de dezembro de 2009, o "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (a "Escritura"), o qual regerá os termos e condições da distribuição pública de 270.000 (duzentas e setenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, da segunda emissão da Companhia (a "Oferta" ou a "Emissão" e as "Debêntures", respectivamente);

(ii) a Oferta foi aprovada por deliberação nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, realizadas em 23 de julho de 2009, 27 de agosto de 2009 e 1º de dezembro de 2009, cujas atas foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, respectivamente, em 23 de julho de 2009, sob o nº 4189606, em 27 de agosto de 2009, sob nº 4191508, e em 29 de dezembro de 2009, sob nº 4268369, e publicadas, as duas primeiras, em 09 de setembro de 2009, e a última, em 15 de janeiro de 2010, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Tempo";

- 1 MAR 10 770465

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
0126294 1
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

(iii) conforme previsto na Escritura, foi realizado o Procedimento de *Bookbuilding* em 23 de fevereiro de 2010, em que foi definida a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série, bem como a taxa de remuneração das Debêntures; e

(iv) as Partes, em conjunto, decidiram alterar determinados termos e condições da Escritura, nos termos aqui dispostos;

RESOLVEM as Partes aditar e consolidar a Escritura, por meio do presente Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (o "Primeiro Aditamento"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas que não sejam expressamente definidos no presente Primeiro Aditamento terão os significados a eles atribuídos na Escritura.

2. Alterar a Cláusula I da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

A emissão das Debêntures e a Oferta (conforme definido abaixo) são realizadas, e esta Escritura é firmada, com base nas deliberações das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, realizadas em 23 de julho de 2009, 27 de agosto de 2009 e 1º de dezembro de 2009 (as "RCAs"). As RCAs foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (a "JUCEMG"), respectivamente, em 23 de julho de 2009, sob o nº 4189606, em 27 de agosto de 2009, sob nº 4191508, e em 29 de dezembro de 2009, sob nº 4268369, e publicadas, as duas primeiras, em 09 de setembro de 2009, e a última, em 15 de janeiro de 2010, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Tempo". A taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) foram apuradas por meio do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), bem como a quantidade de Debêntures alocada para a primeira série da Emissão e a quantidade de Debêntures alocada para a segunda série da Emissão, observados os limites previstos no subitem 4.1.7 abaixo, foram ratificadas por meio do Primeiro Aditamento à presente Escritura."

3. Alterar o item 2.2 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e Publicação dos Atos Societários

As atas das reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 23 de julho de 2009, 27 de agosto de 2009 e 1º de dezembro de 2009, foram devidamente arquivadas na JUCEMG, respectivamente, em 23 de julho de 2009, sob o nº 4189606, em 27 de agosto de 2009, sob nº 4191508, e em 29 de dezembro de 2009, sob nº 4268369, e publicadas, as duas primeiras, em 09 de setembro de 2009, e a última, em 15 de janeiro de 2010, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Tempo"."

-1 MAR 10 770465

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cia

4. Alterar o item 3.3 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.3. NÚMERO DE SÉRIES

A Emissão será realizada em duas séries, sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série", as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série" e, as Debêntures da Primeira Série, conjuntamente com as Debêntures da Segunda Série, doravante denominados "Debêntures". O número de Debêntures alocado a cada série foi definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de Bookbuilding."

5. Alterar o item 3.4.3 da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.4.3. O Valor Garantido da Primeira Série e/ou o Valor Garantido da Segunda Série, conforme o caso, serão pagos pela Garantidora no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou aos titulares das Debêntures da Segunda Série, a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura, fora do âmbito da CETIP."

5. Alterar o item 3.6.4 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.6.4. A quantidade e a remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos nos itens 4.1.7, 4.2 e 4.3 abaixo, foram definidas em procedimento organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafo 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (o "Procedimento de Bookbuilding")."

6. Alterar o item 4.1.7 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"4.1.7. **Quantidade de Debêntures Emitidas**: Serão emitidas 270.000 (duzentas e setenta mil) Debêntures, sendo 156.600 (cento e cinquenta e seis mil e seiscentas) Debêntures da Primeira Série e 113.400 (cento e treze mil e quatrocentas) Debêntures da Segunda Série. A Emissão será realizada em duas séries, sendo que o número de Debêntures alocado a cada série foi definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de Bookbuilding, observado o item 3.6.4 acima."*

7. Alterar o item 4.2.2 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"4.2.2. **Juros Remuneratórios**: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) (a "Taxa DI"), capitalizada de um spread ou sobretaxa, de 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding (a "Taxa Máxima da Primeira Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento das Debêntures da Primeira Série (os "Juros Remuneratórios da Primeira Série"), que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.3.1."*

1 MAR 10 770165

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do RJ

8. Alterar o item 4.2.2.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:.

"4.2.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, definida em conformidade com o Procedimento de Bookbuilding previsto no item 4.2.2 acima, foi ratificada por meio do Primeiro Aditamento à presente Escritura."

9. Alterar o item 4.2.2.2 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por Dias Úteis e deverão (observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.1 abaixo) ser pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo), conforme aplicável. O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J *= valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;*

Vne *= Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 8 (seis) casas decimais, sem arredondamento;*

FatorJuros *= fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:*

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

FatorDI *= produtório das Taxas DI_k, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + (TDI_k)\right]$$

onde,

k *= número de ordens das Taxas DI, variando de 1 (um) até n_{DI}*

N_{DI} *= número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "n_{DI}" um número inteiro, e*

TDI_k *= Taxa DI_k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

- 1 MAR 10 770465

Oficial Fiscalização
ALS 39359

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos de RJ

$$TDI_k = \left(DI_k + 1\right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI$_k$ *= Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;*

FatorSpread *= sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:*

$$\text{FatorSpread} = \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1\right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread *= 0,9000; e*

DP *= número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro."*

9. Altera o item 4.3.2 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**4.3.2. Juros Remuneratórios**: as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios de 7,6796% (sete inteiros e seis mil, setecentos e noventa e seis décimos de milésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding (os "Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração da Segunda Série"). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o subitem 4.3.1 acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, e, observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.2 abaixo, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por Dias Úteis).*

***4.3.2.1**. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:*

$$J = [Vna \times [FatorJuros-1]]$$

onde,

***J** = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;*

***Vna** = Valor Nominal Unitário atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;*

***FatorJuros** = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:*

- 1 MAR 10 770465

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
0 1 2 6 2 9 4 1
1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos de BH

$$\text{FatorJuros} = (\text{taxa} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

***Taxa** = 7,6796%;*

***DP** = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro."*

10. Alterar o item 4.3.4, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***"4.3.4.** A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, definida em conformidade com o Procedimento de Bookbuilding previsto no item 4.3.2 acima, foi ratificada por meio do Primeiro Aditamento à presente Escritura."*

11. Todos os demais termos e condições da Escritura que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Primeiro Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito. Dessa forma, a Escritura consolidada passa a vigorar conforme disposto no Anexo I.

12. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que todas as declarações e garantias previstas no item 11.1 da Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Primeiro Aditamento.

13. O Agente Fiduciário declara à Emissora que todas as declarações previstas no item 9.7 da Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Primeiro Aditamento.

14. Fica eleito o foro de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Primeiro Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2010.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

1 MAR 10 770465

Oficiais de Registro de Títulos e Documentos
Fiduciário
PLS 39061

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

Página de assinaturas 1/3 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Cemig Geração e Transmissão S.A., datado de 24 de fevereiro de 2010.

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Nome: Djalma Bastos de Morais
Cargo: Diretor-Presidente

Nome: Luiz Fernando Rolla
Cargo: Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações

-1 MAR 10 770465

Oficial
Ofício de Fiscalização
ARQUIVAMENTO
ALS 39362

8

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do SP

Página de assinaturas 2/3 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Cemig Geração e Transmissão S.A., datado de 24 de fevereiro de 2010.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:
Cargo:

Vitor Cristina de Oliveira
Procuradora

-1 MAR 10 770465

Oficial
ENÍLIO CARNEIRO DE MENEZES RUBIAO
Cartão de Firmas Ação
ARQUIVAMENTO
ALS 39363

9

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

Página de assinaturas 3/3 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Cemig Geração e Transmissão S.A. datado de 24 de fevereiro de 2010.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

Nome: Djalma Bastos de Morais
Cargo: Diretor-Presidente

Nome: Luiz Fernando Rolla
Cargo: Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Paulo Eduardo Pereira Guimarães
CPF: 536.751.266-68

Nome:
CPF: Marco Túlio Campos Guimarães
CPF: 204.081.396-15

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro - Tel. 2507-5187
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de Protocolo e data declarados e margem. O QUE CERTIFICO.
Duvine Hatia – Oficial Titular – Adj. Exec. 1658/98 TJ
Paulo André M. da Costa – 1º Escrevente Substituto – CTPS 8201 Série 053
Aurora I. Hatia – 1º Escrevente Substituto – CTPS 40371 Série 121
Fabiana Alves Barbosa – 3º Escrevente Substituto – CTPS 013783 Série 01

AVERBADO AO PROTOCOLO
Nº 764513
DATA 1/3/10
OFICIAL

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro - Tel. 2507-5187
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de Protocolo e data declarados e margem. O QUE CERTIFICO.
Duvine Hatia – Oficial Titular – Adj. Exec. 1658/98 TJ
Aurora I. Hatia – 1º Escrevente Substituto – CTPS 40371 Série 121
Paulo André M. da Costa – 1º Escrevente Substituto – CTPS 8201 Série 053
Fabiana Alves Barbosa – 3º Escrevente Substituto – CTPS 013783 Série 01
RJ089549

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO. ED 206.070-6/001
EM 25/02/2010
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.S
PROTOCOLO: 10/181.165-8
AC077433S

1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Nº DE ORDEM 1262941
Certifico e dou fé que o presente documento foi apresentado, protocolado, registrado em microfilme e digitalizado sob o nº 1262941, nesta data, e AVERBADO à margem do registro nº 1257567.
Belo Horizonte, 26/02/2010.
Oficial
1º RTD - BH

Selo de Autenticidade
Oficial
CLS 39364
CAP 99318
CAP 99319

10

- 1 MAR 10 770465

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do BH

ANEXO I

ESCRITURA CONSOLIDADA

"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado,

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., sociedade de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 12º andar, ala B1, CEP 30190-131, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.981.176/0001-58, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (a "Companhia" ou a "Emissora");

de outro lado,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) (os "Debenturistas da Primeira Série") e das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) (os "Debenturistas da Segunda Série" e, conjuntamente com os Debenturistas da Primeira Série, os "Debenturistas") objeto da presente emissão, aqui representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário");

e, como Interveniente-Anuente:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG, sociedade de economia mista com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, CEP 30190-131, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.155.730/0001-64, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (a "Garantidora" e, conjuntamente com a Emissora e com o agente fiduciário, doravante denominadas "Partes" e cada uma, individualmente, denominada "Parte").

vêm, por meio desta, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (a "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

A emissão das Debêntures e a Oferta (conforme definido abaixo) são realizadas, e esta Escritura é firmada, com base nas deliberações das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, realizadas em 23 de julho de 2009, 27 de agosto de 2009 e 1º de dezembro de 2009 (as "RCAs"). As RCAs foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (a "JUCEMG"), respectivamente, em 23 de julho de 2009, sob o nº 4189606, em 27 de agosto de 2009, sob nº 4191508, e em 29 de dezembro de 2009, sob nº 4268369, e publicadas, as duas primeiras, em 09 de setembro de 2009, e a última, em 15 de janeiro de 2010, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Tempo". A taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e a taxa final a ser

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
0126291
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) foram apuradas por meio de Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), bem como a quantidade de Debêntures alocada para a primeira série da Emissão e a quantidade de Debêntures alocada para a segunda série da Emissão, observados os limites previstos no subitem 4.1.7 abaixo, foram ratificadas por meio do Primeiro Aditamento à presente Escritura.

CLÁUSULA II - REQUISITOS

A segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública pela Emissora (a "Emissão" ou a "Oferta") será realizada com observância dos seguintes requisitos.

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Oferta será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM (a "CVM") na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a "Instrução CVM 400") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e Publicação dos Atos Societários

As atas das reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 23 de julho de 2009, 27 de agosto de 2009 e 1º de dezembro de 2009, foram devidamente arquivadas na JUCEMG, respectivamente, em 23 de julho de 2009, sob o nº 4189606, em 27 de agosto de 2009, sob nº 4191508, e em 29 de dezembro de 2009, sob nº 4268369, e publicadas, as duas primeiras, em 09 de setembro de 2009, e a última, em 15 de janeiro de 2010, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Tempo".

2.3. Inscrição da Escritura na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Esta Escritura será inscrita na JUCEMG, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro da Fiança da Garantidora

As Debêntures contarão com a fiança da Garantidora aprovada em reuniões do Conselho de Administração da Garantidora realizadas em 23 de julho de 2009 e 27 de agosto de 2009, cujas atas foram devidamente arquivadas na JUCEMG em 27 de agosto de 2009 e em 4 de setembro de 2009, sob os nºs 4186137 e 4190555, e publicadas em 3 de setembro de 2009 e 9 de setembro de 2009, respectivamente, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Tempo" (a "Fiança" e as "RCAs da Garantidora", respectivamente).

- 1 MAR 10 77046 [illegible]

Oficial Registrado
ALS 39366

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos de SP

2.5. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

As Debêntures serão registradas para:

(i) distribuição no mercado primário por meio (a) do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a "CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e

(ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do SND - Módulo Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP e (b) do Sistema BOVESPAFIX (o "BOVESPAFIX"), administrado pela BM&FBOVESPA S.A., sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

1 JUN 10 270463

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. NÚMERO DA EMISSÃO

A presente Escritura contempla a 2ª Emissão para distribuição pública de Debêntures da Emissora.

3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

O valor total da Emissão é de R$ 2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.3. NÚMERO DE SÉRIES

A Emissão será realizada em duas séries, sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série", as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série" e, as Debêntures da Primeira Série, conjuntamente com as Debêntures da Segunda Série, doravante denominadas "Debêntures". O número de Debêntures alocado a cada série foi definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*.

3.4. GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

3.4.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta Fiança em favor dos Debenturistas da Primeira Série e dos Debenturistas da Segunda Série, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura, nos termos descritos a seguir.

3.4.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures da Primeira Série e pelas Debêntures da Segunda Série, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração da Primeira Série e da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, acrescidos dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário (o "Valor Garantido da Primeira Série" e o "Valor Garantido da Segunda Série", respectivamente).

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos de SP

3.4.3. O Valor Garantido da Primeira Série e/ou o Valor Garantido da Segunda Série, conforme o caso, serão pagos pela Garantidora no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou aos titulares das Debêntures da Segunda Série, a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura, fora do âmbito da CETIP.

3.4.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (o "Código Civil") e artigo 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (o "Código de Processo Civil").

3.4.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas da Primeira Série e/ou nos direitos dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item 3.4.

3.4.6. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido da Primeira Série e até o pagamento integral do Valor Garantido da Segunda Série, conforme aplicável.

3.4.7. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido da Primeira Série e/ou a data do pagamento integral do Valor Garantido da Segunda Série, conforme o aplicável.

3.4.8. A Fiança de que trata este item foi devidamente aprovada nas RCAs da Garantidora.

3.4.9. A presente Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido da Primeira Série e do Valor Garantido da Segunda Série, conforme aplicável.

3.4.10. Em virtude da presente Fiança prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas da Primeira Série e em benefício dos Debenturistas da Segunda Série, a presente Escritura será registrada no competente cartório de registro de títulos e documentos da sede das Partes, em até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de assinatura desta Escritura.

3.5. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados integralmente para o resgate das 270 (duzentas e setenta) Notas Promissórias Comerciais da 3ª Emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), emitidas em 30 de outubro de 2009, com juros remuneratórios correspondentes a 113% (cento e treze por cento) da Taxa DI (conforme definido abaixo), incidente sobre o Valor Nominal Unitário de cada Nota Promissória, desde a data de sua efetiva subscrição e integralização até a respectiva data de vencimento.

-1 MAR 10 770465

Oficial
Fiscalização
ENCOURAÇÃO
ALS 39368

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos de BH

3.6. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em duas Séries, da Segunda Emissão da Cemig Geração e Transmissão S.A." (o "Contrato de Distribuição"), com a intermediação do BB – Banco de Investimento S.A. (o "BB-BI" ou o "Coordenador Líder"), da Caixa Econômica Federal (a "CAIXA"), da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a "HSBC"), do Banco Votorantim S.A. (o "Votorantim"), do BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento (o "BESI") e do Banco BTG Pactual (o "BTG Pactual" e, em conjunto com o BB-BI, CAIXA, HSBC, Votorantim e BESI, os "Coordenadores"), por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos prospectos preliminar e definitivo, com informações mínimas sobre a Emissora e a Oferta, nos termos da Instrução CVM 400 (o "Prospecto Preliminar", o "Prospecto Definitivo" e conjuntamente os "Prospectos"), para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º, incisos I, II e III, do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.6.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após:

(i) a concessão do registro da Oferta pela CVM;

(ii) a publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures (o "Anúncio de Início") no âmbito da Emissão; e

(iii) a disponibilização aos investidores dos Prospectos, nos termos da regulamentação aplicável.

3.6.3. Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início (o "Prazo de Colocação").

3.6.4. A quantidade e a remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos nos itens 4.1.7, 4.2 e 4.3 abaixo, foram definidas em procedimento organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (o "Procedimento de *Bookbuilding*").

3.6.5. O valor total da Emissão não poderá ser aumentado em virtude do uso do Lote Suplementar e/ou do Lote Adicional, nos termos previstos na Instrução CVM 400.

Selo Eletrônico
ARQUIVAMENTO
ALS 39369

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
0126294
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

3.7. LIMITE DA EMISSÃO

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, considerando o capital social da Emissora, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) será de R$ 3.296.785.358,90 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos).

3.8. BANCO MANDATÁRIO E INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA

O banco mandatário e instituição depositária das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12 (o "Banco Mandatário" e "Instituição Depositária" sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e/ou a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos neste item).

3.9. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende:

(i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário;

(ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial;

(iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e

(iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

4.1.1. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de janeiro de 2010 (a "Data de Emissão").

4.1.2. Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações.

4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

- 1 MAR 10 770465

REGISTRO DE IMÓVEIS
AV. 1 REGISTRO
RES 39370

REGISTRADO SOB O NUMERO:
0126291
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de São

4.1.6. Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2012 (a "Data de Vencimento da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2015 (a "Data de Vencimento da Segunda Série"). Na respectiva Data de Vencimento da Primeira Série e na respectiva Data de Vencimento da Segunda Série, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, respectivamente, que ainda estiverem em circulação. A liquidação das Debêntures aqui referida será realizada pela Emissora, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) em se tratando das Debêntures da Segunda Série), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) e da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), conforme o caso.

4.1.7. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 270.000 (duzentas e setenta mil) Debêntures, sendo 156.600 (cento e cinquenta e seis mil e seiscentas) Debêntures da Primeira Série e 113.400 (cento e treze mil e quatrocentas) Debêntures da Segunda Série. A Emissão será realizada em duas séries, sendo que o número de Debêntures alocado a cada série foi definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado o item 3.6.4 acima.

4.1.8. Dia(s) Útil(eis): Para fins da presente Escritura, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.2. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.2.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

4.2.2. Juros Remuneratórios: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) (a "Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa, de 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding* (a "Taxa Máxima da Primeira Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento das Debêntures da Primeira Série (os "Juros Remuneratórios da Primeira Série"), que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.5.1.

4.2.2.1. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding* previsto no item 4.2.2 acima, foi ratificada por meio do Primeiro Aditamento à presente Escritura.

4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis e deverão (observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.1 abaixo) ser pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo), conforme aplicável. O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

- 1 MAR 10 770463

ARQUIVAMENTO
ALS 39371

REGISTRADO SOB O NÚMERO
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

$$J = VNe \times (FatorJuros-1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_k, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + (TDI_k)\right]$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até n_{DI}.

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "n_{DI}" um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1\right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left(\frac{spread}{100} + 1\right)^{\frac{DP}{252}}$$

1 MAR 10 770163

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cap

onde,

spread = 0,9000; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.2.2.3. Observações:

(i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

(iii)a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

- 1 MAR 10 270193

4.2.2.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos subitens 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 abaixo.

4.2.2.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou de impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Primeira Série da Taxa DI, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicados, observado o disposto no subitem 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no subitem 4.2.2 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

ARQUIVAMENTO
NLS 39373

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do BH

4.2.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.3. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

As Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.3.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (o "IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (o "IBGE" e a "Atualização da Segunda Série", respectivamente), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série.

4.3.1.1. A Atualização da Segunda Série será paga na periodicidade prevista no subitem 4.4.2 abaixo ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento.

4.3.1.2. A Atualização da Segunda Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde,

$$C = \prod_{k=1}^{n}\left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}}\right)^{\frac{dup}{dn}}\right]$$

n = número total de índices considerados na Atualização da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

NIk = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série; após a data de aniversário respectiva, o "NI_k" corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

- 1 MAR 10 770465

Sala de Atualização
ARQUIVAMENTO
ALS 39374

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do RS

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo "dut" um número inteiro.

4.3.1.3. Observações:

(i) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;

(ii) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;

(iii) Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subseqüente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversários consecutivas;

(iv) O fator resultante da expressão $[NI(k) / NI(k-1)]^{\left(\frac{dup}{dut}\right)}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

(v) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.1.4. Observado o item 4.10.2.1 abaixo, aplicável até a data de subscrição e integralização das Debêntures, no caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o número-índice divulgado relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização da Segunda Série que será aplicada, observado o disposto no subitem 4.3.1.5 abaixo.

4.3.1.5. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado, ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização da Segunda Série

- 1 MAR 10 770465

RS 39375

01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

4.3.1.6. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator "C" no cálculo da Atualização da Segunda Série.

4.3.2. Juros Remuneratórios: as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios de 7,6796% (sete inteiros e seis mil, setecentos e noventa e seis décimos de milésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding* (os "Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração da Segunda Série"). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o subitem 4.3.1 acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, e, observada a periodicidade prevista no subitem 4.5.2 abaixo, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis).

4.3.2.1. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (taxa + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

Taxa = 7,6796%;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

- 1 MAR 10 770465
Serviço de Registro de Títulos e Documentos
Oficial
Cartas de Fiscalização
ARQUIVAMENTO
ALS 39376

REGISTRADO SOB O NÚMERO: 01262941
1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos do Rio

4.3.3. Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização":

(i) para as Debêntures da Primeira Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido abaixo); e

(ii) para as Debêntures da Segunda Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido abaixo).

4.3.4. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding* previsto no item 4.3.2 acima, foi ratificada por meio do Primeiro Aditamento à presente Escritura.

4.4. AMORTIZAÇÃO

4.4.1. A amortização integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será realizada em uma única parcela, na Data de Vencimento da Primeira Série.

4.4.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, conforme tabela a seguir:

Datas da Amortização	Definição da fração do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado(*)
15 de janeiro de 2013	33,00%
15 de janeiro de 2014	33,00%
15 de janeiro de 2015	34,00%

(*) O Valor Nominal unitário aqui apresentado é referenciado à Data de Emissão e deverá ser atualizado monetariamente nos termos desta Escritura.

4.5. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS DA PRIMEIRA SÉRIE E DOS JUROS REMUNERATÓRIOS DA SEGUNDA SÉRIE

4.5.1. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, no mês de janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2011 e o último pagamento em 15 de janeiro de 2012, que é a Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série").

4.5.2. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, do mês de janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2011 e o último pagamento em 15 de janeiro de 2015, que é a Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série").

- 1 MAR 10 770465

Sub-diplicação
AMORTIZAMENTO
NLS 39377

REGISTRADO SOB O NÚMERO: 01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do BH

4.6. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados nas datas previstas nesta Escritura, utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados à CETIP ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.

4.7. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.6 acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.8. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da remuneração das Debêntures, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos ficarão sujeitos a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, corrigido monetariamente pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, excluindo-se a hipótese de a variação acumulada do IPCA resultar em um valor negativo. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.9. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10. Preço de Subscrição

4.10.1. As Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo), de acordo com o disposto no item 4.2 desta Escritura, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arrendondamento.

4.10.2. As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo), de

-1 MAR 10 770465

Oficial ... Pacificação ARQUIVAMENTO ALS 39378

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

acordo com o disposto no item 4.3 desta Escritura, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

4.10.2.1. Caso, até a data de subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série não haja divulgação do IPCA do mês imediatamente anterior, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série a última projeção de IPCA, conforme acordado pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANDIMA ou, na falta dessa projeção da ANDIMA, o último IPCA oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas se e quando o IPCA que seria aplicável for divulgado.

4.11. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição (a "Data da Integralização") e em moeda corrente nacional, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

4.12. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.13. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, e publicados no jornal "Valor Econômico – Edição Nacional", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://cemig.infoinvest.com.br/ptb/s-45-ptb.html).

- 1 MAR 10 770465

4.14. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade.

4.15. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.16. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

Oficial
Sala de Fiscalização
ARQUIVAMENTO
ALS 39379

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos de BH

4.17. FUNDO DE AMORTIZAÇÃO

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.18. DIREITO DE PREFERÊNCIA

Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

CLÁUSULA V - ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCEMG, bem como no cartório competente da sede das Partes enquanto perdurar a Fiança.

- 1 MAR 10 770465

CLÁUSULA VI - RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

Não haverá Resgate Antecipado Facultativo.

6.2. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 6.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta e, sujeito ao disposto nos itens 7.2 e 7.3 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado (conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme o caso), calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

(i) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou da Garantidora, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora; ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Garantidora, nos termos da legislação aplicável;

Selo de Fiscalização
ARQUIVAMENTO
R$ 39,00

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
0126941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

(ii) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures;

(iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Garantidora decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não;

(iv) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emissora e/ou a Garantidora seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, constante de suas últimas demonstrações financeiras à época, sendo que, no caso da Garantidora, esse percentual será calculado com relação ao resultado consolidado da Garantidora;

(v) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, cujo valor global ultrapasse R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora;

(vi) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora;

(vii) se a Emissora e/ou a Garantidora, conforme o caso, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, segundo qualquer acordo ou contrato da qual seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; e/ou

(viii) Privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária que impliquem redução do capital social da Emissora e/ou da Garantidora, salvo se por determinação legal.

7.1.1. Para fins do disposto no subitem (viii) acima, entende-se por privatização a hipótese na qual: (i) a Garantidora, atual controladora direta da Emissora, deixe de deter, direta ou indiretamente, o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora; e/ou (ii) o Governo do Estado de Minas Gerais, atual controlador da Garantidora deixe de deter, direta ou indiretamente, o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Garantidora.

7.2. Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos subitens (i), (ii) e (iii) do item 7.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

- 1 MAR 10 770463

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Cartório Judicial
Belo Horizonte
Aniversário
R.S. 39381

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
912962941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

7.3. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos no item 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quorum específico estabelecido no subitem 7.3.1 abaixo, devendo o Agente Fiduciário, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas nas referidas Assembleias. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma do item 10.1 abaixo.

7.3.1. Se, nas Assembleias Gerais referidas no item 7.3 acima: (i) os Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo) e/ou; (ii) Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

7.3.2. Adicionalmente ao disposto nos itens 7.3 e 7.3.1 acima, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, devendo enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento, aplicando-se o disposto no item 7.4 abaixo.

7.4. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Emissora e/ou a Garantidora obriga(m)-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série (conforme aplicável), com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos no item 7.1 acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida nos itens 7.2, 7.3 e 7.3.1 acima.

CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

8.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) Dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;

(ii) Dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social; (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora; ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora; (b) cópia das

1º MAR 10 770165

SOB O NÚMERO:
01202941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

demonstrações financeiras completas da Garantidora relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes para fins de acompanhamento da garantia fidejussória.

(iii) No prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento de solicitação do Agente Fiduciário, declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;

(iv) Cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, nos prazos ali previstos e, dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes;

(v) Com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, informando, inclusive a data e ordem do dia dessas Assembleias, e prontamente fornecer cópias de todas as atas dessas Assembleias Gerais de Debenturistas, bem como cópia das atas de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Emissora que envolvam os interesses dos Debenturistas;

(vi) Em até 2 (dois) Dias Úteis após sua publicação, cópia dos avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias e demais documentos relacionados à presente Emissão;

(vii) No menor prazo possível, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada;

(viii) Cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura imediatamente após o seu recebimento;

(ix) Os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento; e

(x) Informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 7.1., na maior brevidade possível, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data em que tomar ciência de sua ocorrência. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório elaborado pela Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida instrução, observado o prazo aqui previsto.

8.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

8.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito , em base razoável: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente as suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1 MAR 10 770485
Oficial
ARQUIVAMENTO
ALS 39383

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

8.1.4. Convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembléias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

8.1.5. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas.

8.1.6. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

8.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

8.1.8. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

8.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

8.1.10. Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento.

8.1.11. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

8.1.12. Não praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social e com a presente Escritura, em especial os que possam direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;

8.1.13. Manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessárias ao regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto aqueles cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira, e ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na Escritura de Emissão, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto;

8.1.14. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

8.1.15. Manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais;

8.1.16. Enquanto as Debêntures existirem, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data da presente Escritura, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam na data da presente Escritura, exceto quando e se exigidos pela legislação em vigor ou pelas regulamentações emitidas pelo Poder Concedente;

- 1 MAR 10 770465

Oficial de Registro de Títulos e Documentos
Selo de Autenticação
ARQUIVAMENTO
RLS 39384

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

8.1.17. Exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios.

8.1.18. Contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e/ou BOVESPAFIX, conforme aplicável) e agência de classificação de risco (*rating*) para realizar a classificação de risco das Debêntures, devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco anualmente, até a Data de Vencimento das Debêntures. Além do aqui disposto, a Emissora deverá: (i) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as respectivas súmulas das classificações de risco; e (ii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora.

8.1.19. Caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: (i) contratar outra agência de classificação de risco, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja uma agência de reconhecimento internacional; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

8.1.20. Enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, o relatório anual elaborado pelo Agente Fiduciário.

8.1.21. Manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as atualizações necessárias à assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações nesta previstas.

- 1 MAR 10 770465

CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. NOMEAÇÃO

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., acima qualificado, o qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

9.2. REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.2.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

Oficial de Registro de Títulos e Documentos
ARQUIVAMENTO
ALS 39395

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01282941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

(i) parcelas anuais de R$13.659,65 (treze mil seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) cada uma, sendo que a primeira parcela será devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes;

(ii) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R$569,15 (quinhentos e sessenta e nove reais e quinze centavos) por hora-homem efetivamente dedicada pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário (a) à execução da Fiança, (b) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, (c) bem como à implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série (conforme o caso) em tais eventos, a qual deverá ser paga dentro de 5 (cinco) dias após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, do respectivo "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (x) das garantias, (y) dos prazos de pagamento e (z) das condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das debêntures não estão dentro do escopo de reestruturação das condições das Debêntures;

(iii) a remuneração prevista nos subitens (i) e (ii) acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora; e

(iv) as parcelas referidas acima serão atualizadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata temporis* se necessário; e

(v) os pagamentos estão sujeitos às deduções de tributos, taxas e outros encargos incidentes na fonte.

-1 MAR 10 770465

9.3. SUBSTITUIÇÃO

9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

Selo de Fiscalização
Oficial

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, observado o disposto no item 9.3.2 acima.

9.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivada na JUCEMG.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;

1º MAR 10 770465

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
0126241
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

(viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

(ix) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa referidos no subitem 4.13 acima, respeitadas as disposições desta Escritura e as demais regras aplicáveis constantes da Lei das Sociedades por Ações;

(xi) enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;

(xii) comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da(s) Assembleia(s) Geral(is), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da(s) referida(s) Assembleia(s);

(xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(e) amortização, aquisição facultativa, e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;

(g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos Índices Financeiros e quanto à ocorrência dos eventos previstos nos subitens (i) e (ii) do item 7.1 acima;

(h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

1 MAR 10 770465

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

(i) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures.

(xiv) colocar à disposição o relatório de que trata o subitem (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(a) sede da Emissora;

(b) seu escritório;

(c) CVM;

(d) SND;

(e) BM&FBOVESPA; e

(f) sede do Coordenador Líder.

(xv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos no subitem 4.13 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem (xiv) acima;

(xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA;

(xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(xviii) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, ao SND e à BM&FBOVESPA;

(xix) enviar à ANBIMA os relatórios de classificação de risco das Debêntures elaborados pela agência de classificação de risco contratada pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento do relatório encaminhado pela Emissora, ficando estabelecido que a Emissora deverá fornecer à agência de classificação de risco respectiva, em tempo hábil, todas as informações necessárias, incluindo informações financeiras e outras que lhes venham a ser por esta solicitadas, para fins de elaboração dos relatórios de classificação de risco das Debêntures;

(xx) observado o disposto nos subitens 8.1.10 e 8.1.12 desta Escritura, examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe convocar Assembleias Gerais para deliberar acerca de matéria; e

(xxi) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações.

- 1 MAR 10 770465

Oficial de Registro de Títulos e Documentos
Carlos Carneiro de Moraes Barros
R.G. 5.630.309

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

9.5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e de realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

(i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;

(ii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;

(iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

(iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

1 MAR 10 770465

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) presentes à respectiva Assembleia Geral quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem (iv) acima.

9.6. DESPESAS

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora mediante comprovação. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

9.6.4. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função ou decorrente deste exercício, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário bem como indenizações pagas em ações judiciais decorrentes do exercício de sua função.

Oficial

REGISTRADO SOB O NÚMERO
01262941
no Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

9.6.5. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

(i) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(ii) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;

(iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e

(iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nos itens 9.6.1 e 9.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

- 1 MAR 10 770465

9.7. DECLARAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

(i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;

(ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

(iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

(v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;

(vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;

(viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

(ix) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

REGISTRADO SOB O NÚMERO
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

(x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;

(xii) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.7 da presente Escritura;

(xiii) que verificou a manutenção da regularidade, suficiência e exequibilidade da garantia fidejussória prestada, sendo certo que a verificação da suficiência da garantia fidejussória, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83, baseou-se na verificação do Patrimônio Líquido da Garantidora que atendeu a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor da Emissão, sendo certo que o Patrimônio Líquido da Garantidora de acordo com as últimas informações financeiras disponibilizadas até a Data de Emissão, em 30 de setembro de 2009 era R$ R$ 4.324.787 mil (quatro bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e sete mil reais e, portanto, superior ao valor da Emissão.

CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas (as "Assembleias Gerais" ou, individualmente, a "Assembleia Geral") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. CONVOCAÇÃO

10.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

todos os titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

10.1.5. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de publicações e/ou avisos. Da mesma forma, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de publicações e/ou avisos. Ainda, com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), independentemente de publicações e/ou avisos.

10.2. QUORUM DE INSTALAÇÃO

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo) e/ou no mínimo a metade das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos os *quoru* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures da Primeira Série em Circulação" ou "Debêntures da Segunda Série em Circulação" (conjuntamente, as "Debêntures em Circulação") todas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente, subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. MESA DIRETORA

A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série eleito pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou pelos titulares das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. QUORUM DE DELIBERAÇÃO

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no subitem 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

-1 MAR 10 770465

Selvo Fiscalização
ARQUIVAMENTO
ALS 39393

REGISTRADO SOB O NÚMERO: 01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do SP

10.4.2. Não estão incluídos nos *quora* mencionados no subitem 10.4.1 acima:

(i) os *quora* expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura, inclusive com relação a assuntos de interesse comum aos Debenturistas de ambas as séries da presente Emissão;

(ii) as alterações relativas: (a) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 desta Escritura; (b) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura; e/ou; (c) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme o caso), seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série;

(iii) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII desta Escritura, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; e

(iv) as autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, devendo qualquer dessas autorizações ou permissões (*waivers*) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série.

- 1 MAR 10 77046

10.5. ALTERAÇÕES NESTA CLÁUSULA X

As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.5 e 10.7 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos no item 10.4 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

10.6. MATÉRIAS DE INTERESSE ESPECÍFICO

Na hipótese de instalação de Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse específico de Debenturistas de uma respectiva série, as disposições desta Cláusula X aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série, sendo que as matérias de interesse específico dos

Oficial Sr. Eurídice Cunha Rodrigues Ferreira
de Fiscalização
ARQUIVAMENTO
ALS 39394

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
012629 41
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

10.7. OUTRAS DISPOSIÇÕES À ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.7.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em quaisquer Assembleias Gerais.

10.7.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.7.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

- 1 MAR 10 770465

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(i) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;

(ii) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures, e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(iii) esta Escritura e as declarações por ela prestadas nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, constituem obrigação legal, válida e exigível da Emissora, exeqüível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

(iv) a celebração desta Escritura, e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em:

(a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos;

(b) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens; ou

(c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(v) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas, vinculantes e exeqüíveis contra si de acordo com seus termos e condições;

(vi) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas; exceto no que se referir a autorizações e licenças cuja perda,

Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Belo Horizonte - Minas Gerais
Reconhecido
Selo Digital de Autenticidade
ALS 39395

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;

(vii) tem obtido todas as licenças ambientais necessárias à implantação de seus novos empreendimentos e está negociando com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e as Superintendências Regionais de Meio Ambiente da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais - SUPRAMs a obtenção de licença de operação ambiental corretiva para os empreendimentos que entraram em operação antes de fevereiro de 1986 e que ainda não a possuam;

(viii) está, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;

(ix) suas demonstrações financeiras representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(x) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a lhe causar impacto substancial e adverso que não sejam aqueles relatados nas suas demonstrações financeiras;

(xi) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para lhe assegurar a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(xii) a celebração da presente Escritura e a Emissão foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seu Estatuto Social ou qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;

(xiii) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

(xiv) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua disponibilização, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

(xv) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

-1 MAR 10 770465

Cartório de Registro de Títulos e Documentos
Oficial
Ofício Cartório de Registro de Títulos e Documentos
Registro de Fiscalização
ARQUIVAMENTO
ALS 39396

REGISTRADO SOB O ...
01262941
Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP

(xvi) além das debêntures da 2ª série da 1ª emissão da Emissora, cujo saldo devedor, de acordo com as últimas informações financeiras disponibilizadas até a Data de Emissão, em 30 de setembro de 2009, era de R$263.382.700,51, não há, nesta data, debêntures de outras emissões da Emissora cujo saldo devedor, total ou parcial, ainda esteja em aberto.

11.2. A Garantidora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(i) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;

(ii) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Garantidora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

(iii) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (a) seu Estatuto Social; ou (b) qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;

(iv) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Garantidora de suas obrigações nos termos da presente Escritura e da Fiança, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Escritura nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND e ao BOVESPAFIX, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;

(v) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Garantidora seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data, ou (c) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

(vi) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 30 de setembro de 2009 e 2008, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Garantidora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Garantidora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Garantidora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Garantidora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Garantidora.

-1 MAR 10 770465

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos do RJ

(vii) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;

(viii) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(ix) as informações sobre a Garantidora constantes dos Prospectos são suficientes para o conhecimento sobre os negócios da Garantidora, sua situação financeira e dos riscos inerentes ao seu objeto social, entre outras informações relevantes à tomada de decisões dos investidores, na extensão exigida pela legislação aplicável; e

(x) não omitiu, ou omitirá, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Garantidora em prejuízo dos Debenturistas.

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. COMUNICAÇÕES

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

PARA A EMISSORA:
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
Avenida Barbacena, nº 1.200, 1º andar, ala A1
CEP 30190-131 – Belo Horizonte – MG
At.: Sr. Cristiano Corrêa de Barros
Telefone: (31) 3506-4999
Fac-símile: (31) 3506-5068
E-mail: cbarros@cemig.com.br

PARA A GARANTIDORA:
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG
Avenida Barbacena, n.º 1.200, 1º andar, ala A1
CEP 30190-131 – Belo Horizonte – MG
At.: Sr. Cristiano Corrêa de Barros
Telefone: (31) 3506-4999
Fac-símile: (31) 3506-5068
E-mail: cbarros@cemig.com.br

PARA O AGENTE FIDUCIÁRIO:
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205 - Barra da Tijuca
CEP 22.640-100 – Rio de Janeiro – RJ
At: Sr. Gustavo Dezouzart
Telefone: (21) 3514-0000
Fac-símile: (21) 3514-0099
E-mail: agente@oliveiratrust.com.br / gustavo@oliveiratrust.com.br

-1 MAR 10 770465

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

PARA O BANCO MANDATÁRIO E INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA:
BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, s/ nº, Prédio Amarelo, 2º andar - Vila Yara
CEP 06029-900 – Osasco – SP
At.: Sr. Luis Cláudio de Freitas Coelho Pereira
Telefone: (11) 3684-4522
Fac-símile: (11) 3684-5645
E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

PARA A CETIP:
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
CEP 01009-000 - São Paulo, SP

PARA A BM&FBOVESPA:
Rua XV de Novembro, nº 275.
CEP 01013-001 - São Paulo - SP

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações previstas nesta Escritura, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. LEI APLICÁVEL

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

Sub de Fiscalização
ARQUIVAMENTO
ALS 39399

REGISTRADO SOB O NÚMERO: 01262941
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

12.5. IRREVOGABILIDADE; SUCESSORES

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.6. INDEPENDÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA ESCRITURA

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.7. DESPESAS

A Emissora arcará com todos os custos:

(i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND, na BM&FBOVESPA e na ANBIMA – Associação Brasileira dos Mercados Financeiros e de Capitais;

(ii) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao Registro desta Escritura e seus aditamentos na JUCEMG;

(iii) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora;

(iv) das taxas de registro da presente Escritura junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede das Partes; e

(v) pelos honorários e despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Instituição Depositária.

12.8. SUBSTITUIÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

12.8.1. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de classificação de risco. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, da Instituição Depositária e da agência de classificação de risco, bem como a indicação de seu(s) substituto(s) deverá ser aprovada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, cujo quorum para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral.

12.8.2. A remuneração dos prestadores de serviços substitutos indicados no item 12.8.1 acima deverá ser a mesma paga pela Emissora para os atuais prestadores de serviço, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

12.9. FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

ALS 39400

REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01262941

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICO QUE ESTE DOCUMENTO FAZ PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO PROTOCOLADO EM 25/02/2013 SOB O NÚMERO 4201312 NÃO PODENDO SER USADO SEPARADAMENTE.

PROTOCOLO: 701811659

AC0774380

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo B

Atos Societários da Emissora referentes à Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CEMIG

Cemig Geração e Transmissão S.A.
CNPJ 06.981.176/0001-58 - NIRE 31300020550

Extrato da ata da 93ª reunião do Conselho de Administração.

Data, hora e local: 23-07-2009, às 11 horas, na sede social, na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, ala B1, em Belo Horizonte-MG.

Mesa: Presidente: Sergio Alair Barroso / Secretária: Anamaria Pugedo Frade Barros.

Sumário dos fatos ocorridos: I- O Presidente indagou aos Conselheiros presentes se havia conflito de interesse deles com as matérias da pauta desta reunião, tendo todos se manifestado negativamente à existência de qualquer conflito neste sentido. II- O Conselho aprovou a ata desta reunião. III- O Conselho autorizou: A) a 3ª emissão de notas promissórias comerciais da para colocação e distribuição pública no mercado de capitais local, obedecidas as seguintes características: Emissora: Cemig GT; Coordenador Líder: BB Banco de Investimento S.A.; Coordenadores: Caixa Econômica Federal e HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., bem como outras instituições financeiras indicadas pelo coordenador líder e aprovadas pela Cemig GT, como resultado de eventual processo de sindicalização; Valor de emissão: até dois bilhões e setecentos milhões de reais; Destinação dos recursos: pagamento da aquisição de ativos; Número de séries: única; Prazo e vencimento: serão emitidas na data de sua respectiva subscrição e integralização e terão prazo de cento e oitenta dias; Regime de colocação: garantia firme de subscrição pelos coordenadores. O compromisso de garantia firme é válido até 30-12-2009; Valor nominal unitário: mínimo de dez milhões de reais na data de sua respectiva emissão; Número de notas promissórias: duzentas e setenta; Forma: serão emitidas fisicamente e ficarão depositadas junto à instituição habilitada à prestação de serviços de custódia. Serão nominativas e circularão por endosso em preto de mera transferência de titularidade; Remuneração: sobre o valor nominal unitário das notas promissórias incidirão juros remuneratórios correspondentes a 113% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base duzentos e cinquenta e dois dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, no informativo diário disponível em sua página na Internet; Pagamento da remuneração: no vencimento; Amortizações: no vencimento; Repactuação: não haverá; Resgate antecipado facultativo: a Emissora poderá resgatar antecipadamente as notas promissórias; Garantidora: contarão com a garantia corporativa da Cemig por meio de aval aposto na cártula das notas promissórias; Local de pagamento: os pagamentos referentes às notas promissórias serão realizados em conformidade com os procedimentos da CETIP S.A., para as notas promissórias registradas no NOTA - Sistema de Notas Promissórias, ou, para os titulares das notas promissórias que não estiverem vinculadas ao referido sistema, na sede da Emissora; Comprovação de limites: não necessita observar os limites previstos nos artigos 3º e 4º da Instrução da CVM nº 134/1990, nos termos da dispensa do inciso III do artigo 1º da Instrução CVM nº 155/1991; Vencimento antecipado: os titulares das notas promissórias poderão declarar automática e antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das notas promissórias de que sejam detentores e exigir o imediato pagamento pela Emissora do valor nominal unitário das notas promissórias acrescido da remuneração e dos encargos, calculados "pro rata tempore", a partir da data de emissão, mediante carta protocolada ou carta com aviso de recebimento endereçada à sede da Emissora na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses: a) decretação de falência da Emissora; ou dissolução e/ou liquidação da Emissora, ou pedido recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado

pela Emissora; ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável, b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora cujo valor, individual ou agregado, não pago ultrapasse cinquenta milhões de reais, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de trinta dias contado da data de vencimento da obrigação; c) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora, decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a cinquenta milhões de reais; d) mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora, salvo se por determinação legal, sem a prévia anuência dos titulares; e) incorporação da Emissora por outra empresa, cisão ou fusão da Emissora, salvo se por determinação legal; f) privatização da Emissora; g) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Emissora, que representem impacto material adverso na capacidade de pagamento da Emissora; ou, h) inadimplemento injustificado pela Emissora, ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo da(s) qual(is) seja(m) parte(s) como mutuária ou avalista, cujo valor, seja superior a cinquenta milhões de reais; B) a 2ª emissão pública de debêntures simples para distribuição pública, obedecidas as seguintes características: Emissora: Cemig GT; Coordenador Líder: BB Banco de Investimento S.A.; Coordenadores: Caixa Econômica Federal e HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., bem como outras instituições financeiras indicadas pelo coordenador líder e aprovadas pela Cemig GT, como resultado de eventual processo de sindicalização; Data de emissão: a definir; Valor de emissão: até dois bilhões e setecentos milhões de reais, na data de emissão. Esse valor poderá ser aumentado em até 35%, em virtude de uso de Lote Suplementar (15%) e/ou de Lote Adicional (20%); Destinação dos recursos: pagamento ou pré-pagamento da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Cemig GT; Quantidade de debêntures: até duzentas e setenta mil debêntures para qualquer série, sendo que a quantidade será definida no processo de "bookbuilding" através da estrutura de vasos comunicantes; Valor nominal unitário: dez mil reais na data de emissão; Regime de colocação: garantia firme de subscrição pelos coordenadores, sem solidariedade entre eles, para a totalidade da emissão. A garantia firme será exercida exclusivamente na subscrição da 1ª série e unicamente na hipótese da demanda dos investidores pelas debêntures não exceder o limite estabelecido para o volume da emissão, antes dos eventuais Lotes Suplementar e Adicional. O compromisso de garantia firme de subscrição das debêntures pelos coordenadores é válido até 30-12-2009; Tipo e forma: nominativas e escriturais; Espécie: quirografária; Classe: não conversíveis em ações; Número de séries e volume: duas séries e serão ofertadas aos investidores na forma de vasos comunicantes. A emissão da 2ª série será condicionada à obtenção de demanda dos investidores suficiente para a emissão de montante mínimo a ser definido entre a Cemig GT e os coordenadores: 1ª série: com sua remuneração atrelada à variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro de um dia, extra grupo, calculada e divulgada pela Cetip S.A., no informativo diário disponível em sua página na Internet (Taxa DI); e, 2ª série: com cláusula de correção monetária do seu valor nominal pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA; Prazo de vencimento: 1ª série: 2 anos a partir da data de emissão; e, 2ª série: 5 anos a partir da data de emissão; Forma de amortização: 1ª série: uma única parcela no final ("bullet"); e, 2ª série: em três parcelas anuais e iguais no 3º, 4º e 5º anos a partir da data de emissão; Pagamento de remuneração: anual, a partir da data de emissão, para as duas séries; Pagamento da correção monetária: 1ª série: não há; e, 2ª série: nas mesmas datas de amortização; Remuneração: será definida em procedimento de "bookbuilding", sendo a taxa inicial do "bookbuilding" e do exercício da garantia firme para a

1ª série definida como segue: 1ª série: corresponde a uma sobretaxa de 1,5% ao ano, com base em duzentos e cinquenta e dois dias úteis, a ser capitalizada à variação acumulada das Taxas DI; e, 2ª série: corresponde à variação do IPCA acrescido de uma sobretaxa a ser definida em comum acordo entre a Cemig GT e os coordenadores antes do início do processo de venda das debêntures; Garantidora: as debêntures contarão com a garantia corporativa da Cemig, por meio de fiança solidária; Registro para negociação: serão registradas para negociação: a) no Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela CETIP S.A., de acordo com as políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto; e, b) no Bovespafix, operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A.; "Rating" mínimo: "Aa3.br", com perspectiva estável, em escala nacional pela Moody's América Latina Ltda. ou classificação equivalente, se realizado por outra agência de classificação de risco; Vencimento antecipado: são considerados eventos de vencimento antecipado, sujeitos à declaração pelo Agente Fiduciário do vencimento antecipado da emissão e à imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do valor nominal não amortizado de cada debênture, acrescido da remuneração, quaisquer das seguintes ocorrências: a) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Emissora ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora ou pedido de falência formulado pela Emissora ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, nos termos da legislação aplicável; b) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às debêntures; c) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em montante igual ou superior a cinquenta milhões de reais ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; d) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emisaora seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras à época; e) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor global ultrapasse cinquenta milhões de reais ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de trinta dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; f) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanada em trinta dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora nesse sentido; g) se a Emissora deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora segundo qualquer acordo ou contrato de qual ela seja parte como mutuaria ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a cinquenta milhões de reais ou seu equivalente em outras moedas; e/ou, h) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, que impliquem redução do capital social da Emissora. Para fins desta alínea entende-se por privatização a hipótese na qual: a atual controladora direta da Emissora, a Cemig, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora; e/ou, o atual controlador da Cemig, o Governo do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Cemig. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas "a", "b" e "c" acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas "d" até "h" supra, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de quarenta e oito horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência

CEMIG

de qualquer dos referidos eventos, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, que deverá ser definida por Debenturistas representando, no mínimo, dois terços das Debêntures em circulação da emissão; C) a celebração dos documentos indispensáveis às citadas emissões, como Mandato; Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Notas Promissórias Comerciais da 3ª Emissão da Cemig GT; Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, em Regime de Garantia Firme, da 2ª Emissão Pública da Cemig GT; Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Cemig GT e respectivos aditamentos posteriores; e, Cártulas, bem como outros devidamente aprovados pela área jurídica e que não onerem a operação; D) a abertura do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação, bem como a contratação do BB Banco de Investimento S.A., como coordenador líder, da Caixa Econômica Federal e da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., bem como de outras instituições financeiras indicadas pelo coordenador líder e aprovadas pela Cemig GT, como resultado de eventual processo de sindicalização, como coordenadores da 3ª emissão das notas promissórias comerciais ("commercial papers") da Cemig GT; E) a contratação do Banco Bradesco S.A., como parte integrante da proposta para a 3ª emissão das notas promissórias comerciais da Cemig GT, pelo prazo de vigência das notas promissórias, para a prestação do serviço de banco mandatário, por licença dispensada em razão do valor; F) a abertura de Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação, bem como a contratação do BB Banco de Investimento S.A., como coordenador líder, da Caixa Econômica Federal e da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., bem como de outras instituições financeiras indicadas pelo coordenador líder e aprovadas pela Cemig GT, como resultado de eventual processo de sindicalização, como coordenadores da 2ª emissão pública de debêntures simples da Cemig GT; G) a abertura do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação, bem como a contratação dos seguintes prestadores de serviços como partes integrantes da proposta para a realização da 2ª emissão de debêntures simples da Cemig GT: a) Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como agente fiduciário, pelo prazo de vigência das debêntures, b) *Moody's* América Latina Ltda., para atribuição e manutenção do "rating" em escala nacional, pelo prazo de vigência das debêntures, e, c) Banco Bradesco S.A., para a prestação dos serviços de banco mandatário e agente escriturador, pelo prazo de vigência das debêntures; e, H) o pagamento de todos os custos relacionados com as publicações de avisos ao mercado, anúncios de início e de encerramento de distribuição, taxa Associação Nacional dos Bancos de Investimento, taxa de registro das emissões na Comissão de Valores Mobiliários, taxas de registro para negociação das emissões, dentre outros indispensáveis à efetivação das emissões, estimados em R$1.300 mil. IV- O Vice-Presidente e os Conselheiros André Araújo Filho, Evandro Veiga Negrão de Lima, José Castelo Branco da Cruz e Jeffery Atwood Safford teceram comentários sobre assuntos gerais e ou negócios de interesse da Empresa. Presenças: Conselheiros Sergio Alair Barroso, Alexandre Heringer Lisboa, André Araújo Filho, Antônio Adriano Silva, Eduardo Lery Vieira, Evandro Veiga Negrão de Lima, Francelino Pereira dos Santos, Guy Maria Villela Paschoal, João Camilo Penna, Maria Estela Kubitschek Lopes, Jeffery Atwood Safford, José Castelo Branco da Cruz e Marco Antonio Rodrigues da Cunha; Vice-Presidente e, também, Diretor-Presidente, Djalma Bastos de Morais; José Carlos de Mattos e Luiz Fernando Rolla, Diretores; Manoel Bernardino Soares, Superintendente; e, Anamaria Pugedo Frade Barros, Secretária.

Anamaria Pugedo Frade Barros

Anamaria Pugedo Frade Barros

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: [illegible] EM [illegible]
AGENTE GERACAO E TRANSMISSAO S.A.P
PROTOCOLO: [illegible]

CEMIG

Cemig Geração e Transmissão S.A.
CNPJ 06.981.176/0001-58 - NIRE 31300020550

Extrato da ata da 97ª reunião do Conselho de Administração

Data, hora e local: 27-08-2009, às 15 horas, na sede social, na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, ala B1, em Belo Horizonte-MG.

Mesa: Presidente: Sergio Alair Barroso / Secretária: Anamaria Pugedo Frade Barros.

Sumário dos fatos ocorridos: I- O Presidente indagou aos Conselheiros presentes se havia conflito de interesse deles com as matérias da pauta desta reunião, tendo todos se manifestado negativamente à existência de qualquer conflito neste sentido. II- O Conselho aprovou a ata desta reunião. III- O Conselho autorizou: a) a celebração de contratos de arrendamentos de imóveis rurais localizados nos municípios de Grão Mogol e Francisco Sá, para a instalação de usina eólico-elétrica, visando assegurar à parceria Cemig GT e EDP-Energias do Brasil S.A. o direito à exploração do potencial eólico nessas áreas, com prazo de vigência de trinta e cinco anos e possibilidade de rescisão pela Cemig GT, em caráter unilateral, a qualquer tempo. Terminada a fase dos estudos de viabilidade técnico-econômica, a manutenção desses contratos será objeto de reavaliação pela Administração da Cemig GT, quando da tomada de decisão pela continuidade ou não dos empreendimentos; b) a doação incentivada de setecentos e cinquenta mil reais ao projeto Valores de Minas 2009, do SERVAS-Serviço Voluntário de Assistência Social, devidamente aprovado junto ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente-MG; c) a dissolução do Centro de Gestão Estratégica de Tecnologia-CGET, a destinação do patrimônio liquido do CGET para a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais-EMATER, no montante de 56%, e para a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais-CETEC, no montante de 44%; a celebração com o CGET dos termos de Resilição dos Convênios de Cooperação Técnico-Cientifica, relativos ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - P&D, utilizando os recursos de aplicação compulsória advindos das Leis Federais 9991/2000 e 10848/2004; a transferência do Processo de Gestão do Programa de P&D para a Superintendência de Tecnologia e Alternativas Energéticas da Cemig; e, o voto favorável do representante da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária do CGET em relação às seguintes matérias: Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao exercício de 2009; dissolução do citado Centro, com a imediata instauração do processo de liquidação e consequente dissolução e extinção dos Conselhos de Administração e Fiscal, cessando-se, ainda, a função dos Diretores; designação de uma pessoa para desempenhar as funções legais de liquidante do citado Centro e tomar as providências cabíveis, representando o CGET e empregando, durante o processo de liquidação, o nome do referido Centro acrescentando a expressão "Em Liquidação", acompanhado de sua assinatura individual e da declaração de sua qualidade (Liquidante); designação da Superintendência da Secretaria Executiva Empresarial, da Cemig, para que, após a extinção do CGET, seja a responsável pela boa guarda e conservação dos livros e demais documentos sociais pelo período de cinco anos, contado a partir da data da Assembleia Geral que deliberar sobre este assunto; e, destinação do patrimônio liquido do CGET conforme acima citado; d) a retirada do patrocínio da Cemig GT ao Plano de Benefício Definido-Plano BD da Fundação Forluminas de Seguridade Social-Forluz, oferecendo aos participantes ativos e assistidos as opções de indenização ou transferência de reserva, previstas na norma vigente ou a migração para os planos A e B, também da Forluz, assumindo o compromisso calculado pela Consultoria

Watson Wyatt Worldwide; e, e) a abertura do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação, bem como a contratação da Empresa de Infovias S.A. para prestação dos serviços de capacidade de transmissão dentro da rede Internet Protocol - Multi Protocol Label Switching-IP-MPLS e do serviço de voz e dados corporativos, na modalidade local e longa distância, pelo prazo de sessenta meses, sendo o valor total estimado rateado entre a Cemig D, Cemig GT e Cemig; aumento do orçamento deste exercício da Superintendência de Telecomunicações, no valor de cinco milhões de reais, rateado entre a Cemig, Cemig D e Cemig GT, para ser utilizado exclusivamente no pagamento das faturas referentes a esse contrato. IV- O Conselho rerratificou a CRCA-045/2009, alterando: 1) a destinação dos recursos da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Cemig GT ("commercial paper"), para: parcela significativa ou mesmo a totalidade dos recursos a serem captados por meio da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Emissora será destinada à aquisição direta ou indireta de ativos, sendo que, no caso de não utilização da totalidade dos recursos para essa finalidade, a quantia remanescente será utilizada para a realização de investimentos e para a recomposição do caixa da Emissora, tendo em vista investimentos por ela já realizados em 2009. A identificação desses investimentos deverá constar dos documentos referentes à 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, conforme necessário, tendo em vista a regulamentação aplicável; 2) os eventos de vencimento antecipado da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Cemig GT ("commercial paper"), para: os titulares das notas promissórias poderão declarar automática e antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das notas promissórias de que sejam detentores e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora do valor nominal unitário das notas promissórias, acrescido da remuneração e dos encargos, calculados "pro rata tempore", a partir da data de emissão, mediante carta protocolada ou carta com aviso de recebimento endereçada a sede da Emissora e/ou da Garantidora na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses: a) decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora ou dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou da Garantidora, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora; ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Garantidora, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável; b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora cujo valor, individual ou agregado, não pago, ultrapasse cinquenta milhões de reais, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora (conforme aplicável), ou se for cancelado ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data de vencimento da obrigação; c) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Garantidora, decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a cinquenta milhões de reais ou seu equivalente em outras moedas; d) mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora e/ou da Garantidora, salvo se por determinação legal, sem a prévia anuência dos titulares das notas promissórias que representem setenta e cinco por cento, no mínimo, das notas promissórias em circulação da emissão; e) incorporação da Emissora e/ou da Garantidora por outra empresa, cisão ou fusão da Emissora e/ou da Garantidora, salvo se por determinação legal; f) privatização da Emissora e/ou da Garantidora; g) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Emissora e/ou pela Garantidora, que representem impacto material adverso na capacidade de pagamento da Emissora e/ou da Garantidora; e/ou, h) inadimplemento injustificado pela Emissora e/ou pela Garantidora, ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo da(s) qual(is)

seja(m) parte(s) como mutuária ou avalista, cujo valor seja superior a cinquenta milhões de reais ou seu equivalente em outras moedas. Para fins do aqui disposto, entende-se por privatização a hipótese na qual o atual controlador direto da Emissora, a Cemig, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, cinqüenta por cento mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora e/ou o atual controlador da Cemig, o Governo do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, cinqüenta por cento mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Cemig. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas "a" e/ou "c", acima, acarretará o vencimento antecipado imediato das notas promissórias, independentemente de qualquer consulta aos detentores das notas promissórias. Na ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados nas alíneas acima, deverá ser convocada, dentro de quarenta e oito horas da data em que qualquer dos titulares das notas promissórias tomar conhecimento do evento, assembleia dos titulares das notas promissórias para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das notas promissórias, que deverá ser definida por titulares detentores de notas promissórias que representem, no mínimo, dois terços das notas promissórias em circulação da emissão; 3) os eventos de vencimento antecipado da 2ª emissão pública de debêntures simples da Cemig GT, para: são considerados eventos de vencimento antecipado, sujeitos à declaração pelo Agente Fiduciário do vencimento antecipado da emissão e à imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, do valor nominal não amortizado de cada debênture, acrescido da remuneração, quaisquer das seguintes ocorrências: a) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou da Garantidora ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou da Garantidora ou pedido de falência formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Garantidora, nos termos da legislação aplicável; b) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures; c) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora e/ou da Garantidora em montante igual ou superior a cinquenta milhões de reais ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; d) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emissora e/ou a Garantidora seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a trinta por cento da receita operacional líquida da Emissora e/ou da Garantidora constante de suas últimas demonstrações financeiras respectivas à época, sendo que, no caso da Garantidora, esse percentual será calculado com relação ao resultado consolidado da Garantidora; e) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, cujo valor global ultrapasse cinquenta milhões de reais ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pela Garantidora (conforme aplicável), bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de trinta dias, contado da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora ou à Garantidora (conforme aplicável) nesse sentido; f) falta de cumprimento pela Emissora ou pela Garantidora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanada em até trinta dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora ou à Garantidora (conforme aplicável) nesse sentido; g) se a Emissora ou a Garantidora deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora ou pela Garantidora, segundo qualquer acordo ou contrato do qual ela seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a cinquenta milhões de reais ou seu equivalente em outras moedas; e/ou, h)

privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária que implique redução do capital social da Emissora ou da Garantidora. Para fins desta alínea entende-se por privatização a hipótese na qual a atual controladora direta da Emissora, a Cemig, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, cinqüenta por cento mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora e/ou o atual controlador da Cemig, o Governo do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, cinqüenta por cento mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Cemig. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas "a", "b" e/ou "c", acima, acarretará o vencimento antecipado imediato das debêntures, independentemente de qualquer consulta aos debenturistas. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens "d" até "h", supra, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de quarenta e oito horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia de Debenturistas para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das debêntures, que deverá ser definida por debenturistas representando, no mínimo, dois terços das debêntures em circulação da emissão, permanecendo inalteradas as demais disposições daquela CRCA. V- Retirada da pauta da matéria relativa à Oferta Pública de Aquisições-OPA de ações da Terna Participações S.A.. VI- Os Conselheiros Alexandre Heringer Lisboa, João Camilo Penna e Guy Maria Villela Paschoal abstiveram-se de votar a matéria relativa à retirada de patrocínio do Plano de Benefício Definido da Forluz / Plano BD, mencionada na alínea "d" do item III, supra. VII- O Presidente, o Vice-Presidente e os Conselheiros André Araújo Filho, Evandro Veiga Negrão de Lima e Jeffery Atwood Safford teceram comentários sobre assuntos gerais e ou negócios de interesse da Empresa. Presenças: Sergio Alair Barroso, Djalma Bastos de Morais, Alexandre Heringer Lisboa, André Araújo Filho, Antônio Adriano Silva, Eduardo Lery Vieira, Evandro Veiga Negrão de Lima, Guy Maria Villela Paschoal, João Camilo Penna, Maria Estela Kubitschek Lopes, Jeffery Atwood Safford, Lauro Sérgio Vasconcelos David, Cezar Manoel de Medeiros, Fernando Henrique Schuffner Neto, Franklin Moreira Gonçalves, Kleber Antonio de Campos, Marco Antonio Rodrigues da Cunha e Paulo Sérgio Machado Ribeiro; e, Anamaria Pugedo Frade Barros, Secretária.

Anamaria Pugedo Frade Barros
Anamaria Pugedo Frade Barros

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO:4191509 EM 08/09/2009
CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A.#
PROTOCOLO: 09/588.598-6

1029 Rta

Comprovante de Serviço

Auto-atendimento JUCEMG

Nome: MARTA HELENA SILVA SILVA	Validade: 31/12/2009
Endereço: av. Barbacena, 1200 - Santo Agostinho Cep: 30190131	Tipo: 4 — Número Identificação: 51086620882
Município: Belo Horizonte — UF: MG — Telefone: 31 3506-4337	Código Município em MG (para produtor rural e não inscrito):
	Mês/Ano de Referência: 12/2009
	Nº Documento: 13.000461649-99

Histórico:

Empresa : Cemig Geração e Transmissão S.A.

, apud: 31300020550, CNPJ: 06981176000158

Grupo	SubGrupo	Serviço	Quantidade	JUCEMG	CNE	Total
Registro de Empresas com sede na Minas R...	Registro de Sociedades por Ag/Ind/Cia, Co...	Ato de Reunião / Assembléia	1	R$[illegible]	R$[illegible]	R$[illegible]
		Total				R$[illegible]

SR. USUÁRIO, APRESENTAR ESTE COMPROVANTE NA JUCEMG

Processo consultado em diligência (Pendente) se não procurado ou não devolvido no prazo de 30 (trinta) dias sofrerá nova tarefação.

PARA USO INTERNO DA JUCEMG

CERTIFICO QUE FOI APRESENTADO O DAE DO PROTOCOLO ACIMA DEVIDAMENTE QUITADO

Data de Emissão: 08/12/2009

Atendente JUCEMG:

Linha Digitável

[illegible]

JUCEMG - SEDE

SEDE - BELO HORIZONTE

09/781.141-6

RFB

DA ... DP

Conf: _____

CEMIG

Cemig Geração e Transmissão S.A.
CNPJ 06.981.176/0001-58 - NIRE 31300020550

Extrato da ata da 102ª reunião do Conselho de Administração.

Data, hora e local: iniciada em 01-12-2009, às 13h30min, e finalizada em 04-12-2009, às , na sede social, na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, ala B1, em Belo Horizonte-MG.

Mesa: Presidente: Sergio Alair Barroso / Secretária: Anamaria Pugedo Frade Barros.

Sumário dos fatos ocorridos: I- O Presidente indagou aos Conselheiros presentes se havia conflito de interesse deles com as matérias da pauta desta reunião, tendo todos se manifestado negativamente à existência de qualquer conflito neste sentido. II- O Conselho aprovou: a) a proposta do Conselheiro Alexandre Heringer Lisboa, no sentido de que os membros do Conselho de Administração autorizassem o seu Presidente a convocar a Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se em 13-01-2010, às 17 horas; bem como que, caso não seja verificado "quorum" mínimo obrigatório, o Presidente possa proceder à segunda convocação dos acionistas no prazo legal, para deliberar sobre a matéria mencionada no item V, abaixo; b) a revisão do Orçamento de 2009; e, c) a ata desta reunião. III- O Conselho autorizou: a) a celebração, com a EDP-Energias do Brasil S.A., do Segundo Termo Aditivo ao Termo de Compromisso para Realização dos Estudos de Viabilidade de Aproveitamentos Hidrelétricos e Parques Eólicos, visando incluir o AHE Colíder nos estudos a serem realizados e alterar o valor total estimado do citado Termo de Compromisso; b) a celebração do Décimo Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão-CPST nº 005/1999, com o Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS, cujo objeto é regularizar os pagamentos base das funções de transmissão de propriedade da Cemig GT, conforme a Receita Anual Permitida estabelecida na Resolução Homologatória nº 670/2008, da Aneel, e incluir os reforços nas instalações de transmissão da Companhia, autorizados pela Aneel, através das Resoluções Autorizativas nºs 1.413/2008 e 1.614/2008; alterar o valor do citado Contrato, retroagindo e produzindo efeitos desde 01-07-2008; e, substituir os anexos do citado Contrato, contemplando os pagamentos base e as capacidades operativas das funções de transmissão pertencentes à Companhia. IV- O Conselho rerratificou: a) a CRCA-014/2009, alterando o prazo da contratação dos serviços de impressão corporativa de doze para trinta e seis meses, podendo ser prorrogado por até mais vinte e quatro meses, no limite máximo de sessenta meses, mediante celebração de termos aditivos, bem como o valor total estimado, permanecendo inalterados os demais termos daquela CRCA; e, b) a CRCA-045/2009, rerratificada também pela CRCA-065/2009, definindo: a taxa máxima do procedimento de "bookbuilding" para definição dos juros remuneratórios da 2ª série da 2ª emissão pública de debêntures simples da Cemig GT como sendo a remuneração das Notas do Tesouro Nacional – Série B, com vencimento em 2015 ("NTN-B"), apurada pela média das negociações nos cinco dias anteriores ao do procedimento de "bookbuilding", acrescida de "spread" correspondente a 1,5% ao ano. Os juros remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta de forma "pro rata tempore" por dias úteis com base em um ano de duzentos e cinquenta e dois dias e pagos ao final de cada período de capitalização das debêntures da 2ª série. Dessa forma, a remuneração final das debêntures da 2ª série será composta pela correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e pelos juros remuneratórios definidos acima; e, o volume mínimo da 2ª série da emissão em R$200 milhões de reais, observada a taxa máxima do "bookbuilding" da 2ª série referida acima. Caso não seja atingido esse volume mínimo para a 2ª série, esta

não será emitida e todas as debêntures da emissão serão alocadas na 1ª série da emissão. Permanecem inalteradas as demais disposições daquelas CRCAs. V- O Conselho encaminhou à Assembléia Geral Extraordinária proposta referente à autorização, verificação e aprovação do aumento do Capital Social, passando de dois bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos para três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos, através da utilização de recursos da conta Reserva de Lucros, sem a emissão de novas ações, e a consequente alteração do "caput" do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a ter a seguinte redação: "Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R$3.296.785.358,90 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos), representado por 2.896.785.358 (dois bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.". VI- Retirada da pauta a matéria relativa ao Projeto de Revitalização e Instalação de Sistema de Tratamento de Gases na Usina Térmica de Igarapé. VII- O Presidente; o Vice-Presidente; os Conselheiros Evandro Veiga Negrão de Lima, Jeffery Atwood Safford, Guy Maria Villela Paschoal, Alexandre Heringer Lisboa e João Camilo Penna; e, o Diretor Luiz Henrique de Castro Carvalho teceram comentários sobre assuntos gerais e ou negócios de interesse da Empresa. Presenças: Conselheiros Sergio Alair Barroso, Alexandre Heringer Lisboa, Antônio Adriano Silva, Evandro Veiga Negrão de Lima, Francelino Pereira dos Santos, Guy Maria Villela Paschoal, João Camilo Penna, Jeffery Atwood Safford, Kleber Antonio de Campos, Cezar Manoel de Medeiros, Franklin Moreira Gonçalves, Lauro Sérgio Vasconcelos David e Paulo Sérgio Machado Ribeiro; Djalma Bastos de Morais, Vice-Presidente e, também, Diretor-Presidente; Fernando Henrique Schuffner Neto e Marco Antonio Rodrigues da Cunha, Conselheiros e, também, Diretores; Marcus Eolo de Lamounier Bicalho, Conselheiro Fiscal; Luiz Henrique de Castro Carvalho, Diretor; e, Anamaria Pugedo Frade Barros, Secretária.

Anamaria Pugedo Frade Barros

Anamaria Pugedo Frade Barros

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo C

Atos Societários da Garantidora referente à Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
Companhia Aberta - CNPJ 17.155.730/0001-64 - NIRE 31300040127

Extrato da ata da 462ª reunião do Conselho de Administração.

Data, hora e local: 23-07-2009, às 10 horas, na sede social, na Av. Barbacena, 1.200, 18° andar, em Belo Horizonte-MG.

Mesa: Presidente: Sergio Alair Barroso / Secretária: Anamaria Pugedo Frade Barros.

Sumário dos fatos ocorridos: I- O Presidente indagou aos Conselheiros presentes se havia conflito de interesse deles com a matéria da pauta desta reunião, tendo todos se manifestado negativamente à existência de qualquer conflito neste sentido. II- O Conselho aprovou a ata desta reunião. III- O Conselho autorizou: a) a prestação de garantia fidejussória pela Cemig no âmbito da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Cemig GT, por meio de aval aposto nas cártulas das notas promissórias, destinada ao pagamento da aquisição de ativos, na qual serão emitidas até duzentas e setenta notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de dez milhões de reais na data da emissão, totalizando até dois bilhões e setecentos milhões de reais, com prazo de cento e oitenta dias, juros remuneratórios correspondentes a 113% do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e pagamento do principal e dos juros na data de vencimento; e, da 2ª emissão pública de debêntures simples da Cemig GT, por meio de fiança, destinada ao pagamento ou ao pré-pagamento da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Cemig GT, na qual serão emitidas até duzentas e setenta mil debêntures, em duas séries, com valor nominal unitário de dez mil reais na data da emissão, totalizando até dois bilhões e setecentos milhões de reais, valor esse que poderá ser aumentado em até 35% em virtude de uso de Lote Suplementar (15%) e/ou de Lote Adicional (20%); e, b) a celebração dos documentos necessários à efetivação da garantia fidejussória supracitada, de maneira que a garantia seja existente, válida e eficaz enquanto não cumpridas todas as obrigações a serem assumidas pela Cemig GT, como: Mandato; Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Notas Promissórias Comerciais da 3ª Emissão da Cemig GT; Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, em Regime de Garantia Firme, da 2ª Emissão Pública da Cemig GT; Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Cemig GT e respectivos aditamentos posteriores; e, Cártulas da 3ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig GT, bem como outros documentos devidamente aprovados pela área jurídica e que não onerem a operação. IV- O Vice-Presidente; os Conselheiros André Araújo Filho, Evandro Veiga Negrão de Lima, José Castelo Branco da Cruz e Jeffery Atwood Safford; e, o Diretor Luiz Fernando Rolla teceram comentários sobre assuntos gerais e ou negócios de interesse da Empresa. Presenças: Conselheiros Sergio Alair Barroso, Djalma Bastos de Morais, Alexandre Heringer Lisboa, André Araújo Filho, Antônio Adriano Silva, Eduardo Lery Vieira, Evandro Veiga Negrão de Lima, Francelino Pereira dos Santos, Guy Maria Villela Paschoal, João Camilo Penna, Maria Estela Kubitschek Lopes, Jeffery Atwood Safford, José Castelo Branco da Cruz e Marco Antonio Rodrigues da Cunha; Luiz Fernando Rolla e José Carlos de Mattos, Diretores; Manoel Bernardino Soares, Superintendente; e, Anamaria Pugedo Frade Barros, Secretária.

Anamaria Pugedo Frade Barros
Anamaria Pugedo Frade Barros

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 4156137
PROTOCOLO: 09/548.790-1 DATA: 27/08/2009
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
Companhia Aberta - CNPJ 17.155.730/0001-64 - NIRE 31300040127

Extrato da ata da 465ª reunião do Conselho de Administração.

Data, hora e local: 27-08-2009, às 9h30min, excepcionalmente, na Av. Olegário Maciel, 1748, em Belo Horizonte-MG.

Mesa: Presidente: Sergio Alair Barroso / Secretária: Anamaria Pugedo Frade Barros.

Sumário dos fatos ocorridos: I- O Presidente indagou aos Conselheiros presentes se havia conflito de interesse deles com as matérias da pauta desta reunião, tendo todos se manifestado negativamente à existência de qualquer conflito neste sentido. II- O Conselho aprovou: a) a retirada do patrocínio da Cemig ao Plano de Benefício Definido - Plano BD da Fundação Forluminas de Seguridade Social-Forluz, oferecendo aos participantes ativos e assistidos as opções de indenização ou transferência de reserva, previstas na norma vigente, ou a migração para os Planos A e B, também da Forluz, assumindo o compromisso calculado pela Watson Wyatt Worldwide; b) o aumento do Capital Social da Cemig Serviços S.A., passando de dez mil reais para cem mil reais, para execução dos orçamentos de despesas operacionais de 2009 a 2011; a subscrição e integralização do referido aumento do Capital Social; e, o voto favorável do representante da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária da Cemig Serviços S.A., no sentido de aprovar o aumento, a subscrição e integralização do Capital Social supracitado. O referido aporte deverá ser submetido à próxima Assembléia Geral Ordinária da Cemig; e, c) a ata desta reunião. III- O Conselho autorizou: a) a dissolução do Centro de Gestão Estratégica de Tecnologia-CGET; a destinação do patrimônio líquido do CGET para a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais-EMATER, no montante de 56%, e para a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais-CETEC, no montante de 44%; e, o voto favorável do representante da Companhia na Assembléia Geral Extraordinária do CGET em relação às seguintes matérias: Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao exercício de 2009; dissolução do citado Centro, com a imediata instauração do processo de liquidação e consequente dissolução e extinção dos Conselhos de Administração e Fiscal, cessando-se, ainda, a função dos Diretores; designação de uma pessoa para desempenhar as funções legais de liquidante do citado Centro e tomar as providências cabíveis, representando o CGET e empregando, durante o processo de liquidação, o nome do referido Centro acrescentado da expressão "Em Liquidação", acompanhado de sua assinatura individual e da declaração de sua qualidade (Liquidante); designação da Superintendência da Secretaria Executiva Empresarial, da Cemig, para que, após a extinção do CGET, seja a responsável pela boa guarda e conservação dos livros e demais documentos sociais pelo período de cinco anos, contado da data da Assembléia Geral que deliberar sobre este assunto; e, destinação do patrimônio líquido do CGET conforme acima citado; e, b) a abertura do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação, bem como a contratação da Empresa de Infovias S.A. para prestação dos serviços de capacidade de transmissão dentro da rede IP-MPLS (Internet Protocol-Multi Protocol Label Switching) e do serviço de voz e dados corporativos, na modalidade local e longa distância, pelo prazo de sessenta meses, sendo o valor estimado rateado entre a Cemig D, Cemig GT e Cemig; e, o aumento do orçamento deste exercício da Superintendência de Telecomunicações, no valor de cinco milhões de reais, a ser rateado

entre a Cemig D, Cemig GT e Cemig, para ser utilizado exclusivamente no pagamento das faturas referentes a esse contrato. IV- O Conselho rerratificou a CRCA-040/2009, alterando a destinação dos recursos da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Cemig GT ("commercial paper"), para parcela significativa ou mesmo a totalidade dos recursos a serem captados por meio da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Emissora será destinada à aquisição direta ou indireta de ativos, sendo que, no caso de não utilização da totalidade dos recursos para essa finalidade, a quantia remanescente será utilizada para a realização de investimentos e para a recomposição do caixa da Emissora, tendo em vista investimentos por ela já realizados em 2009. A identificação desses investimentos deverá constar dos documentos referentes à 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, conforme necessário, tendo em vista a regulamentação aplicável, permanecendo inalteradas as demais disposições daquela CRCA. V- Os Conselheiros Alexandre Heringer Lisboa, João Camilo Penna e Guy Maria Villela Paschoal abstiveram-se de votar a matéria relativa à retirada de patrocínio do Plano de Benefício Definido da Forluz / Plano BD, mencionada na alínea "a" do item II, supra. VI- O Vice-Presidente; os Conselheiros André Araújo Filho, Evandro Veiga Negrão de Lima e Jeffery Atwood Safford; os Diretores José Carlos de Mattos e Luiz Fernando Rolla; e, representante da Booz&Co teceram comentários sobre assuntos gerais e ou negócios de interesse da Empresa. Presenças: Sergio Alair Barroso, Djalma Bastos de Morais, Alexandre Heringer Lisboa, André Araújo Filho, Antônio Adriano Silva, Eduardo Lery Vieira, Evandro Veiga Negrão de Lima, Guy Maria Villela Paschoal, João Camilo Penna, Maria Estela Kubitschek Lopes, Jeffery Atwood Safford, Lauro Sérgio Vasconcelos David, Cezar Manoel de Medeiros, Fernando Henrique Schuffner Neto, Franklin Moreira Gonçalves, Kleber Antonio de Campos, Marco Antonio Rodrigues da Cunha e Paulo Sérgio Machado Ribeiro; Arlindo Porto Neto, Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga, José Carlos de Mattos, Luiz Fernando Rolla e Luiz Henrique de Castro Carvalho, Diretores; Arthur Ramos, representante da Booz&Co; e, Anamaria Pugedo Frade Barros, Secretária.

Anamaria Pugedo Frade Barros

Anamaria Pugedo Frade Barros

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 4190005 EM 04/03/2009
COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS
PROTOCOLO: 09/061190-4

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo D

Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
Da denominação, constituição, objeto, sede e duração da Companhia

Artigo 1º - A Cemig Geração e Transmissão S.A. é uma sociedade por ações, constituída como subsidiária integral da sociedade de economia mista Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, que será regida pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto:

a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário;

b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial;

c) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior;

d) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

Parágrafo Único - As atividades previstas neste artigo poderão ser exercidas diretamente pela Companhia ou por intermédio de sociedades por ela constituídas, ou de que venha a participar, majoritária ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG, nos termos do artigo 2º da Lei Estadual nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, com a redação dada pela Lei nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, e prévia autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Artigo 3º - A Companhia terá sua sede e administração na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Av. Barbacena, 1200, 12º andar, ala B1, Bairro Santo Agostinho, podendo abrir escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País e no exterior, mediante autorização da Diretoria Executiva.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
Do capital e das ações

Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R$2.896.785.358,90 (dois bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinqüenta e oito reais e noventa centavos), representado por 2.896.785.358 (dois bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentas e cinqüenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Único - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

CAPÍTULO III
Da Assembléia Geral

Artigo 6º - A Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG, na qualidade de Acionista Único da Companhia, detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos seus

interesses e ao seu desenvolvimento, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses do ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações as prescrições legais pertinentes.

CAPÍTULO IV
Da Administração da Companhia

Artigo 7º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, que atuarão em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas e com este Estatuto.

Parágrafo Único - É vedada a remuneração dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Companhia que integrem os órgãos de administração do Acionista Único - CEMIG.

Seção I
Do Conselho de Administração

Artigo 8º - O Conselho de Administração da Companhia será composto de 14 (quatorze) membros efetivos e igual número de suplentes, dentre os quais um será o seu Presidente e outro, Vice-Presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração deverão ser, obrigatoriamente, os mesmos membros do Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG.

Artigo 9º - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, de seu Vice-Presidente, ou um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva, e deliberará, validamente, com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou seu Vice-Presidente, mediante aviso escrito enviado com antecedência de 5 (cinco) dias, contendo a pauta de matérias a tratar. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima mencionado, desde que inequivocamente cientes os demais integrantes do Conselho.

Parágrafo Segundo - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 10 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença aos seus membros, competindo aos demais membros conceder licença ao Presidente.

Artigo 11 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão, obrigatoriamente, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG, cabendo ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Artigo 12 - Caberá ao Conselho de Administração, além de outras matérias que lhe comete a lei:

a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
b) eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o presente Estatuto;

c) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;

d) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

e) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;

f) convocar a Assembléia Geral;

g) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;

h) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;

i) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;

j) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

l) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

m) autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, "commercial papers" e outros;

n) aprovar o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual, bem como suas alterações e revisões;

o) anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembléia Geral e observado o Orçamento Anual aprovado;

p) autorizar o exercício de direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

q) aprovar as declarações de voto nas assembléias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições do presente Estatuto, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico.

Parágrafo Primeiro - O Plano Diretor da Companhia deverá conter o planejamento estratégico de longo prazo, fundamentos, metas, objetivos e resultados a serem perseguidos e atingidos pela Companhia e sua política de dividendos, nos quais se basearão os planos, projeções, atividades, estratégias, investimentos e despesas a serem incorporados no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica e de prestação de serviços de transmissão, nos termos da legislação.

Parágrafo Terceiro – Os limites financeiros para deliberação do Conselho de Administração serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Seção II
Da Diretoria Executiva

Artigo 13 - A Diretoria Executiva será constituída por 9 (nove) Diretores, acionistas ou não, residentes no País, sendo um Diretor-Presidente; um Diretor Vice-Presidente; um Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações; um Diretor de Gestão Empresarial; um Diretor de Geração e Transmissão; um Diretor Comercial; um Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios; um Diretor sem designação específica; e, um Diretor de Gás, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral do Acionista Único - CEMIG, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão dos Diretores estender-se-á até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria Executiva serão, obrigatoriamente, os membros das respectivas Diretorias do Acionista Único - CEMIG, sendo que a Diretoria sem designação específica será ocupada, também obrigatoriamente, pelo Diretor de Distribuição e Comercialização do Acionista Único - CEMIG.

Artigo 14 - Em caso de ausência, licença, renúncia ou vaga do Diretor-Presidente, o cargo será exercido pelo Diretor Vice-Presidente, pelo período que durar a ausência ou licença e, nos casos de vaga, impedimento ou renúncia, até o provimento do cargo pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo ausência, licença, renúncia ou vaga de qualquer dos demais membros da Diretoria Executiva, poderá ela, mediante a aprovação da maioria de seus membros, atribuir a outro Diretor o exercício das funções respectivas, pelo período que durar a ausência ou licença, e, nos casos de vaga, impedimento ou renúncia, até que o cargo seja provido pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - O Diretor-Presidente ou o membro da Diretoria Executiva eleito na forma deste artigo exercerá o cargo pelo tempo de mandato que restava ao Diretor substituído.

Artigo 15 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Artigo 16 - Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - O Plano Plurianual e Estratégico da Companhia conterá os planos e as projeções para o prazo de 5 (cinco) exercícios financeiros, devendo ser atualizado, no máximo, a cada ano, e abordará em detalhe, entre outros:

a) as estratégias e ações da Companhia, incluindo qualquer projeto relacionado ao seu objeto social;

b) os novos investimentos e oportunidades de negócios, incluindo os das subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia, assim como dos consórcios de que participe;

c) os valores a serem investidos ou de outra forma contribuídos a partir de recursos próprios ou de terceiros;

d) as taxas de retorno e lucros a serem obtidos ou gerados pela Companhia.

Parágrafo Segundo - O Orçamento Anual refletirá o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e deverá detalhar as receitas e as despesas operacionais, os custos e investimentos, o fluxo de caixa, o montante a ser destinado ao pagamento de dividendo, as inversões com recursos próprios ou de terceiros e outros dados que a Diretoria Executiva considerar necessários.

Parágrafo Terceiro - O Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual serão preparados e atualizados anualmente, até o término de cada exercício social, para vigorar no exercício social seguinte. Ambos serão elaborados, com base no Plano Diretor da Companhia, sob a coordenação do Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, e submetidos ao exame da Diretoria Executiva e, após, à aprovação do Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto - Dependerão de deliberação da Diretoria Executiva, as seguintes matérias:

a) aprovar o plano de organização da Companhia, bem como a emissão e modificação das normas correspondentes;

b) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Plano Plurianual e Estratégico, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;

c) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Orçamento Anual, o qual deverá refletir o Plano Plurianual e Estratégico então vigente, assim como suas revisões;

d) deliberar sobre o remanejamento de investimentos ou despesas previstos no Orçamento Anual que, individualmente ou em conjunto, durante o mesmo exercício financeiro, apresentem valores inferiores a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), com a conseqüente readequação das metas aprovadas, respeitado o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;

e) aprovar a alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

f) autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), inclusive a realização de aportes em empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe, ressalvado o disposto na alínea "p" do inciso IV do artigo 17;

g) aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, em conjunto com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, as declarações de voto nas assembléias gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, devendo as deliberações observar as disposições do presente Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;

h) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) e inferior a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

i) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

j) autorizar as provisões contábeis da Companhia, independentemente de seu valor, mediante proposta do Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações;

l) aprovar a designação de empregados para o exercício de cargos gerenciais da Companhia, mediante proposta do Diretor interessado, observado o disposto na alínea 'h' do inciso I do artigo 17;

m) autorizar os gastos com pessoal e os acordos coletivos de trabalho, observados a competência da Assembléia Geral, as diretrizes e os limites aprovados pelo Conselho de Administração e o Orçamento Anual aprovado.

Parágrafo Quinto - A prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos será efetuada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ou por mandatário devidamente constituído.

Parágrafo Sexto - A outorga de procurações deverá ser realizada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ressalvada a competência definida na alínea "c", inciso I, do artigo 17, para a qual será exigida apenas a assinatura do Diretor-Presidente.

Parágrafo Sétimo – Os limites financeiros para deliberação da Diretoria Executiva serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Artigo 17 - Observado o disposto nos artigos precedentes, são atribuições dos membros da Diretoria Executiva:

I - Do Diretor-Presidente:

a) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;

b) supervisionar a elaboração e a implementação do Plano Plurianual e Estratégico e desenvolver as estratégias e ações aprovadas;

c) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;

d) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;

e) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral Ordinária;

f) admitir e demitir pessoal da Companhia;

g) conduzir as atividades de auditoria interna, relacionamento institucional, jurídicas, comunicação social, representação, ouvidoria e secretaria geral;

h) propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;

i) propor as indicações para os cargos de administração e conselhos fiscais das subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia, assim como para a Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, ouvido o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações.

II - Do Diretor Vice-Presidente:

a) substituir o Diretor-Presidente nos casos de ausência, licença, impedimentos temporários, renúncia ou vaga;

b) propor a melhoria das políticas e diretrizes de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia;

c) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas e de normalização técnica;

d) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao meio ambiente, ao processo tecnológico e à gestão estratégica de tecnologia;

e) coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;

f) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia;

g) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.

III - Do Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações:

a) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;

b) coordenar a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e do Orçamento Anual, com a participação de todas as Diretorias da Companhia;

c) proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia, exceto aqueles de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios;

d) acompanhar o desempenho da execução dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Administração;

e) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia;

f) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;

g) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;

h) controlar o capital social da Companhia, fixar a política acionária e de governança corporativa, bem como sugerir a política de dividendos;

i) coordenar a elaboração e a negociação das receitas de transmissão junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel;

j) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;

l) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais;

m) promover a gestão financeira e societária das participações da Companhia nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;

n) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembléia Geral, conforme a competência definida no presente Estatuto, os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;

o) participar das negociações que envolvem a constituição e a alteração de documentos societários das participações referidas na alínea anterior;

p) coordenar os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, mediante prévia autorização legislativa e aprovação do Conselho de Administração.

IV - Da Diretoria de Gestão Empresarial:

a) prover pessoal adequado à Companhia;

b) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;

c) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;

d) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;

e) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;

f) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;

g) prover a Companhia de recursos e serviços de infra-estrutura e de apoio administrativo;

h) coordenar as políticas, processos e meios de segurança patrimonial, segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;

i) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;

j) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;

l) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;

m) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;

n) promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe, no âmbito do Estado de Minas Gerais;

o) conduzir programas de gestão empresarial e de ações ambientais no âmbito da Diretoria;

p) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor inferior a R$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais);

q) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva, para aprovação, dentre empregados da Companhia, as indicações para os cargos de membros efetivos e suplentes do Comitê de Administração do Prosaúde Integrado;

r) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;

s) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças implantado pela Companhia, visando subsidiar as deliberações da Diretoria acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais.

V - Do Diretor de Geração e Transmissão:

a) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de transmissão;

b) elaborar o planejamento da geração e da transmissão;

c) operar e manter os sistemas de geração e transmissão e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;

d) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

e) desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;

f) gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico de transmissão da Companhia com os de outras empresas, bem como a conexão de agentes à rede básica da Companhia;

g) representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, à Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica – Abragee e demais entidades representativas dos setores de geração e transmissão de energia elétrica;

h) gerir os laboratórios e oficinas centrais da Companhia;

i) coordenar e implantar projetos de reforma, modernização, melhoria, reativação e desativação nas instalações de geração e transmissão;

j) propor e implementar as medidas que visem assegurar a conectividade dos diversos agentes do setor elétrico, ligados ao sistema de transmissão da Companhia;

l) propor e implementar as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de geração e transmissão e gerir a segurança industrial dessas instalações;

m) gerenciar e promover a política de segurança do trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;

n) gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de geração, transmissão e co-geração, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;

o) fornecer apoio técnico às negociações para viabilização dos empreendimentos de expansão da geração, transmissão e co-geração e participar da negociação de documentos dos consórcios de empreendedores e de sociedades de propósitos específicos.

VI - Do Diretor Comercial:

a) elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;

b) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia e a venda de energia proveniente das fontes de geração próprias;

c) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;

d) coordenar a prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a qualquer agente autorizado;

e) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, responsabilizando-se pelas operações realizadas no âmbito daquela Câmara, e representar a Companhia perante as demais entidades de comercialização de energia elétrica;

f) coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica, e propor à Diretoria Executiva para aprovação;

g) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 2,3 kV e demanda contratada igual ou maior que 500 kW, assim como grupos empresariais;

h) identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;

i) negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;

j) gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios, dos créditos de carbono da Companhia.

VII – Do Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios:

a) promover a prospecção, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

b) promover as análises de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;

c) coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos;

d) coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;

e) prospectar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos do setor de energia elétrica e do setor de petróleo e gás;

f) coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica–Aneel e pela Agência Nacional do Petróleo e Gás–ANP;

g) promover a prospecção e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;

h) consolidar o planejamento da expansão dos sistemas de geração, transmissão e distribuição;

i) consolidar o Programa de Investimentos em geração, transmissão e distribuição da Companhia;

j) representar a Companhia junto às entidades de planejamento da expansão do setor elétrico nas suas áreas de atuação;

l) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

m) acompanhar, na Companhia, o planejamento energético do Estado de Minas Gerais.

VIII - Do Diretor sem designação específica:

a) praticar os atos próprios previstos na legislação e no presente Estatuto, e exercer as atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

IX – Do Diretor de Gás:

a) coordenar, em nome da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas, todas as atividades relacionadas à exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e gás ou de subprodutos e derivados diretamente ou através de terceiros;

b) propor à Diretoria Executiva diretrizes, normas gerais e planos de operação, prospecção, exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de atividades dos negócios de petróleo e gás;

c) desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás, em conjunto com a Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios;

d) desenvolver normatização para projetos no campo de petróleo e gás;

e) propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas da Gasmig;

f) propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas de outras sociedades de propósitos específicos associadas às atividade de petróleo e gás;

g) consolidar a gestão das políticas de segurança de trabalho da Gasmig e de outras sociedades de propósitos específicos, no âmbito das atividades de petróleo e gás, em consonância com as diretrizes gerais ditadas pela Companhia, através da Diretoria de Gestão Empresarial;

h) desenvolver pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia no âmbito das atividades de petróleo e gás;

i) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

j) representar a Companhia nas diversas entidades que congregam as empresas do setor de petróleo e gás.

Parágrafo Primeiro - As competências de representação perante órgãos técnicos, administrativos e associações outorgadas aos Diretores nos termos deste artigo não exclui a competência de representação do Diretor-Presidente nem a necessidade de observância das disposições previstas no presente Estatuto no que diz respeito à prévia obtenção das autorizações dos órgãos da Administração para contrair obrigações em nome da Companhia.

Parágrafo Segundo - Além do exercício das atribuições que lhes são fixadas no presente Estatuto, compete a cada Diretoria assegurar a cooperação, a assistência e o apoio às demais Diretorias no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses maiores da Companhia.

Parágrafo Terceiro - Os projetos desenvolvidos pela Companhia, no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios, uma vez estruturados e constituídos, deverão ser assumidos pelas respectivas Diretorias a que competirem a sua construção, execução, operação e comercialização, conforme definido no presente Estatuto.

Parágrafo Quarto - Compete a cada Diretor, no âmbito de sua atuação, promover as ações necessárias ao cumprimento e à efetiva implementação das políticas de segurança do trabalho aprovadas pela Companhia.

Parágrafo Quinto – O limite financeiro estabelecido na alínea "p" do inciso IV deste artigo será corrigido, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

CAPÍTULO V
Do Conselho Fiscal

Artigo 18 - O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização da Companhia, funcionará de modo permanente, e será presidido pelo Presidente do Conselho Fiscal do Acionista Único CEMIG, e integrado por mais 2 (dois) a 4 (quatro) membros efetivos e respectivos suplentes, todos membros do Conselho Fiscal do Acionista Único CEMIG, eleitos anualmente pelo Acionista Único - CEMIG, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro - O Presidente do Conselho Fiscal convocará e conduzirá as reuniões.

Parágrafo Segundo - No caso de renúncia do cargo, falecimento ou impedimento, será o membro efetivo do Conselho Fiscal substituído pelo seu respectivo suplente, até que seja eleito o novo membro, o qual deverá ser escolhido pela mesma parte que indicou o substituído.

Parágrafo Terceiro - É vedada a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia que integrem os órgãos de administração do Acionista Único - CEMIG.

Artigo 19 - As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas na Lei de Sociedades por Ações.

CAPÍTULO VI
Do Exercício Social

Artigo 20 - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação pertinente, podendo, a critério do Conselho de Administração, ser levantados balanços semestrais ou intermediários referentes a períodos menores.

Artigo 21 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores.

Parágrafo Único - O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:

a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;

b) 50% (cinqüenta por cento), no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório ao Acionista Único - CEMIG, observadas as demais disposições do presente Estatuto e a legislação aplicável;

c) o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, em observância do Plano Diretor da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG, será distribuído ao Acionista Único - CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre.

Artigo 22 - Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a Companhia poderá, observada a legislação pertinente e a critério do Conselho de Administração, declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso.

Artigo 23 - O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio, na forma da legislação, em substituição total ou parcial dos dividendos de que trata o artigo anterior, ou em adição aos mesmos, devendo as importâncias pagas ou creditadas a tal título serem imputadas aos valores dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

Artigo 24 - Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Parágrafo único - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.

Artigo 25 - É assegurada a participação dos empregados nos lucros ou resultados da Companhia, mediante critérios autorizados pela Diretoria Executiva com base nas diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração e limites estabelecidos pela Assembléia Geral, na forma da legislação específica.

Artigo 26 - Compete à Assembléia Geral fixar, anualmente, os limites de participação dos administradores nos lucros da Companhia, observado o disposto no parágrafo único do artigo 190 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO VII
Da Responsabilidade dos Administradores

Artigo 27 Os Administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente Estatuto.

Artigo 28 - A Companhia assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos, ativa e passivamente, durante ou após os respectivos mandatos, por fatos ou atos relacionados com o exercício de suas funções próprias e que não contrariarem disposições legais ou estatutárias.

Parágrafo Primeiro - A garantia prevista no *caput* deste artigo estende-se aos empregados que legalmente atuarem por delegação dos Administradores da Companhia.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá contratar seguro de responsabilidade civil para a cobertura das despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos processos judiciais e administrativos de que trata o *caput* deste artigo, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Anexo E

Estatuto Social da Garantidora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
Da denominação, constituição, objeto, sede e duração da Companhia

Artigo 1º - A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, constituída em 22 de maio de 1952, como sociedade por ações, de economia mista, será regida por este Estatuto e pela legislação aplicável, e destina-se a construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos; a desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; a prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e a exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objetivo social.

Parágrafo Primeiro - As atividades previstas neste artigo poderão ser exercidas diretamente pela CEMIG ou por intermédio de sociedades por ela constituídas, ou de que venha a participar, majoritária ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração, nos termos das Leis Estaduais de nºs 828, de 14 de dezembro de 1951, 8.655, de 18 de setembro de 1984, e 15.290, de 4 de agosto de 2004.

Parágrafo Segundo - Fica vedado qualquer ato ou decisão nas subsidiárias e empresas controladas da Cemig que possa afetar a condição do Estado de Minas Gerais como acionista controlador da Companhia, nos termos da Constituição do Estado de Minas Gerais e da legislação em vigor.

Artigo 2º - A Companhia terá sua sede e administração na cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, Brasil, podendo abrir escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País e no exterior, mediante autorização da Diretoria Executiva.

Artigo 3º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
Do capital e das ações

Artigo 4º - O Capital Social da Sociedade é de R$3.101.884.460,00 (três bilhões, cento e um milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta reais), representado por:

a) 271.154.243 (duzentos e setenta e um milhões, cento e cinqüenta e quatro mil, duzentas e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de R$5,00 (cinco reais) cada uma;

b) 349.222.649 (trezentos e quarenta e nove milhões, duzentos e vinte e dois mil, seiscentas e quarenta e nove) ações preferenciais, nominativas, do valor nominal de R$5,00 (cinco reais) cada uma.

Parágrafo Único - O direito de voto será reservado, exclusivamente, às ações ordinárias e cada ação terá direito a um voto nas deliberações da Assembléia.

Artigo 5º - As ações preferenciais gozarão de preferência na hipótese de reembolso de ações e terão um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores:

a) 10% (dez por cento) calculado sobre seu valor nominal;
b) 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido das ações.

Artigo 6º - As ações ordinárias e preferenciais concorrerão em iguais condições na distribuição de bonificações.

Parágrafo Único - A capitalização da correção monetária do capital social dependerá da decisão da Assembléia Geral, mas será sempre obrigatória quando alcançado o limite determinado no artigo 297 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Artigo 7º - Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, o Estado de Minas Gerais assegurará às ações do capital da Companhia emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particular, um dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.

Artigo 8º - O capital subscrito pelo Estado de Minas Gerais, que terá, sempre e obrigatoriamente, a maioria das ações com direito a voto, será realizado de acordo com o disposto na legislação em vigor. O capital subscrito por outras pessoas naturais ou jurídicas será realizado conforme for estabelecido pela Assembléia Geral que deliberar sobre o assunto.

Parágrafo Primeiro - Para atender a deliberação das Assembléias Gerais, poderá a Diretoria suspender, obedecidas as regras da legislação vigente, os serviços de transferências e averbações.

Parágrafo Segundo - Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de aumentos de capital e na emissão de valores mobiliários da Companhia, na forma da legislação aplicável. Não será concedido o direito de preferência, no entanto, quando o aumento do capital social for integralizado com recursos de incentivos fiscais, obedecido o disposto no parágrafo único do artigo 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO III
Da Assembléia Geral

Artigo 9º - A Assembléia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses do ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente,

sempre que necessário, e será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, observadas em sua convocação, instalação e deliberações as prescrições legais pertinentes.

Parágrafo Único - O acionista poderá ser representado nas Assembléias Gerais na forma prevista no art. 126 da Lei nº 6.404, e alterações posteriores, exibindo, no ato, ou depositando previamente na sede social da Companhia, o comprovante de titularidade das ações expedido pela instituição financeira depositária acompanhado do documento de identidade e procuração com poderes especiais.

Artigo 10 - A Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, será presidida por um acionista eleito pela Assembléia Geral, dentre os presentes, que escolherá um ou mais secretários.

CAPÍTULO IV
Da administração da Companhia

Artigo 11 - A administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - A estrutura e a composição do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia serão idênticas nas Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., com as seguintes exceções: A Diretoria de Distribuição e Comercialização comporá exclusivamente a Subsidiária Integral Cemig Distribuição S.A. e a Diretoria de Geração e Transmissão comporá exclusivamente a Subsidiária Integral Cemig Geração e Transmissão S.A.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, na administração da Companhia, das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., das demais subsidiárias integrais, das controladas e coligadas e nos consórcios dos quais participem, direta ou indiretamente, deverão observar o disposto no Plano Diretor da Companhia, em especial a política de dividendos nele prevista, conforme aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - O Plano Diretor conterá o planejamento estratégico de longo prazo, fundamentos, metas, objetivos e resultados a serem perseguidos e atingidos pela Companhia e sua política de dividendos, devendo respeitar os compromissos e requisitos previstos no § 5º abaixo.

Parágrafo Quarto - O Plano Diretor será revisado anualmente pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração e será refletido em todos os planos, projeções, atividades, estratégias, investimentos e despesas da Companhia e suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios dos quais participe, direta ou indiretamente, incluindo o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual, que deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto - Na condução da administração da Companhia e no exercício do direito de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e consórcios, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva observarão e cumprirão, fielmente, as seguintes metas:

a) manter o endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2 (duas) vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da Companhia;

b) manter uma relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 40% (quarenta por cento);

c) restringir o saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante, inclusive para os fins do artigo 30 deste Estatuto, ao equivalente a, no máximo, 5% (cinco por cento) do LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia;

d) limitar o montante consolidado dos recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos, por exercício social, ao equivalente a, no máximo, 40% (quarenta por cento) do LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia;

e) investir somente em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor da Companhia, ressalvadas as obrigações legais;

f) manter as despesas da Subsidiária Integral Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada de distribuição em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

g) manter as receitas da Subsidiária Integral Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada de distribuição nos valores reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias.

Parágrafo Sexto - As metas previstas no § 5º acima serão determinadas em bases consolidadas, considerando a Companhia e os seus investimentos permanentes nas Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., controladas, coligadas e consórcios.

Parágrafo Sétimo - As metas estabelecidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do § 5º acima poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, mediante justificativa e prévia e específica aprovação do Conselho de Administração, até os seguintes limites:

a) endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 (duas e meia) vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia;

b) relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 50% (cinqüenta por cento);

c) saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante, inclusive para os fins do artigo 30 deste Estatuto, ao equivalente a, no máximo, 10% (dez por cento) do LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia;

d) montante consolidado dos recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos, exclusivamente nos exercícios sociais de 2006 e 2007, limitado ao equivalente a, no máximo, 65% (sessenta e cinco por cento) e 55% (cinqüenta e

cinco por cento) do LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia, respectivamente.

Seção I
Do Conselho de Administração

Artigo 12 - O Conselho de Administração da Companhia será composto de 14 (quatorze) membros efetivos e igual número de suplentes, dentre os quais um será o seu Presidente e outro, o Vice-Presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros suplentes substituirão os respectivos titulares em suas eventuais ausências e impedimentos e, no caso de vacância, até que se proceda à respectiva substituição.

Parágrafo Segundo - O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração será fixado pela Assembléia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Terceiro - Fica assegurado aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro do Conselho de Administração, respectivamente, na forma da lei.

Parágrafo Quarto - Os Conselhos de Administração das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. serão constituídos, obrigatoriamente, pelos membros efetivos e suplentes eleitos para o Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 13 - Em caso de vaga no Conselho de Administração, a primeira Assembléia Geral Extraordinária procederá à eleição de novo membro, para o período que restava ao antigo Conselheiro.

Parágrafo Único - Na hipótese prevista neste artigo, cabe à minoria eleger o novo membro do Conselho de Administração se o antigo houver sido por ela eleito.

Artigo 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, de seu Vice-Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva e deliberará, validamente, com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou seu Vice-Presidente, mediante aviso escrito enviado com antecedência de 5 (cinco) dias, contendo a pauta de matérias a tratar. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu

Presidente sem a observância do prazo acima mencionado, desde que inequivocamente cientes os demais integrantes do Conselho.

Parágrafo Segundo - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 15 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença aos seus membros, competindo aos demais membros conceder licença ao Presidente.

Artigo 16 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos por seus pares, na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a eleição de seus membros, cabendo ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Artigo 17 - Caberá ao Conselho de Administração:

a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

b) eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o presente Estatuto;

c) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;

d) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

e) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;

f) convocar a Assembléia Geral;

g) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;

h) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;

i) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;

j) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

l) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

m) autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, "commercial papers" e outros;

n) aprovar o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual, bem como suas alterações e revisões;

o) anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembléia Geral e observado o Orçamento Anual aprovado;

p) autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em empresas subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais a competência para deliberar sobre estas matérias será da Assembléia Geral de Acionistas;

q) aprovar as declarações de voto nas assembléias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições do presente Estatuto, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica e de prestação de serviços de distribuição e transmissão, nos termos da legislação.

Parágrafo Segundo – Os limites financeiros para deliberação do Conselho de Administração serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Seção II
Diretoria Executiva

Artigo 18 - A Diretoria Executiva será constituída de 9 (nove) Diretores, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, composta de: um Diretor-Presidente; um Diretor Vice-Presidente; um Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações; um Diretor de Gestão Empresarial; um Diretor de Distribuição e Comercialização; um Diretor de Geração e Transmissão; um Diretor Comercial; um Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios; e, um Diretor de Gás.

Parágrafo Primeiro - O mandato dos Diretores será de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores permanecerão em seus cargos até que seus sucessores, devidamente eleitos, sejam empossados.

Parágrafo Segundo - O montante global ou individual da remuneração da Diretoria, inclusive benefícios de qualquer natureza, será fixado pela Assembléia Geral, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Terceiro - Os Diretores exercerão seus cargos em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço da Companhia, sendo permitido o exercício concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia, a critério do Conselho de Administração, competindo-lhes porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes nas Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Parágrafo Quarto - Os Diretores, não empregados, terão direito a uma licença anual remunerada, por prazo não superior a 30 (trinta) dias, de forma não cumulativa, acrescida de um terço da remuneração mensal em vigor, que lhes será concedida pelo Diretor-Presidente, cuja licença será concedida pelo Conselho de Administração.

Artigo 19 - Em caso de ausência, licença, renúncia ou vaga do Diretor-Presidente, o cargo será exercido pelo Diretor Vice-Presidente, pelo período que durar a ausência ou licença e, nos casos de vaga, impedimento ou renúncia, até o provimento do cargo pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo ausência, licença, renúncia ou vaga de qualquer dos demais membros da Diretoria Executiva, poderá ela, mediante a aprovação da maioria de seus membros, atribuir a outro Diretor o exercício das funções respectivas, pelo período que durar a ausência ou licença, e, nos casos de vaga, impedimento ou renúncia, até que o cargo seja provido pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - O Diretor-Presidente ou o membro da Diretoria Executiva eleito na forma deste artigo exercerá o cargo pelo tempo de mandato que restava ao Diretor substituído.

Artigo 20 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. Salvo disposto em contrário neste Estatuto, as deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate, com comunicação ao Conselho de Administração de sua utilização.

Artigo 21 - Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto.

Parágrafo Primeiro - O Plano Plurianual e Estratégico da Companhia refletirá o Plano Diretor e conterá os planos e as projeções para o prazo de 5 (cinco) exercícios

financeiros, devendo ser atualizado, no máximo, a cada ano, e abordará em detalhe, entre outros:

a) as estratégias e ações da Companhia, incluindo qualquer projeto relacionado ao seu objeto social;

b) os novos investimentos e oportunidades de negócios, incluindo os das subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia, assim como dos consórcios de que participe;

c) os valores a serem investidos ou de outra forma contribuídos a partir de recursos próprios ou de terceiros;

d) as taxas de retorno e lucros a serem obtidos ou gerados pela Companhia.

Parágrafo Segundo - O Orçamento Anual refletirá o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e, por conseguinte, o Plano Diretor, e deverá detalhar as receitas e as despesas operacionais, os custos e investimentos, o fluxo de caixa, o montante a ser destinado ao pagamento de dividendo, as inversões com recursos próprios ou de terceiros e outros dados que a Diretoria Executiva considerar necessários.

Parágrafo Terceiro - O Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual serão preparados e atualizados anualmente, até o término de cada exercício social, para vigorar no exercício social seguinte. Ambos serão elaborados com a coordenação do Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações e submetidos ao exame da Diretoria Executiva e, após, à aprovação do Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto - Dependerão de deliberação da Diretoria Executiva, as seguintes matérias:

a) aprovar o plano de organização da Companhia e emissão das normas correspondentes, bem como as respectivas modificações;

b) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Plano Plurianual e Estratégico, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;

c) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Orçamento Anual, o qual deverá refletir o Plano Plurianual e Estratégico então vigente, assim como suas revisões;

d) deliberar sobre o remanejamento de investimentos ou despesas previstos no Orçamento Anual que, individualmente ou em conjunto, durante o mesmo exercício financeiro, apresentem valores inferiores a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), com a conseqüente readequação das metas aprovadas, respeitado o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;

e) aprovar a alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

f) autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R$14.000.000,00

(quatorze milhões de reais), inclusive a realização de aportes em empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe, ressalvado o disposto na alínea "p" do inciso IV do artigo 22;

g) aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, em conjunto com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, as declarações de voto nas assembléias gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais a competência para deliberar sobre estas matérias será da Assembléia Geral de Acionistas, devendo as deliberações observar as disposições do presente Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;

h) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) e inferior a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

i) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

j) autorizar as provisões contábeis da Companhia, independentemente de seu valor, mediante proposta do Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações;

l) aprovar a designação de empregados para o exercício de cargos gerenciais da Companhia, mediante proposta do Diretor interessado, observado o disposto na alínea "h" do inciso I do artigo 22;

m) autorizar os gastos com pessoal e os acordos coletivos de trabalho, observados a competência da Assembléia Geral, as diretrizes e os limites aprovados pelo Conselho de Administração e o Orçamento Anual aprovado.

Parágrafo Quinto - A prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos será efetuada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ou por mandatário devidamente constituído.

Parágrafo Sexto - A outorga de procurações deverá ser realizada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ressalvada a competência definida na alínea "c", inciso I, do artigo 22, para a qual será exigida apenas a assinatura do Diretor-Presidente.

Parágrafo Sétimo – Os limites financeiros para deliberação da Diretoria Executiva serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Artigo 22 - Observado o disposto nos artigos precedentes, são atribuições dos membros da Diretoria Executiva:

I - Do Diretor-Presidente:

a) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;

b) supervisionar a elaboração e a implementação do Plano Plurianual e Estratégico e desenvolver as estratégias e ações aprovadas;

c) representar a Companhia em juizo, ativa e passivamente;

d) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;

e) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral Ordinária;

f) admitir e demitir pessoal da Companhia;

g) conduzir as atividades de auditoria interna, relacionamento institucional, juridicas, comunicação social, representação, ouvidoria e secretaria geral;

h) propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;

i) propor as indicações para os cargos de administração e conselhos fiscais das subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia, assim como para a Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, ouvido o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais prevalece o disposto no parágrafo quarto do artigo 12 e parágrafo terceiro do artigo 18 do presente Estatuto.

II- Do Diretor Vice-Presidente:

a) substituir o Diretor-Presidente nas suas ausências, licenças, impedimentos temporários, renúncia ou vaga;

b) promover a melhoria das políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia;

c) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas e de normalização técnica;

d) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação à responsabilidade social, ao meio ambiente, ao processo tecnológico e a gestão estratégica de tecnologia;

e) coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;

f) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia;

g) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.

III- Do Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações:

a) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;

b) coordenar a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e do Orçamento Anual, com a participação de todas as Diretorias da Companhia;

c) proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia, exceto aqueles de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios;

d) acompanhar o desempenho da execução dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;

e) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia;

f) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;

g) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;

h) controlar o capital social da Companhia, fixar a política acionária e de governança corporativa, bem como sugerir a política de dividendos;

i) coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de fornecimento e de distribuição de energia elétrica e das receitas de transmissão, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica–Aneel;

j) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários–CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;

l) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais;

m) promover a gestão financeira e societária das participações da Companhia nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;

n) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à assembléia geral de acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;

o) participar das negociações que envolvem a constituição e a alteração de documentos societários das participações referidas na alínea anterior;

p) coordenar os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, mediante prévia autorização legislativa e aprovação do Conselho de Administração.

IV - Do Diretor de Gestão Empresarial:

a) prover pessoal adequado à Companhia;

b) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;

c) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;

d) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;

e) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;

f) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;

g) prover a Companhia de recursos e serviços de infra-estrutura e de apoio administrativo;

h) coordenar as políticas, processos e meios de segurança patrimonial, segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;

i) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;

j) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;

l) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;

m) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;

n) promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe, no âmbito do Estado de Minas Gerais;

o) conduzir programas de gestão empresarial e de ações ambientais no âmbito da Diretoria;

p) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor inferior a R$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos reais);

q) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva, para aprovação, dentre empregados da Companhia, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., as indicações para os cargos de membros efetivos e suplentes do Comitê de Administração do Prosaúde Integrado;

r) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia e das demais companhias envolvidas nas negociações, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;

s) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia, visando subsidiar as deliberações da Diretoria Executiva acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais.

V - Do Diretor de Distribuição e Comercialização:

a) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;

b) elaborar o planejamento do sistema de distribuição da Companhia;

c) gerenciar a implantação das instalações de distribuição, incluindo a elaboração e a execução do projeto, a construção e a montagem;

d) operar e manter o sistema elétrico de distribuição e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;

e) gerenciar as políticas de segurança de trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;

f) propor e implementar as políticas de atendimento aos consumidores atendidos por esta Diretoria;

g) desenvolver programas e ações junto aos consumidores cativos com demanda inferior a 500 kW, visando ao melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;

h) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para consumidores cativos, com demanda inferior a 500 kW;

i) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

j) representar a Companhia perante a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica–Abradee e demais entidades do setor de distribuição;

l) propor as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de distribuição e gerir a segurança patrimonial dessas instalações;

m) buscar a melhoria contínua dos processos de operação e manutenção, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades.

VI - Do Diretor de Geração e Transmissão:

a) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de transmissão;

b) elaborar o planejamento da geração e da transmissão;

c) operar e manter os sistemas de geração e transmissão e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;

d) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

e) desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;

f) gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico de transmissão da Companhia com os de outras empresas, bem como a conexão de agentes à rede básica da Companhia;

g) representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS, à Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica–Abrage e demais entidades representativas dos setores de geração e transmissão de energia elétrica;

h) gerir os laboratórios e oficinas centrais da Companhia;

i) coordenar e implantar projetos de reforma, modernização, melhoria, reativação e desativação nas instalações de geração e transmissão;

j) propor e implementar as medidas que visem a assegurar a conectividade dos diversos agentes do setor elétrico, ligados ao sistema de transmissão da Companhia;

l) propor e implementar as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de geração e transmissão e gerir a segurança industrial dessas instalações;

m) gerenciar e promover a política de segurança do trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;

n) gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de geração, transmissão e co-geração, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;

o) fornecer apoio técnico às negociações para viabilização dos empreendimentos de expansão da geração, transmissão e co-geração e participar da negociação de documentos dos consórcios de empreendedores e de sociedades de propósitos específicos.

VII - Do Diretor Comercial:

a) elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;

b) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia e a venda de energia proveniente de fontes de geração próprias;

c) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;

d) coordenar a prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a qualquer agente autorizado;

e) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica–CCEE, responsabilizando-se pelas operações realizadas no âmbito daquela Câmara, e representar a Companhia perante as demais entidades de comercialização de energia elétrica;

f) coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica, e propor à Diretoria Executiva para aprovação;

g) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 2,3 kV e demanda contratada igual ou maior que 500 kW, assim como grupos empresariais;

h) identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;

i) negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;

j) negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;

l) gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios, dos créditos de carbono da Companhia.

VIII – Do Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios:

a) promover a prospecção, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

b) promover as análises de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;

c) coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos;

d) coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;

e) prospectar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos do setor de energia elétrica e do setor de petróleo e gás;

f) coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica–Aneel e pela Agência Nacional do Petróleo e Gás–ANP;

g) promover a prospecção e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;

h) consolidar o planejamento da expansão dos sistemas de geração, transmissão e distribuição;

i) consolidar o Programa de Investimentos em geração, transmissão e distribuição da Companhia;

j) representar a Companhia junto às entidades de planejamento da expansão do setor elétrico nas suas áreas de atuação;

l) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

m) acompanhar, na Companhia, o planejamento energético do Estado de Minas Gerais.

IX – Do Diretor de Gás:

a) coordenar, em nome da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas, todas as atividades relacionadas à exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e gás ou de subprodutos e derivados diretamente ou através de terceiros;

b) propor à Diretoria Executiva diretrizes, normas gerais e planos de operação, prospecção, exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de atividades dos negócios de petróleo e gás;

c) desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás, em conjunto com a Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios;

d) desenvolver normatização para projetos no campo de petróleo e gás;

e) propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas da Gasmig;

f) propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas de outras sociedades de propósitos específicos associadas às atividade de petróleo e gás;

g) consolidar a gestão das políticas de segurança de trabalho da Gasmig e de outras sociedades de propósitos específicos, no âmbito das atividades de petróleo e gás, em consonância com as diretrizes gerais ditadas pela Companhia, através da Diretoria de Gestão Empresarial;

h) desenvolver pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia no âmbito das atividades de petróleo e gás;

i) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

j) representar a Companhia nas diversas entidades que congregam as empresas do setor de petróleo e gás.

Parágrafo Primeiro - As competências de representação perante órgãos técnicos, administrativos e associações outorgadas aos Diretores nos termos deste artigo não exclui a competência de representação do Diretor-Presidente, nem a necessidade de observância das disposições previstas no presente Estatuto no que diz respeito à prévia obtenção das autorizações dos órgãos da Administração para contrair obrigações em nome da Companhia.

Parágrafo Segundo - Além do exercício das atribuições que lhes são fixadas no presente Estatuto, compete a cada Diretoria assegurar a cooperação, a assistência e o apoio às demais Diretorias no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses maiores da Companhia.

Parágrafo Terceiro - Os projetos desenvolvidos pela Companhia, no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios, uma vez estruturados e constituídos, deverão ser assumidos pelas respectivas Diretorias a que competirem a sua construção, execução, operação e comercialização, conforme definido no presente Estatuto.

Parágrafo Quarto - Compete a cada Diretor, no âmbito de sua atuação, promover as ações necessárias ao cumprimento e à efetiva implementação das políticas de segurança do trabalho aprovadas pela Companhia.

Parágrafo Quinto – O limite financeiro estabelecido na alínea "p" do inciso IV deste artigo será corrigido, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.".

CAPÍTULO V
Do Conselho Fiscal

Artigo 23 - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará de modo permanente e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, os quais serão eleitos anualmente, quando da Assembléia Geral, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal elegerá, dentre os seus membros, o seu Presidente, que convocará e conduzirá as reuniões.

Artigo 24 - No caso de renúncia do cargo, falecimento ou impedimento, será o membro efetivo do Conselho Fiscal substituído pelo seu respectivo suplente, até que seja eleito o novo membro, o qual deverá ser escolhido pela mesma parte que indicou o substituído.

Artigo 25 - Competem ao Conselho Fiscal as atribuições fixadas na Lei de Sociedades por Ações, bem como, no que não conflitar com a legislação brasileira, aquelas requeridas pelas leis dos países em que as ações da Companhia são listadas e negociadas, na forma do seu Regimento.

Artigo 26 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, em consonância com a legislação vigente.

CAPÍTULO VI
Do Exercício Social

Artigo 27 - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação pertinente, podendo ser levantados balanços semestrais ou intermediários referentes a períodos menores.

Artigo 28 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores.

Parágrafo Único - O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:

a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;

b) 50% (cinqüenta por cento) será distribuído, como dividendo obrigatório, aos acionistas da Companhia, observadas as demais disposições do presente Estatuto e a legislação aplicável;

c) o saldo, após a retenção prevista em orçamento de capital e/ou investimento elaborado pela administração da Companhia, com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista e devidamente aprovado, será aplicado na constituição de reserva de lucros destinada à distribuição de dividendos extraordinários, nos termos do artigo 30 deste Estatuto, até o limite máximo previsto no artigo 199 da Lei de Sociedade por Ações.

Artigo 29 - Os dividendos serão distribuídos obedecida a ordem abaixo:

a) o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais;

b) o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais.

Parágrafo Primeiro - Uma vez distribuídos os dividendos previstos nas alíneas "a" e "b" do *caput* deste artigo, as ações preferenciais concorrerão em igualdade com as ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais ".

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

Parágrafo Terceiro - As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, serão imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

Artigo 30 - Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício social de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa da Companhia o permitir, a Companhia utilizará a reserva de lucros prevista na alínea "c" do artigo 28 deste Estatuto para a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista.

Artigo 31 - Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Parágrafo Único - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.

Artigo 32 - É assegurada a participação dos empregados nos lucros ou resultados da Companhia, mediante critérios autorizados pela Diretoria Executiva com base nas diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração e limites estabelecidos pela Assembléia Geral, na forma da legislação específica.

Artigo 33 - Compete à Assembléia Geral fixar, anualmente, os limites de participação dos administradores nos lucros da Companhia, observado o disposto no parágrafo único do artigo 190 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO VII
Da Responsabilidade dos Administradores

Artigo 34 - Os Administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente Estatuto.

Artigo 35 - A Companhia assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos, ativa e passivamente, durante ou após os respectivos mandatos, por fatos ou atos relacionados com o exercício de suas funções próprias e que não contrariarem disposições legais ou estatutárias.

Parágrafo Primeiro - A garantia prevista no *caput* deste artigo estende-se aos empregados que legalmente atuarem por delegação dos Administradores da Companhia.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá contratar seguro de responsabilidade civil para a cobertura das despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos processos judiciais e administrativos de que trata o caput deste artigo, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - Se o membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, o Diretor ou o empregado for condenado, com decisão transitada em julgado, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados.

Anexo F

Declarações da Emissora e do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

DECLARAÇÃO DA EMISSORA
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., sociedade de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 12º andar, Ala B1, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 06.981.176/0001-58 (a "Emissora"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por meio de seus representantes legais abaixo assinados, na qualidade de ofertante de 270.000 (duzentas e setenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, que serão objeto de distribuição pública de sua segunda emissão, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) (as "Debêntures"), perfazendo o total de R$ 2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais) na data de emissão das Debêntures, qual seja, 15 de janeiro de 2010 (a "Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a "Instrução CVM nº 400"), declarar que: (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta; (ii) as informações prestadas pela Emissora relativas às Debêntures e as demais informações fornecidas ao mercado no prospecto preliminar da Oferta (o "Prospecto Preliminar") e no prospecto definitivo da Oferta (o "Prospecto Definitivo"), nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM nº 400.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2010.

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Nome: Djalma Bastos de Morais
Cargo: Diretor-Presidente

Nome: Luiz Fernando Rolla
Cargo: Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ITEM 11 DO ANEXO II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 12º andar, ala B1, Santo Agostinho, CEP 30190-131, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 06.981.176/0001-58, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por meio de seus representantes legais abaixo assinados, na qualidade de ofertante de 270.000 (duzentas e setenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, que serão objeto de distribuição pública da sua segunda emissão, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o total de R$ 2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), vem, nos termos do item 11 do Anexo II da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que seu registro de companhia aberta está atualizado perante a CVM.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2010.

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Nome: Djalma Bastos de Morais
Cargo: Diretor-Presidente

Nome: Luiz Fernando Rolla
Cargo: Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações

BB INVESTIMENTOS

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 24.933.830/0001-30 (o "Coordenador Líder"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por meio de seus representantes legais abaixo assinados, na qualidade de instituição responsável por coordenar e proceder à distribuição pública, em duas séries, perfazendo o total de 270.000 (duzentas e setenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da segunda emissão da Cemig Geração e Transmissão S.A. (a "Emissora"), todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) (as "Debêntures"), perfazendo o valor total de R$ 2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais) na data de emissão das Debêntures, qual seja, 15 de janeiro de 2010 (a "Oferta"), nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a "Instrução CVM nº 400"), declara que (a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Emissora em todos os documentos referentes à Oferta, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integram o prospecto preliminar da Oferta (o "Prospecto Preliminar") e que venham a integrar o prospecto definitivo da Oferta (o "Prospecto Definitivo"), são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (b) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (c) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM nº 400.

São Paulo, 29 de janeiro de 2010.

BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Nome: José Mauricio Pereira Coelho
Procurador

Nome: Rubens Cardoso da Silva
Procurador

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo G

Súmula de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Moody's Investors Service

Rating Action: Moody's atribui rating Aa1.br às debêntures da CEMIG GT; perspectiva negativa

Global Credit Research - 12 Jan 2010

Aproximadamente BRL2,9 bilhões de instrumentos de dívida afetados

Sao Paulo, January 12, 2010 -- Moody's afirmou os ratings de emissor Baa3 na escala global e Aa1.br na escala nacional brasileira para Cemig Geração e Transmissão S.A ("CEMIG GT"). Ao mesmo tempo, a Moody's atribuiu um rating Baa3 na escala global e um rating Aa1.br na escala nacional brasileira a BRL 2,7 bilhões em debêntures locais sem garantia de ativos reais a serem emitidas pela CEMIG GT. As debêntures, garantidas pela Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG"), serão emitidas em duas séries com prazos entre dois e cinco anos.

Os recursos advindos das debêntures serão utilizados para refinanciar as notas promissórias existentes do mesmo valor emitidas principalmente para financiar a aquisição da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Aliança"), conhecida anteriormente como Terna Participações S.A., no último mês de novembro. A transação deverá ser concluída até o final do mês de janeiro, quando os novos acionistas estenderão a oferta de aquisição aos acionistas minoritários.

O rating de emissor Baa3 da CEMIG GT reflete o perfil geral de grau de investimento da CEMIG e suas subsidiárias em uma base consolidada, visto que -- juntas -- essas empresas têm indicadores de crédito adequados, uma forte presença no setor brasileiro de energia elétrica, uma administração experiente, competitividade reconhecida e práticas de governança corporativa acima da média.

Os ratings estão limitados por um programa agressivo de investimentos e aquisições, pelos riscos associados à possível interferência política do Governo do Estado de Minas Gerais na estratégia de negócios da CEMIG e o ambiente regulatório brasileiro em evolução.

A perspectiva negativa reflete a estratégia de aquisição agressiva da CEMIG e as potenciais implicações que isso tem sobre a alavancagem e liquidez da empresa, juntamente com seu perfil de vencimento de dívidas relativamente curto. "Enquanto aquisições adicionais não causariam necessariamente um rebaixamento, a análise da Moody's sobre o impacto de negociações futuras na alavancagem e liquidez consolidada seria importante para o rating" afirmou o analista Jose Soares, autor de um pre-sale report sobre CEMIG GT.

Em 31 de dezembro de 2009, CEMIG anunciou um contrato de compra de ações para aumentar sua participação no capital da Light S.A. (Light, Ba1/Aa2.br, estável), uma empresa integrada cujo principal negócio é a distribuição de eletricidade no estado do Rio de Janeiro. A CEMIG possui atualmente cerca de 13% do capital total e votante da Light e espera possuir até 26% com a conclusão desta transação. O valor total da aquisição poderá alcançar BRL 1,6 bilhão, mas o desembolso de caixa da CEMIG deve ser apenas cerca de BRL 785 milhões, dado que a integralização da parcela remanescente é esperada por um fundo de participações em uma estrutura financeira similar aquela utilizada para aquisição da Aliança. A geração de caixa interna da CEMIG no curto prazo deve ser suficiente para cobrir os valores desta transação, porém Moody's acredita que a administração acessaria de forma adequada o mercado bancário ou de capitais para preservar sua posição atual de liquidez. Essa aquisição está em linha com a atual estratégia de longo prazo da CEMIG de consolidar sua posição no setor brasileiro de energia elétrica. Esta decisão ainda depende da aprovação formal dos credores e da reguladora do setor de eletricidade -- a ANEEL -- e tem previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2010.

O maior impacto sobre a liquidez é mitigado desde que CEMIG tenha sucesso no alongamento do seu perfil de dívida, o que será parcialmente atingido através da emissão de BRL 2,7 bilhões em debêntures. Embora a alavancagem inicial mais alta deva ser, de certa maneira, compensada por uma maior geração de caixa no médio e longo prazo, a perspectiva não deve ser estabilizada até que a empresa institua políticas financeiras que permitam um perfil de liquidez sustentavelmente mais forte e uma estrutura de capital sem vencimentos de dívida significativos no curto prazo.

Moody's reitera sua opinião da última ação de rating relacionada à CEMIG de que a aquisição da Aliança deve oferecer valor de longo prazo aos acionistas dados os potenciais ganhos de sinergia e a estabilidade inerente do fluxo de caixa do segmento de transmissão no Brasil. No entanto, Moody's espera que os

indicadores de crédito de 2009 sejam moderadamente pressionados devido à elevada alavancagem inicial da operação, mas espera ver uma melhora nesses indicadores até o final de 2010.

A alavancagem conforme medida pelo índice da Dívida consolidada da CEMIG pela EBITDA deve ir de 2,3x na média dos últimos três anos para aproximadamente 3,0x, enquanto a razão do fluxo de caixa das operações (FCO) para a dívida deve cair de 34% na média de três anos para o intervalo de 23 à 27% durante os próximos três anos. No entanto, o índice de caixa para cobertura de juros (FCO + juros sobre juros) deve permanecer praticamente estável em 4,0x principalmente como resultado da recente redução significativa das taxas de juros locais. Essas projeções não consideram quaisquer ganhos potenciais de sinergia e usam premissas relativamente conservadoras para as distribuições de dividendos e despesas com investimentos. Como resultado, os indicadores de crédito da CEMIG devem comparar de maneira um pouco desfavorável com seus pares brasileiros de rating Baa3, embora os indicadores permaneçam fortes para essa categoria de rating em relação a seus pares globais.

A perspectiva dos ratings poderia tornar-se estável caso a CEMIG institua políticas financeiras que gerem um perfil de liquidez e uma estrutura de capital mais fortes sem os atuais vencimentos de curto prazo. Qualquer mudança substancial na avaliação do nível de suporte do ambiente regulatório brasileiro também poderia impactar o rating ou a perspectiva.

Os ratings poderiam ser rebaixados se a CEMIG continuar efetuando grandes aquisições e falhar em instituir políticas financeiras que gerem um perfil de liquidez e uma estrutura de capital mais fortes sem os atuais vencimentos de curto prazo. Os ratings também poderiam ser rebaixados se o fluxo de caixa retido sobre a dívida total ajustada cair para abaixo de 15% ou a cobertura de juros cair abaixo de 3,5x por um longo período.

O rating Aa1.br na Escala Nacional atribuído às debêntures reflete a qualidade de crédito da companhia em relação a seus pares no Brasil. O Rating na Escala Nacional da Moody's (NSR) é uma medida relativa da qualidade de crédito de emissores e dívidas emitidas dentro do país, permitindo que os participantes do mercado obtenham uma melhor distinção dos riscos relativos. NSRs no Brasil são designados pelo sufixo ".br". Emissores ou emissões com rating Aa1.br demonstram capacidade creditícia muito forte em relação a outros emissores domésticos. Os NSRs diferenciam-se do rating em escala global por não serem globalmente comparáveis com todo o universo de ratings da Moody´s, mas somente com os ratings em escala nacional de outros emissores no mesmo país.

A última ação de rating para a CEMIG ocorreu em 16 de outubro de 2009 quando a Moody's confirmou os ratings Baa3 na escala global e Aa1.br na escala nacional brasileira para a Cemig Geração e Transmissão S.A (CEMIG GT) e Cemig Distribuição S.A. (CEMIG D). Ao mesmo tempo, a Moody's rebaixou para Ba1 de Baa3 na escala global e de Aa1.br para Aa2.br na escala nacional brasileira o rating de emissor da empresa controladora Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) para refletir a subordinação estrutural no endividamento das subsidiárias operacionais. A perspectiva para todos os ratings foi alterada para negativa.

A principal metodologia utilizada para o rating da CEMIG GT foi a "Regulated Electric and Gas Utilities Rating Methodology", publicada em agosto de 2009 e disponível no www.moodys.com, no subdiretório Ratings Methodologies na aba Research & Ratings. Outras metodologias e fatores que podem ter sido considerados no processo de rating desse emissor também podem ser encontrados no subdiretório Ratings Methodologies no site da Moody´s.

Sediada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG -- é uma empresa pública com participações nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de eletricidade. O governo do Estado de Minas Gerais possui 51% de seu capital votante e 22% de seu capital total. A Cemig Geração e Transmissão S.A. (CEMIG GT) e Cemig Distribuição S.A. (CEMIG D), são as duas principais subsidiárias da CEMIG responsáveis por cerca de 85% das Vendas Líquidas consolidadas e EBITDA. Nos últimos doze meses findos em 30 de setembro de 2009, a CEMIG declarou vendas líquidas consolidadas de BRL 11.089 milhões (USD 5.169 milhões) e lucro líquido de BRL 1.708 milhões (USD 796 milhões).

A CEMIG GT, integralmente controlada pela CEMIG, é uma das maiores empresas brasileiras de geração e transmissão de energia elétrica com uma capacidade instalada de 6,32GW e 5,969 km de linhas de transmissão. A CEMIG GT também tem participações significativas em empresas de geração e transmissão. O investimento mais relevante em uma subsidiária é a recente aquisição de 65,85% do capital total da Aliança através de sua subsidiaria Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica - TAESA. Nos últimos doze

meses findos em 30 de setembro de 2009, a CEMIG GT declarou vendas liquidas consolidadas de BRL 3.382 milhões (USD1.576 milhões) e lucro liquido de BRL1.213 milhões (USD565 milhões).

Informações detalhadas sobre a companhia e os fundamentos dos ratings estão compiladas em um pre-sale report disponivel no website: www.moodys.com

Sao Paulo
Jose Soares
Asst Vice President - Analyst
Infrastructure Finance Group
Moody's America Latina Ltda.
55-11-3043-7300

New York
William L. Hess
Managing Director
Infrastructure Finance Group
Moody's Investors Service
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

Moody's Investors Service

CREDIT RATINGS ARE MIS'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MIS DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS DO NOT CONSTITUTE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS ARE NOT RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. CREDIT RATINGS DO NOT COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MIS ISSUES ITS CREDIT RATINGS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.

© Copyright 2010, Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors including Moody's Assurance Company, Inc. (together, "MOODY'S"). All rights reserved.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY COPYRIGHT LAW AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, such information is provided "as is" without warranty of any kind and MOODY'S, in particular, makes no representation or warranty, express or implied, as to the accuracy, timeliness, completeness, merchantability or fitness for any particular purpose of any such information. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The credit ratings and financial reporting analysis observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER. Each rating or other

opinion must be weighed solely as one factor in any investment decision made by or on behalf of any user of the information contained herein, and each such user must accordingly make its own study and evaluation of each security and of each issuer and guarantor of, and each provider of credit support for, each security that it may consider purchasing, holding or selling.

MOODY'S hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MOODY'S have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MOODY'S for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from $1,500 to approximately $2,400,000. Moody's Corporation (MCO) and its wholly-owned credit rating agency subsidiary, Moody's Investors Service (MIS), also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually on Moody's website at www.moodys.com under the heading "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy."

Moody's Investors Service

Rating Action: Moody's assigned Aa1.br rating to CEMIG GT debentures; outlook negative

Global Credit Research - 12 Jan 2010

Approximately BRL2.9 billion of debt instruments affected

Sao Paulo, January 12, 2010 -- Moody's affirmed its Baa3 global scale and Aa1.br Brazil national scale issuer ratings to Cemig Geração e Transmissão S.A ("CEMIG GT"). At the same time, Moody's assigned a Baa3 rating on the global scale and Aa1.br rating on the Brazilian national scale to BRL 2.7 billion local unsecured debentures to be issued by CEMIG GT. The debentures, guaranteed by Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG"), will be issued in two series with tenors ranging from two to five years.

The proceeds of the debentures will be used to take out the existing promissory notes in the same amount issued mostly to fund the acquisition of Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Aliança"), formerly known as Terna Participações S.A. this November. The final settlement of this transaction should be completed by this January when the new shareholders will extend the offer to minority shareholders.

The Baa3 issuer rating of CEMIG GT reflects the overall investment grade profile of CEMIG and its subsidiaries on a consolidated basis, as together they have adequate credit metrics for the rating category, a strong presence in the Brazilian electricity industry, experienced management, recognized competitiveness and above average governance practices.

The ratings are constrained by an aggressive capital expenditure and acquisition program, the risks associated with the potential for political interference by the Government of the state of Minas Gerais into CEMIG's business strategy and the evolving Brazilian regulatory framework.

The negative outlook reflects CEMIG's aggressive acquisition strategy and the potential implications this has for CEMIG's leverage and liquidity, in combination with CEMIG's relatively short-term debt maturity profile. "While additional acquisitions would not necessarily cause a downgrade, Moody's analysis of the impact of future deals on consolidated leverage and liquidity would be important to the rating" said Moody's analyst Jose Soares, author of a pre-sale report on CEMIG GT.

On December 31, 2009, CEMIG's announced a share purchase agreement to increase its participation in the capital of Light S.A (Light, Ba1/Aa2.br, stable), an integrated company whose primary business is the distribution of electricity in the State of Rio de Janeiro. CEMIG currently holds approximately 13% of Light's voting and total capital and is expected to hold up to 26% after the completion of this transaction. The total acquisition amount could reach BRL1.6 billion, but cash disbursement of CEMIG should be restricted to around BRL785 million since the remaining portion is expected to be funded by an equity fund in a similar financial structure as used for the acquisition of Aliança. CEMIG's internal cash generation in the near term is expected to generally cover this transaction but Moody's believes that management would wisely approach either the banking or the capital markets to preserve its liquidity positions. This acquisition is in line with CEMIG's current long-term strategy to consolidate its position in the Brazilian electricity industry. Formal approval from debt holders and the electricity sector regulator, ANEEL, are still pending and the expected closing is forecasted for the first quarter of 2010.

The major impact on liquidity is mitigated provided CEMIG successfully extends its debt maturity profile, which will be partially accomplished through the issuance of the BRL 2.7 billion debentures. While the initial higher leverage of current and potential new acquisitions should be somewhat offset by higher cash generation in the medium to long term, the outlook is unlikely to stabilize until the company institutes financial policies that provide for a stronger liquidity profile on a sustainable basis and a capital structure that does not have significant ongoing near-term debt maturities.

Moody's reiterates its opinion from its last rating action on CEMIG that the acquisition of Aliança should provide long-term value to shareholders given potential synergy gains and the inherent stability of the cash flow of the transmission business in Brazil. However, Moody's expects that FYE 2009 credit metrics will come under moderate pressure because of the initial increased leverage from the transaction but expects to see improvement in these metrics by year-end 2010.

Leverage as measured by the ratio of CEMIG's consolidated Debt to EBITDA is likely to move from the latest 3-year average of 2.3x to around 3.0x, while cash flow from operations (CFO) to debt is forecasted to fall from the 3-year average 34% to the 23-27% range within the next three years. However, cash interest coverage (CFO + Interest over Interest) is expected to remain virtually stable at 4.0x mainly as a result of the recent significant reduction in local interest rates. These projections do not consider any potential synergy gains and make relatively conservative assumptions for dividend distributions and capital expenditures. As a result, credit metrics are expected to compare slightly unfavorably against the Baa3 Brazilian utility peer group, although metrics will remain strong for the rating category compared to global peers.

The ratings outlook could become stable if CEMIG institutes financial policies that provide for a stronger liquidity profile and capital structure without ongoing near-term debt maturities. Any material change in the assessment of the level of supportiveness of the Brazilian regulatory framework could also impact the rating or the outlook.

The ratings could be downgraded if CEMIG continues to make sizable acquisitions and fails to institute financial policies that provide for a stronger liquidity profile and capital structure without ongoing near-term debt maturities. The ratings could also be downgraded if retained cash flow to total adjusted debt drops below 15% or interest coverage falls below 3.5x for an extended period.

The Aa1.br national scale rating assigned to the debentures reflects the standing of the company's credit quality relative to its domestic peers. Moody's National Scale Ratings (NSRs) are intended as relative measures of creditworthiness among debt issuances and issuers within a country, enabling market participants to better differentiate relative risks. NSRs in Brazil are designated by the ".br" suffix. Issuers or issues rated Aa1.br demonstrate very strong creditworthiness relative to other domestic issuers. NSRs differ from global scale ratings in that they are not globally comparable to the full universe of Moody's rated entities, but only with other rated entities within the same country.

The last rating action for CEMIG was on October 16, 2009 when Moody's confirmed its Baa3 global scale and Aa1.br Brazil national scale ratings for Cemig Geração e Transmissão S.A. (CEMIG GT) and Cemig Distribuição S.A (CEMIG D). At the same time, Moody's downgraded to Ba1 from Baa3 on its global scale and from Aa1.br to Aa2.br on the Brazil national scale the issuer rating of the holding company Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) to reflect the structural subordination to indebtedness at the operating subsidiaries. The outlook for all ratings was changed to negative.

The principal methodology used in rating CEMIG GT was Moody's Regulated Electric and Gas Utilities Rating Methodology, published in August 2009 and available on www.moodys.com in the Rating Methodologies sub-directory under the Research & Ratings tab. Other methodologies and factors that may have been considered in the process of rating this issuer can also be found in the Rating Methodologies sub-directory on Moody's website.

Headquartered in Belo Horizonte, state of Minas Gerais, Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - is a public holding company with interests mainly in the generation, transmission and distribution of electricity. The government of the state of Minas Gerais holds 51% of its voting capital and 22% of its total capital. CEMIG Geração e Transmissão S.A. (CEMIG GT) and CEMIG Distribuição S.A. (CEMIG D), are CEMIG's two main subsidiaries responsible for around 85% of consolidated Net Sales and EBITDA. In the last twelve months ended September 30, 2009, CEMIG posted net consolidated sales of BRL11,089 million (USD5,169 million) and net profit of BRL 1,708 million (USD796 million).

CEMIG GT, wholly owned by CEMIG, is one of the largest Brazilian electricity generation and transmission companies with an installed capacity of 6.32GW and 5,969 Km of transmission lines. CEMIG GT also holds significant stakes in generation and transmission companies. The most relevant investment in a subsidiary is the recent acquisition of 65.85% of Aliança's total capital, through its subsidiary Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica - TAESA. In the last twelve months ended September 30, 2009, CEMIG GT posted net consolidated sales of BRL 3,382 million (USD1,576 million) and net profit of BRL1,213 million (USD565 million).

More detailed information on the company and ratings rationale is conveyed on a pre-sale report available at ww.moodys.com

Sao Paulo
Jose Soares

Asst Vice President - Analyst
Infrastructure Finance Group
Moody's America Latina Ltda.
55-11-3043-7300

New York
William L. Hess
Managing Director
Infrastructure Finance Group
Moody's Investors Service
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

CREDIT RATINGS ARE MIS'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MIS DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS DO NOT CONSTITUTE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS ARE NOT RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. CREDIT RATINGS DO NOT COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MIS ISSUES ITS CREDIT RATINGS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.

© Copyright 2010, Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors including Moody's Assurance Company, Inc. (together, "MOODY'S"). All rights reserved.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY COPYRIGHT LAW AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, such information is provided "as is" without warranty of any kind and MOODY'S, in particular, makes no representation or warranty, express or implied, as to the accuracy, timeliness, completeness, merchantability or fitness for any particular purpose of any such information. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The credit ratings and financial reporting analysis observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER. Each rating or other opinion must be weighed solely as one factor in any investment decision made by or on behalf of any user of the information contained herein, and each such user must accordingly make its own study and evaluation of each security and of each issuer and guarantor of, and each provider of credit support for, each security that it may consider purchasing, holding or selling.

MOODY'S hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MOODY'S have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MOODY'S for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from $1,500 to approximately $2,400,000.

Moody's Corporation (MCO) and its wholly-owned credit rating agency subsidiary, Moody's Investors Service (MIS), also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually on Moody's website at www.moodys.com under the heading "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy."

MOODY'S
INVESTORS SERVICE

PRE-SALE REPORT

Cemig Geração e Transmissão S.A.

Minas Gerais, Brasil

Contents:

VISÃO GERAL DA OPERAÇÃO CLASSIFICADA 1
RESUMO DOS FUNDAMENTOS DO RATING 2
PERSPECTIVA 2
VISÃO GERAL DA EMPRESA 2
ESTRATÉGIA DA ADMINISTRAÇÃO 6
PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES DE RATING 8
INDICADORES FINANCEIROS E COMPARAÇÃO INTRA-SETORIAL 10
PERFIL DE LIQUIDEZ 10
GOVERNANÇA CORPORATIVA 12
APÊNDICE A – CONCESSÕES VINCEDAS 13
APÊNDICE B – COMPARAÇÃO INTRASETORIAL 14
APÊNDICE C – INDICADORES FINANCEIROS DA CEMIG GT 16
APÊNDICE D – INDICADORES FINANCEIROS DA CEMIG 18
APÊNDICE E – PARÂMETRO PARA A METODOLOGIA DE RATING 20

Contatos dos Analistas:

SÃO PAULO 55 11 3043 7300
[illegible]
NOVA YORK 1 212 553 1653
[illegible]

Visão Geral da Operação Classificada

Moody's América Latina atribuiu um rating Baa3 em escala global e Aa1.br na escala nacional brasileira para BRL 2,7 bilhões em debêntures locais sem garantia de ativos reais a serem emitidas pela Cemig Geração e Transmissão (CEMIG GT). A perspectiva para os ratings é negativa. As debêntures são garantidas pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG, ratings de emissor Ba1/Aa2.br, perspectiva negativa) e serão emitidas em duas séries com prazos entre dois e cinco anos. Os recursos advindos das debêntures serão utilizados para refinanciar as notas promissórias existentes de mesmo valor, emitidas em 30 de outubro de 2009 para financiar a aquisição da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., conhecida anteriormente como Terna Participações S.A. (Aliança, ratings de emissor Baa3/Aa1.br, perspectiva negativa).

A CEMIG é uma empresa pública controladora com participações nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O governo do Estado de Minas Gerais possui 51% de seu capital votante e 22% de seu capital total. A CEMIG GT é uma das principais subsidiárias da CEMIG responsável por cerca de 30% de suas vendas líquidas consolidadas e 60% de seu EBITDA consolidado. A CEMIG GT também é uma das maiores empresas brasileiras de geração e transmissão de energia elétrica, com uma capacidade instalada de 6.32GW e 5.969km de linhas de transmissão. A empresa também possui participações significativas em projetos de geração e empresas de transmissão. O investimento mais relevante em uma subsidiária foi a recente aquisição de 65,85% do capital total da Aliança.

A Moody's analisou a documentação legal preliminar para emissão das debêntures seniores sem garantia de ativos reais, e o rating atribuído assume que os documentos finais da transação não serão substancialmente diferentes da documentação legal revisada pela Moody's até esta data, e assumem que estes contratos serão legalmente válidos, vinculantes e exequíveis.

Este relatório é um anexo ao press release publicado em 12 de janeiro de 2010 e apresenta uma discussão detalhada sobre os ratings da Cemig Geração e Transmissão S.A. e deve ser lido em conjunto com o referido press release. Informações de rating disponíveis no website da Moody's: [illegible]

Resumo dos Fundamentos do Rating

O rating de emissor Baa3 da CEMIG GT reflete o perfil geral de grau de investimento da CEMIG e de suas subsidiárias em uma base consolidada visto que, juntas, essas empresas têm indicadores de crédito adequados para a categoria de rating, forte presença no setor brasileiro de energia elétrica, administração experiente, competitividade reconhecida e práticas de governança acima da média. Os ratings estão limitados por um programa agressivo de investimentos e aquisições, pelos riscos associados à possível interferência política do Governo do Estado de Minas Gerais na estratégia de negócios da CEMIG e pelo ambiente regulatório brasileiro em evolução.

A principal metodologia utilizada para a atribuição do rating da CEMIG GT foi a "*Regulated Electric and Gas Utilities Rating Methodology*" (agosto de 2009), que pode ser encontrada no site www.moodys.com, no diretório *Credit Policy & Methodologies*, no subdiretório *Ratings Methodologies*. Outras metodologias e fatores que podem ter sido considerados no processo de rating desse emissor podem ser encontrados no diretório *Credit Policy & Methodologies*.

Perspectiva

A perspectiva negativa reflete a estratégia agressiva de aquisições da CEMIG e suas potenciais implicações sobre a alavancagem e liquidez do grupo, juntamente com seu perfil de vencimentos de dívida relativamente curto. Enquanto aquisições adicionais não causariam necessariamente um rebaixamento, na avaliação da Moody's, o impacto de negociações futuras sobre a alavancagem e liquidez consolidada seria importante para o rating. A perspectiva não deve se estabilizar até que a empresa institua políticas financeiras que proporcionem um perfil de liquidez mais forte e uma estrutura de capital sem vencimentos significativos de curto prazo.

O que poderia elevar o rating

Uma elevação de rating é improvável até que haja uma maior visibilidade dos futuros investimentos e aquisições da CEMIG, e até que haja uma melhora sustentável em seu perfil de liquidez e nos seus indicadores de crédito. Quantitativamente, uma elevação poderia resultar do fluxo de caixa retido pela dívida total ajustada acima de 30% e cobertura de juros acima de 5,5x em uma base sustentável.

O que poderia rebaixar o rating

Os ratings poderiam ser rebaixados caso a CEMIG continue fazendo aquisições significativas e falhe ao instituir políticas financeiras que forneçam um perfil de liquidez mais forte e uma estrutura de capital sem vencimentos significativos de curto prazo. Os ratings também poderiam ser rebaixados caso o fluxo de caixa retido pela dívida total ajustada caia abaixo de 15% ou a cobertura de juros caia abaixo de 3,5x.

VISÃO GERAL DA EMPRESA

PERFIL CORPORATIVO

Sediada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG – é uma empresa pública com participações nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de eletricidade. O governo do Estado de Minas Gerais possui 51% de seu capital votante e 22% de seu capital total. Cemig Geração e Transmissão S.A. (CEMIG GT) e Cemig Distribuição S.A.

(CEMIG D) são as duas principais subsidiárias da CEMIG, responsáveis por cerca de 85% das Vendas Líquidas consolidadas e do EBITDA.

A CEMIG GT é uma das maiores empresas brasileiras de geração e transmissão de energia elétrica com uma capacidade instalada de 6,32GW e 5,969km de linhas de transmissão. Nos últimos doze meses findos em 30 de setembro de 2009, a CEMIG GT reportou vendas líquidas consolidadas de BRL 5,382 milhões (USD 1.576 milhão) e lucro líquido de BRL1.215 milhão (USD565 milhões). A tabela abaixo ilustra as receitas líquidas e EBITDA segregado por segmento de negócios.

TABELA 1

RECEITAS LÍQUIDAS Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG

(EM MILHÕES DE REAIS)	9M09	% DO TOTAL	2008	% DO TOTAL	2007	% DO TOTAL	Δ% 2008/07
Cemig GT	2,624	31.5%	2,948	27.1%	2,666	26.0%	10.6%
Cemig D	4,537	54.4%	6,147	56.4%	5,935	58.1%	3.6%
RME (Light)	990	11.9%	1,351	12.4%	1,253	12.2%	7.9%
Gasmig	184	2.2%	301	2.8%	232	2.3%	29.8%
Outras Transm.	91	1.1%	83	0.8%	68	0.7%	21.8%
Outras Geração	180	2.2%	250	2.3%	199	1.9%	25.4%
Outras não elétricas	73	0.9%	83	0.8%	105	1.0%	-20.4%
Eliminações	(344)	-4.1%	(272)	-2.5%	(252)	-2.5%	7.8%
RECEITA LÍQ TOTAL	**8,335**	**100.0%**	**10,890**	**100.0%**	**10,246**	**100.0%**	**6.3%**

EBITDA* Companhia Energetica de Minas Gerais-CEMIG

(EM MILHÕES DE REAIS)	9M09	% DO TOTAL	2008	% DO TOTAL	2007	% DO TOTAL	Δ% 2008/07
Cemig GT	1,764	63.2%	1,838	49.3%	1,584	42.9%	16.1%
Cemig D	562	20.1%	1,343	36.0%	1,492	41.4%	-10.0%
RME (Light)	203	7.3%	321	8.6%	247	6.8%	30.4%
Gasmig	36	1.3%	50	1.3%	56	1.5%	-9.9%
Outras Transm.	81	2.9%	74	2.0%	61	1.7%	21.5%
Outras Geração	126	4.5%	180	4.8%	137	3.8%	31.9%
Outras não elétricas	19	0.7%	(79)	-2.1%	32	0.9%	-348.0%
EBITDA TOTAL*	**2,789**	**100.0%**	**3,729**	**100.0%**	**3,607**	**100.0%**	**3.4%**

Fonte: CEMIG

* Ebitda exclui receita financeira

ESTRUTURA SOCIETÁRIA DO GRUPO

O quadro abaixo representa a atual estrutura acionária da CEMIG incluindo as subsidiárias mais relevantes. A estrutura do grupo tem um impacto significativo no rating atribuído às debêntures dado que grande maioria da dívida do grupo encontra-se no nível das subsidiárias operacionais, sendo garantida pela empresa controladora. Aproximadamente 50% da dívida consolidada encontra-se no nível da subsidiária CEMIG GT, que também gera mais de 60% do fluxo de caixa consolidado, conforme medido pelo EBITDA. CEMIG D, a subsidiária de distribuição, é responsável pela maior parte da geração de caixa restante. Prospectivamente, o segmento de transmissão deve ter mais importância na carteira da CEMIG.

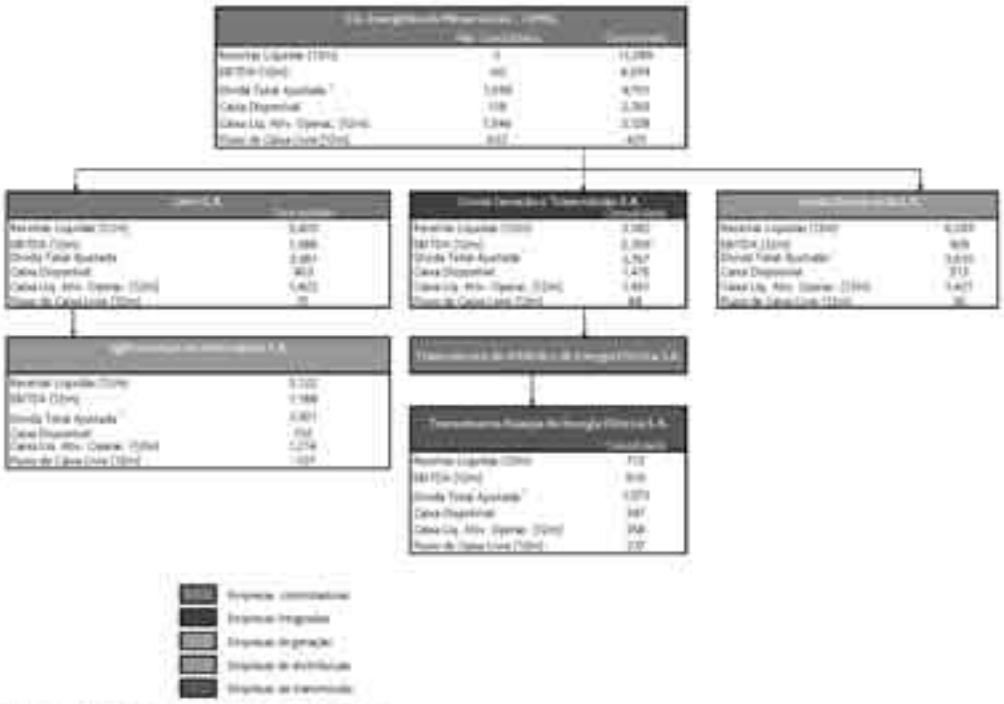
QUADRO 1

Companhia Energética de Minas Gerais- CEMIG – Organograma Simplificado

QUADRO 2

Companhia Energética de Minas Gerais- CEMIG – Organograma Simplificado

Demonstração Financeira Base em 30 de setembro de 2000 (em milhões de reais)



A Dívida Ajustada pela Moody's inclui passivos, alcançados impostos refinanciados.
Fonte: Moody's Financial Metrics ARM

Estratégia da Administração

Atualmente, a CEMIG tem um programa de investimentos significativo devido principalmente a novas aquisições. No começo de novembro de 2009, a CEMIG concluiu a aquisição de 65,89% do capital da Aliança por aproximadamente BRL2,15 bilhões. Adicionalmente, em 2009 a CEMIG desembolsou BRL480 milhões para aquisição de participações adicionais em cinco empresas brasileiras de transmissão – conhecidas conjuntamente como TBE – em junho e aproximadamente BRL213 milhões para aquisição de minas de energia eólica de 99MW em agosto.

Em sua atual composição de negócios, Moody's estima que os desembolsos com investimentos da CEMIG alcançam BRL6,4 bilhões de 2010 a 2012. Durante esse período, a empresa deve reportar fluxo de caixa livre de aproximadamente BRL600 milhões por ano para realizar pagamentos de dívida e de despesas extraordinárias. O risco para essas projeções seria outra aquisição de grande porte com potenciais implicações negativas para a atual alavancagem e liquidez da CEMIG.

Em 31 de dezembro de 2009, a CEMIG anunciou um acordo de compra de ações para elevar sua participação no capital da Light S.A (Light, Ba1/Aa2.br; estável), uma empresa integrada cujo negócio principal é a distribuição de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro. A CEMIG atualmente controla cerca de 13% do capital votante e total da Light, e deve elevar essa participação para 26% após a conclusão da operação. O montante total da aquisição poderia atingir BRL1,6 bilhão, mas o desembolso de caixa da CEMIG deve permanecer limitado a aproximadamente BRL785 milhões visto que o restante deve ser financiado por um fundo de ações em uma estrutura financeira semelhante àquela utilizada para aquisição da Aliança. A geração interna de caixa da CEMIG no curto prazo deve ser suficiente para cobrir os desembolsos com essa operação, mas a Moody's acredita que a gestão acessará de forma oportuna os mercados bancários ou de capital para preservar suas posições de liquidez. Essa aquisição está em linha com a atual estratégia de longo prazo da CEMIG que visa consolidar a posição da empresa no setor brasileiro de energia elétrica. A aprovação formal dos titulares da dívida e do regulador do setor de energia elétrica – a ANEEL –, ainda está pendente, e sua realização é prevista para o primeiro trimestre de 2010.

Principais Considerações de Rating

INDICADORES DE CRÉDITO ADEQUADOS

A CEMIG reportou rentabilidade saudável e geração de caixa relativamente estável em uma base consolidada nos últimos três anos. Apesar dos significativos usos de caixa – que foram compostos principalmente por despesas de investimento e ampla distribuição de dividendos – a geração de caixa permitiu que o nível de endividamento permanecesse graficamente estável durante esse período, gerando um perfil de crédito saudável. CEMIG GT e CEMIG D, as duas subsidiárias mais importantes, atingiram ganhos graduais (porém consistentes) de margem operacional durante esse período. A melhora do caixa advindo do segmento de geração e a recuperação de caixa dos ativos regulatórios nos últimos doze meses compensaram, em grande parte, a recente redução das margens operacionais da CEMIG D causadas pela redução tarifária de 19,62% . Apesar da redução das tarifas do setor de distribuição e dos níveis de dívida mais elevados, esperamos uma geração estável de caixa líquido das atividades operacionais para 2010 de cerca de BRL 3,3 bilhões em uma base consolidada – reforçada por tarifas mais altas no segmento de geração, aumento do volume de vendas no segmento de distribuição, e despesas com juros mais baixas devido à queda significativa das taxas de juros locais.

A aquisição da Aliança deve prover valor de longo prazo para os acionistas, dado os potenciais ganhos de sinergia e a estabilidade inerente do fluxo de caixa do segmento de transmissão no Brasil. No

entanto, Moody's espera que os indicadores de crédito sofram pressão moderada no curto prazo devido à elevada alavancagem, que deve melhorar somente ao final de 2010. Nossas projeções indicam que a aquisição da Aliança elevará a dívida consolidada em cerca de BRL 5 bilhões, dos quais BRL 3,4 bilhões representam o montante total exigido para aquisição da Aliança. Em 30 de setembro de 2009, a CEMIG GT – a empresa compradora– tinha uma posição de caixa considerável de BRL 1,4 bilhão para cobrir parte do valor de aquisição. O saldo foi levantado no mercado de capital doméstico com a emissão de BRL 2,7 bilhões (aproximadamente USD 1,5 bilhão) em notas promissórias com vencimento de seis meses. Essas notas estão sendo refinanciadas com a atual emissão de debêntures de longo prazo com prazos entre 2 e 5 anos.

A CEMIG financiou parcialmente a aquisição da Aliança através de um acordo de compra de quotas com um grupo de investidores institucionais no qual a CEMIG GT reduzirá sua participação para 50% menos uma ação do capital votante da Aliança e 65,85% de seu capital total. Esses novos acionistas formaram o FIP Coliseu (Fundo de Investimentos em Participações), que contribuiu com BRL 1,35 bilhão para o preço de compra. Além de ajudar a financiar a aquisição, esse acordo também permitiu que a Aliança continuasse sendo uma empresa privada e, dessa maneira, permanecesse elegível para continuar recebendo recursos de longo prazo dos bancos brasileiros federais e estaduais, como o BNDES. Um benefício secundário desse acordo foi deixar a CEMIG com um colchão maior de liquidez para aquisições adicionais, como afirmado recentemente e publicamente pela gestão da empresa.

Após cinco anos, o FIP Coliseu terá o direito de vender a totalidade de suas quotas da Aliança (aproximadamente 34%) para a CEMIG GT, pelo valor de seu capital investido na aquisição líquida de dividendos recebidos da Aliança e ajustados pela variação do Índice de Inflação IPCA + 7% ao ano. Moody's conservadoramente considera essa opção de venda como sendo uma obrigação de longo prazo da CEMIG GT.

A alavancagem medida pelo índice da dívida consolidada da CEMIG pelo EBITDA de 2,3x na média dos últimos três anos deve se mover para cerca de 3,0x, enquanto o caixa líquido das atividades operacionais pela dívida deve cair da média dos últimos anos de 36% para o intervalo entre 25 e 27% nos próximos três anos. No entanto, o índice de cobertura de juros efetivos (caixa líquido das atividades operacionais pré-capital de giro + juros sobre juros) deve permanecer praticamente estável em 4,0x, devido principalmente à recente e significativa redução nas taxas de juros locais. Essas projeções não consideram qualquer ganho potencial de sinergia e assumem premissas relativamente conservadoras para as distribuições de dividendos e despesas de investimentos. Como resultado, espera-se que os indicadores de crédito da CEMIG se comparem um pouco desfavoravelmente com os pares domésticos do setor de energia elétrica classificados com rating Baa3, embora os indicadores devam permanecer fortes para a categoria de rating em relação aos seus pares globais.

TARIFAS MAIS ALTAS ESPERADAS PARA O SEGMENTO DE GERAÇÃO

As margens operacionais da CEMIG GT devem aumentar no longo prazo à medida que os contratos existentes vençam e sejam substituídos por novos contratos com tarifas mais altas devido à inesperada continuação de uma margem de reserva apertada no Brasil. Expectativas de tarifas mais altas também são apoiadas por recentes leilões novos de energia, nos quais os preços ultrapassaram dramaticamente os preços médios dos contratos existentes das geradoras de um modo geral. A grande maioria dos contratos com vencimento no médio prazo já foi repercificada nos mercados regulado e livre. Como resultado, a produção de energia elétrica da CEMIG GT está 91% contratada até 2012. A elevada exposição da CEMIG ao mercado não regulado de energia elétrica é mitigada pelo fato da maior parte da carteira de clientes da empresa ser composta por grandes consumidores com sólidos perfis de crédito.

TENDÊNCIA DE MELHORA PARA AS MARGENS DE DISTRIBUIÇÃO

Nos últimos dois meses, as margens operacionais da CEMIG D deterioraram significativamente devido a um efeito combinado de menor volume de vendas resultado da a depressão econômica, perdas não recorrentes com um programa de desligamento voluntário e 19,62% de redução tarifária conforme a segunda revisão periódica. A revisão tarifária final gerou uma perda não recorrente de aproximadamente BRL 265 milhões para a CEMIG D no primeiro trimestre de 2009. De acordo com a regulamentação vigente, todas as empresas de distribuição estão sujeitas à revisão tarifária a cada quatro ou cinco anos para garantir que os ganhos de produtividade sejam transferidos para os consumidores finais. Embora as margens operacionais sofram diminuição no curto prazo, elas devem ser recuperadas ao longo do tempo à medida que a CEMIG D reduza os custos e se beneficie do crescimento esperado no volume até a próxima revisão tarifária periódica em abril de 2013. Apesar de uma contribuição menor esperada do caixa gerado nas operações, o caixa líquido das atividades operacionais deve permanecer forte dado o impacto do capital de giro positivo e dos ativos regulatórios. A empresa tem aproximadamente BRL300 milhões em ativos regulatórios a serem recuperados nos próximos doze meses.

ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO AGRESSIVA

Atualmente, a CEMIG tem um programa de investimentos significativo baseado principalmente em novas aquisições. Em sua atual composição de negócios, Moody's estima que os desembolsos com investimentos da CEMIG alcancem BRL 6,4 bilhões entre 2010 a 2012. Ao mesmo tempo em que aquisições adicionais não causariam necessariamente um rebaixamento dos ratings, o fluxo de caixa esperado juntamente com os acordos de financiamento são particularmente importantes para nossa análise de futuras negociações. Moody's espera que a CEMIG continue a administrar sua estratégia de aquisições, pagamento de dividendos, e investimentos para manter indicadores de crédito adequados e arranjos de liquidez que sejam apropriados para sustentar um rating de grau de investimento consolidado. No entanto, o colchão para absorção de qualquer deterioração financeira inesperada diminuiu significativamente com as operações mais recentes.

AMBIENTE REGULATÓRIO BRASILEIRO ATUAL

O fator limitador dos ratings mais importante tem sido o ambiente regulatório brasileiro que, além de ter um histórico de imprevisibilidade, sofreu mudanças substanciais nos últimos anos. O modelo regulatório de energia elétrica, implementado em 2004, mitigou as incertezas trazidas por mudanças constantes no ambiente regulatório brasileiro nas últimas duas décadas. Esse modelo provê um ambiente de maior suporte para taxas aceitáveis de retorno visto que as regras atuais para os serviços públicos do setor de energia elétrica são transparentes e baseadas em critérios técnicos, oferecendo elevada previsibilidade do retorno sobre o capital investido. No entanto, ainda acreditamos que haja um grau de certeza menor em relação à prevista recuperação de custos e investimentos no Brasil visto que o novo modelo ainda não vivenciou um período prolongado de alta inflação, desvalorização da taxa de câmbio, ou racionamento de energia elétrica. Também foram consideradas em nossa avaliação desse fator as potenciais interrupções futuras na energia elétrica, a independência limitada do regulador, um número significativo de concessões com vencimento em 2015, e a independência mínima sustentando o novo modelo regulatório.

CONCESSÕES VINCENDAS

O setor de energia elétrica no Brasil tem enfrentado desafios significativos que comprometem a melhoria sustentada do ambiente regulatório do país nos últimos anos e trazem incertezas para o crescimento do setor nos próximos anos. Sobretudo, grande parte das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil devem vencer entre 2015 e 2017. Ainda não está claro se essas concessões serão renovadas ou se o governo oferecerá indenizações adequadas para os

ativos não depreciados quando as concessões vencerem. O risco de não renovação afeta primeiramente as empresas estatais, cujas concessões já foram renovadas uma vez e não têm direito a uma segunda renovação, de acordo com a Lei 10.848. Aproximadamente 10% da carteira de geração da CEMIG vencerá em 2015 e, de acordo com a atual legislação, não tem direito à renovação. A lista das concessões a vencer da CEMIG está disponível no Apêndice A.

Adicionalmente, todas as concessões de distribuição da CEMIG estão programadas para vencer em 2016 juntamente com um número significativo de outras concessões de distribuição no Brasil. Acreditamos que esses serviços regulados serão menos afetados do que as concessões de geração e transmissão. As empresas de distribuição tiveram geralmente despesas de investimentos relevantes durante o período de concessão, e conseguiram transferir os ganhos de produtividade aos seus clientes através das revisões tarifárias periódicas. Isso ajudou as empresas a atingir as principais metas do governo: oferecer aos consumidores as menores contas de energia elétrica possíveis. Por outro lado, para as concessões renovadas de geração e transmissão, o governo poderia impor maiores reduções tarifárias para alcançar esse objetivo.

CONSIDERAÇÕES DE EMISSOR RELACIONADO AO GOVERNO ("GRI")

Com 51% de seu capital votante detido pelo Estado de Minas Gerais (Ba3, estável), a CEMIG é considerada um emissor relacionado ao governo ("government-related issuer" ou "GRI"), conforme definido na metodologia de rating da Moody's intitulada "*The Application of Joint Default Analysis to Government Related Issuers*" (abril de 2005). A Moody's também utilizou a metodologia de GRIs para incorporar sistematicamente no rating tanto o perfil de risco de crédito individual ("baseline credit assessment" ou "BCA") da empresa quanto uma avaliação da probabilidade de seu governo controlador fornecer suporte extraordinário às obrigações da empresa. O BCA de um GRI é expresso em uma escala de 1 a 21, na qual um representa o risco equivalente ao rating Aaa, dois à Aa1, *três* à Aa2 e assim por diante. Os ratings atuais da CEMIG incorporam um BCA de 10, alta dependência (a probabilidade de a CEMIG e o Estado de Minas Gerais entrarem em *default* ao mesmo tempo) e média probabilidade de suporte extraordinário oferecido pelo acionista controlador. Consulte os *Special Comments* da Moody's intitulados "*Rating Government Related Issues in American Corporate Finance*" (julho de 2005) e "*Government-Related Issuers: July 2008 Update*" no moodys.com para maiores informações sobre GRIs.

Moody's considera uma potencial interferência política do governo estadual administrando diretamente os negócios da empresa, principalmente através de investimentos significativos no curto prazo. Apesar de ser uma limitação importante aos ratings, a Moody's acredita que qualquer interferência política, provavelmente, ainda preservaria a sólida estrutura de capital da empresa. No entanto, o colchão para absorver uma deterioração temporária nos indicadores de crédito e na liquidez diminuiu significativamente.

TAXAS DE JUROS FLUTUANTES PODEM PRESSIONAR O FLUXO DE CAIXA

CEMIG está altamente exposta a taxas de juros flutuantes visto que cerca de dois terços de sua dívida consolidada são indexados à taxa Brasileira de depósitos interbancários (CDI). Durante o período de doze meses findos em 30 de setembro de 2009, a CEMIG reportou despesa financeira efetiva de BRL 932 milhões, representando um custo de dívida médio de 10% por ano. Este custo está cerca de 110 pontos-base menor que em 2008 principalmente em função de uma redução na taxa básica de juros no Brasil. O CDI foi em média 10,7% nos doze meses findos em 30 de setembro de 2009, e 11,7% em 2008. As projeções da Moody's consideram uma saída de caixa de BRL 1,2 bilhão com despesas financeiras em 2010, assumindo que as taxas de juros interbancárias deverão ser em média 10%.

Qualquer elevação acentuada das taxas de juros locais poderá ter impacto significativo sobre a geração interna de caixa da empresa.

Considerações Estruturais

O rating de emissor da CEMIG está um nível abaixo dos ratings de emissor da subsidiária operacional para refletir o aumento substancial da subordinação estrutural de qualquer dívida eventual no nível da empresa controladora para aquelas das empresas operacionais, nas quais os níveis de dívida devem aumentar significativamente. Em função da aquisição da Aliança, houve um aumento relevante da dívida no nível da CEMIG GT, que exacerbou a subordinação estrutural da dívida existente no nível da empresa controladora. Os credores das subsidiárias operacionais geralmente têm prioridade sobre o fluxo de caixa e direitos superiores àqueles de titulares de dívidas da empresa controladora, o que pode limitar a flexibilidade financeira da empresa controladora. A empresa controladora CEMIG possui cerca de BRL 1,0 bilhão de dívidas sem classificação de rating atribuída pela Moody's.

Indicadores Financeiros e Comparação Intra-setorial

Os atuais indicadores financeiros consolidados da CEMIG estão em linha com os indicadores de seu grupo intra-setorial de pares domésticos. Prospectivamente, os indicadores de crédito da CEMIG devem comparar um pouco desfavoravelmente com o grupo de empresas de energia elétrica no Brasil classificados com rating Baa3, como resultado do aumento na alavancagem e de seu atual plano de expansão agressivo. No entanto os indicadores devem permanecer fortes para a categoria de rating em comparação com seus pares globais.

O grupo de comparação intra-setorial regional da empresa é formado por empresas integradas do setor elétrico e outros GREs no Brasil. A comparação direta entre ratings e indicadores financeiros dentro do grupo intra-setorial global pode, de certa forma, conduzir a conclusões equivocadas, visto que as empresas que operam em ambientes regulatórios integralmente desenvolvidos e altamente previsíveis tendem a apresentar indicadores de crédito relativamente mais baixos do que aquelas empresas que operam no Brasil. As empresas com maior risco de negócios precisam de indicadores mais fortes do que aquelas de risco de negócio mais baixo para a mesma categoria de rating. As empresas selecionadas do grupo intra-setorial da CEMIG estão disponíveis no Apêndice B.

Perfil de Liquidez

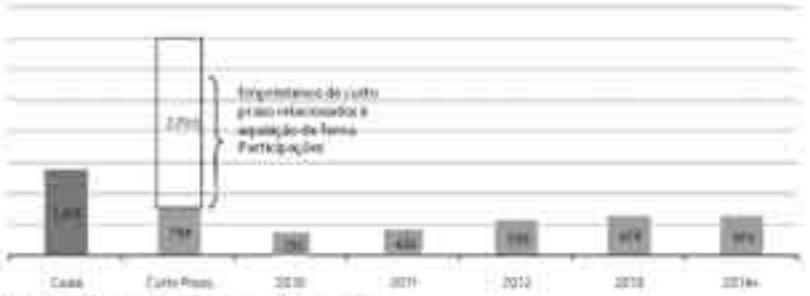
Liquidez tem sido um desafio importante para a CEMIG dado seus consideráveis vencimentos de dívida dos próximos doze meses de aproximadamente BRL 4,4 bilhões e do nível de fluxo de caixa livre mais baixo esperado em função da estratégia de expansão agressiva da empresa. Como a maioria das empresas brasileiras, a CEMIG não possui linhas de crédito comprometidas para realizar qualquer desembolso de caixa inesperado. Apesar das dívidas de curto prazo relativamente grandes da empresa, acreditamos que o risco de refinanciamento seja administrável. A posição de liquidez relativamente inadequada da CEMIG é mitigada por seu amplo acesso ao mercado de capitais, recentemente demonstrado por um compromisso firme de um grupo de bancos locais para subscrever integralmente BRL 2,7 bilhões em debêntures da CEMIG GT na primeira série com prazo de dois anos. A duração dessa oferta poderia ser mais longa caso haja demanda do mercado para a colocação da segunda série com um prazo de cinco anos.

A desafiadora posição de liquidez é de certa forma preservada pelo acordo de compra de ações com o FIP Cemig, com o qual a CEMIG GT teve a oportunidade de reduzir sua participação para 50%

menos uma ação do capital votante da Aliança e 65,89% de seu capital total em troca de BRL 1,33 bilhão mais uma opção de venda destas ações volta à CEMIG após cinco anos. O principal risco de deterioração da liquidez é a possibilidade de outra grande aquisição financiada por dívida de curto prazo.

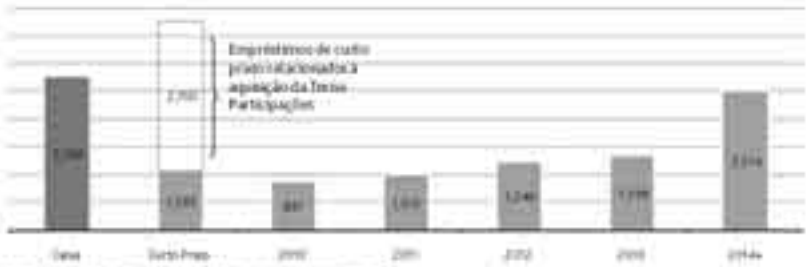
Os gráficos a seguir representam os vencimentos de dívida da empresa CEMIG consolidada e da CEMIG GT em 30 de setembro de 2009, e 2,7 bilhões em notas promissórias com vencimento em 180 dias emitidos em 30 de outubro de 2009. No entanto, os gráficos não incluem os BRL 660 milhões em dívidas de curto prazo da Aliança em 30 de setembro de 2009.

QUADRO 3
CEMIG GT: debt amortization schedule as of September 30, 2009



Bank debt and debentures, not including adjustments for pension liabilities
Source: CEMIG

QUADRO 4
CEMIG Consolidated: debt amortization schedule as of September 30, 2009



Bank debt and debentures, not including adjustments for pension liabilities
Source: CEMIG

Governança Corporativa

A CEMIG tem práticas de governança corporativa adequadas. A CEMIG é uma empresa de capital aberto listada na NYSE, Latibex e Bovespa. A ações da CEMIG pertencem ao Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001. Seu conselho de administração é composto por 14 membros, dos quais seis são considerados pela Moody's como membros independentes (indicados pelos acionistas minoritários). A CEMIG tem um conselho fiscal permanente (cinco membros, dois independentes) que age como um comitê de auditoria para fins da Lei norte-americana *Sarbanes Oxley* de 2002. O contrato social da CEMIG contém cláusulas que restringem o nível de endividamento, com o máximo de investimentos e aquisições limitado a 40% do EBITDA em um dado ano, alavancagem total limitada à dívida líquida pelo EBITDA de 2,5x e dívida sobre capitalização de 50%. No entanto, essas limitações não são rigorosamente seguidas, como foi recentemente ilustrado pela aprovação do conselho de administração da extrapolação destes limites para aquisição da Aliança.

Apêndice A – Concessões Vincedas

USINA DE GERAÇÃO	CAPACIDADE INSTALADA (MW)	ENERGIA GARANTIDA (MW MÉDIO)	CAPACIDADE INSTALADA % DO TOTAL	DATA VENCIMENTO CONCESSÃO
Três Marias	396.0	239.0	6.3%	Jul-2015
Salto Grande	102.0	75.0	1.6%	Jul-2015
Rutinga	52.0	28.0	0.8%	Jul-2015
Piau	18.0	8.0	0.3%	Jul-2015
Gafanhoto	14.0	6.7	0.2%	Jul-2015
Peti	9.4	6.5	0.1%	Jul-2015
Tronqueiras	8.5	4.6	0.1%	Jul-2015
Joasal	8.4	5.2	0.1%	Jul-2015
Martins	7.7	2.8	0.1%	Jul-2015
Cajuru	7.2	3.9	0.1%	Jul-2015
Paciência	4.1	2.1	0.1%	Jul-2015
Marmelos	4.0	1.6	0.1%	Jul-2015
Sumidouro	2.1	1.0	0.0%	Jul-2015
Anil	2.1	0.8	0.0%	Jul-2015
Poquim	1.4	0.6	0.0%	Jul-2015
Santa Maria	1.0	0.5	0.0%	Jul-2015
Total de Concessões a Expirar	**638**	**386**	**10.1%**	
Total da Cemig GT	**6,325**	**3,784**	**100.0%**	

CONCESSÕES DE DISTRIBUIÇÃO	DATA VENCIMENTO CONCESSÃO
Região Nordeste	Fev-2016
Região Sudeste	Fev-2016
Região Leste	Fev-2016
Região Oeste	Fev-2016

Apêndice B – Comparação Intrasetorial

Across Ratio/Raw Data Comparison Report (Domestic Peers)

NOME DA EMPRESA	DATA	DÍVIDA / CAPITAL TOTAL	(LTO PRÉ-CAPITAL DE GIRO + JUROS) / DESPESA COM JUROS	(LTO PRÉ-CAPITAL DE GIRO) / DÍVIDA	(CFO PRÉ-CAPITAL DE GIRO – DIVIDENDOS) / DÍVIDA
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	12/31/2007	27.4%	6.7x	67.0%	50.6%
Baa3 / Aa1.br / Estável	12/31/2008	23.5%	7.2x	63.8%	51.3%
	9/30/2009[LTM]	20.5%	9.6x	69.8%	58.2%
Cemig Distribuição S.A.	12/31/2007	60.9%	6.9x	54.3%	37.3%
Baa3 / Aa1.br / Negativo	12/31/2008	57.5%	6.4x	48.1%	30.0%
	9/30/2009[LTM]	54.5%	6.4x	45.0%	28.0%
Cemig Geração e Transmissão	12/31/2007	53.1%	3.0x	29.6%	13.2%
Baa3 / Aa1.br / Negativo	12/31/2008	46.1%	4.2x	41.3%	24.2%
	9/30/2009[LTM]	45.7%	4.8x	36.0%	12.1%
Trans. Alianca de Energia Part S.A. - TAESA	12/31/2007	47.2%	3.4x	25.0%	7.1%
Baa3 / Aa1.br / Negativo	12/31/2008	53.1%	3.1x	20.8%	11.8%
	9/30/2009[LTM]	48.0%	3.0x	22.7%	22.1%
Companhia Energetica de Minas Gerais	12/31/2007	50.6%	4.1x	35.7%	21.1%
Ba1 / Aa2.br / Negativo	12/31/2008	47.3%	4.0x	33.8%	24.0%
	9/30/2009[LTM]	45.2%	4.1x	29.9%	20.5%
EDP - Energias do Brasil S.A.	12/31/2007	38.9%	4.2x	40.0%	34.1%
Ba1 / Aa2.br / Estável	12/31/2008	38.4%	3.9x	36.2%	29.3%
	9/30/2009[LTM]	35.3%	3.9x	34.4%	25.2%
Alupar Investimento S.A.	12/31/2007	62.5%	2.0x	3.0%	1.8%
Ba1 / Aa2.br / Estável	12/31/2008	63.9%	2.0x	12.5%	3.9%
	9/30/2009[LTM]	56.6%	2.0x	12.0%	3.9%
Light S.A.	12/31/2007	55.2%	4.4x	21.7%	16.7%
Ba1 / Aa2.br / Estável	12/31/2008	54.8%	2.3x	18.8%	24.0%
	9/30/2009[LTM]	53.1%	2.7x	34.6%	15.4%
Furnas Centrais Eletricas S.A.	12/31/2006	24.8%	4.9x	31.0%	26.0%
Ba1 / Aa1.br / Estável	12/31/2007	24.0%	6.2x	29.6%	27.4%
	12/31/2008	24.7%	4.4x	32.3%	26.6%
Companhia Energetica de Sao Paulo - CESP	12/31/2007	40.7%	1.3x	3.9%	3.9%
Ba2 / Estável	12/31/2008	46.4%	2.3x	12.1%	11.1%
	9/30/2009[LTM]	36.9%	2.7x	18.6%	18.2%
Energisa S.A.	12/31/2007	71.4%	3.3x	26.8%	24.1%
Ba3 / A3.br / Estável	12/31/2008	74.0%	3.3x	19.5%	11.3%
	9/30/2009[LTM]	65.6%	3.9x	29.0%	28.5%

Fonte: Moody's Financial Metrics™

Across Ratio/Raw Data Comparison Report (Global Peers)

NOME DA EMPRESA	DATA	DÍVIDA / CAPITAL TOTAL	(CFO PRÉ-CAPITAL DE GIRO + JUROS) / DESPESA COM JUROS	(CFO PRÉ-CAPITAL DE GIRO) / DÍVIDA	(CFO PRÉ-CAPITAL DE GIRO - DIVIDENDOS) / DÍVIDA
Ameren Corporation	12/31/2007	47.2%	4.0x	16.9%	10.1%
Baa2 / Estável	12/31/2008	49.9%	3.6x	14.6%	8.5%
	9/30/2009(LTM)	46.3%	4.1x	20.2%	15.8%
Avista Corp.	12/31/2007	48.1%	2.9x	14.2%	11.7%
Baa3 / Positiva	12/31/2008	48.6%	3.6x	17.5%	14.9%
	9/30/2009(LTM)	47.9%	3.4x	17.8%	14.6%
Entergy Corporation	12/31/2007	45.4%	5.2x	25.4%	21.3%
Baa3 / Estável	12/31/2008	47.1%	4.6x	19.2%	14.8%
	9/30/2009(LTM)	46.3%	4.1x	16.9%	12.4%
Entergy Gulf States Louisiana, L	12/31/2007	50.8%	4.6x	22.9%	19.2%
Baa3 / Positiva	12/31/2008	47.0%	3.2x	13.2%	8.7%
	9/30/2009(LTM)	45.0%	2.5x	9.0%	5.0%
FirstEnergy Corp.	12/31/2007	56.2%	3.4x	13.9%	9.8%
Baa3 / Estável	12/31/2008	62.7%	3.0x	15.9%	12.1%
	9/30/2009(LTM)	63.7%	3.7x	16.0%	12.5%
Great Plains Energy Incorporated	12/31/2007	45.7%	4.1x	20.6%	17.6%
Baa3 / Negativa	12/31/2008	56.2%	2.4x	6.8%	2.2%
	9/30/2009(LTM)	53.6%	2.5x	9.9%	6.8%
Pepco Holdings, Inc.	12/31/2007	48.4%	3.4x	15.7%	11.6%
Baa3 / Estável	12/31/2008	52.0%	3.7x	15.6%	12.5%
	9/30/2009(LTM)	51.0%	3.4x	16.0%	12.7%
Westar Energy, Inc.	12/31/2007	49.7%	4.6x	16.5%	13.2%
Baa3 / Estável	12/31/2008	51.0%	3.9x	12.8%	9.5%
	9/30/2009(LTM)	51.6%	3.5x	14.9%	11.4%
CMS Energy Corporation	12/31/2006	74.5%	2.4x	9.6%	6.8%
Ba1 / Estável	12/31/2007	73.7%	2.8x	11.6%	10.4%
	12/31/2008	72.0%	3.0x	14.2%	12.7%
Entergy Texas, Inc.	12/31/2007	46.9%	4.5x	20.5%	17.7%
Ba1 / Estável	12/31/2008	46.8%	-0.2x	-7.4%	-18.5%
	9/30/2009(LTM)	51.0%	1.6x	3.3%	1.1%
NV Energy Inc.	12/31/2007	53.4%	3.4x	16.8%	16.0%
Ba1 / Estável	12/31/2008	58.0%	2.3x	8.1%	6.6%
	9/30/2009(LTM)	57.6%	2.8x	12.0%	10.4%

Fonte: Moody's Financial Metrics (TM)

Apêndice C – Indicadores Financeiros da CEMIG GT

MODELO (R$ MILHÕES)	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	LTM (30/09/09)
Demonstrativo de Resultados					
Receitas Líquidas	1,881	2,243	2,646	2,948	3,362
Custos	809	1,021	1,223	1,168	1,252
Margem Bruta	1,072	1,222	1,443	1,780	2,110
Margem Bruta %	57%	54%	54%	60%	63%
Despesas Gerais, Administrativas e de Vendas	29	42	47	93	153
Outras despesas operacionais	4	11	12	33	34
Lucro Operacional	1,039	1,164	1,384	1,654	1,943
Receita Financeira	26	109	111	184	166
Outras receitas e despesas	(33)	(34)	(21)	(41)	(25)
EBIT	1,032	1,239	1,474	1,797	2,084
Margem EBIT %	55%	55%	55%	61%	62%
Depreciação	182	208	223	224	221
EBITDA	1,214	1,447	1,697	2,021	2,305
Margem EBITDA %	65%	64%	64%	69%	68%
Outras Despesas Não Recorrentes / (Ganhos)	115	(6)	55	41	11
Despesas com Juros	355	438	331	387	353
Resultado Antes de Impostos	562	807	1,028	1,369	1,712
Imposto de Renda e Contribuição Social	93	194	280	381	500
Lucro Líquido	469	613	748	988	1,212
Balanço Patrimonial					
ATIVO TOTAL	7,305	7,380	7,807	7,673	9,381
Disponível	353	686	916	862	1,815
Contas a Receber	299	398	781	703	1,077
Estoques	3	3	4	4	4
Outros Ativos de Curto Prazo	333	217	330	78	241
Ativo Circulante	988	1,306	1,701	1,648	2,706
Imobilizado	4,949	4,891	4,509	4,757	5,201
Outros Ativos de Longo Prazo	1,367	1,183	1,137	1,269	1,474
Ativo Não Circulante	6,317	6,074	6,046	6,025	6,675
PASSIVO TOTAL	7,305	7,380	7,807	7,673	9,381
Dívida de Curto Prazo	824	332	452	781	991
Contas a Pagar	116	66	211	122	115
Provisões e Despesas	443	421	553	634	276
Outros Passivos de Curto Prazo	365	298	435	284	688

MOEDA: BRL MILHÕES	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	LTM (30/06/09)
Passivo Cirtulante	1,748	1,118	1,690	1,791	2,072
Dívida de Longo Prazo	2,267	3,148	2,989	2,266	2,773
Outras Obrigações de Longo Prazo	169	163	139	135	211
Passivo Não Circulante	2,436	3,311	3,128	2,401	2,983
Capital Social	2,920	2,951	2,897	2,897	2,897
Reservas	-	-	91	584	584
Lucros e Prejuízos Acumulados					844
Patrimônio Líquido	2,920	2,951	2,988	3,481	4,325
Fluxo de Caixa					
Lucro Líquido	468	654	747	980	1,213
(+) Depreciação e Amortização	181	208	223	224	227
(+ / -) Outros Itens Não Monetários	14	-17	44	33	-87
Caixa Gerado nas Operações (FFO)	663	805	1,014	1,240	1,353
(-) Dividendos	0	607	547	520	902
Fluxo de Caixa Retido (RCF)	663	198	467	720	451
Caixa Gerado nas Operações (FFO)	663	805	1,014	1,240	1,353
(+ / -) Capital de Giro	255	-90	97	193	93
(+ / -) Outros	57	-41	4	38	5
Caixa Líquido das Atividades Operacionais (CFO)	465	674	1,115	1,065	1,451
(-) Dividendos	0	607	547	520	902
(-) Investimentos no Imobilizado (Capex)	375	526	231	161	460
Fluxo de Caixa Livre (FCF)	90	-59	357	384	89
Indicadores Principais - Setor de Energia Elétrica					
(CFO pré-Capital de Giro + Juros) / Despesa com Juros	3.0x	2.7x	3.6x	4.2x	4.8x
(CFO pré-Capital de Giro) / Dívida	23.3%	21.9%	29.6%	41.3%	36.6%
(CFO pré-Capital de Giro - Dividendos) / Dívida	23.3%	4.5%	13.7%	24.2%	12.7%
Dívida / Capital Total	51.4%	54.1%	53.1%	46.5%	45.2%
Índices de Liquidez					
Disponível / Dívida de Curto Prazo	0.4x	2.1x	2.0x	1.1x	1.4x
(Disp + Contas a Rec + Estoq - Contas a Pag) / Div de Curto Prazo	0.7x	3.1x	3.2x	1.9x	2.4x
(Disponível + Fluxo de Caixa Livre) / Dívida de Curto Prazo	0.5x	1.9x	2.8x	1.4x	1.5x

Fonte: Moody's Financial Metrics (MFM)

Apêndice D – Indicadores Financeiros da CEMIG

MOEDA: R$ MILHÕES	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	LTM (30/09/09)
Demonstrativo de Resultados					
Receitas Líquidas	7,313	8,467	10,246	10,890	11,089
Custos	4,577	5,581	6,669	6,984	7,318
Margem Bruta	2,736	2,885	3,577	3,906	3,771
Margem Bruta %	37%	34%	35%	36%	34%
Despesas Gerais, Administrativas e de Vendas	328	231	556	550	648
Outras despesas operacionais	115	192	82	133	1
Lucro Operacional	2,293	2,463	2,940	3,224	2,923
Receita financeira	248	529	419	564	544
Outras receitas e despesas	(141)	(360)	(110)	(209)	(120)
EBIT	2,400	2,632	3,249	3,579	3,347
Margem EBIT %	33%	33%	32%	33%	30%
Depreciação	595	672	778	715	706
EBITDA	2,995	3,304	4,027	4,294	4,053
Margem EBITDA %	41%	41%	39%	39%	37%
Outras Despesas Não Recorrentes / (Ganhos)	(788)	(494)	(304)	(349)	(231)
Despesas com Juros	714	1,075	1,069	1,006	932
Resultado Antes de Impostos	2,474	2,253	2,484	2,922	2,646
Imposto de Renda e Contribuição Social	471	527	623	914	800
Participações Minoritárias	(1)	7	115	119	137
Lucro Líquido	2,004	1,719	1,746	1,889	1,709
Balanço Patrimonial					
ATIVO TOTAL	19,818	23,209	24,157	24,341	26,919
Disponível	1,344	1,376	2,066	2,284	2,769
Contas a Receber	2,379	2,966	3,831	3,553	4,325
Estoques	26	35	42	36	35
Outros Ativos de Curto Prazo	1,888	2,018	1,782	1,805	1,455
Ativo Circulante	5,168	6,395	7,722	7,678	8,581
Imobilizado	8,594	10,335	10,454	10,954	12,168
Outros Ativos de Longo Prazo	6,026	6,479	5,981	5,710	6,171
Ativo Não Circulante	14,620	16,814	16,435	16,664	18,339
PASSIVO TOTAL	19,818	23,209	24,157	24,341	26,919
Dívida de Curto Prazo	1,195	1,584	1,393	1,520	2,007
Contas a Pagar	617	755	854	784	716
Provisões e Despesas	2,376	1,633	1,220	1,371	938

MOEDA: R$ MILHÕES	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	LTM (30/09/08)
Outros Passivos de Curto Prazo	1,591	2,177	2,409	2,083	2,614
Passivo Exigível	5,720	5,749	5,875	5,808	6,276
Dívida de Longo Prazo	5,304	8,310	7,894	7,461	7,694
Outras Obrigações de Longo Prazo	1,609	1,627	1,965	1,708	2,181
Passivo Não Circulante	6,913	9,938	9,860	9,169	9,875
Capital Social	5,681	5,681	6,492	6,492	7,096
Reservas	1,504	1,842	1,899	2,871	2,251
Lucros e Prejuízos Acumulados	-	-	31	-	1,417
Patrimônio Líquido	7,385	7,522	8,423	9,364	10,768
Fluxo de Caixa					
Lucro Líquido	2003	1,719	1,743	1,887	1,673
(+) Depreciação e Amortização	595	622	778	775	706
(+ / -) Outros Itens Não Monetários	-1,250	188	-35	110	121
Caixa Gerado nas Operações (FFO)	1,348	2,203	2,486	2,772	2,500
(-) Dividendos	591	2,072	1,360	865	913
Fluxo de Caixa Retido (RCF)	757	131	1,126	1,847	1,587
Caixa Gerado nas Operações (FFO)	1,348	2,203	2,486	2,772	2,500
(+ / -) Capital de Giro	-370	-684	52	-139	426
(+ / -) Outros	655	860	834	324	403
Caixa Líquido das Atividades Operacionais (CFO)	1,633	2,379	3,372	2,897	3,329
(-) Dividendos	591	2,072	1,360	865	913
(-) Investimentos no Imobilizado (Capex)	1284	1,165	1,074	1,243	1,992
Fluxo de Caixa Livre (FCF)	242	-858	938	789	424
Indicadores Principais - Setor de Energia Elétrica					
[CFO pré-Capital de Giro + Juros] / Despesa com Juros	3.8x	3.8x	4.5x	4.5x	4.5x
(CFO pré-Capital de Giro) / Dívida	30.8%	32.3%	35.7%	33.6%	29.9%
(CFO pré-Capital de Giro - Dividendos) / Dívida	21.7%	10.4%	21.1%	24.0%	20.5%
Dívida / Capital Total	44.8%	54.1%	50.6%	47.3%	45.2%
Índices de Liquidez					
Disponível / Dívida de Curto Prazo	1.1x	1.2x	1.5x	1.5x	1.4x
(Disp + Contas a Rec. + Estoq - Contas a Pag) / Div de Curto Prazo	2.6x	3.1x	3.6x	3.2x	3.2x
(Disponível + Fluxo de Caixa Livre) / Dívida de Curto Prazo	0.9x	0.4x	2.2x	1.9x	1.6x

Fonte: Moody's Financial Metrics (MFM)

Apêndice E – Mapeamento para a Metodologia de Rating

A grade abaixo mostra o mapeamento da CEMIG nos 9 subfatores da *Moody's Global Rating Methodology for Regulated Electric and Gas Utilities* (publicada em agosto de 2009 e disponível no moodys.com). Com base nas demonstrações financeiras consolidadas públicas da CEMIG nos últimos 3 anos findos em 30 de setembro de 2009, a média ponderada dos 9 subfatores leva a um rating na extremidade inferior da categoria Baa.

SERV PUB REGULADO DO SETOR DE ELETRICIDADE E GÁS	Aaa	Aa	A	Baa	Ba	B
Fator 1: Ambiente Regulatório (25%)					X	
Fator 2: Capacidade de Recuperar Custos e Obter Reformas (25%)					X	
Fator 3: Diversificação (10%)						
a) Posição de Mercado (5%)				X		
b) Diversidade da Matriz Energética de Geração (5%)				X		
Fator 4: Força Financeira, Liquidez e Métricas Financeiras (40%)						
a) Liquidez (10%)				X		
b) (CFO pré-Capital de Giro + Juros) / Despesa com Juros(7,5%) (média de 3 anos)				X		
c) (CFO pré-Capital de Giro) / Dívida (7,5%) (média de 3 anos)		X				
d) (CFO pré-Capital de Giro - Dividendos) / Dívida (7,5%) (média de 3 anos)			X			
e)Dívida / Capital Total ou Dívida / Valor do Ativo Regulado (7,5%) (média de 3 anos)				X		
Rating						
a) Rating de BCA indicado pela metodologia				Baa2		
b) Rating de BCA atual				Baa3		

Relatório Número: 122414

Autores
Jose Soares
Cristiane Spercel

Produção
David Ainsworth

Editor
Joseph Cullen

Tradutora
Carmen Reis

OS RATINGS DE CRÉDITO SÃO OPINIÕES ATUAIS da MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC. (MIS) A RESPEITO DO(S) RISCO(S) RELATIVO(S) FUTURO(S) DA(S) ENTIDADE(S) CRÉDITOS, TÍTULOS DE DÍVIDA(S) OU ASSEMELHADOS. A MIS DEFINE RISCO DE CRÉDITO COMO O RISCO DE UMA ENTIDADE NÃO CUMPRIR COM SUAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS OU FINANCEIRAS NO PRAZO ESTIPULADO E UMA ESTIMATIVA DAS PERDAS FINANCEIRAS NO CASO DE DESCUMPRIMENTO ("default"). OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO TRATAM DE OUTROS RISCOS, INCLUINDO MAS NÃO LIMITADOS A: RISCO DE LIQUIDEZ, DE VALOR DE MERCADO OU DE VOLATILIDADE DO PREÇO. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO SÃO DECLARAÇÕES SOBRE UM FATO ATUAL OU PASSADO. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO DEVEM SER TOMADOS COMO CONSELHO DE INVESTIMENTO OU FINANCEIRO, BEM COMO RECOMENDAÇÕES DE COMPRA, VENDA OU DETENÇÃO DE TÍTULOS DETERMINADOS. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO AVALIAM A ADEQUAÇÃO DE UM INVESTIMENTO PARA UM DETERMINADO INVESTIDOR. A MIS EMITE SEUS RATINGS DE CRÉDITO COM A EXPECTATIVA E CONFIANÇA NO ENTENDIMENTO DE QUE CADA INVESTIDOR PARA SEU PRÓPRIO ESTUDO E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS QUE CONSIDERE COMPRAR, CONTINUAR DETENDO OU VENDER.

© Direitos autorais 2010, Moody's Investors Service, Inc., e/ou suas licenciadas, associadas controladoras, até quando detiver ou controlarem uma conjunta, a "MOODY'S". Todos os direitos reservados. AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO PROTEGIDAS PELA LEGISLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS E NÃO PODEM SER COPIADAS, REPRODUZIDAS, TRANSMITIDAS, DIVULGADAS, REVENDIDAS OU ARMAZENADAS PARA USO SUBSEQUENTE PARA QUALQUER DESSES FINS, NO TODO OU EM PARTE, DE QUALQUER FORMA OU MEIO, POR QUALQUER PESSOA, SEM O CONSENTIMENTO PRÉVIO, POR ESCRITO, DA MOODY'S. Todas as informações contidas neste documento foram obtidas pela MOODY'S junto a fontes que ela considera precisas e confiáveis. Mesmo a possibilidade de erro humano ou mecânico, bem como outras causas, contrário, alguns informações são fornecidas "no estado em que se encontram", sem garantia de qualquer tipo, e a MOODY'S não garante a precisão dessas informações. Qualquer declaração ou garantia, explícita ou implícita, quanto à precisão, grau de atualização, completude, valor comercial ou adequação a qualquer fim específico. Em nenhuma caso a MOODY'S será responsável perante qualquer pessoa física ou jurídica, por (a) perdas ou danos indiretos, ordinários ou relacionados, ou lucro cessante, e até mesmo se a MOODY'S for avisada com antecedência sobre a possibilidade de ocorrência dessas perdas. Os ratings de crédito e as conclusões de análise de assistência financeira, os títulos, classificação pela MIS e/ou outras informações contidas neste documento, e poderão ser (a) modificados, suspensos ou retirados, a seu único julgamento de fato ou recomendação para a compra, venda ou detenção de valores mobiliários. A MOODY'S NÃO PRESTA NENHUMA GARANTIA, EXPRESSA OU IMPLÍCITA, QUANTO À PRECISÃO, GRAU DE ATUALIZAÇÃO, COMPLETUDE, VALOR COMERCIAL OU ADEQUAÇÃO A QUALQUER FIM ESPECÍFICO DE QUALQUER RATING, OUTRA OPINIÃO OU INFORMAÇÃO. Cada rating ou outra opinião deve ser considerado apenas como um fator para uma decisão de investimento tomada por um usuário das informações contidas neste documento, ou em nome deste usuário. Os usuários devem, consequentemente, realizar seu próprio estudo e avaliação de cada valor mobiliário, emissor, garantidor e fornecedor de suporte de crédito, para cada valor mobiliário que possam considerar comprar, deter ou vender.

A MOODY'S autoriza, ainda que a maioria dos emissores de títulos de dívida divulgue dados compatíveis e confiáveis, determinados, todos e cada emissor de títulos de dívida divulgue dados compatíveis e confiáveis, antes de atribuído de qualquer rating, a pagar a MOODY'S, por emissão de avaliação e rating, por até montantes, variando de US$1.500 a aproximadamente US$2.400.000. A Moody's Corporation (MCO), a sua subsidiária integral e agência de classificação de risco Moody's Investors Service (MIS), também mantém políticas e procedimentos a fim de preservar a independência dos ratings e dos processos de ratings da MIS. Esta subsidiária estabelece as políticas de Moody's — www.moodys.com — sob o título "Shareholder Relations — Corporate Governance — Director and Shareholder Affiliation Policy", onde também podem ser relações acionistas que possam existir entre diretores da MCO e emissores classificados por ratings, e entre executivos que possuem ratings da MIS e que recebam remuneração subsequente à MCO (Security and Exchange Commission — Exch) sobre participação acionária, exige que ETA na MCO "Esse rating foi concedido sem levar em consideração seus créditos, participações ou relações financeiras. Você deve, antes de utilizar esse rating, verificar se a apropriado este seus objetivos, necessidades e situação financeira.

Este documento foi preparado originalmente em inglês e posteriormente traduzido para diversos outros idiomas, inclusive o português. Em caso de discrepância ou conflito entre as versões, a versão original em inglês prevalecerá.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo H

Demonstrações Financeiras da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2008 3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 3
CENÁRIO ECONÔMICO 4
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 5
INVESTIMENTOS 6
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO 8
LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA 13
POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA 14
GOVERNANÇA CORPORATIVA 15
POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS 16
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES 16
GERENCIAMENTO DE RISCOS 17
TECNOLOGIA 18
RESPONSABILIDADE SOCIAL 21
BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (NÃO AUDITADO) 29
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS 30
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA 31

BALANÇOS PATRIMONIAIS 32
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 34
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 35
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 36
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 39
1) – CONTEXTO OPERACIONAL 39
2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 40
3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO 46
4) – DAS CONCESSÕES 47
5) – DISPONIBILIDADES 49
6) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES 49
7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE 50
8) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 51
9) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS 52
10) – INVESTIMENTOS 54
11) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL 57
12) – FORNECEDORES 59
13) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES 60
14) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 61
15) – ENCARGOS REGULATÓRIOS 63
16) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 63
17) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS 66
18) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO 67
19) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA 68
20) – RECEITA DE USO DA REDE 69
21) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL 69

22) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS....69
23) – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS....71
24) – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO....72
25) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS....72
26) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS....73
27) – SEGUROS....78
28) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS....78
29) - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE....79
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES....83

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2008

Senhores acionistas,

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2008 foi marcado por dois períodos bem distintos.

Até setembro de 2008 o País crescia de forma vigorosa e o consumo de energia elétrica acompanhava esse crescimento. No cenário macroeconômico, ocorreu um aumento nas taxas de juros em função da pressão inflacionária, mas em contrapartida, havia um excesso de liquidez no mercado, o que permitia a captação de recursos pelas empresas com taxas atraentes.

No que se refere ao consumo de energia elétrica, percebia-se um crescimento vigoroso na demanda, com o aumento expressivo nos preços de venda de energia para consumidores livres nos próximos anos.

A partir de setembro de 2008, com o acirramento da crise internacional e a piora das condições macroeconômicas nos Estados Unidos e Europa, ocorreu uma redução no crédito internacional, com reflexo também nas economias dos países em desenvolvimento e impactos negativos oriundos da redução da demanda e da restrição de investimentos.

Podemos afirmar que a Cemig GT, apesar de também fazer parte desse ambiente de restrição de crédito e investimento, está conseguindo administrar os efeitos da crise de uma forma positiva. Fizemos em 2008 uma revisão dos nossos processos, com a identificação de ações que permitirão uma redução significativa nas despesas operacionais da Companhia, sendo que os resultados, que já serão materializados parcialmente em 2009, estão previstos para serem integralmente obtidos em 2010, após a implementação de todas as ações.

Encerramos o ano de 2008 com um saldo de caixa consolidado de R$862 milhões. A nossa dívida está perfeitamente equacionada, sendo que o vencimento no curto prazo, de R$735 milhões, está concentrado basicamente no 4º trimestre de 2009, quando imaginamos que terão sido reduzidas as restrições de crédito. De qualquer forma, a geração de caixa da Companhia permite que possam ser honrados os compromissos com os agentes financiadores em conformidade com as cláusulas contratuais sem maiores dificuldades, ou seja, estamos em uma posição confortável de liquidez.

No que se refere ao nosso desempenho econômico-financeiro, podemos afirmar que o ano de 2008 foi de bons resultados para a Companhia. A Companhia apresentou um lucro de R$986 milhões e uma geração de caixa, medida através do Lajida, de R$1,9 bilhão, resultados superiores em 30,6% e 13,6% em relação aos de 2007.

Os bons resultados obtidos pela Companhia refletem o acerto na nossa estratégia de comercialização de energia, aproveitando as oportunidades do mercado e agregando valor ao nosso negócio através da assinatura de contratos de longo prazo com grandes consumidores livres. Ressaltamos o contrato assinado em 2008 com o Grupo Votorantim, com duração até 2028 e no valor total de R$10,5 bilhões, o maior contrato já assinado no setor elétrico brasileiro.

Nossos investimentos em 2008 foram de R$260 milhões, decorrentes da reforma nas nossas usinas e também dos novos investimentos nas plantas em construção de Baguari e Cachoeirão. Devem ser ainda ressaltadas as aquisições anunciadas, mas cujo desembolso ocorrerá somente em 2009.

Adquirimos uma participação adicional no capital das empresas transmissoras chamadas de TBE. Um investimento superior a R$500 milhões, que dobrará a nossa participação no capital dessas transmissoras.

Outro investimento que tem um valor estratégico muito importante para a Companhia é a aquisição de três usinas eólicas no Estado do Ceará, com início de atividades operacionais em março de 2009, no valor de R$213 milhões. Somos a empresa que construiu a primeira usina eólica com geração comercial do Brasil, a usina do morro do Camelinho, localizada em Minas Gerais e essa aquisição representa a entrada da CEMIG de forma efetiva em um novo mercado de geração de energia elétrica, que pode ser considerado como uma tendência mundial de busca de alternativas sustentáveis de geração de energia.

Contribuímos de forma relevante, através de nossas operações, para o reconhecimento internacional da sustentabilidade dos negócios da nossa controladora, a CEMIG pela nona vez consecutiva foi incluída no índice mundial Dow Jones de Sustentabilidade, sendo uma das empresas melhores avaliadas no setor de utilities. Outro reconhecimento importante foi a inclusão da CEMIG entre as empresas mundiais que integram o seleto grupo do índice Global Dow, lançado em novembro de 2008 nos Estados Unidos, com o objetivo de servir de referência para os mercados mundiais, de forma similar à do Índice Dow Jones da Bolsa de Nova York. O índice Global Dow inclui 150 empresas de 25 países, consideradas como líderes mundiais e do Brasil foram incluídas apenas três empresas, sendo a CEMIG uma delas. O índice representa ações de empresas que estão impulsionando a economia global hoje, bem como aquelas que devem ter esse papel no futuro.

O ano de 2009 se apresenta com muitas incertezas no cenário internacional e também sobre como a economia brasileira será afetada pela crise macroeconômica mundial, com a restrição do crédito e da demanda. Ainda não sabemos a profundidade e duração dos efeitos desta crise sobre o País, mas entendemos que a Cemig GT, suportada na sua disciplina financeira e nas práticas corporativas responsáveis, está posicionada para transformar em oportunidades as dificuldades deste período de turbulência, aproveitando a falta de liquidez no mercado para incrementar o seu programa de investimentos e aquisições.

Finalizando, agradecemos aos nossos empregados pelo seu comprometimento e competência que fazem da CEMIG a melhor energia do Brasil, e à confiança dos nossos acionistas, em especial ao nosso acionista majoritário, representado pelo Governador Aécio Neves, apoiando nossa estratégia de crescimento que posiciona a CEMIG na liderança do processo de consolidação do setor elétrico brasileiro.

CENÁRIO ECONÔMICO

Ao longo do ano de 2008 ocorreu uma rápida deterioração no cenário macroeconômico internacional.

A crise do chamado "subprime", que começou no setor imobiliário americano ainda no ano de 2006 e se prolongou pelo ano seguinte, atingiu todo o setor financeiro mundial em 2008, com um rápido agravamento a partir de setembro do ano passado. Esta recessão econômica, considerada por muitos especialistas como uma das maiores desde a crise de 1929, levou à falência inúmeras instituições financeiras, provocando ao mesmo tempo um aumento na aversão ao risco, atingindo a economia real. Linhas de financiamento foram cortadas e as empresas não conseguiram mais se financiar e investir através de taxas de juros compatíveis com a realidade econômica.

Ao final de 2008, essa deterioração da economia atingiu fortemente o mercado de trabalho mundial, com demissões em massa, em especial nos Estados Unidos e países que integram a União Européia. A recente aprovação do pacote econômico americano aumentou as expectativas quanto à retomada do crescimento mundial ao final de 2009. Porém, esse crescimento depende de como serão feitos os investimentos e como serão contornados os problemas gerados pela aversão ao risco e queda de liquidez.

Em relação à economia brasileira, o ano de 2008 foi marcado pela manutenção e aumento na taxa de crescimento do PIB até o primeiro semestre do ano passado, quando os primeiros efeitos da condição econômica mundial começaram a se refletir na economia doméstica. Entre os principais setores afetados no Brasil, destacam-se aqueles exportadores que sentiram grande impacto na queda dos preços das commodities. Aliado a isso ocorreu uma grande restrição e aumento no custo do crédito, que impactou os setores automobilístico, de serviços e consumo.

Porém, ao contrário de anos anteriores, no que se refere aos reflexos desta crise o Brasil possui uma situação mais confortável. Esta condição macroeconômica favorável advém da política econômica adotada que, através de superávits fiscais e política monetária utilizando metas de inflação, permitiram ao país reduzir o endividamento externo e melhorar suas contas públicas. O reconhecimento desta situação veio no primeiro semestre de 2008, quando o país recebeu a nota de grau de investimento pela Standard & Poors.

Juntamente com esta condição benigna, o governo nos últimos meses vem atuando fortemente para atenuar os impactos da crise. Dentre as medidas mais importantes destacam-se a redução no IPI, a alteração na forma de cobrança do imposto de renda e alterações no IOF. Junto a essas medidas de cunho fiscal, o governo aumentou as linhas de financiamento do BNDES, visando regularizar a concessão de financiamentos e liquidez no sistema financeiro.

O grande desafio para o ano de 2009 consiste na redução acentuada da taxas de juros, que permitirá ao país crescer de forma mais intensa nos próximos anos, uma vez que as pressões inflacionárias praticamente não se fazem mais presentes e o país necessita de vultosos investimentos em infraestrutura. Mesmo com estes enormes desafios a economia brasileira ainda deverá crescer em 2009 e manter uma trajetória de crescimento sustentável ao longo de 2010, a depender também da condição econômica internacional.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Nossa estratégia atende ao Plano Diretor (2005/2035), que estabelece as bases para o planejamento estratégico da Cemig GT.

Nosso foco é de ampliarmos nossa área de atuação em todo o território brasileiro, respeitando os limites regulatórios, além de iniciarmos os primeiros investimentos em projetos internacionais. Além disso, buscamos a geração de valor para os nossos acionistas e a comunidade a que servimos, através da nossa consistente política de dividendos; responsabilidade social e ambiental; lucratividade dos nossos negócios; gestão integrada de riscos; gerenciamento do desempenho de nossas atividades operacionais e gestão do capital humano.

Assim, para a Companhia, crescer é um desafio e, acima de tudo, condição de sobrevivência em um mercado que se consolida em um número reduzido de empresas, mas de grande porte.

Outro passo importante é o aprimoramento da gestão da estratégia corporativa. No ano de 2008, destaca-se a consolidação de um processo contínuo de planejamento e gestão da estratégia. A estratégia corporativa dos principais negócios da empresa (geração, transmissão e distribuição), são acompanhadas através de um fluxo estruturado de reuniões, onde se discutem os mapas estratégicos com seus objetivos, indicadores, metas e iniciativas que permitirão a melhoria constante dos nossos resultados. Mais um ponto forte de 2008 diz respeito à criação do Plano de Comunicação da Estratégia. Este plano tem como objetivo tornar a estratégia da Cemig GT conhecida por todos os seus empregados. A disseminação da estratégia corporativa por toda a empresa é fundamental para que os empregados entendam qual a sua contribuição para os principais desafios da empresa, estimulando, assim, o envolvimento de todos na entrega dos resultados.

Todos esses esforços objetivam tornar a Cemig GT uma das melhores empresas do setor elétrico brasileiro, sempre buscando as oportunidades de aquisição de ativos existentes, o aumento da competitividade nos leilões da expansão de geração e de transmissão nos quais participamos, além da busca constante de eficiência operacional.

INVESTIMENTOS

A Cemig GT e suas controladas possuem 46 usinas, sendo 43 hidrelétricas, 2 termelétricas e 1 eólica, com uma capacidade instalada total de 6.250 MW.

A Companhia realizou investimentos de R$260 milhões em 2008, relacionados principalmente a usina de Baguari, a PCH Cachoeirão, reforma e modernização de usinas.

Expansão da Geração de Energia Elétrica

Os principais empreendimentos em fase de construção estão demonstrados abaixo:

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG GT	Investido até 2008 R$ milhões	Início previsto da operação
Usina de Baguari	140 MW	34,00%	140	2º sem/2009
PCHs Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Fortuna II e Jacaré	44 MW	49,00%	10	1º sem/2010
Usina de Santo Antônio	3.150 MW	10,00%	-	2º sem/2012
PCH Pipoca	20 MW	49,00%	4	1º sem/2010

Visando a expansão da geração, a Companhia realizou em 2008, as seguintes ações:

- Participação e vencimento de licitação para implantação da usina de co-geração, UTE Jeceaba, nas instalações da Vallourec & Sumitomo do Brasil SA, com potência instalada de 20 MW, com previsão de início de implantação para março de 2009;
- Participação em grupos de trabalhos para estudo de viabilidade da utilização de resíduos sólidos urbanos (RSU) em geração de energia elétrica;
- Elaboração dos estudos de viabilidade de repotenciação da UTE Igarapé, convertendo o seu funcionamento de óleo combustível para gás;
- Elaboração, em parceria com a Neoenergia e Furnas, dos Estudos de Inventário do rio Jequitinhonha e do rio Araçuaí, com um potencial estimado em 1.077 MW;

- Elaboração dos Estudos de Viabilidade (em parceria com a Neoenergia, EDP, Duke, Chesf, Concremat e Andrade Gutierrez) de 34 empreendimentos com potencial de 14.300 MW;

Aquisição de participação em usinas eólicas

Deve ser destacada a aquisição realizada pela Companhia em fevereiro de 2009 de 49% em três parques eólicos no estado do Ceará, com uma capacidade instalada de 99,6 MW e início de operação comercial em março de 2009.

Esse investimento representa um marco para a Companhia, sendo o nosso primeiro investimento de forma mais representativa na geração de energia elétrica eólica, o que consideramos como uma tendência mundial de busca de fontes alternativas sustentáveis de energia.

A Cemig GT pagará R$213 milhões pela aquisição das linhas, ainda pendente de aprovação pela ANEEL, órgãos financiadores e CADE.

Revitalização do parque gerador da Cemig GT

A Cemig GT vem realizando amplo programa de revitalização de suas usinas. O objetivo é restabelecer a vida útil das plantas, estimada em 30 anos após a revitalização.

O projeto de revitalização inclui a atualização tecnológica dos sistemas de regulação, excitação e proteção, além das reformas dos geradores e turbinas. A revitalização das plantas de geração possibilita, além do restabelecimento da vida útil, aumento da confiabilidade operativa, maior eficiência da proteção física e elétrica e melhor resposta às oscilações do sistema.

Em 2008 foi concluída a revitalização da usina de Jaguara. Até 2011 está prevista a conclusão do processo de revitalização das usinas de Três Marias, Volta Grande, São Simão e Salto Grande.

Programa Minas PCH

O Programa Minas PCH tem como objetivo ampliar o parque gerador da Cemig GT através da implantação de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) no Estado de Minas Gerais, visando desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída, alavancando o desenvolvimento de mercados regionais no Estado.

A implantação e exploração das PCHs se faz através de sociedades de propósito específico – SPEs privadas, tendo como acionistas empresas autorizadas pela Aneel, investidores e a Cemig GT (com participação de até 49%). A comercialização da energia é feita através de contrato de venda que será firmado entre a SPE e o consumidor.

A Cemig GT criou em Itajubá um Núcleo de Excelência em PCH's e vem trabalhando para ampliar o número dessas usinas através do Programa Minas PCH, que pretende adicionar ao parque gerador mineiro mais 400 MW nos próximos anos. Assim, a Companhia já está construindo seis PCH's perfazendo um total de 91 MW e com investimentos da ordem de R$ 380 milhões. Encontra-se em fase de estudos de engenharia e estruturação de negócio mais 20 PCH's, com potência total instalada de 304 MW.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Leilões de Energia Elétrica

Durante o exercício de 2008, a Cemig GT participou de diversos leilões no ambiente regulado e livre.

No Ambiente de Contratação Livre - ACL, a Cemig GT vendeu aproximadamente 115.770 GWh a clientes livres e comercializadoras, e em contrapartida adquiriu 161.180 GWh em leilões, promovidos pela própria Cemig GT ou por terceiros.

Contratos com grandes consumidores - Fornecimento de energia elétrica ao Grupo Votorantim

A Cemig GT assinou contrato para fornecimento de energia elétrica ao Grupo Votorantim, para fornecimento de energia para instalações do grupo localizadas nas regiões Sudeste e Centro Oeste do País, o maior contrato já realizado no setor elétrico brasileiro. O contrato foi de R$ 10,5 bilhões, com prazo de duração até 2028.

A negociação garante o fornecimento de energia atual e futuro ao Grupo Votorantim, possibilitando a expansão de seus negócios em Minas Gerais e no Brasil e se insere na estratégia da Cemig GT de tornar viável o crescimento industrial de seus clientes.

Revisão da Receita da Transmissão

Em 27 de junho de 2008, data do reajuste anual das receitas permitidas das concessionárias de transmissão, a ANEEL publicou os valores das receitas permitidas reajustados, com vigência a partir de 1° de julho de 2008 para a Cemig GT.

A receita anual total da Transmissora sofreu um reajuste de 11,80%, resultante da aplicação do IGP-M acumulado nos 12 meses anteriores e da entrada em operação comercial de novas obras.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Lucro do Período

A Cemig GT apresentou, no exercício de 2008, um lucro líquido de R$986 milhões, em comparação ao lucro líquido de R$752 milhões no exercício de 2007, representando um aumento de 31,12%.

Receita Operacional

R$ Milhões	2008	2007	Var %
Fornecimento bruto de energia elétrica	3.154	2.782	13,37
Consumidores finais	1.934	1.663	16,30
Suprimento a outras concessionárias	1.084	1.047	3,53
Transações com energia na CCEE	136	72	88,89
Receita de uso da rede	617	550	12,18
Outras	30	41	(26,83)
	3.801	**3.373**	**12,69**

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$3.154 milhões em 2008, comparados a R$2.782 milhões em 2007, representando um aumento de 13,37%. Este resultado decorre principalmente do aumento de 7,11% na quantidade de energia fornecida a consumidores industriais (19.561.574 MWh em 2008 comparados a 18.262.805 MWh em 2007) em função do bom desempenho da atividade industrial até o 3° trim/08 e das ações estratégicas de comercialização adotadas pela Companhia. Além disso, o aumento do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD nos primeiros meses do ano de 2008, utilizado para valorar a compra e venda de energia no Mercado de Curto Prazo, levou alguns consumidores a fazerem uso de flexibilidades contratuais, ampliando as compras de energia.

A receita com energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de R$1.084 milhões em 2008 comparados a R$1.047 milhões em 2007, um aumento de 3,53%. Apesar da redução de 10,84% no volume de energia vendida, a tarifa média subiu de R$77,24 para R$89,72, uma variação de 16,16%.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se basicamente a utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL e apresentou um aumento de 12,18% no exercício de 2008 comparado ao exercício de 2007 (R$617 milhões em 2008 e R$550 milhões em 2007). Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste de 11,80% da receita permitida do segmento de transmissão, em julho de 2008, resultante do reajuste da receita anual através da aplicação do IGP-M acumulado nos 12 meses anteriores;
- entrada em operação de expansões da rede, com a consequente adição de receita pelo Órgão Regulador.
- contabilização, em junho de 2007, da redução na receita de uso da rede, no montante de R$31 milhões, em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, em atendimento a determinações da ANEEL;

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R$853 milhões no exercício de 2008 comparados a R$708 milhões no exercício de 2007, um aumento de 20,48%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás. A despesa em 2008 foi de R$34 milhões em comparação a R$42 milhões em 2007, uma redução de 19,05%.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R$37 milhões no exercício de 2008 comparados a R$33 milhões no exercício de 2007, um aumento de 12,12%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente à RGR foi de R$85 milhões no exercício de 2008 comparados a R$72 milhões no exercício de 2007. Este é um encargo não gerenciável e o aumento deve-se a maior receita, base de cálculo do referido encargo, em 2008.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Custos e despesas operacionais	2008	2007	Var %
Pessoal	260	228	14,04
Obrigações Pós-Emprego	48	23	108,70
Materiais	17	18	(5,56)
Matéria-Prima e Insumos	70	59	18,64
Serviços de Terceiros	114	96	18,75
Depreciação e Amortização	224	223	0,45
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	127	130	(2,31)
Provisões Operacionais	1	6	(83,33)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	272	257	5,84
Energia Elétrica Comprada para Revenda	13	75	(82,67)
Outras Despesas Líquidas	102	81	25,93
	1.248	**1.196**	**4,35**

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no exercício de 2008 foi de R$260 milhões, comparados a R$228 milhões em 2007, representando um aumento de 14,04%. Este resultado decorre principalmente dos seguintes fatores:

- reajustes salariais de 5,00% e 7,26% concedidos aos empregados em novembro de 2007 e 2008, respectivamente;
- despesa com verbas rescisórias, em 2008, no montante de R$14 milhões, decorrentes do Programa Prêmio de Desligamento – PPD;
- menor transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R$13 milhões em 2008 e R$23 milhões em 2007), tendo em vista o menor programa de investimentos em 2008.

Vide a composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 22 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R$48 milhões em 2008, comparados a R$23 milhões em 2007, representando um aumento de 108,70%. Esta despesa representa basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Geração e Transmissão, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. O aumento da despesa com obrigações pós-emprego decorre de ajuste nas premissas atuariais em 2008, com a redução das taxas de juros utilizadas para o desconto a valor presente das obrigações atuariais.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

A despesa com Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão refere-se aos encargos devidos pelos agentes de geração de energia elétrica pela utilização das instalações componentes da rede básica. O aumento de R$15 milhões na despesa em 2008 deve-se principalmente à entrada em operação da Usina de Irapé e ao reajuste médio de 3,5% na tarifa de transmissão -TUST em 2007 (efeito integral em 2008) e ao reajuste médio de 11,5% na TUST em junho de 2008.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A energia elétrica comprada foi de R$13 milhões em 2008, comparados a R$75 milhões em 2007, representando uma redução de 82,67%. A redução nessa despesa decorre de menor quantidade de energia de curto prazo adquirida no ano.

Lucro Antes do Resultado Financeiro, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA

Conforme pode ser verificado na tabela abaixo, o LAJIDA da Companhia apresentou um aumento de 13,64%, que ajustado aos itens não recorrentes apresentou um aumento de 12,41%.

Em R$ milhões	2008	2007	Var %
Lucro Líquido	986	752	31,12
+ Provisão IR e C. Social	383	283	35,34
+ Resultado Financeiro	245	325	(24,62)
+ Amortização e Depreciação	224	223	0,45
+ Participação dos Empregados no Resultado	86	110	(21,82)
= LAJIDA	**1.924**	**1.693**	**13,64**
Ajustes não recorrentes (*)			
+ Programa Prêmio de Desligamento - PPD	14	-	-
+ Revisão da receita de transmissão - Resolução Homologatória nº896	-	31	-
= LAJIDA AJUSTADO (Não auditado)	**1.938**	**1.724**	**12,41**

(*) Os ajustes não recorrentes correspondem à interpretação da Companhia sobre os eventos que julga como extraordinários, não relacionados às operações correntes.

Resultado Financeiro

A Despesa Financeira líquida apresentou uma redução de 24,62% entre os períodos comparados (R$245 milhões em 2008 e R$325 milhões em 2007). Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico no exercício de 2008 no montante de R$23 milhões comparados a R$154 milhões no exercício de 2007, uma redução de 85,06%. Esta variação decorre principalmente da contabilização, em 2007, da receita financeira no montante de R$100 milhões, decorrente de critérios de atualização definidos pela ANEEL para o ativo referente às transações com energia livre durante o período do racionamento. Este procedimento não afetou o resultado financeiro de 2007 em decorrência da constituição de uma provisão para perdas no mesmo valor. Em função desta provisão constituída em 2007, a conta Provisão para Perda com Energia Livre apresentou uma redução de 86,98% (R$19 milhões em 2008 comparados a R$146 milhões em 2007).

- Receita de aplicação financeira no montante de R$125 milhões em 2008 comparados a R$93 milhões em 2007. Essa variação decorre de maior volume de recursos aplicados em 2008.

- Reconhecimento, em 2008, de uma receita líquida de R$14 milhões decorrente de ajuste a valor presente de ativos e passivos, em atendimento às determinações descritas na Instrução CVM Nº 469 de 2 de maio de 2008.

- Redução da despesa com CPMF em função da extinção da referida contribuição.

- Perdas líquidas com variações cambiais, líquidas dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, em 2008, no montante de R$44 milhões em comparação a perdas líquidas de R$48 milhões no mesmo período de 2007, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A perda cambial em 2008 decorre, principalmente, da desvalorização do Real frente ao dólar e ao Yen, principais moedas em que nossos contratos de financiamentos externos estão indexados. O reflexo no resultado de 2008 em comparação a 2007 não foi expressivo em decorrência das compensações com os instrumentos financeiros derivativos. Se considerarmos isoladamente, apenas as variações cambiais, a Companhia apresenta uma perda de R$53 milhões em 2008 comparados a um ganho de R$26 milhões em 2007. O dólar apresentou uma valorização de 31,94% no exercício de 2008 comparada a uma desvalorização de 17,15% em 2007. A moeda japonesa Yen apresentou uma valorização de 62,89% contra uma desvalorização de 11,78% nos exercício de 2008 e 2007, respectivamente. Para parte da dívida em moeda estrangeira a Companhia realizou operações de swap com a substituição da variação do indexador dos contratos, de moeda estrangeira para o CDI.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 23 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no exercício de 2008, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$383 milhões em relação ao lucro de R$1.455 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 26,32%. No exercício de 2007, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$283 milhões em relação ao lucro de R$1.145 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 24,72%. Essas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

No exercício de 2008 a Companhia apurou ganhos fiscais de aproximadamente R$64 milhões em decorrência do pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio no montante de R$187 milhões.

Participação dos Empregados no Resultado

A Cemig Geração e Transmissão, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho 2008, destinou aos seus empregados a título de participação nos resultados, um montante de R$86 milhões (R$110 milhões em 2007). Mais explicações, vide nota explicativa nº 24 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O caixa no fim do exercício de 2008 somava R$862 milhões em comparação a R$916 milhões em 2007.

O caixa gerado pelas operações em 2008 foi de R$1.047 milhões em comparação a R$1.051 milhões em 2007, sendo afetado positivamente em 2008 pelo maior lucro líquido ajustado pelas receitas e despesas que não afetaram o caixa e em contrapartida, uma redução nos valores recebidos de ativos regulatórios.

As atividades de financiamento representaram uma saída líquida de caixa de R$842 milhões, oriunda de empréstimos e financiamentos obtidos no montante de R$26 milhões contra amortizações no valor de R$348 milhões e pagamento de juros sobre capital próprio/dividendos no montante de R$520 milhões.

Os investimentos foram de R$260 milhões em 2008 em comparação a R$331 milhões em 2007, relacionados principalmente as obras das usinas de Baguari e Cachoeirão e modernização/reforma das usinas já existentes.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

A crise do *subprime* deflagrada em 2007 nos Estados Unidos e seus desdobramentos provocaram, no último trimestre de 2008, um grande estresse nos mercados financeiros internacionais com o encurtamento do crédito e com a migração dos investimentos para os títulos do governo americano.

Embora o sistema financeiro no Brasil tenha se mostrado sadio, os bancos comerciais parceiros da Cemig GT buscaram preservar sua liquidez, ficando com recursos em caixa, privilegiando operações de curto prazo e sendo mais seletivos na concessão do crédito.

Nesse cenário de crise, as mudanças verificadas no mercado sinalizaram um aumento acentuado no custo das captações e uma redução dos prazos de vencimento, o que não chegou a comprometer as atividades da Empresa, a qual dispunha de recursos em caixa suficientes para a realização dos compromissos financeiros então firmados. Não interessando à Cemig GT a elevação de seu custo de captação, a Empresa terminou o ano sem efetuar novas captações.

A acentuada desvalorização do real frente ao dólar verificada com a crise financeira não causou impacto significativo no resultado da Cemig GT, dada a pequena exposição à moeda estrangeira, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Principais indexadores da dívida – 31/12/2008

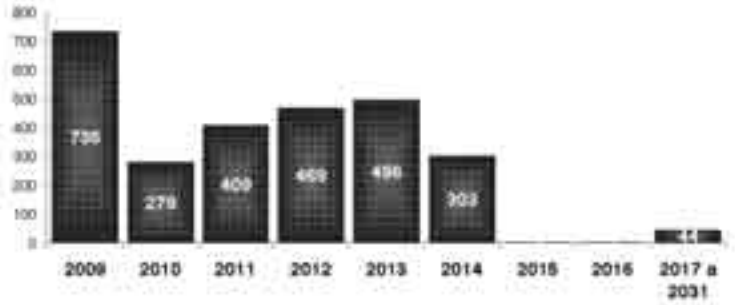
A posição da dívida de 5,7% em moeda estrangeira não representa risco financeiro material para a Empresa, já que boa parte dela está contratualmente protegida por operações de troca de indexadores (swap). Há também uma proteção natural proporcionada por contratos de venda de energia indexados ao dólar.

A grande concentração da dívida no CDI decorreu do movimento de refinanciamento da dívida a partir de 2002, em que foi bastante utilizado o crédito bancário, aproveitando-se a liquidez existente e a exceção às regras do contingenciamento de crédito ao setor público (possibilidade de contratar recursos junto aos bancos comerciais para rolagem de dívida). Não somente o cronograma de vencimento da dívida foi alongado, como também a Cemig GT se beneficiou da redução contínua da taxa Selic ocorrida até o início de 2008.

Apesar do aumento da taxa SELIC em 2008, é esperada para 2009 a retomada do ritmo de redução das taxas de juros brasileiras de forma a combater os efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira.

A despeito da utilidade do hedge e considerando o gerenciamento de risco financeiro da Companhia, a administração busca fazer a gestão da dívida com foco no alongamento do seu prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do seu custo e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

Reflexo disso, o cronograma de amortizações da dívida está satisfatoriamente escalonado, com prazo médio de 4 anos, como pode ser visto no gráfico a seguir:



Coroando a performance financeira da Companhia, a Moody's América Latina, em dezembro de 2008, elevou o rating da Cemig GT, na Escala Global, de Ba2 para Baa3 em moeda local, e na Escala Nacional, de Aa3.br para Aa1.br. Ao elevar o rating da Cemig GT para o nível Baa3, que reflete uma percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa assegurando sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez, a Moody's colocou a Companhia no nível de "investment grade" na Escala Global.

Política de Proteção Cambial (Hedge)

Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial de alguns contratos de financiamentos e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

A Companhia tem privilegiado a cobertura de seu passivo cambial através de um hedge natural representado pela contratação com alguns de seus grandes consumidores de venda de energia elétrica indexada à variação cambial.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são mensurados ao valor justo de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros, indicados pelos acionistas. Todos os conselheiros têm mandato de 3 anos, podendo ser reconduzidos após o término do mandato. Em 2008, foram realizadas 22 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros, indicados pelos acionistas e que atendem aos requisitos de independência conforme práticas internacionais. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2008 foram realizadas 10 reuniões do Conselho Fiscal.

Além disso, existe, atualmente, uma estrutura de vinte e três comitês, composta de executivos de diversas áreas da Companhia, para suportar a tomada de decisões estratégicas da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração a partir do suporte de critérios técnicos. Destes, destacamos os seguintes:

- Comitê de priorização do orçamento - assessorar nas deliberações e gerenciamento de projetos de investimentos e outros projetos em geral das Empresas e áreas de negócio;
- Comitê de crédito - estabelecer e resguardar o cumprimento das políticas e diretrizes relativas a procedimentos financeiros e comerciais;
- Comitê de gerenciamento de riscos de energia - propor políticas e procedimentos com o objetivo de minimizar os riscos nas contratações de compra e venda de energia;
- Comitê de controle e gestão - promover discussão sobre as atividades das áreas de controle e gestão, se constituindo num fórum de compartilhamento das melhores práticas;
- Comitê de planejamento estratégico - implementar diretrizes para as operações que envolvam risco financeiro; e,
- Comitê de manutenção do plano de cargos e remuneração - avaliar, assessorar, recomendar, uniformizar e manter os critérios e procedimentos pertinentes ao Plano de Cargos e Remuneração.

POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A Cemig GT, através do Estatuto Social, assume o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disto, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subseqüente ao exercício a que se referem.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela KPMG Auditores Independentes. Como a mudança de nossos auditores ocorreu no exercício de 2007, até o 1º trimestre daquele ano, nossas demonstrações contábeis foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu.

Os serviços prestados pelos auditores independentes da Cemig GT foram como segue:

Serviços	2008 R$ mil	% em relação à auditoria	2007 R$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria				
Deloitte	-	-	11	*6,11*
KPMG	207	*100*	169	*93,89*
Total de Serviços de Auditoria	**207**	***100***	**180**	***100,00***
Outros Serviços:				
KPMG	76	*36,7*	75	*41,67*
Total Geral	**283**	***136,7***	**255**	***141,67***

Os serviços adicionais mencionados foram aprovados pelo Conselho de Administração, tendo em vista que não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos inerentes às atividades empresariais da corporação são avaliados pela sua probabilidade de ocorrência e pelo seu impacto nos diversos negócios da cadeia de valor, visando reduzir a sua exposição financeira e seu impacto intangível.

A implantação da gestão de riscos corporativos na Cemig GT vem sendo continuamente aprimorada. Optou-se por uma abordagem integrada com enfoque abrangente, tendo em vista que a identificação, a análise e o tratamento dos riscos se dão a partir de uma estrutura de processos definida, por negócio, alinhada ao Plano Diretor e ao planejamento estratégico da Companhia, gerenciada de forma descentralizada pelos gestores de riscos e monitorada de forma centralizada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos, o qual é apoiado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos.

Foram relacionados, abaixo, os fatos mais importantes em 2008:

- Início da 3ª revisão da matriz de riscos corporativos, com a atualização completa dos parâmetros estabelecidos na 2ª revisão, permitindo uma agregação das ameaças mais contundentes, prioritariamente discutidas no âmbito do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos;

- Aprimoramento do produto "Matriz de fatores de riscos sob a ótica dos stakeholders", com o refinamento da descrição dos fatores de risco - circunstâncias ou ocorrências que podem dar origem a riscos para a corporação (associados aos riscos mais relevantes). O objetivo é permitir um aprimoramento da gestão a partir do entendimento do que as partes interessadas enxergam como ameaça estratégica e a identificação de riscos até então não mapeados na matriz;

- Consolidação da rotina de participação nos diversos ciclos de gestão da Cemig GT, possibilitando subsidiar as diversas deliberações a serem encaminhadas para aprovação da Alta Administração, com a visão integrada pela análise dos riscos corporativos como ameaças aos objetivos estratégicos empresariais.

Certificação dos Controles Internos

Considerando que a CEMIG, controladora da Cemig GT, tem as suas ações listadas na Bolsa de Nova York, anualmente a Companhia obtém a certificação dos controles internos com base nos critérios do PCAOB, do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso) e do Control Objectives for Information and Related Technology (Cobit), documentando e testando a efetividade dos controles nos níveis dos processos de negócios e de entidade, inclusive os controles que são suportados pela tecnologia da informação.

Além de atender a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), as atividades relacionadas à Certificação dos Controles Internos contribuem com a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa, sendo realizadas e monitoradas de forma sistemática e permanente.

Para a certificação de 2008, foi estabelecida uma conexão entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, bem como validado, com a Auditoria Externa, KPMG Auditores Independentes, o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Comissão de Ética e Canal de Denúncia

A Comissão de Ética da Cemig GT foi constituída em 12 de agosto de 2004, sendo que em 2008 ocorreram 10 reuniões.

Com a criação do Canal de Denúncia, a partir de dezembro de 2006, por exigência da Lei Sarbanes-Oxley – SOX, a Comissão de Ética passou a ter a ferramenta necessária para o recebimento de denúncias, de práticas irregulares contrárias ao interesse da Companhia, tais como: 1) fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; 2) apropriação indevida de bens e recursos; 3) recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados e 4) contratações irregulares, através de canal aberto na intranet da Cemig GT – Canal de Denúncia Anônima.

As denúncias de caráter ético são acatadas somente quando existe a identificação do denunciante e são processadas pela própria Comissão. As denúncias que se enquadram nos itens 1 a 4 do parágrafo anterior são consideradas não operacionais e encaminhadas ao Conselho Fiscal. Entretanto todas as denúncias sejam operacionais ou não operacionais são encaminhadas às respectivas áreas, para tomada de providências.

TECNOLOGIA

Tecnologia sempre foi considerada pela Cemig GT como insumo básico e estratégico, manifestada através de seus processos, produtos, serviços, equipamentos, instalações e das habilidades de seus empregados e parceiros, ambientalmente correta e gerenciada e utilizada de maneira adequada e condizente com os resultados almejados.

Tecnologia e alternativas energéticas

A Cemig GT tem investido em projetos de utilização de fontes de energia renováveis, com destaque para biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, energia solar e geração eólio-elétrica. Adicionalmente, tem investido também em projetos de uso racional da energia, co-geração e geração distribuída, utilizando diferentes combustíveis como hidrogênio, gás natural, álcool e biodiesel.

Gestão Estratégica da Tecnologia e da Inovação

Visando garantir a sintonia com os novos cenários e inovações, com relação à utilização, adaptação e desenvolvimento de tecnologias mais avançadas e adequadas aos seus processos produtivos, ao longo de 2008, a Cemig GT continuou, em seu processo de Gestão Tecnológica, estabelecendo parcerias estratégicas com universidades e entidades de pesquisa, realizando prospecção tecnológica e subsidiando o estabelecimento das estratégias, diretrizes e ações de cunho tecnológico para atuação empresarial, sempre em coordenação com o Comitê de Gestão Estratégica de Tecnologia – CoGET.

Foi elaborado o Plano Estratégico de Investimentos em P&D para os próximos cinco anos, em conjunto com as áreas operacionais das empresas Cemig GT. O planejamento, além de garantir o alinhamento com a estratégia empresarial, permitirá tanto uma gestão mais eficiente do elevado volume de recursos alocados anualmente em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, como a exploração das possíveis sinergias tecnológicas entre os negócios da Companhia.

Em 2008, foram ainda criados fóruns tecnológicos permanentes, compostos por especialistas das várias áreas da Companhia, que deverão atuar conjuntamente para a consecução do Plano Estratégico de Investimentos em P&D, bem como para a contínua atualização do mapeamento tecnológico realizado.

Destacam-se, em 2008, a implementação de ações para consolidar o Centro de Excelência em Energia Renovável - CEER e do Parque de Alternativas Energéticas para o desenvolvimento auto-sustentável – PAEDA, o acordo para a construção de quatro protótipos de veículos movidos a energia elétrica.

A gestão da normalização técnica interna e externa, de suma importância para a consolidação das práticas tecnológicas, é desenvolvida pelo Comitê de Normalização de Equipamentos e Materiais – CONEM, envolvendo um acervo de 940 documentos eletrônicos corporativos (padronizações, especificações e procedimentos), utilizados em aquisições externas.

Programas de P&D

Mantendo a sua vocação tecnológica, os Programas Anuais de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Cemig GT são um importante instrumento para viabilizar a inovação na Companhia. A Cemig GT possui um portfólio de projetos bastante amplo, cujos projetos se relacionam a metodologias, softwares, dispositivos e equipamentos necessários à operação da Companhia, além da pesquisa de alternativas energéticas.

Biomassa

Com o desenvolvimento das tecnologias de transformação que apresentam maior eficiência, menores níveis de emissões de gases tóxicos e de gases que causam efeito estufa, a biomassa torna-se uma alternativa energética muito promissora para a geração de energia elétrica em determinadas regiões do Estado. Dessa forma, desde a Usina de Formoso no norte de Minas Gerais, passando pela co-geração nos setores sucro-alcooleiro, de papel e celulose e siderúrgico, até às experiências atuais como o plantio de florestas energéticas, gaseificação de biomassa, geradores a álcool e o biodiesel, a utilização da biomassa tem sido buscada pela Cemig GT. Um exemplo desse esforço é o projeto de co-geração utilizando gás de alto forno a carvão vegetal na termelétrica de 13 MW pertencente à siderúrgica Vallourec Mannesman.

Energia Eólica

A Cemig GT foi a primeira concessionária brasileira a instalar uma usina eólica conectada ao sistema elétrico integrado, a Usina Eólio-Elétrica Experimental do Morro do Camelinho, abrindo o caminho para a introdução de uma cultura eólica no país. Foi efetuado levantamento do potencial eólio-elétrico de alguns sítios promissores no Estado de Minas Gerais, tendo sido assinados acordos de confidencialidade com empresas interessadas em avaliar a instalação de uma usina eólica no norte de Minas. Foi iniciado em 2008 um projeto de pesquisa e desenvolvimento de geradores eólio-elétricos de pequeno porte adaptados a instalações em regiões montanhosas, com potencial de atendimento a localidades remotas.

Hidrogênio e Células a Combustível

As células a combustível são uma das novas tecnologias para geração de energia de forma descentralizada, com grande possibilidade de causar, no futuro, impactos no setor elétrico. Atenta às oportunidades que podem advir dessa tecnologia, a Companhia desenvolve, desde 2000, projetos de P&D em temas ligados à células de baixa temperatura (PEM) e de alta temperatura (SOFC).

Foi iniciado também o desenvolvimento de um sistema integrado de geração de energia a partir da gaseificação de biomassa por acionamento de células combustíveis SOFC.

Biodiesel

A Cemig GT considera o biodiesel como uma alternativa energética sustentável, geradora de emprego e renda e que propicia inclusão social. Nesse sentido, a Companhia trabalha, junto com outros órgãos do Estado e centros de pesquisas, para a consolidação da tecnologia de produção do biodiesel em Minas Gerais, através da identificação das vocações regionais para a cultura de oleaginosas, da construção de uma planta piloto de pequeno porte para produção experimental desse combustível e também da implantação de infra-estrutura laboratorial em órgão de pesquisa do estado para qualificar e certificar esse combustível e, dessa forma, contribuir para a sua inserção no mercado nacional.

Encontra-se em funcionamento o Laboratório de Biocombustível do CETEC – Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, com capacidade de produção de 1.000 litros/dia de biodiesel. Em 2008 foi dada continuidade ao projeto com utilização do biodiesel produzido no laboratório para a geração de energia elétrica, de forma experimental, em um grupo motor gerador e em uma microturbina.

Veículo Elétrico

O veículo elétrico pode ser considerado uma tendência para os próximos anos. A Cemig GT, em parceria com Itaipu Binacional e Fiat Automóveis, iniciou projeto de pesquisa e de estudo de viabilidade técnica e econômica da utilização de veículos movidos a energia elétrica. No final de 2008 foram recebidos 4 veículos modelo Palio Weekend. A Companhia pretende testar os protótipos em sua frota durante o próximo ano, visando avaliar aspectos operativos e de manutenção e desenvolvimento de tecnologia nacional. Com o uso intensivo dessa tecnologia, pretende-se disponibilizar mais uma alternativa para as empresas Cemig GT e seus consumidores visando redução do uso de combustíveis fósseis e exploração de um novo nicho do mercado de energia elétrica.

Telecomunicações e Informática

Em 2008 foi desenvolvida a 2ª fase do projeto Plano Corporativo de Segurança da Informação que consistiu na especificação dos Processos de Gerenciamento, Plano Diretor de Segurança da Informação e o Plano de Continuidade dos Serviços de TI.

O Plano Diretor de Segurança da Informação foi definido a partir de um diagnóstico do negócio com relação à Segurança da Informação, especificando projetos que visam atender as necessidades do negócio e o cumprimento das exigências da Lei Sarbanes-Oxley.

Já o Plano de Continuidade dos Serviços de TI tem o objetivo de assegurar a continuidade dos processos críticos de negócios, no caso de indisponibilidade geral dos serviços de TI por um prazo acima do tolerável. A estratégia de continuidade foi definida e sua implementação está prevista para 2009.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como empresa prestadora de serviços públicos, a relação com as comunidades onde atuamos não se restringe ao estágio de desenvolvimento econômico, mas também se refere diretamente ao estágio de desenvolvimento social.

Muitos são os projetos desenvolvidos em nossa Companhia, voltados à melhoria das condições de vida de crianças, adolescentes, adultos, idosos e assistência a populações carentes. Um exemplo é o Projeto Asin – Ações Sociais Integradas, contribuindo para gerar recursos dirigidos a sustentabilidade de instituições, associações comunitárias, escolas e asilos nas comunidades onde a Companhia atua.

Conta, ainda, com a realização de ações diversas como o Dia das Crianças, Dia do Voluntário, Natal, e outras iniciativas, envolvendo, além das instituições cadastradas e os voluntários do Asin/Cemig GT, empregados terceirizados e parceiros dos municípios.

Em dezembro de 2008, a parceria da Cemig GT no Projeto Papai Noel dos Correios mobilizou, além dos empregados, toda a população do Estado através de aviso nas contas de energia, o que fortaleceu sensivelmente o resultado final do projeto.

Outro exemplo concreto de ação social apoiado pela Companhia é o Programa Al6% - Formando Cidadãos, parceria entre a AIC – Associação Intergerencial da CEMIG e o Projeto ASIN/CEMIG, implantado desde 2001. A finalidade do programa é incentivar empregados e aposentados da Cemig GT a repassar parte de seu Imposto de Renda devido para os Fundos da Infância e da Adolescência – FIA's.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, com R$3.240 milhões de valor adicionado em 2008 em comparação a R$2.897 milhões em 2007.

A distribuição do valor adicionado da Cemig GT entre os diversos segmentos, pode ser observada no gráfico a seguir, devendo ser destacada a parte retida pelo governo do total distribuído em 2008 e 2007, correspondente a 44% e 41%, respectivamente.

Recursos Humanos

Os instrumentos de gestão destinados à administração de carreiras pela Cemig GT são caracterizados como um conjunto de políticas e práticas que oferecem suporte a decisões individuais na carreira, o gerenciamento desta e a comunicação entre os empregados e Companhia. Além disso, objetivam auxiliar a sua administração de forma a torná-la estratégica e integradora, com transparência, honestidade de intenções, sentimentos de segurança e clareza de regras.

Atração e Retenção de Talentos

Com o objetivo de viabilizar o aproveitamento do potencial e conhecimento do corpo técnico, aliado aos interesses individuais e empresariais, propiciando expectativa de futuro profissional aos empregados, a Seleção Interna mostrou-se como um recurso fundamental na prática da Gestão de Pessoas.

A Cemig GT tem interesse em aproveitar seu pessoal próprio, entendendo que o processo de Seleção Interna é um instrumento motivador e propiciador do crescimento profissional de seus empregados, porquanto permite a retenção de talentos, bem como a preservação do seu capital humano, buscando continuar a prestação de serviços com o mesmo padrão de qualidade oferecido aos consumidores, garantindo a seus investidores o nível adequado de rentabilidade.

Em 2008, promovemos a 2ª edição da Seleção Interna, realizada no período de julho a setembro de 2008, com a aplicação de exames voltados especificamente para o perfil requerido. Essa medida ficou evidenciada pelos resultados obtidos, com umnúmero expressivo de empregados participantes e aprovados, o que reafirmou a capacidade do seu corpo técnico e especializado.

Programa de Desenvolvimento Gerencial

A liderança exerce um papel fundamental para o alcance dos objetivos empresariais. Para a consecução deste objetivo, estas pessoas precisam apresentar um conjunto de competências técnicas, pessoais e profissionais requeridas. Em 2005, dentro do Modelo de Gestão do Desempenho, foram identificadas as Competências de Liderança, que foram definidas a partir de levantamentos realizados no projeto Desenvolvimento da Liderança.

Com base no resultado do mapeamento das competências, a Cemig GT criou e vem implementando, desde janeiro de 2006, em parceria com a Fundação Dom Cabral, um programa de desenvolvimento denominado CELIG – Cemig Liderança em Gestão. A partir da avaliação do nível de competência dos gestores, foi possível traçar um programa de desenvolvimento individual para cada gestor.

Para 2009 está prevista a realização do Programa Trilhas da Liderança, em que se pretende a ampliação da aplicabilidade de competências de liderança e a continuidade do Programa Celig para Potenciais Sucessores.

Gestão de Clima Organizacional

Ambiente de alta performance tornou-se uma necessidade estratégica das organizações. A Cemig GT, ciente de que a obtenção de alta performance está intimamente ligada a um ambiente saudável e estimulador, busca permanentemente fazer uma gestão de seu ambiente interno. Mais do que isto, estabeleceu como um dos elementos de sua Visão, "ser uma das melhores Empresas para se trabalhar".

Entre as ferramentas utilizadas, destaca-se a Pesquisa de Clima. Esta pesquisa avalia não só o grau de engajamento dos empregados, como também a percepção destes quanto à gestão estratégica e a reputação externa da Cemig GT, o respeito com que ela trata seus empregados, o nível de autonomia e treinamento que estes recebem para realizar seu trabalho, entre outros aspectos fundamentais para se criar um ambiente estimulante e desafiador.

A última Pesquisa de Clima Organizacional da Cemig GT foi realizada em agosto de 2007, com uma significativa participação voluntária dos empregados .

Em 2008, após a divulgação dos resultados a todos os empregados, foram realizados workshops para a elaboração dos Planos de Ação. Nestes workshops realizados com a orientação da RH, os empregados tiveram a oportunidade de construir as ações de melhoria para suas gerências e/ou superintendência.

Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho

Com o objetivo de alinhar as diretrizes corporativas de saúde, segurança e bem-estar em toda a Empresa e principalmente nas áreas que buscam a certificação ou manutenção de seus processos no SGS, foi elaborado e disponibilizado Manual Técnico com as diretrizes corporativas a serem seguidas por todas as gerências da Empresa, em conformidade com a especificação da Norma OHSAS 18001:2007.

Em 2008, a Taxa de Freqüência da força de trabalho, que expressa a quantidade de acidentes de trabalho em relação ao número de horas de trabalho com exposição de risco, apresentou redução de 10,84%.

Provimento

A Cemig Geração e Transmissão encerrou 2008 com 2.166 empregados. Neste ano, foram admitidos 2 novos empregados e, em contrapartida ocorreram 112 desligamentos. No gráfico abaixo podemos observar a evolução do número de empregados da Companhia nos últimos 4 anos.

Cultura e Sociedade

Em 2008, a Cemig GT investiu R$ 13,6 milhões em projetos sócio culturais, educação e ações sociais beneficiando diretamente a população de mais de 200 municípios em Minas Gerais. Para a Companhia, investir em projetos sociais , culturais e esportivos não é uma questão apenas de quantidade de recursos, mas da qualidade com que são aplicados, objetivando atingir o maior número de pessoas, com continuidade e responsabilidade, por meio da formação de redes de atuação entre diversos setores da sociedade, do meio artístico-cultural e do ambiente esportivo que passou a apresentar projetos de inclusão social.

Em 2008, a Cemig GT patrocinou diversos projetos através da Lei Rouanet de Incentivo a Cultura. A seleção dos projetos é realizada em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, no Programa "Cemig Cultural", o que representa um esforço claro de apoio na construção a uma política pública de investimentos culturais. Dessa forma, a Empresa alcança demandas do interior do Estado, pequenos grupos iniciantes, iniciativas instigantes de arte contemporânea e segmentos culturais de complexo entendimento e escasso patrocínio por parte da iniciativa privada.

Belo Horizonte e o interior do Estado receberam 11 festivais internacionais de artes integradas, o que reforça e amplia a rede de intercâmbio cultural com grupos de outros estados e de estrangeiros.

Com a terceira edição do Programa Filme em Minas, reafirmamos a vocação da Empresa no apoio ao audiovisual. No biênio 2007/2008, 34 projetos foram contemplados nas mais diversas categorias. Foram premiados, além dos longas e curtas-metragens, vídeos experimentais, documentários, projetos de pesquisa em desenvolvimento e literatura da área. Todos esses projetos com mão-de-obra, logística e locações em Minas Gerais. Trata-se do único edital de audiovisual do País que premia todos os segmentos da área e que garante a finalização e distribuição dos projetos que contempla.

Em 2008 o Palácio das Artes, a Fundação de Educação Artística, o Museu Mineiro, o Grupo Galpão, o Museu de Artes e Ofícios e o Centro Cultural Inhotim prorrogaram suas parcerias com a Cemig GT, perfazendo, em alguns casos, décadas de parcerias contínuas e necessárias ao acesso da população à acervos preciosos.

Atenta ao acesso do público interno à leitura e às artes plásticas, a Cemig GT mantém em sua sede uma galeria de arte, onde, há 18 anos, são montadas 11 exposições anuais de artistas de todo o país, e uma biblioteca aberta, inclusive ao público externo, com aproximadamente 56 mil títulos. Além do acervo do edifício-sede, uma biblioteca itinerante que visita outras unidades administrativas da Empresa, atendendo novos leitores no interior e na capital.

Em 2008, a Companhia patrocinou projetos aprovados junto ao Ministério dos Esportes, que seleciona programas para crianças em risco social e atletas paraolímpicos. Foram destinados cerca de R$ 2 milhões de reais a projetos em Belo Horizonte e Uberlândia que pretendem atender a milhares de crianças e adolescentes.

Meio Ambiente

A Cemig GT possui uma Política Ambiental, da qual constam sete princípios que orientam as atividades e direcionam os esforços relacionados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Tais princípios são traduzidos em ações que buscam imprimir nos empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental.

Em sua área de atuação, a Cemig GT realiza uma série de atividades que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Dentre elas pode-se destacar as reservas ambientais, os programas de preservação da flora e fauna, com destaque para programas relacionados à ictiofauna.

Com relação aos investimentos utilizados nos novos empreendimentos, ocorreu uma nova elevação, em 2008, devido, principalmente, às obras de implantação da Usina Hidrelétrica de Baguari e a Pequena Central Hidrelétrica de Cachoeirão.

Sistema de Gestão Ambiental

Na Cemig GT as áreas podem se certificar em Sistema de Gestão Ambiental – SGA, conforme a Norma ISO 14001/2004 ou adotar um Sistema de Gestão Interno, denominado SGA Nível 1, o qual foi desenvolvido considerando-se os princípios da Norma NBR ISO 14001.

Em 2008, foram certificadas na atividade de geração a Gerência das Usinas do Leste, responsável pela gestão de operação, manutenção e administração das Usinas da Região Leste e a usina hidrelétrica de Irapé.

Com as recomendações realizadas de 2008, a capacidade instalada de geração de energia certificada nos Sistemas de Gestão Ambiental passou de 5.407 MW para 5.767 MW, o que representa cerca de 90% da capacidade instalada da Cemig GT. No que se refere às Linhas de Transmissão acima de 230 kV, atualmente 63% das linhas da empresa estão certificadas.

Segurança de Barragens

O Plano de Monitoramento da Segurança de Barragens foi cumprido integralmente em 2008, tendo sido executados mais de 150 serviços, entre obras, estudos e projetos de manutenção de barragens, de adequação da infra-estrutura de geração e de adequação ambiental, com ênfase nos serviços de reavaliação e restabelecimento das condições de segurança estrutural e funcional de barragens e estruturas civis associadas

Neste ano foram apresentados para os gerentes regionais os Planos de Emergência das Barragens. Foram gerados os mapas de planície de inundação das usinas de Miranda, Nova Ponte, São Simão, Emborcação, Jaguara e Xicão.

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o pronto atendimento aos órgãos competentes pela questão ambiental. Os estudos e monitoramentos são desenvolvidos através da contratação de especialistas, que inclui empresas de consultoria, centros de pesquisa e universidades.

Em 2008, a Cemig GT obteve as licenças de operação corretiva das PCHs Joasal, Paciência e Gafanhoto, Sistema de Transmissão Leste e a licença de operação da PCH Cachoeirão.

Programas para a Ictiofauna (peixes)

A Cemig GT lançou em junho de 2007 o Programa Peixe Vivo com o compromisso de aumentar esforços na busca e implantação de soluções para evitar/mitigar impactos sobre a ictiofauna e ampliar os programas de conservação de peixes. Esse programa conta com uma equipe composta de profissionais das áreas biológica, engenharia e comunicação social. A junção dessas áreas nos permite desenvolver medidas mais eficientes para prevenção e mitigação de impactos causados ao meio ambiente por construções e operação de usinas hidrelétricas.

Foram contratados dois projetos de pesquisa e outros dois estão em fase de contratação, totalizando um valor de R$ 8 milhões com 4 anos de contrato. Esses projetos são frutos das consultas realizadas a vários segmentos da sociedade, como pesquisadores nacionais e internacionais que realizam pesquisas relacionadas a Ictiofauna, representantes de ONGs, de órgãos ambientais como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG, do segmento pesqueiro artesanal e comunidade de Três Marias, com o objetivo de identificar as diretrizes e ações mais importantes para a melhoria e proteção da ictiofauna no estado de Minas Gerais e definir estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da Cemig GT.

O Peixe Vivo, desde setembro de 2007, realiza o monitoramento sistemático da ictiofauna a jusante das usinas em procedimentos programados que apresentam risco para a ictiofauna. As informações geradas nestes monitoramentos irão subsidiar melhor as programações das operações nas usinas para que sejam realizadas com maior segurança ambiental, ou seja, menos impacto. Esta atividade se manteve ao longo de 2008 e os resultados do monitoramento que é realizado a jusante da UHE Três Marias foram aceitos para apresentação no XVIII Encontro Brasileiro de Ictiologia em janeiro de 2009 em Cuiabá – MT.

Flora, Fauna e Monitoramento da Qualidade de Água

As Estações Ambientais da Empresa possuem mais de 4.000 hectares de áreas protegidas, utilizadas para a realização de estudos sobre a fauna e a flora, atividades de educação ambiental e visitas programadas. Nessas áreas foram colhidos 1000 Kg de sementes de um total de 120 espécies florestais nativas, que foram destinados aos Viveiros Florestais da Cemig GT e ao intercâmbio com outras instituições.

Além disso, foram produzidas 390 mil mudas de espécies nativas distribuídas para ONG's e órgãos públicos e plantados 48 ha de matas ciliares em parceria com produtores rurais.

Em relação à fauna, a Estação Ambiental de Peti desenvolve em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA o projeto ASAS – Área de Soltura de Animais Silvestres, recebendo, recuperando e reintroduzindo animais provenientes de apreensões realizadas pela Polícia de Meio Ambiente e IBAMA. Em 2008 foram recebidos 581 animais de 61 espécies diferentes. Além dos animais recebidos, a estação ambiental ainda reproduziu, através do projeto Profauna, animais das espécies irerê, pato-selvagem, cutia, ananaí, mutum-do-sudeste. Ao todo foram devolvidos 377 animais a natureza, sendo estes soltos nas demais estações ambientais da Empresa.

A Cemig GT monitora regularmente a qualidade da água de seus principais reservatórios, através de uma rede que contempla oito bacias hidrográficas (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Itabapoana e Jequitinhonha), 34 sub-bacias diferentes perfazendo um total de 46 reservatórios e 247 estações de coleta de água.

Programa de Educação Ambiental

A edição de 2008 da Semana do Meio Ambiente teve como tema "O Ano Internacional do Planeta Terra e a Eficiência Energética". Assim, alinhados com o calendário global, a Cemig GT realizou seu evento, enfatizando o conceito da Terra como a fonte vital para as necessidades diárias dos seres vivos, para os alicerces da sociedade e das economias globais, alertando sempre para o cuidado com os recursos naturais.

A mensagem da Cemig GT na Semana do Meio ambiente foi, também, a da "Eficiência Energética": Evitar o desperdício de energia elétrica sem abrir mão do conforto. Saber utilizar os benefícios que a energia oferece, na medida certa, observando os princípios da sustentabilidade.

Esse evento foi realizado, no período de 16 a 27 de junho de 2008 e contou com a participação de mais de 4.000 estudantes do ensino fundamental de 40 escolas da rede pública, estadual e municipal de Belo Horizonte.

O Programa de Educação Ambiental desenvolvido nas Estações Ambientais e Usinas recebeu este ano, 17.068 alunos de diferentes escolas da capital e interior. Durante estas visitas, são transmitidas informações sobre geração de energia e sua relação com o meio ambiente, bem como mensagens sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de conservação dos ecossistemas.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig GT em 2008, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental

A Usina Hidrelétrica de Nova Ponte recebeu o Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental - PMGA, graças ao trabalho desenvolvido na área de meio ambiente e junto às comunidades envolvidas em sua operação, concorrendo com a gestão da Usina de Nova Ponte.

O PMGA busca o reconhecimento de organizações que se destacam em relação à gestão sistêmica das questões ambientais, avaliando a empresa, a cadeia produtiva que a envolve e os agentes interessados, como empregados e as comunidades onde estão inseridas. A iniciativa tem o apoio do governo de Minas e do Ministério do Meio Ambiente e a chancela da União Brasileira de Qualidade - UBQ.

Prêmio Mineiro de Círculos de Controle de Qualidade

O CCQ é constituído por grupos voluntários de funcionários, pertencentes ou não à mesma área de trabalho, treinados nas ferramentas da qualidade que buscam a melhoria de desempenho, redução de custos, aumento da eficiência e qualidade de seus serviços e do seu trabalho.

A Cemig GT, pelo segundo ano consecutivo, através da equipe Matrix da Gerência de Usinas Centro Sul foi a campeã da XVII Convenção Mineira de Círculos de Controle de Qualidade – CCQ e representou o Estado de Minas Gerais no XXIV Congresso Nacional de Círculos de Controle de Qualidade, realizado no Rio de Janeiro. O trabalho vencedor foi: Ineficiência na Vedação das Comportas da Sucção da Usina de Camargos.

Deve ser ressaltado que esse trabalho foi aplicado de forma efetiva nas operações da Companhia, gerando, apenas para a usina de Camargos, uma economia de R$46 mil por ano.

ISE

A CEMIG foi selecionada, pela quarta vez consecutiva como componente do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo. A CEMIG se mantém no Índice desde sua criação, em 2005.

A nova carteira do ISE vigora de 1º de dezembro de 2008 a 30 de novembro de 2009, e reúne 38 ações emitidas por 30 empresas, que totalizam R$ 372 bilhões em valor de mercado, correspondendo a 30,7 % da capitalização total da Bovespa.

O ISE, após quatro anos de existência, é uma referência para os investidores interessados em adquirir ações de empresas listadas na Bovespa e voltadas para a sustentabilidade empresarial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig GT é grata ao Governador do Estado, Dr. Aécio Neves da Cunha, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (não auditado)

1) Base de Cálculo	2008 Valor (Mil Reais)			2007 Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			3.941.703			3.650.440
Resultado Operacional (RO)			1.310.254			1.164.259
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			205.720			207.791
2) Indicadores Sociais Internos	**Valor (Mil Rs)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (Mil Rs)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	14.997	7,29	0,38	14.340	6,90	0,39
Encargos sociais compulsórios	49.533	24,08	1,26	49.854	23,99	1,36
Previdência privada	10.917	5,31	0,28	10.902	5,25	0,30
Saúde	6.844	3,33	0,17	6.285	3,03	0,17
Segurança e medicina no trabalho	2.415	1,17	0,06	2.231	1,07	0,06
Educação	991	0,48	0,03	991	0,48	0,03
Cultura	-	-	-	3	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.951	2,41	0,13	5.047	2,43	0,14
Creches ou auxílio-creche	588	0,29	0,01	602	0,29	0,02
Participação nos lucros ou resultados	90.000	43,75	2,28	105.675	50,86	2,89
Outros	5.260	2,56	0,13	2.972	1,43	0,08
Total - Indicadores Sociais Internos	235.497	114,50	5,97	208.902	100,54	5,72
3) Indicadores Sociais Externos	**Valor (Mil Rs)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (Mil Rs)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	991	0,08	0,03	1.022	0,09	0,03
Cultura	12.917	0,99	0,33	9.250	0,79	0,25
Esporte (Incentivo para projeto Atiati)	51	-	-	50	-	-
Total dos Contribuintes para a Sociedade	13.959	1,06	0,35	9.428	0,79	0,32
Tributos (excluindo encargos sociais)	2.572.357	196,33	65,28	1.994.807	171,33	54,66
Total - Indicadores Sociais Externos	2.587.316	197,39	65,63	2.005.235	172,12	54,98
4) Indicadores Ambientais	**Valor (Mil Rs)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (Mil Rs)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/operação de insumos	12.963	0,99	0,33	21.777	2,02	0,64
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em Meio Ambiente	12.963	0,99	0,33	21.777	2,02	0,64
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e ou auxiliar e ou utilizado de insumos advindos a Companhia:	(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			2.166			2.219
Nº de admissões durante o período			3			44
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			863			843
Nº de estagiários (as)			16			20
Faixa etária dos Empregados:						
- Quantos à aposentadoria			808			833
- 1º Grau			1.166			1.219
- 2º Grau			647			598
- Acima 1º Grau incompleto			-			93
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			874			902
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			527			545
% de cargos de direção ocupados por mulheres			16,00			8,47
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			805			841
% de cargos de direção ocupados por negros (as)			5,89			3,89
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			6			10
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2008**			**Metas 2009**		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia			17,62			18,0
Número total de acidentes de trabalho			476			500
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	( ) diretoria	(x) diretoria e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) diretoria	(x) diretoria e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) diretoria e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA	(x) diretoria e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA
A previdência privada contempla:	( ) diretoria	(x) diretoria e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) diretoria	( ) diretoria e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) diretoria	(x) diretoria e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) diretoria	( ) diretoria e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na admissão de trabalhadores (as) terceirizados (as) é considerado (a) também o (a) empregado (a) exigido pela Companhia?	( ) não são considerados	( ) não considerados	(x) são exigidos	( ) são considerados	( ) não considerados	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóiará	(x) organizará e incentivará
Número total de empregados e estagiários (as) que se desligaram:	na Companhia ___ INT. ___	no Período ___ INT. ___	na média ___ INT. ___	na Companhia ___ INT. ___	no Período ___ INT. ___	na média ___ INT. ___
% de trabalhadores e estagiários (as) terceirizados (as)	na Companhia ___ INT. ___ %	no Período ___ INT. ___ %	na média ___ INT. ___ %	na Companhia ___ INT. ___ %	no Período ___ INT. ___ %	na média ___ INT. ___ %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	Em 2008: 3.540.670			Em 2007: 3.657.041		
Distribuição do Valor Adicionado (VA):	51,53% governo 13,21% acionistas	35,26% colaboradores (as) 13,97% terceiros	13,14% retido	51,25% governo 14,34% acionistas	33,07% colaboradores (as) 23,53% terceiros	3,37% retido
7) Outras Informações						

I. Os total dos investimentos em meio ambiente, no ano de 2008, cerca de R$ 21,5 milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas usinas hidrelétricas e Linhas de Transmissão.

II. Os resíduos gerados são quantificados e comprados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos atendem a exigir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.

III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustíveis é realizada anualmente e não possui metas de redução.

1 Fontes contabilizadas na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação de empresa".

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2006	2007	2008
Atendimento			
Número de consumidores	170	177	169
Número de empregados	2.256	2.276	2.166
Energia vendida por empregado - MWh	13.212	15.126	15.267
Mercado			
Geração própria	32.187	33.130	31.163
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R$/MWh) - Industrial	81,42	90,18	97,08
Operacionais			
Número de Usinas em Operação	46	46	46
Número de Subestações	66	81	83
Linhas de Transmissão (Km)	4.662	4.674	4.674
Capacidade Instalada (MW)	6.249	6.250	6.250
Financeiros			
Receita operacional – R$ milhões	2.913	3.373	3.800
Receita operacional líquida - R$ milhões	2.243	2.666	2.948
Margem operacional - %	52,55	55,15	57,67
LAJIDA ou EBITDA - R$ milhões	1.387	1.693	1.924
Lucro líquido - R$ milhões	514	752	986
Lucro líquido por lote de 1000 ações	212	260	340
Patrimônio líquido - R$ milhões	2.971	3.013	3.481
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.026	1.040	1.202
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	21,03	25,48	32,72
Endividamento do patrimônio líquido - %	150,09	155,49	120,42
Liquidez Corrente	1,17	1,04	0,92
Liquidez Geral	0,35	0,40	0,44

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Sérgio Alair Barroso	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Djalma Bastos de Morais	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Eduardo Lery Vieira	Kleber Antônio de Campos
Alexandre Heringer Lisboa	Franklin Moreira Gonçalves
Antônio Adriano Silva	Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Francelino Pereira dos Santos	Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Maria Estela Kubitschek Lopes	Fernando Henrique Schuffner Neto
João Camilo Penna	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Wilton de Medeiros Daher	Guy Maria Villela Paschoal
Britaldo Pedrosa Soares	Jeffery Atwood Safford
Evandro Veiga Negrão de Lima	Maria Amália Delfim de Melo Coutrim
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur	Clarice Silva Assis
André Araújo Filho	Andréa Leandro Silva
Thomas Anthony Tribone	José Castelo Branco da Cruz

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Márcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Luiz Otávio Nunes West	Leonardo Guimarães Pinto
	Benedito José Ferreira

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome	Cargo
Djalma Bastos de Morais	Diretor-Presidente
Arlindo Porto Neto	Diretor Vice-Presidente
José Carlos de Mattos	Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios e Diretor de Gás
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações
Fernando Henrique Schüffner	Diretor sem designação específica
Luiz Henrique de Castro Carvalho	Diretor de Geração e Transmissão
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Diretor de Gestão Empresarial
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Comercial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores
Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico
Site: www.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

CEMIG

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007 Reapresentado	2008	2007 Reapresentado
CIRCULANTE				
Disponibilidades *(nota 5)*	862.098	916.288	852.213	907.116
Consumidores e Revendedores *(nota 6)*	357.733	299.796	356.959	299.796
Concessionários - Transporte de Energia	50.186	46.131	50.186	46.131
Tributos Compensáveis *(nota 8)*	274.113	222.826	273.184	222.746
Revendedores – Transações Energia Livre *(nota 7)*	15.076	31.426	15.076	31.426
Créditos Tributários *(nota 9)*	21.118	172.110	21.118	172.110
Estoques	4.024	3.794	4.024	3.794
Outros Créditos	63.268	68.616	58.814	68.616
TOTAL DO CIRCULANTE	1.647.616	1.760.987	1.631.574	1.751.735
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Créditos Tributários *(nota 9)*	83.347	52.916	83.347	52.916
Revendedores – Transações Energia Livre *(nota 7)*	4.107	13.646	4.107	13.646
Tributos Compensáveis *(nota 8)*	18.158	10.600	18.158	10.600
Depósitos Vinculados a Litígio	49.532	32.304	49.532	32.304
Créditos com Pessoas Ligadas	9.853	2.675	9.853	2.675
Outros Créditos	14.999	9.008	11.995	7.682
	179.996	121.149	176.992	119.823
Investimentos *(nota 10)*	1.074.778	1.004.095	1.112.306	1.030.673
Imobilizado *(nota 11a)*	4.756.861	4.800.257	4.663.169	4.775.366
Intangível *(nota 11b)*	13.808	11.549	13.696	11.499
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.025.443	5.937.050	5.966.163	5.937.561
ATIVO TOTAL	**7.673.059**	**7.698.037**	**7.597.737**	**7.689.296**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007 Reapresentado	2008	2007 Reapresentado
CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos *(nota 14)*	372.693	393.804	370.492	393.804
Debêntures *(nota 14)*	362.606	10.486	362.606	10.486
Fornecedores *(nota 12)*	146.652	236.313	125.486	232.767
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 13)*	78.698	211.815	76.339	211.789
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	539.042	541.518	539.042	541.518
Salários e Encargos Sociais	64.500	51.142	64.433	51.046
Encargos Regulatórios *(nota 15)*	94.363	78.391	94.363	78.391
Participações nos Lucros	26.737	21.726	26.737	21.726
Dívidas com Pessoas Ligadas	3.908	2.249	3.908	2.249
Obrigações Pós-Emprego *(nota 16)*	17.970	20.065	17.970	20.065
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros *(nota 26)*	14.699	68.620	14.699	68.620
Outras Obrigações	69.036	64.718	55.144	64.718
TOTAL DO CIRCULANTE	1.790.904	1.700.847	1.753.219	1.697.179
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos *(nota 14)*	1.733.660	1.973.280	1.703.205	1.966.213
Debêntures *(nota 14)*	271.752	617.647	271.752	617.647
Provisões para Contingências *(nota 17)*	7.322	7.553	7.322	7.553
Fornecedores *(nota 12)*	77	25.803	77	25.803
Obrigações Pós-Emprego *(nota 16)*	260.618	256.105	260.618	256.105
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 13)*	62.510	65.169	62.510	65.169
Encargos Regulatórios *(nota 15)*	4.352	2.034	4.352	2.034
Outras Obrigações	40.525	36.506	33.543	36.500
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.401.016	2.984.097	2.363.379	2.979.024
PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(nota 18)*				
Capital Social	2.896.785	2.896.785	2.896.785	2.896.785
Reservas de Lucros	584.354	91.478	584.354	91.478
Lucros Acumulados	-	24.830	-	24.830
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.481.139	3.013.093	3.481.139	3.013.093
PASSIVO TOTAL	**7.673.059**	**7.698.037**	**7.597.737**	**7.689.296**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado	Controladora	Consolidado e Controladora
	2008	2008	2007 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica *(nota 19)*	3.154.016	3.152.588	2.782.445
Receita de Uso da Rede *(nota 20)*	617.099	617.099	549.784
Outras Receitas Operacionais	29.569	29.569	41.250
	3.800.684	3.799.256	3.373.479
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL *(nota 21)*	(852.944)	(852.658)	(707.876)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.947.740	2.946.598	2.665.603
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA *(nota 22)*			
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(271.878)	(271.878)	(257.204)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(13.167)	(12.255)	(75.448)
	(285.045)	(284.133)	(332.652)
CUSTO DE OPERAÇÃO *(nota 22)*			
Pessoal e Administradores	(219.492)	(219.479)	(205.391)
Obrigações Pós-Emprego	(40.554)	(40.554)	(20.694)
Materiais	(16.228)	(16.228)	(17.642)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(69.573)	(69.573)	(58.409)
Serviços de Terceiros	(90.181)	(90.162)	(85.059)
Depreciação e Amortização	(222.514)	(222.514)	(223.166)
Provisões Operacionais	(410)	(410)	(7.439)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(127.069)	(127.069)	(129.828)
Outros custos de operação	(51.292)	(51.283)	(53.736)
	(837.313)	(837.270)	(801.368)
CUSTO TOTAL	(1.122.358)	(1.121.403)	(1.134.016)
LUCRO BRUTO	1.825.382	1.825.195	1.531.585
DESPESAS OPERACIONAIS (nota 22)			
(Reversão) Despesas com Vendas	(695)	(695)	1.428
Despesas Gerais e Administrativas	(91.737)	(91.737)	(48.149)
Outras Despesas Operacionais	(32.903)	(32.903)	(14.792)
	(125.335)	(125.335)	(61.513)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS)	1.700.047	1.699.860	1.470.072
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	125	-
Despesas Financeiras Líquidas *(nota 23)*	(244.817)	(244.851)	(325.303)
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.455.230	1.455.134	1.144.769
Imposto de Renda e Contribuição Social *(nota 9 b)*	(420.877)	(420.781)	(334.369)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos *(nota 9 b)*	37.696	37.696	51.548
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado *(nota 24)*	(86.296)	(86.296)	(109.976)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	985.753	985.753	751.972
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R$	340,29	340,29	259,59

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 - Reapresentado	2.896.785	54.127	19.882	2.970.794
Lucro Líquido do Exercício	-	-	751.972	751.972
Destinação do Lucro proposta à AGO:				
Reserva Legal	-	37.351	(37.351)	-
Juros sobre Capital Próprio (R$64,94 por lote de mil ações)	-	-	(188.118)	(188.118)
Dividendos Complementares (R$180,05 por lote de mil ações)	-	-	(521.555)	(521.555)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 - Reapresentado	2.896.785	91.478	24.830	3.013.093
Lucro Líquido do Exercício	-	-	985.753	985.753
Destinação do Lucro proposta à AGO:				
Reserva Legal	-	49.288	(49.288)	-
Juros sobre Capital Próprio (R$64,47 por lote de mil ações)	-	-	(186.766)	(186.766)
Dividendos Complementares (R$114,24 por lote de mil ações)			(330.941)	(330.941)
Retenção de Lucros	-	443.588	(443.588)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	2.896.785	584.354	-	3.481.139

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

569

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007 Reapresentado	2008	2007 Reapresentado
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	985.753	751.972	985.753	751.972
Despesas (Receitas) que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e Amortização	224.166	223.486	224.166	223.486
Baixas Líquidas de Imobilizado	3.253	5.818	3.253	5.818
Equivalência Patrimonial	-	-	(125)	-
Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	13.877	(179.331)	13.877	(179.331)
Impostos Federais Diferidos	(37.696)	(51.548)	(37.696)	(51.548)
Provisões para Perdas Operacionais	(231)	6.094	1.015	6.094
Provisões para Perdas em Transações com Energia Livre	19.195	145.953	19.195	145.953
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	(13.157)	84.321	(13.157)	84.321
Obrigações Pós-Emprego	48.017	22.982	48.017	22.982
Outros	(66)	9.692	(65)	9.692
	1.243.111	1.019.439	1.244.233	1.019.439
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(57.937)	(55.053)	(57.163)	(55.053)
Revendedores – Transações com energia livre	13.720	120.894	13.720	120.894
Tributos Compensáveis	(58.845)	(88.696)	(57.996)	(88.616)
Transporte de Energia	(4.055)	(2.176)	(4.055)	(2.176)
Créditos Tributários	158.257	(94.976)	158.257	(94.976)
Depósito Judiciais	(24.480)	(1.569)	(21.476)	(1.569)
Outros	(12.230)	9.052	5.369	5.833
	14.430	(112.524)	39.656	(115.663)
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(114.780)	124.479	(133.007)	120.633
Tributos e Contribuição Social	(115.776)	113.287	(116.109)	113.261
Salários e Contribuições Sociais	13.358	8.933	13.387	8.837
Encargos Regulatórios	18.290	3.767	18.290	3.767
Empréstimos e Financiamentos	48.839	(19.854)	47.468	(19.854)
Obrigações Pós-Emprego	(45.599)	(51.496)	(45.599)	(51.496)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(40.764)	(57.395)	(40.764)	(57.395)
Outros	25.897	22.132	(10.082)	22.126
	(210.535)	143.853	(266.416)	140.179
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	1.047.006	1.050.768	1.014.473	1.043.955
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	26.418	35.313	-	30.246
Empréstimos de Curto Prazo	-	200.000	-	200.000
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(347.810)	(200.589)	(347.810)	(200.589)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(520.183)	(547.209)	(520.183)	(547.209)
	(841.575)	(512.485)	(867.993)	(517.552)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	205.431	538.283	146.480	526.403

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007 Reapresentado	2008	2007 Reapresentado
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(98.660)	(121.581)	(109.285)	(118.673)
No Imobilizado	(161.009)	(211.270)	(92.146)	(211.270)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	48	1.953	48	1.953
	(259.621)	(330.898)	(201.383)	(328.190)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	**(54.190)**	**207.385**	**(54.903)**	**198.213**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES				
No início do exercício	916.288	708.903	907.116	708.903
No fim do exercício	862.098	916.288	852.213	907.116
	(54.190)	**207.385**	**(54.903)**	**198.213**
PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	343.792	360.717	343.792	360.717
Imposto de Renda e Contribuição Social	407.382	347.066	407.382	347.066

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora		Consolidado e Controladora	
	2008		2008		2007 Reapresentado	
RECEITAS						
Venda de Energia e Serviços	3.800.684		3.799.256		3.373.479	
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(695)		(695)		1.428	
	3.799.989		3.798.561		3.374.907	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(13.167)		(12.255)		(75.448)	
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(271.878)		(271.878)		(257.204)	
Serviços de Terceiros	(114.056)		(114.036)		(85.512)	
Materiais	(17.072)		(17.070)		(18.060)	
Matéria Prima	(69.573)		(69.573)		(58.409)	
Outros Custos Operacionais	(87.843)		(87.845)		(89.204)	
	(573.597)		(572.657)		(584.862)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.226.392		3.225.904		2.790.045	
RETENÇÕES						
Depreciação e Amortização	(224.166)		(224.166)		(223.486)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	3.002.226		3.001.738		2.566.559	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Resultado de Equivalência Patrimonial	-		125		-	
Receitas Financeiras	238.246		238.211		330.482	
	238.246		238.336		330.482	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.240.472		3.240.074		2.897.041	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%
Pessoal e Encargos	**353.770**	**10,92**	**353.757**	**10,92**	**317.048**	**10,97**
Remuneração direta	236.083	7,28	236.070	7,28	246.149	8,57
Benefícios	65.791	2,65	65.791	2,63	56.676	1,95
F.G.T.S	17.996	0,56	17.996	0,56	13.123	0,45
Outras	13.900	0,43	13.900	0,43	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	**1.414.522**	**43,65**	**1.414.139**	**43,65**	**1.195.145**	**41,25**
Federais	1.050.671	32,42	1.050.522	32,42	881.982	30,44
Estaduais	361.600	11,16	361.366	11,16	312.500	10,79
Municipais	2.251	0,07	2.251	0,07	663	0,02
Remuneração de Capitais de Terceiros	**486.427**	**15,01**	**486.425**	**15,01**	**631.976**	**21,81**
Juros	479.164	14,79	479.164	14,79	626.760	21,63
Aluguéis	7.263	0,22	7.261	0,22	5.216	0,18
Remuneração de Capitais Próprios	**985.753**	**30,42**	**985.753**	**30,42**	**751.972**	**25,97**
Juros sobre Capital Próprio	186.766	5,76	186.766	5,76	186.118	6,49
Dividendos	306.111	9,45	306.111	9,45	321.555	18,00
Lucros Retidos	492.876	15,21	492.876	15,21	42.299	1,48
	3.240.472	**100**	**3.240.074**	**100**	**2.897.041**	**100**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia" ou "Cemig Geração e Transmissão") é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("CEMIG"), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1° de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Cemig Geração e Transmissão tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A transferência das concessões de Geração da Companhia Energética de Minas Gerais para a Cemig Geração e Transmissão foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Autorizativa n° 1338/2008.

A Cemig Geração e Transmissão possui 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais, e com capacidade instalada de 27 MW (informação não auditada pelos auditores independentes). A usina já encontra em fase de testes.

Controladas em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas encontram-se em fase de construção, com previsão de início de operação em 2009, e totalizarão uma capacidade instalada de 44 MW (informação não auditada pelos auditores independentes).

- Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.

- Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW (informação não auditada pelos auditores independentes) e previsão de início de operação comercial em 2012.

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20 MW de potência instalada (informação não auditada pelos auditores independentes), localizada no rio Manhuaçu, Municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em abril de 2010.

- Baguari Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 69,39%) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), 140 MW de potência instalada (informação não auditada pelos auditores independentes), localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em outubro de 2009 (1ª unidade), dezembro de 2009 (2ª unidade) e fevereiro de 2010 (3ª unidade).

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE") (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Previsão de entrada em operação em junho de 2010.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da controladora e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis; normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07 com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

Adicionalmente, com objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado a Companhia está apresentando, como informação complementar, no Anexo I, a demonstração do resultado segregado por atividades. Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da Companhia e de suas controladas.

Em 17 de fevereiro de 2009 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e o conseqüente envio ao Conselho de Administração para aprovação.

2.2) Alteração na Lei das Sociedades por Ações

A Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de Demonstrações Contábeis, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos.

Essas mudanças de práticas contábeis estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Contábeis das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações aos princípios contábeis internacionais de contabilidade – IFRS.

A Companhia optou por elaborar o balanço patrimonial de transição em 31 de dezembro de 2006 como o ponto inicial de atendimento aos requerimentos da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil, e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra a rubrica de Lucros acumulados.

Para fins de divulgação das Demonstrações Contábeis comparativas a Companhia seguiu a Deliberação CVM 506 de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação, consequentemente reapresentando as Demonstrações Contábeis de 2007.

Em decorrência das alterações da Lei 6.404/76, alguns saldos de 2007 foram reclassificados para permitir a comparação com as demonstrações financeiras de 2008. As reclassificações efetuadas não tem impacto no resultado nem no patrimônio líquido de 2008.

As reclassificações efetuadas estão a seguir discriminadas:

	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Conta Original	**Valor (R$)**	**Valor (R$)**	**Conta de Reclassificação**	**Valor (R$)**	**Valor (R$)**
Ativo Não Circulante			**Ativo Não Circulante**		
			Realizável a Longo Prazo		
Dividendo	-	(1.384)	Outros Créditos	-	1.384
	-	**(1.384)**		**-**	**1.384**
			Despesas Operacionais		
Resultado Não Operacional	2.522	2.522	Outras Despesas Operacionais	(2.522)	(2.522)
	2.522	**2.522**		**(2.522)**	**(2.522)**

De formar a criar as novas normas para atendimento aos dispositivos da lei societária que foram alterados pela Lei 11.638, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu diversos pronunciamentos no exercício de 2008, aprovados também pela CVM, alterando determinadas práticas contábeis até então adotadas pela Companhia. As principais alterações e efeitos em nossas Demonstrações Contábeis estão descritos a seguir:

Ajuste a valor presente

O objetivo do Pronunciamento CPC.12, aprovado pela Deliberação CVM 564/08, é estabelecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo na elaboração de Demonstrações Contábeis.

A Companhia fez a análise dos seus ativos e passivos que deveriam ser ajustados ao valor presente e identificou determinados financiamentos e debêntures, além de outorgas a pagar referentes empreendimentos de geração de energia elétrica.

A taxa utilizada para desconto a valor presente pela Cemig Geração e Transmissão dos seus passivos foi à taxa média de captação de recursos em condições usuais na data das operações, estimada em 12,50%, incluindo o impacto inflacionário.

Reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros

O objetivo do Pronunciamento CPC 14, aprovado pela Deliberação CVM 566, é estabelecer princípios para o reconhecimento e a mensuração de instrumentos financeiros e as respectivas divulgações.

A Companhia inicialmente classificou os seus instrumentos financeiros em conformidade aos critérios definidos no pronunciamento, conforme abaixo.

- ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- investimentos mantidos até o vencimento;
- empréstimos e recebíveis; e
- ativos financeiros disponíveis para venda.

Não foram identificados instrumentos financeiros que devam ser classificados como mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda.

Com base nessa análise, consideramos que as aplicações financeiras existentes em em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 são instrumentos financeiros que devem ser classificados como mantidos para negociação e com mensuração ao valor justo por meio do resultado.

Também foram registrados os instrumentos derivativos de troca de taxas pelo valor justo, o que representa uma alteração em relação ao critério anterior, onde esses derivativos eram registrados por valor de curva de acordo com as cláusulas de reajuste previstas nos contratos com as instituições financeiras.

As divulgações previstas no pronunciamento e também na Instrução CVM 475 referente aos instrumentos financeiros e derivativos, bem como as análises de sensibilidade requeridas estão apresentados na nota explicativa nº 26.

Impacto da adoção da Lei 11.638/07 nas Demonstrações Contábeis da Companhia

Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 decorrentes da adoção inicial da lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 são como segue:

	2008	2007
Lucro do exercício	985.753	751.972
Ajustes líquidos dos efeitos fiscais		
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(9.425)	6.832
Ajustes a valor presente de contas a pagar, financiamentos e debêntures	(26.033)	(11.780)
Lucro líquido ajustado sem os efeitos da Lei 11.638/07	950.295	747.024

	2008	2007	2006
Patrimônio líquido	3.481.139	3.013.093	2.970.794
Ajustes na rubrica de lucros acumulados, líquido de efeitos fiscais			
- Ajustes a valor presente de contas a pagar, financiamentos e debêntures	(57.692)	(31.660)	(19.880)
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(2.585)	6.830	(2)
Patrimônio Líquido ajustado sem os efeitos da Lei 11.638/07	3.420.852	2.988.263	2.950.912

2.3) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

Despesas de Administração – São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados.

Atividades da Controlada não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da controlada no Grupo de Investimentos, como descrito na Nota Explicativa nº 10. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e Demonstrações Contábeis específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Instrumentos financeiros - Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, debêntures, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo.

Instrumentos mantidos até o vencimento - Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método do taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. Nenhum dos instrumentos da Companhia e suas controladas foram classificados como mantidos até o vencimento.

Instrumentos disponíveis para venda - Esses instrumentos, posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no Patrimônio Líquido é transferido para o resultado. Nenhum dos instrumentos da Companhia e suas controladas foram classificados como disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Esses instrumentos financeiros são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas diretamente no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Outros instrumentos financeiros - São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzido por eventuais perdas no valor recuperável.

Moeda estrangeira- A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM N° 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas em moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Disponibilidades – Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, e aplicações financeiras com disponibilidade imediata, avaliadas como instrumentos financeiros mantidos para negociação e registradas ao valor justo por meio do resultado.

Consumidores e Revendedores – As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na Nota Explicativa n° 6.

Estoques – São avaliados ao custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado, não sendo depreciados. Os valores de estoques contabilizados não excedem o valor de mercado.

Investimentos – As participações em sociedades controladas e controladas em conjunto são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Arrendamento financeiro - Determinados tipos de contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. A Companhia e suas controladas não têm arrendamentos financeiros.

Arrendamento operacional - Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

Ativos intangíveis - Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. (ii) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. (iii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização.

Imobilizado – Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados, e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Depreciação e Amortização – São calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, mencionadas na Nota Explicativa nº 11, e refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão – São registradas pelo valor recebido de clientes, demonstradas como retificadoras do ativo imobilizado. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e passaram a ser amortizadas a partir de 2008 por taxas definidas pela ANEEL.

Redução ao valor recuperável - Os ativos do imobilizado e do intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Capitalização de Encargos de Empréstimos e Financiamentos – Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às imobilizações em curso e Consórcios durante o período de construção.

Passivo circulante e não circulante - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do Balanço Patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Obrigações Pós-Emprego – Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são determinados anualmente e reconhecidos como obrigações e registrados com base em avaliação realizada por atuários independentes, utilizando o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações, em conformidade com a Deliberação CVM nº. 371/00. Quando os benefícios de um plano são ampliados a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

Juros sobre o Capital Próprio – Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados contabilmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Contábeis como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – São provisionados ou constituídos créditos sobre adições temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pelo Conselho de Administração.

Participações dos Empregados – Previstas no Estatuto Social, são provisionadas em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registradas como redutoras do Lucro antes dos Impostos e Participações Estatutárias.

Resultado – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações – É calculado com base no número de ações na data dos balanços.

Uso de Estimativas – A preparação de Demonstrações Contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia e suas controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto às Obrigações Pós-Emprego, como divulgado na nota específica. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Custos não Controláveis – CVA, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Depreciação, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

Provisões – Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das Demonstrações Contábeis das controladas. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da controladora.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das empresas controladas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

As datas das demonstrações contábeis das sociedades controladas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

4) – DAS CONCESSÕES

A Cemig Geração e Transmissão e suas controladas detêm junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - "ANEEL", as concessões:

		Informações não auditadas		
	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2025
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	01/1999	02/2035
Aimorés (1)	Rio Doce	161,700	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil (1)	Rio Grande	88,200	10/1964	12/2035
Queimado (1)	Rio Preto	86,625	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	37,333	05/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	30,450	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
Outras	Diversas	101,124	Diversas	Diversas
		6.117,444		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1,000	03/2000	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131,000	01/2005	08/2024
Formoso	Formoso - MG	0,440	04/1999	-
		132,440		
TOTAL GERAÇÃO EM OPERAÇÃO		**6.249,884**		

	Localização	Informações não auditadas Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas (1)				
UHE Baguari	Rio Doce	47,600	08/2006	08/2041
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	19,230	07/2000	07/2030
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	9,8	09/2001	09/2031
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	315,04	06/2008	06/2043
PCH Dores dos Guanhães	Rio Guanhães	6,860	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhães	4,410	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhães	5,880	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhães	4,410	10/2002	10/2032
		407,23		
TRANSMISSÃO				
Rede Básica	Minas Gerais		07/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais		10/2000	10/2030
Projetos em Andamento – Transmissão				
EBTE	Mato Grosso		10/2008	10/2038

(1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da CEMIG nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na nota explicativa nº 9.

Renovação das concessões

O Ministério das Minas e Energia constituiu um grupo de trabalho técnico para analisar os critérios que serão aplicados nas renovações das concessões de geração e transmissão com vencimento a partir de 2015. As sugestões serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Política Energética e terão como objetivo, segundo declarações dos participantes desse grupo, a redução nas tarifas para os consumidores. A Companhia tem a expectativa de renovação das suas concessões, não tendo ainda como estimar o efeito em suas Demonstrações Contábeis decorrente dessa questão.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 31/12/08	Valor Presente em 31/12/08	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	244.826	26.767	08/2001 a 07/2032	IGP-M
Irapé	29.830	10.039	03/2006 a 02/2035	IGP-M
Queimado (Consórcio)	8.483	3.036	01/2004 a 12/2032	IGP-M

As concessões a serem pagas à ANEEL prevêem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis de reconhecimento de custos, entretanto, a Companhia reconhece as despesas incorridas em contrapartida ao Exigível a Longo Prazo – Outros, de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido, em atendimento ao princípio da competência de exercícios.

As parcelas pagas ao poder concedente referentes às usinas de Porto Estrela, Irapé e Queimado em 2008 corresponderam a R$105, R$1.072 e R$302, respectivamente.

O valor presente das parcelas mensais a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R$106, R$1.035 e R$319, (valor nominal de R$113, R$1.099 e R$338), respectivamente.

A Companhia efetuou, em 2008, ajuste a valor presente das parcelas da concessão de Porto Estrela já registradas como Outras Contas a Pagar, no montante de R$49.358, devido ao fato de que o contrato prevê apenas a atualização pelo IGPM, sem juros, sendo seu fluxo de pagamentos crescentes ao longo dos anos de sua concessão.

5) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Contas Bancárias	150	111.017	-	105.013
Aplicações Financeiras				
Certificados de depósitos bancários	818.150	646.498	808.415	643.330
Letras Financeiras do tesouro	24.193	62.939	24.193	62.939
Letras do Tesouro Nacional	151	72.780	151	72.780
Outros	19.454	23.054	19.454	23.054
	861.948	805.271	852.213	802.103
	862.098	**916.288**	**852.213**	**907.116**

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições financeiras nacionais e contratadas em condições e taxas normais de mercado, sendo que são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados substancialmente pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a taxas que variam entre 101,00% a 103,00%.

6) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				2008	2007
Controladora					
Industrial	172.141	8.160	36.923	217.224	175.671
Suprimento a Outras Concessionárias	120.643	13.658	6.214	140.515	124.209
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(780)	(780)	(84)
	292.784	**21.818**	**42.357**	**356.959**	**299.796**
Controladas					
Industrial	774	-	-	774	-
Total Consolidado	**293.558**	**21.818**	**42.357**	**357.733**	**299.796**

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Encontra-se registrado o valor de R$46.188 referente a créditos de consumidor industrial que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

As obrigações e direitos da Companhia referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado e Controladora	
	2008	2007
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	45.302	436.084
Provisão para perdas na realização	(26.119)	(391.012)
	19.183	**45.072**
Circulante	15.076	31.426
Não Circulante	4.107	13.646

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Companhia nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Companhia, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig Geração e Transmissão são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Baixa e Provisão para perdas na realização

A provisão atualmente constituída, no montante de R$26.119, representa as perdas previstas em função do prazo de recebimento da RTE das distribuidoras que ainda estão repassando recursos a Companhia não ser suficiente para repasse integral dos valores devidos.

Em 2008 a Companhia realizou baixa no valor de R$384.087 referente aos créditos a receber que não tem mais a possibilidade de serem repassados por algumas distribuidoras em função do término de vigência da cobrança da RTE em suas áreas de concessão.

8) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
ICMS a Recuperar	38.616	44.065	37.730	44.032
Imposto de Renda	127.969	71.190	127.926	71.143
Contribuição Social	39.212	22.364	39.212	22.364
PASEP	11.827	11.939	11.827	11.939
COFINS	54.954	54.866	54.954	54.866
Outros	1.535	18.402	1.535	18.402
	274.113	222.826	273.184	222.746
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	18.158	10.600	18.158	10.600
	292.271	**233.426**	**291.342**	**233.346**

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2008 que serão compensadas com Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar apurados para o ano de 2009.

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

9) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado e Controladora	
	2008	2007
Créditos Tributários sobre diferenças temporárias:		
Provisão para Perdas na Realização dos Valores a Receber de Energia Livre	8.880	132.944
Obrigações Pós-Emprego	21.773	12.236
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	1.153	1.187
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	255	504
Provisão Ativa Recomposição Tarifária Extraordinária	8.075	17.515
Instrumentos Financeiros	19.807	33.098
Variação Cambial	35.342	17.468
Contingências	2.489	2.568
Outros	6.691	7.506
	104.465	**225.026**
Ativo Circulante	21.118	172.110
Ativo Não Circulante	83.347	52.916

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 12 de fevereiro de 2009, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 05 de fevereiro de 2009.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, conforme abaixo:

	Consolidado e Controladora
	2008
2009	21.118
2010	45.749
2011	11.105
2012	11.105
2013	4.503
2014 a 2016	8.531
2017 a 2018	4.354
	104.465

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado	Controladora	
	2008	2008	2007
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.455.230	1.455.134	1.144.789
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(494.778)	(494.746)	(389.221)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:			
Juros sobre Capital Próprio	63.500	63.500	63.960
Participação dos Empregados no Resultado	29.341	29.341	37.392
Incentivos Fiscais	11.275	11.275	7.356
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	43	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(3.825)	(3.825)	(2.210)
Ajuste Imposto de Renda e Contribuição Social – Exercício anterior	(205)	(205)	-
Outros	11.511	11.532	(98)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(383.181)**	**(383.085)**	**(282.821)**

c) Regime Tributário de Transição:

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei n 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT será opcional para os anos de 2008 e 2009 e é aplicável às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido. O contribuinte deverá manifestar sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 ("DIPJ"), sendo este regime opcional para 2008 e 2009. A partir de 2010, a adoção do RTT passará a ser obrigatória, até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

Para as empresas que adotarem o RTT, foi estabelecido que as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07, com as modificações introduzidas pela MP 449/08 que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica, devendo ser considerados, para fins fiscais, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Com base em uma avaliação inicial, a Companhia já refletiu em suas Demonstrações Contábeis os efeitos da adoção ao RTT, sendo que serão realizados estudos adicionais até a entrega da DIPJ de 2009.

10) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Em Sociedade Controlada e Controladas em Conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	-	-	17.276	17.150
Guanhães Energia S.A.	-	-	9.608	9.608
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	3.632	-
Cemig Baguari Energia S.A.	-	-	12	-
Madeira Energia S.A.	-	-	10	10
Baguari Energia S.A.	-	-	140.370	10
EBTE	-	-	6.985	-
Em Consórcios	1.061.302	1.002.340	920.939	1.002.340
Outros	13.476	1.755	13.474	1.755
	1.074.778	**1.004.095**	**1.112.306**	**1.030.873**

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da Cemig Geração e Transmissão da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2008	2007
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,46	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,40	181.402	171.855
Usina de Queimado	82,50%	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00%	2,50	543.684	512.946
Depreciação acumulada			(111.658)	(83.681)
Total em operação			**901.206**	**888.898**
Em curso				
Usina de Queimado	82,50%		13.125	13.125
Usina de Funil	49,00%		755	9.531
Usina de Aimorés	49,00%		6.853	23.369
Usina de Baguari	34,00%		-	67.417
Total em construção			**19.733**	**113.442**
Total de Consórcios - Controladora			**920.939**	**1.002.340**
Usina de Baguari - em construção	34,00%		140.363	-
Total de Consórcios - Consolidado			**1.061.302**	**1.002.340**

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A Companhia transferiu em 2008 a sua participação na usina de Baguari para a controlada em conjunto Baguari Energia S.A.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	Companhia Vale do Rio Doce – VALE	33,33
Usina Igarapava	Companhia Vale do Rio Doce – VALE	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	Companhia Vale do Rio Doce – VALE	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Companhia Vale do Rio Doce – VALE	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

As principais informações sobre as investidas são como segue:

		Em 31 de dezembro de 2008		
Sociedade Controlada em Conjunto	Quantidade de Ações	Participação (%)	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	35.000.000	49,00	35.000	35.000
Guanhães Energia S. A.	52.000.000	49,00	19.608	19.608
Hidrelétrica Pipoca S.A.	7.413.296	49,00	7.413	7.413
Madeira Energia S.A.	100.000	10,00	100	100
Cemig Baguari Energia S.A.	1.000	100,00	1	12
Baguari Energia S.A.	1.000.000	69,39	10	202.288
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S. A.	29.267.465	49,00	14.255	14.255

Novas Aquisições

Aquisição de Participação em Empresas Transmissoras

A Brookfield exerceu, em 24 de setembro de 2008, opção de venda para a CEMIG e Alupar Investimento S.A. na proporção de 95% e 5%, respectivamente, de suas ações representativas de 24,99% do capital votante da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE, 24,99% do capital votante da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP, 18,35% do capital votante da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE, 18,35% do capital votante da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE e 7,49% do capital votante da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações estarão sujeitas à aprovação da transferência das ações das empresas acima citadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e outros órgãos financiadores.

O valor a ser pago pela companhia referente a 95% das ações de propriedade da Brookfield será de R$330,6 milhões, com data-base em 16 de agosto de 2008 e será corrigido até a data de fechamento, prevista para o 1º semestre de 2009.

Constituição dos Consórcios UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes

Em 03 de julho de 2008, o Conselho de Administração autorizou a participação da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 49% do capital social dos empreendimentos UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes em parceria com a Light, bem como a celebração dos seguintes contratos de constituição entre a Cemig GT e subsidiárias da Light, conforme a seguir: Consórcio UHE Itaocara, em parceria com a Itaocara Energia Ltda., Consórcio PCH Paracambi, em parceria com a Lightger Ltda., e Consórcio PCH Lajes, em parceria com a Light Energia S.A., todos tendo como objeto a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração dos projetos e a implantação, operação, manutenção e exploração comercial dos respectivos empreendimentos. Todos os instrumentos particulares acima mencionados estão pendentes das autorizações ou anuências requeridas pelos órgãos regulatórios competentes, incluindo a ANEEL.

11) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

	2008			2007
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	**7.994.384**	**(3.594.303)**	**4.400.081**	**4.485.330**
- Geração	6.637.844	(2.902.446)	3.735.398	3.808.777
Terrenos	195.727	-	195.727	195.754
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.641.519	(1.367.247)	2.274.272	2.348.382
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	857.722	(355.528)	502.194	522.798
Máquinas e Equipamentos	1.938.201	(1.175.424)	762.777	741.447
Veículos	2.117	(1.820)	297	296
Móveis e Utensílios	2.558	(2.427)	131	121
- Transmissão	1.286.829	(649.641)	637.188	649.659
Terrenos	2.138	-	2.138	2.138
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	106.549	(57.121)	49.428	47.678
Máquinas e Equipamentos	1.177.320	(591.886)	585.434	599.650
Veículos	175	(122)	53	74
Móveis e Utensílios	647	(512)	135	119
- Administração	69.711	(42.216)	27.495	26.894
Terrenos	621	-	621	621
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	14.160	(7.378)	6.782	6.487
Máquinas e Equipamentos	41.071	(26.040)	15.031	12.990
Veículos	10.648	(5.671)	4.975	6.701
Móveis e Utensílios	3.213	(3.127)	86	95
Em Curso	**271.012**	**-**	**271.012**	**297.912**
- Geração	196.759	-	196.759	220.652
- Transmissão	59.243	-	59.243	59.029
- Administração	15.010	-	15.010	18.031
Total do Imobilizado	**8.265.396**	**(3.594.303)**	**4.671.093**	**4.783.242**
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(7.924)	-	(7.924)	(7.876)
Imobilizado Líquido - Controladora	**8.257.472**	**(3.594.303)**	**4.663.169**	**4.775.366**
Em Curso - Controladas	**93.692**	**-**	**93.692**	**24.891**
- Geração	93.042	-	93.042	24.881
- Transmissão	441	-	441	-
- Administração	209	-	209	10
Imobilizado Líquido - Consolidado	**8.351.164**	**(3.594.303)**	**4.756.861**	**4.800.257**

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Alguns terrenos e edificações da Companhia, registrados como Ativo Imobilizado - Administração, foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R$976 em 31 de dezembro de 2008 (R$ 1.030 em 31 de dezembro de 2007).

A taxa de depreciação média anual é de 2,62%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006, são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Administração	(%)
Edificações	4,00	Chave Sistema	3,30	Software	20,00
Gerador	3,30	Disjuntor	3,00	Veículos	20,00
Turbina Hidráulica	2,50	Torre Metálica	2,50	Equipamento Geral	10,00
Casa de Força	2,00	Transformador de Força	2,50	Edificação	4,00
Barragem	2,00	Condutor nu de alumínio	2,50		
Equipamento Geral	10,00	Equipamento Geral	10,00		
Equipamentos de Tomada d'água	3,70	Estrutura do Sistema	2,50		
Estrutura de Tomada d'água	4,00	Religadores	4,30		
Vertedouro	2,00				
Conduto Forçado	3,10				

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

A composição das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica é como segue:

	2008	2007
Participação da União	4.299	4.254
Participação dos Municípios	168	168
Participação do Consumidor	3.257	3.257
Outros	200	197
	7.924	7.876

b) Intangível

	2008			2007
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	**29.268**	**(19.701)**	**9.567**	**9.600**
- Geração	2.286	(611)	1.675	432
- Transmissão	9.560	(2.357)	7.203	7.552
- Administração	17.422	(16.733)	689	1.616
Em Curso	**4.129**	**-**	**4.129**	**1.899**
- Geração	1.043	-	1.043	1.374
- Transmissão	1.396	-	1.396	213
- Administração	1.690	-	1.690	312
Intangível Líquido - Controladora	**33.397**	**(19.701)**	**13.696**	**11.499**
Em Curso	**112**	**-**	**112**	**50**
- Geração	112	-	112	50
Intangível Líquido - Consolidado	**33.509**	**(19.701)**	**13.808**	**11.549**

12) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	24.215	25.797	23.750	25.797
Mercado Atacadista - CCEE	11.600	51.009	11.600	51.009
Outros Geradores e Distribuidores	39.509	29.982	39.509	29.982
	75.324	106.788	74.859	106.788
Materiais e Serviços	71.328	129.525	50.627	125.979
	146.652	236.313	125.486	232.767
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica				
Compra de Energia Livre durante o racionamento	77	25.803	77	25.803
Total de Fornecedores	**146.729**	**262.116**	**125.563**	**258.570**

Parte substancial dos valores devidos à Compra de Energia Livre durante o Racionamento serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores comentários na nota explicativa nº17.

13) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Imposto de Renda	29	-	-	-
Contribuição Social	46	-	-	-
ICMS	33.263	28.016	33.128	28.016
COFINS	18.481	10.255	18.415	10.255
PASEP	4.028	7.009	3.998	7.009
INSS	3.918	5.905	3.898	5.905
Outros	3.081	11.363	3.046	11.337
	62.844	62.548	62.485	62.522
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	9.164	107.188	9.164	107.188
Contribuição Social	3.299	38.588	3.299	38.588
COFINS	2.786	2.868	2.786	2.868
PASEP	605	823	605	823
	15.854	149.267	15.854	149.267
	78.698	**211.815**	**78.339**	**211.789**
Não Circulante				
COFINS	3.146	-	3.146	-
PASEP	14.493	-	14.493	-
	17.639	-	17.639	-
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	47.700	47.918	47.700	47.918
Contribuição Social	17.171	17.251	17.171	17.251
	64.871	65.169	64.871	65.169
	82.510	**65.169**	**82.510**	**65.169**

As obrigações diferidas circulantes referem-se basicamente aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2006.

As obrigações diferidas não circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se substancialmente ao reconhecimento dos instrumentos financeiros (variação cambial e Hedge) pelo regime de caixa, que são devidos à medida da realização, pelo pagamento ou resgate.

14) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

				Consolidado			
				2008			2007
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. (1)	2009	3,00	JPY	100.160	-	100.160	61.483
B.N.P. Paribas	2010	Libor + 1,875	US$	15.981	7.844	23.825	30.180
BNP Paribas	2012	3,89	EURO	3.903	9.016	12.919	13.389
UNIBANCO S.A. (2)	2009	6,50	US$	11.044	-	11.044	8.371
UNIBANCO S.A. (3)	2009	5,00	US$	8.214	-	8.214	6.227
Dívida referente a Moeda Estrangeira				**139.302**	**16.860**	**156.162**	**119.650**
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R$	241	73.000	73.241	75.133
Banco do Brasil S.A.	2009	111,00 do CDI	R$	63.784	-	63.784	63.525
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	3.611	89.276	92.887	92.286
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R$	2.761	30.000	32.761	32.419
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R$	22.279	900.000	922.279	917.799
HSBC Bank Brasil S.A.	2008	CDI + 2,00	R$	-	-	-	30.613
Banco Itaú – BBA S.A.	2008	CDI + 2,00	R$	-	-	-	40.850
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	6.586	166.431	173.017	173.991
Banco Votorantim S.A.	2010	113,00 do CDI	R$	49	25.124	25.173	26.222
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R$	-	-	-	25.820
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	3.774	133.374	137.148	138.709
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R$	489	4.830	5.319	2.068
Debêntures (4)	2009	CDI + 1,20	R$	307.472	-	307.472	555.958
Debêntures (4)	2011	104,00 do CDI	R$	5.134	236.816	240.950	240.900
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (4)(6)	2031	IGP-M	R$	-	32.936	32.936	29.275
ELETROBRÁS (5)	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R$	12.966	46.433	60.799	73.299
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	1.113	29.715	30.828	30.594
UNIBANCO S.A	2009	CDI + 2,00	R$	107.081	-	107.081	106.609
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R$	6.508	179.061	185.569	184.410
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	128	3.101	3.229	3.206
Caixa Econômica Federal	2008	101,3 do CDI	R$	-	-	-	200.425
Itaú Finame	2008	URTJ + 6,50	R$	-	-	-	3.456
Unibanco S.A. (3)	2020	TJLP + 2,55	R$	449	3.617	4.062	-
Banco do Brasil S.A. (5)	2020	TJLP + 2,55	R$	1.756	27.038	28.794	5.067
Dívida referenda a Moeda Nacional				**585.997**	**1.988.752**	**2.584.749**	**2.875.554**
Total Geral				**735.299**	**2.005.612**	**2.740.911**	**2.995.217**

(1) a (3) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a.
(4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
(5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.
(6) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	35.239	7.844	-	-	-	-	-	-	43.083
Euro	3.903	3.607	3.607	1.802	-	-	-	-	12.919
Yen	100.160	-	-	-	-	-	-	-	100.160
	139.302	11.451	3.607	1.802	-	-	-	-	156.162
Indexadores									
Índice Geral de Preços –Mercado–IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	32.936	32.936
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	12.366	12.366	12.366	12.366	11.335	-	-	-	60.799
Certificado Depósito Interbancário – CDI	581.430	252.071	390.308	451.947	481.947	300.455	-	-	2.458.158
Outros (TJLP)	2.201	2.966	2.966	2.966	2.966	2.966	2.966	12.859	32.856
	595.997	267.403	405.640	467.279	496.248	303.421	2.966	45.795	2.564.749
	735.299	278.854	409.247	469.081	496.248	303.421	2.966	45.795	2.740.911

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2008 %	Variação Acumulada em 2007 %	Indexadores	Variação Acumulada em 2008 %	Variação Acumulada em 2007 %
Dólar Norte-Americano	31,94	(17,15)	IGP-M	9,81	7,75
Euro	24,13	(7,50)	FINEL	1,90	1,51
Yen	62,89	(11,78)	SELIC	12,48	11,88
			CDI	12,32	11,82

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2007	**2.993.217**
Empréstimo e Financiamentos Obtidos	26.418
Variação Monetária e Cambial	69.952
Encargos Financeiros Provisionados	353.526
AVP	(12.600)
Encargos Financeiros Pagos	(343.792)
Amortização de Financiamentos	(347.810)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	**2.740.911**

As captações de recursos durante o exercício de 2008 estão demonstradas abaixo:

Empréstimos/Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Unibanco S.A.	2020	TJLP + 2,55%	4.062
Banco do Brasil S.A.	2020	TJLP + 2,55%	22.356
			26.418

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Cemig Geração e Transmissão possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") que foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2008 e durante todo o exercício de 2008.

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis
EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

15) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado e Controladora	
	2008	2007
Reserva Global de Reversão - RGR	10.586	7.521
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	5.047	7.962
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	5.479	8.328
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.291	1.022
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.592	1.851
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	17.044	12.443
Pesquisa e Desenvolvimento	49.154	35.077
Pesquisa Expansão Sistema Energético	8.522	6.221
	98.715	**80.425**
Passivo Circulante	94.363	78.391
Passivo Não Circulante	4.352	2.034

16) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Desde 1º. de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, a Companhia passou a ser uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da Cemig Geração e Transmissão para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no valor de R$537.391, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC, no qual mais de 80,00% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD. Destes, 6 são ativos e 45 aposentados/pensionistas. Em 31 de dezembro de 2007, estavam inscritos neste plano 7 ativos e 44 aposentados/pensionistas.

A Cemig Geração e Transmissão mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado - PSI - para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. O prazo previsto para a conclusão do processo de separação do plano de saúde é de 12 meses, onde serão mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R$214.927 em 31 de dezembro de 2008 (R$240.556 em 31 de dezembro de 2007) foi reconhecida como obrigação a pagar pela Companhia e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da Cemig Geração e Transmissão, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais - IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Companhia em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM nº 371 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionado no parágrafo anterior, não produziu efeitos contábeis no resultado da Cemig Geração e Transmissão.

Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2008 estão apresentados a seguir.

	Consolidado e Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	1.248.816	85.820	4.431	40.812
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	26.472	30.471	1.318	48.455
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	1.275.288	116.291	5.749	89.267
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.066.454)	-	-	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	208.834	116.291	5.749	89.267
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidos	(95.540)	(39.424)	3.177	11.779
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	(13.811)	(1.167)	(5.402)	(1.165)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	**99.483**	**75.700**	**3.524**	**99.881**

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10,00% do total das obrigações com benefícios pós-emprego serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), a partir de 2008. Nesta condição, será reconhecida perda atuarial do Plano de Saúde no valor de R$27.795 e ganhos atuariais dos Planos Odontológico e Seguro de Vida nos valores de R$2.602 e de R$2.852, respectivamente, conforme CVM 371.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado e Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2007	**111.046**	**70.307**	**3.099**	**91.718**
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	24.488	12.945	588	9.996
Contribuições Pagas	(36.051)	(7.552)	(163)	(1.833)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2008	**99.483**	**75.700**	**3.524**	**99.881**
Passivo Circulante	17.970	-	-	-
Passivo Não Circulante	81.513	75.700	3.524	99.881

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2008 são como segue:

	Consolidado e Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	1.522	8.620	61	1.471
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	123.886	10.249	575	8.183
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(109.581)	(813)	(78)	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidos	5.532	1.975	(259)	-
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	3.139	343	578	342
Contribuição dos Empregados	(10)	(7.430)	(279)	-
Despesa (Receita) em 2008	**24.488**	**12.944**	**588**	**9.996**

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2009 é como segue:

	Consolidado e Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	1.226	1.277	58	1.252
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	125.674	11.608	581	9.009
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(127.841)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidos	-	2.603	-	-
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	3.139	343	(244)	(267)
Contribuição dos Empregados	(8)	-	579	343
Despesa em 2009	**2.190**	**15.831**	**974**	**10.337**

As principais premissas atuariais na data do balanço são conforme segue:

	2008		2007	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	6,00%	10,24%	5,50%	9,72%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	8,00%	12,32%	7,00%	11,28%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	4,00%	-	4,00%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	2,00%	6,08%	2,00%	6,08%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	4,00%	-	4,00%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT - 83		AT - 83	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Medium		Light Medium	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57		IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00%		2,00%	

17) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia constitui provisão para contingências das ações cuja expectativa de perda seja considerada provável, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2007	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2008
Trabalhistas				
Diversos	2.099	-	(1.920)	179
Cíveis				
Ambiental	5.454	1.049	-	6.503
Outras	-	640	-	640
Total	**7.553**	**1.689**	**(1.920)**	**7.322**

Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável, no valor de R$6.503, que está devidamente provisionado.

Causas com risco de perda possível;

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas Demonstrações Contábeis, demonstrados a seguir:

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

A Cemig Geração e Transmissão pagou uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R$41.660, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandado de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas com este assunto. A Companhia considera o risco de perda nesta ação como possível.

Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, em face da ANEEL, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008 e implicaria em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R$76.076. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

18) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o Capital Social da Cemig Geração e Transmissão é de R$2.896.785, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

(a) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% são utilizados para distribuição como dividendo obrigatório à Controladora.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subseqüente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado do exercício de 2008 está demonstrado abaixo:

	2008	2007
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	985.753	751.972
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	492.876	375.988
Dividendos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio	186.766	188.118
Dividendos Complementares	330.941	521.555
Total	517.707	709.673
Dividendos por lote de mil ações - R$		
Dividendos Estatutários	170,15	129,79
Dividendos Propostos	178,72	244,99

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Cemig Geração e Transmissão foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R$186.766 (R$188.118 em 31 de dezembro de 2007) foram de R$63.500, reconhecidos no resultado do exercício de 2008.

(b) Reserva Legal

A Cemig Geração e Transmissão utilizou 5,00% do lucro líquido apurado no exercício de 2008 para constituição de Reserva Legal, no valor de R$49.288. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2008 corresponde a R$140.766 (R$91.478 em 31 de dezembro de 2007).

(c) Reserva de Retenção de Lucros

O saldo remanescente do lucro líquido de 2008, após a distribuição de dividendos e constituição de Reserva Legal, no montante de R$443.588, foi alocado na Reserva de Retenção de Lucros para investimentos futuros constantes do orçamento de capital da Companhia, conforme proposta da Administração à Assembléia Geral dos Acionistas.

19) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não auditado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh		R$	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Industrial	135	134	19.561.574	18.282.805	1.899.009	1.646.941
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	34.846	16.366
	135	134	19.561.574	18.282.805	1.933.855	1.663.307
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	41	43	12.081.809	13.549.990	1.084.005	1.046.645
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	136.156	72.493
Total	**176**	**177**	**31.643.383**	**31.812.795**	**3.154.016**	**2.782.445**

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

20) – RECEITA DE USO DA REDE

Esta receita refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, na rubrica de "Transporte de Energia".

21) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado	Controladora	
	2008	2008	2007
Tributos sobre a Receita			
ICMS	356.121	355.887	310.347
COFINS	256.307	256.264	184.625
PIS-PASEP	55.479	55.470	39.270
ISSQN	678	678	321
	668.585	668.299	534.563
Encargos do Consumidor			
Reserva Global de Reversão – RGR	85.483	85.483	72.414
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	36.601	36.601	32.749
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	34.445	34.445	42.281
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	11.381	11.381	9.995
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	11.381	11.381	9.825
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	5.068	5.068	6.049
	184.359	184.359	173.313
	852.944	**852.658**	**707.876**

22) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado	Controladora	
	2008	2008	2007
Pessoal	259.634	259.821	228.090
Obrigações Pós-Emprego	46.017	46.017	22.982
Materiais	17.072	17.070	18.085
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	69.573	69.573	58.409
Serviços de Terceiros	114.055	114.036	95.512
Depreciação e Amortização	224.166	224.166	223.486
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	127.069	127.069	129.828
Provisões Operacionais	1.105	1.105	6.011
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	271.878	271.878	257.204
Energia Elétrica Comprada para Revenda	13.167	12.255	75.448
Outras Despesas Operacionais Líquidas	101.757	101.748	80.476
	1.247.693	**1.246.738**	**1.195.531**

a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado 2008	Controladora 2008	Controladora 2007
Remunerações e Encargos	220.778	220.763	217.791
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	11.783	11.783	8.660
Benefícios Assistenciais	25.991	25.991	25.034
	258.550	258.537	251.485
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(12.616)	(12.616)	(23.395)
	245.934	245.921	228.090
Programa Prêmio de Desligamento - PPD	13.900	13.900	-
	259.834	**259.821**	**228.090**

Programa Prêmio Desligamento - PPD

Em 11 de março de 2008, foi aprovado pela Diretoria Executiva o Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea, a partir daquela data. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do PPD.

Para os empregados com 55 anos de idade e 35 anos de contribuição, se do sexo masculino, ou 30 anos de contribuição, se do sexo feminino, somente são assegurados os incentivos financeiros do Programa se a adesão ocorrer no prazo máximo de 90 dias após a data de atendimento aos critérios de idade e tempo de contribuição mencionados.

Em 31 de dezembro de 2008, o PPD já contava com a adesão de 104 empregados, sendo constituída uma provisão referente aos incentivos financeiros no valor de R$13.900.

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	Consolidado 2008	Controladora 2008	Controladora 2007
Comunicação	3.677	3.677	4.027
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	22.295	22.295	17.650
Conservação e Limpeza de Prédios	15.783	15.783	15.493
Mão de Obra Contratada	4.773	4.773	939
Fretes e Passagens	3.719	3.717	2.354
Hospedagem e Alimentação	4.950	4.950	4.381
Vigilância	8.693	8.693	8.607
Consultoria	4.217	4.214	2.624
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	1.973	1.973	1.635
Manutenção e Conservação de Veículos	3.641	3.641	3.586
Energia Elétrica	5.353	5.353	6.243
Meio Ambiente	8.226	8.226	6.922
Outros	26.755	26.741	21.071
	114.055	**114.036**	**95.512**

c) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Consolidado	Controladora	
	2008	2008	2007
Arrendamentos e Aluguéis	7.269	7.261	5.216
Propaganda e Publicidade	2.124	2.124	1.023
Subvenções e Doações	12.654	12.654	7.603
Taxa de Fiscalização da ANEEL	15.493	15.493	12.269
Despesa Concessão Onerosa	7.913	7.913	14.227
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	7.052	7.052	6.311
Contribuição ao MAE	2.195	2.195	1.875
Seguros	3.367	3.367	2.871
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	7.887	7.887	(3.039)
FORLUZ – Custeio Administrativo	4.078	4.078	4.609
Outras Líquidas	31.731	31.724	27.511
	101.757	**101.748**	**80.476**

23) – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Consolidado	Controladora	
	2008	2008	2007
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	125.276	125.241	92.911
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	8.062	8.062	4.664
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	23.052	23.052	154.227
Variações Cambiais	6	6	25.962
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(2.777)	(2.776)	(14.211)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 26)	13.157	13.157	4.409
Ajuste a Valor Presente	16.263	16.263	17.850
Outras	52.430	52.430	30.459
	235.469	**235.435**	**316.271**
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(352.156)	(352.156)	(349.519)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(17.379)	(17.379)	(10.072)
Variações Cambiais	(52.614)	(52.614)	(15)
C.P.M.F.	(1.122)	(1.122)	(14.814)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 26)	-	-	(88.730)
Provisão para Perdas com Transações de Energia livre	(19.195)	(19.195)	(145.953)
Ajuste a Valor Presente	(2.679)	(2.679)	-
Outras	(35.141)	(35.141)	(32.471)
	(480.286)	**(480.286)**	**(641.574)**
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	**(244.817)**	**(244.851)**	**(325.303)**

24) – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A Companhia utilizou como critério inicial para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2008 e 2007 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC. Adicionalmente, nos acordos coletivos em novembro de 2008 e 2007, foram pactuadas com os sindicatos pagamentos de parcelas extraordinárias de R$66.613 e R$87.900, respectivamente. As parcelas adicionais mencionadas foram pagas dentro dos próprios exercícios.

Em conformidade com os referidos acordos, a participação no resultado dos exercícios de 2008 e 2007, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a R$86.296 e R$109.976, respectivamente.

25) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

A Cemig Distribuição e a Light também são controladas da CEMIG.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
EMPRESAS	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
CEMIG								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	539.042	541.519	-	-	-	-
Coligadas e Controladora	661	2.555	825	351	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Coligadas e Controladora	7.186	9	3.243	1.896	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	9.995	13.491	5.570	5.167	93.870	79.731	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	10.886	8.786	15.569	-	17.319	-	-	-
Light S.A.								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	366	366	405	405	16.069	55.757	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS (4)	38.616	44.065	33.128	29.016	(356.121)	(310.347)	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS (4)	18.158	10.600	-	-	-	-	-	-
Debêntures (2)	-	-	32.936	149.706	-	-	(9.449)	(40.226)
FORLUZ								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (3)	-	-	17.972	20.065	-	-	(44.017)	(22.982)
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante (3)	-	-	260.816	256.105	-	-	-	-
Outros	-	-	16.291	20.555	-	-	-	-
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(11.780)	(9.690)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(3.491)	(4.829)
OUTROS								
Coligadas e Controladas ou Controladores	12	11	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.

(2) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R$ 120.000 milhões, atualizada pelo índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2008 foi ajustado a valor presente, conforme nota explicativa nº 2.

(3) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vide nota explicativa nº 16 e serão amortizados até o exercício de 2024.

(4) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.

(5) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 16) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.

(6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores no exercício de 2008 é conforme segue:

Remuneração	572
Benefícios Forluz	44
Benefícios Pós Emprego	37
Total em 2008	**653**

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 8, 13, 14, 16, 18, 21 e 22.

26) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e "swaps" de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos ao valor justo e encontram -se classificados conforme abaixo:

- Mantidos para negociação: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item "b"). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores e revendedores. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva ajustados ao valor justo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.
- Instrumentos Financeiros derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Geração e Transmissão possuía, em 31 de dezembro de 2008, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item "b".

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

	Consolidado e Controladora	
EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	**2008**	**2007**
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos	43.083	44.791
(-) Operações contratadas de hedge/swap (*)	59.873	(12.151)
	102.956	32.640
Yen		
Empréstimos e Financiamentos	100.160	61.483
(-) Operações contratadas de hedge	(100.073)	(61.409)
	87	74
Euro		
Empréstimos e Financiamentos	12.919	13.389
Passivo Líquido Exposto	**115.998**	**46.103**

(*) Inclui a operação contratada de R$75.000

A Companhia estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2009 será de 0,55%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	43.083	43.329	54.199	65.078
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	59.873	60.206	75.322	90.437
	102.956	103.529	129.521	155.513
Yen				
Empréstimos e Financiamentos	100.180	100.717	126.004	151.290
(-) Operações Contratadas de Hedge	(100.073)	(100.630)	(125.894)	(151.158)
	97	87	109	131
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos:				
Euro	12.919	12.991	16.252	19.514
Passivo Líquido Exposto	**115.962**	**116.607**	**145.883**	**175.159**
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		**(645)**	**(29.921)**	**(59.197)**

Risco de Taxa de juros

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R$23.825, em 31 de dezembro de 2008.

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Ativos				
Aplicações Financeiras *(nota 5)*	861.948	606.271	852.213	802.103
Ativos Regulatórios *(nota 7)*	19.183	45.072	19.183	45.072
	881.131	650.343	871.396	847.175
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos *(nota 14)*	(2.458.158)	(2.764.446)	(2.458.158)	(2.764.446)
Passivos Regulatórios *(nota 12)*	(24.292)	(51.600)	(23.827)	(51.600)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(40.164)	(73.560)	(40.164)	(73.560)
	(2.522.614)	(2.889.606)	(2.522.149)	(2.889.606)
Passivo Líquido Exposto	**(1.641.483)**	**(2.039.263)**	**(1.650.753)**	**(2.042.431)**

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC no final de 2009 será de R$11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base SELIC 13,75%	Cenário Provável SELIC 11,75%	Cenário Possível SELIC 14,69%	Cenário Remoto SELIC 17,63%
Ativos				
Aplicações Financeiras	881.949	844.709	870.000	895.392
Ativos Regulatórios	19.182	18.799	19.302	19.927
	881.131	863.508	889.414	915.319
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(2.458.158)	(2.409.995)	(2.481.295)	(2.503.535)
Passivos Regulatórios	(24.250)	(23.806)	(24.528)	(25.235)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(40.164)	(39.361)	(40.542)	(41.722)
	(2.522.514)	(2.472.162)	(2.546.327)	(2.570.491)
Passivo Líquido Exposto	**(1.641.483)**	**(1.608.653)**	**(1.656.913)**	**(1.705.173)**
Efeito Líquido da Variação da SELIC		**32.830**	**(15.430)**	**(63.690)**

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. As clausulas restritivas foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2008 e durante todo o exercício de 2008.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa") ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Cemig Geração e Transmissão contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos nestas operações representam um ganho em 2008 no montante de R$13.157 e uma perda em 2007 no montante de R$84.321, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, a Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC nº 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. Os impactos referentes a sua adoção, no montante de R$923, referem-se a diferença entre o valor justo apurado, novo critério de reconhecimento utilizado, e o valor da curva de mercado para os instrumentos derivativos – "Swap" da Companhia.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2008.

						Parte não realizada				Efeito Acumulado	
Direito da Cemig Geração e Transmissão	Obrigação da Cemig Geração e Transmissão	Período de Vencimento	Mercado de negociação	Valor principal nocional(a)		Valor Contábil/ Valor Contábil		Valor Justo		Valor Receber	Valor pago
				2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
US$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R$ 105% do CDI + taxa (2,98% a.a. a 5,01% a.a.)	De 04/2009 até 11/2009	Balcão	US$8.473	US$8.500	(15.871)	(18.844)	(17.568)	(19.672)		(1.104)
R$ (Em dezembro variação cambial + taxa (6,80 % a.a.)	R$ atrelado à variação do CDI (111,65% CDI)	Em 12/2009	Balcão	R$ 678.823	R$ 678.823	3.963	(34.838)	3.831	(48.844)		(3.874)
R$ 148,00% do CDI	R$ ou US$ 48,00% do CDI ou variação cambial limitada ao que for maior	Em 04/2010	Balcão	R$78.000	-	132	-	132	-	2.954	(52.436)
						(11.776)	(88.373)	(13.605)	(68.526)	2.954	(53.414)

c) Análise de sensibilidade

Os dois primeiros instrumentos derivativos demonstrados na tabela acima indicam que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia estima que a taxa do CDI no final de 2009 será de 11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa do CDI de 25% e 50% em relação a 31 de dezembro de 2008 , cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de dezembro de 2009 seria de 14,69% e 17,63% respectivamente.

O último instrumento derivativo demonstrado na tabela acima indica que a Companhia está exposta a variação mensal da cotação do dólar norte-americano em relação ao Real caso seja superior a 48,00% do CDI. A Companhia estima que a cotação do dólar norte-americano em relação ao Real no final de 2009 será de R$2,35. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta uniforme na cotação do dólar de 25% e 50% em 2009, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2009 seria de R$2,94 e R$3,53 respectivamente.

	Base	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos em US$ e Yen	(115.164)	(112.861)	(116.247)	(119.632)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		**2.303**	**(1.083)**	**(4.468)**
Risco - Alta do US$				
Contratos atualizados a 100,80% do CDI	75.000	75.417	94.302	113.286
Efeito Líquido da Variação do US$		**(417)**	**(19.302)**	**(38.286)**

27) – SEGUROS

A Cemig Geração e Transmissão mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Almoxarifados, Instalações prediais e Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	10/06/2008 a 10/06/2009	203.089	48
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência	Total	05/05/2008 a 05/05/2009	* 1.202.625	2.073

(*) O limite máximo de indenização (LMI) é de R$143.794 mil.

A Cemig Geração e Transmissão não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

28) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	735.299	278.854	409.247	469.061	496.246	303.421	48.761	2.740.911
Concessões Onerosas	2.362	2.303	2.363	7.395	14.441	14.441	312.842	356.307
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	17.970	18.130	15.472	14.521	9.357	9.918	129.559	214.927
AHE Baguari	39.066	9.097	-	-	-	-	-	48.165
Madeira Energia S.A	86.809	110.000	105.000	92.000	-	-	-	403.809
SPE Guanhães	23.323	-	-	-	-	-	-	23.323
Total	914.831	418.444	532.082	582.997	520.046	327.780	491.162	3.787.342

29) - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Atividade não vinculada	Outras	Total
RECEITA OPERACIONAL					
FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA	3.057.007	-	95.581	1.428	3.154.016
RECEITA DE USO DA REDE	111.116	505.963	-	-	617.079
OUTRAS RECEITAS	8.256	4.631	16.680	-	29.569
	3.176.381	510.614	112.261	1.428	3.800.684
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(704.918)	(129.245)	(18.496)	(286)	(852.944)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**2.471.463**	**381.369**	**93.766**	**1.142**	**2.947.740**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(11.918)	-	(337)	(912)	(13.167)
Encargo de Uso do Sist. de Trans. e Dist.	(254.885)	(117)	(16.876)	-	(271.878)
	(266.803)	**(117)**	**(17.213)**	**(912)**	**(285.045)**
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal	(126.604)	(86.549)	(6.326)	(13)	(219.492)
Entidade de Previdência Privada	(23.109)	(16.013)	(1.432)	-	(40.554)
Material	(10.250)	(5.606)	(365)	(2)	(16.223)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(69.573)	-	-	-	(69.573)
Serviços de Terceiros	(63.027)	(23.796)	(3.339)	(19)	(90.181)
Depreciação e Amortização	(172.056)	(38.631)	(11.605)	-	(222.514)
Provisões	(2.221)	2.573	(662)	-	(410)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hídricos	(122.689)	-	(4.380)	-	(127.069)
Outras	(16.432)	(16.443)	(18.408)	(9)	(51.292)
	(605.969)	**(184.584)**	**(46.717)**	**(43)**	**(837.313)**
CUSTO TOTAL	**(872.772)**	**(184.701)**	**(63.930)**	**(955)**	**(1.122.358)**
LUCRO BRUTO	**1.598.691**	**196.668**	**29.836**	**187**	**1.825.382**
DESPESA OPERACIONAL					
ADMINISTRAÇÃO	(59.697)	(30.035)	(1.805)	-	(91.737)
	-	-			-
DESPESA COM VENDAS	(695)	-	-	-	(695)
	-	-			-
OUTRAS	(26.283)	(5.362)	(1.258)	-	(32.903)
	(86.675)	**(35.397)**	**(3.063)**	**-**	**(125.335)**
RESULTADO DO SERVIÇO	**1.511.816**	**161.271**	**26.773**	**187**	**1.700.047**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(175.661)**	**13.291**	**(82.481)**	**34**	**(244.817)**
IMPOSTO DE RENDA	(340.005)	(41.515)	(1.585)	(96)	(383.181)
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS	(59.279)	(26.840)	(177)	-	(86.296)
RESULTADO DO EXERCICIO	**936.871**	**106.207**	**(57.450)**	**125**	**985.753**

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Atividade Não vinculada	Total
RECEITA OPERACIONAL				
FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA	2.698.552	-	83.893	2.782.445
RECEITA DE USO DA REDE	106.569	443.191	-	549.784
OUTRAS RECEITAS	17.169	9.776	14.305	41.250
	2.822.314	452.967	98.198	3.373.479
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(572.617)	(120.516)	(14.743)	(707.876)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**2.249.697**	**332.451**	**83.455**	**2.666.603**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(73.247)	-	(2.201)	(75.448)
Encargo de Uso do Sist. de Trans. e Distr.	(241.260)	-	(15.944)	(257.204)
	(314.507)	**-**	**(18.145)**	**(332.652)**
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal	(123.074)	(80.680)	(1.637)	(205.391)
Entidade de Previdência Privada	(12.417)	(8.070)	(207)	(20.694)
Material	(10.022)	(6.580)	(1.040)	(17.642)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(58.400)	-	-	(58.400)
Serviços de Terceiros	(53.687)	(22.700)	(8.582)	(85.059)
Depreciação e Amortização	(173.167)	(37.818)	(10.160)	(223.166)
Provisões (reversões) Operacionais	(7.113)	277	(903)	(7.439)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hídricos	(125.374)	-	(4.454)	(129.828)
Outras	(14.116)	(15.419)	(24.201)	(53.736)
	(579.399)	**(171.000)**	**(50.807)**	**(801.366)**
CUSTO TOTAL	**(893.906)**	**(171.000)**	**(69.032)**	**(1.134.018)**
LUCRO BRUTO	**1.355.791**	**161.371**	**14.423**	**1.531.585**
DESPESA OPERACIONAL				
ADMINISTRAÇÃO	(30.772)	(15.465)	(892)	(48.149)
DESPESA COM VENDAS	1.428	-	-	1.428
OUTRAS	(7.784)	(6.681)	(1.327)	(14.792)
	(37.128)	**(22.166)**	**(2.219)**	**(61.513)**
RESULTADO DO SERVIÇO	**1.318.663**	**139.205**	**12.204**	**1.470.072**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(243.633)**	**(969)**	**(80.801)**	**(325.303)**
IMPOSTO DE RENDA	(251.801)	(31.029)	-	(282.821)
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS	(70.442)	(37.360)	(2.144)	(109.976)
RESULTADO DO EXERCICIO	**752.787**	**69.926**	**(70.741)**	**751.972**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

A Cemig Geração e Transmissão mantém o registro das receitas e despesas por atividade, segregando-as entre geração, transmissão e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, conforme determinação do Órgão Regulador. As Demonstrações do Resultado Segregado por Atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram elaboradas adotando-se os critérios descritos abaixo.

Para segregação das Receitas Operacionais são adotados os seguintes critérios:

- Geração - Refere-se ao fornecimento de energia elétrica para consumidores livres, contratos iniciais e venda de energia na CCEE.
- Transmissão – Refere-se à utilização das instalações de transmissão da rede básica, com receita permitida aprovada através de Resolução pela ANEEL e outros serviços relacionados, e compreende valores efetivamente faturados pela Companhia a terceiros durante o exercício.
- Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se as receitas provenientes dos consórcios de energia elétrica da Companhia.

Para segregação das despesas, são adotados os seguintes critérios:

Despesas Operacionais - As despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no Plano de Contas. As despesas comuns, quando a identificação por atividade não foi possível, foram apropriadas através de rateio, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Para segregação das Receitas e Despesas Financeiras e Resultado não Operacional são adotados os mesmos critérios das despesas operacionais.

A Contribuição Social e o Imposto de Renda foram alocados proporcionalmente ao Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

As receitas e despesas alocadas entre as diversas atividades da Companhia, de todas as naturezas indicadas, limitaram-se aos valores totais efetivamente auferidos e incorridos durante o exercício pela Companhia. Não foram criadas receitas e despesas em adição aos valores constantes dos registros contábeis oficiais, de modo a não ser necessária a eliminação de saldos entre atividades.

A Demonstração do Resultado Segregado por Atividade foi elaborada em conformidade à instrução do órgão regulador, sendo que não foram elaborados os respectivos Balanços Patrimoniais e a Mutação do Patrimônio Líquido por Atividade. Desta forma, as referidas Demonstrações não representam as Demonstrações dos Resultados de cada atividade, caso as mesmas fossem sociedades constituídas legalmente, com operações independentes.

****

Djalma Bastos de Morais
Diretor-Presidente

Arlindo Porto Neto
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações

Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Diretor de Gestão Empresarial

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Comercial

Luiz Henrique de Castro Carvalho
Diretor de Geração e Transmissão

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Distribuição e Comercialização

José Carlos de Matos
Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios e Diretor de Gás

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Mário Lúcio Braga
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-47.822

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte – MG

1.Examinamos os balanços patrimoniais Cemig Geração e Transmissão S.A. e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração e Transmissão S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota explicativa no 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior estão sendo apresentadas, para fins de comparação, nas mesmas bases adotadas para o exercício de 2008, conforme previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM no 506/06. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº. 11.638/07 a demonstração de origens e aplicações de recursos, apresentada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007, foi substituída pela demonstração de fluxos de caixa.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

5. Conforme descrito nas notas explicativas nos 7, 12 e 17, a Cemig Geração e Transmissão S.A. possui registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2008, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

11 de março de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2007 3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 3
CENÁRIO ECONÔMICO 4
LEILÕES DE ENERGIA ELÉTRICA 5
INVESTIMENTOS 5
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO 8
LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA 13
POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA 13
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO 14
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES 15
GOVERNANÇA CORPORATIVA 15
GERENCIAMENTO DE RISCOS 16
GESTÃO 18
TECNOLOGIA 18
RESPONSABILIDADE SOCIAL 21
CONSIDERAÇÕES FINAIS 28
BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO 29
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS 30
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA 31

BALANÇOS PATRIMONIAIS 32
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 34
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 35
DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS 36

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 37
1) – CONTEXTO OPERACIONAL 37
2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 38
3) – DAS CONCESSÕES 43
4) – DISPONIBILIDADES 45
5) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES 45
6) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE 46
7) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 47
8) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS 47
9) – INVESTIMENTOS 48
10) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL 51
11) – FORNECEDORES 53
12) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES 53
13) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 54
14) – ENCARGOS REGULATÓRIOS 56
15) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 56
16) – PASSIVO REGULATÓRIO – REVISÃO DA RECEITA DE TRANSMISSÃO 59
17) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS 59
18) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO 60
19) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA 61
20) – RECEITA DE USO DA REDE 61
21) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL 62
22) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 62
23) – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS 64

24) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL 64
25) – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO 64
26) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 65
27) –EXPOSIÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS 66
28) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS 68
29) – SEGUROS 69
30) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS 70

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 72
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 74
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE 75
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES 78

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2007

Senhores acionistas,

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig Geração e Transmissão" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No terceiro ano de atuação da Cemig Geração e Transmissão, obtivemos novamente excelentes resultados financeiros. Atingimos em 2007 um lucro líquido de R$747 milhões, com crescimento de 21,7% em relação a 2006. Da mesma forma, a geração de caixa de R$1.696 milhões, medida pelo LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), cresceu 22,4% em relação ao mesmo período.

Esses resultados mostram o acerto nas ações gerenciais empreendidas e que trouxeram melhorias nas margens da empresa. Crescemos em todos os indicadores: margem operacional de 55,2% em 2007 e de 52,5% em 2006; margem do LAJIDA de 63,6% e de 61,8% em 2006; margem líquida de 28,0% em 2007 e de 27,4% em 2006, mesmo com maior participação dos empregados no resultado em 2007.

O planejamento para 2008 reforça a busca pela excelência operacional de nossos ativos que também vão ser submetidos a uma revisão de processos, visando torná-los mais eficientes e mais econômicos. Para isto vamos contratar uma empresa de consultoria de renome internacional que possa trazer novas práticas que, em conjunto com as práticas atuais, irão proporcionar redução de custos que agregarão não só grande valor aos nossos acionistas, mas também benefícios aos consumidores atendidos pelas Concessionárias de Distribuição.

Continuamos a implementar a nossa política de gestão do capital humano visando a adotar, de forma definitiva, uma melhor prática de remuneração de nossos empregados vinculando-a ao seu desempenho. Esta prática irá materializar os ganhos de eficiência obtidos pela revisão de projetos em aumentos de produtividade e lucratividade.

Destacamos os investimentos realizados que irão proporcionar ganhos adicionais tão logo maturem.

Nos últimos três anos, investimos mais de R$920 milhões de geração e transmissão. Esses investimentos se materializaram na ligação de 7 novos consumidores no exercício de 2007.

Estamos consolidando projetos consistentes e de enorme potencial de rentabilidade envolvendo automação, melhorias e recapacitação das grandes usinas e pequenas centrais hidrelétricas, visando explorar o potencial de agregação de valor dessas instalações em operação.

Deve ser destacada a participação da Companhia no consórcio vencedor do leilão referente à UHE Santo Antônio, primeira usina do Complexo do Rio Madeira, ocorrido em dezembro de 2007. Essa usina, com capacidade instalada de 3.150 MW, contribuirá, de forma significativa, para a garantia do suprimento de energia elétrica para o Brasil na próxima década e cuja entrada em operação está prevista para 2012.

Reestruturamos o processo de planejamento estratégico para permitir que as mudanças conjunturais sejam incorporadas na medida de sua identificação. Este aspecto irá agregar uma maior dinamicidade na avaliação dos impactos causados pelas mudanças e comprometer um maior número de executivos no redirecionamento das iniciativas estratégicas para a consecução das metas estabelecidas no Plano Diretor.

Constituímos a Diretoria de Novos Negócios e a Diretoria de Comercialização visando dar flexibilidade e competitividade nos dois segmentos mais expostos aos mercados investidor e de comercialização de energia. Acreditamos que esta nova estrutura permitirá uma identificação mais eficaz das oportunidades em ambos mercados principalmente aquelas voltadas à aquisição de novos ativos e a da captura dos benefícios dela decorrentes.

Para consecução de nossa estratégia de atuação no setor de geração de energia elétrica, é fundamental a presença na região amazônica, pois é lá que se localizam mais de 60% do potencial em novos projetos de expansão de geração de origem hidráulica. Mas a CEMIG não se acomoda. Quer continuar avançando, inovando, se superando. Afinal, faz parte da sua filosofia, em cada nova conquista, encontrar motivação para crescer ainda mais.

Um bom exemplo é o programa Minas PCH, parceria da Companhia com a iniciativa privada, incentivada pelo Governo do Estado, que prevê inicialmente a construção de 6 PCH's, com início das obras em 2007 e 2008, e conclusão prevista para 2008 e 2009, totalizando 91 MW de capacidade instalada. Sem contar a usina de Baguari, com capacidade instalada de 140 MW, que está sendo construída em consórcio com outros empreendedores e tem previsão de conclusão para 2009.

As atividades de geração e transmissão continuam com estratégias bem posicionadas nos aspectos de sustentabilidade, e muito colaborou com a nossa controladora, que, mais uma vez, foi incluída entre as empresas líderes mundiais de acordo com o Índice Mundial de Sustentabilidade Dow Jones (Dow Jones Sustainability World Index). A Cemig foi reconhecida como a melhor empresa no supersetor de concessionárias de serviço público, segmento que engloba empresas de energia elétrica, gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública em todo o mundo.

Estamos conscientes dos desafios de 2008, cujo ambiente econômico será de muita incerteza e instabilidade, com destaque para a preocupação crescente com a garantia do fornecimento de energia elétrica nos próximos anos. Neste cenário, a CEMIG se apresenta como empresa-líder, investindo com rígida disciplina financeira, o que garante criação de valor, com fundamentos sólidos em seus negócios de geração, transporte e distribuição de eletricidade, pautados pela permanente atualização de acordo com as exigências do setor elétrico e das melhores práticas de gestão empresarial.

Agradecemos ao acionista a confiança em nosso trabalho e, de forma especial, aos nossos empregados pelo comprometimento e dedicação, aos nossos clientes e fornecedores e a todos aqueles que participam direta e indiretamente das atividades da empresa.

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2007 foi marcado pela melhoria de praticamente todos os indicadores da economia brasileira.

O Brasil apresentou um crescimento relevante da sua economia em 2007, o Produto Interno Bruto – PIB teve uma variação positiva superior a 5%, conforme estimativas do mercado financeiro, sendo esse aumento impulsionado principalmente pelo mercado interno.

Contribuiu para o crescimento da economia brasileira a redução gradativa e constante das taxas de juros, a SELIC diminuiu de 13,25% ao ano no final de 2006 para 11,25% em dezembro de 2007.

A manutenção do processo de redução das taxas de juros em 2008 dependerá principalmente do comportamento da inflação, que apresentou um crescimento preocupante no final do ano. Apesar desse crescimento, a inflação acumulada no período de janeiro a dezembro, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, foi de 4,46%, dentro da meta estabelecida pelas autoridades monetárias do País.

No que se refere à Balança Comercial, continuamos a apresentar um superávit expressivo, entre os maiores do mundo, no montante de R$ 40 bilhões, mas 14,1% inferior ao verificado em 2006. Apesar das exportações terem crescido 17% no ano, impactada positivamente pelo aumento do preço dos preços de produtos básicos exportados, houve uma pressão de aumento nas importações, que cresceram em um ritmo mais acelerado, 32% em 2007.

Essa redução no saldo da balança comercial pode ser explicada pelo comportamento da taxa de câmbio, com o fortalecimento do Real em relação ao Dólar Norte-americano. A cotação do dólar, de R$2,1380 em 31 de dezembro de 2006 reduziu-se para R$1,7713 no final de 2007, um percentual de depreciação superior a 17%.

Para 2008, espera-se novamente uma taxa expressiva de crescimento da economia brasileira e, em contrapartida, uma maior preocupação das autoridades monetárias com a manutenção das taxas de inflação dentro das metas estabelecidas, o que pode contribuir para a redução no ritmo de queda das taxas de juros.

Esse crescimento da economia brasileira previsto para o próximo ano terá um impacto direto no consumo de energia elétrica, o que torna ainda mais necessário o aumento expressivo dos investimentos na expansão da oferta de energia elétrica, com a manutenção de um ambiente regulatório que estimule a entrada de novos investidores no setor.

LEILÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

Durante o exercício de 2007, a Cemig Geração e Transmissão participou dos seguintes leilões no mercado regulado:

Data	Leilão	Montante vendido pela Cemig Geração e Transmissão	Preço Médio
27/6/2007	6º Leilão de ajuste	60 MW médios (1 ano)	R$139,04/MWh
16/10/2007	A-5	43 MW médios (30 anos)	R$125,90/MWh

Leilões do Ambiente de Contratação Livre

A Cemig Geração e Transmissão vendeu 32.323 GWh e, em contrapartida, adquiriu 3.879 GWh de clientes livres e comercializadoras em leilões realizados no Ambiente de Contratação Livre – ACL, promovidos pela própria Cemig Geração e Transmissão ou por terceiros.

INVESTIMENTOS

A Cemig Geração e Transmissão possui 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão.

A Companhia realizou investimentos de R$331 milhões em 2007, relacionados principalmente a usina de Baguari e reforma/modernização de usinas.

Os principais empreendimentos com início de operação a partir de 2007 e em construção estão demonstrados abaixo:

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG GT	Início previsto da operação
Usina de Baguari	140 MW	34,00%	2º sem/2009
PCH Cachoeirão	20 MW	49,00%	2º sem/2008
PCHs Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Fortuna II e Jacaré	44 MW	49,00%	1º sem/2009

Adicionalmente, deve ser destacada a participação da Cemig Geração e Transmissão no Leilão referente à UHE Santo Antônio (Complexo do Rio Madeira) em dezembro de 2007, na condição de membro do consórcio vencedor do certame. A UHE Santo Antônio, com potência instalada de 3.150 MW, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, será construída em parceria de várias empresas, sendo a participação da Cemig Geração e Transmissão S.A. de 10,00% e cujo início de operação está previsto para o ano de 2.012.

Estudos de Inventários Hidrelétricos:

Com o objetivo de obter informações sobre as potencialidades energéticas do estado de Minas Gerais, foram viabilizadas as seguintes parcerias para elaboração de estudos de inventários hidrelétricos:

Rios	Parceiros	Potência	Início das Parcerias
São Francisco	Chesf	1.400 MW	Jan/07
Paracatu	Engevix	47 MW	Jan/07
Jequitinhonha e Araçuaí	Neoenergia e Furnas	990 MW	Ago/07

Estudos de Viabilidade de Usinas Hidrelétricas e Termelétricas:

Foram firmadas parcerias com importantes agentes do setor de geração hidrelétrica do País para desenvolver, em conjunto, estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental de usinas hidrelétricas e termelétricas, que totalizam cerca de 1.300 MW e 70 MW de capacidade instalada, respectivamente.

Programa Minas PCH

O Programa Minas PCH tem como objetivo ampliar o parque gerador da Cemig Geração e Transmissão através da implantação de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) no Estado de Minas Gerais, visando desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída, alavancando o desenvolvimento de mercados regionais no Estado.

Além disso, os consumidores da energia gerada pelas PCHs serão beneficiados pela redução de sua tarifa e poderão, também, ser beneficiados por consumirem energia de fontes renováveis. Os projetos de geração a partir dessas fontes são elegíveis ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, visando à obtenção de créditos de carbono.

A implantação e exploração das PCHs se faz através de sociedades de propósito específico – SPEs privadas, tendo como acionistas empresas autorizadas pela Aneel, investidores e a Cemig Geração e Transmissão (com participação de até 49%). A comercialização da energia é feita através de contrato de venda que será firmado entre a SPE e o consumidor.

Além dos empreendimentos que já tem sua construção prevista para 2007, o Programa Minas PCH conta com 15 PCHs cadastradas, totalizando 209,4 MW de potência instalada, dos quais 68,5 MW com memorandos de entendimentos, 64,9 MW com acordos de confidencialidade assinados e 76,0 MW com análise documental realizada.

Modernização e revitalização das usinas:

A Cemig Geração e Transmissão vem realizando um amplo programa de modernização e revitalização de algumas de suas usinas, com investimentos de aproximadamente R$250 milhões no período de 2002 a 2009.

Estão em andamento três grandes projetos:

- Modernização da Usina de Três Marias (396 MW) com um investimento de R$53 milhões e conclusão prevista para 2008, que incluiu a atualização tecnológica de diversos sistemas de controle e reforma de suas unidades geradoras, possibilitando a automação da instalação.

- Modernização das unidades geradoras da Usina de Jaguara (424 MW) com investimento de R$60 milhões. Esta usina que entrou em operação em 1971, foi totalmente modernizada no período de 2004 a 2007. O projeto de modernização incluiu atualização tecnológica dos sistemas de regulação, excitação e proteção, além das reformas parciais dos geradores. A modernização das unidades geradoras possibilitou ganhos de confiabilidade operativa, maior eficiência da proteção física e elétrica e melhor resposta às oscilações do sistema.

- Reforma geral das 04 unidades geradoras da Usina Hidrelétrica de Salto Grande (102 MW). Com investimentos estimados da ordem de R$17 milhões e prazo de conclusão previsto para 2009, o projeto contempla a reforma dos geradores e turbinas, com ganhos significativos de eficiência e confiabilidade da usina.

Setor Sucroalcooleiro

No âmbito do Programa Mineiro de Incentivo ao Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro, estão sendo firmados protocolos de intenções com as usinas de açúcar e álcool que pretendem se instalar em Minas Gerais, sendo signatários o Governo do Estado de Minas Gerais, através de seus diversos órgãos, e a Cemig Geração e Transmissão.

Dessa forma, a Companhia vem realizando reuniões com os grupos que pretendem implantar novas usinas sucroalcooleiras ou modernizar usinas existentes, de forma a mapear o potencial para cogeração e comercialização e apresentar a proposta de parceria da Companhia na cogeração e/ou comercialização de energia

Foram identificadas 45 usinas a serem implantadas em Minas Gerais, que poderão atingir uma capacidade instalada de cogeração da ordem de 2.200 MW até 2015, com geração excedente para comercialização de 1.300 MW durante a safra.

Transmissão

Os principais projetos de reforma e melhoria para 2008 são:

- Implantação, em conjunto com o Operador Nacional do Sistema - ONS, da etapa emergencial do Projeto "Sistema Nacional de Observabilidade e Controlabilidade - SINOCON", que tem como objetivo adequar os sistemas de supervisão das Usinas e Subestações da Cemig aos requisitos regulatórios e propiciar ganhos operacionais para a Empresa, através da complementação da automação de sua Usinas e Subestações. A participação da CEMIG neste projeto, tem investimento previsto de R$ 18,8 milhões e previsão de conclusão para dezembro de 2008.

- Implementação de melhorias em nove Subestações de Transmissão, com investimentos previstos de R$ 7,0 milhões e com previsão de conclusão em dezembro de 2009.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Lucro do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2007, um lucro líquido de R$747 milhões, em comparação ao lucro líquido de R$614 milhões no exercício de 2006, representando um aumento de 21,66%.

Receita Operacional

	2007	2006	Var %
Fornecimento bruto de energia elétrica	2.782	2.327	19,55
Consumidores finais	1.663	1.457	14,14
Suprimento a outras concessionárias	1.047	743	40,92
Transações com energia na CCEE	72	127	(43,31)
Receita de uso da rede	550	576	(4,51)
Outras	41	10	310,00
	3.373	**2.913**	**15,79**

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R$1.047 milhões no exercício de 2007 comparados a R$743 milhões no exercício de 2006. Este aumento decorre basicamente do aumento do mercado.

O mercado de energia da Cemig Geração e Transmissão totalizou 31.813 GWh, apresentando uma variação de 7,60% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento deve-se à expansão da energia assegurada em face da entrada em operação da Usina de Irapé, ocorrida em junho/06, e ao grande volume de energia secundária (energia gerada acima da energia assegurada, que ocorre quando há boas condições hidrológicas no sistema interligado nacional – SIN) em 2007, e também da compra de energia para revenda.

A comercialização de energia no ambiente livre (vendas a comercializadoras) apresentou variação significativa de 55,0% devido à atuação mais intensa nesse segmento, o que permitiu, em contrapartida, a compra de energia para anos futuros, e também à exportação para Argentina e Uruguai no período de julho a setembro/07, que gerou uma receita de R$64 milhões.

As vendas a clientes livres apresentaram aumento de 2,3% devido ao maior exercício de flexibilidades contratuais, à migração de clientes ocorrida em 2007 e também do esforço da empresa em firmar contratos com novos clientes, inclusive fora da área de concessão. Os ramos de atividade que mais contribuíram para esse aumento foram os de celulose/papel/papelão, extração mineral, química e transporte.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se basicamente a utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL e apresentou uma redução de 4,51% no exercício de 2007 comparado ao exercício de 2006 (R$550 milhões em 2007 e R$576 milhões em 2006).

A receita anual da Transmissora sofreu um reajuste de 3,07%, resultante da aplicação do IGP-M acumulado até maio, no valor de 4,40%, e em contrapartida, foram incorporados os efeitos da primeira Revisão Periódica nos ativos da Rede Básica - Novas Instalações – RBNI, que implicaram em uma redução de 24,58% na receita desses ativos, com efeito retroativo à julho de 2005.

Dessa forma, foi apurada uma receita a maior em relação a períodos anteriores, originando um passivo, no montante de R$31 milhões, que está sendo amortizado em duas parcelas, sendo a primeira no ciclo 2007/2008 e a segunda no ciclo 2008/2009.

Mais explicações, vide nota explicativa nº 16 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R$708 milhões no exercício de 2007 comparados a R$670 milhões no exercício de 2006, um aumento de 5,67%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

A dedução à receita referente à CCC foi de R$42 milhões no exercício de 2007 comparados a R$63 milhões no exercício de 2006, representando uma redução de 33,33%. Esta redução deve-se, principalmente, ao aumento da despesa com CCC em 2006, decorrente da cobrança retroativa do encargo de alguns consumidores, após homologação dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST pelo Operador do Sistema – ONS.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R$33 milhões no exercício de 2007 comparados a R$40 milhões no exercício de 2006, uma redução de 17,50%. Esta redução decorre do aumento da despesa em 2006 em função de cobrança retroativa do encargo, conforme mencionado anteriormente no comentário sobre a CCC. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente à RGR foi de R$72 milhões no exercício de 2007 comparados a R$9 milhões no exercício de 2006. O menor valor em 2006 deve-se principalmente a um ajuste na provisão referente ao exercício de 2004, no montante de R$38 milhões, creditado em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Custos e despesas operacionais	2007	2006	Var %
Pessoal	226	249	(8,43)
Obrigações Pós-Emprego	23	36	(36,11)
Materiais	18	17	5,88
Matéria-Prima e Insumos	59	37	59,46
Serviços de Terceiros	96	89	7,87
Depreciação e Amortização	223	208	7,21
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	130	124	4,84
Provisões Operacionais	6	2	200,00
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	257	232	10,78
Energia Elétrica Comprada para Revenda	75	-	-
Outras Despesas Líquidas	78	70	11,43
	1.193	**1.064**	**12,12**

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A redução na despesa com pessoal decorre principalmente da provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, feita em junho de 2006, no montante de R$42 milhões, compensada parcialmente pelos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 4,00% em novembro de 2006 (efeito integral em 2007);
- reajuste salarial de 5,00% em novembro de 2007;
- aumento do número de empregados que passou de 2.256 em dezembro de 2006 para 2.276 em dezembro de 2007, um crescimento de 0,89%.

Vide a composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Depreciação e Amortização

A despesa com depreciação e amortização foi de R$223 milhões em 2007 comparados a R$208 milhões em 2006, representando um aumento de 7,21%. Esta variação decorre principalmente da entrada em operação da Usina de Irapé no segundo semestre de 2006.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R$23 milhões em 2007, comparados a R$36 milhões em 2006, representando uma redução de 36,11%. Esta despesa representa basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Geração e Transmissão, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução na despesa decorre do maior crescimento dos ativos do plano de pensão em relação às obrigações com os participantes.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

A despesa com Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão refere-se aos encargos devidos pelos agentes de geração de energia elétrica pela utilização das instalações componentes da rede básica. O aumento na despesa deve-se principalmente à entrada em operação da Usina de Irapé e ao reajuste médio de 10% na tarifa de transmissão -TUST em 2006 (efeito integral em 2007) e ao reajuste médio de 3,5% na TUST em junho de 2007.

Energia Elétrica Comprada para revenda

A energia elétrica comprada em 2007 foi necessária para atender aos contratos de venda de energia assinados durante o exercício. O aumento nos custos em função dessa despesa foi integralmente compensado pelo crescimento expressivo na receita.

Lucro Antes do Resultado Financeiro, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA

Conforme pode ser verificado na tabela abaixo, o LAJIDA da Companhia apresentou um aumento de 22,37%, que ajustado aos itens não recorrentes apresentou um aumento de 23,89%.

Em R$ milhões	2007	2006	Var %
Lucro Líquido	747	614	21,66
+ Provisão IR e C. Social	280	193	45,08
+ Resultado não Operacional	3	2	50,00
+ Resultado Financeiro	333	319	4,39
+ Amortização e Depreciação	223	208	7,21
+ Participação dos Empregados no Resultado	110	50	120,00
= LAJIDA	**1.696**	**1.386**	**22,37**
Ajustes não recorrentes (*)			
+ Custos com eficiência energética de exercícios anteriores	-	4	-
+ Revisão da receita de transmissão - Resolução Homologatória nº496	31	-	-
+ Anuênio	-	42	-
- Reversão da provisão da RGR	-	(38)	-
= LAJIDA AJUSTADO (Não auditado)	**1.727**	**1.394**	**23,89**

(*) Os ajustes não recorrentes correspondem à interpretação da Companhia sobre os eventos que julga como extraordinários, não relacionados às operações correntes.

Resultado Financeiro

A Despesa Financeira líquida apresentou um aumento de 4,39% entre os períodos comparados (R$333 milhões em 2007 e R$319 milhões em 2006). Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico no exercício de 2007 no montante de R$154 milhões comparados a R$80 milhões no exercício de 2006, um aumento de 92,50%. Esta variação decorre principalmente da contabilização no segundo trimestre de 2007 da receita financeira no montante de R$100 milhões, decorrente de critérios de atualização definidos pela ANEEL para o ativo referente às transações com energia livre durante o período do racionamento. Este procedimento não afetou o resultado financeiro em decorrência de um aumento correspondente na provisão para perdas com transações de energia livre (R$146 milhões em 2007 comparados a R$49 milhões em 2006).

- Aumento de PASEP/COFINS sobre a receita financeira devido à atualização monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico, conforme citado no item anterior.

- Ganhos líquidos com variações cambiais no exercício de 2007, no montante de R$26 milhões em comparação a ganhos líquidos de R$17 milhões no exercício de 2006, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Em 2007, o real apresentou uma valorização de 17,15% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 8,66% em 2006.

- Perda líquida com instrumentos financeiros no exercício de 2007, no montante de R$74 milhões em comparação a perda líquida de R$15 milhões no exercício de 2006. Este resultado decorre, principalmente, de uma maior desvalorização do dólar norte-americano em 2007 se comparada com a desvalorização do ano anterior. Referem-se a contratos de troca de taxa de financiamentos da Companhia do Yen japonês e dólar norte-americano para a variação do CDI.

- Despesas com encargos de empréstimos e financiamentos no montante de R$350 milhões no exercício de 2007 em comparação a R$397 milhões no exercício de 2006, uma redução de 11,84%. Esta redução decorre do menor saldo devedor e da menor variação do CDI (principal indexador dos contratos) no exercício de 2007.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 23 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no exercício de 2007, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$280 milhões em relação ao lucro de R$1.137 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 24,63%. No exercício de 2006, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$193 milhões em relação ao lucro de R$857 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 22,52%. Essas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Participação dos Empregados no Resultado

A Cemig Geração e Transmissão, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho 2007, destinou aos seus empregados a título de participação nos resultados, um montante de R$110 milhões (R$50 milhões em 2006). Mais explicações, vide notas explicativas números 2 e 25 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O caixa no fim do exercício de 2007 somava R$916 milhões em comparação a R$709 milhões em 2006.

O caixa gerado pelas operações foi de R$1.051 milhões (R$660 milhões em 2006), sendo afetado positivamente pelo lucro líquido ajustado pelas receitas e despesas que não afetaram o caixa, no valor de R$1.023 milhões (R$843 milhões em 2006).

As atividades de financiamento representaram uma saída líquida de caixa de R$512 milhões, oriunda de empréstimos e financiamentos obtidos no montante de R$235 milhões contra amortizações no valor de R$201 milhões e pagamento de juros sobre capital próprio/dividendos no montante de R$547 milhões.

Os investimentos foram de R$331 milhões em 2007 em comparação a R$150 milhões em 2006, relacionados principalmente as obras das usinas de Baguari e Cachoeirão e modernização/reforma das usinas já existentes.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

A captação de recursos de terceiros, em 2007, apoiou-se em uma operação com o mercado de capitais, na forma de *commercial papers*, suportada por garantia firme de colocação dos títulos pela instituição financeira.

A Cemig Geração e Transmissão S.A. realizou em 21/12/2007, sua 2ª Emissão de Notas Promissórias (*Commercial Papers*) no valor total de R$200 milhões, com vencimento em 180 dias. Sobre o principal dessas notas promissórias incidiram juros correspondentes à taxa de 101,5% do CDI. Tal operação visou o pagamento de dívidas vincendas e à recomposição do caixa em função das dívidas pagas ao longo do ano. Essas Notas Promissórias não contaram com qualquer garantia da Cemig Geração e Transmissão.

Também merece destaque em 2007 o financiamento contratado por sua subsidiária em estrutura do tipo *Project Finance*. A PCH Cachoeirão, subsidiária da Cemig Geração e Transmissão S.A. em parceria com a Santa Maria Energética S.A., celebrou com o Banco do Brasil, em 01/11/2007, um contrato de financiamento mediante repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com prazo de 11 anos e valor de R$71,3 milhões, cujos recursos serão aplicados na construção de uma pequena central hidrelétrica de 27MW de capacidade instalada, nos municípios de Pocrane e Alvarenga, no Estado de Minas Gerais.

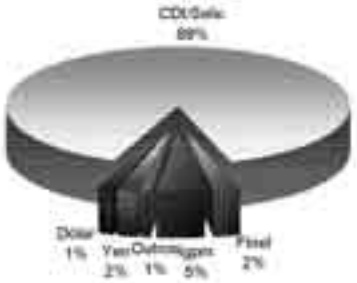
A gestão da dívida da Cemig Geração e Transmissão S.A. está focada em preservar a qualidade de crédito. Essa preocupação se traduz na expressa obrigação estatutária de se manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a saúde financeira da Empresa.

A utilização do mercado bancário para atender às necessidades de financiamento vem contribuindo, nos últimos anos, para aumentar a participação do CDI na composição da dívida, hoje representando 89% do total, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Outra diretriz da Empresa, de redução do custo médio da dívida, tem sido atendida, verificando-se, ao final do ano, uma taxa de 7,68% a.a. a preços constantes, reflexo da tendência de queda das taxas de juros presente na política monetária do Governo Federal.

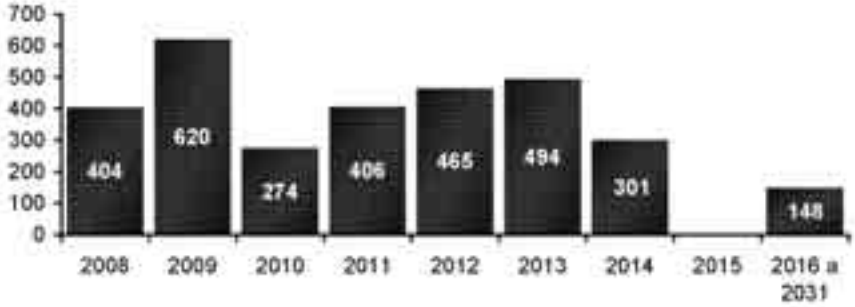
A posição da dívida de 4% em moeda estrangeira não representa risco financeiro material para a Empresa, já que boa parte dela está contratualmente protegida por operações de troca de indexadores (swap). Há também uma proteção natural proporcionada por contratos de venda de energia indexados ao dólar.

Perfil da Dívida
Posição em Dezembro/2007



O cronograma de amortizações da dívida está satisfatoriamente escalonado, com prazo médio de 4,7 anos, como pode ser visto no gráfico a seguir, atendendo à diretriz da Empresa de se evitar a concentração de dívida vencendo no curto prazo, mitigando o risco de refinanciamento e eliminando qualquer pressão no fluxo de caixa que possa comprometer a disponibilização de recursos para investimento.

Cronograma de Amortizações da Dívida
R$ milhões – Valores referentes a Dezembro/2007



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2008 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R$747 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R$710 milhões (95,00% do lucro líquido) para pagamento de dividendos, sendo o montante de R$188 milhões na forma de juros sobre o capital próprio e R$522 milhões na forma de dividendos complementares.
- R$37 milhões (5% do lucro líquido) para a constituição de Reserva Legal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia adota um sistema de rodízio dos auditores independentes com periodicidade de cinco anos, sendo que as Demonstrações Financeiras, até 31 de março de 2007 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, e, a partir dessa data, pela KPMG Auditores Independentes.

Os serviços prestados pelos auditores independentes foram:

Serviços	2007 R$ mil	% em relação à auditoria	2006 R$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria				
Deloitte	11	*6,11*	166	*100,00*
KPMG	169	*93,89*	-	-
Total de Serviços de Auditoria	**180**	***100,00***	**166**	***100,00***
Outros Serviços:				
- Adequação e aderência às exigências SOX – Seção 302 e 404				
Deloitte	-	-	686	*413,25*
KPMG	75	*41,67*	-	-
Total Geral	**255**	***141,67***	**852**	***413,25***

Os serviços adicionais mencionados foram aprovados pelo Conselho de Administração, tendo em vista que não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança corporativa da Companhia é baseado em princípios de transparência, eqüidade e prestação de contas, possuindo entre suas principais características a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Busca-se o desenvolvimento sustentável da Empresa por meio do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais dos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

Ressaltamos que os processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

O Conselho de Administração é composto de 14 membros, indicados pelos acionistas. Todos os conselheiros têm mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos após o término do mandato. Para aumentar a eficiência de sua atuação, o Conselho constituiu 5 (cinco) comitês que atuam de forma mais específica nas questões relacionadas à Estratégia, Governança, Finanças, Auditoria e Riscos e Recursos Humanos.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 (cinco) membros, indicados pelos acionistas e que atendem aos requisitos de independência conforme práticas internacionais. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2007 foram realizadas 12 reuniões do Conselho Fiscal.

Além disso, uma estrutura de comitês composta de executivos de diversas áreas, garante a tomada de decisões estratégicas a partir do suporte de critérios técnicos.

Anualmente, é realizado pela Companhia o encontro com analistas do mercado de capitais e com investidores para divulgar informações sobre a situação econômico-financeira, projetos e perspectivas, além da realização de diversas reuniões com as associações regionais de analistas.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A principal premissa do gerenciamento de riscos corporativos adotado pela Cemig Geração e Transmissão é a de que toda empresa existe para prover valor aos seus acionistas. Enfrenta-se o desafio permanente de se determinar o quanto a corporação está preparada para garantir o seu desenvolvimento sustentável, considerando os riscos e oportunidades apresentados.

O principal objetivo da Cemig Geração e Transmissão não é eliminar os riscos e sim ser pró-ativa na sua identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento contínuo, visando obter vantagens competitivas. Conforme a figura abaixo, o sucesso do gerenciamento de riscos corporativos depende de uma cultura de gerenciamento de riscos disseminada servindo como base para sustentação dos 3 pilares, a saber:

- Gestão dos processos: conhecimento dos processos da empresa visando à melhoria da eficiência operacional;
- Gestão de riscos de maior severidade: identificação dos riscos iminentes que requerem decisões de curto prazo visando a redução da volatilidade nos resultados, maior previsibilidade de retorno para o acionista e decisão no tratamento dos riscos;
- Gestão de riscos e mensuração do custo de capital: alocação ótima de capital, análise de sensibilidade, utilização de modelagem compreensível com hipóteses fundamentadas.

Portanto, o gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procura-se fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, pode-se citar como exemplos o Comitê de Governança Corporativa, Atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis, Comitê de Controle e Gestão, etc.

As atividades de gerenciamento de riscos corporativos dão origem a diversos produtos os quais são de grande valia no processo decisório, a saber:

1- Matriz de riscos corporativos: apresenta todos os riscos corporativos mapeados, classificados conforme: a) Exposição Financeira, resultado do produto do impacto no negócio pela probabilidade de ocorrência do risco ou b) Exposição Final, resultado da associação da exposição financeira do risco ponderada com a análise do seu impacto intangível.

2 - *Matriz de fatores de risco sob a ótica dos stakeholders*: Trata-se da análise dos fatores de risco - circunstâncias ou ocorrências que podem (ou não) dar origem a riscos para a corporação - levando-se em consideração os direcionadores de valor sob o foco desses agentes. O objetivo é permitir um aprimoramento da gestão a partir do entendimento do que as partes interessadas enxergam como ameaça estratégica e a identificação de riscos até então não mapeados na matriz de riscos corporativos.

Esse produto foi desenvolvido durante o ano de 2007. Na primeira etapa, foram identificados os fatores de risco sob a ótica de cada *stakeholder*. Na segunda etapa, procurou-se certificar que os riscos correspondentes haviam sido mapeados na matriz de riscos corporativos, o que sinalizou que a Empresa está no caminho certo quanto à percepção abrangente da gestão de riscos, tendo em vista que mais de 90% dos riscos encontram-se mapeados. Como trata-se de uma ferramenta de aperfeiçoamento, os riscos identificados não mapeados na matriz de riscos corporativos estão sendo objeto de análise e inclusão.

Certificação dos Controles Internos

Considerando que a CEMIG, controlada da Cemig Geração e Transmissão, tem as suas ações listadas na Bolsa de Nova York, a Companhia obteve a certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras da controladora.

Tendo em vista que as atividades relacionadas à Certificação de Controles Internos são permanentes e precisam ser constantemente monitoradas, a Administração da Companhia, aderente às novas orientações da SEC e com base nos critérios do PCAOB, do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Coso) e do *Control Objectives for Information and Related Technology* (Cobit), a partir da revisão da estrutura de controles existente, documentou os controles nos níveis dos processos de negócios e de entidade, inclusive os controles que são suportados pela tecnologia da informação.

Foi estabelecido um link entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas nas demonstrações financeiras do exercício de 2007, bem como foi validado, junto à nova auditora independente, KPMG Auditores Independentes, o desenho dos processos e dos controles chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Comissão de Ética e Canal de Denúncia

Esta comissão é responsável pela avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos e em relação à necessidade de revisões da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, estando alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa além de se tratar de um instrumento que atende às orientações da Lei americana Sarbanes-Oxley – SOX.

Com a criação do canal de Denúncia, a partir de dezembro de 2006, a Comissão de Ética passou a receber as denúncias anônimas, de práticas irregulares contrárias ao interesse da empresa, tais como: 1) fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis 2) apropriação indevida de bens e recursos; 3) recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados e 4) contratações irregulares, via canal aberto na intranet da Cemig – Canal de Denúncia Anônima.

As denúncias de caráter ético são acatadas somente quando existe a identificação do denunciante e são processadas pela própria Comissão. As denúncias que se enquadram nos itens 1 a 4, mencionados acima, são encaminhadas ao Presidente do Conselho Fiscal para tomada de providências.

GESTÃO

Gestão Estratégica

A Cemig Geração e Transmissão possui um Planejamento Estratégico sistematizado e configurado através da aplicação da ferramenta de gestão estratégica "Balanced Scorecard" associada ao SAP R3.

Foi atingido o objetivo de inovar, alinhar, balancear e compartilhar o Planejamento Estratégico e Tático com a operação, através da comparação das metas do orçamento operacional e análises dos indicadores de desempenho estratégicos, obtidos através de sistema específico de mensuração.

A metodologia facilitou o gerenciamento, sob as perspectivas do cliente, processo, capital humano e finanças, criando bases para a Organização e gerando ações e iniciativas que garantam o seu sucesso.

Certificações de qualidade e gestão ambiental

Os sistemas de gestão ambiental evidenciam a melhoria contínua das ações de responsabilidade socioambiental da Companhia. Atualmente, os sistemas já foram implantados em 83% da capacidade instalada de geração, 18% da extensão das linhas de transmissão com tensão acima de 230 kV, em mais de 130 cidades do Estado.

TECNOLOGIA

Telecomunicações e Informática

Em dia com a Segurança da Informação

Foi realizado em 2007 o projeto "Em dia com a Segurança da Informação", com o objetivo de disseminar a classificação e o tratamento das informações da Cemig Geração e Transmissão, melhorar o nível de segurança da Empresa e a certificação na Auditoria da SOX 2008.

Deve ainda ser ressaltado o projeto "Diversão com Segurança", que objetivou conscientizar os filhos dos empregados da Cemig Geração e Transmissão sobre a importância da adoção de medidas de Segurança da Informação na utilização domiciliar do computador e no trato com informações da família e dados profissionais dos pais.

Classificação da informação

Esse projeto tem por objetivo estabelecer os critérios para a classificação e tratamento das informações de interesse da Cemig Geração e Transmissão, visando protegê-las de acesso e/ou alterações indevidas, divulgação não permitida e indisponibilidade, levando-se em conta a estimativa dos prejuízos que o acesso, a modificação, a exclusão e/ou divulgação não autorizada, a falta de controle e de registro e a indisponibilidade da informação podem causar aos negócios ou à imagem da Empresa.

Dentre os benefícios auferidos, destaca-se o atendimento a requisitos legais; a proteção dos negócios da Cemig Geração e Transmissão; a valorização adequada da informação; o atendimento aos requisitos da SOX; a disseminação dos graus de sigilo e formas de tratamento das informações classificadas da Empresa aos empregados, contratados e estagiários.

Certificação Digital

Foram realizados estudos que permitiram colocar em fase de viabilização um projeto que visa identificar as oportunidades de uso da Certificação Digital e Criptografia de Informações dentro das necessidades dos processos de negócios da Empresa, definindo assim, os padrões técnicos a serem utilizados e um plano de projetos para sua implementação.

Os principais benefícios deste tipo de projeto são o conhecimento das oportunidades de utilização da tecnologia dentro da Empresa; a identificação de oportunidade de redução de custo e agilidade em alguns processos; a definição de padrões técnicos (oferecimento de um serviço estruturado) e a segurança no armazenamento e transmissão de informações críticas.

Sistema de Gestão de Clientes

Em abril de 2006, foi iniciado o projeto de implementação do novo Sistema de Gestão de Clientes (Projeto Evolução). Esse projeto tem como objetivo a substituição de alguns dos principais sistemas de informação da Companhia envolvidos no processamento do faturamento, arrecadação, atendimento, contabilização, serviços de campo, gestão de equipamentos de medição, além da emissão e impressão de notas fiscais de energia e relatórios.

Dentre os principais objetivos deste programa estão um maior controle e segurança dos processos de faturamento e arrecadação, com informações integradas e precisas para subsidiar o controle e a gestão de clientes.

O projeto tem a sua conclusão prevista para o 1° semestre de 2008.

Tecnologia e alternativas energéticas

A Cemig Geração e Transmissão sempre considerou a tecnologia como insumo básico e estratégico, sendo um fator de agregação de valor através da viabilização de desenvolvimento de negócios ou da otimização de processos internos na busca de melhores práticas tecnológicas.

No tocante à gestão das alternativas energéticas, a Cemig Geração e Transmissão tem investido em projetos de utilização de fontes de energia renováveis, com destaque para biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, energia solar e geração eólio-elétrica. Adicionalmente, tem investido também em projetos de uso racional da energia, co-geração e geração distribuída, utilizando diferentes combustíveis como hidrogênio, gás natural, álcool e biodiesel.

Estar sempre à frente na identificação, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias voltadas para o setor elétrico e uso de fontes alternativas de energia garante à Cemig Geração e Transmissão um lugar de destaque entre as empresas de energia e reafirma o compromisso da empresa com os seus consumidores e com o desenvolvimento sustentável.

Gestão Estratégica da Tecnologia e da Inovação

Com o objetivo de garantir a vanguarda da Cemig Geração e Transmissão com relação à utilização, adaptação e desenvolvimento de tecnologias mais avançadas e adequadas aos seus processos produtivos, a empresa utiliza a metodologia de Gestão Estratégica de Tecnologia, envolvendo o desenvolvimento de parcerias com universidades e entidades de pesquisa, prospecção tecnológica e análise da evolução dos cenários tecnológicos, com o estabelecimento das estratégias, diretrizes e ações de cunho tecnológico para atuação empresarial, em coordenação com o Comitê de Gestão Estratégica de Tecnologia – CoGET.

A importância da tecnologia como um dos pilares de sustentação da estratégia empresarial, o elevado volume de recursos alocados anualmente em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e a necessidade de potencialização dos resultados decorrentes dessas iniciativas, justificaram a criação, em 2006, do Centro de Gestão Estratégica de Tecnologia – CGET, associação sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, e a celebração, em 2007, dos convênios de cooperação técnico-científica para apoio ao desenvolvimento dos projetos de P&D da Cemig Geração e Transmissão.

Ciente do relevante papel que desempenha no desenvolvimento do mercado onde atua e da importância das parcerias e intercâmbios, a Cemig Geração e Transmissão tem buscado incrementar ações envolvendo universidades, centros de pesquisa e empresas interessados em promover e participar do desenvolvimento e da consolidação da excelência tecnológica em Minas Gerais.

Biomassa

Com o desenvolvimento das tecnologias de transformação que apresentam maior eficiência, menores níveis de emissões de gases tóxicos e de gases que causam efeito estufa, a biomassa torna-se uma alternativa energética muito promissora para a geração de energia elétrica em determinadas regiões do Estado.

Dessa forma, desde a Usina de Formoso no norte de Minas Gerais, passando pela co-geração nos setores sucro-alcooleiro, de papel e celulose e siderúrgico, até às experiências atuais como o plantio de florestas energéticas, gaseificação de biomassa, geradores a álcool e o biodiesel, a utilização da biomassa tem sido buscada pela Cemig Geração e Transmissão.

Um exemplo desse esforço é o projeto de co-geração utilizando gás de alto forno a carvão vegetal na termelétrica de 13 MW pertencente à siderúrgica Vallourec Mannesman. A Cemig Geração e Transmissão trabalha continuamente para viabilizar os projetos de geração de energia da biomassa, consciente de ser esta uma alternativa ambientalmente correta e importante para o atendimento do crescimento da demanda energética da sociedade, com impactos positivos para a geração de emprego e renda de forma descentralizada.

Energia Eólica

A Cemig Geração e Transmissão foi a primeira concessionária brasileira a instalar uma usina eólica conectada ao sistema elétrico integrado, a Usina Eólio-Elétrica Experimental do Morro do Camelinho, abrindo o caminho para a introdução de uma cultura eólica no país. Foi efetuado levantamento do potencial eólio-elétrico de alguns sítios promissores no Estado de Minas Gerais e, em 2007, foram assinados acordos de confidencialidade com empresas interessadas em avaliar a instalação de uma usina eólica no norte de Minas. Foi iniciado também um projeto de pesquisa e desenvolvimento de geradores eólio-elétricos de pequeno porte.

Hidrogênio e Células a Combustível

O hidrogênio é um vetor energético obtido da água e de outras fontes de energia como a biomassa e combustíveis fosseis, sendo considerado o energético do futuro. Para explorar essa alternativa, a Cemig Geração e Transmissão conta com um laboratório experimental para produção de hidrogênio via eletrólise e por reforma de etanol. Os principais desafios para viabilizar esse energético são a diminuição dos custos de produção, o armazenamento e o transporte desse combustível. O hidrogênio será utilizado inicialmente como combustível para teste das células a combustível, para suprir demandas internas e também como elemento químico para purificação do silício, a ser utilizado no projeto de P&D de células fotovoltaicas, que se encontra em desenvolvimento. As células a combustível são uma das novas tecnologias para geração de energia de forma descentralizada, com grande possibilidade de causar, no futuro, impactos no setor elétrico.

Biodiesel

A Cemig Geração e Transmissão considera o biodiesel como uma alternativa energética sustentável, geradora de emprego e renda e que propicia inclusão social. Nesse sentido, a empresa vem trabalhando, junto com outros órgãos do Estado e centros de pesquisas, para a consolidação da tecnologia de produção do biodiesel em Minas Gerais, através da identificação das vocações regionais para a cultura de oleaginosas, da construção de uma planta piloto de pequeno porte para produção experimental desse combustível e também da implantação de infra-estrutura laboratorial em órgão de pesquisa do estado para qualificar e certificar esse combustível e, dessa forma, contribuir para a sua inserção no mercado nacional.

Em 2007, foi inaugurado o Laboratório de Biocombustível do CETEC, com capacidade de produção de 1.000 litros/dia de biodiesel. Em 2008, está prevista a utilização do biodiesel produzido no laboratório para a geração de energia elétrica, de forma experimental, em um grupo motor gerador e em uma microturbina.

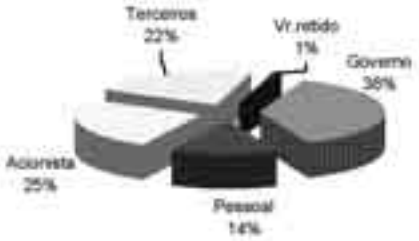
RESPONSABILIDADE SOCIAL

Valor Adicionado

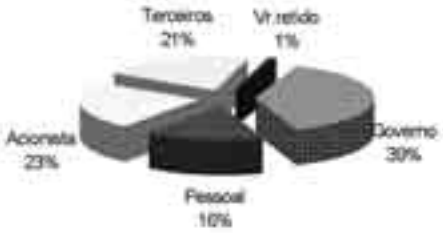
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a importância da Companhia para a sociedade, com R$2.879 milhões de valor adicionado em 2007 em comparação a R$2.498 milhões em 2006, um aumento de 15,25%.

A distribuição do valor adicionado da Cemig Geração e Transmissão entre os diversos segmentos pode ser observada nos gráficos abaixo, devendo ser destacada a parte retida pelo Governo do total distribuído em 2007, correspondente a 38% (39% em 2006).

Distribuição do Valor Adicionado em 2007



Distribuição do Valor Adicionado em 2006



Recursos Humanos

A Cemig Geração e Transmissão implementou o Sistema de Gestão Estratégica do Capital Humano, modelo desenvolvido a partir da visão e missão da Empresa, cujo objetivo é alinhar planejamento estratégico e modelo de gestão de RH à estratégia organizacional, incorporando visão de longo prazo e focalizando ações que agreguem valor aos negócios e favoreçam uma gestão integrada. Nele, a Gestão do Desempenho é o elo entre a estratégia e os diversos processos de gestão do RH, demonstrando como as diretrizes estratégicas são aplicadas na Empresa.

A Gestão do Desempenho é o processo que visa ao desenvolvimento das competências estratégicas que levem à melhoria de resultados, sejam eles financeiros ou não-financeiros, por meio da contratação de metas e de acordos individuais de desenvolvimento, alinhando ações individuais e de equipes às diretrizes organizacionais.

Com a implementação do modelo de Gestão do Desempenho e uma atuação mais estratégica da área de Recursos Humanos, foi possível vincular, definitivamente, a estratégia empresarial aos diversos processos de gestão de pessoas, servindo de base para diversas iniciativas e mudanças na área de Recursos Humanos, tais como: movimentações com base no desempenho, concurso externo, programa Trainee, mobilidade interna, diversos programas de capacitação e desenvolvimento, gestão do clima organizacional, dentre outros.

Capacitação e Desenvolvimento

Em 2007, a Cemig Geração e Transmissão deu prosseguimento ao CELIG – Cemig Liderança em Gestão, programa formatado em parceria com a Fundação Dom Cabral, com o objetivo de desenvolver as competências de liderança definidas e mapeadas pela Empresa. Esta é a continuação de um processo permanente, que visa assegurar que a Cemig Geração e Transmissão disponha de pessoas aptas a liderar suas transformações hoje e no futuro.

Em novembro de 2007, a Bureau Veritas Quality International - BVQI recomendou a certificação de 15 processos da Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional – EFAP. A implantação do Sistema de Gestão da Qualidade na EFAP faz parte dos desafios do Planejamento Estratégico de Recursos Humanos, e seu principal objetivo é a busca da melhoria contínua dos seus processos, focada na qualidade do treinamento técnico ofertado aos seus clientes internos e externos.

Também com vistas a atender às necessidades da Empresa decorrentes do surgimento de novas tecnologias, equipamentos e métodos de trabalho, foram implementadas várias ações de treinamento e desenvolvimento, tais como treinamentos de informática, administrativos, treinamentos externos, cursos de pós-graduação, cursos de idiomas, dentre outros.

Gestão de Clima Organizacional

A Cemig Geração e Transmissão, ciente de que a obtenção de alta performance está intimamente ligada a um ambiente saudável e estimulador, busca permanentemente fazer uma gestão de seu ambiente interno. Dentro deste contexto, vale destacar que um dos elementos da Visão da Empresa é "ser uma das melhores Empresas para se trabalhar".

Em 2006, concorrendo com mais de 500 empresas, a Cemig Geração e Transmissão figurou na lista das 150 melhores empresas para trabalhar do Guia Você S.A. – Exame. Em 2007, além de estar novamente entre as 150 melhores empresas para trabalhar do Guia Você S.A. – Exame/2007, a Empresa foi considerada a melhor na categoria especial "AS MAIORES" (empresas com mais de 10.000 empregados).

Outra ferramenta utilizada para gerir o Clima é a Pesquisa de Clima Organizacional, realizada a cada dois anos com todos os seus empregados. Após a fase de diagnóstico e análise de resultados, a Empresa realiza o planejamento de ações de melhoria, com a elaboração do Plano de Ação Corporativo e dos Planos de Ação das superintendências e gerências, e finalmente, vem a fase de monitoramento da execução dos referidos planos de ação de melhorias.

Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho

Para difundir a cultura e assegurar os níveis desejados de segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores próprios e contratados, a Cemig Geração e Transmissão da continuidade aos seus programas iniciados em períodos anteriores e mantém suas iniciativas inovadoras implementando novos programas objetivando garantir a saúde, segurança e bem-estar de seus empregados.

Foram continuadas as ações relativas ao Programa de Qualidade de Vida – Energia Vital, do Programa de Inclusão de Deficientes, a realização de campanhas de vacinação e doação de sangue, seminários de preparação para aposentadoria, entre outras ações.

Em 2007 a Cemig Geração e Transmissão realizou diversos treinamentos de segurança destacando-se aqueles relacionados a atividades de eletricidade, cursos técnicos e de reciclagem, além da promoção de Workshops, Encontros e Treinamentos.

Relações Trabalhistas e Sindicais

Ao longo dos últimos 4 anos, a Cemig Geração e Transmissão vem negociando com as Entidades Sindicais mudanças na sua política de remuneração, com o objetivo de integrar os processos de gestão da RH à estratégia de negócios da Empresa, destacando-se a obtenção pela Assessoria de Relações Sindicais da certificação pela norma NBR ISO 9001:2000.

Provimento

Com o foco na Gestão Estratégica do Capital Humano, em outubro de 2007, a Empresa propiciou a abertura do Processo de Mobilidade Interna. Este processo está vinculado ao mérito de suprir demandas das diversas áreas da Empresa em consonância com a existência de vaga. A mobilidade teve por objetivo otimizar e viabilizar a adequação de empregados, associando os interesses dos empregados e as necessidades da Empresa, respeitados os critérios vigentes do Plano de Cargos e Remuneração e a viabilidade legal.

A Cemig Geração e Transmissão encerrou 2007 com 2.276 empregados. Neste ano, foram admitidos 48 novos empregados.

Cultura e Sociedade

A Cemig Geração e Transmissão mantém um profundo envolvimento com a sociedade onde se insere. Um dos focos dessa questão está no patrocínio de projetos culturais e nas doações incentivadas às iniciativas de inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

Em 2007, a Cemig Geração e Transmissão investiu R$8 milhões em cultura e ações sociais, beneficiando diretamente a população de mais de 200 municípios, em Minas Gerais. A maioria dos projetos possui continuidade ou se caracteriza pela manutenção de espaços de formação cultural permanente, o que reforça a idéia de sustentabilidade, fator decisivo na construção da identidade e dignidade do cidadão.

Assegurando a realização de festivais de teatro popular ou levando para fora do Brasil a expressão artística mineira, a Empresa investe na força transformadora da cultura e colhe junto à uma sociedade mais madura a compreensão da melhor utilização dos recursos naturais, do respeito pelo patrimônio e pelo bem comum.

Meio Ambiente

O comprometimento com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade é uma das condições básicas dos princípios que regem a atuação da Cemig Geração e Transmissão. Através de seus estudos e ações, busca imprimir em seus empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental. Essa forma de agir, prevista na Política Ambiental da Geração e Transmissão e presente em todas as suas atividades que realiza, valoriza os empregados, a Empresa e garante o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Durante o ano de 2007, a Cemig Geração e Transmissão investiu aproximadamente R$7,7 milhões em projetos de adequação ambiental de instalações e equipamentos, bem como, na implantação de novos empreendimentos.

Sistema de Gestão Ambiental

Na Cemig Geração e Transmissão as áreas podem se certificar em Sistema de Gestão Ambiental – SGA, conforme a Norma ISO 14001/2004 ou adotar um Sistema de Gestão Interno, denominado SGA Nível 1, o qual foi desenvolvido considerando-se os princípios da Norma NBR ISO 14001.

Em 2007, a Cemig Geração e Transmissão manteve a certificação conforme a NBR ISO 14001/2004 das Usinas Hidrelétricas de Nova Ponte e Itutinga, a Estação Ambiental de Galheiro, a Gerência de Usinas do Oeste e a Assessoria da Superintendência de Geração.

Em 2007, foram certificadas as seguintes instalações:

- Usinas hidrelétricas:
  - São Simão, Miranda e Rosal (2.173 MW) certificadas na NBR ISO 14001:2004;
  - Emborcação e Salto Grande certificadas em SGA Nível 1 (1.296 MW).

- Transmissão:
  - Gerência de Operação e Manutenção da Transmissão Triângulo certificada em SGA Nível 1, NBR ISO 9001 e OHSAS 18001 – 2.121 Km de linha.

- Gerência de Segurança de Barragens certificada na NBR ISO 14001:2004; ISO 9001:2000 e OHSAS 18001.

Com a ampliação da implantação dos Sistemas de Gestão Ambiental, a capacidade instalada de geração de energia certificada passou de 1.939 MW em 2006 para 5.408 MW em 2007, o que representa 83% do total.

Um aspecto relevante é que todas as áreas da Cemig Geração e Transmissão, com Sistema de Gestão Ambiental implantado ou não, devem atender a um conjunto de requisitos mínimos estabelecidos para o controle e a proteção do meio ambiente, incluindo a avaliação de seus impactos e planos de ação para correção das questões identificadas.

A certificação das maiores usinas da Cemig Geração e Transmissão é resultado da política de crescimento sustentável da Empresa, que, nos últimos três anos, investiu R$ 285 milhões em ações e programas ambientais, garantindo a preservação do meio ambiente e a geração de energia limpa.

Buscando a constante minimização de impacto e risco ambiental, com as atividades da corporação, bem com manter consonância com o Sistema de Gestão Ambiental, realizamos, dentre outros:

- 140 peixamentos em todo estado, com a soltura de 808 mil alevinos de diferentes espécies de peixes nativas das bacias dos rios Grande, Paranaíba, São Francisco e Pardo, envolvendo a participação 10.000 pessoas, entre alunos e representantes de diversos outros setores da sociedade, atendendo mais de 70 municípios.

- Com recursos provenientes da ANEEL, 5 projetos de P&D estão em andamento nas áreas de Ictiofauna, Limnologia e aspectos ambientais afetos à operação de usinas, sistemas de transposição e recursos hídricos. Foram concluídos 3 projetos de P&D, com relatórios finais entregues e acompanhados dos respectivos artigos científicos.

- Com relação aos outros programas ambientais desenvolvidos pela empresa, foram colhidos 700 Kg de sementes de um total de 120 espécies florestais nativas, que foram destinados aos Viveiros Florestais da Cemig Geração e Transmissão e ao intercâmbio com diversas instituições afins. Foram produzidas 350.000 mudas de espécies nativas distribuídas para ONG's e órgãos públicos e plantados 25 ha de matas ciliares em parceria com produtores rurais. Foram produzidas 250.000 mudas de arborização urbana, que foram distribuídas para as prefeituras.

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o pronto atendimento aos órgãos competentes pela questão ambiental. Os estudos e monitoramentos são desenvolvidos através da contratação de especialistas, que inclui empresas de consultoria, centros de pesquisa e universidades.

Em 2007, a Cemig Geração e Transmissão obteve as seguintes Licenças Ambientais:

- Licenças de Operação: Linha de Transmissão Transudeste, 345 kV;e Linha de Transmissão Transirapé, 230 kV; Linha de Transmissão Aimorés - Mascarenhas, 230 kV; Linha de Transmissão Cambuí – Paraisópolis, 138 kV; Linha de Transmissão Itajubá – Paraisópolis, 138 kV; Linha de Transmissão Coromandel – Monte Carmelo, 138 kV; Linha de Transmissão Uberaba 1 – Uberlândia 6, 138 kV; Estrada da Usina Hidrelétrica (UHE) de Irapé.

- Renovação de Licença de Operação da UHE Igarapava.

- Licenças de Operação Corretivas: PCHs Salto do Voltão e Salto do Passo Velho; Centro de Distribuição de Materiais - Quarteirão 14 e do Centro de Distribuição Avançada de Igarapé.

Além disso, a Cemig Geração e Transmissão obteve a dispensa de licenciamento de 2 linhas de transmissão e 202 Subestações.

Educação ambiental

O Programa de Educação Ambiental desenvolvido nas Estações Ambientais e Usinas recebeu este ano, 19.544 alunos de diferentes escolas da capital e interior. Durante estas visitas, são transmitidas informações sobre geração de energia e sua relação com o meio ambiente, bem como mensagens sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de conservação dos ecossistemas.

Em 2007, foi inaugurado o Centro de Educação Ambiental da Usina de Funil, uma iniciativa do consórcio hidrelétrico formado pela Cemig Geração e Transmissão e pela Companhia do Vale do Rio Doce – CVRD.

Programas para a Ictiofauna (peixes)

Em 2007, foi lançado o Programa Peixe Vivo (http://www.portalpeixevivo.com.br/) que prevê a criação e a ampliação de uma série de ações voltadas à preservação da fauna aquática nas bacias hidrográficas mineiras onde existem usinas da Cemig. Esse programa está implementando canais de comunicação que possibilitem o envolvimento da comunidade. Para isso, o programa realiza a distribuição de material informativo e a promoção de palestras, reuniões e oficinas com a participação dos diversos segmentos da sociedade.

Como parte do programa e com o objetivo de repovoar e manter a biodiversidade dos reservatórios da Cemig e dos rios de Minas Gerais, foram realizados 140 peixamentos em todo estado, com a soltura de 808 mil alevinos de diferentes espécies de peixes nativas das bacias dos rios Grande, Paranaíba, São Francisco e Pardo. Essas ações ocorreram com a participação de 10.000 pessoas, entre alunos e representantes de diversos outros setores da sociedade, em mais de 70 municípios do Estado de Minas Gerais.

Flora, Fauna e Monitoramento da Qualidade de Água

As Estações Ambientais da Empresa possuem mais de 4.000 hectares de áreas protegidas, utilizadas para a realização de estudos sobre a fauna e a flora, atividades de educação ambiental e visitas programadas. Nessas áreas foram colhidos 700 Kg de sementes de um total de 120 espécies florestais nativas, que foram destinados aos Viveiros Florestais da Cemig e ao intercâmbio com outras instituições.

Além disso, foram produzidas 350.000 mudas de espécies nativas distribuídas para ONG's e órgãos públicos e plantados 25 ha de matas ciliares em parceria com produtores rurais.

Em relação à fauna, foram produzidos na Estação Ambiental de Peti, dentro do programa Profauna, as espécies: Pato-selvagem, Ananaí, Macuco, Cutia e Azulão, que foram posteriormente soltos nas demais Reservas do Patrimônio Natural - RPPN da Cemig. Além desses animais, nas unidades de conservação e instalações da empresa, cadastradas junto ao Ibama no projeto ASAS - Áreas de Soltura de Animais Silvestres, foram recuperados, readaptados e devolvidos à natureza 261 animais, provenientes de apreensões pela Polícia Ambiental e pelo próprio Ibama.

A Companhia monitora regularmente a qualidade da água de seus principais reservatórios, através de uma rede que contempla oito bacias hidrográficas (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Itabapoana e Jequitinhonha), 34 sub-bacias diferentes perfazendo um total de 46 reservatórios e 247 estações de coleta de água.

O Programa de Educação Ambiental desenvolvido nas Estações Ambientais e Usinas recebeu este ano, 19.544 alunos de diferentes escolas da capital e interior. Durante estas visitas, são transmitidas informações sobre geração de energia e sua relação com o meio ambiente, bem como mensagens sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de conservação dos ecossistemas.

Pesquisa e Desenvolvimento – Meio ambiente

A Cemig vem desenvolvendo diversos projetos de P&D na área ambiental, gerenciados pela ANEEL, juntamente com universidades e instituições de pesquisas.

Com recursos provenientes da ANEEL, 5 projetos de P&D relativos a meio ambiente estão em andamento nas áreas de Ictiofauna, Limnologia e aspectos ambientais afetos à operação de usinas, sistemas de transposição e recursos hídricos.

A CEMIG e a Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte, renovaram o contrato do Projeto de Monitoramento do Lobo-Guará para a realização da 6ª etapa. Esse projeto desenvolve a pesquisa sobre a ecologia do Lobo-Guará (Chrysocyon brachyurus) utilizando tecnologia de telemetria via satélite (sistema GPS) na Estação Ambiental de Galheiro - CEMIG, município de Perdizes, MG.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Companhia em 2007, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Guia Exame - Você S/A 2006 – "Lista das 150 Melhores Empresas para Trabalhar"

A Cemig Geração e Transmissão, em conjunto com a CEMIG e a Cemig Distribuição S.A., foi escolhida a melhor entre as maiores empresas do País pesquisadas pelo Guia Você S/A Exame "150 Melhores Empresas para Você Trabalhar 2007". Foi a segunda vez consecutiva que a Cemig Geração e Transmissão faz parte da relação de melhores empresas para se trabalhar, o que significa o reconhecimento dado pelo público interno ao acerto das práticas de gestão de pessoas que vem implementando.

Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão, através da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte , recebeu o Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental 2007 (PMGA). Criado em novembro de 2005 e sendo pioneiro no país, o PMGA tem o objetivo de reconhecer e premiar as organizações que se destacam por praticar um modelo de gestão voltado não só para a excelência de seus produtos e resultados, mas, sobretudo, pelo desenvolvimento de ações consistentes, direcionadas para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Prêmio Mineiro de Círculos de Controle de Qualidade

A Cemig Geração e Transmissão foi a campeã da XVI Convenção Mineira de Círculos de Controle de Qualidade – CCQ e representou o Estado de Minas Gerais no XXIII Congresso Nacional de Círculos de Controle de Qualidade, realizado em Gramado – RS. O CCQ é um programa voluntário onde os integrantes das equipes são treinados nas ferramentas da Qualidade para a solução de problemas. A empresa foi representada pela Equipe Matrix com o trabalho "Óleo x Óleo" que apresentou uma solução inovadora para o problema da névoa de óleo que contamina os geradores de energia elétrica.

Há muitos anos as empresas de energia elétrica buscam junto aos fabricantes uma solução para o problema de névoa de óleo. A equipe Matrix solucionou o problema desenvolvendo um projeto criativo e de baixo custo . Com essa solução, o ganho real já contabilizado para a máquina onde a proposta foi implantada como piloto foi de R$ 736 mil em 2007. Com a implantação da solução para todas as máquinas da empresa, a projeção de ganhos é da ordem de 14 milhões de reais em cada ciclo de manutenção periódica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração e Transmissão é grata ao governador do Estado, Aécio Neves da Cunha, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Cemig Geração e Transmissão, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

1) Base de Cálculo	2007 Valor (R$ Mil)			2006 Valor (R$ Mil)		
Receita Líquida (RL)			2.866.643			2.347.814
Resultado Operacional (RO)			1.126.759			868.972
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			317.787			282.917
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R$ Mil)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (R$ Mil)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	14.903	4,69	0,52	14.533	5,14	0,62
Encargos sociais compulsórios	85.844	27,01	3,00	64.915	27,15	3,45
Previdência privada	22.462	12,65	0,78	30.321	11,92	1,62
Saúde	8.586	2,70	0,30	6.548	2,89	0,27
Segurança e medicina no trabalho	1.727	0,54	0,06	1.628	0,80	0,07
Educação	397	0,13	0,01	66	0,03	-
Cultura	1	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.337	1,05	0,12	3.811	1,81	0,16
Creches ou auxílio-creche	200	0,17	0,01	378	0,19	0,02
Participação nos lucros ou resultados	109.979	36,00	4,14	44.782	24,39	2,22
Outros	3.979	1,37	0,11	2.848	1,01	0,12
Total - Indicadores Sociais Internos	225.457	102,96	8,58	175.074	85,81	7,58
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R$ Mil)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (R$ Mil)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	353	0,05	0,01	327	0,05	0,01
Cultura	6.000	0,77	0,53	4.858	0,56	0,21
Outros Direitos/Exercício/Projeto ANEEL	13	-	-	825	0,10	0,04
Total dos Contribuições para a Sociedade	6.466	0,74	0,22	6.010	0,71	0,27
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.398.487	96,00	41,04	917.127	113,61	43,94
Total - Indicadores Sociais Externos	1.722.809	96,77	41,96	980.191	114,38	43,80
4) Indicadores Ambientais	Valor (R$ Mil)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (R$ Mil)	%Sobre RO	%Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	37.719	3,60	1,04	56.728	6,82	1,77
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	37.719	3,44	1,04	56.728	6,82	1,77
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	( ) não possui metas ( ) cumpre até 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período			2.279			2.306
Nº de admitidos durante o período			48			189
Nº de empregados(as) terceirizados(as)			992			992
Nº de estagiários(as)			29			11
Faixa etária dos Empregados						
Entre 18 e 35 anos			822			744
Entre 36 e 50 anos			1.229			1.353
Entre 51 e 65 anos			196			190
Acima de 65 anos			34			19
Nº de empregados(as) acima de 45 anos			909			742
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			342			329
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			8,47			4,39
Nº de negros(as) que trabalham na Companhia			151			71a
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)			3,84			10,87
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais			16			145
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2007			Metas 2008		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia			11,65			900
Número total de acidentes de trabalho			34			345
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	( ) direção	( ) direção e gerentes	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerentes	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerentes	( ) todos(as) empregados(as)	( ) Todos(as) e CIPA	( ) direção e gerentes	( ) todos(as) empregados(as)	( ) Todos(as) e CIPA
A previdência privada oferecida é:	( ) direção	( ) direção e gerentes	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerentes	( ) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerentes	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerentes	( ) todos(as) empregados(as)
Na admissão dos funcionários(as), os mesmos recebem apoio e se responsabilizam social e ambiental adotados pela Companhia:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não serão levados sobre	( ) serão sugeridos	( ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	( ) não se envolve	( ) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e critérios de compensações (ex):	na Companhia: ___ ind. ___	no Procon: ___ ind. ___	na Justiça: ___ ind. ___	na Companhia: ___ ind. ___	no Procon: ___ ind. ___	na Justiça: ___ ind. ___
% de reclamações e critérios solucionados:	na Companhia: ___ ind. ___ %	no Procon: ___ ind. ___ %	na Justiça: ___ ind. ___ %	na Companhia: ___ ind. ___ %	no Procon: ___ ind. ___ %	na Justiça: ___ ind. ___ %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	em 2007:	2.818.191		Em 2006:	2.447.824	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	30,31% governo 16,11% acionistas	44,40% colaboradores (as) 41,60% terceiros	9,18% retido	25,11% governo 13,57% acionistas	19,26% colaboradores (as) 37,26% terceiros	5,23% retido
7) Outras Informações						

( ) _____ Do total dos investimentos em meio ambiente, no ano de 2007, cerca de R$[ ] milhões referem-se aos programas socioambientais. Fundamentados durante a construção de novas usinas hidrelétricas e a Linhas de Transmissão.

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2005	2006	2007
Atendimento			
Número de consumidores	127	170	177
Número de empregados	2.102	2.256	2.276
Energia vendida por empregado - MWh	12.189	13.212	15.126
Mercado			
Geração própria	30.411	32.187	33.130
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R$/MWh) - Industrial	81,26	81,42	90,18
Operacionais			
Número de Usinas em Operação	45	46	46
Número de Subestações	84	86	81
Linhas de Transmissão (Km)	4.892	4.862	4.874
Capacidade Instalada (MW)	5.890	6.249	6.250
Financeiros			
Receita operacional – R$ milhões	2.493	2.913	3.373
Receita operacional líquida - R$ milhões	1.8881	2.243	2.666
Margem operacional - %	56,74	52,55	55,24
LAJIDA ou EBITDA - R$ milhões	1.249	1.387	1.696
Lucro líquido - R$ milhões	468	614	747
Lucro líquido por lote de 1000 ações	162	212	258
Patrimônio líquido - R$ milhões	2.920	2.951	2.966
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.008	1.019	1.032
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	16,17	21,03	25,32
Endividamento do patrimônio líquido - %	143,30	150,08	161,26
Liquidez Corrente	0,57	1,17	1,04
Liquidez Geral	0,29	0,35	0,39

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Marcio Araujo de Lacerda	Francisco de Assis Soares
Djalma Bastos de Morais	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Aécio Ferreira da Cunha	Eduardo Lery Vieira
Alexandre Heringer Lisboa	Franklin Moreira Gonçalves
Antônio Adriano Silva	Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Francelino Pereira dos Santos	Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Maria Estela Kubitschek Lopes	Fernando Henrique Schuffner Neto
Wilson Nélio Brumer	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Wilton de Medeiros Daher	
Carlos Augusto Leite Brandão	Eduardo Leite Hoffmann
Andréa Paula Fernandes Pansa	Maria Amália Delfim de Melo Coutrim
Evandro Veiga Negrão de Lima	Andréa Leandro Silva
José Augusto Pimentel Pessôa	Nohad Toufic Haiati
Haroldo Guimarães Brasil	Antônio Renato do Nascimento

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ronald Gastão Andrade Reis
Luiz Otávio Nunes West	Leonardo Guimarães Pinto
Celene Carvalho de Jesus	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Alomar Silva Lima

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome	Cargo
Djalma Bastos de Morais	Diretor-Presidente e, cumulativamente, Diretor Vice-Presidente
José Carlos de Mattos	Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios
José Maria de Macedo	Diretor
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores
Fernando Henrique Schüffner	Diretor de Geração e Transmissão
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Diretor de Gestão Empresarial
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Comercial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores
Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5026
Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico
Site: www.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado	Controladora	
	2007	2007	2006
			Reclassificado
CIRCULANTE			
Disponibilidades *(nota 4)*	916.288	907.116	708.903
Consumidores e Revendedores *(nota 5)*	299.796	299.796	243.315
Concessionários - Transporte de Energia	46.131	46.131	43.955
Tributos Compensáveis *(nota 7)*	240.341	240.261	95.869
Revendedores – Transações com Energia Livre *(nota 6)*	31.426	31.426	123.056
Créditos Tributários *(nota 8)*	154.595	154.595	14.679
Estoques	3.794	3.794	3.451
Outros Créditos	68.616	68.616	72.758
TOTAL DO CIRCULANTE	1.760.987	1.751.735	1.306.006
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Créditos Tributários *(nota 8)*	52.916	52.916	97.856
Revendedores – Transações com Energia Livre *(nota 6)*	13.646	13.646	34.637
Tributos Compensáveis *(nota 7)*	10.600	10.600	64.606
Depósitos Vinculados a Litígio	32.304	32.304	30.735
Créditos com Pessoas Ligadas *(nota 26)*	2.675	2.675	9.799
Outros Créditos	7.682	7.682	8.048
Total do Realizável a Longo Prazo	119.823	119.823	245.681
Permanente			
Investimentos *(nota 9)*	1.004.095	1.030.873	937.435
Imobilizado *(nota 10)*	4.909.364	4.884.473	4.874.982
Intangível *(nota 10)*	11.549	11.499	15.542
Diferido	1.326	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.046.157	6.046.668	6.073.640
ATIVO TOTAL	**7.807.144**	**7.798.403**	**7.379.646**

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado	Controladora	
	2007	2007	2006
			Reclassificado
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos *(nota 13)*	393.804	393.804	265.461
Debêntures *(nota 13)*	10.486	10.486	12.389
Fornecedores *(nota 11)*	236.313	232.767	93.191
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 12)*	211.815	211.789	98.358
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	541.518	541.518	379.054
Salários e Encargos Sociais	51.142	51.046	42.209
Encargos Regulatórios *(nota14)*	78.391	78.391	74.624
Participações nos Lucros	21.726	21.726	15.893
Dívidas com Pessoas Ligadas *(nota 26)*	2.249	2.249	8.359
Obrigações Pós-Emprego *(nota 15)*	20.065	20.065	27.290
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros *(nota 28)*	58.272	58.272	41.698
Pass. Regulatório – Revisão da Rec. de Transmissão *(nota 16)*	15.717	15.717	-
Outras Obrigações	49.001	49.001	59.449
TOTAL DO CIRCULANTE	1.690.499	1.686.831	1.117.975
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e Financiamentos *(nota 13)*	1.973.280	1.968.213	2.131.330
Debêntures *(nota 13)*	734.077	734.077	694.851
Provisões para Contingências *(nota 17)*	7.553	7.553	31
Fornecedores *(nota 11)*	25.803	25.803	44.446
Obrigações Pós-Emprego *(nota 15)*	256.105	256.105	277.394
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 12)*	52.377	52.377	106.646
Encargos Regulatórios *(nota 14)*	2.034	2.034	-
Pass. Regulatório – Revisão da Rec. de Transmissão *(nota 16)*	7.731	7.731	-
Outras Obrigações	69.422	69.416	56.061
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	3.128.382	3.123.309	3.310.759
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social *(nota 18)*	2.896.785	2.896.785	2.896.785
Reservas de Lucros *(nota 18)*	91.478	91.478	54.127
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.988.263	2.988.263	2.950.912
PASSIVO TOTAL	**7.807.144**	**7.798.403**	**7.379.646**

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado e Controladora	
	2007	2006 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica *(nota 19)*	2.782.446	2.326.748
Receita de Uso da Rede *(nota 20)*	549.764	575.667
Outras Receitas Operacionais	41.250	10.610
	3.373.479	2.913.025
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL *(nota 21)*	(707.676)	(670.092)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.665.803	2.242.933
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA (nota 22)		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(257.204)	(232.164)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(75.448)	-
	(332.652)	(232.164)
CUSTO DE OPERAÇÃO (nota 22)		
Pessoal e Administradores	(205.391)	(229.607)
Obrigações Pós-Emprego	(20.694)	(33.939)
Materiais	(17.642)	(17.555)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(58.409)	(36.812)
Serviços de Terceiros	(85.059)	(78.843)
Depreciação e Amortização	(223.168)	(207.922)
Provisões Operacionais	(7.439)	(41)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(129.828)	(123.756)
Outros custos de operação	(53.736)	(44.430)
	(801.366)	(772.905)
CUSTO TOTAL	(1.134.018)	(1.005.069)
LUCRO BRUTO	1.531.585	1.237.864
DESPESAS OPERACIONAIS (nota 22)		
(Reversão) Despesas com Vendas	1.428	(1.482)
Despesas Gerais e Administrativas	(48.149)	(46.308)
Outras Despesas Operacionais	(12.270)	(11.399)
	(58.991)	(59.189)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS)	1.472.594	1.178.675
Despesas Financeiras Líquidas *(nota 23)*	(332.801)	(319.103)
LUCRO OPERACIONAL	1.139.793	859.572
RESULTADO NÃO OPERACIONAL *(nota 24)*	(2.522)	(2.292)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	1.137.271	857.280
Imposto de Renda e Contribuição Social *(nota 8 b)*	(334.369)	(167.606)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos *(nota 8 b)*	54.098	(25.824)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado *(nota 25)*	(109.976)	(49.742)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	747.024	614.108
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R$	257,88	212,00

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	2.896.785	23.422	-	2.920.207
Lucro Líquido do Exercício	-	-	614.108	614.108
Destinação do Lucro proposta à AGO:				
Reserva Legal	-	30.705	(30.705)	-
Juros sobre Capital Próprio (R$79,36 por lote de mil ações)	-	-	(229.880)	(229.880)
Dividendos Complementares (R$122,04 por lote de mil ações)	-	-	(353.523)	(353.523)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	2.896.785	54.127	-	2.950.912
Lucro Líquido do Exercício	-	-	747.024	747.024
Destinação do Lucro proposta à AGO:				
Reserva Legal	-	37.351	(37.351)	-
Juros sobre Capital Próprio (R$64,94 por lote de mil ações)	-	-	(188.118)	(188.118)
Dividendos Complementares (R$180,05 por lote de mil ações)	-	-	(521.555)	(521.555)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	2.896.785	91.478	-	2.988.263

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

653

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais)

	Consolidado	Controladora	
ORIGENS DOS RECURSOS	2007	2007	2006
			Reclassificado
Das Operações			
Lucro Líquido do Exercício	747.024	747.024	614.108
Despesas (Receitas) que não afetam o Capital Circulante			
Depreciação e Amortização	223.486	223.486	207.924
Baixas Líquidas de Imobilizado	5.818	5.818	1.333
Obrigações Pós-Emprego	22.982	22.982	36.331
Juros e Variações Monetárias de Longo Prazo	(161.481)	(161.481)	(91.409)
Impostos Federais Diferidos	(54.098)	(54.098)	25.824
Provisões para Perdas em Transações com Energia Livre	145.953	145.953	49.178
Provisão (reversão) para Perdas Operacionais	7.522	7.522	(1.422)
Outros	9.692	9.692	(728)
Recursos originados das operações	946.898	946.898	841.139
De Terceiros e Acionistas			
Financiamentos Obtidos	35.313	30.246	908.096
Obrigações Especiais	1.953	1.953	4.243
	37.266	32.199	912.339
Outras Origens			
Transferência do Ativo Não Circulante para o Circulante			
Tributos Compensáveis	55.799	55.799	-
Créditos Fiscais	44.940	44.940	-
Revendedores - Transações com Energia Livre	29.264	29.264	82.141
Outros	22.393	19.168	28.869
	152.353	149.128	121.010
TOTAL DAS ORIGENS	1.136.517	1.128.225	1.874.488
APLICAÇÕES DOS RECURSOS			
Aumento do Realizável a Longo Prazo	1.569	1.569	30.139
Tributos Compensáveis	-	-	14.000
Em Investimentos	121.581	118.873	25.611
No Imobilizado	211.270	211.270	129.124
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	709.673	709.673	583.403
Transferência do Passivo Não Circulante para o Circulante			
Encargos Regulatórios	-	-	34.683
Fornecedores	18.643	18.643	29.500
Empréstimos e Financiamentos	146.883	146.883	-
Obrigações Pós-Emprego	44.271	44.271	50.711
Tributos e Contribuição Social	170	170	30.411
TOTAL DAS APLICAÇÕES	1.254.060	1.251.352	926.582
(REDUÇAO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**(117.543)**	**(123.127)**	**947.906**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO			
No fim do exercício			
Ativo Circulante	1.780.987	1.751.735	1.306.006
Passivo Circulante	(1.690.499)	(1.686.831)	(1.117.975)
	70.488	64.904	188.031
No início do exercício	188.031	188.031	(759.875)
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**(117.543)**	**(123.127)**	**947.906**

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia" ou "Cemig Geração e Transmissão") é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("CEMIG"), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG.

A Cemig Geração e Transmissão tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

Os contratos de concessão para distribuição de energia elétrica da CEMIG, assinados em 1997, determinavam a reestruturação das operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais ("desverticalização").

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro, determinou a separação em empresas distintas das atividades de geração e transmissão da atividade de distribuição de energia elétrica.

Desta forma, as usinas, linhas de transmissão e outros ativos e passivos relacionados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica da CEMIG, incluindo os consórcios para produção de energia elétrica, foram transferidos, a partir de 1º de janeiro de 2005, para a Cemig Geração e Transmissão.

A transferência das concessões de geração da CEMIG para a Cemig Geração e Transmissão está em processo de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - "ANEEL".

A Cemig Geração e Transmissão possui 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão.

A Companhia teve a sua abertura de capital autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários "CVM" em 10 de outubro de 2006, devendo ser ressaltado que as suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia, a partir de janeiro de 2007, possui participação societária nas seguintes controladas em desenvolvimento:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. Vide maiores informações Nota Explicativa 9.

- Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, no Estado de Minas Gerais e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, no Estado de Minas Gerais. Vide maiores informações Nota Explicativa 9.

- Cemig Baguari Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente. A Cemig Geração e Transmissão tem a expectativa de transferência dos ativos do Consórcio Baguari para essa controlada e previsão de início de operação em 2009.

- Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW (informação não auditada) e previsão de início de operação comercial em 2012. Vide maiores informações na Nota Explicativa 9.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, normas da Comissão de Valores Imobiliários - CVM e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando, como informação complementar, nos Anexos I, II e III, as demonstrações de fluxo de caixa e do valor adicionado e a demonstração do resultado segregado por atividade, respectivamente. Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da Companhia e suas controladas. Foram efetuadas reclassificações de determinadas informações contidas na demonstração do resultado tradicional, tendo em vista serem consideradas na demonstração do valor adicionado como distribuição do valor adicionado gerado.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pelo *FAS 95 – Statement of Cash Flows*, no que se refere ao formato de apresentação, em conexão ao da empresa *holding* do Grupo, Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("CEMIG") no contexto do registro das suas demonstrações financeiras na *Securities and Exchange Commission ("SEC")*.

A ANEEL publicou o Despacho nº 3.073 de 28 de dezembro de 2006, que alterou o manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, com entrada em vigor em 1º de Janeiro de 2007 estabelecendo a transferência dos encargos do consumidor: Programa de Eficiência Energética - PEE, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Conta de Consumo de Combustível - CCC, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, Expansão do Sistema Energético – EPE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, de Despesas Operacionais para Deduções da Receita Operacional, efetuando-se as correspondentes reclassificações para os valores apresentados no exercício de 2006.

Adicionalmente, em função da inclusão no Estatuto Social da Companhia em 2007 da previsão de pagamento de participação nos resultados aos empregados e administradores da Companhia, essa participação passou a ser registrada como redutora do Lucro Líquido antes dos impostos e participações estatutárias, sendo que até 2006 era registrada na rubrica de Despesa com Pessoal.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de demonstrações financeiras, que vem a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Estas mudanças de práticas contábeis entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008.

Essas alterações tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Financeiras das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações aos princípios internacionais de contabilidade – IFRS.

As principais alterações constantes da Lei, com vigência a partir de 2008, com possibilidade de impactar as Demonstrações Financeiras da Companhia estão descritas abaixo:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;

- Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado – DVA no conjunto das demonstrações financeiras elaboradas, divulgadas e que devem ser aprovadas pela assembléia geral ordinária – AGO.

- Criada uma nova possibilidade, além da originalmente prevista na lei societária, de segregação entre a escrituração mercantil e a escrituração tributária, ao estabelecer a alternativa para a companhia adotar na sua escrituração mercantil, e não apenas em livros auxiliares, as disposições da lei tributária, desde que, em seguida, depois de apurado o lucro base para tributação, sejam efetuados os ajustes necessários para que as demonstrações financeiras estejam em consonância com a Lei das S.A e os princípios fundamentais de contabilidade;

- Criação de dois novos subgrupos de contas: o Intangível, no ativo permanente e os Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido; O subgrupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial" servirá essencialmente para abrigar a contrapartida de determinadas avaliações de ativos a preço de mercado, a avaliação de determinados instrumentos financeiros e, ainda, os ajustes de conversão em função da variação cambial de investimentos societários no exterior, ainda pendente de regulamentação específica pela CVM;

- Novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos. Esses instrumentos financeiros serão classificados em três categorias (destinadas à negociação, mantidas até o vencimento e disponíveis para venda) e a sua avaliação pelo custo mais rendimentos ou pelo valor de mercado será feita em função da sua classificação em uma dessas categorias;

- Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo, ainda pendente de regulamentação específica pela CVM;

- Nas operações de incorporação, fusão ou cisão (combinação de empresas), quando forem realizadas entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de

controle, todos os ativos e passivos da incorporada, cindida ou fusionada deverão ser identificados, avaliados e contabilizados a valor de mercado.

- Eliminação da possibilidade de serem efetuadas reavaliações espontâneas do ativo imobilizado.

Conforme comunicado ao mercado, a CVM pretende concluir, ainda em 2008, o seu processo normativo para os dispositivos da lei societária que foram alterados e que necessitem de regulação, e reverá todos os seus atos normativos que tratam de matéria contábil, a fim de verificar e eliminar possíveis divergências em relação às alterações específicas produzidas pela nova lei.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores. Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos destas alterações no resultado e no patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Reclassificação de Saldos Contábeis

Os efeitos decorrentes das alterações nas classificações contábeis de determinadas transações, conforme mencionado anteriormente, são como segue:

Conta Original		Conta de Reclassificação	
Custos Operacionais – Custo de operação		**Deduções da Receita Operacional**	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	39.813	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(39.813)
Quota para conta de consumo de combustível - CCC	83.421	Quota para conta de consumo de combustível - CCC	(83.421)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	13.623	Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(13.623)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	9.357	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(9.357)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	4.678	Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	(4.678)
	131.092		(131.092)
Custos Operacionais – Custo de operação		**Resultado**	
Pessoal e Administradores	49.742	Participação dos Empregados no Resultado	(49.742)
Ativo Circulante		**Ativo Circulante**	
Outros	21.089	Disponibilidades	21.089

2.2) Autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras

Em 21 de fevereiro de 2008 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e o conseqüente envio ao Conselho de Administração para aprovação.

2.3) Principais Práticas Contábeis

(a) Prática Contábil Específica do Setor Elétrico

Despesas de Administração - São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros na proporção dos investimentos realizados.

Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica - Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da Cemig Geração e Transmissão no Grupo de Investimentos, conforme Nota Explicativa nº 9. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e demonstrações financeiras específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Disponibilidades – Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, e aplicações financeiras com disponibilidade imediata, avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Consumidores e Revendedores - O fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado na data do balanço é contabilizado pelo regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na Nota Explicativa nº 5.

Estoques - São avaliados ao custo médio de aquisição, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado, não sendo depreciados.

Investimentos – Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os Investimentos em consórcios são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, deduzidos das respectivas depreciações, as quais são calculadas pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Imobilizado - Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação.

Depreciação e Amortização - São calculadas sobre o saldo das Imobilizações em Serviço e Investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, conforme mencionadas na Nota Explicativa 10, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão - São registradas pelo valor recebido de clientes, demonstradas como retificadoras do Imobilizado. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e, de acordo com a Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 e o Ofício circular SFF/ANEEL nº 1.314/2007, de 27 de junho de 2007, passarão a ser amortizadas a partir de abril de 2008 por taxa definida pela ANEEL correspondente à taxa média de depreciação dos ativos em serviço.

Demais Ativos e Passivos - circulantes e não circulantes - Os sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, e aqueles denominados em moeda estrangeira, são corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos e variação cambial, respectivamente, de forma a refletir os valores atualizados na data dos balanços. Os demais são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

Capitalização de Encargos de Empréstimos e Financiamentos - Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às Imobilizações em Curso e consórcios durante o período de construção.

Obrigações Pós-Emprego - Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são determinados anualmente e reconhecidos como obrigações e registrados com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data base 31 de dezembro de 2007., utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações, em conformidade com a Deliberação CVM no. 371/00.

Juros sobre o Capital Próprio - Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados contabilmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Financeiras como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - São provisionados ou constituídos créditos sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

Participações dos empregados – São provisionadas em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registradas como redutoras do Lucro antes dos Impostos e Participações Estatutárias, em função da inclusão no Estatuto Social da Companhia em 2007.

Resultado – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de exercício.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - É calculado com base no número de ações na data dos balanços.

Uso de estimativas - A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração se utilize de estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto às Obrigações Pós-Emprego, como divulgado na nota acima.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Créditos Tributários, Depreciação do Ativo Imobilizado e investimentos em Consórcios, Obrigações Pós-Emprego, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.4) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2007 incluem as demonstrações da Companhia e das controladas Hidrelétrica Cachoeirão S.A. e Guanhães Energia S.A.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

No processo de consolidação foram eliminados: (i) as participações no patrimônio líquido das controladas; (ii) o resultado da equivalência patrimonial; (iii) os saldos de ativos e passivos entre as empresas consolidadas e, (iv) os saldos de receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas.

As empresas com controle compartilhado foram consolidadas proporcionalmente em função do percentual de participação. Cada rubrica das demonstrações financeiras foi, portanto, consolidada após a aplicação do percentual de participação. Consequentemente, não há destaque para participações de minoritários.

3) – DAS CONCESSÕES

A transferência das concessões de geração da CEMIG para a Cemig Geração e Transmissão está em processo de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - "ANEEL" e refere-se as concessões abaixo:

		Informações não auditadas		
	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2025
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	01/1999	02/2035
Aimorés (1)	Rio Doce	161,700	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil (1)	Rio Grande	88,200	10/1964	12/2035
Queimado (1)	Rio Preto	86,625	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	37,333	05/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	30,450	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
Outras	Diversas	101,124	Diversas	Diversas
		6.117,444		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1,000	03/2000	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131,000	01/2005	06/2024
Formoso	Formoso - MG	0,440	04/1999	-
		132,440		
TOTAL GERAÇÃO EM OPERAÇÃO		**6.249,884**		

		Informações não auditadas		
	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas (1)				
UHE Baguari	Rio Doce	47,600	08/2006	08/2041
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	13,230	07/2000	07/2030
PCH Dores dos Guanhães	Rio Guanhães	6,860	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhães	4,410	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhães	5,880	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhães	4,410	10/2002	10/2032
		82,390		
TRANSMISSÃO				
Rede Básica	Minas Gerais		07/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais		10/2002	10/2030

(1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da CEMIG nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na nota explicativa nº 9.

Renovação de concessões de usinas de geração de energia elétrica

Em 14 de junho de 2007, através da Portaria MME 124/2007, o Ministério das Minas e Energia (MME) renovou o prazo de concessão, por um período de 20 anos a contar da data de vencimento, para as usinas de Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias, Emborcação, Nova Ponte e Santa Luzia, com capacidade instalada total de 1.735 MW. A prorrogação das concessões terá eficácia com a assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 007/97 - que observará as normas e condições estabelecidas pela legislação pertinente, bem como aquelas previstas na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e seus respectivos regulamentos. O processo se encontra sob análise e instrução na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a assinatura do Termo Aditivo se dará provavelmente no primeiro semestre de 2008.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 31/12/07	Valor Presente em 31/12/07	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	292.393	75.387	08/2001 a 07/2032	IGP-M
Irapé	29.356	10.471	03/2006 a 02/2034	IGP-M
Queimado (Consórcio)	7.753	2.943	01/2004 a 12/2032	IGP-M

O valor presente das concessões de Porto Estrela, Irapé e Queimado foi calculado a uma taxa de 10,00% ao ano e o valor presente das parcelas mensais a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R$1.019, R$294 e R$97, (valor nominal de R$1.070, R$308 e R$102), respectivamente.

As parcelas mensais pagas ao poder concedente referente às usinas de Porto Estrela, Irapé e Queimado em 2007 corresponderam a R$1.000, R$284 e R$97, respectivamente.

As concessões a serem pagas à ANEEL prevêem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis, de reconhecimento de custos, entretanto, a Companhia reconhece as despesas incorridas em contrapartida ao Exigível a Longo Prazo – Outros, de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido, conforme indicado acima, em atendimento ao princípio da competência de exercícios.

No término da concessão, o valor residual dos Empreendimentos deverá ser ressarcido pelo Poder Concedente a Companhia.

4) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2007	31/12/2007	31/12/2006
Contas Bancárias	111.017	105.013	25.424
Aplicações Financeiras - Certificado de Depósito Bancário	805.271	802.103	683.479
	916.288	**907.116**	**708.903**

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições financeiras nacionais, remuneradas substancialmente, pela variação do CDI – "Certificado de Depósito Interfinanceiro", com prazo de resgate inferior a 90 dias, e contratadas em condições e taxas normais de mercado, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia.

5) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Consolidado e Controladora				
				Total	
Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2007	31/12/2006
Industrial	128.618	1.686	45.367	175.671	122.896
Suprimento a Outras Concessionárias	123.172	135	902	124.209	121.931
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(84)	(84)	(1.512)
	251.790	**1.821**	**46.185**	**299.796**	**243.315**

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Encontra-se registrado o valor de R$45.056 referente a créditos de consumidor industrial que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de conclusão dessa ação judicial ainda no exercício de 2008 e que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

6) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

As obrigações e direitos da Companhia referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2007	31/12/2006
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	436.084	402.752
Provisão para perdas na realização	(391.012)	(245.059)
	45.072	**157.693**
Circulante	31.426	123.056
Não Circulante	13.646	34.637

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Companhia nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Companhia, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig Geração e Transmissão são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas na realização

A Cemig Geração e Transmissão recebe os valores da RTE da Cemig Distribuição e de outras distribuidoras, que tem um prazo limite, estipulado pela ANEEL, para repassar os valores a Companhia.

A Companhia elaborou estudo, considerando os montantes de repasses médios recebidos das distribuidoras, para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Com base no estudo, foi estimada em R$391.012 a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre em 31 de dezembro de 2007 (R$245.059 em 31 de dezembro de 2006).

No segundo trimestre de 2007, a Companhia revisou os cálculos da atualização financeira dos valores a receber dos distribuidores com base nos critérios informados pela ANEEL, implicando em um aumento no valor do ativo. Em conseqüência, ocorreu também um aumento equivalente no valor da provisão para perdas. Esses ajustes não geraram efeito líquido no resultado do exercício.

7) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2007	31/12/2007	31/12/2006
Circulante			
Imposto de Renda	84.069	84.022	44.097
Contribuição Social	27.000	27.000	10.843
ICMS a Recuperar	44.065	44.032	-
PASEP	11.939	11.939	4.822
COFINS	54.866	54.866	26.203
Outros	18.402	18.402	9.924
	240.341	240.261	95.889
Não Circulante			
ICMS a Recuperar	10.600	10.600	64.606
	250.941	**250.861**	**160.495**

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2007 que serão compensados com Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar apurados para o ano de 2008.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A Companhia está em processo de adequação aos novos requerimentos de informações eletrônicas exigidas pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o que permitirá a compensação dos créditos a partir do 1º trimestre de 2008.

8) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2007	31/12/2006
Créditos Tributários sobre diferenças temporárias:		
Provisão para Perdas na Realização dos Valores a Receber de Energia Livre	132.944	83.320
Obrigações Pós-Emprego	12.236	11.152
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	1.187	12.144
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	504	514
Instrumentos Financeiros	33.096	-
Variação Cambial	17.468	-
Contingências	2.568	-
Outros	7.506	5.405
	207.511	**112.535**
Ativo Circulante	154.596	14.679
Ativo Não Circulante	52.916	97.856

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 06 de março de 2008, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 06 de março de 2008.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2007, conforme abaixo:

	Consolidado e Controladora
	31/12/2007
2008	154.596
2009	30.296
2010	12.827
2011	1.836
2012	1.839
2013 a 2015	3.672
2016 a 2017	2.445
	207.511

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2007	31/12/2006
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.137.271	657.280
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(386.672)	(291.475)
Efeitos Fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre Capital Próprio	63.960	78.159
Participação dos Empregados no Resultado	37.392	16.912
Incentivos Fiscais	7.356	5.107
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.210)	(1.581)
Outros	(97)	(552)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(280.271)**	**(193.430)**

9) – INVESTIMENTOS

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2007	31/12/2007	31/12/2006
Em Sociedade Controlada em Conjunto			
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	-	17.150	-
Guanhães Energia S.A.	-	9.608	-
Cemig Baguari Energia S.A.	-	10	-
Madeira Energia S.A.	-	10	-
Em Consórcios	1.002.340	1.002.340	936.172
Outros	1.755	1.755	1.263
	1.004.095	**1.030.873**	**937.435**

Sociedades controladas em conjunto (Informações sobre potência – MWh e previsão de investimentos – não auditadas pelos auditores independentes):

Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

A Cemig Geração e Transmissão (participação de 49,00%) em parceria com Santa Maria Energética S.A. (participação de 51,00%) constituíram a Hidrelétrica Cachoeirão S.A., um investimento previsto de R$100 milhões, cujo objeto social é construir, operar e explorar a PCH Cachoeirão, realizando a comercialização de energia elétrica.

A usina se encontra em fase de construção tendo data prevista para início de suas atividades em setembro de 2008 e com capacidade instalada de 27 MW.

Guanhães Energia S.A.

A Cemig Geração e Transmissão (participação de 49,00%) em parceria com Investminas Participações S.A. (participação de 51,00%) constituíram a Guanhães Energia S.A., cujo objeto social é a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas no rio Guanhães e Município de Dores de Guanhães, Minas Gerais, com potência instalada de 14 MW, 12 MW e 9 MW respectivamente; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, Minas Gerais, com potência instalada de 9 MW.

As usinas encontram-se em fase de construção tendo data prevista para início de suas atividades em 2009 e com capacidade total instalada de 44 MW.

Cemig Baguari Energia S.A.

A Cemig Baguari Energia S.A. é uma subsidiária integral da Cemig e tem como objetivo a produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente através das operações da usina de Baguari, com início de operações a partir de 2009. A Companhia tem a expectativa de transferência dos ativos do Consórcio Baguari para essa controlada no exercício de 2008.

Madeira Energia S.A.

A Cemig Geração e Transmissão (participação de 10,00%) em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A. (participação de 39,00%), Construtora Norberto Odebrecht S.A. (participação de 1,00%), Odebrecht Investimento em Infra-estrutura Ltda (participação de 17,60%), Andrade Gutierrez Participações S.A. (participação de 12,40%) e Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia (participação de 20,00%), constituíram a Madeira Energia S.A., cujo objeto social é a construção, operação e exploração da usina de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW e previsão de início de operação comercial em 2012.

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da Cemig Geração e Transmissão da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	31/12/2007	31/12/2006
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,48	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,77	171.855	171.855
Usina de Queimado	82,50%	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00%	2,50	512.946	512.946
Depreciação acumulada			(83.681)	(57.646)
Total em operação			**888.898**	**914.934**
Em curso				
Usina de Queimado	82,50%		13.125	297
Usina de Funil	49,00%		9.531	9.041
Usina de Aimorés	49,00%		23.369	7.073
Usina de Baguari	34,00%		67.417	4.827
Total em construção			**113.442**	**21.238**
Total de Consórcios			**1.002.340**	**936.172**

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Norte de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	33,33
Usina Igarapava	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMM	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedade Controlada em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2007 Participação (%)	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	35.000.000	49,00	35.000	35.000
Guanhães Energia S. A.	52.000.000	49,00	19.608	19.608
Madeira Energia S.A.	100.000	10,00	100	100
Cemig Baguari Energia S.A.	1.000	100,00	10	10

10) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	31/12/2007			31/12/2006
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	**8.039.599**	**(3.435.562)**	**4.604.037**	**4.886.641**
- Geração	6.680.302	(2.761.986)	3.918.316	4.038.535
Intangíveis	770	(338)	432	534
Terrenos	195.754	-	195.754	195.887
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.640.792	(1.292.430)	2.348.362	2.424.493
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	856.470	(333.672)	522.798	544.983
Máquinas e Equipamentos	1.981.930	(1.131.376)	850.554	872.144
Veículos	2.034	(1.739)	295	373
Móveis e Utensílios	2.552	(2.431)	121	121
- Transmissão	1.275.687	(618.476)	657.211	828.157
Intangíveis	9.474	(1.922)	7.552	5.673
Terrenos	2.138	-	2.138	2.920
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	101.144	(53.466)	47.678	47.643
Máquinas e Equipamentos	1.162.135	(562.485)	599.650	563.616
Veículos	175	(101)	74	1
Móveis e Utensílios	621	(502)	119	102
- Administração	83.610	(55.100)	28.510	27.949
Intangíveis	17.372	(15.756)	1.616	4.672
Terrenos	621	-	621	621
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	13.352	(6.865)	6.487	7.026
Máquinas e Equipamentos	38.353	(25.363)	12.990	11.300
Veículos	10.668	(3.967)	6.701	4.023
Móveis e Utensílios	3.244	(3.149)	95	108
Em Curso	**299.811**	**-**	**299.811**	**209.806**
- Geração	222.226	-	222.226	96.124
Intangível	1.374	-	1.374	1.424
Imobilizado	220.852	-	220.852	94.700
- Transmissão	59.242	-	59.242	104.221
Intangível	213	-	213	2.756
Imobilizado	59.029	-	59.029	101.465
- Administração	18.343	-	18.343	9.461
Intangível	312	-	312	283
Imobilizado	18.031	-	18.031	9.178
Total do Imobilizado e Intangível	**8.339.410**	**(3.435.562)**	**4.903.848**	**4.896.447**
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(7.676)	-	(7.676)	(5.923)
Imobilizado e Intangível Líquido - Controladora	**8.331.534**	**(3.435.562)**	**4.895.972**	**4.890.524**

	31/12/2007			31/12/2006
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Curso - Cachoeirão	**20.559**	-	**20.559**	-
- Geração	20.549		20.549	-
Imobilizado	20.499	-	20.499	-
Intangível	50	-	50	-
- Administração	10	-	10	-
Imobilizado	10	-	10	-
Em Curso - Guanhães	**4.382**	-	**4.382**	-
- Geração				
Imobilizado	4.382	-	4.382	-
Imobilizado e Intangível Líquido - Consolidado	**8.356.475**	**(3.435.562)**	**4.920.913**	**4.890.524**

A Companhia utiliza em suas operações bens da União que não estão registrados nas Demonstrações Financeiras, cujo valor em 31 de dezembro de 2007, líquido de depreciação, é de R$43.

Alguns terrenos e edificações da Companhia, registrados como Ativo Imobilizado - Administração, foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R$1.030 em 31 de dezembro de 2007 (R$ 1.049 em 31 de dezembro de 2006).

A taxa de depreciação média anual é de 2,65%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006, são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Administração	(%)
Edificações	4,00	Chave Seletora	3,30	Software	20,00
Gerador	3,30	Disjuntor	3,00	Veículos	20,00
Turbina Hidráulica	2,50	Torre Metálica	2,50	Equipamento Geral	10,00
Casa de Força	2,00	Transformador de Força	2,50	Edificação	4,00
Barragem	2,00	Condutor nu de alumínio	2,50		
Equipamento Geral	10,00	Equipamento Geral	10,00		
Equipamentos de Tomada d'água	3,70	Estrutura do Sistema	2,50		
Estrutura de Tomada d'água	4,00	Religadores	4,30		
Vertedouro	2,00				
Conduto Forçado	3,10				

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

A composição das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica é como segue:

	31/12/2007	31/12/2006
Participação da União	4.254	4.252
Participação dos Municípios	168	105
Participação do Consumidor	3.257	1.449
Outros	197	117
	7.876	5.923

11) – FORNECEDORES

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2007	31/12/2007	31/12/2006
Circulante			
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -			
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	25.797	25.797	27.009
Mercado Atacadista - CCEE	51.009	51.009	-
Outros Geradores e Distribuidores	29.982	29.982	46.860
	106.788	106.788	73.869
Materiais e Serviços	129.525	125.979	19.322
	236.313	232.767	93.191
Não Circulante			
Suprimento de Energia Elétrica			
Compra de Energia Livre durante o racionamento	25.803	25.803	44.446
Total de Fornecedores	**262.116**	**258.570**	**137.637**

Parte substancial dos valores devidos à Compra de Energia Livre durante o Racionamento serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

12) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2007	31/12/2007	31/12/2006
Circulante			
ICMS	28.016	28.016	23.812
COFINS	10.255	10.255	16.669
PASEP	7.009	7.009	3.640
INSS	5.905	5.905	3.577
Outros	11.363	11.337	5.472
	62.548	**62.522**	**53.170**
Obrigações diferidas			
Imposto de Renda	107.188	107.188	26.110
Contribuição Social	38.588	38.588	9.400
COFINS	2.868	2.868	7.952
PASEP	623	623	1.726
	149.267	**149.267**	**45.188**
	211.815	**211.789**	**98.358**
Não Circulante			
Obrigações diferidas			
Imposto de Renda	38.512	38.512	59.269
Contribuição Social	13.865	13.865	21.337
COFINS	-	-	21.395
PASEP	-	-	4.645
	52.377	**52.377**	**106.646**

As obrigações diferidas referem-se basicamente aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

13) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Consolidado						
	31/12/2007						31/12/2006
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. (1)	2009	3,90	JPY	47	61.436	61.483	69.678
B.N.P. Paribas	2010	Libor + 1,875	US$	12.358	17.835	30.193	36.471
BNP Paribas	2013	5,89	EURO	3.220	10.169	13.389	17.892
UNIBANCO S.A. (2)	2009	6,50	US$	116	8.256	8.371	10.101
UNIBANCO S.A. (3)	2007	6,50	US$	-	-	-	46.604
UNIBANCO S.A. (4)	2009	5,00	US$	27	6.200	6.227	7.516
Dívida referente a Moeda Estrangeira				**15.767**	**103.896**	**119.663**	**188.062**
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R$	133	75.000	75.133	75.156
Banco do Brasil S.A.	2009	111,00 do CDI	R$	881	62.644	63.525	63.685
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	3.010	89.276	92.286	92.855
Banco do Brasil S.A.	2013	107,50 do CDI	R$	2.419	30.000	32.419	33.023
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R$	17.799	800.000	817.799	821.293
HSBC Bank Brasil S.A.	2008	CDI + 2,00	R$	50.613	-	50.613	50.751
Banco Itaú – BBA S.A.	2008	CDI + 2,00	R$	40.850	-	40.850	40.961
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	5.470	168.431	173.901	174.882
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R$	1.098	25.124	26.222	26.488
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R$	25.820	-	25.820	169.827
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	3.325	136.384	139.709	140.293
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R$	248	1.820	2.068	2.127
Debêntures (5)	2009	CDI + 1,20	R$	6.402	349.556	355.958	357.071
Debêntures (5)	2011	104,00 do CDI	R$	4.084	238.816	242.900	243.690
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (5)	2031	IGP-M	R$	-	145.705	145.705	106.479
ELETROBRAS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R$	13.634	59.665	73.299	84.242
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	679	29.715	30.394	31.074
UNIBANCO S.A.	2009	CDI + 2,98	R$	2.514	104.095	106.609	106.972
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	5.349	179.061	184.410	184.964
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	104	3.102	3.206	3.225
Caixa Econômica Federal	2008	101,5 do CDI	R$	200.425	-	200.425	-
Itaú Finanbra	2008	URTJ + 8,50	R$	3.466	-	3.466	8.811
Banco do Brasil S.A.	2020	TJLP + 2,55	R$	-	5.007	5.007	-
Dívida referente a Moeda Nacional				**388.623**	**2.603.46 1**	**2.991.38 4**	**2.915.96 9**
Total Geral				**404.390**	**2.707.35 7**	**3.111.04 7**	**3.104.03 1**

(1) e (4) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 2,85% a.a.; (4) CDI + 3,01% a.a.
(5) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

A CEMIG Geração e Transmissão realizou, em 21 de dezembro de 2007, sua 2ª Emissão de Notas Promissórias (*Commercial Papers*) no valor total de R$200 milhões, com vencimento em 180 dias. Sobre o principal dessas notas promissórias incidirão juros correspondentes à 101,5% da variação do CDI. Essas Notas Promissórias não contaram com qualquer garantia da CEMIG.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	12.500	26.346	5.945	-	-	-	-	-	44.791
Euro	3.220	2.905	2.905	2.905	1.454	-	-	-	13.389
Yen	47	61.436	-	-	-	-	-	-	61.483
	15.767	90.687	8.850	2.905	1.454	-	-	-	119.663
Indexadores									
Índice Geral de Preços -Mercado-IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	145.706	145.706
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	13.634	12.135	12.135	12.135	12.135	11.125	-	-	73.299
SELIC	25.820	-	-	-	-	-	-	-	25.820
Certificado Depósito Interbancário – CDI	345.603	516.294	252.071	390.308	451.947	481.947	300.456	-	2.738.626
Outros	3.466	307	461	461	461	461	461	2.455	8.533
	388.523	528.736	264.667	402.904	464.543	493.533	300.917	148.161	2.991.984
	404.290	619.423	273.517	405.809	465.997	493.533	300.917	148.161	3.111.647

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2007 %	Variação Acumulada em 2006 %	Indexadores	Variação Acumulada em 2007 %	Variação Acumulada em 2006 %
Dólar Norte-Americano	(17,15)	(8,66)	IGP-M	7,75	3,83
Euro	(7,50)	1,85	FINEL	1,51	0,76
Yen	(11,76)	(9,47)	SELIC	11,88	15,07
			CDI	11,82	15,03

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2006	**3.104.031**
Financiamentos Obtidos	36.313
Empréstimo de Curto Prazo	200.000
Variação Monetária e Cambial	(15.910)
Encargos Financeiros Provisionados	349.519
Encargos Financeiros Pagos	(360.717)
Amortização de Financiamentos	(200.589)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	**3.111.647**

As captações de recursos durante o exercício de 2007 estão demonstradas abaixo:

Empréstimos/Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Caixa Econômica Federal	2008	101,5% do CDI	200.000
Debêntures do Estado	2031	IGP-M	30.246
Banco do Brasil S.A.	2020	TJLP + 2,55%	5.067
			235.313

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Cemig Geração e Transmissão possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") que foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2007, e durante todo o exercício de 2007.

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,5
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis
EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

14) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2007	31/12/2006
Reserva Global de Reversão - RGR	7.521	5.948
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	7.962	13.138
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	8.328	7.970
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.022	950
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.851	1.351
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	12.443	11.649
Pesquisa e Desenvolvimento	35.077	23.991
Pesquisa Expansão Sistema Energético	6.221	9.629
	80.425	**74.624**
Passivo Circulante	78.391	74.624
Passivo Não Circulante	2.034	-

15) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Desde 1º. de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, a Companhia passou a ser uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da Cemig Geração e Transmissão para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no valor de R$485.256, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC, no qual mais de 80,00% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD. Destes, 7 são ativos e 44 aposentados/pensionistas. Em 31 de dezembro de 2008, estavam inscritos neste plano 23 ativos e 255 aposentados/pensionistas.

A Cemig Geração e Transmissão mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R$240.556 em 31 de dezembro de 2007 (R$298.133 em 31 de dezembro de 2006) foi reconhecida como obrigação a pagar pela Companhia e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da Cemig Geração e Transmissão, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais - IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que ocorram pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas pela Companhia, conforme previsto contratualmente.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Companhia em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM nº 371 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira e utilização de superávit para amortização da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionados nos parágrafos anteriores, não produziram efeitos contábeis no resultado da Cemig Geração e Transmissão.

Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2007 estão apresentados a seguir.

	Consolidado e Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	1.125.352	81.985	4.421	40.519
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	194.617	30.017	1.509	44.713
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	1.319.969	112.002	5.930	85.232
Valor Justo dos Ativos do Plano	(998.475)	(7.036)	(308)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	321.494	104.966	5.622	85.232
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidos	(193.500)	(33.150)	3.457	7.994
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	(16.948)	(1.509)	(5.980)	(1.508)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	**111.046**	**70.307**	**3.099**	**91.718**

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10,00% do total das obrigações com benefícios pós-emprego serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), a partir de 2007. Nesta condição, serão reconhecidas perdas atuariais dos Planos de Pensão e de Saúde nos valores de R$61.503, R$21.950, respectivamente e ganhos atuariais do Plano Odontológico no valor de R$2.664 conforme CVM 371.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado e Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2006	**155.073**	**62.978**	**2.104**	**84.529**
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	(286)	13.027	1.473	8.768
Contribuições Pagas	(43.741)	(5.698)	(478)	(1.579)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2007	**111.046**	**70.307**	**3.099**	**91.718**
Passivo Circulante	20.065	-	-	-
Passivo Não Circulante	90.981	70.307	3.099	91.718

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2007 são como segue:

	Consolidado e Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	1.269	6.752	120	1.177
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	123.499	10.678	660	7.950
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(126.159)	(746)	(28)	-
Perdas (Ganhos) Atuariais não Reconhecidos	-	1.762	205	(701)
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	3.139	343	578	342
Contribuição dos Empregados	(24)	(5.762)	(62)	-
Despesa (Receita) em 2007	**(286)**	**13.027**	**1.473**	**8.768**

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2008 é como segue:

	Consolidado e Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	1.521	8.619	51	1.471
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	123.885	10.249	576	9.183
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(109.581)	(813)	(77)	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidos	5.531	1.974	(258)	-
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	3.139	343	578	343
Contribuição dos Empregados	(8)	(7.430)	(278)	-
Despesa em 2008	**24.487**	**12.942**	**592**	**9.997**

As principais premissas atuariais na data do balanço são conforme segue:

	31/12/2007		31/12/2006	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	5,50%	9,72%	6,00%	11,30%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	7,00%	11,28%	9,00%	14,45%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	4,00%	-	5,00%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	2,00%	6,06%	2,00%	7,10%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	4,00%	-	5,00%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT - 83		AT - 83	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Medium		Light Medium	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57		IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00%		2,00%	

16) – PASSIVO REGULATÓRIO – REVISÃO DA RECEITA DE TRANSMISSÃO

Em função da publicação da Resolução Homologatória n°496 de 26 de junho de 2007 e da Nota Técnica n°046/2007 de 05 de junho de 2007 pela ANEEL, houve uma revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo os efeitos retroativos a 1° de julho de 2005. Desta forma, foi apurada uma receita a maior em relação a períodos anteriores, originando um passivo, no montante de R$30.919, que será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira no ciclo 2007/2008 e a segunda no ciclo 2008/2009. O saldo não amortizado em 31 de dezembro de 2007 é de R$23.448, sendo classificado R$ 15.717 no circulante e R$ 7.731 no não circulante.

17) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia constitui provisão para contingências para as ações cuja expectativa de perda seja considerada provável. Desta forma, encontra-se provisionado em 31 de dezembro de 2007, o valor de R$2.099 (R$31 em 31 de dezembro de 2006) referente a contingências trabalhistas e o valor de R$5.454 referente a contingências de natureza ambiental.

Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável, no valor de R$5.454, que está devidamente provisionado.

Causas com risco de perda possível;

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

A Cemig Geração e Transmissão pagou uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R$41.660, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandado de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas com este assunto. A Companhia considera o risco de perda nesta ação como possível.

18) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o Capital Social da Cemig Geração e Transmissão é de R$2.896.785, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

(a) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% são utilizados para distribuição como dividendo obrigatório à Controladora.

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia poderá fazer a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração, devendo as diretrizes do Plano Diretor da Companhia serem observadas.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subseqüente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado do exercício de 2007 está demonstrado abaixo:

	31/12/2007	31/12/2006
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	747.024	614.108
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	373.512	307.054
Dividendos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio	188.118	229.860
Dividendos Complementares	521.555	353.523
Total	709.673	583.403
Dividendos por lote de mil ações - R$		
Dividendos Estatutários	128,94	106,00
Dividendos Propostos	244,99	201,40

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Cemig Geração e Transmissão foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R$188.118 foram de R$63.960, reconhecidos no resultado do exercício.

(b) Reserva Legal

A Cemig Geração e Transmissão utilizou 5,00% do lucro líquido apurado no exercício de 2007 para constituição de Reserva Legal, no valor de R$37.351. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2007 corresponde a R$91.478.

19) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado e Controladora					
	(Não auditado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh		R$	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Industrial	134	127	18.262.805	17.858.752	1.646.941	1.453.793
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	16.366	3.673
	134	127	18.262.805	17.858.752	1.663.307	1.457.466
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	43	43	13.549.960	11.708.028	1.046.645	742.541
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	72.493	126.741
Total	**177**	**170**	**31.812.765**	**29.566.780**	**2.782.445**	**2.326.748**

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

20) – RECEITA DE USO DA REDE

Esta receita refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, na rubrica de "Transporte de Energia".

21) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2007	31/12/2006 Reclassificado
ICMS	310.347	271.504
COFINS	184.625	210.758
Reserva Global de Reversão – RGR	72.414	9.492
PIS-PASEP	39.270	47.107
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	32.749	39.813
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	42.281	63.421
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	9.995	13.823
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	9.825	9.357
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	6.049	4.678
Outros	321	139
	707.876	**670.092**

O menor valor provisionado de RGR em 2006 deve-se ao ajuste na provisão referente ao exercício de 2004, no montante de R$37.712, em função da homologação pela ANEEL da despesa efetiva em um montante inferior ao estimado pela Companhia.

22) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2007	31/12/2006
Pessoal	228.090	249.293
Obrigações Pós-Emprego	22.982	36.331
Materiais	18.085	17.555
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	58.409	36.812
Serviços de Terceiros	96.512	88.674
Depreciação e Amortização	223.486	207.924
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	129.828	123.756
Provisões Operacionais	6.011	1.523
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	257.204	232.164
Energia Elétrica Comprada para Revenda	75.448	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas	77.954	70.226
	1.193.009	**1.064.258**

a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado e Controladora	
	31/12/2007	31/12/2006
Remunerações e Encargos	217.791	202.611
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	8.660	7.887
Benefícios Assistenciais	25.034	24.089
	251.485	234.587
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(23.395)	(27.154)
	228.090	207.433
Indenização por Anuênios Futuros	-	41.860
	228.090	**249.293**

INDENIZAÇÃO DO ANUÊNIO

Em 27 de abril de 2006, a Companhia apresentou proposta aos empregados de indenização em troca do direito futuro referente ao percentual de 1,00% incorporado anualmente aos salários ("anuênio"). O valor da indenização corresponde à estimativa dos anuênios futuros dos empregados até completarem 35 anos de contribuição ao INSS, descontada a uma taxa anual de 12,00%, sendo então aplicado um redutor percentual variável estabelecido pela Companhia. A adesão dos empregados foi concluída em 30 de junho de 2006 e o pagamento da indenização, no valor de R$41.860, foi realizado no período de junho a agosto de 2006.

	Consolidado e Controladora	
b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	**31/12/2007**	**31/12/2006**
Comunicação	4.027	2.970
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	17.650	20.630
Conservação e Limpeza de Prédios	15.493	13.321
Mão de Obra Contratada	939	1.029
Fretes e Passagens	2.354	2.287
Hospedagem e Alimentação	4.361	4.644
Vigilância	8.607	9.397
Consultoria	2.624	4.080
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	1.635	1.820
Manutenção e Conservação de Veículos	3.566	3.205
Outros	34.236	25.291
	96.512	**88.674**

	Consolidado e Controladora	
c) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	**31/12/2007**	**31/12/2006**
Arrendamentos e Aluguéis	5.216	5.566
Propaganda e Publicidade	1.023	1.808
Subvenções e Doações	7.603	5.787
Taxa de Fiscalização da ANEEL	12.269	11.369
Despesa Concessão Onerosa	14.227	13.229
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	6.311	1.844
Contribuição ao MAE	1.875	1.474
Seguros	2.871	2.994
PROINFA	8.051	5.535
Outras Líquidas	18.506	20.590
	77.954	**70.226**

23) – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2007	31/12/2006
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	92.911	84.057
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	4.664	3.255
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	154.227	79.927
Variações Cambiais	25.962	16.586
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(14.211)	(4.569)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 28)	4.409	21.240
Outras	30.459	29.295
	298.421	**229.791**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(349.519)	(397.323)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(5.025)	(11.741)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(10.072)	(14.090)
C P M F	(14.814)	(21.551)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 28)	(78.378)	(36.248)
Provisão para Perdas com Transações de Energia livre	(145.953)	(49.178)
Outras	(27.461)	(18.763)
	(631.222)	**(548.894)**
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	**(332.801)**	**(319.103)**

Não houve transferência para o imobilizado de encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras no exercício de 2007 (R$18.137 de encargos financeiros e R$3.870 de variações monetárias ou cambiais em 2006).

24) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2007	31/12/2006
Ganho Líquido na Desativação e Alienação de Bens	3.039	1.366
FORLUZ – Custeio Administrativo	(4.609)	(2.911)
Outras Despesas Líquidas	(952)	(767)
	(2.522)	**(2.292)**

25) – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A Companhia utilizou como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2007 e 2006 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC. Adicionalmente, nos acordos coletivos em novembro de 2007 e 2006, foram pactuadas com os sindicatos pagamentos de parcelas extraordinárias de R$87.900 e R$33.722, respectivamente. As parcelas adicionais mencionadas foram pagas dentro dos próprios exercícios.

Em conformidade com os referidos acordos, a participação no resultado dos exercícios de 2007 e 2006, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a R$109.976 e R$49.742, respectivamente.

26) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
EMPRESAS	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
CEMIG								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	541.518	379.004	-	-	(188.118)	229.880
Coligadas e Controladora	2.655	3.903	351	5.099	-	-	-	-
Outros – Materiais e Serviços	39	-	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Coligadas e Controladora	9	5.760	1.898	3.260	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	13.491	14.744	5.161	-	79.731	77.585	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec	8.788	-	-	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	366	-	405	-	55.757	22.459	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS	44.066	-	26.016	23.812	(310.347)	(271.504)	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS	10.600	64.606	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	140.705	106.479	-	-	(40.226)	(3.736)
FORLUZ								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante	-	-	20.065	27.290	-	-	(22.962)	(36.331)
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante	-	-	256.105	277.394	-	-	-	-
Outros	-	-	20.655	15.077	-	-	-	-
Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	(8.993)	(12.600)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(4.600)	(2.311)
OUTROS								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	11	138	-	-	-	-	-	-

A Companhia possui contratos de venda de energia para a Cemig Distribuição e Light S.A. no período de 2006 a 2013, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005. Deve ser ressaltado que os contratos com as empresas mencionadas somente foram assinados após a conclusão do leilão, em processo coordenado pela CCEE.

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 7, 12, 13, 15, 18, 21, 22 e 24.

27) –EXPOSIÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como concessionária do setor elétrico brasileiro, a Companhia opera em ambientes onde fatores como reestruturações societárias, regulamentações emanadas dos órgãos governamentais, evolução tecnológica, globalização e variações do mercado consumidor são fatores de risco.

A Companhia possui um programa de Gerenciamento de Riscos Corporativos, buscando promover o entendimento de eventuais ocorrências que podem gerar perda de valor aos acionistas e estruturar a empresa para agir de forma pró-ativa em relação ao seu ambiente de riscos.

Os principais riscos de mercado que poderiam afetar os negócios da Companhia estão descritos a seguir:

a) Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente a cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Geração e Transmissão possuía, em 31 de dezembro de 2007, operações contratadas de hedge, no montante de R$12.151 equivalente a US6.860, e R$61.409 equivalente a ¥3.878.825 (Yen Japonês), nas quais foi efetuada a substituição da variação do dólar Norte-Americano e Yen acrescidos de juros pela variação do CDI (vide Nota Explicativa nº 28).

A exposição líquida à taxa de câmbio é como segue:

	Consolidado e Controladora	
EXPOSIÇÃO AS TAXAS DE CÂMBIO	**31/12/2007**	**31/12/2006**
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos	44.791	100.692
(-) Operações contratadas de hedge/swap	(12.151)	-
	32.640	100.692
Yen		
Empréstimos e Financiamentos	61.483	69.678
(-) Operações contratadas de hedge	(61.409)	(69.624)
	74	54
Outras moedas estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos		
Euro	13.389	17.692
	13.389	17.692
Passivo Líquido Exposto	**46.103**	**118.438**

Deve ser ressaltado que a exposição demonstrada acima às taxas de câmbio é mitigada pela Companhia também através dos contratos de venda de energia a consumidores livres indexados a variação do dólar norte-americano.

b) Risco de taxas de juros

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R$30.193, em 31 de dezembro de 2007.

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado	Controladora	
	2007	2007	2006
Ativos			
Aplicações Financeiras	805.271	802.103	683.479
Ativos Regulatórios	45.072	45.072	157.693
	850.343	847.175	841.172
Passivos			
Empréstimos e Financiamentos	(2.764.446)	(2.764.446)	(2.716.337)
Passivos Regulatórios	(51.600)	(51.600)	(71.455)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(73.560)	(73.560)	(69.624)
	(2.889.606)	(2.889.606)	(2.859.416)
Passivo Líquido Exposto	**(2.039.263)**	**(2.042.431)**	**(2.018.244)**

c) Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

d) Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. As clausulas restritivas foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2007, e durante todo o exercício de 2007.

e) Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

28) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e "swaps" de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência de exercícios.

a) Valor de Mercado

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informação de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os saldos contábeis das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, equivalem aos valores de mercado, pois encontram-se registrados aos valores de realização. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamento e das operações de *swap* foram calculados conforme o valor presente destes instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de natureza, prazo e risco similares, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2007		31/12/2006	
	Valor contábil	Valor de Mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Ativos				
Aplicações financeiras (nota 4)	805.271	805.271	683.479	683.479
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos (nota 13)	3.111.647	2.993.066	3.104.031	3.010.273
Operações Contratadas de Hedge (nota 13)	58.272	68.620	41.698	41.694
	3.169.919	3.061.686	3.145.729	3.051.967

b) Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia tem o propósito de proteger as operações da Cemig Geração e Transmissão contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam perdas em 2007 e 2006 nos montantes de R$73.969 e R$15.008, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia, as perdas não realizadas registradas e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de dezembro de 2007:

				31 de dezembro de 2007	
				Perda não realizada	
Direito da Cemig Geração e Transmissão	Obrigação da Cemig Geração e Transmissão	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
US$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R$ 100% do CDI + taxa (2,98% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2008 até 11/2009	US$6.860	(18.444)	(19.972)
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90 % a.a.)	R$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.678.825	(39.828)	(48.648)
				(58.272)	**(68.620)**

29) – SEGUROS

A Cemig Geração e Transmissão mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Almoxarifados, Instalações prediais e Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	10/08/2007 a 10/08/2008	177.222	44
Risco Operacional – Geradores, Turbina e Equipamentos de Potência	Total	05/05/2007 a 05/05/2008	777.398	1.969

A Cemig Geração e Transmissão não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

30) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	404.290	619.423	273.517	405.909	466.997	493.533	449.078	3.111.647
AHE Baguari	24.757	-	-	-	-	-	-	24.757
AHE Aimorés	20.052	-	-	-	-	-	-	20.052
SPE Guanhães	16.481	-	-	-	-	-	-	16.481
Concessões Onerosas	1.460	1.494	1.494	1.494	8.079	12.494	304.066	329.502
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	20.065	18.537	18.787	16.392	15.610	10.873	140.292	240.556
Total	487.125	639.454	293.798	423.695	487.685	516.900	894.338	3.742.995

****

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Morais
Diretor-Presidente e, cumulativamente, Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações

Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Diretor de Gestão Empresarial

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Comercial

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Geração e Transmissão

José Maria de Macedo
Diretor

José Carlos de Matos
Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios

Pedro Carlos Hosken Vieira
Superintendente de Controladoria

Leonardo George de Magalhães
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-53.140

ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Em milhares de Reais)

Demonstração de acordo com os critérios de divulgação estabelecidos pelo pronunciamento contábil norte-americano SFAS 95 - *Statement of Cash Flows* , considerando que a controladora da Companhia é registrada na SEC – *Security and Exchange Commission* e também elabora demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (" U.S. GAAP").

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2007	31/12/2007	31/12/2006
DAS OPERAÇÕES			
Lucro Líquido do Exercício	747.024	747.024	614.108
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa -			
Depreciação e Amortização	223.486	223.486	207.924
Baixas Líquidas de Imobilizado	9.037	5.816	1.333
Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	(161.481)	(161.481)	(91.409)
Impostos Federais Diferidos	(54.096)	(54.096)	25.824
Provisões para Perdas Operacionais	6.630	6.094	90
Provisões para Perdas em Transações com Energia Livre	145.953	145.953	49.178
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	73.969	73.969	15.008
Obrigações Pós-Emprego	22.982	22.982	36.331
Outros	9.692	9.692	(15.736)
	1.023.194	1.019.439	842.651
(Aumento) Redução de Ativos-			
Consumidores e Revendedores	(56.481)	(55.053)	(87.222)
Revendedores – Transações com energia livre	120.894	120.894	193.240
Tributos Compensáveis	(88.696)	(88.616)	(35.219)
Transporte de Energia	(2.176)	(2.176)	41.752
Outros Ativos Circulantes	5.833	5.833	4.620
Créditos Tributários	(94.976)	(94.976)	(2.323)
Depósito Judiciais	(1.569)	(1.569)	(30.139)
	(117.171)	(115.663)	84.709
Aumento (Redução) de Passivos-			
Fornecedores	124.479	120.933	(93.955)
Tributos e Contribuição Social	113.287	113.261	(85.288)
Salários e Contribuições Sociais	9.825	8.837	1.892
Encargos Regulatórios	3.767	3.767	(11.039)
Empréstimos e Financiamentos	(19.854)	(19.854)	(12.810)
Obrigações Pós-Emprego	(51.496)	(51.496)	(59.398)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(57.395)	(57.395)	(25.924)
Outros	22.132	22.126	19.058
	144.745	140.179	(267.464)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	1.050.768	1.043.955	659.896
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Financiamentos Obtidos	35.313	30.246	906.096
Empréstimos de Curto Prazo	200.000	200.000	900.000
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(200.589)	(200.589)	(1.354.573)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(547.209)	(547.209)	(607.013)
	(512.485)	(517.552)	(153.490)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	538.283	526.403	506.406

INVESTIMENTOS			
Em investimentos	(121.581)	(118.873)	(26.811)
No imobilizado	(211.270)	(211.270)	(129.124)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	1.953	1.953	4.243
	(330.898)	(328.190)	(150.492)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**207.385**	**198.213**	**355.914**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA			
No início do exercício	708.903	708.903	352.989
No fim do exercício	916.288	907.116	708.903
	207.385	**198.213**	**355.914**
PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	360.717	360.717	413.835
Imposto de Renda e Contribuição Social	347.066	347.066	215.733
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM A SAÍDA DE CAIXA			
Encargos Financeiros Transferidos para o Imobilizado	-	-	22.007

ANEXO II

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	31/12/2007		31/12/2006	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	3.373.479		2.913.025	
Reversão (Provisão) sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	1.428		(1.512)	
Resultado Não Operacional	(2.522)		(2.292)	
	3.372.385		2.909.221	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(75.448)		-	
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(257.204)		(232.164)	
Serviços de Terceiros	(95.512)		(88.674)	
Materiais	(18.085)		(17.555)	
Matéria Prima	(58.409)		(36.812)	
Outros Custos Operacionais	(77.682)		(62.827)	
	(582.340)		(438.032)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.790.045		2.471.189	
RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	(223.486)		(207.924)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.566.559		2.263.265	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	312.632		234.360	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.879.191		2.497.625	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%
Pessoal e Encargos	416.046	14	373.461	16
Impostos, Taxas e Contribuições	1.094.497	38	977.127	39
Despesas Financeiras e Aluguéis	621.624	22	532.909	21
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	709.673	25	583.403	23
Lucros Retidos	37.351	1	30.705	1
	2.879.191	**100**	**2.497.625**	**100**

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

ANEXO III
Página 1/3

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Atividade não Vinculada	Total
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	2.698.552	-	83.893	2.782.445
Receita de Uso da Rede	106.593	443.191	-	549.784
Outras Receitas Operacionais	17.189	9.776	14.305	41.270
	2.822.314	452.967	98.198	3.373.479
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(572.617)	(120.516)	(14.743)	(707.876)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**2.249.697**	**332.451**	**83.455**	**2.666.603**
				-
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				-
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(73.247)	-	(2.201)	(75.448)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(241.260)	-	(15.944)	(257.204)
	(314.507)	**-**	**(18.145)**	**(332.652)**
CUSTO DE OPERAÇÃO				-
Pessoal e Administradores	(123.074)	(80.680)	(1.637)	(206.391)
Obrigações Pós-Emprego	(12.417)	(8.070)	(207)	(20.694)
Materiais	(10.022)	(6.580)	(1.040)	(17.642)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(58.409)	-	-	(58.409)
Serviços de Terceiros	(53.687)	(22.790)	(8.582)	(85.059)
Depreciação e Amortização	(175.187)	(37.818)	(10.183)	(223.188)
Provisões Operacionais	(7.113)	277	(603)	(7.439)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(125.374)	-	(4.454)	(129.828)
Outras	(14.116)	(15.419)	(24.201)	(53.736)
	(579.399)	**(171.080)**	**(50.887)**	**(801.386)**
CUSTO TOTAL	**(893.906)**	**(171.080)**	**(69.032)**	**(1.134.016)**
				-
LUCRO BRUTO	**1.355.791**	**161.371**	**14.423**	**1.531.585**
DESPESA OPERACIONAL				-
Despesas com Vendas	1.428	-	-	1.428
Despesas Gerais e Administrativas	(30.772)	(16.485)	(892)	(48.149)
Outras Despesas Operacionais	(9.978)	(2.074)	(218)	(12.270)
	(39.322)	**(18.559)**	**(1.110)**	**(58.991)**
				-
Lucro Operacional antes do resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	**1.316.469**	**142.812**	**13.313**	**1.472.594**
				-
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(251.131)	(569)	(80.801)	(332.801)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	**1.065.338**	**141.943**	**(67.488)**	**1.139.793**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2.194	(3.607)	(1.109)	(2.522)
Lucro antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	**1.067.532**	**138.336**	**(68.597)**	**1.137.271**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(249.251)	(31.929)	-	(280.271)
Participação dos Empregados	(70.442)	(37.390)	(2.144)	(109.976)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**747.839**	**69.926**	**(70.741)**	**747.024**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Atividade não Vinculada	Total
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	2.248.107	-	79.641	2.328.748
Receita de Uso da Rede	-	575.667	-	575.667
Outras Receitas Operacionais	1.795	1.702	7.113	10.610
	2.249.902	577.369	86.754	2.913.025
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(515.136)	(153.496)	(1.460)	(670.092)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**1.734.766**	**423.873**	**84.294**	**2.242.933**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(217.369)	-	(14.795)	(232.164)
	(217.369)	**-**	**(14.795)**	**(232.164)**
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal e Administradores	(142.085)	(87.151)	(391)	(229.607)
Obrigações Pós-Emprego	(20.956)	(12.882)	(56)	(33.838)
Materiais	(10.529)	(6.414)	(612)	(17.555)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(36.812)	-	-	(36.812)
Serviços de Terceiros	(49.266)	(19.169)	(10.419)	(78.854)
Depreciação e Amortização	(162.431)	(58.963)	(9.223)	(257.922)
Provisões Operacionais	(25)	(16)	-	(41)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(119.091)	-	(5.660)	(123.758)
Outras	(10.534)	(10.054)	(23.936)	(44.430)
	(550.749)	**(172.649)**	**(49.507)**	**(772.906)**
CUSTO TOTAL	**(768.118)**	**(172.649)**	**(64.302)**	**(1.005.069)**
LUCRO BRUTO	**966.648**	**251.224**	**19.992**	**1.237.864**
DESPESA OPERACIONAL				
Despesas com Vendas	(1.862)	-	-	(1.862)
Despesas Gerais e Administrativas	(30.091)	(14.709)	(946)	(45.309)
Outras Despesas Operacionais	(8.924)	(2.204)	(371)	(11.399)
	(40.997)	**(16.913)**	**(1.219)**	**(58.189)**
Lucro Operacional antes do resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	**925.651**	**234.251**	**18.773**	**1.178.675**
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(228.979)	8.188	(86.313)	(316.105)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	**696.672**	**242.439**	**(70.540)**	**859.572**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	23	(1.502)	(813)	(2.292)
Lucro antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	**696.696**	**240.937**	**(90.353)**	**847.280**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(163.345)	(56.810)	24.725	(195.430)
Participação dos Empregados	(30.777)	(10.980)	(95)	(49.742)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**502.574**	**163.247**	**(31.713)**	**634.108**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

A Cemig Geração e Transmissão mantém o registro das receitas e despesas por atividade, segregando-as entre geração, transmissão e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, conforme determinação do Órgão Regulador. As Demonstrações do Resultado Segregado por Atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 foram elaboradas adotando-se os critérios descritos abaixo.

Para segregação das Receitas Operacionais são adotados os seguintes critérios:

- Geração - Refere-se ao fornecimento de energia elétrica para consumidores livres, contratos iniciais e venda de energia na CCEE.

- Transmissão – Refere-se à utilização das instalações de transmissão da rede básica, com receita permitida aprovada através de Resolução pela ANEEL e outros serviços relacionados, e compreende valores efetivamente faturados pela Companhia a terceiros durante o exercício.

- Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se as receitas provenientes dos consórcios de energia elétrica da Companhia.

Para segregação das despesas, são adotados os seguintes critérios:

Despesas Operacionais - As despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no Plano de Contas. As despesas comuns, quando a identificação por atividade não foi possível, foram apropriadas através de rateio, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Para segregação das Receitas e Despesas Financeiras e Resultado não Operacional são adotados os mesmos critérios das despesas operacionais.

A Contribuição Social e o Imposto de Renda foram alocados proporcionalmente ao Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

As receitas e despesas alocadas entre as diversas atividades da Companhia, de todas as naturezas indicadas, limitaram-se aos valores totais efetivamente auferidos e incorridos durante o exercício pela Companhia. Não foram criadas receitas e despesas em adição aos valores constantes dos registros contábeis oficiais, de modo a não ser necessária a eliminação de saldos entre atividades.

A Demonstração do Resultado Segregado por Atividade foi elaborada em conformidade à instrução do órgão regulador, sendo que não foram elaborados os respectivos Balanços Patrimoniais e a Mutação do Patrimônio Líquido por Atividade. Desta forma, as referidas Demonstrações não representam as Demonstrações dos Resultados de cada atividade, caso as mesmas fossem sociedades constituídas legalmente, com operações independentes.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos o balanço patrimonial da Cemig Geração e Transmissão S.A. e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração e Transmissão S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nosso exame foi efetuado com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por atividade, apresentadas nos Anexos I, II e III, representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Conforme descrito nas notas explicativas nºs. 6 e 11, a Cemig Geração e Transmissão S.A. possui registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2007, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

6. As demonstrações financeiras da Cemig Geração e Transmissão S.A. e as demonstrações complementares dos fluxos de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por atividade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, aqui apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer sem ressalvas, datado de 28 de fevereiro de 2007, contendo parágrafos de ênfases quanto ao assunto comentado no parágrafo 5 acima e quanto à expiração das concessões de geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas de Emborcação, Nova Ponte, Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias e Santa Luzia. Em 14 de junho de 2007, o Ministério de Minas e Energia – MME renovou o prazo de concessão destas usinas por um período de 20 anos a contar da data de vencimento de cada contrato de concessão, sendo a assinatura dos contratos de renovação das concessões prevista para o primeiro semestre de 2008.

6 de março de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9-S-MG

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

ÍNDICE

	Página
Relatório da Administração 2006	
Mensagem da Administração	3
Cenário Econômico	4
Ambiente Regulatório - Leilões de Energia Elétrica	5
Receita da Transmissão	5
Desempenho Econômico Financeiro	6
Liquidez e Fluxo de Caixa	10
Investimentos	11
Gestão	12
Proposta de Destinação do Lucro	15
Relacionamento com os Auditores Independentes	15
Responsabilidade Social	15
Considerações Finais	19
Balanço Social	20
A Cemig Geração e Transmissão em Números	21
Composição dos Conselhos e da Diretoria	22
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	23
Demonstração do Resultado do Exercício	25
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	26
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	27
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
1) Contexto Operacional	28
2) Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis	30
3) Das Concessões	33
4) Disponibilidades	35
5) Consumidores e Revendedores	36
6) Revendedores – Transações com Energia Livre Durante o Programa de Racionamento	36
7) Tributos Compensáveis	37
8) Imposto de Renda e Contribuição Social	37
9) Investimentos	38
10) Imobilizado	40
11) Fornecedores	41
12) Impostos, Taxas e Contribuições	42
13) Empréstimos,Financiamentos e Debêntures	43

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

Continuação	Página
14) Encargos Regulatórios	46
15) Obrigações Pós-Emprego	46
16) Provisões para Contingências	49
17) Patrimônio Líquido	49
18) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	50
19) Receita de Uso da Rede	51
20) Deduções à Receita Operacional	51
21) Custos e Despesas Operacionais	51
22) Receitas (Despesas) Financeiras	53
23) Resultado não Operacional	53
24) Transações com Partes Relacionadas	54
25) Exposição e Gerenciamento de Riscos	54
26) Instrumentos Financeiros	56
27) Seguros	58
28) Obrigações Contratuais	59
Anexos	
I - Demonstração do Fluxo de Caixa	60
II - Demonstração do Valor Adicionado	61
III - Demonstração do Resultado Segregado por Atividade	62
- Nota Explicativa à Demonstração do Resultado Segregado por Atividade	64

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2006

Senhores acionistas,

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig Geração e Transmissão" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2006 foi o segundo ano de atuação da Cemig Geração e Transmissão, conseqüência da segregação dos negócios de nossa controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

Obtivemos um lucro líquido de R$ 614 milhões, 31,2% superior ao verificado no ano de 2005. Da mesma forma, a geração de caixa medida pelo Lajida (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) foi de R$1.336 milhões, superior em 12,6% ao desempenho de 2005. Dessa forma, podemos observar que a Companhia está em constante melhoria de seus índices de eficiência operacional e financeira, desempenho que se situa entre os melhores desempenhos de empresas de geração de energia elétrica do País.

No terceiro trimestre de 2006 obtivemos o registro de Companhia de Capital Aberto na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o que permitirá o acesso ao Mercado de Capitais também através da emissão de debêntures.

Em busca de melhor rentabilidade, agregamos novos consumidores livres e participamos dos leilões de energia nova no exercício de 2006, com a venda da nossa capacidade de geração de energia disponível por uma tarifa que irá remunerar adequadamente os investimentos realizados.

Deve-se ressaltar nosso expressivo programa de investimentos. Em 2006 foi concluída a usina de Irapé, com capacidade de 360 MW e investimentos de R$1,2 bilhão, localizada no Vale do Jequitinhonha, região que certamente terá um impulso no seu desenvolvimento econômico e social.

Merece destaque o Programa Minas PCH, que visa desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída, viabilizando o desenvolvimento de regiões do Estado. Somente os projetos cadastrados agregarão, caso viabilizados, mais de 500 MW à atual capacidade instalada da Companhia. A primeira PCH a ser construída, será a PCH Cachoeirão, com capacidade de 27 MW e o início de suas obras previsto para fevereiro de 2007.

No que se refere à gestão de riscos e melhoria dos controles internos, desenvolvemos uma série de ações durante o ano para obtermos a certificação dos nossos controles internos pelos auditores independentes, atendendo ao requisito estabelecido na Lei Sarbanes-Oxley, à qual estamos sujeitos por sermos controlados pela CEMIG, uma empresa que tem as suas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC. Mais do que atender à Lei, consideramos que se trata de uma oportunidade para investirmos na gestão de riscos da Companhia, revendo todos os controles internos e identificando os pontos de melhoria, o que reduz a exposição da Empresa frente aos diversos riscos empresariais.

Por outro lado reconhecemos o papel fundamental dos empregados da Empresa na continuidade dos nossos processo de expansão e de aumento da lucratividade. Com base nessa postura,estamos implementando um programa de gestão do capital humano que visa habilitar nossos empregados a exercerem as diversas atividades que desempenham com alta produtividade e eficiência. Dentre os diversos aspectos abordados, destaca-se o programa de desenvolvimento de competências realizado em 2006 e que busca a preparação de profissionais para liderar as transformações da Companhia hoje e no futuro, a identificação e mapeamento das competências além de um modelo de gestão do desempenho alinhado ao planejamento estratégico da Companhia.

Nosso investimento em treinamento foi superior a R$3.670 milhões em 2006, com 5.134 participações de empregados em diversos cursos.

Como reconhecimento público às boas práticas de gestão de pessoas da Empresa, fomos classificados, pela Revista Exame, entre as 150 melhores empresas para trabalhar no País.

O comprometimento com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade é uma das condições básicas dos princípios que regem a atuação da nossa Empresa. Investimos mais de R$39 milhões em 2006 em meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável nas regiões onde atuamos.

A inclusão da Cemig, nossa controladora, pela sétima vez consecutiva entre as Companhias que compõem o Índice Mundial de Sustentabilidade Dow Jones, sendo a única empresa do setor elétrico brasileiro, demonstra o esforço da administração em atender aos interesses de longo prazo de nossos acionistas, empregados e da sociedade onde estamos presentes.

As nossas ações durante o ano de 2006 nos dão confiança em relação ao futuro, da nossa capacidade de continuar crescendo de forma sustentável, com geração contínua de valor para o nosso acionista e para a sociedade.

CENÁRIO ECONÔMICO

Em 2006, o crescimento econômico brasileiro foi de 2,9%, inferior às expectativas do começo do ano que apontavam para um aumento do PIB de 3,5%. Como comparação, o crescimento médio da economia mundial no mesmo ano foi de 5,1%. Apesar do baixo desempenho da economia brasileira, o consumo de energia elétrica cresceu 3,8% no País em 2006 na comparação com o ano anterior.

A inflação medida pelo IPCA foi de 3,1%, bastante abaixo da meta oficial de inflação de 4,5% estabelecida pelo Banco Central. Aproveitando a credibilidade conquistada nos últimos anos, o Banco Central manteve uma política monetária restritiva, com juros elevados e aquisições oportunas de dólar, visando evitar uma valorização excessiva do real, que teve também como conseqüência o crescimento das reservas internacionais, quase R$80 bilhões no final de 2006.

No entanto, o câmbio valorizado não reduziu o saldo da balança comercial em 2006, que fechou o ano com um superávit recorde de aproximadamente US$45 bilhões, fruto da forte expansão do comércio internacional.

A combinação do superávit da balança comercial, do aumento das reservas internacionais e do saldo positivo em conta corrente indica redução na vulnerabilidade da economia brasileira, refletindo na queda do risco-país, medido pelo Banco JP Morgan Chase, que atingiu 193 pontos no final de 2006 e também no fluxo positivo de investimentos estrangeiros no País, cerca de R$16 bilhões no ano.

A manutenção do ajuste fiscal apresenta-se como desafio para o futuro através da contenção dos gastos públicos, de forma a gerar superávits primários que garantam a redução da relação entre dívida pública líquida e o PIB, fator primordial para que o Brasil alcance o Grau de Investimento, índice medido pelas agências internacionais de rating.

Adicionalmente, investimentos em infra-estrutura e mudanças no ambiente de negócios que estimulem os investimentos contribuirão para o crescimento do País, de forma sustentada, em índices maiores aos verificados, aproveitando todo o potencial da economia brasileira.

AMBIENTE REGULATÓRIO - LEILÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2006, a Cemig Geração e Transmissão participou de dois leilões de energia nova, A-3 e A-5, promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – e operacionalizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

No leilão A-3, cujo início de suprimento é janeiro de 2009, a Companhia negociou 355 MW médios referentes à quase totalidade de sua energia de fonte hidráulica disponível a um preço médio de R$125,48/MWh em contratos com duração de 30 anos.

No leilão A-5, cujo início de suprimento é janeiro de 2011, a Cemig Geração e Transmissão não negociou energia de fonte hidráulica e também não arrematou novas usinas licitadas.

Para os leilões de energia nova de 2007, que deverão ocorrer em maio de 2007, a Companhia terá disponibilidade de venda de até 43 MW médios, referente à parcela da energia de fonte hidráulica não negociada em 2006, em contratos com início em 2010 ou 2012, com 30 anos de duração.

No Ambiente de Contratação Livre, a Companhia negociou, através de leilões públicos, 23.860 GWh em contratos de venda de energia de curto e longo prazos.

Em relação às operações na CCEE, a Cemig Geração e Transmissão fechou o ano com aproximadamente 5,0% de sua energia não vinculada a contratos, sendo vendida ao preço médio de R$67,31/MWh, em 2006.

Adicionalmente, a ANEEL iniciou o processo de revisão da receita de transmissão de nossos ativos de transmissão construídos anteriormente a 1997. A expectativa é concluir o processo até julho de 2007, quando se espera o anúncio da nova receita de transmissão a ser recebida dos usuários dos ativos.

RECEITA DA TRANSMISSÃO

Em 27 de junho de 2006, data do reajuste anual das receitas permitidas das concessionárias de transmissão, a ANEEL publicou os valores reajustados através da Resolução Homologatória 355, para vigorarem de primeiro de julho de 2006 até 30 de junho de 2007.

A receita anual autorizada pela ANEEL, obtida dos ativos de transmissão sofreu um ajuste negativo de 10,5%, resultante da aplicação do IGP-M acumulado até maio, no valor de –0,33%, e de ajuste nos valores repassados em períodos anteriores referente ao reajuste da alíquota do PASEP-COFINS. Com base na nova interpretação da ANEEL, as alíquotas dos impostos mencionados a incidir sobre os contratos de transmissão ainda deveriam ser as anteriores (PASEP – 0,65% e COFINS – 3,0%), o que implicou na devolução de valores incluídos a maior na tarifa em período anterior.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Lucro do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2006, um lucro líquido de R$614 milhões, em comparação ao lucro líquido de R$468 milhões no exercício de 2005, representando um aumento de 31,2%.

Receitas operacionais

	2006	2005	Var.%
Fornecimento bruto de energia elétrica	2.327	2.085	11,6
Consumidores finais	1.457	1.489	(2,2)
Suprimento a outras concessionárias	743	518	43,4
Transações com energia na CCEE	127	78	62,8
Receita de uso da rede	576	396	45,5
Outras	10	12	(16,7)
	2.913	**2.493**	**16,9**

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

Venda para consumidores finais

A variação na venda de energia para consumidores finais decorre principalmente do aumento de 4,3% na quantidade de energia vendida (17.859 GWh em 2006 comparados a 17.130 GWh em 2005).

A tarifa média de venda de energia não apresentou variação expressiva nos anos comparados, R$81,26 em 2005 e R$81,42 em 2006. A pequena variação na tarifa média deve-se principalmente à energia vendida a consumidores finais com o preço vinculado à variação do dólar norte-americano, aproximadamente 25% do total, tendo em vista que a moeda mencionada apresentou uma desvalorização de 8,7% frente ao real em 2006.

Receita com suprimento

A receita com suprimento referente à energia vendida a outras concessionárias foi deR$743 milhões no exercício de 2006 comparados a R$518 milhões no exercício de 2005, um aumento de 43,4%. Esse aumento decorre do crescimento de 25,5% no volume de energia vendida e também pelo aumento na tarifa média, R$61,00 em 2005 comparado a R$69,71 em 2006, um aumento de 14,28%. No exercício de 2005, foram vendidos 7.587.102 MWh à Cemig Distribuição com base nos valores de contratos iniciais assinados com a Distribuidora, com um preço médio de R$63,91. Em 2006, com a extinção dos contratos iniciais, o volume de energia disponível foi vendido a outras distribuidoras através de leilão de energia, o que permitiu a venda por uma tarifa superior, de R$69,71 por MWh.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se ao transporte de energia cobrado pela Cemig Geração e Transmissão dos agentes conectados à rede básica. A receita de uso da rede no exercício de 2006 foi de R$576 milhões comparados a R$396 milhões no exercício de 2005, um aumento de 45,5%.

O reajuste médio na receita anual da transmissora em julho de 2005 (efeito integral em 2006) foi de 18% compensado parcialmente pela redução de 10,5% em julho de 2006. A redução em 2006 decorre da compensação de reajuste a maior no ano anterior.

Adicionalmente, deve ser ressaltado que contribuiu significativamente para o aumento da receita os encargos referentes a CCC, CDE e PROINFA que são cobrados dos consumidores livres e repassados para a ANEEL. Ocorreu um crescimento nesses repasses no exercício de 2006.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Custos e despesas operacionais	2006	2005	Var.%
Pessoal	249	175	42,3
Participações dos Empregados	50	60	(16,7)
Obrigações Pós-Emprego	36	35	2,9
Materiais	18	17	5,9
Matéria-Prima e Insumos	37	1	3.600,0
Serviços de Terceiros	89	78	14,1
Depreciação e Amortização	206	181	14,9
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	124	109	13,8
Provisões Operacionais	2	4	(50,0)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	63	29	117,2
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	232	157	47,8
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	40	17	135,3
Gastos com Eficiência Energética	27	38	(29,0)
Outras Despesas Líquidas	70	56	25,0
	1.245	**957**	**30,1**

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

O crescimento na despesa com pessoal foi decorrente dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 7,6% em novembro de 2005 (efeito integral em 2006);
- reajuste salarial de 4,0% em novembro de 2006;
- provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, em junho de 2006, no montante de R$42 milhões;
- aumento do número de empregados que passou de 2.102 em dezembro de 2005 para 2.256 em dezembro de 2006, um crescimento de 7,3%. Vide a composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

Depreciação e Amortização

A variação na despesa com depreciação e amortização decorre principalmente da entrada em operação das Usinas de Aimorés e Irapé em 2006, que gerou uma despesa adicional no ano de R$25 milhões.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com Obrigações Pós-Emprego teve um crescimento em função dos custos com a implementação do plano odontológico em 2006, que gerou uma despesa adicional de R$1 milhão.

Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC refere-se ao repasse à Eletrobrás, dos encargos cobrados dos consumidores conectados à rede básica. O aumento desta despesa decorre substancialmente da cobrança retroativa do encargo de alguns consumidores após homologação dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST pelo Operador Nacional do Sistema -ONS e também do aumento do número de consumidores. Essa despesa é repassada à Cemig Geração e Transmissão através da receita com uso da rede.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

A despesa com Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão refere-se aos encargos devidos pelos agentes de geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica. O aumento na despesa deve-se principalmente aos reajustes médios de 10% na tarifa de transmissão TUST e 12% na tarifa de distribuição TUSD, em 2006, e às novas usinas que passaram a pagar esses encargos, Irapé, Aimorés e Capim Branco I.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A despesa com CDE tem o objetivo de incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia. Esses encargos são repassados à Eletrobrás em função dos encargos cobrados dos consumidores conectados à rede básica, definidos pelo ONS. O aumento desta despesa deve-se ao aumento do número de consumidores e cobrança retroativa do encargo, conforme mencionado anteriormente no comentário sobre a CCC.

Gastos com Eficiência Energética

A redução nos gastos com Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento decorre do valor de R$13 milhões contabilizado em 2005 referente a exercícios anteriores, em função de alteração nos critérios de contabilização dessas despesas. Deve ser ressaltado que também em 2006 foi feita uma contabilização adicional de R$4 milhões referente exercícios anteriores. Vide maiores comentários na nota explicativa nº 21das Demonstrações Financeiras.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

LAJIDA

Conforme pode ser verificado na tabela abaixo, o LAJIDA da Companhia apresentou um aumento de 12,6%.

Em R$ milhões	2006	2005	Var.%
Lucro Líquido	614	468	31,2
+ Provisão IR e C. Social	193	93	107,5
+ Resultado não Operacional	2	5	(60,0)
+ Resultado Financeiro	549	722	(24,0)
- Juros s/ Capital Próprio	(230)	(282)	(18,4)
+ Amortização e Depreciação	208	181	14,9
= LAJIDA	**1.336**	**1.187**	**12,6**
Ajustes não recorrentes (*)			
+ Custos com eficiência energética de exercícios anteriores	4	15	(73,3)
+ Anuênio	42	-	-
- Reversão da provisão da RGR	(38)	-	-
= EBITDA AJUSTADO	**1.344**	**1.202**	**11,8**

(*) Os ajustes não recorrentes correspondem à interpretação da Companhia sobre os eventos que julga como extraordinários, não relacionados às operações correntes.

Receitas (Despesas) Financeiras

A Despesa Financeira líquida apresentou uma redução de 24,0% entre os períodos comparados (R$549 milhões em 2006 e R$722 milhões em 2005). Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Aumento da receita de aplicação financeira em função de maior volume de recursos aplicados (R$84 milhões em 2006 comparados a R$37 milhões em 2005).

- Receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico no exercício de 2006 no montante de R$80 milhões comparados a R$131 milhões no exercício de 2005, uma redução de 38,9%. Essa variação se deve, principalmente, à redução do valor dos ativos em decorrência dos recebimentos da RTE dos agentes distribuidores em 2006 e à menor variação do índice de atualização dos ativos em 2006 (taxa Selic).

- Aumento de 23,3% nos encargos com empréstimos e financiamentos em função dos critérios de rolagem da dívida da Companhia, com a substituição de vários contratos de dívida em moeda estrangeira para moeda nacional, a partir do segundo semestre de 2005.

- Despesa com variação monetária sobre o acordo geral do setor elétrico no exercício de 2006 no montante de R$12 milhões comparados a R$23 milhões no exercício de 2005. O maior valor contabilizado em 2005 decorre da atualização pelo IGP-M, retroativo a julho de 2003, dos valores provisionados referentes à obrigação junto a CCEE, conforme acordo com os agentes do mercado descrito na nota explicativa nº 6 das Demonstrações Financeiras.

- Ganhos líquidos com variações cambiais no exercício de 2006, no montante de R$17 milhões em comparação a ganhos líquidos de R$56 milhões no exercício de 2005, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A redução nos ganhos decorre basicamente da redução da dívida em moeda estrangeira, com a substituição de vários contratos de dívida para moeda nacional e também da variação do dólar. O real apresentou uma valorização de 8,7% frente ao dólar norte-americano no exercício de 2006 em comparação a uma valorização de 11,8% no mesmo período de 2005.

- Perda líquida com instrumentos financeiros utilizados em operações de hedge, no exercício de 2006, no montante de R$15 milhões comparada a uma perda líquida de R$76 milhões no exercício de 2005. Esta redução deve-se principalmente à variação do real frente ao dólar norte-americano, mencionada no item anterior. Vide maiores informações na nota explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

- A Companhia registrou, como despesa financeira, a destinação dos juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos do exercício de 2006, no montante de R$230 milhões (R$282 milhões em 2005).

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no exercício de 2006, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$194 milhões em relação ao lucro de R$578 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 33,6%. No exercício de 2005, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$93 milhões em relação ao lucro de R$279 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 33,3%. Essas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras.

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O caixa no fim do exercício de 2006 somava R$688 milhões em comparação a R$353 milhões em 2005.

O caixa gerado pelas operações foi de R$639 milhões (R$495 milhões em 2005), sendo afetado positivamente pelo lucro líquido ajustado pelas receitas e despesas que não afetaram o caixa, no valor de R$843 milhões (R$723 milhões em 2005).

As atividades de financiamento representaram uma saída líquida de caixa de R$153 milhões, oriunda de empréstimos e financiamentos obtidos no montante de R$1.808 milhões contra amortizações no valor de R$1.355 milhões e pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante de R$607 milhões. Em 2005 os desembolsos nas atividades de financiamentos foram menores que as captações o que representou uma entrada líquida de R$297 milhões.

Os investimentos foram de R$151 milhões em 2006 em comparação a R$439 milhões em 2005, relacionados principalmente às obras de conclusão da usina de Irapé.

INVESTIMENTOS

A Cemig Geração e Transmissão possui um Comitê de Priorização de Obras, que atua na análise dos projetos de expansão constantes do plano qüinqüenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução dos projetos rentáveis, que garantam o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2006 foi concluída a Usina de Irapé, localizada no Rio Jequitinhonha e com potência de 360 MW. Também foi obtida a Licença de Instalação da Usina Hidrelétrica de Baguari, das Linhas de Transmissão Itutinga – Juiz de Fora e Irapé – Araçuaí 2 e das Linhas de Transmissão do Sistema Bragantina. A Cemig Geração e Transmissão possui 46 usinas, sendo 43 hidrelétricas, 2 termelétricas e 1 eólica, com capacidade instalada de 6.249 MW.

Projetos de Reforma e Modernização

A Cemig Geração e Transmissão vem realizando um amplo programa de modernização e revitalização de algumas de suas usinas, com investimentos de aproximadamente R$250 milhões, no período de 2002 a 2009.

Estão em andamento três grandes projetos:

- Modernização da Usina de Três Marias com um investimento de R$53 milhões, que prevê a atualização tecnológica de diversos sistemas de controle e reforma de suas unidades geradoras, possibilitando a automação da instalação, através da implantação de Sistema de Supervisão e Controle das unidades.

- Modernização das unidades geradoras e a substituição dos transformadores da Usina de Jaguara com investimento de R$60 milhões, que possibilitará a extensão de vida útil da usina, garantia da disponibilidade de suas unidades geradoras e atendimento aos requisitos do sistema. Em 2006 foram concluídas as reformas dos geradores e modernizações das unidades 2 e 3.

- Reforma dos 4 geradores e turbinas da Usina de Salto Grande, com investimento da ordem de R$17 milhões.

- A partir de 2007 será iniciado o projeto de modernização e revitalização da Usina Hidrelétrica de Volta Grande com R$120 milhões de investimentos previstos.

Programa Minas PCH

Instituído em 2004, o Programa Minas PCH tem como objetivo ampliar o parque gerador da Cemig Geração e Transmissão através da implantação de pequenas centrais hidrelétricas – PCHs no Estado de Minas Gerais, visando desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída e alavancando o desenvolvimento de mercados regionais no Estado.

A implantação e exploração das PCHs serão feitas através de sociedades de propósito específico – SPEs, tendo como acionistas empresas autorizadas pela ANEEL, investidores e a Cemig Geração e Transmissão (com participação limitada a 49%). A comercialização da energia será feita através de contrato de venda (PPA) a ser firmado entre a SPE e o consumidor.

O Programa continua aberto para a entrada de novos projetos.

Em novembro de 2006 foi assinado o contrato com a Empresa Luz e Força Santa Maria para construção da PCH Cachoeirão, com capacidade instalada de 27 MW e investimentos previstos de R$ 100 milhões no rio Manhuaçu. Para a construção do empreendimento, foi criada em janeiro de 2007 a Hidrelétrica Cachoeirão S/A, com participação de 49,00% da Cemig Geração e Transmissão.

Em 31 de dezembro de 2006 a Companhia encontra-se com 565,5 MW em negociação como segue:

- 6 PCHs cadastradas, com 104 MW de potência instalada;
- 24 PCHs com Acordos de Confidencialidade (Pré-Viabilidade) assinados, com 303,5 MW de potência instalada;
- 3 PCHs com memorandos de entendimentos assinados, com 158 MW de potência instalada.

GESTÃO

Sistemas de Gestão

Gestão Estratégica

A Cemig Geração e Transmissão possui um Planejamento Estratégico sistematizado e configurado através da aplicação da ferramenta de gestão estratégica "Balanced Scorecard" associada ao SAP R3.

Foi atingido o objetivo de inovar, alinhar, balancear e compartilhar o Planejamento Estratégico e Tático com a operação, através da comparação das metas do orçamento operacional e análises dos indicadores de desempenho estratégicos, obtidos através de sistema específico de mensuração.

A metodologia facilitou o gerenciamento, sob as perspectivas do cliente, processo, capital humano e finanças, criando bases para a Organização e gerando ações e iniciativas que garantam o seu sucesso.

Sistema de Gestão

Durante o exercício de 2006 a Cemig Geração e Transmissão promoveu a implantação e manutenção dos sistemas de Gestão (Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ, Sistema de Gestão Ambiental – SGA, Sistema de Gestão Saúde e Segurança), incorporando previsibilidade e aprimoramento aos seus processos e atividades, maior satisfação para os usuários de seus serviços e agregação de valor para a Companhia. Além disso, estão planejadas outras 10 certificações para conclusão em 2007, algumas delas já iniciadas.

Sistema Integrado de Gestão

No ano de 2006, o Sistema Integrado de Gestão foi ampliado significativamente com a certificação das usinas de Três Marias, Volta Grande, Jaguara e Igarapé segundo as normas ISO 9001(qualidade), ISO 14000 (meio ambiente) e especificação OHSAS 18000 (saúde e segurança). Temos hoje 79,9% da nossa potência instalada certificada. A Estação Ambiental de Volta Grande, a engenharia de operação e manutenção e os processos: gestão e controle financeiro, segurança industrial e gestão sócio patrimonial da Geração também foram certificados em 2006. Até junho de 2007, todas as grandes usinas da Cemig estarão com o Sistema Integrado de Gestão implantado.

Gestão de Custos

Aderente ao planejamento estratégico da Controladora, a Cemig Geração e Transmissão tem atuado fortemente no sentido de garantir a gestão eficaz de seus custos. Para isso, a Superintendência de Geração desenvolveu o aplicativo "Sistema de Informações Gerenciais da Geração - SIGA" que possibilita a análise detalhada dos custos, receitas e resultados financeiros de cada usina, já permitindo a redução de 20% nos custos com vigilância e conservação/ limpeza.

Na busca da otimização de seus ativos e redução de custos, a Superintendência de Geração alienou diversos bens imóveis inservíveis à geração sendo os mais relevantes, as vilas de Jaguara e Salto Grande, totalizando R$8,3 milhões em 2006.

Eficiência Operacional

A Companhia vem desenvolvendo nos últimos anos, diversas ações com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e vem investindo em um ousado programa de automação de centrais hidrelétricas.

Foram concluídos os estudos de viabilidade econômica para automação das Pequenas Centrais Hidrelétricas, com implantação prevista nas usinas de Piau, Peti e Tronqueiras a partir de 2007. Estão em fase de conclusão os projetos de automação das Grandes Centrais Hidrelétricas Miranda e Camargos, estando esta com início de implantação previsto para 2007. A automação permitirá a operação automática, parcialmente ou totalmente, dessas usinas, com significativo aumento da eficiência operacional.

Ainda com o objetivo de otimizar o resultado operativo das usinas, garantir a qualidade e a segurança da operação, foi desenvolvido o sistema Sistema de Gerenciamento da Operação - SIGO que possibilita interação entre as equipes responsáveis e garante a qualidade e disponibilidade de informações relevantes para os órgãos reguladores.

Segurança de Barragens

Houve grandes avanços na metodologia de segurança de barragens da Companhia, com a consolidação do Plano de Segurança de Barragens, estabelecimento das diretrizes para a elaboração do Plano de Ação Emergencial em caso de ruptura de barragens e a implantação do Sistema Inteligente de Controle e Segurança de Barragens - Inapetor.

Foram executadas aproximadamente 140 obras de manutenção de barragens, de adequação da infra-estrutura de geração e de adequação ambiental, com ênfase nas obras de reavaliação e restabelecimento das condições de segurança estrutural e funcional de barragens e estruturas civis associadas.

Gestão de transportes

A Cemig Geração e Transmissão possui uma Política de Renovação e Adequação da Frota de Veículos com parâmetros e orientações corporativas bem definidas para os órgãos gestores de frota, de forma a otimizar o desempenho, reduzir custos e uniformizar procedimentos. Foram alienados, através de Leilão Público, 504 veículos que foram substituídos através do Programa de Renovação de Frota.

Também foi implantado em 2006, o Sistema de Gestão de Abastecimento de Veículos da Frota Cemig, através de um contrato firmado com a BR Distribuidora, que proporcionou um gerenciamento on-line dos abastecimentos resultando em uma economia em torno de 20%.

Com objetivo de preservar a segurança no trabalho, a própria imagem da Companhia e ainda reduzir os custos de operação e manutenção da frota, foi iniciado um processo de avaliação de ferramentas e soluções de gestão de frota que permitirá monitorar, em tempo real e através de relatórios, o comportamento dos condutores na operação dos veículos, tais como: velocidade, aceleração, frenagens, rotação do motor e seus respectivos deslocamentos.

Telecomunicações e Informática

Segregação de Funções SAP R/3 e Mainframe (Sico/Prosrc)

Para atender às exigências da Lei Sarbanes Oxley e da Governança Corporativa TI, verificou-se a necessidade de implementação de regras de negócio que permitam o controle dos riscos nos sistemas SAP R/3 e Mainframe da CEMIG, adequando os processos às normas de Governança Corporativa/SOX.

Esse projeto propiciará mapeamento das combinações de acessos críticos nos ambientes, apontamento do grau de vulnerabilidade existente nos processos, redução dos riscos e das possibilidades de fraudes, credibilidade nos controles internos existentes, controle dos acessos críticos dos ambientes, controle das transações acessadas pelos usuários e agilidade na geração e disponibilização de informações gerenciais.

Governança de TI

Durante o exercício de 2006 foi implementado o Programa de Governança de TI, utilizando-se de um conjunto de mecanismos (estruturas, processos e relacionamentos) que visam garantir que a estratégia de TI esteja alinhada com as estratégias e objetivos da Organização.

O Projeto Governança de TI possibilitará o alinhamento da tecnologia de telecomunicação e informação com os negócios, a gerência efetiva dos riscos inerentes aos processos de TI, o aumento da qualidade dos serviços de telecomunicação e informática prestados e a otimização de custos. Além disso, permite o atendimento às exigências regulatórias impostas à área de TI, como as oriundas da Lei Sarbanes-Oxley. As engrenagens comportamental, organizacional e técnico operacional constituem os pilares dos trabalhos de implementação.

Aplicações Corporativas

Foi implantado o módulo *Management of Internal Controls* - MIC que é utilizado no Gerenciamento dos Sistemas e Controles Internos, em atendimento a Sarbanes-Oxley Act of 2002 e o sistema de gestão do Plano de Liberação Equipamento, visando auxiliar a área de engenharia durante a execução de manobras da alta tensão.

Em continuidade ao projeto Geocemig, foi adquirido o software GRID, que faz a análise de imagens tridimensionais, auxiliando as áreas de engenharia nos projetos de linhas de transmissão e barragens. O Geocemig é um Sistema de Informações Georreferenciadas da Cemig que une os inúmeros bancos de dados e sistemas gráficos que utilizam recursos de mapeamento, cartografia e geoprocessamento desenvolvidos separadamente na Empresa.

Foi realizada a atualização do banco de dados e a disponibilização da tecnologia GPRS (celular) para a comunicação entre os centros de operação e os veículos responsáveis pela execução no campo dos serviços da rede secundária de energia, através de implementações realizadas no aplicativo responsável pelo Controle dos Sistemas de Envio e Execução de Serviços de Campo.

Projeto de Migração do Sistema de Gestão integrada – ERP - SAP

Em continuidade ao projeto de migração do ERP-SAP, foram implantados módulos estratégicos que permitem:

- a simulação e realização do planejamento orçamentário de despesas e receitas de forma integrada com o SAP R/3 (Business Planning and Simulation - BPS),
- a automatização dos mapas de Balanced Scorecard vigentes na Cemig Geração e Transmissão (BSC)
- a implantação do fluxo de caixa planejado (orçado e simulado), compromissado e realizado (Corporate Finance Management - CFM/LP).

Plano Corporativo de Segurança da Informação

Como parte do Plano Corporativo de Projetos de Segurança da Informação, foram priorizados e desenvolvidos projetos necessários para atendimento aos controles de segurança exigidos pela Lei Sarbanes Oxley, dentre os quais podemos destacar a Análise Crítica e Validação dos Direitos de Acesso aos Sistemas de Informação e o Security Operation Center.

Dando continuidade ao programa de conscientização iniciado em 2005, foi implantado o treinamento em Segurança da Informação na modalidade de auto-instrução através da Internet.

No mês de outubro foi realizado um seminário direcionado aos gerentes, superintendentes, diretores e membros do conselho de administração no qual foi abordado o tema Segurança da Informação e a Responsabilidade Civil dos Administradores, contando com a participação de especialistas em Direito Eletrônico.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2007 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R$614 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R$583 milhões (95,00% do lucro líquido) para pagamento de dividendos, sendo o montante de R$230 milhões na forma de juros sobre o capital próprio e R$353 milhões na forma de dividendos complementares.
- R$31 milhões (5% do lucro líquido) para a constituição de Reserva Legal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

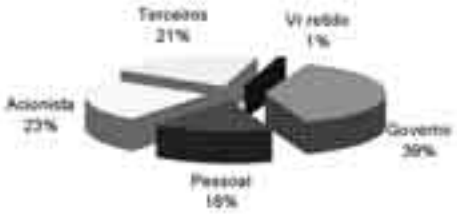
A Cemig Geração e Transmissão tem como princípio não contratar serviços de consultoria dos auditores externos que possam interferir na independência dos trabalhos de auditoria.

Em 2006, os auditores independentes da Cemig Geração e Transmissão não prestaram nenhum tipo de serviço de consultoria para a Companhia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Valor Adicionado

Distribuição do Valor Adicionado em 2006



A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a importância da Companhia para a sociedade, com R$2.498 milhões de valor adicionado em 2006.

A distribuição do valor adicionado da Cemig Geração e Transmissão entre os diversos segmentos pode ser observada no gráfico, devendo ser destacada a parte retida pelo Governo do total distribuído, correspondente a 39%.

Recursos Humanos

Para que os processos, políticas e práticas de RH fossem mais aderentes ao Planejamento Estratégico da Companhia, foi desenvolvido o projeto de Alinhamento do Capital Humano, modelo desenvolvido a partir da visão e missão da Empresa, cujo elemento central é a Gestão do Desempenho. A Gestão do Desempenho é o processo que visa ao desenvolvimento das competências estratégicas que levem à melhoria de resultados, sejam eles financeiros ou não-financeiros, por meio da contratação de metas e de acordos individuais de desenvolvimento, alinhando ações individuais e de equipes às diretrizes organizacionais.

Com a implementação do modelo de Gestão do Desempenho e uma atuação mais estratégica da área de Recursos Humanos, foi possível vincular, definitivamente, a estratégia empresarial aos diversos processos de gestão de pessoas, servindo de base para diversas iniciativas e mudanças na área de Recursos Humanos, tais como: movimentações com base no desempenho, concurso externo, Programa Trainee, mobilidade interna, diversos programas de capacitação e desenvolvimento, gestão do clima organizacional, dentre outros.

Gestão de Desempenho

Este processo alimenta e integra os demais processos de Gestão de Pessoas. O modelo adotado contempla o tratamento de competência de resultados , fornecendo subsídios para tomada de decisões críticas relacionadas à gestão de pessoas. Busca-se promover a gestão estratégica das competências, a valorização dos empregados e seu comprometimento com os resultados da Organização, viabilizando soluções que criem valor para os negócios.

Em 2005, já haviam sido definidos e mapeados dois tipos de competências estratégicas – as essenciais e as de liderança. No primeiro semestre de 2006, foi definido o terceiro e último tipo de competências estratégica, as competências técnicas, vinculadas às atividades da organização e diretamente relacionadas com a cadeia de valor do negócio.

Capacitação e Desenvolvimento

A Cemig Geração e Transmissão, objetivando ter e manter um quadro de pessoal com desenvolvimento compatível com as necessidades da Corporação e de acordo com as exigências do mercado, propiciou aos seus empregados, de diferentes níveis hierárquicos, a participação em diversos cursos, seminários, congressos, feiras e outras modalidades e práticas.

Em 2006 foi lançado o Cemig Liderança em Gestão – CELIG, programa centrado no desenvolvimento de competências visando à preparação de profissionais para liderar as transformações da Companhia hoje e no futuro. Também em parceria com instituições especializadas em desenvolvimento gerencial, foi dada continuidade ao Programa de Gestão Avançada – APG, um programa de treinamento focado em gestão. Esses programas são dirigidos a pessoas chaves da Companhia e durante o ano de 2006 vários gerentes e superintendentes participaram do treinamento.

Dando continuidade ao objetivo empresarial de ter e manter um quadro de pessoal com desenvolvimento compatível com as suas necessidades e em constante formação, aperfeiçoamento e especialização, a Cemig Geração e Transmissão proporcionou aos seus empregados, treinamentos técnicos na Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional da Cemig – EFAP com participação de 2.382 empregados em 2006.

Também com vistas a atender às necessidades da Companhia decorrentes do surgimento de novas tecnologias, equipamentos e métodos de trabalho, foram implementadas várias ações de treinamento e desenvolvimento, tais como treinamentos de informática, administrativos, externos, além de cursos de pós-graduação, cursos de idiomas, dentre outros, com 5.134 participações de empregados da Companhia em 2006.

Gestão de Clima Organizacional

Dando continuidade à Pesquisa de Clima Organizacional feita em 2005, o primeiro semestre de 2006 foi dedicado ao planejamento de ações de melhoria, com a elaboração do Plano de Ação Corporativo e dos planos de ação das superintendências e gerências.

A grande vitória no ano de 2006, em Gestão do Clima Organizacional, foi a classificação da Cemig entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, segundo o Guia Exame – Você S.A.. A pesquisa levou em conta fatores como o índice de felicidade no trabalho, a qualidade do ambiente de trabalho, a opinião dos empregados sobre a Companhia e o que é oferecido em termos de remuneração, carreira profissional, saúde, responsabilidade social, dentre outros.

Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho.

Numa iniciativa inovadora a Companhia reestruturou completamente o seu Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT promovendo, principalmente, a inclusão de assistentes sociais e psicólogos na equipe de profissionais envolvidos, bem como o redimensionamento, a reciclagem e a integração dos profissionais, para efetivar sua atuação nas questões relativas à saúde, segurança do trabalho e bem-estar para empregados próprios, de empresas contratadas e também a segurança da população.

Além disso, promoveu ações relativas à revisão das cláusulas de segurança no trabalho e inclusão de cláusulas de Serviço Social e Medicina do Trabalho nos contratos, realizou treinamento de segurança em 2006 para pessoal próprio, efetivou parcerias para inclusão de contratadas nessas reciclagens, obteve a certificação de diversas usinas em OHSAS 18001, melhoria do Programa de Qualidade de Vida – Energia Vital; implantou o Programa de Inclusão de Deficientes, realizou campanhas de vacinação e doação de sangue, além de seminários de preparação para aposentadoria. Essas outras iniciativas nortearam a atuação visando à melhoria de desempenho dos indicadores de saúde, segurança e bem-estar da Companhia.

Através da coordenação e participação em eventos regionais e nacionais tais como 1º Rodeio de Eletricistas, Seminário Nacional de Segurança no Setor Elétrico, Semana Nacional de Segurança com Energia Elétrica, a Companhia reafirma mais uma vez seu compromisso com a segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores e com a segurança da população.

Cultura

Em 2006 a Cemig Geração e Transmissão investiu cerca de R$8 milhões em cultura e ações sociais, beneficiando diretamente a população de mais de 200 municípios, em Minas Gerais. A maioria dos projetos possui continuidade ou se caracteriza pela manutenção de espaços de formação cultural permanente, o que reforça a idéia de sustentabilidade, fator decisivo na construção da identidade e dignidade do cidadão.

Meio Ambiente

O comprometimento com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade é uma das condições básicas dos princípios que regem a atuação da Cemig Geração e Transmissão. Através de seus estudos e ações, busca imprimir em seus empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental. Essa forma de agir, presente em todas as atividades que realiza, valoriza os empregados e contribui para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A estratégia de implantação de Sistemas de Gestão Ambiental e seus resultados evidenciam a melhoria contínua das ações de responsabilidade socioambiental da Companhia. Durante o ano de 2006, a Cemig Geração e Transmissão investiu aproximadamente R$39.727 milhões em projetos de adequação ambiental de instalações e equipamentos, e na implantação de novos empreendimentos.

Buscando a constante minimização de impacto e risco ambiental, com as atividades da corporação, bem com manter consonância com o Sistema de Gestão Ambiental, realizamos, dentre outros:

- 70 peixamentos em todo Estado, com a soltura de 445 mil alevinos de diferentes espécies de peixes nativas das bacias dos rios Grande, Paranaíba, São Francisco e Pardo, envolvendo a participação 12.640 pessoas, incluindo alunos e representantes de diversos outros setores da sociedade.

- Sete projetos de P&D concluídos, com relatórios finais entregues e acompanhados pelos respectivos artigos científicos. Com recursos provenientes da ANEEL, seis projetos de P&D estão em andamento nas áreas de Ictiofauna, Limnologia e aspectos ambientais afetos à operação de usinas, sistemas de transposição e recursos hídricos.

- Seminário de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da Cemig Geração e Transmissão, realizado em maio de 2006, com o objetivo de divulgar resultados de projetos relacionados à qualidade de água, ictiofauna e relações entre usinas e ecossistemas aquáticos adjacentes, com participação de vários grupos de pesquisas e técnicos de diversas áreas da Companhia.

- No âmbito dos programas ambientais desenvolvidos pela Companhia, foram colhidos 800 Kg de sementes de um total de 110 espécies florestais nativas, que foram destinados aos viveiros florestais da Cemig e ao intercâmbio com diversas instituições afins. Foram produzidas 360.000 mudas de espécies nativas distribuídas para prefeituras, ONG's e órgãos públicos e plantados 36 ha de matas ciliares em parceria com produtores rurais.

Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental é conduzido e orientado conjuntamente, de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos, a observância da legislação ambiental e o pronto atendimento aos órgãos ambientais competentes.

Em continuidade ao licenciamento ambiental das usinas em operação, em 30 de outubro de 2006 foi obtida a Licença de Operação - LO nº 569/2006 da UHE São Simão, maior usina da Cemig, com validade de 4 anos. Com mais esse licenciamento a Cemig passa a ter 3.132,72 MW de sua capacidade instalada operando com LO, o que equivale a 51,1% do total de seu parque gerador.

Educação ambiental

O Programa de Educação Ambiental desenvolvido nas estações ambientais e Usinas recebeu este ano, 8.000 alunos de diferentes escolas da capital e interior. Durante estas visitas, são transmitidas informações sobre geração de energia e sua relação com o meio ambiente, bem como mensagens sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de conservação dos ecossistemas.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Companhia em 2006, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Carta Capital/TNS Interscience - "Empresa mais admirada no Brasil"

A CEMIG foi eleita, pela Carta Capital/TNS Interscience, dentre 23 empresas geradoras e comercializadoras de energia elétrica, a "empresa mais admirada no Brasil" em 2006 no segmento "Fornecedores de Energia". Os entrevistados avaliaram as participantes do setor a que pertencem segundo 11 quesitos: "competir globalmente", "compromisso com o País", "compromisso com RH", "ética",

"inovação", "notoriedade", "qualidade de gestão", "qualidade de produtos e serviços", "respeito pelo consumidor", "responsabilidade social" e "solidez financeira".

Dow Jones

A CEMIG foi incluída, pela sétima vez consecutiva, no grupo de companhias listadas pelo Dow Jones Sustainability World Index – DJSI e destacou-se em todas as dimensões: social, ambiental e econômica. O Dow Jones tornou-se um dos indicadores mais confiáveis para investidores do mundo inteiro e leva em consideração não apenas financeiro das empresas, mas, principalmente, os aspectos da sua política de responsabilidade social - preservação do meio ambiente, investimentos socioculturais, integração com a comunidade.

Guia Exame - Você S/A 2006 – "Lista das 150 Melhores Empresas para Trabalhar"

A Cemig Geração e Transmissão, em conjunto com a CEMIG e a Cemig Distribuição S.A., foi incluída na lista das 150 melhores empresas do País para trabalhar, segundo o Guia Exame - Você S/A 2006. Na disputa com mais de 500 empresas brasileiras, esta é a primeira vez que a CEMIG conquista esse resultado. O Guia apontou, dentre outras vantagens, a política salarial agressiva e a estabilidade no emprego.

Prêmio Furnas Ouro Azul 2006

A Companhia conquistou o primeiro lugar do troféu "Prêmio Furnas Ouro Azul 2006", na categoria "Empresa Pública", pelo trabalho "Água: caminho do desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha", uma referência às suas ações durante a construção da Usina Hidrelétrica de Irapé.

O objetivo do Prêmio, é valorizar os melhores projetos de preservação e uso racional sustentável da água por empresas, comunidades, governos, cidadãos e estudantes.

Prêmio USP - "Comunicação Corporativa".

A Cemig conquistou o Prêmio USP de Comunicação Corporativa 2006, na categoria "Case de Comunicação Corporativa", apresentando as ações de comunicação implantadas na construção da Usina Hidrelétrica de Irapé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração e Transmissão é grata ao governador do Estado, Aécio Neves da Cunha, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Cemig Geração e Transmissão, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

1) Base de Cálculo	2022 Valor (R$ Mil reais)			2021 Valor (R$ Mil reais)		
Receita Líquida (RL)			2.914.636			1.984.181
Resultado Operacional (RO)			1.108.833			1.095.774
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			167.948			115.150
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R$ Mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R$ Mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	14.833	7,36	0,51	8.220	4,83	0,42
Encargos sociais compulsórios	34.870	17,19	2,33	34.858	20,74	2,96
Previdência privada	30.331	15,36	1,02	30.734	18,41	1,77
Saúde	6.249	3,49	0,26	6.110	3,25	0,34
Segurança e medicina no trabalho	1.823	0,92	0,21	442	0,27	0,02
Educação	99	0,05	-	10	0,01	-
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.671	1,99	0,19	3.198	1,94	0,16
Creches ou auxílio-creche	319	0,18	0,02	680	0,33	0,02
Participação nos lucros ou resultados	46.702	23,14	3,10	64.210	36,44	4,07
Outros	3.940	1,34	0,11	3.158	1,80	0,16
Total - Indicadores Sociais Internos	143.914	85,02	7,76	165.640	87,96	8,44
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R$ Mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ Mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	5.178	0,41	0,28	4.143	0,41	0,21
Ações Cíveis/Outras ações/Projeto ASM	4.781	0,31	0,24	4.096	0,41	0,21
Total das Contribuições para o Sindicato	11.585	1,05	0,40	8.218	0,82	0,42
Tributos (excluídos encargos sociais)	877.127	99,55	41,19	865.478	93,99	43,99
Total - Indicadores Sociais Externos	898.662	81,07	41,04	863.735	84,86	43,47
4) Indicadores Ambientais	Valor (R$ Mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ Mil)	% sobre RO	% sobre RL
Relacionados com a operação da Companhia e com programas para projetos externos	81.729	5,92	1,97	73.539	6,69	3,90
Total dos investimentos em Meio Ambiente	82.729	5,52	1,97	73.539	6,69	3,90
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/comercialização e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do exercício			2.508			2.143
Nº de admissões durante o período			186			31
Nº de empregados(as) terceirizados(as)			-			-
Nº de estagiários(as)			11			20
Nº de empregados(as) acima de 45 anos			742			671
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			338			298
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			4,35			6,89
Nº de negros(as) que trabalham na Companhia			714			645
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)			12,87			9,48
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais			-			-
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022			2021		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia			19,36			143
Número total de acidentes de trabalho			39			143
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	( ) diretoria	( ) ( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) diretoria	( ) ( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) diretoria e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) Todos(as) + CIPA	( ) diretoria e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) Todos(as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a Companhia:	( ) não se envolve	( ) ( ) segue as normas da CLT	( ) incentiva e segue a CLT	( ) não se envolve	( ) ( ) segue as normas da CLT	( ) incentiva e segue a CLT
A previdência privada contempla:	( ) diretoria	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) diretoria	( ) diretoria e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) diretoria	( ) diretoria e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) diretoria	( ) diretoria e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( ) ( ) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	( ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	( ) não se envolve	( ) apoia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e critérios de reclamações pos:	na Companhia ___ ND ___	no Procon ___ ND ___	na Justiça ___ ND ___	na Companhia ___ ND ___	no Procon ___ ND ___	na Justiça ___ ND ___
% de reclamações e critérios solucionados	na Companhia ___ ND ___ %	no Procon ___ ND ___ %	na Justiça ___ ND ___ %	na Companhia ___ ND ___ %	no Procon ___ ND ___ %	na Justiça ___ ND ___ %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	Em 2022:	3.407.535		Em 2021:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	26,11% governo 23,07% acionistas	16,95% colaboradores(as) 31,94% terceiros	1,93% retido	40% governo 40% acionistas	100% colaboradores(as) 40% terceiros	40% retido
7) Outras Informações						

1. Em 2022 não houve investimentos em meio ambiente, no ano de 2020, cerca de R$38 milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas usinas hidrelétricas e a Linhas de Transmissão.
2. A quantificação de consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possui metas de redução. A Diretoria de Comercialização e Transmissão e a entidade sindical representante dos seus empregados definiram um indicador de consumo de água por empregado.

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2005	2006
Atendimento		
Número de consumidores	127	170
Número de empregados	2.102	2.256
Energia vendida por empregado - MWh	12.189	13.212
Mercado		
Geração Própria (GWh)	30.411	32.187
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R$/MWh) - Industrial	81,26	81,42
Operacionais		
Número de Usinas em Operação	45	46
Número de Subestações	32	32
Linhas de Transmissão (Km)	4.892	4.862
Capacidade Instalada (MW)	5.890	6.249
Financeiros		
Receita operacional – R$ milhões	2.483	2.913
Receita operacional líquida - R$ milhões	1.964	2.374
Margem operacional - %	51,26	47,55
LAJIDA ou EBITDA - R$ milhões	1.187	1.336
Lucro líquido (Prejuízo) - R$ milhões	466	614
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de 1000 ações	162	212
Patrimônio líquido - R$ milhões	2.920	2.961
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.008	1.019
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	19,11	26,28
Endividamento do patrimônio líquido - %	143,30	150,08
Liquidez Corrente	0,57	1,17
Liquidez Geral	0,29	0,35

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Wilson Nélio Brumer	Fernando Lage de Melo
Djalma Bastos de Morais	Luiz Antônio Athayde Vasconcellos
Aécio Ferreira da Cunha	Eduardo Lery Vieira
Alexandre Heringer Lisboa	Franklin Moreira Gonçalves
Antônio Adriano Silva	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Francelino Pereira dos Santos	Marco Antônio Rodrigues da Cunha
Maria Estela Kubitschek Lopes	Luiz Henrique de Castro Carvalho
Nilo Barroso Neto	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Wilton de Medeiros Daher	Luiz Aníbal de Lima Fernandes
Carlos Augusto Leite Brandão	Eduardo Leite Hoffmann
Andréa Paula Fernandes Pansa	Maria Amália Delfim de Melo
Evandro Veiga Negrão de Lima	Andréa Leandro Silva
José Augusto Pimentel Pessoa	Eduardo Castilho Vasconcellos Costa
Haroldo Guimarães Brasil	Antônio Renato do Nascimento

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ronald Gastão Andrade Reis
Luiz Otávio Nunes West	Augusto Cesar Calazans Lopes
Ari Barcelos da Silva	Carlos Volpe de Paiva
Thales de Souza Ramos Filho	Alomar Silva Lima

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome	Cargo
Djalma Bastos de Morais	Diretor-Presidente
Djalma Bastos de Morais (cumulativamente)	Diretor Vice-Presidente
José Carlos de Mattos	Diretor de Planejamento, Projetos e Construções
José Maria de Macedo	Diretor
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores
Fernando Henrique Schüffner	Diretor de Geração e Transmissão
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Diretor de Gestão Empresarial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores
Telefones: (31) 3299-3930 - 3299-4015
Fax: (31) 3299-3934 - 31 3299-3933

Endereço eletrônico
Site: www.cemig.com.br - http://ri.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

ATIVO

(Em milhares de reais)

	2006	2005
CIRCULANTE		
Disponibilidades *(nota 4)*	687.814	352.989
Consumidores e Revendedores *(nota 5)*	243.315	157.605
Concessionários - Transporte de Energia	43.955	65.707
Tributos Compensáveis *(nota 7)*	95.889	43.645
Revendedores – Transações com Energia Livre *(nota 6)*	123.056	224.155
Créditos Tributários *(nota 8)*	14.679	12.356
Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	-	29.863
Estoques	3.451	2.568
Outros Créditos	93.847	79.423
TOTAL DO CIRCULANTE	1.306.006	968.311
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Créditos Tributários *(nota 8)*	97.856	74.735
Revendedores – Transações com Energia Livre *(nota 6)*	34.637	96.029
Tributos Compensáveis *(nota 7)*	64.606	50.606
Depósitos Vinculados a Litígio	30.735	696
Outros Créditos	17.847	7.874
Total do Realizável a Longo Prazo	245.681	229.840
Investimentos *(nota 9)*	937.435	937.296
Imobilizado *(nota 10)*	4.890.524	4.949.428
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.073.640	6.116.564
ATIVO TOTAL	**7.379.646**	**7.104.875**

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	2006	2005
CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos *(nota 13)*	265.461	745.233
Debêntures *(nota 13)*	12.389	-
Fornecedores *(nota 11)*	93.191	158.646
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 12)*	98.358	153.235
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	379.054	402.664
Salários e Encargos Sociais	42.209	40.317
Encargos Regulatórios *(nota14)*	74.624	50.980
Participações nos Lucros	15.893	16.180
Obrigações Pós-Emprego *(nota 15)*	27.290	35.977
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros *(nota 26)*	41.698	67.621
Outras Obrigações	67.808	77.333
TOTAL DO CIRCULANTE	1.117.975	1.748.186
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos *(nota 13)*	2.131.330	1.902.297
Debêntures *(nota 13)*	694.851	-
Provisões para Contingências *(nota 16)*	31	1.453
Fornecedores *(nota 11)*	44.446	72.948
Obrigações Pós-Emprego *(nota 15)*	277.394	291.774
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 12)*	106.646	88.624
Encargos Regulatórios *(nota 14)*	-	34.683
Outras Obrigações	56.061	44.705
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	3.310.759	2.436.482
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social *(nota 17)*	2.896.785	2.896.785
Reservas de Lucros *(nota 17)*	54.127	23.422
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.950.912	2.920.207
PASSIVO TOTAL	**7.379.646**	**7.104.875**

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	2006	2005 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica *(nota 18)*	2.326.748	2.085.024
Receita de Uso da Rede *(nota 19)*	576.667	396.433
Outras Receitas Operacionais	10.610	11.408
	2.913.025	2.492.865
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL *(nota 20)*	(539.000)	(528.708)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.374.025	1.964.157
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(232.164)	(157.166)
CUSTO DE OPERAÇÃO		
Pessoal e Administradores *(nota 21)*	(279.349)	(223.735)
Obrigações Pós-Emprego *(nota 15)*	(33.939)	(33.126)
Materiais	(17.555)	(16.453)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(36.812)	(852)
Serviços de Terceiros *(nota 21)*	(78.843)	(71.934)
Depreciação e Amortização	(207.922)	(178.184)
Provisões Operacionais	(41)	(3.991)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(123.756)	(109.137)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	(63.421)	(28.781)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(39.813)	(17.009)
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	(27.858)	(37.785)
Outras *(nota 21)*	(44.430)	(47.130)
	(953.739)	(768.117)
CUSTO TOTAL	(1.185.903)	(925.283)
LUCRO BRUTO	1.188.122	1.038.874
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com Vendas	(1.482)	-
Despesas Gerais e Administrativas	(46.308)	(28.541)
Outras Despesas Operacionais	(11.399)	(3.559)
	(59.189)	(32.100)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS)	1.128.933	1.006.774
Despesas Financeiras Líquidas *(nota 22)*	(319.103)	(439.753)
Juros Sobre Capital Próprio	(229.880)	(282.436)
	(548.983)	(722.189)
LUCRO OPERACIONAL	579.950	284.585
RESULTADO NÃO OPERACIONAL *(nota 23)*	(2.292)	(5.321)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	577.658	279.264
Imposto de Renda e Contribuição Social *(nota 8)*	(167.606)	(42.137)
Imposto de Renda Diferido	(25.824)	(51.112)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	384.228	186.015
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	229.880	282.436
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	614.108	468.451
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R$	212,00	161,71

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	1			1
Aumento de Capital	2.896.784			2.896.784
Lucro Líquido do Exercício		-	468.451	468.451
Destinação do Lucro proposta à AGO				
Reserva Legal		23.422	(23.422)	-
Juros sobre Capital Próprio (R$97,50 por lote de mil ações)			(282.436)	(282.436)
Dividendos Complementares (R$56,13 por lote de mil ações)			(162.593)	(162.593)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	**2.896.785**	**23.422**	**-**	**2.920.207**
Lucro Líquido do Exercício		-	614.108	614.108
Destinação do Lucro proposta à AGO				
Reserva Legal		30.705	(30.705)	
Juros sobre Capital Próprio (R$79,38 por lote de mil ações)			(229.880)	(229.880)
Dividendos Complementares (R$122,04 por lote de mil ações)		-	(353.523)	(353.523)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	**2.896.785**	**54.127**	**-**	**2.950.912**

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

723

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Em milhares de reais)

	2006	2005
ORIGENS DOS RECURSOS		
Das Operações		
Lucro Líquido do Exercício	614.108	466.451
Despesas (Receitas) que não afetam o Capital Circulante		
Depreciação e Amortização	207.924	181.480
Baixas Líquidas de Imobilizado	1.333	25.223
Obrigações Pós-Emprego	36.331	34.730
Juros e Variações Monetárias de Longo Prazo	(91.409)	(170.327)
Impostos Federais Diferidos	25.252	(15.792)
Provisões para Perdas de Transações com Energia Livre	49.178	195.681
Provisão para Perdas Operacionais	(1.422)	1.453
Outros	(186)	1.635
	841.139	722.734
De Terceiros e Acionistas		
Financiamentos Obtidos	908.096	751.631
Obrigações Especiais	4.243	-
	912.339	751.631
Outras Origens		
Transferência do Ativo Não Circulante para o Circulante		
Créditos Tributários	-	12.356
Revendedores - Transações com Energia Livre	92.141	418.564
Fornecedores- Transferência do Circulante para o Não Circulante	-	72.946
Outros	28.869	57.561
	121.010	559.447
TOTAL DAS ORIGENS	1.874.488	2.034.012
APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
Aumento do Realizável a Longo Prazo, Depósito Judiciais	30.139	596
Tributos Compensáveis	14.000	16.673
Em Investimentos	25.611	63.704
No Imobilizado	129.124	375.293
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	583.403	445.029
Transferência Obrigações Líquidas de Curto Prazo pela Controladora - Desverticalização	-	1.326.287
Transferência do Passivo Não Circulante para o Circulante		
Encargos Regulatórios	34.683	-
Fornecedores	28.500	-
Empréstimos e Financiamentos	-	331.071
Obrigações Pós-Emprego	50.711	49.263
Tributos e Contribuição Social	30.411	185.972
TOTAL DAS APLICAÇÕES	926.582	2.793.888
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**947.906**	**(759.876)**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
No fim do exercício		
Ativo Circulante	1.306.006	988.311
Passivo Circulante	(1.117.975)	(1.748.186)
	188.031	(759.875)
No início do exercício	(759.875)	1
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**947.906**	**(759.876)**

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia" ou "Cemig Geração e Transmissão") é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("CEMIG"), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG.

Os contratos de concessão para distribuição de energia elétrica da CEMIG, assinados em 1997, determinavam a reestruturação das suas operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais ("desverticalização").

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro, determinou a separação em empresas distintas das atividades de geração e transmissão da atividade de distribuição de energia elétrica.

Desta forma, as usinas, linhas de transmissão e outros ativos e passivos relacionados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica da CEMIG, incluindo os consórcios para produção de energia elétrica, foram transferidos, a partir de 1º de janeiro de 2005, para a Cemig Geração e Transmissão.

A Cemig Geração e Transmissão possui 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão.

A transferência das concessões de geração da CEMIG para a Cemig Geração e Transmissão está em processo de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - "ANEEL".

A Companhia teve a sua abertura de capital autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários "CVM" em 10 de outubro de 2006, devendo ser ressaltado que as suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

Segue tabela com a segregação dos ativos e passivos da CEMIG que foram aportados na Cemig Geração e Transmissão em 1º de janeiro de 2005:

	R$
ATIVO	
CIRCULANTE	
Disponibilidades	15.500
Consumidores e Revendedores	32.353
Concessionários – Transporte de Energia	27.876
Revendedores – Transações com Energia Livre	45.560
Tributos Compensáveis	11.431
Estoques	2.126
Outros Créditos	25.511
TOTAL DO CIRCULANTE	160.357
NÃO CIRCULANTE	
Realizável a Longo Prazo	
Revendedores – Transações com Energia Livre	588.281
Tributos Compensáveis	26.679
Créditos Tributários	15.374
Outros Créditos	9.497
Total do Realizável a Longo Prazo	639.831
Investimentos	884.011
Imobilizado	4.772.099
Obrigações Especiais	(1.680)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.294.261
ATIVO TOTAL	**6.454.618**
PASSIVO	
CIRCULANTE	
Fornecedores	230.116
Impostos, Taxas e Contribuições	(41.044)
Encargos Regulatórios	46.888
Salários e Encargos Sociais	30.594
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	315.101
Empréstimos e Financiamentos	840.069
Obrigações Pós-Emprego	45.201
Outras Obrigações	19.719
TOTAL DO CIRCULANTE	1.486.644
NÃO CIRCULANTE	
Impostos, Taxas e Contribuições	211.416
Empréstimos e Financiamentos	1.514.210
Obrigações Pós-Emprego	306.307
Outras Obrigações	39.256
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.071.189
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.896.785
PASSIVO TOTAL	**6.454.618**

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; normas da CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia já havia adotado, de forma antecipada, em 31 de dezembro de 2005, os principais procedimentos contábeis constantes da Deliberação CVM nº 488 (Normas e Procedimentos de Contabilidade – Apresentação e Divulgações) e Deliberação CVM nº 489 (Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas), ambas de 03 de outubro de 2005.

As principais alterações resultantes da aplicação dessas Deliberações na Companhia foram as seguintes:

- Apresentação do grupo "Não circulante" no ativo e no passivo;
- Apresentação da conta "Intangível", classificada no grupo "Não circulante".

A Companhia adotou, de forma antecipada, nestas demonstrações financeiras, os novos procedimentos de divulgação constantes das deliberações CVM nºs 505 ("Eventos Subseqüentes a Data do Balanço Patrimonial) e 506 ("Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros").

Adicionalmente, a Companhia está apresentando, nos Anexos I, II e III, as demonstrações de fluxo de caixa e do valor adicionado e a demonstração do resultado segregado por atividade, respectivamente.

Reclassificação de Saldos Contábeis

Para melhor comparabilidade e análise da demonstração do resultado, a Companhia reclassificou determinadas transações referentes ao exercício de 2005, como segue:

Conta Original		Conta de Reclassificação	
Custos Operacionais – Custo de operação		**Despesa Financeira**	
Provisão para Perdas na Recuperação dos valores de energia livre	195.881	Provisão para Perdas na Recuperação dos valores de energia livre	(195.881)

A provisão para Perdas na Recuperação dos valores de energia livre foi reclassificada para o resultado financeiro por se tratar basicamente da atualização financeira da provisão originalmente constituída, tendo em vista que o ativo que deu origem a provisão também é atualizado monetariamente, com o registro da receita financeira.

2.2) Autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras

Em 14 de fevereiro de 2007 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e o conseqüente envio ao Conselho de Administração para aprovação.

2.3) Principais Práticas Contábeis

(a) Prática Contábil Específica do Setor Elétrico

Despesas de Administração - São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros na proporção dos investimentos realizados.

Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica - Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da Cemig Geração e Transmissão no Grupo de Investimentos, conforme Nota Explicativa nº 9. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e demonstrações financeiras específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Disponibilidades - Estão demonstradas ao custo. Os rendimentos auferidos até a data dos balanços estão classificados como Outros Créditos, no Ativo Circulante, a valores não superiores aos de realização.

Consumidores e Revendedores - O fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado na data do balanço é contabilizado em regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na Nota Explicativa nº 5.

Estoques - São avaliados ao custo médio de aquisição, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no ativo imobilizado, não sendo depreciados.

Investimentos - Os Investimentos em consórcios são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, deduzidos das respectivas depreciações, as quais são calculadas pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Imobilizado - Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação.

Depreciação e Amortização - São calculadas sobre o saldo das Imobilizações em Serviço e Investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais - São avaliadas pelo valor recebido de clientes. As obrigações especiais não são depreciadas ou amortizadas, sendo apresentadas nos Balanços Patrimoniais como redutoras do Ativo Imobilizado.

Demais Ativos e Passivos - Os sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, e aqueles denominados em moeda estrangeira, são corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos e variação cambial, respectivamente, de forma a refletir os valores atualizados na data dos balanços. Os demais são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Capitalização de Encargos de Empréstimos e Financiamentos - Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às Imobilizações em Curso durante o período de construção.

Obrigações Pós-Emprego - Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações.

Imposto de Renda e Contribuição Social - São provisionados ou constituídos créditos sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, sendo seu efeito lançado no resultado do exercício, observando-se as perspectivas de sua realização.

Resultado - É apurado pelo regime contábil de competência de exercício.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - É calculado com base no número de ações na data dos balanços.

Uso de estimativas - A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração se utilize de estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Créditos Tributários, Depreciação do Ativo Imobilizado e investimentos em Consórcios, Obrigações Pós-Emprego, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

3) – DAS CONCESSÕES

A transferência das concessões de geração da CEMIG para a Cemig Geração e Transmissão está em processo de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - "ANEEL" e refere-se as concessões abaixo:

		Informações não auditadas		
	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2005
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2005
Jaguara	Rio Grande	424,000	09/1963	09/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	02/2000	02/2035
Aimorés (1)	Rio Doce	181,700	12/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil (1)	Rio Grande	88,200	12/2000	12/2035
Queimado (1)	Rio Preto	86,625	12/1997	12/2032
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	46,000	09/1958	07/2015
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	37,333	07/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	30,450	12/1998	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Para	14,000	09/1953	07/2015
Outras	Diversas	101,124	Diversas	Diversas
		8.117,444		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1,000	03/1999	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131,000	09/1974	09/2024
Formoso	Formoso - MG	0,440	04/1999	-
		132,440		
TOTAL GERAÇÃO		**8.249,884**		
TRANSMISSÃO				
Rede Básica	Minas Gerais		07/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais		10/2000	10/2030

(1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da CEMIG nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na nota explicativa nº 9.

Renovação de concessões de usinas de geração de energia elétrica

Em reunião ocorrida no dia 03 de outubro de 2006, a Diretoria da ANEEL, por maioria, decidiu aprovar o encaminhamento ao Ministério de Minas e Energia - MME de um conjunto de alternativas (devidamente instruídas e apontando suas vantagens e desvantagens) para decisão quanto aos Requerimentos de Prorrogação de Concessões formulados pela Cemig Geração e Transmissão para as usinas de Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias, Emborcação, Nova Ponte e Santa Luzia, com capacidade instalada total de 1.735 MW nos termos das opções a seguir sumarizadas:

I. deferir os Pedidos, prorrogando-se as concessões mencionadas pelo prazo de 20 anos, indistintamente, contados das datas de vencimento das respectivas outorgas;

II. deferir os Pedidos, prorrogando-se as concessões acima identificadas pelo prazo estimado para a depreciação dos ativos reversíveis, limitado a 20 anos;

III. indeferir os Pedidos, total ou parcialmente, com a conseqüente reversão dos ativos para a União e posterior realização das licitações de outorga dessas concessões. Nesta hipótese, poderia o Poder Concedente prorrogar as concessões acima identificadas pelo prazo necessário à operacionalização dos procedimentos licitatórios, bem como à definição dos critérios para a redução e a forma de indenização dos bens reversíveis;

IV. em qualquer das alternativas elencadas nos subitens I e II, poderia ainda o MME, adicional e complementarmente:

a) estabelecer que, ao término da vigência dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR celebrados a partir do leilão de energia existente, realizado em dezembro/2004, a energia assegurada das usinas com prazos de concessão prorrogados seja destinada ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR;

b) optar pela imputação da cobrança pelo Uso de Bem Público, em valor equivalente ao da Reserva Global de Reversão - RGR apurada para cada usina, a partir da extinção deste encargo, prevista para o final de 2010, conforme art. 8º da Lei nº 9.648/98.

Caso o Ministério de Minas e Energia – MME venha a indeferir os pedidos de renovação dessas concessões ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de atividade e rentabilidade podem ser alterados.

Deve ser ressaltado que a Companhia possui todas as qualificações exigíveis para a prorrogação do prazo de concessão das usinas, conforme consta da Nota Técnica da ANEEL nº 061/2006, de 16 de agosto de 2006, emitida pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração. Desta forma, a Companhia tem a expectativa de renovação das concessões e portanto não são esperadas perdas em função de uma eventual não renovação.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção dos empreendimentos de Porto Estrela e Queimado a Companhia se comprometeu, em conjunto com seus parceiros, a efetuar pagamentos à ANEEL como compensação pela exploração do empreendimento. As informações econômico-financeiras das concessões são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 31/12/06	Valor Presente em 31/12/06 (*)	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela	271.451	63.697	06/2001 a 07/2032	IGP-M
Queimado	7.481	2.755	01/2004 a 12/2032	IGP-M

*(*) O valor presente das concessões de Porto Estrela e Queimado foi calculado a uma taxa de 10,00% ao ano e o valor presente das parcelas à serem pagas no período de 12 meses correspondem a R$91 e R$273 (valor nominal de R$96 e R$286), respectivamente.*

As parcelas pagas ao poder concedente referente às usinas de Porto Estrela e Queimado no exercício de 2006 corresponderam a R$95 e R$275, respectivamente.

As concessões a serem pagas à ANEEL prevêem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a CEMIG reconhece as despesas incorridas em contrapartida ao Exigível a Longo Prazo – Outros, de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido, conforme indicado acima, em atendimento ao princípio da competência de exercícios.

No término da concessão, o valor residual dos Empreendimentos deverá ser ressarcido pelo Poder Concedente a Companhia.

4) – DISPONIBILIDADES

	31/12/2006	31/12/2005
Contas Bancárias	25.424	11.064
Aplicações Financeiras - Certificados de Depósito Bancário	662.390	341.925
	687.814	**352.989**

As aplicações financeiras da Cemig Geração e Transmissão têm sua remuneração baseada substancialmente, na variação do CDI – "Certificado de Depósito Interfinanceiro", com prazo de resgate inferior a 90 dias.

5) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31/12/2006	Total 31/12/2005
Industrial	112.789	6.623	3.484	122.896	91.658
Suprimento a Outras Concessionárias	121.931	-	-	121.931	65.947
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(1.512)	(1.512)	-
	234.720	**6.623**	**1.972**	**243.315**	**157.605**

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

6) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE DURANTE O PROGRAMA DE RACIONAMENTO

As obrigações e direitos da Companhia referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	31/12/2006	31/12/2005
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	402.752	516.065
Provisão para perdas na realização	(245.059)	(195.881)
	157.693	**320.184**
Circulante	123.056	224.155
Não Circulante	34.637	96.029

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Companhia nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidores com valores a receber, entre os quais está incluída a Companhia, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig Geração e Transmissão são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas

A Cemig Geração e Transmissão recebe os valores da RTE da Cemig Distribuição e de outras distribuidoras, que tem um prazo limite, estipulado pela ANEEL, para repassar os valores a Companhia.

A Companhia elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL.

Com base no estudo, foi estimada em R$245.059 a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre em 31 de dezembro de 2006 (R$195.881 em 31 de dezembro de 2005), registrada como redutora do ativo respectivo e com contrapartida no resultado financeiro.

7) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	31/12/2006	31/12/2005
Circulante		
Imposto de Renda	44.097	33.104
Contribuição Social	10.843	8.171
PASEP	4.822	-
COFINS	26.203	-
Outros	9.924	2.370
	95.889	43.645
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	64.606	50.606
	160.495	**94.251**

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se basicamente às antecipações de pagamentos líquidos das obrigações a pagar do exercício de 2006.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A Companhia está em processo de adequação aos novos requerimentos de informações eletrônicas exigidas pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o que permitirá a compensação dos créditos a partir do 2º trimestre de 2007.

8) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	31/12/2006	31/12/2005
Créditos Tributários sobre:		
Provisão para Perdas na Realização dos Valores a Receber de Energia Livre	83.320	66.600
Obrigações Pós-Emprego	11.152	-
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	12.144	14.486
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	514	-
Outros	5.405	5.995
	112.535	**87.091**
Ativo Circulante	14.679	12.356
Realizável a Longo Prazo	97.856	74.735

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 8 de fevereiro de 2007, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 14 de fevereiro de 2007.

Conforme as estimativas da Cemig Geração e Transmissão, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2006, conforme abaixo:

	31/12/2006
2007	14.679
2008	88.625
2009	1.218
2010	1.218
2011	1.219
2012 a 2014	3.345
2015 a 2016	2.231
	112.535

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	31/12/2006	31/12/2005
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	577.658	279.264
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(196.404)	(94.950)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(488)	(882)
Incentivos Fiscais	5.107	3.674
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.581)	(1.117)
Outros	(54)	6
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	**(193.430)**	**(93.249)**

9) – INVESTIMENTOS

	31/12/2006	31/12/2005
Consórcios	936.172	936.023
Outros	1.263	1.273
	937.435	**937.296**

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da Cemig Geração e Transmissão da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	31/12/2006	31/12/2005
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,43	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,58	171.855	171.855
Usina de Queimado	82,50%	2,46	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00%	2,62	512.946	-
Depreciação acumulada			(57.645)	(32.173)
Total em operação			**914.934**	**427.460**
Em curso				
Usina de Queimado	82,50%		297	232
Usina de Funil	49,00%		9.041	8.411
Usina de Aimorés	49,00%		7.073	499.920
Usina de Baguari	34,00%		4.827	-
Total em construção			**21.238**	**508.563**
Total de Consórcios			**936.172**	**936.023**

Em 8 de maio de 2006 foi inaugurada a Usina de Aimorés.

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Norte de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	33,33
Usina Igarapava	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMM	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

10) – IMOBILIZADO

	31/12/2006			31/12/2005
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	**7.941.224**	**(3.254.583)**	**4.686.641**	**3.652.103**
- Geração	6.659.805	(2.621.270)	4.038.535	2.970.906
Intangíveis	725	(191)	534	79
Terrenos	195.887	-	195.887	134.013
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.640.761	(1.216.268)	2.424.493	1.736.827
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	867.256	(322.273)	544.983	362.046
Máquinas e Equipamentos	1.950.596	(1.078.451)	872.144	737.577
Veículos	2.018	(1.645)	373	260
Móveis e Utensílios	2.563	(2.442)	121	106
- Transmissão	1.206.075	(585.918)	620.157	856.627
Intangíveis	7.183	(1.510)	5.673	6.044
Terrenos	2.920	-	2.920	2.920
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	97.306	(49.663)	47.643	51.485
Máquinas e Equipamentos	1.098.065	(534.267)	563.818	596.070
Veículos	14	(13)	1	2
Móveis e Utensílios	587	(465)	102	106
- Administração	75.344	(47.395)	27.949	24.568
Intangíveis	17.250	(12.378)	4.872	7.727
Terrenos	621	-	621	621
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	13.453	(6.428)	7.025	5.271
Máquinas e Equipamentos	34.160	(22.860)	11.300	9.818
Veículos	6.554	(2.531)	4.023	1.040
Móveis e Utensílios	3.306	(3.198)	108	91
Em Curso	**209.806**	**-**	**209.806**	**1.299.005**
- Geração	96.124	-	96.124	1.236.609
- Transmissão	104.221	-	104.221	46.341
- Administração	9.461	-	9.461	15.855
Total do Imobilizado	**8.151.030**	**(3.254.583)**	**4.896.447**	**4.951.108**
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			(5.923)	(1.680)
Imobilizado Líquido			**4.890.524**	**4.949.428**

No quarto trimestre de 2006, em função da entrada em operação da usina de Irapé, os custos referentes à construção do empreendimento, no montante de R$1.199.786, foram transferidos para o Imobilizado em Serviço. A despesa de depreciação referente à este empreendimento para o exercício de 2006, no montante de R$13.603 foi reconhecida no resultado do exercício.

A Companhia utiliza em suas operações bens da União que não estão registrados nas Demonstrações Financeiras, cujo valor em 31 de dezembro de 2006, líquido de depreciação, é de R$50.

A Companhia tem terrenos e edificações registrados como Ativo Imobilizado - Administração, que foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R$1.049 em 31 de dezembro de 2006.

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999, são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Administração	(%)
Edificações	2,00	Chave Sistema	3,00	Software	20,00
Gerador	3,30	Disjuntor	3,00	Veículos	20,00
Turbina Hidráulica	2,50	Torre Metálica	2,50	Equipamento Geral	10,00
Casa de Força	2,00	Transformador de Força	2,50	Edificação	4,00
Barragem	2,00	Condutor nu de alumínio	2,50		
Equipamento Geral	10,00	Equipamento Geral	10,00		
Equipamentos de Tomada d'água	3,70	Condutor do Sistema	2,50		
Estrutura de Tomada d'água	4,00	Estrutura do Sistema	2,50		
		Religadores	4,30		

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

A composição das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica é como segue:

	31/12/2006	31/12/2005
Participação da União	4.252	10
Participação dos Municípios	105	105
Participação do Consumidor	1.449	1.449
Outros	117	116
	5.923	1.680

11) – FORNECEDORES

	31/12/2006	31/12/2005
Circulante		
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -		
Compra de energia livre durante o racionamento - CCEE	27.009	42.937
Outros Geradores e Distribuidores	46.880	30.272
	73.889	73.209
Materiais e Serviços	19.322	85.437
	93.191	158.646
Não Circulante		
Suprimento de Energia Elétrica -		
Compra de Energia Livre durante o Racionamento - CCEE	44.446	72.946
Total de Fornecedores	**137.637**	**231.592**

Parte substancial dos valores devidos à CCEE serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

12) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2006	31/12/2005
Circulante		
Imposto de Renda	-	7.815
ICMS	23.812	39.068
COFINS	16.669	14.984
PASEP	3.640	2.636
INSS	3.577	3.640
Outros	5.472	3.210
	53.170	**71.353**
Obrigações diferidas		
Imposto de Renda	26.110	48.927
Contribuição Social	9.400	17.614
COFINS	7.952	12.604
PASEP	1.726	2.737
	45.188	**81.882**
	98.358	**153.235**
Não Circulante		
Obrigações diferidas		
Imposto de Renda	59.269	43.586
Contribuição Social	21.337	15.691
COFINS	21.395	24.578
PASEP	4.645	4.769
	106.646	**88.624**

As obrigações diferidas referem-se aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

13) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

				31/12/2006			31/12/2005
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A.	2009	3,90	JPY	38	69.640	69.678	76.996
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	2006	7,67	US$ +UC	-	-	-	2.327
B.N.P. Paribas	2010	Libor + 1,875	US$	592	35.879	36.471	39.822
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	3.557	14.135	17.692	20.524
UNIBANCO S.A.	2009	6,50	US$	136	9.965	10.101	11.058
UNIBANCO S.A.	2007	6,50	US$	46.604	-	46.604	51.090
UNIBANCO S.A.	2009	5,00	US$	32	7.484	7.516	8.229
Dívida referente a Moeda Estrangeira				**50.959**	**137.103**	**188.062**	**210.006**
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2006	100,00 do CDI	R$	-	-	-	43.225
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R$	156	75.000	75.156	75.313
Banco do Brasil S.A.	2009	111,00 do CDI	R$	1.041	62.644	63.685	64.139
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	3.579	89.276	92.855	94.003
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R$	3.023	30.000	33.023	33.792
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R$	21.293	900.000	921.293	-
HSBC Bank Brasil S.A.	2008	CDI + 2,00	R$	1.191	49.560	50.751	-
Banco Itaú - BBA S.A.	2008	CDI + 2,00	R$	961	40.000	40.961	92.432
Banco Itaú - BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	6.451	168.431	174.882	177.158
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R$	1.364	25.124	26.488	27.006
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R$	143.985	25.842	169.827	292.380
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	3.909	136.384	140.293	141.704
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R$	307	1.820	2.127	-
Debêntures	2006	IGP-M + 12,70	R$	-	-	-	500.596
Debêntures	2009	CDI + 1,20	R$	7.515	349.556	357.071	360.027
Debêntures	2011	104,00 do CDI	R$	4.574	238.816	243.696	-
Obrigações com Debêntures - Governo do Estado de Minas Gerais	2030	IGP-M	R$	-	106.479	106.479	102.743
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 e 8,50	R$	13.511	70.731	84.242	95.552
ELETROBRÁS	2006	IGP-M + 12,00	R$	-	-	-	4.631
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	1.359	29.715	31.074	31.088
UNIBANCO S.A.	2009	CDI + 2,98	R$	2.877	104.095	106.972	107.953
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	5.903	179.081	184.984	180.327
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	123	3.102	3.225	3.269
Itaú Finance	2008	URTJ + 8,50	R$	3.469	3.442	6.911	10.187
Dívida referente a Moeda Nacional				**226.891**	**2.609.07 9**	**2.915.96 9**	**2.437.52 4**
Total Geral				**277.850**	**2.826.18 1**	**3.104.03 1**	**2.647.53 0**

A Cemig Geração e Transmissão vinculou seu faturamento referente à venda de energia elétrica, no montante de R$260.981, como garantia de financiamentos.

A Companhia ofereceu aos debenturistas da segunda série de debêntures simples, que foi objeto de cessão de obrigações para a Cemig Geração e Transmissão em decorrência do processo de desverticalização, a oportunidade de mudar a remuneração de IGP-M acrescidos de 12,7% a.a. para 104% do CDI a.a., estabelecendo o vencimento em novembro de 2011. Como resultado, 47,37% das debêntures em circulação, equivalente a R$238.816 foram repactuadas nas novas condições.

Os demais 52,63% das debêntures emitidas em 2006, correspondentes a R$265.304, foram resgatadas e estão em tesouraria para recolocação futura no mercado a critério da Companhia.

No primeiro semestre de 2007, a Cemig Geração e Transmissão deverá concluir sua primeira emissão de debêntures, no valor de R$992.917, com a finalidade de realizar a permuta obrigatória prevista na escritura da primeira emissão da CEMIG, em decorrência do processo de desverticalização. Por se tratar de uma permuta, a Cemig Geração e Transmissão não receberá os recursos líquidos dessa oferta, tampouco haverá aumento de endividamento, visto que as obrigações decorrentes da Escritura da primeira emissão da CEMIG já se encontravam alocadas na Cemig Geração e Transmissão desde o início de suas atividades operacionais em 1º de janeiro de 2005. Do total da emissão, R$600.761 estão registrados como dívida e 41% da nova emissão serão permutados pelas debêntures que a Empresa mantém em tesouraria, em decorrência dos resgates efetuados por ocasião das repactuações.

A composição consolidada dos empréstimos de longo prazo por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	47.364	14.351	31.800	7.177	-	-	-	-	100.692
Euro	3.557	3.141	3.141	3.141	3.141	1.571	-	-	17.692
Yen	38	-	69.640	-	-	-	-	-	69.678
	50.959	17.492	104.581	10.318	3.141	1.571	-	-	188.062
Indexadores									
Índice Geral de Preços – Mercado–IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	106.479	106.479
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	13.511	11.955	11.955	11.955	11.955	11.955	10.956	-	84.242
SELIC	143.985	25.842	-	-	-	-	-	-	169.827
Certificado Depósito Interbancário – CDI	65.926	89.560	516.294	252.071	390.763	451.947	481.949	300.000	2.548.510
Outros	3.469	3.442	-	-	-	-	-	-	6.911
	226.891	130.799	528.249	264.026	402.718	463.902	492.905	406.479	2.915.969
	277.850	148.291	632.830	274.344	405.859	465.473	492.905	406.479	3.104.031

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2006 %	Variação Acumulada em 2005 %	Indexadores	Variação Acumulada em 2006 %	Variação Acumulada em 2005 %
Dólar Norte-Americano	(8,66)	(11,82)	IGP-M	3,83	1,21
Euro	1,65	(23,50)	FINEL	0,76	0,24
Yen	(9,47)	(23,43)	SELIC	15,10	18,24
			CDI	15,05	18,15

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2005	**2.647.530**
Financiamentos Obtidos	1.808.096
Variação Monetária e Cambial	1.353
Encargos Financeiros Provisionados	415.460
Encargos Financeiros Pagos	(413.835)
Amortização de Financiamentos	(1.354.573)
Saldo em 31 de dezembro de 2006	**3.104.031**

As captações de recursos durante o exercício de 2006 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco do Brasil S.A. (*)	2006	103% do CDI	900.000
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1% do CDI	900.000
União de Bancos Brasileiros S.A. – UNIBANCO	2013	CDI+1,70% a.a	6.276
Banco Bradesco S.A.	2014	CDI+1,70% a.a	1.820
			1.808.096

(*) Empréstimo de curto prazo pelo período de 3 meses, cujo pagamento foi feito dentro do próprio exercício utilizando-se dos recursos obtidos através do empréstimo descrito imediatamente abaixo.

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Cemig Geração e Transmissão possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") que foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2006.

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis
EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

14) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/12/2006	31/12/2005
Reserva Global de Reversão - RGR	5.946	47.525
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	13.138	4.229
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	7.970	2.655
Taxa de Fiscalização da ANEEL	950	286
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.351	635
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	11.649	9.901
Pesquisa e Desenvolvimento	23.991	15.181
Pesquisa Expansão Sistema Energético	9.629	4.951
	74.624	**85.663**
Passivo Circulante	74.624	50.980
Passivo Não Circulante	–	34.683

15) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela Cemig Geração e Transmissão através de uma participação percentual nos ativos e obrigações do plano, no percentual de 22,63%, determinado em função da alocação dos empregados na Companhia em dezembro de 2004.

A FORLUZ disponibiliza a seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da Cemig Geração e Transmissão para este plano é de 30% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 70% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no valor de R$376.314, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos neste plano, em 31 de dezembro de 2006, 23 ativos e 255 aposentados/Pensionistas (em 31 dezembro de 2005, 23 ativos e 251 aposentados/pensionistas).

A Cemig Geração e Transmissão mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

O plano odontológico foi implementado no terceiro trimestre de 2006 e os custos relacionados aos participantes aposentados foram integralmente reconhecidos no resultado, no valor de R$2.237. O custo de serviço no valor de R$6.559, referente aos empregados ativos foram diferidos pelo prazo de 11 anos.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R$298.133 em 31 de dezembro de 2006, foi reconhecida como obrigação a pagar pela Companhia e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da Cemig Geração e Transmissão, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais - IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que ocorram pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas pela Companhia, conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, do superávit obtido no exercício de 2006, R$46.844 serão utilizados para amortização do saldo devedor da dívida reconhecida.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Companhia em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM nº 371 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira e utilização de superávit para amortização da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionados nos parágrafos anteriores, não produziram efeitos contábeis no resultado da Cemig Geração e Transmissão.

Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2006 estão apresentados a seguir:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	1.001.716	74.586	4.281	42.932
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	131.914	27.065	1.555	28.394
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	1.133.630	101.631	5.836	71.326
Valor Justo dos Ativos do Plano	(901.381)	(6.722)	(87)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	232.249	94.909	5.749	71.326
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidos	(57.088)	(30.078)	2.914	15.053
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	(20.088)	(1.853)	(6.559)	(1.850)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	**155.073**	**62.978**	**2.104**	**84.529**

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10,00% do total das obrigações com benefícios pós-emprego serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), a partir de 2007. Nesta condição, serão reconhecidas perdas atuariais do Plano de Saúde no valor de R$19.915 e ganhos atuariais do Plano Odontológico e Seguro de vida nos valores de R$2.330 e R$7.920, respectivamente.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2005	**192.572**	**57.497**	-	**77.682**
Despesa Reconhecida no Resultado	13.146	12.552	2.237	8.396
Contribuições Pagas	(50.645)	(7.071)	(133)	(1.549)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2006	**155.073**	**62.978**	**2.104**	**84.529**
Passivo Circulante	27.290	-	-	-
Passivo Não Circulante	127.783	62.978	2.104	84.529

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2006 são como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	1.393	5.858	-	1.211
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	123.160	10.221	-	7.431
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(114.539)	(832)	-	-
Perdas(Ganhos) Atuariais Não Reconhecidos	-	1.836	-	(589)
Perdas Decorrentes de Alterações no Plano	3.139	343	-	343
Contribuição dos Empregados	(27)	(4.874)	-	-
Custo do Serviço Passado	-	-	2.237	-
Despesa em 2006	**13.146**	**12.552**	**2.237**	**8.396**

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2007 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	1.259	6.752	120	1.177
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	123.499	10.678	660	7.950
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(128.159)	(746)	(28)	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidos	-	1.762	205	(701)
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	3.139	343	578	343
Contribuição dos Empregados	(24)	(5.762)	(63)	-
Despesa (Receita) em 2007	**(286)**	**13.027**	**1.472**	**8.769**

As principais premissas atuariais na data do balanço são conforme segue:

	31/12/2006	
	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	6,00%	11,30%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	9,00%	14,45%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	5,00%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	2,00%	7,10%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	5,00%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT - 83	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Medium	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00%	

16) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia constitui provisão para contingências daquelas ações cuja expectativa de perda seja considerada provável. Desta forma, encontra-se provisionado em 31 de dezembro de 2006, referente contingências trabalhistas, o valor de R$31, uma redução de R$1.422 em relação ao ano anterior em função da reversão de valores provisionados.

No quarto trimestre de 2006, a Companhia revisou as causas trabalhistas e a expectativa de perda das ações, o que resultou na diminuição dos valores provisionados.

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

Conforme divulgado na nota explicativa nº 21, A Cemig Geração e Transmissão pagou uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandato de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R$28.716 registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas com este assunto. A Companhia considera o risco de perda nesta ação como possível.

17) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social da Cemig Geração e Transmissão é de R$2.896.785, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

(a) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% serão utilizados para distribuição como dividendo obrigatório à Controladora.

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia poderá fazer a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração, devendo as diretrizes do Plano Diretor da Companhia serem observadas.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subseqüente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado do exercício está demonstrado abaixo:

	31/12/2006	31/12/2005
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	614.108	468.451
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	307.054	234.226
Dividendos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio	229.880	282.436
Dividendos Complementares	353.523	162.593
Total	583.403	445.029
Dividendos por lote de mil ações - R$		
Dividendos Estatutários	106,00	80,86
Dividendos Propostos	201,40	153,63

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Cemig Geração e Transmissão foram calculados em 2006 com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R$229.880 foram de R$78.159, reconhecidos no resultado do exercício.

(b) Reserva Legal

A Cemig Geração e Transmissão utilizou 5,00% do lucro líquido apurado no exercício de 2006 para constituição de Reserva Legal, no valor de R$30.705. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2006 corresponde a R$54.127.

18) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	(Não auditado)					
	Nº de Consumidores		MWh		R$	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Industrial	127	123	17.858.752	17.129.647	1.453.793	1.392.012
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	3.673	97.339
	127	123	17.858.752	17.129.647	1.457.466	1.489.351
Suprimento a Outras Concessionárias	43	4	11.708.028	8.490.949	742.541	517.955
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	126.741	77.718
Total	**170**	**127**	**29.566.780**	**25.620.596**	**2.326.748**	**2.085.024**

Para os consumidores livres da Cemig Geração e Transmissão, foram celebrados contratos individuais indexados substancialmente à variação do IGP-M e, em menor parte, aproximadamente 25% do dólar norte-americano.

19) – RECEITA DE USO DA REDE

Esta receita refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, na rubrica de "Transporte de Energia".

20) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	31/12/2006	31/12/2005
ICMS	271.504	248.532
COFINS	210.758	165.723
Reserva Global de Reversão – RGR	9.492	76.741
PIS-PASEP	47.107	33.782
Outros	139	3.930
	539.000	**528.708**

A redução nos valores provisionados de RGR em 2006 deve-se ao ajuste na provisão referente ao exercício de 2004, no montante de R$67.249, em função da homologação pela ANEEL da despesa efetiva em um montante inferior ao estimado pela Companhia.

21) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2006	31/12/2005
Pessoal	249.293	174.812
Participações dos Empregados	49.742	60.310
Obrigações Pós-Emprego	36.331	34.730
Materiais	17.555	16.865
Matéria-Prima e Insumos	36.812	852
Serviços de Terceiros	88.674	78.497
Depreciação e Amortização	207.924	181.480
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	123.756	109.137
Provisões Operacionais	1.523	3.991
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	63.421	26.781
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	232.164	157.166
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	39.813	17.009
Gastos com Eficiência Energética	27.856	37.785
Outras Despesas Líquidas	70.226	55.968
	1.245.092	**967.383**

a) DESPESAS COM PESSOAL	**31/12/2006**	**31/12/2005**
Remunerações e Encargos	197.848	170.162
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	12.850	16.788
Benefícios Assistenciais	24.069	16.830
	234.587	203.780
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(27.154)	(29.297)
	207.433	174.483
Indenização por Anuênios Futuros	41.860	-
Programa de Desligamento Incentivado - PDI	-	329
	249.293	**174.812**

INDENIZAÇÃO DO ANUÊNIO

Em 27 de abril de 2006, a Companhia apresentou proposta aos empregados de indenização em troca do direito futuro referente ao percentual de 1,00% incorporado anualmente aos salários ("anuênio"). O valor da indenização corresponde à estimativa dos anuênios futuros dos empregados até completarem 35 anos de contribuição ao INSS, descontada a uma taxa anual de 12,00%, sendo então aplicado um redutor percentual variável estabelecido pela Companhia. A adesão dos empregados foi concluída em 30 de junho de 2006 e o pagamento da indenização, no valor de R$41.860, foi realizado no período de junho a agosto de 2006.

b) PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NOS RESULTADOS

A Companhia utilizou como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados do exercício de 2006, um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC. Adicionalmente, no dissídio coletivo em novembro de 2006 foi acordado com os sindicatos o pagamento de parcela adicional de R$33.722. A parcela adicional mencionada foi paga dentro do próprio exercício.

Em conformidade com os referidos acordos, a participação no resultado do exercício de 2006, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a R$49.742.

c) SERVIÇOS DE TERCEIROS	31/12/2006	31/12/2005
Comunicação	2.970	4.885
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	20.630	20.036
Conservação e Limpeza de Prédios	13.321	10.893
Mão de Obra Contratada	1.029	805
Fretes e Passagens	2.287	694
Hospedagem e Alimentação	4.644	4.100
Vigilância	9.397	9.421
Consultoria	4.060	3.183
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	1.820	1.528
Manutenção e Conservação de Veículos	3.205	497
Outros	25.291	22.455
	88.674	**78.497**

d) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO ("P & D")

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,00% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados a receita de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Este atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento a instrução da ANEEL, a Cemig Geração e Transmissão reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005, adicionalmente ao 1,00% da sua receita líquida, os gastos a serem realizados e para os quais a CEMIG já havia recebido a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R$12.714.

No exercício de 2006, a ANEEL emitiu uma nova determinação, onde os recursos que haviam sido aplicados em exercícios anteriores em ativos registrados no Imobilizado fossem reconhecidos como ajustes de exercícios anteriores em contrapartida à conta de Obrigações Especiais. Em função dessa nova determinação, a Companhia registrou como despesa no resultado do exercício de 2006, adicionalmente ao 1,00% da receita líquida, o valor de R$4.036.

Embora o montante mencionado acima seja relacionado a períodos anteriores a 2005, a Companhia não registrou este valor diretamente em conta de Patrimônio Líquido pelo fato da Cemig Geração e Transmissão ter iniciado suas operações em 2005, não se aplicando, portanto, as determinações constantes da Deliberação CVM nº 506 relacionadas a registro de ajustes de exercícios anteriores.

e) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	31/12/2006	31/12/2005
Arrendamentos e Aluguéis	5.566	5.769
Propaganda e Publicidade	1.808	1.378
Subvenções e Doações	5.787	4.086
Taxa de Fiscalização da ANEEL	11.399	3.559
Despesa Concessão Onerosa	13.229	8.352
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	1.844	1.529
Contribuição ao MAE	1.474	1.593
Seguros	2.994	3.353
PROINFA	5.535	-
Outras Líquidas	20.590	26.349
	70.226	**55.968**

22) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	31/12/2006	31/12/2005
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	84.057	37.443
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	3.255	2.283
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	79.927	131.266
Variações Cambiais	16.586	56.656
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(4.569)	(13.492)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 26)	21.240	5.694
Outras	29.295	4.409
	229.791	**224.279**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(397.323)	(322.280)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(11.741)	(23.306)
Variações Cambiais	(32)	(544)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(14.090)	(7.910)
C.P.M.F.	(21.551)	(13.201)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 26)	(36.246)	(81.361)
Provisão para Perdas com Transações de Energia livre	(49.178)	(196.681)
Outras	(18.731)	(19.529)
	(548.894)	**(664.032)**
Juros sobre Capital Próprio	(229.880)	(282.456)
	(778.774)	**(946.488)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(548.983)**	**(722.189)**

Os encargos financeiros e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no exercício de 2006, nos montantes de R$18.137 e R$3.870, respectivamente foram transferidos para o Ativo Imobilizado e Investimentos, (R$27.938 de encargos financeiros e R$3.630 de variações monetárias ou cambiais em 2005).

23) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	31/12/2006	31/12/2005
Ganho (Prejuízo) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	1.386	(1.688)
FORLUZ – Custeio Administrativo	(2.911)	(2.973)
Outras Despesas Líquidas	(767)	(660)
	(2.292)	**(5.321)**

24) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
EMPRESAS	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
CEMIG								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	919.054	462.664	-	-	229.990	282.436
Coligadas e Controladora	3.903	-	5.099	6.116	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Consumidores e Revendedores	-	85.947	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladora	5.760	2	3.258	6.213	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	14.144	-	-	-	77.595	468.913	-	-
Light S.A.								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	-	-	-	22.459	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS	-	-	23.812	30.068	(271.504)	(246.532)	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS	84.606	50.606	-	-	-	-	-	-
Obrigações com Debêntures	-	-	106.479	102.749	-	-	(3.736)	(1.245)
FORLUZ								
Obrigações Pós-Emprego - Circulante	-	-	27.290	36.977	-	-	(36.931)	(34.730)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante	-	-	227.304	291.774	-	-	-	-
Outros	-	-	15.973	9.481	-	-	-	-
Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	(12.550)	(16.788)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(2.911)	(2.973)
OUTROS								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	10	10	-	-	-	-	-	-

A Companhia possui contratos de venda de energia para a Cemig Distribuição e Light S.A. no período de 2006 a 2013, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005. Deve ser ressaltado que os contratos com as empresas mencionadas somente foram assinados após a conclusão do leilão, em processo coordenado pela CCEE.

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 5, 7, 12, 13, 15, 17, 20, 21 e 23.

25) –EXPOSIÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como concessionária do setor elétrico brasileiro, a Companhia opera em ambientes onde fatores como reestruturações societárias, regulamentações emanadas dos órgãos governamentais, evolução tecnológica, globalização e variações do mercado consumidor são fatores de risco.

A Companhia implementou um projeto de Gerenciamento de Riscos Corporativos, buscando promover o entendimento de eventuais ocorrências que podem gerar perda de valor aos acionistas e estruturar a empresa para agir de forma pró-ativa em relação ao seu ambiente de riscos.

Os principais riscos de mercado que poderiam afetar os negócios da Companhia estão descritos a seguir:

a) Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente a cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Geração e Transmissão possuía, em 31 de dezembro de 2006, operações contratadas de hedge, R$69.624 equivalentes a ¥3.878.825 (Yen Japonês), nas quais foram efetuadas a substituição da variação do Yen acrescidos de juros pela variação do CDI (vide Explicativa nº 26).

A exposição líquida à taxa de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO AS TAXAS DE CÂMBIO	31/12/2006	31/12/2005
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos	100.692	110.159
(-) Operações contratadas de hedge/swap	-	37.657
	100.692	147.816
Yen		
Empréstimos e Financiamentos	69.678	76.996
(-) Operações contratadas de hedge	(69.624)	(76.929)
	54	67
Outras moedas estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos		
Euro	17.692	20.524
Outros	-	2.327
	17.692	22.851
Passivo Líquido Exposto	**118.438**	**170.734**

Uma vez que a Cemig Geração e Transmissão possui operações de swap envolvendo o dólar norte-americano com valores nocionais que materialmente se anulam, estas operações não foram consideradas no cálculo da tabela acima.

b) Risco de taxas de juros

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R$36.471, em 31 de dezembro de 2006.

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	31/12/2006	31/12/2005
Ativos		
Aplicações financeiras	662.390	341.925
Ativos regulatórios	157.693	320.184
	820.083	662.109
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos	(2.716.337)	(1.723.615)
Passivos Regulatórios	(71.455)	(115.883)
Operações Contratadas de Hedge	(69.624)	(39.272)
	(2.859.416)	(1.878.970)
Passivo Líquido Exposto	**(2.039.333)**	**(1.216.861)**

c) Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

d) Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. As clausulas restritivas foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2006.

e) Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

26) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e "swaps" de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência de exercícios.

a) Valor de Mercado

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informação de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os saldos contábeis das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, equivalem aos valores de mercado, pois encontram-se registrados aos valores de realização. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamento e das operações de *swap* forma calculados conforme o valor presente destes instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de natureza, prazo e risco similares, conforme demonstrado abaixo.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros está demonstrado a seguir:

	31/12/2006	
	Valor contábil	Valor de Mercado
Ativos		
Aplicações financeiras	662.390	662.390
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos	3.104.031	3.010.273
Operações Contratadas de Hedge	41.698	41.694
	3.145.729	3.051.967

b) Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia tem o propósito de proteger as operações da Cemig Geração e Transmissão contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam perdas em 2006 e 2005 nos montantes de R$15.008 e R$75.687, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia, as perdas não realizadas registradas e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de dezembro de 2006:

				31 de dezembro de 2006	
				Ganho (Perda) não realizado	
Direito da Cemig Geração e Transmissão	Obrigação da Cemig Geração e Transmissão	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
US$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R$ 100% do CDI + taxa (2,65% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2007 até 11/2009	US$26.396	(40.847)	(40.838)
R$ 106% do CDI	R$ ou US$ 48% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	Em 04/2010	(US$29.245)	96	96
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90 % a.a.)	R$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.878.825	(947)	(952)
				(41.698)	**(41.694)**

27) – SEGUROS

A Cemig Geração e Transmissão mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, como segue:

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Almoxarifados, instalações prediais e Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	10/07/2006 a 10/07/2007	183.290	39
Risco Operacional – Geradores, Turbina e Equipamentos de Potência	Total	05/05/2006 a 05/05/2007	1.038.428	1.959

A Cemig Geração e Transmissão não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A Cemig Geração e Transmissão não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

28) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	277.850	148.291	632.830	274.344	405.859	465.473	899.384	3.104.031
AHE Baguari	56	76	31	4	-	-	-	167
AHE Aimorés	33	4	-	-	-	-	-	37
AHE Três Marias	23	3	-	-	-	-	-	26
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	27.290	20.078	21.284	21.738	19.680	19.175	168.868	298.133
Total	**305.252**	**168.452**	**654.145**	**296.086**	**425.539**	**484.648**	**1.068.272**	**3.402.394**

****

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Morais
Diretor Presidente
e cumulativamente
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças, Participações
e de Relações com Investidores

Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Diretor de Gestão Empresarial

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Geração e Transmissão

José Maria de Macedo
Diretor

José Carlos de Mattos
Diretor de Planejamento, Projetos e Construções

Pedro Carlos Hosken Vieira
Superintendente de Controladoria

Leonardo George de Magalhães
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-83.140

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

ANEXO I

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de Reais e calculado em conformidade aos princípios fundamentais de contabilidade brasileiros)

	31/12/2006	31/12/2005
DAS OPERAÇÕES		
Lucro Líquido do Exercício	614.106	468.451
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa -		
Depreciação e Amortização	207.924	181.460
Baixas Líquidas de Imobilizado	1.333	25.229
Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	(91.408)	(170.327)
Impostos Federais Diferidos	25.282	(15.702)
Provisões para Perdas Operacionais	90	1.453
Provisões para Perdas de Transações com Energia Livre	49.179	195.991
Obrigações Pós-Emprego	36.331	34.750
Outros	(189)	1.835
	842.651	722.734
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(67.222)	(120.250)
Revendedores – Transações com energia livre	193.240	237.989
Tributos Compensáveis	(36.219)	(46.887)
Transporte de Energia	41.752	(65.107)
Outros Ativos Circulantes	(19.782)	(94.228)
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(93.139)	52.791
	63.630	(93.294)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(93.955)	(257.442)
Tributos e Contribuição Social	(85.286)	224.859
Salários e Contribuições Sociais	1.892	9.729
Encargos Regulatórios	(11.036)	4.092
Empréstimos e Financiamentos	(12.810)	39.022
Obrigações Pós-Emprego	(59.306)	(58.467)
Outros	(8.899)	(110.124)
	(267.464)	(164.307)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	638.817	465.093
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	958.096	751.851
Empréstimos de Curto Prazo	600.000	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.354.573)	(454.039)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(937.013)	-
	(733.490)	296.902
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	405.311	761.995
INVESTIMENTOS		
Em Investimentos	(24.873)	(63.704)
No Imobilizado	(129.882)	(375.299)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	4.243	-
	(150.462)	(439.997)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**334.825**	**352.999**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA		
No início do exercício	352.999	1
No fim do exercício	687.824	352.999
	334.825	**352.999**
PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	413.835	518.907
Imposto de Renda e Contribuição Social	215.733	186.735
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM A SAÍDA DE CAIXA		
Encargos Financeiros Transferidos para o Imobilizado	22.007	31.558

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

ANEXO II

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	31/12/2006		31/12/2005	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	2.913.025		2.492.865	
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.512)		-	
Resultado Não Operacional	(2.292)		(5.321)	
	2.909.221		2.487.544	
INSUMOS ADQUIRSDOS DE TERCEIROS				
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(232.164)		(157.166)	
Serviços de Terceiros	(88.674)		(78.497)	
Materiais	(17.555)		(16.865)	
Matéria Prima	(36.812)		-	
Outros Custos Operacionais	(62.827)		(91.298)	
	(436.032)		(343.826)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.471.189		2.143.718	
RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	(207.924)		(181.480)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.263.265		1.962.238	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	234.360		237.771	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.497.625		2.200.009	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%
Pessoal e Encargos	373.481	16	229.482	10
Impostos, Taxas e Contribuições	977.127	39	845.476	38
Despesas Financeiras e Aluguéis	532.909	21	656.600	31
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	583.403	23	445.029	20
Lucros Retidos	30.705	1	23.422	1
	2.497.625	**100**	**2.200.009**	**100**

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Atividade não Vinculada	Total
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	2.240.107	-	15.841	2.328.748
Receita de Uso da Rede	-	272.687	-	272.687
Outras Receitas Operacionais	1.755	1.732	2.113	15.810
	2.240.862	277.359	65.754	2.617.225
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(481.231)	(46.224)	(1.440)	(528.895)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**1.759.631**	**231.135**	**64.314**	**2.154.080**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(217.589)	-	(14.795)	(232.384)
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal e Administradores	(172.842)	(106.231)	(472)	(279.545)
Obrigações Pós Emprego	(20.999)	(12.882)	(59)	(33.939)
Materiais	(10.628)	(6.414)	(610)	(17.652)
Matéria-prima e insumos para Produção de Energia	(35.812)	-	-	(35.812)
Serviços de Terceiros	(48.289)	(16.189)	(13.410)	(78.888)
Depreciação e Amortização	(162.437)	(36.985)	(8.522)	(207.944)
Provisões Operacionais	(25)	(16)	-	(41)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(119.791)	-	(3.980)	(123.758)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	(83.421)	-	(83.421)
Quotas com Eficiência Energética	(23.850)	(4.000)	-	(27.850)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(39.813)	-	(39.813)
Outros	(15.934)	(15.000)	(23.836)	(54.830)
	(805.597)	(350.756)	(64.082)	(1.220.435)
CUSTO TOTAL	**(822.759)**	**(350.756)**	**(64.367)**	**(1.187.980)**
LUCRO BRUTO	**936.871**	**323.044**	**10.867**	**1.166.122**
DESPESA OPERACIONAL				
Despesas com Vendas	(1.462)	-	-	(1.462)
Despesas Gerais e Administrativas	(33.691)	(14.788)	(490)	(48.368)
Outras Despesas Operacionais	(8.834)	(2.344)	(271)	(11.548)
	(44.987)	**(17.131)**	**(1.219)**	**(61.378)**
Lucro Operacional antes do resultado de Equivalência Patrimonial e Benefícios (Despesas) Financeiras	**894.884**	**215.175**	**10.989**	**1.128.933**
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(457.596)	(36.240)	(153.057)	(646.893)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	**437.788**	**177.141**	**(84.969)**	**529.958**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	23	(1.963)	(612)	(2.252)
Lucro antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	**437.811**	**175.639**	**(85.782)**	**527.656**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(163.345)	(58.810)	29.724	(192.430)
Lucro Antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	**334.466**	**116.819**	**(57.058)**	**394.229**
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	178.109	46.428	3.344	223.960
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**512.574**	**163.247**	**(51.714)**	**618.189**

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

ANEXO III

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Atividade não Vinculada	Total
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	2.085.024	-		2.085.024
Receita de Uso da Rede	-	396.433		396.433
Outras Receitas Operacionais	3.836	700	7.122	11.458
	2.088.860	397.133	7.122	2.492.915
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(479.833)	(46.586)	(2.220)	(528.708)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**1.609.727**	**350.547**	**4.902**	**1.964.727**
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.764)	-	(258)	(5.022)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(145.199)	-	(11.697)	(157.196)
	(149.963)	-	**(12.209)**	**(162.168)**
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal e Administradores	(125.534)	(89.964)	(5.297)	(220.795)
Entidade de Previdência Privada	(19.029)	(13.217)	(790)	(33.036)
Materiais	(9.179)	(6.571)	(756)	(16.455)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(852)	-	-	(852)
Serviços de Terceiros	(46.167)	(21.070)	(4.737)	(71.974)
Depreciação e Amortização	(130.980)	(37.997)	(10.027)	(179.184)
Provisões Operacionais	(3.958)	(33)	-	(3.991)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(104.831)	-	(4.306)	(109.137)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	(28.791)	-	(28.791)
Pesquisa e Eficiência Energética	(34.474)	(1.941)	(1.589)	(37.794)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	(17.000)	-	(17.000)
Valor(es) (Créditos) para Ressarcimento/Recuperação dos Valores de Reconhecidos Tarifária Extraordinária	(189.285)	(1.616)	-	(190.901)
Outras	(13.246)	(5.606)	(22.967)	(42.120)
	(685.212)	**(223.375)**	**(50.349)**	**(958.936)**
CUSTO TOTAL	**(835.200)**	**(223.375)**	**(62.554)**	**(1.121.104)**
LUCRO BRUTO	**773.493**	**127.172**	**(57.671)**	**842.993**
DESPESA OPERACIONAL				
Despesas Gerais e Administrativas	(17.479)	(10.275)	(787)	(28.541)
Outras Despesas Operacionais	(2.393)	(772)	(394)	(3.559)
	(19.872)	**(11.047)**	**(1.181)**	**(32.100)**
Lucro Operacional antes do resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	**753.620**	**116.125**	**(58.852)**	**810.893**
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(341.396)	(10.359)	(114.884)	(526.308)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	**412.224**	**45.767**	**(173.510)**	**284.585**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(3.584)	(1.617)	(740)	(5.321)
Lucro antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	**408.770**	**44.150**	**(174.250)**	**278.264**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(75.155)	(17.004)	-	(92.240)
Lucro Antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	332.595	27.046	(174.250)	185.015
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	232.172	38.930	11.344	282.436
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**564.767**	**65.976**	**(162.912)**	**468.051**

NOTA EXPLICATIVA À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

A Cemig Geração e Transmissão mantém o registro das receitas e despesas por atividade, segregando-as entre geração, transmissão e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, conforme determinação do Órgão Regulador. A Demonstração do Resultado Segregado por Atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 foram elaboradas adotando-se os critérios descritos abaixo.

Para segregação das Receitas Operacionais são adotados os seguintes critérios:

- Geração - Refere-se ao fornecimento de energia elétrica para consumidores livres, contratos iniciais e venda de energia na CCEE.

- Transmissão – Refere-se à utilização das instalações de transmissão da rede básica, com receita permitida aprovada através de Resolução pela ANEEL, e outros serviços relacionados, e compreende valores efetivamente faturados pela Companhia a terceiros durante o exercício.

- Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se as receitas provenientes dos consórcios de energia elétrica da Companhia.

Para segregação das despesas, são adotados os seguintes critérios:

Despesas Operacionais - As despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no Plano de Contas. As despesas comuns, quando a identificação por atividade não foi possível, foram apropriadas através de rateio, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Para segregação das Receitas e Despesas Financeiras e Resultado não Operacional são adotados os mesmos critérios das despesas operacionais.

A Contribuição Social e o Imposto de Renda foram alocados proporcionalmente ao Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os Juros sobre Capital Próprio e a Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio foram alocados de acordo com os critérios de alocação das despesas operacionais comuns, ou seja, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas.

As receitas e despesas alocadas entre as diversas atividades da Companhia, de todas as naturezas indicadas, limitaram-se aos valores totais efetivamente auferidos e incorridos durante o exercício pela Companhia. Não foram criadas receitas e despesas em adição aos valores constantes dos registros contábeis oficiais, de modo a não ser necessária a eliminação de saldos entre atividades.

A Demonstração do Resultado Segregado por Atividade foi elaborada em conformidade à instrução do órgão regulador, sendo que não foram elaborados os respectivos Balanços Patrimoniais e a Mutação do Patrimônio Líquido. Desta forma, as referidas Demonstrações não representam as Demonstrações dos Resultados de cada atividade, caso as mesmas fossem sociedades constituídas legalmente, com operações independentes.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Cemig Geração e Transmissão S.A., levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2006 e 2005, e o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, detalhadas nos Anexos I e II estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia e não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, tomadas em conjunto.

5. Conforme descrito na nota explicativa n° 3 às demonstrações financeiras, as concessões de geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas de Emborcação, Nova Ponte, Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias e Santa Luzia encontram-se expiradas em 31 de dezembro de 2006. Em 3 de outubro de 2006, a Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL encaminhou para o Ministério de Minas e Energia - MME, um conjunto de alternativas para a renovação destas concessões. Caso o Ministério de Minas e Energia venha a indeferir os pedidos de renovação destas concessões ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de atividade e de rentabilidade podem ser alterados.

6. Conforme descrito nas notas explicativas nºs 6 e 11 às demonstrações financeiras, a Cemig Geração e Transmissão S.A. possui registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2006, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Gilberto Grandolpho
Contador
CRC-SP 139.572/O-5 S/MG

Anexo I

Demonstrações Financeiras da Garantidora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2008 2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2
CENÁRIO ECONÔMICO 4
NOSSOS NEGÓCIOS 5
VALOR DA MARCA CEMIG 6
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 7
INVESTIMENTOS 8
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA 13
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO 18
LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA 24
POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA 24
GOVERNANÇA CORPORATIVA 26
MERCADO DE CAPITAIS 27
POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS 31
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO 31
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES 32
GERENCIAMENTO DE RISCOS 32
TECNOLOGIA 34
RESPONSABILIDADE SOCIAL 37
CONSIDERAÇÕES FINAIS 48
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO 49
A CEMIG EM NÚMEROS 51
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA 52

BALANÇOS PATRIMONIAIS 53
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 55
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 56
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 57
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 60
1) – CONTEXTO OPERACIONAL 60
2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 63
3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO 72
4) – DAS CONCESSÕES 73
5) – DISPONIBILIDADES 75
6) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES 75
7) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS 77
8) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A" 77
9) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE 79
10) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA 80
11) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 81
12) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS 82
13) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO 84
14) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS 84
15) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS 87
16) – INVESTIMENTOS 88
17) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL 96
18) – FORNECEDORES 98
19) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES 98
20) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 99
21) – ENCARGOS REGULATÓRIOS 102
22) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 102
23) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS 108
24) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS 114
25) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA 118
26) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES 119
27) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS 119
28) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL 119
29) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 120
30) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO 122
31) – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO 122
32) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 123
33) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS 124
34) – SEGUROS 129
35) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS 129
36) – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO 130
37) – EVENTOS SUBSEQUENTES 131
38) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA 132

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE 135

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2008

Senhores Acionistas,

A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008. As principais informações deste Relatório referem-se às atividades da Controladora e das empresas nas quais o controle é exercido integralmente, destacando-se a Cemig Distribuição S.A e a Cemig Geração e Transmissão S.A.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2008 foi marcado por dois períodos bem distintos.

Até setembro de 2008 o País crescia de forma vigorosa e o consumo de energia elétrica acompanhava esse crescimento. O mercado de energia elétrica da Cemig Distribuição até o 3º trimestre de 2008, por exemplo, apresentava um crescimento de 7,15% em relação ao mesmo período do ano anterior. No cenário macroeconômico, ocorreu um aumento nas taxas de juros em função da pressão inflacionária, mas em contrapartida, havia um excesso de liquidez no mercado, o que permitia a captação de recursos pelas empresas com taxas atraentes.

A partir de setembro de 2008, com o acirramento da crise internacional e a piora das condições macroeconômicas nos Estados Unidos e Europa, ocorreu uma redução no crédito internacional, com reflexo também nas economias dos países em desenvolvimento e impactos negativos oriundos da redução da demanda e da restrição de investimentos.

Podemos afirmar que a CEMIG, apesar de também fazer parte desse ambiente de restrição de crédito e investimento, está conseguindo administrar os efeitos da crise de uma forma positiva. Fizemos em 2008 uma revisão dos nossos processos, com a identificação de ações que permitirão uma redução significativa nas despesas operacionais da Companhia, sendo que os resultados, que já serão materializados parcialmente em 2009, estão previstos para serem integralmente obtidos em 2010, após a implementação de todas as ações.

Encerramos o ano de 2008 com um saldo de caixa consolidado de R$2,3 bilhões. A nossa dívida está perfeitamente equacionada, sendo que o vencimento no curto prazo, de R$1,3 bilhão, está concentrado basicamente no 4º trimestre de 2009, quando imaginamos que terão sido reduzidas as restrições de crédito. De qualquer forma, a geração de caixa da Companhia permite que possam ser honrados os compromissos com os agentes financiadores em conformidade com as cláusulas contratuais sem maiores dificuldades. A dívida líquida da Companhia corresponde a geração de caixa de um ano, ou seja, uma posição confortável de liquidez.

No que se refere ao nosso desempenho econômico-financeiro, podemos afirmar que o ano de 2008 foi de bons resultados para a Companhia. Apesar da revisão tarifária da Cemig Distribuição, com uma redução de 12% na receita em abril de 2008, a Companhia apresentou um lucro de R$1,9 bilhão e uma geração de caixa, medida através do Lajida, de R$4,1 bilhões, resultados superiores em 8,1% e 0,6% em relação aos de 2007.

Apesar da crise internacional, a Companhia mantém a sua disposição prevista no seu planejamento estratégico de ser uma das empresas consolidadoras do setor elétrico nacional, sendo mantido o programa de investimentos previsto para o exercício de 2009.

Nossos investimentos em 2008 foram de R$1,4 bilhão, um resultado expressivo decorrente em sua maior parte da expansão da distribuição dentro do Estado de Minas Gerais e os investimentos nas usinas de Baguari e Cachoeirão. Devem ser ressaltadas as aquisições anunciadas em 2008, mas cujo desembolso ocorrerá somente em 2009.

Adquirimos uma participação adicional no capital das empresas transmissoras de energia chamadas de TBE. Um investimento superior a R$500 milhões, que dobrará a nossa participação no capital dessas transmissoras.

Outro investimento que tem um valor estratégico muito importante para a Companhia é a aquisição de três parques eólicos no Estado do Ceará, com início de atividades operacionais em março de 2009, no valor de R$213 milhões. Somos a empresa que construiu a primeira usina eólica com geração comercial do Brasil, a usina do morro do Camelinho, localizada em Minas Gerais e essa aquisição representa a entrada da CEMIG de forma efetiva em um novo mercado de geração de energia elétrica, uma tendência mundial de busca de alternativas sustentáveis de geração de energia para os próximos anos.

Como preparação para o desenvolvimento de novas matrizes energéticas, criamos a Diretoria de Gás, responsável pela gestão das atividades da Gasmig e dos estudos a serem feitos nos próximos anos para prospecção de gás e petróleo no Estado de Minas Gerais e na região Nordeste. Essa prospecção visa alavancar a distribuição de gás em Minas Gerais e a construção de termoelétricas, como alternativa de suprimento de gás no atacado.

O mercado de capitais reconheceu a saúde financeira da Companhia e a sustentabilidade das nossas práticas corporativas. Em um ano onde praticamente todas as ações de empresas brasileiras apresentaram fortes quedas, as ações preferências da CEMIG tiveram uma variação positiva de 4,9% em comparação a variação negativa de 41% no Ibovespa. As ações ordinárias tiveram uma redução de 20%, ainda assim uma variação bem inferior a redução média da bolsa brasileira. Destacamos ainda que a agência de rating Moody's elevou a classificação de risco da CEMIG para uma posição considerada grau de investimento em nível mundial, o que atesta a excelência da qualidade de crédito da Companhia.

O reconhecimento internacional da sustentabilidade das nossas operações se materializou também na inclusão da CEMIG pela nona vez consecutiva no índice mundial Dow Jones de Sustentabilidade, sendo uma das empresas melhores avaliadas no setor de *utilities*. Outro reconhecimento importante foi a inclusão da CEMIG entre as empresas mundiais que integram o seleto grupo do índice The Global Dow, lançado em novembro de 2008 nos Estados Unidos, com o objetivo de servir de referência para os mercados mundiais, de forma similar à do Índice Dow Jones da Bolsa de Nova York. O Índice The Global Dow inclui 150 empresas de 25 países, consideradas como líderes mundiais, e do Brasil foram incluídas apenas três empresas, sendo a CEMIG uma delas. O índice representa ações de empresas que estão impulsionando a economia global hoje, bem como aquelas que devem ter esse papel no futuro.

No cenário nacional, o reconhecimento também foi feito pelos nossos clientes. Pelo terceiro ano consecutivo, a CEMIG foi uma das finalistas do Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Cliente – Iasc. Na opinião dos consumidores entrevistados, a Cemig Distribuição ficou, mais uma vez, entre as três melhores concessionárias da região Sudeste, com mais de 400 mil consumidores.

O ano de 2009 se apresenta com muitas incertezas no cenário internacional e também sobre como a economia brasileira será afetada pela crise mundial, com a restrição do crédito e da demanda. Ainda não sabemos a profundidade e duração dos efeitos desta crise sobre o País, mas entendemos que a CEMIG, com seu diversificado portfólio de negócios, suportada na sua disciplina financeira e nas práticas corporativas responsáveis, está posicionada para transformar em oportunidades as dificuldades deste período de turbulência, aproveitando a falta de liquidez no mercado para incrementar o seu programa de investimentos e de aquisições.

Finalizando, agradecemos aos nossos empregados pelo seu comprometimento e competência que fazem da CEMIG a melhor energia do Brasil, e à confiança dos nossos acionistas, em especial ao nosso acionista majoritário, representado pelo Governador Aécio Neves, apoiando nossa estratégia de crescimento que posiciona a CEMIG na liderança do processo de consolidação do setor elétrico brasileiro.

CENÁRIO ECONÔMICO

Ao longo do ano de 2008 ocorreu uma rápida deterioração no cenário macroeconômico internacional.

A crise do chamado "subprime", que começou no setor imobiliário americano ainda no ano de 2006 e se prolongou pelo ano seguinte, atingiu todo o setor financeiro mundial em 2008, com um rápido agravamento a partir de setembro do ano passado. Esta recessão econômica, considerada por muitos especialistas como uma das maiores desde a crise de 1929, levou à falência inúmeras instituições financeiras, provocando ao mesmo tempo um aumento na aversão ao risco, atingindo a economia real. Linhas de financiamento foram cortadas e as empresas não conseguiram mais se financiar e investir através de taxas de juros compatíveis com a realidade econômica.

Ao final de 2008, essa deterioração da economia atingiu fortemente o mercado de trabalho mundial, com demissões em massa, em especial nos Estados Unidos e países que integram a União Européia. A recente aprovação do pacote econômico americano aumentou as expectativas quanto à retomada do crescimento mundial ao final de 2009. Porém, esse crescimento depende de como serão feitos os investimentos e como serão contornados os problemas gerados pela aversão ao risco e queda de liquidez.

Em relação à economia brasileira, o ano de 2008 foi marcado pela manutenção e aumento na taxa de crescimento do PIB até o primeiro semestre do ano passado, quando os primeiros efeitos da condição econômica mundial começaram a se refletir na economia doméstica. Entre os principais setores afetados no Brasil, destacam-se aqueles exportadores que sentiram grande impacto na queda dos preços das commodities. Aliado a isso ocorreu uma grande restrição e aumento no custo do crédito, que impactou os setores automobilístico, de serviços e consumo.

Porém, ao contrário de anos anteriores, no que se refere aos reflexos desta crise o Brasil possui uma situação mais confortável. Esta condição macroeconômica favorável advém da política econômica adotada que, através de superávits fiscais e política monetária utilizando câmbio flutuante e metas de inflação, permitiram ao país reduzir o endividamento externo e melhorar suas contas públicas. O reconhecimento desta situação veio no primeiro semestre de 2008, quando o país recebeu a nota de grau de investimento pela Standard & Poors.

Juntamente com esta condição benigna, o governo nos últimos meses vem atuando fortemente para atenuar os impactos da crise. Dentre as medidas mais importantes destacam-se a redução no IPI, a alteração na forma de cobrança do imposto de renda e alterações no IOF. Junto a essas medidas de cunho fiscal, o governo aumentou as linhas de financiamento do BNDES, visando regularizar a concessão de financiamentos e liquidez no sistema financeiro.

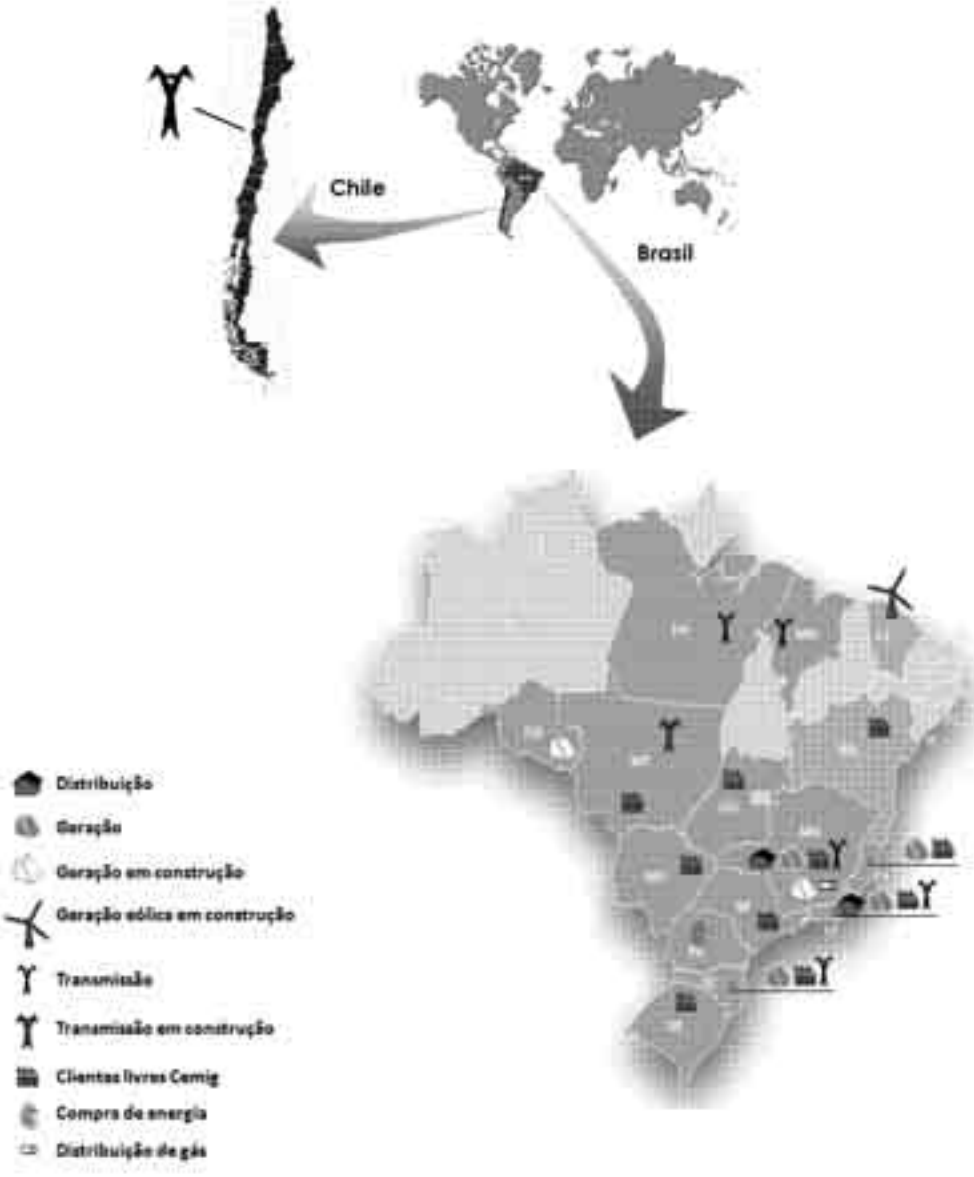
O grande desafio para o ano de 2009 consiste na redução acentuada das taxas de juros, que permitirá ao país crescer de forma mais intensa nos próximos anos, uma vez que as pressões inflacionárias praticamente não se fazem mais presentes e o país necessita de vultosos investimentos em infraestrutura. Mesmo com estes enormes desafios a economia brasileira ainda deverá crescer em 2009 e manter uma trajetória de crescimento sustentável ao longo de 2010, a depender também da condição econômica internacional.

NOSSOS NEGÓCIOS

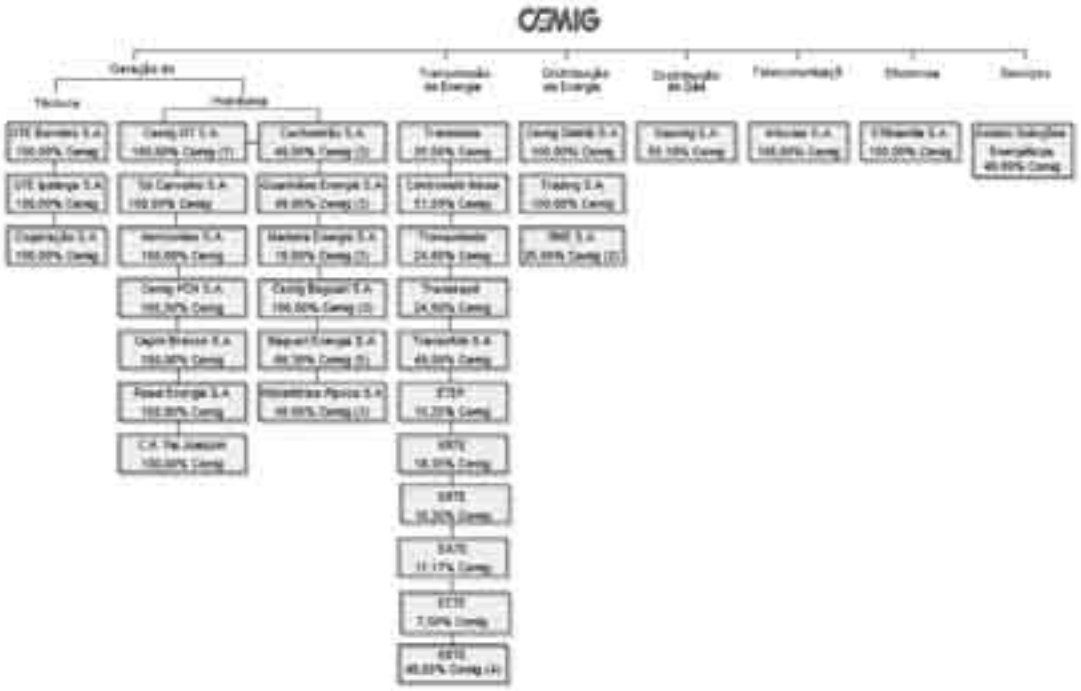
A CEMIG tem uma atuação expressiva no setor elétrico, tendo constituído diversas empresas para o gerenciamento de seus ativos.

Atuação Geográfica

Conforme pode ser observado no mapa abaixo, a CEMIG atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste. Observa-se também sua atuação fora do País com a LT Charrúa – Nueva Temuco, no Chile, com previsão de início de operação no 1º semestre de 2009.



Estrutura Societária



(1) Possui também atividades de transmissão de energia elétrica.
(2) A Rio Minas Energia detém uma participação de 02,13% no capital da Light S.A.
(3) Controladas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (em conjunto) com atividades de geração e comercialização de energia. Empresas em fase pré-operacional.
(4) Controladas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (em conjunto) com atividades de transmissão de energia. Empresas em fase pré-operacional.
(5) Controladas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (em conjunto) com atividades de operação, manutenção e implantação comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari Energias.

VALOR DA MARCA CEMIG

Atualmente, na era da informação, os produtos, máquinas e equipamentos podem significar menos para as empresas do que a sua imagem, seu *know-how*, sua marca, sua capacidade de desenvolvimento tecnológico, ou mesmo seu capital intelectual. Estes valores, conhecidos como Ativos Intangíveis, quando mensurados, podem valer no mercado muitas vezes mais que os ativos tangíveis registrados contabilmente.

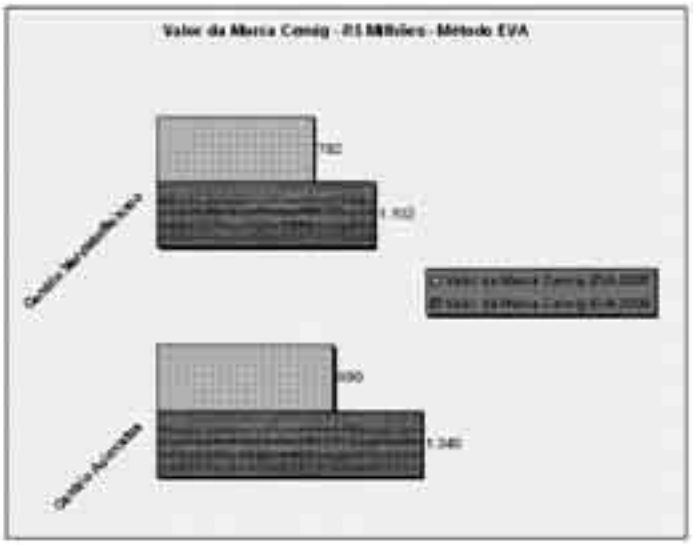
Dentro desse contexto, a CEMIG, de forma pioneira no mercado de energia, decidiu avaliar, em 2007, a sua marca com objetivos estratégicos de gestão e mitigação de risco. Criou-se um painel de indicadores da marca CEMIG integrado ao Balanced Scorecard da empresa, bem como todo um processo interno de gestão da mesma.

A força de sua marca pode ser vista no relacionamento com clientes, acionistas, formadores de opinião (tais como mídia especializada, ambientalistas, ONGs, Prefeituras, entre outras), investidores e empregados.

O valor da Marca CEMIG foi calculado pelo método baseado no Uso Econômico pela Brand Finance, uma das principais empresas do mundo especializadas em valoração de marcas. No método da Brand Finance, procurou-se conhecer o valor futuro do fluxo de lucro gerado pela marca em função do pacto feito com seu cliente e demais stakeholders. Por isso, ele é baseado no valor descontado dos lucros futuros gerados pela marca, segregando-se entre o lucro atribuído aos ativos tangíveis e intangíveis.

A determinação da contribuição da marca ao negócio foi feita a partir de uma pesquisa quantitativa junto aos públicos, avaliando o desempenho da Marca CEMIG nos seguintes drivers de valor: Credibilidade, Confiança & Solidez da empresa, Inovação e Tecnologia, Ética e Transparência, Qualidade, Práticas de Gestão, Desenvolvimentista, Imagem, Tarifa/Condições de Contrato, Suporte Técnico/Atendimento, Responsabilidade Socioambiental, Associação com o Estado.

Com isto, o valor da marca CEMIG pode ser sumarizado, conforme a seguir, em dois cenários diferentes, considerando-se a visão dos acionistas e de Balanço/Mercado nos negócios de geração & transmissão e distribuição:



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Nossa estratégia atende ao Plano Diretor (2005/2035), que estabelece as bases para o planejamento estratégico da CEMIG.

Nosso foco é de ampliarmos nossa área de atuação (energia elétrica e gás) em todo o território brasileiro, respeitando os limites regulatórios, além de iniciarmos os primeiros investimentos em projetos internacionais. Além disso, buscamos a geração de valor para os nossos acionistas e a comunidade a que servimos, através da nossa consistente política de dividendos; responsabilidade social e ambiental; lucratividade dos nossos negócios; gestão integrada de riscos; gerenciamento do desempenho de nossas atividades operacionais e gestão do capital humano.

Outro passo importante é o aprimoramento da gestão da estratégia corporativa. No ano de 2008, destaca-se a consolidação de um processo contínuo de planejamento e gestão da estratégia. A estratégia corporativa e dos principais negócios da empresa (geração, transmissão e distribuição) são acompanhadas através de um fluxo estruturado de reuniões, onde se discutem os mapas estratégicos com seus objetivos, indicadores, metas e iniciativas que permitirão a melhoria constante dos nossos resultados. Mais um ponto forte deste ano diz respeito à criação do Plano de Comunicação da Estratégia. Este plano tem como objetivo tornar a estratégia da CEMIG conhecida por todos os seus empregados. A disseminação da estratégia corporativa por toda a empresa é fundamental para que os empregados entendam qual a sua contribuição para os principais desafios da empresa, estimulando, assim, o envolvimento de todos na entrega dos resultados.

Todos esses esforços objetivam manter a CEMIG como uma das melhores empresas do setor elétrico brasileiro, sempre buscando as oportunidades de aquisição de ativos existentes, o aumento da competitividade nos leilões da expansão de geração e de transmissão nos quais participamos, além da busca constante de eficiência operacional.

Assim, para a Companhia, crescer é um desafio e, acima de tudo, condição de sobrevivência em um mercado que se consolida em um número reduzido de empresas, mas de grande porte.

INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a CEMIG vem desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, objetivando sempre o aumento na rentabilidade da Companhia e fortalecimento de sua posição no mercado.

Foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano qüinqüenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

Os investimentos da CEMIG , líquidos de alienação de participação societária, foram como segue:

	2008	2007	Var. %
Geração	206	279	(26,16)
Distribuição	883	861	2,56
Transmissão	105	78	34,62
Venda da Way Tv	-	(49)	-
Gás e Outros	159	16	893,75
	1.353	**1.185**	**14,18**

Geração

A CEMIG e suas controladas possuem 63 usinas, sendo 58 hidrelétricas, 4 termelétricas e 1 eólica, com uma capacidade instalada total de 6.678 MW.

Investimentos em Geração

Revitalização do parque gerador da CEMIG

A CEMIG vem realizando amplo programa de revitalização de suas usinas. O objetivo é restabelecer a vida útil das plantas, estimada em 30 anos depois da revitalização.

O projeto de revitalização inclui a atualização tecnológica dos sistemas de regulação, excitação e proteção, além das reformas dos geradores e turbinas. A revitalização das plantas de geração possibilita, além do restabelecimento da vida útil, aumento da confiabilidade operativa, maior eficiência da proteção física e elétrica e melhor resposta às oscilações do sistema.

Em 2008 foram concluídas a revitalização da usina de Jaguara. Até 2011 está prevista a conclusão do processo de revitalização das usinas de Três Marias, Volta Grande e Salto Grande. O investimento total previsto para as revitalizações é de R$36 milhões até 2011.

No período de 2009 a 2013 estão previstas as revitalizações de 4 unidades geradoras da Usina de Volta Grande e 6 unidades geradoras da Usina de São Simão com investimentos previstos de R$46 milhões e R$58 milhões, respectivamente.

Expansão da Geração de Energia Elétrica

Os principais empreendimentos em construção estão demonstrados abaixo:

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG	Investido até 2008 R$ milhões	Início previsto da operação
Usina de Baguari	140 MW	34,00%	140	2º sem/2009
PCHs Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Fortuna II e Jacaré	44 MW	49,00%	10	2º sem/2009
Usina de Santo Antônio	3.150 MW	10,00%	-	1º sem/2012
PCH Pipoca	20 MW	49,00%	4	1º sem/2010

Expansão da Geração

Visando a expansão da geração, a Companhia realizou em 2008 as seguintes ações:

- Participação e vencimento de licitação para implantação da usina de co-geração, UTE Jeceaba, nas instalações da Vallourec & Sumitomo do Brasil SA, com potência instalada de 20 MW, com previsão de início de implantação para março de 2009;
- Participação em grupos de trabalhos para estudo de viabilidade da utilização de resíduos sólidos urbanos (RSU) em geração de energia elétrica;
- Elaboração dos estudos de viabilidade de repotenciação da UTE Igarapé, de 131 MW para 311 MW, convertendo o seu funcionamento de óleo combustível para gás;
- Elaboração, em parceria com a Neoenergia e Furnas, dos Estudos de Inventário do rio Jequitinhonha e do rio Araçuaí, com um potencial estimado em 1.077 MW;
- Elaboração dos Estudos de Viabilidade (em parceria com a Neoenergia, EDP, Duke, Chesf, Concremat e Andrade Gutierrez) de 34 empreendimentos com potencial de 14.300 MW.

Programa Minas PCH

O Programa Minas PCH tem como objetivo ampliar o parque gerador da CEMIG através da implantação de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) no Estado de Minas Gerais, visando desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída, alavancando o desenvolvimento de mercados regionais no Estado.

A implantação e exploração das PCHs se faz através de sociedades de propósito específico – SPEs privadas, tendo como acionistas empresas autorizadas pela Aneel, investidores e a CEMIG (com participação de até 49%). A comercialização da energia é feita através de contrato de venda que será firmado entre a SPE e o consumidor.

A CEMIG criou em Itajubá um Núcleo de Excelência em PCHs e vem trabalhando para ampliar o número dessas usinas através do Programa Minas PCH, que pretende adicionar ao parque gerador mineiro mais 400 MW nos próximos anos. Assim, a empresa já está construindo, em parceria, 6 PCHs perfazendo um total de 91 MW e com investimentos da ordem de R$ 380 milhões. Encontra-se em fase de estudos de engenharia e estruturação de mais 20 PCHs, com potência total instalada de 304 MW.

Aquisição de 49% da participação societária em três parques eólicos

Em 04 de fevereiro de 2009, o Conselho de Administração da CEMIG aprovou a aquisição de 49% da participação societária em três parques eólicos de propriedade da Energimp S.A. localizados no Ceará, com potência total de quase 100 MW e previsão de início de operações dentro de 90 dias. O investimento será de R$ 213 milhões.

Com a concretização do negócio, a CEMIG passa a ter participação de 49% nas seguintes empresas: Central Eólica Praias de Parajuru (28,8 MW), no município de Beberibe (a 110 km de Fortaleza), Central Eólica Praia do Morgado (28,8 MW) e Central Eólica Volta do Rio (42,0 MW), ambas no município de Acaraú (a cerca de 250 km de Fortaleza), totalizando 99,6 MW de potência instalada.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela CEMIG estarão sujeitas à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, da Caixa Econômica Federal e da Eletrobrás. Além disso, a operação será notificada ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade.

Transmissão

A rede de Transmissão da CEMIG é composta por 4.957 km de linhas de transmissão de extra-alta tensão, 11.676 estruturas bem como 37 subestações com um total de 94 transformadores. A seguir destacamos os principais investimentos em 2008

Aumento da participação da CEMIG na TBE

A CEMIG adquiriu, juntamente com a Alupar Investimentos S.A., na proporção de 95% e 5%, respectivamente, as ações que a Brookfield detinha do capital votante das seguintes empresas:

- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE (24,99%)
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP (24,99%)
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE (18,35%)
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE (18,35%)
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE(7,49%)

O valor a ser pago pela CEMIG referente a 95% das ações de propriedade da Brookfield será de R$ 330,6 milhões, com data-base em 16/08/2006 e será corrigido até a data de conclusão.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela CEMIG estão sujeitas à aprovação da transferência das ações das empresas acima citadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e outros órgãos financiadores.

Compra de 80% do capital social da Lumitrans e da STC pela EATE

A CEMIG, através da sua controlada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE, adquiriu da Alupar Investimento S.A., a sua participação de 80% do capital social da LUMITRANS Companhia Transmissora de Energia Elétrica e de 80% do capital social da STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

O investimento nessas aquisições foi de R$89,3 milhões, sendo R$32,5 milhões para a Lumitrans e R$56,8 milhões para a STC.

Investimentos em LT

Os principais empreendimentos em construção estão demonstrados abaixo:

Empreendimentos	Participação CEMIG	Investido até 2008 R$ milhões	Início previsto da operação
LT Furnas – Pimenta	51,00%	7	2º sem/2009
LT Charrua – Nueva Temuco	49,00%	34	1º sem/2009
LT EBTE	49,00%	7	1º sem/2010

Distribuição

Dentre os programas de investimentos executados na atividade de distribuição, destacam-se os seguintes:

Programa "Luz para Todos" – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

Para a universalização do acesso e uso da energia elétrica, o Governo Federal instituiu, em 2003, o programa denominado "Luz para Todos". O mercado atendido pelo Programa, além dos produtores e estabelecimentos rurais, abrange as populações atingidas por barragens, escolas municipais e estaduais, poços de abastecimento d'água comunitários, assentamentos rurais, comunidades remanescentes de quilombos e minorias raciais.

Na CEMIG , a 1ª fase do programa (LPT1) teve um custo total até 31 de dezembro de 2008 de R$ 1.676 milhões, com participação de recursos do Governo Federal e Governo Estadual, nos montantes de R$ 605 milhões e R$ 79 milhões, respectivamente. O valor remanescente de R$ 1.016 milhões foi financiado com recursos próprios da Companhia. Foram ligadas cerca de 190 mil propriedades rurais, beneficiando uma população de aproximadamente 855 mil pessoas. A CEMIG executou ligações nos 774 municípios da sua área de concessão, o que coloca a empresa em posição de grande destaque, entre as concessionárias brasileiras, na execução do Programa.

Entre meados de 2004 e dezembro de 2008, foram construídos quase 65 mil km de redes e instalados 116 mil transformadores e 491 mil postes. Além disso, cerca de 1.700 painéis fotovoltaicos foram instalados em lugares onde não foi possível construir redes convencionais, devido a entraves com questões ambientais, distância e barreiras físicas.

Para execução da 2ª fase do programa (LPTII) até 2010, foi celebrado com a Eletrobrás um contrato de financiamento para atendimento a 55 mil beneficiários. O orçamento previsto para a segunda etapa do Programa é de cerca de R$ 491 milhões, sendo que 20 mil ligações serão executadas via CEMIG e 35 mil ligações via empreitada integral.

Projetos de Melhoria da Iluminação Pública - Reluz

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, é um programa do Governo Federal de financiamento para as Prefeituras Municipais através das Concessionárias e engloba projetos de melhoria, extensão e obras especiais de Iluminação Pública, com previsão de duração até 2010.

Desde a implantação do Programa Reluz, em 2001, a Cemig Distribuição já realizou a modernização de 215.000 pontos de iluminação pública, em 290 municípios, com investimentos de cerca de R$ 60 milhões, levando a uma redução anual de 29.000 MWh no consumo de energia.

Em 2008 foram realizados projetos em Belo Horizonte substituindo as luminárias e lâmpadas a vapor de mercúrio por conjuntos a vapor de sódio com investimentos de R$ 7 milhões. Foram substituídos cerca de 20.000 pontos com redução anual de 3.000 MWh no consumo de energia.

Programa Cresceminas

O Projeto Cresceminas, caracterizado também como um dos projetos estruturadores do Governo do Estado, tem como principal objetivo a ampliação da disponibilidade de infra-estrutura de distribuição de energia elétrica para atendimento ao crescimento do mercado no Estado de Minas Gerais.

Destacam-se no projeto as obras de reforço em subestações, linhas e redes de distribuição, compreendendo um conjunto de 687 km de linhas de distribuição, 11 novas subestações, 101 obras de ampliações em diversas subestações existentes, 2.052 km de novas redes de distribuição e melhorias e reforços em 2.750 km de redes de média tensão. O conjunto de obras beneficiará aproximadamente 241 municípios (34% do total do estado), uma população aproximada de 4,0 milhões e cerca de 1,1 milhão de consumidores em todo o Estado.

Estão previstos investimentos da ordem de R$ 759 milhões, para o período 2006 a 2010, sendo que desse montante, já foram completados investimentos de R$ 312,6 milhões.

Destacam-se em 2008 investimentos da ordem de R$ 120 milhões em linhas de distribuição e subestações, e a energização da SE Igarapé 2, na região Central e a conclusão das obras da SE Araçuaí 2, na região Leste. Também foram concluídas diversas melhorias nas subestações das regiões Mantiqueira, sul, oeste e norte.

Programa de Eletrificação Urbana – Clarear

O Programa Clarear constitui-se de obras de ligação, extensão, modificação e reforço de rede de distribuição de média e baixa tensão para atendimento a consumidores situados em área urbana, mantendo a área urbana da concessão da Cemig Distribuição universalizada.

No ano de 2008 foram atendidos 188.070 consumidores em área urbana com investimentos de R$ 87 milhões, com a instalação de 9.467 postes e com extensão de 350 Km de redes ao sistema elétrico de distribuição.

Programa Campos de Luz

A CEMIG, em parceria com o Governo de Minas Gerais concluiu, em dezembro de 2008, o Programa Campos de Luz, que consistiu na realização de obras de iluminação e adequação de equipamentos em campos de futebol amador e também em campos de comunidades carentes. Dentre os benefícios proporcionados pelo Programa podem ser citados: a melhoria da prática esportiva e de atividades culturais; maior tranquilidade aos moradores; maior utilização dos espaços existentes; diminuição do índice de criminalidade e vandalismo e a melhoria na qualidade de vida das comunidades, através do esporte e da cultura.

Em 2008 o Programa finalizou a iluminação de 114 campos de futebol perfazendo assim, nos 5 anos de sua implementação, um total de 602 campos iluminados, beneficiando a prática esportiva em 377 municípios localizados em todas as regiões do Estado. No total, foram investidos R$ 24 milhões, sendo R$ 13 milhões em recursos da CEMIG e o restante do Governo Estadual.

Planos de Expansão de Alta Tensão

A Cemig Distribuição realizou no ano de 2008 investimentos da ordem de R$ 36 milhões em expansão da subtransmissão, além do Projeto Crescerminas, sendo que deste montante R$ 15 milhões foram investidos em linhas de distribuição de alta tensão e o restante em subestações.

Dos empreendimentos de alta tensão concluídos, destacam-se a subestação de Papagaios, com o objetivo de melhoria da qualidade de energia elétrica para a região centro-oeste do Estado de Minas Gerais e a construção da subestação Comendador Gomes com o objetivo a de eliminar problemas de suprimento de energia elétrica na região do Pólo Citricultor do Triângulo Mineiro.

Gás Natural

O ano de 2008 foi de extrema importância para a Gasmig tendo em vista que a empresa implantou e/ou iniciou os grandes projetos de gasodutos de expansão de sua rede de distribuição, atendendo ao seu Plano Diretor de Investimentos.

Em janeiro de 2008 teve início a construção do gasoduto de 37 km de extensão para atendimento ao cliente Vale, com investimentos de R$37 milhões. O gasoduto parte do ponto de recebimento de gás ("city gate") a ser instalado pela Petrobras no gasoduto de transporte GASBEL no município de Brumadinho e segue até as instalações do cliente no município de Nova Lima. As obras da Gasmig foram concluídas em dezembro de 2008 e o início das operações da planta com o Gás Natural está aguardando a conclusão das obras do city gate, à cargo da Petrobras, prevista para abril de 2009.

Na primeira quinzena de julho de 2008 foi concluído o processo licitatório para a construção e montagem da 1ª etapa do gasoduto de distribuição para o Sul de Minas, o qual atenderá clientes nos municípios de Andradas, Poços de Caldas e Caldas, com uma extensão de 110 km e investimentos de R$149,3 milhões.

As obras tiveram início no mês de agosto de 2008 e têm previsão de conclusão para junho de 2009. O gasoduto parte do city gate de responsabilidade da Petrobras, em instalação no município de Jacutinga, e segue até as plantas industriais dos clientes. O city gate de Jacutinga é alimentado pelo gasoduto de transporte Paulínia/Jacutinga, em construção pela Petrobras. Tanto as obras de responsabilidade da Gasmig quanto as obras de responsabilidade da Petrobras estão em pleno andamento dentro do cronograma previsto.

No mês de julho de 2008 foi iniciado o processo licitatório para construção e montagem da segunda fase do gasoduto de distribuição do Vale do Aço com extensão de 280 km. A primeira fase do gasoduto, que vai do city gate de São Brás do Suaçuí até a planta da Gerdau Açominas em Ouro Branco, com extensão de 56 km, já está em operação desde o ano de 2005. A segunda fase, que foi dividida em três etapas, atenderá clientes nos município de Ouro Preto, João Monlevade, Ipatinga, e Belo Oriente. Os investimentos previstos são de R$ 686,4 milhões.

No mês de outubro de 2008 a licitação em andamento para contratação da construção e montagem do gasoduto foi cancelada, tendo em vista que os preços apresentados pelos licitantes ficaram muito acima do preço de balizamento. Novo certame foi publicado em 11 de novembro de 2008 e as novas propostas dos licitantes foram apresentadas em dezembro de 2008, com fechamento previsto para o mês de janeiro de 2009. Parte significativa dos materiais referentes à obra, constituída de tubos de aço e tubos de PEAD no valor de R$142,9 milhões (incluso no investimento total) já foram licitados e adquiridos. O prazo de conclusão da obra está previsto para abril de 2010.

Outros negócios

Concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural

Os Consórcios, nos quais a CEMIG detém participação de 24,5%, foram nomeados ganhadores, na 10ª rodada de licitações da Agência Nacional de Petróleo - ANP, dos Contratos de Concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural nos blocos 603, localizado no Rio Grande do Norte, bacia Potiguar; 163, localizado na Bahia, bacia do Recôncavo; e 104, 114, 120 e 127, localizados em Minas.

Além da CEMIG, os Consórcios são formados pelas empresas Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda., COMP - Exploração e Produção de Petróleo e Gás S.A. e SIPET, empresa do grupo DELP- Engenharia Mecânica, e pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG.

A oferta global apresentada pelos Consórcios, de R$ 37 milhões, inclui um compromisso de investimento para os próximos 4 a 5 anos, sendo que a parcela relativa à participação da CEMIG é de 24,5% deste total. Este investimento representa a preocupação estratégica da Companhia de buscar um aumento na oferta de gás no estado de Minas Gerais através da pesquisa e viabilização da produção de gás natural no Estado.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Leilões de Energia Elétrica

Durante o exercício de 2008, a CEMIG participou de diversos leilões no ambiente regulado e livre.

No Ambiente Regulado a Cemig Distribuição adquiriu, no leilão de energia A-3, realizado em 17/09/2008, 63,85 MW médios ao preço médio de R$128,42 por MWh.

No Ambiente de Contratação Livre - ACL, a Cemig Geração e Transmissão vendeu aproximadamente 115.770 GWh a clientes livres e comercializadoras, e em contrapartida adquiriu 161.180 GWh em leilões, promovidos pela própria Cemig Geração e Transmissão ou por terceiros.

Fornecimento de energia elétrica ao Grupo Votorantim

A CEMIG assinou contrato para fornecimento de energia elétrica ao Grupo Votorantim, para fornecimento de energia para instalações do grupo localizadas nas regiões Sudeste e Centro Oeste do País, o maior contrato já realizado no setor elétrico brasileiro. O contrato foi de R$ 10,5 bilhões, com prazo de duração até 2028.

A negociação garante o fornecimento de energia atual e futuro ao Grupo Votorantim, possibilitando a expansão de seus negócios em Minas Gerais e no Brasil e se insere na estratégia da CEMIG de tornar viável o crescimento industrial de seus clientes.

Evolução do Mercado de Energia

O mercado consolidado da CEMIG compreende o mercado das empresas Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. assim como de outras controladas, destacando-se a Light. Por meio dessas empresas, a CEMIG atua em todos os segmentos da indústria de energia elétrica e, com um diversificado portifólio, atende a consumidores finais cativos e livres, além de comercializar energia com outros agentes que atuam nesse mercado.

Fornecimento de Energia Elétrica

Venda de Energia – GWh

Classe	2004	2005	2006	2007	2008	Var.% 2008/2007
Industrial	23.071	23.472	23.973	24.686	26.691	8,08
Residencial	6.526	6.560	7.430	8.649	9.011	4,19
Comercial	3.537	3.754	4.439	5.549	5.886	6,07
Rural	1.846	1.941	1.942	2.212	2.308	4,34
Outros	2.499	2.573	2.970	3.507	3.575	1,94
Total Vendido a Consumidores Finais	**37.479**	**38.330**	**40.754**	**44.603**	**47.461**	**6,41**
Suprimento	364	1.255	11.472	13.236	11.037	(16,61)
Consumo próprio	54	29	37	53	52	(1,88)
Total	**37.897**	**39.614**	**52.263**	**57.892**	**58.550**	**1,14**

O volume de vendas de energia da CEMIG apresenta aumento em todas as classes de consumo, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. As vendas da Light, consideradas na proporção da participação acionária da CEMIG no consórcio RME (25%), representaram um acréscimo de 4.478 GWh nas vendas totais consolidadas em 2008.

Na venda a consumidores finais, a energia faturada no ano de 2008 totalizou 47.461 GWh, 6,4% superior ao montante de 2007, resultado do crescimento verificado em todas as classes de consumo. As classes industrial e comercial apresentaram a maior variação positiva em relação às demais, com crescimentos de 8,08% e 6,07%, respectivamente.

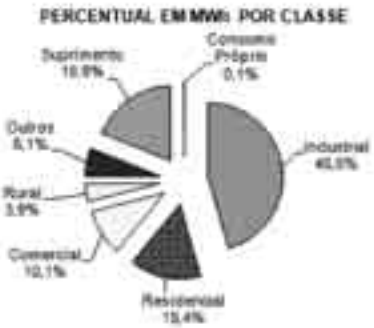
As principais variações nas classes de consumo, além de pequeno efeito decorrente da consolidação da Light em 12 meses de 2008 em comparação a 2007, podem ser explicadas pelos seguintes fatores:

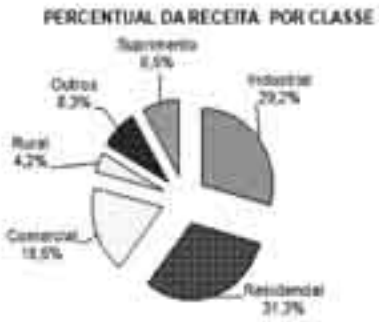
- O melhor desempenho da classe Residencial em 2008 pode ser explicado pelo aumento no número de consumidores faturados e pela influência positiva de variáveis econômicas, verificadas nos três primeiros trimestres de 2008, relacionadas com o comportamento das famílias (melhoria do mercado de trabalho, elevação da massa salarial, facilidade de acesso ao crédito pela pessoa física e crescimento das vendas no comércio varejista).

- A classe Industrial apresentou crescimento de 8,08%. Esta variação deveu-se principalmente ao crescimento vigoroso das economias brasileira e de Minas Gerais nos 3 primeiros trimestres do ano de 2008 que explica o aumento de 13,1% no consumo dos clientes cativos e clientes parcialmente livres (clientes híbridos)e parte do incremento de 6,7% nas vendas para o segmento livre. A variação deste segmento pode ser explicada também pelas ações e estratégias de comercialização adotadas pela CEMIG e pelo aumento do preço de curto prazo (PLD) nos primeiros meses do ano, que levou alguns clientes a fazerem uso de flexibilidades contratuais acima do montante nominal contratado.

- A classe Comercial apresentou acréscimo de 6,07% em relação a 2007, reflexo do aumento de consumo dos clientes cativos, cujo resultado deveu-se também à conjuntura econômica favorável até outubro/08. Considerando esse segmento em Minas Gerais, seis ramos de atividade, que representam 74,0% do total de energia desta classe, apresentaram desempenho positivo: Comércio Varejista (9,2%), Alojamento e Alimentação (5,6%), Serviços de Comunicação (9,9%), Serviços Auxiliares, Diversos (3,7%), Serviço de Saúde (7,4%), Comércio Atacadista (11,7%) e Instituições Financeiras (5,5%).

- A classe Rural apresentou acréscimo de 4,34% devido ao bom desempenho da atividade agropecuária no Estado, evidenciado no resultado do PIB do agronegócio, com crescimento de 15% até novembro/08.





Reajuste/revisão tarifária das distribuidoras

Cemig Distribuição

A ANEEL procedeu à revisão das tarifas de fornecimento e TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - da Cemig Distribuição para 2º ciclo que corresponde ao período de 2008 a 2013. Em 08/04/2008 foi publicada a Resolução Homologatória nº 626/2008 que estabelece as novas tarifas em vigor a partir daquela data, o que representou uma redução média de 12,24% nas tarifas. O efeito nas faturas dos consumidores de baixa tensão foi uma redução de 17,11% enquanto as tarifas dos consumidores de alta tensão foram reduzidas entre 7,97% e 13,85%.

Para a definição dos valores a serem considerados na composição das tarifas, a ANEEL procedeu ao levantamento da base de ativos a ser remunerada, estimada em R$4.664 milhões, ao levantamento de custos baseado na Empresa de Referência, à definição do custo médio de capital, e outros custos da concessionária. Este percentual foi provisório e poderá ainda ser alterado em função da aprovação da nova metodologia definida na Resolução nº 388/2008 e será corrigido no reajuste tarifário anual de 2009.

Revisão tarifária da Light

No exercício de 2008 a Light SESA passou pela segunda revisão tarifária periódica, homologada através da Resolução nº 734, de 4 de novembro de 2008, na qual foi estabelecido provisoriamente que as tarifas de energia da Light SESA ficam reajustadas em 4,27%, sendo 1,96% relativos ao reposicionamento tarifário e 2,30% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica.

Reajuste da Receita da Transmissão

Em 27 de junho de 2008, data do reajuste anual das receitas permitidas das concessionárias de transmissão, a ANEEL publicou os valores das receitas permitidas reajustados, com vigência a partir de primeiro de julho de 2008 até 30 de junho de 2009 para a Cemig Geração e Transmissão.

A receita anual total da Transmissora sofreu um reajuste de 11,80%, resultante da aplicação do IGP-M acumulado nos 12 meses anteriores e da entrada em operação comercial de novas obras.

Proteção da Receita - Gestão das Perdas

A Cemig Distribuição apresenta-se dentre as Distribuidoras com menores índices de perdas comerciais do Brasil, apesar de termos observado aumento nos últimos anos.

Atualmente, a perda comercial da Empresa encontra-se em torno de 2,7% do montante de energia ingressada no sistema de distribuição, índice comparável aos das melhores empresas do setor elétrico mundial. A média nacional situa-se em torno de 6%.

Os resultados de identificação e recuperação de perdas comerciais totalizaram 169,6 GWh em 2008, representando um aumento de 14% em relação ao valor obtido em 2007. Isso corresponde a cerca de R$ 109,6 milhões, além de, aproximadamente, R$ 79,8 milhões decorrentes da perda evitada ou incremento de consumo das unidades consumidoras regularizadas, sejam por religação à revelia ou furto de energia.

Em 2008, visando melhorar ainda mais a capacidade de reação da Empresa ao aumento da prática de irregularidades foram implementadas várias ações, dentre as quais destacamos:

- Implantação do novo Sistema de Gestão de Clientes (SGC/SAP), no qual foi implementada nova ferramenta para gestão do processo de perdas e para a seleção de alvos a inspecionar, com análise de probabilidade e risco de perda para cada unidade consumidora com suspeita de irregularidade, buscando maior eficiência na identificação de unidades com irregularidade e potencialização dos resultados do processo.

- Estudo para determinação das perdas não técnicas por metodologia estatística, estratificando-as pelas 7 Regiões da área de concessão da empresa e por origem de perda. Os resultados permitiram validar a metodologia de balanço energético adotada regularmente pelas Distribuidoras e indica que existem discrepâncias significativas entre as diversas regiões e causas de perdas não técnicas. Tais resultados permitirão um redirecionamento das ações para redução das perdas não técnicas, canalizando o esforço e recurso para as regiões e causas com maiores índices de perdas.

- Melhoria do sistema corporativo para controle de selos e medidores disponibilizados, bem como das regrais gerais para controle de selos, buscando garantir a rastreabilidade desses dispositivos e equipamentos.

- Implementação e execução do Projeto de Agregação de Valor para Proteção da Receita, o qual demonstrou a viabilidade econômica das ações de combate às Perdas e Inadimplência, propiciando maior aporte de recursos nessas atividades com a conseqüente agregação de receita.

- Início da implementação das ações do Projeto de Agregação de Valor da Medição, com o objetivo de focar a questão e o tratamento das perdas comerciais da Cemig Distribuição, agregando em um grande projeto, tecnologias e ações para blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte e aplicação de tecnologias complementares para os demais consumidores.

Qualidade no fornecimento

Indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica (DEC e FEC)

Indicador	Unidade	Meta	Realizado
Freqüência Equivalente de Interrupções por Consumidor - FEC	Nº interrupções /ano	9,84	8,53
Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor- DEC	Horas/ano	13,24	13,65

Cerca de 51% das interrupções sustentadas de energia em 2008 tiveram origem em causas externas ao sistema (fenômenos naturais e meio ambiente), 36% de origem interna (falhas de equipamentos, falha humana, erros de manobra, etc.) e 13% foram interrupções programadas. Dentre as principais causas externas, a descarga atmosférica contribuiu com 29%, o contato de pássaros e animais na rede com 10% e a arborização com 8% do total.

Para os indicadores DEC e FEC são registradas interrupções programadas e não programadas. No anos de 2009, foi identificado um número maior de interrupções decorrentes de fortes temporais acontecidos em praticamente todas as regiões do Estado,com intensidade maior do que as verificadas em anos anteriores.

Para o ano de 2009, além dos recursos de rotina na ordem de R$ 147 milhões, estão sendo disponibilizados recursos na ordem de R$ 18 milhões a serem aplicados em manutenção preventiva de redes, mais especificamente em podas de árvores em áreas urbanas, limpeza de faixa em áreas rurais, renovação de ativos obsoletos ou em final de vida útil. Estas iniciativas aplicadas em conjunto tem o objetivo de reduzir o número de interrupções não programadas no sistema elétrico, impactando diretamente na qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Outra ação importante está relacionada com a proposta de alteração do patamar tecnológico, com investimentos sistemáticos em automação do sistema elétrico. Essas ações visam o restabelecimento automático e remoto do fornecimento de energia após a ocorrência de interrupções.

Política de atendimento

A CEMIG tem consolidado um conjunto de Práticas de Relacionamento Comercial com seus clientes alicerçado, principalmente, na qualidade de seus produtos e serviços, na preservação da credibilidade junto aos clientes, aos acionistas e à sociedade e na força de sua marca e em sua participação efetiva no desenvolvimento sócio-econômico em toda a sua área de atuação.

A Empresa oferece canais de relacionamento que permitem aos clientes realizar negócios, reclamar, sugerir e solicitar serviços de forma eficiente e ágil. Os principais canais disponíveis são: Fale com a CEMIG, Agências de Atendimento; Agentes de Relacionamento; Postos de Atendimento Simplificado (PAS); Conselho de Consumidores, Ouvidoria, Cemig Fácil e Agência Virtual que está disponível dentro do Portal CEMIG: www.cemig.com.br.

A CEMIG sempre investe em novos canais de atendimento para os seus clientes, acompanhando as principais tendências de mercado, sem deixar de lado a inovação e a viabilidade financeira. Para tal, procura investir em canais cada vez mais convenientes, como por exemplo o aumento do mix de serviços oferecidos e criação de ambiente específico para clientes especiais e grandes clientes na Agência Virtual, o desenvolvimento de soluções de comunicação utilizando telefonia celular, aumento da representatividade física nos municípios da área de concessão através de agentes credenciados.

O cliente também tem a seu dispor, periodicamente, outras opções de relacionamento através do trailer da agência móvel e do Programa CEMIG na Praça. Ambos têm o objetivo de levar a CEMIG até o cliente, principalmente em pequenos municípios. O trailer da agência móvel percorre municípios de algumas regiões do Estado prestando serviços e orientações à população. Já o Programa CEMIG na Praça abrange municípios de todas as regiões levando serviços, informações e orientações aos clientes em uma tenda personalizada.

Projeto Evolução e o novo Sistema de Gestão de Clientes – SGC

A CEMIG concluiu, no dia 4 de maio de 2008, o Projeto Evolução, com a implantação do seu novo Sistema de Gestão de Clientes – SGC. Este sistema comercial, que controla o faturamento, arrecadação e serviços prestados pela CEMIG, abrange todos os clientes atendidos pelo fornecimento de energia elétrica em alta, média e baixa tensão.

Com investimentos da ordem de R$170 milhões e participação média de 469 profissionais dentre consultores, contratados e pessoal próprio, o Sistema foi implantado dentro do prazo previsto de 24 meses.

A implantação do SGC trouxe, além de uma nova plataforma tecnológica, uma navegação entre telas de informação bem mais amigável, novas funcionalidades e facilidades para o atendimento aos clientes da Empresa.

Por se tratar de um sistema que afeta o balanço de resultados econômico-financeiros da Empresa, o SGC foi objeto de auditoria em relação às exigências da Lei Sarbanes Oxley (SOX). Para assegurar a Certificação SOX e também para assegurar a contínua atualização da documentação técnica do Sistema foram reforçados os controles existentes desde a fase de projeto do SGC e implantado um novo procedimento para manutenção, configuração e desenvolvimento de programas no âmbito do SGC - o PCMDS - e alocado pessoal ao Gerenciamento de Mudanças, de modo a assegurar que todas as melhorias e correções no SGC sejam controladas e monitoradas quanto à conformidade em relação ao citado Procedimento.

A central de atendimento "Fale com a CEMIG" foi criada para facilitar ainda mais a vida do consumidor, permitindo maior segurança, conforto e economia. Através do 116 (ligação gratuita), o consumidor pode solicitar qualquer serviço da CEMIG, sem a necessidade de ir a uma Agência de Atendimento.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Lucro Líquido

A CEMIG apresentou, no exercício de 2008, um lucro líquido consolidado de R$1.887 milhões, em comparação ao lucro líquido de R$1.743 milhões no exercício de 2007.

Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 6,3% na receita líquida e pela variação positiva do resultado financeiro, sendo parcialmente compensado pelo aumento de 7,9% nos custos e despesas operacionais. O resultado financeiro passou de uma despesa líquida de R$346 milhões em 2007 para R$94 milhões em 2008.

Cabe ressaltar que a Companhia teve um efeito negativo em seu resultado de 2008 em função da revisão tarifária da Cemig Distribuição, cujo impacto médio nas tarifas dos consumidores foi uma redução de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008.

Conforme apresentado na tabela abaixo, a maior contribuição para o resultado da CEMIG é proveniente da Cemig Geração e Transmissão e da Cemig Distribuição:

	2008	%	2007	%
CEMIG - Controladora	(189)	(10,02)	(175)	(10,04)
Cemig Distribuição S.A.	709	37,57	774	44,41
Cemig Geração e Transmissão S.A.	986	52,25	752	43,14
Gasmig	47	2,49	46	2,64
Rio Minas Energia (Light)	129	6,84	148	8,49
Outras	205	10,86	198	11,36
Lucro Líquido Consolidado	**1.887**	**100,00**	**1.743**	**100,00**

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

RECEITA OPERACIONAL – R$ milhões			
	2008	2007	Var. %
Fornecimento Bruto de Energia elétrica	13.686	13.285	3,02
Receitas de uso da rede – consumidores livres	2.150	1.946	10,48
Outras	652	558	16,85
Total	**16.488**	**15.799**	**4,43**

Consumidores finais

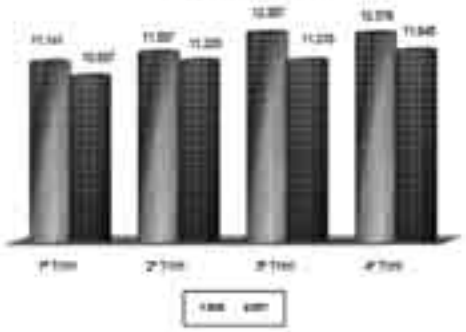
Os principais impactos na receita de 2008 decorreram dos seguintes fatores:

- Aumento de 6,4% no volume de energia faturada a consumidores finais, cujos comentários sobre as variações estão descritos no item de comercialização de energia elétrica.
- Redução de 1,59% na tarifa média, de R$262,63/MWh em 2008 comparados a R$267,08/MWh em 2007 em função principalmente da redução nas tarifas da Cemig Distribuição em 8 de abril de 2008, decorrente da revisão tarifária.

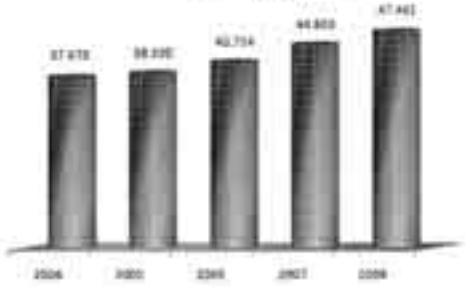
As variações trimestrais e anuais no fornecimento podem ser observadas nos gráficos a seguir:

GWh faturados - consumidores finais

Variação Trimestral



Variação anual



Mais comentários sobre o fornecimento de energia elétrica e reajuste tarifário podem ser obtidos no item "Comercialização de energia elétrica".

Suprimento a outras concessionárias

O volume de energia vendida a outras concessionárias foi de 11.037 GWh no exercício de 2008 comparados a 13.236 GWh no exercício de 2007, correspondentes a R$1.012 milhões e R$1.210 milhões, respectivamente. A tarifa média de venda em 2008 foi de 91,71/MWh em comparação a R$91,42/MWh em 2007.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se basicamente à tarifa de uso das instalações de distribuição da Cemig Distribuição e Light por clientes livres e também à utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL. Essa receita apresentou um aumento de 10,5% no exercício de 2008 comparado ao exercício de 2007 (R$2.150 milhões em 2008 e R$1.946 milhões em 2007). Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste de 11,80% da receita permitida do segmento de transmissão, em julho de 2008, resultante do reajuste da receita anual através da aplicação do IGP-M acumulado nos 12 meses anteriores;
- entrada em operação de expansões da rede, com a consequente adição de receita pelo Órgão Regulador
- contabilização, em junho de 2007, da redução na receita de uso da rede, no montante de R$31 milhões, em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, em atendimento a determinações da ANEEL.

Mais explicações na nota explicativa nº 26 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional não apresentaram variação expressiva nos períodos comparados, R$5.598 milhões em 2008 comparados a R$5.544 milhões em 2007. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás. A dedução à receita referente a CCC foi de R$374 milhões no exercício de 2008 comparados a R$407 milhões no exercício de 2007, representando uma redução de 8,11%.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE não apresentou variação entre os períodos comparados, R$391 milhões em 2008 e 2007. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente a RGR foi de R$180 milhões no exercício de 2008 comparados a R$145 milhões no exercício de 2007, um aumento de 24,14%. A variação entre os períodos comparados deve-se principalmente aos aumentos, em 2008, da receita de geração e transmissão e do valor contábil do ativo imobilizado de distribuição em serviço, bases de cálculo da referida despesa.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais

	2008	2007	Var.%
Custos não Controláveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.960	2.794	5,9
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	131	137	(4,4)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	724	650	11,4
	3.815	**3.581**	**6,5**
Custos Controláveis			
Pessoal e Administradores	1.105	968	14,2
Obrigações Pós-emprego	264	123	114,6
Materiais	105	93	12,9
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	70	59	18,6
Serviços de Terceiros	676	620	9,0
Provisões Operacionais	206	291	(29,2)
Gás comprado para revenda	229	154	48,7
Depreciação e Amortização	715	778	(8,1)
Outras Despesas Líquidas	321	295	8,8
	3.691	**3.381**	**9,2**
	7.506	**6.962**	**7,8**

A variação nos custos e despesas demonstrada acima decorre principalmente dos aumentos na energia comprada para revenda, pessoal e obrigações pós-emprego, compensada parcialmente pela redução nas despesas com provisões operacionais e depreciação e amortização.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no exercício de 2008 foi de R$2.960 milhões comparados a R$2.794 milhões no exercício de 2007, um aumento de 5,9%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide mais informações na nota explicativa nº 29 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no exercício de 2008 foi de R$724 milhões comparados a R$650 milhões no exercício de 2007, um aumento de 11,4%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Pessoal

A despesa com pessoal no exercício de 2008 foi de R$1.105 milhões, comparados a R$968 milhões no exercício de 2007, um aumento de 14,2%. Este resultado decorre principalmente aos seguintes fatores:

- reajustes salariais de 5,00% e 7,26% concedidos aos empregados em novembro de 2007 e 2008, respectivamente;
- despesa com verbas rescisórias, em 2008, no montante de R$50 milhões, decorrente do Programa Prêmio de Desligamento – PPD;
- menor transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R$162 milhões em 2008 e R$179 milhões em 2007), tendo em vista o menor programa de investimentos em 2008.

Vide a composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 29 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização foi de R$715 milhões no exercício de 2008 comparados a R$778 milhões no exercício de 2007, representando uma redução de 8,1%. Este resultado decorre da depreciação das obrigações especiais, a partir de 8 de abril de 2008, data do segundo ciclo da revisão tarifária.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R$264 milhões no exercício de 2008, comparados a R$123 milhões no exercício de 2007, representando um aumento de 114,6%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. O aumento dessa despesa em 2008 decorre basicamente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro de 2007, com a redução das taxas de juros utilizadas para o desconto a valor presente das obrigações atuariais.

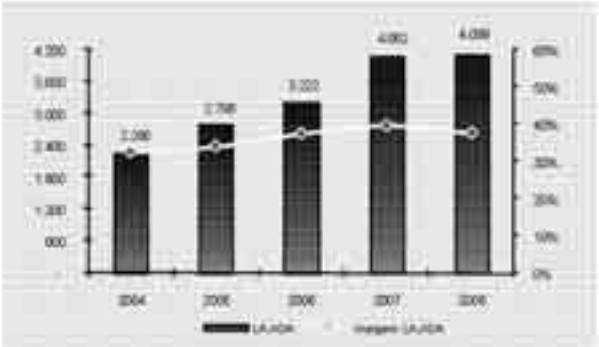
Lucro Antes do Resultado Financeiro, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA

Em função das variações mencionadas anteriormente, segue o Lajida, ajustado pelos itens não recorrentes.

	2008	2007	Var. %
Lucro Líquido	**1.887**	**1.743**	**8,3**
+ Provisão IR e C.Social Correntes e Diferidos	914	625	46,2
+ Resultado Financeiro	94	346	(73,8)
+ Amortização e Depreciação	715	778	(8,1)
+ Participação dos Empregados no Resultado	370	455	(18,9)
+ Participação dos Acionistas não Controladores	119	115	3,5
LAJIDA	**4.099**	**4.062**	**0,8**
Ajustes não recorrentes (*)			
+ Programa Prêmio de Desligamento - PPD	50	-	-
- Revisão tarifária – Receita Líquida	(63)	-	-
+ Revisão tarifária – despesa operacional	4	-	-
+ Revisão da receita de transmissão – Resolução Homologatória nº 496	-	31	-
- CVA energia – ajuste definido pela ANEEL	-	(29)	-
LAJIDA AJUSTADO	**4.090**	**4.064**	**0,6**

(*) Os ajustes não recorrentes correspondem à interpretação da Companhia sobre os eventos que julga como extraordinários, não relacionados às operações correntes.

Na comparação dos últimos 5 anos, conforme gráfico abaixo, o crescimento foi de 80,9% na geração de caixa da Companhia. O crescente desempenho operacional verificado nos últimos 5 anos contribuiu para o crescimento constante da margem do LAJIDA, exceto em 2008 que apresentou uma pequena queda em decorrência da revisão tarifária da Cemig Distribuição.



Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro líquido em 2008 foi uma despesa de R$94 milhões comparada a uma despesa de R$346 milhões em 2007. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento de R$92 milhões na receita de aplicações financeiras em decorrência de maior volume de recursos aplicados em 2008.
- Aumento de 37,4% na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, R$169 milhões no exercício de 2008 em comparação a R$123 milhões no exercício de 2007.
- Receita Financeira registrada em 2008, no montante de R$83 milhões, referente a compensação financeira paga pelos acionistas da RME pela renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra dos ativos de geração da Light por um valor pré-acordado. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 30.
- Redução de 52,1% na receita de variação monetária líquida com ativos regulatórios (CVA, Reajuste Tarifário Diferido e Acordo Geral do Setor Elétrico). Em 2008 a receita foi de R$194 milhões comparados a R$405 milhões em 2007. Esta variação decorre principalmente dos seguintes fatores:
  - menor valor de ativos regulatórios em 2008, tendo em vista o recebimento dos valores através das contas de energia elétrica.
  - contabilização, em 2007, da receita financeira adicional no montante de R$100 milhões, decorrente de critérios de atualização definidos pela ANEEL para o ativo referente às transações com energia livre durante o período do racionamento. Este procedimento não teve impacto sobre o resultado financeiro de 2007 em decorrência da constituição de uma provisão para perdas no mesmo valor. Em função desta provisão constituída em 2007, a conta Provisão para Perda Energia Livre apresentou uma redução de 85,7% (R$25 milhões em 2008 comparados a R$175 milhões em 2007).

  Estorno de despesa em 2008 no montante de R$108 milhões referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira. Maiores informações: Nota Explicativa nº 23.
- Redução das despesas com CPMF em função da extinção do imposto.
- Perdas líquidas com variações cambiais, líquidas dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, no exercício de 2008, no montante de R$91 milhões em comparação a perdas líquidas de R$77 milhões em 2007, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Esta variação decorre principalmente da valorização do dólar frente ao Real em 2008. No exercício de 2008, o dólar apresentou um aumento de 31,94% comparado a uma redução de 17,15% em 2007. Para parte da dívida em moeda estrangeira a Companhia realizou operações de swap com a substituição da variação do indexador dos contratos, de moeda estrangeira para o CDI.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 30.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no exercício de 2008, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$914 milhões em relação ao lucro de R$3.291 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 27,8%. No exercício de 2007, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$626 milhões em relação ao lucro de R$2.939 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 21,3%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 12 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Participação dos Empregados no Resultado

A CEMIG, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho 2008, destinou aos seus empregados a título de participação nos resultados, um montante de R$370 milhões (R$455 milhões em 2007). Vide nota explicativa 31.

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O caixa no fim do exercício somava R$2.284 milhões (R$2.066 milhões em 2007), um aumento de R$218 milhões.

O caixa gerado pelas operações foi de R$2.968 milhões em comparação a R$3.208 milhões em 2007. Esta redução de 7,48% no caixa gerado pelas operações deve-se, principalmente, ao menor recebimento líquido de ativos regulatórios no exercício de 2008.

As atividades de financiamento representaram uma saída de caixa de R$1.397 milhões comparada a uma saída de R$1.359 milhões em 2007, não apresentando variação expressiva. Em 2008 a Companhia obteve R$361 milhões de empréstimos e financiamentos comparados a R$1.856 milhões em 2007 enquanto os pagamentos foram de R$893 milhões em 2008 comparados a R$1.855 milhões em 2007. Também contribuiu para a pequena variação na saída de caixa, a menor distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (R$865 milhões em 2008 comparados a R$1.360 milhões em 2007).

No que se refere aos investimentos, a Companhia investiu R$1.353 milhões em 2008 em comparação a R$1.185 milhões em 2007, valores relacionados principalmente aos Programas Clarear, Cresceminas e Luz para Todos.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

Em 2008, foram captados R$100 milhões na Cemig D, em condições bastante atrativas, através de um crédito do Banco do Nordeste. Os investimentos em distribuição contaram também com recursos da Eletrobrás, de quem foram captados pela Cemig D R$76 milhões para o financiamento do Programa Luz para Todos, do Programa Cresceminas e do Projeto Reluz.

Na Cemig GT, vale destacar em 2008 a aprovação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES da concessão de um financiamento no valor de R$122 milhões para a construção da UHE Baguari.

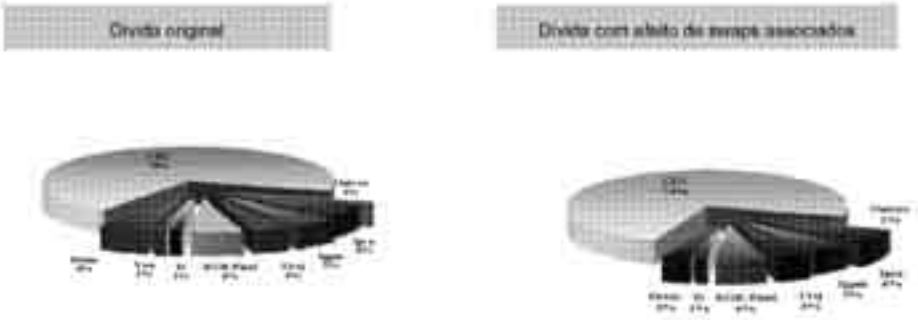
A crise do *subprime* deflagrada em 2007 nos Estados Unidos e seus desdobramentos provocaram, no último trimestre de 2008, um grande estresse nos mercados financeiros internacionais, com o encurtamento do crédito e amigração dos investimentos para os títulos do governo americano.

Embora o sistema financeiro no Brasil tenha se mostrado sadio, os bancos comerciais parceiros da CEMIG buscaram preservar sua liquidez, ficando com recursos em caixa, privilegiando operações de curto prazo e sendo mais seletivos na concessão do crédito. Mesmo sendo a CEMIG uma empresa com qualidade de crédito, o custo de uma eventual operação com a empresa se elevou, tendo em vista que o custo de captação dos próprios bancos subiu com a restrição de crédito externo.

Nesse cenário de crise, as mudanças verificadas no mercado sinalizaram um aumento acentuado no custo das captações e uma redução dos prazos de vencimento, o que não chegou a comprometer as atividades da Empresa, que dispunha de recursos em caixa suficientes para a realização dos compromissos financeiros então firmados. Não interessando à CEMIG a elevação de seu custo de captação, a Empresa terminou o ano sem efetuar novas captações.

A acentuada desvalorização do real frente ao dólar verificada com a crise financeira não causou impacto significativo no resultado da CEMIG, dada a pequena exposição à moeda estrangeira, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Principais indexadores da dívida – 31/12/2008



A posição da dívida de 7% em moeda estrangeira não representa risco financeiro material para a Empresa, já que parte dela está contratualmente protegida por operações de troca de indexadores (swap). Há também uma proteção natural proporcionada por contratos de venda de energia indexados ao dólar.

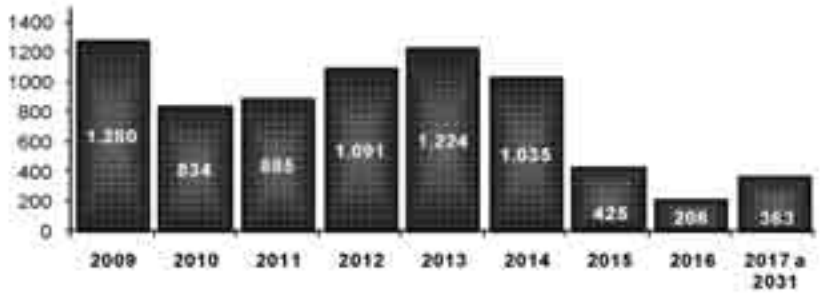
A grande concentração da dívida no CDI (74% com o efeito do swap) decorreu do movimento de refinanciamento da dívida a partir de 2002, em que foi bastante utilizado o crédito bancário, aproveitando-se a liquidez existente e a exceção às regras do contingenciamento de crédito ao setor público (possibilidade de contratar recursos junto aos bancos comerciais para rolagem de dívida). Não somente o cronograma de vencimento da dívida foi alongado, como também a CEMIG se beneficiou da redução contínua da taxa Selic ocorrida até o início de 2008.

Apesar do aumento da taxa SELIC em 2008, é esperado para 2009 a retomada do ritmo de redução das taxas de juros brasileiras de forma a combater os efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira.

A despeito da utilidade do hedge e considerando o gerenciamento de risco financeiro da Empresa, a administração busca fazer a gestão da dívida com foco no alongamento do seu prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do seu custo e na preservação da capacidade de pagamento da Empresa, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

Reflexo disso, o cronograma de amortizações da dívida está satisfatoriamente escalonado, com prazo médio de 4,3 anos, como pode ser visto no gráfico a seguir:

Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2008 (R$ milhões)



Outra diretriz da Empresa acerca de redução do custo médio da dívida tem sido atendida, verificando-se, no final do ano, uma taxa de 8,98% a.a. a preços constantes.

Confirmando a boa performance financeira da Empresa, a Moody's América Latina, em dezembro de 2008, elevou o rating da CEMIG e das suas subsidiárias, a Cemig D e a Cemig GT, na Escala Global, de Ba2 para Baa3 em moeda local, e na Escala Nacional, de Aa3.br para Aa1.br. Ao elevar o rating da Companhia para o nível Baa3, que reflete uma percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa assegurando sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez, a Moody's colocou a Empresa e suas duas subsidiárias no nível de "investment grade" na Escala Global.

Política de Proteção Cambial (*Hedge*)

Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial de alguns contratos de financiamentos e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

A Companhia tem privilegiado a cobertura de seu passivo cambial através de um hedge natural representado pela contratação com alguns de seus grandes consumidores de venda de energia elétrica indexada à variação cambial.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são mensurados ao valor justo de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros, indicados pelos acionistas. Todos os conselheiros têm mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos após o término do mandato. Em 2008, foram realizadas 22 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros, indicados pelos acionistas e que atendem aos requisitos de independência conforme práticas internacionais. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2008 foram realizadas 10 reuniões do Conselho Fiscal.

Além disso, existe, atualmente, uma estrutura de 23 comitês, composta de executivos de diversas áreas da Empresa, para suportar a tomada de decisões estratégicas da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração a partir do suporte de critérios técnicos. Destes, destacamos os abaixo relacionados:

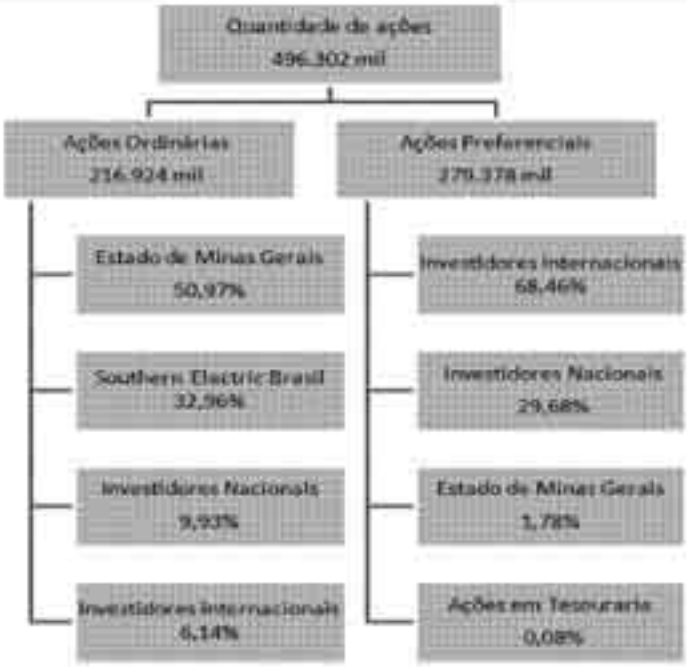
- Comitês de priorização do orçamento - tem por finalidade assessorar nas deliberações e gerenciamento de projetos de investimentos e outros projetos em geral das Empresas e áreas de negócio;
- Comitê de crédito - tem caráter permanente e a finalidade de estabelecer e resguardar o cumprimento das políticas e diretrizes relativas a procedimentos financeiros e comerciais;
- Comitê de gerenciamento de riscos de energia – tem a finalidade de propor para aprovação da Diretoria Executiva e ou Conselho de Administração políticas e procedimentos com o objetivo de minimizar os riscos nas contratações de compra e venda de energia;
- Comitê de controle e gestão - promover discussão sobre as atividades das áreas de controle e gestão, se constituindo num fórum de compartilhamento das melhores práticas;
- Comitê de planejamento estratégico - implementar diretrizes para as operações que envolvam risco financeiro; e,
- Comitê de manutenção do plano de cargos e remuneração - avaliar, assessorar, recomendar, uniformizar e manter os critérios e procedimentos pertinentes ao Plano de Cargos e Remuneração.

MERCADO DE CAPITAIS

A CEMIG teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960. Em 14 de janeiro 1972, as ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) passaram a ser listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disso, as ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002 e na Bolsa de Nova Iorque desde 1993, onde temos ADRs Nível 1 (CIG) em ações preferenciais, que foram transformados em Nível 2 em 2001. Posteriormente, em junho de 2007, lançamos na NYSE o programa de ADRs lastreado em ações ordinárias (CIG.C). Possuímos, também, ações preferenciais listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2008, totalizou R$ 2.482 milhões, conforme composição abaixo demonstrada:



Cotações das Ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2007 e 2008 das ações em São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2007	Fechamento 2008
Cemig PN	CMIG4	R$	30,29	31,77
Cemig ON	CMIG3	R$	31,28	25,05
ADR PN	CIG	US$	18,46	13,63
ADR ON	CIG.C	US$	18,50	10,25
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	12,75	9,59

As ações preferenciais apresentaram um volume de negociação, em 2008, de R$ 15.450 milhões, com uma média diária de quase R$ 62 milhões. Esse volume faz com que nossas ações sejam uma das mais negociadas da Bovespa, proporcionando segurança e liquidez aos investidores.

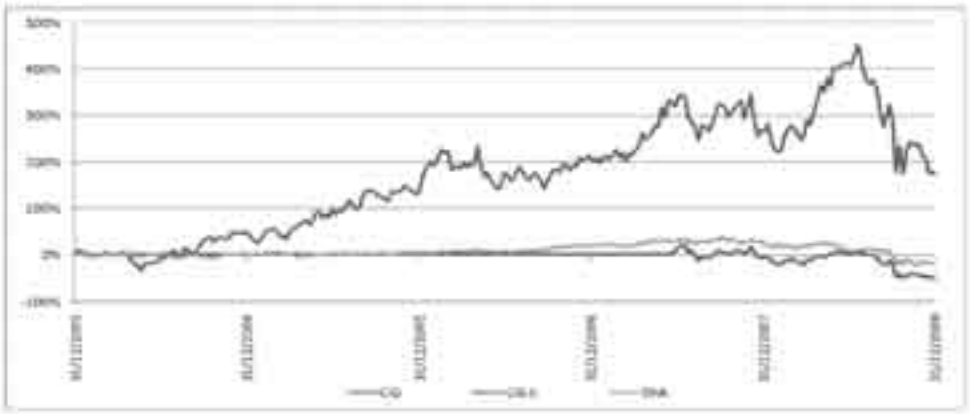
Ao longo do ano de 2008 as bolsas de valores ao redor do mundo sofreram um intenso e prolongado processo de desvalorização, resultado da piora da situação econômica nos países desenvolvidos, com destaque para os Estados Unidos e países da União Européia. Os países emergentes, principalmente Brasil, Índia, China e Rússia, também sofreram reflexo dessa situação, em virtude de sua base de exportação depender em grande parte da demanda dos países desenvolvidos. Os investidores resgataram seus investimentos, em parte para cobrir perdas em outros mercados e parte como estratégia de investimentos, tendo em vista a contínua deterioração do cenário econômico.

Nesse ambiente incerto o principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo, Ibovespa, caiu mais de 40% no ano passado, enquanto que o índice do setor de energia elétrica, IEE, caiu 10%. As ações da CEMIG apresentaram um desempenho muito bom dentro desse contexto, com as suas ações preferências, CMIG4, subindo 4,9%. Esse comportamento de nossas ações ilustram o reconhecimento pelo mercado da solidez dos fundamentos da CEMIG e da sua posição como líder do setor elétrico brasileiro.

	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	DJIA	IEE
2008	4,9%	-19,9%	-26,2%	-44,6%	-41,22%	-33,8%	-11,6%

Nosso valor de mercado apresentou uma queda no ano de 2008 quando comparado a 2007, uma variação de 12,8%. Se analisarmos a variação nos últimos 5 anos, nosso valor de mercado apresentou um crescimento de 41%

Os gráficos a seguir ilustram a evolução das nossas ações, ao longo dos últimos anos, em comparação a outros indicadores.



Relações com Investidores

Em consonância com as práticas de governança corporativa, buscamos disseminar uma política de transparência com o mercado de capitais, a fim de possibilitar agregação de valor aos investimentos de nossos acionistas.

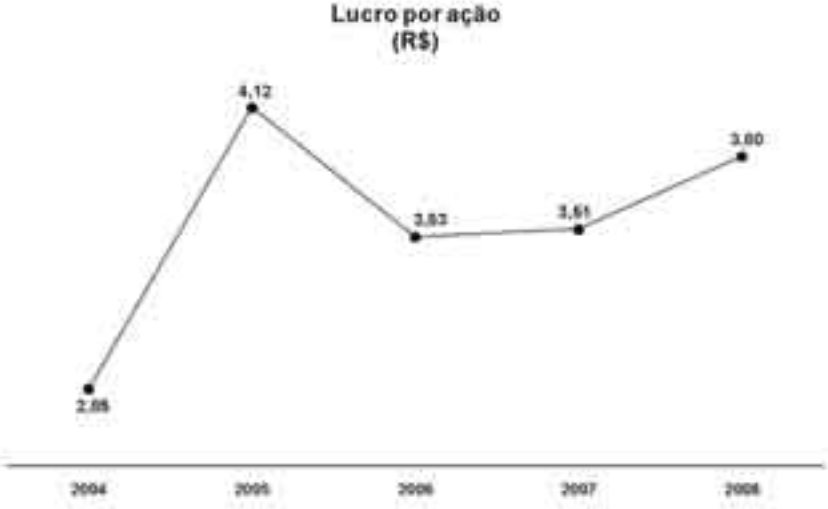
No ano de 2008, a CEMIG esteve presente, no Brasil e no exterior, em 88 seminários, conferências e encontros com investidores; 10 congressos; 11 Road Shows; além de teleconferências e videoconferências com analistas de mercado de capitais e investidores. Ressaltamos que tais eventos nacionais e internacionais ultrapassaram a marca de 520 reuniões individuais.

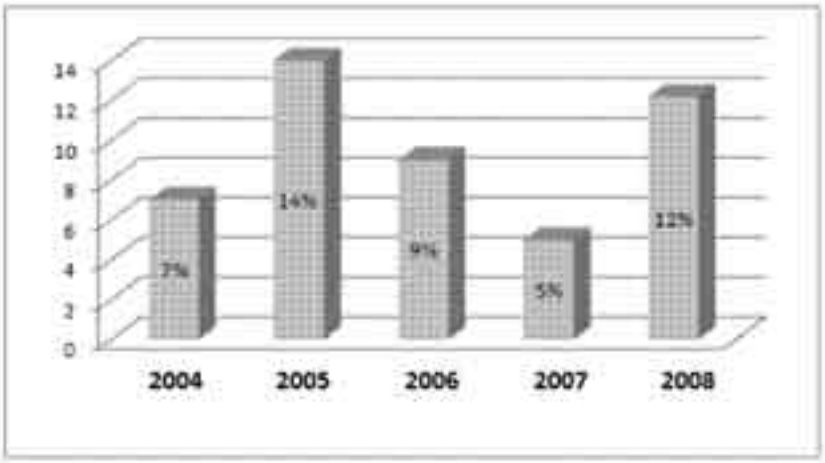
Destacamos ainda a realização do 13º Encontro Anual da CEMIG juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais - APIMEC, na cidade de Araxá - MG, 146 profissionais de Mercado de Capitais como convidados e 45 representantes da CEMIG, com participação de toda a diretoria.

POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A CEMIG, através do Estatuto Social, assume o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disto, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subseqüente ao exercício a que se referem.





PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2009 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R$1.887 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R$944 milhões (50% do lucro líquido) para pagamento de dividendos;
- R$94 milhões para a constituição de Reserva Legal; e,
- R$849 milhões serão mantidos no Patrimônio Líquido da seguinte forma:
  - R$629 destinados a Reserva Estatutária;
  - R$220 destinados a Reserva de Retenção de Lucros para garantir os recursos dos investimentos já aprovados pela Administração.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela KPMG Auditores independentes. Como a mudança de nossos auditores ocorreu no exercício de 2007, até o 1º trimestre daquele ano, nossas demonstrações contábeis foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu.

Os serviços prestados pelos auditores independentes da CEMIG e da maior parte de suas controladas foram como segue:

Serviços	2008 R$ mil	% em relação à auditoria	2007 R$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria				
Deloitte	-	-	32	4,69
KPMG	751	100	650	95,31
Total de Serviços de Auditoria	**751**	**100**	**682**	**100,00**
Outros Serviços:				
KPMG	573	76,3	290	42,52
Total Geral	**1.324**	**176,3**	**972**	**142,52**

Os serviços adicionais foram aprovados pelo Conselho de Administração, tendo em vista que não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos inerentes às atividades empresariais da corporação são avaliados pela sua probabilidade de ocorrência e pelo seu impacto nos diversos negócios da cadeia de valor, visando reduzir a sua exposição financeira e seu impacto intangível.

A implantação da gestão de riscos corporativos na CEMIG ocorreu em 2003 e vem sendo continuamente aprimorada. Optou-se por uma abordagem integrada com enfoque abrangente, tendo em vista que a identificação, a análise e o tratamento dos riscos se dão a partir de uma estrutura de processos definida, por negócio, alinhada ao Plano Diretor e ao planejamento estratégico da empresa, gerenciada de forma descentralizada pelos gestores de riscos e monitorada de forma centralizada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos, o qual é apoiado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos.

Seguem abaixo os fatos mais importantes de 2008:

- Início da 3ª revisão da matriz de riscos corporativos, com a atualização completa dos parâmetros estabelecidos na 2ª revisão, permitindo uma agregação das ameaças mais contundentes, priontariamente discutidas no âmbito do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos;

- Aprimoramento do produto "Matriz de fatores de riscos sob a ótica dos stakeholders", com o refinamento da descrição dos fatores de risco - circunstâncias ou ocorrências que podem dar origem a riscos para a corporação e associados aos riscos mais relevantes. O objetivo é permitir um aprimoramento da gestão a partir do entendimento do que as partes interessadas enxergam como ameaça estratégica e a identificação de riscos até então não mapeados na matriz;

- Consolidação da rotina de participação nos diversos ciclos de gestão da CEMIG, possibilitando subsidiar as diversas deliberações a serem encaminhadas para aprovação da Alta Administração, com a visão integrada pela análise dos riscos corporativos como ameaças aos objetivos estratégicos empresariais.

Certificação dos Controles Internos

Anualmente, a Administração da CEMIG, aderente às orientações da SEC e com base nos critérios do PCAOB, do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Coso) e do *Control Objectives for Information and Related Technology* (Cobit), a partir de uma análise de risco, documenta e testa a efetividade dos controles nos níveis dos processos de negócios e de entidade, inclusive os controles que são suportados pela tecnologia da informação.

Além de atender a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), as atividades relacionadas à Certificação dos Controles Internos contribuem com a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa, sendo realizadas e monitoradas de forma sistemática e permanente.

A CEMIG obteve, sem ressalvas, a Certificação dos Controles Internos dos Relatórios Financeiros Consolidados, relativa ao exercício social de 2007, conforme parecer datado de 27/06/2008, da KPMG Auditores Independentes, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do Public Company Accounting Oversight Board – PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F arquivado na Securities and Exchange Commission (SEC) em 30 de junho de 2008.

Para a certificação de 2008, foi estabelecida uma conexão entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, bem como validado, com a Auditoria Externa, KPMG Auditores Independentes, o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Comissão de Ética e Canal de Denúncia

A Comissão de Ética da CEMIG foi constituída em 12 de agosto de 2004, sendo que em 2008 ocorreram 10 reuniões.

Com a criação do Canal de Denúncia, a partir de dezembro de 2006, por exigência da Lei Sarbanes-Oxley – SOX, a Comissão de Ética passou a ter a ferramenta necessária para o recebimento de denúncias, de práticas irregulares contrárias ao interesse da empresa, tais como: 1) fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; 2) apropriação indevida de bens e recursos; 3) recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados e 4) contratações irregulares, através canal aberto na intranet da Companhia (Canal de Denúncia Anônima).

As denúncias de caráter ético são acatadas somente quando existe a identificação do denunciante e são processadas pela própria Comissão. As denúncias que se enquadram nos itens 1 a 4, mencionados acima, são consideradas não operacionais e encaminhadas ao Conselho Fiscal. Entretanto todas as denúncias sejam operacionais ou não operacionais são encaminhadas às respectivas áreas, para tomada de providências.

TECNOLOGIA

Telecomunicações e Informática

Em dia com a Segurança da Informação

Em 2008 foi desenvolvida a 2ª fase do projeto Plano Corporativo de Segurança da Informação que consistiu na especificação dos Processos de Gerenciamento, Plano Diretor de Segurança da Informação e o Plano de Continuidade dos Serviços de TI.

O Plano Diretor de Segurança da Informação foi definido a partir de um diagnóstico do negócio com relação à Segurança da Informação, especificando projetos que visam atender as necessidades do negócio e o cumprimento das exigências da Lei Sarbanes Oxley.

O Plano de Continuidade dos Serviços de TI tem o objetivo de assegurar a continuidade dos processos críticos do negócios, no caso de indisponibilidade geral dos serviços de TI por um prazo acima do tolerável. A estratégia de continuidade foi definida e sua implementação está prevista para 2009.

Tecnologia e alternativas energéticas

Tecnologia sempre foi considerada pela CEMIG como insumo básico e estratégico, manifestada através de seus processos, produtos, serviços, equipamentos, instalações e das habilidades de seus empregados e parceiros, ambientalmente correta e gerenciada e utilizada de maneira adequada e condizente com os resultados almejados.

Relativamente à gestão das alternativas energéticas, a CEMIG tem investido em projetos de utilização de fontes de energia renováveis, com destaque para biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, energia solar e geração eólio-elétrica. Adicionalmente, tem investido também em projetos de uso racional da energia, co-geração e geração distribuída, utilizando diferentes combustíveis como hidrogênio, gás natural, álcool e biodiesel.

Gestão Estratégica da Tecnologia e da Inovação

Visando garantir a sintonia com os novos cenários e inovações, com relação à utilização, adaptação e desenvolvimento de tecnologias mais avançadas e adequadas aos seus processos produtivos, ao longo de 2008, a CEMIG continuou, em seu processo de Gestão Tecnológica, estabelecendo parcerias estratégicas com universidades e entidades de pesquisa, realizando prospecção tecnológica e subsidiando o estabelecimento das estratégias, diretrizes e ações de cunho tecnológico para atuação empresarial, sempre em coordenação com o Comitê de Gestão Estratégica de Tecnologia – CoGET.

Destacam-se, em 2008, a implementação de ações para consolidar o Centro de Excelência em Energia Renovável - CEER e do Parque de Alternativas Energéticas para o desenvolvimento auto-sustentável – PAEDA, o acordo para a construção de quatro protótipos de veículos movidos a energia elétrica, além do memorando de intenção para desenvolver plano de negócios sobre a tecnologia de Veículos Aéreos Não Tripulados – VANT e o estabelecimento das condições para o pagamento de royalties à CEMIG pela Nansen, decorrentes da comercialização do medidor fiscal de energia ativa (kWh).

A gestão da normalização técnica interna e externa, de suma importância para a consolidação das práticas tecnológicas, é desenvolvida pelo Comitê de Normalização de Equipamentos e Materiais – CONEM, envolvendo um acervo de 940 documentos eletrônicos corporativos (padronizações, especificações e procedimentos), utilizados em aquisições externas num total de cerca de R$ 250 milhões em 2008.

Programas de P&D

Foi elaborado o Plano Estratégico de Investimentos em P&D para os próximos cinco anos, em conjunto com as áreas operacionais das empresas CEMIG. O planejamento, além de garantir o alinhamento com a estratégia empresarial, permitirá tanto uma gestão mais eficiente do elevado volume de recursos alocados anualmente em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, como a exploração das possíveis sinergias tecnológicas entre os negócios da empresa.

Em 2008, foram ainda criados fóruns tecnológicos permanentes, compostos por especialistas das várias áreas da empresa, que deverão atuar conjuntamente para a consecução do Plano Estratégico de Investimentos em P&D, bem como para a contínua atualização do mapeamento tecnológico realizado.

A CEMIG possui um portfólio de projetos bastante amplo, cujos projetos se relacionam a metodologias, softwares, dispositivos e equipamentos necessários à operação da empresa, além da pesquisa de alternativas energéticas. Os valores aportados nos projetos, desde 2002, alcançam mais de R$ 81 milhões, sendo que desses, a metade já está concluída, envolvendo a realização de R$ 65 milhões. Atualmente estão em andamento 95 projetos, que realizaram R$ 7,2 milhões ao longo de 2008. Outros 200 projetos estão em aprovação pela Agência, somando recursos da ordem de R$ 32,1 milhões.

Uso Racional de Energia

O desenvolvimento por meio de um setor elétrico sustentável é uma proposta positiva para afastar a possibilidade de um novo racionamento de energia elétrica e minimizar os conflitos socioambientais na evolução da matriz energética brasileira.

A CEMIG tem realizado um esforço cada vez maior em ações de conservação de energia e investiu em 2008 um montante de R$ 24 milhões em seu Programa de Eficiência Energética.

Além de outros projetos em desenvolvimento, destacam-se em 2008 os seguintes projetos executados:

- Doações de equipamentos eficientes como aquecimento de água, geladeiras eficientes, tanques de expansão eficientes, lâmpadas compactas para comunidades carentes.
- Retorno do projeto "CEMIG nas Escolas", que tem como meta conscientizar os alunos da rede pública do ensino médio.
- Substituição de autoclaves da rede hospitalar que atende ao SUS do nosso Estado. Este equipamento é responsável pela esterilização de roupas e equipamentos usados em cirurgias. Os novos autoclaves permitem uma redução de 60% do consumo de energia.
- No meio rural, a Fazenda Energética de Uberaba prospectou e coordenou nesta primeira etapa, dentro do Projeto PEE – ANEEL, a implantação do Conviver Rural na região de São João Del Rei. O projeto consiste na aquisição de 50 tanques de expansão para substituição de tanques de imersão para pequenos produtores e contou com a colaboração de vários órgãos e entidades, como podemos destacar a Secretaria Municipal de Agropecuária e o Sindrural.

Biomassa

Com o desenvolvimento das tecnologias de transformação que apresentam maior eficiência, menores níveis de emissões de gases tóxicos e de gases que causam efeito estufa, a biomassa torna-se uma alternativa energética muito promissora para a geração de energia elétrica em determinadas regiões do Estado. Dessa forma, desde a Usina de Formoso no norte de Minas Gerais, passando pela co-geração nos setores sucro-alcooleiro, de papel e celulose e siderúrgico, até às experiências atuais como o plantio de florestas energéticas, gaseificação de biomassa, geradores a álcool e o biodiesel, a utilização da biomassa tem sido buscada pela CEMIG.

Um exemplo desse esforço é o projeto de co-geração utilizando gás de alto forno a carvão vegetal na termelétrica de 13 MW pertencente à siderúrgica V&M do Brasil S.A. A CEMIG trabalha continuamente para viabilizar os projetos de geração de energia da biomassa, consciente de ser esta uma alternativa ambientalmente correta e importante para o atendimento do crescimento da demanda energética da sociedade, com impactos positivos para a geração de emprego e renda de forma descentralizada.

Energia Solar

Os trabalhos pioneiros da CEMIG na área de energia solar, tanto na sua forma fotovoltaica quanto na forma solar térmica através da utilização de coletores planos e concentradores solares, tem ajudado a criar novas alternativas de oferta de energia e de eficientização para alguns consumidores no Estado de Minas Gerais.

As instalações de sistemas de aquecimento de água por coletores solares planos e de bombas de calor também são fomentadas pela CEMIG, que vê nessas opções ferramentas para reduzir o consumo de energia elétrica no horário de pico e também como alternativa energética para conjuntos habitacionais destinados a famílias de baixa renda.

Também em 2008 foram instalados cerca de 1.000 coletores solares planos para aquecimento de água em substituição ao chuveiro elétrico em residências de baixa renda, além de 4 unidades instaladas em hospitais. Nesse contexto, foi firmado convênio entre a CEMIG, Cohab e o governo de Minas Gerais onde está prevista para 2009 a instalação de mais 7.500 coletores solares planos. A CEMIG continua investindo em projetos de P&D para purificação do silício metalúrgico existente em Minas Gerais e desenvolvimento de células fotovoltaicas de baixo custo.

Outra iniciativa da empresa refere-se à pesquisa e experimentações relativas ao uso de energia solar térmica para produção de energia elétrica através de termelétricas solares, utilizando concentradores cilíndrico-parabólicos, e para aquecimento de água de forma centralizada, utilizando coletores solares planos (calor distrital para comunidades de baixa renda).

Energia Eólica

A CEMIG foi a primeira concessionária brasileira a instalar uma usina eólica conectada ao sistema elétrico integrado, a Usina Eólio-Elétrica Experimental do Morro do Camelinho, abrindo o caminho para a introdução de uma cultura eólica no país. Foi efetuado levantamento do potencial eólio-elétrico de alguns sítios promissores no Estado de Minas Gerais, tendo sido assinados acordos de confidencialidade com empresas interessadas em avaliar a instalação de uma usina eólica no norte de Minas. Foi iniciado em 2006 um projeto de pesquisa e desenvolvimento de geradores eólio-elétricos de pequeno porte adaptados a instalações em regiões montanhosas, com potencial de atendimento a localidades remotas.

Hidrogênio e Células a Combustível

As células a combustível são uma das novas tecnologias para geração de energia de forma descentralizada, com grande possibilidade de causar, no futuro, impactos no setor elétrico. Atenta às oportunidades que podem advir dessa tecnologia, a empresa desenvolve, desde 2000, projetos de P&D em temas ligados à células de baixa temperatura (*PEM*) e de alta temperatura (*SOFC*).

Foi iniciado também o desenvolvimento de um sistema integrado de geração de energia a partir da gaseificação de biomassa por acionamento de células combustíveis SOFC.

Biodiesel

A CEMIG considera o biodiesel como uma alternativa energética sustentável, geradora de emprego e renda e que propicia inclusão social. Nesse sentido, a empresa trabalha, junto com outros órgãos do Estado e centros de pesquisas, para a consolidação da tecnologia de produção do biodiesel em Minas Gerais, através da identificação das vocações regionais para a cultura de oleaginosas, da construção de uma planta piloto de pequeno porte para produção experimental desse combustível e também da implantação de infra-estrutura laboratorial em órgão de pesquisa do estado para qualificar e certificar esse combustível e, dessa forma, contribuir para a sua inserção no mercado nacional.

Encontra-se em funcionamento o Laboratório de Biocombustível do CETEC, com capacidade de produção de 1.000 litros/dia de biodiesel. Em 2008 foi dada continuidade ao projeto com utilização do biodiesel produzido no laboratório para a geração de energia elétrica, de forma experimental, em um grupo motor gerador e em uma microturbina.

Veículo Elétrico

O veículo elétrico pode ser considerado uma tendência para os próximos anos. A CEMIG, em parceria com Itaipu Binacional e Fiat Automóveis, iniciou projeto de pesquisa e de estudo de viabilidade técnica e econômica da utilização de veículos movidos a energia elétrica. No final de 2008 foram recebidos 4 veículos modelo Palio Weekend. A empresa pretende testar os protótipos em sua frota durante o próximo ano, visando avaliar aspectos operativos e de manutenção e desenvolvimento de tecnologia nacional. Com o uso intensivo dessa tecnologia, pretende-se disponibilizar mais uma alternativa para as empresas CEMIG e seus consumidores visando redução do uso de combustíveis fosseis e exploração de um novo nicho do mercado de energia elétrica.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como empresa prestadora de serviços públicos, a relação com as comunidades onde atuamos não se restringe ao estágio de desenvolvimento econômico, mas também se refere diretamente ao estágio de desenvolvimento social. Iniciativas concretas, como os programas Campos de Luz, concluído em dezembro de 2008 tendo como resultado final 602 campos iluminados, beneficiando a prática esportiva em 377 municípios do Estado e o Luz no Saber, demonstram, na prática, que a energia é um insumo necessário não apenas à transformação de matérias-primas e à produção de bens, mas também à qualidade de vida e ao funcionamento de equipamentos de uso comum, como escolas e centros culturais e recreativos.

Um grande exemplo é o Projeto Conviver que tem o objetivo de promover o acesso à devida prestação dos serviços e orientar quanto ao uso correto, eficiente e seguro da energia, adequando o valor da conta à capacidade econômica dos clientes das comunidades populares. As ações e medidas de eficiência energética implantadas visam a conscientização e mudança de hábitos, a utilização de equipamentos eficientes e o consumo consciente para evitar o desperdício de energia elétrica.

O Conviver também contribui para aumentar e melhorar a integração e convivência da CEMIG com as comunidades atendidas, procurando solucionar pendências relacionadas à conta de luz, analisando possíveis parcelamentos de débitos para aquelas contas que se encontram inadimplentes, e dúvidas quanto à obtenção da tarifa social e a isenção de ICMS. Atua, ainda, na regularização das unidades consumidoras, na disseminação de dicas de economia, na agilização de novas ligações e na análise de situações de riscos que envolvam eletricidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos aglomerados.

Além das ações de conscientização, o Projeto Conviver já doou cerca de 5,5 mil geladeiras eficientes, mais de 150 mil lâmpadas fluorescentes compactas e 4 mil recuperadores de calor para chuveiro elétrico, para famílias de 19 vilas e aglomerados da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Muitos são os projetos desenvolvidos em nossa Empresa, voltados à melhoria das condições de vida de crianças, adolescentes, adultos, idosos e assistência a populações carentes. Um exemplo é o Projeto Asin – Ações Sociais Integradas Cemig, contribuindo para gerar recursos dirigidos a sustentabilidade de instituições, associações comunitárias, escolas e asilos nas comunidades onde a Empresa atua.

Conta, ainda, com a realização de ações diversas como o Dia das Crianças, Dia do Voluntário, Natal, e outras iniciativas, envolvendo, além das instituições cadastradas e os voluntários do Asin/CEMIG, empregados terceirizados e parceiros dos municípios.

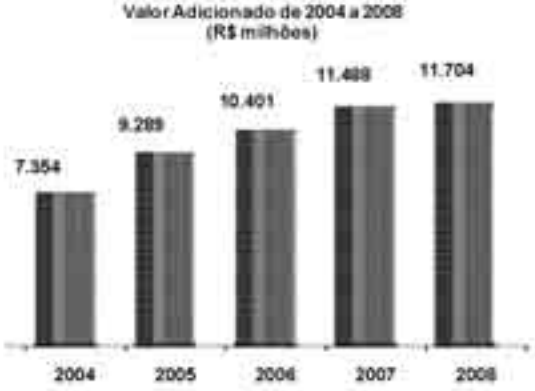
Em dezembro de 2008 a parceria da CEMIG no Projeto Papai Noel dos Correios mobilizou, além dos empregados, toda a população do Estado através de aviso nas contas de energia, o que fortaleceu sensivelmente o resultado final do projeto.

Outro exemplo concreto de ação social apoiado pela Empresa é o Programa Al6% - Formando Cidadãos, parceria entre a AIC – Associação Intergerencial da CEMIG e o Projeto ASIN/CEMIG, implantado desde 2001. A finalidade do programa é incentivar empregados e aposentados da CEMIG a repassar parte de seu imposto de renda devido para os Fundos da Infância e da Adolescência – FIA's. O programa teve uma arrecadação de R$1.573 mil em 2008, com a participação de 2.848 empregados, o que irá permitir o auxílio a 147 instituições do Estado.

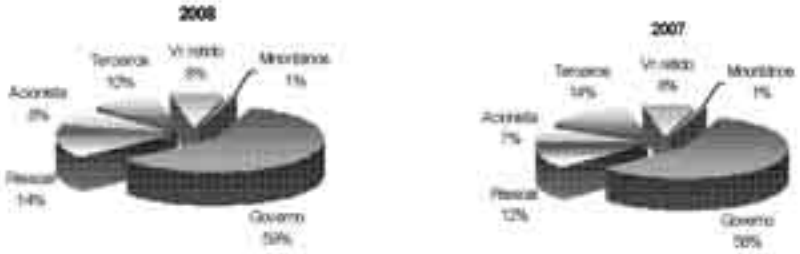
Outro reconhecimento das ações de responsabilidade social da CEMIG foi a inclusão da Empresa, a partir de 2005, no grupo de trabalho para a criação da ISO 26.000 – Responsabilidade Social, a convite da International Organization for Standardization – ISO, do Instituto Ethos e da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e com previsão de conclusão para 2010. Pela primeira vez, a coordenação mundial de um trabalho da ISO é liderada em conjunto por dois países, nesse caso pelo Brasil e Suécia, o que torna nossa participação ainda mais relevante.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, com R$11.704 milhões de valor adicionado em 2008 em comparação a R$11.488 milhões em 2007.



A distribuição do valor adicionado da CEMIG entre os diversos segmentos, pode ser observada no gráfico a seguir, devendo ser destacada a parte retida pelo governo do total distribuído em 2008 e 2007, correspondente a 59% e 58%, respectivamente.



Recursos Humanos

Os instrumentos de gestão destinados à administração de carreiras pela CEMIG são caracterizados como um conjunto de políticas e práticas que oferecem suporte a decisões individuais na carreira, o gerenciamento desta e a comunicação entre os empregados e Empresa. Além disso, objetivam auxiliar a sua administração de forma a torná-la estratégica e integradora, com transparência, honestidade de intenções, sentimentos de segurança e clareza de regras.

Atração e Retenção de Talentos

Com o objetivo de viabilizar o aproveitamento do potencial, know-how do corpo técnico, aliado aos interesses individuais e empresariais, propiciando expectativa de futuro profissional aos empregados, a Seleção Interna mostrou-se como um recurso fundamental na prática da Gestão de Pessoas. Essa prática é voltada para conciliar ações de valorização do capital humano com diretrizes estratégicas da organização nos níveis de realização de uma empresa do porte da CEMIG, bem como a retenção de potenciais talentos, associando à melhoria do clima organizacional, motivação e produtividade.

A CEMIG tem interesse em aproveitar seu pessoal próprio, entendendo que o processo de Seleção Interna é um instrumento motivador e propiciador do crescimento profissional de seus empregados, porquanto permite a retenção de talentos, bem como a preservação do seu capital humano, buscando continuar a prestação de serviços com o mesmo padrão de qualidade oferecido aos consumidores, garantindo a seus investidores o nível adequado de rentabilidade.

Em 2008, promovemos a 2ª edição da Seleção Interna, realizada no período de julho a setembro de 2008, com a aplicação de exames voltados especificamente para o perfil requerido. Essa medida ficou evidenciada pelos resultados obtidos, com um número expressivo de empregados participantes e aprovados, o que reafirmou a capacidade do seu corpo técnico e especializado.

Programa de Desenvolvimento Gerencial

A liderança exerce um papel fundamental para o alcance dos objetivos empresariais. Para a consecução deste objetivo, estas pessoas precisam apresentar um conjunto de competências técnicas, pessoais e profissionais requeridas. Em 2005, dentro do Modelo de Gestão do Desempenho, foram identificadas as Competências de Liderança, que foram definidas a partir de levantamentos realizados no projeto Desenvolvimento da Liderança. São dez as competências, a saber: orientação estratégica, orientação para o cliente (interno e externo), visão da cadeia de valor e unicidade, gestão de projetos, gestão de pessoas, prontidão para a mudança, gestão e compromisso com a segurança, sustentabilidade empresarial, construção de relacionamentos e gestão de resultados.

Com base no resultado do mapeamento das competências, a CEMIG criou e vem desenvolvendo, desde janeiro de 2006, em parceria com a Fundação Dom Cabral, um programa de desenvolvimento denominado CELIG – Cemig Liderança em Gestão. A partir da avaliação do nível de competência dos gestores, foi possível traçar um programa de desenvolvimento individual para cada gestor.

Em 2008, participaram 179 Gerentes no Celig, além de 73 empregados de nível superior que participaram do Celig para Sucessores, dentro do Programa Gestão Sucessória, cujo objetivo é a preparação para possível ascensão a cargos gerenciais. E para 2009 está prevista a realização do Programa Trilhas da Liderança, em que se pretende a ampliação da aplicabilidade de competências de liderança e a continuidade do Programa Celig para Potenciais Sucessores.

Gestão de Clima Organizacional

Ambiente de alta performance tornou-se uma necessidade estratégica das organizações. A CEMIG, ciente de que a obtenção de alta performance está intimamente ligada a um ambiente saudável e estimulador, busca permanentemente fazer uma gestão de seu ambiente interno. Mais do que isto, estabeleceu como um dos elementos de sua Visão, "ser uma das melhores Empresas para se trabalhar".

Entre as ferramentas utilizadas, destaca-se a Pesquisa de Clima, realizada bianualmente. Esta pesquisa avalia não só o grau de engajamento dos empregados, como também a percepção destes quanto à gestão estratégica e a reputação externa da CEMIG, o respeito com que ela trata seus empregados, o nível de autonomia e treinamento que estes recebem para realizar seu trabalho, entre outros - aspectos fundamentais para se criar um ambiente estimulante e desafiador.

A última Pesquisa de Clima Organizacional da CEMIG foi realizada em agosto de 2007, com a participação voluntária de 85% dos empregados – índice extremamente significativo quando comparada com o mercado. Em relação à Pesquisa de 2005, houve uma melhora no índice de favorabilidade do Clima, que passou de 58% para 62% (questões comparáveis).

Em 2008, após a divulgação dos resultados a todos os empregados, foram realizados 111 workshops para a elaboração dos Planos de Ação. Nestes workshops realizados com a orientação da RH, os empregados tiveram a oportunidade de construir as ações de melhoria para suas gerências e/ou superintendência.

Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho

Com o objetivo de alinhar as diretrizes corporativas de saúde, segurança e bem-estar em toda a Empresa e principalmente nas áreas que buscam a certificação ou manutenção de seus processos no SGS, foi elaborado e disponibilizado Manual Técnico, contendo as diretrizes corporativas a serem seguidas por todas as gerências da Empresa, em conformidade com a especificação da Norma OHSAS 18001:2007, considerando-se a Política de Segurança, Saúde e Bem-Estar da CEMIG.

Em 2008, a Taxa de Freqüência da força de trabalho, que expressa a quantidade de acidentes de trabalho em relação ao número de horas de trabalho com exposição de risco, apresentou redução de 10,84%.

Provimento

A CEMIG encerrou 2008 com 10.422 empregados. Neste ano, foram admitidos 06 novos empregados - 02 na Cemig Geração e Transmissão S.A. e 04 na Cemig Distribuição S.A e, em contrapartida, ocorreram 402 desligamentos - 112 na Cemig Geração e Transmissão S.A. e 290 na Cemig Distribuição S.A.

(*) Cemig Controladora, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão

Cultura e Sociedade

Em 2008, a CEMIG investiu R$ 45,5 milhões em projetos sócio culturais, educação e ações sociais beneficiando diretamente a população de mais de 200 municípios em Minas Gerais. Para a Empresa, investir em projetos sociais , culturais e esportivos não é uma questão apenas de quantidade de recursos, mas da qualidade com que são aplicados, objetivando atingir o maior número de pessoas, com continuidade e responsabilidade, por meio da formação de redes de atuação entre diversos setores da sociedade, do meio artístico-cultural e do ambiente esportivo que passou a apresentar projetos de inclusão social.

Em 2008, a CEMIG patrocinou, por meio das leis de incentivos culturais, 133 projetos, sendo 48 deles com maioria de recursos próprios, através do art. 26 da Lei Rouanet de Incentivo a Cultura. A seleção dos projetos é realizada em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, no Programa "CEMIG Cultural", o que representa um esforço claro de apoio na construção a uma política pública de investimentos culturais. Dessa forma, a Companhia alcança demandas do interior do Estado, pequenos grupos iniciantes, iniciativas instigantes de arte contemporânea e segmentos culturais de complexo entendimento e escasso patrocínio por parte da iniciativa privada.

Belo Horizonte e o interior do Estado receberam 11 festivais internacionais de artes integradas, o que reforça e amplia a rede de intercâmbio cultural com grupos de outros estados e de estrangeiros.

Com a terceira edição do Programa Filme em Minas, reafirmamos a vocação da Empresa no apoio ao audiovisual. No biênio 2007/2008, 34 projetos foram contemplados nas mais diversas categorias. Foram premiados, além dos longas e curtas-metragens, vídeos experimentais, documentários, projetos de pesquisa em desenvolvimento e literatura da área. Todos esses projetos com mão-de-obra, logística e locações em Minas Gerais. Trata-se do único edital de audiovisual do País que premia todos os segmentos da área e que garante a finalização e distribuição dos projetos que contempla.

Em 2008 o Palácio das Artes, a Fundação de Educação Artística, o Museu Mineiro, o Grupo Galpão, o Museu de Artes e Ofícios e o Centro Cultural Inhotim prorrogaram suas parcerias com a CEMIG, perfazendo, em alguns casos, décadas de parcerias contínuas e necessárias ao acesso da população à acervos preciosos.

Atenta ao acesso do público interno à leitura e às artes plásticas, a CEMIG mantém em sua sede uma galeria de arte, onde, há 18 anos, são montadas 11 exposições anuais de artistas de todo o país, e uma biblioteca aberta, inclusive ao público externo, com aproximadamente 56 mil títulos. Além do acervo do edifício-sede, uma biblioteca itinerante que visita outras unidades administrativas da Empresa, atendendo novos leitores no interior e na capital.

Em 2008, a Empresa patrocinou projetos aprovados junto ao Ministério dos Esportes, que seleciona programas para crianças em risco social e atletas paraolímpicos. Foram destinados cerca de R$ 4 milhões de reais a projetos em Belo Horizonte e Uberlândia que pretendem atender a milhares de crianças e adolescentes.

Meio Ambiente

A CEMIG possui uma Política Ambiental, publicada em 1990, da qual constam sete princípios que orientam as atividades e direcionam os esforços relacionados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Tais princípios são traduzidos em ações que buscam imprimir nos empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental.

Em sua área de atuação, a CEMIG realiza uma série de atividades que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Dentre elas pode-se destacar o programa de educação ambiental nas escolas, as reservas ambientais, os programas de preservação da flora e fauna, com destaque para programas relacionados à ictiofauna.

Em 2008, a CEMIG utilizou um total de recursos em meio ambiente de R$70,5 milhões que foram destinados para a implantação de novos empreendimentos e para a operação e manutenção da Empresa, respectivamente, R$ 28,3 milhões e R$ 42,2 milhões.

Com relação aos investimentos utilizados nos novos empreendimentos, ocorreu uma nova elevação, em 2008, devido, principalmente, às obras de implantação da Usina Hidrelétrica de Baguari e a Pequena Central Hidrelétrica de Cachoeirão.

Sistema de Gestão Ambiental

Na CEMIG as áreas podem se certificar em Sistema de Gestão Ambiental – SGA, conforme a Norma ISO 14001/2004 ou adotar um Sistema de Gestão Interno, denominado SGA Nível 1, o qual foi desenvolvido considerando-se os princípios da Norma NBR ISO 14001.

Em 2008, foram certificadas na atividade de geração a Gerência das Usinas do Leste, responsável pela gestão de operação, manutenção e administração das Usinas da Região Leste e a usina hidrelétrica de Irapé.

Com as recomendações realizadas de 2008, a capacidade instalada de geração de energia certificada nos Sistemas de Gestão Ambiental passou de 5.407 MW para 5.767 MW, o que representa cerca de 90% da capacidade instalada da CEMIG. No que se refere às Linhas de Transmissão acima de 230 kV, atualmente 63% das linhas da empresa estão certificadas.

No que se refere a atividade de distribuição, foram certificadas diversas gerências da empresa, responsáveis por atividades de operação e manutenção, relacionamento comercial e planejamento e expansão.

Segurança de Barragens

O Plano de Monitoramento da Segurança de Barragens foi cumprido integralmente em 2008, tendo sido executados mais de 150 serviços, entre obras, estudos e projetos de manutenção de barragens, de adequação da infra-estrutura de geração e de adequação ambiental, com ênfase nos serviços de reavaliação e restabelecimento das condições de segurança estrutural e funcional de barragens e estruturas civis associadas.

Neste ano foram apresentados para os gerentes regionais os Planos de Emergência das Barragens. Foram gerados os mapas de planície de inundação das usinas de Miranda, Nova Ponte, São Simão, Emborcação, Jaguara e Xicão.

Atendendo, também, solicitação da ANEEL, foram elaborados os relatórios especiais de Avaliação do Comportamento das Estruturas Civis de 07 usinas que estavam completando 01 ano de operação ou renovando a concessão.

Desenvolvimento Sustentável

A CEMIG foi selecionada, em 2008, pelo nono ano consecutivo na seleta lista de empresas do DJSI World – Índice Dow Jones de Sustentabilidade. A CEMIG se mantém no Índice, desde sua criação em 1999, sendo a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte desse Índice. Nesses nove anos consecutivos de participação no Índice Dow Jones, a CEMIG foi considerada líder mundial do setor elétrico no período 2005/2006 e líder mundial do supersetor de "utilities", que engloba as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública na edição 2007/2008 do Índice. Conquistamos também a categoria Ouro no ranking de empresas consideradas líderes mundiais em sustentabilidade nos períodos 2007/2008 e 2008/2009.

Pela quarta vez consecutiva, a CEMIG foi selecionada como componente do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo. A CEMIG se mantém no Índice, desde sua criação em 2005. O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade no meio empresarial brasileiro.

Além disso, a CEMIG busca contribuir com o desenvolvimento sustentável através de investimentos em programas de conservação e eficientização de energia e em pesquisas de novas fontes alternativas, tais como a energia solar e fotovoltaica, a energia eólica, a pesquisa de células de hidrogênio e o uso de gás natural e carro elétrico.

A CEMIG recebeu em Novembro de 2008 a primeira subestação móvel do mundo totalmente isolada a óleo vegetal, com potência de 15MVA, suficiente para atender a uma população de aproximadamente 50 mil habitantes.

A utilização do óleo vegetal traz vantagens técnicas tais como a redução do risco de incêndio e o aumento da vida útil do equipamento. Além disso, os impactos que ele pode causar ao meio ambiente, por ser biodegradável, são inferiores aos do óleo mineral isolante, em caso de vazamentos. O objetivo desse equipamento é atender emergências e manutenções programadas nas subestações convencionais, agilizando a prestação de serviços e o atendimento a áreas afetadas pela subestação defeituosa.

Novos Empreendimentos

A CEMIG, participante do consórcio Usina Hidrelétrica Baguari – UHE Baguari, juntamente com Baguari I e Furnas, tem dado prosseguimento à construção da UHE Baguari no município de Governador Valadares. Continuam, as ações ambientais necessárias à implantação do empreendimento, em atendimento às exigências do Plano de Controle Ambiental e cronograma ambiental, dentre elas, os monitoramentos de fauna, ictiofauna, água e socioeconomia, os programas de comunicação social, educação ambiental, negociação, assistência social, resgate de germoplasma, produção de mudas de árvores nativas, registro do patrimônio natural, prospecção e resgate arqueológico, resgate de fauna entre outros. A obtenção da Licença de Operação está prevista para 2009.

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o pronto atendimento aos órgãos competentes pela questão ambiental. Os estudos e monitoramentos são desenvolvidos através da contratação de especialistas, o que inclui empresas de consultoria, centros de pesquisa e universidades.

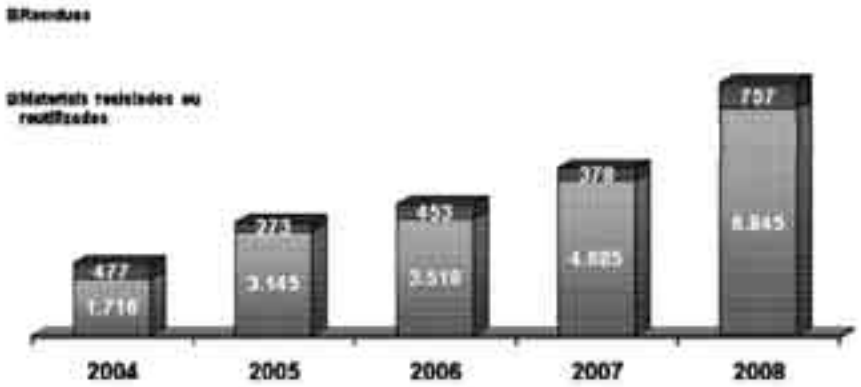
Em 2008, a CEMIG obteve as licenças de operação corretiva das PCHs Joasal, Paciência e Gafanhoto, Sistema de Transmissão Leste e a licença de operação da PCH Cachoeirão.

Gestão de Resíduos

Em 2008, foram encaminhadas para reciclagem 299 mil lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública provenientes de toda a área de concessão da empresa. Além disso, foram reciclados 158 mil lâmpadas incandescentes e 5,4 toneladas de lâmpadas quebradas. Materiais retirados de operação como transformadores, isoladores, sucatas, cabos e fios são enviados para ao Centro de Distribuição de Materiais, área certificada com Sistema de Gestão Ambiental CEMIG, onde ocorre a separação do material para a reutilização ou alienação.

Foram alienados ou reciclados 6.845 toneladas de materiais e equipamentos, 46% a mais do que em 2007. Dentre os materiais estão isoladores de porcelana, sucatas metálicas de medidores, reatores, cabos, fios e baterias. Além disso, foram regenerados e reutilizados pela própria CEMIG 130 mil litros de óleo mineral isolante retirados dos equipamentos elétricos. Foram ainda co-processadas 507 toneladas de resíduos impregnados com óleo (luva, estopas e serragem) e 19 toneladas de óleo mineral isolante impróprios para utilização em equipamentos elétricos.

O gráfico abaixo apresenta o total de materiais reciclados ou reutilizados e de resíduos encaminhados para co-processamento –2004/2008 – (toneladas).



A campanha de coleta seletiva nas maiores instalações da CEMIG, localizadas na região metropolitana de Belo Horizonte, proporcionou, em 2008, o recolhimento de 109 toneladas de material reciclável, sendo 63 de papel, 31 de papelão e 15 de plástico, que foram repassados para a Organização Não-Governamental – ONG, Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte – Asmare.

Programas para a Ictiofauna (peixes)

A CEMIG lançou em junho de 2007 o Programa Peixe Vivo com o compromisso de aumentar esforços na busca e implantação de soluções para evitar/mitigar impactos sobre a ictiofauna e ampliar os programas de conservação de peixes. Esse programa conta com uma equipe composta de profissionais das áreas biológica, engenharia e comunicação social. A junção dessas áreas nos permite desenvolver medidas mais eficientes para prevenção e mitigação de impactos causados ao meio ambiente por construções e operação de usinas hidrelétricas.

Foram contratados dois projetos de pesquisa e outros dois estão em fase de contratação, totalizando um valor de R$ 8 milhões com 4 anos de contrato. Esses projetos são frutos das consultas realizadas a vários segmentos da sociedade, como pesquisadores nacionais e internacionais que realizam pesquisas relacionadas a Ictiofauna, representantes de ONGs, de órgãos ambientais como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG, do segmento pesqueiro artesanal e comunidade de Três Marias, com o objetivo de identificar as diretrizes e ações mais importantes para a melhoria e proteção da ictiofauna no estado de Minas Gerais e definir estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da CEMIG.

O Peixe Vivo, desde setembro de 2007, realiza o monitoramento sistemático da ictiofauna a jusante das usinas em procedimentos programados que apresentam risco para a ictiofauna. As informações geradas nestes monitoramentos irão subsidiar as programações das operações nas usinas para que sejam realizadas com maior segurança ambiental, ou seja, menos impacto. Esta atividade se manteve ao longo de 2008 e os resultados do monitoramento que é realizado a jusante da UHE Três Marias foram aceitos para apresentação no XVIII Encontro Brasileiro de Ictiologia em janeiro de 2009 em Cuiabá – MT.

Flora, Fauna e Monitoramento da Qualidade de Água

As Estações Ambientais da Empresa possuem mais de 4.000 hectares de áreas protegidas, utilizadas para a realização de estudos sobre a fauna e a flora, atividades de educação ambiental e visitas programadas. Nessas áreas foram colhidos 1.000 Kg de sementes de um total de 120 espécies florestais nativas, que foram destinados aos Viveiros Florestais da CEMIG e ao intercâmbio com outras instituições.

Além disso, foram produzidas 390 mil mudas de espécies nativas distribuídas para ONG's e órgãos públicos e plantados 48 ha de matas ciliares em parceria com produtores rurais.

Em relação à fauna, a Estação Ambiental de Peti desenvolve em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA o projeto ASAS – Área de Soltura de Animais Silvestres, recebendo, recuperando e reintroduzindo animais provenientes de apreensões realizadas pela Polícia de Meio Ambiente e IBAMA. Em 2008 foram recebidos 581 animais de 61 espécies diferentes. Além dos animais recebidos, a estação ambiental ainda reproduziu, através do projeto Profauna, animais das espécies irerê, pato-selvagem, cutia, anaranl, mutum-do-sudeste. Ao todo foram devolvidos 377 animais a natureza, sendo estes soltos nas demais estações ambientais da Empresa.

A CEMIG monitora regularmente a qualidade da água de seus principais reservatórios, através de uma rede que contempla oito bacias hidrográficas (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Itabapoana e Jequitinhonha), 34 sub-bacias diferentes perfazendo um total de 46 reservatórios e 247 estações de coleta de água.

Arborização Urbana

A CEMIG tem buscado adotar alternativas tecnológicas de redes de distribuição (redes protegidas e isoladas) para aprimorar a convivência entre as árvores urbanas e as redes de distribuição aérea. Nesse sentido, a Empresa adotou, desde março de 1999, a Rede de Distribuição Protegida – RDP como seu novo padrão mínimo de atendimento urbano em substituição definitiva às redes convencionais nuas tornando-se a primeira Concessionária do Brasil a adotar a RDP com padrão mínimo de atendimento urbano.

Atualmente a CEMIG possui 5.750 km de redes protegidas e isoladas no sistema primário, representando 17,8% do total de redes urbanas primárias. Em relação as redes urbanas secundárias, 23.955 km são de redes isoladas, representando 43,8% do total de redes urbanas secundárias.

Além disso, a CEMIG realiza podas direcionais e ministra cursos de poda de árvores para diversas prefeituras do Estado de Minas Gerais. Por meio de apresentações teóricas e de demonstrações práticas, os participantes recebem informações sobre implantação e manutenção de árvores urbanas e sobre espécies de árvores adequadas para a área urbana, entre outros assuntos.

Em 2008, a CEMIG promoveu, o II Seminário de Manejo de Arborização Urbana junto a Sistemas Elétricos, em parceria com a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana - SBAU e com a International Society of Arboriculture - ISA. O evento, que contou com a participação de especialistas nacionais e internacionais, representantes de prefeituras e concessionárias de energia elétrica de todo o país, teve como objetivos discutir e aprimorar as técnicas de manutenção de árvores junto a redes de distribuição de eletricidade, a partir do intercâmbio de informações entre os profissionais dessa área, além de estreitar o relacionamento entre prefeituras e concessionárias de energia elétrica.

Programa de Educação Ambiental

A edição de 2008 da Semana do Meio Ambiente teve como tema "O Ano Internacional do Planeta Terra e a Eficiência Energética".

Assim, alinhados com o calendário global, a CEMIG realizou seu evento, enfatizando o conceito da Terra como a fonte vital para as necessidades diárias dos seres vivos, para os alicerces da sociedade e das economias globais, alertando sempre para o cuidado com os recursos naturais.

A mensagem da CEMIG na Semana do Meio ambiente foi, também, a da "Eficiência Energética". Evitar o desperdício de energia elétrica sem abrir mão do conforto. Saber utilizar os benefícios que a energia oferece, na medida certa, observando os princípios da sustentabilidade.

Esse evento foi realizado, no período de 16 a 27 de junho de 2008 e contou com a participação de mais de 4.000 estudantes do ensino fundamental de 40 escolas da rede pública, estadual e municipal de Belo Horizonte.

O Programa de Educação Ambiental desenvolvido nas Estações Ambientais e Usinas recebeu este ano, 17.068 alunos de diferentes escolas da capital e interior. Durante estas visitas, são transmitidas informações sobre geração de energia e sua relação com o meio ambiente, bem como mensagens sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de conservação dos ecossistemas.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela CEMIG em 2008, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental

A Usina Hidrelétrica de Nova Ponte recebeu o Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental - PMGA, graças ao trabalho desenvolvido na área de meio ambiente e junto às comunidades envolvidas em sua operação.

O PMGA busca o reconhecimento de organizações que se destacam em relação à gestão sistêmica das questões ambientais, avaliando a empresa, a cadeia produtiva que a envolve e os agentes interessados, como empregados e as comunidades onde estão inseridas. A iniciativa tem o apoio do governo de Minas e do Ministério do Meio Ambiente e a chancela da União Brasileira de Qualidade - UBQ.

Prêmio Mineiro de Círculos de Controle de Qualidade

O CCQ é constituído por grupos voluntários de funcionários, pertencentes ou não à mesma área de trabalho, treinados nas ferramentas da qualidade que buscam a melhoria de desempenho, redução de custos, aumento da eficiência e qualidade de seus serviços e do seu trabalho.

A CEMIG, pelo segundo ano consecutivo, através da equipe Matrix da Gerência de Usinas Centro Sul foi a campeã da XVII Convenção Mineira de Círculos de Controle de Qualidade – CCQ e representou o Estado de Minas Gerais no XXIV Congresso Nacional de Círculos de Controle de Qualidade, realizado no Rio de Janeiro. O trabalho vencedor foi: Ineficiência na Vedação das Comportas da Sucção da Usina de Camargos.

Prêmio Ser Humano

A CEMIG faz parte do grupo de empresas que apresentam as melhores práticas em gestão de pessoas do Estado. O reconhecimento trata-se do Prêmio Ser Humano, uma iniciativa da Associação Brasileira de Recursos Humanos – Seção Minas Gerais – ABRH-MG. A CEMIG foi contemplada devido a seu processo de seleção interna, uma alternativa inédita, no contexto das empresas de administração pública, para possibilitar o crescimento profissional dos empregados. A CEMIG concorreu na categoria Gestão de Pessoas, com o trabalho Seleção Interna – Viabilização da Ascensão Profissional em Empresa de Administração Pública.

Dow Jones

A CEMIG foi selecionada, pelo 9º ano consecutivo, para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index – DJSI World, em sua edição 2008/2009, juntamente com outras 320 empresas de 27 países. A CEMIG continua sendo a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte desse índice internacional, desde 2000, quando foi anunciada a primeira edição do índice.

Fazer parte do DJSI World reflete o compromisso da CEMIG com o desenvolvimento sustentável empresarial na condução de suas atividades, incluindo práticas de governança corporativa, respeito ao meio ambiente e ao bem-estar da sociedade com a efetiva criação de valor para os acionistas.

Nestes nove anos consecutivos de participação no Índice Dow Jones, a CEMIG conquistou alguns importantes destaques mundiais. Na edição passada, biênio 2007/2008, a CEMIG foi selecionada como a líder mundial do supersetor de *utilities*, que engloba as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública. Na edição 2005/2006, a CEMIG foi considerada a líder mundial do setor elétrico.

O DJSI World é composto por ações das maiores empresas, que, em seus diferentes setores econômicos, se caracterizam por sua reconhecida sustentabilidade corporativa, capazes de criar valor para os acionistas no longo prazo, por conseguir aproveitar as oportunidades e gerenciar os riscos associados a fatores econômicos, ambientais e sociais. O critério para seleção dessas empresas é conduzido pelo Sustainable Asset Management – SAM, empresa de gestão de ativos, independente, voltada para investimentos sustentáveis, com sede na Suíça.

O levantamento para seleção das empresas abrangeu 2.500 empresas de 57 ramos industriais de 51 países, em todo o mundo, sendo todo o processo de pesquisa e seleção auditado pela PricewaterhouseCoopers. O índice é revisado anualmente com base em questionários enviados às empresas e, também, informações públicas disponíveis em relatórios anuais e websites que refletem a atuação da empresa nas dimensões econômica, ambiental e social.

Iasc

Pelo terceiro ano consecutivo, a CEMIG é uma das finalistas do Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Cliente – Iasc. O resultado do Prêmio Iasc 2008 foi anunciado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Este ano, foram realizadas entrevistas com 19.520 consumidores de 64 distribuidoras de energia elétrica no período de 21 de agosto a 4 de outubro.

Na opinião dos consumidores entrevistados, a CEMIG ficou, mais uma vez, entre as três melhores concessionárias da região Sudeste, com mais de 400 mil consumidores, categoria que a Companhia já havia vencido em 2006. O índice de satisfação dos seus consumidores foi de 69,68 pontos no total de 100, que é a avaliação máxima que uma concessionária poderia obter. Esse índice obtido pela Cemig ficou acima da média das empresas com mais de 400 mil consumidores do Sudeste, que foi de 65,83 pontos , e das 64 concessionárias de todo o País, 62,62 pontos.

ISE

A CEMIG foi selecionada, pela quarta vez consecutiva como componente do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo. A CEMIG se mantém no Índice desde sua criação, em 2005.

A nova carteira do ISE vigora de 1º de dezembro de 2008 a 30 de novembro de 2009, e reúne 38 ações emitidas por 30 empresas, que totalizam R$ 372 bilhões em valor de mercado, correspondendo a 30,7 % da capitalização total da Bovespa.

O ISE, após quatro anos de existência, é uma referência para os investidores interessados em adquirir ações de empresas listadas na Bovespa e voltadas para a sustentabilidade empresarial.

Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa – "Troféu Transparência"

A CEMIG conquistou, pela quinta vez consecutiva, o Troféu Transparência (Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa), conferido à Empresa pela qualidade e clareza de suas demonstrações contábeis relativas ao ano de 2007. A premiação representa para a CEMIG o reconhecimento externo do esforço desenvolvido pela administração no sentido de ser transparente em seus negócios, provendo a sociedade e, especialmente, seus investidores de informações de qualidade sobre suas operações. A escolha deveu-se à apuração técnica e independente da Fundação Instituto de Pesquisas Atuariais e Financeiras – Fipecafi, ligada à Universidade de São Paulo – USP, que após análise dos balanços de 584 empresas abertas registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, são eleitas as 10 consideradas como as mais transparentes do ano.

The Global Dow

A CEMIG é uma das três empresas brasileiras que integram o seleto grupo do índice The Global Dow, lançado em novembro nos Estados Unidos, com o objetivo de servir de referência para os mercados mundiais, de forma similar à do Índice Dow Jones da Bolsa de Nova York. O índice The Global Dow inclui 150 empresas de 25 países, consideradas como líderes mundiais. Do Brasil, o índice listou a CEMIG, a Petrobras e a Vale.

As ações do The Global Dow têm peso igual, o que significa que uma grande organização tem a mesma representação de um grupo menor em termos de faturamento e produção, entre outros itens. O critério para ser incluída nesse novo índice leva em conta fatores como sua reputação e importância para a economia global. Mas, em todos os casos, o índice representa ações de empresas que estão impulsionando a economia global hoje, bem como aquelas que devem ter esse papel no futuro.

Empresa Cidadã

A CEMIG conquistou, em fevereiro de 2008, o Prêmio Belmiro Siqueira de Administração, Versão 2007, na categoria Empresa Cidadã, por indicação do Conselho Regional de Administração –CRA/MG. O Prêmio Belmiro Siqueira, concedido pelo Conselho Federal de Administração - CFA foi criado em 1988 e tem por objetivo reconhecer e homenagear profissionais e empresas privadas que contribuem para o crescimento da Administração, seja como ciência ou profissão. Para concorrer como Empresa Cidadã é necessário, de acordo com o edital do concurso, que as organizações privadas desenvolvam ações empresariais bem sucedidas de Responsabilidade Social e Cidadania. Possuindo parte de capital privado e atendendo as prerrogativas sociais necessárias, a CEMIG alcançou a premiação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da CEMIG é grata ao Governador do Estado, Dr. Aécio Neves, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO (não auditado)

1) Base de Cálculo	2008			2007		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	10.890.219			10.243.914		
Resultado Operacional (RO)	2.290.987			2.028.709		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.042.601			995.450		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	71.662	6,87	0,66	68.116	6,84	0,67
Encargos sociais compulsórios	255.473	24,50	2,35	256.984	25,20	2,45
Previdência privada	264.219	25,34	2,43	123.007	12,36	1,20
Saúde	33.013	3,17	0,30	36.865	3,69	0,30
Segurança e medicina no trabalho	11.475	1,10	0,11	9.857	0,87	0,09
Educação	1.446	0,14	0,01	1.158	0,12	0,01
Cultura	-	-	-	112	0,01	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	17.902	1,86	0,16	15.265	1,53	0,15
Creches ou auxílio-creche	1.710	0,16	0,02	1.851	0,17	0,02
Participação nos lucros ou resultados	370.000	35,52	3,40	454.880	45,70	4,44
Outros	14.980	1,44	0,14	12.032	1,21	0,12
Total - Indicadores Sociais Internos	1.041.023	99,85	9,57	989.450	97,29	9,40
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	2.969	0,07	0,02	2.427	0,09	0,02
Cultura	30.974	0,94	0,28	27.277	0,82	0,27
Outros Dias/Seis/Subvenções/Projeto ADIN	12.118	0,37	0,11	15.295	0,53	0,15
Total das Contribuições para a Sociedade	45.461	1,38	0,42	44.998	1,53	0,44
Tributos (excluídos encargos sociais)	6.709.962	203,86	61,61	6.254.822	213,80	61,09
Total - Indicadores Sociais Externos	6.755.253	205,27	62,03	6.299.821	214,99	61,49
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Investimentos relacionados com produção/operação da empresa	73.568	2,14	0,65	44.131	1,50	0,43
Investimentos com programas e/ou projetos externos*	-	-	-	-	-	-
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			10.422			10.616
Nº de admissões durante o período			5			252
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			145			140
Nº de estagiários (as)			498			140
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			4.398			4.164
Nº de mulheres que trabalham na empresa			1.427			1.469
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			0,18			0,01
Nº de negros (as) que trabalham na empresa			3.243			3.303
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			9,13			5,39
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			52			53

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2008			Metas 2009		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa			18,85			ND
Número total de acidentes de trabalho			143			ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e saúde/saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(x) segue as normas da OIT	( ) incentivará e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apoia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas adicionadas:	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	Em 2008:	11.703.010		Em 2007:	11.400.040	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	58,99% governo 9,29% acionistas	13,52% colaboradores (as) 10,86% terceiros	8,98% retido	57,71% governo 8,53% acionistas	12,08% colaboradores (as) 14,08% terceiros	7,62% retido

7) Outras informações

I. Do total dos investimentos em meio ambiente, no ano de 2008, cerca de R$ 21,8 milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas usinas hidrelétricas e Linhas de Transmissão.
II. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Estes procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos. Merece destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da Companhia, totalizando no ano de 2008, 299 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados e reutilizados, também em 2008, aproximadamente 100 mil litros de óleo mineral assores retirados dos transformadores colocados fora de operação.
III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possuem metas de redução.
IV. Foram alienados ou reciclados 8.840 toneladas de material e equipamentos, 32% a mais do que em 2007. Dentre os materiais estão isoladores de porcelana, sucatas metálicas de medidores, reatores, cabos, fios e baterias.
* Foram contabilizados na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa".

A CEMIG EM NÚMEROS

(dados consolidados, exceto se indicado de outra forma)

Descrições	2004	2005	2006	2007	2008
Atendimento					
Número de consumidores (em milhares) (1)	5.875	6.010	10.042	10.321	10.531
Número de empregados	10.668	10.271	10.858	10.818	10.422
Número de consumidores por empregado	551	585	675	954	1.010
Número de localidades atendidas	5.415	5.415	5.415	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774	805	805	805
Mercado					
Área de concessão (Km2)	567.478	567.478	578.446	578.446	578.446
Geração Própria (GWh) (2)	26.922	30.411	32.187	33.130	31.183
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R$/MWh)					
Residencial	418,26	474,23	467,52	505,73	475,54
Comercial	356,03	410,81	435,97	449,81	429,47
Industrial	154,36	124,41	126,04	136,93	149,99
Rural	214,42	249,13	265,27	270,65	249,45
Operacionais					
Número de Usinas em Operação	52	54	61	62	63
Número de Subestações	434	440	469	472	474
Linhas de Transmissão (Km)	4.856	4.892	5.364	5.313	5.725
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.066	16.040	10.788	16.676	16.810
Linhas de Distribuição (Km)					
Urbana	83.527	84.585	93.850	91.412	92.929
Rural	283.910	294.815	308.689	337.987	349.819
Capacidade Instalada (MW)	5.949	6.113	6.692	6.678	6.691
Financeiros					
Receita operacional – R$ milhões	9.748	11.703	13.431	15.790	16.488
Receita operacional líquida – R$ milhões	6.434	7.313	8.467	10.246	10.890
Margem operacional - %	29,48	35,68	30,11	32,05	31,08
LAJIDA ou EBITDA – R$ milhões	2.480	3.058	3.222	4.062	4.099
Lucro líquido (Prejuízo) – R$ milhões	1.365	2.003	1.719	1.743	1.887
Lucro líquido (Prejuízo) por ação	2,85	4,12	3,53	3,51	3,80
Patrimônio líquido – R$ milhões	7.251	7.185	7.522	8.406	9.352
Valor patrimonial por ação (Controladora) (3)	14,91	14,77	15,46	17,28	18,84
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	21,11	27,83	23,92	23,20	22,44
Endividamento do patrimônio líquido - %	131,15	175,55	206,03	187,31	180,29
Liquidez Corrente	0,86	0,91	1,11	1,31	1,32
Liquidez Geral	0,79	0,78	0,73	0,77	0,78

(1) Inclui os consumidores da Light
(2) Já estão descontadas as perdas atribuídas à geração (652 GWh) e o consumo interno das usinas
(3) Calculados considerando a quantidade de ações existentes em 31 de dezembro de 2007

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Sérgio Alair Barroso	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Djalma Bastos de Morais	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Eduardo Lery Vieira	Kleber Antônio de Campos
Alexandre Heringer Lisboa	Franklin Moreira Gonçalves
Antônio Adriano Silva	Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Francelino Pereira dos Santos	Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Maria Estela Kubitschek Lopes	Fernando Henrique Schuffner Neto
João Camilo Penna	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Wilton de Medeiros Daher	Guy Maria Villela Paschoal
Britaldo Pedrosa Soares	Jeffery Atwood Safford
Evandro Veiga Negrão de Lima	Maria Amália Delfim de Melo Coutrim
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur	Clarice Silva Assis
André Araújo Filho	Andréa Leandro Silva
Thomas Anthony Tribone	José Castelo Branco da Cruz

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Luiz Otávio Nunes West	Leonardo Guimarães Pinto
	Benedito José Ferreira

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome	Cargo
Djalma Bastos de Morais	Diretor Presidente
Arlindo Porto Neto	Diretor Vice-Presidente
José Carlos de Mattos	Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios e Diretor de Gás
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações
Luiz Henrique de Castro Carvalho	Diretor de Geração e Transmissão
Fernando Henrique Schüffner Neto	Diretor de Distribuição e Comercialização
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Diretor de Gestão Empresarial
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Comercial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores
Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico
Site: www.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007 Reapresentado	2008	2007 Reapresentado
CIRCULANTE				
Disponibilidades *(nota 5)*	2.283.937	2.066.219	256.906	21.953
Consumidores e Revendedores *(nota 6)*	2.042.157	2.025.124	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" *(nota 8)*	329.350	450.817	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	463.165	474.450	-	-
Tributos Compensáveis *(nota 11)*	843.849	810.293	11.573	32.996
Despesas Antecipadas – CVA *(nota 10)*	778.545	519.699	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre *(nota 9)*	15.076	31.426	-	-
Créditos Tributários *(nota 12)*	188.792	489.757	18.381	92.975
Dividendos a Receber	-	-	1.436.822	1.383.893
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS *(nota 15)*	46.240	57.593	-	-
Reajuste Tarifário Diferido *(nota 13)*	139.423	463.491	-	-
Estoques	35.830	42.415	17	-
Outros Créditos	517.158	290.726	21.582	9.831
TOTAL DO CIRCULANTE	7.677.522	7.722.010	1.745.281	1.541.648
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado *(nota 14)*	1.800.873	1.763.277	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios *(nota 14)*	-	-	810.593	772.891
Recomposição Tarifária e Parcela "A" *(nota 8)*	218.688	721.529	-	-
Despesas Antecipadas – CVA *(nota 10)*	296.762	177.842	-	-
Créditos Tributários *(nota 12)*	748.014	694.888	145.976	174.557
Revendedores – Transações com Energia Livre *(nota 9)*	4.107	13.646	-	-
Tributos Compensáveis *(nota 11)*	272.052	365.101	174.109	259.626
Depósitos Vinculados a Litígios	382.176	271.915	87.831	92.843
Consumidores e Revendedores *(nota 6)*	90.529	125.986	-	-
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS *(nota 15)*	-	60.880	-	-
Reajuste Tarifário Diferido *(nota 13)*	-	81.742	-	-
Outros Créditos	142.795	101.909	64.866	7.834
	3.955.996	4.378.715	1.283.375	1.307.751
Investimentos *(nota 16)*	1.149.986	1.070.854	7.861.251	7.083.313
Imobilizado *(nota 17)*	10.953.527	10.454.093	2.034	1.986
Intangível *(nota 17)*	604.437	531.724	2.543	3.583
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.663.946	16.435.386	9.149.203	8.396.633
ATIVO TOTAL	24.341.468	24.157.396	10.894.484	9.938.281

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007 Reapresentado	2008	2007 Reapresentado
CIRCULANTE				
Fornecedores *(nota 18)*	891.821	935.905	7.134	11.781
Encargos Regulatórios *(nota 21)*	488.835	395.894	-	-
Participações nos Lucros *(nota 32)*	116.955	102.329	4.502	6.642
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 19)*	627.333	1.078.159	31.990	39.192
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar *(nota 24)*	960.129	881.457	960.129	881.457
Empréstimos e Financiamentos *(nota 20)*	881.880	969.603	6.740	5.735
Debêntures *(nota 20)*	398.268	50.638	-	-
Salários e Contribuições Sociais	293.894	236.285	18.117	9.168
Passivo Regulatório – CVA *(nota 10)*	488.284	549.133	-	-
Passivo Regulatório – Revisão da Receita de Transmissão	-	15.717	-	-
Obrigações Pós-Emprego *(nota 22)*	83.097	107.061	3.907	4.362
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros *(nota 33)*	98.628	184.389	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	10.003	76.949
Outras Obrigações	478.947	369.868	20.623	30.772
TOTAL DO CIRCULANTE	5.808.071	5.876.438	1.061.145	1.066.058
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores *(nota 18)*	77	340.792	-	-
Passivo Regulatório – CVA *(nota 10)*	156.883	196.140	-	-
Empréstimos e Financiamentos *(nota 20)*	4.824.307	4.963.436	73.587	73.587
Debêntures *(nota 20)*	1.240.283	1.541.225	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 19)*	371.386	331.932	-	85.179
Provisões para Contingências *(nota 23)*	661.935	634.786	355.153	254.197
Obrigações Pós-Emprego *(nota 22)*	1.396.704	1.363.833	52.935	51.176
Outras Obrigações	187.373	182.209	30	28
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	8.838.947	9.554.353	481.705	464.167
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	342.816	318.549	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social *(nota 24)*	2.481.508	2.432.307	2.481.508	2.432.307
Reservas de Capital *(nota 24)*	3.983.021	4.032.222	3.983.021	4.032.222
Reservas de Lucros *(nota 24)*	2.859.920	1.898.526	2.859.920	1.898.526
Ajuste Acumulado de Conversão *(nota 24)*	61	-	61	0
Lucros Acumulados	-	17.877	-	17.877
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.124	27.124	27.124	27.124
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.351.634	8.408.056	9.351.634	8.408.056
PASSIVO TOTAL	24.341.468	24.157.396	10.894.484	9.938.281

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007 Reapresentado	2008	2007 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica *(nota 25)*	13.686.833	13.285.332	-	-
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres *(nota 26)*	2.150.404	1.945.930	-	-
Outras Receitas Operacionais *(nota 27)*	651.604	558.269	490	40.738
	16.487.841	15.789.531	490	40.738
Deduções à Receita Operacional *(nota 28)*	(5.597.522)	(5.543.617)	(2)	(4.195)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.890.319	10.245.914	488	36.543
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS *(nota 29)*				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.959.745)	(2.793.722)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(724.408)	(649.737)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(228.764)	(154.241)	-	-
	(3.912.917)	(3.597.700)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO *(nota 29)*				
Pessoal e Administradores	(949.382)	(866.377)	-	-
Entidade de Previdência Privada	(209.385)	(110.354)	-	-
Materiais	(99.731)	(89.930)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(69.573)	(58.409)	-	-
Serviços de Terceiros	(641.646)	(500.828)	-	-
Depreciação e Amortização	(701.730)	(748.186)	-	-
Provisões Operacionais	(26.060)	(49.914)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(130.565)	(134.102)	-	-
Outras	(182.159)	(168.285)	-	-
	(2.910.231)	(2.726.385)	-	-
CUSTO TOTAL	(6.823.148)	(6.324.085)	-	-
LUCRO BRUTO	4.067.171	3.921.819	488	36.543
DESPESA OPERACIONAL *(nota 29)*				
Despesas com Vendas	(108.389)	(235.837)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (recuperação de despesas)	(441.625)	(319.686)	(107.442)	(74.071)
Outras Despesas Operacionais	(132.541)	(81.872)	(11.004)	(11.043)
	(682.555)	(637.595)	(118.446)	(85.114)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas Financeiras	3.384.616	3.284.224	(117.958)	(48.571)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	2.070.034	1.918.842
Resultado Financeiro Líquido *(nota 30)*	(93.629)	(345.515)	58.256	1.343
Lucro antes dos Impostos e Participações	3.290.987	2.938.709	2.010.332	1.871.614
Imposto de Renda e Contribuição Social *(nota 12)*	(1.035.153)	(1.025.651)	(128.150)	(126.672)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos *(nota 12)*	120.821	400.268	9.507	10.107
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado *(nota 31)*	(370.350)	(464.885)	(10.654)	(12.288)
Participações dos Acionistas não Controladores	(119.270)	(115.460)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.887.035	1.742.781	1.887.035	1.742.781
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R$			3,80	3,51

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Reservas Ajustes Conversão	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 (Reapresentado)	1.621.536	4.032.222	1.841.571	10.565	-	27.124	7.533.020
Aumento de Capital	810.769	-	(810.769)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.742.761	-	-	1.742.761
Destinação do Lucro proposta à AGO:							
Reserva Legal	-	-	86.772	(86.772)	-	-	-
Dividendos (R$1,78 por ação)	-	-	-	(867.725)	-	-	(867.725)
Retenção de Lucros	-	-	780.952	(780.952)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Reapresentado)	2.432.307	4.032.222	1.898.526	17.877	-	27.124	8.408.056
Aumento de Capital	49.201	(49.201)	-	-	-	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	-	-	61	-	61
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.887.035		-	1.887.035
Destinação do Lucro proposta à AGO:							
Reserva Legal	-	-	94.352	(94.352)	-	-	-
Dividendos (R$1,93 por ação)	-	-	-	(943.518)	-	-	(943.518)
Retenção de Lucros	-	-	867.042	(867.042)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	**2.481.508**	**3.983.021**	**2.859.920**	**-**	**61**	**27.124**	**9.351.634**

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

822

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007 Reapresentado	2008	2007 Reapresentado
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	1.887.036	1.742.761	1.887.036	1.742.761
Despesas (Receitas) que não afetam as Disponibilidades:				
Depreciação e Amortização	715.045	778.144	350	701
Baixas Líquidas de Imobilizado	32.479	30.084	1.000	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(2.078.034)	(1.918.642)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(5.168)	(406.719)	(114.971)	(62.013)
Imposto Federais Diferidos	(120.821)	(400.256)	(9.507)	(10.107)
Provisões (reversão) para Perdas Operacionais	228.638	296.624	100.956	12.070
Provisão (reversão) na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	25.021	174.832	4.356	26.594
Provisão para Perdas em Instrumentos financeiros	(31.250)	186.957	-	-
Obrigações Pós-Emprego	264.219	123.007	11.166	5.144
Participação de minoritários	119.270	115.480	-	-
Outros	(106.268)	(1.922)	-	20.130
	3.008.200	2.639.180	(195.630)	(183.562)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(124.334)	(91.107)	-	-
Recomposição Tarifária extraordinária - curto prazo	328.217	301.779	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	128.767	122.607	-	-
Revendedores - Transações no CCEE	13.720	120.894	-	-
Créditos tributários diferidos	404.858	(25.902)	112.882	38.972
Tributos Compensáveis	59.633	(296.146)	108.940	8.846
Transporte de energia	11.280	(104.466)	-	-
Outros Ativos Circulantes	(147.614)	155.172	(11.766)	(2.883)
Reajuste tarifário diferido	411.810	509.396	-	-
Despesas Antecipadas CVA	(306.091)	77.342	-	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(22.246)	(10.252)	15.044	(3.202)
Dividendos recebidos de controladas	-	-	1.435.136	1.444.658
Depósito Judiciais	(88.741)	(17.068)	3.013	(3.000)
	639.259	741.539	1.664.049	1.474.490
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(67.864)	(34.268)	(4.647)	5.435
Tributos e Contribuição Social	(411.373)	18.952	(92.381)	20.000
Salários e Contribuições Sociais	57.809	51.265	6.949	1.496
Encargos Regulatórios	95.647	(29.655)	-	-
Empréstimos e Financiamentos	80.048	(54.243)	1.006	(1.057)
Obrigações Pós-Emprego	(217.010)	(245.219)	(9.680)	(13.288)
Despesas Antecipadas CVA	(99.111)	174.455	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(54.511)	(189.098)	-	-
Outros	(63.194)	135.262	(79.226)	84.412
	(679.749)	(172.549)	(178.189)	96.053
DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS OPERAÇÕES	2.967.811	3.208.170	1.290.227	1.386.981

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	361.403	1.055.910	-	-
Recebimento de quotas do FIDC	-	-	888	7.267
Empréstimos de Curto Prazo	-	800.000	-	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(693.293)	(1.855.096)	-	(30.246)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(864.846)	(1.360.096)	(864.846)	(1.360.096)
	(1.396.646)	(1.359.281)	(863.947)	(1.383.075)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	1.511.025	1.588.842	419.280	5.678
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(90.039)	(108.930)	(180.969)	(7.055)
No Imobilizado	(1.399.647)	(1.392.868)	(356)	(702)
Obrigações Especiais - Contribuições do Consumidor	136.579	267.897	-	-
Alienação de Participação Societária	-	49.234	-	-
	(1.353.307)	(1.184.670)	(181.327)	(7.757)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	**217.718**	**664.172**	**234.953**	**(1.881)**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA DISPONIBILIDADE				
No início do período	2.066.219	1.402.047	21.953	23.834
No fim do Período	2.283.937	2.066.219	256.906	21.953
	217.718	**664.172**	**234.953**	**(1.881)**
PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	729.534	814.184	9.479	11.240
Imposto de Renda e Contribuição Social	866.908	1.091.271	-	50.126
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM A SAÍDA DE DISPONIBILIDADE				
Encargos financeiros transferidos para o imobilizado	4.121	9.622	-	-
Dividendos compensados com os créditos da CRC	128.757	122.007	128.757	122.007

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2008		2007 Reapresentado		2008		2007 Reapresentado	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	16.487.641		16.792.931		490		40.738	
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(112.881)		(143.190)		11.959		6.994	
	16.374.960		16.649.341		12.449		47.732	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.959.745)		(2.793.722)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(724.408)		(649.737)		-		-	
Serviços de Terceiros	(675.823)		(819.960)		(18.081)		(10.730)	
Gás Comprado para Revenda	(228.764)		(154.241)		-		-	
Materiais	(104.881)		(93.596)		(243)		(421)	
Matéria Prima	(89.573)		(58.908)		-		-	
Outros Custos Operacionais	(391.409)		(379.020)		(87.191)		(51.491)	
	(5.094.703)		(4.749.683)		(105.495)		(62.642)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	11.280.260		10.897.462		(93.046)		(14.910)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(715.045)		(778.144)		(350)		(701)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	10.565.215		10.119.306		(93.396)		(15.611)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-		-		2.076.034		1.918.542	
Receitas Financeiras	1.138.701		1.368.741		151.222		114.080	
	1.138.701		1.368.741		2.227.256		2.032.622	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**11.703.916**		**11.488.049**		**2.133.860**		**2.017.311**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%				%		%
Pessoal e Encargos	**1.582.124**	**13,52**	**1.393.772**	**12,04**	**27.553**	**1,29**	**34.696**	**1,72**
Remuneração direta	1.013.996	8,66	1.054.163	9,18	6.984	0,33	22.112	1,10
Benefícios	438.227	3,75	273.921	2,38	16.039	0,75	9.181	0,46
F.G.T.S	79.527	0,68	55.668	0,48	2.987	0,14	3.305	0,16
Outras	50.374	0,43	-	-	1.543	0,07	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	**6.691.697**	**50,00**	**6.629.330**	**57,71**	**160.512**	**7,52**	**159.092**	**8,38**
Federais	3.762.602	32,32	3.591.461	31,19	160.315	7,51	164.828	8,17
Estaduais	3.102.469	26,51	3.044.915	26,50	141	0,01	4.249	0,21
Municipais	6.922	0,05	3.072	0,03	56	-	15	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	**1.223.790**	**10,46**	**1.616.680**	**14,06**	**58.760**	**2,75**	**70.890**	**3,51**
Juros	1.183.133	10,11	1.582.596	13,78	58.182	2,72	70.256	3,48
Aluguéis	40.657	0,35	34.102	0,30	578	0,03	604	0,03
Remuneração de Capitais Próprios	**2.006.306**	**17,14**	**1.868.241**	**16,17**	**1.897.035**	**88,44**	**1.742.761**	**86,38**
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	943.519	8,06	867.725	7,55	943.519	44,22	867.725	43,01
Participação de Minoritários	119.270	1,02	115.480	1,00	-	-	-	-
Lucros Retidos	943.517	8,06	875.036	7,62	943.517	44,22	875.036	43,38
	11.703.916	**100,00**	**11.488.049**	**100,00**	**2.133.860**	**100,00**	**2.017.311**	**100,00**

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, "CEMIG", "Controladora" ou "Companhia", sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de dezembro de 2008 (informações relativas a mercado atendido e capacidade instalada não auditadas pelos auditores independentes):

- Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig Geração e Transmissão S.A. possui participação societária nas seguintes controladas em desenvolvimento:

  - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina, com capacidade instalada de 27 MW, encontra-se em fase de teste, tendo sua data prevista para início efetivo de suas atividades no primeiro trimestre de 2009;

  - Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas encontram-se em fase de construção, com previsão de início de operação em 2009, e totalizarão uma capacidade instalada de 44MW;

  - Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;

  - Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW e previsão de início de operação comercial em 2012;

  - Hidrelétrica Pipoca S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20 MW de potência instalada, localizada no rio Manhuaçu, Municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em abril de 2010;

- Baguari Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 69,39%) – Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), 140 MW de potência instalada, localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em outubro de 2009 (1ª unidade), dezembro de 2009 (2ª unidade) e fevereiro de 2010 (3ª unidade).

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S. A. ("EBTE") (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Previsão de entrada em operação em junho de 2010.

- Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D") (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;

- Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME") (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 52,13% do capital social da Light S.A. ("Light"), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A. com 3,9 milhões de consumidores em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A. com 855 MW de capacidade instalada na atividade de geração;

- Sá Carvalho S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;

- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;

- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG ("GASMIG") (controlada em conjunto – participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;

- Empresa de Infovias S.A. ("Infovias") (controlada – participação de 100,00%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);

- Efficientia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;

- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;

- Rosal Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;

- Cemig PCH S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;

- Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;

- UTE Barreiro S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;

- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;

- Cemig Trading S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;

- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;

- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí 230 kV;

- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP") (controlada em conjunto – participação de 19,25%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 kV no Estado do Pará. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 16;

- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE") (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 kV no Estado do Pará e no Estado do Maranhão. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 16;

- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE") (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 kV, no Estado do Pará. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 16;

- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE") (controlada em conjunto – participação de 17,17%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV, entre as subestações seccionadoras Tucurui, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 16;

- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("ECTE") (controlada em conjunto – participação de 7,50%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 kV, ambas no Estado de Santa Catarina. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 16;

- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("AXXIOM") (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Constituída em agosto de 2007 com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e gestão de sistemas para empresas do setor de energia elétrica.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2008.

- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto – participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;

- Transchile Charrua Transmisión S.A. – ("Transchile") (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrua – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE's Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da controladora e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis; normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis.

Adicionalmente, com objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado a Companhia está apresentando, na nota explicativa nº 39, a demonstração do resultado segregado por empresa. Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da

Em 17 de fevereiro de 2009 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e o conseqüente envio ao Conselho de Administração para aprovação.

2.2) Alteração na Lei das Sociedades por Ações

A Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de Demonstrações Contábeis, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos.

Essas mudanças de práticas contábeis estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Contábeis das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações aos Princípios Contábeis Internacionais de Contabilidade – IFRS.

A Companhia optou por elaborar o Balanço Patrimonial de transição em 01 de janeiro de 2007 (31 de dezembro de 2006) como o ponto inicial de atendimento aos requerimentos da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil, e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra a rubrica de Lucros Acumulados.

Para fins de divulgação das Demonstrações Contábeis comparativas a Companhia seguiu a Deliberação CVM 506 de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação, conseqüentemente reapresentando as Demonstrações Contábeis de 2007.

Em decorrência das alterações da Lei nº 6.404/76, alguns saldos de 2007 foram reclassificados para permitir a comparação com as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas de 2008. As reclassificações efetuadas não tem impacto no resultado nem no patrimônio líquido de 2007.

As reclassificações efetuadas estão a seguir discriminadas:

Conta Original	Controladora Valor (R$)	Consolidado Valor (R$)	Conta de Reclassificação	Controladora Valor (R$)	Consolidado Valor (R$)
Ativo Não Circulante			**Ativo Não Circulante** Realizável a Longo Prazo		
Dividendo	-	(63.482)	Outros Créditos	-	63.482
	-	**(63.482)**		**-**	**63.482**
			Custo de Operação		
Resultado Não Operacional	11.043	10.356	Outros custos de operação	(11.043)	(10.356)
	11.043	**10.356**		**(11.043)**	**(10.356)**

De formar a criar as novas normas para atendimento aos dispositivos da lei societária que foram alterados pela Lei 11.638, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu diversos pronunciamentos no exercício de 2008, aprovados também pela CVM, alterando determinadas práticas contábeis até então adotadas pela Companhia. As principais alterações e efeitos em nossas Demonstrações Contábeis estão descritos a seguir:

Ajuste a valor presente

O objetivo do Pronunciamento CPC 12, aprovado pela Deliberação CVM 564/08, é estabelecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo na elaboração de Demonstrações Contábeis.

A Companhia fez a análise dos seus ativos e passivos que deveriam ser ajustados ao valor presente e identificou determinados financiamentos e debêntures, contas a receber, além de outorgas a pagar referentes empreendimentos de geração de energia elétrica. Todos os itens ajustados eram pertencentes à Cemig GT e à Light.

A Companhia tem alguns empréstimos e financiamentos com a Eletrobrás com taxas de juros menores do que aquelas que seriam utilizadas por uma instituição financeira privada. A Companhia considera que esses empréstimos, que são operações usuais no setor elétrico, não devem ser ajustados ao valor presente, em conformidade ao item 11 do Pronunciamento CPC 12.

A taxa utilizada para desconto a valor presente pela CEMIG dos seus passivos foi à taxa média de captação de recursos em condições usuais na data da transição, conforme permitido por meio do item 29 do Pronunciamento CPC 13.

Reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros

O objetivo do Pronunciamento CPC 14, aprovado pela Deliberação CVM 566, é estabelecer princípios para o reconhecimento e a mensuração instrumentos financeiros e as respectivas divulgações.

A Companhia inicialmente classificou os seus instrumentos financeiros em conformidade aos critérios definidos no pronunciamento, conforme abaixo.

- ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- investimentos mantidos até o vencimento;
- empréstimos e recebíveis; e
- ativos financeiros disponíveis para venda.

Não foram identificados instrumentos financeiros que devam ser classificados como "mantidos até o vencimento" ou ativos financeiros disponíveis para venda.

Com base nessa análise, considera-se que as aplicações financeiras existentes em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 são instrumentos financeiros que devem ser classificados como "mantidos para negociação" e com mensuração ao valor justo por meio do resultado.

Também foram registrados os instrumentos derivativos de troca de taxas pelo valor justo, o que representa uma alteração em relação ao critério anterior, onde esses derivativos eram registrados por valor de curva, de acordo com as cláusulas de reajuste previstas nos contratos com as instituições financeiras.

As divulgações previstas no pronunciamento, na Deliberação CVM 550 e na Instrução CVM 475 referente aos instrumentos financeiros e derivativos, bem como as análises de sensibilidade requeridas estão apresentados na nota explicativa nº 34.

Pagamento baseado em ações

O objetivo do Pronunciamento CPC 10, aprovado pela Deliberação CVM 562, é estabelecer procedimentos para o reconhecimento e divulgação, nas demonstrações contábeis, das transações com pagamento baseado em ações realizadas pela entidade.

A Light, controlada da RME, outorgou opções de compra de ações a parte dos seus empregados, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência. Essas opções são valorizadas com base no valor justo e reconhecidas como despesas em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido à medida que o prazo do período de prestação de serviço seja cumprido.

Não houve ajuste inicial relativo à adoção da Lei nº 11.638/07 visto que o Plano foi outorgado em março de 2008.

Diferido

Em conformidade ao CPC 13, aprovado pela Deliberação CVM 565, que trata da adoção inicial da Lei. 11.638/07, parte dos valores registrados no Ativo Diferido da Light foram baixados no balanço de abertura, na data de transição, mediante o registro do valor contra Lucros Acumulados, líquido dos efeitos fiscais.

Ajuste acumulado de conversão

O objetivo do Pronunciamento CPC 02, aprovado pela Deliberação CVM 534, é tratar dos efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações Contábeis. Em conformidade a esse pronunciamento, a Companhia registrou diretamente no Patrimônio Líquido a diferença cambial apurada na conversão das Demonstrações Contábeis da Transchile, com base nas taxas de final de exercício para ativos e passivos.

Impacto da adoção da Lei 11.638/07 nas Demonstrações Contábeis da Companhia

Os efeitos no resultado e no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2008, líquidos de imposto de renda diferido decorrentes da adoção inicial da lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, líquido dos efeitos fiscais reconhecidos, são como segue:

	2008	2007
Lucro do exercício	1.887.035	1.742.761
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(8.181)	3.740
Ajustes a valor presente de contas a pagar e a receber, financiamentos e debêntures	(25.501)	(11.780)
Diferido	(708)	-
Lucro líquido ajustado sem os efeitos da Lei 11.638/07	1.852.645	1.734.721

	2008	2007	2006
Patrimônio líquido	9.351.634	8.408.056	7.533.020
Ajustes na rubrica de Lucros acumulados			
- Ajustes a valor presente de contas a pagar, financiamentos e debêntures	(55.645)	(30.144)	(18.364)
- Diferido	2.998	3.706	3.706
- Despesas com pagamentos baseados em ações	2.929	-	-
- Ajuste Acumulado de Conversão	81	-	-
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	6.241	14.422	10.682
Patrimônio Líquido ajustado sem os efeitos da Lei 11.638/07	9.308.215	8.396.040	7.529.044

As diferenças de R$5.863 mil em 2007 e R$6.591 em 2006 referentes a comparação dos ajustes da tabela acima com os valores registrados na rubrica de Lucros Acumulados dos respectivos exercícios refere-se a ajustes de exercícios anteriores da Light não relacionados a adoção da Lei 11.638/07.

2.3) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

Despesas de Administração – São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados.

Atividades de Controlada não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da controlada no Grupo de Investimentos, como descrito na Nota Explicativa nº 16. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e Demonstrações Contábeis específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Instrumentos financeiros – Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, debêntures, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos mantidos até o vencimento – Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método do taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. Nenhum dos instrumentos da Companhia e de suas Controladas foram classificados como mantidos até o vencimento.

Instrumentos disponíveis para venda – Esses instrumentos, posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido, líquidas dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no Patrimônio Líquido é transferido para resultado. Nenhum dos instrumentos da Companhia e de suas Controladas foram classificados como disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado – Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Esses instrumentos financeiros são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos – A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Outros instrumentos financeiros – São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais perdas no valor recuperável.

Moeda estrangeira – A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior referente a Controlada em conjunto Transchile são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente. As Demonstrações Contábeis de controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Disponibilidades – Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, e aplicações financeiras com disponibilidade imediata, avaliadas como instrumentos financeiros mantidos para negociação e registradas ao valor justo por meio do resultado.

Consumidores e Revendedores – As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas pelo valor faturado e não faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na Nota Explicativa nº 6.

Estoques – São avaliados ao custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado, não sendo depreciados. Os valores de estoques contabilizados não excedem o valor de mercado.

Custos não controláveis – CVA – As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "Parcela A") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Cemig Distribuição e Light e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo ou Passivo. Após a inclusão das diferenças no reajuste tarifário, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento ou ressarcimento dos valores através das contas de energia.

Investimentos – As participações em sociedades controladas e controladas em conjunto são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Arrendamento financeiro – Determinados tipos de contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. A Companhia não tem arrendamentos financeiros.

Arrendamento operacional – Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

Ativos intangíveis – Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e tem o seu valor recuperável testado anualmente. (ii) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. (iii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização.

Imobilizado – Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados, e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data.

Depreciação e Amortização – São calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão – São registradas pelo valor recebido de clientes, demonstradas como retificadoras do ativo imobilizado. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e são amortizadas a partir da 2ª Revisão Tarifária Periódica das distribuidoras, em 2008, por taxa correspondente à taxa média dos ativos em serviço.

Redução ao valor recuperável – Os ativos do imobilizado, do intangível, do diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Capitalização de Encargos de Empréstimos e Financiamentos – Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Passivo circulante e não circulante – Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do Balanço Patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Obrigações Pós-Emprego – Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são determinados anualmente e reconhecidos como obrigações e registrados com base em avaliação realizada por atuários independentes, utilizando o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações, em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00. Quando os benefícios de um plano são ampliados, a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

Juros sobre o Capital Próprio – Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados contabilmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Contábeis como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – São provisionados ou constituídos créditos sobre adições temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Participações dos Empregados – Previstas no Estatuto Social, são provisionadas em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registradas como redutoras do Lucro antes dos Impostos e Participações Estatutárias.

Resultado – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Lucro Líquido por Ação – É calculado com base no número de ações, excluídas as Ações em Tesouraria, na data dos balanços.

Uso de Estimativas – A preparação de Demonstrações Contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da CEMIG e Controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto às Obrigações Pós-Emprego, como divulgado na nota acima. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Custos não Controláveis – CVA, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Depreciação, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

Provisões – Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Demonstrações Contábeis das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das Demonstrações Contábeis das controladas em conjunto. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas controladas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

As Demonstrações Contábeis da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas dos princípios fundamentais de contabilidade chilenos para os brasileiros, com a conversão dos pesos chilenos para Reais com base na última cotação do ano, uma vez que a moeda funcional da CEMIG é Reais.

As datas das Demonstrações Contábeis das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

Em função da adoção da Lei 11.638, mencionada na nota explicativa nº 2, as controladas Cemig Geração e Transmissão, Cemig Distribuição e Light fizeram alguns ajustes de exercícios anteriores que foram registrados nas suas Demonstrações Contábeis individuais diretamente contra o Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, considerando-se a data de transição em 01 de janeiro de 2007 (31 de dezembro de 2006). Esses ajustes foram também registrados na controladora diretamente no Patrimônio Líquido na mesma data de transição.

4) – DAS CONCESSÕES

A CEMIG e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

	Localização	Informações não auditadas Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2025
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	01/1999	02/2035
Aimorés	Rio Doce	161,700	07/2000	12/2036
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Furnil	Rio Grande	88,200	10/1964	12/2035
Queimado	Rio Preto	86,625	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Capim Branco I	Rio Araguari	50,526	08/2001	08/2036
Capim Branco II	Rio Araguari	44,210	08/2001	08/2036
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	37,333	05/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	30,450	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gatanhoto	Rio Pará	14,000	08/1953	07/2015
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78,000	12/1994	12/2024
Rosal	Itabapoana – RJ	55,000	05/1997	06/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	23,000	04/2002	04/2032
Salto Paraopeba	Rio Paraopeba	2,370	10/2000	10/2030
Machado Mineiro	Rio Pardo	1,720	07/1996	07/2026
Salto do Passo Velho	Rio Capecozinho	1,800	10/2000	10/2030
Salto do Voltão	Rio Capecozinho	8,200	10/2000	10/2030
Outras	Diversas	101,124	Diversas	Diversas
Light – UHE Fontes Nova	Ribeirão dos Lajes	17,200	07/1996	06/2026
Light – UHE Nilo Peçanha	Ribeirão dos Lajes	49,514	07/1996	06/2026
Light – UHE Pereira Passos	Ribeirão dos Lajes	13,000	07/1996	06/2026
Light – UHE Ilha dos Pombos	Rio Paraíba do Sul	23,845	07/1996	06/2026
Light – UHE Santa Branca	Rio Paraíba do Sul	7,427	07/1996	06/2026
		6.493,290		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia – MG	**1,000**	03/2000	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba – MG	131,000	01/2005	08/2024
Formoso	Formoso – MG	0,440	04/1999	-
Ipatinga	Ipatinga – MG	40,000	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte	12,900	02/2002	04/2023
		184,340		
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas				
UHE Baguari	Rio Doce	47,600	08/2006	08/2041
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	13,230	07/2000	07/2030
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	9,800	09/2001	09/2031
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	315,040	06/2008	06/2043
PCH Dores dos Guanhães	Rio Guanhães	8,880	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhães	4,410	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhães	5,880	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhães	4,410	10/2002	10/2032
		407,230		
TOTAL GERAÇÃO		**7.085,860**		

TRANSMISSÃO				
Rede Básica	Minas Gerais	-	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais	-	10/2000	10/2030
Transleste – LT Irapé – Montes Claros	Minas Gerais	-	02/2004	02/2034
Transudeste – LT Itutinga – Juiz de Fora	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
Transirapé – LT Irapé – Araçuaí	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
ETEP – LT Tucuruí – Vila do Conde	Pará	-	06/2001	06/2031
ENTE – LTs Tucuruí – Marabá – Açailândia	Pará/Maranhão	-	12/2002	12/2032
ERTE – LT Vila do Conde – Santa Maria	Pará	-	12/2002	12/2032
EATE – LT Tucuruí – Presidente Dutra	Pará	-	06/2001	06/2031
ECTE – LT Campos Novos – Blumenau	Santa Catarina	-	11/2000	11/2030
Projetos em Andamento				
Transchile – LT Charrua – Nova Temuco	Chile	-	05/2005	05/2028
Centroeste de Minas – LT Furnas – Pimenta	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
EBTE	Mato Grosso	-	10/2008	10/2038

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
DISTRIBUIÇÃO			
Norte	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Sul	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Leste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Oeste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Light	Rio de Janeiro	07/1996	06/2026

As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações acionárias da CEMIG nas controladas e também em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 16.

Renovação das concessões

O Ministério das Minas e Energia constituiu um grupo de trabalho técnico para analisar os critérios que serão aplicados nas renovações das concessões de geração, transmissão e distribuição com vencimento a partir de 2015. As sugestões serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Política Energética e terão como objetivo, segundo declarações dos participantes desse grupo, a redução nas tarifas para os consumidores. A Companhia tem a expectativa de renovação das suas concessões, não tendo ainda como estimar o efeito em suas Demonstrações Contábeis decorrente dessa questão.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Cemig GT se comprometeu a efetuar pagamentos ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 31/12/08	Valor Presente em 31/12/08	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	244.826	26.767	08/2001 a 07/2032	IGP-M
Irapé	29.830	10.039	03/2006 a 02/2035	IGP-M
Capim Branco (Consórcio)	20.190	8.544	09/2007 a 08/2035	IGP-M
Queimado (Consórcio)	8.483	3.036	01/2004 a 12/2032	IGP-M

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente prevêem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a Companhia reconhece as despesas incorridas em contrapartida ao Passivo Não Circulante – Exigível a longo prazo – Outros, de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido, em atendimento ao princípio da competência de exercícios.

As parcelas pagas ao poder concedente referentes às usinas de Porto Estrela, Irapé, Capim Branco e Queimado no exercício de 2008 corresponderam a R$1.072, R$643, R$302 e R$105, respectivamente.

O valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R$1.035, R$672, R$319 e R$106 (valor nominal de R$1.099, R$716, R$338 e R$113), respectivamente.

A Companhia efetuou, em 2006, ajuste a valor presente das parcelas da concessão de Porto Estrela já registradas como Contas a Pagar, no montante de R$49.358, devido ao fato de que o contrato prevê apenas a atualização pelo IGPM, sem juros, sendo seu fluxo de pagamentos crescente ao longo dos anos de sua concessão, sendo que parte desse valor foi registrado contra Lucros Acumulados na data de transição em 1º de janeiro de 2007 (31 de dezembro de 2006).

5) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Contas Bancárias	330.772	443.490	17.361	5.739
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	1.871.418	1.352.995	239.317	15.479
Letras Financeiras do Tesouro	46.463	97.101	118	301
Letras do Tesouro Nacional	585	126.667	1	367
Outros	34.699	43.966	109	147
	1.953.165	1.622.729	239.545	16.214
	2.283.937	2.066.219	256.906	21.953

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições financeiras nacionais e contratadas em condições e taxas normais de mercado, sendo que são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados substancialmente pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a taxas que variam entre 101,00% a 103,00%.

6) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Consolidado				
Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	2008	2008	2008	2008	2007
Residencial	389.100	160.640	298.147	847.887	853.580
Industrial	338.872	54.761	381.965	775.598	654.209
Comércio, Serviços e Outras	230.739	49.783	127.071	407.593	431.600
Rural	52.780	17.284	32.445	102.509	108.511
Poder Público	39.631	20.189	57.492	117.312	109.429
Iluminação Pública	50.184	7.935	27.057	85.176	126.454
Serviço Público	43.213	5.042	17.423	65.678	61.196
Subtotal – Consumidores	1.144.519	315.634	941.600	2.401.753	2.348.979
Suprimento a Outras Concessionárias	90.067	13.658	7.203	110.928	141.342
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(470.524)	(470.524)	(463.197)
	1.234.586	329.292	478.279	2.042.157	2.026.124

Classe de Consumidor	Controladora				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	2008	2008	2008	2008	2007
Residencial	-	-	3.155	3.155	6.712
Industrial	-	-	35.442	35.442	38.315
Comércio, Serviços e Outras	-	-	7.678	7.678	10.160
Rural	-	-	2.401	2.401	4.087
Poder Público	-	-	633	633	1.357
Iluminação Pública	-	-	2.272	2.272	2.666
Serviço Público	-	-	785	785	1.029
Subtotal – Consumidores	-	-	52.366	52.366	64.326
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(52.366)	(52.366)	(64.326)
	-	-	-	-	-

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Encontram-se registrados no Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo) valores a receber, no montante de R$17.380 em 31 de dezembro de 2008 (R$44.469 em 31 de dezembro de 2007), referentes às renegociações de débitos com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA e outros consumidores, a serem quitados até setembro de 2012.

Encontra-se registrado o valor de R$92.880 em 31 de dezembro de 2008 (R$90.834 em 31 de dezembro de 2007) referente créditos de consumidor industrial da Cemig D e Cemig GT, que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Residencial	190.765	174.226	3.155	6.712
Industrial	116.105	183.953	35.442	38.315
Comércio, Serviços e Outras	102.069	74.832	7.678	10.160
Rural	14.490	12.595	2.401	4.087
Poder Público	19.811	20.538	633	1.357
Iluminação Pública	18.803	13.235	2.272	2.666
Serviço Público	6.481	3.718	785	1.029
	470.524	**483.197**	**52.366**	**64.326**

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2008 é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2007	483.197	64.326
Constituição (reversão) de Provisão	115.669	(11.960)
Baixa de Contas a Receber	(108.342)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	**470.524**	**52.366**

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

7) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2008	2007
Ativos		
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" – Nota nº 8	548.038	1.172.346
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 9	19.183	45.072
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 13	133.423	545.233
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 15	46.240	118.473
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 10	1.075.307	697.541
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	3.089	3.089
Descontos na TUSD	25.095	10.224
Recuperação dos Descontos na TUSD	19.295	3.327
Descontos TUSD Fonte Incentivada	27.203	-
Descontos TUSD Autoprodutor e Produtor Independente	19.514	-
Subvenção Baixa Renda	92.191	116.381
Programa Luz para Todos	13.628	-
Outros Ativos Regulatórios	3.082	4.593
	2.025.288	2.716.259
Passivos		
Fornecedores – Repasse aos Geradores pela Compra de Energia Livre – Nota nº 18	-	(342.370)
Compra de Energia durante o Racionamento – Nota nº 18	(23.749)	(51.600)
Revisão da Receita de Transmissão	(7.662)	(23.448)
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota nº 10	(645.167)	(745.273)
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	(17.519)	(15.955)
Outros Passivos Regulatórios	(6.630)	(13.721)
	(700.727)	(1.192.367)
Impostos, Taxas e Contribuições – Obrigações Diferidas – Nota nº 19	(89.281)	(625.712)
	(790.008)	(1.818.079)
Total	1.235.280	898.180

8) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A"

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que definiu os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE"), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela "A" ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A RTE entrou em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001 através dos reajustes tarifários descritos a seguir:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.

- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE foi utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores.

- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R$49,26/MWh ("energia livre").

O prazo de vigência da RTE da Cemig D e da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA"), de 74 meses, expirou em fevereiro de 2008, sendo que a Cemig D realizou baixa como perda de R$348.819 em função desse prazo não ter sido suficiente para recebimento do total dos ativos referentes a perdas com o racionamento. A Light SESA registrou uma baixa como perdas no valor de R$72.862.

Também em função do término do prazo de vigência da RTE, a Cemig D e a Light SESA efetuaram baixa dos valores a serem recolhidos para repasse aos geradores, no montante de R$360.783. Esta baixa não afetou o resultado do exercício, tendo em vista que foi também baixado, de forma simultânea, o passivo correspondente.

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela "A" foi iniciada em março de 2008, logo após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

A medida que os valores da Parcela "A" são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. No caso da Cemig Distribuição S.A. os valores transferidos em 2008 são conforme abaixo:

Valores transferidos para a despesa	2008
Energia Comprada para Revenda	160.706
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	71.180
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	7.111
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	2.744
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	18.380
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	6.311
Conexão – Realização Parcela "A"	387
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia	666
	267.485

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado	
	2008	2007
	Total	Total
CEMIG – Controladora		
Perdas com o Racionamento	254.884	250.527
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	(254.884)	(250.527)
	-	-
Cemig Distribuição S.A		
Perdas com o Racionamento	93.935	127.806
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	(93.935)	(92.329)
Repasse a ser efetuado aos geradores	323.122	333.866
(-) Baixa de Valores Ativos	(323.122)	-
Parcela A	515.060	707.422
	515.060	1.076.765
RME – Light		
Perdas com o Racionamento	72.862	79.879
Repasse a ser efetuado aos geradores	37.661	40.640
(-) Provisão para perdas na realização da RTE e Repasse aos Geradores	(110.523)	(109.777)
Parcela A	32.978	84.842
	32.978	95.581
Total da RTE e da Parcela "A"	**548.038**	**1.172.346**
Ativo Circulante	329.350	450.817
Ativo Não Circulante	218.688	721.529

9) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

Os direitos da subsidiária Cemig GT referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2008	2007
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	45.302	436.084
Provisão para perdas na realização	(26.119)	(391.012)
	19.183	45.072
Circulante	15.076	31.426
Não Circulante	4.107	13.646

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Cemig GT nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Cemig GT, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig GT são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores comentários na nota explicativa nº 23.

Baixa e Provisão para perdas na realização

A provisão atualmente constituída, no montante de R$26.119, representa as perdas previstas em função do prazo de recebimento da RTE das distribuidoras que ainda estão repassando recursos a Companhia não ser suficiente, na estimativa da Companhia, para repasse integral dos valores devidos.

Em 2008 a Companhia realizou baixa no valor de R$384.087 referente aos créditos a receber que não tem mais a possibilidade de serem repassados por algumas distribuidoras em função do término de vigência da cobrança da RTE em suas áreas de concessão.

10) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela "A" – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2008	2007
Cemig Distribuição	379.728	(35.092)
RME – Light	50.412	(12.640)
	430.140	**(47.732)**
Ativo Circulante	778.545	519.699
Ativo Não Circulante	296.762	177.842
Passivo Circulante	(488.284)	(549.133)
Passivo Não Circulante	(156.883)	(196.140)
Valores Líquidos	**430.140**	**(47.732)**

11) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
ICMS a Recuperar	196.261	193.055	3.806	3.561
Imposto de Renda	399.104	314.245	-	-
Contribuição Social	126.188	104.564	-	-
PASEP	14.471	35.782	1.132	4.571
COFINS	93.130	135.960	5.250	21.184
Outros	14.695	26.687	1.385	3.680
	843.849	810.293	11.573	32.996
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	97.372	84.774	426	367
Imposto de Renda	163.276	233.275	163.276	233.275
Contribuição Social	10.407	25.984	10.407	25.984
PASEP/COFINS	997	21.068	-	-
	272.052	365.101	174.109	259.626
	1.115.901	**1.175.394**	**185.682**	**292.622**

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes de pagamentos efetuados a maior pela Companhia em função da adoção do regime não cumulativo para receitas das transmissoras cujos contratos de fornecimento de energia eram anteriores a 31 de outubro de 2003 e que por regulamentação posterior da Receita Federal do Brasil foi permitida a revisão e o enquadramento no regime cumulativo. Como conseqüência dessa revisão, permitiu-se a restituição dos impostos pagos a maior em períodos anteriores.

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e de antecipações efetuadas em 2008 que serão compensadas com Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar nos anos subsequentes.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

12) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias -				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	234.348	283.859	41.676	81.712
Provisão para Contingências	197.415	190.426	100.296	76.326
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	46.540	249.515	-	85.179
Obrigações Pós-Emprego	85.686	54.132	3.439	1.101
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	163.509	185.015	17.805	21.871
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	5.349	19.315	-	-
Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários – Light	(29.616)	(29.616)	-	-
Instrumentos Financeiros	57.136	79.625	-	-
Variação Cambial	109.385	66.924	-	-
Outros	57.056	85.450	1.141	1.343
	936.806	**1.184.645**	**164.357**	**267.532**
Ativo Circulante	188.792	489.757	18.381	92.975
Ativo Não Circulante	748.014	694.888	145.976	174.557

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 12 de fevereiro de 2009, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 05 de fevereiro de 2009.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, conforme a seguir:

	Consolidado	Controladora
2009	188.792	18.381
2010	266.114	44.622
2011	140.629	33.287
2012	115.134	27.486
2013	112.442	30.464
2014 a 2016	70.221	9.420
2017 e 2018	73.090	687
(-) Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários – RME-Light	(29.616)	-
	936.806	164.357

Além da provisão para não recuperação de créditos tributários da Light, a Controladora possui, em 31 de dezembro de 2008, créditos tributários não reconhecidos em suas Demonstrações Contábeis, no montante de R$445.386 (R$444.269 em 31 de dezembro de 2007).

Os créditos não reconhecidos referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 14). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida referente a essa questão corresponde a R$437.509.

Considerando, que a legislação tributária brasileira permite as companhias se beneficiarem do pagamento de juros sobre o capital próprio e deduzirem tais pagamentos do seu lucro tributável, a Companhia adotou a opção tributária de pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas. De acordo com o seu planejamento tributário, depois da compensação nos próximos anos dos impostos compensáveis registrados, a Companhia vai pagar juros sobre capital próprio em um montante que vai reduzir o seu lucro tributável a um valor próximo ou igual a zero. Como conseqüência, essa alternativa vai eliminar o pagamento de imposto de renda e contribuição social pela Controladora e os prejuízos fiscais não reconhecidos não deverão ser recuperados.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.290.987	2.938.709	2.016.332	1.871.614
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(1.118.936)	(999.161)	(685.553)	(636.349)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	578.427	522.242
Reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido	-	218.763	-	-
Participação dos Empregados no Resultado	125.918	154.518	3.622	4.178
Contribuições e Doações Indedutíveis	(12.975)	(12.330)	(326)	(296)
Incentivo Fiscal	28.390	24.178	47	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	6.245	(11.476)	(79)	(776)
Amortização de Ágio	(5.546)	(7.686)	(5.546)	(7.686)
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	(7.951)	-	(8.488)	-
Outros	72.523	7.611	(747)	2.121
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	**(914.332)**	**(625.583)**	**(116.643)**	**(116.565)**

c) Regime Tributário de Transição:

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei n 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT será opcional para os anos de 2008 e 2009 e é aplicável às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido. O contribuinte deverá manifestar sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 ("DIPJ"), sendo este regime opcional para 2008 e 2009. A partir de 2010, a adoção do RTT passará a ser obrigatória, até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

Para as empresas que adotarem o RTT, foi estabelecido que as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07, com as modificações introduzidas pela MP 449/08 que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica, devendo ser considerados, para fins fiscais, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Com base em uma avaliação inicial, a Companhia já refletiu em suas Demonstrações Contábeis os efeitos da adoção ao RTT, sendo que serão realizados estudos adicionais até a entrega da DIPJ de 2009.

13) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Cemig D.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na Resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% está sendo compensado nas tarifas. A última parcela para recebimento da diferença entre os reajustes tarifários foi incluída no reajuste tarifário ocorrido em 8 de abril de 2008.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig D tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a.:

	Consolidado	
	2008	2007
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	949.612	949.612
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	447.881	434.188
Atualização Monetária – IGP-M	201.967	189.763
(-) Valores Arrecadados	(1.466.037)	(1.028.330)
	133.423	545.233
Ativo Circulante	133.423	463.491
Ativo Não Circulante	-	81.742

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R$57.706.

14) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC ("Contrato da CRC"), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2008 a R$4.190.762.

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R$28.828 e a 61ª no valor de R$91.299,a valores de 31 de dezembro de 2008.

A amortização do débito é feita prioritariamente pela retenção de 65% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda, a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprio extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2008, já haviam sido amortizadas R$73.088 de forma antecipada, as prestações do contrato com vencimento previsto para 30 de junho e 31 de dezembro de 2009.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente sendo as principais conforme segue:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.
(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;
(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado naquela data pelo valor total de R$1.659.125, sendo R$900.000 de quotas seniores e R$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI

acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC em 2008 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.763.277
Atualização monetária das quotas seniores	127.752
Atualização monetária das quotas subordinadas	25.870
Aporte nas quotas subordinadas	12.731
Amortização das quotas seniores	(127.858)
Amortização das quotas subordinadas	(899)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.800.873
Composição do FIDC em 31 de dezembro de 2008	
· Quotas seniores de propriedade de terceiros	990.280
· Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	737.774
Dividendos retidos pelo Fundo	72.819
	810.593
TOTAL	**1.800.873**

A CEMIG efetuou pagamento de dividendos em 17 de dezembro de 2008, sendo utilizados para amortização de parte das cotas seniores R$62.839. Adicionalmente, a Companhia aportou R$8.599 ao fundo para complementar o valor necessário ao resgate das cotas seniores e outras despesas operacionais do FIDC. A amortização de R$69.953 das cotas seniores somente foi efetivada em 2 de janeiro de 2009.

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2008. Dos dividendos a serem distribuídos, R$210.149 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que R$138.451 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC a vencer.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as informações trimestrais consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

15) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia através das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

	Consolidado	
	2008	2007
Cemig Distribuição	46.240	116.127
Cemig Geração e Transmissão	-	826
RME – Light	-	1.520
	46.240	118.473
Ativo Circulante	46.240	57.593
Realizável a Longo Prazo	-	60.880

16) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.481.139	3.013.093
Cemig Distribuição	-	-	2.476.011	2.432.949
Rio Minas Energia Participações	-	-	290.006	266.197
Infovias	-	-	264.976	329.705
GASMIG	-	-	319.103	192.098
Rosal Energia	-	-	91.287	90.292
Sá Carvalho	-	-	95.360	94.078
Horizontes Energia	-	-	66.734	66.349
Usina Térmica Ipatinga	-	-	66.319	65.849
Cemig PCH	-	-	52.262	51.690
Cemig Capim Branco Energia	-	-	54.931	51.706
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	14.342	13.943
UTE Barreiro	-	-	1.943	6.690
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	8.283	7.776
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	484	477
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	6.033	5.767
Transchile	-	-	34.141	11.575
Efficientia	-	-	6.266	4.198
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	153.578	334
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	6.779	6.703
Cemig Trading	-	-	192	154
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	16.143	14.362
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	29.493	28.508
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	5.839	6.266
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	56.046	48.445
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE			4.736	4.459
Axxiom Soluções Tecnológicas	-	-	2.710	235
	-	-	7.605.158	6.812.027
Em Consórcios	1.113.297	1.050.496	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	33.154	36.680
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	25.174	26.297
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	37.420	38.984
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	8.569	8.927
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	141.430	147.739
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	6.840	7.153
Em Outros Investimentos	36.689	20.358	3.506	3.506
	1.149.986	1.070.854	256.093	271.286
	1.149.986	**1.070.854**	**7.861.251**	**7.089.313**

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2008			Janeiro a dezembro de 2008	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.356	100,00	2.896.785	3.461.139	530.499	985.753
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.476.011	666.296	709.358
Infovias	381.023.385	100,00	225.082	264.978	12.345	22.627
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	91.287	19.499	20.525
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	95.380	25.673	27.025
GASMIG	409.255.000	55,19	263.852	578.190	12.376	85.423
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	66.734	7.781	8.190
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	66.319	9.728	10.240
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	52.262	10.791	11.359
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	54.931	34.354	36.182
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	57.370	1.347	7.373
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	1.943	-	(3.566)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	34.509	-	2.193
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	484	-	(2)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	24.830	-	1.106
Transchile	27.840.000	49,00	62.457	69.676	-	-
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	6.266	4.064	6.107
Central Termelétrica de Cogeração	160.000.000	100,00	160.001	153.578	-	3.571
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	13.293	-	-
Rio Minas Energia	709.309.572	25,00	709.310	1.160.019	61.922	514.058
Cemig Trading	160.297	100,00	160	192	24.260	24.309
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	19,25	69.063	83.860	4.032	28.942
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	18,35	120.128	160.727	7.252	48.431
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	31.819	1.672	9.093
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	160.000.010	17,17	273.469	326.431	14.140	108.049
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	42.095.000	7,50	42.095	63.149	1.356	22.915
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.200.000	49,00	4.200	5.531	-	(669)

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2007			Janeiro a dezembro de 2007	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.013.093	709.673	751.972
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.432.949	680.648	774.300
Infovias	381.023.385	100,00	300.083	329.705	26.801	56.422
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	90.292	18.008	18.956
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	94.078	22.842	24.044
GASMIG	216.450.000	55,19	154.657	348.051	13.044	83.593
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	66.349	4.748	8.184
Usina Termica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	65.848	6.840	7.200
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.953	51.690	15.296	14.742
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	51.706	38.193	39.166
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	55.776	2.363	7.572
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	6.690	-	(2.742)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	32.400	179	3.148
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	477	-	12
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	23.540	-	1.200
Transchile	12.400.000	49,00	23.827	23.827	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	4.198	205	1.195
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	334	-	334
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	13.143	-	-
Rio Minas Energia	709.309.572	25,00	709.310	1.062.224	94.228	591.113
Cemig Trading	160.297	100,00	160	154	51	(8)
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	18,19	63.475	78.183	5.840	20.613
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	18,35	109.907	155.355	7.868	40.768
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	18,35	23.400	34.148	1.542	9.749
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	15,79	250.009	289.561	25.227	90.469
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	59.844	2.213	18.274
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.200.000	49,00	200	1.150	-	-

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31.12.2007	Equivalência Patrimonial	Aportes (redução capital)	Dividendos Propostos	Outros	31.12.2008
Cemig Geração e Transmissão	3.013.093	985.753	-	(517.707)		3.481.139
Cemig Distribuição	2.432.949	709.358	-	(666.296)		2.476.011
Infovias	329.705	22.627	(75.002)	(12.345)	(7)	264.978
Rosal Energia	90.292	20.525	-	(19.499)	(31)	91.287
Sá Carvalho	94.078	27.025	-	(25.673)	(50)	95.380
GASMIG	192.098	47.149	93.739	(12.376)	(1.507)	319.103
Horizontes Energia	88.349	8.190	-	(7.781)	(24)	88.734
Usina Térmica Ipatinga	85.848	10.240	-	(9.728)	(41)	86.319
Cemig PCH	51.690	11.359	-	(10.791)	4	52.262
Cemig Cepim Branco Energia	51.706	36.162	1.263	(34.354)	154	54.931
Companhia Transleste de Transmissão	13.943	1.842	-	(1.347)	(96)	14.342
UTE Barreiro	6.690	(3.568)	-	-	(1.181)	1.943
Companhia Transudeste de Transmissão	7.776	528	-	-	(21)	8.283
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	477	(2)	-	-	9	484
Companhia Transirapé de Transmissão	5.767	271	-	-	(5)	6.033
Transchile	11.675	-	22.466	-	-	34.141
Efficientia	4.198	6.107	-	(4.064)	25	6.266
Central Termelétrica de Cogeração	334	3.571	149.999	-	(326)	153.578
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	6.703	-	76	-	-	6.779
Rio Minas Energia	266.197	128.517	-	(107.633)	2.925	290.006
Cemig Trading	154	24.309	-	(24.260)	(11)	192
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	14.362	5.572	494	(4.032)	(253)	16.143
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	28.508	8.887	-	(7.252)	(650)	29.493
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	8.266	1.668	-	(1.672)	(423)	8.839
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	46.445	18.551	2.525	(14.140)	2.665	56.046
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	4.459	1.719	-	(1.356)	(116)	4.706
Axxiom Soluções Tecnológicas	235	(328)	2.803	-	-	2.710
	6.812.027	**2.076.034**	**196.363**	**(1.479.068)**	**(2.201)**	**7.606.158**

Os saldos integrais das controladas em 2008 cuja consolidação foi proporcional são como segue:

	Gasmig	Transleste	Transitapé	Centroeste	Transudeste	Transchile
Ativo						
Circulante	567.366	10.393	5.464	153	6.518	21.787
Não circulante	326.691	115.435	67.098	13.183	80.065	157.630
Total do ativo	894.057	125.828	72.562	13.336	86.583	179.417
Passivo						
Circulante	296.440	8.672	8.830	43	9.417	16.232
Não circulante	19.427	59.786	39.302	-	42.657	93.509
Patrimônio líquido	578.190	57.370	24.430	13.293	34.509	69.676
Total do passivo	894.057	125.828	72.562	13.336	86.583	179.417
Demonstração do Resultado						
Receita bruta de vendas	697.739	22.680	11.780	-	14.037	-
Deduções da receita bruta	(152.543)	(830)	(433)	-	(517)	-
Receita líquida de vendas	545.196	21.850	11.347	-	13.520	-
Custo das vendas	(414.483)	(734)	(407)	-	(485)	-
Lucro bruto	130.713	21.116	10.940	-	13.035	-
Despesas gerais e administrativas	(47.223)	(6.432)	(3.434)	-	(3.899)	-
Resultado financeiro líquido	30.031	(6.870)	(6.404)	-	(6.875)	-
Lucro operacional	91.097	7.814	1.102	-	2.261	-
Imposto de renda e contribuição social	(28.098)	(441)	4	-	(68)	-
Lucro líquido do exercício	95.423	7.373	1.106	-	2.193	-

	RME	ETEP	ENTE	ERTE	EATE	ECTE
Ativo						
Circulante	249.649	16.587	37.894	7.079	106.095	21.479
Não circulante	1.158.073	156.517	409.449	72.992	910.176	133.736
Total do ativo	1.407.722	173.104	447.343	80.071	1.016.271	155.215
Passivo						
Circulante	247.703	27.034	65.773	11.203	144.201	31.460
Não circulante	-	62.210	220.843	37.049	545.639	60.606
Patrimônio líquido	1.160.019	83.860	160.727	31.819	326.431	63.149
Total do passivo	1.407.722	173.104	447.343	80.071	1.016.271	155.215
Demonstração do Resultado						
Receita bruta de vendas	8.257.205	55.757	123.060	22.092	278.793	54.032
Deduções da receita bruta	(2.852.004)	(4.226)	(9.341)	(1.675)	(20.966)	(4.109)
Receita líquida de vendas	5.405.201	51.531	113.719	20.417	257.827	49.923
Custo das vendas	(2.699.162)	(9.876)	(22.165)	(4.821)	(49.842)	(7.880)
Lucro bruto	2.706.039	41.655	91.554	15.596	207.985	42.043
Despesas gerais e administrativas	(1.702.057)	8	-	-	(5.263)	-
Resultado financeiro líquido	319.960	(8.296)	(35.853)	(5.709)	(75.524)	(9.125)
Lucro operacional	1.323.942	31.035	51.590	9.887	117.938	31.387
Imposto de renda e contribuição social	(301.532)	(4.429)	(7.271)	(794)	(17.514)	(10.003)
Lucro antes da participação minoritária	1.022.439	-	-	-	-	-
Participações minoritárias	(508.372)	-	-	-	(1.635)	-
Lucro líquido do exercício	514.058	26.942	48.431	9.093	108.049	22.915

b) Participação na Light

Foi apurado um deságio na aquisição da Light, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente do deságio (R$82.871) está apresentado na consolidação como Exigível a Longo Prazo, na rubrica de Outras Obrigações.

c) Aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia

O ágio na aquisição das empresas de energia elétrica: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.– EATE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.– ERTE e Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas Demonstrações Contábeis consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Intangível em função do valor atribuído a utilização da concessão.

d) Investimentos na Infovias

Venda da Way TV – Infovias

Em leilão realizado no dia 27 de julho de 2006, a Way TV Belo Horizonte S.A., controlada indireta da CEMIG (investimento de 65,25% da Infovias) foi integralmente vendida à TNL PCS Participações S.A., controlada da Tele Norte Leste Participações S.A., pelo valor de R$103 milhões (parte da Infovias), ágio de 65% sobre o preço mínimo estabelecido no edital.

O lucro da Infovias em função dessa alienação, no montante de R$54.079 mil, foi reconhecido no 4º trimestre de 2007, data em que a operação foi efetivamente concluída, com a aprovação da ANATEL.

e) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,48	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,56	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,40	181.402	171.856
Usina de Queimado	82,50	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,50	543.684	512.946
Usinas Amador Aguiar I e II	21,05	2,51	54.843	49.742
Depreciação acumulada			(114.506)	(85.268)
Total em operação			953.201	937.054
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50		13.125	13.125
Usina de Funil	49,00		755	9.531
Usina de Aimorés	49,00		5.853	23.369
Usina de Baguari	34,00		140.363	67.417
Total em construção			160.096	113.442
Total Consórcios			**1.113.297**	**1.050.496**

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais - COTEMINAS	33,34
	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	33,33
Usina Igarapava	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderurgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	8,50
Usina de Funil	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMN	12,63
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

f) Novas Aquisições

Aquisição de Participação em Empresas Transmissoras

A Brookfield exerceu, em 24 de setembro de 2008, opção de venda para a CEMIG e Alupar Investimento S.A. na proporção de 95% e 5%, respectivamente, de suas ações representativas de 24,99% do capital votante da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE, 24,99% do capital votante da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, 18,35% do capital votante da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, 18,35% do capital votante da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE e 7,49% do capital votante da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela CEMIG estão sujeitas à aprovação da transferência das ações das empresas acima citadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e outros órgãos financiadores.

O valor a ser pago pela CEMIG referente a 95% das ações de propriedade da Brookfield será de R$330,6 milhões, com data-base em 16 de agosto de 2006, e será corrigido até a data de fechamento, prevista para o 1º semestre de 2009.

Em 31 de outubro de 2008, após a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e demais credores, a CEMIG através da sua controlada em conjunto Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE concluiu a aquisição de 80% do capital social da LUMITRANS – Companhia Transmissora de Energia Elétrica e de 80% do capital social da STC – Sistema de Transmissão Catarinense S.A. A EATE pagou R$32.455 pelas ações da Lumitrans e R$56.779 pelas ações da STC.

Constituição dos Consórcios UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes

Em 03 de julho de 2008, o Conselho de Administração autorizou a participação da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 49% do capital social dos empreendimentos UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes em parceria com a Light, bem como a celebração dos seguintes contratos de constituição entre a Cemig GT e subsidiárias da Light, conforme a seguir: Consórcio UHE Itaocara, em parceria com a Itaocara Energia Ltda., Consórcio PCH Paracambi, em parceria com a Lightger Ltda., e Consórcio PCH Lajes, em parceria com a Light Energia S.A., todos tendo como objeto a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração dos projetos e a implantação, operação, manutenção e exploração comercial dos respectivos empreendimentos.

Todos os instrumentos particulares acima mencionados estão pendentes das autorizações ou anuências requeridas pelos órgãos regulatórios competentes, incluindo a ANEEL.

17) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

	Consolidado			
	2008			2007
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	**20.937.324**	**(9.244.010)**	**11.693.314**	**11.633.501**
- Distribuição	11.251.975	(5.032.442)	6.219.533	6.106.289
Terrenos	30.968	-	30.968	32.646
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	309.161	(161.868)	147.293	154.864
Máquinas e Equipamentos	10.824.436	(4.814.933)	6.009.503	5.877.826
Veículos	86.045	(38.446)	27.599	35.822
Móveis e Utensílios	21.365	(17.196)	4.170	5.131
- Geração	7.172.023	(3.060.696)	4.111.327	4.189.343
Terrenos	202.306	-	202.306	202.333
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.891.637	(1.449.466)	2.442.171	2.521.317
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	798.636	(363.449)	435.187	563.492
Máquinas e Equipamentos	2.272.560	(1.241.823)	1.030.737	911.373
Veículos	3.490	(2.955)	535	402
Móveis e Utensílios	3.374	(3.003)	371	426
- Transmissão	1.668.105	(696.064)	972.041	943.376
Terrenos	2.263	-	2.263	2.226
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	109.454	(57.470)	51.984	49.999
Máquinas e Equipamentos	1.555.280	(637.884)	917.396	890.779
Veículos	344	(177)	167	167
Móveis e Utensílios	764	(533)	231	205
- Administração	403.186	(265.473)	137.713	138.499
Terrenos	2.720	-	2.720	3.662
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	72.743	(39.806)	32.937	37.266
Máquinas e Equipamentos	240.790	(157.555)	83.235	74.061
Veículos	39.989	(30.789)	9.200	12.680
Móveis e Utensílios	46.944	(37.323)	9.621	10.830
- Telecomunicações	344.715	(161.166)	183.549	186.360
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	55	(8)	47	48
Máquinas e Equipamentos	344.172	(160.858)	183.314	186.096
Móveis e Utensílios	418	(300)	118	144
- Gás	97.320	(28.169)	69.151	59.634
Terrenos	31	-	31	42
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.219	(599)	1.620	1.719
Máquinas e Equipamentos	94.649	(27.385)	67.264	57.655
Veículos	41	(7)	34	-
Móveis e Utensílios	380	(178)	202	218
Em Curso	**1.809.521**	**-**	**1.809.521**	**1.339.194**
- Distribuição	1.100.645	-	1.100.645	812.813
- Geração	313.967	-	313.967	257.703
- Transmissão	138.448	-	138.448	106.785
- Administração	131.095	-	131.095	126.185
- Telecomunicações	27.747	-	27.747	6.810
- Gás	97.621	-	97.621	28.898
Total do Imobilizado	**22.746.845**	**(9.244.010)**	**13.502.835**	**12.972.695**
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2.634.754)	85.446	(2.549.308)	(2.518.602)
Imobilizado Líquido	**20.112.091**	**(9.158.564)**	**10.953.527**	**10.454.093**

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária.

Conforme Resolução ANEEL nº 234, de outubro de 2006, e Ofício Circular ANEEL nº1.314/2007, de 27 de junho de 2007, o saldo das Obrigações Especiais vinculadas a ativos passou a ser amortizado a partir do segundo ciclo de revisão tarifária da Cemig Distribuição e da Light, em 2008, em percentual correspondente à taxa média de depreciação dos ativos.

Alguns terrenos e edificações das controladas registradas como Ativo Imobilizado – Administração, que foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R$8.369 em 31 de dezembro de 2008 (R$10.207, em 31 de dezembro de 2007).

As taxas médias anuais de depreciação dos negócios das controladas em 31 de dezembro de 2008 são as seguintes:

Geração	
Hidrelétricas	2,46%
Termelétricas	3,91%
Transmissão	3,01%
Distribuição (incluindo Sistema de Transmissão Associado)	4,74%
Administração e outras	12,08%
Telecomunicações	6,34%
Gás	5,80%

b) Intangível

	Consolidado			
	2008			2007
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	**606.213**	**(224.903)**	**383.310**	**374.165**
- Distribuição	97.922	(61.569)	36.353	40.293
- Geração	121.490	(50.796)	70.694	42.373
- Transmissão	230.813	(2.897)	227.916	237.609
- Administração	155.866	(109.267)	46.599	53.006
- Telecomunicações	713	(374)	339	-
- Gás	1.410	-	1.410	780
Em Curso	**221.127**	**-**	**221.127**	**157.561**
- Distribuição	51.306	-	51.306	38.019
- Geração	30.570	-	30.570	26.969
- Transmissão	1.554	-	1.554	364
- Administração	137.697	-	137.697	91.209
- Telecomunicações	27.747	-	27.747	6.810
- Gás	97.621	-	97.621	28.896
Intangível Líquido	**827.340**	**(224.903)**	**604.437**	**531.726**

18) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	197.130	230.620	-	-
Furnas	88.366	78.231	-	-
CCEE	108.038	81.756	-	-
Repasse aos Geradores	-	27.381	-	-
Outros	212.364	168.593	-	-
	585.898	586.581	-	-
Materiais e Serviços	305.923	349.324	7.134	11.781
	891.821	**935.905**	**7.134**	**11.781**
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	-	314.989	-	-
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	77	25.803	-	-
	77	**340.792**	**-**	**-**

Parte substancial dos valores devidos à Compra de Energia Livre durante o Racionamento serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 24.

19) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Imposto de Renda	81.111	121.991	-	-
Contribuição Social	22.924	47.974	-	-
ICMS	284.939	269.076	18.092	17.813
COFINS	78.050	92.880	9.377	15.436
PASEP	14.079	22.122	2.036	3.351
INSS	18.159	21.837	1.434	1.358
Outros	24.483	32.711	1.051	1.234
	533.745	608.391	31.990	39.192
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	57.308	303.540	-	-
Contribuição Social	20.488	109.420	-	-
COFINS	12.969	46.674	-	-
PA SEP	2.813	10.134	-	-
	93.588	469.768	-	-
	627.333	**1.078.159**	**31.990**	**39.192**
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	202.114	250.061	-	62.632
Contribuição Social	48.541	69.133	-	22.547
COFINS	83.965	3.834	-	-
PASEP	31.527	-	-	-
Outros	7.238	8.904	-	-
	371.385	**331.932**	**-**	**85.179**

As obrigações diferidas circulantes referem-se basicamente aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

As obrigações diferidas não circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se ao reconhecimento dos instrumentos financeiros (variação cambial e Hedge) pelo regime de caixa, que são devidos à medida da realização, pelo pagamento ou resgate.

20) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

				Consolidado			
				2008			2007
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N. (3)	2012	6,00	US$	175	116.850	117.025	88.039
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US$	17.391	-	17.391	38.105
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US$	14.837	79.231	94.068	92.621
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	100.160	-	100.160	81.463
Banco Paribas	2012	0,69	EURO	3.903	9.016	12.919	15.399
Banco Paribas	2010	Libor + 1,671	US$	27.665	13.570	41.235	52.243
KFW	2016	4,50	EURO	2.136	14.951	17.087	15.465
UNIBANCO (6)	2009	4,50	US$	11.044	-	11.044	8.371
UNIBANCO (7)	2009	5,50	US$	4.796	-	4.796	3.636
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US$	20.141	-	20.141	15.265
NIBK Futuleasing Sistemas S.A. / UNIBANCO	2008	Libor + 5,40	US$	-	-	-	5.415
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US$	5.419	34.490	39.909	35.518
Santander (10)	2009	7,00	US$	8.118	-	8.118	-
Banco do Brasil (10)	2009	6,69	US$	3.217	-	3.217	-
Banco Interamericano de Desenvolv. (13)	2026	4,20	US$	229	42.706	43.015	21.596
Outros	2025	Diversas	Diversas	12.014	6.932	18.946	16.272
Dívida em Moeda Estrangeira				**229.039**	**317.938**	**546.976**	**456.542**
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	100,00 do CDI	R$	241	75.000	75.241	75.122
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R$	121.038	-	121.038	120.531
Banco do Brasil	2012	CDI + 1,70	R$	9.044	109.277	118.321	113.468
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R$	11.596	126.000	137.596	136.161
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R$	28.705	1.200.000	1.228.705	1.223.732
Banco Itaú – BBA	2008	IGP-M + 10,40	R$	-	-	-	118.846
Banco Itaú – BBA	2008	CDI + 2,00	R$	-	-	-	40.800
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R$	15.844	304.327	320.191	316.371
HSBC Bank Brasil S.A.	2008	CDI + 2,00	R$	-	-	-	61.275
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R$	84	54.372	54.456	57.081
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	1.885	101.215	103.000	100.553
Banco WESTLB do Brasil	2008	IGP-M + 10,40	R$	-	-	-	44.961
BNDES	2009	SELIC + 1,00	R$	-	-	-	25.820
Bradesco	2014	CDI + 1,70	R$	21.948	379.073	401.021	397.704
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,20	R$	357.472	0	357.472	355.958
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R$	5.134	238.816	243.950	242.900
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (12) (15)	2031	IGP-M	R$	-	32.939	32.939	29.270
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R$	18.853	305.788	324.641	294.689
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R$	1.428	426.356	427.784	401.930
ELETROBRÁS	2013	PINEL + 7,50 a 8,50	R$	12.399	48.433	60.789	78.864
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R$	40.333	924.299	369.632	337.822
Santander	2013	CDI + 1,70	R$	1.446	76.673	81.119	80.797
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R$	101.581	-	107.581	106.609
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R$	13.351	309.288	322.639	318.787
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,35	R$	74.029	30.921	104.950	-
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R$	6.741	73.587	80.328	78.222
Caixa Econômica Federal	2008	101,50 do CDI	R$	-	-	-	300.426
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R$	182.377	857.903	990.280	990.288
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,00	R$	695	9.677	10.372	11.014
Banco do Brasil S.A. (14)	2020	TJLP + 2,55	R$	1.756	27.038	28.794	9.067
Unibanco S.A. (14)	2021	TJLP + 2,55	R$	445	3.617	4.062	-

				Consolidado			
				2006			2007
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
BNDES - FINEM (10)	2014	TJLP + 4,30	R$	15.170	93.096	108.266	60.974
Debêntures I e IV (16)	30/09/2016	TJLP + 4,00	R$	4.102	1.945	6.047	11.402
Debêntures V (12)	2014	CDI + 1,50	R$	11.278	234.443	245.722	255.670
OCB Bilateral (10)	2017	CDI + 0,80	R$	3.924	112.500	116.004	115.162
ABN Amro (10)	2010	CDI + 0,95	R$	980	20.000	20.980	-
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo (15)	2022	TJLP + 4,55	R$	100	3.150	3.250	-
Unibanco (16)	2021	TJLP + 4,55	R$	381	3.042	3.423	-
Banco Itaú (16)	2022	TJLP + 4,55		278	3.186	3.464	
Unibanco S.A. (16)	2022	IGPM + 9,85		214	2.025	2.239	
BNDES - Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	30/10/2019	Diversas	R$	21.869	133.581	155.494	141.521
Outros	2007/2011	Diversas	R$	7.933	26.094	31.027	47.523
Dívida em Moeda Nacional				**1.001.112**	**5.748.702**	**6.797.884**	**7.088.360**
Total Geral Consolidado				**1.280.148**	**6.064.590**	**7.344.738**	**7.534.903**

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
Libor semestral mais spread de 0,87 a 0,88 % ao ano;
(2) Empréstimo da controladora;
(3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps:
(3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;
(9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº14;
(10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da PAE (Light);
(11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;
(12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
(13) Financiamento da Transchile;
(14) Financiamento de Cachoeirão;
(15) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
(16) Empréstimos e financiamentos consolidados da Lumitrans, subsidiária da EATE.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2008	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Moedas										
Dólar Norte-Americano	121.964	61.299	47.246	43.240	39.233	6.374	2.796	2.796	66.531	411.479
Euro	6.039	5.743	5.743	3.838	2.136	2.136	2.137	2.134	-	30.006
Yen	100.160	-	-	-	-	-	-	-	-	100.160
UMBNDES (**)	873	592	443	443	443	443	443	443	1.106	5.229
	229.036	**67.634**	**53.432**	**47.521**	**41.812**	**8.953**	**5.376**	**5.373**	**67.637**	**546.874**
Indexadores										
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	1.428	-	-	-	-	-	142.119	142.119	142.118	427.784
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	47.320	42.160	47.547	44.008	38.469	37.596	35.715	30.936	46.630	372.399
Certificado Depósito Interbancário – CDI	846.973	630.710	722.652	937.684	1.080.531	638.554	225.099	18.750	18.750	5.122.700
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	12.366	12.366	12.366	12.366	11.335	-	-	-	-	60.799
URTJ (*)	42.320	46.101	43.119	43.119	43.119	38.129	14.606	9.649	25.427	304.591
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	20.645	1.628	1.628	1.628	1.628	307.396	1.071	1.012	40.647	377.282
UMBNDES (**)	3.271	3.523	3.523	3.523	3.523	3.523	1.176	-	-	22.062
Taxa Referencial – TR	74.039	30.921	-	-	-	-	-	-	-	104.960
Outros (IGP-DI, INPC) (***)	2.756	125	251	594	594	710	264	-	-	5.301
	1.051.112	**766.567**	**831.086**	**1.042.860**	**1.102.223**	**1.035.912**	**420.047**	**202.466**	**276.472**	**6.797.984**
	1.280.148	**834.201**	**884.518**	**1.090.601**	**1.224.035**	**1.034.865**	**425.423**	**207.838**	**363.109**	**7.344.738**

(*) URTJ - Unidade de Referência de Taxa de Juros
(**) UMBNDES - Unidade Monetária do BNDES
(***) IGP-DI – Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação acumulada em 2008 %	Variação acumulada em 2007 %	Indexadores	Variação acumulada em 2008 %	Variação acumulada em 2007 %
Dólar Norte-Americano	31,94	(17,15)	IGP-M	9,81	7,75
Euro	24,13	(7,50)	FINEL	1,90	1,51
Yen	62,89	(11,78)	CDI	12,32	11,82
			SELIC	12,48	11,88
			UMBNDES	33,86	(16,57)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Saldo no início do exercício	7.524.902	7.542.124	79.322	110.368
Saldo inicial de controladas adquiridas em 2008	32.575	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	328.918	1.855.910	-	-
Variação monetária e cambial	360.922	86.288	-	237
Encargos financeiros provisionados	731.025	737.180	10.484	10.188
Encargos financeiros pagos	(729.534)	(814.184)	(9.479)	(11.243)
Encargos capitalizados	4.121	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	(14.898)	(7.319)	-	-
Amortização de financiamentos	(893.293)	(1.855.095)	-	(30.246)
Saldo no final do exercício	**7.344.738**	**7.524.902**	**80.327**	**79.322**

As captações de recursos consolidadas durante o exercício de 2008 estão demonstradas abaixo:

Empréstimos / Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Cemig Distribuição			
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	100.000
ELETROBRÁS	2020	6,00%	44.321
ELETROBRÁS	2016	6,00%	5.551
ELETROBRÁS	2015	7,00%	18.467
ELETROBRÁS	2013	6,50%	6.116
ELETROBRÁS	2013	6,50%	2.016
Coligadas e Controladas			
Unibanco S.A.	2020	TJLP + 2,55%	4.062
Banco do Brasil S.A.	2020	TJLP + 2,55%	22.356
Banco ABN AMRO S.A.	2010	CDI + 0,95%	20.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Social - FINEM	2014	TJLP + 4,30%	44.693
Banco Nacional de Desenvolvimento Social - PROESCO	2014	TJLP + 2,50%	149
ELETROBRÁS	2017	5,00%	1.285
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo - BRDE	2022	TJLP + 4,55%	3.567
Banco Itaú	2022	TJLP + 4,55%	3.555
Unibanco S.A.	2022	TJLP + 4,55%	1.192
Unibanco S.A.	2009	CDI + 135,00%	349
Banco Nacional de Desenvolvimento Social	2022	6% + 2,41% Spread	21.303
Moeda Estrangeira			
Coligadas e Controladas			
Banco ABC Brasil	2008	6,80%	4.317
Banco ABC Brasil	2008	7,70%	2.591
Banco Itaú	2008	4,88%	4.748
Banco Santander	2008	7,00%	4.640
Banco do Brasil AG Viena	2009	6,86%	2.417
Banco Interamericano Del Desarrollo	2026	4,19%	4.125
Banco InterAmericano del Desarrollo	2026	4,19%	7.096

Total de Captações	328.918

a) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A CEMIG e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") que foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2008 e durante todo o exercício de 2008.

Os principais covenants em 31 de dezembro de 2008 são como segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 50%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis.
EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

21) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2008	2007
Reserva Global de Reversão – RGR	34.385	25.529
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	47.884	33.572
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	33.927	38.099
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.495	3.199
Eficiência Energética	171.760	138.630
Pesquisa e Desenvolvimento	145.888	114.573
Pesquisa Expansão Sistema Energético	20.686	17.928
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	41.182	36.100
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	8.922	1.851
	509.366	410.688
Passivo Circulante	488.835	395.894
Passivo Não Circulante	20.521	14.794

22) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig GT e Cemig D em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A CEMIG, Cemig GT e Cemig D mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R$2.385.225, apurado em 31 de dezembro de 2008, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC, no qual mais de 80% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. O prazo previsto para a conclusão do processo de separação do plano de saúde é de 12 meses, onde serão mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R$941.912 em 31 de dezembro de 2008 (R$1.062.998 em 31 de dezembro de 2007) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionado no parágrafo anterior, não produziu efeitos contábeis no resultado da CEMIG. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2008.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2008 conforme consta de laudo preparado por atuário externo em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados nos quadros após o item abaixo.

Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light, controlada da RME, é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos – A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R$1.032.161 em 31 de dezembro de 2008 (R$891.915 em 31 de dezembro de 2007). O efeito no consolidado da Companhia é da parcela correspondente a 25% deste valor conforme consolidação proporcional.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2008.

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	5.542.904	395.163	379.232	19.579	159.219
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	29.378	90.140	143.813	6.457	214.122
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	5.572.282	485.323	523.045	26.036	373.341
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.654.518)	(292.384)	-	-	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	917.764	192.939	523.045	26.036	373.341
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(422.964)	-	(180.660)	13.445	66.959
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	(61.030)	-	(5.155)	(23.873)	(5.147)
Atualização de contrato para equalização de déficit		65.101			
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	**433.770**	**258.040**	**337.230**	**15.608**	**435.153**

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	289.894	18.658	963	9.022
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	19.406	5.051	259	10.535
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	309.300	23.709	1.222	19.557
Valor Justo dos Ativos do Plano	(259.448)	-	-	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	49.852	23.709	1.222	19.557
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(25.462)	(6.915)	723	(1.160)
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	(3.003)	(253)	(1.174)	(254)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	**21.387**	**16.541**	**771**	**18.143**

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10,00% do total das obrigações com benefícios pós-emprego serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), a partir de 2008. Nesta condição, serão reconhecidos pela controladora ganho atuarial do Plano Odontológico no valor de R$601 e perda atuarial do Plano de Saúde no valor de R$4.544, conforme CVM 371.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2007	494.405	250.262	311.239	13.692	401.296	1.470.894
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	104.356	56.343	58.836	2.624	42.060	264.219
Contribuições Pagas	(164.991)	(48.565)	(32.845)	(708)	(8.203)	(255.312)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2008	**433.770**	**258.040**	**337.230**	**15.608**	**435.153**	**1.479.801**
Passivo Circulante	74.970	8.127	-	-	-	83.097
Passivo Não Circulante	358.800	249.913	337.230	15.608	435.153	1.396.704

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2007	23.099	15.303	671	16.465	55.538
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	5.952	2.964	136	2.133	11.185
Contribuições Pagas	(7.664)	(1.726)	(36)	(455)	(9.881)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2008	**21.387**	**16.541**	**771**	**18.143**	**56.842**
Passivo Circulante	3.907	-	-	-	3.907
Passivo Não Circulante	17.480	16.541	771	18.143	52.935

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG nos próximos 12 meses para amortização das obrigações atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2008 são como segue:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	5.414	420	38.805	227	5.877
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	543.278	48.525	46.247	2.554	35.334
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(481.194)	(27.611)	(3.669)	(344)	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	23.029	-	9.461	(1.132)	(664)
Custo do Serviço Passado	13.871	-	1.517	2.556	1.513
Atualização de contrato para equalização do déficit	-	7.749	-	-	-
Contribuição dos Empregados	(40)	(23)	(33.525)	(1.237)	-
Despesa em 2008	**104.356**	**29.060**	**58.836**	**2.624**	**42.060**

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	267	1.947	11	270
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	29.553	2.306	131	1.789
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(26.177)	(183)	(18)	-
Perdas Atuariais Não Reconhecidas	1.628	491	(50)	-
Custo do Serviço Passado	683	75	126	74
Contribuição dos Empregados	(2)	(1.671)	(64)	-
Despesa em 2008	**5.952**	**2.964**	**136**	**2.133**

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2009 é como segue:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	4.559	413	5.606	257	5.256
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	549.028	52.670	52.210	2.830	37.678
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(557.871)	(30.433)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	-	-	3.029	(56)	-
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	13.869	-	9.409	(934)	(2.991)
Contribuição dos Empregados	(33)	(21)	1.099	2.431	1.440
Despesa em 2009	**9.552**	**22.629**	**71.353**	**4.428**	**41.426**

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Custo do Serviço Corrente	138	158	8	196
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	30.495	2.367	124	1.974
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(31.114)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	-	426	(56)	-
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	680	73	125	75
Contribuição dos Empregados	-	-	-	-
Despesa em 2009	**199**	**3.024**	**201**	**2.245**

As principais premissas atuariais na data dos balanços são conforme segue:

	CEMIG, Cemig GT e Cemig D			
	2008		2007	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	6,00%	10,24%	5,50%	9,72%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	8,00%	12,32%	7,00%	11,28%
Taxa anual de inflação de longo prazo	-	4,00%	-	4,00%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	2,00%	6,08%	2,00%	6,08%
Taxa anual de crescimento real dos benefícios de renda continuada	-	4,00%	-	4,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT – 83			
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Light Medium			
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57			
Taxa anual de rotatividade esperada	2,00%			

	Light			
	2008		2007	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	7,70%	12,36%	6,00%	10,58%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	7,77%	12,44%	8,00%	12,68%
Taxa anual de inflação de longo prazo	-	4,33%	-	4,33%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	0,60%	4,96%	0,60%	4,96%
Taxa anual de crescimento real dos benefícios de renda continuada	-	4,33%	-	4,33%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT – 83			
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Light forte			
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57			
Taxa anual de rotatividade esperada	Baseado na idade			

23) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS – Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado do Exercício será de R$166.991, líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado					
	Saldo Bruto em 2007 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 2008
Trabalhistas						
Diversos	118.179	4.677	-	122.856	(17.593)	105.263
Cíveis						
Danos Pessoais	8.183	27.253	-	35.436	-	35.436
Majoração Tarifária	95.095	9.920	(535)	104.480	(17.990)	86.490
Outras	113.442	69.716	(15.353)	167.805	(9.035)	158.770
Fiscais						
FINSOCIAL	20.893	345	-	21.238	(1.615)	19.623
PIS/COFINS	160.267	8.221	(110.501)	57.987	-	57.987
ICMS	19.943	1.401	(2.191)	19.153	-	19.153
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	46.842	29.939	-	76.781	-	76.781
Contribuição Social	6.521	248	-	6.769	-	6.769
INSS	33.857	97	(282)	33.672	-	33.672
Outras	14.498	5.211	-	19.709	(7.489)	12.220
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	49.020	6.823	-	55.843	(6.072)	49.771
Total	**686.740**	**163.851**	**(128.862)**	**721.729**	**(59.794)**	**661.935**

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

	Controladora					
	Saldo Bruto em 2007 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 2008
Trabalhistas						
Diversos	72.795	2.655	-	75.450	(8.317)	67.133
Cíveis						
Danos Pessoais	6.766	20.869	-	27.635	-	27.635
Majoração Tarifária	69.845	6.764	-	76.609	(17.990)	58.619
Outras	51.310	42.376	-	93.686	(3.154)	90.532
Fiscais						
FINSOCIAL	20.893	346	-	21.238	(1.615)	19.623
ICMS	2.191	-	(2.191)	-	-	-
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	40.842	29.939	-	76.781	-	76.781
INSS	967	97	-	1.064	-	1.064
Outras	7.933	4.837	-	12.770	(5.061)	7.709
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	12.681	-	(552)	12.129	(6.072)	6.057
Total	292.223	107.882	(2.743)	397.362	(42.209)	355.153

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade, além de danos morais e materiais.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1985, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração, é de R$104.480, integralmente provisionado.

Um dos consumidores industriais que possui ação judicial contra a Companhia em função da questão mencionada acima havia conseguido uma liminar judicial que impedia a interrupção de fornecimento de energia elétrica às suas instalações. Em 19 de fevereiro de 2009, o Superior Tribunal de Justiça aceitou o pedido da CEMIG de suspender os efeitos da liminar, por entender que não é possível impor à CEMIG a continuidade na distribuição de eletricidade sem o recebimento pelo serviço.

(c) PIS-COFINS

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Quanto ao alargamento da base de apuração do PIS e da COFINS, além de ter-se verificado a decadência do direito de cobrança pela autoridade fiscal, houve decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no processo movido pela Light, publicada em 30 de junho de 2006, em que foi declarado inconstitucional o art. 3º, § 1º, da Lei 9.718/98 e que atualmente aguarda apenas a interposição eventual de recurso pela Fazenda Nacional.

Com base na decisão proferida pelo STF, a Light SESA efetuou a reversão dos valores provisionados relativos à expansão da base de cálculo no montante de R$106.090, em contrapartida à rubrica "despesa financeira" no resultado do 2º trimestre de 2008.

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2008 permanece provisionado R$53.559 (R$50.771 em 31 de dezembro de 2007) referente ao aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Os valores informados acima correspondem a 25% do total em conformidade a consolidação proporcional efetuada pela Companhia.

(d) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R$19.153 (R$17.752 em 31 de dezembro de 2007).

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R$76.781 (R$46.842 em 31 de dezembro de 2007) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) INSS

Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade solidária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R$33.608 (R$32.889 em 31 de dezembro de 2007).

(g) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R$43.714.

A Cemig Geração e Transmissão S.A. foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável e no valor de R$6.503.

(h) Outros

No que se refere as ações civeis, são basicamente reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão em 31 de dezembro de 2006 representa a perda potencial sobre as reivindicações.

(i) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG e suas controladas discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R$320.115, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R$29.115. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 31 de dezembro de 2006, de R$285.822. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais questiona judicialmente a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 31 de dezembro de 2006 é R$140.506. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

(iii) Atos da Agência Reguladora e Tribunal de Contas

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R$1.032.648, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor do débito. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

Em 14 de novembro de 2003, o Tribunal de Contas da União iniciou um procedimento administrativo contra a ANEEL para avaliar os critérios adotados pela Agência no Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. O Tribunal de Contas solicitou a CEMIG que providenciasse certas informações com relação a suas tarifas, o que, de acordo com o Tribunal de Contas da União, foram aprovadas incorretamente pela ANEEL.

Adicionalmente, o Tribunal de Contas da União contestou o índice e o Fator X utilizados pela ANEEL na revisão tarifária de 2003. A CEMIG impetrou um processo administrativo antes que o Tribunal de Contas da União contestasse a decisão.

A potencial perda nessas ações do Tribunal de Contas descritas acima é de R$84.979. A Companhia não registrou nenhuma provisão e considera a expectativa de perda nessas ações como possível.

(iv) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R$121.835, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R$112.222. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

(v) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R$130.654, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subseqüentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R$22.584. Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(vi) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Companhia está envolvida em litígio com a Prefeitura de Belo Horizonte relativo aos critérios de incidência do ISSQN sobre os serviços executados pela Empresa. O valor envolvido na ação é de R$32.793. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

(vii) Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008 e implicaria em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R$76.076. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

(viii) Reclamações ambientais

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R$941.020. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(ix) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e a Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R$525.579. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Através de ação popular que questiona o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a CEMIG e o Ministério Público, é requerida a devolução aos cofres públicos dos valores pagos aos prestadores de serviços da Companhia que executaram o Programa Luz para Todos. O valor envolvido na ação é de R$1.441.263. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

24) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

(a) Capital Social

As ações do capital social integralizado em 31 de dezembro de 2008 têm valor nominal de R$5,00 por ação e estão assim distribuídas:

	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2008					
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	110.540.576	51	-	-	110.540.576	22
Outras Entidades do Estado	29.236	-	4.974.466	2	5.003.702	1
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	71.506.613	33	-	-	71.506.613	14
Outros -						
No País	21.512.579	10	83.135.407	30	104.647.986	22
No Exterior	13.334.390	6	191.268.246	68	204.602.636	41
Total	**216.923.394**	**100**	**279.378.119**	**100**	**496.301.513**	**100**

	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2007					
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	108.346.914	51	-	-	108.346.914	22
Outras Entidades do Estado	28.657	-	5.329.764	2	5.358.421	1
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	70.088.868	33	-	-	70.088.868	14
Outros -						
No País	19.663.422	9	82.310.555	30	101.973.977	21
No Exterior	14.492.642	7	186.198.634	68	200.691.276	42
Total	**212.622.503**	**100**	**273.838.953**	**100**	**486.461.456**	**100**

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

Aumento do Capital Social em 2008

Foi aprovado na Assembléia Geral de Acionistas ocorrida em 25 de abril de 2008 um aumento do Capital Social de R$2.432.207 para R$2.481.508 com emissão de 9.840.057 novas ações, mediante a capitalização de R$49.200 do saldo da Reserva de Capital de Doações e Subvenções para Investimentos, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 2,02% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R$5,00.

Aumento do Capital Social a ser proposto a Assembléia Geral ordinária em abril de 2009

O Conselho de Administração da CEMIG irá propor a Assembléia Geral de Acionistas um aumento do Capital Social através, principalmente, da utilização das Reservas de Lucros, de forma a atender ao estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A., que limita o saldo das Reservas de Lucros ao valor do Capital Social da Companhia.

Será proposto à Assembléia Geral a aprovação do aumento do Capital Social da CEMIG de R$2.481.508 para R$ 3.101.884 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R$606.454 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R$13.922 da Reserva de Capital, distribuindo-se aos acionistas, em conseqüência, uma bonificação de 25% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R$ 5,00.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2008	2007
Reservas de Capital:		
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.601.697	2.650.898
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
	3.983.021	4.032.222

	Controladora	
	2008	2007
Reservas de Lucros-		
Reserva Estatutária	1.649.241	1.001.668
Reserva de Retenção de Lucros	843.443	623.776
Reserva Legal	367.236	272.884
	2.859.920	**1.898.628**

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se aos juros sobre o capital próprio utilizado na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a CEMIG decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela CEMIG até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento as necessidades de recursos da Companhia para aplicação em investimentos.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da CEMIG na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

(c) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subseqüente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2008 e 2007 está demonstrado a seguir:

Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais	Controladora 2008	2007
Valor Nominal das Ações Preferenciais	1.396.891	1.369.195
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	139.689	136.920
Valor do Patrimônio Líquido	9.351.634	8.408.056
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	56,27%	56,27%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	5.262.184	4.731.213
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	157.865	141.936
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	157.865	141.936
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	1.887.035	1.742.781
(-) Ajustes feitos em 2008 de forma retrospectiva referente aos efeitos da Lei 11.638 e de ajustes de exercícios anteriores da controlada indireta Light S.A.	-	(7.312)
	1.887.035	1.735.449
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	943.518	867.725
Dividendos Propostos	943.518	867.725
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	531.301	488.269
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	412.217	379.456
Dividendos por valor unitário – R$		
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,57	0,52
Dividendo Obrigatório	1,90	1,78
Dividendos Propostos	1,90	1,78

A Companhia utilizou 5,00% do lucro líquido apurado no exercício de 2008 para constituição de Reserva Legal, no valor de R$94.352.

(d) Ajuste acumulado de conversão

Refere-se a diferença cambial apurada na conversão das Demonstrações Contábeis da Transchile com base nas taxas de final de exercício para ativos e passivos, registrada diretamente nessa conta de Patrimônio Líquido citada.

25) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	(Não auditado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh (*)		R$	
	2008 (*)	2007 (*)	2008	2007	2008	2007
Residencial	9.024.939	8.764.157	9.010.893	8.648.603	4.284.991	4.373.896
Industrial	86.653	86.394	26.690.909	24.696.241	4.001.877	3.360.277
Comércio, Serviços e Outros	847.109	830.818	5.885.857	5.548.409	2.527.824	2.494.502
Rural	403.856	565.169	2.308.136	2.212.485	575.763	588.812
Poder Público	84.153	81.234	1.030.002	968.177	417.756	388.545
Iluminação Pública	3.410	2.681	1.205.469	1.212.251	295.881	309.487
Serviço Público	9.925	9.060	1.339.707	1.325.462	369.911	368.974
Sub-Total	10.529.745	10.319.463	47.461.062	44.602.628	12.473.883	11.912.493
Consumo Próprio	1.157	1.256	51.835	52.941	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	47.571	120.112
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	4.808	11.332
	10.530.902	10.320.719	47.512.897	44.655.569	12.526.362	12.049.937
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	63	39	11.037.166	13.235.965	1.012.176	1.209.731
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	147.295	25.664
Total	**10.530.965**	**10.320.832**	**58.550.063**	**57.891.534**	**13.685.833**	**13.295.332**

(*) A tabela de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light, controlada da RME.
A tabela de MWh inclui 25,00% dos MWh totais vendidos pela Light.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Revisão tarifária da Cemig Distribuição e Light

Em 07 de abril de 2008, a ANEEL divulgou, provisoriamente, o resultado da 2ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. O impacto percebido pelos consumidores foi uma redução média de 12,24% nas contas de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2008, devendo ser considerando que o reajuste teve aplicação diferenciada por categoria de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram uma redução de 17,11% em suas contas de energia comparada a uma redução de 8,02% para os consumidores de alta tensão.

Em 04 de novembro de 2008, a ANEEL estabeleceu, provisoriamente, o reposicionamento tarifário da Light em 1,96%, a partir de 07 de novembro de 2008. Considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atingiu 4,27%. Em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro de -0,41% que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o efeito médio na tarifa percebido pelos consumidores correspondeu a 4,70%.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – "ELETROBRÁS", reembolsava, até abril de 2008, as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas, em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

A ANEEL está revisando os procedimentos de apuração pela Companhia da receita referente a subvenção aos consumidores de baixa renda. Em função dessa revisão, ficaram pendentes de recebimento os valores do período de fevereiro de 2007 a novembro de 2007.

A ANEEL incluiu na revisão tarifária de abril de 2008 os valores a serem reembolsados a Companhia pela subvenção aos consumidores de baixa renda a partir dessa data.

26) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	2008	2007
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.432.112	1.313.499
Receita de Uso da Rede Básica	592.829	537.415
Receita de Sistema de Conexão	125.463	95.016
	2.150.404	**1.945.930**

Conforme consta de alguns contratos de concessão de transmissão estabelecidos com a ANEEL, as receitas a serem auferidas nos últimos 15 anos dos mencionados contratos são 50,00% inferiores às verificadas nos primeiros 15 anos da concessão. A Companhia reconhece as receitas dessas concessões de acordo com os referidos contratos.

27) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Fornecimento de Gás	385.100	297.353	-	-
Serviço Taxado	18.496	15.482	-	-
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	94.957	75.593	-	-
Prestações de Serviços	91.416	68.015	-	343
Aluguel e Arrendamento	56.580	50.081	490	493
Outras	5.025	51.745	-	39.902
	651.604	**558.269**	**490**	**40.738**

28) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Tributos sobre a Receita				
ICMS	3.060.044	3.017.522	-	4.182
COFINS	1.230.972	1.228.455	-	-
PIS-PASEP	247.828	253.106	1	-
Outros	3.561	-	1	-
	4.545.403	4.499.083	2	4.182
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	180.499	144.922	-	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	38.660	28.972	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	390.985	390.803	-	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	374.133	408.864	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	27.973	27.646	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	27.460	26.258	-	-
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	12.209	17.505	-	-
Encargos de Capacidade Emergencial	-	1.564	-	13
	1.052.119	1.044.534	-	13
	5.597.522	**5.543.617**	**2**	**4.195**

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a Parcela A e Reajuste Tarifário Diferido em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

29) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Pessoal	1.105.436	968.207	12.601	22.948
Obrigações Pós-Emprego	264.219	123.007	11.185	5.144
Materiais	104.981	93.596	243	421
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	69.573	58.908	-	-
Serviços de Terceiros	675.820	619.665	18.061	10.730
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.959.745	2.793.722	-	-
Depreciação e Amortização	715.045	778.144	350	701
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	130.565	137.349	-	-
Provisões Operacionais	205.832	290.598	63.108	30.085
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	724.408	649.737	-	-
Gás Comprado para Revenda	228.764	154.241	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas	321.315	294.516	12.897	15.085
	7.505.703	**6.961.690**	**118.448**	**86.114**

DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Remunerações e Encargos	1.042.601	995.975	6.204	18.911
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	48.678	34.274	2.057	1.487
Benefícios Assistenciais	125.330	116.640	2.797	2.550
	1.216.609	1.146.889	11.058	22.948
Programa Prêmio de Desligamento – PPD	50.374	-	1.543	-
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(161.547)	(178.682)	-	-
	(111.173)	(178.682)	1.543	-
	1.105.436	968.207	12.601	22.948

PROGRAMA PRÊMIO DESLIGAMENTO – PPD

Em 11 de março de 2008, foi aprovado pela Diretoria Executiva o Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea, a partir daquela data. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do PPD.

Para os empregados com 55 anos de idade e 35 anos de contribuição, se do sexo masculino, ou 30 anos de contribuição, se do sexo feminino, somente são assegurados os incentivos financeiros do Programa se a adesão ocorrer no prazo máximo de 90 dias após a data de atendimento aos critérios de idade e tempo de contribuição mencionados.

Em 31 de dezembro de 2008 o PPD já contava com a adesão de 486 empregados (104 empregados da Cemig Geração e Transmissão S.A., 372 da Cemig Distribuição S.A. e 10 da Controladora), sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros no valor de R$50.374.

SERVIÇO DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	108.596	111.738	-	-
Comunicação	61.627	80.930	1.735	1.368
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	113.102	108.464	112	30
Conservação e Limpeza de Prédios	37.356	36.073	20	27
Mão de Obra Contratada	35.414	19.029	874	165
Fretes e Passagens	10.855	8.609	1.871	1.302
Hospedagem e Alimentação	19.490	16.850	298	210
Vigilância	14.784	15.128	-	1
Consultoria	22.658	17.283	3.520	2.673
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	28.051	27.522	9	25
Manutenção e Conservação de Veículos	22.200	19.113	356	191
Culto e Religação	22.400	31.309	-	-
Outros	181.287	127.617	9.266	4.738
	675.820	619.665	18.061	10.730

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado	
	2008	2007
Energia de Itaipu Binacional	911.705	1.197.803
Energia de curto prazo	338.231	119.951
PROINFA	122.710	65.015
Contratos Iniciais	36.593	36.412
Contratos Bilaterais	431.885	350.067
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	957.915	996.809
Parcela A	160.706	27.635
	2.969.745	2.793.722

Os valores da Parcela A referem-se a transferência para o resultado dos valores respectivos recebidos na tarifa. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 08.

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Prêmio de Aposentadoria	2.874	2.756	213	2.283
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	115.669	143.190	(11.958)	(6.994)
Provisão para Contingências Trabalhistas	4.677	54.131	2.656	40.862
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	6.823	42.948	(551)	6.609
Provisão (Reversão) para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	58.619	(5.974)	48.211	(6.475)
Provisão (Reversão) para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	19.141	30.583	19.284	(7.371)
Outras Provisões (Reversões)	(1.971)	22.964	5.255	1.171
	205.832	290.598	63.109	30.085

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Arrendamentos e Aluguéis	40.657	34.102	578	604
Propaganda e Publicidade	32.731	29.235	655	395
Consumo Próprio de Energia Elétrica	15.226	16.729	-	-
Subvenções e Doações	43.264	40.648	960	870
Taxa de Fiscalização da ANEEL	41.543	37.441	-	-
Concessão Onerosa	8.564	14.434	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	18.083	16.481	196	160
Seguros	6.237	5.403	78	95
Contribuição ao MAE	4.139	3.485	4	3
Taxa de Licenciamento – TDRF (*)	24.117	22.535	-	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	12.382	19.968	-	69
FORLUZ – Custeio Administrativo	17.410	20.663	-	895
Outras Despesas (Recuperação de Despesa)	56.962	36.412	10.426	11.994
	321.315	294.516	12.897	15.085

(*) TFDR – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

30) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	292.745	200.464	8.323	16.023
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	168.774	122.659	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	153.622	158.991	-	-
Variação Monetária da CVA	40.924	45.108	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	113.817	404.900	4.356	26.594
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	76.618	130.676	-	-
Variações Cambiais	13.039	119.828	155	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(44.997)	(64.880)	(34.784)	(36.945)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	31.250	8.279	-	-
Ajuste a Valor Presente	18.060	17.650	-	-
Compensação Financeira – RME	82.702	-	82.702	-
Rendas FIDC	-	-	25.670	35.656
Outras	147.150	159.986	29.516	35.807
	1.093.704	1.303.661	116.436	77.135
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(851.399)	(851.855)	(10.485)	(10.185)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(8.379)	(139.048)	-	-
Variação Monetária da CVA	(28.959)	(36.661)	-	-
Variações Cambiais	(135.342)	(9.841)	(16)	(1.708)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(91.680)	(26.343)	(2.375)	(237)
C.P.M.F.	(4.200)	(66.780)	-	(5.536)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre – Atualização	(25.021)	(174.832)	(4.356)	(26.594)
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(194.508)	-	-
Reversão da Provisão PIS/COFINS sobre a Receita	108.090	-	-	-
Outras	(150.443)	(149.508)	(40.950)	(31.532)
	(1.187.333)	(1.649.376)	(58.182)	(75.792)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(93.629)**	**(345.515)**	**58.256**	**1.343**

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

Foi registrada em 2008 um estorno de despesa financeira no montante de R$108.090 referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira. Vide maiores detalhes na Nota Explicativa nº 24.

A Companhia reconheceu um ganho financeiro, no 2º trimestre de 2008, no montante de R$82.702, referente a uma compensação financeira a ser paga pelos acionistas da RME pela renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra dos direitos dos sócios da RME sobre os ativos de geração da Light por um valor previamente acordado. Um dos acionistas da RME realizou o pagamento integral em julho de 2008 sendo que os demais farão o pagamento em um período máximo de 9 anos, com correção pela SELIC mais 1,00% ao ano, utilizando-se de 10,00% dos dividendos a serem pagos pela LIGHT aos acionistas da RME nesse período.

31) – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A Companhia e suas controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão utilizaram como critério inicial para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2008 e 2007 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC. Adicionalmente, nos acordos coletivos em novembro de 2008 e 2007, foram pactuadas com os sindicatos pagamentos de parcelas extraordinárias de R$272.649 e R$358.573, respectivamente. As parcelas adicionais mencionadas foram pagas dentro dos próprios exercícios.

Em conformidade com os referidos acordos, a participação no resultado dos exercícios de 2008 e 2007, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, corresponderam a R$370.350 e R$454.885, respectivamente.

32) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
EMPRESAS	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	682.227	674.428	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	12.117	127	9.667	2.663	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	517.707	684.788	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	394	351	36	2.664	-	-	-	-
Light S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	51.822							
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores (1)	1.916	2.021	-	-	88.622	68.870	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante (2)	165.497	167.328	281.134	288.302	(2.575.788)	(2.535.715)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (3)	1.600.673	1.763.277	-	-	-	120.326	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante (2)	79.170	57.991	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (4)	17.200	36.195	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	125.677	-	-	-	-
Debêntures (5)	-	-	22.908	148.726	-	-	112.769	(40.224)
Fundo de Direitos Creditórios (6)	-	-	990.280	990.386	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG (7)	-	-	16.657	16.592	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (8)	-	-	74.969	68.665	-	-	(207.878)	(101.696)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante (8)	-	-	1.146.784	1.131.067	-	-	-	-
Outros	-	-	72.133	69.410	-	-	-	-
Pessoal (09)	-	-	-	-	-	-	(68.678)	(34.274)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(15.713)	(20.845)
Outros								
Juros sobre Capital Próprio	103.931	141.391	-	-	36.147	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	5.256	4.198	-	19.045	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. O saldo no montante de R$17.200 em 31 de dezembro de 2008 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses.

(2) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.

(3) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 14.

(4) Parcela substancial do valor refere-se a renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;

(5) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2008 foi ajustado a valor presente, conforme nota explicativa nº 21.);

(6) Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano. Vide informações Nota Explicativa nº 14;

(7) Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a. a.);

(8) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG,Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações Nota Explicativa nº 23.

(9) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 23) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.

(10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores no exercício de 2008 é conforme segue:

Remuneração	5.716
Benefícios Fortuz	442
Benefícios outros	371
Total	6.529

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 11, 14, 20, 21, 23, 24, 25, 29 e 31.

33) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Créditos a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e "swaps" de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos ao valor justo e encontram -se classificados conforme abaixo:

- Mantidos para negociação: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item 'b'). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores e revendedores e créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva e ajustados ao valor justo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da CEMIG estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2008, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item "b".

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado e Controladora 2008	2007
Dólar Norte-Americano (nota 20)		
Empréstimos e Financiamentos	411.479	361.652
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap (*)	(63.198)	(122.099)
	348.281	239.553
Yen (nota 20)		
Empréstimos e Financiamentos	100.160	61.483
(-) Operações Contratadas de Hedge	(100.037)	(61.409)
	123	74
Outras Moedas Estrangeiras (nota 20)		
Empréstimos e Financiamentos		
Euro	30.006	28.874
Outros	5.229	4.533
	35.235	33.407
Passivo Líquido Exposto	**383.639**	**273.034**

(*) Inclui a operação contratada de R$75.000

A Companhia estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2009 será de 0,55%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente:

Risco - Exposições Cambiais	Base 2008	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	411.479	413.768	517.650	621.532
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap (*)	(63.198)	(63.550)	(79.505)	(95.460)
	348.281	350.218	438.145	526.072
Yen				
Empréstimos e Financiamentos	100.160	100.717	126.004	151.290
(-) Operações Contratadas de Hedge	(100.037)	(100.593)	(125.848)	(151.104)
	123	124	156	186
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos				
Euro	30.006	30.173	37.749	45.324
Outros	5.229	5.258	6.578	7.898
	35.235	35.431	44.326	53.222
Passivo Líquido Exposto	**383.639**	**385.773**	**482.626**	**579.480**
Efeito Líquido da Variação Cambial	-	**(2.134)**	**(98.987)**	**(195.841)**

Risco de Taxa de juros

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R$109.272, em 31 de dezembro de 2008 (R$144.305 em 31 de dezembro de 2007).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 5)	1.953.165	1.622.729	239.545	16.214
Ativos Regulatórios (nota 7)	1.642.528	1.914.959	-	-
	3.595.693	3.537.688	239.545	16.214
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 20)	(5.122.700)	(5.426.247)	(80.328)	(79.322)
Passivos Regulatórios (nota 7)	(668.916)	(1.139.243)	-	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap (nota 33)	(162.235)	(183.508)	-	-
	(5.953.851)	(6.748.998)	(80.328)	(79.322)
Passivo Líquido Exposto	**(2.358.158)**	**(3.211.310)**	**159.217**	**(63.108)**

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC no final de 2009 será de R$11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Base 2008 CDI 13,75%	Cenário Provável SELIC 11,75%	Cenário Possível SELIC 14,69%	Cenário Remoto SELIC 17,63%
Ativos				
Aplicações Financeiras	1.953.165	1.914.102	1.971.525	2.029.948
Ativos Regulatórios	1.642.528	1.609.677	1.657.969	1.706.259
	3.595.693	3.523.779	3.629.493	3.735.208
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(5.122.700)	(5.020.246)	(5.170.853)	(5.321.461)
Passivos Regulatórios	(668.916)	(655.538)	(675.204)	(694.870)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(162.235)	(158.990)	(163.760)	(168.530)
	(5.953.851)	(5.834.774)	(6.009.817)	(6.184.860)
Passivo Líquido Exposto	**(2.358.158)**	**(2.310.995)**	**(2.380.325)**	**(2.449.655)**
Efeito Líquido da Variação da SELIC	-	**(47.163)**	**22.167**	**91.497**

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. As clausulas restritivas foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2008 e durante todo o exercício de 2008.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa") ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ganho em 2008 no montante de R$31.250 e uma perda em 2007 no montante de R$186.229, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, a CEMIG adotou o Pronunciamento Técnico CPC nº 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. Os impactos referentes a sua adoção, no montante de R$9.755, referem-se a diferença entre o valor justo apurado, novo critério de reconhecimento utilizado, e o valor da curva de mercado para os instrumentos derivativos – "Swap" da Companhia.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição em 31 de dezembro de 2008.

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de vencimento	Valor principal contratado*		Perda não realizada				Efeito Acumulado	
					Valor conforme contrato		Valor Justo		Valor recebido	Valor pago
			2008	2007	2008	2007	2008	2007	31/12/2008	
US$ variação cambial + taxa (0,05% a.a. a 7,40% a.a.)	R$ 100% do CDI + taxa (1,50% a.a. a 2,01% a.a.)	De 04/2008 até 06/2013	US$99.130	US$99.632	(87.872)	(128.839)	(87.301)	(135.741)	-	(23.894)
¥ (Yen japonês) variação cambial + taxa (2,00 % a.a.)	R$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥5.878.823	¥5.878.823	2.963	(29.828)	2.937	(46.948)	-	(8.634)
R$ 108,00% do CDI	R$ de US$ 48,00% do CDI ou variação cambial mensal (o que for maior)	Em 04/2010	R$75.000	-	132	-	132	-	2.552	(32.438)
					(84.677)	(158.448)	(84.332)	(184.389)	2.552	(65.000)

(*) Valor principal contratado (em milhares) nas datas de 30/09/2008 e 30/09/2009

Adicionalmente a controlada em conjunto Light utiliza operações de "swap" para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 31 de dezembro de 2008, é positivo em R$2.771 (negativo em R$2.532 em 31 de dezembro de 2007).

c) Análise de sensibilidade

Os dois primeiros instrumentos derivativos demonstrados na tabela acima indicam que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia estima que a taxa do CDI no final de 2009 será de 11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa do CDI de 25% e 50% em relação a 31 de dezembro de 2008 , cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de dezembro de 2009 seria de 14,69% e 17,63% respectivamente.

O último instrumento derivativo demonstrado na tabela acima indica que a Companhia está exposta a variação da cotação do dólar norte-americano em relação ao Real (caso seja superior a 48,00% do CDI). A Companhia estima que a cotação do dólar norte-americano em relação ao Real no final de 2009 será de R$2,35. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta uniforme na cotação do dólar de 25% e 50% em 2009, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2009 seria de R$2,94 e R$3,53 respectivamente.

	Base	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Hedge em US$ e Yen	(238.205)	(233.470)	(240.474)	(247.479)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		**4.765**	**(2.239)**	**(9.244)**
Risco - Alta do US$				
R$108,00% do CDI	75.000	75.417	94.352	113.288
Efeito Líquido da Variação do US$		**(417)**	**(19.352)**	**(38.288)**

34) – SEGUROS

A CEMIG mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
CEMIG, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	28/04/2008 a 28/04/2009	15.944	228
Aeronáutico – Aeronaves	Responsabilidade Civil	28/04/2008 a 28/04/2009	56.088	62
Almoxarifados, Instalações Prediais e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	10/08/2008 a 10/08/2009	626.066	86
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência	Total	05/05/2008 a 05/05/2009	* 1.777.281	3.064
Light				
Diretores e Conselheiros	Total	10/08/2008 a 10/08/2009	70.110	196
Responsabilidade Civil Geral	Total	25/09/2008 a 25/09/2009	18.277	504
Risco Operacional	Total	31/10/2008 a 31/10/2009	** 2.259.176	1.108

(*) O limite máximo de indenização (LMI) é de R$143.784 mil.

(**) O limite máximo de indenização (LMI) é de R$548.602 mil.

A CEMIG, exceto para o ramal aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

35) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A CEMIG e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 em diante	Total
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.280.148	834.201	884.518	1.090.601	1.224.035	1.034.865	996.370	7.344.738
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	767.576	917.611	946.556	979.153	1.013.733	-	-	4.624.629
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	67.140	72.340	75.138	78.971	82.725	-	-	374.314
Dívida com Plano de Pensão Forluz	74.969	78.349	67.504	63.407	41.346	43.826	572.511	941.912
Compra de Energia Leilão	1.364.505	2.215.979	2.812.886	3.036.830	2.875.593			12.325.793
Investimentos Regulatórios	677.380	473.825	421.644	418.918	-	-	-	1.991.767
Luz para Todos 2	157.573	249.786	-	-	-	-	-	407.359
Concessões Onerosas	2.362	2.363	2.363	7.395	14.441	14.441	312.842	356.207
Total	**4.411.653**	**4.844.454**	**5.210.609**	**5.673.275**	**5.251.873**	**1.093.132**	**1.881.723**	**28.366.719**

36) – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. E DA LIGHT SESA

a) Cemig Distribuição

Em 07 de abril de 2008, a ANEEL divulgou o resultado da 2ª Revisão Tarifária da Cemig D. O impacto percebido pelos consumidores foi uma redução média de 12,24% nas contas de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2008, devendo ser considerando que o reajuste teve aplicação diferenciada por categoria de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram uma redução de 17,11% em suas contas de energia comparada a uma redução de 8,02% para os consumidores de alta tensão.

O resultado da Revisão se insere no contexto da regulamentação em vigor que prevê o repasse de ganhos de produtividade à tarifa cobrada aos consumidores, resultantes de redução de custos obtida nos últimos anos do ciclo tarifário.

No que se refere às tarifas de uso do Sistema de Distribuição – TUSD, cobradas dos consumidores livres em função da utilização da rede da Cemig Distribuição, ocorreu um aumento de 2,01% na tarifa, resultado principalmente do aumento de 3,25% nos consumidores conectados em 138kV.

Deve-se ressaltar que a partir do 2º ciclo de revisão tarifária da Cemig D, as Obrigações Especiais passaram a ser amortizadas, com o registro a crédito no resultado do exercício, utilizando-se a taxa média de depreciação dos ativos que lhe deram origem. O crédito no resultado de 2008 referente a essa depreciação correspondeu a R$85.187.

b) Light SESA

Em reunião pública realizada em 04 de novembro de 2008, a ANEEL estabeleceu, provisoriamente, o reposicionamento tarifário estrutural da Light Serviços de Eletricidade S/A em 1,96%, que entrou em vigor em 07 de novembro de 2008. Considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atingiu 4,27%. Em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro de -0,41% que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o efeito médio na tarifa percebido pelos consumidores correspondeu a 4,70%.

Com relação aos adicionais financeiros, cabe ressaltar que a ANEEL deu provimento ao recurso administrativo interposto pela Light quando de seu reajuste de 2007. Neste recurso, a empresa solicitou o recálculo da CVA Energia referente ao período de 2005 e 2006. O impacto desta decisão foi de R$76,8 milhões na Light, representando um adicional tarifário de 1,48%, vigente por 12 meses.

O processo de revisão tarifária tem como principais resultados: o reposicionamento tarifário, que estabelece tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração sobre os investimentos prudentes e; o Fator X, que estabelece metas de produtividade para o período tarifário subseqüente.

Para o cálculo do reposicionamento tarifário, a ANEEL realiza a apuração: (i) dos custos operacionais eficientes, utilizando a metodologia de Empresa de Referencia – ER, (ii) dos investimentos prudentes, utilizando a Base de Remuneração Regulatória, (iii) do nível de perdas regulatórias a serem repassadas aos consumidores e (iv) dos custos não-gerenciáveis, que são a Parcela A.

37) – EVENTOS SUBSEQUENTES

Foi anunciada pela Companhia, em 04 de fevereiro de 2009, a aquisição de 49% da participação societária em três parques eólicos, localizados no Ceará, com potência total de quase 100 MW e previsão de início de operações em 90 dias. A CEMIG vai investir R$ 213 milhões na aquisição desses três parques eólicos.

Com a concretização do negócio, a CEMIG passa a ter participação de 49% nas seguintes empresas: Central Eólica Praias de Parajuru (28,8 MW), no município de Beberibe (a 110 km de Fortaleza), Central Eólica Praia do Morgado (28,8 MW) e Central Eólica Volta do Rio (42,0 MW), ambas no município de Acaraú (a cerca de 250 km de Fortaleza), totalizando 99,6 MW de potência instalada.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela CEMIG estarão sujeitas à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Caixa Econômica Federal e da Eletrobrás. Além disso, a operação será notificada ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade.

38) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG-GT	CEMIG-D	Rio Light	STEPLEMENT, SATELLITE, ECTE	GASMIG	AIRONAS	SÃO CARVALHO	RONAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Disponibilidades	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Contas a Receber	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ativo Regulatório	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Estoques	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Investimentos/Imobilizado	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
PASSIVO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Fornecedores e Suprimentos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Empréstimos, Financiamento e Debentures	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Obrigações Pós-Emprego	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Outros Passivos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Participações Minoritárias	-	-	-	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Patrimônio Líquido	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL												
Pessoal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Pessoal Administrativo e Conselheiros												
Obrigações Pós-Emprego	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Materiais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Materia Prima	-	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Serviços de Terceiros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos	-	[illegible]	-	-	-	-	-	-	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Depreciação e Amortização	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Provisões Operacionais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	-	-	[illegible]	-	[illegible]
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	[illegible]	-	-	-	-	-	[illegible]
Outras Despesas Líquidas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro Operacional antes do Resultado do Equivalente Patrim. e Resultado Financeiro Líquido	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Resultado Financeiro	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Lucro Antes do Operacional	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Resultado Não Operacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Imposto de Renda e Contribuição Social	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Participações Minoritárias	-	-	-	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Participações dos Empregados	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Lucro Líquido do Exercício	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG-GT	CEMIG-D	RBS Ligt	CTEP/SATE/ERT/ELEJ/ELETE	GASMIG	IMPOSTAS	SÃO DAVIDLHO	TOCAL	ULTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Disponibilidade	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Contas a Receber	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ativo Regulatório	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Outros Ativos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Investimentos Imobilizados	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
PASSIVO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Financiamento e Ligamentos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucros e Capital Próprio e Diferenciais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Obrigações Pós-Emprego	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Outros Passivos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Participações Minoritárias	-	-	-	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Patrimônio Líquido	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS												
Pessoal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Obrigações Pós-Emprego	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Materiais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Material Primo	-	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]
Serviços de Terceiros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Custos Pós-Emprego Obrigação Pessoal Pública	-	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Depreciação e Amortização	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Provisões Operacionais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	-	[illegible]
Custos Compensados para Revenda	-	-	-	-	-	[illegible]	-	-	-	-	-	[illegible]
Custos Operacional Líquidos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro Operacional antes do Resultado da Equivalência Patrim. e Resultado Imposto Financeiro	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Resultado Financeiro	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação nos empregados	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Participações Minoritárias	-	-	-	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Participações nos Empregados	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]
Lucro Líquido de Exercício	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]

* * * * * * * * * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Morais
Diretor Presidente

Arlindo Porto Neto
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações

Luiz Henrique de Castro Carvalho
Diretor de Geração e Transmissão

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Distribuição e Comercialização

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Comercial

Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Diretor de Gestão Empresarial

José Carlos de Matos
Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios e, cumulativamente, Diretor de Gás

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
Contador – CRC-MG-53.140

Mário Lúcio Braga
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-47.822

ANEXO I
Página 1/2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição	Outros	Eliminação	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento de Ener. de Energia Elétrica	-	3.258.841	-	6.207.721	29.682	(46.841)	9.449.403
Receita de Uso da Rede	-	111.918	90.989	1.287.158	340.021	(111.158)	1.718.928
Outras Receitas	440	36.205	4.622	241.211	172.251	-	451.929
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(1)	(754.555)	(139.845)	(3.519.515)	(156.445)	-	(4.570.361)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	439	2.652.409	95.766	4.216.556	577.509	(157.999)	7.284.880
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(1.277.777)	(91)	(2.081.488)	(149.812)	157.831	(3.350.336)
Encargo de Uso da Rede de Trans. e Con.	-	(271.761)	(777)	(555.208)	(12.401)	157.831	(724.316)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(228.764)	-	(228.764)
	-	(1.549.538)	(868)	(2.636.696)	(390.977)	315.662	(4.303.417)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal	-	(138.781)	(6.949)	(196.245)	(19.868)	-	(361.843)
Entidade de Previdência Privada	-	(27.246)	(1.363)	(38.536)	(3.782)	-	(70.927)
Materiais	-	(12.781)	(1.622)	(6.222)	(2.213)	-	(22.838)
Materiais para Manutenção Produção de Energia	-	(8.073)	-	-	-	-	(8.073)
Serviços de Terceiros	-	(87.102)	(11.758)	(436.284)	(41.488)	-	(576.632)
Depreciação e Amortização	-	(78.155)	(20.981)	(419.422)	(55.121)	-	(573.679)
Provisões	-	(3.883)	(1.871)	(2.902)	(2.758)	-	(11.414)
Contribuições Financeiras p/ Os Recursos Hídricos	-	(17.838)	-	-	(2.048)	-	(19.886)
Outras	-	(45.477)	(3.446)	(30.902)	(23.234)	-	(103.059)
	-	(419.336)	(47.987)	(1.130.246)	(176.854)	-	(1.774.423)
CUSTO TOTAL	-	(1.968.874)	(48.855)	(3.766.942)	(567.831)	315.662	(6.077.840)
LUCRO BRUTO	439	683.535	46.911	449.614	209.678	-	1.207.040
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas com Vendas	-	(7.951)	-	(138.444)	(7.424)	-	(153.819)
Despesas Administrativas	(79.440)	(65.752)	(20.207)	(218.211)	(14.349)	-	(397.959)
Outras	-	(17.334)	(2.307)	(111.888)	(214)	-	(131.743)
	(79.440)	(91.037)	(22.514)	(468.543)	(21.987)	-	(683.521)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	(77.001)	592.498	24.397	(18.929)	187.691	-	708.556
RECEITA(DESPESA) FINANCEIRA	15.254	277.649	11.241	87.648	32.965	-	424.757
Lucro (prejuízo) Operacional antes do resultado de Partic e Contribuição Social e Participação dos Empregados	(61.747)	870.147	35.638	(131.577)	220.656	-	1.133.313
Imposto de Renda e Contribuição Social	21.012	(251.116)	(11.777)	(28.448)	(80.304)	-	(350.633)
Participação dos Empregados	11.824	(99.666)	(3.964)	(72.240)	(2.948)	-	(167.994)
Participação dos Acionistas	-	-	-	(116.271)	324	-	(115.947)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES	(28.911)	519.365	19.897	316.112	137.728	-	948.191

ANEXO I
Página 2/2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição	Outros	eliminação	Total
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	3.086.283	-	10.312.757	12	(113.730)	13.285.332
Receita de Uso da Rede	-	106.593	525.858	1.401.558	-	(148.059)	1.945.930
Outras Receitas Operacionais	40.738	42.864	9.799	87.721	383.910	(6.753)	558.269
	40.738	**3.236.794**	**634.627**	**11.802.036**	**383.922**	**(268.542)**	**16.789.531**
DEDUÇÕES A RECEITA OPERACIONAL	(4.195)	(848.391)	(128.300)	(4.685.589)	(78.145)	-	(5.543.817)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**36.543**	**2.888.309**	**409.327**	**7.176.400**	**305.777**	**(268.542)**	**10.246.914**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(102.597)	-	(2.811.398)	(38)	125.311	(2.780.722)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(285.462)	-	(532.334)	-	148.059	(649.737)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(154.241)	-	(154.241)
	-	**(388.059)**	**-**	**(3.343.732)**	**(154.279)**	**268.370**	**(3.587.700)**
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal e Administrativos	-	(121.674)	(91.651)	(653.352)	-	-	(866.377)
Obrigações Pós-Emprego	-	(14.408)	(8.070)	(87.878)	-	-	(110.354)
Materiais	-	(11.480)	(8.817)	(71.188)	(444)	-	(89.930)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-	(58.409)	-	-	-	-	(58.409)
Serviços de Terceiros	-	(88.025)	(26.415)	(378.084)	(8.437)	100	(500.828)
Depreciação e Amortização	-	(206.880)	(46.818)	(484.842)	(29.738)	-	(748.198)
Provisões Operacionais	-	(7.718)	277	(42.475)	-	-	(49.914)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(134.102)	-	-	-	-	(134.102)
Outras	-	(41.785)	(16.388)	(67.851)	(12.572)	69	(168.285)
	-	**(684.257)**	**(195.958)**	**(1.795.191)**	**(91.201)**	**172**	**(2.726.395)**
CUSTO TOTAL	**-**	**(1.062.316)**	**(195.958)**	**(5.138.803)**	**(205.480)**	**268.542**	**(6.334.096)**
LUCRO BRUTO	**36.543**	**1.824.043**	**223.369**	**2.037.597**	**100.297**	**-**	**3.921.818**
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas com Vendas	-	(8.017)	-	(227.148)	(672)	-	(235.837)
Despesas Gerais e Administrativas	(74.071)	(41.199)	(16.815)	(188.132)	(1.868)	-	(316.886)
Outras Despesas Operacionais	(11.043)	(9.343)	(7.871)	(75.075)	21.666	-	(81.872)
	(85.114)	**(58.759)**	**(24.486)**	**(488.355)**	**18.119**	**-**	**(637.595)**
Lucro Operacional antes do resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	**(48.571)**	**1.465.284**	**198.883**	**1.549.212**	**119.416**	**-**	**3.284.224**
Resultado Financeiro	1.343	(333.805)	(14.416)	(15.632)	19.995	-	(345.515)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	**(47.228)**	**1.131.479**	**184.467**	**1.533.580**	**136.411**	**-**	**2.938.709**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(116.585)	(267.723)	(45.274)	(103.776)	(32.245)	-	(625.583)
Participação dos Empregados	(12.288)	(72.386)	(37.380)	(332.201)	(423)	-	(454.880)
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	-	-	-	-	(115.480)	-	(115.480)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(176.091)**	**791.170**	**101.803**	**1.037.603**	**(11.734)**	**-**	**1.742.767**

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
Belo Horizonte – MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da controlada em conjunto e da controlada indireta em conjunto, Rio Minas Energia Participações S.A. e Light S.A., respectivamente, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram examinadas por outros auditores independentes. Nas demonstrações contábeis da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG a participação nestas empresas foi avaliada pelo método de equivalência patrimonial, e representava investimento de R$ 265,5 milhões, e a participação desse investimento no resultado do exercício de 2007 totalizou R$ 147,7 milhões de lucro. As demonstrações contábeis dessas investidas, com ativos totais proporcionais de R$ 2.236,6 milhões em 31 de dezembro de 2007, foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas daquele exercício. Nosso relatório, no que se refere aos valores gerados por essas investidas no referido exercício, está fundamentado exclusivamente nos pareceres dos auditores independentes da Rio Minas Energia Participações S.A. e da Light S.A.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres de auditoria de outros auditores independentes sobre os saldos decorrentes das investidas, conforme mencionado no primeiro parágrafo, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior estão sendo apresentadas, para fins de comparação, nas mesmas bases adotadas para o exercício de 2008, conforme previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM nº 506/06. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº. 11.638/07 a demonstração de origens e aplicações de recursos, apresentada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007, foi substituída pela demonstração dos fluxos de caixa.

5. Conforme descrito nas notas explicativas nºs 9, 18 e 23, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2008, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 36 (itens a e b), em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da controlada Cemig Distribuição S.A. e da controlada indireta Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light SESA, em -12,24% e 1,96%, respectivamente, a ser aplicado para o período a partir de 8 de abril de 2008 e 7 de novembro de 2008, respectivamente. No caso da controlada indireta Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light SESA, considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atingiu 4,27%. Possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia e de sua controlada Cemig Distribuição S.A. e sua controlada indireta Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light SESA, em exercícios subseqüentes.

7. As demonstrações contábeis da Fundação de Seguridade Social Brasilight, fundo de pensão patrocinado pela controlada indireta em conjunto Light S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram auditadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 29 de janeiro de 2009, com parágrafo de ênfase sobre a existência de saldo de R$ 130,9 milhões relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária da Entidade, já transitado em julgado, os quais, de acordo com projeções de sua Administração, poderão ser compensados, em aproximadamente nove anos, com tributos a serem recolhidos em anos posteriores. A realização futura do ativo encontra-se condicionada à continuidade do processo de compensação junto à Secretaria da Receita Federal, o qual foi suspenso em setembro de 2005. A manutenção da referida suspensão poderá levar a Entidade a, eventualmente, provisionar o ativo. Este ativo garantidor de reservas atuariais da Entidade foi deduzido no cálculo do déficit atuarial das controladas patrocinadoras (Light), conforme requerido pela Deliberação CVM nº 371/00. Consequentemente, caso haja provisão desse valor, o efeito proporcional no resultado da Companhia será de R$ 17,1 milhões.

11 de março de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

ÍNDICE

	Página
Relatório da Administração 2007	3
Mensagem da Administração	3
Cenário Econômico	5
Nossos Negócios	6
Valor da Marca CEMIG	7
Planejamento Estratégico	8
Investimentos	9
Comercialização de Energia Elétrica	14
Desempenho Econômico Financeiro	18
Liquidez e Fluxo de Caixa	23
Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida	24
Governança Corporativa	26
Mercado de Capitais	27
Política de Pagamento de Dividendos	30
Proposta de Destinação do Lucro	30
Relacionamento com os Auditores Independentes	30
Gerenciamento de Riscos	31
Tecnologia	33
Responsabilidade Social	37
Considerações Finais	47
Balanço Social	48
Cemig em Números	49
Composição dos Conselhos e da Diretoria	50
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	51
Demonstrações de Resultados dos Exercícios	53
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	54
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos	55
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
1) Contexto Operacional	56
2) Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis	59
3) Princípios de Consolidação	63
4) Das Concessões	64
5) Disponibilidades	66
6) Consumidores e Revendedores	66
7) Ativos e Passivos Regulatórios	67
8) Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	68
9) Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento	70
10) Despesas Antecipadas e Passivo Regulatório – CVA	71
11) Tributos Compensáveis	71
12) Créditos Tributários	72
13) Reajuste Tarifário Diferido	73
14) Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	74

Continuação **Página**

15) Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS 76
16) Investimentos 77
17) Imobilizado e Intangível 84
18) Fornecedores 86
19) Impostos, Taxas e Contribuições 86
20) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures 87
21) Encargos Regulatórios 90
22) Obrigações Pós-Emprego 90
23) Passivo Regulatório – Revisão da Receita de Transmissão 96
24) Contingências Judiciais 96
25) Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas 101
26) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica 104
27) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres 105
28) Outras Receitas Operacionais 105
29) Deduções à Receita Operacional 106
30) Custos e Despesas Operacionais 106
31) Resultado Financeiro Líquido 108
32) Resultado não Operacional 109
33) Participação dos Empregados no Resultado 109
34) Transações com Partes Relacionadas 110
35) Exposição e Gerenciamento de Riscos 110
36) Instrumentos Financeiros 112
37) Seguros 114
38) Obrigações Contratuais 114
39) Revisão Tarifária Periódica da Cemig Distribuição – Fato Relevante 115
40) Demonstrações dos Resultados Segregados por Empresa 116

Anexos
I - Demonstrações dos Fluxos de Caixa 119
II - Demonstrações do Valor Adicionado 121
III - Demonstrações dos Resultados Segregados por Atividade 122

Parecer 124

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2007

Senhores Acionistas,

A CEMIG submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007. As principais informações deste Relatório referem-se às atividades da Controladora e das empresas nas quais o controle é exercido integralmente, destacando-se a Cemig Distribuição S.A e a Cemig Geração e Transmissão S.A.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Após a primeira onda de consolidação do setor, quando lideramos o processo através da aquisição da Light S.A., empresa de distribuição de energia elétrica e da TBE, grupo de cinco linhas de transmissão, iniciamos 2007 pela preparação de nossa empresa para enfrentar uma concorrência maior devido ao sucesso obtido em 2006.

Com a percepção positiva dos investimentos que fizemos, o mercado investidor despertou para as oportunidades de crescimento através de aquisições. Com isto, a dificuldade de se conseguir bons ativos aumentou significativamente, principalmente para nós que temos metas de retorno estabelecidas por nossos acionistas e consubstanciados no nosso Plano Diretor e que visam garantir a sustentabilidade de nosso crescimento.

O grande desafio para 2008 é a retomada da posição de liderança do processo de consolidação e, para alcançá-la, foi necessário proceder algumas mudanças na condução de nosso Plano Diretor.

Primeiramente, procedemos algumas alterações em nosso estatuto buscando dar uma agilidade maior no processo decisório e uma estrutura organizacional mais adaptada ao novo contexto competitivo.

Reestruturamos o processo de planejamento estratégico para permitir que as mudanças conjunturais sejam incorporadas na medida de sua identificação. Este aspecto irá agregar uma maior dinamicidade na avaliação dos impactos causados pelas mudanças e comprometer um maior número de executivos no redirecionamento das iniciativas estratégicas para a consecução das metas estabelecidas no Plano Diretor.

Constituímos a Diretoria de Novos Negócios e a Diretoria de Comercialização visando dar flexibilidade e competitividade nos dois segmentos mais expostos aos mercados investidor e de comercialização de energia. Acreditamos que esta nova estrutura permitirá uma identificação mais eficaz das oportunidades em ambos mercados principalmente aquelas voltadas à aquisição de novos ativos e a da captura dos benefícios dela decorrentes.

Por outro lado, buscamos a excelência operacional de nossos ativos que também vão ser submetidos a uma revisão de processos visando torná-los mais eficientes e mais econômicos. Para isto vamos contratar uma empresa de consultoria de renome internacional que possa trazer novas práticas que, em conjunto com as práticas atuais, irão proporcionar redução de custos que agregarão não só grande valor aos nossos acionistas, mas também benefícios aos nossos consumidores atendidos pela nossa Distribuidora de Energia Elétrica.

Continuamos a implementar a nossa política de gestão do capital humano visando a adotar, de forma definitiva, uma melhor prática de remuneração de nossos empregados vinculando-a ao seu desempenho. Esta prática irá materializar os ganhos de eficiência obtidos pela revisão de projetos em aumentos de produtividade e lucratividade.

Atingimos em 2007 um lucro líquido de R$1,7 bi e a geração de caixa de R$4,1 bilhões, medida pelo LAJIDA, o que assegura os recursos necessários para nossa expansão. No período de 2004 a 2007 superamos em 2,9% a meta de lucro líquido acumulado estabelecido no Plano Diretor.

Estes resultados nos colocam entre os melhores desempenhos do setor elétrico conforme havíamos projetado em nossas estimativas divulgadas ao mercado. Aliás, como poderão comprovar pelos relatórios que publicamos, todos nossos indicadores estão em consonância com as metas de nosso Plano e os limites inscritos em nosso estatuto, o que preserva um dos pilares de nossa estratégia de crescimento que é a saúde financeira da empresa.

Destacamos os investimentos realizados que irão proporcionar ganhos adicionais tão logo maturem. Nos últimos cinco anos, investimos mais de R$6,2 bilhões em nossas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Somente o Programa Luz para Todos, de universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica, representou investimentos de R$1,6 bilhão no acumulado dos dois últimos anos. Esses investimentos se materializaram na ligação de 279 mil novos consumidores no exercício de 2007, o que permitiu a redução drástica do número de pessoas que vivem na área rural do estado de Minas Gerais sem acesso à energia elétrica.

Além dos investimentos em distribuição, investimos, de forma acentuada, em empreendimentos de transmissão e geração de energia elétrica. Entre esses projetos, deve ser destacada a participação da Companhia no consórcio vencedor do leilão referente à UHE Santo Antônio , primeira usina do Complexo do Rio Madeira, ocorrido em dezembro de 2007. Essa usina, com capacidade instalada de 3.150 MW, contribuirá, de forma significativa, para a garantia do suprimento de energia elétrica para o Brasil na próxima década e cuja entrada em operação está prevista para 2012. Para consecução de nossa estratégia de atuação no setor de geração de energia elétrica, é fundamental a presença na região amazônica, pois é lá que se localizam mais de 60% do potencial em novos projetos de expansão de geração de origem hidráulica.

Buscamos um aprimoramento constante de nosso relacionamento com os acionistas e investidores e, desta vez, vamos facilitar ainda mais o acesso dos investidores aos papéis da Companhia, com o início da negociação das ações ON na Bolsa de Valores de Nova Iorque, ocorrida em 12 de junho de 2007. Também procedemos ao grupamento de ações, levando à sua negociação em base unitária na BOVESPA e paridade com as ADRs na Bolsa de Nova Iorque além da negociação na Bolsa de Madrid - LATIBEX.

Nossas ações obtiveram o segundo maior valor de mercado entre as empresas do Setor Elétrico Brasileiro, em valores médios anuais. Ao final do ano o valor de mercado da Companhia montou a R$ 16 bilhões, refletindo inquietações acerca da crise de crédito nos Estados Unidos, o risco da revisão tarifária e a incerteza quanto ao retorno do Projeto Santo Antonio. Com relação a este projeto, reasseguramos nossa confiança na decisão de investir certos de obter um retorno compatível com nossa política de investimentos. Infelizmente, em razão da existência de um acordo de confidencialidade, não foi possível dar a transparência requerida pelo mercado investidor. Assim que tal acordo permita, complementaremos as informações divulgadas e então todos poderão comprovar que nossa decisão está alinhada com nossa política de investimentos.

Temos confiança de que, por meio de práticas corporativas responsáveis e sustentáveis, aliadas ao nosso compromisso de agregar valor no longo prazo, nossos acionistas continuarão a ter um retorno adequado para os seus investimentos.

Um posicionamento que nos colocou, mais uma vez, entre as empresas líderes mundiais de acordo com o Índice Mundial de Sustentabilidade Dow Jones (Dow Jones Sustainability World Index). Fomos reconhecidos, ainda, como a melhor empresa no supersetor de concessionárias de serviço público, segmento que engloba empresas de energia elétrica, gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública em todo o mundo.

Além do reconhecimento internacional, que reafirma, mais uma vez, sua condição de empresa de classe mundial, fomos reconhecidos por nossos clientes como a melhor concessionária de energia elétrica da Região Sudeste do País, dentre as que possuem mais de 400 mil consumidores, pelo Prêmio Iasc 2006 – Índice Aneel de Satisfação do Consumidor.

Estamos conscientes dos desafios de 2008, cujo ambiente econômico será de muita incerteza e instabilidade, com destaque para a preocupação crescente com a garantia do fornecimento de energia elétrica nos próximos anos. Neste cenário, a CEMIG se apresenta como empresa-líder, investindo com rígida disciplina financeira, o que garante criação de valor, com fundamentos sólidos em seus negócios de geração, transporte e distribuição de eletricidade, pautados pela permanente atualização de acordo com as exigências do setor elétrico e das melhores práticas de gestão empresarial.

Finalmente, agradecemos aos acionistas a confiança em nosso trabalho e, de forma especial, ao nosso acionista majoritário, o Estado de Minas Gerais, representado pelo Governador Aécio Neves. Agradecemos ainda aos nossos empregados pelo comprometimento e dedicação, aos nossos clientes e fornecedores e a todos aqueles que participam dessa nossa bem sucedida história de 55 anos.

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2007 foi marcado pela melhoria de praticamente todos os indicadores da economia brasileira.

O Brasil apresentou um crescimento relevante da sua economia em 2007, o Produto Interno Bruto – PIB teve uma variação positiva superior a 5%, conforme estimativas do mercado financeiro, sendo esse aumento impulsionado principalmente pelo mercado interno.

Contribuiu para o crescimento da economia brasileira a redução gradativa e constante das taxas de juros, a SELIC diminuiu de 13,25% ao ano no final de 2006 para 11,25% em dezembro de 2007.

A manutenção do processo de redução das taxas de juros em 2008 dependerá principalmente do comportamento da inflação, que apresentou um crescimento preocupante no final do ano. Apesar desse crescimento, a inflação acumulada no período de janeiro a dezembro, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, foi de 4,46%, dentro da meta estabelecida pelas autoridades monetárias do País.

No que se refere à Balança Comercial, continuamos a apresentar um superávit expressivo, entre os maiores do mundo, no montante de R$ 40 bilhões, mas 14,1% inferior ao verificado em 2006. Apesar das exportações terem crescido 17% no ano, impactada positivamente pelo aumento do preço de produtos básicos exportados, houve uma pressão de aumento nas importações, que cresceram em um ritmo mais acelerado, 32% em 2007.

Essa redução no saldo da balança comercial pode ser explicada pelo comportamento da taxa de câmbio, com o fortalecimento do Real em relação ao Dólar Norte-americano. A cotação do dólar, de R$2,1380 em 31 de dezembro de 2006 reduziu-se para R$1,7713 no final de 2007, um percentual de depreciação superior a 17%.

Para 2008, espera-se novamente uma taxa expressiva de crescimento da economia brasileira e, em contrapartida, uma maior preocupação das autoridades monetárias com a manutenção das taxas de inflação dentro das metas estabelecidas, o que pode contribuir para a redução no ritmo de queda das taxas de juros.

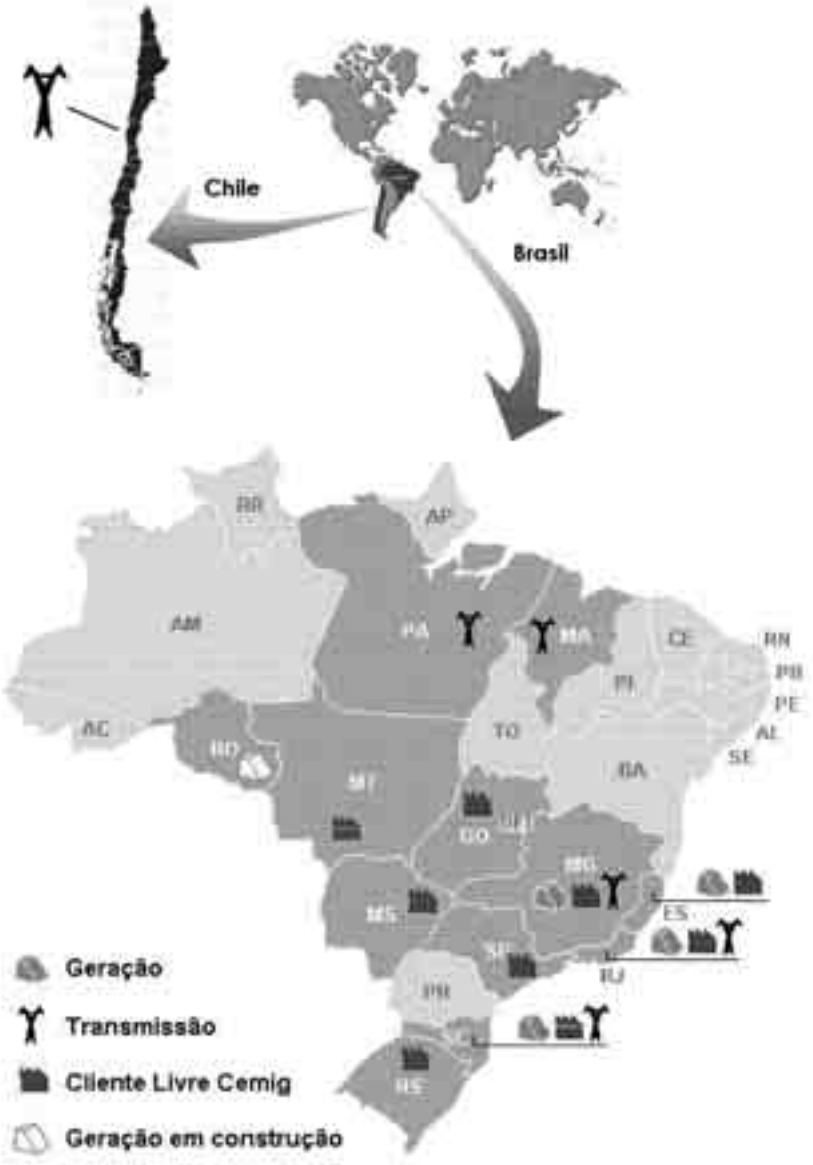
Esse crescimento da economia brasileira previsto para o próximo ano terá um impacto direto no consumo de energia elétrica, o que torna ainda mais necessário o aumento expressivo dos investimentos na expansão da oferta de energia elétrica, com a manutenção de um ambiente regulatório que estimule a entrada de novos investidores no setor.

NOSSOS NEGÓCIOS

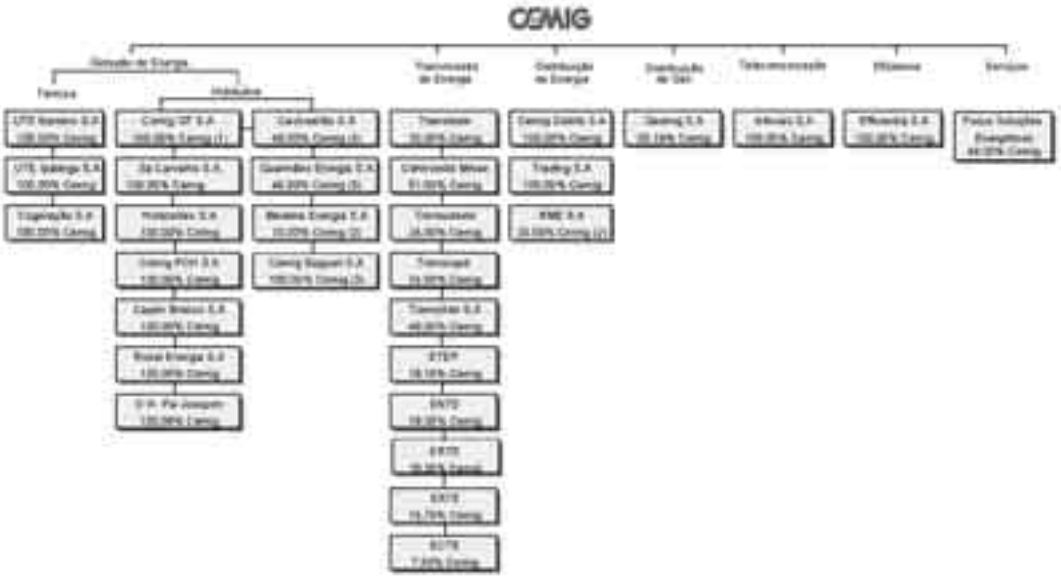
A CEMIG tem uma atuação expressiva no setor elétrico, tendo constituído diversas empresas para o gerenciamento de seus ativos.

Atuação Geográfica

Conforme pode ser observado no mapa abaixo, a CEMIG atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste. Observa-se também sua atuação fora do País com a LT Charrúa – Nueva Temuco, no Chile, com previsão de início de operação no 2º semestre de 2008.



Estrutura Societária



VALOR DA MARCA CEMIG

Atualmente, na era da informação, os produtos, máquinas e equipamentos podem significar menos para as empresas do que a sua imagem, seu *know-how*, sua marca, sua capacidade de desenvolvimento tecnológico, ou mesmo seu capital intelectual. Estes valores, conhecidos como Ativos Intangíveis, quando mensurados, podem valer no mercado muitas vezes mais que os ativos tangíveis registrados contabilmente.

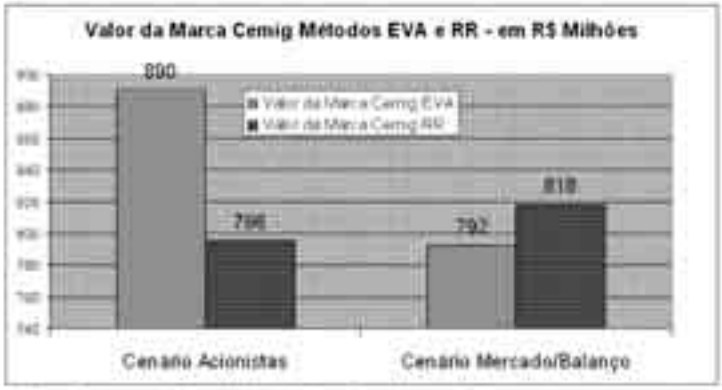
Dentro desse contexto, a Cemig, de forma pioneira no mercado de energia, decidiu avaliar a sua marca com objetivos estratégicos de gestão e mitigação de risco. Criou-se um painel de indicadores da marca Cemig integrado ao Balanced Scorecard da empresa, bem como todo um processo interno de gestão da mesma.

A força de sua marca pode ser vista no relacionamento com clientes, acionistas, formadores de opinião (tais como mídia especializada, ambientalistas, ONGs, Prefeituras, entre outras), investidores e empregados.

O valor da Marca Cemig foi calculado pelo método baseado no Uso Econômico pela Brand Finance, uma das principais empresas do mundo especializadas em valoração de marcas . No método da Brand Finance, procurou-se conhecer o valor futuro do fluxo de lucro gerado pela marca em função do pacto feito com seu cliente e demais stakeholders. Por isso, ele é baseado no valor descontado dos lucros futuros gerados pela marca, segregando-se entre o lucro atribuído aos ativos tangíveis e intangíveis.

Baseado em indicadores ou drivers de valor junto aos stakeholders da marca, a determinação da contribuição da marca ao negócio foi feita a partir de uma pesquisa quantitativa junto aos públicos, avaliando o desempenho da Marca Cemig nos seguintes drivers de valor: Credibilidade, Confiança & Solidez da empresa, Inovação e Tecnologia, Ética e Transparência, Qualidade, Práticas de Gestão, Desenvolvimentista, Imagem, Tarifa/Condiçoes de Contrato, Suporte Técnico/Atendimento, Responsabilidade Socioambiental, Associação com o Estado.

Com isto, o valor da marca Cemig pode ser sumarizado, conforme a seguir, em dois cenários diferentes:



EVA – Economic Value Added (Valor Econômico Adicionado)
RR - Royalty Relief (Valor da Propriedade Intelectual)

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A estratégia da Cemig busca maximizar valor para os acionistas, de forma sustentável, e atendendo ao Plano Diretor (2005/2035), o qual estabelece as bases financeiras para o planejamento estratégico.

Para a execução da estratégia, foca-se na ampliação da área de atuação (energia elétrica e gás) em todo o território brasileiro, respeitando os limites regulatórios; além de se iniciar os investimentos em projetos internacionais. Em 2007, constitui exemplo da materialização dessa estratégia de crescimento a participação da Cemig no consórcio Madeira Energia, vencedor do leilão da usina de Santo Antônio do complexo do Rio Madeira.

Ademais, almeja-se a agregação constante de valor para os acionistas e comunidade, através de uma política reconhecidamente atrativa de dividendos; compromisso com a responsabilidade social e ambiental; lucratividade dos negócios; gestão integrada de riscos; eficiência operacional e um ambiente agradável para se trabalhar.

Outro passo importante para a Cemig foi a implementação de um novo modelo de gestão da estratégia, baseado em um fluxo estrutrado de reuniões que permitiu maior alinhamento e foco, tornando o processo de planejamento e gestão da estratégia contínuo. O modelo proposto contempla a possibilidade de um planejamento estratégico estruturado, bem como um reposicionamento imediato, caso necessário, através de um sistema de alertas estratégicos que podem ser acionados a qualquer necessidade ou oportunidade. A Alta Administração é o foco e a principal usuária do modelo que aciona qualquer área da Corporação. A gestão da estratégia é o conceito adotado, que incorpora o planejamento estratégico tradicional às melhores práticas de gestão.

Em 2006, o processo de implantação desta ferramenta focou a tradução da estratégia corporativa em termos operacionais, tendo sido atualizados e validados os mapas estratégicos dos negócios e construídos os mapas corporativos e painéis estratégicos dos processos de suporte, todos com seus objetivos estratégicos e indicadores de performance, de forma a atender ao indicador principal diretamente derivado do Plano Diretor.

Já em 2007, os esforços se voltaram para o alinhamento em torno da estratégia e a definição das metas de todos os negócios da empresa, para os próximos cinco anos, e das iniciativas que permitirão o alcance da estratégia corporativa.

Todos esses esforços têm por objetivo tornar a CEMIG uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro. Para tanto, devemos buscar oportunidades de aquisição de ativos existentes, aumento da competitividade nos leilões da expansão de geração e de transmissão nos quais participamos, além da busca constante de eficiência operacional e alinhamento à estratégia.

Diante do cenário de consolidação que caracteriza o setor, crescer torna-se um desafio e, acima de tudo, condição de sobrevivência para a CEMIG.

INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a CEMIG vem desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, objetivando sempre o aumento na rentabilidade da Companhia e fortalecimento de sua posição no mercado.

Foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano qüinqüenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

Os principais investimentos da CEMIG, líquidos de alienação de participação societária, foram como segue:

	2007	2006	Var. %
Geração	279	206	35,44
Distribuição	861	1.130	(23,81)
Transmissão	78	359	(78,27)
Venda da Way Tv	(49)	-	-
Outros	22	25	(12,00)
	1.189	**1.720**	**(30,87)**

Geração

A CEMIG e suas controladas possuem 62 usinas, sendo 57 hidrelétricas, 4 termelétricas e 1 eólica, com uma capacidade instalada total de 6.678 MW.

Expansão da Geração de Energia Elétrica

Os principais empreendimentos de geração de energia elétrica em construção estão demonstrados abaixo:

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG	Início previsto da operação
Usina de Baguari	140 MW	34,00%	2º sem/2009
Pequena Central Hidrelétrica ("PCH") de Cachoeirão	20 MW	49,00%	2º sem/2008
PCHs Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Fortuna II e Jacaré	44 MW	49,00%	1º sem/2009

Adicionalmente, deve ser destacada a participação da CEMIG no Leilão referente à UHE Santo Antônio (Complexo do Rio Madeira) em dezembro de 2007, na condição de membro do consórcio vencedor do certame. A UHE Santo Antônio, com instalada de 3.150 MW, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, será construída em parceria de várias empresas, sendo a participação da Cemig Geração e Transmissão S.A. de 10,00% e cujo início de operação está previsto para o ano de 2012.

Estudos de Inventários Hidrelétricos:

Com o objetivo de obter informações sobre as potencialidades energéticas do estado de Minas Gerais, foram viabilizadas as seguintes parcerias para elaboração de estudos de inventários hidrelétricos:

Rios	Parceiros	Potência	Início das Parcerias
São Francisco	Chesf	1.400 MW	Jan/07
Paraopeba	Engevix	47 MW	Jan/07
Jequitinhonha e Araçuaí	Neoenergia e Furnas	990 MW	Ago/07

Estudos de Viabilidade de Usinas Hidrelétricas e Termelétricas:

Foram firmadas parcerias com importantes agentes do setor de geração hidrelétrica do País para desenvolver, em conjunto, estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental de usinas hidrelétricas e termelétricas, que totalizam cerca de 1.300 MW e 70 MW de capacidade instalada, respectivamente.

Programa Minas PCH

O Programa Minas PCH tem como objetivo ampliar o parque gerador da Cemig através da implantação de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) no Estado de Minas Gerais, visando desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída, alavancando o desenvolvimento de mercados regionais no Estado.

Além disso, os consumidores da energia gerada pelas PCHs serão beneficiados pela redução de sua tarifa e poderão, também, ser beneficiados por consumirem energia de fontes renováveis. Os projetos de geração a partir dessas fontes são elegíveis ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, visando à obtenção de créditos de carbono.

A implantação e exploração das PCHs se faz através de sociedades de propósito específico – SPEs privadas, tendo como acionistas empresas autorizadas pela Aneel, investidores e a Cemig (com participação de até 49%). A comercialização da energia é feita através de contrato de venda que será firmado entre a SPE e o consumidor.

Além dos empreendimentos que já tem sua construção prevista para 2007, o Programa Minas PCH conta com 15 PCHs cadastradas, totalizando 209,4 MW de potência instalada, dos quais 68,5 MW com memorandos de entendimentos, 64,9 MW com acordos de confidencialidade assinados e 76,0 MW com análise documental realizada.

Modernização e revitalização das usinas:

A CEMIG vem realizando um amplo programa de modernização e revitalização de algumas de suas usinas, com investimentos de aproximadamente R$250 milhões no período de 2002 a 2009.

Estão em andamento três grandes projetos:

- Modernização da Usina de Três Marias (396 MW) com um investimento de R$53 milhões e conclusão prevista para 2008, que incluiu a atualização tecnológica de diversos sistemas de controle e reforma de suas unidades geradoras, possibilitando a automação da instalação.

- Modernização das unidades geradoras da Usina de Jaguara (424 MW) com investimento de R$60 milhões. Essa usina, que entrou em operação em 1971, foi totalmente modernizada no período de 2004 a 2007. O projeto de modernização incluiu atualização tecnológica dos sistemas de regulação, excitação e proteção, além das reformas parciais dos geradores. A modernização das unidades geradoras possibilitou ganhos de confiabilidade operativa, maior eficiência da proteção física e elétrica e melhor resposta às oscilações do sistema.

- Reforma geral das 04 unidades geradoras da Usina Hidrelétrica de Salto Grande (102 MW). Com investimentos estimados da ordem de R$17 milhões e prazo de conclusão previsto para 2009, o projeto contempla a reforma dos geradores e turbinas, com ganhos significativos de eficiência e confiabilidade da usina.

Setor Sucroalcooleiro

No âmbito do Programa Mineiro de Incentivo ao Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro, estão sendo firmados protocolos de intenções com as usinas de açúcar e álcool que pretendem se instalar em Minas Gerais, sendo signatários o Governo do Estado de Minas Gerais, através de seus diversos órgãos, e a Cemig.

Dessa forma, a Cemig, vem realizando reuniões com os grupos que pretendem implantar novas usinas sucroalcooleiras ou modernizar usinas existentes, de forma a mapear o potencial para cogeração e comercialização e apresentar a proposta de parceria da Cemig na cogeração e/ou comercialização de energia.

Foram identificadas 45 usinas a serem implantadas em Minas Gerais, que poderão atingir uma capacidade instalada de cogeração da ordem de 2.200 MW até 2015, com geração excedente para comercialização de 1.300 MW durante a safra.

Transmissão

Os principais empreendimentos em andamento:

- LT Furnas – Pimenta, 345 kV, com 75 km de extensão, a ser implantada pela Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, com participação da CEMIG (51%) e Furnas (49%). O investimento é de R$47,7 milhões, sendo a participação da Cemig no valor de R$24,3 milhões. Este empreendimento tem previsão de início de operação em janeiro de 2009.

- LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV, circuito duplo, com 205 km de extensão e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile. A CEMIG participa com 49% e a Alusa com 51%. Juntas constituíram a empresa Transchile Charrúa Transmisión S.A. para implantar, operar e manter as instalações objeto da concorrência, com início de operação previsto para julho de 2008. O investimento é de US$ 63,4 milhões, sendo a participação da Cemig no valor de US$31,1 milhões.

Principais empreendimentos com início de operação em 2007:

- LT Itutinga – Juiz de Fora, 345 kV, com 140 km de extensão, implantação pela Companhia Transudeste de Transmissão, com participação da CEMIG (24%), Alusa (41%), Furnas (25%) e Orteng (10%). O custo total da obra foi de R$68 milhões.

- LT Irapé – Araçuaí, 230 kV, com 65 km de extensão, e as subestações – SEs Irapé e Araçuaí, em implantação pela Companhia Transirapé de Transmissão, com participação da CEMIG (24,5%), Alusa (41%), Furnas (24,5%) e Orteng (10%). O custo total da obra foi de R$59 milhões.

Distribuição

Programa "Luz para Todos" – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

A Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica se tornou obrigatória através da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 alterada pela Lei nº. 10.762, de 11 de novembro de 2003. A ANEEL e concessionárias de energia elétrica estabeleceram metas de universalização, do acesso ao serviço público de energia elétrica, para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 kW atendidas em tensão secundária, e sem ônus de qualquer espécie para o solicitante.

O Programa instituído pelo Governo Federal em 2003 e denominado "Luz para Todos", teve como objetivo antecipar a meta de universalização, prevista inicialmente para 2015 para o ano de 2008.

O Programa teve um custo total até 31 de dezembro de 2007, no valor de R$1.599 milhões. O Programa teve a participação de recursos do Governo Federal e Governo Estadual, nos valores de R$593 milhões e R$79 milhões, respectivamente. O valor remanescente de R$927 milhões foi financiado através de recursos próprios da Companhia.

Entre meados de 2004 e dezembro de 2007, foram construídos quase 56 mil km de redes, correspondente a cerca de 22% de toda a rede rural construída pela Cemig no Estado, em seus 55 anos de atuação. No mesmo período, foram também instalados 106 mil transformadores e 476 mil postes. Além disso, 1.700 painéis fotovoltaicos foram instalados naqueles lugares em que não foi possível estabelecer redes convencionais, devido a entraves como questões ambientais, distância e barreiras físicas.

O mercado atendido pelo Programa, além dos produtores e estabelecimentos rurais, abrange as populações atingidas por barragens, escolas municipais e estaduais, poços de abastecimento d'água comunitários, assentamentos rurais, comunidades remanescentes de quilombos e minorias raciais.

Até o final de dezembro de 2007, dentro do Programa de Universalização, foram ligadas aproximadamente 180 mil propriedades rurais, beneficiando uma população de aproximadamente 840 mil pessoas. Há pelo menos um favorecido em todos os 774 municípios da área de concessão da Cemig, sendo que em 475 deles o mercado potencial original foi até mesmo superado. Essa performance faz a empresa campeã de ligações do Programa entre as concessionárias brasileiras.

Com o aumento contínuo do Mercado Potencial gerado devido à ocorrência de desmembramentos de propriedades, à construção de novas residências e ao próprio crescimento vegetativo, estima-se que existam ainda outros 92 mil novos consumidores beneficiários do Programa em todo o Estado. Com isso, a Cemig Distribuição está negociando com o Governo Federal a inclusão de novas ligações dentro do Programa para execução no biênio 2008/2009.

Projetos de Melhoria da Iluminação Pública - Reluz

O objetivo principal deste programa é modernizar os sistemas de Iluminação Pública com a introdução de tecnologia mais eficiente, visando a redução do consumo de energia elétrica no horário de ponta do sistema elétrico, com redução dos gastos com operação e manutenção e aumento da segurança nas vias públicas.

Em 2007 foram executados projetos de melhoria e expansão da iluminação pública envolvendo cerca de 52 mil pontos com investimentos da ordem de R$14 milhões, principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte.

Programa Cresce Minas

Aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da CEMIG, o Programa Cresce Minas, com investimentos previstos de R$759 milhões, deverá ser executado em 4 anos, no período de 2006 a 2010. Os principais objetivos do programa são a recuperação das condições do sistema elétrico para o atendimento ao mercado de Minas Gerais frente à retomada do crescimento; a expansão dos mercados associados à irrigação e aos agronegócios; e a recuperação e manutenção dos níveis de qualidade de serviço dentro dos parâmetros regulatórios.

O projeto Cresce Minas é composto por obras de reforço em subestações, linhas e redes de distribuição no Estado de Minas Gerais, compreendendo um conjunto de 687 km de linhas de distribuição, 11 novas subestações e 101 obras de ampliações em subestações diversas existentes.

Este conjunto de obras beneficiará aproximadamente 340 municípios (41% do total), uma população aproximada de 4,1 milhões e cerca de 1,1 milhão de consumidores em todo o estado.

Gás Natural

A indústria do gás natural no Brasil vivenciou sua primeira crise de abastecimento, obrigando a Petrobras, a principal supridora no país, a buscar alternativas no fornecimento, com contratos em modalidades diversas.

Os acontecimentos ocorridos na Bolívia provocaram alguma mudança quanto ao cumprimento dos níveis de fornecimento já contratados com aquele país e evidenciaram a relevância de se reduzir a dependência do mercado brasileiro do gás de suprimento originário do Gasoduto Brasil/Bolívia - GASBOL. As ações tomadas pela Petrobrás para a contratação do Gás Natural Liquefeito – GNL importado inserem-se como resposta de médio prazo a essa equação cujo fornecimento deverá ter início em meados de 2008.

Em um horizonte mais longo, cabe ainda a agilização de projetos de exploração e produção do gás em bacias brasileiras, assim como a aplicação de políticas que visem uma maior integração energética do Brasil com outros países da América Latina, além da ampliação da infra-estrutura de transporte de gás para o escoamento do gás natural produzido internamente e daquele a ser importado.

A média de consumo de gás natural no país situou-se na casa dos 42 milhões de m³/dia, permanecendo a Região Sudeste em primeiro lugar com 2/3 desse volume. O segmento industrial, o mais representativo entre todos, ocupou 59% do volume distribuído, seguido do segmento termelétrico com 28%, do automotivo que atingiu 13% e dos demais segmentos com 2%.

A expansão da rede da GASMIG permitiu a ampliação da distribuição do gás natural aos clientes que, ao final de 2007 somaram 276 sendo 169 empresas, 90 postos de gás natural veicular e 2 usinas termelétricas, 7 bases de distribuição de Gás Natural Comprimido – GNC, além de 8 clientes consumindo Gás Natural Liquefeito - GNL. O número de clientes atendidos pela GASMIG apresentou um crescimento de 5,75% em relação a 2006. Houve uma redução de 13,47% no volume total de vendas, influenciado, principalmente, pela redução do consumo das termelétricas, com a significativa queda de 60,77%. No entanto, considerando-se apenas o mercado de gás convencional, o volume de gás vendido aumentou 3,51%, em razão, principalmente, do aumento do consumo no segmento industrial.

Telecomunicações

O ano de 2007 foi positivo para o setor de telecomunicações mantendo a expansão dos últimos anos para a telefonia móvel. O serviço de voz atualmente é o principal gerador de receita para as operadoras móveis e estima-se que seja responsável por 80% do faturamento total. Essa tendência deve ser mantida para o exercício de 2008 mas o setor busca uma forma de reverter essa tendência e conseguir que seus clientes utilizem outros serviços disponíveis.

Destaca-se o lançamento das primeiras redes de terceira geração (3G), que permite a oferta de serviços de banda larga móvel. Seguindo a tendência do mercado de telecomunicações, a Empresa de Infovias expandiu a rede em tecnologia ethernet inicialmente para atender a demanda da operadora TIM no "projeto 3G". Este projeto consiste em uma Rede de terceira geração, capaz de oferecer aos seus clientes banda larga a altas taxas de transmissão (velocidades) através de celular.

A Empresa de Infovias foi classificada pelo Anuário Telecom 2007 como a segunda empresa mais eficiente no item de Serviços – Infra-Estrutura de Rede. A análise foi feita considerando o resultado da Empresa em 2006. Agilidade e qualidade no atendimento aos clientes e os preços competitivos foram fundamentais para o desempenho da empresa no ano que passou.

A expectativa para o setor de telecomunicações para o ano de 2008 é de crescimento maior do que o verificado no ano anterior, crescimento que seria impulsionado pelo acesso à banda larga. É certo que em 2008 a América Latina será palco de uma intensa implantação tanto das redes 3G quanto de Wimax para aumentar a penetração de banda larga na região, que é em média de apenas 3% a 5%, enquanto que nas regiões mais desenvolvidas a penetração é de aproximadamente 20%.

Neste ano as perspectivas para a Empresa de Infovias são de investimentos em projetos importantes para sua consolidação no setor e crescimento da sua receita. O Conselho de Administração aprovou a execução do Projeto de Serviços Integrados (SIM) para a prestação de serviços de telecomunicações (voz, telefonia IP, telemetria, internet, entre outros) em 50 cidades no estado de Minas Gerais. Este atendimento será destinado inicialmente à Cemig, mas também poderá atender o mercado corporativo local. O investimento total previsto para o ano de 2008 é de R$ 59,5 milhões.

Outros negócios

A Cemig, em parceria com a Concert Technologies S.A., Nansen S.A. Instrumentos de Precisão, Leme Engenharia Ltda. e FIR Capital Partners Ltda, criou a empresa Focus Soluções Tecnológicas S.A., cuja razão social está sendo alterada para Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., com o objetivo de ofertar soluções de tecnologia e sistemas para a gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades, com atuação:

- na integração de novas soluções, desenvolvidas por ela ou por outras empresas, aos sistemas existentes;
- no desenvolvimento e na implantação de soluções específicas;
- na oferta de serviços de contratação de *hardware* ou consultoria para soluções integradas;

no desenvolvimento, no fornecimento e na comercialização dos equipamentos, softwares e sistemas necessários às soluções ofertadas.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Leilões de Energia Elétrica

Durante o exercício de 2007, a CEMIG participou de diversos leilões no ambiente regulado e livre conforme segue:

Negociações no Ambiente Regulado					
Data	**Leilão**	**Montante comprado pela Cemig Distribuição**	**Preço Médio (MWh)**	**Montante vendido pela Cemig Geração e Transmissão**	**Preço Médio (MWh)**
18/6/2007	Fontes Alternativas	81 MW médios (15 anos)	R$138,85	-	-
18/6/2007	Fontes Alternativas	20 MW médios (30 anos)	R$134,99	-	-
26/7/2007	A-3	431,173 MW médios (15 anos)	R$134,67	-	-
27/9/2007	6º Leilão de ajuste	3,5 MW médios (1 ano)	R$135,74	60 MW médios (1 ano)	R$139,04
16/10/2007	A-5	56 MW médios (30 anos)	R$128,73	43 MW médios (30 anos)	R$125,90
16/10/2007	A-5	126 MW médios (15 anos)	R$128,73	-	-
10/12/2007	Santo Antonio	30.002.603.786 MWh (30 anos)	R$78,87	-	-

Leilões do Ambiente de Contratação Livre

A Cemig Geração e Transmissão vendeu 32.323 GWh e, em contrapartida, adquiriu 3.879 GWh de clientes livres e comercializadoras em leilões realizados no Ambiente de Contratação Livre – ACL, promovidos pela própria Cemig Geração e Transmissão ou por terceiros.

Evolução do Mercado de Energia

O mercado consolidado da CEMIG compreende o mercado das empresas Cemig Distribuição S/A e Cemig Geração e Transmissão S/A, assim como de outras controladas, destacando-se a Light. Por meio dessas empresas, a CEMIG atua em todos os segmentos da indústria de energia elétrica e, com um diversificado portifólio, atende a consumidores finais cativos e livres, além de comercializar energia com outros agentes que atuam nesse mercado.

Após a forte migração de clientes cativos para o ambiente de livre contratação verificada em 2005, nos anos que se seguiram, ainda que em menor freqüência, algumas unidades consumidoras optaram pela aquisição de energia livre. Durante o ano de 2007, 12 consumidores migraram do mercado cativo para o ambiente de livre contratação, representando 0,8% na energia fornecida pela Cemig Distribuição S/A. Desses consumidores, 4 unidades contrataram energia oriunda de fonte incentivada com Controladas do Grupo CEMIG e 1 unidade com a Cemig Geração eTransmissão.

O bom desempenho da economia nacional, sustentado pelo dinamismo dos mercados interno e externo, associado às estratégias de comercialização adotadas pela CEMIG no ambiente livre e à aquisição da Light, em agosto de 2006, por intermédio do Consórcio RME - Rio Minas Energia S.A., contribuíram para o crescimento das vendas de energia em 2007.

Fornecimento de Energia Elétrica

Venda de Energia - GWh

Classe	2003	2004	2005	2006	2007	Var.% 2007/2006
Industrial	21.715	23.071	23.472	23.973	24.686	2,97
Residencial	6.529	6.526	6.590	7.430	8.649	16,41
Comercial	3.402	3.537	3.754	4.439	5.549	25,01
Rural	1.783	1.846	1.941	1.942	2.212	13,90
Outros	2.478	2.499	2.573	2.970	3.507	18,08
Total Vendido a Consumidores Finais	**36.907**	**37.479**	**38.330**	**40.754**	**44.603**	**9,44**
Suprimento	621	364	1.255	11.472	13.236	15,38
Consumo próprio	55	54	29	37	53	43,24
Total	**36.583**	**37.897**	**39.614**	**52.263**	**57.892**	**10,77**

Observamos que o volume de vendas de energia da CEMIG apresenta aumentos em todas as classes de consumo, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. As vendas da Light, consideradas na proporção da participação acionária da CEMIG no consórcio RME (25%), representaram um acréscimo de 5.791 GWh nas vendas totais consolidadas em 2007.

As classes comercial e residencial apresentaram a maior variação positiva em relação às demais, com crescimentos de 25,01% e 16,41%, respectivamente. O crescimento nessas classes deve-se, em grande parte, à participação na Light que contribuiu com 1.836 GWh na classe residencial e 1.439 GWh na classe comercial. Somadas, as duas classes correspondem a 56,55% dos 5.791 GWh fornecidos pela Light.

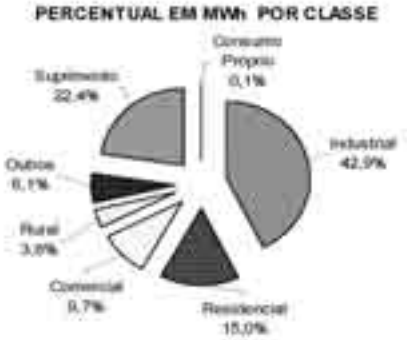
As principais variações nas classes de consumo, além do efeito decorrente da consolidação da Light em 12 meses de 2007 em comparação a 5 meses de 2006, podem ser explicadas pelos seguintes fatores:

- A classe Residencial apresentou melhoria de performance quanto ao consumo, com incremento em função do número de consumidores faturados e pelo bom desempenho de fatores condicionantes, tais como: aumento do emprego e da renda real, oferta de crédito em abundância e o crescimento no volume de vendas de eletrodomésticos.

- A classe Industrial apresentou crescimento de 3,0%. Esse desempenho deveu-se às vendas para clientes livres, reflexo do maior exercício de flexibilidades contratuais e também do esforço da empresa em firmar contratos com novos clientes, inclusive fora da área de concessão.

- A classe Comercial apresentou acréscimo de 25,0% em relação a 2006, reflexo também do aumento do consumo dos principais ramos de atividade em Minas Gerais, como: Comércio Varejista (5,2%), Alojamento e Alimentação (4,5%) e Serviços de Comunicação (8,7%).

- Na classe Rural, o acréscimo de novas unidades consumidoras convencionais ligadas por meio do Programa Luz Para Todos e o crescimento do consumo destinado à irrigação, influenciado pela menor incidência de chuvas e temperaturas mais elevadas, levaram a um aumento de consumo em relação ao ano anterior de 13,9%.



Reajuste/revisão tarifária da Cemig Distribuição

Reajuste tarifário

O reajuste tarifário, em vigor a partir de 8 de abril de 2007, teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente os subsídios cruzados existentes entre os grupos de consumidores. O impacto médio do reajuste nas contas de energia foi de 5,16%, sendo que o efeito na fatura dos consumidores de baixa tensão foi de 6,50% enquanto nas tarifas dos consumidores de alta tensão foi de 2,89%.

Revisão tarifária

A ANEEL está em processo de revisão das tarifas de fornecimento e TUSD da Cemig Distribuição, 2º ciclo que corresponde ao período de 2008 a 2013, sendo que a Audiência Pública ocorrerá em 05 de março de 2008 e as novas tarifas entrarão em vigor a partir de 08 de abril de 2008. O percentual médio de correção, divulgado provisoriamente pela ANEEL, corresponde a uma redução de 9,72%. Para a definição desse valor foram considerados parâmetros do 1º ciclo que também estão sendo ajustados, como indicadores de produtividade, valor da base de ativos a serem remunerados e também o custo médio de capital. Este percentual provisório poderá ainda ser alterado em função das contribuições que serão recebidas na audiência pública e da definição pela ANEEL do valor efetivo da base de ativos a ser remunerada no 2º ciclo de revisão tarifária.

Revisão da Receita da Transmissão

Em 26 de junho de 2007, data do reajuste anual das receitas permitidas das concessionárias de transmissão, a ANEEL publicou os valores reajustados através da Resolução Homologatória nº 496, para vigorarem a partir de 1 de julho de 2007 até 30 de junho de 2008 para a Cemig Geração e Transmissão.

A receita anual da Transmissora sofreu um reajuste de 3,07%, resultante da aplicação do IGP-M acumulado até maio, no valor de 4,40%, e em contrapartida, foram incorporados os efeitos da primeira Revisão Periódica nos ativos da Rede Básica Novas Instalações – RBNI, que implicaram em uma redução de 24,58% na receita desses ativos, com efeito retroativo à julho de 2005.

Dessa forma, foi apurada uma receita a maior em relação a períodos anteriores, originando um passivo, no montante de R$31 milhões, que está sendo amortizado em duas parcelas, sendo a primeira no ciclo 2007/2008 e a segunda no ciclo 2008/2009.

Proteção da Receita - Gestão das Perdas

A Cemig Distribuição apresenta-se dentre as Distribuidoras com menores índices de perdas comerciais do Brasil, apesar de termos observado aumento nos últimos anos.

Atualmente, a perda comercial da Empresa encontra-se em torno de 2,78% do montante de energia ingressada no sistema de distribuição, índice comparável aos das melhores empresas do setor elétrico mundial. A média nacional situa-se em torno de 6%.

Os resultados de identificação e recuperação de perdas comerciais totalizaram 147,8 GWh em 2007, representando um aumento de 11,5% em relação ao valor obtido em 2006. Isso corresponde a cerca de R$108,7 milhões (crescimento de 20,8% em relação a 2006), além de, aproximadamente, R$91,4 milhões decorrentes da perda evitada ou incremento de consumo das unidades consumidoras regularizadas.

Em 2007, visando melhorar ainda mais a capacidade de reação da Empresa ao aumento da prática de irregularidades foram implementadas várias ações, dentre as quais destacamos:

- Implantação de análise de probabilidade e risco de perda para cada unidade consumidora com suspeita de irregularidade, associada ao sistema de Gestão de Ordens de Inspeção via Web (WGOI), buscando maior eficiência na identificação de unidades com irregularidade e potencialização dos resultados do processo;
-
- Melhoria do sistema corporativo para controle de selos e medidores disponibilizados, bem como das regrais gerais para controle de selos, buscando garantir a rastreabilidade desses dispositivos e equipamentos;

- Implementação e execução do Projeto de Agregação de Valor (PAV) para Proteção da Receita, o qual demonstrou a viabilidade econômica das ações de combate às Perdas e Inadimplência, propiciando maior aporte de recursos nessas atividades com a conseqüente agregação de receita.

- Aprovação do Plano de Proteção da Receita com foco na medição, para implantação a partir de 2008, com o objetivo de focar a questão e o tratamento das perdas comerciais da CEMIG Distribuição, agregando em um grande projeto, tecnologias e ações para blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte e aplicação de tecnologias complementares para os demais consumidores.

- Desenvolvimento e incorporação do sistema de gestão de perdas no novo Sistema de Gestão de Clientes (SGC/SAP) adquirido e em implantação pela Cemig, tornando as informações plenamente rastreáveis e disponíveis a todos os envolvidos.

Qualidade no fornecimento

Os gráficos a seguir apresentam a evolução histórica dos indicadores de qualidade da Cemig Distribuição.

Em relação aos valores apurados para esses índices, cerca de 18% do DEC e 13% do FEC se referem aos desligamentos programados realizados para melhorias na rede elétrica. Esses desligamentos são precedidos de avisos aos consumidores e, portanto, reduzem o impacto do corte temporário de energia.

Política de atendimento

A Cemig tem consolidado um conjunto de Práticas de Relacionamento Comercial com seus clientes alicerçado, principalmente, na qualidade de seus produtos e serviços, na preservação da credibilidade junto aos clientes, aos acionistas e à sociedade e na força de sua marca e em sua participação efetiva no desenvolvimento sócio-econômico em toda a sua área de atuação.

A Empresa oferece canais de relacionamento que permitem aos clientes realizar negócios, reclamar, sugerir e solicitar serviços de forma eficiente e ágil. Os principais canais disponíveis são: Fale com a Cemig; Agências de Atendimento; Agentes de Relacionamento; Postos de Atendimento Simplificado (PAS); Cemig Fácil e Agência Virtual que está disponível dentro do Portal Cemig: www.cemig.com.br.

Além do investimento contínuo na melhoria dos canais já existentes, a Cemig busca novas formas de relacionamento para oferecer opções mais cômodas e ágeis de contato com a Empresa.

O cliente também tem a seu dispor, periodicamente, outras opções de relacionamento através do trailer da agência móvel e do Programa Cemig na Praça. Ambos têm o objetivo de levar a Cemig até o cliente. O trailer da agência móvel percorre municípios de algumas regiões do Estado prestando serviços e orientações à população. Já o Programa Cemig na Praça abrange municípios de todas as regiões levando serviços, informações e orientações aos clientes em uma tenda personalizada.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Lucro Líquido

A CEMIG apresentou, no exercício de 2007, um lucro líquido de R$1.735 milhões, em comparação ao lucro líquido de R$1.719 milhões no exercício de 2006.

Conforme apresentado na tabela abaixo, a maior contribuição para o resultado da CEMIG é proveniente da Cemig Geração e Transmissão e da Cemig Distribuição:

	2007	%	2006	%
CEMIG - Controladora	(176)	(10,14)	124	7,21
Cemig Distribuição S.A.	771	44,44	770	44,79
Cemig Geração e Transmissão S.A.	747	43,05	614	35,72
Gasmig	46	2,65	44	2,56
Rio Minas Energia (Light)	148	8,53	35	2,04
Outras	199	11,47	132	7,68
Lucro Líquido Consolidado	**1.735**	**100,00**	**1.719**	**100,00**

Receita Operacional

RECEITA OPERACIONAL – R$ milhões			
	2007	2006	Var. %
Fornecimento Bruto de Energia elétrica	13.285	11.135	19,30
Receitas de uso da rede – consumidores livres	1.946	1.789	8,78
Outras	558	507	10,06
Total	**15.789**	**13.431**	**17,56**

Fornecimento bruto de energia elétrica

Consumidores finais

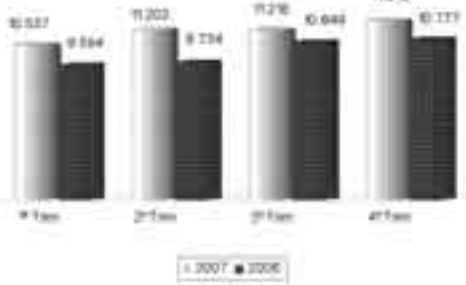
Os principais impactos na receita de 2007 decorreram dos seguintes fatores:

- Aumento de 8,69% na tarifa média, de R$245,73/MWh (em 2006) para R$267,08/MWh (em 2007) em função principalmente dos reajustes nas tarifas da Cemig Distribuição em 8 de abril de 2006 (efeito integral no resultado do exercício de 2007) e 8 de abril de 2007.
- Aumento de 9,44% no volume de energia faturada a consumidores finais, cujos comentários sobre as variações estão descritos no item de comercialização de energia elétrica.

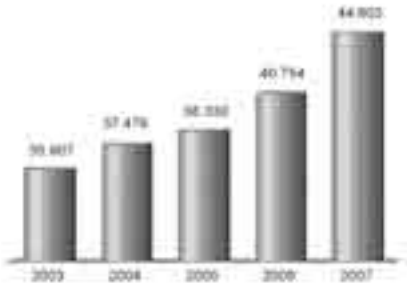
As variações trimestrais e anuais no fornecimento podem ser observadas nos gráficos a seguir:

GWh faturados - consumidores finais

Variação Trimestral



Variação anual



Mais comentários sobre o fornecimento de energia elétrica e reajuste tarifário podem ser obtidos no item "Comercialização de energia elétrica".

Suprimento a outras concessionárias

O volume de energia vendida a outras concessionárias foi de 13.236 GWh no exercício de 2007 comparados a 11.472 GWh no exercício de 2006, correspondentes a R$1.210 milhões e R$709 milhões, respectivamente. Esse aumento expressivo decorre basicamente da entrada em operação da usina de Irapé, no segundo semestre de 2006, um maior volume de energia negociada através de contratos bilaterais com comercializadoras de energia elétrica e melhores preços negociados em 2007 pela Cemig Geração e Transmissão. Deve ser destacado ainda, a exportação de energia feita para a Argentina e Uruguai em 2007, que representou uma receita de R$64 milhões. A tarifa média de venda em 2007 foi de 91,40/MWh em comparação a R$61,79/MWh em 2006, um aumento de 47,92%.

Receita de uso da rede

A Receita de uso da rede apresentou crescimento de 8,78% em 2007 comparado a 2006 (R$1.946 em 2007 e R$1.789 em 2006).

O valor mais representativo dessa rubrica refere-se à receita de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD cobrada pela Cemig Distribuição e Light dos consumidores livres e apresentou, em 2007, um aumento de 9,23% em relação a 2006 (R$1.313 milhões em 2007 comparados a R$1.202 milhões em 2006). Este crescimento decorre principalmente do maior volume de energia transportada em 2007, reflexo do crescimento da produção industrial e da migração de clientes do mercado cativo para o ambiente de livre contratação, ocorridas em 2007.

Adicionalmente, foi registrada em 2007 uma redução na receita de uso da rede básica de transmissão, no montante de R$31 milhões, em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, em atendimento a determinações da ANEEL. Mais explicações nas notas explicativas nº 23 e nº 27 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "CVA") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registrados no ativo ou passivo. Em função de alteração do plano de contas da ANEEL, alguns itens foram transferidos para a conta Deduções à Receita Operacional. Mais informações nas notas explicativas nº 2 e nº 8 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R$5.544 milhões no exercício de 2007 comparados a R$4.965 milhões no exercício de 2006, um aumento de 11,66%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

A dedução à receita referente a CCC foi de R$407 milhões no exercício de 2007 comparados a R$554 no exercício de 2006, representando uma redução de 26,53%. Esta redução deve-se, principalmente, a cobrança retroativa em 2006 do encargo de alguns consumidores, após homologação dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST pelo Operador do Sistema – ONS.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R$391 milhões no exercício de 2007 comparados a R$334 no exercício de 2006, um aumento de 17,07%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente a RGR foi de R$145 milhões no exercício de 2007 comparados a R$30 milhões no exercício de 2006. A variação entre os períodos comparados deve-se ao ajuste credor em 2006, referente a provisão do exercício de 2004, no montante de R$66 milhões, em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia e também do aumento em 2007 do valor contábil do ativo imobilizado em serviço, base de cálculo da referida despesa.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais

	2007	2006	Var.%
Custos não Controláveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.794	2.113	32,23
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	137	139	(1,44)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	650	664	(2,11)
	3.581	**2.916**	**22,81**
Custos Controláveis			
Pessoal e Administradores	968	1.088	(11,03)
Obrigações Pós-emprego	123	170	(27,65)
Materiais	93	82	13,41
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	59	37	59,46
Serviços de Terceiros	620	504	23,02
Provisões Operacionais	291	52	459,62
Gás comprado para revenda	154	158	(2,53)
Depreciação e Amortização	778	672	15,77
Outras Despesas Líquidas	284	238	19,33
	3.370	**3.001**	**12,30**
	6.951	**5.917**	**17,48**

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R$6.951 milhões no exercício de 2007 comparados a R$5.917 milhões em 2006, representando um aumento de 17,48%. Este resultado decorre principalmente da variação na energia comprada para revenda e provisões operacionais, compensada parcialmente pela redução na despesa com pessoal.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no exercício de 2007 foi de R$2.794 milhões comparados a R$2.113 milhões no exercício de 2006, um aumento de 32,23%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide mais informações na nota explicativa nº 30 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no exercício de 2007 foi de R$650 milhões comparados a R$664 milhões no exercício de 2006, uma redução de 2,11%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Pessoal

A despesa com pessoal no exercício de 2007 foi de R$968 milhões, comparados a R$1.088 milhões no exercício de 2006, uma redução de 11,03%. Este resultado decorre principalmente da provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, feita em junho de 2006, no montante de R$178 milhões, compensada parcialmente pelos reajustes salariais de 4,00% e 5,00% concedidos aos empregados em novembro de 2006 e 2007, respectivamente, e pelo aumento de 1,50% na quantidade de empregados, da Cemig Holding, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, que passou de 10.658 empregados em dezembro de 2006 para 10.818 em dezembro de 2007. Vide a composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 30 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização foi de R$778 milhões no exercício de 2007 comparados a R$672 milhões no exercício de 2006, representando um aumento de 15,77%. Esta variação decorre principalmente dos investimentos no Programa Luz para Todos e a entrada em operação da Usina de Irapé, no segundo semestre de 2006. Deve ainda ser ressaltada a consolidação da RME que contribuiu com um aumento da despesa num montante de R$82 milhões em 2007 (R$33 milhões em 2006). O menor valor da depreciação e amortização da RME em 2006 deve-se ao fato da sua consolidação a partir de agosto de 2006, contribuindo apenas com 5 meses da despesa no ano anterior.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R$123 milhões no exercício de 2007, comparados a R$170 milhões no exercício de 2006, representando uma redução de 27,65%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Distribuição, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução na despesa decorre do maior crescimento dos ativos do plano de pensão em relação às obrigações com os participantes.

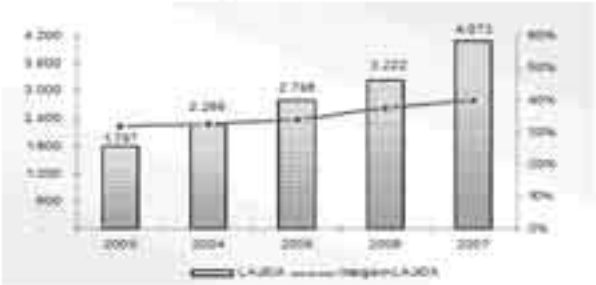
Lucro Antes do Resultado Financeiro, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA

Em função das variações mencionadas anteriormente, segue o Lajida, ajustado pelos itens não recorrentes.

	2007	2006	Var. %
Lucro Líquido	1.735	1.719	0,93
+ Provisão IR e C.Social Correntes e Diferidos	623	527	18,22
+ Resultado não Operacional	10	37	(72,97)
+ Resultado Financeiro	356	50	612,00
+ Amortização e Depreciação	778	672	15,77
+ Participação dos Empregados no Resultado	455	210	116,67
+ Participação de Minoritários	116	7	1.557,14
LAJIDA	**4.073**	**3.222**	**26,41**
Ajustes não recorrentes (*)			
+ Custos com eficiência energética de exercícios anteriores	-	85	-
+ Programa de Indenização do anuênio	-	178	-
+ Recomposição da CVA da TUSD	-	93	-
+ Revisão da receita de transmissão – Resolução Homologatória nº 496	31	-	-
- Reversão da provisão da RGR	-	(66)	-
- CVA energia – ajuste definido pela ANEEL	(29)	-	-
LAJIDA AJUSTADO	**4.075**	**3.512**	**16,03**

(*) Os ajustes não recorrentes correspondem à interpretação da Companhia sobre os eventos que julga como extraordinários, não relacionados às operações correntes.

Conforme pode ser verificado, ocorreu um crescimento expressivo no LAJIDA da CEMIG em 2007. Na comparação dos últimos 5 anos, conforme gráfico abaixo, o crescimento foi de aproximadamente 127% na geração de caixa da Companhia. O crescente desempenho operacional verificado nos últimos 5 anos contribuiu para o crescimento constante da margem do LAJIDA.



Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro líquido em 2007 foi uma despesa de R$356 milhões comparada a uma despesa de R$50 milhões em 2006. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Reversão de provisão para perdas no Contas a receber do Estado de Minas Gerais, no montante de R$99 milhões em 2006 em função da criação de um Fundo de Direitos Creditórios – FIDC e assinatura do 4º aditivo contratual de renegociação da dívida. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 14 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

- Receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico no exercício de 2007 no montante de R$405 milhões comparados a R$322 milhões no exercício de 2006, um aumento de 25,77%. Esta variação decorre, principalmente, da contabilização no segundo trimestre de 2007 da receita financeira no montante de R$100 milhões, decorrente de critérios de atualização definidos pela ANEEL para o ativo referente às transações com energia livre durante o período do racionamento. Este procedimento não afetou o resultado financeiro em decorrência de um aumento correspondente na provisão para perdas com transações de energia livre (R$175 milhões em 2007 comparados a R$86 milhões em 2006).

- A Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido em 2007 foi de R$131 milhões comparados a R$199 milhões no exercício de 2006, representando uma redução de 34,17%. Este resultado deve-se principalmente à redução do ativo, na comparação entre os dois períodos, em conseqüência do recebimento dos valores nas contas de energia elétrica. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 13 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

- Ganhos líquidos com variações cambiais no exercício de 2007, no montante de R$110 milhões em comparação a ganhos líquidos de R$86 milhões no exercício de 2006, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Em 2007, o real apresentou uma valorização de 17,15% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 8,66% em 2006.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 31 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no exercício de 2007, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$622 milhões em relação ao lucro de R$2.928 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 21,24%. No exercício de 2006, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$527 milhões em relação ao lucro de R$2.463 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 21,40%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 12 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Participação dos Empregados no Resultado

A CEMIG, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho 2007, destinou aos seus empregados a título de participação nos resultados, um montante de R$455 milhões (R$210 milhões em 2006). Vide notas explicativas números 02 e 33 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O caixa no fim do exercício somava R$2.066 milhões (R$1.402 milhões em 2006), um aumento de R$664 milhões e crescimento de 47,36%.

O caixa gerado pelas operações foi de R$3.213 milhões em comparação a R$2.185 milhões em 2006. Este aumento de 47,05% no caixa gerado pelas operações deve-se, principalmente, ao maior valor recebido referente a ativos regulatórios e também pelo maior lucro em 2007 ajustado pelos itens que não afetam o caixa.

As atividades de financiamento representaram uma saída de caixa de R$1.359 milhões comparada a uma saída de R$532 milhões em 2006. Esta expressiva variação decorre, principalmente, do menor volume de empréstimos e financiamentos obtidos em 2007 (R$1.855 milhões em 2007 comparados a R$3.466 milhões em 2006), parcialmente compensada pela menor distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (R$1.360 milhões em 2007 comparados a R$2.072 milhões em 2006).

No que se refere aos investimentos, a Companhia investiu R$1.189 milhões em 2007 em comparação a R$1.720 milhões em 2006, uma redução de 32,0%. Esse resultado deve-se principalmente ao maior volume de recursos investidos em 2006 na atividade de Distribuição em função do Programa Luz para Todos.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

A gestão da dívida da CEMIG está focada em preservar a qualidade de crédito. Essa preocupação se traduz na expressa obrigação estatutária de se manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a saúde financeira da Empresa.

A CEMIG, como sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais, está sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público, que limitam suas alternativas de financiamento. Tais limitações se aplicam também às suas subsidiárias que, indiretamente, têm controle estatal.

A captação de recursos de terceiros, em 2007, apoiou-se em operações com o mercado de capitais, na forma de *commercial papers* e debêntures, suportadas por garantias firmes de colocação dos títulos pelas instituições financeiras. Tais operações visaram o pagamento de dívidas vincendas e à recomposição do caixa em função das dívidas pagas ao longo do ano. A elevada liquidez favoreceu a contratação de operações em condições bastante satisfatórias.

Em dezembro de 2007 foi efetuada a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária e Série Única. Foram subscritas e integralizadas 40.000 debêntures de valor nominal unitário de R$10 mil, emitidas em 15/12/2007, perfazendo um montante de R$400 milhões. As debêntures são indexadas ao IPCA e rendem juros anuais à taxa de 7,96% a.a.. O pagamento do principal ocorrerá em três parcelas iguais em dezembro de 2015, 2016 e 2017 e os juros serão pagos anualmente.

A emissão contou com a garantia firme de colocação pelo Banco do Brasil Investimentos S.A., o qual subscreveu 46% das debêntures. Merece destaque o prazo total de 10 anos estabelecido para o vencimento das debêntures. Tal prazo tem sido considerado notável na conjuntura atual e uma comparação com a remuneração que é paga por um título público de igual prazo e indexador (NTN-B), aponta que a Cemig Distribuição S.A. captou recursos com um custo muito próximo ao de um ativo livre de risco. A combinação de prazo e custo desta emissão reflete a confiança do mercado financeiro e dos investidores na capacidade de crédito da Empresa e no seu potencial de crescimento.

Já a CEMIG Geração e Transmissão realizou, em 21 de dezembro de 2007, sua 2ª Emissão de Notas Promissórias (*Commercial Papers*) no valor total de R$200 milhões, com vencimento em 180 dias. Sobre o principal dessas notas promissórias incidiram juros correspondentes à taxa de 101,5% do CDI. Essas Notas Promissórias não contaram com qualquer garantia da CEMIG. Aos recursos acima somam-se os recursos captados pela CEMIG Distribuição S.A. junto à Eletrobrás para o financiamento do Programa Luz para Todos e do Projeto Reluz, no total de R$159 milhões (exceto recursos da CDE).

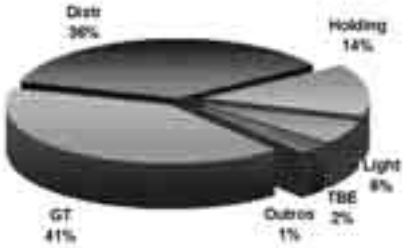
Também merecem destaque em 2007 dois financiamentos contratados por subsidiárias da CEMIG em estruturas do tipo *Project Finance*, para a implantação de projetos de investimento em transmissão e em geração:

- A Transchile Charrúa Transmisión S.A celebrou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em 18/07/2007, um contrato de financiamento, com prazo de 20 anos e valor de, aproximadamente, US$51 milhões, cujos recursos serão aplicados na implantação da Linha de Transmissão LT Charrúa – Nueva Temuco, em 220 kV e com 205 km de extensão.

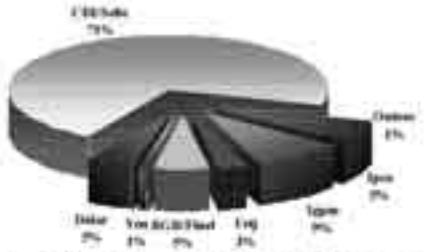
- A PCH Cachoeirão, subsidiária da Cemig Geração e Transmissão S.A. em parceria com a Santa Maria Energética S.A., celebrou com o Banco do Brasil, em 01/11/2007, um contrato de financiamento mediante repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com prazo de 11 anos e valor de R$71,3 milhões.

A utilização do mercado bancário para atender às necessidades de financiamento vinha contribuindo, nos últimos anos, para aumentar a participação do CDI na composição da dívida. Entretanto, a emissão, no final de 2007, de debêntures da Cemig Distribuição indexadas ao IPCA, refinanciando notas promissórias indexadas ao CDI, resultou na seguinte configuração da dívida:

Dívida por empresa

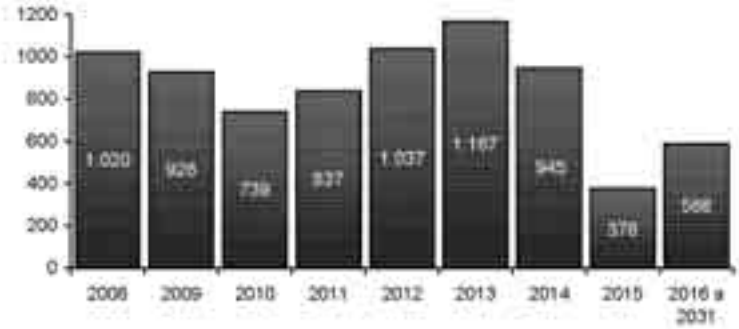


Perfil da Dívida - Posição em Dezembro/2007



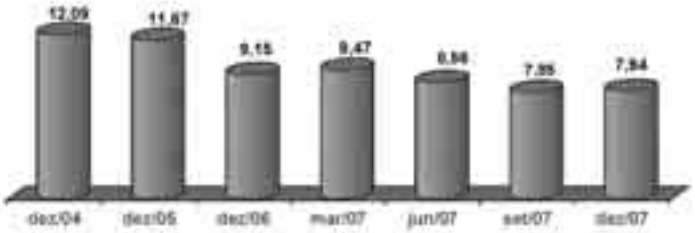
O cronograma de amortizações da dívida está satisfatoriamente escalonado, com prazo médio de 5 anos, como pode ser visto no gráfico a seguir, atendendo à diretriz da Empresa de se evitar a concentração de dívida vencendo no curto prazo, mitigando o risco de refinanciamento e eliminando qualquer pressão no fluxo de caixa que possa comprometer a disponibilização de recursos para investimento.

Cronograma de Amortizações da Dívida – Consolidado
Valores referentes a Dezembro/2007 em R$ milhões



Outra diretriz da Empresa, de redução do custo médio da dívida, tem sido atendida, verificando-se, ao final do ano, uma taxa de 7,94% a.a. a preços constantes, reflexo da tendência de queda das taxas de juros presente na política monetária do Governo Federal.

Custo Médio da Dívida
Consolidado %



A posição da dívida de 6% em moeda estrangeira não representa risco financeiro material para a Empresa, já que boa parte dela está contratualmente protegida por operações de troca de indexadores (*swap*). Há também uma proteção natural proporcionada por contratos de venda de energia indexados ao dólar.

A *Moody's Investors Service* atribuiu para a CEMIG, em março de 2007, o *rating* corporativo de Ba2 na escala global e Aa3.br na escala nacional brasileira, resultando numa elevação de 5 níveis em sua escala. Essa elevação dos *ratings* reflete a visão da *Moody's* de uma melhora da governança corporativa da Empresa e de seus indicadores de crédito numa base consolidada, refletindo a forte geração de caixa da CEMIG, que a *Moody's* acredita ser sustentável no curto prazo, bem como seu melhor perfil de endividamento e sua robusta posição de liquidez.

Política de Proteção Cambial (*Hedge*)

Mantemos uma política de *hedge*, cujo objetivo primordial é dar previsibilidade ao fluxo de caixa e ao orçamento, num horizonte móvel de 12 meses, através de operações que reduzam a exposição e minimizem os impactos negativos proporcionados pela variação relativa de preços.

Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

A Companhia tem privilegiado a cobertura de seu passivo cambial através de um hedge natural representado pela contratação com alguns de seus grandes consumidores de venda de energia elétrica indexada à variação cambial.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, eqüidade e prestação de contas, possuindo entre suas principais características a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa por meio do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

As ações preferenciais e ordinárias da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo aos nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN e ON, nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na Bolsa de Nova Iorque.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros, indicados pelos acionistas. Todos os conselheiros têm mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos após o término do mandato. Para aumentar a eficiência de sua atuação, o Conselho constituiu 5 (cinco) comitês que atuam de forma mais específica nas questões relacionadas à Estratégia, Governança, Finanças, Auditoria e Riscos e Recursos Humanos. Em 2007, foram realizadas 25 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 (cinco) membros, indicados pelos acionistas e que atendem aos requisitos de independência conforme práticas internacionais. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2007 foram realizadas 12 reuniões do Conselho Fiscal.

Além disso, uma estrutura de comitês composta de executivos de diversas áreas, garante a tomada de decisões estratégicas a partir do suporte de critérios técnicos.

Anualmente, realizamos nosso encontro com analistas do mercado de capitais e com investidores para divulgar informações sobre a situação econômico-financeira, projetos e perspectivas, além de realizarmos diversas reuniões com as associações regionais de analistas.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme abaixo:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a 2 (duas) vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por "dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)", limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- o montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA (excepcionalmente para 2006 e 2007 de 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente);
- investir somente em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manter as despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por "dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)", limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA;

Acordo de acionistas

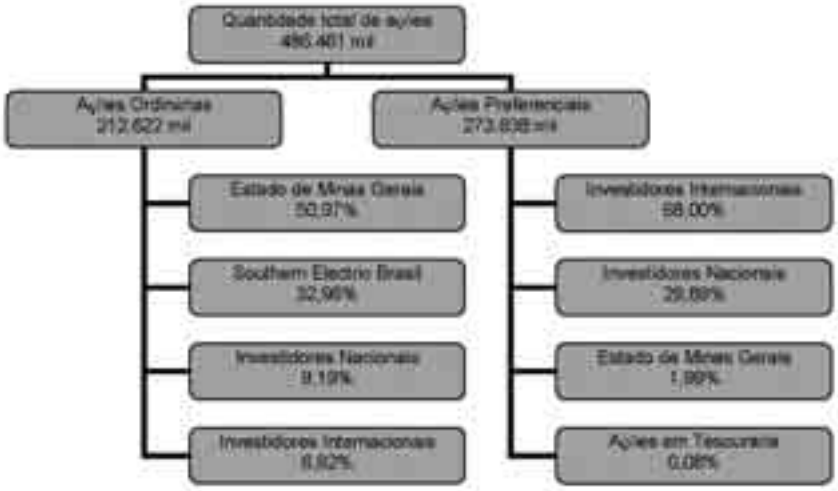
O acordo de acionistas assinado em 1997 entre o governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Ltda. – SEB encontra-se anulado judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na justiça federal.

MERCADO DE CAPITAIS

A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960. Em 14 de janeiro de 1972, nossas ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) passaram a ser listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disso, nossas ações são negociadas na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002 e na Bolsa de Nova Iorque desde 1993, onde temos ADRs Nível 1 (CIG) em ações preferenciais, que foram transformados em Nível 2 em 2001. Posteriormente, em junho de 2007, lançamos na NYSE o programa de ADRs lastreado em ações ordinárias (CIG.C). Possuímos, também, ações preferenciais listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2007, totalizou R$2.432 milhões, conforme composição demonstrada a seguir:



A Cemig, através de suas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas cumulativamente em 26 de abril de 2007, deliberou um aumento de capital de R$ 810.769 mil, correspondente a um aumento de 50% do capital, com a utilização de recursos da reserva de lucros. A alteração do capital social representou uma bonificação de 500 novas ações, da mesma espécie, com valor nominal de R$ 0,01, para cada grupo de mil ações. Da mesma forma, foi deliberado um posterior grupamento, das ações bonificadas, na proporção de 500 ações com valor nominal de R$ 0,01 para uma ação com valor nominal de R$ 5,00. O quadro acima já reflete estas alterações.

Cotações das Ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2006 e 2007, de nossas ações em São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

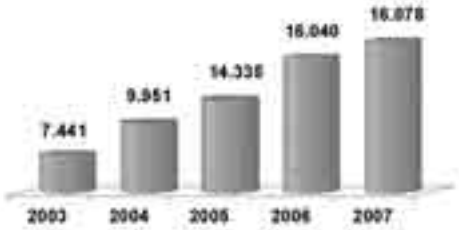
Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2006	Fechamento 2007
Cemig PN	CMIG4	R$	32,70	32,50
Cemig ON	CMIG3	R$	28,36	33,79
ADR PN	CIG	US$	15,14	18,46
ADR ON	CIG.C	US$	-	18,50
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	12,46	12,75

Nossas ações preferenciais apresentaram um volume de negociação, em 2007, de R$ 13.866 milhões, com média diária de R$56,6 milhões em 2007 e R$39,3 milhões em 2006. Esse volume posiciona a CMIG4 como sendo a décima sexta ação com maior volume da Bovespa e a de maior volume do setor elétrico.

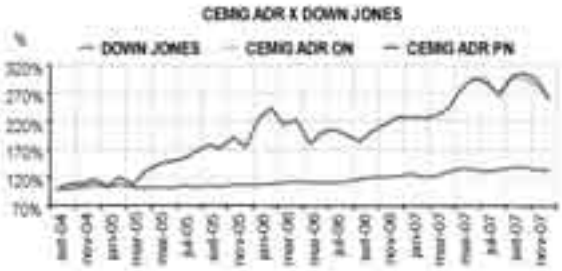
Valor de mercado

Nosso valor de mercado se manteve constante no ano de 2007 comparado a 2006, uma pequena variação de 0,3%. Se analisarmos a variação nos últimos 5 anos, nosso valor de mercado apresentou um crescimento de 116,1%.

Valor de Mercado - R$ milhões



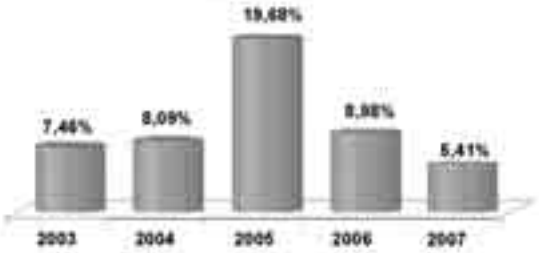
Os gráficos a seguir ilustram a evolução das nossas ações, ao longo dos últimos anos, em comparação a outros indicadores.



Dividend Yield e Rentabilidade do Acionista

A rentabilidade total do acionista, entendida como o ganho da valorização mais o dividendo distribuído foi como segue nos últimos 5 anos.

Dividend Yield %



Relações com Investidores

Em consonância com as práticas de governança corporativa, buscamos disseminar uma política de transparência com o mercado de capitais, a fim de possibilitar agregação de valor aos investimentos de nossos acionistas.

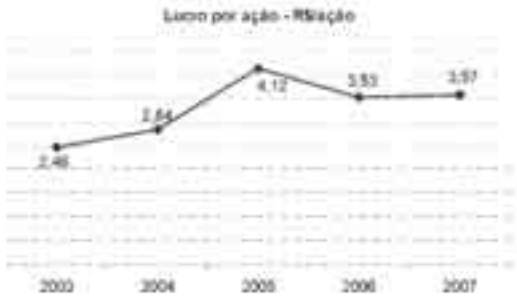
No ano de 2007, a CEMIG esteve presente, no Brasil e no exterior, em 84 seminários, conferências e encontros com investidores; 10 congressos; 11 Road Shows; além de teleconferências e videoconferências com analistas de mercado de capitais e investidores. Ressaltamos que tais eventos nacionais e internacionais ultrapassaram a marca de 490 reuniões individuais.

Destacamos ainda a realização do 12º Encontro Anual da CEMIG juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais - APIMEC, na cidade de Tiradentes - MG, incluindo uma visita técnica à Usina Hidrelétrica de Itutinga, localizada nas confluências dos municípios de Itutinga e Nazareno no estado de Minas Gerais.

POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A CEMIG, através do Estatuto Social, assume o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disto, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subseqüente ao exercício a que se referem. Em 2007 foram pagos dividendos no valor de R$868 milhões. Em 2006 foram pagos R$1.382 milhões, sendo R$497 milhões correspondentes a dividendos extraordinários.



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2008 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R$1.735 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R$868 milhões (50% do lucro líquido) para pagamento de dividendos;
- R$87 milhões para a constituição de Reserva Legal; e,
- R$780 milhões serão mantidos no Patrimônio Líquido, em Reservas de Lucros.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Nossas demontrações contábeis, até o 1º trimestre de 2007, foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, e, a partir dessa data, passaram a ser auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

Os serviços prestados pelos auditores independentes da CEMIG e da maior parte de suas controladas foram como segue:

Serviços	2007 R$ mil	% em relação à auditoria	2006 R$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria				
Deloitte	32	4,69	502	100,00
KPMG	650	95,31	-	-
Total de Serviços de Auditoria	**682**	**100,00**	**502**	**100,00**
Outros Serviços:				
Adequação e aderência às exigências SOX – Seção 302 e 404				
Deloitte	-	-	2.080	314,34
KPMG	290	42,52		
Total Geral	**972**	**142,52**	**2.582**	**414,34**

Os serviços adicionais mencionados foram aprovados pelo Conselho de Administração, tendo em vista que não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A principal premissa do gerenciamento de riscos corporativos adotado pela CEMIG é a de que toda empresa existe para prover valor aos seus acionistas. Enfrenta-se o desafio permanente de se determinar o quanto a corporação está preparada para garantir o seu desenvolvimento sustentável, considerando os riscos e oportunidades apresentados.

O principal objetivo da CEMIG não é eliminar os riscos e sim ser pró-ativa na sua identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento contínuo, visando obter vantagens competitivas. O sucesso do gerenciamento de riscos corporativos depende de uma cultura de gerenciamento de riscos disseminada servindo como base para sustentação dos 3 pilares, a saber:

- Gestão dos processos: conhecimento dos processos da empresa visando à melhoria da eficiência operacional;
- Gestão de riscos de maior severidade: identificação dos riscos iminentes que requerem decisões de curto prazo visando a redução da volatilidade nos resultados, maior previsibilidade de retorno para o acionista e decisão no tratamento dos riscos;
- Gestão de riscos e mensuração do custo de capital: alocação ótima de capital, análise de sensibilidade, utilização de modelagem compreensível com hipóteses fundamentadas.

Portanto, o gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da CEMIG, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar como exemplos o Comitê de Governança Corporativa, Atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis, Comitê de Controle e Gestão, entre outros.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na CEMIG, ocorrendo em 2004 a 1ª revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a 2ª revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

As atividades de gerenciamento de riscos corporativos dão origem a diversos produtos os quais são de grande valia no processo decisório, a saber:

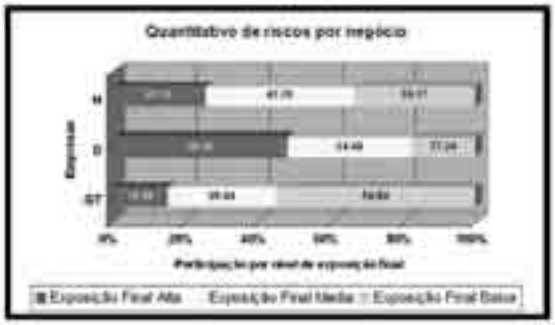
1- *Matriz de riscos corporativos*: apresenta todos os riscos corporativos mapeados, classificados conforme: a) Exposição Financeira, resultado do produto do impacto no negócio pela probabilidade de ocorrência do risco ou b) Exposição Final, resultado da associação da exposição financeira do risco ponderada com a análise do seu impacto intangível.

2 - *Matriz de fatores de risco sob a ótica dos stakeholders*: Trata-se da análise dos fatores de risco - circunstâncias ou ocorrências que podem (ou não) dar origem a riscos para a corporação - levando-se em consideração os direcionadores de valor sob o foco desses agentes. O objetivo é permitir um aprimoramento da gestão a partir do entendimento do que as partes interessadas enxergam como ameaça estratégica e a identificação de riscos até então não mapeados na matriz de riscos corporativos.

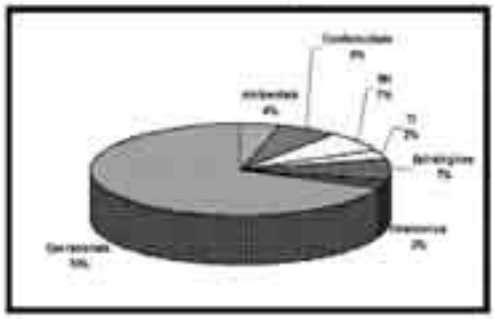
Esse produto foi desenvolvido durante o ano de 2007. Na primeira etapa, foram identificados os fatores de risco sob a ótica de cada *stakeholder*. Na segunda etapa, procuramos nos certificar se os riscos correspondentes haviam sido mapeados na matriz de riscos corporativos, o que nos sinalizou que a empresa está no caminho certo quanto à percepção abrangente da gestão de riscos, tendo em vista que mais de 90% dos riscos encontram-se mapeados. Como trata-se de uma ferramenta de aperfeiçoamento, os riscos identificados não mapeados na matriz de riscos corporativos estão sendo objeto de análise e inclusão.

Nos gráficos abaixo são apresentados os riscos com Exposição Final Alta, Média e Baixa nas empresas Cemig Distribuição (D), Cemig Geração e Transmissão (GT) e Cemig Holding (H) e os riscos por categoria.

Gráfico Riscos x Exposição Final



Riscos x Categoria



Na Cemig Distribuição a grande participação de riscos com Exposição Final Alta se deve ao fato de que os riscos de faturamento e arrecadação, e de mercado, dentre eles o de comercialização de energia elétrica no atacado e varejo, estarem mapeados nessa empresa.

Na Cemig Geração e Transmissão o destaque é dado para os riscos de operação e manutenção das usinas hidrelétricas, operação e manutenção do sistema elétrico e expansão do parque de geração e sistema de transmissão.

Na Cemig Holding a composição dos riscos com Exposição Final Alta é diversificada, tendo em vista que nessa empresa estão localizados todos os processos de suporte às áreas de negócio da empresa dentre eles TI, RH, logística, transporte, materiais e serviços e finanças.

É possível visualizar que a participação de riscos com Exposição Final Alta do negócio Distribuição é superior ao do negócio Geração/Transmissão. Entretanto, a exposição financeira dos riscos relevantes do negócio Geração/Transmissão é superior ao do negócio Distribuição (fortemente regulado), fato explicado pelo requisito de rentabilidade mínima exigida nos empreendimentos do sistema elétrico ser maior.

Certificação dos Controles Internos

A CEMIG obteve a certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, conforme parecer da auditora independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do "Public Company Accounting Oversight Board" - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e arquivado junto à Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC.

Tendo em vista que as atividades relacionadas à Certificação de Controles Internos são permanentes e precisam ser constantemente monitoradas, a Administração da CEMIG, aderente às novas orientações da SEC e com base nos critérios do PCAOB, do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Coso) e do *Control Objectives for Information and Related Technology* (Cobit), a partir da revisão da estrutura de controles existente, documentou os controles nos níveis dos processos de negócios e de entidade, inclusive os controles que são suportados pela tecnologia da informação.

Foi estabelecida uma ligação entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas nas demonstrações financeiras do exercício de 2007, bem como foi validado, junto à nova auditoria independente, KPMG Auditores Independentes, o desenho dos processos e dos controles chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Comissão de Ética e Canal de Denúncia

Foi constituída em 12 de agosto de 2004, sendo responsável pela avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos e em relação à necessidade de revisões da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, estando alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa além de se tratar de um instrumento que atende às orientações da Lei americana Sarbanes-Oxley – SOX.

Com a criação do canal de Denúncia, a partir de dezembro de 2006, a Comissão de Ética passou a receber as denúncias anônimas, de práticas irregulares contrárias ao interesse da empresa, tais como: 1) fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; 2) apropriação indevida de bens e recursos; 3) recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados e 4) contratações irregulares, via canal aberto na intranet da Cemig – Canal de Denúncia Anônima.

As denúncias de caráter ético são acatadas somente quando existe a identificação do denunciante e são processadas pela própria Comissão. As denúncias que se enquadram nos itens 1 a 4, mencionados acima, são encaminhadas ao Presidente do Conselho Fiscal para tomada de providências.

TECNOLOGIA

Telecomunicações e Informática

Em dia com a Segurança da Informação

Com a participação de 941 pessoas, foi realizado em 2007 o projeto "Em dia com a Segurança da Informação", com o objetivo de disseminar a classificação e o tratamento das informações da Cemig, melhorar o nível de segurança da Empresa e a certificação na Auditoria da SOX 2008.

Deve ainda ser ressaltado o projeto "Diversão com Segurança", que objetivou conscientizar os filhos dos empregados da CEMIG sobre a importância da adoção de medidas de Segurança da Informação na utilização domiciliar do computador e no trato com informações da família e dados profissionais dos pais.

Classificação da informação

Esse projeto tem por objetivo estabelecer os critérios para a classificação e tratamento das informações de interesse da CEMIG, visando protegê-las de acesso e/ou alterações indevidas, divulgação não permitida e indisponibilidade, levando-se em conta a estimativa dos prejuízos que o acesso, a modificação, a exclusão e/ou divulgação não autorizada, a falta de controle e de registro e a indisponibilidade da informação podem causar aos negócios ou à imagem da Empresa.

Dentre os benefícios auferidos, destacamos o atendimento a requisitos legais; a proteção dos negócios da CEMIG; a valorização adequada da informação; o atendimento aos requisitos da SOX; a disseminação dos graus de sigilo e formas de tratamento das informações classificadas da Empresa aos empregados, contratados e estagiários.

Certificação Digital

Foram realizados estudos que permitiram colocar em fase de viabilização um projeto que visa identificar as oportunidades de uso da Certificação Digital e Criptografia de Informações dentro das necessidades dos processos de negócios da Empresa, definindo assim, os padrões técnicos a serem utilizados e um plano de projetos para sua implementação.

Os principais benefícios deste tipo de projeto são o conhecimento das oportunidades de utilização da tecnologia dentro da Empresa; a identificação de oportunidade de redução de custo e agilidade em alguns processos; a definição de padrões técnicos (oferecimento de um serviço estruturado) e a segurança no armazenamento e transmissão de informações críticas.

Sistema de Gestão de Clientes

Em abril de 2006, foi iniciado o projeto de implementação do novo Sistema de Gestão de Clientes (Projeto Evolução). Esse projeto tem como objetivo a substituição de alguns dos principais sistemas de informação da Companhia envolvidos no processamento do faturamento, arrecadação, atendimento, contabilização, serviços de campo, gestão de equipamentos de medição, além da emissão e impressão de notas fiscais de energia e relatórios e conta com uma equipe de 240 profissionais entre empregados CEMIG e consultores externos.

Dentre os principais objetivos deste programa estão um maior controle e segurança dos processos de faturamento e arrecadação, com informações integradas e precisas para subsidiar o controle e a gestão de clientes.

O projeto tem a sua conclusão prevista para o 1º semestre de 2008, com investimentos previstos de R$178 milhões.

Tecnologia e alternativas energéticas

A CEMIG sempre considerou a tecnologia como insumo básico e estratégico, sendo um fator de agregação de valor através da viabilização de desenvolvimento de negócios ou da otimização de processos internos na busca de melhores práticas tecnológicas.

No tocante à gestão das alternativas energéticas, a CEMIG tem investido em projetos de utilização de fontes de energia renováveis, com destaque para biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, energia solar e geração eólio-elétrica. Adicionalmente, tem investido também em projetos de uso racional da energia, co-geração e geração distribuída, utilizando diferentes combustíveis como hidrogênio, gás natural, álcool e biodiesel.

Estar sempre à frente na identificação, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias voltadas para o setor elétrico e uso de fontes alternativas de energia garante à CEMIG um lugar de destaque entre as empresas de energia e reafirma o compromisso da empresa com os seus consumidores e com o desenvolvimento sustentável.

Gestão Estratégica da Tecnologia e da Inovação

Com o objetivo de garantir a vanguarda da CEMIG com relação à utilização, adaptação e desenvolvimento de tecnologias mais avançadas e adequadas aos seus processos produtivos, a empresa utiliza a metodologia de Gestão Estratégica de Tecnologia, envolvendo o desenvolvimento de parcerias com universidades e entidades de pesquisa, prospecção tecnológica e análise da evolução dos cenários tecnológicos, com o estabelecimento das estratégias, diretrizes e ações de cunho tecnológico para atuação empresarial, em coordenação com o Comitê de Gestão Estratégica de Tecnologia – CoGET.

A importância da tecnologia como um dos pilares de sustentação da estratégia empresarial, o elevado volume de recursos alocados anualmente em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e a necessidade de potencialização dos resultados decorrentes dessas iniciativas, justificaram a criação, em 2006, do Centro de Gestão Estratégica de Tecnologia – CGET, associação sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, e a celebração, em 2007, dos convênios de cooperação técnico-científica para apoio ao desenvolvimento dos projetos de P&D das empresas Cemig.

Ciente do relevante papel que desempenha no desenvolvimento do mercado onde atua e da importância das parcerias e intercâmbios, a CEMIG tem buscado incrementar ações envolvendo universidades, centros de pesquisa e empresas interessados em promover e participar do desenvolvimento e da consolidação da excelência tecnológica em Minas Gerais.

Na área de parcerias tecnológicas, em 2007 foram estabelecidos seis convênios de cooperação técnico-científica, destacando-se a criação do Centro de Excelência em Gestão Empresarial em parceria com a Fundação Dom Cabral - FDC. Outros doze convênios encontram-se em elaboração, podendo-se citar o Protocolo de Intenções para criação do Centro de Excelência em Agroenergia, numa parceria da CEMIG com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG e diversas universidades do Triângulo Mineiro, além do convênio para criação do Centro de Excelência em Materiais de Construção, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Programas de P&D

Destacando-se sempre como uma empresa dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, foram priorizados e selecionados os projetos que compõem os Programas Anuais de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da CEMIG e submetidos à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Entre projetos de P&D, novos e em continuidade, em 2007 estiveram em desenvolvimento cerca de 62 projetos. Dentre os 82 projetos já concluídos, a grande maioria resultou em produtos incorporados ao dia-a-dia da empresa, sendo que diversos métodos de engenharia, softwares, dispositivos e equipamentos foram desenvolvidos e aplicados, contribuindo para a redução de custos operacionais, aumento da confiabilidade e segurança dos sistemas e instalações CEMIG, controle ambiental e desenvolvimento de alternativas energéticas.

Em 2007, a Cemig teve despesas de R$27 milhões com P&D, R$26 milhões com Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e R$22 milhões para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Biomassa

Com o desenvolvimento das tecnologias de transformação que apresentam maior eficiência, menores níveis de emissões de gases tóxicos e de gases que causam efeito estufa, a biomassa torna-se uma alternativa energética muito promissora para a geração de energia elétrica em determinadas regiões do Estado.

Dessa forma, desde a Usina de Formoso no norte de Minas Gerais, passando pela co-geração nos setores sucro-alcooleiro, de papel e celulose e siderúrgico, até às experiências atuais como o plantio de florestas energéticas, gaseificação de biomassa, geradores a álcool e o biodiesel, a utilização da biomassa tem sido buscada pela CEMIG.

Um exemplo desse esforço é o projeto de co-geração utilizando gás de alto forno a carvão vegetal na termelétrica de 13 MW pertencente à siderúrgica Vallourec Mannesman. A CEMIG trabalha continuamente para viabilizar os projetos de geração de energia da biomassa, consciente de ser esta uma alternativa ambientalmente correta e importante para o atendimento do crescimento da demanda energética da sociedade, com impactos positivos para a geração de emprego e renda de forma descentralizada.

Energia Solar

Os trabalhos pioneiros da CEMIG na área de energia solar, tanto na sua forma fotovoltaica quanto na forma solar térmica através da utilização de coletores planos e concentradores solares, tem ajudado a criar novas alternativas de oferta de energia e de eficientização para alguns consumidores no Estado de Minas Gerais.

As instalações de sistemas de aquecimento de água por coletores solares planos e de bombas de calor também são fomentadas pela CEMIG, que vê nessas opções ferramentas para reduzir o consumo de energia elétrica no horário de pico e também como alternativa energética para conjuntos habitacionais destinados a famílias de baixa renda.

A CEMIG, em 2007, instalou energia fotovoltaica em 760 residências para atender o Programa Luz para Todos, além de 1.000 coletores solares planos para aquecimento de água em substituição ao chuveiro elétrico em residências de baixa renda e hospitais. A CEMIG continua investindo em projetos de P&D para purificação do silício metalúrgico existente em Minas Gerais e desenvolvimento de células fotovoltaicas de baixo custo. Outra iniciativa da empresa refere-se à pesquisa e experimentações relativas ao uso de energia solar térmica para produção de energia elétrica através de termelétricas solares, utilizando concentradores cilíndrico-parabólicos, e para aquecimento de água de forma centralizada, utilizando coletores solares planos (calor distrital para comunidades de baixa renda).

Energia Eólica

A CEMIG foi a primeira concessionária brasileira a instalar uma usina eólica conectada ao sistema elétrico integrado, a Usina Eólio-Elétrica Experimental do Morro do Camelinho, abrindo o caminho para a introdução de uma cultura eólica no país. Foi efetuado levantamento do potencial eólio-elétrico de alguns sítios promissores no Estado de Minas Gerais e, em 2007, foram assinados acordos de confidencialidade com empresas interessadas em avaliar a instalação de uma usina eólica no norte de Minas. Foi iniciado também um projeto de pesquisa e desenvolvimento de geradores eólio-elétricos de pequeno porte.

Hidrogênio e Células a Combustível

O hidrogênio é um vetor energético obtido da água e de outras fontes de energia como a biomassa e combustíveis fosseis, sendo considerado o energético do futuro. Para explorar essa alternativa, a CEMIG conta com um laboratório experimental para produção de hidrogênio via eletrólise e por reforma de etanol. Os principais desafios para viabilizar esse energético são a diminuição dos custos de produção, o armazenamento e o transporte desse combustível. O hidrogênio será utilizado inicialmente como combustível para teste das células a combustível, para suprir demandas internas e também como elemento químico para purificação do silício, a ser utilizado no projeto de P&D de células fotovoltaicas, que se encontra em desenvolvimento. As células a combustível são uma das novas tecnologias para geração de energia de forma descentralizada, com grande possibilidade de causar, no futuro, impactos no setor elétrico.

Biodiesel

A CEMIG considera o biodiesel como uma alternativa energética sustentável, geradora de emprego e renda e que propicia inclusão social. Nesse sentido, a empresa vem trabalhando, junto com outros órgãos do Estado e centros de pesquisas, para a consolidação da tecnologia de produção do biodiesel em Minas Gerais, através da identificação das vocações regionais para a cultura de oleaginosas, da construção de uma planta piloto de pequeno porte para produção experimental desse combustível e também da implantação de infra-estrutura laboratorial em órgão de pesquisa do estado para qualificar e certificar esse combustível e, dessa forma, contribuir para a sua inserção no mercado nacional.

Em 2007, foi inaugurado o Laboratório de Biocombustível do CETEC, com capacidade de produção de 1.000 litros/dia de biodiesel. Em 2008, está prevista a utilização do biodiesel produzido no laboratório para a geração de energia elétrica, de forma experimental, em um grupo motor gerador e em uma microturbina.

Veículo Elétrico

O veículo elétrico pode ser considerado uma tendência para os próximos anos. A CEMIG, em parceria com Itaipu Binacional e Fiat Automóveis, iniciou projeto de pesquisa e de estudo de viabilidade técnica e econômica da utilização de veículos movidos a energia elétrica. A empresa pretende testar protótipos desses veículos em sua frota durante o ano de 2008 visando avaliar aspectos operativos e de manutenção e desenvolvimento de tecnologia nacional. Com o uso intensivo dessa tecnologia, pretende-se disponibilizar mais uma alternativa para as empresas Cemig e seus consumidores visando redução do uso de combustíveis fosseis e exploração de um novo nicho do mercado de energia elétrica.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A concepção de Responsabilidade Social por parte das empresas está se difundindo cada vez mais, associada à noção de sustentabilidade, visando conciliar as dimensões econômica, ambiental e social. A CEMIG busca atuar dentro de uma visão de futuro em suas práticas de gestão relativas a essas dimensões.

Ações Sociais Integradas

Nossa estratégia de responsabilidade social é publicamente conhecida e reconhecida através de nossa missão, visão e valores empresariais. Nossas diretrizes corporativas são acompanhadas pelo Comitê de Responsabilidade Social, com representantes de todas as Diretorias da Empresa.

Muitos são os projetos desenvolvidos em nossa Empresa, voltados à melhoria das condições de vida de crianças, adolescentes, adultos, idosos e assistência a populações carentes. Um exemplo é o Projeto Asin – Ações Sociais Integradas Cemig, com mais de 1.100 empregados cadastrados como voluntários, contribuindo para gerar recursos dirigidos a sustentabilidade de instituições, associações comunitárias, escolas e asilos nas comunidades onde a Empresa atua.

São 83 projetos desenvolvidos em todo o Estado, envolvendo 10% dos empregados da Empresa, e com foco na ação comunitária, educação, meio ambiente e saúde, contando com parceiros externos e internacionais. Conta, ainda, com a realização de ações diversas como o Dia das Crianças, Dia do Voluntário, Natal, e outras iniciativas, envolvendo, além das instituições cadastradas e os voluntários do Asin/Cemig, empregados terceirizados e parceiros dos municípios. O Projeto Asin/Cemig está disponível no site: http://www.cemig.com.br/institucional/balanco_social.asp

Outro exemplo concreto de ação social apoiado pela Empresa é o Programa AI6% - Formando Cidadãos, parceria entre a AIC – Associação Intergerencial da CEMIG e o Projeto ASIN/Cemig, implantado desde 2001. A finalidade do programa é incentivar empregados e aposentados da CEMIG a repassar parte de seu imposto de renda devido para os Fundos da Infância e da Adolescência – FIA's.

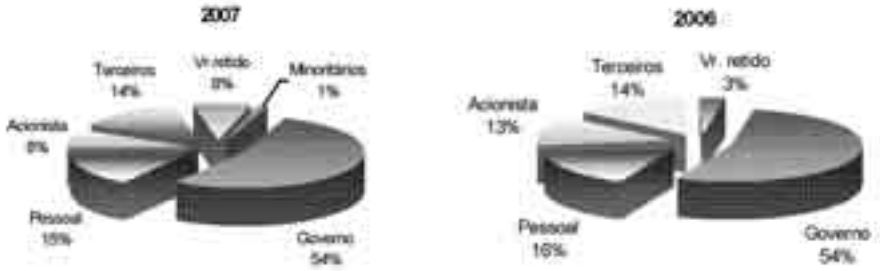
Como evidência da evolução do Projeto ASIN/Cemig, em 2001 conseguimos destinar R$190 mil a 31 instituições de 16 municípios, sendo que em 2007 o programa arrecadou doações dos empregados da Cemig no valor de R$1.243 mil, o que permitiu o auxílio à 137 instituições de 80 municípios do Estado de Minas Gerais.

Outro reconhecimento das ações de responsabilidade social da CEMIG foi a inclusão da empresa, desde 2005, no grupo de trabalho para a criação da ISO 26.000 – Responsabilidade Social, a convite da International Organization for Standardization (ISO), do Instituto Ethos e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Pela primeira vez, a coordenação mundial de um trabalho da ISO, é liderada em conjunto por dois países, nesse caso pelo Brasil e Suécia, o que torna a participação da empresa ainda mais relevante. A participação ativa e interação da Cemig em um fórum de discussão de alto nível, influenciando o processo internacional de construção da norma por meio de atividades do projeto evidencia o seu pioneirismo.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, com R$11.470 milhões de valor adicionado em 2007 em comparação a R$10.401 milhões em 2006, um aumento de 10,28%.

A distribuição do valor adicionado da CEMIG entre os diversos segmentos, pode ser observada no gráfico a seguir, devendo ser destacada a parte retida pelo governo do total distribuído em 2007 e 2006, correspondente a 54% em cada ano.



Recursos Humanos

Desde 2004, a Cemig vem implantando o Sistema de Gestão Estratégica do Capital Humano, modelo desenvolvido a partir da visão e missão da Empresa, cujo objetivo é alinhar planejamento estratégico e modelo de gestão de RH à estratégia organizacional, incorporando visão de longo prazo e focalizando ações que agreguem valor aos negócios e favoreçam uma gestão integrada. Nele, a Gestão do Desempenho é o elo entre a "estratégia Cemig" e os diversos processos de gestão do RH, demonstrando como as diretrizes estratégicas são aplicadas na Empresa.

A Gestão do Desempenho é o processo que visa ao desenvolvimento das competências estratégicas que levem à melhoria de resultados, sejam eles financeiros ou não-financeiros, por meio da contratação de metas e de acordos individuais de desenvolvimento, alinhando ações individuais e de equipes às diretrizes organizacionais.

Com a implementação do modelo de Gestão do Desempenho e uma atuação mais estratégica da área de Recursos Humanos, foi possível vincular, definitivamente, a estratégia empresarial aos diversos processos de gestão de pessoas, servindo de base para diversas iniciativas e mudanças na área de Recursos Humanos, tais como: movimentações com base no desempenho, concurso externo, programa Trainee, mobilidade interna, diversos programas de capacitação e desenvolvimento, gestão do clima organizacional, dentre outros.

Capacitação e Desenvolvimento

Em 2007, a Cemig deu prosseguimento ao CELIG – Cemig Liderança em Gestão, programa formatado em parceria com a Fundação Dom Cabral, com o objetivo de desenvolver as competências de liderança definidas e mapeadas pela Empresa. Esta é a continuação de um processo permanente, que visa assegurar que a Cemig disponha de pessoas aptas a liderar suas transformações hoje e no futuro. Gerentes e Superintendentes foram treinados nas competências de liderança, visando à redução dos *gaps* no exercício destas. Foram 1.586 participações que representaram 14.092 horas de treinamento.

Dando continuidade ao objetivo empresarial de ter e manter um quadro de pessoal com desenvolvimento compatível com as suas necessidades e em constante formação, aperfeiçoamento e especialização, a Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional da Cemig – EFAP forneceu, em 2007, 11.323 participações em treinamentos técnicos para empregados do Grupo Cemig, além de 458 participações em treinamentos técnicos para empregados de outras empresas. No total, foram 507.590 Hh treinados.

Em novembro de 2007, a Bureau Veritas Quality International - BVQI recomendou a certificação de 15 processos da Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional – EFAP. A implantação do Sistema de Gestão da Qualidade na EFAP faz parte dos desafios do Planejamento Estratégico de Recursos Humanos, e seu principal objetivo é a busca da melhoria contínua dos seus processos, focada na qualidade do treinamento técnico ofertado aos seus clientes internos e externos.

Também com vistas a atender às necessidades da Empresa decorrentes do surgimento de novas tecnologias, equipamentos e métodos de trabalho, foram implementadas várias ações de treinamento e desenvolvimento, tais como treinamentos de informática, administrativos, treinamentos externos, cursos de pós-graduação, cursos de idiomas, dentre outros. Foram ao todo, em 2007, 17.172 participações, correspondendo a 49.23 Hh treinados.

Gestão de Clima Organizacional

A Cemig, ciente de que a obtenção de alta performance está intimamente ligada a um ambiente saudável e estimulador, busca permanentemente fazer uma gestão de seu ambiente interno. Dentro deste contexto, vale destacar que um dos elementos da Visão da Empresa é "ser uma das melhores Empresas para se trabalhar".

Em 2006, concorrendo com mais de 500 empresas, a Cemig figurou na lista das 150 melhores empresas para trabalhar do Guia Você S.A. – Exame. Em 2007, além de estar novamente entre as 150 melhores empresas para trabalhar do Guia Você S.A. – Exame/2007, a Empresa foi considerada a melhor na categoria especial "AS MAIORES" (empresas com mais de 10.000 empregados)

Outra ferramenta utilizada para gerir o Clima é a Pesquisa de Clima Organizacional, realizada a cada dois anos com todos os seus empregados. Após a fase de diagnóstico e análise de resultados, a Empresa realiza o planejamento de ações de melhoria, com a elaboração do Plano de Ação Corporativo e dos Planos de Ação das superintendências e gerências, e finalmente, vem a fase de monitoramento da execução dos referidos planos de ação de melhorias. No ciclo 2005/2007, foram elaborados, além do plano corporativo composto de 21 ações de melhoria, 95 planos de ação das diversas áreas da Empresa, totalizando 2.232 ações de melhoria. Pelo monitoramento realizado, foi constatada a implementação de mais de 80% dessas ações.

Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho

Para difundir a cultura e assegurar os níveis desejados de segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores próprios e contratados, a CEMIG dá continuidade aos seus programas iniciados em períodos anteriores e mantém suas iniciativas inovadoras implementando novos programas objetivando garantir a saúde, segurança e bem-estar de seus empregados.

Foram continuadas as ações relativas ao Programa de Qualidade de Vida – Energia Vital, do Programa de Inclusão de Deficientes, a realização de campanhas de vacinação e doação de sangue, seminários de preparação para aposentadoria, entre outras ações.

Em 2007 a CEMIG realizou diversos treinamentos de segurança destacando-se aqueles relacionados a atividades de eletricidade, cursos técnicos e de reciclagem, totalizando 254.820 Hh treinados, além da promoção de Workshops, Encontros e Treinamentos.

Relações Trabalhistas e Sindicais

Ao longo dos últimos 4 anos, a CEMIG vem negociando com as Entidades Sindicais mudanças na sua política de remuneração, com o objetivo de integrar os processos de gestão da RH à estratégia de negócios da Empresa, destacando-se a obtenção pela Assessoria de Relações Sindicais da certificação pela norma NBR ISO 9001:2000.

Provimento

Em complementação a reposição do quadro de pessoal da Empresa iniciado em 2006, foram admitidos em 2007, cerca de 242 novos empregados em cargos de nível médio técnico e superior, decorrentes da aprovação em concurso público realizado em janeiro de 2006.

Com o foco na Gestão Estratégica do Capital Humano, em outubro de 2007, a Empresa propiciou a abertura do Processo de Mobilidade Interna. Este processo está vinculado ao mérito de suprir demandas das diversas áreas da Empresa em consonância com a existência de vaga. A mobilidade teve por objetivo otimizar e viabilizar a adequação de empregados, associando os interesses dos empregados e as necessidades da Empresa, respeitados os critérios vigentes do Plano de Cargos e Remuneração e a viabilidade legal.

(*) Cemig Controladora, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão

Cultura e Sociedade

A CEMIG mantém um profundo envolvimento com a sociedade onde se insere. Um dos focos dessa questão está no patrocínio de projetos culturais e nas doações incentivadas às iniciativas de inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

Em 2007, a CEMIG investiu R$27,3 milhões em cultura e ações sociais, beneficiando diretamente a população de mais de 200 municípios, em Minas Gerais. A maioria dos projetos possui continuidade ou se caracteriza pela manutenção de espaços de formação cultural permanente, o que reforça a idéia de sustentabilidade, fator decisivo na construção da identidade e dignidade do cidadão.

Continuamos a investir nos festivais de extensão universitária dos maiores centros acadêmicos do Estado por entendê-los como a possibilidade de reflexão sobre a informação adquirida na sala de aula – a riqueza dessa proposta alcança a população das cidades onde eles acontecem. Manteve-se também o patrocínio de grandes e pequenos museus, bibliotecas públicas, academias de música e teatros.

Com a terceira edição do Programa "Filme em Minas", reafirmamos a vocação da Empresa no apoio ao audiovisual. No Biênio 2007/2008, 34 projetos foram contemplados nas mais diversas categorias. Foram premiados, além dos longas e curtas-metragens, vídeos experimentais, documentários, projetos de pesquisa em desenvolvimento e literatura da área. Todos esses projetos com mão-de-obra, logística e locações no Estado de Minas Gerais.

Atenta ao acesso do público interno à leitura e às artes plásticas, a CEMIG mantém em sua sede uma galeria de arte, onde há 17 anos são montadas 11 exposições anuais de artistas de todo o país e uma biblioteca aberta, inclusive ao público externo, com aproximadamente 57 mil títulos. Além do acervo do edifício sede, uma biblioteca itinerante visitou outras 12 unidades administrativas da empresa, atendendo a novos leitores no interior e capital.

Assegurando a realização de festivais de teatro popular ou levando para fora do Brasil a expressão artística mineira, a Empresa investe na força transformadora da cultura e colhe junto à uma sociedade mais madura a compreensão da melhor utilização dos recursos naturais, do respeito pelo patrimônio e pelo bem comum.

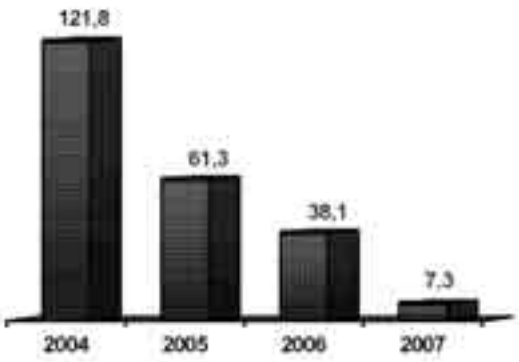
Meio Ambiente

A Cemig possui uma Política Ambiental, publicada em 1990, da qual constam sete princípios que orientam as atividades e direcionam os esforços relacionados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Tais princípios são traduzidos em ações que buscam imprimir nos empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental.

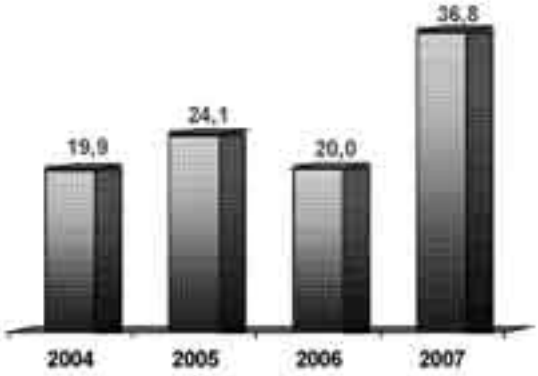
Em sua área de atuação, a Cemig realiza uma série de atividades que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Dentre elas pode-se destacar o programa de educação ambiental nas escolas, as reservas ambientais, os programas de preservação da flora e fauna, com destaque para programas relacionados à ictiofauna.

Através dessas ações, a Empresa busca a melhoria contínua na responsabilidade socioambiental. Os investimentos em meio ambiente nos últimos 4 anos foram superiores a R$300 milhões, como segue:

Meio Ambiente
Implantação de Novos Empreendimentos
(Em R$ milhões)



Meio Ambiente
Operação e Manutenção
(Em R$ milhões)



Sistema de Gestão Ambiental

Na Cemig as áreas podem se certificar em Sistema de Gestão Ambiental – SGA, conforme a Norma ISO 14001/2004 ou adotar um Sistema de Gestão Interno, denominado SGA Nível 1, o qual foi desenvolvido considerando-se os princípios da Norma NBR ISO 14001.

Em 2007, a Cemig manteve a certificação conforme a NBR ISO 14001/2004 das Usinas Hidrelétricas de Nova Ponte e Itutinga, a Estação Ambiental de Galheiro, a Gerência de Usinas do Oeste e a Assessoria da Superintendência de Geração.

Em 2007, foram certificadas:

- Usinas hidrelétricas:
  - São Simão, Miranda e Rosal (2.173 MW) certificadas na NBR ISO 14001:2004;
  - Emborcação e Salto Grande certificadas em SGA Nível 1 (1.296 MW).

- Transmissão:
  - Gerência de Operação e Manutenção da Transmissão Triângulo certificada em SGA Nível 1, NBR ISO 9001 e OHSAS 18001 – 2.121 Km de linha.

- Gerência de Segurança de Barragens certificada na NBR ISO 14001:2004; ISO 9001:2000 e OHSAS 18001.

Com a ampliação da implantação dos Sistemas de Gestão Ambiental, a capacidade instalada de geração de energia certificada passou de 1.939 MW em 2006 para 5.406 MW em 2007, o que representa 83% do total.

Desenvolvimento Sustentável

A Cemig foi selecionada, em 2007, como a líder mundial do supersetor de "utilities" no DJSI World – Índice Dow Jones de Sustentabilidade, que engloba as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública em todo o mundo. Essa conquista representa, também, o oitavo ano consecutivo da permanência da Cemig na seleta lista de empresas do DJSI World para o período 2007/2008. A Cemig se mantém no Índice, desde sua criação em 1999, sendo a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte desse Índice. A participação consecutiva da Cemig no DJSI World reflete o compromisso da Empresa com o desenvolvimento sustentável empresarial na condução de suas atividades, incluindo práticas de governança corporativa, respeito ao meio ambiente e ao bem-estar da sociedade com a efetiva criação de valor para os acionistas.

Pela terceira vez consecutiva, a Cemig foi selecionada como componente do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo. A Cemig se mantém no Índice, desde sua criação em 2005. O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade no meio empresarial brasileiro.

Além disso, a Cemig busca contribuir com o desenvolvimento sustentável através de investimentos em programas de conservação e eficientização de energia e em pesquisas de novas fontes alternativas, tais como a energia solar e fotovoltaica, a energia eólica, a pesquisa de células de hidrogênio e o uso de gás natural.

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o pronto atendimento aos órgãos competentes pela questão ambiental. Os estudos e monitoramentos são desenvolvidos através da contratação de especialistas, que inclui empresas de consultoria, centros de pesquisa e universidades.

Em 2007, a Cemig obteve as licenças de operação de 8 linhas de transmissão e a renovação de licença da usina de Igarapava.

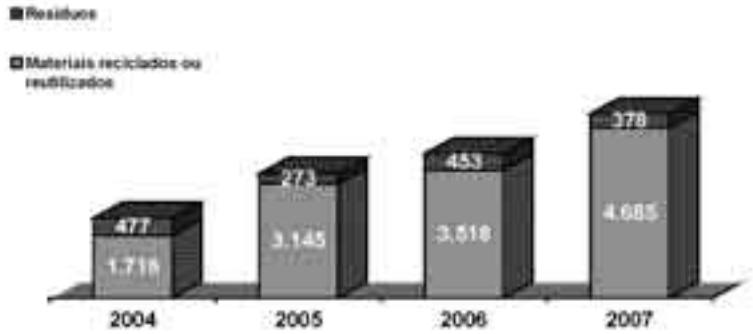
Além disso, a Cemig obteve a Dispensa de Licenciamento de 2 linhas de transmissão e 202 Subestações.

Gestão de Resíduos

A Cemig procura dar o destino mais adequado possível aos seus resíduos gerados. Em 2007, foram encaminhadas para reciclagem 320.875 lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública provenientes de toda a área de concessão da empresa. Materiais retirados de operação como transformadores, isoladores, sucatas, cabos e fios são enviados para o Centro de Distribuição de Materiais, área certificada com Sistema de Gestão Ambiental Cemig, onde ocorre a separação do material para a reutilização ou alienação.

Foram alienados ou reciclados 4.685 toneladas de materiais e equipamentos, 31% a mais do que em 2006. Dentre os materiais estão isoladores de porcelana, sucatas metálicas de medidores, reatores, cabos, fios e baterias. Além disso, foram regenerados e reutilizados pela própria Cemig 435 mil litros de óleo mineral isolante retirados dos equipamentos elétricos. Foram ainda co-processadas 41 toneladas de resíduos impregnados com óleo (luva, estopas e serragem) e 201 toneladas de óleo mineral isolante impróprios para utilização em equipamentos elétricos.

Total de materiais reciclados ou reutilizados e de resíduos encaminhados para co-processamento – 2004/2007 – (toneladas)



A elevação dos números de materiais reciclados ou reutilizados é reflexo da substituição das redes elétricas nos últimos anos, além da evolução na gestão e no processo de triagem dos materiais. Vale destacar que 4.108 das 4.685 toneladas de materiais foram alienados, proporcionando uma receita de R$ 11,2 milhões.

Continua, desde 2002, a campanha de coleta seletiva no edifício sede da Cemig "Eu Amo Reciclar". Durante o ano de 2007, foram recolhidos cerca de 107 toneladas de material reciclável, sendo 64 de papel, 26 de papelão e 17 de plástico, que foram repassados para a Organização Não-Governamental – ONG, Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte – Asmare.

Programas para a Ictiofauna (peixes)

Em 2007, foi lançado o Programa Peixe Vivo (http://www.portalpeixevivo.com.br/) que prevê a criação e a ampliação de uma série de ações voltadas à preservação da fauna aquática nas bacias hidrográficas mineiras onde existem usinas da Cemig. Esse programa está implementando canais de comunicação que possibilitem o envolvimento da comunidade. Para isso, o programa realiza a distribuição de material informativo e a promoção de palestras, reuniões e oficinas com a participação dos diversos segmentos da sociedade.

Como parte do programa e com o objetivo de repovoar e manter a biodiversidade dos reservatórios da Cemig e dos rios de Minas Gerais, foram realizados 140 peixamentos em todo estado, com a soltura de 808 mil alevinos de diferentes espécies de peixes nativas das bacias dos rios Grande, Paranaíba, São Francisco e Pardo. Essas ações ocorreram com a participação de 10.000 pessoas, entre alunos e representantes de diversos outros setores da sociedade, em mais de 70 municípios do Estado de Minas Gerais.

Flora, Fauna e Monitoramento da Qualidade de Água

As Estações Ambientais da Empresa possuem mais de 4.000 hectares de áreas protegidas, utilizadas para a realização de estudos sobre a fauna e a flora, atividades de educação ambiental e visitas programadas. Nessas áreas foram colhidos 700 Kg de sementes de um total de 120 espécies florestais nativas, que foram destinados aos Viveiros Florestais da Cemig e ao intercâmbio com outras instituições.

Além disso, foram produzidas 350.000 mudas de espécies nativas distribuídas para ONG's e órgãos públicos e plantados 25 ha de matas ciliares em parceria com produtores rurais.

Em relação à fauna, foram produzidos na Estação Ambiental de Peti, dentro do programa Profauna, as espécies: Pato-selvagem, Ananai, Macuco, Cutia e Azulão, que foram posteriormente soltos nas demais Reservas do Patrimônio Natural - RPPN da Cemig. Além desses animais, nas unidades de conservação e instalações da empresa, cadastradas junto ao Ibama no projeto ASAS - Áreas de Soltura de Animais Silvestres, foram recuperados, readaptados e devolvidos à natureza 261 animais, provenientes de apreensões pela Polícia Ambiental e pelo próprio Ibama.

A Cemig monitora regularmente a qualidade da água de seus principais reservatórios, através de uma rede que contempla oito bacias hidrográficas (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Itabapoana e Jequitinhonha), 34 sub-bacias diferentes perfazendo um total de 46 reservatórios e 247 estações de coleta de água.

Arborização Urbana

Para promover uma convivência harmoniosa entre as redes de distribuição e a arborização urbana, a Cemig realiza podas direcionais e ministra cursos de poda de árvores para diversas prefeituras do Estado de Minas Gerais. Por meio de apresentações teóricas e de demonstrações práticas, os participantes recebem informações sobre implantação e manutenção de árvores urbanas e sobre espécies de árvores adequadas para a área urbana, entre outros assuntos.

Em parceria com a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana - SBAU e com a International Society of Arboriculture - ISA, a Cemig promoveu, o *Seminário de Manejo de Arborização Urbana junto a Sistemas Elétricos*. O evento teve o objetivo de discutir e aprimorar as técnicas de manutenção de árvores junto a redes de distribuição de eletricidade, a partir do intercâmbio de informações entre os profissionais dessa área, além de estreitar o relacionamento entre prefeituras e concessionárias de energia elétrica.

Semana do Meio Ambiente

A Cemig realizou, no período de 11 a 22 de junho de 2007 a *Semana do Meio Ambiente 2007*, com o tema *Desenvolvimento Sustentável e Aquecimento Global*. O evento desse ano contou com a participação de mais de 4.000 estudantes do ensino fundamental de 40 escolas da rede pública, estadual e municipal de Belo Horizonte.

A escolha desse tema objetivou alertar ao público que a responsabilidade do combate ao aquecimento global não está apenas nas mãos do governo e organismos internacionais, mas é uma tarefa de todos. Dessa forma a Empresa busca contribuir para a difusão do conhecimento sobre aquecimento global e para a formação de cidadãos mais conscientes com um olhar diferenciado sobre a natureza, o futuro e o ser humano.

Programa de Educação Ambiental

A Cemig, em parceria com a Fundação Biodiversitas, lançou a segunda etapa do *Programa Cemig de Educação Ambiental - Terra da Gente* http://www.cemig.com.br/meio_ambiente/terra_gente/index.htm. Nessa etapa o programa espera atingir 247 mil alunos de 774 escolas, localizadas em 235 municípios do Campo das Vertentes e do Sul de Minas.

O *"Terra da Gente"* foi criado com o propósito de promover a educação ambiental para alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental. Em todas as regiões onde é implementado, o *Terra da Gente* tem o apoio das universidades locais. Nessa nova etapa, o programa conta com o apoio da Universidade Federal de Lavras - Ufla e da Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ.

O Programa de Educação Ambiental desenvolvido nas Estações Ambientais e Usinas recebeu este ano, 19.544 alunos de diferentes escolas da capital e interior. Durante estas visitas, são transmitidas informações sobre geração de energia e sua relação com o meio ambiente, bem como mensagens sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de conservação dos ecossistemas.

Pesquisa e Desenvolvimento – Meio ambiente

A Cemig vem desenvolvendo diversos projetos na área ambiental de P&D Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, gerenciados pela ANEEL, juntamente com universidades e instituições de pesquisas.

Com recursos provenientes da ANEEL, 5 projetos de P&D relativos a meio ambiente estão em andamento nas áreas de Ictiofauna, Limnologia e aspectos ambientais afetos à operação de usinas, sistemas de transposição e recursos hídricos.

Em 2006 foi instalado o primeiro transformador 100% a óleo vegetal, em parceria com a ABB. Com os resultados positivos do primeiro transformador, em 2007, mais dois equipamentos foram implantados no Boulevard Arrudas, para atender a Linha Verde em Belo Horizonte. Essa experiência está possibilitando a disseminação da tecnologia para outras áreas de atuação da Empresa. A principal vantagem do óleo vegetal para o meio ambiente é o fato de ser biodegradável.

A CEMIG e a Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte, renovaram o contrato do Projeto de Monitoramento do Lobo-Guará para a realização da 6ª etapa. Esse projeto desenvolve a pesquisa sobre a ecologia do Lobo-Guará (Chrysocyon brachyurus) utilizando tecnologia de telemetria via satélite (sistema GPS) na Estação Ambiental de Galheiro - CEMIG, município de Perdizes, MG.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela CEMIG em 2007, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Prêmio Ambiental Ponto Terra:

Com o projeto *Aquecimento de Água com Energia Solar em Conjuntos Habitacionais*, a Cemig foi a vencedora do Prêmio Ambiental Ponto Terra - Minas 2007, na categoria empresa. A premiação, realizada pela Organização Ponto Terra, aconteceu durante a 7ª Conferência Latino-Americana sobre Meio Ambiente e Responsabilidade Social - Ecolatina 2007. O projeto, pioneiro no País, é uma parceria da Cemig com a Companhia Habitacional do Estado de Minas Gerais - Cohab/MG e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru. Iniciado em 2002, o projeto já beneficiou 1.671 famílias.

Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental 2007.

A Usina Hidrelétrica de Nova Ponte foi uma das vencedoras do Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental 2007 – PMGA, realizado pela União Brasileira para a Qualidade – UBQ, como destaque nas práticas de gestão ambiental, inovadoras e diferenciadas. Atualmente, a usina é certificada nas normas internacionais de gestão ambiental, de segurança e saúde e de qualidade.

Prêmio Mineiro de Círculos de Controle de Qualidade

A Cemig foi a campeã da XVI Convenção Mineira de Círculos de Controle de Qualidade – CCQ e representou o Estado de Minas Gerais no XXIII Congresso Nacional de Círculos de Controle de Qualidade, realizado em Gramado – RS. O CCQ é um programa voluntário onde os integrantes das equipes são treinados nas ferramentas da Qualidade para a solução de problemas. A empresa foi representada pela Equipe Matrix com o trabalho "Óleo x Óleo" que apresentou uma solução inovadora para o problema da névoa de óleo que contamina os geradores de energia elétrica, que inclusive, gerou ganhos de R$14 milhões em cada ciclo de manutenção periódica.

Prêmio de Responsabilidade Social

Os projetos Iluminando Vidas e Kit Escolar Solidário, desenvolvidos pelos empregados voluntários do Sul de Minas, foram finalistas do 4º Prêmio Assis Chateaubriand de Responsabilidade Social. O projeto Iluminando Vidas, uma parceria da Cemig, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac e Usiparts, foi selecionado entre os dez melhores e recebeu o Troféu Assis Chateaubriand de Responsabilidade Social. O projeto Kit Escolar Solidário recebeu homenagem especial pela sua seleção entre os 20 projetos de maior relevância social da região.

Dow Jones

A Cemig é a única empresa da América Latina selecionada, pela edição 2007/2008 do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World), como a líder mundial de um setor da economia mundial, ao lado de gigantes da América do Norte e da Europa. A Empresa foi apontada pelo índice como a melhor Empresa do supersetor de utilities, que engloba as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública em todo o mundo. Criado há oito anos, o DJSI World se tornou uma referência mundial para investidores e administradores de recursos estrangeiros, que se baseiam em sua performance para tomar suas decisões de investimentos. A Cemig esteve presente em todas as edições do índice, desde a sua criação.

Iasc

Em pesquisa realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, em que foram entrevistados mais de 19 mil consumidores de 64 concessionárias de energia do País, a Cemig foi escolhida como a melhor concessionária de energia elétrica da Região Sudeste do País, entre as que possuem mais de 400 mil consumidores, pelo Prêmio Iasc 2006 – Índice Aneel de Satisfação do Consumidor.

ISE

Em 2007, a CEMIG foi selecionada, pela terceira vez consecutiva para o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa. Desde a criação do índice, em 2005, a Empresa se mantém no índice, em que as empresas são avaliadas a partir de um questionário que reflete, além das características das empresas, sua atuação nas dimensões econômica, ambiental e social, governança corporativa e a natureza de seus produtos.

O ISE, após três anos de existência, vem se consolidando como uma referência para os investidores interessados em adquirir ações de empresas listadas na Bovespa e caracterizadas pela sua atuação voltada para a Sustentabilidade Empresarial. O índice também busca ser indutor de boas práticas de gestão no meio empresarial brasileiro.

Prêmio Proteção Brasil 2007

A Cemig recebeu o Prêmio Proteção Brasil 2007 na categoria melhor caso de segurança em eletricidade. O objetivo do prêmio, em sua terceira edição, é o reconhecimento ao esforço de empresas e profissionais para a melhoria das condições de saúde e segurança do trabalho. O case premiado aborda o processo de implantação de vestimentas em tecido resistente à chama, um trabalho de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D da Cemig.

Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa – "Troféu Transparência"

A Cemig conquistou, pela quarta vez consecutiva, o Troféu Transparência (Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa) na categoria Empresas de Capital Aberto. A premiação foi conferida às 14 empresas que se destacaram por suas práticas de transparência contábil no último ano, sendo 10 de capital aberto e 4 de capital fechado. A premiação é oferecida, há onze anos, pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – Anefac, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – Fipecafi e a Serasa.

Guia Exame - Você S/A 2007 – "Lista das 150 Melhores Empresas para Trabalhar"

A Cemig foi escolhida a melhor entre as maiores empresas do País pesquisadas pelo Guia Você S/A Exame "150 Melhores Empresas para Você Trabalhar 2007". Foi a segunda vez consecutiva que a Cemig faz parte da relação de melhores empresas para se trabalhar, o que significa o reconhecimento dado pelo público interno ao acerto das práticas de gestão de pessoas que a Cemig vem implementando.

Relações com Investidores

A Cemig recebeu menção honrosa em três categorias durante o prêmio IR Magazine Awards Brazil 2007: Grand Prix do Melhor Programa de Relações com Investidores (empresas large cap), Melhor Sustentabilidade Socioambiental e Melhor Encontro com a Comunidade de Analistas de Investimentos. A menção honrosa é entregue aos cinco finalistas da premiação, que elege, todos os anos, os melhores profissionais de RI e as melhores empresas, em diferentes categorias, de acordo com o levantamento independente conduzido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da CEMIG é grata ao Governador do Estado, Dr. Aécio Neves da Cunha, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO (não auditado)

1) Base de Cálculo	2007			2006		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	10.245.914			9.406.942		
Resultado Operacional (RO)	2.938.475			2.500.013		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	985.456			953.675		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	69.116	6,94	0,67	70.027	7,34	0,74
Encargos sociais compulsórios	260.694	26,20	2,45	235.704	24,34	2,76
Previdência privada	101.596	10,22	0,99	188.816	19,80	2,01
Saúde	30.653	3,08	0,30	28.412	3,23	0,34
Segurança e medicina no trabalho	9.957	0,97	0,09	9.978	1,02	0,11
Educação	1.156	0,12	0,01	1.061	0,10	0,01
Cultura	112	0,01	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	15.265	1,53	0,15	16.460	1,64	0,19
Creches ou auxílio-creche	1.851	0,17	0,02	1.608	0,16	0,02
Participação nos lucros ou resultados	466.480	46,87	4,71	226.991	23,50	2,46
Outros	12.002	1,21	0,12	11.073	1,24	0,13
Total - Indicadores Sociais Internos	978.737	98,33	9,63	793.774	84,36	8,85
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	2.427	0,08	0,02	-	-	-
Cultura	27.277	0,93	0,27	14.361	0,57	0,17
Outros - Qualidade/Eficiência/Tecnologia ANEEL	15.295	0,52	0,15	21.134	0,85	0,25
Total das Contribuições para a Sociedade	44.999	1,53	0,44	35.475	1,42	0,42
Tributos (excluindo encargos sociais)	5.426.922	184,67	52,96	5.938.967	226,36	69,84
Total – Indicadores Sociais Externos	5.471.921	186,21	53,40	5.944.442	227,79	87,28
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Investimentos relacionados com produção/operação da empresa	44.101	1,50	0,43	58.112	2,50	1,04
Investimentos com programas e/ou projetos externos*	-	-	-	-	-	-
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			10.810			10.658
Nº de admitidos durante o período			252			529
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			182			188
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			4.164			2.946
Nº de mulheres que trabalham na empresa			1.408			1.454
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			8,51			7,7
Nº de negros (as) que trabalham na empresa			1.093			1.299
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			5,08			6,32
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			53			ND
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2007			Notas 2008		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa			17,80			ND
Número total de acidentes de trabalho			104			ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolveu	(x) seguiu as normas da OIT	( ) incentivou e seguiu a OIT
A previdência privada contempla	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa: ND	no Procon: ND	na Justiça: ND	na empresa: ND	no Procon: ND	na Justiça: ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa: ND %	no Procon: ND %	na Justiça: ND %	na empresa: ND %	no Procon: ND %	na Justiça: ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	Em 2007:	11.472.106		Em 2006:	10.401.877	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	54,52% governo 8,57% acionistas	25,30% colaboradores (as) 10,08% terceiros	1,52% retido	54,47% governo 10,02% acionistas	13,83% colaboradores (as) 11,5 % terceiros	2,24% retido

7) Outras Informações

I) Do total dos recursos utilizados em meio ambiente, no ano de 2006, cerca de R$7,2milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas Usinas Hidrelétricas e Linhas de Transmissão.

II) Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos baseiam-se também para a determinação de metas anuais de redução de resíduos. Mantemos destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da empresa, totalizando, no ano de 2007, 521 mil lâmpadas. Além disso, aproximadamente 435 mil litros de óleo mineral isolante, retirados dos transformadores colocados fora de operação, foram regenerados pela própria Cemig e foram incorporados ao sistema elétrico.

III) A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada atualmente e não possuem metas de redução.

IV) Foram alienados ou recicladas 4.885 toneladas de material e equipamentos, 31% a mais do que em 2006. Dentre os materiais estão radiadores de porcelana, aquelas metálicas de medidores (resistor), óleos, fios e baterias.

* Foram contabilizados na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa"

A CEMIG EM NÚMEROS

(dados consolidados, exceto se indicado de outra forma)

Descrições	2003	2004	2005	2006	2007
Atendimento					
Número de consumidores (em milhares)	5.744	5.875	6.010	10.042	10.321
Número de empregados	11.302	10.668	10.271	10.656	10.818
Número de consumidores por empregado	508	551	585	675	954
Número de localidades atendidas	5.415	5.415	5.415	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774	774	805	805
Mercado					
Área de concessão (Km2)	567.478	567.478	567.478	578.448	578.448
Geração Própria (GWh) **(1)**	27.025	26.922	30.411	32.187	33.130
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R$/MWh)					
Residencial	356,95	416,26	474,23	487,52	506,73
Comercial	305,89	356,03	410,61	435,97	448,51
Industrial	132,39	154,36	124,41	128,04	136,93
Rural	186,42	214,42	249,13	265,27	270,65
DEC (horas)	10,74	10,93	12,21	13,03	13,14
FEC (número de interrupções)	6,42	6,58	6,78	6,43	6,39
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	54	55	61	65	66
Operacionais					
Número de Usinas em Operação	48	52	54	61	62
Número de Subestações	427	434	440	469	472
Linhas de Transmissão (Km)	4.829	4.856	4.892	5.364	5.313
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.185	16.086	16.040	16.786	16.676
Linhas de Distribuição (Km)					
Urbana	82.867	83.527	84.585	93.850	91.412
Rural	276.437	283.910	294.815	308.689	337.987
Capacidade Instalada (MW)	5.771	5.949	6.113	6.692	6.678
Financeiros					
Receita operacional – R$ milhões	7.968	9.748	11.703	13.431	15.790
Receita operacional líquida – R$ milhões	5.223	6.611	7.313	8.467	10.246
Margem operacional - %	22,99	28,69	33,68	30,11	32,16
LAJIDA ou EBITDA – R$ milhões	1.771	2.480	3.058	3.222	4.073
Lucro líquido (Prejuízo) – R$ milhões	1.196	1.385	2.003	1.719	1.735
Lucro líquido (Prejuízo) (Controladora)	2,46	2,85	4,12	3,53	3,57
Patrimônio líquido – R$ milhões	6.559	7.251	7.185	7.522	8.390
Valor patrimonial por ação (Controladora) **(2)**	13,48	14,91	14,77	15,46	17,25
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	21,08	21,11	27,63	23,92	23,07
Endividamento do patrimônio líquido - %	128,67	131,15	175,55	206,03	189,23
Liquidez Corrente	0,73	0,86	0,91	1,11	1,32
Liquidez Geral	0,74	0,79	0,78	0,73	0,78

(1) Já estão descontadas as perdas atribuídas à geração (652 GWh) e o consumo interno das usinas.
(2) Calculados considerando a quantidade de ações existentes em 31 de dezembro de 2007.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Marcio Araujo de Lacerda	Francisco de Assis Soares
Djalma Bastos de Morais	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Aécio Ferreira da Cunha	Eduardo Lery Vieira
Alexandre Heringer Lisboa	Franklin Moreira Gonçalves
Antônio Adriano Silva	Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Francelino Pereira dos Santos	Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Maria Estela Kubitschek Lopes	Fernando Henrique Schuffner Neto
Wilson Nélio Brumer	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Wilton de Medeiros Daher	
Carlos Augusto Leite Brandão	Eduardo Leite Hoffmann
Andréa Paula Fernandes Pansa	Maria Amália Delfim de Melo Coutrim
Evandro Veiga Negrão de Lima	Andréa Leandro Silva
José Augusto Pimentel Pessôa	Nohad Toufic Harati
Haroldo Guimarães Brasil	Antônio Renato do Nascimento

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ronald Gastão Andrade Reis
Luiz Otávio Nunes West	Leonardo Guimarães Porto
Celene Carvalho de Jesus	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Abomar Silva Lima

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome	Cargo
Djalma Bastos de Morais	Diretor-Presidente e, cumulativamente, Diretor Vice-Presidente
José Carlos de Mattos	Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações
Fernando Henrique Schuffner Neto	Diretor de Geração e Transmissão
José Maria de Macedo	Diretor de Distribuição e Comercialização
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Diretor de Gestão Empresarial
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Comercial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores
Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico
Site: www.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006 Reclassificado	2007	2006 Reclassificado
CIRCULANTE				
Disponibilidades *(nota 5)*	2.066.219	1.402.647	21.953	23.834
Consumidores e Revendedores *(nota 6)*	2.025.124	2.074.983	-	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A" *(nota 8)*	450.817	355.599	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	474.450	358.205	-	-
Tributos Compensáveis *(nota 11)*	610.293	264.197	32.996	12.443
Despesas Antecipadas – CVA *(nota 10)*	519.699	459.898	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre *(nota 9)*	31.426	123.056	-	-
Créditos Tributários *(nota 12)*	489.757	125.790	92.975	24.047
Dividendos a Receber	-	-	1.383.893	1.152.772
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS *(nota 15)*	57.593	107.959	-	-
Reajuste Tarifário Diferido *(nota 13)*	463.491	791.231	-	-
Estoques	42.415	34.980	-	17
Outros Créditos	290.726	276.655	9.831	6.921
TOTAL DO CIRCULANTE	7.722.010	6.394.600	1.541.648	1.220.034
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado *(nota 14)*	1.763.277	1.728.293	-	-
Fundo de Direitos Creditórios *(nota 14)*	-	-	772.891	744.502
Recomposição Tarifária e Parcela "A" *(nota 8)*	721.529	979.008	-	-
Despesas Antecipadas – CVA *(nota 10)*	177.842	159.738	-	-
Créditos Tributários *(nota 12)*	694.888	678.592	174.557	280.457
Revendedores – Transações com Energia Livre *(nota 9)*	13.646	34.637	-	-
Tributos Compensáveis *(nota 11)*	365.101	601.091	259.626	289.024
Depósitos Vinculados a Litígios	271.915	254.905	92.843	82.923
Consumidores e Revendedores *(nota 6)*	125.986	100.734	-	-
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS *(nota 15)*	60.880	215.559	-	-
Reajuste Tarifário Diferido *(nota 13)*	81.742	127.488	-	-
Outros Créditos	38.427	24.793	7.834	4.632
Total do Realizável a Longo Prazo	4.315.233	4.902.836	1.307.751	1.401.538
Permanente				
Investimentos *(nota 16)*	1.070.854	998.875	7.068.513	6.838.844
Imobilizado *(nota 17)*	10.563.200	10.335.426	1.986	1.701
Intangível *(nota 17*	531.724	494.231	506	790
Diferido	63.482	82.746	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.544.493	16.814.116	8.378.756	8.242.873
ATIVO TOTAL	24.266.503	23.208.716	9.920.404	9.462.907

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE				
Fornecedores *(nota 18)*	935.905	913.773	11.781	6.346
Encargos Regulatórios *(nota 21)*	395.894	436.535	-	-
Participações nos Lucros *(nota 33)*	102.329	74.038	6.642	5.450
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 19)*	1.078.159	994.577	39.192	22.991
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar *(nota 25)*	681.457	1.373.828	681.457	1.373.828
Empréstimos e Financiamentos *(nota 20)*	969.603	800.434	5.735	6.792
Debêntures *(nota 20)*	50.638	33.514	-	-
Salários e Contribuições Sociais	236.285	185.017	9.168	7.872
Passivo Regulatório – CVA *(nota 10)*	549.133	328.143	-	-
Passivo Regulatório – Revisão da Receita de Transmissão (nota 23)	15.717	-	-	-
Obrigações Pós-Emprego *(nota 22)*	107.061	139.113	4.362	5.933
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros *(nota 36)*	166.448	176.575	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	76.949	3.025
Outras Obrigações	372.806	293.183	30.772	21.476
TOTAL DO CIRCULANTE	5.661.435	5.748.730	1.066.058	1.453.513
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a Longo Prazo				
Fornecedores *(nota 18)*	340.792	271.926	-	-
Passivo Regulatório – CVA *(nota 10)*	196.140	119.907	-	-
Empréstimos e Financiamentos *(nota 20)*	4.961.138	5.620.190	73.587	73.587
Debêntures *(nota 20)*	1.657.655	1.194.799	-	30.009
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 19)*	319.140	449.521	85.179	96.851
Provisões para Contingências *(nota 24)*	634.786	534.980	254.197	229.714
Obrigações Pós-Emprego *(nota 22)*	1.393.833	1.450.850	51.176	56.749
Outras Obrigações	136.622	107.660	30	31
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.610.106	9.749.835	464.169	486.941
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS *(nota 16)*	86.236	90.080	-	-
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	318.549	97.618	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social *(nota 25)*	2.432.307	1.621.538	2.432.307	1.621.538
Reservas de Capital *(nota 25)*	4.032.222	4.032.222	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros *(nota 25)*	1.898.525	1.841.570	1.898.525	1.841.570
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	27.123	27.123	27.123
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.390.177	7.522.453	8.390.177	7.522.453
PASSIVO TOTAL	24.266.503	23.208.716	9.920.404	9.462.907

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006 Reclassificado	2007	2006 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica *(nota 26)*	13.285.332	11.135.000	-	-
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres *(nota 27)*	1.945.930	1.789.471	-	-
Outras Receitas Operacionais *(nota 28)*	558.269	506.900	40.738	1.457
	15.789.531	13.431.371	40.738	1.457
Deduções à Receita Operacional *(nota 29)*	(5.543.617)	(4.964.729)	(4.195)	(81)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.245.914	8.466.642	36.543	1.376
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS *(nota 30)*				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.793.722)	(2.112.673)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(649.737)	(663.851)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(154.241)	(157.732)	-	-
	(3.597.700)	(2.934.256)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO *(nota 30)*				
Pessoal e Administradores	(886.377)	(992.765)	-	-
Entidade de Previdência Privada	(110.354)	(159.647)	-	-
Materiais	(89.930)	(78.519)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(58.409)	(36.812)	-	-
Serviços de Terceiros	(500.828)	(411.318)	-	-
Depreciação e Amortização	(748.196)	(626.926)	-	-
Provisões Operacionais	(49.914)	(23.978)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(134.102)	(138.965)	-	-
Outras	(168.285)	(127.903)	-	-
	(2.726.395)	(2.596.821)	-	-
CUSTO TOTAL	(6.324.095)	(5.531.077)	-	-
LUCRO BRUTO	3.921.819	2.935.565	36.543	1.376
DESPESA OPERACIONAL *(nota 30)*				
Despesas com Vendas	(235.837)	(152.718)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (recuperação de despesas)	(319.886)	(78.138)	(74.071)	17.472
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(71.516)	(155.020)	-	-
	(627.239)	(385.876)	(74.071)	17.472
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Receitas Financeiras	3.294.580	2.549.687	(37.528)	18.848
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	1.811.530	1.594.595
Resultado Financeiro Líquido *(nota 31)*	(356.105)	(49.674)	1.343	106.658
Lucro Operacional	2.938.475	2.500.013	1.775.345	1.722.102
RESULTADO NÃO OPERACIONAL *(nota 32)*	(10.356)	(36.795)	(11.043)	(10.223)
Lucro antes dos Impostos e Participações Estatutárias	2.928.119	2.463.218	1.884.302	1.711.879
Imposto de Renda e Contribuição Social *(nota 12)*	(1.025.851)	(599.300)	(126.672)	26.217
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos *(nota 12)*	403.548	71.704	10.107	(9.934)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado *(nota 33)*	(454.685)	(209.991)	(12.288)	(9.321)
Lucro antes das Participações Minoritárias	1.850.929	1.725.631	1.735.449	1.718.841
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	(115.480)	(6.790)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.735.449	1.718.841	1.735.449	1.718.841
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R$			3,57	3,53

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	1.621.538	4.032.222	1.503.972	-	27.123	7.184.855
Reversão de Dividendos	-	-	538	-	-	538
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.718.841	-	1.718.841
Destinação do Lucro proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	-	85.942	(85.942)	-	-
Juros sobre Capital Próprio (R$1,04 por lote de mil ações)	-	-	-	(169.067)	-	(169.067)
Dividendos Complementares (R$4,41 por lote de mil ações)	-	-	-	(715.714)	-	(715.714)
Retenção de Lucros	-	-	241.298	(241.298)	-	-
Dividendos Extraordinários (R$3,07 por lote de mil ações)	-	-	-	(497.000)	-	(497.000)
Reserva Estatutária	-	-	9.820	(9.820)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	1.621.538	4.032.222	1.841.570	-	27.123	7.522.453
Aumento de Capital	810.769	-	(810.769)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.735.449	-	1.735.449
Destinação do Lucro proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	-	86.772	(86.772)	-	-
Dividendos (R$1,78 por ação)	-	-	-	(867.725)	-	(867.725)
Retenção de Lucros	-	-	780.952	(780.952)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	**2.432.307**	**4.032.222**	**1.898.525**	**-**	**27.123**	**8.390.177**

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

958

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006 Reclassificado	2007	2006 Reclassificado
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das Operações				
Lucro Líquido do Exercício	1.735.449	1.718.841	1.735.449	1.718.841
Despesas (Receitas) que não afetam o Capital Circulante				
Depreciação e Amortização	778.144	672.257	701	694
Baixas Líquidas de Imobilizado	30.084	21.596	-	4.182
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.811.530)	(1.594.595)
Obrigações Pós-Emprego	123.007	109.910	5.144	7.871
Juros e Variações Monetárias de Longo Prazo	(468.159)	(392.919)	(62.013)	(175.340)
Imposto Federais Diferidos	(403.546)	(71.704)	(10.107)	(9.934)
Provisão de Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	174.832	86.154	26.594	29.217
Provisão (Reversão) para Perdas Operacionais	117.406	(124.208)	19.064	(142.568)
Outros	114.359	(27.582)	13.136	19.978
Recursos originados das operações	2.201.576	2.092.345	(183.562)	(145.651)
De Terceiros e Acionistas				
Financiamentos Obtidos	1.099.910	2.265.902	-	30.000
Alienação de Participação Societária	49.234	-	-	-
Alienação de Participação no FIDC	-	-	-	900.000
Recebimento de Quotas do FIDC	-	-	7.267	26.611
Reversão de Dividendos	-	538		538
Dividendos a Receber de Controladas	-	-	1.675.779	1.480.256
Amortização de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	122.007	78.760	-	-
Obrigações Especiais	267.897	304.642	-	-
	1.499.048	2.649.842	1.683.046	2.437.404
Outras Origens				
Ativo Circulante Líquido Inicial de Controladas Adquiridas	-	262.390	-	-
Redução do Realizável a Longo Prazo	-	21.046	-	-
Transferência do Realizável a Longo Prazo para o Circulante				
Despesas Antecipadas – CVA	107.689	94.351	-	-
Ativo Regulatório -PIS/COFINS	129.671	184.071	-	-
Créditos Tributários	285.974	-	106.900	-
Tributos Compensáveis	240.070	-	29.398	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	390.483	300.898	-	-
Reajuste Tarifário Diferido	181.546	764.139	-	-
Revendedores – Transações com energia livre	29.264	94.430	-	-
Outros	126.399	86.732	3.854	19.723
	1.509.096	1.768.056	139.152	19.723
TOTAL DAS ORIGENS	5.209.720	6.470.243	1.638.636	2.307.476
APLICAÇÕES DOS RECURSOS				
Tributos Compensáveis	-	348.818	-	288.888
Aumento do Realizável a Longo Prazo	41.776	-	-	-
Créditos Tributários transferidos do Ativo Circulante para o Não Circulante	-	86.638	-	37.191
Depósito Judicial	17.068	120.428	9.900	-
Despesas Antecipadas – CVA Transferência do Ativo Circulante para o não Circulante	-	50.697	-	-
Em Investimentos	108.923	552.681	7.055	569.574
No Imobilizado	1.392.868	1.409.762	702	-
No Diferido	4.405	1.906	-	-
Juros sobre Capital Próprios e Dividendos	867.725	1.381.781	867.725	1.381.781
Transferência do Passivo Não Circulante para o Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	1.178.950	430.217	30.246	-
Tributos e Contribuição Social	64.032	346.753	-	-
Fornecedores - Suprimento	56.892	136.010	-	-
Obrigações Pós-Emprego	194.328	220.073	10.717	8.899
Encargos Regulatórios	-	34.683	-	-
Passivos Regulatórios – CVA	58.757	20.689	-	-
Outras	5.281	107.303	3.202	15.236
TOTAL DAS APLICAÇÕES	3.991.015	5.302.529	929.567	2.301.570
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**1.214.705**	**1.167.714**	**709.069**	**5.906**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE				
No fim do exercício				
Ativo Circulante	7.722.010	8.384.600	1.541.648	1.220.034
Passivo Circulante	(5.861.435)	(5.748.730)	(1.066.058)	(1.453.513)
	1.860.575	645.870	475.590	(233.479)
No início do exercício	645.870	(521.844)	(233.479)	(239.385)
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**1.214.705**	**1.167.714**	**709.069**	**5.906**

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, "CEMIG", "Controladora" ou "Companhia", sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como holding desde 1º de janeiro de 2005, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de dezembro de 2007 (informações relativas a mercado atendido e capacidade instalada não auditadas pelos auditores independentes):

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig Geração e Transmissão S.A. possui participação societária nas seguintes controladas em desenvolvimento:

  - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina se encontra em fase de construção tendo data prevista para início de suas atividades em setembro de 2008 e com capacidade instalada de 27MW.

  - Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, ambas no Estado de Minas Gerais. As usinas encontram-se em fase de construção com previsão de início de operação em 2009, e totalizarão uma capacidade instalada de 44MW.

  - Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente. A Cemig Geração e Transmissão tem a expectativa de transferência dos ativos do Consórcio Baguari para essa controlada. Essa usina tem a sua previsão de entrada em operação para 2009.

  - Madeira Energia S.A. – (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW (informação não auditada) e previsão de início de operação comercial em 2012.

- Cemig Distribuição S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;

- Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME") (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 52,25% do capital social da Light S.A. ("Light"), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A. com 3,9 milhões de consumidores em 31 municípios do estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A. com 855 MW de capacidade instalada;

- Sá Carvalho S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;

- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;

- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG ("GASMIG") (controlada em conjunto – participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais;

- Empresa de Infovias S.A. ("Infovias") (controlada – participação de 100,00%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);

- Efficientia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;

- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a UTE Barreiro S.A.;

- Rosal Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a Cemig PCH S.A.;

- Cemig PCH S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;

- Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;

- UTE Barreiro S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais;

- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 Kv conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;

- Cemig Trading S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;

- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 Kv;

- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí 230 Kv;

- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP") (controlada em conjunto – participação de 18,19%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 Kv com origem na subestação de Tucuruí e término na subestação de Vila do Conde, no Estado do Pará;

- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE") (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 Kv, sendo a primeira com origem na subestação Tucuruí e término na subestação de Marabá, no Estado do Pará, e a segunda com origem na subestação de Marabá e término na subestação de Açailândia, no Estado do Maranhão;

- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE") (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 Kv, com origem na subestação de Vila do Conde e término na subestação de Santa Maria, no Estado do Pará;

- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE") (controlada em conjunto – participação de 15,79%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 Kv, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia;

- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("ECTE") (controlada em conjunto – participação de 7,50%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 Kv, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, ambas no Estado de Santa Catarina.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2007:

- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto – participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 Kv;

- Transchile Charrua Transmisión S.A. – ("Transchile") (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrua – Nueva Temuco, 220 Kv e de duas seções de linha de transmissão nas SE's Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile.

- Focus Soluções Tecnológicas S.A. ("AXXIOM") (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Constituída em agosto de 2007 com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e gestão de sistemas para empresas do setor de energia elétrica. O início de operações está previsto para o exercício de 2008.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As demonstrações financeiras foram elaboradas seguindo princípios, métodos e critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados e divulgados integralmente no encerramento do último exercício social.

A ANEEL publicou o Despacho nº 3.073 de 28 de dezembro de 2006, que alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, com entrada em vigor em 1º de Janeiro de 2007 estabelecendo a transferência dos encargos do consumidor: Programa de Eficiência Energética – PEE, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, Conta de Consumo de Combustível – CCC, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, Expansão do Sistema Energético – EPE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, de Despesas Operacionais para Deduções da Receita Operacional, efetuando-se as correspondentes reclassificações para os valores apresentados no exercício de 2006.

Em função da inclusão no Estatuto Social da Companhia em 2007 da previsão de pagamento de participação nos resultados aos empregados e administradores, essa participação passou a ser registrada como redutora do Lucro Líquido antes dos impostos e participações estatutárias, sendo que até 2006 era registrada na rubrica de Despesa com Pessoal.

Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a CEMIG está apresentando, como informação complementar, nos Anexos I, II e III, as demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por empresa, respectivamente. Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da Companhia e suas controladas. Foram efetuadas reclassificações de determinadas informações contidas na demonstração do resultado tradicional, tendo em vista serem consideradas na demonstração do valor adicionado como distribuição do valor adicionado gerado.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pelo FAS 95 – Statement of Cash Flows, no que se refere ao formato de apresentação, no contexto do registro das suas demonstrações financeiras na Securities and Exchange Commission ("SEC").

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de demonstrações financeiras, que vem a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Estas mudanças de práticas contábeis entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008.

Essas alterações tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Financeiras das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações aos princípios contábeis internacionais de contabilidade – IFRS.

As principais alterações constantes da Lei, com vigência a partir de 2008, com possibilidade de impactar as Demonstrações Financeiras da Companhia estão descritas abaixo:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado – DVA no conjunto das demonstrações financeiras elaboradas, divulgadas e que devem ser aprovadas pela assembléia geral ordinária – AGO.

- Criada uma nova possibilidade, além da originalmente prevista na lei societária, de segregação entre a escrituração mercantil e a escrituração tributária, ao estabelecer a alternativa para a companhia adotar na sua escrituração mercantil, e não apenas em livros auxiliares, as disposições da lei tributária, desde que, em seguida, depois de apurado o lucro base para tributação, sejam efetuados os ajustes necessários para que as demonstrações financeiras estejam em consonância com a Lei das S.A e os princípios fundamentais de contabilidade;

- Criação de dois novos subgrupos de contas: o Intangível, no ativo permanente e os Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido; O subgrupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial" servirá essencialmente para abrigar a contrapartida de determinadas avaliações de ativos a preço de mercado, a avaliação de determinados instrumentos financeiros e, ainda, os ajustes de conversão em função da variação cambial de investimentos societários no exterior, ainda pendente de regulamentação específica pela CVM;

- Novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos. Esses instrumentos financeiros serão classificados em três categorias (destinadas à negociação, mantidas até o vencimento e disponíveis para venda) e a sua avaliação pelo custo mais rendimentos ou pelo valor de mercado será feita em função da sua classificação em uma dessas categorias;

- Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo, ainda pendente de regulamentação específica pela CVM;

- Nas operações de incorporação, fusão ou cisão (combinação de empresas), quando forem realizadas entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle, todos os ativos e passivos da incorporada, cindida ou fusionada deverão ser identificados, avaliados e contabilizados a valor de mercado.

- Eliminação da possibilidade de serem efetuadas reavaliações espontâneas do ativo imobilizado.

Conforme comunicado ao mercado, a CVM pretende concluir, ainda em 2008, o seu processo normativo para os dispositivos da lei societária que foram alterados e que necessitem de regulação, e reverá todos os seus atos normativos que tratam de matéria contábil, a fim de verificar e eliminar possíveis divergências em relação às alterações específicas produzidas pela nova lei.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores. Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos destas alterações no resultado e no patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Reclassificação de Saldos Contábeis

Os efeitos decorrentes das alterações nas classificações contábeis de determinadas transações, conforme mencionado anteriormente, são como segue:

Conta Original	Consolidado Valor (R$)	Conta de Reclassificação	Consolidado Valor (R$)
Custos Operacionais – Custo de Operação		**Deduções da Receita Operacional**	
Programa de Eficiência Energética – PEE	104.530	Programa de Eficiência Energética – PEE	(104.530)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	333.863	Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(333.963)
Conta Consumo de Combustível – CCC	554.448	Conta Consumo de Combustível – CCC	(554.448)
Pesquisa e Desenvolvimento –P&D	38.521	Pesquisa e Desenvolvimento –P&D	(38.521)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	29.615	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(29.615)
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	15.031	Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	(15.031)
	1.076.128		(1.076.128)

Conta Original	Controladora Valor (R$)	Consolidado Valor (R$)	Conta de Reclassificação	Controladora Valor (R$)	Consolidado Valor (R$)
Custos Operacionais – Custo de Operação			**Resultado**		
Pessoal e Administradores	9.321	209.991	Participação dos Empregados	(9.321)	(209.991)
	9.321	**209.991**		**(9.321)**	**(209.991)**
Ativo Circulante			**Ativo Circulante**		
Outros Créditos	(445)	(26.546)	Disponibilidades	445	26.546
	(445)	**(26.546)**		**445**	**26.546**
Passivo Circulante			**Passivo Circulante**		
Outras Obrigações	(3.025)	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	3.025	-
	(3.025)	-		**3.025**	-

2.2) Autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras

Em 21 de fevereiro de 2008 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e o conseqüente envio ao Conselho de Administração para aprovação.

2.3) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Especificas do Setor Elétrico

Despesas de Administração – São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados.

Atividades de Controlada não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da controlada no Grupo de Investimentos, como descrito na Nota Explicativa nº 16. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e demonstrações financeiras especificas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Disponibilidades – Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, e aplicações financeiras com disponibilidade imediata, avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Consumidores e Revendedores – O fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado na data do balanço é contabilizado pelo regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na Nota Explicativa nº 6.

Estoques – São avaliados ao custo médio de aquisição, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado, não sendo depreciados.

Custos não controláveis – CVA – As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "Parcela A") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Cemig Distribuição e Light e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo ou Passivo. Após a inclusão das diferenças no reajuste tarifário, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento ou ressarcimento dos valores através das contas de energia.

Investimentos – As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Imobilizado – Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data.

Depreciação e Amortização – São calculadas sobre o saldo das Imobilizações em Serviço e Investimentos em Consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão – São registradas pelo valor recebido de clientes, demonstradas como retificadoras do Imobilizado. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e, de acordo com a Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 e o Ofício circular SFF/ANEEL nº 1.314/2007, de 27 de junho de 2007, passarão a ser amortizadas a partir da 2ª. Revisão Tarifária Periódica (março de 2008) por taxa a ser definida pela ANEEL correspondente à taxa média dos ativos em serviço.

Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes – Os sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data dos balanços. Os demais são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos das provisões para perdas, quando aplicável.

Capitalização de Encargos de Empréstimos e Financiamentos – Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às Imobilizações em Curso e consórcios durante o período de construção.

Obrigações Pós-Emprego – Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são determinados anualmente e reconhecidos como obrigações e registrados com base em avaliação realizada por atuários independentes, utilizando o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações, em conformidade com a Deliberação CVM nº. 371/00.

Juros sobre o Capital Próprio – Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados contabilmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Financeiras como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – São provisionados ou constituídos créditos sobre adições temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

Resultado de Exercícios Futuros – Refere-se ao deságio apurado pela controlada RME na aquisição da Light S.A., com base na expectativa de rentabilidade futura da Companhia adquirida e amortização durante o período da concessão (2026).

Participações dos Empregados – São provisionadas em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registradas como redutoras do Lucro antes dos Impostos e Participações Estatutárias, em função da inclusão no Estatuto Social da Companhia em 2007.

Resultado – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de exercício.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações – É calculado com base no número de ações, excluídas as Ações em Tesouraria, na data dos balanços.

Uso de Estimativas – A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração se utilize de estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da CEMIG e Controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto às Obrigações Pós-Emprego, como divulgado na nota acima. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Custos não Controláveis – CVA, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Depreciação, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

Provisões – Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto mencionadas na Nota Explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras das investidas. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas investidas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações minoritárias no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

As demonstrações financeiras da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas dos princípios fundamentais de contabilidade chilenos para os brasileiros, com a conversão dos pesos chilenos para Reais com base na última cotação do ano.

Deve ser ressaltado que, a partir do 3º trimestre de 2006, a Companhia passou a consolidar proporcionalmente as demonstrações financeiras da RME e das empresas de transmissão ETEP, ENTE, ERTE, EATE e ECTE, sendo incluídos os resultados consolidados apurados a partir de 1º de agosto de 2006.

As datas das demonstrações financeiras das sociedades investidas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

4) – DAS CONCESSÕES

A CEMIG e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

		Informações não auditadas		
	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1966	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2005
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2005
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	01/1999	02/2035
Aimorés	Rio Doce	181,700	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil	Rio Grande	88,200	10/1964	12/2035
Queimado	Rio Preto	86,625	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Capim Branco I	Rio Araguari	50,526	08/2001	08/2036
Capim Branco II	Rio Araguari	48,210	08/2001	08/2036
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	37,333	05/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	30,450	05/1996	12/2028
Piau	Rio Piau / Porto	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78,000	12/1994	12/2024
Rosal	Itabapoana – RJ	55,000	04/1997	05/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	23,000	12/2005	04/2032
Outras	Diversas	115,210	Diversas	Diversas
Light – UHE Fontes Nova	Ribeirão dos Lajes	17,243	07/1996	06/2026
Light – UHE Nilo Peçanha	Ribeirão dos Lajes	49,638	07/1996	06/2026
Light – UHE Pereira Passos	Ribeirão dos Lajes	13,063	07/1996	06/2026
Light – UHE Ilha dos Pombos	Rio Paraíba do Sul	23,904	07/1996	06/2026
Light – UHE Santa Branca	Rio Paraíba do Sul	7,446	07/1996	06/2026
		6.493,560		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia – MG	**1,000**	03/2000	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba – MG	131,000	01/2005	08/2024
Formoso	Formoso – MG	0,440	04/1999	-
Ipatinga	Ipatinga – MG	40,000	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte	11,398	02/2006	04/2023
		183,838		
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas				
UHE Baguari	Rio Doce	47,000	08/2008	08/2041
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	13,230	07/2000	07/2030
PCH Dores dos Guanhães	Rio Guanhães	6,860	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhães	4,410	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhães	6,680	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhães	4,410	10/2002	10/2032
		82,590		
TOTAL GERAÇÃO		**6.759,788**		
TRANSMISSÃO				
Rede Básica	Minas Gerais	-	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais	-	10/2000	10/2030
Transleste – LT Irapé – Montes Claros	Minas Gerais	-	02/2004	02/2034
Transudeste – LT Itutinga – Juiz de Fora	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
Transirapé – LT Irapé – Araçuaí	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
ETEP – LT Tucuruí – Vila do Conde	Pará	-	06/2001	06/2031
ENTE – LTs Tucuruí – Marabá – Açailândia	Pará/Maranhão	-	12/2002	12/2032
ERTE – LT Vila do Conde – Santa Maria	Pará	-	12/2002	12/2032
EATE – LT Tucuruí – Presidente Dutra	Pará	-	06/2001	06/2031
ECTE – LT Campos Novos – Blumenau	Santa Catarina	-	11/2000	11/2030
Projetos em Andamento				
Transchile – LT Charrua – Nova Temuco	Chile	-	04/2005	07/2028
Centroeste de Minas – LT Furnas – Pimenta	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035

	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Informações não auditadas Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
DISTRIBUIÇÃO				
Norte	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Sul	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Leste	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Oeste	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Light	Rio de Janeiro	-	07/1996	06/2026

As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações acionárias da CEMIG nas controladas e também em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 16.

Renovação de concessões de usinas de geração de energia elétrica

Em 14 de junho de 2007, através da Portaria MME 124/2007, o Ministério das Minas e Energia (MME) renovou o prazo de concessão para a Cemig Geração e Transmissão, por um período de 20 anos a contar da data de vencimento, para as usinas de Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias, Emborcação, Nova Ponte e Santa Luzia, com capacidade instalada total de 1.735 MW (informações não auditadas).

A prorrogação das concessões terá eficácia com a assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 007/97 – que observará as normas e condições estabelecidas pela legislação pertinente, bem como aquelas previstas na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e seus respectivos regulamentos. O processo se encontra sob análise e instrução na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a assinatura do Termo Aditivo se dará provavelmente no primeiro semestre de 2008.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a CEMIG Geração e Transmissão S.A. se comprometeu a efetuar pagamentos ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 31/12/07	Valor Presente em 31/12/07	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	292.393	75.387	08/2001 a 07/2032	IGP-M
Irapé	29.356	10.471	03/2006 a 02/2035	IGP-M
Capim Branco (Consórcio)	18.444	6.398	09/2007 a 08/2035	IGP-M
Queimado (Consórcio)	7.753	2.943	01/2004 a 12/2032	IGP-M

As parcelas pagas ao poder concedente referentes às usinas de Porto Estrela, Irapé, Capim Branco e Queimado no exercício de 2007 corresponderam a, R$1.000, R$284, R$155 e R$97, respectivamente.

O valor presente das concessões de Porto Estrela, Irapé, Capim Branco e Queimado foi calculado a uma taxa de 10,00% ao ano e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R$1.019, R$624, R$294 e R$97, (valor nominal de R$1.070, R$657, R$308 e R$102,), respectivamente.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente prevêem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a Companhia reconhece as despesas incorridas em contrapartida ao Passivo Não Circulante – Exigível a longo prazo - Outros, de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido, conforme indicado anteriormente, em atendimento ao princípio da competência de exercícios.

No término da concessão, o valor residual dos empreendimentos deverá ser ressarcido pelo Poder Concedente a Companhia.

5) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Contas Bancárias	443.490	134.324	5.739	1.847
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	1.351.880	1.028.630	16.214	21.987
Letras Financeiras do Tesouro	97.101	67.174	-	-
Letras do Tesouro Nacional	105.869	141.527	-	-
Outros	67.879	30.392	-	-
	1.622.729	1.267.723	16.214	21.987
	2.066.219	**1.402.047**	**21.953**	**23.834**

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições financeiras nacionais e contratadas em condições e taxas normais de mercado, sendo que estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia.

6) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Consolidado

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	2007	2007	2007	2007	2006
Residencial	443.580	199.704	210.296	853.580	809.616
Industrial	321.968	58.049	274.192	654.209	673.544
Comércio, Serviços e Outras	265.628	68.044	97.928	431.600	432.835
Rural	66.734	21.765	20.012	108.511	91.360
Poder Público	62.827	16.291	30.311	109.429	93.065
Iluminação Pública	99.839	9.869	18.746	128.454	122.928
Serviço Público	50.432	5.597	5.167	61.196	164.644
Subtotal – Consumidores	1.311.008	379.319	656.652	2.346.979	2.387.992
Suprimento a Outras Concessionárias	140.305	135	902	141.342	145.904
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(463.197)	(463.197)	(458.913)
	1.451.313	**379.454**	**194.357**	**2.025.124**	**2.074.983**

Controladora

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	2007	2007	2007	2007	2006
Residencial	-	-	6.712	6.712	29.363
Industrial	-	-	38.315	38.315	42.044
Comércio, Serviços e Outras	-	-	10.160	10.160	22.031
Rural	-	-	4.087	4.087	5.245
Poder Público	-	-	1.357	1.357	1.452
Iluminação Pública	-	-	2.666	2.666	2.676
Serviço Público	-	-	1.029	1.029	1.113
Subtotal – Consumidores	-	-	64.326	64.326	103.924
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(64.326)	(64.326)	(103.924)
	-	-	-	-	-

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Encontram-se registrados no Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo) valores a receber, no montante de R$44.469 em 31 de dezembro de 2007 (R$50.357 em 31 de dezembro de 2006), referentes às renegociações de débitos com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA e Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, a serem quitados até setembro de 2012 e março de 2010, respectivamente.

Encontra-se registrado o valor de R$90.834 referente créditos de consumidor industrial que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de conclusão dessa ação judicial ainda no exercício de 2008 e que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Residencial	174.226	159.599	6.713	29.363
Industrial	163.953	132.065	38.314	42.044
Comércio, Serviços e Outras	74.932	88.335	10.160	22.031
Rural	12.595	12.922	4.087	5.245
Poder Público	20.538	17.848	1.357	1.452
Iluminação Pública	13.235	13.990	2.656	2.676
Serviço Público	3.718	36.154	1.029	1.113
	463.197	**458.913**	**64.326**	**103.924**

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2007 é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2006	458.913	103.924
Constituição (reversão) de Provisão	143.190	(6.994)
Baixa de Contas a Receber	(138.906)	(32.604)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	**463.197**	**64.326**

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

7) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2007	2006
Ativos		
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" – Nota nº 8	1.172.346	1.334.607
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 9	45.072	157.893
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 13	845.233	918.719
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 15	118.473	323.518
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 10	857.541	619.636
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	3.089	-
Recuperação dos Descontos na TUSD	3.327	1.997
Subvenção Baixa Renda	116.361	30.967
	2.701.442	3.387.157
Passivos		
Fornecedores – Repasse aos Geradores pela Compra de Energia Livre – Nota nº 18	(342.370)	(352.039)
Compra de Energia durante o Racionamento – Nota nº 18	(51.600)	(78.989)
Revisão da Receita de Transmissão – nota nº 23	(23.445)	-
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota nº 10	(745.273)	(448.050)
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	(15.955)	-
	(1.178.648)	(879.079)
Impostos, Taxas e Contribuições – Obrigações Diferidas – Nota nº 19	(625.712)	(957.085)
	(1.804.358)	(1.836.163)
Total	**897.084**	**1.550.994**

8) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A"

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que definiu os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE"), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela "A" ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.

- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores.

- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R$49,26/MWh ("energia livre").

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada na proporção de 64,29% e 35,71% para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre, respectivamente.

Os créditos da RTE referentes a perdas com o racionamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Os créditos de RTE referente à energia livre são atualizados pela SELIC e adicionados de 1,00% de juros ao ano para os valores a serem repassados para os geradores que obtiveram empréstimos do BNDES.

O ICMS incidente sobre o saldo consolidado da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R$96.269 em 31 de dezembro de 2007 (R$165.890 em 31 de dezembro de 2006), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A Companhia, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais e, portanto, não efetua o registro antecipado da referida obrigação e dos valores de ICMS a serem cobrados em conta de energia.

Provisão para perdas na realização

A CEMIG e suas controladas elaboraram estudos para verificar se o prazo estipulado pela ANEEL para recuperação dos valores homologados será suficiente. Na elaboração deste estudo são consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base nos estudos, foi estimada em R$452.633 a provisão para perdas na realização dos valores da RTE em 31 de dezembro de 2007 (R$406.216 em 31 de dezembro de 2006).

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela "A" deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado	
	2007	2006
CEMIG – Controladora		
Perdas com o Racionamento	250.527	223.933
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	(250.527)	(223.933)
	-	-
Cemig Distribuição S.A		
Perdas com o Racionamento	127.806	299.069
Repasse a ser efetuado aos geradores	333.866	337.370
Parcela A	707.422	632.388
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	(92.329)	(90.044)
	1.076.765	1.178.783
RME – Light		
Perdas com o Racionamento	79.676	101.507
Repasse a ser efetuado aos geradores	40.640	70.720
Parcela A	84.842	75.836
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	(109.777)	(92.239)
	95.581	155.824
Total da RTE e da Parcela "A"	**1.172.346**	**1.334.607**
Ativo Circulante	450.817	355.599
Ativo Não Circulante	721.529	979.008

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre estão registrados no Passivo Circulante e Não Circulante, na conta de Fornecedores, nos montantes de R$27.381 e R$314.989 (R$124.557 e R$227.482 em 31 de dezembro de 2006), respectivamente.

9) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

Os direitos da subsidiária Cemig Geração e Transmissão referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2007	2006
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	436.084	402.752
Provisão para perdas na realização	(391.012)	(245.059)
	45.072	157.693
Circulante	31.426	123.056
Não Circulante	13.646	34.637

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Companhia nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Companhia, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig Geração e Transmissão são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas na realização

A subsidiária Cemig Geração e Transmissão recebe os valores da RTE de outras distribuidoras, que têm um prazo limite, estipulado pela ANEEL, para arrecadar a RTE e repassar os valores devidos à Companhia.

Foi elaborado estudo considerando os montantes de repasses médios recebidos das distribuidoras para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Com base no estudo, foi estimada em R$391.012 a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre em 31 de dezembro de 2007 (R$245.059 em 31 de dezembro de 2006), registrada como redutora do ativo respectivo.

No segundo trimestre de 2007, a Companhia revisou os cálculos da atualização financeira dos valores a receber dos distribuidores com base nos critérios informados pela ANEEL, implicando em um aumento no valor do ativo. Em conseqüência, ocorreu também um aumento equivalente no valor da provisão para perdas. Esses ajustes não geraram efeito líquido no resultado do exercício.

10) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela "A" – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2007	2006
Cemig Distribuição	(35.092)	143.204
RME - Light	(12.640)	28.382
	(47.732)	**171.586**
Ativo Circulante	519.699	459.696
Ativo Não Circulante	177.842	159.738
Passivo Circulante	(549.133)	(328.143)
Passivo Não Circulante	(196.140)	(119.907)
Valores Líquidos	**(47.732)**	**171.586**

11) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
ICMS a Recuperar	193.055	15.088	3.561	3.508
Imposto de Renda	314.245	144.350	-	7.325
Contribuição Social	104.564	42.893	-	5
PASEP	35.762	5.677	4.671	13
COFINS	135.960	32.769	21.184	206
Outros	26.687	43.220	3.680	1.386
	810.293	284.197	32.996	12.443
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	84.774	312.434	367	367
Imposto de Renda	233.275	260.013	233.275	260.013
Contribuição Social	25.984	28.644	25.984	28.644
PASEP/COFINS	21.068	-	-	-
	365.101	601.091	259.626	289.024
	1.175.394	**885.288**	**292.622**	**301.467**

Os valores registrados de PASEP/COFINS na Controladora referem-se à constituição de ativos a recuperar correspondentes a diferença de tributação destas contribuições pelo regime não cumulativo (9,25%) e cumulativo (3,65%) aplicados sobre as receitas de transmissão do período de fevereiro a dezembro de 2004, oriundas de contratos firmados em datas anteriores a 31 de outubro de 2003 (preço pré-determinado).

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e de pagamentos efetuados em 2007 que serão compensados com Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar em 2008.

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A Companhia está em processo de adequação aos novos requerimentos de informações eletrônicas exigidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o que permitirá a compensação dos créditos a partir do 1º trimestre de 2008.

12) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias -				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	283.859	367.944	61.712	106.152
Provisão para Contingências	190.426	163.185	76.326	73.668
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	249.515	190.072	85.179	76.137
Obrigações Pós-Emprego	54.132	49.279	1.101	2.423
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	185.015	166.697	21.871	35.334
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	19.315	58.524	-	7.455
Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - Light	(29.616)	(239.472)	-	-
Instrumentos Financeiros	79.625	-	-	-
Variação Cambial	66.924	-	-	-
Outros	85.450	48.153	1.343	1.335
	1.184.645	**804.382**	**267.532**	**304.504**
Ativo Circulante	489.757	125.790	92.975	24.047
Ativo Não Circulante	694.888	678.592	174.557	280.457

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 06 de março de 2008, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 06 de março de 2008.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2007, conforme a seguir:

	Consolidado	Controladora
2008	489.757	92.975
2009	194.453	41.404
2010	112.523	36.803
2011	119.130	34.329
2012	104.613	33.372
2013 a 2015	111.104	28.429
2016 e 2017	62.681	220
(-) Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - RME-Light	(29.616)	-
	1.184.645	267.532

Além da provisão para não recuperação de créditos tributários da Light, a Controladora possui, em 31 de dezembro de 2007, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no montante de R$444.269 (R$442.760 em 31 de dezembro de 2006).

Os créditos não reconhecidos referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 14). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida referente a essa questão corresponde a R$437.509.

Do exercício social de 2002 até 2006, a Light não reconheceu contabilmente novos créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais em atendimento à instrução CVM nº371/02, por não apresentar, àquela época, lucros tributáveis em pelo menos 3 anos de um histórico mínimo de 5 anos. A partir do exercício social de 2007, com o atendimento cumulativo de todas as condições dessa regra CVM, a Light passou a reconhecer novos ativos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias e também contabilizou os créditos fiscais acumulados desde 2003, no montante de R$212.812 (valor correspondente a 25,00% do total, conforme consolidação proporcional efetuada pela Companhia).

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.928.119	2.483.218	1.864.302	1.711.679
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(995.560)	(837.494)	(633.863)	(582.039)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Provisão para Perda sobre as Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	142.577	-	142.577
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	623.110	401.894
Reconhecimento do Ativo Diferido	218.763	-	-	-
Participação dos Empregados no Resultado	154.518	71.397	4.178	3.169
Juros sobre o Capital Próprio	-	57.483	-	57.483
Contribuições e Doações Indedutíveis	(12.330)	(9.179)	(296)	(233)
Incentivo Fiscal	24.178	16.305	-	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(11.476)	(11.413)	(776)	(130)
Amortização de Ágio	(7.686)	-	(7.686)	-
Outros	7.288	42.726	(1.232)	(6.438)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	**(622.305)**	**(527.896)**	**(116.565)**	**16.283**

13) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da controlada Cemig Distribuição S.A.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na Resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. Conforme estabelecido na resolução, a diferença percentual de 12,88% deveria ser compensada através de um acréscimo de aproximadamente R$301.334, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos no período de 2004 a 2007, cumulativamente.

A última parcela que deveria ter sido incluída no reajuste tarifário de 8 de abril de 2007 foi postergada para o ano de 2008.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig Distribuição S.A tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado	
	2007	2006
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	949.612	949.612
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	434.188	351.044
Atualização Monetária – IGP-M	189.763	137.107
(-) Valores Arrecadados	(1.028.330)	(519.044)
	545.233	918.719
Ativo Circulante	463.491	791.231
Ativo Não Circulante	81.742	127.488

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 31 de dezembro de 2007 é de R$235.813.

14) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC ("Contrato da CRC"), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2004 a R$2.941.599.

Entretanto, como resultado da conciliação realizada entre a CEMIG e o Estado dos critérios de atualização do contrato, desde a sua assinatura, conforme estabelecia no parágrafo único da Cláusula Primeira do Quarto Aditivo da CRC, e, de acordo com as cláusulas do Quinto Aditivo, assinado em 12 de setembro de 2007, o saldo devedor foi reduzido em R$102.131, chegando-se ao valor de R$2.839.468, data base de 31 de dezembro de 2004, que atualizado para 31 de dezembro de 2007 corresponde a R$3.661.160.

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R$28.828 e a 61ª no valor de R$83.686, a valores de 31 de dezembro de 2007.

A amortização do débito é feita prioritariamente pela retenção de 65,00% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprio extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2007, já haviam sido amortizadas de forma antecipada as prestações do contrato com vencimento previsto para 30 de junho e 31 de dezembro de 2008.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social no seu artigo 11, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente conforme destacamos as principais a seguir:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida (3)

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.
(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;
(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;
(3) Para os exercícios de 2006 e 2007 os índices requeridos serão de 55,00% e 55,00% respectivamente.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado pelo valor total de R$1.659.125, sendo R$900.000 de quotas seniores e R$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e serão amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC em 2007 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2006	1.726.293
Atualização monetária das quotas seniores	123.335
Atualização monetária das quotas subordinadas	35.656
Amortização das quotas seniores	(114.740)
Amortização das quotas subordinadas	(7.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.763.277
Composição do FIDC em 31 de dezembro de 2007	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	990.386
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	708.451
Dividendos retidos pelo Fundo	64.440
	772.891
TOTAL	**1.763.277**

A CEMIG efetuou pagamento de dividendos em 28 de dezembro de 2007, sendo utilizados para amortização das cotas seniores, subordinadas e despesas operacionais do FIDC, nos montantes de R$62.252, R$899, e R$923 respectivamente. Entretanto, a amortização somente foi efetivada em 2 de janeiro de 2008.

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos e juros sobre o capital próprio pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2007. Dos dividendos a serem distribuídos, R$193.350 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, R$125.677 deverão ser retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos. O valor remanescente de R$67.673 será pago ao Governo do Estado de Minas Gerais.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

15) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia através das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

	Consolidado	
	2007	2006
Cemig Distribuição	116.127	296.510
Cemig Geração e Transmissão	826	-
RME – Light	1.520	26.008
	118.473	323.518
Ativo Circulante	57.593	107.959
Realizável a Longo Prazo	60.880	215.559

16) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	2.988.263	2.950.912
Cemig Distribuição	-	-	2.440.542	2.349.982
Rio Minas Energia Participações	-	-	265.557	212.015
Infovias	-	-	329.705	297.471
GASMIG	-	-	192.098	152.317
Rosal Energia	-	-	90.292	105.105
Sá Carvalho	-	-	94.078	92.876
Horizontes Energia	-	-	66.349	66.098
Usina Térmica Ipatinga	-	-	65.848	65.488
Cemig PCH	-	-	51.690	51.438
Cemig Capim Branco Energia	-	-	51.706	46.464
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	13.943	14.610
UTE Barreiro	-	-	6.690	10.163
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	7.776	7.200
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	477	192
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	5.767	5.473
Transchile	-	-	11.675	13.370
Efficientia	-	-	4.198	3.208
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	334	1.609
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	6.703	6.662
Cemig Trading	-	-	154	253
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	14.362	14.942
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	28.508	27.026
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	6.266	6.019
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	46.445	51.252
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	4.489	5.330
Focus Soluções Tecnológicas	-	-	235	-
	-	-	6.794.150	6.557.495
Em Consórcios	1.050.496	979.485	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	-	-	3.077	7.272
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	38.660	31.597
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	26.297	27.420
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	38.984	40.549
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	8.927	9.286
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	147.739	154.047
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	7.153	7.467
Em Outros Investimentos	20.358	19.390	3.506	3.711
	1.070.854	998.875	274.363	291.349
	1.070.854	**998.875**	**7.068.513**	**6.838.844**

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2007			Janeiro a dezembro de 2007	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	2.988.263	709.673	747.024
Cemig Distribuição	2.261.897.797	100,00	2.261.898	2.440.542	680.648	771.208
Infovias	331.088.000	100,00	300.083	329.705	26.801	56.422
Rosal Energia	88.844.467	100,00	88.844	90.292	18.008	18.956
Sá Carvalho	660.000.000	100,00	88.833	94.078	22.842	24.044
GASMIG	196.155.000	55,19	154.657	348.051	13.044	83.593
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	68.348	4.748	9.184
Usina Termica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	65.848	6.840	7.200
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.953	51.690	15.296	14.742
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	51.706	38.163	39.166
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	55.776	2.363	7.572
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	8.690	-	(2.742)
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	30.000	32.400	179	3.148
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	477	-	12
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	23.540	-	1.200
Transchile	22.000	49,00	23.827	23.827	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	4.198	205	1.195
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	334	-	334
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	13.143	-	-
Rio Minas Energia	12.000	25,00	709.310	1.062.224	94.228	591.113
Cemig Trading	100.000	100,00	100	154	51	(5)
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	45.000.010	18,19	83.475	78.183	5.840	20.613
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	18,35	109.907	155.358	(7.868)	40.768
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	34.146	1.542	9.749
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	15,79	250.009	289.561	25.227	90.469
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	42.095.000	7,50	42.095	59.844	2.213	18.274
Focus Soluções Tecnológicas	2.000	49,00	200	1.150	-	-

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2006			Janeiro a dezembro de 2006	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.356	100,00	2.896.785	2.950.912	583.403	614.108
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.349.982	731.069	769.567
Infovias	331.066.000	100,00	331.066	247.514	-	23.405
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.945	105.105	30.630	18.239
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	92.876	44.185	24.583
GASMIG	196.155.000	55,19	137.058	275.974	13.370	79.620
Horizontes Energia	64.257.583	100,00	64.258	66.096	16.364	11.809
Usina Termica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	65.488	13.378	6.816
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	51.438	9.232	9.718
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	46.484	18.171	19.127
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	58.436	576	8.837
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	10.163	-	(1.755)
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	50.000	30.000	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	192	5.503	160
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	22.340	-	-
Transchile	22.000	49,00	27.286	27.286	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	3.206	238	414
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	1.609	2.794	1.602
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	13.063	-	-
Rio Minas Energia	12.000	25,00	709.310	848.058	-	138.748
Cemig Trading	10.000	100,00	160	253	-	93
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	45.000.010	17,51	56.751	85.335	-	19.459
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	18,35	100.840	138.988	43.005	34.492
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	30.702	7.465	8.548
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	14,94	232.328	343.147	-	84.368
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	42.095.000	7,50	42.095	64.783	22.028	26.486

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31.12.2006	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos Propostos	Outros	31.12.2007
Cemig Geração e Transmissão	2.950.912	747.024	-	(709.673)	-	2.988.263
Cemig Distribuição	2.349.982	771.208	-	(680.648)	-	2.440.542
Infovias	297.471	58.422	-	(26.801)	2.613	329.705
Rosal Energia	105.105	18.956	-	(18.008)	(15.761)	90.292
Sá Carvalho	82.676	24.044	-	(22.642)	-	84.078
GASMIG	152.317	46.137	9.713	(13.044)	(3.025)	192.098
Horizontes Energia	66.008	8.184	-	(4.748)	(3.185)	66.349
Usina Térmica Ipatinga	65.468	7.200	-	(6.840)	-	65.828
Cemig PCH	51.438	14.742	-	(15.296)	806	51.690
Cemig Capim Branco Energia	46.454	39.166	4.219	(38.153)	-	51.706
Companhia Transleste de Transmissão	14.610	1.891	-	(2.363)	(195)	13.943
UTE Barreiro	10.163	(2.742)	-	-	(731)	6.690
Companhia Transudeste de Transmissão	7.200	757	-	(179)	(2)	7.776
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	192	12	-	-	273	477
Companhia Transirapé de Transmissão	5.473	293	-	-	1	5.767
Transchile	13.370	-	-	-	(1.695)	11.675
Efficientia	3.208	1.195	-	(205)	-	4.198
Central Termelétrica de Cogeração	1.609	334	-	-	(1.609)	334
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	6.662	-	41	-	-	6.703
Rio Minas Energia	212.015	147.779	-	(94.228)	(9)	265.557
Cemig Trading	253	(8)	-	(51)	(40)	154
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	14.942	3.788	-	(5.840)	1.472	14.362
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	27.006	7.481	589	(7.868)	1.280	28.508
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	6.019	1.789	-	(1.542)	-	6.266
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	51.252	14.509	2.992	(25.227)	2.919	46.445
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	5.330	1.369	-	(2.213)	3	4.489
Focus Soluções Tecnológicas	-	-	235	-	-	235
	6.557.495	**1.911.530**	**17.789**	**(1.675.779)**	**(16.885)**	**6.794.150**

Os saldos integrais das controladas em 2007 cuja consolidação foi proporcional são como segue:

	Gasmig	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile
Ativo						
Circulante	505.759	10.065	4.246	96	5.910	9.495
Não Circulante	186.388	118.911	69.317	13.090	82.123	78.736
Total do ativo	692.147	128.976	73.563	13.186	88.033	88.231
Passivo						
Circulante	344.059	11.524	9.553	43	11.738	64.404
Não Circulante	37	61.676	40.470	-	43.895	-
Patrimônio líquido	348.051	55.776	23.540	13.143	32.400	23.827
Total do passivo	692.147	128.976	73.563	13.186	88.033	88.231
Demonstração do Resultado						
Receita bruta de vendas	538.755	20.880	6.923	-	11.241	-
Deduções da receita bruta	(118.867)	(1.500)	(492)	-	(797)	-
Receita líquida de vendas	419.888	19.480	6.431	-	10.444	-
Custo das vendas	(279.459)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	140.429	19.480	6.431	-	10.444	-
Despesas gerais e administrativas	(47.495)	(6.635)	(2.123)	-	(3.249)	-
Resultado Financeiro Líquido	20.258	(3.367)	(2.299)	-	(3.051)	-
Lucro operacional	113.192	9.478	2.009	-	4.144	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(29.599)	(1.906)	(809)	-	(996)	-
Lucro líquido do exercício	83.593	7.572	1.200	-	3.148	-

	RME	ETEP	ENTE	ERTE	EATE	ECTE
Ativo						
Circulante	2.920.232	38.152	36.594	6.851	189.649	21.495
Não Circulante	6.026.304	133.781	422.402	75.380	606.395	137.017
Total do ativo	8.946.536	171.933	458.996	82.231	796.044	158.512
Passivo						
Circulante	1.737.121	22.143	83.950	12.768	125.944	26.650
Não Circulante	6.147.191	71.607	219.891	35.317	380.539	72.018
Patrimônio líquido	1.062.224	78.183	155.355	34.146	289.561	59.844
Total do passivo	8.946.536	171.933	458.996	82.231	796.044	158.512
Demonstração do Resultado						
Receita bruta de vendas	8.156.915	51.055	114.019	20.272	219.960	49.549
Deduções da receita bruta	(3.145.987)	(3.525)	(8.134)	(1.449)	(15.137)	(3.497)
Receita líquida de vendas	5.010.928	47.530	105.885	18.823	204.843	46.052
Custo das vendas	(2.585.781)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	2.425.147	47.530	105.885	18.823	204.843	46.052
Despesas gerais e administrativas	(1.767.986)	(9.916)	(22.854)	(4.770)	(42.226)	(7.656)
Resultado Financeiro Líquido	(209.013)	(8.750)	(22.851)	(3.483)	(28.346)	(10.536)
Lucro operacional	448.148	30.864	60.180	10.570	134.271	27.860
Imposto de Renda e Contribuição Social	604.886	(10.251)	(19.412)	(821)	(43.802)	(9.586)
Lucro antes da Participação Minoritária	1.053.034	20.613	40.768	9.749	90.469	18.274
Participações Minoritárias	(461.921)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	591.113	20.613	40.768	9.749	90.469	18.274

b) Participação na Light

Foi apurado um deságio na aquisição da Light, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente do deságio (R$86.236) está apresentado na consolidação como Resultado de Exercícios Futuros.

Em 16 de maio de 2007, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") converteu 90% das suas debêntures em ações da Light S.A. correspondente a 31,40% do capital social. Com isto, a participação da Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME") na Light S.A. foi reduzida de 79,39% para 54,20% e por conseqüência a participação da CEMIG de 19,85% para 13,55%. Posteriormente, em 19 de outubro de 2007, o BNDES exerceu o direito conferido por 72.727 bônus de subscrição, o que reduziu a participação da RME para 52,25% e a participação da Cemig para 13,06%.

c) Aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia

O ágio na aquisição das empresas de energia elétrica: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.– EATE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.– ERTE e Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas demonstrações financeiras consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Ativo Imobilizado - Intangíveis.

d) Investimentos na Infovias

O ágio na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado e está sendo amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

Venda da Way TV - Infovias

Em leilão realizado no dia 27 de julho de 2006, a Way TV Belo Horizonte S.A., controlada indireta da CEMIG (investimento de 65,25% da Infovias) foi integralmente vendida à TNL PCS Participações S.A., controlada da Tele Norte Leste Participações S.A., pelo valor de R$103 milhões (parte da Infovias), ágio de 65% sobre o preço mínimo estabelecido no edital e condicionado a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

Em 23 de outubro de 2007, a Anatel aprovou a operação, pendente de publicação no Diário Oficial da União, reconsiderando a decisão de 19 de março de 2007, quando havia negado a anuência de transferência do controle societário.

O lucro da Infovias em função dessa alienação, no montante de R$54.079 mil, foi reconhecido no 4º trimestre de 2007, quando da publicação da aprovação da operação no Diário Oficial da União.

Contrato de mútuo

Em 14 de novembro de 2007, a Infovias e a CEMIG celebraram um contrato de mútuo no valor de R$89.957 mil e com encargos financeiros correspondentes a 101,5% da variação do CDI. Este mútuo foi liquidado pela CEMIG em janeiro de 2008 por meio de redução de capital na Infovias.

e) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 2007	Consolidado 2006
Controladora				
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,48	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,77	171.856	171.856
Usina de Queimado	82,50	2,46	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,50	512.946	512.946
Usinas Capim Branco I	21,05	2,51	49.742	25.378
Depreciação acumulada			(85.268)	(57.645)
Total em operação			937.054	940.313
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50		13.125	297
Usina de Funil	49,00		9.531	9.041
Usina de Aimorés	49,00		23.389	7.073
Usina de Baguari	34,00		67.417	4.826
Usinas Capim Branco I e II	21,05		-	17.935
Total em construção			113.442	39.172
Total Consórcios			**1.050.496**	**979.485**

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Norte de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	33,33
Usina Igarapava	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	36,15
	Companhia Mineira de Metais – CMM	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina Capim Branco I e II	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMM	12,63
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

17) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Consolidado			
	2007			2006
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	**20.933.085**	**(9.816.314)**	**12.116.771**	**11.118.138**
- Distribuição	10.846.123	(4.699.441)	6.146.682	5.018.455
Intangíveis	93.719	(53.326)	40.393	20.686
Terrenos	32.646	-	32.646	31.044
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	304.280	(149.416)	154.864	147.745
Máquinas e Equipamentos	10.328.443	(4.450.617)	5.877.826	4.799.443
Veículos	65.422	(29.600)	35.822	14.298
Móveis e Utensílios	21.613	(16.482)	5.131	5.239
- Geração	7.298.823	(2.948.000)	4.350.823	4.517.423
Intangíveis	86.821	(44.448)	42.373	46.586
Terrenos	202.333	-	202.333	219.656
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.890.828	(1.369.511)	2.521.317	2.594.150
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	909.115	(345.623)	563.492	631.347
Máquinas e Equipamentos	2.203.148	(1.182.666)	1.020.480	1.022.484
Veículos	3.211	(2.809)	402	523
Móveis e Utensílios	3.369	(2.943)	426	475
- Transmissão	1.833.289	(652.304)	1.180.985	1.105.334
Intangíveis	239.930	(2.321)	237.609	245.336
Terrenos	2.226	-	2.226	2.973
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	103.817	(53.818)	49.999	49.388
Máquinas e Equipamentos	1.486.295	(595.516)	890.779	807.410
Veículos	301	(134)	167	60
Móveis e Utensílios	720	(515)	205	167
- Administração	550.072	(358.565)	191.507	180.821
Intangíveis	145.293	(92.285)	53.008	31.539
Terrenos	3.662	-	3.662	3.995
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	77.190	(39.924)	37.266	37.894
Máquinas e Equipamentos	233.064	(159.003)	74.061	68.941
Veículos	44.268	(31.588)	12.680	7.252
Móveis e Utensílios	46.595	(35.765)	10.830	11.000
- Telecomunicações	321.017	(134.657)	186.360	251.764
Intangíveis	-	-	-	24.109
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	55	(7)	48	151
Máquinas e Equipamentos	320.488	(134.390)	186.098	227.052
Móveis e Utensílios	404	(260)	144	382
- Gás	83.761	(23.347)	60.414	64.541
Intangíveis	780	-	780	577
Terrenos	42	-	42	42
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.198	(479)	1.719	1.230
Máquinas e Equipamentos	80.382	(22.727)	57.655	62.455
Móveis e Utensílios	359	(141)	218	237

	Consolidado			
	2007			2006
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Curso	**1.496.755**	**-**	**1.496.755**	**1.961.595**
- Distribuição				1.503.768
Intangíveis	39.019	-	39.019	46.100
Imobilizado	812.814	-	812.814	1.457.668
- Geração				116.281
Intangíveis	26.969	-	26.969	1.424
Imobilizado	257.703	-	257.703	114.857
- Transmissão				183.733
Intangíveis	364	-	364	4.323
Imobilizado	106.785	-	106.785	159.410
- Administração				148.285
Intangíveis	91.208	-	91.208	71.551
Imobilizado	126.185	-	126.185	76.734
- Telecomunicações	6.810	-	6.810	6.611
- Gás	28.898	-	28.898	22.917
Total do Imobilizado e Intangível	**22.429.840**	**(8.816.314)**	**13.613.526**	**13.079.733**
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2.518.602)	-	(2.518.602)	(2.250.076)
Imobilizado e Intangível Líquido	**19.911.238**	**(8.816.314)**	**11.094.924**	**10.829.657**

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária.

Conforme Resolução ANEEL no. 234, de 31 de outubro de 2006, e Ofício Circular ANEEL nº1.314/2007, de 27 de junho de 2007, o saldo das Obrigações Especiais vinculadas a ativos passará a ser amortizado a partir do segundo ciclo de revisão tarifária, no caso da CEMIG, a partir de 8 de abril de 2008, por taxa a ser definida pela ANEEL correspondente à taxa média dos ativos em serviço.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Distribuição o montante de R$307.389, em 31 de dezembro de 2007 (R$930.639, em 31 de dezembro de 2006), referente ao Programa "Luz para Todos".

No Programa Luz para Todos foram ligados aproximadamente 180 mil consumidores (informação não auditada), basicamente na área rural, com um custo total até 31 de dezembro de 2007, no valor de R$1.598.709. O Programa tem a participação de recursos do Governo Federal e Governo Estadual, nos valores de R$593.302 e R$78.706, respectivamente. O valor remanescente, no montante de R$726.701, será financiado através de recursos próprios da Companhia.

Alguns terrenos e edificações das controladas registradas como Ativo Imobilizado - Administração, que foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R$10.207 em 31 de dezembro de 2007.

As taxas médias anuais de depreciação dos negócios das controladas em 31 de dezembro de 2007 são as seguintes:

Geração	
Hidrelétricas	2,47%
Termelétricas	3,90%
Transmissão	3,03%
Distribuição (incluindo Sistema de Transmissão Associado)	5,06%
Administração e outras	14,57%
Telecomunicações	6,34%
Gás	5,31%

18) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	230.629	224.052	-	-
Furnas	78.231	65.816	-	-
CCEE	81.756	-	-	-
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	25.797	34.543	-	-
Repasse aos Geradores	27.381	124.557	-	-
Outros	142.796	187.102	-	-
	586.581	636.070	-	-
Materiais e Serviços	349.324	277.703	11.781	6.346
	935.905	**913.773**	**11.781**	**6.346**
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	314.989	227.482	-	-
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	25.803	44.446	-	-
	340.792	**271.928**	-	-

Parte substancial dos valores devidos à Compra de Energia Livre durante o Racionamento serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

19) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
Imposto de Renda	121.991	65.872	-	-
Contribuição Social	47.974	25.250	-	-
ICMS	269.076	262.064	17.813	19.800
COFINS	92.880	74.396	15.436	2.279
PASEP	22.122	17.155	3.351	497
INSS	21.637	17.110	1.358	-
Outros	32.711	25.147	1.234	415
	608.391	**487.013**	**39.192**	**22.991**
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	303.540	299.152	-	-
Contribuição Social	109.420	107.696	-	-
COFINS	46.674	82.752	-	-
PASEP	10.134	17.965	-	-
	469.768	**507.564**	-	-
	1.078.159	**994.577**	**39.192**	**22.991**
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	240.655	264.310	62.632	55.983
Contribuição Social	65.747	94.500	22.547	20.154
COFINS	3.834	67.425	-	17.019
PASEP	-	12.522	-	3.695
Outros	8.904	10.764	-	-
	319.140	**449.521**	**85.179**	**96.851**

As obrigações diferidas líquidas estão relacionadas principalmente aos ativos e passivos regulatórios e são devidas à medida que estes ativos e passivos são recebidos ou pagos, respectivamente.

20) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

				Consolidado			
				2007			2006
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N (3)	2013	8,00	US$	74	88.565	88.639	105.989
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	9,55	US$	13.263	12.842	26.105	47.101
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US$	12.526	80.095	92.621	102.710
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,60	JPY	47	81.456	81.503	99.976
Banco Pontual	2013	5,69	EURO	3.220	10.169	13.389	17.992
Banco Pontual	2013	Libor + 1,875	US$	21.389	30.695	52.240	69.114
KFW	2018	4,50	EURO	1.721	13.764	15.485	18.893
UNIBANCO (6)	2009	8,00	US$	110	9.266	9.371	133.434
UNIBANCO (7)	2009	9,00	US$	35	3.811	3.836	4.398
UNIBANCO (8)	2009	8,00	US$	88	10.202	10.288	18.426
MMX Fundnews Sistemas S.A. / UNIBANCO	2009	Libor + 5,45	US$	5.819	-	5.819	20.109
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US$	4.402	30.669	35.519	49.759
Deutsche Bank (10)	2010	Libor + 4,55	US$	-	-	-	87.116
J. P. Morgan – Tranches A/B/C (10)	2012	Libor + 3,00	US$	-	-	-	200.851
Banco Interamericano del Desarrollo (13)	2028	6,34	US$	21.896	-	21.896	-
Outros	2025	Diversas	Diversas	7.797	6.476	14.273	25.884
Dívida em Moeda Estrangeira				**92.385**	**364.157**	**456.542**	**1.014.752**
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A	2010	108,00 do CDI	R$	133	75.000	75.133	75.196
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R$	1.706	118.822	120.531	120.645
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R$	4.211	109.277	113.488	114.299
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R$	10.161	128.000	138.161	138.696
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R$	23.732	1.200.000	1.223.732	1.226.391
Banco Itaú – BBA	2008	IGP-M + 10,48	R$	179.646	-	179.646	174.146
Banco Itaú – BBA	2008	CDI + 2,00	R$	40.600	-	40.600	40.981
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R$	14.033	309.238	323.271	217.039
HSBC Bank Brasil S.A	2008	CDI + 2,00	R$	91.275	-	91.275	91.442
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R$	2.706	54.572	57.081	57.736
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,10	R$	5.237	101.016	106.553	107.819
Banco WESTLB do Brasil	2008	IGP-M + 10,48	R$	44.991	-	44.991	43.544
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R$	25.800	-	25.800	999.527
Bradesco	2014	CDI + 1,70	R$	16.631	379.073	397.704	399.171
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,30	R$	6.402	349.556	355.958	357.071
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R$	4.084	238.916	243.000	243.990
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (12)	2030	IGP-M	R$	-	145.705	145.705	109.479
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (2)	2031	IGP-M	R$	-	-	-	30.009
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R$	16.462	278.217	294.669	273.855
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R$	1.220	400.719	421.939	-
ELETROBRÁS	2013	PINEL + 7,50 a 8,50	R$	19.219	59.665	78.884	94.023
ELETROBRÁS	2023	URR, RGR + 6,00 a 8,00	R$	47.048	290.578	337.622	213.038
Santander	2013	CDI + 1,70	R$	1.124	79.673	80.797	84.698
UNIBANCO	2009	CDI + 2,66	R$	2.514	104.095	106.609	106.972
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R$	10.502	309.285	319.787	321.052
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R$	5.735	73.587	79.322	80.376
Caixa Econômica Federal	2009	101,50 do CDI	R$	200.425	-	200.425	-
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R$	116.991	673.335	990.386	991.791
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,00	R$	686	10.315	11.014	11.590
BNDES – FINEM (10)	2014	TJLP + 4,30	R$	332	60.642	60.974	-
Debêntures I a IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R$	4.310	7.162	11.492	217.409
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,55	R$	18.170	237.500	255.670	-
BNDES – Recuperação de margem (10)	2007	SELIC + 1,00	R$	-	-	-	77.776
CCB Bradesco (10)	2017	CDI + 0,80	R$	2.962	112.500	115.162	-
Bradesco Tranche A/B (10)	2012	CDI + 2,00	R$	-	-	-	90.473
Banco Itaú Tranche A/B (10)	2012	CDI + 2,00	R$	-	-	-	28.031
Unibanco Tranche A/B (10)	2012	CDI + 2,00	R$	-	-	-	88.103
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2014/2016	Diversas	R$	18.849	122.676	141.525	150.694
Outros	2007/2017	Diversas	R$	18.056	32.254	50.290	73.574
Dívida em Moeda Nacional				**617.936**	**6.254.636**	**7.182.492**	**6.434.186**
Total Geral Consolidado				**1.020.241**	**6.618.793**	**7.639.034**	**7.648.937**

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
Libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;

(2) Empréstimo da controladora;

(3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;

(9) Relaciona-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº14;

(10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);

(11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;

(12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;

(13) Financiamento da Transchile.

Em 15 de dezembro de 2007, a Cemig Distribuição S.A. concluiu a 2ª. Emissão Pública de Debêntures Simples, por meio da qual foram emitidas 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R$10, totalizando R$400.000. As debêntures têm prazo de 120 meses a contar da data de emissão, com os juros pagos anualmente e o pagamento do principal em três parcelas iguais em dezembro de 2015, 2016 e 2017. O valor nominal das debêntures será atualizado pela variação do IPCA, acrescido de juros remuneratórios de 7,96% ao ano.

A CEMIG Geração e Transmissão S.A. realizou, em 21 de dezembro de 2007, sua 2ª Emissão de Notas Promissórias (*Commercial Papers*) no valor total de R$200 milhões, com vencimento em 180 dias. Sobre o principal dessas notas promissórias incidirão juros correspondentes à 101,5% da variação do CDI. Essas Notas Promissórias não contaram com qualquer garantia da CEMIG.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante	Total
Moedas										
Dólar Norte-Americano	88.739	76.238	44.462	33.779	30.742	27.706	2.883	214	58.911	361.852
Euro	4.841	4.626	4.626	4.626	3.176	1.721	1.721	1.721	1.717	28.874
Yen	47	61.436	-	-	-	-	-	-	-	61.483
UMBNDES (**)	658	658	436	324	324	324	324	324	1.160	4.533
	92.385	**142.957**	**49.524**	**38.729**	**34.241**	**29.751**	**4.928**	**2.259**	**61.788**	**456.542**
Indexadores										
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	1.228	-	-	-	-	-	-	133.573	267.146	401.928
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	48.363	42.663	36.948	36.734	33.290	29.601	29.547	29.547	57.061	340.734
SELIC (*)	25.820	-	-	-	-	-	-	-	-	25.820
Certificado Depósito Interbancário – CDI	563.291	895.483	604.748	718.464	923.758	1.064.346	602.467	202.369	37.501	5.400.427
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	18.219	12.135	12.135	12.135	12.135	11.125	-	-	-	78.884
URTJ (**)	31.645	30.009	31.198	29.058	29.058	29.058	28.107	9.717	10.511	228.856
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	242.881	1.368	1.368	1.368	1.368	1.368	279.565	868	153.423	683.597
UMBNDES (***)	2.648	2.632	2.632	2.632	2.632	2.632	2.632	877	-	19.315
Outros (IGPDI, INPC e TR) (****)	2.771	208	208	208	309	309	675	248	-	4.926
	927.866	**784.996**	**689.235**	**790.687**	**1.002.520**	**1.137.438**	**939.893**	**376.217**	**526.642**	**7.192.492**
	1.020.241	**927.953**	**738.759**	**837.326**	**1.036.761**	**1.167.187**	**944.901**	**378.476**	**587.430**	**7.639.034**

(*) SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
(**) URTJ – Unidade de Referência da Taxa de Juros
(***) UMBNDES – Unidade Monetária do BNDES
(****) IGPDI – Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
TR – Taxa Referencial

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação acumulada em 2007 %	Variação acumulada em 2006 %	Indexadores	Variação acumulada em 2007 %	Variação acumulada em 2006 %
Dólar Norte-Americano	(17,15)	(8,66)	IGP-M	7,75	3,83
Euro	(7,50)	1,85	FINEL	1,51	0,76
Yen	(11,78)	(9,47)	CDI	11,82	15,03
			SELIC	11,88	15,07
			UMBNDES	(16,57)	(8,52)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Saldo no início do exercício	7.648.937	4.935.533	110.388	82.300
Saldo Inicial de Controladas	-	1.100.890	-	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	1.855.910	3.465.902	-	30.000
Variação monetária e cambial	66.286	100.718	237	9
Encargos financeiros provisionados	737.160	753.486	10.186	12.664
Encargos financeiros pagos	(814.184)	(781.052)	(11.243)	(14.585)
Amortização de financiamentos	(1.855.095)	(1.926.540)	(30.246)	-
Saldo no final do exercício	**7.639.034**	**7.648.937**	**79.322**	**110.388**

As captações de recursos consolidadas durante o exercício de 2007 estão demonstradas abaixo:

Empréstimos / Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Cemig Distribuição			
Citibank	2007	102,00% do CDI	200.000
Caixa Econômica Federal	2007	101,60% do CDI	400.000
Debêntures	2017	IPCA + 7,96%	400.000
ELETROBRÁS	2018	6,00%	141.136
ELETROBRÁS	2009	6,50%	15.555
ELETROBRÁS	2013	6,50%	722
ELETROBRÁS	2011	6,50%	1.254
FINEP	2010	10,00%	207
Cemig Geração e Transmissão			
Caixa Econômica Federal	2008	101,50% do CDI	200.000
Debêntures – Governo do Estado de M. G.	2031	IGPM	30.246
Banco do Brasil S.A.	2020	TJLP + 2,55%	5.067
Coligadas e Controladas			
Banco Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,50%	83.990
Banco Itaú BBA S.A.	2014	CDI + 1,50%	53.332
Unibanco	2014	CDI + 1,50%	83.335
BNP Paribas	2014	CDI + 1,50%	10.000
Citibank	2014	CDI + 1,50%	20.000
Banco Bradesco S.A.	2017	CDI + 0,85%	112.500
Banco Bradesco S.A.	2014	TJLP + 4,30%	13.616
Caixa Econômica Federal	2014	TJLP + 4,30%	10.132
Banco Itaú BBA S.A.	2014	TJLP + 4,30%	9.156
Unibanco	2014	TJLP + 4,30%	9.156
Banco Santander S.A.	2014	TJLP + 4,30%	8.235
Banco Alfa de Investimento S.A.	2014	TJLP + 4,30%	5.527
Banco Safra S.A.	2014	TJLP + 4,30%	4.605
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2019	TJLP + 4,50%	1.292
Banco Santander	2019	TJLP + 4,00%	1.292
Banco Nacional de Desenvolvimento Social	2019	TJLP + 4,50%	1.349
Moeda Estrangeira			
Coligadas e Controladas			
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2019	UMBNDES + 4,50%	276
Banco Santander	2019	UMBNDES + 4,00%	276
Banco Nacional de Desenvolvimento Social	2019	UMBNDES + 4,50%	287
Banco InterAmericano Del Desarrollo	2026	6,34%	33.167
Total de Captações			**1.855.910**

a) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A CEMIG e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") que foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2007 e durante todo o exercício de 2007.

Os principais covenants em 31 de dezembro de 2007 são como segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis
EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

21) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2007	2006
Reserva Global de Reversão – RGR	25.529	11.285
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	33.572	83.210
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	36.099	36.093
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.199	2.832
Eficiência Energética	138.630	146.410
Pesquisa e Desenvolvimento	114.573	85.796
Pesquisa Expansão Sistema Energético	17.928	32.407
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	36.100	39.477
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.851	1.351
	410.688	**440.070**
Passivo Circulante	395.894	436.535
Passivo Não Circulante	14.794	3.535

22) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

a) Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R$2.130.864, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC, no qual mais de 80% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD. Destes, sete são ativos e 44 são aposentados/pensionistas.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R$1.062.998 em 31 de dezembro de 2007 (R$1.317.424 em 31 de dezembro de 2006) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, o reajuste se dá pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísitica - IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que ocorram pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas, conforme previsto contratualmente.

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2007.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 conforme consta de laudo preparado por atuário externo em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados nos quadros após o item b:

b) Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light, controlada da RME, é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos - A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R$891.915 em 31 de dezembro de 2007.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2007.

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	4.994.903	411.992	383.893	19.622	169.543
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	793.854	101.692	141.501	6.670	198.458
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	5.788.757	513.684	505.394	26.292	368.001
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.384.511)	(263.422)	(31.750)	(1.365)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	1.404.246	250.262	473.644	24.927	368.001
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(834.945)	-	(155.734)	15.194	39.957
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	(74.896)	-	(6.671)	(26.429)	(6.662)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	**494.405**	**250.262**	**311.239**	**13.692**	**401.298**

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	261.233	19.032	1.026	8.244
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	53.661	6.162	328	10.379
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	314.894	25.194	1.354	18.623
Valor Justo dos Ativos do Plano	(238.515)	(1.583)	(70)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	76.379	23.611	1.284	18.623
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(49.596)	(7.979)	688	(1.830)
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	(3.685)	(329)	(1.301)	(328)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	**23.099**	**15.303**	**671**	**16.465**

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10,00% do total das obrigações com benefícios pós-emprego serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), a partir de 2007. Nesta condição, serão reconhecidos pela controladora perdas atuariais do Plano de Benefício e Plano de Saúde nos valores de R$18.106 e R$5.460, respectivamente, e ganhos atuariais do Plano Odontológico no valor de R$553, conforme CVM 371.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2006	666.173	244.771	278.934	9.296	370.789
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	(1.264)	21.310	57.509	6.508	38.944
Contribuições Pagas	(190.504)	(15.819)	(25.204)	(2.112)	(8.437)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2007	**494.405**	**250.262**	**311.239**	**13.692**	**401.296**
Passivo Circulante	88.665	18.396	-	-	-
Passivo Não Circulante	405.740	231.866	311.239	13.692	401.296

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2006	32.339	13.724	457	16.162
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	(62)	2.829	320	2.057
Contribuições Pagas	(9.178)	(1.250)	(106)	(1.754)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2007	**23.099**	**15.303**	**671**	**16.465**
Passivo Circulante	4.362	-	-	-
Passivo Não Circulante	18.737	15.303	671	16.465

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG em 2007 para amortização das obrigações atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2007 são como segue:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	5.564	420	29.837	532	5.200
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	545.732	48.525	47.184	2.914	35.129
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(566.324)	(27.611)	(3.295)	(123)	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	-		7.730	908	(2.899)
Custo do Serviço Passado	13.870		1.517	2.556	1.514
Contribuição dos Empregados	(106)	(24)	(25.464)	(279)	-
Despesa (Receita) em 2007	**(1.264)**	**21.310**	**57.509**	**6.508**	**38.944**

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Custo do Serviço Corrente	274	1.468	26	256
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	26.850	2.321	143	1.727
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(27.863)	(162)	(6)	-
Perdas Atuariais Não Reconhecidas	-	380	45	-
Custo do Serviço Passado	682	75	126	74
Contribuição dos Empregados	(5)	(1.253)	(14)	-
Despesa (Receita) em 2007	**(62)**	**2.829**	**320**	**2.057**

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2008 é como segue:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	5.413	420	38.803	226	5.877
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	543.275	48.525	46.246	2.556	35.334
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(481.194)	(27.611)	(3.669)	(343)	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	23.028	-	9.460	(1.131)	(664)
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	13.870	-	1.517	2.556	1.514
Contribuição dos Empregados	(37)	(24)	(33.525)	(1.236)	-
Despesa em 2008	**104.355**	**21.310**	**59.832**	**2.628**	**42.061**

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	267	1.947	11	269
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	29.553	2.305	132	1.789
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(26.177)	(183)	(18)	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	1.628	491	(50)	-
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	682	75	126	74
Contribuição dos Empregados	(2)	(1.671)	(64)	-
Despesa em 2008	**5.951**	**2.964**	**137**	**2.132**

As principais premissas atuariais na data dos balanços são conforme segue:

	CEMIG e Demais Controladas			
	2007		2006	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	5,50%	9,72%	6,00%	11,30%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	7,00%	11,28%	9,00%	14,45%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	4,00%	-	5,00%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	2,00%	6,08%	2,00%	7,10%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	4,00%	-	5,00%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT – 83		AT – 83	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Medium		Light Medium	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57		IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00%		2,00%	

	2007 e 2008
	BRASILIGHT
	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	6,00%	10,59%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	8,00%	12,66%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	4,33%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	0,60%	4,96%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	4,33%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT – 83	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Forte	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	Baseado na idade	

23) – PASSIVO REGULATÓRIO – REVISÃO DA RECEITA DE TRANSMISSÃO

Em função da publicação da Resolução Homologatória n°496 de 26 de junho de 2007 e da Nota Técnica n°046/2007 de 05 de junho de 2007 pela ANEEL, houve uma revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo os efeitos retroativos a 1° de julho de 2005. Desta forma, foi apurada pela controlada Cemig Geração e Transmissão uma receita a maior em relação a períodos anteriores, originando um passivo, no montante de R$30.919, que será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira no ciclo 2007/2008 e a segunda no ciclo 2008/2009. O saldo não amortizado em 31 de dezembro de 2007 é de R$23.448, sendo classificado em R$15.717 no circulante e R$7.731 no não circulante.

24) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado do Exercício será de R$156.442, líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado					
	Saldo Líquido em 2008 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 2007
Trabalhistas						
Diversos	88.330	54.131	(4.282)	118.179	(16.182)	101.997
Cíveis						
Danos Pessoais	7.594	1.417	(928)	8.183	-	8.183
Majoração Tarifária	125.202	30.583	(60.690)	95.095	(11.686)	83.409
Outras	107.964	24.621	(19.143)	113.442	(8.940)	104.502
Fiscais						
FINSOCIAL	20.613	280	-	20.893	(1.615)	19.278
PIS/COFINS	147.963	12.304	-	160.267	-	160.267
ICMS	20.898	(955)	-	19.943	-	19.943
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	40.090	6.752	-	46.842	-	46.842
Contribuição Social	6.289	232	-	6.521	-	6.521
INSS	33.224	633	-	33.857	-	33.857
Outras	2.524	11.974	-	14.498	(7.459)	7.039
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	6.072	42.948	-	49.020	(6.072)	42.948
Total	**586.883**	**184.920**	**(85.043)**	**686.740**	**(51.954)**	**634.786**

(*) Saldo de Contingências sem efeito de Depósitos Judiciais

	Controladora					
	Saldo Líquido em 2006 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 2007
Trabalhistas						
Diversos	31.933	40.862	-	72.795	(10.483)	62.312
Cíveis						
Danos Pessoais	7.694	-	(928)	6.766	-	6.766
Majoração Tarifária	104.253	(7.371)	(27.037)	69.845	(11.686)	58.159
Outras	61.523	-	(10.213)	51.310	(3.140)	48.170
Fiscais						
FINSOCIAL	20.613	280	-	20.893	(1.615)	19.278
ICMS	1.600	591	-	2.191	-	2.191
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	40.090	6.752	-	46.842	-	46.842
INSS	870	97	-	967	-	967
Outras	2.524	5.409	-	7.933	(5.030)	2.903
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	6.072	6.609	-	12.681	(6.072)	6.609
Total	277.372	53.029	(38.178)	292.223	(38.026)	254.197

(*) Saldo de Contingências sem efeito de Depósitos Judiciais.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração, é de R$95.095, integralmente provisionado.

(c) PIS-COFINS

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Os valores não recolhidos são provisionados e vem sendo atualizados pela SELIC. Em 09 de novembro de 2005, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS. A mesma tese é aplicada ao PIS.

Os valores provisionados até 31 de dezembro de 2007 na Companhia são como segue:

- R$105.169 em relação à expansão da base de cálculo, objeto de julgamento, em ação similar na qual o STF decidiu favoravelmente aos contribuintes; e
- R$50.774 referente ao aumento da alíquota da Cofins de 2% para 3%, que ainda não teve o julgamento do mérito.

A Light está aguardando o julgamento do processo ou uma resolução do Senado Federal, tendo por base a decisão do STF, declarando a inconstitucionalidade desta Lei, o que possibilitará a reversão da referida provisão, no que se refere à porção relativa à expansão da base de cálculo do PIS e COFINS.

Os valores informados acima correspondem a 25% do total em conformidade a consolidação proporcional efetuada pela Companhia.

(d) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R$17.752.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R$46.842 (R$40.090 em 31 de dezembro de 2006) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) INSS

Em dezembro de 1999, o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade subsidiária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R$33.857 (R$33.224 em 31 de dezembro de 2006).

(g) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R$36.339.

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável e no valor de R$5.454.

(h) Outros

Refere-se basicamente a diversas reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão em 31 de dezembro de 2007 representa a perda potencial sobre as reivindicações.

(i) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG e suas controladas discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R$305.311, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 31 de dezembro de 2007, de R$271.355. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 31 de dezembro de 2007 é R$131.464. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

(iii) Atos da Agência Reguladora e Tribunal de Contas

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R$670.546, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R$516.246. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

Em 14 de novembro de 2003, o Tribunal de Contas da União iniciou um procedimento administrativo contra a ANEEL para avaliar os critérios adotados pela Agência no Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. O Tribunal de Contas solicitou a CEMIG que providenciasse certas informações com relação a suas tarifas, o que, de acordo com o Tribunal de Contas da União, foram aprovadas incorretamente pela ANEEL.

Adicionalmente, o Tribunal de Contas da União contestou o índice e o Fator X utilizados pela ANEEL na revisão tarifária de 2003. A CEMIG impetrou um processo administrativo antes que o Tribunal de Contas da União contestasse a decisão.

A potencial perda nessas ações do Tribunal de Contas é de R$84.979. A Companhia não registrou nenhuma provisão e considera a expectativa de perda nessa ação como possível.

(iv) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R$121.835, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R$101.452. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

(v) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R$102.644, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subseqüentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R$33.531. Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(vi) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o Promotor Público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R$525.579. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

25) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

(a) Capital Social

As ações do capital social integralizado em 31 de dezembro de 2007 têm valor nominal de R$5,00 por ação e estão assim distribuídas:

	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2007					
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	108.348.914	51	-	-	108.348.914	22
Outras Entidades do Estado	28.657	-	5.329.764	2	5.358.421	1
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	70.088.868	33	-	-	70.088.868	14
Outros -						
No País	19.663.422	9	82.310.555	30	101.973.977	21
No Exterior	14.492.642	7	186.196.634	68	200.691.276	42
Total	**212.622.503**	**100**	**273.838.953**	**100**	**486.461.456**	**100**

	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2006					
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.304.884	51	102	-	36.116.304.986	22
Outras Entidades do Estado	9.552.515	-	1.776.588.306	2	1.786.140.821	1
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros -						
No País	6.834.237.214	10	26.090.932.914	29	32.925.170.128	21
No Exterior	4.551.117.137	6	63.412.129.780	69	67.963.246.917	42
Total	**70.874.167.923**	**100**	**91.279.651.102**	**100**	**162.153.819.025**	**100**

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

Aumento do Capital Social

Foi aprovado na Assembléia Geral de Acionistas ocorrida em 26 de abril de 2007 um aumento do Capital Social através da utilização das Reservas de Lucros de forma a atender ao estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A., que limita o saldo dessas Reservas ao valor do Capital da Companhia.

Dessa forma, foi aprovado o aumento do Capital Social da CEMIG de R$1.621.538 para R$2.432.307 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R$810.769 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros, distribuindo-se aos acionistas, em conseqüência, uma bonificação de cinqüenta por cento, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R$ 0,01.

Grupamento de Ações

Também foi aprovado na Assembléia Geral o Grupamento das ações da Companhia, de cada lote de 500 ações de valor nominal de R$0,01 cada para 1 ação de valor nominal de R$ 5,00. A efetivação do Grupamento ocorreu em 4 de junho de 2007.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2007	2006
Reservas de Capital:		
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.650.898	2.650.898
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
	4.032.222	**4.032.222**
Reservas de Lucros:		
Reserva Estatutária	1.001.865	432.749
Reserva de Retenção de Lucros	623.776	1.222.709
Reserva Legal	272.884	186.112
	1.898.525	**1.841.570**

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se aos juros sobre o capital próprio utilizado na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a CEMIG decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela CEMIG até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento às necessidades de recursos da Companhia para aplicação em investimentos.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da CEMIG na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

(c) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subseqüente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Dividendos Extraordinários

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia poderá fazer a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração, devendo ser observadas as diretrizes do Plano Diretor da Companhia.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2007 e 2006 está demonstrado a seguir:

	Controladora	
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais	**2007**	**2006**
Valor Nominal das Ações Preferenciais	1.369.195	912.797
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	136.920	91.280
Valor do Patrimônio Líquido	8.390.177	7.522.453
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	56,27%	56,27%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	4.721.153	4.232.884
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	141.635	126.987
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	141.635	126.987
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	1.735.449	1.718.841
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	867.725	859.421

	Controladora	
	2007	2006
Dividendos Líquidos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio	-	169.067
Dividendos Complementares	867.725	715.714
Dividendos Extraordinários	-	497.000
	867.725	1.381.781
(-) Imposto de Renda Retido na fonte sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio	-	(16.923)
Total	867.725	1.364.858
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	488.269	777.528
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	379.456	604.253
Dividendos por lote de mil ações em 31.12.2006 e valor unitário em 31.12.2007 – R$		
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,52	1,39
Dividendo Obrigatório	1,78	5,30
Dividendos Propostos (Líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte)	1,78	8,42

A Companhia utilizou 5,00% do lucro líquido apurado no exercício de 2007 para constituição de Reserva Legal, no valor de R$86.772.

O saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado terá a seguinte destinação proposta a Assembléia Geral de Acionistas a realizar-se em abril de 2008: R$569.116 transferidos para a conta de Reserva Estatutária e R$211.836 alocados na Reserva de Retenção de Lucros.

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R$169.067 em 2006 foram de R$57.483. A Companhia não pagou juros sobre o capital próprio em 2007.

26) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não auditado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh (*)		R$	
	2007 (*)	2006 (*)	2007	2006	2007	2006
Residencial	8.764.157	8.560.153	8.648.603	7.429.818	4.373.896	3.622.178
Industrial	86.394	84.175	24.686.241	23.972.596	3.380.277	3.069.373
Comércio, Serviços e Outros	830.818	820.946	5.549.409	4.439.154	2.494.502	1.935.339
Rural	565.169	506.707	2.212.485	1.942.306	598.812	515.233
Poder Público	61.234	58.225	966.177	724.720	386.545	290.415
Iluminação Pública	2.661	2.696	1.212.251	1.127.685	309.487	285.806
Serviço Público	9.050	8.841	1.325.462	1.117.660	368.974	296.162
Sub-Total	10.319.483	10.040.743	44.602.628	40.753.939	11.912.493	10.014.506
Consumo Próprio	1.256	1.124	52.941	37.160	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	126.112	134.763
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	11.332	76.799
	10.320.739	10.041.867	44.655.569	40.791.099	12.049.937	10.226.068
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	93	44	13.235.965	11.472.158	1.209.731	708.867
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	25.664	200.065
Total	**10.320.832**	**10.041.911**	**57.891.534**	**52.263.257**	**13.285.332**	**11.135.000**

(*) A tabela de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light, controlada da RME.
A tabela de MWh inclui 25,00% dos MWh totais vendidos pela Light.
(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Reajuste Tarifário

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um reajuste médio de 5,16% a partir de 8 de abril de 2007. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 6,50% em suas contas de energia comparado a um aumento de 2,89% para os consumidores de alta tensão.

Para os consumidores livres da Cemig Geração e Transmissão e outras controladas, são celebrados contratos individuais indexados principalmente à variação do IGP-M e do dólar norte-americano.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – "ELETROBRÁS" reembolsa as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

A ANEEL está revisando os procedimentos de apuração pela Companhia da receita referente a subvenção aos consumidores de baixa renda. Em função dessa revisão, os valores registrados em 2007 foram apurados de forma estimada, estando pendente de recebimento o período de fevereiro a dezembro de 2007.

27) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	2007	2006
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição - TUSD	1.313.499	1.201.854
Receita de Uso da Rede Básica	537.415	485.598
Receita de Sistema de Conexão	95.016	102.019
	1.945.930	**1.789.471**

Conforme consta dos contratos de concessão estabelecidos entre a ANEEL e as empresas de transmissão Transleste, Transudeste, ERTE, EATE, ENTE, ETEP e ECTE, as receitas a serem auferidas nos últimos 15 anos dos mencionados contratos são 50,00% inferiores às verificadas nos primeiros 15 anos da concessão. A Companhia reconhece as receitas dessas concessões de acordo com os referidos contratos.

28) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Fornecimento de Gás	297.353	298.039	-	-
Serviço Taxado	15.482	10.461	-	-
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	75.593	121.010	-	-
Prestações de Serviços	68.015	34.486	343	481
Aluguel e Arrendamento	50.061	32.016	493	976
Outras	51.745	10.888	39.902	-
	558.269	**506.900**	**40.738**	**1.457**

29) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006 Reclassificado	2007	2006
ICMS	3.017.522	2.515.830	4.162	-
COFINS	1.228.455	1.096.577	-	-
Reserva Global de Reversão – RGR	144.922	29.936	-	-
PIS-PASEP	253.106	245.857	-	58
Programa de Eficiência Energética - PEE	29.972	104.530	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	390.803	333.983	-	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	406.864	554.448	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	27.646	36.521	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	26.258	29.615	-	-
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	17.505	15.031	-	-
Outras	1.564	399	13	23
	5.543.617	**4.964.729**	**4.195**	**81**

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a RTE e Reajuste Tarifário Diferido em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

A redução nos valores provisionados de RGR em 2006 deve-se ao ajuste na provisão referente ao exercício de 2004, no montante de R$65.760, em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia.

30) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Pessoal	967.668	1.082.691	22.948	45.751
Pessoal – Administradores e Conselheiros	519	5.503	-	3.929
Obrigações Pós-Emprego	123.007	169.910	5.144	7.871
Materiais	93.596	81.972	421	474
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	58.908	36.812	-	-
Serviços de Terceiros	619.665	503.993	10.730	18.032
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.793.722	2.112.673	-	-
Depreciação e Amortização	778.144	672.257	701	694
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	137.349	138.955	-	-
(Reversão) Provisões Operacionais	290.598	52.062	30.085	(96.840)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	649.737	663.851	-	-
Gás Comprado para Revenda	154.241	157.732	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas	264.160	238.544	4.042	4.617
	6.951.334	**5.916.955**	**74.071**	**(17.472)**

DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Remunerações e Encargos	995.456	914.263	18.911	31.188
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	34.274	32.266	1.467	2.039
Benefícios Assistenciais	116.640	120.516	2.550	3.757
	1.146.370	1.067.087	22.948	36.984
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(178.682)	(162.081)	-	-
	967.688	905.006	22.948	36.984
Indenização por Anuênios Futuros	-	177.685	-	8.767
	967.688	1.082.691	22.948	45.751

INDENIZAÇÃO POR ANUÊNIOS FUTUROS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, em 2006 a Companhia e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição apresentaram proposta aos empregados de indenização em troca do direito futuro referente ao percentual de 1,00% incorporado anualmente aos salários ("anuênio"). O valor da indenização correspondia à estimativa dos anuênios futuros dos empregados até completarem 35 anos de contribuição ao INSS, descontada a valor presente a uma taxa de 12,00% a.a., sendo então aplicado um redutor percentual variável estabelecido pela Companhia e suas controladas. A adesão dos empregados foi concluída em 30 de junho de 2006 e o pagamento da indenização, no valor de R$177.685, foi realizado no período de junho a agosto de 2006.

SERVIÇO DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	111.736	93.547	-	-
Comunicação	80.930	50.197	1.368	1.356
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	109.464	83.999	30	38
Conservação e Limpeza de Prédios	36.073	29.241	27	70
Mão de Obra Contratada	19.029	27.476	165	6
Fretes e Passagens	8.609	8.510	1.302	1.709
Hospedagem e Alimentação	16.850	15.971	210	369
Vigilância	15.128	14.354	1	31
Consultoria	17.283	26.432	2.673	9.688
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	27.522	21.220	25	34
Manutenção e Conservação de Veículos	19.113	16.307	191	50
Corte e Religação	31.309	20.682	-	-
Outros	127.617	96.057	4.738	4.661
	619.665	**503.993**	**10.730**	**18.032**

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado	
	2007	2006
Energia de Itaipu Binacional	1.197.803	888.185
Energia de curto prazo	119.981	76.317
PROINFA	65.015	40.643
Contratos Iniciais	36.412	127.598
Contratos Bilaterais	350.067	42.063
Energia de Leilão	996.809	869.997
Outros	27.635	67.870
	2.793.722	**2.112.673**

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Prêmio de Aposentadoria	2.756	6.287	2.283	364
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	143.190	128.618	(6.994)	(12.233)
Provisão (Reversão) para Contingências Trabalhistas	54.131	(79.218)	40.862	(77.238)
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	42.948	487	6.609	487
Provisão (Reversão) para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	(5.974)	(19.304)	(6.475)	(19.304)
Provisão (Reversão) para Cíveis – Majoração Tarifária	30.583	(17.920)	(7.371)	(17.920)
Outras	22.964	33.112	1.171	26.964
	290.598	**52.062**	**30.085**	**(98.840)**

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Arrendamentos e Aluguéis	34.102	33.565	604	951
Propaganda e Publicidade	26.235	21.273	396	890
Consumo Próprio de Energia Elétrica	16.729	15.607	-	-
Subvenções e Doações	40.648	35.475	670	687
Taxa de Fiscalização da ANEEL	37.441	33.711	-	-
Concessão Onerosa	14.434	13.229	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	38.996	29.230	160	49
Seguros	5.403	5.052	95	138
Contribuição ao MAE	3.485	2.670	3	3
Outras Despesas	66.687	48.732	1.915	1.899
	284.160	**238.544**	**4.042**	**4.617**

31) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	200.464	183.839	16.023	9.211
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	122.659	133.757	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	158.991	187.195	-	41.267
Reversão da Provisão para Perdas Referente ao Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	99.186	-	99.187
Variação Monetária da CVA	46.108	87.211	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	404.900	321.936	26.594	29.216
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	130.676	196.731	-	-
Variações Cambiais	119.828	89.861	-	109
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(64.880)	(71.728)	(36.945)	(40.958)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	8.279	25.221	-	2.234
Rendas FIDC	-	-	35.656	10.986
Outras	159.986	137.065	35.807	46.354
	1.286.011	1.392.274	77.135	197.606
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(851.855)	(867.923)	(10.185)	(12.664)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(139.048)	(75.168)	-	-
Variação Monetária da CVA	(36.661)	(57.727)	-	-
Variações Cambiais	(9.841)	(3.408)	(1.708)	(40)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(26.343)	(27.810)	(237)	(9)
C.P.M.F.	(66.760)	(63.967)	(5.536)	(12.840)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre – atualização	(174.832)	(86.154)	(26.594)	(29.217)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(187.248)	(116.833)	-	-
Outras	(149.508)	(122.938)	(31.532)	(34.179)
	(1.642.116)	(1.441.948)	(75.792)	(88.949)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(356.105)**	**(49.674)**	**1.343**	**108.659**

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

Os encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no exercício de 2007 no montante de R$8.822, foram transferidos para a rubrica de Ativo Imobilizado e não houve variação monetária ou cambial capitalizada no mesmo período (R$20.880 e encargos financeiros e R$3.870 e variações monetárias/cambiais no exercício de 2006).

32) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	(19.968)	(15.052)	(69)	(513)
FORLUZ – Custeio Administrativo	(20.663)	(13.504)	(895)	(798)
Ganho na Alienação de Participação na Way	54.079	-	-	-
Outras Despesas Líquidas	(23.804)	(8.239)	(10.079)	(8.912)
	(10.356)	**(36.795)**	**(11.043)**	**(10.223)**

O ganho na alienação de participação na Way está descrito em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 16.

33) – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A Companhia e suas controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão utilizaram como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2007 e 2006 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC. Adicionalmente, nos acordos coletivos em novembro de 2007 e 2006, foram pactuadas com os sindicatos pagamentos de parcelas extraordinárias de R$358.573 e R$139.198, respectivamente. As parcelas adicionais mencionadas foram pagas dentro dos próprios exercícios.

Em conformidade com os referidos acordos, a participação no resultado dos exercícios de 2007 e 2006, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a R$486.483 e R$209.991, respectivamente.

34) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
EMPRESAS	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	674.406	670.712	-	-	148.809	151.960	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica	-	14.744	13.491	-	-	77.585	(79.731)	-
Outros	127	1.378	2.463	1.125	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	564.780	379.054	-	-	188.118	229.660	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica	22.277	-	-	14.744	79.731	-	-	77.585
Outros	351	5.099	2.694	3.903	-	-	-	-
Light S.A.								
Fornecimento de Energia Elétrica	366	-	-	-	55.757	-	-	-
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	163	-	-	-	(20.528)	(22.459)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores	2.021	2.923	-	-	65.870	56.773	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS - Circulante	167.308	15.088	268.302	262.084	(2.535.715)	(2.515.830)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado - CRC	1.763.277	1.726.293	-	-	123.335	140.454	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS - Não Circulante	57.901	312.434	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores	36.795	36.546	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	125.677	307.804	-	-	-	(37.672)
Debêntures	-	-	146.705	106.479	-	-	(40.225)	(3.736)
Fundo de Direitos Creditórios	-	-	990.386	881.791	-	-	-	-
Financiamentos - BDMG	-	-	19.202	31.986	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego - Circulante	-	-	88.855	139.113	-	-	(101.696)	(159.910)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante	-	-	1.131.967	1.421.315	-	-	-	-
Outros	-	-	89.410	85.310	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-	-	(34.274)	(32.288)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(20.663)	(13.504)
Outros	4.785	635	75.046	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	141.301	103.006	-	-	-	-	-	-

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 11, 14, 19, 20, 22, 24, 25, 29, 31, 32 e 38.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R$36.795 em 31 de dezembro 2007 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses (R$36.545 em 31 de dezembro de 2006).

35) – EXPOSIÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como concessionária do setor elétrico brasileiro, a CEMIG e suas controladas operam em ambientes onde fatores como reestruturações societárias, regulamentações emanadas dos órgãos governamentais, evolução tecnológica, globalização e variações do mercado consumidor são fatores de risco.

A CEMIG possui um programa de Gerenciamento de Riscos Corporativos, buscando promover o entendimento de eventuais ocorrências que podem gerar perda de valor aos acionistas e estruturar a empresa para agir de forma pró-ativa em relação ao seu ambiente de riscos.

Os principais riscos de mercado que afetam os negócios da CEMIG estão descritos a seguir:

a) Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente a cotação do dólar norte-americano em relação ao real, com impacto significativo no endividamento, resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2007, operações contratadas de hedge, no montante de R$122.099, equivalente a US$68.932, e R$61.409 equivalentes a ¥3.878.825 (Yen Japonês), nas quais foi efetuada a substituição da variação do dólar Norte-Americano e Yen acrescidos de juros pela variação do CDI (vide Nota Explicativa nº 36).

A exposição líquida à taxa de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado 2007	Consolidado 2006
Dólar Norte-Americano (nota 20)		
Empréstimos e Financiamentos	361.652	906.634
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	(122.099)	(233.187)
	239.553	673.447
Yen (nota 20)		
Empréstimos e Financiamentos	61.483	69.678
(-) Operações Contratadas de Hedge	(61.409)	(69.624)
	74	54
Outras Moedas Estrangeiras (nota 20)		
Empréstimos e Financiamentos		
Euro	28.674	36.293
Outros	4.533	2.147
	33.407	38.440
Passivo Líquido Exposto	**273.034**	**711.941**

Deve ser ressaltado que a exposição às taxas de câmbio demonstrada acima é mitigada pela Companhia também através dos contratos de venda de energia a consumidores livres, através da CEMIG Geração e Transmissão, os quais são indexados a variação do dólar norte-americano.

b) Risco de taxas de juros

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R$144.305 em 31 de dezembro de 2007 (R$433.086 em 31 de dezembro de 2006).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, este risco foi reduzido parcialmente em função dos ativos que também são indexados a taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado 2007	Consolidado 2006	Controladora 2007	Controladora 2006
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 5)	1.622.729	1.267.723	16.214	21.987
Ativos Regulatórios (nota 7)	1.914.959	2.111.936	-	-
	3.537.688	3.379.659	16.214	21.987
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 20)	(5.426.247)	(5.456.230)	(79.322)	(110.388)
Passivos Regulatórios (nota 7)	(1.139.243)	(879.078)	-	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap (nota 35)	(183.508)	(302.811)	-	-
	(6.748.998)	(6.638.119)	(79.322)	(110.388)
Obrigações Superiores aos Ativos	**(3.211.310)**	**(3.258.460)**	**(63.108)**	**(88.401)**

c) Risco de crédito

O risco decorre da possibilidade da CEMIG e suas controladas vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. Parcela substancial do fornecimento bruto de energia está pulverizada em um grande número de consumidores, o que reduz o risco da Companhia. Os procedimentos para redução da inadimplência compreendem a emissão de aviso de vencimento dos débitos, contatos telefônicos e negociações que viabilizem o recebimento dos créditos. Após serem esgotadas as possibilidades de regularização das contas em atraso, se procede à suspensão do fornecimento.

d) Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. As cláusulas restritivas foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2007, e durante todo o exercício de 2007.

e) Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

36) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus às vigentes no mercado.

a) Valor de Mercado

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informação de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os saldos contábeis das aplicações financeiras e das contas a receber do Governo do Estado em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, equivalem aos valores de mercado, pois encontram-se registrados aos valores de realização. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamento e das operações de *swap* foram calculados conforme o valor presente destes instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de natureza, prazo e risco similares, conforme demonstrado abaixo.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros está demonstrado a seguir:

	2007		2006	
	Valor contábil	Valor de Mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 5)	1.622.729	1.622.729	1.267.723	1.267.723
Contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (nota 14)	1.763.277	1.763.277	1.726.293	1.726.293
	3.386.006	3.386.006	2.994.016	2.994.016
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 20)	7.639.034	7.452.849	7.648.937	7.460.461
Operações Contratadas de Hedge (nota 36)	166.448	184.389	176.575	167.160
	7.805.482	7.637.238	7.825.512	7.667.621

b) Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2007, a CEMIG mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros – "swap" junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante equivalente a US$68.932 (R$122.099) e Yen no montante equivalente a ¥3.878.825 (Yen Japonês) (US$34.669 – R$61.409).

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas consolidadas em 2007 e 2006 nos montantes de R$178.969 e R$91.612, respectivamente, registrados no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de dezembro de 2007:

				31 de dezembro de 2007	
				Perda não realizada	
Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90% a.a.)	R$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.878.825	(39.828)	(48.646)
US$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a)	R$ 100% do CDI + taxa (1,50% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2008 até 06/2013	US$68.932	(126.620)	(135.741)
				(166.448)	**(184.389)**

Adicionalmente a controlada em conjunto Light utiliza operações de "swap" para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 31 de dezembro de 2007, é negativo em R$2.532 (R$7.797 em 31 de dezembro de 2006).

37) – SEGUROS

A CEMIG mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
CEMIG, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	28/04/2007 a 28/04/2008	12.096	177
Almoxarifados, Instalações Prediais e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	10/08/2007 a 10/08/2008	591.950	123
Risco Operacional – Geradores, Turbina e Equipamentos de Potência	Total	05/05/2007 a 05/05/2008	1.619.778	2.929
Light				
Risco Operacional	Total	31/10/2007 a 31/10/2008	1.802.296	1.109
Responsabilidade Civil Geral	Total	25/09/2007 a 25/09/2008	17.713	218
Diretores e Conselheiros	Total	10/08/2007 a 10/08/2008	53.139	530

A CEMIG não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

38) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A CEMIG possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 em diante	Total
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.020.241	927.953	738.759	837.326	1.036.761	1.187.187	1.910.807	7.639.034
Compra de Energia Elétrica de Itaipu (1)	1.207.152	924.181	995.821	1.030.571	1.054.379	448.960	-	5.661.044
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu (1)	80.448	70.613	73.237	75.837	78.143	33.552	-	411.830
AHE Baguari	24.757	-	-	-	-	-	-	24.757
AHE Aimorés	20.052	-	-	-	-	-	-	20.052
SPE Guanhães	18.481	-	-	-	-	-	-	18.481
Sistema de Gestão Comercial I	58.695	-	-	-	-	-	-	58.695
LT Charrua	8.516	-	-	-	-	-	-	8.516
LT Furnas - Pimenta	15.729	-	-	-	-	-	-	15.729
Dívida com Plano de Pensão Forluz	88.685	81.914	83.017	72.436	68.978	48.047	619.941	1.062.998
Compra de Energia Leilão	1.347.204	1.623.791	2.355.071	2.728.957	3.067.874	3.547.985	16.778.927	31.449.809
Concessões Onerosas	1.480	1.494	1.494	1.494	6.078	12.494	304.868	329.502
Total	**3.889.420**	**3.629.926**	**4.247.399**	**4.746.621**	**5.312.213**	**5.258.225**	**19.614.643**	**46.898.447**

(1) Contrato com Furnas, em dólar americano, para compra de energia elétrica de Itaipu até Maio de 2013.

39) – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Resolução ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes relacionadas ao segundo ciclo de Revisão Periódica das Distribuidoras de energia elétrica.

As principais alterações estão descritas a seguir:

- As Obrigações Especiais serão amortizadas a partir da próxima Revisão Tarifária, com o registro a crédito no resultado do Exercício das Distribuidoras, utilizando-se a taxa média dos ativos que lhe deram origem.

- A base de ativos a ser utilizada na segunda Revisão Tarifária Periódica será a base anterior, atualizada pelo IGP-M, acrescida e/ou deduzida das novas adições e baixas ocorridas no período.

- Na definição dos custos operacionais a serem cobertos pelas tarifas, a ANEEL continuará a utilizar a Empresa de Referência como base comparativa.

A ANEEL está em processo de revisão das tarifas de fornecimento e TUSD da Cemig Distribuição, 2º ciclo que corresponde ao período de 2008 a 2013, sendo que a Audiência Pública ocorrerá em 05 de março de 2008 e as novas tarifas entrarão em vigor a partir de 08 de abril de 2008. O percentual médio de correção, divulgado provisoriamente pela ANEEL, corresponde a uma redução da tarifa de 9,72%. Para a definição desse valor foram considerados parâmetros do 1º ciclo que também estão sendo ajustados, como indicadores de produtividade, valor da base de ativos a serem remunerados e também o custo médio de capital definido. Este percentual provisório poderá ainda ser alterado em função das contribuições que serão recebidas na audiência pública e da definição pela ANEEL do valor efetivo da base de ativos a ser utilizado para remuneração no 2º ciclo de revisão tarifária.

40) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME Lgm	ETEP, ENTE, ERTE, SATE, SCTE	GASMIG	INFOVIAS	SÁ CARVALHO	RESAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Disponibilidade	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Contas a Receber	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ativo Regulatório	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Estoques	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Investimentos Industriais Diferidos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
PASSIVO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Fornecedores e suprimentos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Empréstimos, Financiamento e Debentures	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucros sobre Capital Próprio e Dividendos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Obrigações Pós-Emprego	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Outros Passivos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Participações Minoritárias	-	-	-	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Patrimônio Líquido	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Obrigações Pós-Emprego	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Materiais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Matéria Prima	-	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]
Serviços de Terceiros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Conta Fixa Utilização Pessoal Hidrical	-	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Depreciação e Amortização	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Provisões Operacionais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	-	[illegible]
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	[illegible]	-	-	-	-	-	[illegible]
Outras Despesas Líquidas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro Operacional antes do Resultado do Equivalente Patrim. e Resultado Desposado Financeiro	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Resultado Financeiro	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Lucro Líquido Operacional	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Resultado Não Operacional	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	-	[illegible]
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda, Contribuição Social e Participação dos Empregados	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Participações Minoritárias	-	-	-	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Participações dos Empregados	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]
Lucro Líquido do Exercício	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME Light	EMPRESAS INTEGRANTES DO BLOCO	SAGMBR	RIFTRANS	SAG CONTROLADAS	REGIONAL	OUTRAS	ELIMINAÇÃO	TOTAL
ATIVO												
Disponibilidade												
Contas a Receber												
Ativo Regulatório												
Outros Ativos												
Investimentos/Imobilizado/Diferido												
PASSIVO												
Fornecedores e Supridores												
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures												
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos												
Obrigações Pós-Emprego												
Outros Passivos												
Resultado de Exercícios Futuros												
Participações minoritárias												
Patrimônio Líquido												
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida												
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS												
Pessoal												
Obrigações Pós-Emprego												
Materiais												
Matéria Prima												
Serviços de Terceiros												
Custo Financeiro Concessão Poderosa Hidrelétrica												
Energia Elétrica Comprada para Revenda												
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão												
Depreciação e Amortização												
Provisões Operacionais												
Gás Comprado para Revenda												
Outras Despesas Líquidas												
Lucro Operacional antes do Resultado da Equivalência Patrim. e Resultado Financeiro												
Resultado Financeiro												
Lucro Operacional												
Resultado Não Operacional												
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda, Contribuição social e participações dos empregados												
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos												
Participações minoritárias												
Participações dos Empregados												
Lucro Líquido do Exercício												

* * * * * * * * * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Morais
Diretor Presidente e, cumulativamente, Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações

Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Diretor de Gestão Empresarial

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Comercial

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Geração e Transmissão

José Maria de Macedo
Diretor de Distribuição e Comercialização

José Carlos de Matos
Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios

Pedro Carlos Hosken Vieira
Superintendente de Controladoria

Leonardo George de Magalhães
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-53.140

ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Em milhares de reais)

Demonstração de acordo com os critérios de divulgação estabelecidos pelo pronunciamento contábil norte-americano FAS 95 - *Statement of Cash Flows*, considerando que a Companhia é registrada na SEC – *Security and Exchange Commission* e também elabora demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP")

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	1.735.449	1.718.841	1.735.449	1.718.841
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Depreciação e Amortização	778.144	672.257	701	694
Baixas Líquidas de Imobilizado	30.084	21.596	-	4.182
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.911.530)	(1.594.595)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(388.869)	(392.919)	(62.013)	(179.340)
Provisão (Reversão) de Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	174.832	88.154	28.594	29.217
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	296.824	191.668	12.070	(142.566)
Obrigações Pós-Emprego	123.007	169.910	5.144	7.871
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	19.978	-	19.978
Impostos Federais Diferidos	(403.546)	(71.704)	(16.107)	(9.934)
Provisão para Perdas Instrumentos Financeiros	178.999	91.612	-	-
Participação de Minoritários	115.480	6.790	-	-
Outros	(1.194)	(120.461)	20.130	82
	2.639.180	2.394.042	(183.562)	(145.570)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(91.107)	(630.648)	-	-
Revendedores – Transações no CCEE	120.884	194.856	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	301.779	257.171	-	-
Tributos Compensáveis	(296.146)	(165.291)	8.845	(85.513)
Reajuste Tarifário Diferido	609.286	294.353	-	-
Outros Ativos Circulantes	155.172	97.903	(2.893)	21.422
Despesas Antecipadas – CVA	77.342	126.119	-	-
Créditos Tributários	(25.902)	(27.354)	36.972	(31.786)
Transporte de Energia	(104.466)	(55.048)	-	-
Depósitos Judiciais	(17.068)	(124.987)	(9.920)	4.299
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	1.444.858	1.644.463
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	122.007	78.760	-	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(5.847)	30.317	(3.202)	29.856
	746.944	76.153	1.474.460	1.582.741
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(34.268)	(124.738)	5.435	(13.856)
Tributos e Contribuição Social	18.952	(74.435)	20.056	(3.664)
Salários e Contribuições Sociais	51.295	(834)	1.496	(1.458)
Encargos Regulatórios	(29.655)	74.393	-	-
Empréstimos e Financiamentos	(54.243)	8.553	(1.057)	(1.921)
Obrigações Pós-Emprego	(245.219)	(268.107)	(12.288)	(13.126)
Despesa Antecipada - CVA	174.416	46.360	-	-
Perdas Instrumentos Financeiros	(189.096)	30.893	-	-
Outros	135.252	22.606	84.412	4.807
	(172.596)	(285.110)	98.053	(29.218)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	3.212.528	2.185.086	1.388.951	1.407.953
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	1.056.910	2.265.902	-	30.000
Alienação de Participação no FIDC	-	-	-	900.000
Recebimento de Quotas do FIDC	-	-	7.267	26.611
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.855.095)	(1.926.540)	(30.246)	-
Empréstimos de curto prazo	800.000	1.200.000	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(1.360.096)	(2.071.666)	(1.360.096)	(2.071.666)
	(1.359.281)	(532.304)	(1.383.075)	(1.115.055)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	1.853.247	1.652.781	5.876	292.898
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(108.933)	(562.681)	(7.055)	(569.574)
No Imobilizado	(1.292.868)	(1.469.762)	(702)	-
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	267.897	304.642	-	-
Alienação de Participação Societária	49.234	-	-	-
No Diferido	(4.405)	(1.998)	-	-
	(1.189.075)	(1.719.799)	(7.757)	(569.574)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**664.172**	**(67.018)**	**(1.881)**	**(276.676)**

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do período	1.402.047	1.344.136	23.834	300.510
Saldo Inicial – Aquisição de Controladas	-	124.930	-	-
No fim do Período	2.066.219	1.402.047	21.953	23.834
	664.172	**(67.019)**	**(1.881)**	**(276.676)**
PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	814.184	781.082	11.243	14.585
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.091.271	696.224	80.126	6.917
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM A SAÍDA DE CAIXA				
Encargos financeiros transferidos para o Imobilizado	8.822	24.750	-	-
Dividendos compensados com os créditos da CRC	122.007	78.760	-	-

ANEXO II

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2007		2006		2007		2006	
RECEITAS								
Receita Operacional	15.789.531		13.431.731		40.738		1.457	
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(143.190)		(128.618)		6.994		12.233	
Resultado Não Operacional	(10.356)		(36.795)		(11.043)		(10.223)	
	15.635.985		13.266.318		36.689		3.467	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.793.722)		(2.112.873)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(649.737)		(663.651)		-		-	
Serviços de Terceiros	(619.665)		(503.993)		(10.730)		(18.032)	
Gás Comprado para Revenda	(154.241)		(157.732)		-		-	
Materiais	(83.596)		(81.972)		(421)		(474)	
Matéria Prima	(58.908)		(36.812)		-		-	
Outros Custos Operacionais	(368.664)		(99.553)		(40.448)		98.204	
	(4.736.533)		(3.656.586)		(51.599)		79.698	
VALOR ADICIONADO BRUTO	10.867.452		9.609.732		(14.910)		83.165	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(778.144)		(672.257)		(701)		(694)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	10.119.308		8.937.475		(15.611)		82.471	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial					1.911.530		1.594.595	
Receitas Financeiras	1.350.891		1.464.002		114.080		223.352	
	1.350.891		1.464.002		2.025.610		1.817.947	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**11.470.199**		**10.401.477**		**2.009.999**		**1.900.418**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%		%
Pessoal e Encargos	1.754.910	15	1.625.353	16	49.375	2	77.839	4
Impostos, Taxas e Contribuições	6.254.922	54	5.656.967	54	154.315	8	26.679	1
Despesas Financeiras e Aluguéis	1.609.438	14	1.391.526	14	70.660	4	77.060	4
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	867.725	8	1.381.781	13	867.725	43	1.381.781	73
Participação de Minoritários	115.480	1	8.790	-	-	-	-	
Lucros Retidos	867.724	8	337.060	3	867.724	43	337.060	18
	11.470.199	**100**	**10.401.477**	**100**	**2.009.999**	**100**	**1.900.418**	**100**

ANEXO III
Página 1/2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Outras	Eliminações	Total
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	3.686.343	-	10.042.757	12	(115.730)	13.613.382
Receita de Uso da Rede	-	108.993	525.838	1.461.558	-	(145.659)	1.949.930
Outras Receitas Operacionais	40.738	42.884	6.789	87.173	383.910	(6.753)	554.266
Receita bruta de vendas e/ou serviços	40.738	3.838.219	532.627	11.592.038	383.922	(268.142)	16.118.577
DEDUÇÃO À RECEITA OPERACIONAL	(4.196)	(840.391)	(126.300)	(4.680.580)	(79.745)	-	(5.543.917)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	36.542	2.998.308	406.327	7.109.458	304.177	(268.142)	10.240.914
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA							
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(152.597)	-	(2.611.336)	(38)	126.311	(2.760.722)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	-	(295.462)	-	(622.204)	-	146.659	(840.727)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(104.243)	-	(104.243)
	-	(388.059)	-	(3.343.733)	(104.279)	268.270	(3.597.706)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal e Administradores	-	(131.874)	(81.655)	(653.852)	-	-	(866.377)
Entidade de Previdência Privada	-	(14.406)	(5.079)	(87.879)	-	-	(110.364)
Materiais	-	(11.469)	(5.917)	(71.185)	(444)	-	(89.015)
Matéria prima e Insumos para Produção de Energia	-	(55.429)	-	-	-	-	(55.429)
Serviços de Terceiros	-	(85.525)	(29.415)	(375.964)	(8.427)	102	(499.229)
Depreciação e Amortização	-	(206.656)	(46.016)	(484.842)	(23.758)	-	(761.196)
Provisões Operacionais	-	(7.716)	277	(42.475)	-	-	(49.914)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hídricos	-	(104.102)	-	-	-	-	(104.102)
Outras	-	(41.705)	(16.388)	(87.851)	(12.572)	66	(158.350)
	-	(654.212)	(185.668)	(1.795.151)	(51.201)	172	(2.736.388)
CUSTO TOTAL	-	(1.042.310)	(185.668)	(5.138.883)	(205.480)	268.542	(6.334.094)
LUCRO BRUTO	36.542	1.524.043	220.659	2.027.567	100.297	-	3.907.058
DESPESA OPERACIONAL		-	-	-	-	-	-
Despesas com Vendas	-	(6.017)	-	(227.140)	(972)	-	(235.837)
Despesas gerais e Administrativas	(74.071)	(91.109)	(16.515)	(186.133)	(1.969)	-	(369.797)
Outras Despesas Operacionais	-	(10.219)	(4.754)	(34.553)	(22.481)	-	(71.546)
	(74.071)	(59.436)	(21.269)	(407.826)	(25.922)	-	(677.224)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	(37.529)	1.464.607	202.390	1.599.736	81.365	-	3.264.569
	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	1.340	(341.325)	(14.416)	(16.724)	19.885	-	(350.100)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(36.189)	1.123.304	188.084	1.581.012	83.250	-	2.938.479
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(11.040)	876	(2.617)	(66.522)	34.151	-	(12.356)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(47.229)	1.124.180	184.467	1.516.490	108.411	-	2.926.119
Imposto de Renda e Contribuição Social	(16.545)	(387.725)	(45.274)	(550.498)	(22.340)	-	(822.380)
Participações dos Empregados	(12.288)	(71.286)	(27.329)	(322.201)	(420)	-	(454.885)
Participações Minoritárias	-	-	-	(115.480)	-	-	(115.480)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(116.061)	393.671	101.863	527.310	103.746	-	1.731.446

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Outras	Eliminações	Total
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	3.535.835	-	9.712.219	-	(150.947)	11.105.000
Receita de Uso da Rede	-	96.199	911.056	1.260.721	-	(108.504)	1.739.471
Outras Receitas Operacionais	1.857	8.956	3.263	83.311	427.908	-	525.295
Receita bruta de vendas e/ou serviços	1.857	3.591.910	915.319	11.056.251	427.908	(242.472)	13.401.971
DEDUÇÃO À RECEITA OPERACIONAL	(51)	(201.514)	(106.953)	(4.154.197)	(89.914)	-	(4.552.729)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.379	3.390.396	808.366	6.897.198	340.992	(242.472)	8.496.842
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA							
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(10.546)	-	(2.209.566)	-	102.617	(2.112.473)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	-	(240.407)	-	(991.951)	-	138.501	(993.857)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(197.732)	-	(197.732)
	-	(250.647)	-	(2.782.069)	(197.732)	242.472	(2.934.356)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal e Administradores	-	(147.310)	(97.565)	(726.902)	-	-	(982.705)
Entidade de Previdência Privada	-	(24.746)	(12.582)	(122.019)	-	-	(159.947)
Materiais	-	(12.056)	(5.481)	(59.958)	-	-	(79.515)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-	(38.612)	-	-	-	-	(38.612)
Serviços de Terceiros	-	(73.934)	(30.677)	(310.564)	(3)	-	(411.318)
Depreciação e Amortização	-	(160.072)	(40.973)	(396.319)	(1)	-	(626.365)
Provisões Operacionais	-	(185)	(15)	(25.775)	-	-	(25.975)
Compensação Financeira pelo Uti. Recursos Hídricos	-	(107.374)	-	(11.581)	-	-	(118.955)
Outras	-	(37.977)	(10.467)	(46.987)	(1)	10.314	(127.909)
	-	(602.665)	(178.961)	(1.700.464)	(5)	10.314	(2.569.521)
CUSTO TOTAL	-	(852.633)	(178.961)	(4.551.513)	(197.737)	252.886	(5.537.977)
LUCRO BRUTO	1.379	1.158.672	280.473	2.345.673	183.166	10.314	2.958.865
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas com Vendas	-	(32.296)	-	(153.429)	-	-	(192.715)
Despesas gerais e Administrativas	17.472	(31.722)	(14.940)	(46.188)	(2.741)	-	(78.139)
Outras Despesas Operacionais	-	(8.189)	(2.204)	(22.756)	(123.960)	-	(155.109)
	17.472	(62.207)	(17.143)	(199.967)	(123.693)	-	(365.973)
Lucro Operacional antes do Resultado da Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	18.849	1.076.465	263.330	2.145.706	59.553	10.314	2.584.667
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	105.959	(317.597)	1.802	768.245	4.332	(11.214)	(46.873)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	127.507	758.868	265.125	1.284.539	63.885	-	2.530.012
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(15.223)	(788)	(1.567)	(34.715)	414	-	(36.790)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	112.284	758.126	263.603	1.249.915	64.399	-	2.493.328
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.263	(188.428)	(65.335)	(314.333)	8.294	-	(623.966)
Participações dos Empregados	(8.321)	(93.999)	(19.966)	(150.402)	(374)	-	(269.061)
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	-	(8.525)	-	-	(270)	-	(8.795)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	124.246	372.169	218.472	785.180	67.936	-	1.716.941

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. O exame das demonstrações financeiras da controlada em conjunto e da controlada indireta em conjunto, Rio Minas Energia Participações S.A. e Light S.A., respectivamente, em 31 de dezembro de 2007 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes. Nas demonstrações financeiras da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG a participação nestas empresas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, e representa investimento de R$ 265,5 milhões, e a participação desse investimento no resultado no exercício totalizou R$ 147,7 milhões de lucro. As demonstrações financeiras dessas investidas, com ativos totais proporcionais de R$ 2.236,6 milhões em 31 de dezembro de 2007, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. Nosso relatório, no que se refere aos valores gerados por essas investidas no referido exercício, está fundamentado exclusivamente nos exames efetuados pelos auditores independentes da Rio Minas Energia Participações S.A. e da Light S.A.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, baseado em nossos exames e nos pareceres de auditoria de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nosso exame foi efetuado com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado, e do resultado segregado por atividade, apresentadas nos Anexos I, II e III, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Conforme descrito nas notas explicativas nºs. 7, 8, 9 e 18, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2007, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

6. As demonstrações financeiras da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e as demonstrações complementares dos fluxos de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por atividade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer sem ressalvas, datado de 28 de fevereiro de 2007, contendo parágrafos de ênfases quanto ao assunto comentado no parágrafo 5 acima, quanto à mudança no percentual de reposicionamento tarifário em decorrência da revisão tarifária em caráter definitivo da Cemig Distribuição S.A. e quanto à expiração das concessões de geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas de Emborcação, Nova Ponte, Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias e Santa Luzia. Em 14 de junho de 2007, o Ministério de Minas e Energia – MME renovou o prazo de concessão destas usinas por um período de 20 anos a contar da data de vencimento de cada contrato de concessão, sendo a assinatura dos contratos de renovação das concessões prevista para o primeiro semestre de 2008.

6 de março de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9-S-MG

ÍNDICE

	Página
Relatório da Administração 2006	
Mensagem da Administração	3
Cenário Econômico	5
Ambiente Regulatório – Leilões de Energia Elétrica	5
Nossos Negócios	7
Governança Corporativa	8
Planejamento Estratégico	9
Comercialização de Energia Elétrica	10
Desempenho Econômico Financeiro	13
Liquidez e Fluxo de Caixa	19
Investimentos	19
Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida	25
Mercado de Capitais	27
Política de Pagamento de Dividendos	29
Proposta de Destinação do Lucro	29
Relacionamento com os Auditores Independentes	30
Gerenciamento de Riscos	30
Gestão	32
Responsabilidade Social	35
Considerações Finais	42
Balanço Social	43
Cemig em Números	44
Composição dos Conselhos e da Diretoria	45
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	46
Demonstração dos Resultados dos Exercícios	48
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	49
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	50
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
1) Contexto Operacional	51
2) Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis	53
3) Princípios de Consolidação	56
4) Das Concessões	57
5) Disponibilidades	59
6) Consumidores e Revendedores	59
7) Ativos e Passivos Regulatórios	60
8) Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	61
9) Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento	63
10) Despesas Antecipadas e Passivo Regulatório – CVA	64
11) Tributos Compensáveis	64
12) Imposto de Renda e Contribuição Social	65
13) Reajuste Tarifário Diferido	66
14) Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	67

Continuação	Página
15) Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	69
16) Investimentos	70
17) Imobilizado	77
18) Fornecedores	79
19) Impostos, Taxas e Contribuições	79
20) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	80
21) Encargos Regulatórios	83
22) Obrigações Pós-Emprego	83
23) Contingências Judiciais	88
24) Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas	94
25) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	97
26) Receita de Uso da Rede	98
27) Outras Receitas Operacionais	98
28) Deduções à Receita Operacional	99
29) Custos e Despesas Operacionais	99
30) Receitas (Despesas) Financeiras	101
31) Resultado não Operacional	102
32) Transações com Partes Relacionadas	102
33) Exposição e Gerenciamento de Riscos	103
34) Instrumentos Financeiros	104
35) Seguros	106
36) Obrigações Contratuais	106
37) Revisão Tarifária Periódica das Concessionárias de Energia – Fato Relevante	107
38) Demonstração do Resultado Segregado por Empresa	108
39) Eventos Subseqüentes	108

Anexos

I - Demonstração do Fluxo de Caixa	110
II - Demonstração do Valor Adicionado	112
III - Demonstração do Resultado Segregado por Atividade	113

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2006

Senhores Acionistas,

A CEMIG submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006. As principais informações deste Relatório referem-se às atividades da Controladora e das Empresas nas quais o controle é exercido integralmente, destacando-se a Cemig Distribuição S.A e a Cemig Geração e Transmissão S.A.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

"Crescer e agregar valor"

O ano de 2006 foi marcante, pois cumprimos os objetivos estabelecidos no nosso Plano Diretor de crescer e agregar valor aos investimentos de nossos acionistas, não apenas por meio da busca da melhoria operacional de nossas empresas, como também da incorporação de novos ativos, posicionando a Companhia como líder no processo de consolidação da indústria de energia elétrica no Brasil.

A identificação de oportunidades e a firme determinação de buscar o retorno adequado em relação ao risco envolvido, mantendo firme disciplina financeira nos investimentos, contribuiu e contribuirá para a aceleração de nosso crescimento tornando-o sustentável. A conclusão, em 2006, das negociações que permitiram a aquisição de participações acionárias mostra nossa capacidade de empreender em bases sólidas que gerem valor significativo para nossos acionistas.

Adquirimos a participação em 5 empresas transmissoras de energia, cujas linhas alcançam a extensão de 2.190 quilômetros, localizadas principalmente na Região Norte do país, reunidas sob a denominação de Transmissoras Brasileiras de Eletricidade – TBE. De forma destacada, adquirimos também a participação no controle da Light S.A, empresa centenária, símbolo da evolução do Setor Elétrico Brasileiro e uma das maiores distribuidoras de eletricidade do país, com quase 4 milhões de consumidores e localizada no Estado do Rio de Janeiro.

Essas aquisições consolidam nossa estratégia de buscar o crescimento também fora do Estado de Minas Gerais. Hoje servimos a consumidores localizados na Região Sul e nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Vendemos energia para todas as Distribuidoras do Sistema Interligado, além de construirmos linhas de transmissão no Chile, o primeiro passo para tornar a Empresa um importante investidor internacional.

Nossos ativos superam a R$23 bilhões, tornando a Empresa uma das maiores concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do país.

Crescemos também com a construção de novos ativos, conforme nossa estratégia de buscar uma carteira adequada de investimentos, favorecendo a mitigação de riscos e o aumento sustentável dos resultados. Em 2006, expandimos nossa capacidade de geração em 401 MW, com a conclusão da usina de Capim Branco I, com capacidade de 51 MW e investimentos de R$43 milhões, e da usina de Irapé, com capacidade de 360 MW e investimentos de R$1,2 bilhão, no Vale do Jequitinhonha, região que certamente terá forte impulso no seu desenvolvimento econômico e social com a nova usina.

Executamos com sucesso a estratégia de comercialização da energia de nossa geração, alcançando os preços máximos para a energia das novas usinas no mercado regulado – venda para distribuidoras através de leilões organizados pela ANEEL, e mantendo nossa posição de liderança no mercado de clientes livres do País.

Em 2006, ligamos mais de 230 mil consumidores em Minas Gerais, sendo 87 mil através do Programa Luz para Todos. Esse Programa, que tem como objetivo a universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica, com foco nos consumidores de baixa renda da área rural, já consumiu recursos no valor de R$1,4 bilhão e tem previsão para conclusão no ano de 2008, quando então teremos atendida pela Empresa praticamente toda a população da área de concessão no Estado de Minas Gerais.

Apesar da redução do nosso lucro líquido de R$1.718 milhões (R$10,6 por lote de mil ações) em 2006 na comparação com aquele obtido em 2005 de R$2.003 milhões, decorrente basicamente de receitas não recorrentes registradas no ano anterior, ocorreu uma melhora significativa dos nossos indicadores financeiros.

Atingimos receitas operacionais brutas superiores a R$13,5 bilhões, um crescimento de 15,9% em comparação com aquelas obtidas em 2005. A nossa geração de caixa, medida pelo Lajida (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), ajustada pelos itens não recorrentes, superou os R$3.302 milhões, um crescimento de 36,6% em relação ao ano anterior.

Os consistentes resultados econômicos e operacionais da Companhia se refletiram na valorização dos investimentos realizados pelos nossos acionistas. Nossas ações ON e PN tiveram uma expressiva valorização de 10,5% e 14,5% no ano, respectivamente.

Estamos propondo aos acionistas um pagamento de dividendos de aproximadamente R$1.382 milhões, ou R$8,53 por mil ações, dos quais R$497 milhões considerados dividendos extraordinários. O retorno dos dividendos somado à valorização das ações representa um retorno total para os acionistas da ordem de 19,5%.

No que se refere à gestão da nossa dívida, apesar do aumento das nossas obrigações com empréstimos e financiamentos, resultante das aquisições mencionadas anteriormente, obtivemos grande sucesso em refinanciá-las a menores custos e com prazos mais longos, reduzindo a exposição cambial e capturando a tendência de baixa da taxa de juros. A solidez de nossa situação econômico-financeira, aliada à adequada estratégia de crescimento, levou à revisão de nossa classificação de risco, com a elevação do nosso *rating*, pela Agência Fitch Ratings, de A- para A+.

Com relação à gestão de riscos e à melhoria dos controles internos, desenvolvemos uma série de ações para assegurarmos a precisão e a qualidade das informações que prestamos aos acionistas e ao público em geral, atendendo ao requisito estabelecido na Lei Sarbanes-Oxley, a qual estamos sujeitos por termos as ações registradas na *Securities and Exchange Commission* – SEC dos EUA. Mais do que atender a Lei, consideramos essa medida uma oportunidade de investirmos na gestão de riscos da Companhia, com a revisão dos controles internos e identificação dos pontos de melhoria, o que reduz ainda mais a exposição da Empresa frente aos diversos riscos empresariais.

Cuidamos também de nosso capital humano, uma vez que estamos conscientes do papel fundamental de nossos empregados na continuidade da expansão de nossas atividades e do aumento da produtividade e da lucratividade. Investimos permanentemente no treinamento e desenvolvimento das pessoas, destacando-se o Programa de Desenvolvimento de Competências, realizado em 2006, que visa a preparação de profissionais para liderar as atuais e futuras transformações da Companhia.

Nosso investimento em treinamento foi superior a R$16 milhões em 2006, com 19.312 participações dos empregados, além dos outros programas de gestão de pessoas, como o de identificação e mapeamento das competências, além de um modelo de gestão do desempenho alinhado ao planejamento estratégico da Companhia.

Como reconhecimento público às boas práticas de gestão de pessoas, fomos classificados pela Revista Exame entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no país.

O comprometimento com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade é uma das condições básicas dos princípios que regem a nossa atuação. Em 2006, investimos mais de R$58 milhões no meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável nas regiões onde atuamos.

A inclusão da CEMIG pela sétima vez consecutiva entre as companhias que compõem o Índice Mundial de Sustentabilidade Dow Jones, como única empresa do Setor Elétrico Brasileiro, representa o reconhecimento do esforço da administração em atender aos interesses de longo prazo de nossos acionistas e empregados e da sociedade onde estamos presentes.

As nossas ações durante o ano de 2006 reafirmam nossa confiança no futuro, em nossa capacidade de continuar crescendo de forma sustentável, preservando os fundamentos que fizeram da CEMIG uma das melhores concessionárias de eletricidade da América Latina, com geração contínua de valor para os nossos acionistas e para a sociedade.

Finalizando, agradecemos aos acionistas pela confiança em nosso trabalho, e de forma especial ao nosso acionista majoritário, o Estado de Minas Gerais, representado pelo Governador Aécio Neves. Agradecemos ainda aos nossos empregados pelo comprometimento e dedicação, aos nossos clientes, mais de 10 milhões em todo o país, aos nossos parceiros em geral, reiterando o compromisso de atender aos interesses de longo prazo de nossos acionistas e aos anseios da comunidade que servimos.

CENÁRIO ECONÔMICO

Em 2006, o crescimento econômico brasileiro foi de 2,9%, inferior às expectativas do começo do ano que apontavam para um aumento do PIB de 3,5%. Como comparação, o crescimento médio da economia mundial no mesmo ano foi de 5,1%. Apesar do baixo desempenho da economia brasileira, o consumo de energia elétrica cresceu 3,8% no País em 2006 na comparação com o ano anterior.

A inflação medida pelo IPCA foi de 3,1%, bastante abaixo da meta oficial de inflação de 4,5% estabelecida pelo Banco Central. Aproveitando a credibilidade conquistada nos últimos anos, o Banco Central manteve uma política monetária restritiva, com juros elevados e aquisições de Dólar, visando evitar uma valorização excessiva do Real, que teve também como conseqüência o crescimento das reservas internacionais, quase R$80 bilhões no final de 2006.

No entanto, o câmbio valorizado não reduziu o saldo da balança comercial em 2006, que fechou o ano com um superávit recorde de aproximadamente US$45 bilhões, fruto da forte expansão do comércio internacional.

A combinação do superávit da balança comercial, com o aumento das reservas internacionais e o saldo positivo em conta corrente indicam redução na vulnerabilidade da economia brasileira, refletindo na queda do risco-país, medido pelo Banco JP Morgan Chase, que atingiu 193 pontos no final de 2006 e também no fluxo positivo de investimentos estrangeiros no País, cerca de R$16 bilhões no ano.

A manutenção do ajuste fiscal apresenta-se como desafio para o futuro através da contenção dos gastos públicos, de forma a gerar superávits primários que garantam a redução da relação entre dívida pública líquida e o PIB, fator primordial para que o Brasil alcance o Grau de Investimento, índice medido pelas agências internacionais de rating.

Adicionalmente, investimentos em infra-estrutura e mudanças no ambiente de negócios que estimulem os investimentos contribuirão para o crescimento do País, de forma sustentada, em índices maiores aos verificados, aproveitando todo o potencial da economia brasileira.

AMBIENTE REGULATÓRIO - LEILÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

A CEMIG, como concessionária de serviço público de energia elétrica, está sujeita à regulamentação estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O marco regulador, implantado em 2003, compreende os três segmentos dorsais do setor elétrico, a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com regulamentações específicas para cada um.

Destaca-se o início da revisão da receita de transmissão concedida aos nossos ativos constituídos em período anterior à 1997. Essa revisão tem a sua conclusão prevista para 2007 e a Companhia tem uma expectativa positiva, com um possível aumento em sua receita.

Também, a ANEEL iniciou o processo de reavaliação da metodologia a ser empregada na próxima revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica, tendo patrocinado diversas audiências públicas nas quais foram tratados os critérios a serem utilizados no processo.

Conforme estabelecido pela regulamentação, leilões de capacidade de geração de energia foram promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e operacionalizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ao longo do ano de 2006. A Companhia participou dos dois leilões de capacidade nova de geração de energia, denominados A-3 e A-5.

No leilão A-3, cujo início de suprimento é janeiro de 2009, a Cemig Geração e Transmissão negociou 355 MW médios, referentes à quase totalidade de sua capacidade de geração de energia de fonte hidráulica a um preço médio de R$125,48/MWh, em contratos com duração de 30 anos. Nesse mesmo leilão, a Cemig Distribuição comprou 98 MW médios a um preço médio de R$128,12/MWh, em contratos com prazos de 15 anos (fonte térmica) e 30 anos (fonte hidráulica).

No leilão A-5, cujo início de suprimento é janeiro de 2011, a Cemig Geração não negociou nenhuma capacidade de geração e tampouco arrematou novas usinas, cujas concessões foram licitadas. Entretanto, a Cemig Distribuição comprou 48 MW médios a um preço médio de R$128,90/MWh, em contratos com prazos de 15 anos (fonte térmica) e 30 anos (fonte hidráulica).

Para os leilões de capacidade nova de geração, programados para 2007, a Cemig Geração e Transmissão terá disponibilidade de vender até 43 MW médios, através de contratos com início de fornecimento em 2010 ou 2012 e com prazo de 30 anos.

Para melhor visualização das negociações no ambiente regulatório, veja tabela abaixo:

Energia negociada em 2006

	CEMIG - D Compra		CEMIG - GT Venda
	Leilões ocorridos em 2006		
	A-5	A-3	A-3
Volume negociado (MWh)	48	98	355
Prazo do Contrato (anos) – Fonte Térmica	15	15	-
Prazo do Contrato (anos) – Fonte Hidráulica	30	30	30
Preço (R$/MWh)	128,90	128,12	125,48
Início de fornecimento	2011	2009	2009

Com relação às operações da Cemig Geração e Transmissão na CCEE, a Empresa fechou o ano com aproximadamente 5,0% de sua energia não vinculada a contratos e vendida na CCEE em 2006 pelo preço médio de R$67,31/MWh.

Com relação às operações da Cemig Distribuição na CCEE, a Companhia fechou o ano com aproximadamente 2,7% de sobras de energia em relação à demanda. Essas sobras também foram vendidas na CCEE pelo mesmo preço médio mencionado no parágrafo anterior.

NOSSOS NEGÓCIOS

A CEMIG tem uma atuação expressiva no setor elétrico, tendo constituído diversas empresas para o gerenciamento de seus ativos.

Na área de geração, principalmente através da Cemig Geração e Transmissão S.A. e de diversas participações em outras empresas, atingimos uma capacidade de geração de energia elétrica de 6.692 MW, correspondente a uma participação de mercado de 7%, representando o quinto maior parque gerador do país.

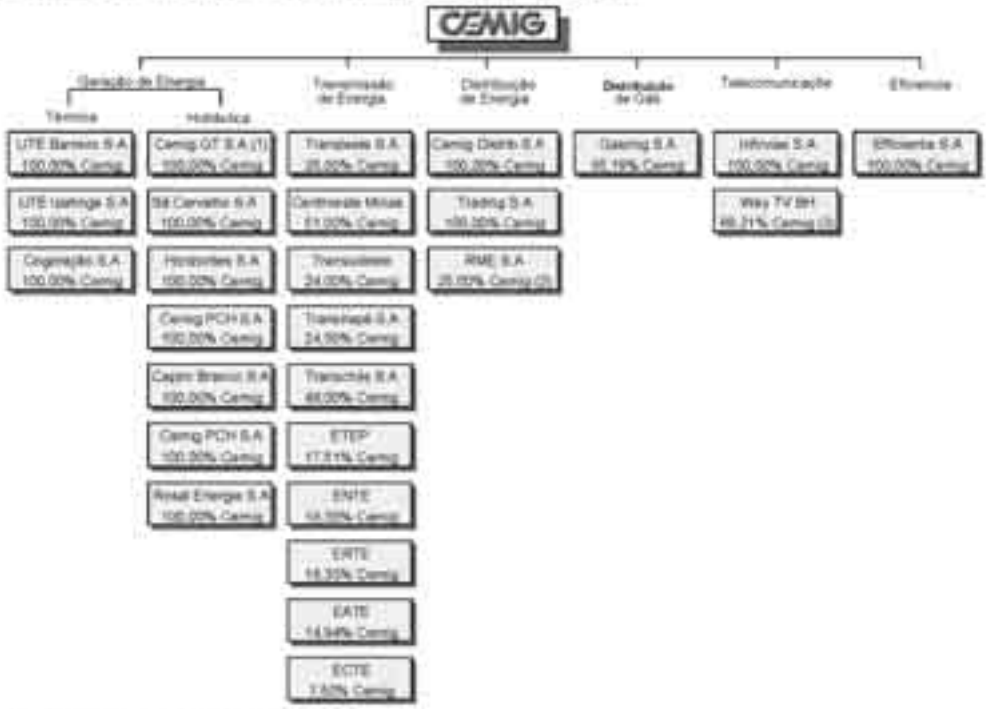
Na área de distribuição de Energia Elétrica, atuamos através da Cemig Distribuição S.A. no Estado de Minas Gerais e da Light S.A. no Estado do Rio de Janeiro.

Atuação Geográfica

Conforme pode ser observado no mapa abaixo, a CEMIG atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste. Observa-se também sua atuação fora do País com a LT Charrúa – Nueva Temuco, no Chile, com previsão de início de operação em janeiro de 2008.

Estrutura Societária

A estrutura da CEMIG após a desverticalização é conforme segue:



(1) Possui também atividades de transmissão de energia elétrica
(2) A Rio Minas Energia detém uma participação de 75,00% no capital da Light S.A.
(3) Refere-se ao percentual de participação da CEMIG através de sua controlada Empresa de Infovias S.A.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa por meio de um equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos. Dessa forma, procuramos sempre aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, colaboradores, fornecedores e todos os que estão envolvidos com as nossas atividades, além de atuar com responsabilidade na interação com a sociedade e com o meio ambiente.

Temos duas classes de ações que possuem direitos diferenciados: a ação ordinária nominativa, ON (tem o direito de voto e possui todos os direitos outorgados pela lei 6404/76, incluindo a eleição de conselheiros de administração) e a ação preferencial nominativa, PN (tem preferência no recebimento de dividendos e pode eleger um membro do Conselho de Administração). Essas ações são comercializadas na Bolsa de São Paulo e seu desempenho é divulgado na seção "Mercado de Capitais".

Em 2001, aderimos ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, garantindo aos nossos acionistas melhores práticas de relacionamento com os investidores. Ademais, por ter *American Depositary Receipts* (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN, nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE. Adicionalmente, as nossas ações preferenciais estão cotadas, desde 2002, na LATIBEX, segmento da Bolsa de Madri, dedicado a empresas latino-americanas.

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros, indicados pelos acionistas. Todos os conselheiros têm mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos após o término do mandato. Para aumentar a eficiência de sua atuação, o Conselho constituiu 5 (cinco) comitês que atuam de forma mais específica nas questões relacionadas a Estratégia, Governança, Finanças, Auditoria e Riscos e Recursos Humanos. Em 2006, foram realizadas 31 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 (cinco) membros, indicados pelos acionistas e que atendem aos requisitos de independência conforme práticas internacionais. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao *Securities Act* e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2006 foram realizadas 11 reuniões do Conselho Fiscal.

Além disso, uma estrutura de comitês composta de executivos de diversas áreas, garante a tomada de decisões estratégicas a partir do suporte de critérios técnicos.

A recente implementação do processo de gerenciamento de riscos e a constituição de um Comitê de Gerenciamento do Risco Corporativo têm o objetivo de reduzir o risco de nosso negócio, diminuindo assim nosso custo de capital.

Anualmente, realizamos nosso encontro com analistas do mercado de capitais e com investidores para divulgar informações sobre a situação econômico-financeira, projetos e perspectivas, além de realizarmos diversas reuniões com as associações regionais de analistas.

O nosso Estatuto foi modificado para incluir as metas do Plano Diretor e da nova política de dividendos, conforme abaixo:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a 2 (duas) vezes o Lajida;
- relação consolidada de endividamento medida por "dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)", limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do Lajida;
- o montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA (excepcionalmente para 2006 e 2007 de 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente);
- investir somente em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manter as despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida;
- relação consolidada de endividamento medida por "dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)", limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do Lajida;

Acordo de acionistas

O acordo de acionistas assinado em 1997 entre o governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Ltda. – SEB, encontra-se anulado judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na justiça federal.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Nossa Empresa é regida por um Plano Diretor que abrange o planejamento estratégico de longo prazo, os fundamentos, metas, objetivos e resultados a serem perseguidos pela Companhia, e sua política de dividendos, sendo revisado anualmente pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração.

O Plano Diretor nos coloca ante o desafio de nos tornarmos uma empresa cada vez mais competitiva em cada um dos mercados onde atuarmos. Sua abrangência alcança todos os planos, projeções, atividades, estratégias, investimentos e despesas da Companhia, de suas controladas e dos consórcios dos quais participa, direta ou indiretamente, incluindo o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual. Ele foi desenhado a partir da análise das oportunidades de mercado e das condições específicas da CEMIG.

O planejamento estratégico da CEMIG se desenvolve sob duas grandes diretrizes do acionista controlador: crescer e agregar valor. Esses pilares orientaram a elaboração do Plano Diretor 2005/2035, que estabelece as bases para os ciclos de planejamento estratégico. Podemos destacar, dentre outros, dois fundamentos essenciais do Plano Diretor para a formulação da estratégia corporativa: expansão até os limites regulatórios, com crescimento sustentável – segurança e agregação valor – e revisão do Plano Diretor anualmente, no ciclo do planejamento estratégico.

Assim, a visão de futuro da CEMIG contempla um grande crescimento, em todos os negócios, através de construção e aquisição.

É esperado um movimento de fusões e aquisições no qual a CEMIG pretende atuar fortemente, de forma a se tornar um *player* ainda mais importante no Setor Elétrico Brasileiro. Para tanto, deve buscar oportunidades de aquisição de ativos existentes e aumento da competitividade nos leilões da expansão de geração e de transmissão nos quais participa. Recentemente, foram adquiridas parcelas importantes de empresas como a distribuidora Light e a TBE, que possui linhas de transmissão em diversos estados do país. Essas aquisições já fazem parte desse esforço de crescer com agregação de valor.

Outros passos importantes já estão sendo dados. Um deles é o aprimoramento da gestão da estratégia corporativa, com a utilização do *Balanced Scovecard* – BSC. Essa ferramenta ajudará a CEMIG a se tornar uma organização focada na estratégia. O BSC é um sistema de gestão, derivado da visão e do direcionamento estratégico, que reflete os fatores críticos para o sucesso corporativo e de cada negócio. Ao relacionar objetivos, iniciativas, indicadores e metas com a estratégia da Empresa, o BSC garante o alinhamento das ações das diferentes áreas organizacionais em torno do entendimento comum dos objetivos estratégicos e das metas a atingir, permitindo, desta forma, avaliar e atualizar a própria estratégia.

Na CEMIG, o processo de implantação desta ferramenta focou fortemente a tradução da estratégia corporativa em termos operacionais, tendo sido atualizados e validados os mapas estratégicos dos negócios.

Os indicadores de desempenho selecionados vão monitorar a geração de caixa para sustentar os investimentos e a política de dividendos, a criação de valor econômico, a participação no mercado e a eficiência dos processos que sustentam os negócios.

Todos esses esforços objetivam tornar a CEMIG ainda maior, dentre as empresas nacionais do setor elétrico. Assim, para a Companhia, crescer torna-se um desafio e, além disso, uma condição de sobrevivência em um mercado que tende a reduzir o número de empresas do setor.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

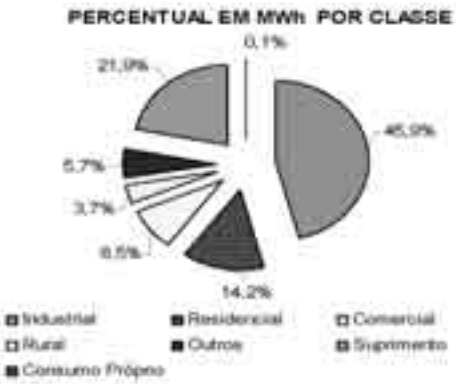
No volume de vendas de energia, a CEMIG apresenta aumentos crescentes conforme tabela abaixo.

Venda de Energia - GWh

Classe	2002	2003	2004	2005	2006	Var.% 2006/2005
Industrial	21.906	21.715	23.071	23.472	23.973	2,1
Residencial	6.360	6.529	6.526	6.590	7.430	12,7
Comercial	3.283	3.402	3.537	3.754	4.439	18,2
Rural	1.705	1.783	1.846	1.941	1.942	0,1
Outros	2.330	2.478	2.499	2.573	2.970	15,4
Total Vendido a Consumidores Finais	35.584	35.907	37.479	38.330	40.754	6,3
Suprimento	313	621	364	1.255	11.472	814,1
Consumo próprio	50	55	54	29	37	27,6
Total	**35.947**	**36.583**	**37.897**	**39.614**	**52.263**	**31,9**

A aquisição de 19,85% do capital da Light S.A. através da Rio Minas Energia S.A. contribuiu para o crescimento das vendas em 2006, representando um acréscimo de 3.770 MWh, correspondente à proporção da participação acionária adquirida.

As classes comercial e residencial apresentaram a maior variação positiva em relação às demais, com crescimentos de 18,2% e 12,7%, respectivamente. O crescimento nas respectivas classes deve-se à participação na Light que contribuiu com 783 MWh na classe residencial e 588 MWh na classe comercial. Somadas, as duas classes correspondem a 36,4% dos 3.770 MWh fornecidos pela Light.



Reajustes tarifários

Tarifa de distribuição

O reajuste das tarifas da Cemig Distribuição foi homologado pela Resolução da ANEEL nº 310 de 6 de abril de 2006, e detalhado pela Nota Técnica nº 127/2006.

O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente os subsídios cruzados existentes entre os grupos de consumidores. O impacto médio do reajuste nas contas de energia foi de 7,05%, sendo que o efeito na fatura dos consumidores de baixa tensão foi de 5,14% enquanto nas tarifas dos consumidores de alta tensão foi de 10,32%.

Receita da Transmissão

Em 27 de junho de 2006, data do reajuste anual das receitas permitidas das concessionárias de transmissão, a ANEEL publicou os valores reajustados através da Resolução Homologatória nº 355, para vigorarem a partir de primeiro de julho de 2006 até 30 de junho de 2007.

A receita anual da Transmissora sofreu um ajuste negativo de 10,49%, resultante da aplicação do IGP-M acumulado até maio, no valor de – 0,33%, e da compensação de valores repassados a maior em períodos anteriores referentes ao reajuste da alíquota do PASEP-COFINS. Com base na nova interpretação da ANEEL, as alíquotas dos impostos mencionados a incidir sobre os contratos das transmissoras deveriam ser aquelas praticadas antes do aumento pelo Governo Federal (PASEP – 0,65% e COFINS – 3,00%), o que implicou na devolução de valores incluídos a maior na tarifa em período anterior.

Proteção da Receita - Gestão das Perdas

Os últimos anos têm sido marcados pelo aumento nas perdas comerciais, motivado principalmente pelas regras impostas pelo racionamento de energia elétrica em 2001 e pela situação econômica do País, com reflexo no poder aquisitivo dos clientes da Empresa.

Atualmente, a perda comercial da Empresa encontra-se em 0,9% do montante de energia ingressada no sistema de distribuição, enquanto a média nacional em 2005 ficou em torno de 6%. Os resultados de identificação e recuperação de perdas comerciais totalizaram 132,5 GWh, representando um aumento de 439% no período de 2000 a 2005.

No período de janeiro a dezembro de 2006, foram recuperados cerca de R$90 milhões (crescimento de 10% em relação a 2005 ou 120% em relação a 2004), além de, aproximadamente, R$110 milhões decorrentes da perda evitada ou incremento de consumo das unidades consumidoras regularizadas.

Neste ano, visando melhorar a capacidade de reação da Companhia ao aumento da prática de irregularidades, foram implementadas várias ações, dentre as quais destacamos:

- melhorias no sistema de Gestão de Ordens de Inspeção via Web (WGOI), buscando maior eficiência na identificação de unidades com irregularidade;
- implantação de sistema corporativo para controle de selos e medidores disponibilizados, buscando garantir a rastreabilidade desses dispositivos e equipamentos;
- elaboração e aprovação do Projeto de Agregação de Valor (PAV) para Proteção da Receita, o qual demonstrou a viabilidade econômica das ações de combate às perdas e inadimplência, propiciando maior aporte de recursos nessas atividades, com a conseqüente agregação de receita;
- elaboração do Plano de Proteção da Receita com foco na medição, agregando em um grande projeto, tecnologias e ações para blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte e aplicação de tecnologias complementares para os demais consumidores.

Qualidade no fornecimento

Os gráficos a seguir apresentam a evolução histórica dos indicadores de qualidade da Cemig Distribuição, em conformidade aos índices requeridos pela ANEEL.

Em relação aos valores apurados para esses índices, cerca de 25% do DEC e 12% do FEC se referem aos desligamentos programados realizados para melhorias na rede elétrica. Esses desligamentos são precedidos de avisos aos consumidores e, portanto, reduzem o impacto do corte temporário de energia.

Política de atendimento

A CEMIG implementa, de forma contínua, ações de melhorias na estrutura de atendimento aos seus clientes, objetivando estabelecer canais de comunicação mais eficientes e agilidade no atendimento. Dentre as várias ações no ano de 2006, destacamos:

- Reestruturação e Modernização das Agências de Atendimento: Estamos em processo de adequação das 127 Agências de Atendimento a uma nova filosofia de relacionamento, com aplicação das áreas de auto-atendimento e instalação de linhas telefônicas com acesso direto à Central de Atendimento "Fale com a Cemig"
- Cemig Postal: Implementação e Manutenção do Cemig Postal, um canal desenvolvido para os nossos clientes no qual são utilizados formulários com postagem "pré-paga", disponíveis gratuitamente em locais sinalizados nos agentes Cemig Fácil.
- Projeto Agência Móvel: Como projeto piloto implantado no primeiro semestre de 2005, no sul de Minas Gerais, permitiu estender o atendimento ao público, através de um trailer equipado. Em 2006 foram percorridos mais de 100 municípios onde a Empresa não tem estrutura de representatividade.

- PAS - Posto de Atendimento Simplificado: Numa parceria com as Prefeituras Municipais, foi possível a criação de mais este canal de relacionamento com os clientes, em municípios que não possuem Agência de Atendimento. O atendimento é feito por um funcionário da prefeitura, devidamente treinado por agentes da CEMIG. Atualmente já estão em funcionamento 30 postos.

- Agência Virtual: Com a primeira etapa do projeto concluída em dezembro de 2006, a Agência Virtual, disponibiliza para os clientes mais conforto e comodidade. Destacamos no nosso site, a acessibilidade para deficientes visuais e o atendimento personalizado para as imobiliárias que demandam um grande volume de serviços. O site visa aumentar a produtividade dos processos comerciais, minimizando os custos e melhorando a agilidade dos resultados.

- Fale com a Cemig: Hoje, o "Fale com a Cemig" está estruturado com 357 posições de atendimento para atender aos nossos clientes 24 horas por dia, via telefone, portal da Cemig e e-mail, permitindo maior eficiência nos serviços e garantindo comodidade e conforto aos clientes, que solicitam os serviços sem sair de casa. A capacidade de atendimento é superior a 60.000 chamadas/dia, tendo ultrapassado, em dias atípicos, o volume de 82.000 chamadas/dia.

- Criação do Canal Direto Procon, que disponibiliza um 0800 específico para atendimento aos Procon's estadual e municipais, com equipe capacitada e exclusiva para esses atendimentos.

- Em implantação os projetos de Tele-medição de 750 grandes consumidores industriais do Grupo A4 e Automação da Medição de Unidades Consumidoras de Baixa Tensão de São João Del Rei que permitem a simplificação do faturamento, o acompanhamento da medição, o monitoramento remoto da curva de carga do cliente e a redução de custo no processo de leitura, agilizando o atendimento aos consumidores.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Lucro Líquido

A CEMIG apresentou, no exercício de 2006, um lucro líquido de R$1.719 milhões, em comparação ao lucro líquido de R$2.003 milhões no exercício de 2005, representando uma redução de 14,2%. Apesar da redução no lucro, deve ser ressaltado que no exercício anterior foi registrada uma receita extraordinária, no montante de R$591 milhões referente ao reajuste tarifário diferido. Sem a inclusão dessa receita extraordinária, pode-se concluir que ocorreu uma melhoria na lucratividade da Companhia.

Conforme apresentado na tabela abaixo, a maior contribuição para o resultado da CEMIG é proveniente da Cemig Geração e Transmissão e da Cemig Distribuição:

	2006	%	2005	%
CEMIG - Controladora	124	7,2	453	22,6
Cemig Distribuição S.A.	770	44,8	990	49,4
Cemig Geração e Transmissão S.A.	614	35,7	468	23,4
Gasmig	44	2,6	29	1,4
Rio Minas Energia	35	2,0	-	-
Outras	132	7,7	63	3,2
Lucro Líquido Consolidado	**1.719**	**100,0**	**2.003**	**100,0**

Receitas operacionais

RECEITAS OPERACIONAIS – R$ milhões			
	2006	2005	Var. %
Fornecimento Bruto de Energia elétrica	11.135	9.156	21,6
Consumidores finais	10.226	8.919	14,7
Suprimento a outras concessionárias	709	114	521,9
Transações com energia na CCEE	200	123	62,6
Reajuste Tarifário Diferido	-	591	-
Receitas de uso da rede	1.928	1.523	26,6
Outras	507	433	17,1
	13.570	**11.703**	**16,0**

Consumidores finais

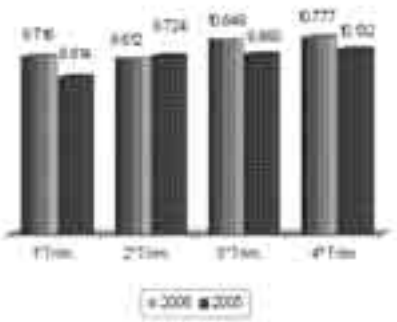
Os principais impactos na receita de 2006 decorreram dos seguintes fatores:

- Aumento de 6,6% na tarifa média, de R$229,14 (em 2005) para R$244,30 (em 2006) em função dos reajustes nas tarifas da Cemig Distribuição em 8 de abril de 2005 (efeito integral no resultado do exercício de 2006) e 8 de abril de 2006.
- Aumento de 6,3% no volume de energia faturada a consumidores finais, cujos comentários sobre as variações estão descritos no item de comercialização de energia elétrica.

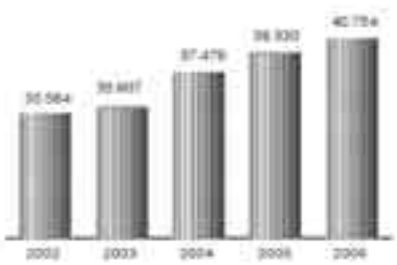
As variações trimestrais e anuais no fornecimento podem ser observadas nos gráficos a seguir:

GWh faturados - consumidores finais

Variação Trimestral



Variação anual



Mais comentários sobre o fornecimento de energia elétrica e reajuste tarifário podem ser obtidos no item "Comercialização de energia elétrica".

Suprimento a outras concessionárias

O volume de energia vendida a outras concessionárias foi de 11.472 GWh no exercício de 2006 comparados a 1.255 GWh no exercício de 2005, correspondentes a R$709 milhões e R$114 milhões, respectivamente. Esse aumento expressivo decorre basicamente da venda da energia da Cemig Geração e Transmissão para outras distribuidoras em 2006, conseqüência do leilão de energia ocorrido no ano anterior. Em 2005, uma parcela substancial da venda de energia da Cemig Geração e Transmissão foi para a Cemig Distribuição e, dessa forma, foram eliminadas como operações entre companhias na apresentação da demonstração de resultado consolidada da CEMIG.

Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da Cemig Distribuição, implicando em um direito de recomposição nas tarifas de 44,4%.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,5%. Para compensar a CEMIG pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL está incluindo um percentual adicional nos reajustes tarifários de 2004 a 2007.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig Distribuição tinha direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores de 2003 a 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório, no montante de R$591 milhões, em contrapartida ao resultado do exercício de 2005.

Receita de uso da rede

A receita de uso da rede apresentou um crescimento de 26,6% correspondente a R$405 milhões (R$1.928 milhões em 2006 comparados a R$1.523 milhões em 2005).

Este crescimento decorreu basicamente da maior utilização pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do Sistema Interligado Brasileiro, das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG em 2006. Os valores são definidos através de Resolução ANEEL sendo R$409 milhões em 2006 comparados a R$313 milhões em 2005.

Compõe ainda o saldo desta rubrica a receita de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") da Cemig Distribuição e da Light, no montante de R$1.258 milhões (R$1.201 milhões em 2005), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes do setor elétrico, especialmente a Cemig Geração e Transmissão.

Custos e despesas operacionais

	2006	2005	Var.%
Custos não Controláveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.113	1.455	45,2
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	139	145	(4,1)
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	554	416	33,2
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	802	641	25,1
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	334	296	12,8
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	188	211	(10,9)
	4.130	**3.164**	**30,5**
Custos Controláveis			
Pessoal	1.088	846	28,6
Obrigações Pós-emprego	170	153	11,1
Materiais	82	95	(13,7)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	37	1	3.600,0
Serviços de Terceiros	504	423	19,2
Provisões Operacionais	52	127	(59,1)
Gás comprado para revenda	158	156	1,3
Participações dos Empregados	210	260	(19,1)
Depreciação e Amortização	672	595	12,9
Outras Despesas Líquidas	239	212	12,7
	3.212	**2.868**	**12,0**
	7.342	**6.032**	**22,0**

Custos não controláveis

Os valores dos custos e despesas não controláveis registrados no resultado referem-se aos valores que foram efetivamente utilizados na composição do cálculo da tarifa a ser aplicada.

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (incluídos na parcela "A" do reajuste tarifário) que foram incluídos no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente ocorridos são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes por meio de um mecanismo denominado CVA - Compensação da variação dos itens da Parcela "A".

Essas diferenças são registradas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas, caso a Companhia tenha desembolsado valores a maior do que havia sido considerado na tarifa, ou como obrigações no Passivo Circulante e Não Circulante, em caso contrário.

Conforme mencionado no parágrafo anterior, segue abaixo a tabela com os valores de CVA que foram incluídos e excluídos do resultado de 2006.

	Despesa operacional sem os efeitos da CVA	Valores de CVA incluídos no resultado do período	Valores de CVA excluídos do resultado do período	Despesa efetiva reconhecida no resultado de 2006
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.015	140	(42)	2.113
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	127	12	-	139
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	586	(12)	(20)	554
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	680	7	115	802
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	331	10	(7)	334
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	194	10	(16)	188
Total	**3.933**	**167**	**30**	**4.130**

Energia Elétrica Comprada para Revenda

Parcela representativa da energia adquirida para revenda é advinda da usina de Itaipu e também em função do leilão da energia existente, ocorrido em 2005. Deve ser ressaltado que no ano anterior uma parcela substancial da energia comprada para revenda pela Cemig Distribuição foi oriunda da Cemig Geração e Transmissão e, desta forma, foram eliminadas as operações entre as Companhias na apresentação da demonstração de resultado consolidada da CEMIG. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica conforme Resolução da ANEEL.

Encargos de Uso da Rede Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações e componentes da rede básica conforme Resolução pela ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Em função de uma nova interpretação da ANEEL com relação aos critérios de constituição da CVA referente aos encargos de uso da rede de transmissão integrantes da rede básica, a CEMIG reverteu no 1º trimestre de 2006, parcela da CVA constituída em 2005, no montante de R$93 milhões, o que contribuiu para aumentar o valor da despesa em 2006.

Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,0% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados à receita de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Esse atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento à instrução da ANEEL, a CEMIG reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005 os gastos a serem realizados e para os quais já havia recebido a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R$107 milhões, o que justificou a variação na despesa na comparação entre os dois exercícios em análise.

Deve ser ressaltado que a Companhia registrou, também em 2006, um valor adicional, no montante de R$85 milhões, referente a valores de anos anteriores que foram aplicados no Imobilizado e que por determinação da ANEEL, deveriam, da mesma forma, serem registrados no Resultado.

Custos controláveis

Despesa com Pessoal

A variação na despesa com pessoal foi decorrente dos seguintes fatores:

- provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, feita em junho de 2006, no montante de R$178 milhões ;
- reajuste salarial da CEMIG e suas Controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição de 7,6% em novembro de 2005 (efeito integral em 2006) e 4,00% em novembro de 2006;
- aumento do número de empregados da CEMIG e suas Controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, de 10.271 em dezembro de 2005 para 10.658 em dezembro de 2006, representando um aumento de 3,8%.
- Maior transferência para o ativo Imobilizado de custos com pessoal em função das obras do Programa Luz para Todos (R$162 milhões no exercício de 2006 comparados a R$116 milhões em 2005);

Vide composição da despesa com pessoal na Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Obrigações Pós-emprego

A despesa com obrigações pós-emprego teve um crescimento em função dos custos com a implementação do plano odontológico pela Companhia no exercício de 2006, o que gerou uma despesa adicional de R$10 milhões.

Provisões Operacionais

A redução nas provisões operacionais deve-se principalmente à reversão de R$79 milhões referentes a contingências trabalhistas em função de revisão em cada uma das ações trabalhistas em aberto contra a Companhia. A maior provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2006 decorre principalmente de valores a receber de consumidores industriais que questionam a incidência de determinados encargos regulatórios sobre as contas de energia elétrica.

Vide mais informações na Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

LAJIDA

Em função das variações mencionadas anteriormente, segue o Lajida, ajustado pelos itens não recorrentes.

	2006	2005	Var. %
Lucro Líquido	1.719	2.003	(14,2)
+ Provisão IR e C.Social Correntes e Diferidos	527	471	11,9
+ Resultado não Operacional	37	52	(28,8)
+ Resultado Financeiro	219	313	(30,1)
- Reversão de Juros s/ Capital Próprio	(169)	(635)	(73,4)
+ Amortização e Depreciação	672	595	12,9
+ - Participação de Minoritários	7	(1)	(800,0)
LAJIDA	**3.012**	**2.798**	**7,7**
Ajustes não recorrentes (*)			
- Reajuste Tarifário Diferido	-	(488)	
+ Custos com eficiência energética de exercícios anteriores	85	107	(20,6)
+ Programa de Indenização do anuênio	178	-	
+ Recomposição da CVA da TUSD	93	-	
- Reversão da provisão da RGR	(66)	-	
LAJIDA AJUSTADO	**3.302**	**2.417**	**36,6**

(*) Os ajustes não recorrentes correspondem à interpretação da Companhia sobre os eventos que julga como extraordinários, não relacionados às operações correntes.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro líquido em 2006 foi uma despesa de R$219 milhões comparada a uma despesa de R$313 milhões em 2005. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Crescimento de R$53 milhões na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica (R$134 milhões no exercício de 2006 em comparação a R$81 milhões no exercício de 2005).

- Receita com atualização monetária e juros incidentes sobre as contas a receber do Estado de Minas Gerais, adicionada pela reversão da provisão para perda, no montante de R$140 milhões no exercício de 2006, comparada a R$500 milhões no exercício de 2005, representando uma redução de 72,0%. A redução decorreu da transferência do saldo da CRC para um Fundo de Direitos Creditórios – FIDC em janeiro de 2006, e portanto, essa receita não mais teve registros no exercício de 2006. Adicionalmente, no exercício anterior, em função da renegociação da dívida, ocorreu uma reversão expressiva na provisão constituída. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

- Receita com atualização monetária do FIDC no montante de R$146 milhões em 2006.

- Receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico em 2006 no montante de R$322 milhões comparados a R$432 milhões no exercício de 2005, representando uma redução de 25,5%. A redução deveu-se principalmente à menor variação em 2006 da SELIC, indexador dos ativos.

- A Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido em 2006 foi de R$199 milhões comparados a R$230 milhões no exercício de 2005, representando uma redução de 13,5%. No exercício anterior foi registrada uma maior receita em função da divulgação do resultado definitivo da revisão tarifária da CEMIG, o que implicou no registro de um ativo regulatório denominado "Reajuste Tarifário Diferido" e na atualização desse ativo de forma retroativa ao ano de 2003. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

- Ganhos líquidos com variações cambiais no exercício de 2006, no montante de R$86 milhões em comparação aos ganhos líquidos de R$146 milhões no exercício de 2005, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A variação decorreu principalmente da redução do saldo devedor em moeda estrangeira em função dos critérios de rolagem da dívida e da variação cambial. O real apresentou uma valorização de 8,7% frente ao dólar norte-americano no exercício de 2006 em comparação a uma valorização de 11,8% no mesmo período de 2005.

- Despesas com encargos de empréstimos e financiamentos no montante de R$868 milhões no exercício de 2006 comparados a R$565 milhões no exercício de 2005, representando um aumento de 53,6%. O aumento decorreu principalmente da variação monetária das quotas seniores do FIDC no montante de R$146 milhões consideradas como dívida na consolidação e dos critérios de rolagem da dívida da Companhia, com a substituição de vários contratos de dívida em moeda estrangeira para moeda nacional, a partir do segundo semestre de 2005.

- Perda líquida com instrumentos financeiros utilizados em operações de hedge, no exercício de 2006, no montante de R$92 milhões, comparada a uma perda líquida de R$161 milhões no exercício de 2005. Esse resultado decorreu principalmente da variação cambial mencionada no item anterior.

- A Companhia registrou, como despesa financeira, a destinação dos juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos do exercício de 2006, no montante de R$169 milhões (R$635 milhões em 2005).

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 30 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no exercício de 2006, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$528 milhões em relação ao lucro de R$2.084 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 25,3%. No exercício de 2005, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$470 milhões em relação ao lucro de R$1.838 milhões , antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 25,6%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O caixa no fim do exercício somava R$1.376 milhões (R$1.344 milhões em 2005), um crescimento de R$32 milhões.

O caixa gerado pelas operações foi de R$2.101 milhões em comparação a R$1.657 milhões em 2005. Este aumento no caixa gerado pelas operações pode ser explicado pelo maior lucro após os ajustes dos itens que não afetam o caixa (R$2.394 milhões em 2006 e R$1.477 milhões em 2005).

As atividades de financiamento representaram uma saída de caixa de R$475 milhões comparada a entrada de caixa de R$147 milhões em 2005. Em 2006 foram pagos dividendos no valor de R$2.072 milhões (R$591 milhões em 2005). Esta expressiva variação foi parcialmente compensada pelo maior volume de recursos, líquidos de amortizações, obtidos através de empréstimos e financiamentos em 2006 (R$1.597 milhões em 2006 e R$738 milhões em 2005).

No que se refere aos investimentos, a Companhia investiu R$1.720 milhões em 2006 em comparação a R$1.356 milhões em 2005, um acréscimo de 26,8%. Esse resultado deve-se principalmente ao maior volume de recursos investidos na atividade de Distribuição, com o lançamento do Programa Luz para Todos. Maiores informações sobre os investimentos serão descritas a seguir.

INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a CEMIG vem desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, objetivando sempre o aumento na rentabilidade da Companhia e fortalecimento de sua posição no mercado.

Foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano qüinqüenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

Os principais investimentos da CEMIG foram como segue:

	2006	2005	Var. %
Geração			
- Usina de Aimorés	20	58	(65,5)
- Usina de Irapé	63	335	(81,2)
- Outros empreendimentos de geração	123	32	284,4
Total da Geração	**206**	**425**	**(51,5)**
Distribuição	1.130	845	33,7
Transmissão	359	45	697,8
Gás	-	17	-
Telecomunicações	25	21	19,1
Outros	-	3	-
	1.720	**1.356**	**26,8**

Aquisição de participação na Light

A CEMIG, através da Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME"), constituída em parceria com a Andrade Gutierrez Concessões S.A., a J.L.A. Participações S.A. e o Pactual Energia Participações S.A. com participação de 25% (vinte e cinco por cento) para cada acionista, concluiu em 10 de agosto de 2006 o processo de aquisição da participação societária que a EDFI Internacional S.A. detinha, direta e indiretamente, na Light. Essa participação era correspondente a 79,4% do capital social total da Light, *holding* que controla integralmente, entre outras empresas, a concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A., a qual possui 3,8 milhões de consumidores (6,4% do mercado nacional) em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro e a geradora Light Energia S.A., que detém 852 MW de capacidade instalada em usinas hidrelétricas.

A RME pagou o valor equivalente a US$319.810 mil pela participação da EDFI na Light, sendo apurado um deságio na aquisição, correspondente à diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R$360 milhões (a parcela da CEMIG corresponde a 25,0%).

Aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia

A CEMIG, em parceria com a MDU Brasil Ltda. e a Brascan Brasil Ltda. concluiu em 16 de agosto de 2006 o processo de aquisição das participações societárias que a Schahin Holding S.A. detinha em concessionárias de transmissão de energia elétrica. Em função dessa negociação e com a assinatura de acordo de acionistas, a Companhia passou a participar do controle das empresas transmissoras adquiridas, conforme maiores detalhes descritos abaixo:

Empresa	Participação Cemig %	Valor pago	Ágio Apurado
Empresa Paraense de Transmissão de Energia	17,51	43	28
Empresa Norte de Transmissão de Energia	18,35	70	41
Empresa Regional de Transmissão de Energia	18,35	16	9
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia	14,94	207	157
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia	7,50	13	8
		349	243

Geração

A CEMIG e suas controladas possuem 62 usinas, sendo 57 hidrelétricas, 4 termelétricas e 1 eólica, com uma capacidade instalada total de 6.523 MW.

Os principais empreendimentos com início de operação em 2006 e em construção estão demonstrados abaixo:

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG	Início previsto da operação
Usina de Irapé	360 MW	100,00%	Julho/2006
Usina de Capim Branco I	240 MW	21,05%	fevereiro/2006
Usina de Capim Branco II	210 MW	21,05%	Janeiro/2007
Usina de Baguari	140 MW	34,00%	Outubro/2009
PCH Cachoeirão	20 MW	49,00%	1º sem/2008
PCH Pipoca	27 MW	49,00%	1º sem/2008

Projetos de Reforma e Modernização

A Cemig Geração e Transmissão vem realizando um amplo programa de modernização e revitalização de algumas de suas usinas, com investimentos de aproximadamente R$250 milhões no período de 2002 a 2009.

Estão em andamento três grandes projetos:

- Modernização da Usina de Três Marias com um investimento de R$53 milhões, que prevê a atualização tecnológica de diversos sistemas de controle e reforma de suas unidades geradoras, possibilitando a automação da instalação através da implantação de Sistema de Supervisão e Controle das unidades.

- Modernização das unidades geradoras e a substituição dos transformadores da Usina de Jaguara, com investimento de R$60 milhões, que possibilitará a extensão da vida útil da usina, a garantia da disponibilidade de suas unidades geradoras e o atendimento a demanda de energia requerida no sistema. Em 2006 foram concluídas as reformas dos geradores e as modernizações das unidades 2 e 3.

- Reforma dos 4 geradores e turbinas da Usina de Salto Grande, com investimento da ordem de R$17 milhões.

- A partir de 2007 será iniciado o projeto de modernização e revitalização da UHE de Volta Grande, com investimentos previstos de R$120 milhões.

Programa Minas PCH

O Programa Minas PCH tem como objetivo ampliar o parque gerador da Cemig Geração e Transmissão através da implantação de pequenas centrais hidrelétricas – PCHs no Estado de Minas Gerais, visando desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída, alavancando o desenvolvimento de mercados regionais no Estado.

A implantação e a exploração das PCH's serão feitas por intermédio de sociedades de propósito específico – SPE's, tendo como acionistas empresas autorizadas pela ANEEL, investidores e a Cemig Geração e Transmissão (com participação limitada a 49%). A comercialização da energia será feita através de contrato de venda (PPA), que será firmado entre a SPE e o consumidor.

O Programa foi lançado através de chamada pública em novembro de 2004 e continua aberto para a entrada de novos projetos.

Em novembro de 2006, foi assinado o contrato com a Empresa Luz e Força Santa Maria para construção da PCH Cachoeirão, com capacidade instalada de 27 MW e investimentos previstos de R$100 milhões no rio Manhuaçu. Para a construção do empreendimento, foi criada em janeiro de 2007 a Hidrelétrica Cachoeirão S/A, com participação de 49% da Cemig Geração e Transmissão.

Em 31 de dezembro de 2006 a CEMIG estava com 565,5 MW em negociação, como se segue:

- 6 PCHs cadastradas, com 104 MW de potência instalada;
- 24 PCHs com Acordos de Confidencialidade (Pré-Viabilidade) assinados, com 303,5 MW de potência instalada;
- 3 PCHs com Memorandos de Entendimentos assinados, com 158 MW de potência instalada;

Transmissão

Os principais empreendimentos em andamento são:

- LT Furnas – Pimenta, 345 kV, com 75 km de extensão, a ser implantada pela Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, com participação da CEMIG (51%) e Furnas (49%);

- LT Itutinga – Juiz de Fora, 345 kV, com 140 km de extensão, em implantação pela Companhia Transudeste de Transmissão, com participação da CEMIG (24%), Alusa (41%), Furnas (25%) e Orteng (10%);

- LT Irapé – Araçuaí, 230 kV, com 65 km de extensão, e as subestações – SEs Irapé e Araçuaí, em implantação pela Companhia Transirapé de Transmissão, com participação da CEMIG (24,5%), Alusa (41%), Furnas (24,5%) e Orteng (10%).

- implantação da LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV, circuito duplo, com 190 km de extensão e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile. A CEMIG participa com 49% e a Alusa com 51%. Juntas constituíram a empresa Transchile Charrúa Transmisión S.A. para implantar, operar e manter as instalações objeto da concorrência, com início de operação previsto para janeiro de 2008.

Distribuição

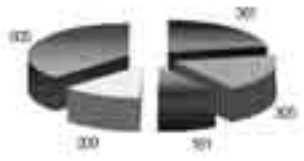
Programa "Luz para Todos" – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

A Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica se tornou obrigatória através de lei Federal que atribuiu à ANEEL a tarefa de estabelecer metas de universalização e do acesso ao serviço público de energia elétrica, nas quais o atendimento de novas ligações, para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 KW atendidas em tensão secundária, deverá ser realizado sem ônus de qualquer espécie para o solicitante.

O Programa instituído pelo Governo Federal em 2003 e denominado "Luz para Todos", objetivou antecipar a meta de completar 100% da eletrificação no país até 2008, sem qualquer ônus para o consumidor.

O Programa foi formatado inicialmente com um orçamento estimado pela CEMIG em R$1.641 milhões, com a construção de 65 mil quilômetros de rede rural para atendimento a 176 mil clientes. Em Minas Gerais, o Programa Luz para Todos, executado pela CEMIG, é o quarto maior do País, considerando o mercado potencial a ser atendido.

Estrutura de Financiamento do Programa - R$ milhões



Governo Federal (RGR, CDE)
Governo Estadual
CEMIG
Financiamento Eletrobrás
Luz no Sol

Do orçamento estimado para o Programa, 22% dos recursos são oriundos de repasse da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Governo Federal), 18,6% de financiamento da Eletrobrás (a ser pago pela CEMIG), 9,8% de benefícios fiscais de ICMS (Governo Estadual) e 49,6% de recursos próprios da CEMIG.

Objetivando o cumprimento da meta e do cronograma estabelecidos para conclusão do Programa Luz para Todos, em junho de 2005 a CEMIG assinou contratos com empreiteiras com experiência em integração de grandes empreendimentos, para ligação de cerca de 140 mil clientes rurais do mercado potencial identificado em sua área de concessão, em regime de empreitada parcial.

Em função do aumento contínuo do Mercado Potencial para atendimento em todo o Estado, devido à ocorrência de desmembramentos de propriedades, construção de novas residências e ao próprio crescimento vegetativo, a execução do Programa prosseguirá no biênio 2007-2008. O mercado potencial estimado em 2006 já alcançou o número de 270 mil propriedades rurais.

Até o final de 2006, 113 municípios já estavam com suas obras concluídas, de acordo com o Mercado Potencial inicialmente levantado, e outros 446 municípios estavam com as obras em andamento. Foram ligadas aproximadamente 87 mil propriedades rurais em 2006.

Programa Campos de Luz

Com um custo orçado de R$18 milhões, este Programa tem por objetivo incentivar a prática de esportes com a iluminação de campos de futebol, por meio de um convênio entre a CEMIG e o Governo do Estado de Minas Gerais. Com a iluminação dos campos de futebol, permitindo a prática de esportes à noite, a violência e a criminalidade nas áreas circunvizinhas estão tendo uma acentuada redução. De acordo com o Instituto de Pesquisa Olhar, 92% dos moradores entrevistados aprovaram a iluminação do campo em sua comunidade. Até o final de 2006, 457 campos foram iluminados sendo 301 só no exercício de 2006.

Projetos de Melhoria da Iluminação Pública - Reluz

O objetivo principal deste programa é modernizar os sistemas de iluminação pública com a introdução de tecnologia mais eficiente, visando a redução do consumo de energia elétrica no horário de ponta do sistema elétrico, com diminuição dos gastos com operação e manutenção e aumento da segurança nas vias públicas.

Em 2006 foram modernizados cerca de 150 mil pontos de iluminação pública, principalmente em Belo Horizonte, com investimentos de R$35 milhões, levando a uma redução anual de 21.000 MWh no consumo de energia e de cerca de R$3 milhões na fatura anual de energia das prefeituras municipais.

Foi também negociado o projeto de iluminação na rodovia MG-010, que é o principal acesso de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins. Já foram implantados cerca de 8,77 km de extensão de rede de distribuição subterrânea, para alimentação do sistema de iluminação pública nos 22,54 km de rodovia entre Belo Horizonte e o aeroporto. Esse projeto complementou a expansão da iluminação pública nesse importante corredor de tráfego da cidade com a utilização de tecnologia mais eficiente, atendendo aos trechos ainda não iluminados, totalizando cerca de 13,76 km de expansão de rede, com um custo total de R$2 milhões.

Programa Cresce Minas

Como resultado da realização do diagnóstico do sistema elétrico de distribuição para atendimento às exigências do mercado e dos órgãos reguladores, foi constituído um programa de obras, denominado Cresce Minas. Este programa deverá ser executado em três anos a partir de 2006, no valor global de R$759 milhões, visando:

- a recuperação das condições do sistema elétrico para o atendimento ao mercado de Minas Gerais frente à retomada do crescimento;
- a expansão da irrigação e dos agronegócios;
- o restabelecimento das condições operativas do sistema da Transmissão e Distribuição; e,
- a manutenção dos níveis de qualidade de serviço dentro dos parâmetros regulados.

Este conjunto de obras beneficiará aproximadamente 340 municípios (41% do total), uma população aproximada de 4,1 milhões e cerca de 1,1 milhão de consumidores em todo o estado.

Gás Natural

A indústria do gás natural no Brasil bateu recordes de consumo em 2006 em que pese toda a série de revezes ocorridos ao longo do ano. No quadro regulatório pouco evoluíram as discussões sobre a Lei do Gás. Os custos do barril de petróleo acenaram com novas perspectivas de elevação dos preços de suprimento. Adicionalmente, vivenciaram-se possibilidades de restrição no fornecimento devido às fortes tempestades na área de passagem do gasoduto entre Brasil e Bolívia - Gasbol e por motivos até então inusitados como as práticas de expropriação sobre os ativos da Petrobras adotadas pelo governo boliviano.

A expansão da rede da GASMIG permitiu a ampliação da distribuição do gás natural aos clientes que, ao final de 2006 somaram 261 sendo 162 empresas, 83 postos de gás natural veicular e 2 usinas termelétricas, além de 6 bases de distribuição de Gás Natural Comprimido – GNC, além de 8 clientes consumindo Gás Natural Liquefeito - GNL. O número de clientes atendidos pela GASMIG apresentou um crescimento de 11,1 % em relação a 2005. O total do volume de vendas cresceu em 4,2% influenciado pelo segmento termelétrico. No entanto, considerando-se apenas o mercado de gás convencional, o volume de gás vendido diminuiu 1,3% em razão da redução de consumo dos clientes do setor de Cal.

O faturamento total da GASMIG evoluiu 12,5% de 2005 para 2006, aumentando de R$480 milhões para R$540 milhões, o que ratifica a tendência de crescimento da Companhia. Cabe ressaltar que, no que se refere ao mercado convencional, representado pelo gás destinado aos segmentos industrial, automotivo e uso geral, o crescimento do faturamento atingiu 22,6%. O faturamento para as Usinas Termelétricas foi de R$113 milhões e apresentou uma redução de 14,4% em razão do menor despacho das UTE Juiz de Fora e UTE Ibiritermo, tendo em vista o desempenho das variáveis hidrológicas no ano de 2006.

Como conseqüência do aumento do faturamento e eficiência operacional, o lucro líquido da Gasmig foi de 75 milhões em 2006 em comparação a R$51 milhões em 2005, um aumento de 47,1%.

Telecomunicações

Em 2006, o crescimento do setor de telecomunicações correspondeu às expectativas. A telefonia móvel continuou se expandindo e no mercado de banda larga o crescimento continuou exponencial, contribuindo significativamente para o crescimento de TV por assinatura. Sustentada neste movimento a Empresa de Infovias manteve seu nível de crescimento, principalmente pela mudança do *mix* de circuitos vendidos. O crescimento das vendas de circuitos de maior valor agregado contribuiu para que a Empresa cumprisse suas metas estabelecidas.

No exercício de 2006, a receita bruta de R$125 milhões teve uma evolução de 31% quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Contribuíram de forma significativa para esse aumento: (a) o crescimento dos serviços de transporte de sinais de internet banda larga (+56%), (b) o crescimento da receita com os serviços de transporte de dados de longa distância (+26%), (c) o crescimento da receita com os serviços integrados (+94%), (d) a receita com os serviços de transporte de sinais de CATV (+20%), (e) o crescimento da receita com serviços de circuitos dedicados (+21%).

Para 2007, a expectativa é novamente de crescimento do setor de telecomunicações de uma maneira geral, o que exigirá da Empresa de Infovias uma prestação de serviços com cada vez com mais qualidade e preços competitivos.

As operadoras de TV por assinatura em 2006 passaram a ser bastante cobiçadas por operadoras de telefonia fixa, que viram seu mercado se reduzir cada vez mais e, por outro lado, apostaram no crescimento firme do mercado de banda larga. Nesse caminho, a TNL PCS Participações S.A., controlada da Tele Norte Leste Participações S.A., adquiriu, através de leilão realizado no dia 27 de julho de 2006, a Way TV Belo Horizonte S.A.. A concretização da operação depende de autorização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

Ao captarmos recursos de terceiros e gerirmos a dívida, estamos focados em preservar nossa qualidade de crédito. Essa preocupação se traduz na expressa obrigação estatutária que temos de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a saúde financeira da Empresa.

Tais limites foram definidos no Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da Empresa serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade, sem colocar em risco o patrimônio dos acionistas, conforme descrito no item de Governança Corporativa.

A qualidade de crédito refletida em tais indicadores busca ainda uma aderência às percepções de risco do mercado, representadas pelas avaliações de risco das agências de *rating* e pelos *covenants* financeiros presentes em alguns de nossos contratos de empréstimo ou financiamento.

A CEMIG, uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais, está sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público, que limitam suas alternativas de financiamento. Tais limitações se aplicam também às suas subsidiárias que, indiretamente, têm controle estatal. Nesse contexto, a nossa captação de recursos em 2006 destinou-se à rolagem de dívidas e apoiou-se em operações com o mercado bancário, que, conjunturalmente, tem apresentado elevada liquidez, favorecendo a contratação de operações mais longas e de custos mais atraentes.

No ano de 2006, foram captados R$2.570 milhões (não considerando R$900 milhões referentes a alienação das contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais a um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios), dos quais R$1.200 milhões através de emissão de Commercial Papers, com vencimento em 90 dias e totalmente pagos ainda em 2006.

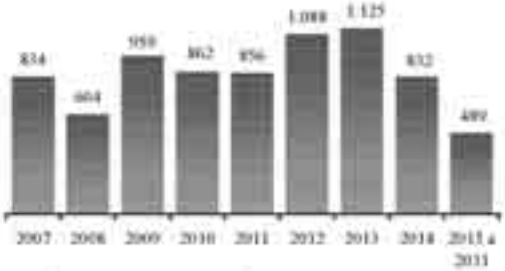
Os demais recursos, no montante de R$1.370 milhões, foram captados em operações de longo prazo, dando continuidade à implementação da estratégia de alongamento do perfil da dívida.

Dentre essas captações, vale destacar as seguintes operações:

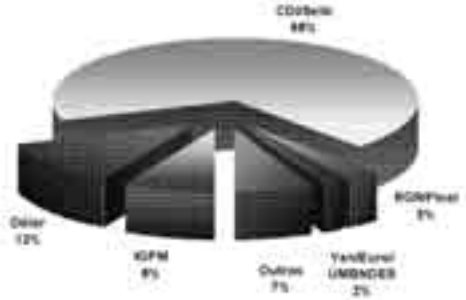
- R$1.200 milhões destinados à rolagem de dívidas, dos quais R$300 milhões na Cemig Distribuição S.A. e R$900 milhões na Cemig Geração e Transmissão S.A., com prazo total de 8 anos, sendo 5 anos de carência, e custos de 104,1% do CDI ao ano;
- R$107 milhões desembolsados em contratos de financiamento firmados entre a Eletrobrás e a Cemig Distribuição S.A., com prazos de 5 a 12 anos e custo financeiro nominal de 6 % a.a.

As condições de longo prazo obtidas na rolagem da nossa dívida tornaram o cronograma de amortizações, a partir de 2006, satisfatoriamente escalonado, como pode ser visto no gráfico a seguir. Atendemos, dessa forma, à diretriz da Empresa de se evitar a concentração de dívida vencendo no curto prazo, mitigando o risco de refinanciamento e eliminando qualquer pressão no fluxo de caixa que possa comprometer a disponibilização de recursos para investimento.

Cronograma de amortização da dívida
Posição em Dez/2006 (R$ milhões)



A utilização do mercado bancário para atender às nossas necessidades de financiamento tem contribuído para aumentar a participação do CDI na composição da dívida, hoje representando 68% do total, como pode ser observado no gráfico a seguir:



Nessa posição, estamos alinhados com a diretriz da Empresa de redução do custo médio da dívida, hoje no nível de 9,15% a.a. a preços constantes, uma vez que temos nos beneficiado da tendência de queda das taxas de juros presente na política monetária do Governo Federal.

A posição da dívida de 13% em moeda estrangeira não representa risco financeiro material para a Empresa, já que boa parte dela está contratualmente protegida por operações de troca de indexadores (*swap*). Também contamos com uma proteção natural proporcionada por contratos de venda de energia indexados ao dólar, o que nos permitirá, nos próximos anos, usufruir da liquidez presente no mercado internacional de dívida, cabendo ressaltar o grande interesse manifestado por agências multilaterais como BID, IFC, CAF e JBIC em conceder para a CEMIG crédito de longo prazo e custo atrativo.

Em 2006, abrimos o capital de nossas subsidiárias integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., com a finalidade de torná-las aptas a captar recursos no mercado de debêntures. Vale a ressalva de que estas, apesar de terem se tornado empresas de capital aberto, não terão suas ações negociadas em Bolsa de Valores.

Política de Proteção Cambial (*Hedge*)

Mantemos uma política de *hedge*, cujo objetivo primordial é dar previsibilidade ao fluxo de caixa e ao orçamento, num horizonte móvel de 12 meses, através de operações que reduzam a exposição e minimizem os impactos negativos proporcionados pela variação relativa de preços.

Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

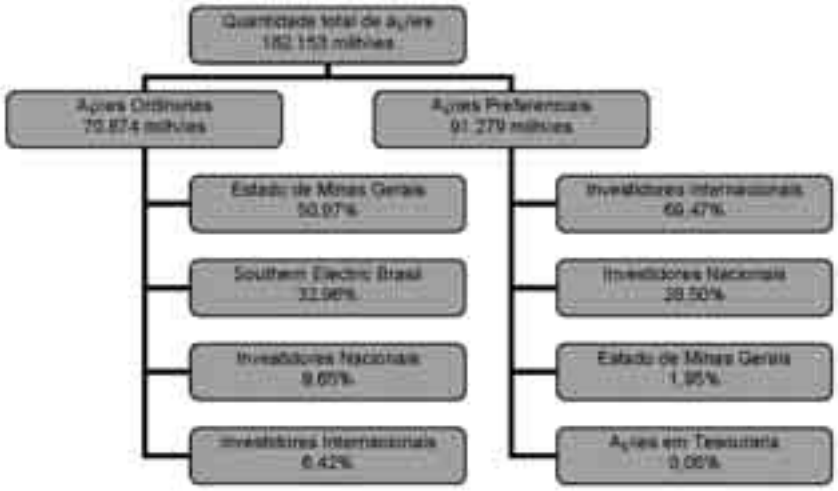
A Companhia tem privilegiado a cobertura de seu passivo cambial através de um hedge natural representado pela contratação com alguns de seus grandes consumidores de venda de energia elétrica indexada à variação cambial.

MERCADO DE CAPITAIS

A CEMIG teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960. Em 14 de janeiro de 1972, suas ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) passaram a ser listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estão listadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disso, desde 1993, suas ações são negociadas na Bolsa de Nova Iorque, onde os ADR's (CIG), inicialmente classificados no Nível 1, foram em 2001 transformados em Nível 2, e na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2006, totalizou R$1.622 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.



Cotações das Ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2005 e 2006, de nossas ações em São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2005	Fechamento 2006
Cemig PN	CMIG4	R$/1.000 ações	85,72	104,99
Cemig ON	CMIG3	R$/1.000 ações	70,72	91,2
ADR	CIG	US$/ADR	36,86	48,2
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euros/1.000 ações	34,9	37,37

Nossas ações preferenciais apresentaram um volume de negociação, em 2006, de R$9.667 milhões. Esse volume posiciona a CMIG4 como sendo a décima ação com maior volume da Bovespa e a de maior volume do setor elétrico.

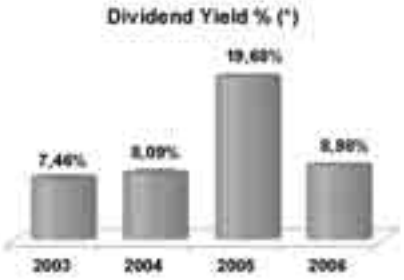
Valor de mercado

Destacamos o crescimento de 12% em nosso valor de mercado no ano e de 294% entre dezembro de 2002 e dezembro de 2006.

Os gráficos a seguir ilustram a evolução das nossas ações, ao longo dos últimos quatro anos (de dezembro de 2002 a dezembro de 2006), em comparação com outros indicadores.

Dividend Yield e Rentabilidade do Acionista

A rentabilidade total do acionista, entendida como o ganho da valorização mais o dividendo distribuído, durante o ano de 2006 foi de 19,5%, em 2005 foi de 66,1% e de 31,1% e 106,9%, nos anos de 2003 e 2004, respectivamente. O seguinte gráfico mostra o *dividend yield* dos últimos quatro anos.



(*) Indica a relação entre os dividendos pagos e a cotação das ações da CEMIG no mercado de ações.

Relações com Investidores

Adotamos uma política de total transparência em nosso relacionamento com o mercado de capitais, com o objetivo de possibilitar aos acionistas a correta valorização de seu investimento em nossas ações.

Em 2006 participamos de 83 seminários e encontros com investidores, 7 congressos e conferências no Brasil e no exterior, 6 road shows no Exterior além de um grande número de reuniões, teleconferências e videoconferências com analistas e investidores, que ultrapassaram a marca de 260 reuniões.

De 28 a 30 de maio de 2006, realizamos o 11º Encontro Anual da CEMIG com o Mercado de Capitais, juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec Nacional, no Ouro Minas Hotel, incluindo uma visita técnica à Usina Termelétrica de Igarapé, na cidade de Juatuba, Minas Gerais.

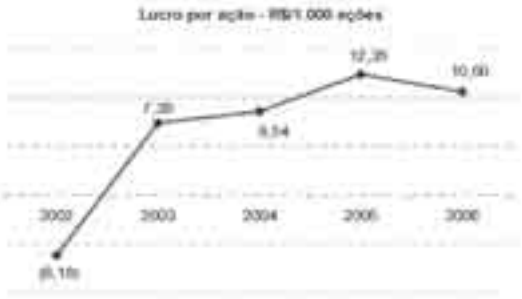
POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A CEMIG, através do Estatuto Social, assume o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disto, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subseqüente ao exercício a que se referem.

A rentabilidade crescente da Companhia e a política de dividendos trouxeram um ganho substancial para os acionistas, conforme ilustrado nos gráficos a seguir. No ano de 2006 foram pagos dividendos no valor de R$2.070 milhões, sendo R$897 milhões correspondentes a dividendos extraordinários.

Para o exercício de 2007 está previsto o pagamento de dividendos no valor de R1.382 milhões, sendo R$497 milhões referente a dividendos extraordinários.



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2007 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R$1.719 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R$1.382 milhões (80,4% do lucro líquido) para pagamento de dividendos, sendo o montante de R$169 milhões na forma de juros sobre o capital próprio e R$1.213 milhões na forma de dividendos complementares. Destes dividendos, R$497 milhões referem-se a dividendos extraordinários;

- R$86 milhões para a constituição de Reserva Legal; e,

- R$251 milhões serão mantidos no Patrimônio Líquido, sendo R$241 milhões em Reserva de Retenção de Lucros com o objetivo de financiar aplicações em investimentos aprovados pelo Conselho de Administração e R$10 milhões alocados em Reserva Estatutária para pagamento de dividendos extraordinários no futuro.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Temos como princípio não contratar serviços de consultoria dos auditores externos que possam interferir na independência dos trabalhos de auditoria.

Em 2006, os auditores independentes da CEMIG e da maior parte de suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu, prestaram os seguintes serviços:

Serviços	2006 R$ mil	% em relação à auditoria	2005 R$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria	502	100,00	514	100,0
Outros Serviços:				
- Due Diligence – Projeto Tucurui (1)	-	-	221	43,0
- Adequação e aderência às exigências SOX – Seção 302 e 404	2.080	314,34	-	-
Total de outros serviços	-	-	221	43,0
Total Geral	**2.582**	-	**735**	-

(1) Contrato de execução de serviços de assessoria contábil para avaliação da aquisição de linhas de transmissão.

Os serviços adicionais mencionados foram aprovados pelo Conselho de Administração, tendo em vista que não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A principal premissa do gerenciamento de riscos corporativos adotado pela CEMIG é a de que toda empresa existe para prover valor aos seus acionistas. Enfrenta-se o desafio permanente de se determinar o quanto a corporação está preparada para garantir o seu desenvolvimento sustentável, considerando os riscos e oportunidades apresentados.

A CEMIG opera em ambientes onde fatores como a consolidação setorial, globalização, tecnologia, regulamentação, reestruturações, variações de mercado e competição criam incertezas. Portanto, torna-se necessário estimar precisamente a probabilidade de ocorrência de um potencial evento e os seus impactos nos resultados empresariais associados.

O principal objetivo da CEMIG não é eliminar os riscos e sim ser pró-ativa na sua identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento contínuo, visando obter vantagens competitivas. Adotamos uma visão de riscos em nível corporativo como subsídio relevante nos nossos processos decisórios, alinhada com o Planejamento Estratégico e que marca uma nova tendência a nível empresarial.

A CEMIG utiliza uma gestão descentralizada de seus riscos corporativos, a qual é executada pelos gestores de riscos de processos e macro-processos da cadeia de valor da empresa. O monitoramento é executado de forma centralizada, no nível-tático operacional, visando um subsídio efetivo ao processo de tomada de decisão da alta administração.

A metodologia de avaliação de riscos utilizada pela CEMIG é a Metodologia ORCA – caracterizada pela parametrização dos Objetivos Estratégicos, Riscos, Controles Internos e Alinhamento, a qual prevê uma combinação de técnicas de análise qualitativa, semi-qualitativa e quantitativa.

Definidos como ameaças ao cumprimento das metas e dos objetivos estratégicos, os riscos são categorizados como:

- Riscos Estratégicos
- Riscos de Conformidade
- Riscos Financeiros
- Riscos de Recursos Humanos
- Riscos Ambientais
- Riscos de Tecnologia da Informação e Telecomunicações
- Riscos Operacionais

Os riscos corporativos, após análise do ambiente de controles internos (utiliza-se a metodologia COSO II - *The Comitee of Sponsoring Organizations*), são avaliados como se segue:

- Cálculo do impacto no negócio: perdas financeiras em decorrência da materialização do risco. É sempre quantificado em termos monetários e poderá representar perda de receita, aumento de despesas operacionais e impacto nos resultados e/ou no fluxo de caixa da empresa.

- Probabilidade de ocorrência: possibilidade de um risco ocorrer.

- Exposição Financeira: resultado da análise do impacto no negócio ponderado pela probabilidade de ocorrência, quantificado em termos monetários, com métrica definida pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

- Impacto intangível: impacto na reputação da empresa junto às partes interessadas (acionistas, sociedade, clientes, fornecedores, entre outros) com métrica também definida pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

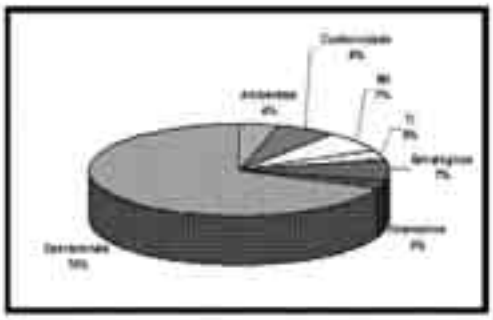
- Exposição Final: associação da exposição financeira com o impacto intangível, refletindo sempre o cenário mais conservador entre os dois parâmetros.

O alinhamento é feito mediante a implementação dos planos de ação propostos para mitigar os riscos cuja exposição financeira está fora dos limites de apetite definido pela Alta Administração da empresa.

O quantitativo de riscos relevantes (com exposição final alta) do negócio Distribuição é superior ao do negócio Geração/Transmissão. Entretanto, a exposição financeira (definida pelo impacto no negócio e pela probabilidade de ocorrência) dos riscos relevantes do negócio Geração/Transmissão é superior ao do negócio Distribuição (fortemente regulado), requerendo, conseqüentemente, maiores taxas de retorno dos empreendimentos associados.

Nos gráficos abaixo podem ser identificados os resultados alcançados na gestão de riscos corporativos:

Riscos x Categoria



Sarbanes Oxley - O plano da CEMIG para a certificação;

O Projeto CEMIG-SOX tem como objetivo a certificação do sistema de controles internos relacionados com a elaboração dos relatórios financeiros e com os procedimentos de divulgação das informações e fatos relevantes da Empresa, atendendo às exigências da SEC - Security and Exchange Commission, agência federal norte-americana autorizada a emitir regulamentos e a fazer cumprir as determinações e providências emanadas do mercado de capitais norte-americano.

As atividades do Projeto foram intensificadas em janeiro de 2006, com a participação em tempo integral de 40 empregados da Empresa oriundos de diversas áreas, além do apoio de consultores contratados.

A partir de uma análise do balanço consolidado e da nossa matriz de riscos, identificamos e mapeamos 25 processos relevantes relacionados com as demonstrações financeiras consolidadas e selecionamos, inicialmente, 950 controles, sendo que desses, 450 foram classificados como controles chave, capazes de proporcionar uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias foram registradas, processadas e divulgadas de acordo com as normas, prazos e formatação estipulados pela SEC.

Este trabalho proporcionou a revisão dos processos relevantes e a validação do desenho dos controles internos relacionados com as demonstrações financeiras consolidadas. Constatamos que na maioria dos processos analisados, os procedimentos de controles internos, já adotados pela Companhia, mostraram-se eficazes após os testes de auditoria, o que possibilitou à Diretoria Executiva da Companhia emitir um relatório conclusivo sobre a eficácia dos controles internos.

GESTÃO

Sistemas de Gestão

Indicadores de Desempenho (Balanced Scoredcard – BSC)

A partir do estabelecimento do Planejamento Estratégico da Corporação, a CEMIG traduz e desdobra sua visão, missão e direcionadores estratégicos em todos os processos utilizando o *Balanced Scorecard* – BSC.

O desdobramento dos objetivos, indicadores e metas, é realizado nas diversas áreas gerências da Companhia, dando origem ao Painel de Contribuição e onde são estabelecidas as iniciativas que passam a nortear as ações dessas áreas com o propósito de materializar a estratégia.

O processo de comunicação da estratégia ocorre por meio de eventos realizados em toda a Companhia para apresentação do planejamento estratégico e contratação de metas, formalizando o desempenho requerido e comprometendo gestores e empregados com os objetivos e resultados empresariais.

Certificações de qualidade e gestão ambiental

No âmbito das operações do dia-a-dia, praticamente 80% dos empregados da distribuição trabalham com sistema de gestão certificados de acordo com a norma internacional da qualidade ISO 9001:2000, permeando todos os principais processos do negócio Distribuição.

Os sistemas de gestão ambiental evidenciam a melhoria contínua das ações de responsabilidade socioambiental da Companhia. Atualmente, os sistemas já foram implantados em 30% da capacidade instalada de geração, 18% da extensão das linhas de transmissão com tensão acima de 230 kV, em mais de 130 cidades do Estado.

Gestão de Clientes

Em abril de 2006, foi iniciado o projeto de implementação do novo Sistema de Gestão de Clientes (Projeto Evolução). Esse projeto tem como objetivo a substituição de alguns dos principais sistemas de informação da Companhia envolvidos no processamento do faturamento, arrecadação, atendimento, contabilização, serviços de campo, gestão de equipamentos de medição, além da emissão e impressão de notas fiscais de energia e relatórios.

Dentre os principais objetivos deste programa estão um maior controle e segurança dos processos de faturamento e arrecadação, com informações integradas e precisas para subsidiar o controle e a gestão de clientes.

O projeto tem a sua conclusão prevista para 2008, com investimentos previstos no valor de R$178 milhões.

Telecomunicações e Informática

Governança de TI

Durante o exercício de 2006 foi implementado um Programa de Governança de TI, por meio de um conjunto de mecanismos (estruturas, processos e relacionamentos) que visam garantir que a estratégia de TI esteja alinhada com as estratégias e objetivos da organização.

O Projeto Governança de TI possibilitará o alinhamento da tecnologia de telecomunicação e informação com os negócios, ajudando-os a explorar oportunidades e maximizar benefícios, a gerência efetiva dos riscos inerentes aos processos de TI, o aumento da qualidade dos serviços de telecomunicação e informática prestados e a otimização de custos. Além disso, permite o atendimento às exigências regulatórias impostas à área de TI, como as oriundas da Lei Sarbanes-Oxley. As engrenagens Comportamental, Organizacional e Técnico Operacional constituem os pilares dos trabalhos de implementação.

Segregação de Funções SAP R/3 e Mainframe (Sico/Proorc)

Para atender às exigências da Lei Sarbanes Oxley e da Governança Corporativa TI, verificou-se a necessidade de implementação de regras de negócio que permitam controle dos riscos nos sistemas SAP R/3 e Mainframe da CEMIG, adequando os processos às normas de Governança Corporativa/SOX.

Esse projeto propiciará mapeamento das combinações de acessos críticos nos ambientes, apontamento do grau de vulnerabilidade existente nos processos, a redução dos riscos e das possibilidades de fraudes, credibilidade nos controles internos existentes, controle dos acessos críticos dos ambientes, controle das transações acessadas pelos usuários e agilidade na geração e disponibilização de informações gerenciais.

Aplicações Corporativas

Foi implantado o módulo MIC - *Management of Internal Controls* que é utilizado no gerenciamento dos sistemas e controles internos, em atendimento a Sarbanes-Oxley Act of 2002.

Em continuidade ao projeto Geocemig, foi adquirido o software GRID, que faz a analise de imagens tridimensionais, auxiliando as áreas de engenharia nos projetos de linhas de transmissão, barragens. O Geocemig é um Sistema de Informações Geo-referenciadas da CEMIG que une os inúmeros bancos de dados e sistemas gráficos que utilizam recursos de mapeamento, cartografia e geoprocessamento desenvolvidos separadamente na Empresa.

Foi realizada a atualização do banco de dados e a disponibilização da tecnologia GPRS (celular) para a comunicação entre os Centros de Operação e os veículos responsáveis pela execução no campo dos serviços da rede secundária de energia, através de implementações realizadas no aplicativo responsável pelo Controle dos Sistemas de Envio e Execução de Serviços de Campo.

Também foram realizados desenvolvimentos, implementações e alterações de 540 programas para atender ao programa Luz Para Todos e desenvolvidas novas funcionalidades nos sistemas informatizados, para atender a Resolução ANEEL nº 505, que normaliza o ressarcimento aos clientes, em função da variação do nível de tensão.

Plano Corporativo de Segurança da Informação

Dando continuidade ao programa de conscientização dos empregados, foi implantado o treinamento em Segurança da Informação na modalidade de auto-instrução através da Internet. Aproximadamente 8.338 empregados já concluíram o treinamento, sendo que a meta é treinar todos os empregados da Companhia.

Tecnologia e alternativas energéticas

A CEMIG sempre considerou a tecnologia como insumo básico e estratégico, manifestada através de seus processos, produtos, serviços, equipamentos, instalações e das habilidades de seus empregados e parceiros, gerenciada e utilizada de maneira adequada e condizente com os resultados almejados, ambientalmente correta e fator de viabilização de desenvolvimento de negócios e de agregação de valor.

Com o objetivo de garantir a vanguarda relativa à utilização, adaptação e desenvolvimento de tecnologias mais avançadas e adequadas aos seus processos produtivos, a CEMIG utiliza a metodologia de Gestão Estratégica de Tecnologia, envolvendo o desenvolvimento de parcerias com universidades e entidades de pesquisa, prospecção tecnológica e análise da evolução dos cenários tecnológicos, com o estabelecimento das estratégias, diretrizes e ações de cunho tecnológico para atuação empresarial.

Destacando-se sempre como uma empresa dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, foram priorizados e selecionados os projetos que compõem os Programas Anuais de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Cemig. Os recursos financeiros envolvidos em 2006 foram da ordem de R$20 milhões. Valores semelhantes aos do Programa são transferidos anualmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (Fundo Setorial de Energia Elétrica – CT-ENERG).

Entre projetos novos e em continuidade, em 2006 estiveram em desenvolvimento cerca de 86 projetos de P&D. Dentre os 60 projetos já concluídos, a grande maioria resultou em produtos incorporados ao dia-a-dia da empresa, sendo que diversos métodos de engenharia, softwares, dispositivos e equipamentos foram desenvolvidos e aplicados, contribuindo para a redução de custos operacionais, aumento da confiabilidade e segurança dos sistemas e instalações Cemig, controle ambiental e desenvolvimento de alternativas energéticas.

No âmbito da Gestão Estratégica de Tecnologia, o Escritório de Marcas e Patentes atuou junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI no registro e acompanhamento de 8 cartas patentes, 43 pedidos de privilégio sobre invenções, 59 marcas, 19 programas de computador e 33 obras do direito autoral. Atualmente, encontram-se em análise de viabilidade 3 pedidos de privilégio sobre invenções e 6 marcas.

Na área de alternativas energéticas, encontram-se em desenvolvimento diversos projetos de utilização de energia solar, eólica e biomassa vegetal, uso racional da energia, vetores energéticos alternativos, tais como hidrogênio, biodiesel, gás de biomassa e geração distribuída ou local, incluindo pesquisa, desenvolvimento, experimentação e adaptação de novas tecnologias (por exemplo, células a combustível, microturbinas a gás, motores Stirling, etc.). Os resultados já obtidos com esses projetos consolidam a CEMIG como empresa detentora de larga experiência e excelente qualificação técnica na identificação, no desenvolvimento e no aproveitamento das fontes alternativas de energia, contando já com uma significativa infra-estrutura nessa área.

Gestão de Materiais e Serviços

Portal de Compras Eletrônicas

Com a operacionalização do Portal de Compras Cemig, que utiliza a modalidade de pregão e cotação eletrônica, foi possível uma economia de aproximadamente R$19 milhões em 2006 com as aquisições. Deste montante, R$12 milhões foram através do Pregão Presencial e R$7 milhões nas demais modalidades. O montante aproximado de aquisições no exercício foi de R$257 milhões.

Gestão de Transportes

A CEMIG possui uma Política de Renovação e Adequação da Frota de Veículos com parâmetros e orientações corporativas bem definidas para os órgãos gestores de frota, de forma a otimizar o desempenho, reduzir custos e uniformizar procedimentos. Em 2006, foram alienados, através de Leilão Público, 504 veículos que foram substituídos através do Programa de Renovação de Frota.

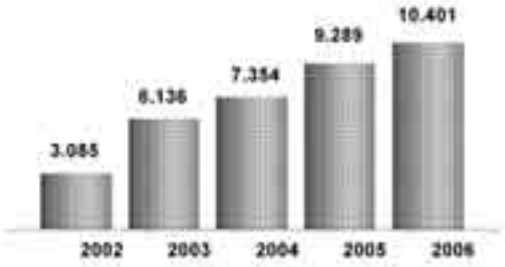
Também foi implantado em 2006 o Sistema de Gestão de Abastecimento de Veículos da Frota Cemig, através de um contrato firmado com a BR Distribuidora, que proporcionou um gerenciamento on-line dos abastecimentos resultando em uma economia em torno de 20%.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

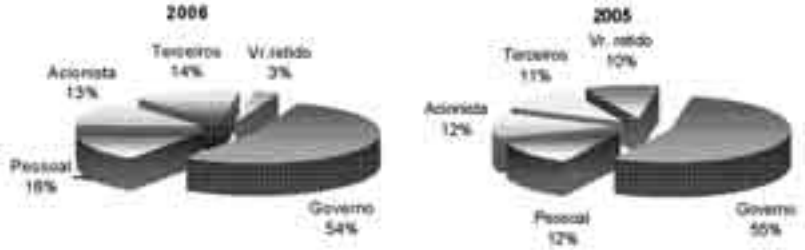
Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, com R$10.401 milhões de valor adicionado em 2006 em comparação a R$9.289 milhões em 2005, um aumento de 12,0%.

Valor Adicionado de 2002 a 2006 (R$ mil)



A distribuição do valor adicionado da CEMIG entre os diversos segmentos, pode ser observada no gráfico a seguir, devendo ser destacada a parte retida pelo governo do total distribuído em 2006 e 2005, correspondentes a 54% e 55%, respectivamente.



Recursos Humanos

Para que os processos, políticas e práticas de RH fossem mais aderentes ao Planejamento Estratégico da Companhia, foi desenvolvido o projeto de Alinhamento do Capital Humano, modelo desenvolvido a partir da visão e missão da Empresa, cujo elemento central é a Gestão do Desempenho, visando à contratação de metas e de acordos individuais de desenvolvimento, alinhando ações individuais e de equipes às diretrizes organizacionais.

Com a implementação do modelo de Gestão do Desempenho e uma atuação mais estratégica da área de Recursos Humanos, foi possível vincular, definitivamente, a estratégia empresarial aos diversos processos de gestão de pessoas, servindo de base para diversas iniciativas e mudanças na área de Recursos Humanos, tais como: movimentações com base no desempenho, concurso externo, programa *trainee*, mobilidade interna, diversos programas de capacitação e desenvolvimento, gestão do clima organizacional, dentre outros.

Capacitação e Desenvolvimento

A CEMIG, objetivando ter e manter um quadro de pessoal com desenvolvimento compatível com as necessidades da Corporação e de acordo com as exigências do mercado, propiciou aos seus empregados, de diversos níveis hierárquicos, a participação em diversos cursos, seminários, congressos, feiras e outras modalidades e práticas.

Em 2006, foi lançado o Cemig Liderança em Gestão – CELIG, programa centrado no desenvolvimento de competências visando a preparação de profissionais para liderar as transformações da Companhia hoje e no futuro. Também em parceria com instituições especializadas em desenvolvimento gerencial, foi dada continuidade ao Programa de Gestão Avançada – APG, um programa de treinamento exclusivamente focado em gestão. Estes programas são dirigidos a pessoas chaves da Companhia e durante o ano de 2006 vários gerentes e superintendentes participaram do treinamento.

A CEMIG proporcionou aos seus empregados, treinamentos técnicos na Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional da Cemig – EFAP com 19.312 participações de empregados, correspondendo a 632.451 homens-hora treinados em 2006.

Também com vistas a atender às necessidades da Companhia decorrentes do surgimento de novas tecnologias, equipamentos e métodos de trabalho, foram implementadas várias ações de treinamento e desenvolvimento, tais como treinamentos de informática, administrativos, treinamentos externos, cursos de pós-graduação, cursos de idiomas, dentre outros, com 13.507 participações de empregados da Companhia em 2006.

Gestão de Clima Organizacional

Dando continuidade à Pesquisa de Clima Organizacional feita em 2005, o primeiro semestre de 2006 foi dedicado à etapa de planejamento de ações de melhoria, com a elaboração do Plano de Ação Corporativo e dos planos de ação das superintendências e gerências. Ao todo, foram elaborados 95 planos de ação.

A grande vitória no ano de 2006, em Gestão do Clima Organizacional, foi a classificação da CEMIG entre as 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil, segundo o Guia Exame – Você S.A. A pesquisa levou em conta fatores como o índice de felicidade no trabalho, a qualidade do ambiente de trabalho, a opinião dos empregados sobre a Companhia e o que é oferecido em termos de remuneração, carreira profissional, saúde, responsabilidade social, dentre outros.

Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho

Numa iniciativa inovadora, a CEMIG reestruturou completamente o seu SESMT - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho promovendo, principalmente, a inclusão de assistentes sociais e psicólogos dentre os profissionais envolvidos, o redimensionamento, a reciclagem e a integração dos profissionais, para efetivar sua atuação nas questões relativas à saúde, à segurança do trabalho, ao bem-estar dos empregados próprios e de empresas contratadas e também à segurança da população.

Como ações relativas à revisão das cláusulas de segurança no trabalho e inclusão de cláusulas de Serviço Social e Medicina do Trabalho nos contratos, a CEMIG realizou aproximadamente 161.288 horas de treinamento de segurança em 2006 para pessoal próprio e efetivou parcerias para inclusão de contratadas nestas reciclagens. Além disso, a certificação de diversas usinas em OHSAS 18001, a melhoria do Programa de Qualidade de Vida – Energia Vital, a implantação do Programa de Inclusão de Deficientes, a realização de campanhas de vacinação e doação de sangue, os seminários de preparação para aposentadoria, entre outras ações, nortearam a atuação da Empresa visando à melhoria de desempenho dos indicadores de saúde, segurança e bem-estar.

Por intermédio da coordenação e participação em eventos regionais e nacionais tais como o Primeiro Rodeio de Eletricistas, Seminário Nacional de Segurança no Setor Elétrico, a Semana Nacional de Segurança com Energia Elétrica, entre outros, a Companhia reafirmou mais uma vez seu compromisso com a segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores e segurança da população.

Admissões e Desligamentos

A CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição encerraram o ano de 2006 com 10.658 empregados. Foram admitidos 529 novos empregados e ocorreram 142 desligamentos.

Cultura

A CEMIG, concessionária de um serviço publico essencial e responsável pelo atendimento a cerca de 20 milhões de pessoas, mantém um profundo envolvimento com a sociedade onde se insere. Um dos focos dessa questão está no patrocínio de projetos culturais e nas doações incentivadas às iniciativas de inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

Em 2006, a CEMIG investiu cerca de R$19 milhões em cultura e ações sociais, beneficiando diretamente a população de mais de 200 municípios, em Minas Gerais. A maioria dos projetos possui continuidade ou se caracteriza pela manutenção de espaços de formação cultural permanente, o que reforça a idéia de sustentabilidade, fator decisivo na construção da identidade e dignidade do cidadão.

Continuamos a investir nos festivais de extensão universitária dos maiores centros acadêmicos do Estado por entendê-los como a possibilidade de reflexão sobre a informação adquirida na sala de aula – a riqueza dessa proposta alcança a população das cidades onde eles acontecem. Manteve-se também o patrocínio de grandes e pequenos museus, bibliotecas públicas, academias de música e teatros.

Com o segundo ano do "Filme em Minas", reafirmamos a vocação da Empresa no apoio ao audiovisual. Em 2006, 26 projetos foram contemplados nas mais diversas categorias. Foram premiados, além dos longas e curtas-metragens, vídeos experimentais, documentários, projetos de pesquisa em desenvolvimento e literatura da área. Todos esses projetos com mão-de-obra, logística e locações no Estado de Minas Gerais.

Atenta ao acesso do público interno à leitura e às artes plásticas, a CEMIG mantém em sua sede uma galeria de arte, onde há 16 anos são montadas 11 exposições anuais de artistas de todo o país e uma biblioteca aberta, inclusive ao público externo, com aproximadamente 55 mil títulos.

Assegurando a realização de festivais de teatro popular ou levando para fora do Brasil a expressão artística mineira, a Empresa investe na força transformadora da cultura e colhe junto à uma sociedade mais madura a compreensão da melhor utilização dos recursos naturais, do respeito pelo patrimônio e pelo bem comum.

Meio Ambiente

O comprometimento com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade é uma das condições básicas dos princípios que regem a atuação da CEMIG. Por meio de estudos e ações, a Companhia busca imprimir em seus empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental. Essa forma de agir, prevista na Política Ambiental da CEMIG e presente em todas as atividades realizadas, valoriza os empregados, a Empresa e garante o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Durante o ano de 2006, foram investidos aproximadamente R$39,7 milhões em projetos de adequação ambiental de instalações e equipamentos e na implantação de novos empreendimentos, e R$18,3 milhões foram utilizados em despesas de operação e manutenção de atividades, tais como destinação final de resíduos, auditorias, plantio de mata ciliar, produção de alevinos, implantação das políticas de poda de árvores, programas de educação ambiental, manutenção das unidades de conservação, treinamento e outras ações.

Desenvolvimento Sustentável

Pela sétima vez consecutiva, a CEMIG foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World), para o período 2006/2007, um índice que avalia o desempenho financeiro, ambiental e social da Companhia, ou seja, sua sustentabilidade e a capacidade de agregar valor para os acionistas no longo prazo.

A CEMIG foi também selecionada, pelo segundo ano consecutivo, para compor o grupo de empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE/Bovespa). O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade no meio empresarial brasileiro.

Além do compromisso com a proteção do meio ambiente, a CEMIG investe em programas de conservação e eficientização de energia e em pesquisas de novas fontes alternativas, tais como a energia solar e fotovoltaica, a energia eólica, a pesquisa de células de hidrogênio e o uso de gás natural.

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o pronto atendimento aos órgãos competentes pela questão ambiental. Os estudos e monitoramentos são desenvolvidos através da contratação de especialistas, que inclui empresas de consultoria, centros de pesquisa e universidades.

Em 2006, a CEMIG obteve as seguintes Licenças Ambientais:

- Licença de Operação da Usina Hidrelétrica de Capim Branco II, da Linha de Transmissão Araxá 2 – Jaguara e das Linhas de Transmissão do Sistema Noroeste;
- Licença de Instalação da Usina Hidrelétrica de Baguari, das Linhas de Transmissão Itutinga – Juiz de Fora e Irapé – Araçuaí 2 e das Linhas de Transmissão do Sistema Bragantina;
- Licença Prévia da Linha de Transmissão Aimorés 2 – Mascarenhas.

Foram também obtidas as Licenças de Operação Corretivas das Hidrelétricas de São Simão e Itutinga, usinas implantadas antes da legislação ambiental.

Continua em vigor o Convênio entre a CEMIG e o Instituto Estadual de Florestas – IEF, fixando critérios para exploração florestal quando da intervenção da Empresa em áreas consideradas de preservação permanente.

Além disso, obtivemos 80 outorgas de direito de uso de água e 25 autorizações para supressão de vegetação.

Ações ambientais para a implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé

Durante o ano de 2006, teve continuidade o enchimento do reservatório da UHE Irapé, iniciado em dezembro de 2005, que culminou com o início de operação comercial da usina em julho de 2006. Foram concluídas a prospecção, resgate e a gestão do acervo dos elementos do patrimônio arqueológico presentes nas áreas impactadas pela implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé.

Foram contabilizados 121 sítios arqueológicos, sendo 85 na área diretamente atingida e 36 na área de impacto indireto. O material arqueológico resgatado foi encaminhado para o Centro de Referência e Memória da Obra e do Centro de Referência de Porto dos Cori, abrigando todo o acervo cultural resgatado das comunidades atingidas e da comunidade quilombola respectivamente.

Além disso, o programa ambiental de Irapé incluiu diversas outras ações, relacionadas aos cuidados com a fauna, flora e com a cultura e patrimônio da região.

Materiais

Os cuidados referentes aos materiais da empresa prosseguiram em 2006. Merece destaque à reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da empresa, totalizando 305 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados aproximadamente 946 mil litros de óleo isolante retirados dos transformadores colocados fora de operação.

A campanha de coleta seletiva "Eu Amo Reciclar", implantada desde 2002, no edifício sede da CEMIG, conseguiu obter durante o ano de 2006, cerca de 62 mil quilos de material reciclável, sendo 46 mil quilos de papel, 12 mil quilos de papelão e 7 mil quilos de plástico. Todo o material recolhido foi repassado para a Organização Não-Governamental - ONG, Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte – Asmare.

Semana do Meio Ambiente

Anualmente a CEMIG realiza a Semana do Meio Ambiente e o tema escolhido para este ano foi "*Sustentabilidade*". O evento contou com a participação de mais de 1.800 estudantes do ensino fundamental de 17 escolas da rede pública, estadual e municipal de Belo Horizonte.

Durante a Semana do Meio Ambiente, foi lançado o "Guia ilustrado de peixes do São Francisco", que traz o levantamento de 22 espécies encontradas no trecho mineiro do Rio São Francisco e informações de cunho científico sobre as águas, os peixes, a pesca e os pescadores. Também foi lançada a Cartilha "Como conservar e recuperar matas ciliares", que foi produzida a partir de um projeto de P&D, firmado entre a Universidade Federal de Lavras - UFLA, a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE e CEMIG, com a finalidade de mostrar, principalmente aos produtores rurais, a importância das matas ciliares às margens dos reservatórios e dos rios de Minas Gerais.

Fauna, Flora e Monitoramento da Qualidade de Água

Em 2006, continuamos com ações preventivas e corretivas em áreas degradadas por processos erosivos, próximos a estruturas ou na faixa de mais de 40 linhas de transmissão. Foram realizados e implantados diversos projetos de contenção de erosões e recuperação de áreas degradadas.

Com o objetivo de repovoar e manter a biodiversidade dos reservatórios da CEMIG e dos rios de Minas Gerais, foram realizados 70 peixamentos em todo Estado de Minas Gerais, com a soltura de 445 mil alevinos de diferentes espécies nativas das bacias dos rios Grande, Paranaíba, São Francisco e Pardo. Esse trabalho envolveu a participação mais de 10.000 pessoas, entre alunos e representantes de diversos setores da sociedade.

Devido a preocupação da CEMIG com a flora, foram coletados 800 kg de sementes de um total de 110 espécies florestais nativas, que foram destinados aos viveiros florestais da Companhia e ao intercâmbio com diversas instituições afins. Foram produzidas 360.000 mudas de espécies nativas que foram distribuídas para prefeituras, ONG's e órgãos públicos e plantados 36 ha de matas ciliares em parceria com produtores rurais.

Para controlar a qualidade de água dos reservatórios, a CEMIG possui uma rede de monitoramento que abrange oito bacias (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Itabapoana e Jequitinhonha), 34 sub-bacias diferentes perfazendo um total de 46 reservatórios e 247 estações de coleta de água.

Arborização Urbana

Dentro das diretrizes da Companhia para diminuir as interrupções do fornecimento de energia elétrica causadas por árvores nas redes de distribuição urbana, foram treinados e capacitados, em 2006, cerca de 350 profissionais próprios, de empresas contratadas e de prefeituras em técnicas de poda de árvores urbanas e arborização urbana.

Em continuidade ao projeto, que é desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Universidade Federal de Viçosa e a Universidade Federal do Paraná, 2.500 indivíduos foram instruídos sobre metodologia para avaliação de árvores em risco de queda, visando à substituição preventiva das mesmas, evitando com isso, danos a pessoas, veículos e à rede elétrica.

Além disso, foram produzidas 25.000 mudas e 300 kg de sementes de espécies adequadas para plantio junto às redes de distribuição de eletricidade. Todo o material é fornecido gratuitamente às prefeituras do Estado de Minas Gerais e para outras instituições correlatas.

Programa de Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental desenvolvido nas Estações Ambientais e Usinas recebeu este ano, 8.000 alunos de diferentes escolas da capital e interior. Durante estas visitas, são transmitidas informações sobre geração de energia e sua relação com o meio ambiente, bem como mensagens sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de conservação dos ecossistemas.

O Projeto Cemig de Educação Ambiental nas Escolas, programa "Terra da Gente" pretende contribuir para a educação ambiental no Estado de Minas Gerais, tendo sido realizado nas escolas do 2º ciclo do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries), durante os anos de 2001 a 2005 nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Em 2006, a CEMIG e a Fundação Biodiversitas elaboraram o concurso "Aventure-se no Terra da Gente", com o objetivo de colher informações sobre a eficiência do programa para a difusão de conceitos sobre o meio ambiente e sua conservação.

A partir da realização do concurso a adesão ao Programa Terra da Gente cresceu de 207 para 313 escolas. Vale destacar que a mobilização proporcionada por este concurso. Estima-se que cerca de 7.000 pessoas, entre alunos, professores e voluntários participaram ajudando os estudantes na elaboração e execução dos 63 projetos apresentados para seleção.

Pesquisa e Desenvolvimento

A CEMIG vem desenvolvendo diversos projetos na área ambiental de P&D Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, gerenciados pela ANEEL, juntamente com universidades e instituições de pesquisas, com a conclusão de 8 projetos em 2006.

Com o objetivo de divulgar resultados de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento relacionados à qualidade de água, ictiofauna e relações entre usinas e ecossistemas aquáticos adjacentes, realizamos o seminário de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da Cemig Geração e Transmissão, com participação de vários grupos de pesquisas e técnicos de diversas áreas da Empresa.

Em 2006 foi instalado o primeiro transformador 100% a óleo vegetal, em parceria com a ABB. Esse equipamento foi energizado no município de Contagem e atende a 37,2 mil consumidores em média e baixa tensão e um consumidor em 138kV. A CEMIG tem sido pioneira em iniciativas que auxiliem na proteção do meio ambiente.

Dando continuidade ao Projeto Verde Minas, iniciado em 2004, de um total de 450 áreas ambientais protegidas identificadas no Estado de Minas Gerais, cerca de 300 estão disponíveis na forma geo-referenciadas no nosso banco de dados. Durante este ano, foi elaborada uma análise detalhada de qualidade e confiabilidade dos dados disponíveis para consulta na empresa, com o objetivo de assegurar uma relação harmoniosa entre os projetos de linhas e redes de energia elétrica e as áreas protegidas.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela CEMIG em 2006, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Carta Capital/TNS Interscience - "Empresa mais admirada no Brasil"

A CEMIG foi eleita, pela Carta Capital/TNS Interscience, dentre 23 empresas geradoras e comercializadoras de energia elétrica, a "empresa mais admirada no Brasil" em 2006, no segmento "Fornecedores de Energia". Os entrevistados avaliaram as participantes do setor a que pertencem segundo 11 quesitos: "competir globalmente", "compromisso com o País", "compromisso com RH", "ética", "inovação", "notoriedade", "qualidade de gestão", "qualidade de produtos e serviços", "respeito pelo consumidor", "responsabilidade social" e "solidez financeira".

Dow Jones

A CEMIG foi incluída, pela sétima vez consecutiva, no grupo de companhias listadas pelo Dow Jones Sustainability World Index – DJSI e destacou-se em todas as dimensões: social, ambiental e econômica. O Dow Jones tornou-se um dos indicadores mais confiáveis para investidores do mundo inteiro e leva em consideração não apenas a performance financeira das empresas, mas, principalmente, todos os aspectos da sua política de responsabilidade social - preservação do meio ambiente, investimentos socioculturais, integração com a comunidade.

Prêmio Apimec – "Troféu de Companhia Aberta do ano".

A CEMIG recebeu o Prêmio Apimec, na categoria Companhia Aberta. Com a premiação, a Empresa foi classificada como a que tem o melhor relacionamento com esse público no Brasil.

O prêmio é realizado anualmente pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - Apimec Nacional, com a participação de suas regionais São Paulo, Nordeste, Rio de Janeiro, Brasília, Sul e Minas Gerais.

Prêmio Abrasca 2006 – "Melhor Relatório Anual".

A CEMIG venceu o prêmio Melhor Relatório Anual, na categoria Empresa Aberta, promovido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas - Abrasca. O relatório da CEMIG foi classificado em primeiro lugar, junto com o da Votorantim Celulose e Papel, entre os balanços de 71 empresas de capital aberto que se inscreveram no prêmio.

Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa – "Troféu Transparência 2006".

A CEMIG recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o Troféu Transparência-Finalista 2006, na categoria Capital Aberto. Esse prêmio é um reconhecimento público para as 10 melhores demonstrações contábeis publicadas no País. Este prêmio foi criado em 1997 pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade - Anefac, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi e com a Serasa.

Guia Exame - Você S/A 2006 – "Lista das 150 Melhores Empresas para Trabalhar"

A CEMIG foi incluída na lista das 150 melhores empresas do País para trabalhar, segundo o Guia Exame - Você S/A 2006. Na disputa com mais de 500 empresas brasileiras, esta é a primeira vez que a CEMIG conquista esse resultado. O Guia apontou, entre outras vantagens, a política salarial agressiva e a estabilidade no emprego.

Prêmio Aberje Minas 2006 – "Empresa do Ano em Comunicação Empresarial".

A CEMIG recebeu, da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial - ABERJE, o prêmio de empresa do ano em Comunicação Empresarial.

Além dessa conquista, a CEMIG também foi vencedora do Prêmio ABERJE Minas 2006 nas categorias "Jornal Interno", com a publicação Energia da Gente, e "Relacionamento com o investidor", com o Plano de Comunicação Integrada para Acionistas.

A CEMIG foi também finalista em outras cinco prêmios: "Campanha de Comunicação Integrada", com o caso da Usina de Irapé; "Jornal Externo", com o Cemig Notícias; "Internet", com o Portal Cemig; "Campanha de Comunicação de Marketing", com a Campanha de Prevenção de Queimadas; e "Vídeo Comunicação Externa", com o TV Cemig.

Prêmio Furnas Ouro Azul 2006

A CEMIG conquistou o primeiro lugar do troféu "Prêmio Furnas Ouro Azul 2006", na categoria "Empresa Pública", pelo trabalho "Água: caminho do desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha", uma referência às suas ações durante a construção da Usina Hidrelétrica de Irapé.

O objetivo do Prêmio é valorizar os melhores projetos de preservação e uso racional sustentável da água por empresas, comunidades, governos, cidadãos e estudantes.

Prêmio USP - "Comunicação Corporativa"

A CEMIG conquistou o Prêmio USP de Comunicação Corporativa 2006, na categoria "Case de Comunicação Corporativa", apresentando as ações de comunicação implantadas na construção da Usina Hidrelétrica de Irapé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da CEMIG é grata ao Governador do Estado, Dr. Aécio Neves da Cunha, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de Cálculo	2000 Valor (Mil Reais)			2000 Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			9.661.211			8.220.821
Resultado Operacional (RO)			2.339.596			2.202.266
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			853.475			750.594
2) Indicadores Sociais Internos	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre FPB**	**% Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre FPB**	**% Sobre RL**
Alimentação	70.027	7,84	0,72	61.407	8,24	0,50
Encargos sociais compulsórios	235.734	26,38	2,43	215.264	21,61	2,69
Previdência privada	160.915	18,02	1,79	103.471	19,41	1,26
Saúde	28.812	3,23	0,30	25.190	3,19	0,31
Segurança e medicina no trabalho	6.078	1,52	0,04	2.954	0,34	0,01
Educação	1.581	0,12	0,01	464	0,06	0,01
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	15.466	1,84	0,11	13.568	1,71	0,16
Creches ou auxílio-creche	1.926	0,15	0,02	1.589	0,20	0,02
Participação nos lucros ou resultados	309.991	33,55	3,17	259.005	32,58	3,15
Outros	11.073	1,24	0,11	11.053	1,76	0,17
Total - Indicadores Sociais Internos	753.774	84,39	7,79	730.342	82,34	8,87
3) Indicadores Sociais Externos	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**
Educação	-	-	-	4.780	0,19	0,05
Cultura	15.998	0,81	0,20	11.200	0,60	0,16
Outros Doações/Subvenções/Projetos ASH	34.000	1,50	0,38	22.951	1,01	0,28
Total das Contribuições para a Sociedade	51.797	2,31	0,58	41.023	1,81	0,50
Tributos (excluídos encargos sociais)	5.564.707	238,12	57,79	5.148.250	230,68	62,81
Total - Indicadores Sociais Externos	5.640.504	241,43	58,38	5.189.279	235,53	63,31
4) Indicadores Ambientais	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**
Relacionados com a operação da empresa e com programas e/ou projetos externos	58.112	2,48	0,60	80.425	3,68	1,04
Total dos investimentos em Meio Ambiente	58.112	2,48	0,60	80.425	3,68	1,04
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%		( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%		( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			10.658			10.271
Nº de admitidos durante o período			529			85
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			396			471
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.346			2.074
Nº de mulheres que trabalham na empresa			1.454			1.361
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			7,7			8,81
Nº de negros (as) que trabalham na empresa			3.296			3.163
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			6,30			6,68
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			ND			ND
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2000**			**Notas 2001**		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa			17,56			ND
Número total de acidentes de trabalho			111			ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(x) segurá as normas da OIT	( ) incentivará e segurá a OIT
A previdência privada concentra:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os aspectos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa: ND	no Procon: ND	na Justiça: ND	na empresa: ND	no Procon: ND	na Justiça: ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa: ND %	no Procon: ND %	na Justiça: ND %	na empresa: ND %	no Procon: ND %	na Justiça: ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	Em 2000: 10.401.477			Em 2001:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	84,67% governo 15,33% acionistas	15,60% colaboradores (as) 82,38% terceiros	0,24% retido	82% governo 82% acionistas	18% colaboradores (as) 82% terceiros	82% retido

7) Outras Informações

1) Do total dos investimentos em meio ambiente, no ano de 2000, cerca de R$3 milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas usinas hidrelétricas.

2) Os medidores gerenciais não quantificados e controlados de acordo com os procedimentos estabelecidos de interação, treinamento, acompanhamento e avaliação final. Existe procedimento formal e evolui para a determinação de metas anuais de redução de riscos. Mensuram-se através o monitoramento de acidentes, ferimentos e de ocorrências graves em todas a área de atividades de empresa, totalizando, no período 2000, 381 não fatais, sem registro de fatalidades, sendo, em 2000, aproximadamente 350 no total de dias perdidos referentes aos acidentes/doenças ocorridos foram de aposentadoria.

3) A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível e ações envolvendo e não possuem metas de redução. A Diretoria de Cemig e a entidade sindical representativa dos seus empregados concordaram, em 2000, a definição de um indicador de consumo de água por empregado.

A CEMIG EM NÚMEROS

(dados consolidados, exceto se indicado de outra forma)

Descrições	2002	2003	2004	2005	2006
Atendimento					
Número de consumidores (em milhares)	5.591	5.744	5.875	6.010	10.042
Número de empregados (1)	11.466	11.302	10.668	10.271	14.864
Número de consumidores por empregado	488	508	551	585	675
Número de localidades atendidas	5.415	5.415	5.415	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774	774	774	805
Mercado					
Área de concessão (Km2)	567.478	567.478	567.478	567.478	580.626
Geração Própria (GWh) (2)	21.606	27.025	26.922	30.411	32.187
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.378	1.360	1.351	1.337	1.313
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R$/MWh)					
Residencial	281,60	356,95	416,26	474,23	487,52
Comercial	241,00	305,89	356,03	410,81	435,97
Industrial	100,05	132,39	154,36	124,41	126,04
Rural	148,00	186,42	214,42	249,13	265,27
DEC (horas)	13,01	10,74	10,93	12,21	13,02
FEC (número de interrupções)	7,34	6,42	6,56	6,78	6,42
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	85	54	55	61	65
Operacionais					
Número de Usinas em Operação	48	48	52	54	62
Número de Subestações	424	427	434	440	469
Linhas de Transmissão (Km)	4.847	4.829	4.856	4.892	5.364
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.152	16.185	16.096	16.040	16.788
Linhas de Distribuição (Km)					
Urbana	55.718	82.867	83.527	84.585	93.850
Rural	274.841	276.437	283.910	294.815	308.689
Capacidade Instalada (MW)	5.713	5.771	5.949	6.113	6.692
Financeiros					
Receita operacional – R$ milhões	6.752	7.968	9.748	11.703	13.570
Receita operacional líquida – R$ milhões	5.119	5.623	6.985	8.236	9.661
Margem operacional - %	10,27	21,81	24,09	26,75	24,01
LAJIDA ou EBITDA – R$ milhões	1.076	1.797	2.266	2.798	3.012
Lucro líquido (Prejuízo) – R$ milhões	(1.002)	1.198	1.385	2.003	1.719
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de 1000 ações (Controladora)	(6,18)	7,39	8,54	12,35	10,60
Patrimônio líquido – R$ milhões	5.681	6.559	7.251	7.185	7.522
Valor patrimonial por lote de mil ações (Controladora)	35,05	40,47	44,74	44,33	46,39
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	(14,99)	22,34	23,60	38,66	29,62
Endividamento do patrimônio líquido - %	142,85	128,67	131,58	175,66	206,05
Liquidez Corrente	0,66	0,73	0,86	0,91	1,24
Liquidez Geral	0,85	0,74	0,80	0,78	0,73

(1) Incui os empregados da Light e TBE, em 2006.
(2) Já estão descontadas as perdas atribuídas à geração (852 GWh) e o consumo interno das usinas.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Wilson Nélio Brumer	Fernando Lage de Melo
Djalma Bastos de Morais	Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Aécio Ferreira da Cunha	Eduardo Lery Vieira
Alexandre Heringer Lisboa	Franklin Moreira Gonçalves
Antônio Adriano Silva	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Francelino Pereira dos Santos	Marco Antônio Rodrigues da Cunha
Maria Estela Kubitschek Lopes	Luiz Henrique de Castro Carvalho
Nilo Barroso Neto	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Willian de Medeiros Daher	Luiz Aníbal de Lima Fernandes
Carlos Augusto Leite Brandão	Eduardo Leite Hoffmann
Andréa Paula Fernandes Pansa	Maria Amália Delfim de Melo Coutrim
Evandro Veiga Negrão de Lima	Andréa Leandro Silva
José Augusto Pimentel Pessôa	Eduardo Castilho Vasconcelos
Haroldo Guimarães Brasil	Antônio Renato do Nascimento

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ronald Gastão Andrade Reis
Luiz Otávio Nunes West	Augusto César Catazaro Lopes
Ari Barcelos da Silva	Carlos Volpe de Paiva
Thales de Souza Ramos Filho	Abomar Silva Lima

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome	Cargo
Djalma Bastos de Morais	Diretor-Presidente e, cumulativamente, Diretor Vice-Presidente
José Carlos de Mattos	Diretor de Planejamento, Projetos e Construções
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores
Fernando Henrique Schüffner Neto	Diretor de Geração e Transmissão
José Maria de Macedo	Diretor de Distribuição e Comercialização
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Diretor de Gestão Empresarial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores
Telefones: (31) 3299-3930 – 3299-4015
Fax: (31) 3299-3934 - 3299-3933

Endereço eletrônico
Site: www.cemig.com.br , www.ri.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
CIRCULANTE				
Disponibilidades *(nota 5)*	1.375.501	1.344.135	23.389	300.510
Consumidores e Revendedores *(nota 6)*	2.074.983	1.343.779	-	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A" *(nota 8)*	355.599	271.800	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	358.205	303.157	-	-
Tributos Compensáveis *(nota 11)*	264.197	359.711	12.443	215.819
Despesas Antecipadas – CVA *(nota 10)*	459.898	539.321	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre *(nota 9)*	123.056	225.771	-	-
Créditos Tributários *(nota 12)*	125.790	107.076	24.047	42.839
Dividendos a Receber	-	-	1.152.772	1.316.980
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS *(nota 15)*	107.959	69.031	-	-
Reajuste Tarifário Diferido *(nota 13)*	791.231	321.445	-	-
Estoques	34.980	26.082	17	19
Outros Créditos	303.201	286.528	7.386	60.127
TOTAL DO CIRCULANTE	6.394.600	5.197.838	1.220.034	1.936.294
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado *(nota 14)*	1.726.293	1.518.672	-	1.518.672
Fundo de Direitos Creditórios *(nota 14)*	-	-	744.502	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A" *(nota 8)*	979.008	1.001.305	-	-
Despesas Antecipadas – CVA *(nota 10)*	159.738	46.549	-	-
Créditos Tributários *(nota 12)*	678.592	410.337	280.457	233.332
Revendedores – Transações com Energia Livre *(nota 9)*	34.637	96.029	-	-
Tributos Compensáveis *(nota 11)*	601.091	219.362	289.024	135
Depósitos Vinculados a Litígios	254.905	83.097	82.923	65.100
Consumidores e Revendedores *(nota 6)*	100.734	64.190	-	-
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS *(nota 15)*	215.559	374.622	-	-
Reajuste Tarifário Diferido *(nota 13)*	127.488	853.994	-	-
Outros Créditos	24.793	14.337	4.632	11.845
Total do Realizável a Longo Prazo	4.902.838	4.682.494	1.401.538	1.829.084
Investimentos *(nota 16)*	998.875	977.023	6.838.844	6.154.930
Imobilizado *(nota 17)*	10.829.657	8.898.368	2.491	7.448
Diferido	82.746	61.982	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.814.116	14.619.867	8.242.873	7.991.462
ATIVO TOTAL	23.208.716	19.817.705	9.462.907	9.927.756

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
CIRCULANTE				
Fornecedores *(nota 18)*	913.773	764.841	6.346	20.202
Encargos Regulatórios *(nota 21)*	436.535	209.770	-	-
Participações nos Lucros *(nota 29)*	74.038	76.959	5.450	5.208
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 19)*	994.577	666.697	22.991	38.080
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar *(nota 24)*	1.373.828	2.064.251	1.373.828	2.064.251
Empréstimos e Financiamentos *(nota 20)*	800.434	458.833	6.792	8.713
Debêntures *(nota 20)*	33.514	526.098	-	-
Salários e Contribuições Sociais	185.017	174.459	7.672	9.130
Passivo Regulatório – CVA *(nota 10)*	328.143	208.195	-	-
Obrigações Pós-Emprego *(nota 22)*	139.113	161.003	5.933	10.160
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros *(nota 34)*	176.575	145.682	-	-
Outras Obrigações	293.183	262.894	24.501	19.935
TOTAL DO CIRCULANTE	5.748.730	5.719.682	1.453.513	2.175.679
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores *(nota 18)*	271.928	337.069	-	-
Passivo Regulatório – CVA *(nota 10)*	119.907	31.508	-	-
Empréstimos e Financiamentos *(nota 20)*	5.620.190	3.249.418	73.587	73.587
Debêntures *(nota 20)*	1.194.799	701.184	30.009	-
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 19)*	449.521	799.067	96.851	85.426
Provisões para Contingências *(nota 23)*	534.980	357.094	229.714	350.400
Obrigações Pós-Emprego *(nota 22)*	1.450.850	1.284.677	56.749	57.776
Outras Obrigações	107.660	133.652	31	33
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.749.835	6.893.669	486.941	567.222
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS *(nota 16)*	90.080	-	-	-
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	97.618	19.499	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social *(nota 24)*	1.621.538	1.621.538	1.621.538	1.621.538
Reservas de Capital *(nota 24)*	4.032.222	4.032.222	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros *(nota 24)*	1.841.570	1.503.972	1.841.570	1.503.972
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	27.123	27.123	27.123
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.522.453	7.184.855	7.522.453	7.184.855
PASSIVO TOTAL	23.208.716	19.817.705	9.462.907	9.927.756

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005 Reclassificado	2006	2005 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica *(nota 25)*	11.135.000	9.156.031	-	-
Reajuste Tarifário Diferido *(nota 13)*	-	591.010	-	-
Receita de Uso da Rede *(nota 26)*	1.927.972	1.522.786	-	-
Outras Receitas Operacionais *(nota 27)*	506.900	432.786	1.457	2.556
	13.569.872	11.702.613	1.457	2.556
Deduções à Receita Operacional *(nota 28)*	(3.888.601)	(3.466.992)	(81)	(19
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.681.271	8.235.621	1.376	2.539
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda *(nota 29)*	(2.112.673)	(1.464.930)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(602.352)	(640.733)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(157.732)	(155.948)	-	-
	(3.072.757)	(2.251.611)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal e Administradores *(nota 29)*	(1.193.061)	(968.120)	-	-
Entidade de Previdência Privada *(nota 22)*	(159.647)	(141.484)	-	-
Materiais	(78.519)	(88.724)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(36.812)	(852)	-	-
Serviços de Terceiros *(nota 29)*	(411.318)	(365.053)	-	-
Depreciação e Amortização	(626.926)	(551.906)	-	-
Provisões Operacionais *(nota 29)*	(23.976)	(70.608)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(138.955)	(145.132)	-	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	(554.448)	(415.907)	-	-
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento *(nota 29)*	(187.697)	(210.586)	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(333.983)	(296.034)	-	-
Outras	(143.117)	(125.287)	-	-
	(3.888.459)	(3.389.695)	-	-
CUSTO TOTAL	(6.961.216)	(5.641.306)	-	-
LUCRO BRUTO	2.720.055	2.594.315	1.376	2.539
DESPESA OPERACIONAL				
Despesas com Vendas	(152.719)	(119.930)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (recuperação de despesas)	(72.246)	(208.217)	8.151	(79.967)
Outras Despesas Operacionais	(155.394)	(62.902)	-	-
	(380.359)	(391.049)	8.151	(79.967)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Receitas Financeiras Líquidas e Juros sobre o Capital Próprio	2.339.696	2.203.266	9.527	(77.418)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	1.594.595	1.550.213
Resultado Financeiro Líquido *(nota 30)*	(49.674)	322.383	108.659	501.222
Juros sobre Capital Próprio	(169.067)	(635.000)	(169.067)	(635.000)
	(218.741)	(312.617)	(60.408)	(133.778)
Lucro Operacional	2.120.955	1.890.649	1.543.714	1.339.017
RESULTADO NÃO OPERACIONAL *(nota 31)*	(36.795)	(52.415)	(10.223)	(16.990)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.084.160	1.838.234	1.533.491	1.322.027
Imposto de Renda e Contribuição Social *(nota 12)*	(599.300)	(109.711)	26.217	57.000
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos *(nota 12)*	71.704	(360.820)	(9.934)	(10.628)
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio e Participações Minoritárias	1.556.564	1.367.703	1.549.774	1.368.399
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	169.067	635.000	169.067	635.000
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	(6.790)	696	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.718.841	2.003.399	1.718.841	2.003.399
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R$			10,60	12,35

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	1.621.538	4.032.222	1.570.502	-	27.123	7.251.385
Reversão de Dividendos	-	-	520	-	-	520
Dividendos Complementares – 2004 (R$0,47 por lote de mil ações)	-	-	(76.500)	-	-	(76.500)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.003.399	-	2.003.399
Destinação do Lucro proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	-	100.170	(100.170)	-	-
Juros sobre Capital Próprio (R$3,92 por lote de mil ações)	-	-	-	(635.000)	-	(635.000)
Dividendos Complementares (R$2,85 por lote de mil ações)	-	-	-	(461.949)	-	(461.949)
Retenção de Lucros	-	-	806.280	(806.280)	-	-
Dividendos Extraordinários (R$5,53 por lote de mil ações)	-	-	(897.000)	-	-	(897.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	1.621.538	4.032.222	1.503.972	-	27.123	7.184.855
Reversão de Dividendos	-	-	538	-	-	538
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.718.841	-	1.718.841
Destinação do Lucro proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	-	85.942	(85.942)	-	-
Juros sobre Capital Próprio (R$1,04 por lote de mil ações)	-	-	-	(169.067)	-	(169.067)
Dividendos Complementares (R$4,41 por lote de mil ações)	-	-	-	(715.714)	-	(715.714)
Retenção de Lucros	-	-	241.298	(241.298)	-	-
Dividendos Extraordinários (R$3,07 por lote de mil ações)	-	-	-	(497.000)	-	(497.000)
Reserva Estatutária	-	-	9.820	(9.820)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	**1.621.538**	**4.032.222**	**1.841.570**	**-**	**27.123**	**7.522.453**

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

1078

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das Operações				
Lucro Líquido do Exercício	1.718.841	2.003.399	1.718.841	2.003.399
Despesas (Receitas) que não afetam o Capital Circulante				
Depreciação e Amortização	672.267	594.598	694	545
Baixas Líquidas de Imobilizado	21.596	92.209	4.182	545
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.594.590)	(1.950.213)
Obrigações Pós-Emprego	169.910	153.471	7.871	7.552
Juros e Variações Monetárias de Longo Prazo	(392.919)	(979.068)	(179.340)	(307.993)
Reajuste Tarifário Diferido	-	(591.010)	-	-
Impostos Federais Diferidos	(100.818)	230.700	-	(144.585)
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	-	(76.244)	-	-
Provisão de Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	88.154	309.425	29.217	31.259
Perdas (Reversão) para Perdas com a Conta a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	19.978	(223.016)	19.978	(223.016)
Provisão (Reversão) para Perdas Operacionais	(124.208)	(49.585)	(142.585)	(58.559)
Outros	(17.417)	(2.397)	-	-
	2.063.374	1.422.481	(135.717)	(237.266)
De Terceiros e Acionistas				
Financiamentos Obtidos	2.265.902	1.556.110	30.000	73.587
Alienação de Participação no FIDC	-	-	900.000	-
Recebimento de Quotas do FIDC	-	-	26.611	-
Reversão de Dividendos	538	520	538	520
Dividendos a Receber de Controladas	-	-	1.480.255	1.417.426
Amortização de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	78.760	77.784	-	77.784
Obrigações Especiais	303.613	75.873	-	-
	2.648.813	1.710.287	2.437.404	1.569.317
Outras Origens				
Tributos e Contribuição Social transferidos do Passivo Circulante para Não Circulante	11.425	-	11.425	74.294
Ativo Circulante Líquido Inicial de Controladas Adquiridas	262.390	-	-	-
Redução do Realizável a Longo Prazo	21.045	6.364	-	-
Transferência do Realizável a Longo Prazo para o Circulante				
Depósito Judicial	-	-	4.296	-
Despesas Antecipadas – CVA	54.351	249.900	-	-
Ativo Regulatório -PIS/COFINS	184.071	66.539	-	-
Créditos Tributários	-	101.855	-	54.322
Recomposição Tarifária Extraordinária	300.898	205.109	-	-
Reajuste Tarifário Diferido	764.139	374.864	-	-
Revendedores - Transações com energia livre	94.420	416.584	-	-
Outros	75.307	133.138	-	3
	1.768.056	1.553.913	15.723	128.609
TOTAL DAS ORIGENS	6.470.243	4.686.681	2.317.410	1.460.660
APLICAÇÕES DOS RECURSOS				
Tributos Compensáveis	348.818	70.243	288.889	-
Créditos Tributários transferidos do Ativo Circulante para o Não Circulante	30.962	-	47.125	-
Depósito Judicial	120.428	-	-	-
Despesas Antecipadas – CVA Transferência do Ativo Circulante para o não Circulante	50.697	114.958	-	-
Em Investimentos	552.681	88.825	569.574	58.576
No Imobilizado	1.468.732	1.380.283	-	222
No Diferido	1.998	2.296	-	-
Juros sobre Capital Próprios e Dividendos	1.381.781	2.070.449	1.381.781	2.070.449
Transferência Obrigações Líquidas de Curto Prazo p/ Controladas - Desverticalização	-	-	-	(1.067.324)
Transferência do Passivo Não Circulante para o Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	430.217	307.743	-	-
Tributos e Contribuição Social	346.753	348.097	-	-
Fornecedores - Suprimento	136.010	70.591	-	-
Obrigações Pós-Emprego	220.073	222.337	8.899	16.369
Créditos Tributários	49.676	-	-	-
Encargos Regulatórios	34.683	-	-	-
Passivos Regulatórios - CVA	20.689	-	-	-
Outras	108.333	9.169	15.236	8.573
TOTAL DAS APLICAÇÕES	5.302.529	4.644.991	2.311.504	1.086.865
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**1.167.714**	**41.690**	**5.906**	**373.795**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE				
No fim do exercício				
Ativo Circulante	6.394.600	5.187.838	1.220.034	1.936.294
Passivo Circulante	(5.748.730)	(5.719.682)	(1.453.513)	(2.175.679)
	645.870	(521.844)	(233.479)	(239.385)
No início do exercício-	(521.844)	(563.534)	(239.385)	(613.180)
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**1.167.714**	**41.690**	**5.906**	**373.795**

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, "CEMIG", "Controladora" ou "Companhia", sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como holding desde 1º de janeiro de 2005, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de dezembro de 2006 (informações relativas a mercado atendido e capacidade instalada não auditadas pelos auditores independentes):

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão;

- Cemig Distribuição S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;

- Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME") (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 79,39% do capital social da Light S.A. ("Light"), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A. com 3,8 milhões de consumidores em 31 municípios do estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A. com que detém 852 MW de capacidade instalada;

- Sá Carvalho S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;

- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;

- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG ("GASMIG") (controlada em conjunto - participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais;

- Empresa de Infovias S.A. ("Infovias") (controlada - participação de 100,00%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);

- Efficientia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;

- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a UTE Barreiro S.A.;

- Rosal Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a Cemig PCH S.A.;

- Cemig PCH S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;

- Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;

- UTE Barreiro S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais;

- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;

- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP") (controlada em conjunto - participação de 17,51%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 kV com origem na subestação de Tucuruí e término na subestação de Vila do Conde, no Estado do Pará. A aquisição de participação no capital desta empresa teve seu processo concluído em agosto de 2006. Vide Nota Explicativa nº. 16;

- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE") (controlada em conjunto - participação de 18,35%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 kV, sendo a primeira com origem na subestação Tucuruí e término na subestação de Marabá, no Estado do Pará, e a segunda com origem na subestação de Marabá e término na subestação de Açailândia, no Estado do Maranhão. A aquisição de participação no capital desta empresa teve seu processo concluído em agosto de 2006. Vide Nota Explicativa nº. 16;

- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE") (controlada em conjunto - participação de 18,35%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 kV, com origem na subestação de Vila do Conde e término na subestação de Santa Maria, no Estado do Pará. A aquisição de participação no capital desta empresa teve seu processo concluído em agosto de 2006. Vide Nota Explicativa nº. 16;

- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE") (controlada em conjunto - participação de 14,94%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. A aquisição de participação no capital desta empresa teve seu processo concluído em agosto de 2006. Vide Nota Explicativa nº. 16;

- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("ECTE") (controlada em conjunto - participação de 7,50%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 kV, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, ambas no Estado de Santa Catarina. A aquisição de participação no capital desta empresa teve seu processo concluído em agosto de 2006. Vide Nota Explicativa nº. 16.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2006:

- Cemig Trading S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;

- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto - participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;

- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;

- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé – Araçuaí 230 kV;

- Transchile Charrúa Transmisión S.A. – ("Transchile") (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE's Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 (que eliminou a adoção de qualquer sistema de correção monetária de balanço para fins societários, a partir de 1º de janeiro de 1996); normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação especifica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia adotou, de forma antecipada, nestas demonstrações financeiras, os novos procedimentos de divulgação constantes das deliberações CVM nºs 505 ("Eventos Subseqüentes a Data do Balanço Patrimonial) e 506 ("Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros").

A Companhia já havia adotado, de forma antecipada, em 31 de dezembro de 2005, os principais procedimentos contábeis constantes da Deliberação CVM nº 488 (Normas e Procedimentos de Contabilidade – Apresentação e Divulgações) de 03 de outubro de 2005 e Deliberação CVM nº 489 (Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas) de 03 de outubro de 2005.

As principais alterações resultantes da aplicação dessas Deliberações foram as seguintes:

- Apresentação do grupo "Não circulante" no ativo e no passivo;
- Apresentação da conta "Intangível", classificada no grupo "Não circulante"; e
- Reclassificação dos depósitos judiciais, anteriormente classificados no ativo, para o passivo, como redutor da conta "provisão para contingências", nas situações onde seja aplicável.

Adicionalmente, a CEMIG está apresentando, nos Anexos I, II e III, as demonstrações do fluxo de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por empresa, respectivamente.

Reclassificação de Saldos Contábeis

Para melhor comparabilidade e análise da demonstração do resultado consolidado, a Companhia reclassificou determinados saldos referentes ao exercício de 2005, como segue:

Conta Original	Consolidado e Controladora Valor (R$)	Conta de Reclassificação	Consolidado e Controladora Valor (R$)
Ativo Não Circulante		**Passivo Não Circulante**	
Depósitos Judiciais	(21.880)	Provisão para Contingências	21.880
	(21.880)		21.880

Conta Original	Consolidado Valor (R$)	Controladora Valor (R$)	Conta de Reclassificação	Consolidado Valor (R$)	Controladora Valor (R$)
Custos Operacionais – Custo de Operação			**Despesa Financeira**		
Provisão para Perdas na Recuperação dos valores da RTE	278.166	-	Provisão para Perdas na Recuperação dos valores da RTE	(309.425)	(31.259)
Despesa Operacional					
Outras Despesas Operacionais	31.259	31.259			
	309.425	31.259		(309.425)	(31.259)

A provisão para Perdas na Recuperação dos valores da RTE foi reclassifica para o resultado financeiro por se tratar basicamente da atualização financeira da provisão originalmente constituída, tendo em vista que o ativo que deu origem a provisão também é atualizado monetariamente, com o registro da receita financeira.

Os depósitos judiciais foram reclassificados para atendimento aos novos critérios de divulgação constantes da Deliberação CVA nº 408, mencionada anteriormente.

2.2) Autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras

Em 14 de fevereiro de 2007 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e o conseqüente envio ao Conselho de Administração para aprovação.

2.3) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Especificas do Setor Elétrico

Despesas de Administração - São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados.

Atividades de Controlada não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica - Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da controlada no Grupo de Investimentos, como descrito na Nota Explicativa nº 16. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e demonstrações financeiras específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Disponibilidades - Estão demonstradas ao custo. Os rendimentos auferidos até a data do balanço estão classificados como Outros Créditos, no Ativo Circulante, a valores não superiores aos de realização.

Consumidores e Revendedores - O fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado na data do balanço é contabilizado em regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na Nota Explicativa nº 6.

Estoques - São avaliados ao custo médio de aquisição, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo não Circulante, não sendo depreciados.

Custos não controláveis – CVA - As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "Parcela A") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Cemig Distribuição S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A. e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo ou Passivo (quando o valor efetivamente pago foi inferior ao utilizado para cálculo da tarifa). Após a inclusão das diferenças no reajuste tarifário, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento ou ressarcimento dos valores através das contas de energia.

Investimentos - As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição. Os demais Investimentos são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Imobilizado - Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data.

Depreciação e Amortização - São calculadas sobre o saldo das Imobilizações em Serviço e Investimentos em Consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais - São avaliadas pelo valor recebido de clientes e foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As obrigações especiais não são depreciadas ou amortizadas, sendo apresentadas nos Balanços Patrimoniais como redutoras do Ativo Imobilizado.

Demais Ativos e Passivos - Os sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data dos balanços. Os demais são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos da provisão para perdas, quando aplicável.

Capitalização de Encargos de Empréstimos e Financiamentos - Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às Imobilizações em Curso durante o período de construção.

Obrigações Pós-Emprego - Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registradas com base em cálculos atuariais, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações.

Resultado de Exercícios Futuros - Refere-se ao deságio apurado pela controlada RME na aquisição da Light S.A., com base na expectativa de rentabilidade futura da Companhia adquirida e amortização durante o período da concessão. E será amortizado durante o período de vigência da concessão (até 2026).

Imposto de Renda e Contribuição Social - São provisionados ou constituídos créditos sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, sendo seu efeito lançado no resultado do exercício, observando-se as perspectivas de sua realização.

Resultado - É apurado pelo regime contábil de competência de exercício.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - É calculado com base no número de ações, excluídas as Ações em Tesouraria, na data dos balanços.

Uso de Estimativas - A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração se utilize de estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da CEMIG e Controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Custos não Controláveis – CVA, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Depreciação, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto mencionadas na Nota Explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras das investidas. Todas as controladas, inclusive aquelas em conjunto, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas investidas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações minoritárias no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

As demonstrações financeiras da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas dos princípios fundamentais de contabilidade chilenos para os brasileiros, com a conversão dos pesos chilenos para Reais com base na última cotação do ano.

Deve ser ressaltado que a partir do 3º trimestre de 2006, a Companhia passou a consolidar proporcionalmente as demonstrações financeiras da RME e das empresas de transmissão ETEP, ENTE, ERTE, EATE e ECTE, sendo registrados como equivalência patrimonial e incluídas nos resultados consolidados apurados a partir de 1º de agosto de 2006.

As datas das demonstrações financeiras das sociedades investidas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

4) – DAS CONCESSÕES

A CEMIG e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

			Informações não auditadas	
	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1966	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2005
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2005
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1988	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	01/1999	02/2035
Aimorés	Rio Doce	161,700	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil	Rio Grande	88,200	10/1964	12/2035
Queimado	Rio Preto	86,625	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Capim Branco I	Rio Araguari	50,526	08/2001	08/2036
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	37,333	05/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	30,450	05/1996	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78,000	12/1994	12/2024
Rosal	Itabapoana - RJ	55,000	04/1997	05/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	23,000	12/2005	04/2032
Outras	Diversas	115,210	Diversas	Diversas
Light – UHE Fontes Nova	Ribeirão dos Lajes	26,199	07/1996	06/2026
Light – UHE Nilo Peçanha	Ribeirão dos Lajes	15,421	07/1996	06/2026
Light – UHE Pereira Passos	Ribeirão dos Lajes	19,848	07/1996	06/2026
Light – UHE Ilha dos Pombos	Rio Paraíba do Sul	36,321	07/1996	06/2026
Light – UHE Santa Branca	Rio Paraíba do Sul	11,313	07/1996	06/2026
		6.507,158		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1,000	03/2000	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131,000	01/2006	08/2024
Formoso	Formoso - MG	0,440	04/1999	-
Ipatinga	Ipatinga - MG	40,000	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte	12,900	02/2006	04/2023
		184,340		
TOTAL GERAÇÃO		6.692,499		
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas				
Capim Branco II	Rio Araguari	44,210	08/2001	08/2036
Baguari	Rio Doce	47,600	08/2006	08/2041
TRANSMISSÃO				
Rede Básica	Minas Gerais	-	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais	-	10/2000	10/2030
Transleste - LT Irapé – Montes Claros	Minas Gerais	-	02/2004	02/2034
ETEP – LT Tucuruí – Vila do Conde	Pará	-	06/2001	06/2031
ENTE – LTs Tucuruí – Marabá - Açailândia	Pará/Maranhão	-	12/2002	12/2032
ERTE – LT Vila do Conde – Santa Maria	Pará	-	12/2002	12/2032
EATE – LT Tucuruí – Presidente Dutra	Pará	-	06/2001	06/2031
ECTE – LT Campos Novos - Blumenau	Santa Catarina	-	11/2000	11/2030
Projetos em Andamento				
Transudeste – LT Itutinga – Juiz de Fora	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
Centroeste de Minas – LT Furnas – Pimenta	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
Transirapé – LT Irapé – Araçuaí	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
DISTRIBUIÇÃO				
Norte	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Sul	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Leste	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Oeste	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Light	Rio de Janeiro	-	07/1996	06/2026

As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações acionárias da CEMIG nas controladas e também em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 16.

A transferência das concessões de geração da CEMIG para a Cemig Geração e Transmissão, decorrente da desverticalização, está em processo de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - "ANEEL".

Renovação de concessões de usinas de geração de energia elétrica

Em reunião ocorrida no dia 03 de outubro de 2006, a Diretoria da ANEEL, por maioria, decidiu aprovar o encaminhamento ao Ministério de Minas e Energia - MME de um conjunto de alternativas (devidamente instruídas e apontando suas vantagens e desvantagens) para decisão quanto aos Requerimentos de Prorrogação de Concessões formulados pela controlada Cemig Geração e Transmissão para as usinas de Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias, Emborcação, Nova Ponte e Santa Luzia, com capacidade instalada total de 1.735 MW nos termos das opções a seguir sumarizadas:

I. deferir os Pedidos, prorrogando-se as concessões mencionadas pelo prazo de 20 anos, indistintamente, contados das datas de vencimento das respectivas outorgas;

II. deferir os Pedidos, prorrogando-se as concessões acima identificadas pelo prazo estimado para a depreciação dos ativos reversíveis, limitado a 20 anos;

III. indeferir os Pedidos, total ou parcialmente, com a conseqüente reversão dos ativos para a União e posterior realização das licitações de outorga dessas concessões. Nesta hipótese, poderia o Poder Concedente prorrogar as concessões acima identificadas pelo prazo necessário à operacionalização dos procedimentos licitatórios, bem assim à definição dos critérios para a redução e a forma de indenização dos bens reversíveis;

IV. em qualquer das alternativas elencadas nos subitens I e II, poderia ainda o MME, adicional e complementarmente:

   a) estabelecer que, ao término da vigência dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR celebrados a partir do leilão de energia existente, realizado em dezembro/2004, a energia assegurada das usinas com prazos de concessão prorrogados seja destinada ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR;
   b) optar pela imputação da cobrança pelo Uso de Bem Público, em valor equivalente ao da Reserva Global de Reversão - RGR apurada para cada usina, a partir da extinção deste encargo, prevista para o final de 2010, conforme art. 8º da Lei nº 9.648/98.

Caso o Ministério de Minas e Energia – MME venha indeferir os pedidos de renovação dessas concessões ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a controlada Cemig Geração e Transmissão ("concessão onerosa"), os atuais níveis de atividade e rentabilidade podem ser alterados.

Deve ser ressaltado que a Companhia possui todas as qualificações exigíveis para a prorrogação do prazo de concessão das usinas, conforme consta da Nota Técnica da ANEEL nº 061/2006, de 16 de agosto de 2006, emitida pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração. Desta forma, a Companhia tem a expectativa de renovação das concessões e não são esperadas perdas em função de uma eventual não renovação.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção dos empreendimentos de Porto Estrela e Queimado a Companhia se comprometeu, em conjunto com seus parceiros, a efetuar pagamentos à ANEEL como compensação pela exploração do empreendimento. As informações econômico-financeiras das concessões são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 31/12/06	Valor Presente em 31/12/06 (*)	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela	271.451	63.697	08/2001 a 07/2032	IGP-M
Queimado	7.481	2.755	01/2004 a 12/2032	IGP-M

(*) O valor presente das concessões de Porto Estrela e Queimado foi calculado a uma taxa de 10,00% ao ano e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses correspondem a R$91 e R$273 (valor nominal de R$96 e R$286), respectivamente.

As parcelas pagas ao poder concedente referente as usinas de Porto Estrela e Queimado no exercício de 2006 corresponderam a R$95 e R$275, respectivamente.

As concessões a serem pagas à ANEEL prevêem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a CEMIG reconhece as despesas incorridas em contrapartida ao Exigível a Longo Prazo – Outros, de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido, conforme indicado anteriormente, em atendimento ao princípio da competência de exercícios.

No término da concessão, o valor residual dos empreendimentos deverá ser ressarcido pelo Poder Concedente a Companhia.

5) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Contas Bancárias	134.324	64.142	1.847	3.462
Aplicações Financeiras - Certificado de Depósito Bancário	1.241.177	1.279.993	21.542	297.058
	1.375.501	**1.344.135**	**23.389**	**300.510**

As aplicações financeiras da CEMIG e suas controladas têm sua remuneração baseada, substancialmente, na variação do CDI ("Certificado de Depósito Interfinanceiro") com prazo de resgate inferior a 90 dias.

6) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Consolidado

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Residencial	415.878	355.634	178.131	45.894	215.607	108.004	809.616	509.532
Industrial	308.034	211.472	57.954	29.729	307.556	250.262	673.544	491.463
Comércio, Serviços e Outras	228.122	171.912	70.641	23.553	134.072	94.207	432.835	289.672
Rural	57.586	48.674	16.138	7.042	17.636	17.368	91.360	73.082
Poder Público	39.821	34.626	17.558	2.997	35.686	18.114	93.065	55.737
Iluminação Pública	85.361	64.755	12.578	3.566	24.989	9.138	122.928	77.459
Serviço Público	87.239	38.750	2.457	551	74.948	4.571	164.644	43.872
Subtotal – Consumidores	1.222.041	925.823	355.457	113.332	810.494	501.862	2.387.992	1.540.817
Suprimento a Outras Concessionárias	145.904	17.827	-	-	-	-	145.904	17.827
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(458.913)	(214.865)	(458.913)	(214.865)
	1.367.945	**943.650**	**355.457**	**113.332**	**351.581**	**286.797**	**2.074.983**	**1.343.779**

Controladora

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Residencial	-	-	-	-	29.363	33.454	29.363	33.454
Industrial	-	-	-	-	42.044	47.767	42.044	47.767
Comércio, Serviços e Outras	-	-	-	-	22.031	23.707	22.031	23.707
Rural	-	-	-	-	5.245	5.458	5.245	5.458
Poder Público	-	-	-	-	1.452	1.883	1.452	1.883
Iluminação Pública	-	-	-	-	2.676	2.676	2.676	2.676
Serviço Público	-	-	-	-	1.113	1.212	1.113	1.212
Subtotal – Consumidores	-	-	-	-	103.924	116.157	103.924	116.157
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(103.924)	(116.157)	(103.924)	(116.157)
	-	-	-	-	-	-	-	-

Encontra-se registrado no Ativo Realizável a Longo Prazo Consolidado valores a receber, no montante de R$50.357 (R$84.190 em 31 de dezembro de 2005), referentes a renegociações de débitos com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, a serem quitados até setembro de 2012, e Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, a serem quitados até março de 2010.

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Residencial	159.599	80.941	29.363	33.454
Industrial	132.065	64.821	42.044	47.767
Comércio, Serviços e Outras	86.335	47.567	22.031	23.707
Rural	12.922	9.192	5.245	5.458
Poder Público	17.848	3.741	1.452	1.883
Iluminação Pública	13.990	5.863	2.676	2.676
Serviço Público	36.154	2.940	1.113	1.212
	458.913	**214.865**	**103.924**	**116.157**

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2006 é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2005	214.865	116.157
Constituição (reversão) da Provisão	128.618	(12.233)
Saldo Inicial de Controladas	126.792	
Baixa de Contas a Receber	(11.362)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2006	**458.913**	**103.924**

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais; (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

7) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Ativos				
Recomposição Tarifária extraordinária e Parcela "A" – Nota nº 8	1.334.607	1.273.105	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 9	157.693	321.800	-	-
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 13	918.719	1.175.439	-	-
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 15	323.518	443.653	-	-
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 10	619.636	585.870	-	-
	3.354.173	3.799.867	-	-
Passivos				
Fornecedores – Repasse aos Geradores pela Compra de Energia Livre – Nota nº 18	(352.039)	(362.000)	-	-
Fornecedores – CCEE – Energia Livre – Nota nº 18	(78.989)	(118.527)	-	-
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota nº 10	(448.050)	(239.703)	-	-
	(879.078)	(720.230)		-
Impostos, Taxas e Contribuições - Obrigações Diferidas – Nota nº 19	(957.085)	(1.108.513)	(96.851)	(85.426)
	(1.836.163)	(1.828.743)	(96.851)	(85.426)
Total	**1.518.010**	**1.971.124**	**(96.851)**	**(85.426)**

8) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A"

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que define os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE"), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela "A" ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 16,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.

- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.

- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R$49,26/MWh ("energia livre"). Como a Cemig Distribuição S.A. e a Light são apenas repassadoras às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada simultaneamente para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre.

Os créditos da RTE referentes a perdas com o racionamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Os créditos de RTE referente à energia livre são atualizados pela SELIC e adicionados de 1,00% de juros ao ano para os valores a serem repassados para os geradores que obtiveram empréstimos do BNDES.

O ICMS incidente sobre o saldo consolidado da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R$165.890 em 31 de dezembro de 2006 (R$180.805 em 31 de dezembro de 2005), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A Companhia, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

Provisão para perdas

A CEMIG e suas controladas elaboraram estudos para verificar se o prazo estipulado pela ANEEL para recuperação dos valores homologados será suficiente. Na elaboração deste estudo são consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base nos estudos, foi estimada em R$406.216 a provisão para perdas na realização dos valores da RTE (R$277.000 em 31 de dezembro de 2005), registrada como redutora do ativo respectivo e com contrapartida no resultado financeiro.

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela "A" deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado	
	2006	2005
	Total	Total
CEMIG - Controladora		
Perdas com o Racionamento	223.933	194.715
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	(223.933)	(194.715)
	-	-
Cemig Distribuição S.A		
Perdas com o Racionamento	299.069	436.775
Repasse a ser efetuado aos geradores	337.370	366.730
Parcela A	632.368	549.885
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	(90.044)	(82.285)
	1.178.783	1.273.105
RME - Light		
Perdas com o Racionamento	101.507	-
Repasse a ser efetuado aos geradores	70.720	-
Parcela A	75.836	-
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	(92.239)	-
	155.824	-
Total da RTE e da Parcela "A"	**1.334.607**	**1.273.105**
Ativo Circulante	355.599	271.800
Realizável a Longo Prazo	979.008	1.001.305

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre estão registrados no Passivo Circulante e Não Circulante, na conta de Fornecedores, no montante de R$124.557 e R$227.482 (R$97.877 e R$264.123 em 31 de dezembro de 2005), respectivamente.

9) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE DURANTE O PROGRAMA DE RACIONAMENTO

Os direitos da subsidiária Cemig Geração e Transmissão referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2006	2005
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	402.752	517.681
Provisão para perdas na realização	(245.059)	(195.881)
	157.693	321.800
Circulante	123.056	225.771
Realizável a Longo Prazo	34.637	96.029

Os valores a receber referem-se à diferença entre os preços pagos nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R$49,26/MWh.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidores com valores a receber, entre os quais está incluída a subsidiária Cemig Geração e Transmissão, desde março de 2003.

Os direitos da subsidiária Cemig Geração e Transmissão no âmbito da CCEE são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas

A subsidiária Cemig Geração e Transmissão recebe os valores da RTE de outras distribuidoras, que têm um prazo limite, estipulado pela ANEEL, para arrecadar a RTE e repassar os valores devidos à Companhia.

Foi elaborado estudo para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Com base no estudo, foi estimada em R$245.059 a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre em 31 de dezembro de 2006 (R$195.881 em 31 de dezembro de 2005), registrada como redutora do ativo respectivo e com contrapartida no resultado financeiro.

10) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVO REGULATÓRIO – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela "A" – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis das Distribuidoras, utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2006	2005
Cemig Distribuição	143.204	346.167
RME - Light	28.382	-
	171.586	**346.167**
Ativo Circulante	459.698	539.321
Realizável a Longo Prazo	159.736	46.549
Passivo Circulante	(328.143)	(208.195)
Passivo Não Circulante	(119.907)	(31.508)
Valores Líquidos	**171.586**	**346.167**

11) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Circulante				
ICMS a Recuperar	15.088	8.030	3.506	3.506
Imposto de Renda	144.350	296.569	7.325	191.777
Contribuição Social	42.893	40.963	5	15.646
Outros	81.866	14.129	1.605	4.890
	284.197	359.711	12.443	215.819
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	312.434	219.362	367	135
Imposto de Renda	260.013	-	260.013	-
Contribuição Social	28.644	-	28.644	-
	601.091	219.362	289.024	135
	885.288	**579.073**	**301.467**	**215.954**

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se basicamente a antecipações líquidas de pagamentos referentes às obrigações a pagar do exercício de 2006 e retenções sobre os Juros sobre o Capital Próprio das controladas. Também encontram-se provisionados valores apurados na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ de exercícios anteriores, que poderão ser compensados nos anos subseqüentes, com outros impostos federais que venham a ser apurados.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A Companhia está em processo de adequação aos novos requerimentos de informações eletrônicas exigidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o que permitirá a compensação dos créditos a partir do 2º trimestre de 2007.

12) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Créditos Tributários sobre:				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	367.944	61.846	108.152	46.036
Provisão para Contingências	163.185	116.067	73.668	114.612
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	190.072	160.760	76.137	66.203
Obrigações Pós-Emprego	48.279	-	2.423	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	166.697	80.685	35.334	39.493
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	58.524	72.198	7.455	6.536
Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - Light	(239.472)	-	-	-
Outros	48.153	25.819	1.335	1.291
	804.382	**517.415**	**304.504**	**276.171**
Ativo Circulante	125.790	107.078	24.047	42.839
Realizável a Longo Prazo	678.592	410.337	280.457	233.332

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 08 de fevereiro de 2007, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 14 de fevereiro de 2007.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2006, conforme estimativa a seguir:

	Consolidado	Controladora
2007	125.790	24.047
2008	336.193	129.041
2009	93.439	32.612
2010	96.319	38.305
2011	77.674	27.682
2012 a 2014	269.055	32.606
2015 a 2016	45.384	21.811
(-) Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - RME-Light	(239.472)	-
	804.382	304.504

Além da provisão para não recuperação de créditos tributários da Light, a Controladora possui, em 31 de dezembro de 2006, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no montante de R$442.760 (R$3.720 em 31 de dezembro de 2005). A Administração acredita que determinadas obrigações, pela sua natureza, serão realizadas em um prazo superior a 10 anos. Para estes casos, o respectivo crédito tributário não foi reconhecido.

Os créditos não provisionados referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no exercício de 2006 (conforme nota explicativa nº 14). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no valor de R$558.639. Parcela desses valores, no montante de R$422.649 não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O valor registrado como provisão para não recuperação, reconhecido pela Light em exercícios anteriores, refere-se a créditos tributários sobre perdas fiscais acumuladas. Embora as atuais projeções de resultados da Light indiquem que a geração de lucros tributáveis é suficiente para absorver a totalidade dos créditos fiscais, os mesmos não foram reconhecidos uma vez que a Light não possui histórico de lucro tributável nos últimos três anos, conforme determina a Instrução CVM nº 371.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.084.160	1.836.234	1.533.491	1.322.027
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(708.614)	(626.000)	(521.387)	(449.489)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Provisão para Perda sobre as Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	142.577	75.826	142.577	75.826
Provisão (Reversão) referente à Contribuição Social sobre Correção Monetária Complementar	(2.619)	51.125	(2.619)	51.125
Reversão referente ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (Exigibilidade Suspensa)	-	7.266	-	7.266
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	542.162	527.072
Juros sobre Capital Próprio de Controladas	-	-	(140.268)	(172.652)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(9.179)	(6.178)	(233)	(218)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(11.413)	9.994	(130)	13.580
Outros	61.652	16.436	(3.819)	(6.138)
Imposto de Renda e Contribuição Social–Receita (Despesa) Efetiva	**(527.596)**	**(470.531)**	**16.283**	**46.372**

13) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Cemig Distribuição.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas da Cemig Distribuição em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% será compensada através de um acréscimo de R$301.334, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2004 a 2007, cumulativamente.

O reajuste aplicado às tarifas que passaram a vigorar em 8 de abril de 2004 incluiu um percentual adicional de 2,91%, que corresponde a R$159.388. Como o valor da 1ª parcela deveria ter sido de R$301.334, a diferença de R$141.946 será compensada nos reajustes tarifários de 2005 a 2007.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig Distribuição tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado	
	2006	2005
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	949.612	949.612
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	361.044	206.795
Atualização Monetária – IGP-M	137.107	99.469
(-) Valores Arrecadados	(519.044)	(80.437)
	918.719	1.175.439
Ativo Circulante	791.231	321.445
Realizável a Longo Prazo	127.488	853.994

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 31 de dezembro de 2006 é de R$397.346.

14) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC ("Contrato da CRC"), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2004 a R$2.941.599.

Como resultado da conciliação realizada entre a CEMIG e o Estado dos critérios de atualização do contrato, desde a sua assinatura, conforme estabelecia no parágrafo único da Cláusula Primeira do Quarto Aditivo da CRC, o saldo devedor será reduzido de R$102.131, chegando-se ao valor de R$2.839.468, data base de 31 de dezembro de 2004, sendo que o valor de face em 31 de dezembro de 2006 corresponde a R$3.252.585.

O Governo do Estado amortizará o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R$29.416 e a 61ª no valor de R$76.482, a valores de 31 de dezembro de 2004 e com o resultado da conciliação os valores das parcelas serão reduzidas na mesma proporção, conforme parágrafo anterior.

A amortização do débito far-se-á prioritariamente pela retenção de 65,00% dos dividendos e juros sobre o capital próprio devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda a retenção poderá ser, a partir de 01 de janeiro de 2008, superior a 65%. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2006, já haviam sido amortizadas de forma antecipada as prestações do contrato com vencimento previsto para 30 de junho e 31 de dezembro de 2007.

Excepcionalmente em 2006, R$30.000 dos dividendos retidos foram utilizados para aquisição, pelo Governo do Estado, de debêntures da CEMIG emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social no seu artigo 11, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente conforme destacamos as principais a seguir:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida (3)

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.
(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;
(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;
(3) Para os exercícios de 2006 e 2007 os índices requeridos serão de 65,00% e 55,00% respectivamente.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado pelo valor total de R$1.659.125, sendo R$900.000 de quotas seniores e R$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e serão amortizadas em 20 parcelas semestrais, a partir de junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

c) Provisão para perdas

Para definição do valor do FIDC a ser registrado, a Companhia elaborou uma projeção de resultados que não contemplou as novas aquisições de ativos previstas no Plano Diretor, e calculou o fluxo de caixa descontado dos 65,00% de dividendos a serem retidos até o vencimento da última parcela em 2035, utilizando uma taxa livre de desconto de 10,00% ao ano.

Em 27 de janeiro de 2006, data da constituição do FIDC, a diferença entre a avaliação do saldo do Fundo, com base na projeção de resultados utilizada pelo administrador do FIDC (R$1.659.125) e a avaliação da CEMIG (R$1.539.961) foi registrada como uma provisão para perdas no valor de R$119.164. Em função da revisão das projeções da Companhia em dezembro de 2006, o valor da provisão foi integralmente revertido no resultado de 2006.

A movimentação do Contas a Receber do Contrato da CRC e do FIDC em 2006 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Contrato da CRC	
Saldo em 31 de dezembro de 2005	1.518.672
Juros e Variação Monetária (até 27 de janeiro de 2006)	41.267
Provisão para perdas	(19.978)
Saldo em 27 de janeiro de 2006	1.539.961
Fundo de Direitos Creditórios – FIDC	
Valor de Constituição do FIDC em 27 de janeiro de 2006 (líquido da provisão para perdas)	1.539.961
Atualização monetária das quotas seniores	134.940
Atualização monetária das quotas subordinadas	10.968
Amortização das quotas seniores	(52.149)
Amortização das quotas subordinadas	(26.611)
Reversão de provisão para perdas na CEMIG referente às quotas subordinadas	119.164
Saldo do FIDC em 31 de dezembro de 2006	1.726.293
Composição do FIDC em 31 de dezembro de 2006	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	981.791
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	683.228
Dividendos retidos pelo Fundo	61.274
	744.502
TOTAL	1.726.293

A CEMIG efetuou pagamento de dividendos em 10 de agosto de 2006 e 28 de dezembro de 2006, os quais foram utilizados para amortização das cotas seniores, subordinadas e de despesas operacionais do FIDC, nos montantes de R$55.697, R$3.634, e R$1.943 respectivamente. Entretanto, a amortização somente foi efetivada em 3 de janeiro de 2007.

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos e juros sobre o capital próprio pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2006, após a aprovação pela Assembléia de Acionistas. Dos dividendos a serem distribuídos, R$307.894 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, R$128.148 deverão ser retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos. O valor remanescente de R$179.746 será pago ao Governo do Estado de Minas Gerais.

d) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

15) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia através das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

	Consolidado	
	31/12/2006	31/12/2005
Cemig Distribuição	298.510	413.790
Cemig Geração e Transmissão	-	29.863
RME – Light	25.008	-
	323.518	443.653
Ativo Circulante	107.959	69.031
Realizável a Longo Prazo	215.559	374.622

16) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	2.950.912	2.920.207
Cemig Distribuição	-	-	2.349.982	2.311.504
Infovias	-	-	297.471	272.583
Rosal Energia	-	-	105.105	117.499
Sá Carvalho	-	-	92.876	113.446
GASMIG	-	-	152.317	93.764
Horizontes Energia	-	-	66.098	71.614
Usina Térmica Ipatinga	-	-	65.488	72.061
Cemig PCH	-	-	51.438	49.381
Cemig Capim Branco Energia	-	-	46.464	31.050
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	14.610	12.552
UTE Barreiro	-	-	10.163	11.918
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	7.200	6.041
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	192	5.514
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	5.473	5.473
Transchile	-	-	13.370	4.186
Efficientia	-	-	3.208	3.032
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	1.609	2.801
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	6.662	2.671
Rio Minas Energia Participações	-	-	212.015	-
Cemig Trading	-	-	253	160
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	14.942	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	27.026	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	6.019	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	51.252	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	5.330	-
	-	-	6.557.495	6.107.457
Em Consórcios	979.485	967.055	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	-	-	7.272	8.391
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	31.597	35.547
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	27.420	-
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	40.549	-
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	9.266	-
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	154.047	-
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	7.467	-
Em Outros Investimentos	19.390	9.968	3.711	3.535
	998.875	977.023	281.349	47.473
	998.875	**977.023**	**6.838.844**	**6.154.930**

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2006			Janeiro a dezembro de 2006	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	2.950.912	583.403	614.106
Cemig Distribuição	2.261.897.787	100,00	2.261.898	2.349.562	731.089	789.587
Infovias	331.066.000	100,00	331.066	247.514	-	23.405
Rosal Energia	88.944.467	100,00	88.945	105.105	30.630	16.239
Sá Carvalho	880.000.000	100,00	88.833	92.876	44.185	24.583
GASMIG	196.155.000	55,19	137.058	275.974	13.370	79.620
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	66.098	16.384	11.809
Usina Termica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	65.466	13.378	8.618
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	51.438	9.232	9.718
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	46.484	18.171	19.127
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	58.436	576	6.837
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	10.183	-	(1.755)
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	50.000	30.000	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	192	6.503	180
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	22.340	-	-
Transchile	22.000	49,00	27.286	27.286	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	3.208	238	414
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	1.609	2.794	1.602
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	13.063	-	-
Rio Minas Energia	12.000	25,00	709.310	848.056	-	138.746
Cemig Trading	10.000	100,00	160	253	-	93
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	45.000.010	17,51	56.751	65.335	-	19.489
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.640.000	18,35	100.640	138.996	43.005	34.492
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	30.702	7.485	6.849
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	14,94	232.328	343.147	-	84.368
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	64.783	22.028	26.486

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2005			Janeiro a dezembro de 2005	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.886.785.358	100,00	2.886.785	2.920.207	445.029	488.451
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.311.504	940.623	890.129
Infovias	331.066.000	99,94	331.066	222.763	-	(966)
Rosal Energia	88.944.467	100,00	88.944	117.499	-	18.588
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	113.448	18.135	22.896
GASMIG	166.030.754	55,19	76.660	169.884	7.789	51.660
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.257	71.614	-	6.378
Usina Termica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	72.061	1.756	7.277
Cemig PCH	1.000	100,00	1	49.361	-	-
Cemig Capim Branco Energia	1.000	100,00	1	31.050	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	10.000	12.552	-	160
UTE Barreiro	1.000	100,00	1	11.918	-	-
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	25.171	25.171	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	5.514	659	5.503
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	22.340	-	-
Transchile	22.000	49,00	4.186	4.186	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	3.032	-	191
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	2.801	5.455	2.794
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	5.238	-	-
Cemig Trading	10.000	100,00	10	190	-	-

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31.12.2005	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	31.12.2006
Cemig Geração e Transmissão	2.920.207	614.106	-	(583.403)	-	2.950.912
Cemig Distribuição	2.311.504	769.567	-	(731.059)	-	2.349.982
Infovias	272.583	23.405	577	-	906	297.471
Rosal Energia	117.499	18.239	-	(30.630)	(3)	105.105
Sá Carvalho	113.446	24.583	-	(44.155)	(956)	92.878
GASMIG	93.764	43.944	-	(7.379)	21.988	152.317
Horizontes Energia	71.614	11.809	-	(16.364)	(941)	66.008
Usina Térmica Ipatinga	72.061	6.816	-	(13.376)	(13)	65.488
Cemig PCH	49.381	9.715	1.571	(9.232)	-	51.438
Cemig Capim Branco Energia	31.050	19.127	14.478	(18.171)	-	46.484
Companhia Transleste de Transmissão	12.552	2.210	-	(144)	(8)	14.610
UTE Barreiro	11.918	(1.755)	-	-	-	10.163
Companhia Transudeste de Transmissão	6.041	-	1.252	-	(93)	7.200
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	5.514	180	-	(5.503)	1	192
Companhia Transirapé de Transmissão	5.473	-	-	-	-	5.473
Transchile	4.186	-	9.184	-	-	13.370
Efficientia	3.032	414	-	(238)	-	3.208
Central Termelétrica de Cogeração	2.801	1.602	-	(2.794)	-	1.609
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	2.671	-	3.991	-	-	6.662
Rio Minas Energia	-	34.684	177.415	-	(84)	212.015
Cemig Trading	160	93	-	-	-	253
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	-	2.046	14.722	(1.863)	37	14.942
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	-	4.335	29.073	(6.369)	(13)	27.026
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	-	674	8.332	(988)	1	8.019
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	-	7.696	50.799	(7.325)	(116)	51.252
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	-	886	5.812	(1.180)	-	5.330
	6.107.457	**1.594.595**	**315.006**	**(1.480.256)**	**20.692**	**6.557.495**

O valor registrado na coluna "outros" da Gasmig refere-se a ganho na incorporação da TSS Participações S.A. subsidiária integral da Gaspetro, que detinha 39,5% de participação no capital da Gasmig.

Os saldos integrais das controladas em 2006 cuja consolidação foi proporcional são como segue:

	Gasmig	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile
Ativo						
Circulante	349.362	13.435	6.244	186	6.269	5.013
Não Circulante	185.773	122.627	53.413	12.920	59.282	24.522
Total do ativo	535.135	136.062	59.657	13.106	65.551	29.535
Passivo						
Circulante	259.124	9.185	105	43	230	2.249
Não Circulante	37	68.441	37.212	-	35.321	26.483
Patrimônio líquido	275.974	58.436	22.340	13.063	30.000	803
Total do passivo	535.135	136.062	59.657	13.106	65.551	29.535
Demonstração do Resultado						
Receita bruta de vendas	539.999	20.750	-	-	-	-
Deduções da receita bruta	(119.100)	(1.243)	-	-	-	-
Receita líquida de vendas	420.899	19.507	-	-	-	-
Custo das vendas	(285.785)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	135.114	19.507	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(43.578)	(5.723)	-	-	-	-
Resultado Financeiro Líquido	(1.762)	(4.319)	-	-	-	-
Lucro operacional	89.774	9.465	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(23.524)	(628)	-	-	-	-
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	66.250	8.837	-	-	-	-
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	13.370	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	79.620	8.837	-	-	-	-

	RME	ETEP	ENTE	ERTE	EATE	ECTE
Ativo						
Circulante	3.037.604	47.748	57.259	8.348	234.991	43.114
Não Circulante	5.171.628	137.082	435.744	77.341	626.822	140.531
Total do ativo	8.209.232	184.830	493.003	85.689	861.813	183.645
Passivo						
Circulante	1.742.783	17.139	99.324	14.007	82.334	37.535
Não Circulante	5.618.393	82.356	254.693	40.980	436.332	81.327
Patrimônio líquido	848.056	85.335	138.986	30.702	343.147	64.783
Total do passivo	8.209.232	184.830	493.003	85.689	861.813	183.645
Demonstração do Resultado (*)						
Receita bruta de vendas	3.325.609	21.739	49.426	8.751	94.477	21.436
Deduções da receita bruta	(1.035.092)	(1.423)	(3.096)	(538)	(5.996)	(1.311)
Receita líquida de vendas	2.290.517	20.316	46.330	8.213	88.481	20.125
Custo das vendas	(1.098.830)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	1.191.687	20.316	46.330	8.213	88.481	20.125
Despesas gerais e administrativas	(750.637)	(4.577)	(10.866)	(2.269)	(18.568)	(3.101)
Resultado Financeiro Líquido	(132.330)	(3.175)	(12.582)	(3.342)	(14.835)	(3.382)
Lucro operacional	308.720	12.564	22.902	2.602	55.078	13.642
Imposto de Renda e Contribuição Social	(169.974)	(3.598)	(3.910)	(376)	(15.273)	(1.779)
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	138.748	8.966	18.992	2.226	39.805	11.863
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	138.748	8.966	18.992	2.226	39.805	11.863

(*) Referem-se ao período de agosto a dezembro de 2006

b) Aquisição de participação na Light (informações sobre mercado atendido e capacidade instalada não auditadas pelos auditores independentes)

A CEMIG, através da Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME"), constituída em parceria com a Andrade Gutierrez Concessões S.A., a J.L.A. Participações S.A. e o Pactual Energia Participações S.A. com participação de 25% (vinte e cinco por cento) para cada acionista, celebrou em 28 de março de 2006, com a EDF International S.A. ("EDFI"), um Contrato de Compra e Venda de Ações ("Contrato"), referente à aquisição de participação societária que a EDFI detinha, direta e indiretamente, na Light, correspondente a 79,39% (setenta e nove vírgula trinta e nove por cento) do capital social total da Light, holding que controla integralmente, entre outras empresas, a concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A., que possui 3,8 milhões de consumidores (6,4% do mercado nacional) em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro e a geradora Light Energia S.A., que detém 852 MW de capacidade instalada em usinas hidrelétricas.

Em 10 de agosto de 2006 foi concluída a negociação, sendo que a RME pagou o valor equivalente a US$319.810 mil pela participação da EDFI na Light.

Foi apurado um deságio na aquisição, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, será amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor do deságio (R$90.080) está sendo apresentado na consolidação como Resultado de Exercícios Futuros.

c) Aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia

A CEMIG, em parceria com a MDU Brasil Ltda. e a Brascan Brasil Ltda. concluíram em 16 de agosto de 2006 o processo de aquisição das participações societárias que a SCHAHIN Holding S.A. detinha em concessionárias de transmissão de energia elétrica. Em função dessa negociação e com a assinatura de acordo de acionistas, a Companhia passou a participar do controle das empresas transmissoras adquiridas, conforme maiores detalhes descritos abaixo:

Empresa	Participação Cemig %	Valor pago	Ágio Aportado
Empresa Paraense de Transmissão de Energia	17,51	42.609	27.687
Empresa Norte de Transmissão de Energia	18,35	70.273	41.201
Empresa Regional de Transmissão de Energia	18,35	15.767	9.435
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia	14,94	207.468	156.669
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia	7,50	13.209	7.597
		349.326	**242.789**

O ágio na aquisição, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões de transmissão. A amortização do ágio será reconhecida durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas demonstrações financeiras consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Ativo Imobilizado - Intangíveis.

d) Investimentos na Infovias

Em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG possuía adiantamentos para aumento de capital na Infovias, ainda não integralizados, no montante de R$49.957, classificados no saldo de investimentos.

O ágio na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado e está sendo amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

Venda da Way TV

Em leilão realizado no dia 27 de julho de 2006, a Way TV Belo Horizonte S.A. foi integralmente vendida à TNL PCS Participações S.A., controlada da Tele Norte Leste Participações S.A., pelo valor de R$132 milhões com ágio de 65% sobre o preço mínimo estabelecido no edital. A Way TV é controlada (65% de participação) da Infovias. A concretização da operação depende de autorização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. O lucro em função dessa alienação, no montante estimado de R$44.200 (não auditado) não foi reconhecido nestas Demonstrações Financeiras.

e) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 2006	Consolidado 2005
Controladora				
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,53	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,58	171.856	171.856
Usina de Queimado	82,50	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,91	512.946	-
Usinas Capim Branco I	21,05	2,51	25.378	-
Depreciação acumulada			(57.645)	(32.174)
Total em operação			940.313	427.460
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50		297	232
Usina de Funil	49,00		9.041	8.411
Usina de Aimorés	49,00		7.073	499.920
Usina de Baguari	34,00		4.826	-
Usinas Capim Branco I e II	21,05		17.935	31.032
Total em construção			39.172	539.595
Total Consórcios			**979.485**	**967.055**

Em 8 de maio de 2006 foi inaugurada a Usina de Aimorés.

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Norte de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	33,33
Usina Igarapava	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina Capim Branco I e II	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMN	12,63
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

17) – IMOBILIZADO

	Consolidado			
	2006			2005
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	**19.226.718**	**(8.208.580)**	**11.118.138**	**8.395.231**
- Distribuição	9.349.455	(4.331.000)	5.018.455	4.041.586
Intangíveis	62.464	(41.778)	20.686	7.225
Terrenos	31.044	-	31.044	15.744
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	285.295	(137.550)	147.745	122.028
Máquinas e Equipamentos	8.912.711	(4.113.268)	4.799.443	3.879.779
Veículos	36.948	(22.650)	14.298	16.485
Móveis e Utensílios	20.993	(15.754)	5.239	327
- Geração	7.307.526	(2.790.103)	4.517.423	3.255.903
Intangíveis	66.775	(36.189)	48.586	54.173
Terrenos	219.858	-	219.858	138.978
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.881.224	(1.287.074)	2.594.150	1.858.012
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	985.540	(334.193)	651.347	393.166
Máquinas e Equipamentos	2.147.467	(1.125.003)	1.022.464	811.777
Veículos	3.278	(2.755)	523	253
Móveis e Utensílios	3.364	(2.889)	475	124
- Transmissão	1.714.110	(608.776)	1.105.334	656.651
Intangíveis	247.128	(1.792)	245.336	6.044
Terrenos	2.973	-	2.973	2.920
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	99.163	(49.775)	49.388	51.485
Máquinas e Equipamentos	1.364.094	(556.884)	807.410	596.087
Veículos	118	(58)	60	2
Móveis e Utensílios	634	(467)	167	113
- Administração	475.671	(315.050)	160.621	136.126
Intangíveis	100.496	(68.957)	31.539	39.660
Terrenos	3.995	-	3.995	1.766
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	75.113	(37.219)	37.894	25.456
Máquinas e Equipamentos	214.841	(145.900)	68.941	83.153
Veículos	36.166	(28.916)	7.252	4.976
Móveis e Utensílios	45.058	(34.058)	11.000	915
- Telecomunicações	396.859	(145.095)	251.764	286.322
Intangíveis	38.736	(14.627)	24.109	25.286
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	156	(5)	151	154
Máquinas e Equipamentos	357.167	(130.115)	227.052	240.383
Móveis e Utensílios	730	(348)	382	429
- Gás	83.097	(18.556)	64.541	38.641
Intangíveis	577	-	577	210
Terrenos	42	-	42	36
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1.611	(381)	1.230	1.288
Máquinas e Equipamentos	80.520	(18.065)	62.455	36.858
Móveis e Utensílios	347	(110)	237	249
Em Curso	**1.961.595**	**-**	**1.961.595**	**2.393.725**
- Distribuição	1.503.768	-	1.503.768	859.881
- Geração	116.281	-	116.281	1.314.977
- Transmissão	163.733	-	163.733	82.482
- Administração	148.285	-	148.285	99.934
- Telecomunicações	6.811	-	6.811	3.951
- Gás	22.917	-	22.917	32.500
Total do Imobilizado	**21.288.313**	**(8.208.580)**	**13.079.733**	**10.788.956**
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			(2.250.076)	(1.890.568)
Imobilizado Líquido			**10.829.657**	**8.898.388**

	Controladora			
	2006			2005
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	6.006	(4.375)	1.631	**1.972**
- Administração	6.006	(4.375)	1.631	1.972
Intangíveis	2.950	(2.162)	788	1.371
Máquinas e Equipamentos	2.442	(1.625)	817	568
Móveis e Utensílios	614	(588)	26	33
Em Curso	860	-	860	**5.476**
- Administração	860	-	860	5.476
Total do Imobilizado	6.866	(4.375)	2.491	7.448

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor contábil residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Distribuição o montante de R$930.639, em 31 de dezembro de 2006 (R$451.436 em 31 de dezembro de 2005), referente ao Programa "Luz para Todos".

O Programa Luz para Todos teve como meta inicial a ligação de 176 mil consumidores (informação não auditada), basicamente na área rural, com um custo total estimado de R$1.641.313. O Programa tem a participação de recursos do Governo Federal e Governo Estadual, nos valores de R$665.406 e R$160.849, respectivamente. O valor remanescente, no montante de R$815.058, está sendo financiado através de recursos próprios da Companhia.

No quarto trimestre de 2006, em função da entrada em operação da usina de Irapé, os custos referentes à construção do empreendimento, no montante de R$1.199.786 foram transferidos para o Imobilizado em Serviço. A despesa de depreciação referente a este empreendimento para o exercício de 2006, no montante de R$13.603 foi reconhecida no resultado do exercício.

A Companhia tem terrenos e edificações registrados como Ativo Imobilizado - Administração, que foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R$9.636 em 31 de dezembro de 2006.

As principais taxas anuais de depreciação são as seguintes:

	2006	2005
Geração		
Hidrelétricas	2,40%	2,44%
Termelétricas	1,44%	1,58%
Transmissão	2,98%	2,98%
Distribuição (incluindo Sistema de Transmissão Associado)	3,35%	4,67%
Administração e outras	9,23%	9,06%
Telecomunicações	7,94%	7,94%
Gás	5,96%	5,96%

18) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	224.052	210.495	-	-
Furnas	65.816	38.854	-	-
CCEE	34.543	49.561	-	-
Repasse aos Geradores	124.557	97.877	-	-
Outros	187.102	96.093	-	-
	636.070	492.880	-	-
Materiais e Serviços	277.703	271.961	6.346	20.202
	913.773	**764.841**	**6.346**	**20.202**
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	227.482	264.123	-	-
CCEE	44.446	69.966	-	-
Outros	-	3.980	-	-
	271.928	**337.069**	-	-

Parte substancial dos valores devidos a CCEE serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

19) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Circulante				
Imposto de Renda	65.872	38.749	-	3.665
Contribuição Social	25.250	8.593	-	-
ICMS	262.064	232.156	19.800	23.402
COFINS	74.395	42.723	2.279	8.746
PASEP	17.155	8.219	497	1.539
INSS	17.110	13.848	-	-
Outros	25.147	14.963	415	729
	487.013	**357.251**	**22.991**	**38.080**
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	299.152	182.561	-	-
Contribuição Social	107.695	65.722	-	-
COFINS	82.752	50.252	-	-
PASEP	17.965	10.911	-	-
	507.564	**309.446**	-	-
	994.577	**666.697**	**22.991**	**38.080**
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	264.310	478.025	55.983	48.679
Contribuição Social	94.500	168.770	20.154	17.524
COFINS	67.425	126.112	17.019	16.330
PASEP	12.522	26.160	3.695	2.893
Outros	10.764	-	-	-
	449.521	**799.067**	**96.851**	**85.426**

As obrigações diferidas líquidas estão relacionadas aos ativos e passivos regulatórios e são devidas à medida que estes ativos e passivos são recebidos ou pagos, respectivamente.

20) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

				Consolidado			
				31/12/2006			31/12/2005
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N. (3)	2013	6,00	US$	89	105.000	105.089	117.113
ABN AMRO Real S.A. (6)	2009	6,35	US$	18.100	31.001	47.101	66.624
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US$	15.302	117.366	132.718	157.627
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,60	JPY	39	69.640	69.679	78.966
Banco Pontual	2012	5,88	EURO	3.557	14.135	17.692	20.524
Banco Pontual	2010	Libor + 1,075	US$	1.042	62.072	63.114	66.000
KFW	2016	4,50	EURO	1.660	16.741	18.401	22.080
UNIBANCO (9)	2009	8,00	US$	143.469	9.965	153.434	199.066
UNIBANCO (7)	2009	9,00	US$	30	4.309	4.339	4.808
UNIBANCO (8)	2009	9,00	US$	79	19.300	19.428	30.178
MW Purchase Sistemas S.A. / UNIBANCO	2009	Libor + 5,45	US$	13.528	6.578	20.106	37.000
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US$	5.957	40.112	46.769	-
Ceustsche Bank (10)	2010	Libor + 4,55	US$	1.398	66.520	67.118	-
J. P. Morgan – Tranches A/B/C. (10)	2012	Libor + 3,00	US$	16.599	184.332	200.931	-
Outros	2025	Diversas	Diversas	7.186	18.469	25.654	28.570
Dívida em Moeda Estrangeira				**226.192**	**788.560**	**1.014.752**	**788.433**
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,30 do CDI	R$	106	75.000	75.106	75.313
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R$	2.033	118.812	120.845	121.726
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R$	5.022	108.217	114.239	115.645
Banco do Brasil	2013	107,80 do CDI	R$	12.868	126.000	138.868	141.386
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R$	26.391	1.200.000	1.226.391	-
Banco Itau – BBA	2008	IGP-M + 10,48	R$	9.091	165.057	174.148	180.940
Banco Itau – BBA	2008	CDI + 2,00	R$	961	40.000	40.961	103.207
Banco Itau – BBA	2013	CDI + 1,70	R$	19.170	300.585	317.035	321.464
HSBC Bank Brasil S.A	2008	CDI + 2,00	R$	1.442	80.000	81.442	-
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R$	3.064	54.972	57.736	58.002
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	6.305	101.319	107.619	109.746
Banco WESTLB do Brasil	2008	IGP-M + 10,48	R$	2.290	41.264	43.544	41.301
BNDES	2009	SELIC + 1,00	R$	143.985	25.342	169.327	202.350
Bradesco	2013	CDI + 1,70	R$	21.824	377.203	399.171	406.641
Debêntures	2009	IGP-M + 12,70	R$	-	-	-	000.598
Debêntures	2009	CDI + 1,20	R$	7.515	349.556	357.071	360.023
Debêntures	2011	104% do CDI	R$	4.974	238.915	243.889	-
Debêntures – Governo do Estado de M. G.	2030	IGP-M	R$	-	106.479	106.479	102.743
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (2)	2031	IGP-M	R$	-	30.000	30.000	-
Debêntures	2014	IGP-M + 10,50	R$	15.279	258.380	273.659	283.916
ELETROBRAS	2013	PHEL + 7,5 a 8,50	R$	19.049	75.774	94.823	111.095
ELETROBRAS	2023	6,00 a 8,00	R$	30.477	177.581	213.238	158.552
Santander	2013	CDI + 1,70	R$	5.035	79.875	84.898	91.427
UNIBANCO	2009	CDI + 2,99	R$	2.877	104.095	106.972	107.953
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R$	11.787	309.285	321.052	318.004
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R$	6.792	73.587	80.379	82.300
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R$	103.691	678.140	981.791	-
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	5,00 A 12,00	R$	938	10.952	11.890	-
Debêntures I e V (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R$	5.946	211.559	217.405	-
BNDES - Reciprocação de margem (10)	2007	SELIC + 1,00	R$	17.776	-	17.776	-
Bradesco Tranche A/B (10)	2012	CDI + 2,00	R$	849	59.625	60.473	-
Banco Itaú Tranche A/B (10)	2012	CDI + 2,00	R$	399	28.993	38.031	-
Unibanco Tranche A/B (10)	2012	CDI + 2,00	R$	969	68.134	69.103	-
BNDES – Principal Subscrito A/B/C/D (11)	2014/2016	Diversas	R$	18.400	137.204	155.094	-
Outros	2007/2017	Diversas	R$	36.705	38.069	73.574	122.916
Dívida em Moeda Nacional				**407.706**	**5.038.429**	**5.434.189**	**4.127.100**
Total Geral Consolidado				**633.948**	**5.814.989**	**7.446.837**	**4.935.533**

(1) As taxas de juros variam 2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano;

(2) Empréstimo da controladora.

(3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 3,00% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; CDI + 2,81% a.a. e CDI + 2,85% a.a.; (7) e (8)CDI + 3,01% a.a.;

(9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº14.

(10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);

(11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006.

Linhas de créditos e garantias

Adicionalmente aos financiamentos mencionados acima, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2006, linhas de créditos com a Eletrobrás no montante de R$148.179 (informação não auditada).

A CEMIG vinculou seus faturamentos futuros referentes à venda de energia elétrica, no montante de R$638.105, como garantia de alguns financiamentos.

Debêntures

A Companhia ofereceu aos debenturistas da segunda série de debêntures simples, a oportunidade de mudar a remuneração, de IGP-M acrescidos de 12,7% a.a. para 104% do CDI a.a., estabelecendo o vencimento em novembro de 2011. Como resultado, 47,37% das debêntures em circulação, o equivalente a R$238.816, foram repactuadas nas novas condições.

Os demais 52,63% das debêntures emitidas em 2006, correspondentes a R$265.304, foram resgatados. A Companhia já tinha resgatado em 2005 o montante de R$142.234 decorrente da repactuação das debêntures da 1ª serie. Desta forma, o valor total mantido em tesouraria de R$407.545 poderá ser recolocado futuramente no mercado a critério da Companhia.

No primeiro semestre de 2007, a Cemig Geração e Transmissão deverá concluir sua primeira emissão de debêntures, no valor de R$992.917, com a finalidade de realizar a permuta obrigatória prevista na escritura da primeira emissão da CEMIG, em decorrência do processo de desverticalização. Por se tratar de uma permuta, a Cemig Geração e Transmissão não receberá os recursos líquidos dessa oferta, tampouco haverá aumento de endividamento, visto que as obrigações decorrentes da Escritura da primeira emissão da CEMIG já se encontravam alocadas na Cemig Geração e Transmissão desde o início de suas atividades operacionais em 1º de janeiro de 2005. Do total da emissão, R$588.372 estão registrados como dívida e 41% da nova emissão serão permutados pelas debêntures que a Empresa mantém em tesouraria, em decorrência dos resgates efetuados por ocasião das repactuações.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	219.527	72.844	117.383	173.173	65.446	88.699	81.234	88.328	906.634
Euro	5.417	5.001	5.001	5.001	5.001	3.431	1.880	5.561	36.293
Yen	38	-	69.640	-	-	-	-	-	69.678
Outros	1.209	402	402	134	-	-	-	-	2.147
	226.191	**78.247**	**192.426**	**178.308**	**70.447**	**92.130**	**83.094**	**93.909**	**1.014.752**
Indexadores									
Índice Geral de Preços-Mercado- IGP-M	30.394	207.723	1.503	1.503	1.503	1.503	849	398.466	643.444
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	19.049	16.968	11.955	11.955	11.955	11.955	10.956	-	94.823
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	36.701	24.267	24.781	22.536	22.379	19.119	14.554	52.446	216.783
SELIC	221.791	25.842	-	-	-	-	-	-	247.633
Certificado Depósito Interbancário – CDI	251.831	220.068	706.082	627.775	731.837	944.879	1.004.279	721.678	5.208.627
Outros	48.020	31.287	22.142	20.207	18.285	18.218	11.155	53.591	222.905
	607.756	**526.193**	**766.463**	**683.976**	**785.959**	**995.674**	**1.041.793**	**1.226.381**	**6.634.165**
	833.947	**604.430**	**958.889**	**862.284**	**856.406**	**1.087.804**	**1.124.887**	**1.320.290**	**7.648.937**

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação acumulada em 2006 %	Variação acumulada em 2005 %	Indexadores	Variação acumulada em 2006 %	Variação acumulada em 2005 %
Dólar Norte-Americano	(8,66)	(11,82)	IGP-M	3,83	1,21
Euro	1,85	(23,50)	FINEL	0,76	0,24
Yen	(9,47)	(23,43)	CDI	15,05	18,15
Unidade de Conta	-	(17,44)	SELIC	15,10	18,24

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Saldo no início do exercício	4.935.533	4.217.809	82.300	4.140.919
Transferência para Controladas	-	-	-	(4.098.570)
Saldo Inicial de Controladas	1.100.890	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	3.465.902	1.556.110	30.000	73.587
Variação monetária e cambial	100.718	(133.466)	9	1.205
Encargos financeiros provisionados	753.486	593.282	12.664	19.176
Encargos financeiros pagos	(781.052)	(500.328)	(14.565)	(19.416)
Amortização de financiamentos	(1.926.540)	(818.548)	-	(55.273)
	7.648.937	4.914.859	110.388	61.626
Resgate (Aplicação) em Fundos Vinculados	-	20.674	-	20.674
Saldo no final do exercício	**7.648.937**	**4.935.533**	**110.388**	**82.300**

As captações de recursos consolidadas durante o exercício de 2006 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco do Brasil S.A.	2006	103% do CDI.	1.200.000
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1% do CDI	1.200.000
União de Bancos Brasileiros S.A. – UNIBANCO	2013	CDI+1,70% a.a	6.276
Banco Bradesco S.A.	2014	CDI+1,70% a.a	1.820
Banco Itaú BBA	2014	CDI+1,70% a.a	3.473
ELETROBRÁS	2018	6,00% a.a	51.808
ELETROBRÁS	2009	6,50%a.a	1.828
ELETROBRÁS	2016	6,00% a.a	53.103
Debêntures - Governo do Estado de Minas Gerais	2031	IGP-M	30.000
Itaú e Bradesco	2015	CDI + 1,70	900.000
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2019	TJLP + 4,50%	4.629
Banco Santander	2019	TJLP + 4,50%	4.632
Banco Nacional de Desenvolvimento Social	2019	TJLP + 4,00%	4.833
Moeda Estrangeira			
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2019	(*) UMBND + 4,50%	1.150
Banco Santander	2019	(*) UMBND + 4,50%	1.150
Banco Nacional de Desenvolvimento Social	2019	(*) UMBND + 4,00%	1.200
Total de Captações			3.465.902

(*) UMBND - Unidade Monetária do BNDES

a) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A CEMIG e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants"):

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis
EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Uma das cláusulas restritivas da Cemig Distribuição não foi atendida, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 31.12.2006
Cemig Distribuição		
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%	73,59

A Cemig Distribuição obteve dos seus credores o consentimento de que não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2007. Os financiamentos estão classificados como Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção dos referidos consentimentos.

21) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2006	2005
Reserva Global de Reversão – RGR	11.285	32.859
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	83.210	6.275
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	36.093	23.456
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.832	2.051
Eficiência Energética	146.410	85.973
Pesquisa e Desenvolvimento	85.798	36.747
Pesquisa Expansão Sistema Energético	32.407	6.856
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	39.477	13.711
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.351	635
	440.070	**209.770**
Passivo Circulante	436.535	209.770
Passivo Não Circulante	3.535	-

22) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

a) Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição nos percentuais de 4,92%, 22,63% e 72,45%, respectivamente, determinados em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 30% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 70% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R$1.662.897, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado nas Patrocinadoras em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos neste plano, em 31 de dezembro de 2006, 23 ativos e 255 aposentados/pensionistas (em 31 dezembro de 2005, 23 ativos e 251 aposentados/pensionistas).

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

O plano odontológico foi implementado no terceiro trimestre de 2006 e os custos relacionados aos participantes aposentados foram integralmente reconhecidos no resultado, no valor de R$9.885. O custo do serviço passado no valor de R$28.985, referente aos empregados ativos, foram diferidos pelo prazo de 11 anos.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R$1.317.424 em 31 de dezembro de 2006 (R$1.524.482 em 31 de dezembro de 2005) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas mencionadas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, o reajuste se dá pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais - IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que ocorram pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas, conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, do superávit obtido no exercício de 2006, R$207.000 serão utilizados para amortização do saldo devedor da dívida reconhecida (R$143 milhões em 31 de dezembro de 2005).

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2006.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2006 conforme consta de laudo preparado por atuário externo em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados nos quadros após o item b.

b) Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light, controlada da RME, é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos - A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT.

O equacionamento financeiro de R$346.724 relativos aos Planos A e B e de R$188.329 relativos ao Plano C, referentes ao refinanciamento de compromissos anteriores realizados com a Light, e de déficit técnicos registrados até 30 de junho de 2001, está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI (com um mês de defasagem) e juros de 6% ao ano.

O contrato total atualizado para 31 de dezembro de 2006, compõe-se de R$557.877 referente aos planos A e B e de R$303.070 referente ao plano C, ambos deduzidos das amortizações no montante de R$65.658 ocorridas no exercício de 2006 acrescidos de atualização de R$80.035 correspondente à variação do IGP-DI e dos juros de 6% ao ano, totalizando R$860.947 em 31 de dezembro de 2006. Referidos valores referem-se à totalidade das obrigações das patrocinadoras com a BRASLIGHT, sendo a participação proporcional da CEMIG equivalente a 25%.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes.

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	4.426.497	387.686	329.500	16.917	189.713
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	582.915	101.121	119.599	6.873	125.471
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	5.009.412	489.007	449.099	25.790	315.184
Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.983.125)	(244.236)	(29.704)	(385)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	1.026.287	244.771	419.395	25.405	315.184
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(251.347)	-	(132.273)	12.876	63.779
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	(88.767)	-	(8.188)	(28.985)	(8.174)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	**686.173**	**244.771**	**278.934**	**9.296**	**370.789**

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	217.784	16.211	931	9.334
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	28.679	5.885	338	6.173
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	246.463	22.096	1.269	15.507
Valor Justo dos Ativos do Plano	(196.970)	(1.461)	(19)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	50.493	20.635	1.250	15.507
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(13.786)	(6.508)	633	1.057
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	(4.366)	(403)	(1.426)	(402)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	**32.341**	**13.724**	**457**	**16.162**

Os ganhos e perdas atuariais consolidados não reconhecidos referentes Plano de Saúde, Plano Odontológico e seguro de Vida que excederam a 10,00% das obrigações atuariais nos montantes de R$87.282, R$22.826 e R$32.261, respectivamente, serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), a partir de 2006, sendo este o tempo médio de serviço futuro dos participantes ativos.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2005	850.504	176.656	254.135	-	341.041
Despesa Reconhecida no Resultado	58.059	84.978	55.463	9.885	36.588
Contribuições Pagas	(222.390)	(16.865)	(30.664)	(589)	(6.840)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2006	**686.173**	**244.771**	**278.934**	**9.296**	**370.789**
Passivo Circulante	120.592	18.521	-	-	-
Passivo Não Circulante	565.581	226.250	278.934	9.296	370.789

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria			
	FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2005	40.788	12.500	-	14.648
Despesa Reconhecida no Resultado	2.790	2.729	486	1.866
Contribuições Pagas	(11.239)	(1.505)	(29)	(352)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2006	**32.339**	**13.724**	**457**	**16.162**
Passivo Circulante	5.933	-	-	-
Passivo Não Circulante	26.406	13.724	457	16.162

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG em 2006 para amortização das obrigações atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2006 são como segue:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria				
	FORLUZ	BRASLIGHT	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	6.154	351	25.887	-	4.701
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	544.321	45.720	46.164	-	32.848
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(506.165)	(25.089)	(3.675)	-	-
Perdas Atuariais Não Reconhecidas	-	64.024	8.108	-	(2.475)
Perdas Decorrentes de Alterações no Plano	13.870	-	1.517	-	1.514
Contribuição dos Empregados	(121)	(28)	(21.538)	-	-
Custo do Serviço Passado	-	-	-	9.885	-
Despesa em 2006	**58.059**	**84.978**	**55.463**	**9.885**	**36.588**

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria			
	FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	303	1.274	-	172
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	26.781	2.222	-	1.620
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(24.970)	(181)	-	-
Perdas Atuariais Não Reconhecidas	-	399	-	-
Perdas Decorrentes de Alterações no Plano	682	75	-	74
Contribuição dos Empregados	(6)	(1.060)	-	-
Custo do Serviço Passado	-	-	486	-
Despesa em 2006	**2.790**	**2.729**	**486**	**1.866**

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2007 é como segue:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	5.564	435	29.837	532	5.200
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	545.732	46.259	47.184	2.914	35.129
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(566.324)	(25.613)	(3.296)	(123)	-
Perdas atuariais Não Reconhecidas	-	-	7.730	908	(2.899)
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	13.870	-	1.517	2.556	1.514
Contribuição dos Empregados	(107)	(32)	(25.463)	(260)	-
Despesa (Receita) em 2007	**(1.265)**	**21.049**	**57.510**	**6.507**	**39.944**

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Custo do Serviço Corrente	274	1.468	26	256
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	26.850	2.321	143	1.727
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(27.863)	(162)	(6)	-
Perdas atuariais Não Reconhecidas	-	380	45	-
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	682	75	126	74
Contribuição dos Empregados	(5)	(1.253)	(14)	-
Despesa (Receita) em 2007	**(62)**	**2.829**	**320**	**2.057**

As principais premissas atuariais na data dos balanços são conforme segue:

	CEMIG e Demais Controladas		BRASLIGHT	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	6,00%	11,30%	6,00%	10,59%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	9,00%	14,45%	6,00%	12,68%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	5,00%	-	4,33%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	2,00%	7,10%	0,60%	4,96%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	5,00%	-	4,33%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT – 83		AT – 83	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Medium		Light Forte	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57		IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00%		Baseado na idade	

23) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável nas demais instâncias, sendo ressaltado que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado do Exercício representará R$148.295, líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, se houver, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado						
	Saldo Líquido em 2005	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo inicial de Controladas Adquiridas	Saldo	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 2006
Trabalhistas							
Diversos	97.501	(79.218)	-	34.039	52.322	(3.485)	48.837
Cíveis							
Danos Pessoais	35.503	(27.809)	-		7.694	-	7.694
Majoração Tarifária	132.180	(17.881)	-	10.900	125.202	(19.039)	106.163
Outras	29.140	35.587	(2.356)	43.674	106.045	(1.221)	104.824
Fiscais							
FINSOCIAL	20.177	-	(396)	-	19.781	(783)	18.998
PIS/COFINS	-	2.548	-	145.414	147.963	-	147.963
ICMS	-	1.613	-	19.285	20.898	-	20.898
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	37.626	2.464	-	-	40.090	-	40.090
Contribuição Social	-	66	-	6.223	6.289	-	6.289
INSS	-	1.582	-	31.642	33.224	-	33.224
Outras	2.524	-	-	-	2.524	(2.524)	-
Regulatórios							
Processos Administrativos da ANEEL	2.463	488	-	-	2.951	(2.951)	-
Total	357.094	(80.539)	(2.752)	291.180	564.983	(30.003)	534.980

	Controladora					
	Saldo Líquido em 2005	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 2006
Trabalhistas						
Diversos	93.163	(77.238)	-	15.925	740	16.665
Cíveis						
Danos Pessoais	35.503	(27.809)	-	7.694	-	7.694
Majoração Tarifária	132.180	(27.907)	-	104.253	(19.039)	85.214
Outras	26.784	32.820	-	59.604	(1.221)	58.383
Fiscais						
FINSOCIAL	20.177	-	(396)	19.781	(783)	18.998
ICMS	-	1.800	-	1.800	-	1.800
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	37.626	2.464	-	40.090	-	40.090
INSS	-	870	-	870	-	870
Outras	2.524	-	-	2.524	(2.524)	-
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	2.463	488	-	2.951	(2.951)	-
Total	350.400	(94.512)	(396)	255.492	(25.778)	229.714

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade. No quarto trimestre de 2006, a Companhia revisou as causas trabalhistas e a expectativa de perda das ações, mudando o critério de provisionamento de um percentual sobre o valor total das ações para a análise individual das causas, o que resultou na diminuição dos valores provisionados.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG nessa matéria, integralmente provisionado, é de R$104.253.

(c) PIS-COFINS

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%. Foram obtidas liminares e sentença favorável. Em 4 de outubro de 2005, o TRF julgou procedente a apelação interposta pela União Federal, tendo a Light interposto petição de Embargos de Declaração, ainda não julgados.

Os valores não recolhidos são provisionados e vem sendo atualizados pela SELIC. Em 09 de novembro de 2005, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS. A mesma tese é aplicada ao PIS.

Os valores provisionados até dezembro de 2006 são como segue:

- R$99.093 em relação à expansão da base de cálculo, objeto de julgamento, em ação similar o STF favorável aos contribuintes; e
- R$48.000 referente ao aumento da alíquota da Cofins de 2% para 3%, que ainda não teve o julgamento do mérito.

A Light está aguardando o julgamento do processo ou uma resolução do Senado Federal, baseado na decisão do STF, declarando a inconstitucionalidade desta Lei, o que possibilitará a reversão da referida provisão relativa à expansão da base.

(d) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R$19.098.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R$40.090 (R$37.626 em 31 de dezembro de 2005) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) INSS

Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade subsidiária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R$ 33.224.

(g) Processos Administrativos da ANEEL

A CEMIG foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de índices de qualidade no atendimento aos consumidores e outras matérias. A CEMIG recorreu, na esfera administrativa, contra as multas impostas, sendo que as provisões em 31 de dezembro de 2006 representam a estimativa de perdas nestas questões.

(h) Outros

Outros passivos contingentes provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações, consideradas normais ao curso das operações.

(i) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG, suas controladas e controladas em conjunto discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R$296.592, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 31 de dezembro de 2006, de R$257.064. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 31 de dezembro de 2006 é R$118.371. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

(iii) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R$622.669, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R$516.246. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

Em 14 de novembro de 2003, o Tribunal de Contas da União iniciou um procedimento administrativo contra a ANEEL para avaliar os critérios adotados pela Agência no Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. O Tribunal de Contas solicitou a CEMIG que providenciasse certas informações com relação a suas tarifas, o que, de acordo com o Tribunal de Contas da União, foram aprovadas incorretamente pela ANEEL.

Adicionalmente, o Tribunal de Contas da União contestou o índice e o Fator X utilizados pela ANEEL na revisão tarifária de 2003. A CEMIG impetrou um processo administrativo antes que o Tribunal de Contas da União contestasse a decisão.

A potencial perda nessas ações do Tribunal de Contas é de R$79.845. A Companhia não registrou nenhuma provisão referente a esta provisão e considera a expectativa de perda como possível.

(iv) Taxa de Ocupação do Solo

Alguns municípios do Estado de Minas Gerais impetraram ações contra a Companhia em função do pagamento da taxa de ocupação do solo. Existem alguns processos administrativos e ações judiciais relacionadas a essas matérias, no montante aproximado de R$6.732. A Companhia considera a expectativa de perda na ação como possível.

(v) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 29, a CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R$121.835, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R$91.548. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

(vi) ICMS - Baixa Renda

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R$78.193, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subseqüentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

(vii) Processo Fiscal – RME - Light

O Banco Central, baseado em suas conclusões preliminares sobre operações financeiras realizadas pela Light entre 1997 e 1998, oficiou a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, tendo cada uma iniciado seus respectivos procedimentos administrativos, conforme descrição constante nos itens I e II abaixo.

Deve ser ressaltado que após a apresentação dos devidos esclarecimentos pela Light ao Banco Central, o referido órgão restaurou integralmente os Certificados de Registro referentes aos títulos emitidos no exterior, em razão das operações acima citadas, e considerou que as mesmas foram realizadas de acordo com as regras cambiais brasileiras.

I) No tocante a investigação criminal, a mesma encontra-se no MPF (Procuradoria Regional da 2ª Região) desde 18 de maio de 2005, com relatório final da autoridade policial de 15 de abril de 2005, descaracterizando a demonstração de ilícito financeiro. A Light espera que o MPF, e tudo indica assim deva ser o procedimento, aguarde o resultado final do processo administrativo fiscal, conforme parágrafo abaixo, em consonância com a orientação expressa pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento.

II) Já no tocante ao ofício encaminhado a Secretaria da Receita Federal, esta, em 14 de dezembro de 2004, lavrou auto de infração contra a Light no valor total de R$481.834, referente ao recolhimento do imposto de renda incidente sobre os juros pagos às suas subsidiárias Light Overseas Investment Limited (LOI) e LIR Energy Limited (LIR) (empresas não controladas pela RME), decorrentes de títulos emitidos com benefício de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte. Em 12 de janeiro de 2005, a Light apresentou sua impugnação ao Auto de Infração. Apesar de a decisão de Primeira Instância Administrativa, proferida em 15 de julho de 2005 pela 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, haver julgado procedente o lançamento, a Light considera, baseada na opinião legal de seus advogados, que são prováveis as chances de êxito na discussão dessa questão. Em 11 de agosto de 2005, a Light interpôs, no Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.

(viii) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o Promotor Público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente a contribuição de iluminação pública, no valor total de R$399.405. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

24) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

(a) Capital Social

As ações do capital social integralizado têm valor nominal de R$0,01 por ação e estão assim distribuídas:

	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2006					
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.304.884	51	102	-	36.116.304.986	22
Outras Entidades do Estado	9.552.515	-	1.776.588.306	2	1.786.140.821	1
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros -						
No País	6.834.237.214	10	26.090.932.914	29	32.925.170.128	21
No Exterior	4.551.117.137	6	63.412.129.780	69	67.963.246.917	42
Total	**70.874.167.923**	**100**	**91.279.651.102**	**100**	**162.153.819.025**	**100**

	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2005					
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.304.884	51	97.065	-	36.116.401.949	22
Outras Entidades do Estado	9.351.410	-	1.816.568.278	2	1.825.919.688	1
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros -						
No País	7.246.506.670	10	26.224.858.218	29	33.471.364.888	21
No Exterior	4.139.046.786	6	63.238.127.541	69	67.377.176.327	42
Total	**70.874.167.923**	**100**	**91.279.651.102**	**100**	**162.153.819.025**	**100**

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

Proposta de aumento do Capital Social

O Conselho de Administração da CEMIG irá propor a Assembléia Geral de Acionistas um aumento do Capital Social através da utilização das Reservas de Lucros de forma a atender ao estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A., que limita o saldo das Reservas ao valor do Capital da Companhia.

Será proposto à Assembléia Geral a aprovação do aumento do Capital Social da CEMIG de R$1.621.538 para R$ 2.432.307 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R$810.769 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros, distribuindo-se aos acionistas, em conseqüência, uma bonificação de cinqüenta por cento, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R$ 0,01.

Grupamento de Ações

A Administração proporá também à Assembléia Geral o Grupamento das ações da Companhia, de cada lote de 500 ações do valor nominal de R$0,01 cada para 1 ação do valor nominal de R$ 5,00, a realizar-se no mínimo 30 (trinta) dias após a publicação de Aviso aos Acionistas informando sobre o grupamento, em data a ser definida pela Diretoria Executiva.

O grupamento será realizado sobre o novo total de ações com valor nominal de R$0,01 derivado da Bonificação citada acima.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2006	2005
Reservas de Capital-		
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.650.898	2.650.898
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
	4.032.222	**4.032.222**
Reservas de Lucros-		
Reserva Estatutária	432.749	422.929
Reserva de Retenção de Lucros	1.222.709	980.873
Reserva Legal	186.112	100.170
	1.841.570	**1.503.972**

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se aos juros sobre o capital próprio utilizado na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a CEMIG decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela CEMIG até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento as necessidades de recursos da Companhia para aplicação em investimentos.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da CEMIG na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

(c) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% são utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subseqüente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Dividendos Extraordinários

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia poderá fazer a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração, devendo ser observadas as diretrizes do Plano Diretor da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia irá propor a Assembléia Geral de Acionistas o pagamento de dividendos extraordinários no montante de R$497.000, correspondentes a R$3,07 por lote de mil ações.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2006 e 2005 está demonstrado a seguir:

	Controladora	
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais	**2006**	**2005**
Valor Nominal das Ações Preferenciais	912.797	912.797
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	91.280	91.280
Valor do Patrimônio Líquido	7.522.453	7.184.855
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	56,27%	56,27%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	4.232.884	4.042.918
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	126.987	121.288
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	126.987	121.288
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	1.718.841	2.003.399
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	859.421	1.001.699

	Controladora	
	2006	2005
Dividendos Líquidos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio	169.067	635.000
Dividendos Complementares	715.714	461.949
Dividendos Extraordinários	497.000	-
	1.381.781	1.096.949
(-) Imposto de Renda Retido na fonte sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio	(16.923)	(61.274)
Total	1.364.858	1.035.675
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	777.528	617.253
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	604.253	479.696
Dividendos por lote de mil ações – R$		
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	1,39	1,33
Dividendo Obrigatório	5,30	6,18
Dividendos Propostos (Líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte)	8,42	6,39

O saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado, no valor de R$251.118, terá a seguinte destinação proposta a Assembléia Geral de Acionistas a realizar-se em abril de 2007: R$9.820 transferidos para a conta de Reserva Estatutária e R$241.298 alocados na Reserva de Retenção de Lucros.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos ou creditados aos acionistas, que no caso da CEMIG foram calculados em 2006 com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido. A data e a forma de pagamento dos juros sobre o capital próprio aprovados serão definidas posteriormente.

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R$169.067 (R$635.000 em 2005) foram de R$57.483 (R$215.900 em 2005), reconhecidos no resultado do exercício.

25) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não auditado)					
	Nº de Consumidores		MWh (*)		R$	
	2006 (*)	2005	2006	2005	2006	2005
Residencial	8.560.153	4.927.996	7.429.818	6.589.664	3.622.178	3.125.036
Industrial	84.175	69.207	23.972.596	23.471.857	3.069.373	2.920.251
Comércio, Serviços e Outros	820.946	537.656	4.439.154	3.754.005	1.935.329	1.542.184
Rural	505.707	417.026	1.942.306	1.940.701	515.233	483.493
Poder Público	58.225	47.731	724.720	570.536	290.415	224.308
Iluminação Pública	2.696	2.224	1.127.685	1.022.433	285.806	250.656
Serviço Público	8.841	7.400	1.117.660	981.016	296.162	236.980
Sub-Total	10.040.743	6.009.210	40.753.939	38.330.212	10.014.506	8.782.908
Consumo Próprio	1.124	769	37.160	28.897	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	134.783	116.359
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	76.799	19.513
	10.041.867	6.009.979	40.791.099	38.359.109	10.226.088	8.916.780
Suprimento a Outras Concessionárias	44	8	11.472.158	1.254.762	708.867	113.859
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	200.065	123.392
Total	**10.041.911**	**6.009.987**	**52.263.257**	**39.613.871**	**11.135.000**	**9.156.031**

(*) A tabela de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light, controlada da RME. A tabela de MWh inclui 25,00% dos MWh totais vendidos pela Light.

Reajuste Tarifário

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um aumento médio de 7,05% a partir de 8 de abril de 2006. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes entre grupos de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 5,14% em suas contas de energia comparado a um aumento de 11,32% para os consumidores de alta tensão.

Para os consumidores livres da Cemig Geração e Transmissão e outras controladas, são celebrados contratos individuais indexados principalmente à variação do IGP-M e do dólar norte-americano.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – "ELETROBRÁS" reembolsa as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

26) – RECEITA DE USO DA REDE

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuiç–o - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	2006	2005
TUSD	1.340.355	1.057.653
Receita de uso da Rede Básica	485.598	402.880
Receita de Sistema de Conexão	102.019	62.253
	1.927.972	**1.522.786**

Conforme consta dos contratos de concessão estabelecidos entre a ANEEL e as empresas de transmissão Transleste, ERTE, EATE, ENTE, ETEP e ECTE, as receitas a serem auferidas nos últimos 15 anos dos mencionados contratos são 50,00% inferiores às verificadas nos primeiros 15 anos da concessão. A Companhia reconhece as receitas dessas concessões de acordo com os referidos contratos.

27) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Fornecimento de Gás	298.039	265.093	-	-
Serviço Taxado	10.461	11.167	-	-
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	121.010	92.190	-	-
Prestações de Serviços	34.488	25.928	481	-
Aluguel e Arrendamento	32.016	30.861	976	2.558
Outras	10.886	7.547	-	-
	506.900	**432.786**	**1.457**	**2.558**

28) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
ICMS	2.515.830	2.203.388	-	-
COFINS	1.096.577	792.583	-	-
Reserva Global de Reversão – RGR	29.938	102.661	-	-
PIS-PASEP	245.857	187.290	58	19
Encargo de Capacidade Emergencial	-	175.618	-	-
Encargo de Aquisição de Energia Emergencial	-	15	-	-
Outras	399	5.237	23	-
	3.888.601	**3.466.992**	**81**	**19**

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a RTE e Reajuste Tarifário Diferido em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

A redução nos valores provisionados de RGR em 2006 deve-se ao ajuste na provisão referente ao exercício de 2004, no montante de R$83.047, em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia.

Os encargos de capacidade emergencial não são mais cobrados desde dezembro de 2005, conforme Resolução ANEEL.

29) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Pessoal	1.082.691	840.925	45.751	50.137
Pessoal – Administradores e Conselheiros	5.503	5.553	3.929	4.178
Participações dos Empregados nos Resultados	209.991	259.805	9.321	11.921
Obrigações Pós-Emprego	169.910	153.471	7.671	7.552
Materiais	81.972	95.061	474	569
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	36.812	852	-	-
Serviços de Terceiros	503.993	422.600	18.032	14.196
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.112.673	1.454.930	-	-
Depreciação e Amortização	672.257	594.598	694	545
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	138.955	145.132	-	-
(Reversão) Provisões Operacionais	52.062	127.341	(98.840)	(10.786)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	554.448	415.907	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	802.352	640.733	-	-
Gás Comprado para Revenda	157.732	155.948	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	333.963	296.034	-	-
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	167.697	210.965	-	-
Outras Despesas Líquidas	238.544	212.500	4.617	1.645
	7.341.575	**6.032.355**	**(8.151)**	**79.957**

DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Remunerações e Encargos	893.475	790.596	30.064	37.207
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	53.096	67.979	3.163	3.094
Benefícios Assistenciais	120.516	83.269	3.757	2.625
	1.067.087	941.844	36.984	42.926
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(162.081)	(115.687)	-	(5.842)
	905.006	826.157	36.984	37.084
Indenização por Anuênios Futuros	177.685	-	8.767	-
Programa de Desligamento Incentivado – PDI	-	14.768	-	13.053
	1.082.691	840.925	45.751	50.137

ANUÊNIO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23, em 2006 a Companhia e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição apresentaram proposta aos empregados de indenização em troca do direito futuro referente ao percentual de 1,00% incorporado anualmente aos salários ("anuênio"). O valor da indenização correspondia à estimativa dos anuênios futuros dos empregados até completarem 35 anos de contribuição ao INSS, descontada a valor presente a uma taxa de 12,00% a.a., sendo então aplicado um redutor percentual variável estabelecido pela Companhia e suas controladas. A adesão dos empregados foi concluída em 30 de junho de 2006 e o pagamento da indenização, no valor de R$177.685, foi realizado no período de junho a agosto de 2006.

PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NOS RESULTADOS

A CEMIG e suas controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão utilizaram como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2006 e 2005 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC. Adicionalmente, nos dissídios coletivos em novembro de 2006 e 2005 foram acordados com os sindicatos os pagamentos de parcelas adicionais de R$139.198 e R$184.017 respectivamente. A parcela adicional mencionada foi paga dentro do próprio exercício.

Em conformidade com os referidos acordos, as participações nos resultados do exercício de 2006 e 2005 da Controladora e suas Controladas mencionadas, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, corresponderam a R$209.991 e R$259.805 respectivamente.

SERVIÇO DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	93.547	64.254	-	-
Comunicação	50.197	49.380	1.356	1.140
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	83.999	78.527	38	-
Conservação e Limpeza de Prédios	29.241	27.187	70	55
Mão de Obra Contratada	27.476	13.302	6	13
Fretes e Passagens	8.510	3.065	1.709	196
Hospedagem e Alimentação	15.971	15.445	389	305
Vigilância	14.354	13.785	31	13
Consultoria	26.432	17.690	9.688	6.245
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	21.220	17.918	34	83
Manutenção e Conservação de Veículos	16.307	4.426	50	-
Corte e Religação	20.682	16.362	-	-
Outros	96.057	81.257	4.681	6.146
	503.993	**422.600**	**18.032**	**14.196**

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado	
	2006	2005
Energia de Itaipu Binacional	688.185	825.030
Energia de curto prazo	76.317	22.710
PROINFA	40.643	-
Contratos Iniciais	127.596	150.873
Contratos Bilaterais	42.063	-
Energia de Leilão	669.997	371.337
Outros	67.870	84.980
	2.112.673	**1.454.930**

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Prêmio de Aposentadoria	6.257	7.944	364	(2.696)
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	126.618	54.859	(12.233)	(44.764)
Provisão (Reversão) para Contingências Trabalhistas	(79.218)	2.707	(77.238)	(1.632)
Provisão (Reversão) para Processos Administrativos da ANEEL	487	331	487	331
Provisão (Reversão) para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	(19.304)	20.462	(19.304)	20.462
Provisão (Reversão) para Cíveis – Majoração Tarifária	(17.920)	28.421	(17.920)	28.421
Outras	33.112	12.617	26.964	(10.668)
	52.062	**127.341**	**(98.840)**	**(10.768)**

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO ("P & D")

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,00% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados a receitas de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Este atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento a instrução da ANEEL, a CEMIG reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005, adicionalmente a 1,00% da receita líquida das controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição os gastos a serem realizados e para os quais já havia recebido a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R$107.305.

No exercício de 2006, a ANEEL emitiu uma nova determinação, onde os recursos que haviam sido aplicados em exercícios anteriores em ativos registrados no Imobilizado fossem reconhecidos como ajustes de exercícios anteriores em contrapartida a conta de Obrigações Especiais. Em função dessa nova determinação, a Companhia registrou adicionalmente ao 1,00% da receita líquida o valor de R$84.968.

Embora o montante mencionado acima seja relacionado a períodos anteriores, a Companhia não registrou este valor diretamente em conta de Patrimônio Líquido pelo fato da Cemig Geração e Transmissão ter iniciado suas operações em 2005, não se aplicando, portanto, as determinações constantes da Deliberação CVM nº 506 relacionadas a registros de ajustes de exercícios anteriores.

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Arrendamentos e Aluguéis	33.585	42.459	951	166
Propaganda e Publicidade	21.273	30.006	890	1.050
Consumo Próprio de Energia Elétrica	15.607	11.591	-	-
Subvenções e Doações	35.475	23.651	687	643
Taxa de Fiscalização da ANEEL	33.711	23.559	-	-
Concessão Onerosa	13.229	6.372	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	29.230	22.895	49	52
Seguros	5.052	4.531	138	148
Contribuição ao MAE	2.670	2.651	3	841
Outras Despesas (Recuperação de Despesas)	48.732	42.785	1.899	(1.255)
	239.544	**212.500**	**4.617**	**1.645**

30) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	183.839	196.991	9.211	56.016
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	133.757	81.443	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	41.267	276.734	41.267	276.734
Reversão da Provisão para Perdas Referente ao Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	99.186	223.016	99.187	223.016
Variação Monetária da CVA	87.211	125.142	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	321.936	431.916	29.216	31.259
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	198.731	230.530	-	-
Variações Cambiais	89.861	164.269	109	6
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(71.728)	(92.555)	(40.958)	(50.030)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	25.221	6.211	2.234	-
Rendas FIDC	146.928	-	11.430	-
Outras	137.065	62.459	45.912	29.264
	1.392.274	1.706.176	197.608	566.269

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(867.923)	(585.328)	(12.664)	(19.176)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(75.168)	(115.519)	-	(87)
Variação Monetária da CVA	(57.727)	(42.420)	-	-
Variações Cambiais	(3.408)	(18.240)	(40)	-
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(27.810)	(16.369)	(9)	(1.205)
C.P.M.F	(83.987)	(65.519)	(12.840)	(8.251)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	(96.154)	(309.425)	(29.217)	(31.259)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(116.833)	(167.715)	-	-
Outras	(122.938)	(83.258)	(34.179)	(5.069)
	(1.441.948)	(1.383.793)	(88.949)	(65.047)
Juros Sobre Capital Próprio	(169.067)	(635.000)	(169.067)	(635.000)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(218.741)**	**(312.617)**	**(60.408)**	**(133.778)**

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

Os encargos financeiros e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no exercício de 2006, nos montantes de R$20.880 e R$3.870, respectivamente, foram transferidos para as rubricas de Ativo Imobilizado e Investimentos (R$27.974 de encargos financeiros e R$3.653 de variações monetárias/cambiais no exercício de 2005).

31) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	(15.052)	(29.219)	(513)	(6.440)
FORLUZ – Custeio Administrativo	(13.504)	(12.930)	(798)	(715)
Outras Despesas Líquidas	(8.239)	(10.266)	(8.912)	(9.835)
	(36.795)	**(52.415)**	**(10.223)**	**(16.990)**

32) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
EMPRESAS	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	870.712	907.581	-	-	181.963	220.544	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica	14.744	-	-	-	77.585	494.913	-	-
Outros	1.378	6.552	1.125	1	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	379.054	402.564	-	-	229.662	282.436	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	14.744	-	-	-	77.585	494.913
Outros	6.398	8.119	3.003	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Compra de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	(22.466)	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores	2.923	1.311	-	-	56.773	50.806	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS - Circulante	15.088	8.030	262.084	230.156	(3.515.830)	(2.203.388)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado - CRC	1.726.203	1.916.672	-	-	140.454	469.750	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante	312.434	219.362	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores	36.548	44.239	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	307.594	461.346	-	-	(57.672)	(141.493)
Debêntures	-	-	106.479	102.143	-	-	(3.736)	(1.243)
Fundo de Direitos Creditórios	-	-	661.791	-	-	-	-	-
Financiamentos - BDMG	-	-	31.996	14.910	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego - Circulante	-	-	139.113	161.003	-	-	(169.910)	(153.471)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante	-	-	1.421.310	1.264.677	-	-	-	-
Outros	-	702	68.310	14.750	-	-	-	-
Patrocínio	-	-	-	-	-	-	(53.096)	(67.979)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(13.504)	(12.930)
Outros	638	669	-	-	-	-	-	-

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 11, 14, 19, 20, 22, 24, 25, 28, 29, 30 e 31.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R$36.545 em 31 de dezembro de 2006 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses.

A Cemig Geração e Transmissão possui contratos de venda de energia para a Cemig Distribuição e Light S.A. no período de 2006 a 2013, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005. Deve ser ressaltado que os contratos entre as empresas mencionadas somente foram assinados após a conclusão do leilão em processo coordenado pela CCEE.

33) – EXPOSIÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como concessionária do setor elétrico brasileiro, a CEMIG e suas controladas operam em ambientes onde fatores como reestruturações societárias, regulamentações emanadas dos órgãos governamentais, evolução tecnológica, globalização e variações do mercado consumidor são fatores de risco.

A CEMIG implementou um projeto de Gerenciamento de Riscos Corporativos, buscando promover o entendimento de eventuais ocorrências que podem gerar perda de valor aos acionistas e estruturar a empresa para agir de forma pró-ativa em relação ao seu ambiente de riscos.

Os principais riscos de mercado que afetam os negócios da CEMIG estão descritos a seguir:

a) Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente a cotação do dólar norte-americano em relação ao real, com impacto significativo no endividamento, resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2006, operações contratadas de hedge, no montante de R$233.187, equivalente a US$109.068, e R$69.624 equivalentes a ¥3.878.825 (Yen Japonês), nas quais foi efetuada a substituição da variação do dólar Norte-Americano e Yen acrescidos de juros pela variação do CDI (vide Nota Explicativa nº 34).

A exposição líquida à taxa de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado 2006	Consolidado 2005
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos	906.634	674.000
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	(233.187)	(240.711)
	673.447	433.289
Yen		
Empréstimos e Financiamentos	69.678	76.996
(-) Operações Contratadas de Hedge	(69.624)	(76.929)
	54	67
Outras Moedas Estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos		
Euro	36.293	40.614
Outros	2.147	6.823
	38.440	47.437
Passivo Líquido Exposto	**711.941**	**480.793**

b) Risco de taxas de juros

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R$433.086, em 31 de dezembro de 2006 (R$139.467 em 31 de dezembro de 2005).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, este risco foi reduzido parcialmente em função dos ativos que também são indexados a taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Ativos				
Aplicações Financeiras	1.241.177	1.279.993	21.542	297.058
Ativos Regulatórios	2.111.936	2.180.775	-	-
	3.353.113	3.460.768	21.542	297.058
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(5.456.230)	(2.762.663)	(110.388)	(82.300)
Passivos Regulatórios	(679.078)	(720.230)	-	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(302.811)	(317.640)	-	-
	(6.438.119)	(3.800.533)	(110.388)	(82.300)
Obrigações Superiores aos Ativos	**(3.285.006)**	**(339.765)**	**(88.846)**	**214.758**

c) Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. Parcela substancial do fornecimento bruto de energia está pulverizada em um grande número de consumidores, o que reduz o risco da Companhia. Os procedimentos para redução da inadimplência compreendem a emissão de aviso de vencimento dos débitos, contatos telefônicos e negociações que viabilizem o recebimento dos créditos. Após serem esgotadas as possibilidades de regularização das contas em atraso, se procede à suspensão do fornecimento.

d) Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Uma dessas cláusulas restritivas não foi atendida. A Companhia obteve o consentimento formal ("waiver") dos credores (vide Nota Explicativa nº 20) de que não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado do saldo devedor.

e) Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

34) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

a) Valor de Mercado

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informação de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os saldos contábeis das aplicações financeiras e das contas a receber do Governo do Estado em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, equivalem aos valores de mercado, pois encontram-se registrados aos valores de realização. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamento e das operações de *swap* forma calculados conforme o valor presente destes instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de natureza, prazo e risco similares, conforme demonstrado abaixo.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros está demonstrado a seguir:

	2006		2005	
	Valor contábil	Valor de Mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Ativos				
Aplicações Financeiras	1.241.177	1.241.177	1.279.993	1.279.993
Contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais	1.726.293	1.726.293	1.518.672	1.518.672
	2.967.470	2.967.470	2.798.665	2.798.665
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.648.937	7.480.461	4.935.533	4.768.356
Operações Contratadas de Hedge	176.575	187.160	142.888	150.401
	7.825.512	7.667.621	5.076.421	4.918.757

b) Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros – "swap" junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante equivalente a US$109.068 (R$233.187) e Yen no montante equivalente a ¥3.878.825 (Yen Japonês) (US$32.565 – R$69.624).

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas consolidadas em 2006 e 2005 nos montantes de R$91.612 e R$161.504, respectivamente, registrados no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de dezembro de 2006:

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	31 de dezembro de 2006 Ganho (Perda) não realizado Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90% a.a.)	R$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.878.825	(947)	(952)
US$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a)	R$ 100% do CDI + taxa (1,50% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2007 até 06/2013	US$138.313	(175.724)	(186.304)
R$ 106% do CDI	R$ ou US$ 48% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	Em 04/2010	(US$29.245)	96	96
				(176.575)	(187.160)

Adicionalmente a controlada em conjunto Light utiliza operações de "swap" para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 31 de dezembro de 2006, é negativo em R$7.797.

35) – SEGUROS

A CEMIG e suas controladas mantêm apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, como segue:

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	28/04/2006 a 28/04/2007	14.601	229
Almoxarifados, Instalações Prediais e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	10/07/2006 a 10/07/2007	575.998	102
Risco Operacional – Geradores, Turbina e Equipamentos de Potência	Total	05/05/2006 a 05/05/2007	1.547.953	2.941
Light				
Risco Operacional	Total	31/10/2006 a 31/10/2007	2.138.000	1.762
Responsabilidade Civil Geral	Total	25/09/2006 a 25/09/2007	21.380	738
Diretores e Conselheiros	Total	10/08/2006 a 10/08/2007	64.140	417

A CEMIG não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A CEMIG não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

36) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A CEMIG possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 em diante	Total
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	833.947	604.430	958.689	862.264	856.406	1.087.804	2.445.177	7.648.837
Compra de Energia Elétrica de Itaipu (1)	1.210.865	1.210.865	1.210.865	1.210.865	1.210.865	1.210.865	504.527	7.769.717
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu (1)	72.580	72.580	72.580	72.580	72.580	72.580	30.242	465.722
AHE Baguari	56	78	31	4	-	-	-	167
AHE Amorés	33	4	-	-	-	-	-	37
AHE Três Marias	23	3	-	-	-	-	-	26
Programa Luz para Todos	204	-	-	-	-	-	-	204
Cresce Minas I	174	477	-	-	-	-	-	651
Sistema de Gestão Comercial I	77	41	16	-	-	-	-	134
LT Furnas - Pimenta	14	2	-	-	-	-	-	16
Dívida com Plano de Pensão Forluz	120.592	88.728	94.051	98.056	86.983	84.732	746.302	1.317.424
Total	2.236.865	1.977.206	2.336.432	2.241.789	2.226.814	2.455.981	3.726.248	17.203.035

(1) Contrato com Furnas, em dólar americano, para compra de energia elétrica de Itaipu até Maio de 2013.

37) – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA – FATO RELEVANTE

A Resolução ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes relacionadas ao segundo ciclo de Revisão Periódica das Distribuidoras de energia elétrica.

As principais alterações estão descritas a seguir:

- As Obrigações Especiais serão amortizadas a partir da próxima Revisão Tarifária, com o registro a crédito no resultado do Exercício das Distribuidoras, utilizando-se a taxa média dos ativos que lhe deram origem. Também não serão mais consideradas na definição das tarifas.

- A base de ativos a ser utilizada na segunda Revisão Tarifária Periódica será a base anterior, atualizada pelo IGP-M, acrescida e/ou deduzida das novas adições e baixas ocorridas no período.

- Na definição dos custos operacionais a serem cobertos pelas tarifas, a ANEEL continuará a utilizar a Empresa de Referência como base comparativa.

Os impactos financeiros futuros decorrentes do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica (no caso da Cemig será em 2008) ainda estão sendo analisados pela Administração, não sendo possível estimar no momento o efeito em nossos negócios.

38) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	RME Light	ETEP, ENTE, EPTE, TSLE, TSLE, ESTE (1)	SABESP	INTESA	SE CARAIBAS	RORAL	OUTRAS	ELIMINAÇÃO	TOTAL
ATIVO												
Disponibilidades												
Clientes e Revendas												
Ativo Regulatório												
Outros Ativos												
Investimentos e Imobilizado/Diferido												
PASSIVO												
Fornecedores e Supridores												
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures												
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos												
Obrigações Pós Emprego												
Outros Passivos												
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS												
Participação Minoritária												
PATRIMÔNIO LÍQUIDO												
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA												
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS												
Pessoal												
Pessoal - Administradores e Conselheiros												
Materiais												
Matéria Prima												
Serviços de Terceiros												
Custo Power Purchased Agreements												
Energia Elétrica Comprada para Revenda												
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão												
Depreciação e Amortização												
Obrigações Pós Emprego (CVSUL)												
Provisões Operacionais												
Custo de Construção de Concessão - (-) C.C.												
Gás Comprado para Revenda												
Participações dos Empregados												
Custo de Desenvolvimento Energético - CDE												
Efetivos Energética e Pesquisa e Desenvolvimento												
Outras Despesas Líquidas												
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (Despesas) Financeiras												
Receitas (Despesas) Financeiras												
Lucro (prejuízo) Operacional												
Receitas Não Operacional												
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados												
Imposto de Renda e Contribuição Social												
Lucro (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio												
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio												
Participações Minoritárias												
Lucro Líquido do Exercício												

(1) Transmissoras (Ipiranga, Sul, Norte, Nordeste e Geradora) adquiridas em agosto de 2006, conforme nota explicativa nº 19

39) – EVENTOS SUBSEQÜENTES

Emissão de Notas Promissórias (commercial papers)

A Cemig Distribuição S.A. emitiu, em 02 de janeiro de 2007, R$200 milhões em Notas Promissórias (commercial papers), que terão prazo de 180 dias e pagarão juros correspondente à taxa de 102,0% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP. As Notas Promissórias serão garantidas por aval da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e os recursos capitados serão utilizados para recomposição de caixa referentes às dívidas vencidas e liquidadas desde agosto/2006 até dezembro/2006. As Notas Promissórias poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, a seu exclusivo critério.

* * * * * * * * * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Morais
Diretor Presidente e, cumulativamente
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças, Participações
e de Relações com Investidores

Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Diretor de Gestão Empresarial

Fernando Henrique Schuffner Neto
Diretor de Geração e Transmissão

José Maria de Macedo
Diretor de Distribuição e
Comercialização

José Carlos de Matos
Diretor de Planejamento, Projetos e
Construções

Pedro Carlos Hosken Vieira
Superintendente de Controladoria

Leonardo George de Magalhães
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-83.140

ANEXO I

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais e calculado em conformidade aos princípios fundamentais de contabilidade brasileiros)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	1.718.841	2.003.399	1.718.841	2.003.399
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Depreciação e Amortização	872.257	594.588	894	645
Baixas Líquidas de Imobilizado	21.596	52.209	4.182	645
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.594.596)	(1.550.213)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(392.919)	(979.068)	(179.340)	(307.990)
Provisão (Reversão) de Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	86.154	309.425	29.218	31.259
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	191.988	5.273	(142.566)	(100.343)
Obrigações Pós-Emprego	169.910	153.471	7.871	7.552
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	19.978	(223.016)	19.978	(223.016)
Ativos Regulatórios - PIS-PASEP/COFINS	-	(76.244)	-	-
Impostos Federais Diferidos	(100.618)	230.700	3.453	(144.085)
Reajuste Tarifário Diferido	-	(591.010)	-	-
Outros	7.055	(2.397)	-	-
	2.394.042	1.477.340	(132.264)	(282.050)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(830.648)	(187.552)	-	44.784
Revendedores - Transações no CCEE	194.856	238.373	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	257.171	260.577	-	-
Tributos Compensáveis	(185.291)	(310.629)	(85.513)	(143.813)
Reajuste Tarifário Diferido	294.353	53.419	-	-
Outros Ativos Circulantes	71.357	11.159	20.677	181.513
Despesas Antecipadas - CVA	125.119	58.406	-	-
Créditos com Controladas	-	-	-	641.019
Transporte de Energia	(55.048)	(275.281)	-	-
Depósitos Judiciais	(124.887)	-	4.299	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	78.760	77.784	-	77.784
Outros Realizáveis a Longo Prazo	2.963	(2.805)	(15.317)	-
	49.607	(80.548)	(75.554)	801.287
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(124.738)	91.032	(13.856)	11.274
Tributos e Contribuição Social	(74.435)	(245.693)	(3.664)	(289.701)
Salários e Contribuições Sociais	(634)	600	(1.458)	(43.327)
Encargos Regulatórios	74.393	183.028	-	(17.570)
Empréstimos e Financiamentos	(49.211)	78.445	(1.921)	963
Obrigações Pós-Emprego	(268.107)	(261.072)	(13.128)	(18.037)
Despesa Antecipada - CVA	46.380	210.678	-	-
Outros	53.408	232.694	4.807	(129.654)
	(342.874)	299.709	(29.218)	(484.052)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	2.100.775	1.696.503	(237.036)	35.185
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	2.265.003	1.556.110	30.000	73.587
Alienação de Participação no FIDC	-	-	900.000	-
Recebimento de Quotas do FIDC	-	-	26.611	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.868.776)	(818.548)	-	(55.273)
Empréstimos de curto prazo	1.200.000	-	-	-
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	1.644.453	100.446
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(2.071.668)	(590.622)	(2.071.668)	(590.622)
	(474.540)	146.940	529.396	(471.862)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	1.626.235	1.803.443	292.372	(436.677)
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(552.681)	(68.825)	(569.574)	(91.377)
No Imobilizado	(1.469.762)	(1.360.283)	81	(222)
Obrigações Especiais - Contribuições do Consumidor	304.642	75.573	-	-
No Diferido	(1.998)	(2.296)	-	-
	(1.719.799)	(1.355.531)	(569.493)	(91.599)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**(93.564)**	**447.912**	**(277.121)**	**(528.276)**

	Consolidado		Controladora	
	2006	2006	2006	2006
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do período	1.344.135	896.223	300.510	828.786
Saldo Inicial – Aquisição de Controladas	124.930	-	-	-
No fim do Período	1.375.501	1.344.135	23.389	300.510
	(93.564)	447.912	(277.121)	(528.276)
PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	781.052	500.308	14.585	19.418
Imposto de Renda e Contribuição Social	696.224	471.279	6.917	20.282
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM A SAÍDA DE CAIXA				
Encargos financeiros transferidos para o imobilizado	24.750	31.267	-	-
Dividendos compensados com os créditos da CRC	78.766	77.784	-	-

ANEXO II

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2006		2005		2006		2005	
RECEITAS								
Receita Operacional	13.586.872		11.702.613		1.457		2.556	
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(128.616)		(54.859)		12.233		44.784	
Resultado Não Operacional	(36.795)		(52.415)		(10.223)		(16.990)	
	13.404.459		11.595.339		3.467		30.352	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.112.673)		(1.454.930)				-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(802.352)		(640.733)				-	
Serviços de Terceiros	(503.993)		(422.600)		(18.032)		(14.196)	
Gás Comprado para Revenda	(157.732)		(155.948)		-		-	
Materiais	(81.872)		(95.061)		(474)		(569)	
Matéria Prima	(36.512)		-		-		-	
Outros Custos Operacionais	(99.193)		(740.870)		98.204		(66.685)	
	(3.794.727)		(3.510.142)		79.698		(81.450)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	9.609.732		8.085.197		83.165		(51.098)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(672.257)		(594.598)		(894)		(545)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	8.937.475		7.490.599		82.471		(51.643)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial			-		1.594.595		1.550.213	
Receitas Financeiras	1.464.002		1.798.731		223.352		616.299	
	1.464.002		1.798.731		1.817.947		2.166.512	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**10.401.477**		**9.289.330**		**1.900.418**		**2.114.869**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%		%
Pessoal e Encargos	1.625.353	16	1.087.069	12	77.939	4	66.018	3
Impostos, Taxas e Contribuições	5.658.967	54	5.148.250	55	26.679	1	19.750	1
Despesas Financeiras e Aluguéis	1.381.526	14	1.051.308	11	77.060	4	20.702	1
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.381.781	13	1.096.949	12	1.381.781	73	1.096.949	52
Participação de Minoritários	6.790	-	(696)	-	-	-	-	-
Lucros Retidos	337.060	3	906.450	10	337.060	18	906.450	43
	10.401.477	**100**	**9.289.330**	**100**	**1.900.418**	**100**	**2.114.869**	**100**

ANEXO III
Página 1/2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Outros	Eliminações	Total
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	3.026.895	-	8.712.118	-	(559.871)	11.179.142
Receita de Uso da Rede	-	90.195	611.858	7.266.737	-	-	7.968.790
Outras Receitas Operacionais	1.457	6.686	6.203	45.916	421.896	-	482.158
Receita bruta de vendas e/ou serviços	1.457	3.561.819	618.061	15.024.772	421.896	(559.871)	19.568.074
DEDUÇÃO À RECEITA OPERACIONAL	(81)	(527.134)	(46.985)	(2.225.853)	(86.914)	-	(2.886.967)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.376	3.034.734	567.326	8.810.421	340.982	(559.871)	16.681.171
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA							
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(10.088)	-	(2.308.088)	-	559.871	(2.112.870)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	-	(240.451)	-	(861.861)	-	-	(402.202)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(157.720)	-	(157.720)
	-	(350.547)	-	(2.799.949)	(157.720)	559.871	(2.672.777)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal e Administradores	-	(174.032)	(130.480)	(804.594)	-	-	(1.145.981)
Entidade de Previdência Privada	-	(28.748)	(12.982)	(122.519)	-	-	(164.647)
Materiais	-	(12.080)	(8.481)	(38.868)	-	-	(78.319)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-	(28.812)	-	-	-	-	(28.812)
Serviços de Terceiros	-	(72.889)	(32.977)	(318.594)	(6)	-	(411.316)
Depreciação e Amortização	-	(180.020)	(46.371)	(298.318)	(1)	-	(524.820)
Provisões Operacionais	-	(185)	(14)	(22.173)	-	-	(22.972)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hídricos	-	(127.374)	-	(1.551)	-	-	(128.925)
Quotas para Consumo de Combustível - C.C.C.	-	-	(55.421)	(461.027)	-	-	(516.448)
Conta de Desenvolvimento energético - CDE	-	-	(34.613)	(284.173)	-	-	(372.886)
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	-	(34.420)	(5.258)	(168.559)	-	-	(197.307)
Outros	-	(37.673)	(15.467)	(98.997)	(1)	15.314	(127.824)
	-	(709.599)	(508.264)	(2.677.131)	(8)	15.314	(3.872.245)
CUSTO TOTAL	-	(359.135)	(208.724)	(5.868.183)	(157.727)	118.185	(6.946.822)
LUCRO BRUTO	1.319	1.108.958	391.888	1.393.241	183.155	15.314	2.734.856
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas com Vendas	-	(22.080)	-	(130.424)	-	-	(152.714)
Despesas gerais e Administrativas	(6.191)	(34.722)	(14.648)	(148.188)	(2.741)	-	(207.490)
Outras Despesas Operacionais	-	(4.180)	(2.974)	(22.708)	(11.236)	-	(41.098)
	(6.191)	(60.982)	(17.722)	(148.387)	(13.977)	-	(398.972)
Lucro Operacional antes do Resultado da Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	(4.872)	1.045.982	344.442	866.854	(36.113)	15.314	2.335.884
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(80.426)	(358.245)	(44.825)	(13.819)	(2.287)	671.469	(218.791)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(85.661)	707.218	(88.617)	852.235	36.891	426.874	2.120.468
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(12.333)	(786)	(1.833)	(24.113)	414	-	(38.768)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(81.994)	526.440	(98.218)	827.330	36.305	426.874	2.064.185
Imposto de Renda e Contribuição Social	110.283	(186.428)	(35.328)	(304.355)	4.264	-	(627.568)
Lucro (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre o capital próprio	(44.521)	340.012	172.981	522.180	(90.958)	426.874	1.546.994
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓP.	154.997	162.998	48.428	161.845	7.417	(429.874)	105.397
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	-	(8.023)	-	-	(279)	-	(8.702)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	154.246	503.188	(3.814)	775.191	87.896	-	1.716.541

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	OUTRAS	ELIMINAÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	2.211.849	-	7.428.638	-	(441.955)	9.198.531
Proqueta Tarifária Ordinária	-	-	-	591.519	-	-	591.519
Receita de Uso da Rede	-	-	888.811	1.292.567	-	(34.412)	1.452.796
Outras Receitas Operacionais	2.938	71.408	-	53.341	985.475	-	422.788
	2.938	2.224.189	888.811	9.274.965	985.475	(496.367)	11.752.413
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(10)	(512.555)	(48.943)	(2.875.118)	(72.825)	42.977	(3.485.982)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.938	1.716.771	349.868	6.398.847	912.649	(523.390)	8.216.431
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA							
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(13.153)	-	(1.860.370)	-	448.918	(1.424.604)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(180.780)	-	(554.365)	-	74.412	(660.733)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(155.648)	-	(155.648)
	-	(174.033)	-	(2.444.435)	(155.648)	523.330	(2.251.011)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal e Administradores	-	(135.537)	(50.944)	(752.939)	-	-	(939.129)
Entidade de Previdência Privada	-	(18.808)	(12.211)	(106.208)	-	-	(141.884)
Materiais	-	(15.581)	(5.571)	(71.972)	-	-	(93.124)
Materiais para o Imóvel para Produção de Energia	-	(862)	-	-	-	-	(862)
Serviços de Terceiros	-	(62.353)	(21.570)	(288.638)	-	-	(372.561)
Depreciação e Amortização	-	(155.208)	(37.581)	(381.991)	-	-	(574.780)
Provisões Operacionais	-	(5.978)	(33)	(68.611)	-	-	(74.622)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(112.342)	-	(32.796)	-	-	(145.138)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(38.795)	(387.108)	-	-	(425.903)
Pesquisa e Eficiência Energética	-	(36.230)	(1.941)	(172.854)	-	-	(211.026)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(61)	(17.358)	(278.033)	-	-	(295.451)
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	(144.285)	(1.818)	(82.386)	-	-	(228.489)
Outras	-	(27.781)	(5.862)	(91.527)	-	-	(125.190)
	-	(757.566)	(223.383)	(2.698.413)	-	-	(3.681.661)
CUSTO TOTAL	-	(932.599)	(223.383)	(5.134.358)	(155.648)	523.330	(5.919.472)
LUCRO BRUTO	2.938	784.838	126.397	1.264.447	756.868	-	2.214.144
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas com Vendas	-	-	-	(118.830)	-	-	(118.830)
Despesas Gerais e Administrativas	(112.218)	(48.068)	(32.275)	(68.480)	-	-	(258.311)
Outras Despesas Operacionais	-	(2.787)	(772)	(2.916)	(153.427)	-	(94.181)
	(112.218)	(51.855)	(33.047)	(170.671)	(153.427)	-	(423.328)
Lucro Operacional antes do Resultado da Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	(109.671)	732.974	113.340	1.099.628	53.477	-	1.854.847
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(102.516)	(445.211)	(70.558)	(58.164)	(2.871)	538.502	(2.754)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(211.186)	318.264	43.182	1.108.992	50.606	538.502	1.852.094
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(19.000)	(4.308)	(1.077)	(27.716)	814	-	(52.470)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	(230.186)	314.058	44.109	1.181.276	51.220	538.502	1.808.234
Imposto de Renda e Contribuição Social	48.372	(91.243)	(17.966)	(387.788)	(15.902)	-	(470.531)
Lucro (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	(181.814)	222.815	(17.966)	792.587	35.418	538.502	1.337.703
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	605.000	340.518	39.835	135.549	9.818	(568.850)	605.000
Participações Minoritárias	-	-	-	-	(58)	-	(58)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	423.186	563.333	90.018	928.136	27.737	-	2.042.658

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual (controladora) e consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas em 31 de dezembro de 2006 e 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado individuais e consolidadas, detalhadas nos Anexos I e II, estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia e controladas e não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado individuais e consolidadas foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, tomadas em conjunto.

5. As informações suplementares contidas no Anexo III, referentes à demonstração do resultado segregado por atividade consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, são apresentadas por determinação do Órgão Regulador das atividades da Companhia e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação aos critérios descritos no Anexo III.

6. Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, as concessões de geração de energia elétrica detidas pela controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. referentes às usinas hidrelétricas de Emborcação, Nova Ponte, Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias e Santa Luzia encontram-se expiradas em 31 de dezembro de 2006. Em 3 de outubro de 2006, a Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL encaminhou para o Ministério de Minas e Energia - MME, um conjunto de alternativas para a renovação destas concessões. Caso o Ministério de Minas e Energia venha a indeferir os pedidos de renovação destas concessões ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos ("concessão onerosa"), os atuais níveis de atividade e de rentabilidade da Companhia e da controlada Cemig Geração e Transmissão S.A podem ser alterados.

7. Conforme descrito nas notas explicativas nº 8, 9 e 18 às demonstrações financeiras, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2006, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

8. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, em 7 de abril de 2004, a ANEEL fixou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Cemig Distribuição S.A. em 37,86%, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2003. Em 7 de abril de 2005, a ANEEL alterou esse percentual, em caráter definitivo, para 44,41%. Essa alteração resultou no aumento da receita bruta no montante de R$591.010 mil e um aumento no lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2005 de R$335.398 mil, líquido dos efeitos fiscais, na Companhia e na controlada Cemig Distribuição S.A.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Gilberto Grandolpho
Auditores Independentes	Contador
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG	CRC-SP 139.572/O-5 S/MG

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo J

Informações Financeiras Trimestrais da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS 2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 8
1) – CONTEXTO OPERACIONAL 8
2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 9
3) – DISPONIBILIDADES 11
4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES 11
5) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE 12
6) – REVISÃO TARIFÁRIA DA TRANSMISSÃO 12
7) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 13
8) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS 14
9) – INVESTIMENTOS 16
10) – IMOBILIZADO 19
11) - INTANGÍVEL 20
12) – FORNECEDORES 20
13) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES 21
14) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 22
15) – ENCARGOS REGULATÓRIOS 24
16) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 24
17) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS 25
18) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO 27
19) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA 27
20) – RECEITA DE USO DA REDE 27
21) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL 28
22) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 28
23) – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS 30
24) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 31
25) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS 32
26) – EVENTO SUBSEQUENTE 36

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO 37

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL 49

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 30 DE JUNHO DE 2009

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
CIRCULANTE				
Disponibilidades *(nota 3)*	1.414.904	1.220.408	1.299.205	1.072.486
Consumidores e Revendedores *(nota 4)*	344.708	423.003	342.249	421.848
Concessionários - Transporte de Energia	69.022	50.127	69.022	50.127
Tributos Compensáveis *(nota 7)*	579.136	471.706	577.901	470.780
Revendedores – Transações Energia Livre *(nota 5)*	10.120	17.573	10.120	17.573
Créditos Tributários *(nota 8)*	53.631	38.673	53.631	38.673
Estoques	3.779	4.013	3.739	3.769
Ativo Regulatório- Revisão Tarifária *(nota 6)*	82.321	85.732	82.321	85.732
Outros Créditos	148.678	73.514	66.349	65.059
TOTAL DO CIRCULANTE	2.706.299	2.384.749	2.504.537	2.226.047
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Créditos Tributários *(nota 8)*	43.066	63.716	43.066	63.716
Consumidores e Revendedores *(nota 4)*	46.188	-	46.188	-
Revendedores – Transações Energia Livre *(nota 5)*	10.857	4.746	10.857	4.746
Tributos Compensáveis *(nota 7)*	9.275	18.427	8.531	18.158
Depósitos Vinculados a Litígio	72.375	65.092	72.375	65.092
Créditos com Pessoas Ligadas *(nota 24)*	14.030	12.699	12.688	12.699
Ativo Regulatório- Revisão Tarifária *(nota 6)*	54.067	72.358	54.067	72.358
Outros Créditos	17.845	19.898	8.069	9.770
	267.703	256.936	255.841	246.539
Investimentos *(nota 9)*	1.079.952	1.074.017	1.406.082	1.147.372
Imobilizado *(nota 10)*	5.200.763	4.876.435	4.584.333	4.595.379
Intangível *(nota 11)*	126.042	17.492	14.682	14.699
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.674.460	6.224.880	6.260.938	6.003.989
ATIVO TOTAL	**9.380.759**	**8.609.629**	**8.765.475**	**8.230.036**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CEMIG

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 30 DE JUNHO DE 2009

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos *(nota 14)*	531.182	464.402	522.977	460.870
Debêntures *(nota 14)*	412.601	397.483	412.601	397.483
Fornecedores *(nota 12)*	115.094	96.295	83.387	78.543
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 13)*	492.522	360.349	490.725	359.178
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	196.058	153.302	196.058	153.302
Salários e Encargos Sociais	78.224	82.322	77.733	81.949
Encargos Regulatórios *(nota 15)*	83.585	80.643	83.585	80.643
Participações nos Lucros	17.187	11.463	17.187	11.463
Dívidas com Pessoas Ligadas *(nota 24)*	30.741	15.723	34.603	15.723
Obrigações Pós-Emprego *(nota 16)*	18.757	18.652	18.757	18.652
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros *(nota 25)*	54.069	62.359	54.069	62.359
Outras Obrigações	39.768	31.246	37.833	30.263
TOTAL DO CIRCULANTE	2.071.988	1.774.239	2.031.715	1.750.428
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos *(nota 14)*	2.089.081	1.902.855	1.677.377	1.705.053
Debêntures *(nota 14)*	432.497	428.253	274.794	273.750
Provisões para Contingências *(nota 17)*	9.310	8.495	9.310	8.495
Obrigações Pós-Emprego *(nota 16)*	251.456	254.524	251.456	254.524
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 13)*	149.346	136.828	149.346	136.828
Encargos Regulatórios *(nota 15)*	9.786	6.652	9.786	6.652
Outras Obrigações	42.508	39.142	36.904	35.665
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.983.964	2.776.749	2.408.973	2.420.967
PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(nota 18)*				
Capital Social	2.896.785	2.896.785	2.896.785	2.896.785
Reservas de Lucros	584.354	584.354	584.354	584.354
Lucros Acumulados	843.648	577.502	843.648	577.502
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.324.787	4.058.641	4.324.787	4.058.641
PASSIVO TOTAL	**9.380.759**	**8.609.629**	**8.765.475**	**8.230.036**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado 30/09/2009	Controladora 30/09/2009	Consolidado e Controladora 30/09/2008
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica *(nota 19)*	2.631.903	2.621.283	2.331.881
Receita de Uso da Rede *(nota 20)*	636.403	636.403	461.784
Outras Receitas Operacionais	16.951	16.951	23.405
	3.285.257	3.274.637	2.817.070
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL *(nota 21)*	(661.085)	(659.250)	(627.188)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.624.172	2.615.387	2.189.882
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA *(nota 22)*			
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(208.356)	(208.356)	(200.945)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(116.716)	(116.227)	399
	(325.072)	(324.583)	(200.546)
CUSTO DE OPERAÇÃO *(nota 22)*			
Pessoal e Administradores	(160.975)	(160.942)	(162.159)
Obrigações Pós-Emprego	(15.092)	(15.092)	(30.536)
Materiais	(9.620)	(9.582)	(9.944)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(4.070)	(4.070)	(65.185)
Serviços de Terceiros	(65.325)	(65.003)	(58.780)
Depreciação e Amortização	(169.389)	(168.612)	(167.047)
Provisões (Reversão) Operacionais	(860)	(860)	1.013
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(105.163)	(105.163)	(94.886)
Outros custos de operação	(23.786)	(23.506)	(29.837)
	(554.260)	(552.830)	(617.363)
CUSTO TOTAL	(879.332)	(877.413)	(817.909)
LUCRO BRUTO	1.744.840	1.737.974	1.371.973
DESPESAS OPERACIONAIS ***(nota 22)***			
Despesas Gerais e Administrativas	(114.286)	(112.855)	(53.511)
Despesas com Vendas	(289)	(52)	-
Outras Despesas Operacionais	(14.677)	(14.573)	(21.898)
	(129.252)	(127.480)	(75.409)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS)	1.615.588	1.610.494	1.296.564
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(263)	-
Despesas Financeiras Líquidas *(nota 23)*	(147.934)	(142.979)	(179.749)
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.467.654	1.467.252	1.116.815
Imposto de Renda e Contribuição Social *(nota 8 b)*	(393.773)	(393.371)	(343.764)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos *(nota 8 b)*	(48.085)	(48.085)	18.686
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(21.947)	(21.947)	(14.760)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**1.003.849**	**1.003.849**	**776.977**
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R$		346,54	268,22

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TERCEIRO TRIMESTRE E PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2009

(Em milhares de reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	2.896.785	584.354	-	3.481.139
Lucro Líquido do Período	-	-	1.003.849	1.003.849
Ajuste de Exercício anteriores	-	-	(411)	(411)
Destinação do Lucro				
Juros sobre Capital Próprio (nota 18)	-	-	(159.790)	(159.790)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009	2.896.785	584.354	843.648	4.324.787

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009	2.896.785	584.354	577.502	4.058.641
Lucro Líquido do Período	-	-	319.211	319.211
Ajuste de Exercício anteriores	-	-	(411)	(411)
Destinação do Lucro				
Juros sobre Capital Próprio (nota 18)	-	-	(52.654)	(52.654)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009	2.896.785	584.354	843.648	4.324.787

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de Reais)

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	1.003.849	776.977	1.003.849	776.977
Despesas (Receitas) que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e Amortização	169.904	167.245	168.638	167.245
Baixas Líquidas de Imobilizado	2.541	2.617	2.541	2.617
Equivalência Patrimonial	-	-	253	-
Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	10.877	36.775	4.086	35.949
Ativo Regulatório –Revisão Tarifária da Transmissão	(136.657)	-	(136.657)	-
Impostos Federais Diferidos	48.085	(18.686)	48.085	(18.686)
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	911	(498)	911	(498)
Provisões para Perdas em Transações com Energia Livre	(7.915)	18.345	(7.915)	18.348
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	37.486	16.128	37.486	16.128
Obrigações Pós-Emprego	21.999	36.013	21.999	36.013
Outros	(21)	(66)	(412)	(66)
	1.151.059	1.034.850	1.143.074	1.034.025
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(33.037)	(31.772)	(31.530)	(31.772)
Revendedores – Transações com energia livre	3.317	11.879	3.317	11.879
Tributos Compensáveis	(295.963)	(360.756)	(295.089)	(360.060)
Transporte de Energia	(18.836)	(6.226)	(18.836)	(6.226)
Créditos Tributários	(40.318)	136.118	(40.318)	136.118
Depósito Judiciais	(22.842)	(15.229)	(22.842)	(8.258)
Outros	(11.460)	(51.917)	(5.688)	(56.799)
	(419.139)	(317.907)	(410.986)	(315.120)
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(49.004)	(152.197)	(42.055)	(153.159)
Tributos e Contribuição Social	480.107	229.187	479.222	229.016
Salários e Contribuições Sociais	13.739	(1.458)	13.301	(1.412)
Encargos Regulatórios	(5.343)	7.995	(5.343)	7.995
Empréstimos e Financiamentos	85.313	145.193	70.878	145.193
Obrigações Pós-Emprego	(30.374)	(30.996)	(30.374)	(30.996)
Perdas com Instrumentos Financeiros	1.884	(10.433)	1.884	(10.433)
Outros	(12.687)	(8.859)	8.203	(18.943)
	483.435	178.432	495.716	167.261
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	1.215.335	895.375	1.227.804	886.166
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	449.105	26.418	127.605	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(21.500)	(245.825)	(20.074)	(245.825)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(500.775)	(118.519)	(500.775)	(118.519)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	73.170	(337.926)	(393.244)	(364.344)

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
ATIVIDADE DE INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(206.555)	(65.947)	(294.036)	(69.589)
No Imobilizado	(378.412)	(84.675)	(91.397)	(47.901)
No Intangível	(4.392)	-	(2.133)	-
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	-	41	-	41
CAIXA USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(589.359)	(150.781)	(387.566)	(117.449)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	**552.806**	**406.868**	**446.992**	**404.373**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES				
No início do exercício	862.098	916.288	852.213	907.116
No fim do exercício	1.414.904	1.322.956	1.299.205	1.311.489
	552.806	**406.868**	**446.992**	**404.373**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2009

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia" ou "Cemig Geração e Transmissão") é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("CEMIG"), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Cemig Geração e Transmissão tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Cemig Geração e Transmissão possui 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais, e com capacidade instalada de 27 MW (informação não revisada pelos auditores independentes). A usina iniciou operações a partir de 2009.

- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Beberibe no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 28,8 MW (informação não revisada pelos auditores independentes). A usina iniciou operações em agosto de 2009.

- Baguari Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 69,39%) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Necenergia – 51,00%), 140 MW de potência instalada (informação não revisada pelos auditores independentes), localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A usina iniciou operações em setembro de 2009 (1ª unidade) e tem previsão paras as demais unidades para dezembro de 2009 (2ª unidade) e fevereiro de 2010 (3ª unidade).

Controladas em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011, e totalizarão uma capacidade instalada de 44 MW (informação não revisada pelos auditores independentes).

- Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.

- Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW (informação não revisada pelos auditores independentes) e previsão de início de operação comercial em 2012.

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20 MW de potência instalada (informação não revisada pelos auditores independentes), localizada no rio Manhuaçu, Municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em abril de 2010.

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE") (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Previsão de entrada em operação em junho de 2010.

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 42 MW (informação não revisada pelos auditores independentes). Previsão de entrada em operação até o final do ano de 2009.

- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 79,2 MW (informação não revisada pelos auditores independentes). Previsão de entrada em operação até o final do ano de 2009.

2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1) Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais da controladora e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis; normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Estas Informações Trimestrais – ITR's foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2008. Desta forma, estas ITR's devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais.

2.2) Alteração na Lei das Sociedades por Ações

A Lei nº 11.638/07, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de Demonstrações Contábeis, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Essas mudanças de práticas contábeis estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Contábeis das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações aos princípios contábeis internacionais de contabilidade – IFRS.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória 449/08 (convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009) modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

2.3) – Informações Trimestrais Consolidadas

As informações trimestrais consolidadas em 30 de setembro de 2009 incluem as informações da Companhia e das controladas mencionadas na nota explicativa nº 1.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

As empresas com controle compartilhado foram consolidadas proporcionalmente em função do percentual de participação. Cada rubrica das informações trimestrais foi, portanto, consolidada após a aplicação do percentual de participação. Consequentemente, não há destaque para participações de minoritários.

No processo de consolidação foram eliminados: (i) as participações no patrimônio líquido das controladas; (ii) o resultado da equivalência patrimonial; (iii) os saldos de ativos e passivos entre as empresas consolidadas e, (iv) os saldos de receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas.

As datas das demonstrações contábeis das sociedades controladas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

3) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
Contas Bancárias	9.621	56.245	6.387	11.869
Aplicações Financeiras				
Certificados de depósitos bancários	1.363.261	1.121.616	1.250.873	1.018.786
Letras Financeiras do tesouro	32.517	26.341	32.517	26.341
Letras do Tesouro Nacional	6.394	10.705	6.394	10.705
Outros	3.111	5.501	3.034	4.785
	1.405.283	1.164.163	1.292.818	1.060.617
	1.414.904	**1.220.408**	**1.299.205**	**1.072.486**

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições financeiras nacionais e contratadas em condições e taxas normais de mercado, sendo que são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados substancialmente pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a taxas que variam entre 101,00% a 103,00%.

4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/09/2009	30/06/2009
Controladora					
Industrial	132.211	12.232	55.639	200.082	200.120
Suprimento a Outras Concessionárias	175.292	106	13.788	189.186	222.559
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(831)	(831)	(831)
	307.503	**12.338**	**68.596**	**388.437**	**421.848**
Controladas e Controladas em Conjunto					
Industrial	1.134	-	-	1.134	1.135
Suprimento a Outras Concessionárias	1.325	-	-	1.325	20
	2.459	**-**	**-**	**2.459**	**1.155**
Total Consolidado	**309.962**	**12.338**	**68.596**	**390.896**	**423.003**
Circulante				344.708	423.003
Não Circulante				46.188	-

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Encontra-se registrado o valor de R$46.188 referente a créditos de consumidor industrial que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

5) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

As obrigações e direitos da Companhia referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado e Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	39.180	40.132
Provisão para perdas na realização	(18.203)	(17.813)
	20.977	**22.319**
Circulante	10.120	17.573
Não Circulante	10.857	4.746

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Companhia nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Companhia, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig Geração e Transmissão são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas na realização

A provisão atualmente constituída, no montante de R$18.203, representa as perdas previstas em função do prazo de recebimento da RTE das distribuidoras que ainda estão repassando recursos a Companhia não ser suficiente para repasse integral dos valores devidos.

6) – REVISÃO TARIFÁRIA DA TRANSMISSÃO

A primeira revisão tarifária da Companhia foi aprovada pela diretoria da ANEEL em 17 de junho de 2009 na qual a Agência fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35% , retroativo a 2005.

Adicionalmente, foi estabelecido pela ANEEL um componente financeiro de R$158.090 a ser pago a Companhia através da Parcela de Ajuste (PA) em 24 meses. Esse valor é decorrente dos efeitos retroativos do reposicionamento tarifário ocorrido no período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009. A primeira parcela de R$85.732 foi incorporada no reajuste do ciclo 2009/2010 e a segunda parcela de R$72.358 será compensada no reajuste 2010/2011.

A medida que os valores da Parcela de Ajuste são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. A movimentação da Parcela de Ajuste está demonstrada conforme abaixo:

Composição Total da Parcela de Ajuste				
	Saldo em 30/06/2009	Atualização monetária	Amortização	Saldo em 30/09/2009
Rede Básica	128.823	(226)	(17.037)	111.560
Fronteira	13.899	(13)	(2.633)	11.253
DIT – Demais Instalações de Transmissão	15.368	(30)	(1.763)	13.575
	158.090	(269)	(21.433)	**136.388**
Circulante				**82.321**
Não Circulante				**54.067**

Como previsto no contrato de concessão da Companhia, os cálculos da revisão foram feitos sobre toda a base de ativos de transmissão da Companhia e não apenas dos ativos referentes às novas instalações.

7) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
Circulante				
ICMS a Recuperar	41.379	31.320	40.528	30.471
Imposto de Renda	398.596	319.376	398.321	319.300
Contribuição Social	125.216	107.051	125.216	107.050
PASEP	2.241	2.183	2.241	2.183
COFINS	10.243	9.975	10.243	9.975
Outros	1.461	1.801	1.352	1.801
	579.136	**471.706**	**577.901**	**470.780**
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	8.531	18.158	8.531	18.158
Imposto de Renda	744	269	-	-
	9.275	**18.427**	**8.531**	**18.158**
	588.411	**490.133**	**586.432**	**488.938**

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2009 que serão compensadas com tributos federais a pagar apurados para o ano de 2009, registrados na rubrica de impostos, taxas e contribuições.

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

A Companhia protocolou consulta junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais para esclarecimento de dúvidas relacionadas ao aproveitamento de parte dos créditos de ICMS registrados no circulante e no não circulante, sendo que a resposta é aguardada para o 4° trimestre de 2009, quando então será iniciada a sua compensação. A transferência para o circulante foi feita de acordo com valores que já deveriam estar realizados no CIAP e que deverão ser realizados até setembro de 2010.

8) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado e Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009
Créditos Tributários sobre diferenças temporárias:		
Provisão para Perdas na Realização dos Valores a Receber de Energia Livre	6.189	6.056
Obrigações Pós-Emprego	21.243	21.202
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	5.249	5.960
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	273	273
Transações com energia livre	-	4.130
Instrumentos Financeiros	19.398	22.644
Variação Cambial	35.343	35.343
Contingências	3.165	2.889
Outros	5.837	3.892
	96.697	**102.389**
Ativo Circulante	53.631	38.673
Ativo Não Circulante	43.066	63.716

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 12 de fevereiro de 2009, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM n° 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 05 de fevereiro de 2009.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de setembro de 2009, conforme abaixo:

	Consolidado e Controladora
2009	19.535
2010	45.462
2011	6.529
2012	10.158
2013	3.964
2014 a 2016	7.225
2017 a 2018	3.824
	96.697

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2009	30/09/2009	30/09/2008
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.467.654	1.467.252	1.116.815
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(499.003)	(498.866)	(379.717)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:			
Juros sobre Capital Próprio	54.329	54.329	47.262
Participação dos Empregados no Resultado	7.462	7.462	5.018
Incentivos Fiscais	8.903	8.903	4.285
Resultado de Equivalência Patrimonial	(89)	(89)	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.796)	(1.796)	-
Ajuste Imposto de Renda e Contribuição Social – Exercício anterior	(11.423)	(11.423)	-
Créditos Fiscais não reconhecidos	384	384	-
Outros	(625)	(360)	(1.926)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(441.858)**	**(441.456)**	**(325.078)**

c) Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei n 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT é opcional para o ano de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A empresa efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 ("DIPJ") ano-calendário 2008 e adicionalmente terá que efetuar até 30 de novembro de 2009 a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

9) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
Em Sociedade Controlada e Controladas em Conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	-	-	21.577	20.337
Guanhães Energia S.A.	-	-	9.608	9.608
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	18.411	19.086
Cemig Baguari Energia S.A.	-	-	21	1
Madeira Energia S.A.	-	-	-	10
Baguari Energia S.A.	-	-	174.049	164.242
EBTE	-	-	53.900	24.306
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	34.166	-
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	57.173	-
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	-	-	25.844	-
Em Consórcios	1.076.668	1.072.284	902.626	908.049
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Praias de Parajuru	-	-	31.051	-
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Volta do Rio	-	-	30.692	-
Ágio na Aquisição de Participação na C.E. Praias de Morgado	-	-	43.680	-
Outros	3.284	1.733	3.284	1.733
	1.079.952	**1.074.017**	**1.406.082**	**1.147.372**

a) Ágio na aquisição de Participação em empresas eólicas de energia em 2009

O ágio na aquisição das empresas eólicas de energia: Central Eólica Praias de Parajuru S.A., Central Eólica Praias de Morgado S.A. e Central Eólica Volta do Rio S.A., correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da mais valia da concessão em função da sua exploração no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Abaixo encontra-se o preço de compra reconhecido pela Companhia em 14 de agosto de 2009:

	Morgado	Parajuru	Volta do Rio	Total
ATIVO				
Circulante	7.128	7.257	86.527	100.912
Permanente	81.067	88.254	71.033	240.354
Outros ativos não circulantes	1.503	177	-	1.680
ATIVO TOTAL	**89.698**	**95.688**	**157.560**	**342.946**
PASSIVO				
Circulante	1.449	6.024	12.606	20.079
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	62.007	55.281	86.167	203.455
Outros passivo não circulantes	343	-	1.500	1.843
PASSIVO TOTAL	**63.799**	**61.305**	**100.273**	**225.377**
ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO	**25.899**	**34.383**	**57.287**	**117.569**
Preço total da compra sem ágio	25.899	34.383	57.287	117.569
Ágio na aquisição	43.843	31.163	30.808	105.814
Preço total da compra	**69.742**	**65.546**	**88.095**	**223.383**
Disponibilidades	(4.781)	(4.007)	(13.216)	(22.004)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada	64.961	61.540	74.879	201.380

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da Companhia da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	30/09/2009	30/06/2009
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,48	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,40	181.595	181.595
Usina de Queimado	82,50%	2,45	206.724	193.599
Usina de Aimorés	49,00%	2,50	549.538	549.538
Depreciação acumulada			(131.476)	(124.859)
Total em operação			**900.560**	**894.052**
Em curso				
Usina de Queimado	82,50%		-	13.125
Usina de Funil	49,00%		1.008	872
Usina de Aimorés	49,00%		1.058	-
Total em construção			**2.066**	**13.997**
Total de Consórcios - Controladora			**902.626**	**908.049**
Usina de Baguari - em construção	34,00%		174.042	164.235
Total de Consórcios - Consolidado			**1.076.668**	**1.072.284**

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

As principais informações sobre as investidas são como segue:

		Em 30 de setembro de 2009		
Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Participação (%)	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	35.000.000	49,00	35.000	44.036
Guanhães Energia S. A.	52.000.000	49,00	19.608	20.687
Hidrelétrica Pipoca S.A.	35.382.415	49,00	39.055	38.214
Madeira Energia S.A.	100.000	10,00	100	100
Cemig Baguari Energia S.A.	1.000	100,00	1	21
Baguari Energia S.A.	1.000.000	69,39	10	250.835
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S. A.	49.604.485	49,00	109.999	109.999
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	70.560.000	49,00	70.560	70.560
Central Eólica Volta do Rio S.A.	117.230.000	49,00	117.230	117.242
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	52.960.000	49,00	52.960	52.960

Novas Aquisições

Aquisição de 65,85% da Ternas Participações S.A.

Em 23 de abril de 2009, a Companhia adquiriu 65,85% de participação acionária da Terna Participações S.A, holding que atua no segmento de transmissão de energia, pertencente à Terna S.p.A, com presença em 11 Estados por R$2,15 bilhões. A holding controla um total de seis empresas que, juntas, contam com mais de 3,75 mil quilômetros de linhas de transmissão.

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou, em 05 de agosto de 2009, como alternativa à aquisição da totalidade das ações da TERNA detidas pela Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A ("TERNA S.p.A"), conforme facultado pelo Contrato celebrado entre a Cemig Geração e Transmissão e a TERNA S.p.A, a possibilidade de redução da participação final da Cemig Geração e Transmissão na referida aquisição para até 50% menos 1 (uma) ação ordinária e, quanto às ações preferenciais, até o percentual realizado pela Oferta Pública de Compra de Ações – OPA dos acionistas minoritários daquela Companhia, mediante parceria a ser constituída com o Fundo de Investimento em Participações – FIP COLISEU.

A Companhia anunciou, em 19 de outubro de 2009, o Encerramento de Distribuição Pública de Quotas da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Participações Coliseu – FIP Coliseu, estruturado pelo Banco Modal S.A.,totalizando o valor de R$1.330.000. O montante foi suficiente para que este fundo adquira 51% das ações ordinárias da Terna Participações S.A. ("TERNA"), e está prevista a realização de uma reunião do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre os instrumentos contratuais que regularão a parceira da Companhia com o FIP Coliseu na aquisição da totalidade das ações da TERNA detidas pela Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A ("TERNA S.p.A"), objeto do Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em 23 de abril de 2009 entre a Cemig Geração e Transmissão e a TERNA S.p.A. conforme anunciado naquela data.

Em 03 de novembro de 2009 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de ações celebrado com a TERNA S.p.A. com o pagamento e a transferência das ações de titularidade da TERNA para a Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. – TAESA, na qual a Companhia detém participação de 49% do capital social. A operação envolveu a compra de 173.527.113 ações ordinárias representando aproximadamente 65,85% do capital total da TERNA.

A TAESA tem como acionistas a Cemig Geração e Transmissão e o Fundo de Investimentos em Participações Coliseu. Em data a ser anunciada, a TAESA realizará uma oferta pública de aquisição das ações em circulação de emissão da TERNA, com finalidade de assegurar aos demais acionistas da TERNA tratamento igualitário aquele dado à Terna S.p.A..

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

10) – IMOBILIZADO

	30/09/2009			30/06/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	**8.090.965**	**(3.731.613)**	**4.359.352**	**4.405.048**
- Geração	6.728.932	(3.009.361)	3.719.571	3.757.199
Terrenos	195.715	-	195.715	195.552
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.672.137	(1.424.455)	2.247.682	2.266.813
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	781.019	(364.833)	416.186	421.034
Máquinas e Equipamentos	2.075.359	(1.215.798)	859.561	873.418
Veículos	2.164	(1.873)	291	259
Móveis e Utensílios	2.538	(2.402)	136	123
- Transmissão	1.299.025	(682.703)	616.322	624.429
Terrenos	2.138	-	2.138	2.138
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	106.549	(59.897)	46.652	47.577
Máquinas e Equipamentos	1.189.166	(621.849)	567.317	574.515
Veículos	175	(134)	41	45
Móveis e Utensílios	997	(823)	174	154
- Administração	63.008	(39.549)	23.459	23.420
Terrenos	456	-	456	621
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	13.760	(7.457)	6.303	6.524
Máquinas e Equipamentos	34.991	(22.479)	12.512	11.612
Veículos	10.829	(6.739)	4.090	4.585
Móveis e Utensílios	2.970	(2.874)	96	78
Em Curso	**232.905**	**-**	**232.905**	**198.255**
- Geração	117.795	-	117.795	109.226
- Transmissão	85.608	-	85.608	69.309
- Administração	29.502	-	29.502	19.720
Total do Imobilizado	**8.323.870**	**(3.731.613)**	**4.592.257**	**4.603.303**
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(7.924)	-	(7.924)	(7.924)
Imobilizado Líquido - Controladora	**8.315.946**	**(3.731.613)**	**4.584.333**	**4.595.379**
Em Serviço - Controladas	**144.794**	**(1.283)**	**143.511**	**48.831**
- Geração	144.768	(1.282)	143.486	48.813
- Administração	26	(1)	25	18
Em Curso - Controladas	**472.919**	**-**	**472.919**	**232.225**
- Geração	422.813	-	422.813	211.078
- Transmissão	48.083	-	48.083	19.688
- Administração	2.023	-	2.023	1.461
Imobilizado Líquido - Consolidado	**8.933.659**	**(3.732.896)**	**5.200.763**	**4.876.435**

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

11) - INTANGÍVEL

	30/09/2009			30/06/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	**30.456**	**(20.849)**	**9.607**	**9.994**
- Geração	2.381	(955)	1.426	1.542
- Transmissão	9.661	(2.681)	6.980	7.091
- Administração	18.414	(17.213)	1.201	1.361
Em Curso	**5.075**	**-**	**5.075**	**4.715**
- Geração	1.188	-	1.188	1.089
- Transmissão	1.469	-	1.469	1.373
- Administração	2.418	-	2.418	2.253
Intangível Líquido - Controladora	**35.531**	**(20.849)**	**14.682**	**14.699**
Em Serviço	**34.779**	**(118)**	**34.661**	**37**
- Geração	34.769	(117)	34.652	28
- Administração	10	(1)	9	9
Em Curso	**76.699**	**-**	**76.699**	**2.756**
- Geração	76.699	-	76.699	2.756
Intangível Líquido - Consolidado	**147.009**	**(20.967)**	**126.042**	**17.492**

12) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	-	12.148	-	12.148
União Com. de Energia Elétrica	7.101	7.101	7.101	7.101
Cemig Distribuição	4.925	6.727	4.925	6.727
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	2.879	2.934	2.879	2.934
CTEEP – Cia. Trans. Energia Elétrica Paulista	3.143	3.278	3.143	3.278
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	2.049	2.149	2.049	2.149
Eletrosul – Centrais Elétricas	1.993	2.209	1.993	2.209
Outros Geradores e Distribuidores	29.871	25.864	28.978	25.864
	51.961	62.410	51.068	62.410
Materiais e Serviços	63.133	33.885	32.319	16.133
	115.094	**96.295**	**83.387**	**78.543**
Não Circulante (*)				
Suprimento de Energia Elétrica				
Compra de Energia Livre durante o racionamento	122	78	122	78
Materiais e Serviços	1.732	1.649	-	-
	1.854	**1.727**	**122**	**78**
Total de Fornecedores	**116.948**	**98.022**	**83.509**	**78.621**

(*) Apresentado na rubrica "Outras Obrigações"

13) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
Circulante				
Imposto de Renda	279.058	181.067	278.785	180.974
Contribuição Social	103.085	66.543	102.932	66.492
ICMS	28.170	27.767	27.380	27.143
COFINS	22.686	19.574	22.576	19.520
PASEP	10.143	9.467	10.118	9.454
INSS	3.434	3.391	3.279	3.189
Outros	9.718	1.869	9.427	1.735
	456.294	309.678	454.497	308.507
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	20.941	29.290	20.941	29.290
Contribuição Social	7.539	10.544	7.539	10.544
COFINS	6.366	8.904	6.366	8.904
PASEP	1.382	1.933	1.382	1.933
	36.228	50.671	36.228	50.671
	492.522	**360.349**	**490.725**	**359.178**
Não Circulante				
COFINS	32.771	26.863	32.771	26.863
PASEP	7.115	5.832	7.115	5.832
	39.886	32.695	39.886	32.695
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	74.832	71.647	74.832	71.647
Contribuição Social	26.938	25.793	26.938	25.793
COFINS	6.318	5.499	6.318	5.499
PASEP	1.372	1.194	1.372	1.194
	109.460	104.133	109.460	104.133
	149.346	**136.828**	**149.346**	**136.828**

As obrigações diferidas circulantes referem-se basicamente aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

As obrigações diferidas não circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se substancialmente ao reconhecimento dos instrumentos financeiros (variação cambial e Hedge) pelo regime de caixa, que são devidos à medida da realização, pelo pagamento ou resgate e a ativos e passivos vinculados a questões regulatórias, os quais são devidos a medida da realização destes.

As obrigações diferidas não circulantes de PASEP/COFINS referem-se substancialmente a ativos e passivos vinculados a questões regulatórias, os quais são devidos a medida da realização destes.

14) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

				Consolidado			
				30/09/2009			30/06/2009
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. (1)	2009	3,90	JPY	79.182	-	79.182	90.214
B.N.P. Paribas	2010	Libor + 1,875	US$	12.165	-	12.165	13.212
BNP Paribas	2012	3,89	EURO	2.942	4.345	7.287	9.561
UNIBANCO S.A. (2)	2009	6,50	US$	8.539	-	8.539	9.221
UNIBANCO S.A. (3)	2009	5,00	US$	8.329	-	8.329	8.859
Dívida referente a Moeda Estrangeira				**109.157**	**4.345**	**113.502**	**118.867**
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R$	75.157	-	75.157	75.164
Banco do Brasil S.A.	2009	111,00 do CDI	R$	69.221	-	69.221	67.582
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	15.170	81.623	96.793	95.281
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R$	1.198	30.000	31.198	30.481
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R$	36.744	900.000	936.744	915.910
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	29.601	151.748	181.349	183.108
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R$	650	25.125	25.775	25.150
BNDES	2025	URTJ+2,34	R$	3.231	115.097	119.328	106.980
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	18.507	131.783	150.290	146.440
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R$	163	1.820	1.983	1.932
Debêntures (4)	2009	CDI + 1,20	R$	388.234	-	388.234	378.798
Debêntures (4)	2011	104,00 do CDI	R$	24.567	238.816	263.383	257.331
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (4)(d)	2031	IGP-M	R$	-	35.978	35.978	34.934
ELETROBRÁS (6)	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R$	12.326	39.031	51.357	54.480
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	7.955	22.286	29.941	30.554
UNIBANCO S.A	2009	CDI + 2,98	R$	109.513	-	109.513	106.371
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R$	33.567	161.096	194.663	195.509
Banco Votorantim S.A	2013	CDI + 1,70	R$	784	2.326	3.110	3.200
Energ Power (5)	2012	IPCA	R$	109	764	873	873
FINEP (9)	2015	URTJ + 5,00	R$	27	7.950	7.977	4.462
ORTENG Equipamentos e Sistemas (9)	2012	IPCA	R$	47	330	377	377
Construtora Queiroz (9)	2012	IPCA	R$	150	1.052	1.202	1.202
Unibanco S.A. (5)	2020	TJLP + 2,55	R$	172	7.018	7.190	7.363
Banco do Brasil S.A. (5)	2020	TJLP + 2,55	R$	683	28.223	28.906	29.589
BNDES(7)	2030	TJLP + 2,40	R$	-	171.408	171.408	162.354
Debêntures (7)	2013	IPCA	R$	-	157.703	157.703	134.503
CCB Banco Bradesco (8)	2009	DI + 0,84	R$	7.350	-	7.350	2.028
CEF (10)	2022	TJLP + 3,50	R$	-	62.462	62.462	-
CEF (11)	2022	TJLP + 3,50	R$	-	55.864	55.864	-
CEF (12)	2022	TJLP + 3,50	R$	-	86.730	86.730	-
Dívida referente a Moeda Nacional				**834.826**	**2.517.253**	**3.352.079**	**3.074.126**
Total Geral				**943.983**	**2.521.579**	**3.465.581**	**3.192.993**

(1) a (3) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a.
(4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
(5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.
(6) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.
(7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.
(8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.
(9) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.
(10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia do Morgado S.A.
(11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia do Paraguhy S.A.
(12) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	21.065	5.968	-	-	-	-	-	-	27.033
Euro	45	2.897	2.897	1.448	-	-	-	-	7.287
Yen	79.182	-	-	-	-	-	-	-	79.182
	100.292	8.865	2.897	1.448	-	-	-	-	113.502
Indexadores									
Índice Geral de Preços -Mercado-IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	35.978	35.978
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	3.082	12.325	12.326	12.326	11.298	-	-	-	51.357
Índice Preço ao Consumidor Amplo -IPCA	-	613	1.225	103.121	55.197	-	-	-	160.156
Certificado Depósito Interbancário – CDI	687.975	252.072	390.308	451.947	481.947	300.455	-	-	2.564.704
Outros	2.890	20.834	29.618	29.778	29.778	38.348	36.726	351.894	539.864
	693.947	285.844	433.475	597.172	578.220	338.803	36.726	387.872	3.352.059
	794.239	294.709	436.372	598.620	578.220	338.803	36.726	387.872	3.465.561

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 30/09/2009 %	Variação Acumulada em 2009 %	Indexadores	Variação no trimestre findo em 30/09/2009 %	Variação Acumulada em 2009 %
Dólar Norte-Americano	(8,89)	(23,92)	IGP-M	(0,38)	(1,61)
Euro	(5,06)	(19,67)	FINEL	(0,06)	(0,32)
Yen	(2,24)	(23,21)	SELIC	2,19	7,67
			CDI	2,15	7,59

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 30 de junho de 2009	**3.192.993**
Aquisição de controladas – Empréstimos Consolidados	200.466
Empréstimo e Financiamentos Obtidos	24.315
Variação Monetária e Cambial	(5.252)
Encargos Financeiros Provisionados	77.406
Ajuste a Valor Presente - AVP	2.206
Encargos Financeiros Pagos	(21.181)
Amortização de Financiamentos	(5.422)
Saldo em 30 de setembro de 2009	**3.465.561**

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") que foram integralmente atendidas em 30 de setembro de 2009 e nos demais trimestre de 2009.

15) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado e Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	15.461	13.054
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	4.732	4.186
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	5.455	4.540
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.386	1.386
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	2.574	2.199
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.123	3.177
Pesquisa e Desenvolvimento	60.579	57.164
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.061	1.589
	93.371	**87.295**
Passivo Circulante	83.585	80.643
Passivo Não Circulante	9.786	6.652

16) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários ("Plano B") – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da Cemig Geração e Transmissão para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no valor de R$537.391, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos neste plano 6 ativos e 45 aposentados/pensionistas.

A Cemig Geração e Transmissão mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado - PSI - para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. O prazo previsto para a conclusão do processo de separação do plano de saúde é de 12 meses, onde serão mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R$208.109 em 30 de setembro de 2009 (R$211.193 em 30 de junho de 2009) foi reconhecida como obrigação a pagar pela Companhia e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os valores são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de 6% ao ano.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Companhia em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM nº 371 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionado no parágrafo anterior, não produziu efeitos contábeis no resultado da Cemig Geração e Transmissão. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2008.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado e Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 30 de junho de 2009	**85.345**	**79.890**	**3.924**	**104.027**	**273.176**
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	548	3.958	243	2.584	7.333
Contribuições Pagas	(7.742)	(1.891)	(42)	(621)	(10.296)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2009	**78.151**	**81.947**	**4.125**	**105.990**	**270.213**
Passivo Circulante	18.757	-	-	-	18.757
Passivo Não Circulante	59.394	81.947	4.125	105.990	251.456

17) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia constitui provisão para contingências das ações cuja expectativa de perda seja considerada provável, conforme segue:

	Saldo em 30/06/2009	Adições	Saldo em 30/09/2009
Trabalhistas			
Diversos	227	4	231
Cíveis			
Ambiental	7.065	165	7.230
Outras	1.203	646	1.849
	8.268	**811**	**9.079**
Total	**8.495**	**815**	**9.310**

Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável, no valor de R$7.230, que está devidamente provisionado.

Causas com risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas Demonstrações Contábeis, demonstrados a seguir:

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

A Cemig Geração e Transmissão pagou uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R$41.660, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandado de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa, portanto, nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas com este assunto.

Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, em face da ANEEL, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008 e implicaria em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R$91.504 em 30 de setembro de 2009. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

18) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de setembro de 2009, o Capital Social da Cemig Geração e Transmissão é de R$2.896.785, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

O Conselho da Administração da Companhia, em reunião realizada em 25 de junho de 2009, aprovou o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio, em substituição aos dividendos obrigatórios do exercício de 2009, no montante de R$107.136 e em reunião realizada em 29 de setembro de 2009 o Conselho de Administração aprovou uma parcela complementar de Juros Sobre o Capital Próprio no montante de R$52.654, ambos a serem pagos no exercício de 2010. Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio foram de R$36.426 e R$17.902, respectivamente, reconhecidos no período findo em 30 de setembro de 2009.

19) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica consolidado, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh		R$	
	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
Industrial	138	130	12.161.960	14.402.686	1.308.430	1.382.995
Comercial	1	-	3.441	-	9.604	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	(19.723)	24.042
	139	130	12.165.421	14.402.686	1.298.311	1.407.037
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	44	42	11.514.114	9.046.560	1.216.570	810.609
Transações com energia na CCEE	-	-	1.577.657	980.332	117.022	114.235
Total	**183**	**172**	**25.257.192**	**24.429.578**	**2.631.903**	**2.331.881**

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

20) – RECEITA DE USO DA REDE

Esta receita refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, na rubrica de "Transporte de Energia". Em junho de 2009 foi reconhecida integralmente a receita de R$158.090 a ser pago a Companhia proveniente da Revisão Tarifária da Transmissão, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

	Consolidado	
	30/09/2009	30/09/2008
Receita de Uso da Rede Básica	402.351	367.913
Receita de Sistema de Conexão	97.395	93.871
Receita da Parcela de Ajuste – Revisão Tarifária da Transmissão	136.657	-
	636.403	**461.784**

21) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2009	30/09/2009	30/09/2008
Tributos sobre a Receita			
ICMS	241.975	240.498	259.420
COFINS	231.325	231.031	188.732
PIS-PASEP	55.434	55.370	40.810
ISSQN e outros	365	365	544
	529.099	527.264	489.506
Encargos do Consumidor			
Reserva Global de Reversão – RGR	68.028	68.028	61.213
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	20.610	20.610	28.853
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	18.513	18.513	27.074
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	10.010	10.010	8.466
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	9.883	9.883	8.466
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	4.942	4.942	3.610
	131.986	131.986	137.682
	661.085	**659.250**	**627.188**

22) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2009	30/09/2009	30/09/2008
Pessoal	234.764	234.326	191.183
Obrigações Pós-Emprego	21.999	21.999	36.013
Materiais	10.303	10.022	10.518
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	4.070	4.070	65.185
Serviços de Terceiros	88.241	87.658	89.256
Depreciação e Amortização	189.904	188.838	167.245
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	105.163	105.163	94.888
Provisões (Reversão) Operacionais	911	911	(1.013)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	208.356	208.356	200.945
Energia Elétrica Comprada para Revenda	116.718	116.227	(399)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	48.157	47.323	59.497
	1.008.584	**1.004.893**	**893.318**

	Consolidado	Controladora	
a) DESPESAS COM PESSOAL	30/09/2009	30/09/2009	30/09/2008
Remunerações e Encargos	178.185	175.747	160.236
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	11.408	11.408	11.060
Benefícios Assistenciais	18.463	18.463	18.226
	206.056	205.618	189.522
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(12.391)	(12.391)	(8.877)
	193.665	**193.227**	**180.645**
Programa Prêmio de Desligamento – PPD (a)	-	-	10.538
Programa de Desligamento Voluntário- PDV (b)	41.099	41.099	-
	234.764	**234.326**	**191.183**

Programas de desligamento de empregados

(a) Programa Prêmio Desligamento – PPD

A Companhia possui um Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa.

Este Programa, desde o seu início em março de 2008, contou com a adesão de 143 empregados da Companhia, sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros substancialmente no resultado de 2008.

(b) Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A CEMIG implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, com a adesão dos empregados no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro para os empregados que fizeram a adesão ao PDV corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam ainda dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a CEMIG garante o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento dos empregados, no período de junho de 2009 a setembro de 2010.

Este Programa contou com a adesão de 207 empregados da Companhia, sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros no valor de R$41.099.

	Consolidado	Controladora	
b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	**30/09/2009**	**30/09/2009**	**30/09/2008**
Comunicação	3.096	3.085	2.729
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	7.733	7.733	12.199
Conservação e Limpeza de Prédios	12.582	12.578	11.119
Mão de Obra Contratada	3.899	3.899	1.754
Fretes e Passagens	2.789	2.788	2.507
Hospedagem e Alimentação	3.667	3.664	3.435
Vigilância	6.300	6.300	6.244
Consultoria	6.447	6.325	2.271
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	2.082	2.082	1.403
Manutenção e Conservação de Veículos	2.698	2.697	2.499
Energia Elétrica	3.345	3.342	4.097
Meio Ambiente	9.486	9.486	4.994
Outros	24.097	23.679	14.005
	88.241	**87.658**	**69.256**

23) – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2009	30/09/2009	30/09/2008
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	90.774	89.995	88.485
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	1.452	1.452	7.227
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	2.952	2.952	21.854
Variações Cambiais	34.208	34.208	5
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(248)	(248)	(2.646)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 25)	2.818	2.818	1.976
Ajuste a Valor Presente	1.486	1.486	15.149
Outras	22.740	18.762	46.123
	156.182	**151.425**	**177.973**
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(220.754)	(216.601)	(259.323)
Variações Cambiais	(10)	(10)	(11.276)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(92)	(92)	(15.006)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 25)	(40.303)	(40.303)	(18.104)
Provisão (Reversão) para Perdas com Transações de Energia livre	7.915	7.915	(18.346)
Ajuste a Valor Presente	(7.400)	(7.400)	(4.337)
Outras	(43.472)	(37.913)	(31.331)
	(304.116)	**(294.404)**	**(357.722)**
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	**(147.934)**	**(142.979)**	**(179.749)**

24) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

A Cemig Distribuição S.A. e a Light S.A. também são controladas da CEMIG.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
EMPRESAS	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
CEMIG								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	166.058	153.302	-	-	-	-
Coligadas e Controladoras	660	660	366	667	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Coligadas e Controladas	10.031	10.031	25.893	4.877	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	34.301	49.877	4.525	5.103	89.380	83.510	(21.635)	(17.252)
Light S.A.								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	571	391	405	405	8.829	16.098	-	(3.957)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Impostos, Taxas e Contribuição - ICMS (4)	41.376	31.329	26.170	27.767	(241.975)	(259.420)	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS (4)	8.531	18.156	-	-	-	-	-	-
Debêntures (2)	-	-	35.979	34.934	-	-	(3.193)	(949)
FORLUZ								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (3)	-	-	16.757	16.662	-	-	(21.999)	(36.013)
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante (3)	-	-	261.458	254.524	-	-	-	-
Outros	-	-	4.272	4.297	-	-	-	-
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(11.408)	(11.060)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(2.156)	(2.000)
OUTROS								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	12	13	3.668	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 6 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.
(2) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R$120.000 milhões, atualizado pelo Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de novembro de 2008 foi ajustado a valor presente em conformidade a Lei 11.638/07.
(3) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vide nota explicativa nº 15 e serão amortizados até o exercício de 2024.
(4) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.
(5) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 15) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.
(6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nº 7, 13, 14, 16, 19, 22 e 23.

25) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e "swaps" de indexadores de contratos, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos ao valor justo e encontram -se classificados conforme abaixo:

- Mantidos para negociação: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item 'b"). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores e revendedores. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva ajustados ao valor justo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.
- Instrumentos Financeiros derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

	Consolidado e Controladora	
EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	**30/09/2009**	**30/06/2009**
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos	27.033	29.282
(-) Operações contratadas de hedge/swap (*)	63.819	62.728
	90.852	92.020
Yen		
Empréstimos e Financiamentos	79.182	80.214
(-) Operações contratadas de hedge	(76.843)	(78.604)
	2.339	1.610
Euro		
Empréstimos e Financiamentos	7.287	9.361
Passivo Líquido Exposto	**100.478**	**102.991**

(*) Inclui a operação contratada de R$75.000 – Ver item "b"

A Companhia estima que, em um cenário provável, a apreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real para os próximos 12 meses será de 1,23%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Exposição Atual	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	27.033	27.398	34.207	41.049
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	63.819	64.605	80.756	96.908
	90.852	91.971	114.963	137.957
Yen				
Empréstimos e Financiamentos	79.182	80.157	100.197	120.236
(-) Operações Contratadas de Hedge	(76.843)	(77.789)	(97.237)	(116.684)
	2.339	2.368	2.960	3.552
Euro				
Empréstimos e Financiamentos	7.287	7.377	9.221	11.065
Passivo Líquido Exposto	**100.478**	**101.716**	**127.144**	**152.573**
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		**(1.238)**	**(26.666)**	**(52.095)**

Risco de Taxa de juros

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R$12.165, em 30 de setembro de 2009.

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
Ativos				
Aplicações Financeiras *(nota 3)*	1.405.283	1.070.063	1.292.818	1.060.617
Ativos Regulatórios *(nota 5 e 6)*	157.365	180.409	157.365	180.409
	1.562.648	1.250.472	1.450.183	1.241.026
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures *(nota 14)*	(2.564.704)	(2.515.008)	(2.564.704)	(2.515.008)
Passivos Regulatórios *(nota 12)*	-	(12.148)	-	(12.148)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(13.024)	(15.876)	(13.024)	(15.876)
	(2.577.728)	(2.543.032)	(2.577.728)	(2.543.032)
Passivo Líquido Exposto	**(1.015.080)**	**(1.292.560)**	**(1.127.545)**	**(1.302.006)**

No que se refere ao risco de taxas de juros de elevação da SELIC, considerando o mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 30 de setembro de 2010 será de 9,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Exposição Atual SELIC 8,75%	Cenário Provável SELIC 9,50%	Cenário Possível SELIC 11,88%	Cenário Remoto SELIC 14,25%
Ativos				
Aplicações Financeiras	1.405.289	1.415.823	1.449.268	1.482.574
Ativos Regulatórios	157.359	158.545	162.291	166.020
	1.562.648	1.574.368	1.611.559	1.648.594
Passivos				
Empréstimos	(2.564.704)	(2.583.009)	(2.644.979)	(2.705.763)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(13.024)	(13.122)	(13.432)	(13.740)
	(2.577.728)	(2.597.061)	(2.656.411)	(2.719.503)
Passivo Líquido Exposto	**(1.015.080)**	**(1.022.693)**	**(1.046.852)**	**(1.070.909)**
Efeito Líquido da Variação da SELIC		**(7.613)**	**(31.772)**	**(55.829)**

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco quanto à Escassez de Energia

A energia vendida é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. As cláusulas restritivas foram integralmente atendidas em 30 de setembro de 2009.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa") ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Cemig Geração e Transmissão contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos nestas operações representam perdas de janeiro a setembro em 2009 e 2008 nos montantes de R$37.485 e R$16.128, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia em 30 de setembro de 2009.

c) Análise de sensibilidade

Os dois primeiros instrumentos derivativos demonstrados na tabela acima indicam que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia estima que a taxa do CDI em 30 de setembro de 2010 será de 9,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa do CDI de 25% e 50% em relação a 30 de setembro de 2009, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 30 de setembro de 2010 seria de 11,88% e 14,25% respectivamente.

O último instrumento derivativo demonstrado na tabela acima indica que a Companhia está exposta a variação mensal da cotação do dólar norte-americano em relação ao Real caso seja superior a 48,00% do CDI. A Companhia estima que a cotação do dólar norte-americano em relação ao Real em 30 de setembro de 2010 será de R$1,80. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta uniforme na cotação do dólar de 25% e 50% em 2009, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a cotação do dólar em 30 de setembro de 2010 seria de R$2,25 e R$2,70 respectivamente.

	Base	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos em US$ e Yen	(88.024)	(88.684)	(90.779)	(92.865)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		**(660)**	**(2.755)**	**(4.841)**
Risco - Alta do US$				
Contratos atualizados a 106,00% do CDI	75.000	75.924	94.905	113.888
Efeito Líquido da Variação do US$		**(924)**	**(19.905)**	**(38.888)**

26) – EVENTO SUBSEQUENTE

a) A Companhia emitiu, em 30 de outubro de 2009, 270 notas promissórias comerciais da terceira emissão, todas nominativas e emitidas fisicamente, em série única, com valor nominal unitário de R$10.000.000,00, perfazendo o valor total de R$2.700.000.000,00. As notas promissórias contam com o aval da de sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

b) Em 03 de novembro de 2009 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de ações celebrado com a TERNA S.p.A. com o pagamento e a transferência das ações de titularidade da Terna para a Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. – TAESA, na qual a Cemig Geração e Transmissão detém participação de 49% do capital social. A operação envolveu a compra de 173.527.113 ações ordinárias representando aproximadamente 65,85% do capital total da TERNA. Vide maiores informações na nota 9.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Lucro do Período

A Companhia apresentou, no período de janeiro a setembro 2009, um lucro líquido de R$1.003.849, em comparação ao lucro líquido de R$776.977 no mesmo período de 2008, um aumento de 29,20%. O melhor resultado em 2009 deve-se, principalmente, ao aumento de 19,83% na receita líquida parcialmente compensado pelo aumento de 12,90% nas despesas operacionais, devendo ser destacada a receita extraordinária registrada em 2009, no valor de R$158.090 referente a revisão tarifária da transmissão.

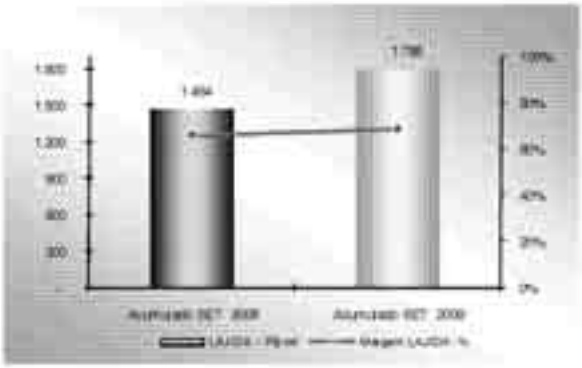
LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Companhia no período de janeiro a setembro 2009 apresentou um aumento significativo de 21,98% na comparação com o mesmo período de 2008. Ajustado aos itens não recorrentes o LAJIDA apresenta um aumento de 13,65%.

Em função da divulgação da revisão tarifária da transmissão da Cemig Geração e Transmissão, a ANEEL fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, no montante financeiro de R$158.090, decorrente dos efeitos retroativos a 2005.

Também impactou o LAJIDA, no período de janeiro a setembro de 2009, a despesa com Programa de Desligamento Voluntário – PDV no montante de R$41.099.

LAJIDA - R$	30/09/2009	30/09/2008	Var %
Lucro Líquido	1.003.849	776.977	29,20
+ Despesa de IR e Contribuição Social	441.856	325.078	35,92
+ Participações nos Resultados	21.947	14.760	48,69
+ Resultado Financeiro	147.934	179.749	(17,70)
+ Amortização e Depreciação	169.904	167.245	1,59
= LAJIDA	**1.785.492**	**1.463.809**	**21,98**
Itens não recorrentes:			
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/ PPD	41.099	4.359	842,85
- Revisão da receita de transmissão – Nota Técnica nº214/2009	(158.090)	-	-
= LAJIDA AJUSTADO	**1.668.501**	**1.468.168**	**13,65**



O crescimento do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2009 em comparação ao período de janeiro a setembro de 2008 deve-se, principalmente, ao aumento de 19,83% na receita líquida compensado parcialmente pelo aumento de 15,51% nas despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). A margem do LAJIDA aumentou, passando de 66,84% no período de janeiro a setembro de 2008 para 68,04% no período de janeiro a setembro de 2009.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$2.631.903 no período de janeiro a setembro de 2009 em comparação a R$2.331.881 no período de janeiro a setembro de 2008, representando um aumento de 12,87%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 27,28% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias em 2009 em função de dois leilões de energia para as distribuidoras, com a venda da energia por uma tarifa entre R$125,00 e R$145,77. Em função disso, a receita com energia vendida foi de R$1.216.570 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$810.609 no período de janeiro a setembro de 2008, um aumento de 50,08%.

Em contrapartida, ocorreu uma redução de 15,53% no volume de energia vendida para os consumidores livres, 12.165.421 MWh no período de janeiro a setembro de 2009 em comparação a 14.402.686 MWh no período de janeiro a setembro de 2008. A venda de energia foi de R$1.298.311 no período de janeiro a setembro de 2009 em comparação a R$1.407.037 no período de janeiro a setembro de 2008, uma redução de 7,73%. Parte dessa redução foi compensada em função do reajuste anual desses contratos, na maior parte, indexados a variação do IGP-M.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se basicamente a utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL e apresentou um aumento de 37,81% no período de janeiro a setembro de 2009 comparado ao período de janeiro a setembro de 2008. Essa variação deve-se, principalmente, à contabilização, em junho de 2009, da receita anual permitida (RAP) de períodos anteriores, no montante de R$158.090, em função da revisão tarifária da transmissão com efeitos retroativos ao período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R$661.085 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$627.188 no período de janeiro a setembro de 2008, um aumento de 5,40%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R$18.513 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$27.074 no período de janeiro a setembro de 2008, representando uma redução de 31,62%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R$20.610 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$28.853 no período de janeiro a setembro de 2008, uma redução de 28,57%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R$1.008.584 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$893.318 no período de janeiro a setembro de 2008, representando um aumento de 12,90%. Este resultado decorre principalmente de energia elétrica comprada para revenda, da variação de custos com matéria prima e insumos, pessoal e benefícios pós-emprego.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$234.764, comparados a R$191.183 em 2008, representando um aumento de 22,80%. Este resultado decorre principalmente dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 7,26% concedido aos empregados em novembro de 2008;
- provisão referente ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV, no montante de R$41.099, no período de janeiro a setembro de 2009;
- maior transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R$12.391 em 2009 e R$8.877 em 2008), tendo em vista o maior programa de investimentos em 2009.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R$21.999 no período de janeiro a setembro de 2009, comparados a R$36.013 no período de janeiro a setembro de 2008, representando uma redução de 38,91%. Esta despesa representa basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Geração e Transmissão, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução dessa despesa em 2009 decorre basicamente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro de 2008 que implicaram em uma redução nas obrigações líquidas da Companhia.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

Esta despesa foi de R$4.070 no período de janeiro a setembro de 2009, comparados a R$65.185 no período de janeiro a setembro de 2008, representando uma redução de 93,76%. A redução decorre ao fato de que em 2008 houve compra de combustível para a Usina de Igarapé, que entrou em operação em função do baixo nível de água nos reservatórios e para atendimento de demanda de energia para a Argentina.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$116.716 no período de janeiro a setembro de 2009, comparados a uma reversão de despesa de R$399 no período de janeiro a setembro de 2008. O aumento desta despesa se deve a uma compra maior de energia em 2009 relacionada a atividade de comercialização.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R$88.241 de janeiro a setembro de 2009, comparados a R$69.256 de janeiro a setembro de 2008, representando um aumento de 27,41%, com as principais variações nos gastos com mão de obra contratada, meio ambiente, consultoria com apropriação de despesas referente à contratação de serviços relacionados à análise de aquisição de novos empreendimentos e gastos com serviços advocatícios pelo êxito no processo do imposto territorial rural sobre áreas alagadas.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R$147.934 no período de janeiro a setembro de 2009 comparada a uma despesa financeira líquida de R$179.749 no período de janeiro a setembro de 2008, uma redução de 17,70%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Aumento de 2,59% na receita de aplicações financeiras em decorrência de maior volume de recursos aplicados em 2009.

- Reversão de provisão para perda de energia livre no montante de R$7.915 em 2009, comparados a uma provisão de R$18.346 em 2008. A reversão de provisão de 2009 decorre de ajuste para melhor adequação da previsão de recebimento dos créditos da RTE.

- Perdas líquidas com variações cambiais em 2009, no montante de R$3.287, líquidos dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, comparados a perdas líquidas de R$27.399 em 2008, advindos basicamente de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, indexados ao dólar norte-americano e ao Iene. Este resultado decorre principalmente da valorização do Real frente ao Dólar e ao Iene de janeiro a setembro de 2009 comparada a uma desvalorização em 2008. O Dólar e o Iene apresentaram, no período de janeiro a setembro de 2009, uma desvalorização de 23,92% e 23,21%, respectivamente, frente ao Real, e, no mesmo período de 2008, apresentaram valorizações de 8,07% e 13,55%.

- Redução de 14,84% nas despesas com encargos de empréstimos e financiamentos no País em decorrência de amortizações no período e da menor variação do CDI (principal indexador dos contratos).

- Redução de 86,37% na receita com variação monetária sobre o acordo geral do setor elétrico (R$2.952 em 2009 comparadas a R$21.654 em 2008) devido à redução do ativo, em decorrência dos recebimentos dos valores em contas de energia elétrica.

- Redução de 99,39% com despesa com variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (R$92 em 2009 comparadas a R$15.005 em 2008). Essa redução decorre principalmente da menor variação do IGPM e do IPCA em 2009 em relação ao mesmo período em 2008.

- Redução de 50,70% em outras receitas financeiras (R$22.740 em 2009 comparados a R$46.123 em 2008). A maior receita em 2008 decorre principalmente da contabilização no mês de abril daquele ano do montante de R$13.875 referente a acordo de reparação de danos junto a Econ Energia S/A, pelo não fornecimento de energia contratada no período de janeiro a março de 2008.

- Aumento de 38,46% em outras despesas financeiras em função de multas no valor de R$31.152 contabilizadas no mês de setembro de 2009 devido a rescisão de contrato com consumidor livre. A energia disponível será revendida a outros consumidores.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 23 e 25 das Informações Trimestrais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no período de janeiro a setembro de 2009, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$441.858 em relação ao lucro de R$1.467.654, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 30,11%. No período de janeiro a setembro de 2008, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$325.078 em relação ao lucro de R$1.116.815, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,11%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8 das Informações Trimestrais. Nos períodos de janeiro a setembro de 2009 e 2008, foram apurados benefícios fiscais, nos valores de R$54.329 e R$47.262, respectivamente, referentes ao pagamento de juros sobre capital próprio.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO TERCEIROS TRIMESTRES DE 2009 E 2008

	Terceiro Trim/09	Terceiro Trim/08	Var. %
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	691.815	662.241	3,43
Receita de Uso da Rede	170.794	158.302	7,89
Outras Receitas operacionais	5.803	8.128	(28,60)
Receita Operacional Bruta	**1.068.412**	**1.028.671**	3,86
Deduções à Receita Operacional	(221.828)	(221.824)	-
Receita Operacional Líquida	**846.584**	**806.847**	4,92
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(65.332)	(56.786)	15,05
Obrigações Pós-Emprego FORLUZ	(7.333)	(12.004)	(38,91)
Materiais	(3.611)	(3.657)	(1,26)
Matéria Prima e Insumos	-	(23.478)	-
Serviços de Terceiros	(35.349)	(26.197)	34,94
Depreciação e Amortização	(57.089)	(56.330)	1,35
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(35.073)	(32.550)	7,75
Provisões Operacionais	(359)	(344)	4,36
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(45.802)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(65.942)	(71.740)	(8,08)
Outras Despesas Líquidas	(17.964)	(25.639)	(29,93)
	(333.854)	**(308.725)**	**8,14**
Lucro Operacional	**512.730**	**498.122**	**2,93**
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(54.712)	(75.575)	(27,61)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**458.018**	**422.547**	**8,39**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(133.077)	(124.141)	7,20
Participações nos Resultados	(5.730)	(4.921)	16,44
Lucro Líquido do Período	**319.211**	**293.485**	**8,77**

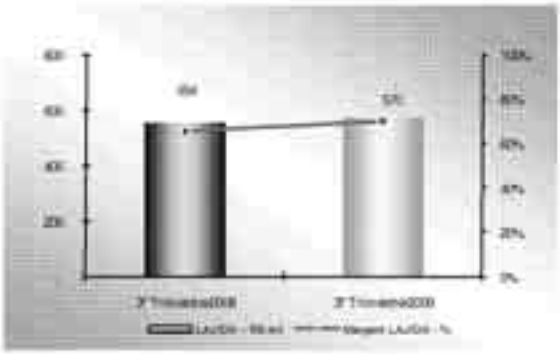
Lucro do Trimestre

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no terceiro trimestre de 2009, um lucro líquido de R$319.211, em comparação ao lucro líquido de R$293.485 no terceiro trimestre de 2008, um aumento de 8,77%. O melhor resultado em 2009 deve-se principalmente ao aumento de 4,92% na receita líquida.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão no terceiro trimestre de 2009, comparado ao terceiro trimestre de 2008, apresenta um aumento de 2,77%.

LAJIDA	Terceiro Trim/09	Terceiro Trim/08	Var %
Lucro Líquido	319.211	293.485	8,77
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	133.077	124.141	7,20
+ Participações no Resultado	5.730	4.921	16,44
+ - Resultado Financeiro	54.712	75.575	(27,61)
+ Amortização e Depreciação	57.089	56.330	1,35
= LAJIDA	**569.819**	**554.452**	**2,77**
Itens não recorrentes:			
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	3.896	-	-
= LAJIDA AJUSTADO	**573.715**	**554.452**	**3,47**



O crescimento do LAJIDA no terceiro trimestre de 2009 em comparação ao terceiro trimestre de 2008 deve-se, principalmente, ao aumento de 4,92% na receita líquida compensado parcialmente pelo aumento de 9,66% nas despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). A margem do LAJIDA reduziu-se de 68,72% em 2008 para 67,31% em 2009.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (**)			R$		
	Terceiro Trim/09	Terceiro Trim/08	Var. %	Terceiro Trim/09	Terceiro Trim/08	Var. %
Industrial	4.018.184	5.255.216	(23,54)	439.416	502.775	(12,60)
Comercial	1.296	-	-	3.371	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	12.642	20.256	(37,59)
	4.019.480	**5.255.216**	**(23,51)**	**455.429**	**523.031**	**(12,93)**
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	4.164.971	3.000.375	38,82	412.691	288.919	42,84
Transações com Energia na CCEE	548.999	378.316	45,12	23.695	50.291	(52,88)
Total	**8.733.450**	**8.633.907**	**1,15**	**891.815**	**862.241**	**3,43**

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.
(**) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$891.815 no terceiro trimestre de 2009 em comparação a R$862.241 no terceiro trimestre de 2008, representando um aumento de 3,43%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 38,82% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais em função de contratos através dos leilões de energia para as distribuidoras, com uma tarifa média de R$125,00 a R$145,77. Dessa forma a receita com energia vendida foi de R$412.691 no terceiro trimestre de 2009 comparados a R$288.919 no terceiro trimestre de 2008, um aumento de 42,84%.

Em contrapartida, ocorreu uma redução de 23,51% no volume de energia vendida para os consumidores livres, 4.019.480 MWh no terceiro trimestre de 2009 em comparação a 5.255.216 MWh no terceiro trimestre de 2008, efeitos da crise internacional sobre a demanda de energia em 2009. A venda de energia foi de R$455.429 no terceiro trimestre de 2009 em comparação a R$523.031 no terceiro trimestre de 2008, uma redução de 12,93%. Parte dessa redução foi compensada em função do reajuste nesses contratos em relação ao ano anterior, na maior parte, indexados a variação do IGP-M.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, na rubrica de "Concessionários - Transporte de Energia". O aumento de 7,89% no terceiro trimestre de 2009 em comparação ao terceiro trimestre de 2008 decorre, principalmente, do reajuste da Receita Anual Permitida de 5,35% acrescido da variação do IGP-M no período de junho de 2008 a maio de 2009 através da revisão tarifária da transmissão.

Deduções à receita operacional

	Terceiro Trim/09	Terceiro Trim/08	Var %
ICMS	78.163	94.229	(17,05)
COFINS	79.454	67.512	17,69
PIS-PASEP	17.250	14.497	18,99
ISSQN	140	186	(24,73)
	175.007	**176.424**	**(0,80)**
Reserva Global de Reversão – RGR	23.609	19.854	18,91
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	8.342	9.515	(12,33)
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	7.197	8.333	(13,63)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	3.250	3.080	5,52
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -FNDCT	2.949	3.080	(4,25)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.474	1.538	(4,16)
	46.821	**45.400**	**3,13**
	221.828	**221.824**	**-**

As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás. A CCC apresentou uma redução de 13,63% nos períodos comparados.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os pagamentos da CDE são definidos através de Resolução da ANEEL e apresentou uma redução de 12,33% nos períodos comparados. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se, basicamente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R$333.854 no terceiro trimestre de 2009 comparados a R$308.725 no terceiro trimestre de 2008, representando um aumento de 8,14%. Esta variação decorre, principalmente, dos aumentos nos custos com energia elétrica comprada para revenda, com serviços de terceiros, despesas com pessoal e despesas com benefícios pós-emprego.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no terceiro trimestre de 2009 foi de R$65.332, comparados a R$56.786 no terceiro trimestre de 2008, representando um aumento de 15,05%. Este resultado decorre do reajuste salarial de 7,26% concedido aos empregados em novembro de 2008 e provisão referente ao Programa Prêmio de Desligamento – PDV, no montante de R$3.896 no terceiro trimestre de 2009.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R$7.333 no terceiro trimestre de 2009, comparados a R$12.004 no terceiro trimestre de 2008, representando uma redução de 38,91%. Esta despesa representa basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Geração e Transmissão, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução dessa despesa em 2009 decorre basicamente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro de 2008, que implicaram em uma redução nas obrigações líquidas da Companhia.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

Esta despesa foi R$23.478 no terceiro trimestre de 2008 decorrente da compra de combustível para a Usina de Igarapé, que entrou em operação em 2008 em função do baixo nível de água nos reservatórios.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$45.802 no terceiro trimestre de 2009 em função de uma maior atividade de comercialização de energia em 2009.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão foi de R$65.942 no terceiro trimestre de 2009, comparados a R$71.740 no terceiro trimestre de 2008, representando uma redução de 8,08%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização não apresentou variação expressiva entre os períodos comparados. R$57.089 no terceiro trimestre de 2009 comparados a R$56.330 no terceiro trimestre de 2008.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R$35.349 no terceiro trimestre de 2009, comparados a R$26.197 no terceiro trimestre de 2008, representando um aumento de 34,94%, com as principais variações nos gastos com consultoria decorrente da apropriação de despesas referente à contratação de serviços relacionados à análise de aquisição de novos empreendimentos e gastos com serviços advocatícios pelo êxito no processo do imposto territorial rural sobre áreas alagadas.

Outras despesas líquidas

As outras despesas líquidas foi de R$17.964 no terceiro trimestre de 2009, comparados a R$25.639 no terceiro trimestre de 2008, representando uma redução de 29,93%, com as principais variações nos gastos com impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros), concessão onerosa e ganhos com alienação.

Receitas (Despesas) Financeiras

	Terceiro Trim/09	Terceiro Trim/08	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	27.375	36.917	(25,85)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	472	985	(52,08)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	733	1.376	(46,73)
Variações Cambiais	4.770	(7.994)	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(40)	(769)	(94,80)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	949	(5.594)	-
Ajuste a Valor Presente	555	7.078	(92,16)
Outras	11.348	21.868	(48,11)
	46.162	**53.867**	**(14,30)**
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(68.224)	(94.009)	(27,43)
Variação Monetária - CCEE	-	(4.523)	-
Variações Cambiais	(2)	(11.268)	(99,98)
Perdas com Instrumentos Financeiros	8.290	(160)	-
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária – RTE	(391)	(789)	(50,44)
Ajuste a Valor Presente	(2.829)	(2.734)	3,47
Outras	(37.718)	(15.959)	136,34
	(100.874)	**(129.442)**	**22,07**
	(54.712)	**(75.575)**	**(27,61)**

Na comparação dos valores do terceiro trimestre de 2009 com o terceiro trimestre de 2008, o resultado financeiro apresentou uma redução expressiva, passando de uma despesa de R$75.575 em 2008 para uma despesa de R$54.712 em 2009. Essa variação deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- Redução de R$9.542 na receita de aplicações financeiras em função do menor volume de recursos aplicados no 3° trimestre de 2009.

- Ganhos líquidos com variações cambiais em 2009, no montante de R$14.007, líquidos dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, comparados a perdas líquidas de R$25.016 em 2008, advindos basicamente de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, indexados ao dólar norte-americano e ao Iene. Este resultado decorre principalmente da valorização do Real frente ao Dólar e ao Iene no 3° trimestre de 2009 comparada a uma desvalorização em 2008.

- Redução de 27,43% nas despesas com encargos de empréstimos e financiamentos no País em decorrência de amortizações no período e da menor variação do CDI (principal indexador dos contratos).

- Redução de 48,11% em outras receitas financeiras (R$11.348 em 2009 comparados a R$21.868 em 2008) em função de créditos tributários de anos anteriores contabilizados em 2008.

- Aumento de 135,77% em outras despesas financeiras em função de multas no valor de R$31.152 contabilizadas no mês de setembro de 2009 devido a rescisão de contrato com consumidor livre. A energia disponível será revendida a outros consumidores.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no terceiro trimestre de 2009, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$133.077 em relação ao lucro de R$458.018, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,05%. No terceiro trimestre de 2008, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social montante de R$124.141 em relação ao lucro de R$422.547, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,38%. Nos terceiros trimestres de 2009 e 2008, foram apurados benefícios fiscais, nos valores de R$17.902 e R$15.994, respectivamente, referentes ao pagamento de juros sobre capital próprio.

****

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte – MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Companhia) e nas Informações Trimestrais Consolidadas dessa Companhia e suas controladas referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2009, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

3.Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº 469/08.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante 2008 e os efeitos de sua adoção inicial somente foram contabilizados pela Companhia e por suas controladas durante o quarto trimestre de 2008 e divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008. As demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2008, apresentadas em conjunto com as informações do trimestre corrente, não foram ajustadas para fins de comparação, conforme facultado pelo Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2009.

5. Conforme descrito nas notas explicativas nºs 5, 12 e 17, a Companhia possui registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de setembro de 2009, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

12 de novembro de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS 2

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 5
1) – CONTEXTO OPERACIONAL 5
2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 6
3) – DISPONIBILIDADES 9
4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES 9
5) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE 9
6) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 10
7) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS 11
8) – INVESTIMENTOS 12
9) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL 15
10) – FORNECEDORES 16
11) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES 17
12) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 18
13) – ENCARGOS REGULATÓRIOS 20
14) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 20
15) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS 22
16) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO 23
17) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA 23
18) – RECEITA DE USO DA REDE 23
19) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL 24
20) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 24
21) – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS 25
22) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 26
23) – EXPOSIÇÃO CAMBIAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 27
24) – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 29

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO 30

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL 41

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO E EM 30 DE JUNHO DE 2008

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
CIRCULANTE				
Disponibilidades *(nota 3)*	1.322.956	903.985	1.311.489	898.169
Consumidores e Revendedores *(nota 4)*	331.568	321.257	331.568	321.257
Concessionários - Transporte de Energia	52.359	50.337	52.359	50.337
Tributos Compensáveis *(nota 6)*	577.831	450.710	577.053	450.583
Revendedores – Transações Energia Livre *(nota 5)*	14.851	16.193	14.851	16.193
Créditos Tributários *(nota 7)*	52.885	36.515	52.885	36.515
Estoques	4.230	3.446	4.230	3.446
Outros Créditos	55.685	56.074	55.419	55.817
TOTAL DO CIRCULANTE	2.412.365	1.838.517	2.399.854	1.832.317
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Créditos Tributários *(nota 7)*	54.710	63.298	54.710	63.298
Revendedores – Transações Energia Livre *(nota 5)*	6.724	7.740	6.724	7.740
Tributos Compensáveis *(nota 6)*	16.352	16.665	16.352	16.665
Depósitos Vinculados a Litígio	40.562	34.624	40.562	34.624
Créditos com Pessoas Ligadas	7.869	7.842	7.869	7.842
Outros Créditos	14.691	15.751	12.994	14.012
Total do Realizável a Longo Prazo	140.908	145.920	139.211	144.181
Permanente				
Investimentos *(nota 8)*	1.048.626	1.032.196	1.079.046	1.062.617
Imobilizado *(nota 9)*	4.728.941	4.748.834	4.667.132	4.702.200
Intangível *(nota 9)*	10.635	10.725	10.529	10.639
Diferido	5.354	5.228	3.901	3.902
Total do Permanente	5.793.556	5.796.983	5.760.608	5.779.358
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5.934.464	5.942.903	5.899.819	5.923.539
ATIVO TOTAL	**8.346.829**	**7.781.420**	**8.299.673**	**7.755.856**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO E EM 30 DE JUNHO DE 2008

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos *(nota 12)*	253.896	198.176	253.896	198.176
Debêntures *(nota 12)*	67.330	45.471	67.330	45.471
Fornecedores *(nota 10)*	109.220	103.845	105.319	102.052
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 11)*	411.608	264.118	411.411	264.017
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	562.005	517.515	562.005	517.515
Salários e Encargos Sociais	49.684	47.720	49.634	47.645
Encargos Regulatórios *(nota13)*	87.883	85.548	87.883	85.548
Participações nos Lucros	14.798	9.864	14.798	9.864
Dívidas com Pessoas Ligadas	3.459	2.565	3.459	2.565
Obrigações Pós-Emprego *(nota 14)*	17.522	18.658	17.522	18.658
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros *(nota 23)*	63.967	68.117	63.967	68.117
Outras Obrigações	41.305	42.222	40.943	42.035
TOTAL DO CIRCULANTE	1.682.677	1.403.819	1.678.167	1.401.663
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos *(nota 12)*	1.990.746	1.966.310	1.958.435	1.945.505
Debêntures *(nota 12)*	620.352	619.424	620.352	619.424
Provisões para Contingências *(nota 15)*	7.055	6.779	7.055	6.779
Fornecedores *(nota 10)*	699	4.861	92	3.951
Obrigações Pós-Emprego *(nota 14)*	263.664	258.427	263.664	258.427
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 11)*	81.771	77.042	81.771	77.042
Encargos Regulatórios *(nota 13)*	537	1.026	537	1.026
Outras Obrigações	42.208	33.058	32.480	31.365
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	3.007.032	2.966.927	2.964.386	2.943.519
PATRIMÔNIO LÍQUIDO*(nota 16)*				
Capital Social	2.896.785	2.896.785	2.896.785	2.896.785
Reservas de Lucros	91.478	91.478	91.478	91.478
Lucros Acumulados	668.857	422.411	668.857	422.411
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.657.120	3.410.674	3.657.120	3.410.674
PASSIVO TOTAL	**8.346.829**	**7.781.420**	**8.299.673**	**7.755.856**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado e Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007 reclassificado
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica *(nota 17)*	2.331.881	2.058.508
Receita de Uso da Rede *(nota 18)*	461.784	406.167
Outras Receitas Operacionais	23.405	36.176
	2.817.070	2.500.851
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL *(nota 19)*	(627.188)	(548.412)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.189.882	1.952.439
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA *(nota 20)*		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(200.945)	(188.715)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(13.954)
		(202.669)
CUSTO DE OPERAÇÃO *(nota 20)*		
Pessoal e Administradores	(162.159)	(149.710)
Obrigações Pós-Emprego	(30.536)	(14.881)
Materiais	(9.944)	(10.599)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(65.185)	(44.768)
Serviços de Terceiros	(58.780)	(55.289)
Depreciação e Amortização	(167.047)	(166.747)
Provisões (Reversão) Operacionais	1.013	(4.996)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(94.868)	(98.697)
Outros custos de operação	(29.438)	(34.044)
	(616.964)	(579.731)
CUSTO TOTAL	(817.909)	(782.400)
LUCRO BRUTO	1.371.973	1.170.039
DESPESAS OPERACIONAIS ***(nota 20)***		
Despesas Gerais e Administrativas	(53.511)	(43.361)
Outras Despesas Operacionais	(11.620)	(14.714)
	(65.131)	(58.075)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS)	1.306.842	1.111.964
Despesas Financeiras Líquidas *(nota 21)*	(179.749)	(226.526)
LUCRO OPERACIONAL	1.127.093	885.438
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(10.278)	3.527
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	1.116.815	888.965
Imposto de Renda e Contribuição Social *(nota 7 b)*	(343.764)	(285.797)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos *(nota 7 b)*	18.686	37.775
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(14.760)	(15.015)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**776.977**	**625.928**
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R$	268,20	216,06

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2008

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia" ou "Cemig Geração e Transmissão") é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("CEMIG"), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG.

A Cemig Geração e Transmissão tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A transferência das concessões de Geração da Companhia Energética de Minas Gerais para a Cemig Geração e Transmissão foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 1338/2008.

A Cemig Geração e Transmissão possui 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão.

A Companhia teve a sua abertura de capital autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários "CVM" em 10 de outubro de 2006, devendo ser ressaltado que as suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas ainda em fase pré-operacional:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina se encontra em fase de construção tendo data prevista para início de suas atividades em novembro de 2008 e com capacidade instalada de 27MW. Vide maiores informações na Nota Explicativa 8.

- Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, ambas no Estado de Minas Gerais. As usinas encontram-se em fase de construção, com previsão de início de operação em 2009, e totalizarão uma capacidade instalada de 44MW. Vide maiores informações na Nota Explicativa 8.

- Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.

- Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW (informação não revisada pelos auditores independentes) e previsão de início de operação comercial em 2012. Vide maiores informações na Nota Explicativa 8.

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20.000 kW de potência instalada (informação não revisada pelos auditores independentes), localizada no rio Manhuaçu, Municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em abril de 2010.

- Baguari Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 69,39%) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), 140 MW de potência instalada (informação não revisada pelos auditores independentes), localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em outubro de 2009 (1ª unidade), dezembro de 2009 (2ª unidade) e fevereiro de 2010 (3ª unidade).

2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1) Apresentação das Informações Trimestrais

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As informações trimestrais foram elaboradas segundo princípios, métodos e critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados no exercício anterior, exceto em relação à prática de ajuste a valor presente mencionado nesta nota explicativa, decorrente da instrução CVM nº469/08.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pelo FAS 95 – Statement of Cash Flows, no que se refere ao formato de apresentação, em conexão ao da empresa holding do Grupo, Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("CEMIG") no contexto do registro das suas demonstrações financeiras na Securities and Exchange Commission ("SEC").

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de demonstrações financeiras, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Estas mudanças de práticas contábeis entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008.

Essas alterações tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Financeiras das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações atos princípios contábeis internacionais de contabilidade – IFRS.

As principais alterações constantes da Lei, com vigência a partir de 2008, com possibilidade de impactar as Demonstrações Financeiras da Companhia estão descritas a seguir:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;

- Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado – DVA no conjunto das demonstrações financeiras elaboradas, divulgadas e que devem ser aprovadas pela assembléia geral ordinária – AGO.

- Criada uma nova possibilidade, além da originalmente prevista na lei societária, de segregação entre a escrituração mercantil e a escrituração tributária, ao estabelecer a alternativa para a companhia adotar na sua escrituração mercantil, e não apenas em livros auxiliares, as disposições da lei tributária, desde que, em seguida, depois de apurado o lucro base para tributação, sejam efetuados os ajustes necessários para que as demonstrações financeiras estejam em consonância com a Lei das S.A e os princípios fundamentais de contabilidade;

- Criação de dois novos subgrupos de contas: o Intangível, no ativo permanente e os Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido; o subgrupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial" servirá essencialmente para abrigar a contrapartida de determinadas avaliações de ativos a preço de mercado, a avaliação de determinados instrumentos financeiros e, ainda, os ajustes de conversão em função da variação cambial de investimentos societários no exterior;

- Novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos. Esses instrumentos financeiros serão classificados em três categorias (destinadas à negociação, mantidas até o vencimento e disponíveis para venda) e a sua avaliação pelo custo mais rendimentos ou pelo valor de mercado será feita em função da sua classificação em uma dessas categorias;

- Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;

- Nas operações de incorporação, fusão ou cisão (combinação de empresas), quando forem realizadas entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle, todos os ativos e passivos da incorporada, cindida ou fusionada deverão ser identificados, avaliados e contabilizados a valor de mercado;

- Eliminação da possibilidade de serem efetuadas reavaliações espontâneas do ativo imobilizado.

Conforme comunicado ao mercado, a CVM pretende concluir, ainda em 2008, o seu processo normativo para os dispositivos da lei societária que foram alterados e que necessitem de regulação, e reverá todos os seus atos normativos que tratam de matéria contábil, a fim de verificar e eliminar possíveis divergências em relação às alterações específicas produzidas pela nova lei.

Em 2 de maio de 2008 a CVM emitiu a Instrução nº 469, que dispõe sobre as necessidades imediatas de adaptações de alguns normativos e esclarece outras questões relacionadas às alterações produzidas pela mencionada Lei. De acordo com a Instrução, algumas mudanças de práticas contábeis tem a sua aplicação de forma obrigatória já a partir do 1º trimestre de 2008.

Em atendimento a Instrução, a Companhia procedeu ao ajuste a valor presente de determinados contratos de financiamentos e debêntures, além de obrigações a pagar referente a concessões onerosas, com bases em taxas de desconto que correspondem, na estimativa da Companhia, ao custo atual de captação de recursos através de empréstimos e financiamentos.

Os efeitos contábeis nas Demonstrações Financeiras decorrentes da aplicação imediata do ajuste a valor presente mencionado acima são como segue:

	Consolidado Controladora
Ativo	**30/09/2008**
Imobilizado	(112.741)
Passivo	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(131.824)
Impostos Taxas e Contribuições	23.239
Outras obrigações	(49.246)
Patrimônio Líquido	45.090
	(112.741)
Resultado do Período	
Despesa operacional	10.723
Resultado Financeiro	10.812
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(7.322)
	14.213

A Companhia efetuou o cálculo dos efeitos relativos aos ajustes a valor presente referente aos exercícios anteriores que foram efetivados diretamente contra o Patrimônio Líquido. Os valores relativos ao período de janeiro a setembro que impactariam o resultado de 2007, no montante de R$8.229, líquido de efeitos fiscais, não foram ajustados para fins de comparação pelo fato do referido montante não ser material.

Reclassificação de Saldos Contábeis do exercício anterior

A seguinte reclassificação, para fins de comparabilidade, foi efetuada nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações de resultados de 30 de setembro de 2007:

Conta Original		Conta de Reclassificação	
Pessoal e Administradores		**Resultado**	
Custos Operacionais – Custo de operação	12.963		
Despesas Gerais e Administrativas	2.052		
	15.015	Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	**(15.015)**

Em função da inclusão no Estatuto Social da Companhia em 2007 da previsão de pagamento de participação nos resultados aos empregados e administradores da Companhia, essa participação passou a ser registrada como redutora do Lucro Líquido antes dos impostos e participações estatutárias, sendo que até o terceiro trimestre de 2007 era registrada na rubrica de Despesa com Pessoal.

2.2) Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas em 30 de setembro de 2008 incluem as demonstrações da Companhia e das controladas mencionadas na nota explicativa nº 1.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

No processo de consolidação foram eliminados: (i) as participações no patrimônio líquido das controladas; (ii) o resultado da equivalência patrimonial; (iii) os saldos de ativos e passivos entre as empresas consolidadas e, (iv) os saldos de receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas.

As empresas com controle compartilhado foram consolidadas proporcionalmente em função do percentual de participação. Cada rubrica das informações trimestrais foi, portanto, consolidada após a aplicação do percentual de participação. Consequentemente, não há destaque para participações de minoritários.

3) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Contas Bancárias	14.810	9.206	14.810	9.064
Aplicações Financeiras				
Certificados de depósitos bancários	1.155.421	705.450	1.155.421	705.450
Letras Financeiras do tesouro	26.035	38.440	26.035	38.440
Letras do Tesouro Nacional	27.726	8.062	27.726	8.062
Outros	98.964	142.827	87.497	137.153
	1.308.146	894.779	1.296.679	889.105
	1.322.956	**903.985**	**1.311.489**	**898.169**

As aplicações financeiras correspondem a transações realizadas com instituições financeiras nacionais e contratadas em condições e taxas normais de mercado, sendo que estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia.

4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Consolidado e Controladora				
				Total	
Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/09/2008	30/06/2008
Industrial	141.797	-	39.585	181.382	189.075
Suprimento a Outras Concessionárias	150.270	-	-	150.270	132.266
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(84)	(84)	(84)
	292.067	**-**	**39.501**	**331.568**	**321.257**

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Encontra-se registrado o valor de R$46.188 referente a créditos de consumidor industrial que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

5) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

As obrigações e direitos da Companhia referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado e Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	46.844	48.414
Provisão para perdas na realização	(25.269)	(24.481)
	21.575	**23.933**
Circulante	14.851	16.193
Não Circulante	6.724	7.740

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Companhia nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig Geração e Transmissão são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores informações na nota explicativa nº15.

Provisão para perdas na realização

A provisão atualmente constituída, no montante de R$25.269, representa as perdas previstas em função do prazo de recebimento da RTE das distribuidoras que ainda estão repassando recursos a Companhia não ser suficiente para repasse integral dos valores devidos.

6) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Circulante				
ICMS a Recuperar	38.427	33.724	37.729	33.658
Imposto de Renda	338.681	258.179	338.601	258.118
Contribuição Social	117.821	67.662	117.821	67.662
PASEP	14.688	12.500	14.688	12.500
COFINS	66.802	57.459	66.802	57.459
Outros	1.412	1.186	1.412	1.186
	577.831	450.710	577.053	450.583
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	16.352	16.665	16.352	16.665
	594.183	**467.375**	**593.405**	**467.248**

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2008 que serão compensados com Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar apurados para o exercício e que estão registrados na rubrica de impostos, taxas e contribuições.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS são decorrentes de pagamentos efetuados a maior pela empresa em função da adoção do regime não cumulativo para receitas das transmissoras cujos contratos de fornecimento de energia eram anteriores a 31/10/2003 e que por regulamentação posterior da Receita Federal do Brasil - RFB foi permitida a revisão e o enquadramento no regime cumulativo. Como conseqüência dessa revisão, permitiu-se a restituição dos impostos pagos a maior em períodos anteriores.

7) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado e Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008
Créditos Tributários sobre diferenças temporárias:		
Provisão para Perdas na Realização dos Valores a Receber de Energia Livre	8.592	8.324
Obrigações Pós-Emprego	21.975	13.532
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	1.201	1.033
Instrumentos Financeiros	36.546	37.957
Variação Cambial	21.291	20.124
Contingências	2.399	2.305
Provisão Ativa – Recomposição Tarifária Extraordinária	10.170	12.706
Outros	5.421	3.632
	107.595	**99.613**
Ativo Circulante	52.885	36.515
Ativo Não Circulante	54.710	63.298

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 06 de março de 2008, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 06 de março de 2008.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de setembro de 2008, conforme abaixo:

	Consolidado e Controladora
2008	26.046
2009	35.786
2010	15.192
2011	15.192
2012	4.201
2013 a 2015	6.708
2016 a 2018	4.471
	107.595

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado e Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007 reclassificado
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.116.815	888.965
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(379.717)	(302.248)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Juros Capital Próprio	47.262	47.906
Participação dos Empregados no Resultado	5.018	5.105
Incentivos Fiscais	4.285	2.471
Outros	(1.926)	(1.256)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(325.078)**	**(248.022)**

8) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Em Sociedade Controlada e Controladas em Conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	-	-	17.150	17.150
Guanhães Energia S.A.	-	-	9.606	9.606
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	3.632	3.632
Cemig Baguari Energia S.A.	-	-	11	11
Madeira Energia S.A.	-	-	10	10
Baguari Energia S.A.	-	-	10	10
Em Consórcios	1.046.898	1.030.466	1.046.898	1.030.466
Outros	1.728	1.730	1.727	1.730
	1.048.626	**1.032.196**	**1.079.046**	**1.062.617**

Sociedades controladas em conjunto (Informações sobre potência – MWh e previsão de investimentos – não revisadas pelos auditores independentes)

Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

A Cemig Geração e Transmissão (participação de 49,00%) em parceria com Santa Maria Energética S.A. (participação de 51,00%) constituíram a Hidrelétrica Cachoeirão S.A., um investimento previsto de R$100 milhões, cujo objeto social é construir, operar e explorar a PCH Cachoeirão, realizando a comercialização de energia elétrica.

A usina se encontra em fase de construção tendo data prevista para início de suas atividades em novembro de 2008 e com capacidade instalada de 27 MW.

Guanhães Energia S.A.

A Cemig Geração e Transmissão (participação de 49,00%) em parceria com Investminas Participações S.A. (participação de 51,00%) constituíram a Guanhães Energia S.A., cujo objeto social é a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no rio Guanhães no Município de Dores de Guanhães, Minas Gerais, com potência instalada de 14 MW, 12 MW e 9 MW respectivamente; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, Minas Gerais, com potência instalada de 9 MW.

As usinas encontram-se em fase de construção tendo data prevista para início de suas atividades em 2009 e com capacidade total instalada de 44 MW.

Cemig Baguari Energia S.A.

A Cemig Baguari Energia S.A. é uma subsidiária integral da Cemig e tem como objetivo a produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.

Madeira Energia S.A.

A Cemig Geração e Transmissão (participação de 10,00%) em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A. (participação de 39,00%), Construtora Norberto Odebrecht S.A. (participação de 1,00%), Odebrecht Investimento em Infra-estrutura Ltda. (participação de 17,60%), Andrade Gutierrez Participações S.A. (participação de 12,40%) e Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia (participação de 20,00%), constituíram a Madeira Energia S.A., cujo objeto social é a construção, operação e exploração da usina de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW e previsão de início de operação comercial em 2012.

Hidrelétrica Pipoca S.A

Hidrelétrica Pipoca S.A.(controlada em conjunto – participação de 49,00%) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20.000 kW de potência instalada, localizada no rio Manhuaçu, Municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em abril de 2010.

Baguari Energia S.A.

Baguari Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 69,39%) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), 140 MW de potência instalada, localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em outubro de 2009 (1ª unidade), dezembro de 2009 (2ª unidade) e fevereiro de 2010 (3ª unidade).

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da Cemig Geração e Transmissão da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

			Consolidado e controladora	
	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	30/09/2008	30/06/2008
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,48	36.625	36.625
Usina Igarapava	14,50%	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,77	181.403	181.403
Usina de Queimado	82,50%	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00%	2,50	512.946	512.946
Depreciação acumulada			(105.097)	(96.989)
Total em operação			**877.030**	**885.138**
Em curso				
Usina de Queimado	82,50%		13.125	13.125

Usina de Funil	49,00%	258	134
Usina de Aimorés	49,00%	30.738	26.796
Usina de Baguari	34,00%	125.747	105.273
Total em construção		**169.868**	**145.328**
Total de Consórcios		**1.046.898**	**1.030.466**

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

As principais informações sobre as investidas são como segue:

		Em 30 de setembro de 2008		
Sociedade Controlada em Conjunto	**Quantidade de Ações**	**Participação (%)**	**Capital Social Integralizado**	**Patrimônio Líquido**
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	35.000.000	49,00	35.000	35.000
Guanhães Energia S. A.	52.000.000	49,00	19.608	19.608
Hidrelétrica Pipoca S.A.	7.413.296	49,00	7.495	7.495
Madeira Energia S.A.	100.000	10,00	100	100
Cemig Baguari Energia S.A.	1.000	100,00	11	11
Baguari Energia S.A.	1.000.000	69,39	10	10

Novas Aquisições

Aquisição de Participação em Empresas Transmissoras

A Brookfield exerceu, em 24 de setembro de 2008, opção de venda para a CEMIG e Alupar Investimento S.A. na proporção de 95% e 5%, respectivamente, de suas ações representativas de 24,99% do capital votante da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE, 24,99% do capital votante da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP, 18,35% do capital votante da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE, 18,35% do capital votante da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE e 7,49% do capital votante da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE.

O valor a ser pago pela companhia referente a 95% das ações de propriedade da Brookfield será de R$330,6 milhões, com data-base em 16 de agosto de 2006 e será corrigido até a data de fechamento, prevista para o 4º trimestre de 2008.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações estarão sujeitas à aprovação da transferência das ações das empresas acima citadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e outros órgãos financiadores.

Constituição dos Consórcios UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes

Em 03 de julho de 2008, o Conselho de Administração autorizou a participação da Cemig Geração e Transmissão S.A., equivalente a 49% do capital social nos empreendimentos UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes, bem como a celebração dos seguintes contratos de constituição: Consórcio UHE Itaocara, em parceria com a Itaocara Energia Ltda., Consórcio PCH Paracambi, em parceria com a Lightger Ltda., e Consórcio PCH Lajes, em parceria com a Light Energia S.A., todos tendo como objeto a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração dos projetos e a implantação, operação, manutenção e exploração comercial dos respectivos empreendimentos.

9) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	30/09/2008			30/06/2008
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	**7.980.443**	**(3.566.442)**	**4.414.001**	**4.403.119**
- Geração	6.617.317	(2.864.452)	3.752.865	3.733.480
Intangíveis	1.309	(515)	794	856
Terrenos	195.727	-	195.727	195.728
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3641.519	(1.348.353)	2.293.166	2.310.562
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	739.899	(345.051)	394.848	399.171
Máquinas e Equipamentos	2.034.323	(1.166.316)	868.007	826.818
Veículos	2.015	(1.796)	219	234
Móveis e Utensílios	2.525	(2.421)	104	109
- Transmissão	1.276.042	(644.234)	631.808	642.157
Intangíveis	9.475	(2.249)	7.226	7.333
Terrenos	2.138		2.138	2.138
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	102.343	(56.207)	46.136	47.051
Máquinas e Equipamentos	1.161.258	(585.140)	576.118	585.436
Veículos	175	(118)	57	61
Móveis e Utensílios	653	(520)	133	138
- Administração	87.084	(57.756)	29.328	27.482
Intangíveis	17.422	(16.599)	823	913
Terrenos	621		621	621
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	14.160	(7.249)	6.911	7.040
Máquinas e Equipamentos	41.008	(25.518)	15.490	13.001
Veículos	10.646	(5.252)	5.394	5.813
Móveis e Utensílios	3.227	(3.138)	89	94
Em Curso	**271.577**	-	**271.577**	**317.604**
- Geração	189.387	-	189.387	240.734
Intangível	895	-	895	861
Imobilizado	188.492	-	188.492	239.873
- Transmissão	68.022	-	68.022	60.004
Intangível	259	-	259	227
Imobilizado	67.763	-	67.763	59.777
- Administração	14.168	-	14.168	16.866
Intangível	532	-	532	445
Imobilizado	13.636	-	13.636	16.421
Total do Imobilizado e Intangível	**8.252.020**	**(3.566.442)**	**4.685.578**	**4.720.723**
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(7.917)	-	(7.917)	(7.884)
Imobilizado e Intangível Líquido - Controladora	**8.244.103**	**(3.566.442)**	**4.677.661**	**4.712.839**

	30/09/2008			30/06/2008
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Curso	**61.915**	-	**61.915**	**46.720**
- Geração	61.901	-	61.901	46.709
Imobilizado	61.795	-	61.795	46.624
Intangível	106	-	106	85
- Administração	14	-	14	11
Imobilizado	14	-	14	11
Imobilizado e Intangível Líquido - Consolidado	**8.306.018**	**(3.566.442)**	**4.739.576**	**4.759.559**

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Alguns terrenos e edificações da Companhia, registrados como Ativo Imobilizado - Administração, foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R$990 em de 30 setembro de 2008 (R$ 1.003 em 30 de junho 2008).

10) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	29.911	33.526	29.911	33.526
Outros Geradores e Distribuidores	40.191	31.204	40.191	31.204
	70.102	64.730	70.102	64.730
Materiais e Serviços	39.118	39.115	35.217	37.322
	109.220	103.845	105.319	102.052
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica				
Compra de Energia Livre durante o racionamento	699	4.861	92	3.951
Total de Fornecedores	**109.919**	**108.706**	**105.411**	**106.003**

Parte substancial dos valores devidos à Compra de Energia Livre durante o Racionamento serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores comentários na nota explicativa nº15.

11) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Circulante				
Imposto de Renda	243.971	146.428	243.888	146.425
Contribuição Social	89.103	53.075	89.081	53.075
ICMS	32.910	27.039	32.910	27.039
COFINS	19.867	13.033	19.851	13.033
PASEP	4.312	2.942	4.309	2.942
INSS	3.019	3.006	2.982	2.992
Outros	1.906	2.032	1.672	1.948
	395.088	**247.555**	**394.891**	**247.454**
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	9.550	9.945	9.550	9.945
Contribuição Social	3.438	3.580	3.438	3.580
COFINS	2.903	2.497	2.903	2.497
PASEP	629	541	629	541
	16.520	**16.563**	**16.520**	**16.563**
	411.608	**264.118**	**411.411**	**264.017**
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	55.910	56.649	55.910	56.649
Contribuição Social	20.127	20.393	20.127	20.393
COFINS	1.024	-	1.024	-
PASEP	4.710	-	4.710	-
	81.771	**77.042**	**81.771**	**77.042**

As obrigações diferidas referem-se aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações registradas no ativo, na rubrica de tributos compensáveis.

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

12) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

				Consolidado			
				30/09/2009			30/06/200
INANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
OEDA ESTRANGEIRA							
anco do Brasil S.A. (1)	2009	3,90	JPY	2.123	69.761	71.884	59.23
.N.P. Paribas	2010	Libor + 1,875	US$	13.490	12.850	26.340	21.81
NP Paribas	2012	5,89	EURO	3.064	7.499	10.563	11.42
NIBANCO S.A. (2)	2009	6,50	US$	271	8.922	9.193	7.52
NIBANCO S.A. (3)	2009	6,00	US$	114	6.701	6.815	5.59
ívida referente a Moeda Estrangeira				**19.062**	**105.733**	**124.795**	**105.49**
OEDA NACIONAL							
anco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R$	242	75.000	75.242	75.18
anco do Brasil S.A.	2009	111,00 do CDI	R$	7.088	62.644	69.732	67.33
anco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	8.236	89.276	97.512	94.99
anco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R$	1.631	30.000	31.631	30.57
anco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R$	49.437	900.000	949.437	916.77
SBC Bank Brasil S.A.	2008	CDI + 2,00	R$	55.884	-	55.884	53.87
anco Itaú – BBA S.A.	2008	CDI + 2,00	R$	45.104	-	45.104	43.48
anco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	14.127	168.431	182.558	182.23
anco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R$	947	26.124	26.071	25.15
radesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	14.877	133.374	148.251	143.01
radesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R$	296	4.830	5.126	4.94
ebêntures (4)	2009	CDI + 1,20	R$	41.073	349.556	390.629	377.32
ebêntures (4)	2011	104,00 do CDI	R$	26.257	338.816	265.073	256.52
ebêntures - Governo do Estado de M. G. (4)(6)	2030/31	IGP-M	R$	-	31.980	31.980	31.05
LETROBRÁS (6)	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R$	11.619	48.052	59.671	62.24
antander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	304	29.715	30.019	30.62
NIBANCO S.A.	2009	CDI + 2,88	R$	8.860	104.095	110.955	106.70
NIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	16.397	179.061	195.458	194.10
anco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	11	3.100	3.111	3.20
aixa Econômica Federal	2008	101,5 do CDI	R$				
aú Finame	2008	URTJ + 8,50	R$	1.774	-	1.774	1.73
anco do Brasil S.A. (5)	2020	TJLP + 2,56	R$	-	32.311	32.311	20.80
ívida referente a Moeda Nacional				**302.164**	**2.606.368**	**2.807.629**	**2.723.88**
otal Geral				**321.226**	**2.611.098**	**2.932.324**	**2.829.38**

(1) a (4) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps:
(1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,88% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a.
(4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferências, nominativa e escritural.
(5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.
(6) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades anônimas, Lei 11.638/07.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	7.450	28.473	6.425	-	-	-	-	-	42.348
Euro	65	2.999	2.999	2.999	1.501	-	-	-	10.563
Yen	2.123	69.761	-	-	-	-	-	-	71.884
	9.638	101.233	9.424	2.999	1.501	-	-	-	124.795
Indexadores									
Índice Geral de Preços –Mercado–IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	31.980	31.980
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	3.024	12.561	14.285	12.013	10.055	7.733	-	-	59.671
Certificado Depósito Interbancário – CDI	288.771	516.294	252.071	390.308	451.947	451.947	300.455	-	2.681.793
Outros	1.774	734	2.937	2.937	2.937	2.937	2.937	16.690	34.085
	293.569	529.589	269.293	405.258	464.939	492.617	303.392	48.672	2.807.529
	303.207	630.822	278.717	408.257	466.440	492.617	303.392	48.672	2.932.324

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 30/09/2008 %	Variação acumulada em 2008 %	Indexadores	Variação no trimestre findo em 30/09/2008 %	Variação acumulada em 2008 %
Dólar Norte-Americano	20,25	8,07	IGP-M	1,54	12,31
Euro	7,45	3,24	FINEL	0,31	2,36
Yen	19,97	13,55	CDI	3,16	8,72
			SELIC	3,22	8,83

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 30 junho de 2008	**2.829.381**
Financiamento obtido	11.119
Ajuste a valor Presente	(3.156)
Variação Monetária e Cambial	23.764
Encargos Financeiros Provisionados	94.397
Encargos Financeiros Pagos	(18.632)
Amortização de Financiamentos	(4.349)
Saldo em 30 setembro de 2008	**2.932.324**

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Cemig Geração e Transmissão possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") que foram integralmente atendidas em 30 de setembro de 2008.

13) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado e Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008
Reserva Global de Reversão - RGR	5.837	7.260
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	6.058	6.976
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	6.821	7.059
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.291	1.291
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.755	2.364
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	14.128	13.309
Pesquisa e Desenvolvimento	45.496	41.662
Pesquisa Expansão Sistema Energético	7.064	6.653
	88.420	**86.574**
Passivo Circulante	87.883	85.548
Passivo Não Circulante	537	1.026

14) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da Cemig Geração e Transmissão para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício será concedido a partir da data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em setembro de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC, no qual mais de 80,00% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD. Destes, 7 são ativos e 44 aposentados/pensionistas.

A Cemig Geração e Transmissão mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado - PSI - para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. O prazo previsto para a conclusão do processo de separação do plano de saúde é de 12 meses, onde serão mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R$216.928 em 30 de setembro de 2008 (R$237.660 em 30 de junho de 2008) foi reconhecida como obrigação a pagar pela Companhia e será amortizada até setembro de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Em 02/06/2008, foi assinado o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, visando a transferência do saldo devedor do contrato referente ao Plano BD para o Plano A .Os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que ocorram pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas pela Companhia, conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, do superávit obtido no exercício de 2007, R$20.245 foram utilizados em 2008 para amortização da dívida reconhecida.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Companhia em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM nº 371 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira e utilização de superávit para amortização da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionados nos parágrafos anteriores, não produziram efeitos contábeis no resultado da Cemig Geração e Transmissão. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2007.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado e Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 30 de junho de 2008	**104.929**	**73.132**	**3.312**	**96.712**	**277.085**
Despesa Reconhecida no Resultado	8.122	3.236	147	2.499	12.004
Contribuições Pagas	(5.723)	(1.666)	(41)	(473)	(7.903)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2008	**105.328**	**74.702**	**3.418**	**97.738**	**281.186**
Passivo Circulante	17.522	-	-	-	17.522
Passivo Não Circulante	87.806	74.702	3.418	97.738	263.664

15) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia constitui provisão para contingências para as ações cuja expectativa de perda seja considerada provável. Desta forma, encontra-se provisionado em 30 de setembro de 2008, o valor de R$174 (R$169 em 30 de junho de 2008) referente a contingências trabalhistas e o valor de R$6.274 (R$6.009 em 30 de junho de 2008) referente a contingências de natureza ambiental. Foi provisionado, adicionalmente, o montante de R$607 em 30 de setembro de 2008 (R$601 em 30 de junho de 2008) referente a outras ações judiciais.

Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável, no valor de R$6.274, que está devidamente provisionado.

Causas com risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados os principais a seguir:

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

A Cemig Geração e Transmissão pagou uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R$41.660, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandado de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas com este assunto. A Companhia considera o risco de perda nesta ação como possível.

Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, em face da ANEEL, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o Despacho ANEEL nº 288/2002, em conformidade ao pleito da Distribuidora, sendo que tal medida será somente efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008. Essa recontabilização e liquidação implica em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R$76.076. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008 junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

16) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Mutação do Patrimônio Líquido:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 30 de junho de 2008	3.410.674
Juros sobre Capital Próprio	(47.040)
Lucro no Trimestre	293.486
Saldo em 30 de setembro de 2008	3.657.120

O Conselho da Administração da CEMIG, em reunião realizada em 24/09/2008 aprovou o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio, em substituição aos dividendos obrigatórios do exercício de 2008, no montante de R$47.040, sendo que a data de pagamento ainda será definida.

17) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado e Controladora (Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh		R$	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Industrial	130	134	14.402.686	13.408.000	1.382.995	1.199.636
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	24.042	13.822
	130	134	14.402.686	13.408.000	1.407.037	1.213.458
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	42	43	9.046.560	10.110.485	810.609	777.818
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	114.235	67.232
Total	172	177	23.449.246	23.518.485	2.331.881	2.058.508

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

18) – RECEITA DE USO DA REDE

	Consolidado e Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007
Receita de uso da rede básica	367.913	317.555
Receita de uso de conexão	93.871	88.612
	461.784	406.167

Esta receita refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, na rubrica de "Concessionários - Transporte de Energia".

19) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado e Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007
Tributos sobre a Receita		
ICMS	259.420	225.706
COFINS	188.732	153.529
PIS-PASEP	40.810	32.520
ISSQN	544	240
	489.506	**411.995**
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	61.213	59.078
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	28.853	24.063
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	27.074	35.046
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	8.466	7.370
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	8.466	7.540
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	3.610	7.320
	137.682	**136.417**
	627.188	**548.412**

20) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado e Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007 reclassificado
Pessoal	191.183	173.409
Obrigações Pós-Emprego	36.013	17.237
Materiais	10.518	10.897
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	65.185	44.768
Serviços de Terceiros	69.256	64.029
Depreciação e Amortização	167.245	166.948
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	94.686	96.697
Provisões (Reversões) Operacionais	(1.013)	4.996
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	200.945	188.715
Energia Elétrica Comprada	-	13.954
Outras Despesas Líquidas	48.820	56.827
	883.040	**840.478**

	Consolidado e Controladora	
a) DESPESAS COM PESSOAL	30/09/2008	30/09/2007
Remunerações e Encargos	160.236	158.140
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	11.060	12.084
Benefícios Assistenciais	18.226	17.410
	189.522	187.634
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(8.877)	(14.225)
	180.645	**173.409**
Programa Prêmio de Desligamento - PPD	10.538	-
	191.183	**173.409**

Programa Prêmio Desligamento - PPD

Em 11 de março de 2008, foi aprovado pela Diretoria Executiva o Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea, a partir daquela data. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do PPD.

Para os empregados com 55 anos de idade e 35 anos de contribuição, se do sexo masculino, ou 30 anos de contribuição, se do sexo feminino, somente são assegurados os incentivos financeiros do Programa se a adesão ocorrer no prazo máximo de 90 dias após a data de atendimento aos critérios de idade e tempo de contribuição mencionados.

Em 30 de setembro de 2008, o PPD já contava com a adesão de 88 empregados, sendo constituída uma provisão referente aos incentivos financeiros no valor de R$10.538.

	Consolidado e Controladora	
b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	**30/09/2008**	**30/09/2007**
Comunicação	2.729	1.661
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	12.199	9.865
Conservação e Limpeza de Prédios	11.119	10.486
Mão de Obra Contratada	1.754	601
Fretes e Passagens	2.507	1.679
Hospedagem e Alimentação	3.435	3.207
Vigilância	6.244	6.295
Consultoria	2.271	1.479
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	1.403	1.380
Manutenção e Conservação de Veículos	2.499	2.564
Outros	23.096	24.932
	69.256	**64.029**

21) – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Consolidado e Controladora	
	30/09/2008	**30/09/2007**
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	88.485	70.241
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	7.227	2.861
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	21.654	140.340
Variações Cambiais	5	22.573
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(2.646)	(12.981)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 23)	1.976	3.361
Ajuste a Valor Presente	15.149	-
Outras	46.123	26.854
	177.973	**253.249**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(259.323)	(270.188)
Variações Cambiais	(11.276)	(12)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(15.005)	(4.939)
C.P.M.F.	(1.122)	(10.925)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 23)	(18.104)	(43.134)
Provisão para Perdas com Transações de Energia livre	(18.346)	(125.639)
Ajuste a Valor Presente	(4.337)	-
Outras	(30.209)	(24.938)
	(357.722)	**(479.776)**
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	**(179.749)**	**(226.526)**

22) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
EMPRESAS	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
CEMIG								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	562.005	511.515	-	-	-	-
Coligadas e Controladora	660	947	667	670	-	-	-	-
Outros – Materiais e Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados		-	(159.007)	(91.967)	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Coligadas e Controladora	7.147	7.133	2.791	1.895	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	21.070	13.711	17.262	3.616	83.510	32.490	(17.262)	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec								
Light S.A.								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	100	361	101	405	46.098	41.277	(3.957)	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS	36.427	33.724	32.910	27.039	(259.429)	(235.709)	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS	18.352	14.191	-	-	-	-	-	-
Debêntures (2)	-	-	31.860	31.052	-	-	(838)	(3.062)
FORLUZ								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (3)	-	-	17.522	16.658	-	-	(36.013)	(17.237)
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante (3)	-	-	263.864	256.427	-	-	-	
Outros	-	-	4.076	3.886	-	-	-	
Despesa de Pessoal	-	-	-	-	-	-	(110.960)	(12.084)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(2.000)	(2.272)
OUTROS								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	12	12	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento;
(2) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 30 de setembro de 2008 foi ajustado a valor presente, conforme nota explicativa nº 2.
(3) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vide nota explicativa nº 14.

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas notas explicativas 6, 11, 12, 14, 17, 19 e 21.

23) – EXPOSIÇÃO CAMBIAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Geração e Transmissão possuía, em 30 de setembro de 2008, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item b.

a) Risco de taxas de câmbio

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

	Consolidado e Controladora	
EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	**30/09/2008**	**30/06/2008**
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos	42.348	34.735
Operações contratadas de hedge/swap (*)	62.243	64.080
	104.591	98.815
Yen		
Empréstimos e Financiamentos	71.884	59.337
(-) Operações contratadas de hedge	(69.742)	(58.131)
	2.142	1.206
Euro		
Empréstimos e Financiamentos	10.563	11.424
Passivo Líquido Exposto	**117.296**	**111.445**

(*) Inclui a operação contratada de R$75.000

Deve-se ressaltar que a exposição demonstrada acima às taxas de câmbio é mitigada pela Companhia também através dos contratos de venda de energia a consumidores livres indexados a variação do dólar norte-americano.

b) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e "swaps" de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Cemig Geração e Transmissão contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações perdas de janeiro a setembro de 2008 e 2007 nos montantes de R$16.128 e R$39.773, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado (justo) de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem

incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia, as perdas não realizadas registradas e a respectiva estimativa do valor justo destes instrumentos em 30 de setembro de 2008.

O valor justo estimado para os derivativos foi apurado calculando-se o seu valor presente, por meio da utilização das curvas de mercado que impactam os instrumentos nas datas de apuração.

Direito da Cemig Geração e Transmissão	Obrigação da Cemig Geração e Transmissão	Período de Vencimento	Valor principal contratado*	Perda não realizada				Efeito acumulado	
				Valor Contábil		Valor Justo		Valor recebido	Valor pago
				30/9/2008	30/6/2008	30/9/2008	30/6/2008	30/9/2008	30/9/2008
US$ variação cambial + taxa (5,59% a.a. a 7,49% a.a.)	R$ 100% do CDI + taxa (2,98% a.a. a 3,01% a.a.)	De 10/2008 até 11/2009	US$ 884	(19.374)	(21.107)	(21.076)	(22.443)	-	(587)
¥ (Ien japonês) variação cambial + taxa (3,60 % a.a.)	R$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.979.820	(40.103)	(47.028)	(49.354)	(60.914)	-	-
R$ 106,00% do CDI	R$ ou US$ 48,00% do CDI ou variação cambial mensal (o que for maior)	Em 07/2010	R$75.000	(4.491)	18	(4.491)	18	1.880	(11.822)
				(63.967)	(68.117)	(74.921)	(87.941)	1.880	(12.409)

(*) Valor principal contratado (em milhares) nas datas de 30/09/2008 e 30/06/2008

Análise de sensibilidade (informação não revisada pelos auditores independentes)

Os dois primeiros instrumentos derivativos demonstrados na tabela acima indicam que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia estima que a taxa do CDI no final de 2008 será de 13,75%, o que representará uma despesa no resultado no montante de R$2.700. Nos cenários possível e remoto de uma taxa do CDI de 17,19% e 20,63%, respectivamente, no final de 2008, os impactos no resultado seriam de R$3.337 e R$3.960.

O último instrumento derivativo demonstrado na tabela acima indica que a Companhia está exposta a variação da cotação do dólar norte-americano em relação ao Real (caso seja superior a 48,00% do CDI). A Companhia estima que a cotação do dólar norte-americano em relação ao Real no final de 2008 será de R$2,00. Neste cenário, considerando que este instrumento derivativo tem liquidação mensal, o impacto no resultado no 4º trimestre de 2008 será de R$13.550. Nos cenários possíveis e remotos de uma cotação do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2008 de R$2,50 e R$3,00, respectivamente, os impactos no resultado seriam de R$22.947 e R$42.536.

24) – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	776.977	625.928	776.977	625.928
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa-				
Depreciação e Amortização	167.245	166.946	167.245	166.946
Baixas de Imobilizado líquidas	2.617	4.454	2.617	1.047
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	36.775	(150.638)	35.940	(150.638)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(16.686)	(37.775)	(16.686)	(37.775)
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	(496)	4.996	(496)	4.996
Provisões de Perdas CCEE/MAE	18.345	125.639	18.348	125.639
Provisões para Perdas Instrumentos Financeiros	16.128	39.773	16.128	39.773
Obrigações Pós-Emprego	36.013	17.237	36.013	17.237
Outros	(66)	8.252	(66)	8.252
	1.034.850	804.812	1.034.025	801.405
(Aumento) Redução de Ativos-				
Consumidores e Revendedores	(31.772)	(56.983)	(31.772)	(56.983)
Revendedores - Transações no MAE	11.879	92.579	11.879	92.579
Tributos Compensáveis	(360.758)	(354.456)	(360.060)	(354.412)
Transporte de energia	(6.228)	(7.528)	(6.228)	(7.528)
Passivo Regulatório-Revisão da Receita de Transmissão	(15.717)		(15.717)	-
Créditos Tributários	136.118	(106.781)	136.118	(106.781)
Depósitos Judiciais	(15.229)	(1.133)	(8.256)	(1.133)
Outros	(32.171)	(4.106)	(37.180)	(4.106)
	(313.878)	(438.410)	(311.216)	(438.364)
Aumento (Redução) de Passivos-				
Fornecedores	(152.197)	3.978	(153.159)	3.307
Tributos e Contribuição Social	229.167	419.330	229.016	419.278
Salários e Contribuições Sociais	(1.458)	6.898	(1.412)	6.893
Encargos do Consumidor a Recolher	7.995	4.068	7.995	4.068
Empréstimos e Financiamentos	145.193	129.752	145.193	129.752
Obrigações Pós-Emprego	(30.996)	(36.505)	(30.996)	(36.505)
Perdas Instrumentos Financeiros	(10.433)	(4.643)	(10.433)	(4.643)
Outros	(8.859)	11.233	(18.943)	11.233
	178.432	534.131	167.261	533.403
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	899.404	900.533	890.068	896.444
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	26.418	30.246	-	30.246
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(245.825)	(119.145)	(245.825)	(119.145)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(118.519)	(379.054)	(118.519)	(379.054)
	(337.926)	(467.953)	(364.344)	(467.953)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	561.478	432.580	525.724	428.491
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(65.947)	(92.962)	(69.589)	(91.186)
No Imobilizado	(84.875)	(53.389)	(47.901)	(53.389)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	41	1.951	41	1.951
No Diferido	(4.029)	-	(3.902)	-
	(154.810)	(144.400)	(121.351)	(142.624)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**406.668**	**288.180**	**404.373**	**285.867**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do exercício	916.288	687.814	907.116	687.814
No fim do exercício	1.322.956	975.994	1.311.489	973.681
	406.668	**288.180**	**404.373**	**285.867**

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

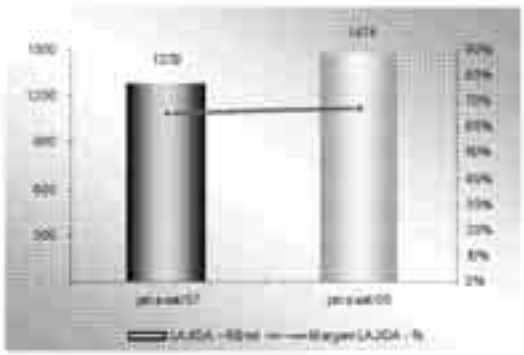
Lucro do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no período de janeiro a setembro de 2008, um lucro líquido de R$776.977, em comparação ao lucro líquido de R$625.928 no mesmo período de 2007, um aumento de 24,13%. O melhor resultado em 2008 deve-se, principalmente, ao aumento de 13,28% na receita de fornecimento bruto de energia elétrica, parcialmente compensado pelo aumento de 5,06% nos custos e despesas operacionais. Também contribuiu para um melhor resultado em 2008, a redução de 20,65% no resultado financeiro negativo (despesa de R$179.749 em 2008 comparada a uma despesa de R$226.526 em 2007).

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou um aumento significativo no período de janeiro a setembro de 2008 na comparação com o mesmo período de 2007, conforme pode ser verificado na tabela abaixo.

LAJIDA	30/09/2008	30/09/2007	Var %
Lucro Líquido	776.977	625.928	24,13
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	325.078	248.022	31,07
+ Participações nos Resultados	14.760	15.015	(1,70)
+ - Resultado não Operacional	10.278	(3.527)	(391,41)
+ Resultado Financeiro	179.749	226.526	(20,65)
+ Amortização e Depreciação	167.245	166.946	0,18
= LAJIDA	**1.474.087**	**1.278.910**	**15,26**
Itens não recorrentes:			
+ Programa Prêmio de Desligamento - PPD	10.538	-	-
+ Revisão da receita de transmissão - Resolução Homologatória nº 496	-	30.919	-
= LAJIDA AJUSTADO	**1.484.625**	**1.309.829**	**13,34**



O crescimento do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2008 em comparação ao mesmo período de 2007 deve-se, principalmente, ao aumento de 12,16% na receita líquida compensado parcialmente pelo aumento de 6,28% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). O melhor desempenho verificado em 2008 refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 65,50% em 2007 para 67,31% em 2008.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$2.331.881 no período de janeiro a setembro de 2008 em comparação a R$2.058.508 no mesmo período de 2007, representando um aumento de 13,28%. Este resultado decorre principalmente do aumento de 7,42% na quantidade de energia fornecida a consumidores industriais no período de janeiro a setembro de 2008 (14.402.686 MWh em 2008 comparados a 13.408.000 MWh em 2007) em função do bom desempenho da atividade industrial até o 3° trim/08 e das ações estratégicas de comercialização adotadas pela Companhia. Além disso, o aumento do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD nos primeiros meses do ano de 2008, utilizado para valorar a compra e venda de energia no Mercado de Curto Prazo, levou alguns consumidores a fazerem uso de flexibilidades contratuais, ampliando as compras de energia.

Em relação às liquidações na CCEE, houve menor disponibilidade em função da menor geração hidráulica no Sistema Interligado Nacional - SIN e também pelo maior uso dos contratos pelos clientes livres conforme comentado acima. Contudo, o aumento do PLD em relação ao mesmo período no ano anterior compensou essa redução de volume, levando a uma receita maior nas liquidações na CCEE.

A receita com energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de R$810.609 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$777.818 no mesmo período de 2007, um aumento de 4,22%.

Apesar do aumento de receita, houve redução de10,52% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais, que passou de 10.110.485 MWh no período de janeiro a setembro de 2007 para 9.046.560 MWh no mesmo período de 2008, explicada pela redução nas vendas para comercializadoras em face do direcionamento da energia para segmentos mais atrativos da carteira, do encerramento de contratos no final de 2007 e devido à menor disponibilidade para vendas de curto prazo em 2008. A tarifa média de suprimento passou de R$76,93/MWh em 2007 para R$89,60/MWh em 2008.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se basicamente a utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL e apresentou um aumento de 13,69% no período de janeiro a setembro de 2008 comparado ao mesmo período de 2007. Essa variação deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- a contabilização, em junho de 2007, da redução na receita de uso da rede, no montante de R$30.919, em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, em atendimento a determinações da ANEEL;

- reajuste de 11,80% da receita permitida do segmento de transmissão, em julho de 2008, , resultante do reajuste da receita anual através da aplicação do IGP-M acumulado nos 12 meses anteriores;

- entrada em operação de expansões da rede, com a consequente adição de receita pelo Órgão Regulador.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R$627.188 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$548.412 no mesmo período de 2007, um aumento de 14,36%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R$27.074 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$35.046 no mesmo período de 2007, representando uma redução de 22,75%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R$28.853 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$24.063 no mesmo período de 2007, um aumento de 19,91%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente a RGR foi de R$61.213 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$55.078 ao mesmo período de 2007, um aumento de 11,14%. Este é um encargo não gerenciável e o aumento deve-se a maior receita, base de cálculo do referido encargo, em 2008.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R$883.040 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$840.475 no mesmo período de 2007, representando um aumento de 5,06%. Este resultado deve-se, principalmente, aos aumentos de 45,61% no custos com matéria prima e insumos, 10,25% nas despesas com pessoal e de 108,93% nas despesas com benefícios pós-emprego.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no período de janeiro a setembro de 2008 foi de R$191.183, comparados a R$173.409 no mesmo período de 2007, representando um aumento de 10,25%. Este resultado decorre principalmente dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 5,00% concedido aos empregados em novembro de 2007;
- despesa com verbas rescisórias, no montante de R$10.538, decorrente do Programa Prêmio de Desligamento – PPD;
- menor transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R$8.877 em 2008 e R$14.225 em 2007), tendo em vista o menor programa de investimentos em 2008.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R$36.013 no período de janeiro a setembro de 2008, comparados a R$17.237 no mesmo período de 2007, representando um aumento de 108,93%. Esta despesa representa basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Geração e Transmissão, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A maior despesa em 2008 decorre de ajuste nas premissas atuariais, em dezembro de 2007, com a redução das taxas de juros.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

Esta despesa, no período de janeiro a setembro de 2008, foi de R$65.185 comparados a R$44.768 no mesmo período de 2007 e decorre da compra de combustível para a Usina de Igarapé, que entrou em operação em função do baixo nível de água nos reservatórios, conseqüência do baixo volume de chuvas e para atendimento de demanda de energia para a Argentina.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão foi de R$200.945 no período de janeiro a setembro de 2008, comparados a R$188.715 no mesmo período de 2007, representando um aumento de 6,48%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R$179.749 no período de janeiro a setembro de 2008 comparada a uma despesa financeira líquida de R$226.526 no mesmo período de 2007, uma redução de 20,65%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução de 84,57% na receita com variação monetária sobre o acordo geral do setor elétrico (R$21.654 em 2008 comparados a R$140.340 em 2007). Esta variação decorre principalmente da contabilização, no segundo trimestre de 2007, da receita financeira no montante de R$99.833, decorrente de critérios de atualização definidos pela ANEEL para o ativo referente às transações com energia livre durante o período do racionamento. Este procedimento não afetou o resultado financeiro de 2007 em decorrência da constituição de uma provisão para perdas no mesmo valor. Em função desta provisão constituída em 2007, a conta Provisão para Perda Energia Livre apresentou uma redução de 85,40% (R$18.346 em 2008 comparados a R$125.639 em 2007).

- Perdas líquidas com variações cambiais, líquidas dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, no período de janeiro a setembro de 2008, no montante de R$27.399 em comparação a perdas líquidas de R$17.212 no mesmo período de 2007, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A perda cambial em 2008 decorre, principalmente, da desvalorização do Real frente ao dólar e ao Yen, principais moedas em que nossos contratos de financiamentos externos estão indexados. O dólar norte-americano apresentou uma valorização de 8,07% frente ao Real no período de janeiro a setembro de 2008 comparada a uma desvalorização de 13,99% no mesmo período de 2007. A moeda japonesa Yen apresentou uma valorização de 13,55% contra uma desvalorização de 10,77% nos períodos de janeiro a setembro de 2008 e 2007, respectivamente. Para parte da dívida em moeda estrangeira a Companhia realizou operações de swap com a substituição da variação do indexador dos contratos, de moeda estrangeira para o CDI. Mais explicações vide nota explicativa nº 23 das Informações Trimestrais.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 21 e 23 das Informações Trimestrais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no período de janeiro a setembro de 2008, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$325.078 em relação ao lucro de R$1.116.815, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,11%. No mesmo período de 2007, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$248.022 em relação ao lucro de R$888.965, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 27,90%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 7 das Informações Trimestrais. Nos períodos de janeiro a setembro de 2008 e 2007, foram apurados benefícios fiscais, nos valores de R$47.262 e R$47.906, respectivamente, referentes ao pagamento de juros sobre capital próprio.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO TERCEIROS TRIMESTRES DE 2008 E 2007

	Terceiro Trim/08	Terceiro Trim/07	Var. %
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	862.241	775.992	11,11
Receita de Uso da Rede	158.302	150.495	5,19
Outras Receitas operacionais	8.128	27.040	(69,94)
Receita Operacional Bruta	**1.028.671**	**953.527**	**7,88**
Deduções à Receita Operacional	(221.824)	(209.461)	5,90
Receita Operacional Liquida	**806.847**	**744.066**	**8,44**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(56.786)	(58.611)	(3,11)
Obrigações Pós-Emprego FORLUZ	(12.004)	(5.746)	108,93
Materiais	(3.657)	(4.122)	(11,28)
Matéria Prima e Insumos	(23.478)	(37.801)	(37,89)
Serviços de Terceiros	(26.197)	(22.533)	16,26
Depreciação e Amortização	(56.330)	(55.889)	0,79
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(32.550)	(31.306)	3,97
Provisões Operacionais	(344)	189	(282,01)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(71.740)	(63.926)	12,22
Outras Despesas Líquidas	(23.922)	(35.416)	(32,46)
	(307.008)	**(315.161)**	**(2,59)**
Lucro Operacional	**499.839**	**428.905**	**16,54**
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(75.575)	(78.275)	(3,45)
Lucro Operacional	**424.264**	**350.630**	**21,00**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**(1.717)**	**(1.215)**	**41,32**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**422.547**	**349.415**	**20,93**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(124.141)	(100.656)	23,33
Participações nos Resultados	(4.921)	(4.977)	(1,13)
Lucro Líquido do Período	**293.485**	**243.783**	**20,39**

Lucro do Trimestre

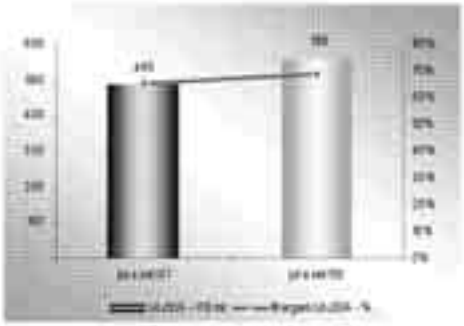
A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no terceiro trimestre de 2008, um lucro líquido de R$293.485, em comparação ao lucro líquido de R$243.783 no terceiro trimestre de 2007, um aumento de 20,39%. O melhor resultado no terceiro trimestre de 2008 deve-se, principalmente, ao

aumento de 11,11% na receita de fornecimento bruto de energia, associado a uma redução de 2,59% nas despesas operacionais.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão no terceiro trimestre de 2008, comparado ao terceiro trimestre de 2007, apresenta um aumento de 14,72%.

LAJIDA	Terceiro Trim/08	Terceiro Trim/07	Var %
Lucro Líquido	293.485	243.783	20,39
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	124.141	100.656	23,33
+ Participações no Resultado	4.921	4.977	(1,13)
+ Resultado não Operacional	1.717	1.215	41,32
+ - Resultado Financeiro	75.575	78.275	(3,45)
+ Amortização e Depreciação	56.330	55.889	0,79
= LAJIDA	**556.169**	**484.794**	**14,72**



O crescimento do LAJIDA no terceiro trimestre de 2008 em comparação ao terceiro trimestre de 2007 deve-se, principalmente, ao aumento de 8,44% na receita líquida associado a uma redução de 3,31% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). O melhor desempenho no terceiro trimestre de 2008 refletiu-se na margem do LAJIDA que passou de 65,15% em 2007 para 68,93% em 2008.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (**)			R$		
	Terceiro Trim/08	Terceiro Trim/07	Var. %	Terceiro Trim/08	Terceiro Trim/07	Var. %
Industrial	5.255.216	4.774.274	10,07	502.775	443.773	13,30
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	20.256	4.282	373,05
	5.255.216	**4.774.274**	**10,07**	**523.031**	**448.055**	**16,73**
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	3.000.375	3.362.146	(10,76)	288.919	325.775	(11,31)
Transações com Energia na CCEE	-	-	-	50.291	2.162	2.226,13
Total	**8.255.591**	**8.136.420**	**1,46**	**862.241**	**775.992**	**11,11**

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.
(**) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$862.241 no terceiro trimestre de 2008 em comparação a R$775.992 no terceiro trimestre de 2007, representando um aumento de 11,11%. Este resultado decorre principalmente do aumento de 13,30% na energia fornecida a consumidores industriais no terceiro trimestre de 2008 decorrente de ações estratégicas de comercialização adotadas pela Companhia. Além disso, o aumento do PLD em 2008, levou alguns consumidores a fazerem uso de flexibilidades contratuais, ampliando as compras de energia em 2008, encorajados também pelo bom desempenho das atividades industriais em 2008.

A receita com energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de R$288.919 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R$325.775 no terceiro trimestre de 2007, uma redução de 11,31%. Este resultado decorre basicamente da redução de 10,76% na quantidade negociada em função, principalmente, da escassez de energia disponível, devido ao menor volume de chuvas em 2008. A quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de 3.000.375 MWh no terceiro trimestre de 2008 comparados a 3.362.146 MWh no terceiro trimestre de 2007, sendo que a tarifa média de suprimento não apresentou variação expressiva, passando de R$96,89/MWh no terceiro trimestre de 2007 para R$96,29/MWh no terceiro trimestre de 2008.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, na rubrica de "Concessionários - Transporte de Energia". O aumento de 5,19% no terceiro trimestre de 2008 em comparação ao terceiro trimestre de 2007 decorre, principalmente, do reajuste de 11,80% na receita permitida do segmento de transmissão, em julho de 2008, resultante do reajuste da receita anual através da aplicação do IGP-M acumulado nos 12 meses anteriores.

Deduções à receita operacional

	Terceiro Trim/08	Terceiro Trim/07	Var %
ICMS	94.229	84.020	12,15
COFINS	67.512	65.348	3,31
PIS-PASEP	14.497	14.185	2,20
ISSQN	186	80	132,50
	176.424	**163.633**	**7,82**
Reserva Global de Reversão – RGR	19.854	21.162	(6,18)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	9.515	8.341	14,08
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	6.333	6.878	(8,14)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	3.080	2.911	5,81
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -FNDCT	3.080	3.081	(0,03)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.538	1.455	5,70
	45.400	**45.828**	**(0,93)**
	221.824	**209.461**	**5,90**

As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás. A CCC apresentou uma redução de 6,14% nos períodos comparados.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os pagamentos da CDE são definidos através de Resolução da ANEEL e apresentou um aumento de 14,08% nos períodos comparados. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se, basicamente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R$307.008 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R$315.161 no terceiro trimestre de 2007, representando uma redução de 2,59%. Esta variação ocorreu, principalmente, pela redução nos gastos com matéria prima e insumos, parcialmente compensada pelos aumentos nas contas Encargos de Uso da Rede e Benefícios pós-emprego.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no terceiro trimestre de 2008 foi de R$56.786, comparados a R$58.611 no terceiro trimestre de 2007, representando uma redução de 3,11%.
Este resultado decorre principalmente dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 5,00% concedido aos empregados em novembro de 2007;
- redução na quantidade de empregados que passou de 2.331 empregados em setembro de 2007 para 2.186 empregados em setembro de 2008.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R$12.004 no terceiro trimestre de 2008, comparados a R$5.746 no terceiro trimestre de 2007, representando um aumento de 108,93%. Esta despesa representa basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Geração e Transmissão, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A maior despesa em 2008 decorre de ajuste nas premissas atuariais, em dezembro de 2007, com a redução das taxas de juros.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

Esta despesa foi de R$23.478 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R$37.801 no terceiro trimestre de 2007, uma redução de 37,89%. O menor valor no terceiro trimestre de 2008 comparado ao mesmo período de 2007, decorre de menor compra de combustível para a usina de Igarapé, em decorrência de menor escassez de energia no terceiro trimestre de 2008.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão foi de R$71.740 no terceiro trimestre de 2008, comparados a R$63.926 no terceiro trimestre de 2007, representando um aumento de 12,22%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização não apresentou variação expressiva entre os períodos comparados, R$56.330 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R$55.889 no terceiro trimestre de 2007.

Receitas (Despesas) Financeiras

	Terceiro Trim/08	Terceiro Trim/07	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	36.917	22.065	67,31
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	985	951	3,58
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	1.376	13.972	(90,15)
Variações Cambiais	(7.994)	2.556	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(769)	(1.292)	(40,48)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	(5.594)	815	-
Ajuste a Valor Presente	7.078	-	-
Outras	21.868	7.802	180,29
	53.867	**46.869**	**14,93**
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(94.000)	(86.568)	8,60
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(4.523)	(2.910)	55,43
Variações Cambiais	(11.268)	-	-
C.P.M.F.	-	(4.552)	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(160)	(12.717)	(98,74)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária – RTE	(789)	(10.081)	(92,17)
Ajuste a Valor Presente	(2.734)	-	-
Outras	(15.959)	(8.316)	91,91
	(129.442)	**(125.144)**	**3,43**
	(75.575)	**(78.275)**	**(3,45)**

Na comparação dos valores do terceiro trimestre de 2008 com o terceiro trimestre de 2007, o resultado financeiro não apresentou variação expressiva, passando de uma despesa de R$78.275 em 2007 para uma despesa de R$75.575 em 2008. As principais variações no resultado financeiro, nos trimestres comparados, foram:

- Aumento de 67,31% na receita de aplicações financeiras em decorrência de maior volume de recursos aplicados em 2008;
- Aumento de 180,29% na rubrica "Outras Receitas" devido, principalmente, à contabilização, em setembro de 2008, da atualização monetária de PASEP e COFINS, no montante de R$16.841, em decorrência de valores pagos a maior, retroativos ao ano de 2006;
- Reconhecimento de uma receita líquida de R$4.344, decorrente do ajuste a valor presente, em atendimento às determinações descritas na Instrução CVM Nº 469 de 2 de maio de 2008.
- Perdas líquidas com variações cambiais, líquidas dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, no terceiro trimestre de 2008 no montante de R$25.016 comparados a perdas líquidas de R$9.346 no mesmo período de 2007, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Esta variação deve-se principalmente a alta valorização do dólar no terceiro trimestre de 2008. No terceiro trimestre de 2008 o dólar apresentou um aumento de 20,25% comparado a uma redução de 4,53% no terceiro trimestre de 2007.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no terceiro trimestre de 2008, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$124.141 em relação ao lucro de R$422.547, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,38%. No terceiro trimestre de 2007, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$100.655 em relação ao lucro de R$349.415, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 28,81%.

CEMIG

Geração e Transmissão S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Ao
Conselho de Administração da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A., referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado e de fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº 469/08.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 2, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº. 11.638, com vigência a partir de 1º. de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução CVM nº 469/08, facultou a não-aplicação de todas as disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais (ITR). Assim, as informações contábeis contidas nas ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2008 foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

5. Conforme descrito nas Notas Explicativas nº. 5, 10 e 15, a Cemig Geração e Transmissão S.A. possui registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de setembro de 2008, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

10 de novembro de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

Anexo K

Informações Financeiras Trimestrais da Garantidora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS 2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 8
1) – CONTEXTO OPERACIONAL 8
2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 12
3) – DISPONIBILIDADES 13
4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES 14
5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS 15
6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A" 15
7) – REVISÃO TARIFÁRIA DA TRANSMISSÃO 17
8) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE 18
9) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA 18
10) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 19
11) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS 19
12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS 22
13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS 24
14) – INVESTIMENTOS 25
15) – IMOBILIZADO 31
16) – INTANGÍVEL 31
17) – FORNECEDORES 32
18) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES 33
19) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 34
20) – ENCARGOS REGULATÓRIOS 36
21) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 36
22) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS 39
23) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS 45
24) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA 46
25) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES 46
26) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS 47
27) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL 47
28) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 48
29) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO 50
30) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 51
31) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS 52
32) – RESULTADO FINAL DA SEGUNDA REVISÃO TARIFÁRIA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO E DA LIGHT SESA 56
33) – REAJUSTE TARIFÁRIO DA DISTRIBUIÇÃO 57
34) – EVENTOS SUBSEQUENTES 58
35) – DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA 59

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO 60

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES 74

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL 84

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO E 30 DEJUNHO DE 2009

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
CIRCULANTE				
Disponibilidades *(nota 3)*	2.769.169	2.250.277	117.945	121.322
Consumidores e Revendedores *(nota 4)*	2.210.256	2.233.496	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" *(nota 6)*	307.991	317.042	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	388.542	405.067	-	-
Tributos Compensáveis *(nota 10)*	1.350.494	1.235.175	5.191	5.192
Despesas Antecipadas – CVA *(nota 9)*	629.237	632.644	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre *(nota 6)*	10.120	17.573	-	-
Créditos Tributários *(nota 11)*	381.338	327.355	38.299	40.896
Dividendos a Receber	-	-	956.239	847.242
Revisão Tarifária da Transmissão *(nota 7)*	82.321	85.732	-	-
Estoques	35.407	36.452	17	17
Outros Créditos	435.787	345.439	8.810	7.840
TOTAL DO CIRCULANTE	8.580.662	7.886.252	1.126.501	1.022.509
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado *(nota 12)*	1.791.117	1.813.461	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios *(nota 12)*	-	-	853.486	835.932
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS *(nota 13)*	46.240	46.240	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" *(nota 6)*	-	66.444	-	-
Despesas Antecipadas – CVA *(nota 9)*	410.288	545.039	-	-
Créditos Tributários *(nota 11)*	604.776	655.163	89.479	99.512
Revendedores – Transações com Energia Livre *(nota 6)*	10.857	4.746	-	-
Tributos Compensáveis *(nota 10)*	288.594	289.130	194.860	196.103
Depósitos Vinculados a Litígios	557.825	508.732	95.462	95.461
Consumidores e Revendedores *(nota 4)*	112.763	85.726	-	-
Revisão Tarifária da Transmissão *(nota 7)*	54.067	72.358	-	-
Outros Créditos	110.593	123.672	77.753	72.733
	3.957.120	4.210.711	1.311.040	1.299.741
Investimentos *(nota 14)*	1.155.348	1.147.309	9.407.655	8.958.923
Imobilizado *(nota 15)*	12.167.849	11.557.749	1.945	1.977
Intangível *(nota 16)*	1.058.500	945.557	1.747	1.951
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	18.338.815	17.861.326	10.722.387	10.272.592
ATIVO TOTAL	26.919.477	25.747.578	11.848.888	11.295.101

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO E 30 DE JUNHO 2009

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
CIRCULANTE				
Fornecedores *(nota 17)*	748.207	766.850	5.687	5.762
Encargos Regulatórios *(nota 20)*	480.991	459.348	-	-
Participações nos Lucros	76.733	51.408	2.876	1.974
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 18)*	1.276.448	998.950	96.176	76.517
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	489.397	490.820	489.397	490.820
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	1.235.605	1.139.800	21.420	19.461
Debêntures (nota 19)	473.327	437.676	-	-
Salários e Contribuições Sociais	372.196	401.686	16.573	18.016
Passivo Regulatório – CVA (nota 9)	361.392	224.826	-	-
Passivo Regulatório – Revisão Tarifária	137.458	203.615	-	-
Obrigações Pós-Emprego (nota 21)	103.726	102.094	4.078	4.055
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros (nota 31)	162.399	163.306	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas (nota 30)	-	-	8.554	10.434
Outras Obrigações	358.012	354.546	19.693	19.264
TOTAL DO CIRCULANTE	6.275.891	5.794.925	654.454	646.303
NÃO CIRCULANTE				
Passivo Regulatório – CVA *(nota 9)*	318.021	410.953	-	-
Empréstimos e Financiamentos *(nota 19)*	4.891.196	4.817.167	55.190	55.190
Debêntures *(nota 19)*	1.468.572	1.393.370	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 18)*	609.173	538.945	-	-
Provisões para Contingências *(nota 22)*	634.642	647.945	320.630	331.561
Obrigações Pós-Emprego *(nota 21)*	1.334.223	1.348.690	50.302	51.178
Outras Obrigações	217.541	192.596	32	31
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.473.368	9.349.666	426.154	437.960
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	401.938	392.149	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(nota 23)*				
Capital Social	3.101.884	3.101.884	3.101.884	3.101.884
Reservas de Capital	3.969.099	3.969.099	3.969.099	3.969.099
Reservas de Lucros	2.253.466	2.253.466	2.253.466	2.253.466
Ajuste Acumulado de Conversão	(3.448)	(771)	(3.448)	(771)
Lucros Acumulados	1.420.155	860.036	1.420.155	860.036
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.124	27.124	27.124	27.124
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.768.280	10.210.838	10.768.280	10.210.838
PASSIVO TOTAL	26.919.477	25.747.578	11.848.888	11.295.101

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica *(nota 24)*	10.525.222	10.316.243	-	-
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres *(nota 25)*	1.600.922	1.557.916	-	-
Outras Receitas Operacionais *(nota 26)*	438.720	493.407	267	392
	12.564.864	12.367.566	267	392
Deduções à Receita Operacional *(nota 27)*	(4.230.362)	(4.232.129)	(2)	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.334.502	8.135.437	265	392
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS *(nota 28)*				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.529.489)	(2.177.689)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(612.627)	(530.621)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(128.610)	(167.841)	-	-
	(3.270.706)	(2.876.151)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO *(nota 28)*				
Pessoal e Administradores	(690.293)	(717.134)	-	-
Entidade de Previdência Privada	(70.467)	(153.454)	-	-
Materiais	(76.616)	(69.591)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(4.070)	(65.185)	-	-
Serviços de Terceiros	(447.979)	(392.033)	-	-
Depreciação e Amortização	(501.699)	(531.712)	-	-
Provisões Operacionais	(39.814)	(15.779)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(109.336)	(98.542)	-	-
Outras	(103.478)	(117.336)	-	-
	(2.043.972)	(2.160.766)	-	-
CUSTO TOTAL	(5.314.678)	(5.036.919)	-	-
LUCRO BRUTO	3.019.824	3.098.518	265	392
DESPESAS OPERACIONAIS *(nota 28)*				
Despesas com Vendas	(119.741)	(133.078)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	(479.353)	(304.761)	(10.963)	(80.145)
Outras Despesas Operacionais	(49.521)	(51.743)	(15.986)	(6.674)
	(648.615)	(489.582)	(26.949)	(86.819)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	2.371.209	2.608.936	(26.684)	(86.427)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	1.543.364	1.752.183
Resultado Financeiro Líquido *(nota 29)*	(81.308)	36.148	9.817	69.118
Lucro antes dos Impostos e Participações	2.289.901	2.645.084	1.526.497	1.734.874
Imposto de Renda e Contribuição Social *(nota 11)*	(759.874)	(923.325)	(83.599)	(97.399)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos *(nota 11)*	39.217	70.296	(13.118)	6.228
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(99.163)	(65.663)	(2.706)	(2.314)
Participações dos Acionistas não Controladores	(43.007)	(84.983)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.427.074	1.641.389	1.427.074	1.641.389
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R$			2,30033	3,30866

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TERCEIRO TRIMESTRE E PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2009

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Reservas Ajustes Conversão	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	**2.481.508**	**3.983.021**	**2.859.920**	**-**	**61**	**27.124**	**9.351.634**
Lucro Líquido do Período Findo em 30 de setembro de 2009	-	-	-	1.427.074	-	-	1.427.074
Aumento de Capital Social	620.376	(13.922)	(606.454)	-	-	-	-
Ajuste de Exercício Anterior de Controlada	-	-	-	(6.919)	-	-	(6.919)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	-	-	(3.509)	-	(3.509)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009	**3.101.884**	**3.969.099**	**2.253.466**	**1.420.155**	**(3.448)**	**27.124**	**10.768.280**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Reservas Ajustes Conversão	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009	**3.101.884**	**3.969.099**	**2.253.466**	**860.036**	**(771)**	**27.124**	**10.210.838**
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	567.038	-	-	567.038
Ajuste de Exercício Anterior de Controlada	-	-	-	(6.919)	-	-	(6.919)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	-	-	(2.677)	-	(2.677)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009	**3.101.884**	**3.969.099**	**2.253.466**	**1.420.155**	**(3.448)**	**27.124**	**10.768.280**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

1247

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Período	1.427.074	1.641.389	1.427.074	1.641.389
Despesas (Receitas) que não afetam as Disponibilidades:				
Depreciação e Amortização	517.304	542.234	140	175
Baixas Líquidas de Imobilizado	16.938	18.356	-	9
Amortização de Ágio na Aquisição	16.352	-	16.352	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.543.384)	(1.752.163)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(43.755)	(6.290)	(35.966)	(84.235)
Ativo Regulatório – Revisão da Receita da Transmissão	(136.657)	-	-	-
Imposto Federais Diferidos	(39.217)	(70.296)	13.118	(6.228)
Provisões para Perdas Operacionais	88.765	90.557	(30.557)	87.977
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	80.136	19.681	-	-
Provisão de perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	(7.915)	24.173	-	4.357
Obrigações Pós-Emprego	105.760	167.157	4.252	6.389
Participação de Minoritários	43.007	84.983	-	-
Outros	7.618	(37.275)	-	(1)
	2.075.308	2.494.668	(148.951)	(100.351)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(296.788)	(14.143)	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	240.047	274.911	-	-
Amortização de Contas a Receber do Governo do Estado MG	143.647	128.756	-	-
Revendedores - Transações na CCEE	3.317	11.878	-	-
Créditos tributários diferidos	9.909	361.770	23.462	97.905
Tributos Compensáveis	(503.031)	(670.058)	(14.370)	5.600
Transporte de energia	74.623	9.594	-	-
Reajuste tarifário diferido	133.423	284.896	-	-
Despesas Antecipadas CVA	35.782	(157.729)	-	-
Depósitos Judiciais	(175.849)	(34.000)	(7.831)	9.052
Dividendos recebidos de controladas	-	-	820.171	563.667
Outros Créditos	173.430	(64.036)	(7.041)	(18.279)
	(163.290)	131.778	814.591	663.845
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(159.782)	(197.673)	(1.447)	(3.896)
Tributos e Contribuição Social	892.623	404.158	94.186	(21.386)
Salários e Contribuições Sociais	83.305	(5.464)	457	2.502
Encargos Regulatórios	11.142	61.919	-	-
Empréstimos e Financiamentos	64.805	186.940	(3.716)	(1.908)
Obrigações Pós-Emprego	(147.612)	(155.637)	(6.714)	(6.843)
Despesas Antecipadas CVA	34.245	(68.715)	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(16.385)	(21.189)	-	-
Outros	(3.314)	(104.835)	(7.972)	(87.257)
	759.047	76.514	34.794	(118.788)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	2.671.065	2.702.960	700.434	434.506
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	592.380	237.218	-	-
Recebimento de quotas do FIDC	-	-	-	899
Redução de Capital	-	-	185.000	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(214.211)	(700.805)	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(481.160)	(432.593)	(481.159)	(432.593)
	(102.991)	(895.980)	(296.159)	(431.694)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	2.568.074	1.806.980	404.275	3.112

INVESTIMENTOS				
Em investimentos	(218.482)	(63.227)	(543.961)	53.762
Intangível	(339.468)	-	798	-
No imobilizado	(1.526.882)	(797.966)	(51)	(205)
	(2.082.842)	(861.193)	(543.236)	53.557
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	**406.232**	**845.707**	**(138.961)**	**56.669**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA DISPONIBILIDADES				
No início do período	2.283.937	2.066.219	256.906	21.953
No fim do período	2.769.169	3.012.006	117.945	78.622
	406.232	**845.707**	**(138.961)**	**56.669**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2009

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, "CEMIG", "Controladora" ou "Companhia", sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 30 de setembro de 2009 (informações relativas a mercado atendido e capacidade instalada não revisadas pelos auditores independentes):

- Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig GT possui participação societária nas seguintes controladas:

  - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina tem capacidade instalada de 27 MW (informação não revisada pelos auditores independentes) e iniciou suas operações em 2009.

  - Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Beberibe no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 28,8 MW. A usina iniciou operações em agosto de 2009.

  Controladas e Controladas em conjunto em fase pré-operacional da Cemig GT:

  - Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas encontram-se em fase de construção, com previsão de início de operação em 2009, e totalizarão uma capacidade instalada de 44 MW (informação não revisada pelos auditores independentes).

  - Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.

- Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW (informação não revisada pelos auditores independentes) e previsão de início de operação comercial em 2012.

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20 MW de potência instalada (informação não revisada pelos auditores independentes), localizada no rio Manhuaçu, Municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em abril de 2010.

- Baguari Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 69,39%) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%). 140 MW de potência instalada (informação não revisada pelos auditores independentes), localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em outubro de 2009 (1ª unidade), dezembro de 2009 (2º unidade) e fevereiro de 2010 (3º unidade).

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE") (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Previsão de entrada em operação em junho de 2010.

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 42 MW. Previsão de entrada em operação até o final do ano de 2009.

- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 79,2 MW. Previsão de entrada em operação até o final do ano de 2009.

- Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D") (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;

- Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME") (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 52,13% do capital social da Light S.A. ("Light"), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A. com 3,9 milhões de consumidores em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A. com 855 MW de capacidade instalada na atividade de geração;

- Sá Carvalho S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;

- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;

- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG ("GASMIG") (controlada em conjunto – participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;

- Empresa de Infovias S.A. ("Infovias") (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);

- Efficientia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;

- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;

- Rosal Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;

- Cemig PCH S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;

- Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;

- UTE Barreiro S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;

- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;

- Cemig Trading S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;

- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;

- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí 230 kV;

- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP") (controlada em conjunto – participação de 39,33%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 kV no Estado do Pará;

- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE") (controlada em conjunto – participação de 36,69%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 kV no Estado do Pará e no Estado do Maranhão;

- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE") (controlada em conjunto – participação de 36,69%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 kV, no Estado do Pará;

- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE") (controlada em conjunto – participação de 35,34%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia;

- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("ECTE") (controlada em conjunto – participação de 13,37%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 kV, ambas no Estado de Santa Catarina;

- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("AXXIOM") (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Constituída em agosto de 2007 com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e gestão de sistemas para empresas do setor de energia elétrica.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 30 de setembro de 2009:

- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto – participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;

- Transchile Charrua Transmisión S.A. – ("Transchile") (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrua – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE's Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das companhias investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais da controladora e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis; normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Estas Informações Trimestrais – ITR's foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2008. Desta forma, estas ITR's devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis anuais.

Adicionalmente, com objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado a Companhia está apresentando, na nota explicativa nº 35, a demonstração do resultado segregado por empresa. Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da Companhia e de suas controladas.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

A Lei nº 11.638/07 alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de Demonstrações Contábeis, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Essas mudanças de práticas contábeis estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Contábeis das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações aos princípios contábeis internacionais de contabilidade – IFRS.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória 449/08 (convertida na Lei 11.941 de 27 de maio de 2009) modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

Critério de consolidação das Informações Trimestrais

Foram consolidadas as informações trimestrais das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das Demonstrações Contábeis das controladas em conjunto. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas controladas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

As informações trimestrais da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas dos princípios fundamentais de contabilidade chilenos para os brasileiros, com a conversão dos pesos chilenos para Reais com base na última cotação do trimestre, uma vez que a moeda funcional da CEMIG é o Real.

As datas das informações trimestrais das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

3) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
Contas Bancárias	99.587	139.371	9.033	33.694
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	2.584.619	2.025.418	108.498	87.068
Letras Financeiras do Tesouro	41.983	28.517	196	179
Letras do Tesouro Nacional	8.507	14.802	176	330
Outros	34.473	42.168	42	51
	2.669.582	2.110.906	108.912	87.628
	2.769.169	**2.250.277**	**117.945**	**121.322**

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições financeiras nacionais e contratadas em condições e taxas normais de mercado, sendo que são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados substancialmente pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a taxas que variam entre 101,00% a 103,00%.

4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Ativo Circulante	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
Fornecimento Faturado	1.995.272	1.803.031	50.000	50.997
Fornecimento não Faturado	598.024	733.918	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias	54.926	80.372	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(437.966)	(383.825)	(50.000)	(50.997)
	2.210.256	**2.233.496**	**-**	**-**

Encontram-se registrados no Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo) valores a receber de grandes consumidores, no montante de R$99.352 em 30 de setembro de 2009 referente a créditos de consumidor industrial da Cemig D e Cemig GT, que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2009	30/06/2009
Ativos		
Parcela "A" – Nota 6	307.991	383.486
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota 9	20.977	22.319
PIS/COFINS e PASEP – Nota 13	46.240	46.240
Despesas Antecipadas – CVA – Nota 9	1.039.525	1.177.663
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	-	3.089
Recuperação dos Descontos na TUSD	3.290	9.161
Subvenção Baixa Renda	51.344	35.904
Revisão Tarifária da Transmissão – Parcela de Ajuste – Nota 7	136.368	158.090
Outros Ativos Regulatórios	10.207	12.334
	1.615.962	1.848.306
Passivos		
Compra de Energia durante o Racionamento	(122)	(12.148)
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota 9	(679.413)	(835.779)
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	(6.382)	(10.760)
Exposição CCEAR entre Submercados	(11.576)	(17.147)
Ajuste na empresa de referência	(54.280)	(80.375)
Ajuste Financeiro referente Revisão tarifária 2008	(83.198)	(123.240)
Outros Passivos Regulatórios	(8.868)	(9.780)
	(843.819)	(889.229)
Impostos, Taxas e Contribuições – Obrigações Diferidas – Nota 18	(51.960)	(69.193)
	(895.779)	(958.422)
Total	**720.183**	**889.884**

6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A"

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que definiu os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE"), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela "A" ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A RTE entrou em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001 através dos reajustes tarifários descritos a seguir:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.

- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE foi utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores.

- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R$49,26/MWh ("energia livre").

O prazo de vigência da RTE da Cemig D e da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA"), de 74 meses, expirou em fevereiro de 2006.

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela "A" foi iniciada em março de 2008, logo após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

A medida que os valores da Parcela "A" são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. No caso da Cemig Distribuição S.A. os valores em 2009 são conforme abaixo:

Valores Transferidos para a Despesa	30/09/2009	30/06/2009
Energia Comprada para Revenda	143.829	93.758
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	63.686	41.516
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	6.364	4.149
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	2.456	1.601
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	16.449	10.723
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	5.649	3.682
Conexão – Realização Parcela "A"	347	226
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia	596	388
	239.378	**166.043**

Composição dos saldos Parcela "A"

Os valores a serem recebidos referentes à Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado	
	30/09/2009	30/06/2009
Cemig Distribuição S.A		
Compensação dos itens da Parcela "A"	814.833	806.994
Valores Arrecadados	(506.842)	(423.508)
Total da Parcela "A"	**307.991**	**383.486**
Ativo Circulante	307.991	317.042
Ativo Não Circulante	-	66.444

7) – REVISÃO TARIFÁRIA DA TRANSMISSÃO

A primeira revisão tarifária da Cemig Geração e Transmissão foi aprovada pela diretoria da ANEEL em 17 de junho de 2009 na qual a Agência fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35% , retroativo a 2005.

Adicionalmente, foi estabelecido pela ANEEL um componente financeiro de R$158.090 a ser pago a Companhia através da Parcela de Ajuste (PA) em 24 meses. Esse valor é decorrente dos efeitos retroativos do reposicionamento tarifário ocorrido no período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009. A primeira parcela de R$85.732 foi incorporada no reajuste do ciclo 2009/2010 e a segunda parcela de R$72.358 compensada no reajuste 2010/2011.

A medida que os valores da Parcela de Ajuste são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. A movimentação da Parcela de Ajuste está demonstrada conforme abaixo:

Composição Total da Parcela de Ajuste				
	Saldo em 30/06/2009	Atualização monetária	Amortização	Saldo em 30/09/2009
Rede Básica	128.823	(226)	(17.037)	111.560
Fronteira	13.099	(13)	(2.833)	11.253
DIT – Demais Instalações de Transmissão	15.368	(30)	(1.763)	13.575
	158.090	(269)	(21.433)	**136.388**
Circulante				**82.321**
Não Circulante				**54.067**

Como previsto no contrato de concessão da Companhia, os cálculos da revisão foram feitos sobre toda a base de ativos de transmissão da Companhia e não apenas dos ativos referentes às novas instalações.

8) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

Os direitos da subsidiária Cemig GT referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	30/09/2009	30/06/2009
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	39.180	40.132
Provisão para perdas na realização	(18.203)	(17.813)
	20.977	**22.319**
Circulante	10.120	17.573
Não Circulante	10.857	4.746

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Cemig GT nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R$49,28/MWh, que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Cemig GT, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig GT são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas na realização

A provisão atualmente constituída, no montante de R$18.203, representa as perdas previstas em função do prazo de recebimento da RTE das distribuidoras que ainda estão repassando recursos a Companhia não ser suficiente, na estimativa da Companhia, para repasse integral dos valores devidos.

9) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela "A" – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	30/09/2009	30/06/2009
Cemig Distribuição	292.516	478.236
RME – Light	67.596	63.668
	360.112	**541.904**
Ativo Circulante	629.237	632.644
Ativo Não Circulante	410.288	545.039
Passivo Circulante	(361.392)	(224.826)
Passivo Não Circulante	(318.021)	(410.953)
	360.112	**541.904**

10) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
Circulante				
ICMS a Recuperar	229.516	206.492	3.806	3.805
Imposto de Renda	785.656	702.031	-	-
Contribuição Social	287.660	270.499	-	-
PASEP	4.783	10.767	-	1
COFINS	28.261	26.891	-	1
Outros	14.618	18.495	1.385	1.385
	1.350.494	1.235.175	5.191	5.192
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	70.252	93.184	426	426
Imposto de Renda	167.049	178.397	166.305	178.128
Contribuição Social	28.129	17.549	28.129	17.549
PASEP/COFINS	3.164	-	-	-
	268.594	289.130	194.860	196.103
	1.619.088	**1.524.305**	**200.051**	**201.295**

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e de antecipações efetuadas em 2009 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar, apurados para o ano de 2009, registrados na rubrica de "Impostos, Taxas e Contribuições".

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

A Companhia protocolou consulta junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais para esclarecimento de dúvidas relacionadas ao aproveitamento de parte dos créditos de ICMS registrados no circulante e no não circulante, sendo que a resposta é aguardada para o 4º trimestre de 2009, quando então será iniciada a sua compensação. A transferência para o circulante foi feita de acordo com valores que já deveriam estar realizados no CIAP e cuja expectativa da administração das Companhias deverão ser realizados até setembro de 2010.

11) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias -				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	222.150	238.366	15.631	24.369
Provisão para Contingências	191.900	195.739	90.785	94.740
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	6.189	10.186	-	-
Passivos Regulatórios – Revisão Tarifária	45.266	67.052	-	-
Obrigações Pós-Emprego	92.932	92.947	3.106	3.166
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	170.062	153.062	17.000	17.339
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	5.249	5.960	-	-
Instrumentos Financeiros	66.756	65.961	-	-
Variação Cambial	118.030	114.083	-	-
Outros	47.580	39.162	1.056	792
	966.114	**982.518**	**127.778**	**140.406**
Ativo Circulante	361.338	327.355	38.299	40.896
Ativo Não Circulante	604.776	655.163	89.479	99.512

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 12 de fevereiro de 2009, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 05 de fevereiro de 2009.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de setembro de 2009, conforme a seguir:

	Consolidado	Controladora
2009	215.158	20.335
2010	273.422	23.953
2011	130.337	25.699
2012	114.957	25.699
2013	113.241	28.912
2014 a 2016	71.890	2.562
2017 a 2019	47.109	618
	966.114	127.778

A Controladora possui, em 30 de setembro de 2009, créditos tributários não reconhecidos em suas informações trimestrais, no montante de R$409.330.

Os créditos não reconhecidos referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa 12). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida referente a essa questão corresponde a R$408.320.

Considerando que a legislação tributária brasileira permite as companhias se beneficiarem do pagamento de juros sobre o capital próprio e deduzirem tais pagamentos do seu lucro tributável, a Companhia adotou a opção tributária de pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas. De acordo com o seu planejamento tributário, depois da compensação nos próximos anos dos impostos compensáveis registrados, a Companhia vai pagar juros sobre capital próprio em um montante que vai reduzir o seu lucro tributável a um valor próximo ou igual a zero. Como conseqüência, essa alternativa vai eliminar o pagamento de imposto de renda e contribuição social pela Controladora e os prejuízos fiscais não reconhecidos não deverão ser recuperados.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.289.901	2.645.064	1.528.497	1.734.874
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(778.566)	(899.328)	(519.009)	(589.857)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	426.412	511.136
Participação dos Empregados no Resultado	33.717	22.332	920	767
Contribuições e Doações Indedutíveis	(4.986)	(5.529)	(245)	(204)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	1.709	335	61	9
Ajuste a Valor Presente	-	(12.102)	-	-
Amortização de Ágio	(5.560)	(4.160)	(5.560)	(4.160)
Incentivo Fiscal	16.062	12.606	148	35
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	(11.423)	(7.746)	-	(6.488)
Outros	28.390	15.981	536	(429)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	**(720.657)**	**(853.029)**	**(96.717)**	**(91.171)**

c) Regime Tributário de Transição:

A Medida Provisória 449/2008, de 03 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei n 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT é opcional para o ano de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 ("DIPJ") ano-calendário 2008 e adicionalmente terá que efetuar até 30 de novembro de 2009 a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC ("Contrato da CRC"), de acordo com a Lei 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 30 de setembro de 2009 a R$4.231.937.

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R$28.828 e a 61ª no valor de R$90.068, a valores de 30 de setembro de 2009.

A amortização do débito é feita prioritariamente pela retenção de 65% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda, a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprio extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 30 de setembro de 2009, já haviam sido amortizadas R$76.905 de forma antecipada, as prestações do contrato com vencimento previsto para 31 de dezembro de 2009 e 30 de junho de 2010.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente sendo as principais conforme segue:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.
(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;
(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")

Em 27 de janeiro de 2009, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado naquela data pelo valor total de R$1.659.125, sendo R$900.000 de quotas seniores e R$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2009, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC no 3º trimestre de 2009 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 30 de junho de 2009	1.813.461
Atualização monetária das quotas seniores	23.795
Atualização monetária das quotas subordinadas	17.554
Amortização das quotas seniores	(73.693)
Saldo em 30 de setembro de 2009	**1.781.117**
Composição do FIDC em 30 de setembro de 2009	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	927.631
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	849.970
Dividendos retidos pelo Fundo	3.516
	853.486
TOTAL	**1.781.117**

Encontra-se registrado no Passivo Circulante parcela dos dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2008. Dos dividendos ainda a serem distribuídos, R$105.119 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que R$68.327 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC a vencer.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as informações trimestrais consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia através das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

A companhia tem a expectativa de ressarcimento desse ativo nos próximos reajustes tarifários, conforme recurso administrativo junto à ANEEL.

14) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	4.324.787	4.058.641
Cemig Distribuição	-	-	2.641.436	2.488.194
Rio Minas Energia Participações	-	-	340.600	329.384
Infovias	-	-	277.528	271.380
GASMIG	-	-	348.169	337.459
Rosal Energia	-	-	67.999	100.637
Sá Carvalho	-	-	66.598	109.582
Horizontes Energia	-	-	72.515	70.140
Usina Térmica Ipatinga	-	-	38.147	36.415
Cemig PCH	-	-	43.947	40.142
Cemig Capim Branco Energia	-	-	39.479	30.411
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	14.979	14.182
UTE Barreiro	-	-	3.258	1.289
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	9.493	9.082
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	477	462
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	7.197	6.822
Transchile	-	-	27.029	33.309
Efficientia	-	-	10.855	8.698
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	157.524	156.116
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	11.954	7.165
Cemig Trading	-	-	3.656	3.009
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	42.321	38.002
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	71.817	63.565
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	13.251	11.615
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	156.201	136.509
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE			8.871	7.839
Axxiom Soluções Tecnológicas	-	-	2.760	2.377
	-	-	8.802.848	8.374.446
Em Consórcios	1.132.256	1.123.354		-
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	29.010	30.391
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	63.993	62.726
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	95.573	93.622
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	23.150	22.655
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	374.606	366.836
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	14.970	14.739
Em Outros Investimentos	23.090	23.955	3.505	3.508
	1.155.346	1.147.309	604.807	594.477
	1.155.346	**1.147.309**	**9.407.655**	**8.968.923**

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro de 2009			Janeiro a setembro de 2009	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	4.324.787	159.790	1.003.849
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.641.436	113.653	279.078
Rio Minas Energia	709.309.572	25,00	709.309	1.362.400	-	199.391
Infovias	381.023.385	100,00	225.082	277.528	8.150	21.845
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	67.899	-	16.744
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	66.598	-	21.185
GASMIG	409.255.000	55,19	493.760	630.826	-	53.873
Horizontes Energia	84.257.583	100,00	84.258	72.515	-	5.777
Usina Térmica Ipatinga	28.174.281	100,00	28.174	38.147	-	6.870
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	43.947	-	11.685
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	39.479	-	24.547
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	59.917	6.896	9.173
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	3.258	-	2.535
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	39.555	483	5.557
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	466.000	100,00	466	477	-	(10)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.400	24,50	22.340	29.375	-	4.783
Transchile	27.840.000	49,00	48.340	47.894	-	(18.384)
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	10.855	-	4.541
Central Termelétrica de Cogeração	150.000.000	100,00	150.001	157.524	-	7.399
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	23.439	-	-
Cemig Trading	160.297	100,00	160	3.666	-	3.463
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	39,33	69.569	107.616	2.348	25.623
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	36,69	120.128	195.748	19.902	54.280
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	36,69	23.400	36.120	6.460	10.780
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	35,34	273.469	441.888	3.687	117.082
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	42.095.000	13,37	42.095	66.368	14.747	18.386
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.200.000	49,00	7.200	5.632	-	(810)

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2009			Janeiro a setembro de 2009	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	4.058.641	139.007	778.977
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.468.194	113.529	666.037
Rio Minas Energia	709.309.572	25,00	709.309	1.317.534	-	385.206
Infovias	381.023.365	100,00	225.082	271.380	-	13.829
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	100.637	-	15.841
Sá Carvalho	880.000.000	100,00	86.833	109.582	-	19.306
GASMIG	409.255.000	55,19	474.497	611.421	-	62.204
Horizontes Energia	84.257.563	100,00	84.258	70.140	-	6.540
Usina Térmica Ipatinga	84.174.291	100,00	84.174	36.415	-	7.511
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	40.142	-	7.804
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	30.411	5.392	26.256
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	56.729	-	6.284
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	1.289	-	(2.063)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	37.847	-	2.527
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	482	-	2
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	27.846	-	1.859
Transchile	27.840.000	49,00	61.563	67.978	-	-
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	9.698	-	3.721
Central Termelétrica de Cogeração	150.000.000	100,00	150.001	156.116	-	141
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	14.051	-	-
Cemig Trading	160.297	100,00	160	3.009	-	23.171
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	38,35	89.569	99.077	10.414	16.508
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	35,78	120.128	177.641	-	30.483
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	35,78	23.400	32.463	-	7.259
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	34,47	273.469	401.849	42.459	85.630
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	13,06	42.095	59.924	-	15.699
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.200.000	49,00	4.200	4.851	-	(336)

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	30.06.2009	Equivalência Patrimonial	Aportes (redução de capital)	Dividendos Propostos	Outros	30.09.2009
Cemig Geração e Transmissão	4.058.641	319.211	-	(52.654)	(411)	4.324.787
Cemig Distribuição	2.468.194	190.693	-	(37.451)	-	2.641.436
Rio Minas Energia	329.384	11.216	-	-	-	340.600
Infovias	271.380	6.148	-	-	-	277.528
Rosal Energia	100.637	7.362	(40.000)	-	-	67.999
Sá Carvalho	109.582	7.016	(50.000)	-	-	66.598
GASMIG	337.459	10.623	-	-	87	348.169
Horizontes Energia	70.140	2.375	-	-	-	72.515
Usina Térmica Ipatinga	36.415	1.732	-	-	-	38.147
Cemig PCH	40.142	3.805	-	-	-	43.947
Cemig Capim Branco Energia	30.411	9.068	-	-	-	39.479
Companhia Transleste de Transmissão	14.182	797	-	-	-	14.979
UTE Barreiro	1.289	1.968	-	-	1	3.258
Companhia Transudeste de Transmissão	9.082	410	-	-	1	9.493
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	482	(5)	-	-	-	477
Companhia Transirapé de Transmissão	6.822	375	-	-	-	7.197
Transchile	33.309	(9.008)	5.405	-	(2.677)	27.029
Efficientia	8.698	2.156	-	-	1	10.855
Central Termelétrica de Cogeração	156.116	1.407	-	-	1	157.524
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	7.165	4.789	-	-	-	11.954
Cemig Trading	3.009	646	-	-	1	3.656
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	38.002	3.165	1.153	-	1	42.321
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	63.565	6.642	1.610	-	-	71.817
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	11.615	1.342	294	-	-	13.251
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	138.509	13.070	4.553	-	69	156.201
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	7.639	661	170	-	1	8.871
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.377	(109)	490	-	2	2.760
	8.374.448	597.756	(76.326)	(90.105)	(2.923)	8.802.848

b) Ágio na Aquisição da Light

Foi apurado um deságio na aquisição da Light, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente do deságio (R$77.322) está apresentado na consolidação como Passivo não circulante, na rubrica de Outras Obrigações.

c) Ágio na aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia em 2006

O ágio na aquisição das empresas de energia elétrica: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.– EATE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.– ERTE e Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas informações trimestrais consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Intangível em função do valor atribuído a utilização das concessões.

d) Ágio na aquisição de Participação em empresas eólicas de energia em 2009

O ágio na aquisição das empresas de energia elétrica: Central Eólica Praias de Parajuru S.A., Central Eólica Praias de Morgado S.A. e Central Eólica Volta do Rio S.A., correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da mais valia da concessão em função da sua exploração no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Abaixo encontra-se o preço de compra reconhecido pela Companhia em 14 de agosto de 2009:

	Morgado	Parajuru	Volta do Rio	Total
ATIVO				
Circulante	7.128	7.257	86.527	100.912
Permanente	81.067	88.254	71.033	240.354
Outros ativos não circulantes	1.503	177	-	1.680
ATIVO TOTAL	**89.698**	**95.688**	**157.560**	**342.946**
PASSIVO				
Circulante	1.449	6.024	12.606	20.079
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	62.007	55.281	86.167	203.455
Outros passivo não circulantes	343	-	1.500	1.843
PASSIVO TOTAL	**63.799**	**61.305**	**100.273**	**225.377**
ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO	**25.899**	**34.383**	**57.287**	**117.569**
Preço da compra sem ágio	25.899	34.383	57.287	117.569
Ágio na aquisição	43.843	31.163	30.808	105.814
Preço total da compra	**69.742**	**65.546**	**88.095**	**223.383**
Disponibilidades	(4.781)	(4.007)	(13.216)	(22.004)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada	64.961	61.540	74.879	201.380

e) Consórcios

A Cemig GT participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da Cemig GT da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 30/09/2009	Consolidado 30/06/2009
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,48	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,40	181.595	181.595
Usina de Queimado	82,50	2,46	206.724	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,50	549.538	549.538
Usinas Amador Aguiar I e II	21,05	2,51	55.588	54.466
Depreciação acumulada			(131.476)	(128.345)
Total em serviço			956.148	945.032
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50		-	13.125
Usina de Funil	49,00		1.008	872
Usina de Aimorés	49,00		1.058	-
Usina de Baguari	34,00		174.042	164.325
Total em curso			176.108	178.322
Total Consórcios			**1.132.256**	**1.123.354**

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

f) Novas Aquisições

Aquisição de 65,85% da Terna Participações S.A.

Em 23 de abril de 2009, a Cemig GT adquiriu 65,85% de participação acionária da Terna Participações S.A, holding que atua no segmento de transmissão de energia, pertencente à Terna S.p.A, com presença em 11 Estados por R$2,15 bilhões. A holding controla um total de seis empresas que, juntas, contam com mais de 3,75 mil quilômetros de linhas de transmissão.

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou, em 05 de agosto de 2009, como alternativa à aquisição da totalidade das ações da TERNA detidas pela Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A ("TERNA S.p.A"), conforme facultado pelo Contrato celebrado entre a Cemig GT e a TERNA S.p.A, a possibilidade de redução da participação final da Cemig GT na referida aquisição para até 50% menos 1 (uma) ação ordinária e, quanto às ações preferenciais, até o percentual realizado pela Oferta Pública de Compra de Ações – OPA dos acionistas minoritários daquela Companhia, mediante parceria a ser constituída com o Fundo de Investimento em Participações – FIP COLISEU.

A Cemig GT anunciou, em 19 de outubro de 2009, o Encerramento de Distribuição Pública de Quotas da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Participações Coliseu – FIP Coliseu, estruturado pelo Banco Modal S.A.,totalizando o valor de R$1,33 bilhões. O montante foi suficiente para que este fundo adquira 51% das ações ordinárias da Terna Participações S.A. ("TERNA"), e está prevista a realização de uma reunião do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre os instrumentos contratuais que regularão a parceira da Companhia com o FIP Coliseu na aquisição da totalidade das ações da TERNA detidas pela Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A ("TERNA S.p.A"), objeto do Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em 23 de abril de 2009 entre a Cemig GT e a TERNA S.p.A. conforme anunciado naquela data.

Em 03 de novembro de 2009 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de ações celebrado com a TERNA S.p.A. com o pagamento e a transferência das ações de titularidade da Terna para a Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. – TAESA, na qual a Cemig Geração e Transmissão detém participação de 49% do capital social. A operação envolveu a compra de 173.527.113 ações ordinárias representando aproximadamente 65,85% do capital total da TERNA.

A TAESA tem como acionistas a Cemig GT e o Fundo de Investimentos em Participações Coliseu. Em data a ser anunciada, a TAESA realizará uma oferta pública de aquisição das ações em circulação de emissão da TERNA, com finalidade de assegurar aos demais acionistas da TERNA tratamento igualitário aquele dado à Terna S.p.A.

Constituição dos Consórcios UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes

Em 03 de julho de 2008, o Conselho de Administração autorizou a participação da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 49% do capital social dos empreendimentos UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes em parceria com a Light, bem como a celebração dos seguintes contratos de constituição entre a Cemig Geração e Transmissão S.A. e subsidiárias da Light, conforme a seguir: Consórcio UHE Itaocara, em parceria com a Itaocara Energia Ltda., Consórcio PCH Paracambi, em parceria com a Lightger Ltda., e Consórcio PCH Lajes, em parceria com a Light Energia S.A., todos tendo como objeto a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração dos projetos e a implantação, operação, manutenção e exploração comercial dos respectivos empreendimentos. Todos os instrumentos particulares acima mencionados estão pendentes das autorizações ou anuências requeridas pelos órgãos regulatórios competentes, incluindo a ANEEL.

15) – IMOBILIZADO

	Consolidado			
	30/09/2009			30/06/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	**22.033.660**	**(9.773.894)**	**12.259.766**	**11.943.841**
Distribuição	11.770.890	(5.334.639)	6.436.251	6.140.358
Geração	7.388.091	(3.178.940)	4.209.151	4.176.177
Transmissão	1.989.246	(762.863)	1.226.383	1.234.181
Administração	407.684	(282.885)	124.799	131.362
Telecomunicações	364.344	(182.520)	181.824	179.033
Gás	113.405	(32.047)	81.358	82.730
Em Curso	**2.436.560**	**-**	**2.436.560**	**2.160.329**
Distribuição	1.110.287	-	1.110.287	1.269.038
Geração	570.719	-	570.719	347.712
Transmissão	250.133	-	250.133	177.993
Administração	247.354	-	247.354	148.068
Telecomunicações	35.010	-	35.010	33.830
Gás	223.057	-	223.057	154.618
Total do Imobilizado	**24.470.220**	**(9.773.894)**	**14.696.326**	**14.094.170**
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2.704.967)	176.490	(2.528.477)	(2.536.421)
Imobilizado Líquido	**21.765.253**	**(9.597.404)**	**12.167.849**	**11.557.749**

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Conforme Resolução ANEEL 234, de outubro de 2006, alterada pela resolução 338, de 25 de novembro de 2008, e Ofício Circular ANEEL nº1.314/2007, de 27 de junho de 2007, o saldo das Obrigações Especiais vinculadas a ativos passou a ser amortizado a partir do segundo ciclo de revisão tarifária da Cemig Distribuição e da Light, em 2008, em percentual correspondente à taxa média de depreciação dos ativos.

Alguns terrenos e edificações das controladas registradas como Ativo Imobilizado – Administração, foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R$7.519 em 30 de setembro de 2009 (R$7.661 em 30 de junho de 2009).

16) – INTANGÍVEL

	Consolidado			
	30/09/2009			30/06/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	**1.224.881**	**(311.885)**	**912.976**	**720.645**
Distribuição	57.301	(40.344)	16.957	17.129
Geração	179.575	(81.989)	97.586	34.443
Transmissão	626.536	(38.868)	587.668	606.417
Administração	359.067	(150.684)	208.383	60.631
Telecomunicações	712	-	712	265
Gás	1.670	-	1.670	1.560
Em Curso	**145.524**	**-**	**145.524**	**224.912**
Distribuição	10.305	-	10.305	51.820
Geração	106.851	-	106.851	32.917
Transmissão	2.196	-	2.196	1.585
Administração	26.172	-	26.172	138.590
Intangível Líquido	**1.370.385**	**(311.885)**	**1.058.500**	**945.557**

17) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	162.707	177.538	-	-
Furnas	56.337	52.924	-	-
CCEE	32.257	63.313	-	-
Outros	269.915	211.594	-	-
	521.216	505.369	-	-
Materiais e Serviços	226.991	261.481	5.687	5.762
	748.207	**766.850**	**5.687**	**5.762**
Não Circulante (*)				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	122	78	-	-
Outros Geradores e Distribuidores	1.277	1.095	-	-
Materiais e Serviços	1.745	1.655	-	-
	3.144	**2.828**	**-**	**-**

(*) Apresentado na rubrica "Outras Obrigações"

18) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
Circulante				
Imposto de Renda	571.448	376.501	42.061	27.809
Contribuição Social	199.462	132.580	15.384	10.616
ICMS	299.897	287.537	18.091	18.095
COFINS	76.763	74.197	6.835	14.548
PASEP	19.632	18.962	1.483	3.158
INSS	18.677	19.182	1.417	1.393
Outros	31.919	20.798	905	900
	1.217.598	929.757	86.176	76.517
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	35.361	42.905	-	-
Contribuição Social	12.589	15.451	-	-
COFINS	6.491	6.904	-	-
PASEP	1.409	1.933	-	-
	58.850	69.193	-	-
	1.276.448	**998.950**	**86.176**	**76.517**
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	251.311	242.167	-	-
Contribuição Social	63.132	59.913	-	-
COFINS	236.598	189.694	-	-
PASEP	51.097	40.833	-	-
Outros	7.035	6.338	-	-
	609.173	**538.945**	-	-

As obrigações diferidas circulantes referem-se basicamente aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial, no montante de R$204.745 a partir de 2008.

As obrigações diferidas não circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se ao reconhecimento dos instrumentos financeiros (variação cambial e Hedge) pelo regime de caixa, que são devidos à medida da realização, pelo pagamento ou resgate, além dos ajustes de instrumentos financeiros ao valor de mercado e ajuste a valor presente implementado pela mudança nas Lei das S.A., a serem revertidos a medida de sua realização.

19) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

				Consolidado			
				30/09/2009			30/06/2009
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N. (3)	2013	8,00	US$	23.709	66.678	90.387	97.710
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US$	7.054	-	7.054	7.362
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversos	US$	11.070	62.994	74.064	72.107
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	5,90	JPY	79.182	-	79.182	80.214
Banco Paribas	2012	5,89	EURO	2.942	4.345	7.287	9.391
Banco Paribas	2010	Libor + 1,875	US$	21.053	-	21.053	22.990
KFW	2018	4,90	EURO	1.861	11.152	13.013	13.555
UNIBANCO (6)	2009	6,50	US$	6.536	-	6.536	9.221
UNIBANCO (7)	2009	6,50	US$	3.700	-	3.700	4.006
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US$	15.517	-	15.517	16.917
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US$	4.375	23.479	27.854	27.071
Santander (13)	2009	7,00	US$	9.550	-	9.550	9.928
Banco do Brasil (13)	2009	6,66	US$	2.433	-	2.433	2.707
Banco Interamericano del Desarrollo (13)	2026	4,20	US$	574	32.368	32.742	40.944
Outros	2020	Diversas	Diversas	8.581	4.479	13.060	14.810
Dívida em Moeda Estrangeira				**139.943**	**205.496**	**405.439**	**423.900**
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	108,00 do CDI	R$	75.157	-	75.157	75.168
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R$	131.358	-	131.358	126.244
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R$	20.846	96.825	117.271	116.247
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R$	5.031	126.000	131.031	126.030
Banco do Brasil	2014	104,70 do CDI	R$	48.962	1.200.000	1.248.962	1.221.213
Banco Itau – BBA	2014	CDI + 1,70	R$	83.736	258.311	323.047	325.334
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R$	1.391	54.371	55.762	54.412
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	26.826	76.302	103.122	102.574
BNDES	2026	TJLP+2,34	R$	3.231	116.097	119.328	106.990
Bradesco	2014	CDI + 1,70	R$	80.712	322.617	403.329	395.099
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,20	R$	388.234	-	388.234	378.766
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R$	24.587	256.816	265.383	257.531
Debentures – Governo do Estado de M.G. (12) (15)	2031	IGP-M	R$	-	35.979	35.979	34.934
Debentures (12)	2014	IGP-M + 10,00	R$	10.302	300.784	311.086	304.408
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R$	27.379	439.701	467.027	455.185
ELETROBRAS	2010	FINEL + 1,50 a 6,50	R$	12.328	39.091	51.397	54.460
ELETROBRAS	2025	UFIR, RGR + 6,00 a 6,50	R$	42.470	320.311	362.781	346.914
Santander	2013	CDI + 1,70	R$	21.369	59.769	81.138	80.748
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R$	109.513	-	109.513	106.379
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R$	61.507	270.342	331.849	334.338
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,92	R$	55.727	-	55.727	72.997
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R$	21.420	55.190	76.610	74.651
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R$	159.857	767.974	927.831	977.529
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,00	R$	690	9.197	9.887	10.049
Banco do Brasil S.A. (14)	2026	TJLP + 2,50	R$	663	28.223	28.909	29.589
Unibanco S.A. (14)	2021	TJLP + 2,50	R$	172	7.018	7.190	7.364
BNDES – FINEM (15)	2014	TJLP + 4,30	R$	21.574	82.815	103.681	106.876
Debêntures I e IV (16)	30/10/2010	TJLP + 4,00	R$	1.960	24	1.984	4.048
Debêntures V (12)	2014	CDI + 1,50	R$	18.462	221.675	240.137	241.673
Debêntures VI (12)	2011	115% do CDI	R$	2.921	73.841	76.342	-
CCB Bradesco (15)	2017	CDI + 0,85	R$	12.748	112.500	125.248	122.304
ABN Amro (15)	2010	CDI + 0,95	R$	20.180	-	20.180	20.761
Itaú (15)	2010	125% do CDI	R$	-	-	0	25.382
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo (16)	2022	TJLP + 4,55	R$	548	6.099	6.647	6.591
Unibanco (16)	2021	TJLP + 4,55	R$	186	2.055	2.241	2.452
Banco Itaú (16)	2022	TJLP + 4,55	R$	559	6.155	6.714	6.650
Unibanco S.A. (16)	2022	IGPM + 8,50	R$	647	4.186	4.842	4.481
BNDES (17)	2034	TJLP + 2,4	R$	-	171.408	171.408	162.394
Debentures (17)	2013	IPCA + 6,6	R$	-	157.705	157.705	154.503
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2014/2016	Diversas	R$	43.648	236.246	279.894	282.037
CCB Banco Bradesco (18)	2009	CDI + 0,94	R$	7.350	-	7.350	2.208
CEF (19)	2022	TJLP + 3,5	R$	-	82.462	82.462	-
CEF (20)	2021	TJLP + 3,5	R$	-	55.663	55.663	-
CEF (21)	2022	TJLP + 3,5	R$	-	86.730	86.730	-
Outros	2017	Diversas	R$	6.120	31.902	38.021	39.293
Dívida em Moeda Nacional				**1.508.869**	**6.154.272**	**7.663.251**	**7.364.113**
Total Geral Consolidado				**1.708.852**	**6.359.768**	**8.068.700**	**7.788.013**

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano.

(2) Empréstimo da controladora.

(3) e (4) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,05%-do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;

(9) Refere-se às cartas anuentes dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº12;

(10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);

(11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006.

(12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia real, subordinadas, nominativa e escritural
(13) Financiamento da Transchile
(14) Financiamento de Cachoeirão
(15) Contratos avaliados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.
(16) Empréstimos e financiamentos consolidados da Luminárias, subsidiária da EATE.
(17) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia
(18) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.
(19) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.
(20) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Parajuru S.a.
(21) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia da VDR S.A.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Moedas										
Dólar Norte-Americano	71.324	51.122	36.877	32.947	29.898	4.897	2.178	2.178	72.072	302.489
Euro	1.048	4.013	4.013	3.164	1.716	1.716	1.716	1.714	-	20.300
Yen	79.182	-	-	-	-	-	-	-	-	79.182
UMBNDES (**)	181	446	332	332	332	332	332	332	850	3.468
	151.735	**56.180**	**40.022**	**36.443**	**31.946**	**6.945**	**4.224**	**4.222**	**72.922**	**406.439**
Indexadores										
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	27.276	813	1.226	103.121	55.197	-	146.564	146.564	146.563	627.183
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	10.442	46.576	53.334	49.853	44.203	42.836	38.290	30.877	48.458	383.869
Certificado Depósito Interbancário – CDI	815.877	646.464	807.724	947.051	1.095.475	649.492	241.523	19.373	22.073	5.245.552
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	3.082	12.326	12.326	12.326	11.296	-	-	-	-	51.357
URTJ (*)	20.342	81.092	91.006	91.187	91.187	94.227	57.835	41.772	339.702	908.309
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	11.556	2.299	2.297	2.388	2.386	303.132	1.312	1.293	44.635	371.398
UMBNDES (**)	1.520	5.824	6.637	6.637	6.637	6.637	1.145	-	-	35.037
Taxa Referencial – TR	18.606	37.122	-	-	-	-	-	-	-	55.727
Outros (IGP-DI, INPC) (***)	2.823	-	-	370	403	777	419	183	364	5.339
	911.523	**931.316**	**974.648**	**1.212.913**	**1306.786**	**1.097.101**	**487.108**	**240.072**	**601.815**	**7.683.261**
	1.063.258	**987.496**	**1.015.470**	**1.249.356**	**1.338.712**	**1.104.046**	**491.332**	**244.294**	**674.737**	**8.090.700**

(*) URTJ – Unidade de Referência de Taxa de Juros
(**) UMBNDES – Unidade Monetária do BNDES
(***) IGP-DI – Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 30/09/2009 %	Variação acumulada em 2009 %	Indexadores	Variação no trimestre findo em 30/09/2009 %	Variação acumulada em 2009 %
Dólar Norte-Americano	(8,89)	(23,92)	IGP-M	(0,38)	(1,81)
Euro	(5,06)	(19,67)	FINEL	(0,06)	(0,32)
Yen	(2,24)	(23,21)	SELIC	2,19	7,67
			CDI	2,15	7,59
			UMBNDES	(7,70)	(23,37)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 30 de junho de 2009	**7.788.013**	**74.651**
Aquisição de Controladas	208.201	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	124.971	-
Custos de Captação Amortizados	(164)	-
Custos de Captação a amortizar	(1.159)	-
Variação monetária e cambial	1.269	-
Encargos financeiros provisionados	161.013	1.959
Encargos financeiros pagos	(83.792)	-
Encargos capitalizados	1.497	-
Ajuste a Valor Presente	2.206	-
Amortização de financiamentos	(153.355)	-
Saldo em 30 de setembro 2009	**8.068.700**	**76.610**

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A CEMIG possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") que foram integralmente atendidas em 30 de setembro de 2009.

20) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2009	30/06/2009
Reserva Global de Reversão – RGR	37.046	35.493
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	39.720	25.204
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	38.406	37.491
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.622	3.591
Eficiência Energética	195.748	194.196
Pesquisa e Desenvolvimento	174.132	165.522
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.590	3.193
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	4.931	6.045
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	2.574	2.199
	499.976	**474.141**
Passivo Circulante	480.991	459.348
Passivo Não Circulante	18.985	14.793

21) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig GT e Cemig D em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A CEMIG, Cemig GT e Cemig D mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R$2.385.225, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC, no qual mais de 80% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. O prazo previsto para a conclusão do processo de separação do plano de saúde é de 12 meses, onde serão mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R$914.943 em 30 de setembro de 2009 (R$927.461 em 30 de junho de 2009) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionado no parágrafo anterior, não produziu efeitos contábeis no resultado da CEMIG. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2008.

Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light, controlada da RME, é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos – A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar, que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001. Até maio de 2009, as parcelas eram atualizadas pela variação do IGP-DI (com um mês de defasagem) e juros atuariais de 6% ao ano, totalizando R$1.005.025 em 30 de setembro de 2009 (1.006.118 em 30 de junho de 2009). A partir de junho 2009 o índice de correção passou a ser o IPCA (com um mês de defasagem) em substituição ao IGP-DI. O efeito no consolidado da Companhia é da parcela correspondente a 25% deste valor conforme consolidação proporcional.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 30 de junho de 2009	373.654	251.530	368.288	17.450	439.862	1.450.784
Despesa Reconhecida no Resultado	2.388	5.569	17.838	1.107	10.356	37.258
Contribuições Pagas	(32.981)	(5.843)	(2.339)	(182)	(8.748)	(50.093)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2009	**343.061**	**251.256**	**383.787**	**18.375**	**441.470**	**1.437.949**
Passivo Circulante	80.104	23.622	-	-	-	103.726
Passivo Não Circulante	262.957	227.634	383.787	18.375	441.470	1.334.223

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 30 de junho de 2009	18.175	17.191	851	19.017	55.234
Despesa Reconhecida no Resultado	50	756	50	561	1.417
Contribuições Pagas	(1.683)	(441)	(10)	(137)	(2.271)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2009	**16.542**	**17.506**	**891**	**19.441**	**54.380**
Passivo Circulante	4.078	-	-	-	4.078
Passivo Não Circulante	12.464	17.506	891	19.441	50.302

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG nos próximos 12 meses para amortização das obrigações atuariais.

22) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS – Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado será de R$176.423, líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado					
	Saldo em 30/06/2009 (*)	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2009*	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 30/09/2009
Trabalhistas						
Diversos	120.326	1.828	(4.388)	117.766	(19.512)	98.254
Civeis						
Danos Pessoais	29.233	1.831	(495)	30.569	-	30.569
Majoração Tarifária	95.969	633	(6.141)	90.461	(21.509)	68.952
Outras	168.448	4.197	(11.880)	160.765	(19.285)	141.480
Fiscais						
FINSOCIAL	21.405	67	-	21.472	(1.615)	19.857
PIS/COFINS	59.966	721	-	60.689	(2.429)	58.260
ICMS	22.010	-	-	22.010	-	22.010
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	81.258	1.916	-	83.174	-	83.174
Contribuição Social	6.879	46	-	6.925	-	6.925
INSS	34.787	445	-	35.232	-	35.232
Outras	20.838	1.965	-	22.803	(5.820)	16.983
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	56.490	526	-	59.016	(6.072)	52.946
Total	**719.611**	**14.177**	**(22.904)**	**710.884**	**(76.242)**	**634.642**

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

	Controladora					
	Saldo em 30/06/2009 (*)	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2009*	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 30/09/2009
Trabalhistas						
Diversos	73.745	-	(3.190)	70.555	(8.996)	61.559
Civeis						
Danos Pessoais	22.083	1.831	-	23.914	-	23.914
Majoração Tarifária	66.044	-	(6.141)	59.903	(17.990)	41.913
Outras	83.462	-	(6.282)	87.180	(14.894)	72.286
Fiscais						
FINSOCIAL	21.405	67	-	21.472	(1.615)	19.857
Impostos e Contribuições - Exigibilidade	81.258	1.916	-	83.174	-	83.174
INSS	1.112	19	-	1.131	-	1.131
Outras	13.683	1.894	-	15.577	(5.820)	9.757
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	12.874	237	-	13.111	(6.072)	7.039
Total	**385.666**	**5.964**	**(15.613)**	**376.017**	**(55.387)**	**320.630**

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade, além de danos morais e materiais.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais ajuizaram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração, é de R$90.461, integralmente provisionado.

Um dos consumidores industriais que possui ação judicial contra a Companhia em função da questão mencionada acima havia conseguido uma liminar judicial que impedia a interrupção de fornecimento de energia elétrica às suas instalações. Em 19 de fevereiro de 2009, o Superior Tribunal de Justiça aceitou o pedido da CEMIG de suspender os efeitos da liminar, por entender que não é possível impor à CEMIG a continuidade na distribuição de eletricidade sem o recebimento pelo serviço.

(c) PIS-COFINS

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Em 30 de setembro de 2009 encontra-se provisionado R$55.454 (R$54.913 em 30 de junho de 2009) referente ao aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Os valores informados acima correspondem a 25% do total em conformidade a consolidação proporcional efetuada pela Companhia.

(d) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R$22.010.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R$83.174 (R$81.258 em 30 de junho de 2009) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) INSS

Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade solidária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R$34.101 (R$33.675 em 30 de junho de 2009).

(g) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R$52.946.

A Cemig Geração e Transmissão S.A. foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável, no valor de R$7.230.

(h) Outros

No que se refere as ações cíveis, são basicamente reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão em 30 de junho de 2009 representa a perda potencial sobre as reivindicações.

(i) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG e suas controladas discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R$328.106, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R$29.115. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 30 de setembro de 2009, de R$295.663. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação toma-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais questiona judicialmente a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 30 de setembro de 2009 é de R$194.676. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

(iii) Atos da Agência Reguladora e Tribunal de Contas

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R$1.104.608, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor do débito. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

(iv) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R$158.748, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a companhia e suas controladas consideram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R$73.325. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

(v) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R$140.673, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela

Secretaria referente aos períodos subseqüentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R$47.780. Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(vi) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Companhia está envolvida em litígio com a Prefeitura de Belo Horizonte relativo aos critérios de incidência do ISSQN sobre os serviços executados pela Empresa. O valor envolvido na ação é de R$41.024. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível

(vii) Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008 e implicaria em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R$91.504. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

(viii) Reclamações ambientais

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R$1.047.537. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(ix) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e a Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R$871.757. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Através de ação popular que questiona o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a CEMIG e o Ministério Público, é requerida a devolução aos cofres públicos dos valores pagos aos prestadores de serviços da Companhia que executaram o Programa Luz para Todos. O valor envolvido na ação é de R$1.602.651. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

(x) Anulação de cobrança considerada abusiva e modificação no fator de correção monetária

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais ajuizou Ação Civil Pública contra a CEMIG D, através da qual requer anulação das faturas calculadas com base no critério abusivo de maior consumo nos últimos 12 meses, conforme art. 72, IV, letra b, da Resolução 456/2000 da ANEEL e dos TARD. Requer, ainda, proibir a utilização de KW/h como fator de correção monetária, que seja limitada a cobrança por motivo de fraude, não podendo esse interregno ser superior a 150 dias e que seja aplicada multa no percentual máximo de 2%, bem como que a CEMIG se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica dos consumidores na hipótese de não pagamento de consumo irregular. Competência declinada para a Justiça Federal. O montante envolvido no processo, em 30 de setembro de 2009, é de R$8.813 milhões e a expectativa de perda é avaliada como possível.

(xi) Indenização por danos morais, lucros cessantes e indenização por morte

A Cemig Distribuição S/A é ré em Ação, ajuizada em 19/03/2009, através do qual os Autores requerem indenização por danos morais, lucros cessantes e pensão alimentícia por morte de pai e filho, vítimas de descarga elétrica artificial. O processo encontra-se em julgamento. O montante envolvido no processo, em 30 de setembro de 2009, é de R$6.292 milhões e a expectativa de perda é avaliada como possível.

(xii) Irregularidade na medição de consumo

A Cemig Distribuição S/A foi notificada pelo Ministério Público, através do PROCON, requerendo anulação de diversos recibos decorrentes de suposta irregularidade na medição do consumo de energia elétrica de alguns consumidores. O montante envolvido nos processos administrativos é de R$5.959 milhões, em 30 de setembro de 2009, e a expectativa de perda é avaliada como provável pela Companhia na esfera administrativa.

Apesar da perda provável no procedimento administrativo, quando levada a questão ao Judiciário, a Companhia entende que a avaliação será de perda possível, tendo em vista a maior oportunidade de dilação probatória e, ainda, a ausência de jurisprudência sobre o tema.

23) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Saldo em 30 de junho de 2009	10.210.838
Lucro Líquido do Trimestre	567.038
Ajuste de Exercício Anterior de controlada	(8.919)
Ajuste de conversão de Demonstração Contábil de controlada	(2.677)
Saldo em 30 de setembro de 2009	**10.768.280**

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

24) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	de Consumidores		MWh (*)		R$	
	30/09/2009 (*)	30/09/2008 (*)	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
Residencial	9.267.800	9.004.712	7.258.610	6.732.488	3.317.884	3.235.000
Industrial	87.086	87.459	16.751.048	19.647.290	2.747.429	2.675.869
Comércio, Serviços e Outros	887.675	845.320	4.553.494	4.347.312	1.956.266	1.886.420
Rural	465.213	497.312	1.654.615	1.678.417	399.673	428.796
Poder Público	85.971	83.354	781.589	762.292	331.022	309.815
Iluminação Pública	3.323	3.173	920.208	914.760	223.464	228.614
Serviço Público	9.752	9.742	995.127	1.001.258	282.068	278.079
Sub-Total	10.766.820	10.511.072	32.914.691	35.084.818	9.257.808	9.255.593
Consumo Próprio	1.184	1.174	38.291	38.959	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	240.350	56.460
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	(62.741)	9.320
	10.767.984	10.512.246	32.952.982	35.123.777	9.435.417	9.321.372
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	86	83	9.737.282	8.419.530	1.106.047	876.412
Transações com energia na CCEE	-	-	2.009.456	1.003.007	121.216	118.459
Efeitos da Revisão Tarifária Definitiva	-	-	-	-	(137.458)	-
Total	10.768.070	10.512.329	44.699.720	44.546.314	10.525.222	10.316.243

(*) A coluna de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light, controlada da RME.
A coluna de MWh inclui 25,00% dos totais de MWh vendidos pela Light.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

25) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	30/09/2009	30/09/2008
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	845.477	1.027.543
Receita de Uso da Rede Básica	521.393	436.502
Receita de Sistema de Conexão	97.396	93.871
Receita da Parcela de Ajuste – Revisão Tarifária da Transmissão	136.657	-
	1.600.922	1.557.916

Conforme consta de alguns contratos de concessão de transmissão estabelecidos com a ANEEL, as receitas a serem auferidas nos últimos 15 anos dos mencionados contratos são 50,00% inferiores às verificadas nos primeiros 15 anos da concessão. A Companhia reconhece as receitas dessas concessões de acordo com os referidos contratos.

26) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
Fornecimento de Gás	234.063	289.541	-	-
Serviço Taxado	12.887	13.944	-	-
Serviço de Telecomunicações	90.078	69.319	-	-
Prestações de Serviços	41.178	75.402	-	-
Aluguel e Arrendamento	50.035	40.929	267	392
Outras	10.481	4.272	-	-
	438.720	**493.407**	**267**	**392**

27) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
Tributos sobre a Receita				
ICMS	2.226.919	2.302.550	-	-
COFINS	911.516	936.683	-	-
PIS-PASEP	185.907	190.455	-	-
Outros	2.705	2.000	2	-
	3.327.047	3.432.688	2	-
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	141.911	132.869	-	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	28.854	29.164	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	300.445	293.883	-	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	376.108	293.516	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	22.443	20.834	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	22.404	20.484	-	-
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	11.150	8.689	-	-
	903.315	799.441	-	-
	4.230.362	**4.232.129**	**2**	**-**

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a Parcela A e Reajuste Tarifário Diferido em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

28) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
Pessoal (a)	1.024.354	822.972	25.560	18.106
Obrigações Pós-Emprego	105.760	187.157	4.252	8.389
Materiais	79.232	72.657	230	140
Matéria-Prima	4.070	65.185	-	-
Serviços de Terceiros	531.908	474.204	9.676	8.146
Energia Elétrica Comprada para Revenda (b)	2.529.469	2.177.689	-	-
Depreciação e Amortização	517.204	542.234	148	175
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	114.964	98.542	-	-
Provisões Operacionais (Reversão) (c)	88.765	175.570	(30.557)	46.840
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	612.627	530.621	-	-
Gás Comprado para Revenda	128.610	167.841	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (d)	226.310	211.829	17.648	5.023
	5.963.293	**5.526.501**	**26.949**	**86.819**

(a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
Remunerações e Encargos	787.985	754.541	15.453	13.381
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	45.963	45.303	2.155	1.939
Benefícios Assistenciais	87.926	86.655	2.038	1.971
	921.874	**886.499**	**19.646**	**17.291**
Programa Prêmio de Desligamento – PPD	(486)	39.753	(8)	815
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	201.389	-	5.922	-
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(98.423)	(103.280)	-	-
	102.480	(63.527)	5.914	815
	1.024.354	**822.972**	**25.560**	**18.106**

Programas de desligamento de empregados

Programa Prêmio Desligamento – PPD

A Companhia possui um Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa.

Este Programa, desde o seu início em março de 2008, contou com a adesão de 679 empregados (143 empregados da Cemig Geração e Transmissão S.A., 523 da Cemig Distribuição S.A. e 13 da Controladora). Foi reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros, no valor de R$49.888, registrada substancialmente no resultado de 2008.

Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A CEMIG implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, que poderá contar com a adesão dos empregados no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro para os empregados que façam a adesão ao PDV corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam ainda dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a CEMIG garante o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento do empregado, que ocorrerá no período de junho de 2009 a setembro de 2010.

Este Programa contou com a adesão de 1.043 empregados, sendo 207 da Cemig Geração e Transmissão S.A., 805 da Cemig Distribuição S.A., e 31 da Controladora. Foi reconhecida no resultado de 2009 uma despesa referente aos incentivos financeiros no valor de R$201.839.

(b) ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado	
	30/09/2009	30/09/2008
Energia de Itaipu Binacional	819.116	724.295
Energia de curto prazo	212.737	251.869
PROINFA	122.879	105.757
Contratos Iniciais	-	11.761
Contratos Bilaterais	439.238	330.798
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	985.923	785.753
Parcela A	143.829	119.746
Créditos de PASEP-COFINS	(194.254)	(152.290)
	2.529.469	**2.177.689**

Os valores da Parcela A referem-se a transferência para o resultado dos valores respectivos recebidos na tarifa. Vide maiores informações na Nota Explicativa 06.

(c) PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
Prêmio de Aposentadoria	(5.003)	(2.229)	(217)	(26)
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	108.632	85.324	(2.367)	(11.390)
Provisão (Reversão) para Contingências Trabalhistas	(3.544)	5.838	(4.895)	(4.995)
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	3.175	5.989	982	(865)
Provisão para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	9.923	49.162	9.923	42.407
Provisão para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	(29.227)	18.700	(29.227)	16.736
Lucro Inflacionário	249	(4.382)	249	(4.382)
Outras Provisões	4.560	17.168	(5.005)	9.355
	88.765	**175.570**	**(30.557)**	**46.840**

(d) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
Arrendamentos e Aluguéis	27.694	28.511	571	326
Propaganda e Publicidade	16.310	22.511	227	627
Consumo Próprio de Energia Elétrica	11.022	11.517	-	-
Subvenções e Doações	23.376	24.218	720	600
Taxa de Fiscalização da ANEEL	31.542	31.314	-	-
Taxa de Licenciamento – TFDR (*)	27.304	24.102	-	-
Concessão Onerosa	8.121	14.351	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	13.064	15.476	89	109
Seguros	4.764	4.693	116	98
Contribuição a CCEE	3.480	2.920	-	3
Ajuste a Valor Presente – Concessão Onerosa	(1.338)	(8.542)	-	-
Outras (Recuperação de Despesas)	60.971	40.758	15.925	3.260
	226.310	**211.829**	**17.648**	**5.023**

(*) Taxa de Licenciamento para uso ou ocupação de faixa de domínio de rodovias

29) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	183.144	201.192	14.560	4.409
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	139.464	127.096	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	116.963	119.029	-	-
Variação Monetária da CVA	28.822	28.727	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	35.261	93.944	-	4.356
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	1.602	68.576	-	-
Variações Cambiais	118.586	22.375	21	49
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(27.450)	(33.158)	(26.047)	(23.359)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	306	4.144	-	-
Compensação Financeira – RME	-	82.702	-	82.702
Ajuste a Valor Presente	1.486	74.422	-	-
Rendas FIDC	-	-	35.968	27.225
Outras	86.340	106.054	14.114	18.174
	684.724	896.105	38.614	113.556
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(549.177)	(619.517)	(6.823)	(7.571)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(2.663)	(7.631)	-	-
Variação Monetária da CVA	306	(23.245)	-	-
Variações Cambiais	(16.669)	(55.774)	(11)	(11)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(5.539)	(73.587)	-	-
C.P.M.F.	-	(6.581)	-	(2.375)
Provisão(Reversão) para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	-	(24.173)	-	(4.357)
Ajuste a Valor Presente	(7.400)	(23.138)	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(80.442)	(23.825)	-	-
Reversão da Provisão PIS/COFINS sobre a Receita	7.915	108.090	-	-
Outras	(112.363)	(109.576)	(21.963)	(30.124)
	(766.032)	(858.957)	(28.797)	(44.438)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(81.308)**	**36.148**	**9.817**	**69.118**

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

Os encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, até setembro de 2009 no montante de R$1.656, foram transferidos para a rubrica de Ativo Imobilizado e não houve variação monetária ou cambial capitalizada no mesmo período (R$2.733 de encargos financeiros, sem variações monetárias/cambiais até setembro de 2008).

Foi registrada em 2008 uma receita financeira no montante de R$108.090 referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira.

A Companhia reconheceu um ganho financeiro em 2008, no montante de R$82.702, referente a uma compensação financeira a ser paga pelos acionistas da RME pela renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra dos direitos dos sócios da RME sobre os ativos de geração da Light por um valor previamente acordado. Um dos acionistas da RME realizou o pagamento integral em julho de 2008 sendo que os demais farão o pagamento em um período máximo de 9 anos, com correção pela SELIC mais 1,00% ao ano, utilizando-se de 10,00% dos dividendos a serem pagos pela LIGHT aos acionistas da RME nesse período.

30) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
EMPRESAS	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/09/2008	30/09/2009	30/09/2008
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	544.596	521.464	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	12.209	13.467	7.809	10.400	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	166.058	153.302	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	391	394	655	34	-	-	-	-
Light S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	11.959	11.959	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores (1)	3.381	2.582	-	-	38.983	52.704	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante (2)	200.097	160.699	296.957	285.595	(1.844.113)	(1.940.066)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (3)	1.781.117	1.813.461	-	-	116.963	119.029	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante (2)	59.519	79.789	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (4)	57.395	13.698	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	105.119	105.119	-	-	-	-
Debêntures (5)	-	-	35.979	34.934	-	-	(3.180)	(836)
Fundo de Direitos Creditórios (6)	-	-	927.631	977.529	-	-	-	-
Financiamentos - BDMG (7)	-	-	9.857	10.049	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego - Circulante (8)	-	-	80.104	78.727	-	-	-	-
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante (8)	-	-	1.106.569	1.120.539	-	-	(85.089)	(150.309)
Outros	-	-	15.901	16.040	-	-	-	-
Pessoal (9)	-	-	-	-	-	-	(45.963)	(45.303)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(9.072)	(8.647)
Outros								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	201.626	153.729	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	14.594	9.368	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.

(2) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.

(3) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa 12.

(4) Parcela substancial do valor refere-se a renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;

(5) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante foi ajustado a valor presente, conforme nota explicativa 19;

(6) Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano. Vide informações Nota Explicativa 12;

(7) Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a. a.).

(8) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG,Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações Nota Explicativa 21.

(9) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa 21) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.

(10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 4, 10, 12, 19, 21, 22, 24 e 28.

31) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Créditos a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e "swaps" de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos ao valor justo e encontram -se classificados conforme abaixo:

- Mantidos para negociação: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item 'b'). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores e revendedores e créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva e ajustados ao valor justo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da CEMIG estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de setembro de 2009, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item "b".

A exposição liquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado e Controladora 30/09/2009	30/06/2009
Dólar Norte-Americano (nota 19)		
Empréstimos e Financiamentos	302.489	316.827
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap (*)	(33.352)	(31.339)
	269.137	285.488
Yen (nota 19)		
Empréstimos e Financiamentos	79.182	80.214
(-) Operações Contratadas de Hedge	(76.843)	(78.604)
	2.339	1.610
Outras Moedas Estrangeiras (nota 19)		
Empréstimos e Financiamentos		
Euro	20.300	22.914
Outros	3.468	3.945
	23.768	26.859
Passivo Liquido Exposto	**296.244**	**313.957**

(*) Inclui a operação contratada de R$75.000 – ver item "B"

A Companhia estima que, em um cenário provável, a apreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real para os próximos 12 meses será de 1,23%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	302.489	306.210	382.762	459.315
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(33.352)	(33.763)	(42.204)	(50.645)
	269.137	272.447	340.558	408.670
Yen				
Empréstimos e Financiamentos	79.182	80.157	100.197	120.236
(-) Operações Contratadas de Hedge	(76.843)	(77.789)	(97.237)	(116.684)
	2.339	2.368	2.960	3.552
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos				
Euro	20.300	20.550	25.688	30.825
Outras	3.468	3.511	4.388	5.266
Passivo Liquido Exposto	**295.244**	**298.876**	**373.594**	**448.313**
Efeito Liquido da Depreciação Cambial		**(3.632)**	**(78.350)**	**(153.069)**

Risco de Taxa de juros

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R$79.463, em 30 de setembro de 2009 (R$71.723, em 30 de junho de 2009).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo liquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2009	30/06/2009	30/09/2009	30/06/2009
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 3)	2.669.582	2.110.906	108.912	87.628
Ativos Regulatórios (nota 5)	1.504.881	1.583.488	-	-
	4.174.463	3.694.394	108.912	87.628
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 19)	(5.245.052)	(5.169.459)	(76.610)	(74.651)
Passivos Regulatórios (nota 5)	(685.795)	(646.539)	-	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap (nota 31)	(110.195)	(109.943)	-	-
	(6.041.042)	(5.925.941)	(76.610)	(74.651)
Passivo Líquido Exposto	**(1.866.579)**	**(2.231.547)**	**32.302**	**12.977**

No que se refere ao risco de taxas de juros de elevação da SELIC, considerando o mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 30 de setembro de 2010 será de 9,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base SELIC 8,75%	Cenário Provável SELIC 9,50%	Cenário Possível SELIC 11,88%	Cenário Remoto SELIC 14,25%
Ativos				
Aplicações Financeiras	2.669.582	2.669.604	2.753.140	2.816.409
Ativos Regulatórios	1.504.881	1.516.168	1.551.984	1.587.649
	4.174.463	4.205.772	4.305.124	4.404.058
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(5.245.052)	(5.284.390)	(5.409.222)	(5.533.530)
Passivos Regulatórios	(685.795)	(690.938)	(707.260)	(723.514)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(110.195)	(111.022)	(113.645)	(116.256)
	(6.041.042)	(6.086.350)	(6.230.127)	(6.373.300)
Passivo Líquido Exposto	**(1.866.579)**	**(1.880.578)**	**(1.925.003)**	**(1.969.242)**
Efeito Líquido da Variação da SELIC		**(13.999)**	**(58.424)**	**(102.663)**

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. As clausulas restritivas foram integralmente atendidas em 30 de setembro de 2009.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa") ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos destas operações representam perdas em 2009 e 2008 nos montantes de R$80.136 e R$19.681, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas em 30 de setembro de 2009.

c) Análise de sensibilidade

Os dois primeiros instrumentos derivativos demonstrados na tabela anterior indicam que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia estima que a taxa do CDI em 30 de setembro de 2010 será de 9,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa do CDI de 25% e 50% em relação a 30 de setembro de 2009, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 30 de setembro de 2010 seria de 11,88% e 14,25% respectivamente.

O último instrumento derivativo demonstrado na tabela anterior indica que a Companhia está exposta a variação mensal da cotação do dólar norte-americano em relação ao Real caso seja superior a 48,00% do CDI. A Companhia estima que a cotação do dólar norte-americano em relação ao Real em 30 de setembro de 2010 será de R$1,80. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta uniforme na cotação do dólar de 25% e 50% em 2009, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a cotação do dólar em 30 de setembro de 2010 seria de R$2,25 e R$2,70 respectivamente.

	Base	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos em US$ e Yen	(185.195)	(186.584)	(190.992)	(195.381)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		**(1.389)**	**(5.797)**	**(10.186)**
Risco - Alta do US$				
Contratos atualizados a 106,00% do CDI	75.000	75.924	94.905	113.886
Efeito Líquido da Variação do US$		**(924)**	**(19.905)**	**(38.886)**

32) – RESULTADO FINAL DA SEGUNDA REVISÃO TARIFÁRIA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO E DA LIGHT SESA

a) Cemig Distribuição

Revisão Tarifária – valores definitivos

Em março de 2009, a ANEEL homologou o resultado definitivo da revisão tarifária da Cemig Distribuição, cujos efeitos ocorreram a partir de abril de 2008.

O resultado definitivo da segunda revisão tarifária da Companhia representou uma redução média de 19,62% em comparação a redução média aplicada de forma provisória em abril de 2008 no percentual de 18,09%.

Em função da homologação da revisão tarifária definitiva, a ANEEL recalculou os valores que, no seu julgamento, deveriam ter sido aqueles efetivamente reconhecidos no reajuste tarifário da Companhia a partir de abril de 2008.

Os efeitos no resultado são relacionados principalmente à redução no valor da Empresa de Referência utilizada como base para ressarcimento dos custos gerenciáveis da Companhia e também uma revisão pela ANEEL no critério de cálculo do ressarcimento na tarifa dos ativos regulatórios financeiros, o que teve como conseqüência o desconto de valores, que na visão da Agência reguladora, foram incluídos a maior no reajuste tarifário da Companhia em 2008.

Esses valores, no montante de R$137.458 (R$203.615 em junho de 2009), registrados no passivo circulante, na rubrica "Passivo Regulatório – Revisão Tarifária", estão sendo transferidos mensalmente para o resultado, de forma linear, no período de 08 de abril de 2009 a 07 de abril de 2010.

b) Light SESA

Resultado da segunda revisão tarifária periódica da Light SESA

Em reunião pública realizada em 13 de outubro de 2009, a ANEEL estabeleceu o reposicionamento tarifário definitivo da Light Serviços de Eletricidade S/A em 2,06% para o período a partir de 07 de novembro de 2008 (Nov/ 2008 a Nov/ 2013), englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial e outras). Seus efeitos serão percebidos quando da homologação do reajuste tarifário anual de 2009.

Algumas variáveis relevantes na composição da tarifa, tais como taxa de inadimplência (0,90%), Fator Xe (0,0%) e Crescimento de Mercado do Fator Xe (1,5%), permaneceram inalterados em relação ao estabelecido de forma provisória pela ANEEL, em Nov/08, da mesma forma que as bases de Remuneração Regulatória Bruta (R$8.077) e Líquida (R$4.674) não sofreram quaisquer alterações.

33) – REAJUSTE TARIFÁRIO DA DISTRIBUIÇÃO

Em 07 de abril de 2009, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo, sendo para os consumidores residenciais um percentual de aumento médio de 4,87% e para os consumidores cativos de alta tensão um aumento médio de 9,42%, dessa forma, o impacto médio nas contas de energia elétrica dos consumidores do mercado cativo total foi de 6,21%.

34) – EVENTOS SUBSEQUENTES

Cemig GT

Em 03 de novembro de 2009 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de ações celebrado com a TERNA S.p.A. com o pagamento e a transferência das ações de titularidade da Tema para a Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. – TAESA, na qual a Cemig Geração e Transmissão detém participação de 49% do capital social. A operação envolveu a compra de 173.527.113 ações ordinárias representando aproximadamente 65,85% do capital total da TERNA. Vide maiores informações na nota 14 f.

De forma a viabilizar o pagamento, a Cemig GT emitiu, em 30 de outubro de 2009, 270 notas promissórias comerciais da terceira emissão, todas nominativas e emitidas fisicamente, em série única, com valor nominal unitário de R$10.000.000,00, perfazendo o valor total de R$2.700.000.000,00. As notas promissórias contam com o aval da de sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e tem o vencimento em 28 de abril de 2010, quando então serão substituídas por uma emissão de debêntures.

Light

Reajuste Tarifário
Em reunião pública ocorrida em 04 de novembro de 2009 a ANEEL aprovou o relatório que autoriza o reajuste médio das tarifas da Light em 5,65% para o período a partir de 07 de novembro de 2009, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras).

Adesão ao "Novo Refis"
Em 06 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Light S.A aprovou a adesão da Companhia ao "Novo Refis", tal qual instituído pela Lei 11.941/2009, importando no parcelamento de débitos tributários em até 180 parcelas.

Pagamento de dividendos
Em 06 de novembro de 2009, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Light a declaração de dividendos adicionais, no montante de R$94.730 referente à conta de reserva de lucros, perfazendo um total de R$576.294 do lucro de 2008.

35) – DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME Light	ETEP,ENTE, ERTE,EATE, ECTE	GASMIG	INFOVIAS	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	11.646.666	9.380.759	9.942.753	2.354.710	959.084	571.391	367.391	181.193	100.857	705.723	(2.133.252)	26.910.477
Disponibilidade	117.945	1.414.303	513.227	226.252	30.036	67.079	40.838	79.672	16.095	260.925	-	2.766.169
Contas a Receber	1.636.019	473.948	1.836.079	360.386	36.893	166.815	-	9.213	7.736	43.102	(304.270)	4.409.676
Ativo Regulatório	-	157.366	1.333.484	70.164	-	-	-	-	-	-	-	1.561.014
Outros Ativos	462.677	827.784	1.801.441	540.081	20.216	51.422	46.999	25.916	3.604	82.488	(29.709)	3.714.923
Investimentos/Imobilizado	9.411.346	6.406.707	4.658.522	1.127.827	572.039	306.275	217.546	70.193	71.382	319.133	(6.799.277)	14.381.894
PASSIVO	11.646.666	9.380.759	9.942.753	2.354.710	959.084	571.391	367.391	181.193	100.857	705.723	(2.133.252)	26.910.477
Fornecedores e suprimentos	5.687	116.948	515.036	113.397	4.330	34.288	6.723	1.920	6.327	19.087	(80.305)	751.338
Empréstimos, Financiamento e Debêntures	76.611	3.465.560	2.613.175	599.709	930.459	-	-	-	-	95.576	827.631	8.968.720
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	469.397	198.056	544.596	11.959	7.671	12.259	8.150	69.765	18.877	64.804	(896.950)	489.397
Obrigações Pós-Emprego	54.360	270.213	982.100	251.256	-	-	-	-	-	-	-	1.437.949
Outros Passivos	454.532	1.005.191	2.786.410	644.895	45.139	116.844	12.979	37.000	7.654	76.360	(225.132)	5.001.873
Participações minoritárias	-	-	-	392.694	8.044	-	-	-	-	-	-	401.238
Patrimônio Líquido	10.768.260	4.324.788	2.641.436	346.680	352.462	348.169	277.529	66.568	67.999	439.696	(6.796.277)	10.766.290
RESULTADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Operacional Líquida	385	2.824.172	4.537.006	989.788	90.607	594.086	73.224	35.555	24.621	119.368	(544.409)	9.354.502
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal	(25.560)	(234.764)	(593.521)	(45.632)	(2.600)	(10.906)	(5.916)	(746)	(864)	(3.982)	-	(1.034.394)
Obrigações Pós-Emprego	(4.252)	(21.068)	(66.919)	(10.691)	-	-	-	-	-	-	-	(105.780)
Materiais	(230)	(10.305)	(62.100)	(3.886)	(334)	(1.005)	(464)	(446)	(121)	(280)	-	(79.330)
Matéria Prima	-	(4.070)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.070)
Serviços de Terceiros	(9.670)	(68.241)	(363.040)	(47.026)	(3.176)	(4.116)	(14.401)	(3.027)	(2.451)	(15.183)	20.975	(531.906)
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos	-	(105.163)	(5.649)	-	-	-	-	(1.381)	(692)	(1.952)	-	(114.984)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(116.716)	(2.127.925)	(525.040)	-	-	-	(506)	(495)	(2.887)	245.150	(2.529.469)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(208.356)	(393.262)	(75.542)	-	-	-	-	(2.501)	(31.249)	79.280	(612.627)
Depreciação e Amortização	(143)	(169.904)	(242.900)	(57.352)	(5.017)	(3.180)	(21.507)	(1.672)	(1.656)	(9.515)	-	(517.224)
Provisões Operacionais	30.557	(511)	(61.441)	(54.403)	-	-	(415)	-	-	(2.156)	-	(88.765)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(128.810)	-	-	-	-	-	(128.810)
Outras Despesas Líquidas	(17.946)	(46.156)	(129.155)	(19.831)	(1.724)	(3.743)	(3.866)	(269)	(253)	(1.705)	-	(226.310)
	(26.949)	(1.009.564)	(4.146.322)	(840.394)	(19.052)	(151.883)	(46.694)	(8.117)	(9.234)	(48.639)	344.405	(5.960.252)
Lucro Operacional antes do Resultado da Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	(26.564)	1.814.608	390.684	149.394	71.555	32.403	26.529	27.438	15.617	70.729	-	2.371.239
Resultado Financeiro Líquido	9.617	(147.920)	35.696	(11.326)	(9.676)	11.768	2.300	4.607	3.662	20.337	-	(81.936)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(16.947)	1.467.688	424.380	138.068	61.879	43.569	28.729	32.242	19.279	90.666	-	2.289.901
Imposto de Renda e Contribuição Social	(96.717)	(441.851)	(75.456)	(41.361)	(9.951)	(13.774)	(8.862)	(10.665)	(2.455)	(21.597)	-	(720.657)
Participações Minoritárias	-	-	-	(40.741)	(266)	-	-	-	-	-	-	(43.007)
Participações dos Empregados	(2.706)	(21.947)	(69.940)	(4.228)	-	-	-	(177)	(60)	(161)	-	(99.163)
Lucro Líquido do Exercício	**(116.290)**	**1.003.851**	**279.078**	**49.848**	**51.961**	**29.734**	**21.843**	**21.185**	**16.744**	**68.908**	**-**	**1.427.074**

1301

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

Lucro do Período

A CEMIG apresentou, no período de janeiro a setembro de 2009, um lucro líquido consolidado de R$1.427.074, em comparação ao lucro líquido consolidado de R$1.641.389 no período de janeiro a setembro de 2008, uma redução de 13,06%. Este resultado deve-se principalmente às despesas decorrentes da Revisão Tarifária Definitiva da Cemig Distribuição, registradas em 2009, e da provisão para o Programa de Desligamento Voluntário nos montantes de R$213.803 e R$201.389, respectivamente, compensados parcialmente pela receita extraordinária registrada em 2009, referente a revisão tarifária da transmissão da Cemig GT, no valor de R$158.090.

LAJIDA *(metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)*

O LAJIDA da CEMIG no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$2.888.413 comparados a R$3.151.170 no mesmo período do ano anterior, uma redução de 8,34%. Ajustado aos itens não recorrentes o LAJIDA apresenta uma redução de 0,27%.

Os principais efeitos não recorrentes são como segue:

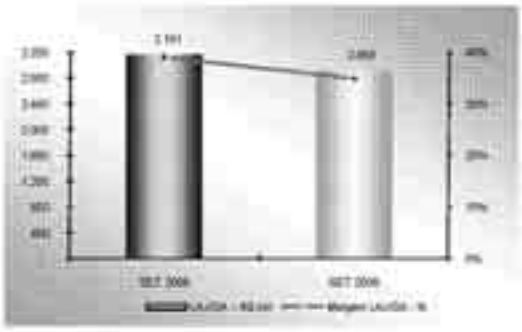
Em função da divulgação da revisão tarifária da transmissão da Cemig Geração e Transmissão, a ANEEL fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, com efeitos retroativos a 2005, o que implicou no reconhecimento de uma receita extraordinária no montante de R$158.090.

Com a divulgação final da revisão tarifária da Cemig Distribuição, a ANEEL incluiu na tarifa a ser aplicada a partir de 8 de abril de 2009 determinados itens financeiros referentes a exercícios anteriores que implicaram no reconhecimento de ativos e passivos regulatórios que serão recebidos e/ou descontados na tarifa a ser recebida dos consumidores no período de 8 de abril de 2009 a 7 de abril de 2010.

Os itens financeiros mencionados referem-se principalmente a redução no custo da empresa de referência utilizada pela ANEEL para ressarcir à Companhia pelos seus custos controláveis, com efeitos retroativos a abril de 2008. O impacto no Lajida desse reconhecimento não recorrente dos itens financeiros foi de R$192.816, conforme tabela abaixo.

Também impactou o Lajida, no período de janeiro a setembro de 2009, a despesa com Programa de Desligamento Voluntário – PDV no montante de R$201.389, com adesão de 1.043 empregados.

LAJIDA - R$ mil	30/09/2009	30/09/2008	Var %
Lucro Líquido	1.427.074	1.605.794	(13,06)
+ Provisão IR e Contribuição Social	720.657	863.029	(13,66)
+ - Resultado Financeiro	81.306	(36.146)	-
+ Amortização e Depreciação	517.204	542.234	(4,62)
+ Participação nos Resultados	99.183	65.683	50,97
+ Participação de Minoritários	43.007	84.983	(49,39)
= LAJIDA	**2.888.413**	**3.151.170**	**(8,34)**
Itens não recorrentes:			
- Revisão da receita de transmissão – Nota Técnica nº214/2009	(158.090)	-	-
+ - Revisão Tarifária – Receita Líquida	213.803	(62.863)	(440,11)
- + Revisão Tarifária – Despesa Operacional	(20.987)	4.330	(584,69)
- + Programa Prêmio de Desligamento – PPD/PDV	200.903	30.949	549,14
= LAJIDA AJUSTADO	**3.124.042**	**3.132.586**	**(0,27)**



A redução do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2009 em comparação ao período de janeiro a setembro de 2008 deve-se, principalmente, ao aumento de 3,58% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). O aumento das despesas em 2009 refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 38,73% no período de janeiro a setembro de 2008 para 34,65% no período de janeiro a setembro de 2009.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$10.525.222 no período de janeiro a setembro de 2009 em comparação a R$10.316.243 no período de janeiro a setembro de 2008, uma redução de 2,03%.

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais foi de R$9.257.808 no período de janeiro a setembro de 2009, comparados a R$9.255.592 no mesmo período de 2008. Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- Reajuste tarifário na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 4,69%, a partir de 8 de abril de 2009;
- Redução na tarifa da Cemig Distribuição com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008 (efeito integral em 2009);
- Registro de passivos regulatórios apurados em função do ajuste na Revisão Tarifária da Companhia, com efeitos retroativos a 2008, que representaram uma redução na receita bruta no valor de R$213.803, em 2009.
- Redução de 6,19% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio);

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)
(Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	30/09/09	30/09/08	Var.%
Residencial	7.258.610	6.732.489	7,81
Industrial	16.751.048	19.647.290	(14,74)
Comércio, Serviços e Outros	4.553.494	4.347.312	4,74
Rural	1.654.615	1.679.417	(1,48)
Poder Público	781.589	762.292	2,53
Iluminação Pública	920.208	914.760	0,60
Serviço Público	995.127	1.001.258	(0,61)
Total	**32.914.691**	**35.084.818**	**(6,19)**

Receita com suprimento

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R$1.227.263 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$994.871 no período de janeiro a setembro de 2008, um aumento de 23,36%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 28,87% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais através de dois novos contratos de leilões de energia para as distribuidoras, com a venda da energia por uma tarifa entre R$125,00 e, R$145,77. Parte da energia anteriormente destinada aos consumidores industriais foi comercializada naquele mercado, tendo em vista a redução da demanda desses consumidores em função da crise econômica internacional e seus impactos na produção industrial. A quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de 17.802.377 MWh no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a 13.921.798 MWh no período de janeiro a setembro de 2008.

Receita de uso da rede – consumidores livres

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 2,76% correspondente a R$43.006 (R$1.600.922 em 2009 comparados a R$1.557.916 em 2008).

A Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da Cemig Distribuição e Light correspondeu a R$845.477 comparados a R$1.027.543 em 2008, uma redução de 17,72%. Esta receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes do setor elétrico e sua redução decorre da redução na tarifa média de aproximadamente 3% em 2009, do maior volume de energia comprada de fontes incentivadas (com menor TUSD) e de menor transporte de energia para os consumidores livres, conseqüência da crise econômica internacional, com reflexos no setor produtivo nacional.

Compõem ainda o saldo dessa rubrica as receitas de uso da rede básica e de sistema de conexão, que foram de R$618.788 em 2009 em comparação a R$530.373 em 2008. Essa variação deve-se, principalmente, à contabilização, em junho de 2009, da receita anual permitida (RAP) de períodos anteriores, no montante de R$136.657, em função da revisão tarifária da transmissão com efeitos retroativos ao período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009.

Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "CVA") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registrados no ativo ou passivo. Em conformidade ao plano de contas da ANEEL, alguns itens são alocados como Deduções à Receita Operacional. Mais informações na nota explicativas 9 das Informações Trimestrais.

A partir de março de 2008 a Companhia passou a receber na tarifa os valores registrados como ativo da Parcela A. Dessa forma, é transferida para a despesa operacional a parcela dos custos não controláveis que foram efetivamente recebidos na tarifa.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R$4.230.362 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$4.232.129 no período de janeiro a setembro de 2008, uma redução de 0,04%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R$376.108 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$293.518 no período de janeiro a setembro de 2008, representando um aumento

de 28,14%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para a parcela referente aos serviços de transmissão de energia elétrica. A Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R$300.445 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$293.883 no período de janeiro a setembro de 2008, um aumento de 2,23%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente a RGR foi de R$141.911 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$132.869 no período de janeiro a setembro de 2008. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita. Ressalta-se que não foram calculados os impostos incidentes sobre os ajustes extraordinários mencionados acima e deduzidos na receita de 2009.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no período de janeiro a setembro de 2009 foram de R$5.963.293 comparados a R$5.526.501 no período de janeiro a setembro de 2008, um aumento de 7,90%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos custos com pessoal, energia comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e serviços de terceiros, parcialmente compensados pela redução nos custos com obrigações pós-emprego e provisões operacionais. Vide mais informações na nota explicativa 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$1.024.354, comparados a R$822.972 no período de janeiro a setembro de 2008, um aumento de 24,47%. Este resultado decorre principalmente dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 7,26% concedido aos empregados em novembro de 2008;
- provisão referente ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV, no montante de R$201.389, registrada em 2009.

Em contraparte, contribuiu para um menor custo com pessoal, a redução do número de empregados que passou de 10.442 em setembro de 2008 para 9.837 em setembro de 2009.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$2.529.469 no período de janeiro a setembro de 2009, comparados a R$2.177.689 no período de janeiro a setembro de 2008, representando um aumento de 16,15%. O aumento desta despesa se deve a uma maior compra de energia em 2009 relacionada a atividade de comercialização. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide mais informações na nota explicativa 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização apresentou uma redução de 4,62% na comparação entre os períodos, R$517.204 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$542.234 no período de janeiro a setembro de 2008. Esta variação decorre principalmente da depreciação das obrigações especiais, a partir de 8 de abril de 2008, data do segundo ciclo da revisão tarifária.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R$105.760 no período de janeiro a setembro de 2009, comparados a R$187.157 no período de janeiro a setembro de 2008, representando uma redução de 43,49%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução nessa despesa decorre da redução no valor atual das obrigações registradas, conseqüência do aumento das taxas de juros utilizadas para o desconto a valor presente dessas obrigações.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R$531.908 no período de janeiro a setembro de 2009, comparados a R$474.204 no período de janeiro a setembro de 2008, representando um aumento de 12,17% com as principais variações nos gastos com comunicação, manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, despesa com agentes arrecadadores e consultoria, conforme segue:

- Os serviços de comunicação foram de R$48.239 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$43.135 no período de janeiro a setembro de 2008, um aumento de 11,83%. Esta variação decorre principalmente de aumento nos gastos da Cemig Distribuição com chamadas telefônicas, consequência do maior período de chuvas em 2009; crescimento expressivo de chamadas pelo telefone celular, que são muito mais onerosas, e a migração de outros serviços, anteriormente prestados por outros canais, como agências de atendimento, para a central de comunicação.

- Os serviços de manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos foram de R$90.628 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$79.689 no período de janeiro a setembro de 2008, um aumento de 13,73%. Esta variação decorre principalmente de gastos da Cemig Distribuição decorrente do prolongamento do período chuvoso com maior demanda de manutenções do sistema de forma corretiva e também do maior número de atividades de manutenção preventiva, visando a redução de interrupções acidentais no próximo período chuvoso.

- A despesa com agentes arrecadadores, leitura de medidores e entrega de contas, foram de R$88.408 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$79.944 no período de janeiro a setembro de 2008, um aumento de 10,59%. O acréscimo nesta rubrica é resultado de reajustes na Cemig Distribuição dos contratos de Leitura de medidores, bem como o crescimento de número de consumidores ocorrido no período.

- As despesas com consultoria foram de R$21.983 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$11.413 no período de janeiro a setembro de 2008, um aumento de 92,61%. O acréscimo nesta rubrica deve-se ao maior número de contratação de consultores decorrente de avaliação de projetos para aquisição de novos negócios na Cemig Geração e Transmissão.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R$88.765 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$175.570 no período de janeiro a setembro de 2008, uma redução de 49,44%. Esta redução decorre principalmente da baixa, em 2009, de provisão para reclamações cíveis – majoração tarifária, no montante de R$29.227 em decorrência de finalização dos processos e da menor despesa com contingências jurídicas, ações cíveis, no exercício de 2009 em relação a 2008. Vide maiores informações na notas explicativas 22 e 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no período de janeiro a setembro de 2009 foi de R$612.627 comparados a R$530.621 no período de janeiro a setembro de 2008, um aumento de 15,45%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R$128.610 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$167.841 no período de janeiro a setembro de 2008, uma redução de 23,37%. Esta variação deve-se, principalmente, à redução na quantidade comprada nos períodos comparados, conseqüência de menor operação das usinas térmicas, clientes da Gasmig, no exercício de 2009.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado no período de janeiro a setembro de 2009 foi uma despesa financeira líquida de R$81.308 comparada a uma receita financeira líquida de R$36.148 no período de janeiro a setembro de 2008. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento de 9,73% na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, R$139.464 no período de janeiro a setembro de 2009 em comparação a R$127.098 no período de janeiro a setembro de 2008. Esta variação decorre, principalmente, da maior receita na Cemig Distribuição, referente a encargos moratórios de grandes consumidores industriais, em 2009, cujo valor de principal era consideravelmente inferior ao montante acrescido referente a encargos financeiros.

- Redução de 63,62% na receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico. A receita foi de R$35.261 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$93.944 no período de janeiro a setembro de 2008. Esta variação decorre basicamente do menor valor de ativos regulatórios em 2009, tendo em vista a amortização dos principais ativos regulatórios constituídos.

- Redução de 97,37% na receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido, R$1.802 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$68.576 no período de janeiro a setembro de 2008. Este resultado deve-

se principalmente à redução do ativo, na comparação entre os dois períodos, em conseqüência do recebimento dos valores nas contas de energia. Mais explicações vide nota explicativa 11 das Informações Trimestrais Consolidadas.

- Redução de 24,45% nas despesas com encargos de empréstimos e financiamentos no País em decorrência de amortizações no período e da menor variação do CDI (principal indexador dos contratos).

- Redução na Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, R$5.539 no período de janeiro a setembro de 2009 comparados a R$73.587 no período de janeiro a setembro de 2008. Esse resultado é justificado basicamente pela menor variação dos índices inflacionários no período de janeiro a setembro de 2009 em comparação ao mesmo período de 2008.

- Receita registrada em 2008 no montante de R$108.090 referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira.

- Receita financeira registrada no 2º trimestre de 2008, no montante de R$82.702, referente à compensação financeira paga pelos acionistas da RME pela renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra dos ativos de geração da Light por um valor pré-acordado.

- Ganhos líquidos com variações cambiais em 2009, no montante de R$21.782, líquidos dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, comparados a perdas líquidas de R$53.080 em 2008, advindos basicamente de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, indexados ao dólar norte-americano e ao Iene. Este resultado decorre principalmente da valorização do Real frente ao Dólar e ao Iene de janeiro a setembro de 2009 comparada a uma desvalorização em 2008. O Dólar e o Iene apresentaram, no período de janeiro a setembro de 2009, uma desvalorização de 23,92% e 23,21%, respectivamente, frente ao Real, e, no mesmo período de 2008, apresentaram valorizações de 8,07% e 13,55%.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa 29 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no período de janeiro a setembro de 2009, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$720.657 em relação ao lucro de R$2.289.901 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 31,47%. No período de janeiro a setembro de 2008, a CEMIG apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$853.029 em relação ao lucro de R$2.645.084 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,25%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa 11 das Informações Trimestrais Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2009 E 2008

	Terceiro Trim/2009	Terceiro Trim/2008	Var. %
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	3.718.029	3.415.253	8,87
Receita de Uso da Rede	524.636	544.058	(3,57)
Outras Receitas operacionais	158.191	164.496	(3,83)
Receita Operacional Bruta	4.400.855	4.123.807	6,72
Deduções à Receita Operacional	(1.408.143)	(1.368.973)	2,86
Receita Operacional Líquida	2.992.712	2.754.834	8,63
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal, Administradores e Conselheiros	(278.102)	(245.110)	13,46
Obrigações Pós-Emprego	(37.258)	(61.645)	(39,56)
Materiais	(27.064)	(22.075)	22,60
Matéria prima	-	(23.478)	-
Serviços de Terceiros	(170.287)	(172.553)	(1,31)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.019.362)	(733.593)	38,95
Depreciação e Amortização	(173.675)	(170.378)	1,94
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(42.100)	(33.561)	25,44
Provisões Operacionais	(39.195)	(51.873)	(24,44)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(197.980)	(174.946)	13,17
Gás Comprado para Revenda	(43.735)	(57.339)	(23,73)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(65.124)	(88.687)	(26,57)
	(2.093.682)	(1.835.238)	14,09
Lucro Operacional Antes do resultado Financeiro	**898.830**	**919.596**	(2,26)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(10.344)	(122.947)	(91,59)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**888.486**	**796.649**	11,53
Imposto de Renda e Contribuição Social	(289.742)	(300.144)	(3,47)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	2.577	66.252	(96,11)
Participações nos Resultados	(26.094)	(21.716)	20,16
Participações Minoritárias	(8.189)	(24.804)	(66,99)
Lucro Líquido do Período	**567.038**	**516.237**	9,84

Lucro do Trimestre

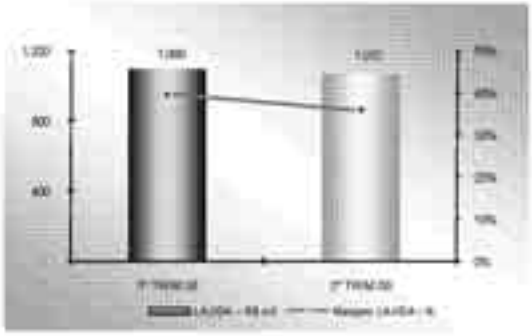
A CEMIG apresentou, no terceiro trimestre de 2009, um lucro líquido de R$567.038, em comparação ao lucro líquido de R$516.237 no terceiro trimestre de 2008, um aumento de 9,84%. Este resultado deve-se basicamente a redução da despesa financeira líquida, compensados parcialmente pelo aumento de 14,05% nos custos e despesas operacionais. O resultado financeiro foi uma despesa líquida de R$10.344 em 2009, comparada a uma despesa líquida de R$122.947 em 2008.

O aumento nos custos e despesas operacionais deve-se basicamente do aumento de 38,95% na energia comprada para revenda e do aumento de 13,45% nas despesas com pessoal, compensado parcialmente pela redução nas despesas com obrigações pós-emprego. Vide comentário sobre essas variações na sequência deste relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da CEMIG no terceiro trimestre de 2009 apresentou uma redução de 1,60% na comparação com o mesmo período de 2008. Ajustado aos itens não recorrentes o LAJIDA apresenta uma redução de 1,91%.

LAJIDA - R$ mil	Terceiro Trim/09	Terceiro Trim/08	Var %
Lucro Líquido	567.038	516.237	9,84
+ Despesa de IR e Contribuição Social	287.165	233.892	22,78
+ Participações nos Resultados	26.094	21.716	20,16
- Resultado Financeiro	10.344	122.947	(91,59)
+ Amortização e Depreciação	173.675	170.378	1,94
+ Participações de Minoritários	8.189	24.804	(66,99)
LAJIDA	**1.072.505**	**1.089.974**	**(1,60)**
Itens não recorrentes			
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	10.205	13.797	(26,03)
= LAJIDA AJUSTADO	**1.082.710**	**1.103.771**	**(1,91)**



Apesar do aumento de 15,34% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos da depreciação e amortização), o LAJIDA apresentou uma redução de apenas 1,64% no terceiro trimestre de 2009 em comparação ao mesmo período de 2008. Isso ocorre devido ao crescimento de 8,63% na receita operacional líquida. Essas variações afetaram negativamente a margem do LAJIDA, que passou de 39,56% em 2008 para 35,83% em 2009.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)			R$		
	Terceiro Trim/09	Terceiro Trim/08	Var. %	Terceiro Trim/09	Terceiro Trim/08	Var. %
Residencial	2.390.677	2.234.575	6,99	1.129.283	979.993	15,26
Industrial	5.618.583	7.155.562	(21,48)	961.093	1.024.790	(6,22)
Comércio, Serviços e Outros	1.456.060	1.406.091	3,55	646.458	581.374	11,19
Rural	678.046	718.582	(5,64)	167.466	159.262	5,15
Poder Público	255.566	251.697	1,54	111.364	103.337	7,77
Iluminação Pública	304.818	303.372	0,48	76.688	69.847	9,79
Serviço Público	335.729	316.634	6,03	100.328	88.985	12,75
Sub-Total	**11.039.479**	**12.386.513**	**(10,87)**	**3.192.678**	**3.006.588**	**6,19**
Consumo Próprio	12.635	12.444	1,53	-	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	50.518	(8.493)	-
Fornecimento não Faturado – Ativo Regulatório	-	-	-	-	(38.807)	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	5.292	78.567	(93,26)
	11.052.314	**12.398.957**	**(10,86)**	**3.248.488**	**3.039.855**	**6,86**
Suprimento a Outras Concessionárias	3.463.773	2.856.010	21,28	379.312	325.105	16,67
Transações com Energia na CCEE	726.311	297.127	144,44	24.070	50.293	(52,14)
Efeitos da Revisão Tarifária Definitiva	-	-	-	66.157	-	-
Total	**15.242.398**	**15.552.094**	**(1,99)**	**3.718.027**	**3.415.253**	**8,87**

(*) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$3.718.027 no terceiro trimestre de 2009 em comparação a R$3.415.253 no terceiro trimestre de 2008, representando um aumento de 8,87%.

Os principais impactos na receita de 2009 decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 4,69%, a partir de 8 de abril de 2009. (Para o mercado cativo o impacto foi de 6,21%);
- Aumento de 6,19% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio).

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R$379.312 no terceiro trimestre de 2009 comparados a R$325.105 no terceiro trimestre de 2008, um aumento de 16,67%. Este resultado decorre principalmente do aumento de 21,28% na quantidade de energia, 3.463.773 MWh no terceiro trimestre de 2009 comparados a 2.856.010 MWh no terceiro trimestre de 2008.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se à TUSD advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida e também da receita de uso da rede básica de transmissão da Cemig GT, e apresentou uma redução de 3,57% nos trimestres comparados (R$524.635 no terceiro trimestre de 2009 em comparação a R$544.058 no terceiro trimestre de 2008).

Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "CVA") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registrados no ativo ou passivo. Em função de alteração do plano de contas da ANEEL, alguns itens foram transferidos para a conta Deduções à Receita Operacional. Mais informações nas notas explicativas números 2 e 7 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Deduções à receita operacional

	Terceiro Trim/09	Terceiro Trim/08	Var %
ICMS	743.222	742.968	0,03
COFINS	314.678	291.219	8,06
PIS-PASEP	63.315	56.760	11,51
ISSQN	734	1.154	(36,40)
	1.121.949	**1.092.141**	**2,73**
Reserva Global de Reversão – RGR	49.554	46.807	5,87
Programa de Eficiência Energética – PEE	10.770	9.217	16,85
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	105.024	97.182	8,07
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	101.439	106.035	(4,33)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	7.930	7.022	12,93
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	7.666	7.057	8,63
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	3.814	3.522	8,29
Encargos de Capacidade Emergencial	(3)	(10)	(70,00)
	286.194	**276.832**	**3,38**
	1.408.143	**1.368.973**	**2,86**

As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R$101.439 no terceiro trimestre de 2009 comparados a R$106.035 no terceiro trimestre de 2008, representando uma redução de 4,33%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para a parcela referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R$105.024 no terceiro trimestre de 2009 comparados a R$97.182 no terceiro trimestre de 2008, um aumento de 8,07%. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo, uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações são diretamente proporcionais à evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R$2.093.882 no terceiro trimestre de 2009 comparados a R$1.835.238 no terceiro trimestre de 2008, representando um aumento de 14,09%. Este resultado deve-se, principalmente, aos aumentos nos custos com Pessoal, e Energia Elétrica Comprada para Revenda, sendo parcialmente compensado pela redução nos custos com provisões Operacionais e Matéria Prima e Obrigações Pós-emprego.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no terceiro trimestre de 2009 foi de R$278.102, comparados a R$245.110 no terceiro trimestre de 2008, um aumento de 13,46%. Este resultado decorre do reajuste salarial de 7,26% concedido aos empregados em novembro de 2008 e do menor volume de recursos transferido para obras em andamento em 2009. Além disso, no terceiro trimestre de 2009, ocorreram novas adesões ao PDV, totalizando R$10.205.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$1.019.362 no terceiro trimestre de 2009, comparados a R$733.593 no terceiro trimestre de 2008, representando um aumento de 38,95%. Esta variação decorre sobretudo do aumento de 23,86% na tarifa média de energia comprada para revenda no ciclo tarifário 2009/2010. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide mais informações na nota explicativa 28, item b, às Informações Trimestrais Consolidadas.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R$37.258 no terceiro trimestre de 2009, comparados a R$61.645 no terceiro trimestre de 2008, representando uma redução de 39,56%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução dessa despesa em 2009 decorre basicamente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro de 2008, que implicaram em uma redução nas obrigações líquidas da Companhia.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais corresponderam a uma despesa de R$39.195 no terceiro trimestre de 2009 comparado a uma despesa de R$51.873 no terceiro trimestre de 2008, uma redução de 24,44%. Este resultado decorre de redução dos itens que compõem esta rubrica, principalmente ações cíveis, compensado parcialmente pelo aumento na provisão para devedores duvidosos. A redução nas ações cíveis decorre de uma reversão de R$6.141, no terceiro trimestre de 2009, decorrente de finalização de processos relativos a majoração tarifária.

Receitas (Despesas) Financeiras

	Terceiro Trim/09	Terceiro Trim/08	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	51.104	79.137	(35,42)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	78.449	28.578	174,51
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	67.959	70.830	(4,05)
Variação Monetária da CVA	7.548	11.571	(34,77)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	8.573	21.080	(59,33)
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	-	14.372	-
Variações Cambiais	28.710	(13.749)	(308,82)
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(8.614)	(10.392)	(17,11)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	306	(4.812)	(106,36)
Ajuste a Valor Presente	555	12.419	(95,53)
Outras	35.758	36.736	(2,66)
	270.348	245.770	10,00
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(199.156)	(245.599)	(18,91)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(680)	5.997	(114,67)
Variação Monetária – CCEE	4.013	-	-
Variação Monetária da CVA	339	(7.900)	(104,29)
Variações Cambiais	(11.971)	(55.482)	(78,42)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	510	(21.660)	(102,35)
C.P.M.F.	-	627	-
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre – atualização	(8.306)	(789)	952,72
Ajuste a Valor Presente	(2.829)	(18.233)	(84,48)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(3.596)	19.204	(118,73)
Outras	(58.816)	(44.882)	31,05
	(280.692)	(368.717)	(23,87)
	(10.344)	**(122.947)**	(91,59)

Ocorreu uma variação expressiva no resultado financeiro na comparação entre os dois períodos. Os principais fatores que explicam a variação são como segue:

- Aumento de 174,51% na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, R$78.449 no terceiro trimestre de 2009 em comparação a R$28.578 no terceiro trimestre de 2008. Refere-se basicamente a acréscimos moratórios de contas a receber de grandes consumidores, no montante de R$48.565, reconhecido em setembro de 2009.

- Receita registrada em 2008 no montante de R$12.419 referente a ajuste a valor presente, aplicado sobre saldos de alguns financiamentos, debêntures e obrigações a pagar com concessão onerosa, em atendimento a lei 11.638/07.

- Redução de 59,33% na receita com variação monetária sobre o acordo geral do setor elétrico (R$8.573 em 2009 comparados a R$21.080 em 2008). Esta variação decorre principalmente de menor valor de ativos regulatórios em 2009, tendo em vista a amortização dos principais ativos regulatórios constituídos (RTE e Reajuste Tarifário Diferido).

- Redução de 18,91% nas despesas com encargos de empréstimos e financiamentos em decorrência de amortizações de dívidas no exercício de 2008 e da menor variação do CDI em 2009 (principal indexador dos contratos).

- Ganhos líquidos com variações cambiais em 2009, no montante de R$13.449, líquidos dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, comparados a perdas líquidas de R$54.839 em 2008, advindos basicamente de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, indexados ao dólar norte-americano e ao Iene. Este resultado decorre principalmente da valorização do Real frente ao Dólar e ao Iene no 3° trimestre de 2009 comparada a uma desvalorização em 2008.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no terceiro trimestre de 2009, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$287.165 em relação ao lucro de R$888.486, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,32%. No terceiro trimestre de 2008, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$233.892 em relação ao lucro de R$796.649, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,35%.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

Relações com Investidores

Até setembro de 2009, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais como a empresa líder da sua indústria.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor nos nossos papéis.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; road shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio, pelo 14º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Uberlândia, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, eqüidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

As ações preferenciais ("CMIG4") e ordinárias ("CMIG3") da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter *American Depositary Receipts* (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN ("CIG") e ON ("CIG.C"), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais ("XCMIG") listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por "dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)", limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA (excepcionalmente para 2006 e 2007 de 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente);
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por "dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)", limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Em relação ao acordo de acionistas, assinado em 1997 entre o Governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Participações Ltda. – SEB, este se encontra suspenso judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na Justiça Federal.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 17 vezes durante o ano de 2009, no período compreendido entre janeiro e setembro, para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual Conselho de Administração foi eleito em 29 de abril de 2009, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações. Dos atuais 14 integrantes efetivos, oito foram eleitos pelo acionista Estado de Minas Gerais, cinco pela acionista Southern Electric Brasil Participações Ltda. – SEB, e um pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembléia Geral Ordinária a se realizar em 2010.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R$ 5 milhões;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Desde 2006, existem comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê Financeiro; e,
6. Comitê de Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por nove membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembléia Geral Ordinária de 2012.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br .

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R$ 14 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Até setembro de 2009 foram realizadas 43 reuniões.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página na internet: http://ri.cemig.com..

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2009, foram realizadas 8 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br .

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do "Public Company Accounting Oversight Board" - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Foi estabelecido um link entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, nas demonstrações financeiras do exercício de 2008, bem como validado o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa, Atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis, Comitê de Controle e Gestão, etc.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (http://ri.cemig.com.br), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da "Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional", incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17°/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: *http://ri.cemig.com.br*.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30.09.2009

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS (mil)	%	AÇÕES PREFERENCIAIS (mil)	%	TOTAL DE AÇÕES (mil)	%
Estado de Minas Gerais	138.175.720	50,96	-	0,00	138.175.720	22,27
Outras Entidades do Estado	36.544	0,01	6.415.884	1,84	6.452.428	1,00
Total Controlador	138.212.264	50,97	6.415.884	1,84	144.628.148	23,27
Southern Electric Brasil Part. Ltda.	89.383.266	32,96	-	0,00	89.383.266	14,41

QUOTISTAS DA SOUTHERN ELECTRIC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. EM 30.09.2009

Item	Nome	Quantidade de Quotas (unidades)	%
1	Cayman Energy Traders	321.460.876	91,75
2	524 Participações S/A	28.913.419	8,25

1 – Companhia estrangeira
2 – Companhia aberta, sendo que o Fundo Opportunity Alfa FIA detém 99,99% do seu capital.

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

	30.09.2009		30.09.2008	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	138.212.264	6.415.884	110.569.812	4.974.466
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7.902	438	6.319	500
Alexandre Heringer Lisboa	1	-	1	-
André Araújo Filho	1	-	-	-
Andréa Leandro Silva	7	-	6	-
Antônio Adriano Silva	1	-	1	-
Britaldo Pedrosa Soares	1	-	-	-
Cezar Manoel de Medeiros	1	-		
Clarice Silva Assis	1	-	-	-
Djalma Bastos de Morais	-	50	-	40
Eduardo Lery Vieira	1	-	1	-
Evandro Veiga Negrão de Lima	7.649	-	6.120	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	388	-	309
Francelino Pereira dos Santos	1	-	1	-
Franklin Moreira Gonçalves	1	-	1	-
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	1	-
Guy Maria Villela Paschoal	10	-	8	-
Jeffery Atwood Safford	1	-	-	-
João Camilo Penna	1	1	1	150
José Castelo Branco da Cruz	1	-	-	-
Kleber Antônio de Campos	1	-	-	-
Lauro Sergio Vasconcelos David	1	-	1	-
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	1	-	1	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim	1	-	1	-
Maria Estela Kubitschek Lopes	1	-	1	-
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	88	1	71	1
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur	127	-	102	-
Sérgio Alair Barroso	1	-	-	-
Thomas Anthony Tribone	1	-	-	-

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30.09.2009		30.09.2008	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA	9	438	6	349
Djalma Bastos de Morais	-	50	-	40
Arlindo Porto Neto	1	-	-	-
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	1	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	388	-	309
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
Luiz Fernando Rolla	6	-	4	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Márcio Augusto Vasconcelos Nunes	-	-	-	-
CONSELHO FISCAL	-	-	-	-
Alomar Silva Lima	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Leonardo Guimarães Pinto	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Luiz Otávio Nunes West	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Newton de Moura	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	-	-	-	-

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO
(EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS) (*)

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
30.09.2009	132.934.068	49,03	342.541.418	98,09	475.475.486	76,64
30.09.2008	106.376.485	49,03	276.165.731	99,92	385.542.216	77,68

(*) As alterações nas quantidades de ações foram decorrentes dos eventos societários ocorridos no exercício de 2009.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Energéticas de Minas Gerais – CEMIG
Belo Horizonte – MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Companhia Energéticas de Minas Gerais – CEMIG (Companhia) e nas Informações Trimestrais Consolidadas dessa Companhia e suas controladas referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2009, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº 469/08.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante 2008 e os efeitos de sua adoção inicial somente foram contabilizados pela Companhia e por suas controladas durante o quarto trimestre de 2008 e divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008. As demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2008, apresentadas em conjunto com as informações do trimestre corrente, não foram ajustadas para fins de comparação, conforme facultado pelo Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2009.

5. Conforme descrito nas notas explicativas nº 8, 17 e 22, a Companhia Energéticas de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de setembro de 2009, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

6. As demonstrações contábeis da Fundação de Seguridade Social Braslight, fundo de pensão patrocinado pela controlada indireta em conjunto Light S.A., referente ao período de quatro meses findos em 30 de abril de 2009, foram auditadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 2 de junho de 2009, com parágrafo de ênfase sobre a existência de saldo de R$ 133,5 milhões relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária da Entidade, já transitado em julgado, os quais, de acordo com projeções de sua Administração, poderão ser compensados, em aproximadamente nove anos, com tributos a serem recolhidos em anos posteriores. A realização futura do ativo encontra-se condicionada à continuidade do processo de compensação junto à Secretaria da Receita Federal, o qual foi suspenso em setembro de 2005. A manutenção da referida suspensão poderá levar a Entidade a, eventualmente, provisionar o ativo. Este ativo garantidor de reservas atuariais da Entidade foi deduzido no cálculo do déficit atuarial das controladas patrocinadoras (Light), conforme requerido pela Deliberação CVM nº 371/00. Consequentemente, caso haja provisão desse valor, o efeito proporcional no resultado da Companhia será de R$ 17,4 milhões.

12 de novembro de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Tulio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS 2

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 5
1) – CONTEXTO OPERACIONAL 5
2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 8
3) – DISPONIBILIDADES 12
4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES 12
5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS 13
6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A" 14
7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE 15
8) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA 16
9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 17
10) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS 18
11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO 19
12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS 20
13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS 22
14) – INVESTIMENTOS 23
15) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL 29
16) – FORNECEDORES 31
17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES 31
18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 32
19) – ENCARGOS REGULATÓRIOS 34
20) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 34
21) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS 37
22) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS 43
23) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA 44
24) – RECEITA DE USO DA REDE 45
25) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS 45
26) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL 46
27) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 46
28) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO 48
29) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 49
30) – EXPOSIÇÃO CAMBIAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 50
31) – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO 52
32) – EVENTOS SUBSEQUENTES 52
33) – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 53
34) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA 54

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO 56

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES 70

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL 82

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO E 30 DE JUNHO DE 2008

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
CIRCULANTE				
Disponibilidades *(nota 3)*	3.012.006	2.002.199	78.622	46.158
Consumidores e Revendedores *(nota 4)*	1.957.691	2.044.223	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" *(nota 6)*	370.206	379.707	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	464.856	469.159	-	-
Tributos Compensáveis *(nota 9)*	1.494.160	1.253.086	22.156	22.161
Despesas Antecipadas – CVA *(nota 8)*	422.231	255.378	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre *(nota 7)*	14.851	16.193	-	-
Créditos Tributários *(nota 10)*	330.974	283.913	66.914	56.416
Dividendos a Receber	-	-	1.092.765	1.024.822
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS *(nota 13)*	46.240	47.127	-	-
Reajuste Tarifário Diferido *(nota 11)*	260.337	359.029	-	-
Estoques	30.950	26.016	17	17
Outros Créditos	411.935	489.895	24.813	35.861
TOTAL DO CIRCULANTE	8.816.457	7.625.925	1.285.287	1.187.435
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado *(nota 12)*	1.757.491	1.714.504	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios *(nota 12)*	-	-	803.158	793.871
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" *(nota 6)*	257.219	322.470	-	-
Despesas Antecipadas – CVA *(nota 8)*	469.779	520.147	-	-
Créditos Tributários *(nota 10)*	596.265	623.774	102.713	118.644
Revendedores – Transações com Energia Livre *(nota 7)*	6.724	7.740	-	-
Tributos Compensáveis *(nota 9)*	351.413	363.015	264.866	270.964
Depósitos Vinculados a Litígios	313.851	271.082	87.791	87.791
Consumidores e Revendedores *(nota 4)*	110.378	112.449	-	-
Outros Créditos	101.973	98.227	66.054	72.034
	3.965.113	4.033.408	1.324.582	1.343.304
Permanente				
Investimentos *(nota 14)*	1.120.420	1.107.830	8.494.392	8.030.834
Imobilizado *(nota 15)*	10.610.143	10.468.951	2.049	2.078
Intangível *(nota 15)*	554.030	540.661	464	435
Diferido	68.377	68.621	-	-
	12.352.970	12.186.063	8.496.905	8.033.347
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.318.083	16.219.471	9.821.487	9.376.651
ATIVO TOTAL	25.134.540	23.845.396	11.106.774	10.564.086

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO E 30 DE JUNHO DE 2008

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
CIRCULANTE				
Fornecedores *(nota 16)*	767.903	641.676	7.885	10.690
Encargos Regulatórios *(nota 19)*	459.153	431.216	-	-
Participações nos Lucros	65.932	45.329	2.484	1.712
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 17)*	1.546.201	1.286.774	102.985	91.925
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	448.864	448.864	448.864	448.864
Empréstimos e Financiamentos *(nota 18)*	678.195	553.944	3.827	1.101
Debêntures *(nota 18)*	119.627	79.862	-	-
Salários e Contribuições Sociais	227.801	213.075	11.670	11.130
Passivos Regulatórios – CVA *(nota 8)*	391.356	321.577	-	-
Obrigações Pós-Emprego *(nota 20)*	81.070	99.355	3.609	4.056
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros *(nota 30)*	164.940	186.877	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	7.988	4.188
Outras Obrigações	329.018	343.872	16.631	19.911
TOTAL DO CIRCULANTE	5.280.060	4.652.421	606.143	593.577
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a Longo Prazo				
Fornecedores *(nota 16)*	699	4.661	-	-
Passivos Regulatórios – CVA *(nota 8)*	270.744	385.067	-	-
Empréstimos e Financiamentos *(nota 18)*	4.989.691	4.866.410	73.587	73.587
Debêntures *(nota 18)*	1.583.584	1.576.717	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições *(nota 17)*	293.701	265.418	-	-
Provisões para Contingências *(nota 21)*	640.019	627.956	342.174	329.551
Obrigações Pós-Emprego *(nota 20)*	1.416.029	1.375.075	53.274	52.012
Outras Obrigações	140.905	113.459	30	30
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.335.372	9.214.963	469.065	455.180
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	84.009	83.954	-	-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	403.533	378.729	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(nota 22)*				
Capital Social	2.481.507	2.481.507	2.481.507	2.481.507
Reservas de Capital	3.983.022	3.983.022	3.983.022	3.983.022
Reservas de Lucros	1.898.525	1.898.525	1.898.525	1.898.525
Lucros Acumulados	1.641.389	1.125.152	1.641.389	1.125.152
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	27.123	27.123	27.123
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.031.566	9.515.329	10.031.566	9.515.329
PASSIVO TOTAL	25.134.540	23.845.396	11.106.774	10.564.086

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais, exceto lucro liquido por ação)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007 Reclassificado	30/09/2008	30/09/2007 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica *(nota 23)*	10.316.243	9.785.218	-	-
Receita de Uso da Rede *(nota 24)*	1.557.916	1.427.553	-	-
Outras Receitas Operacionais *(nota 25)*	493.407	448.974	392	659
	12.367.566	11.661.745	392	659
Deduções à Receita Operacional *(nota 26)*	(4.232.129)	(4.149.123)	-	(13)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.135.437	7.512.622	392	646
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS *(nota 27)*				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.177.689)	(1.949.745)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(530.621)	(494.263)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(167.841)	(101.154)	-	-
	(2.876.151)	(2.545.162)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO *(nota 27)*				
Pessoal e Administradores	(717.134)	(630.331)	-	-
Entidade de Previdência Privada	(153.454)	(68.138)	-	-
Materiais	(69.591)	(63.018)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(85.185)	(44.768)	-	-
Serviços de Terceiros	(392.033)	(334.117)	-	-
Depreciação e Amortização	(531.712)	(533.428)	-	-
Provisões Operacionais	(15.779)	(55.402)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(98.542)	(101.731)	-	-
Outras	(117.338)	(112.357)	-	-
	(2.180.768)	(1.943.288)	-	-
CUSTO TOTAL	(5.036.919)	(4.488.450)	-	-
LUCRO BRUTO	3.098.518	3.024.172	392	646
DESPESA OPERACIONAL *(nota 27)*				
Despesas com Vendas	(133.078)	(157.043)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (recuperação de despesas)	(304.781)	(260.682)	(80.145)	(79.208)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(32.500)	(124.311)	-	16.728
	(470.339)	(542.036)	(80.145)	(62.480)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Receitas Financeiras	2.628.179	2.482.136	(79.753)	(61.834)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	1.752.183	1.600.700
Resultado Financeiro Líquido *(nota 28)*	(17.784)	(161.488)	69.118	10.181
	(17.784)	(161.488)	1.821.301	1.610.881
Lucro Operacional	2.610.395	2.320.648	1.741.548	1.549.047
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(19.243)	(33.252)	(6.674)	(5.763)
Lucro antes dos Impostos e Participações Estatutárias	2.591.152	2.287.396	1.734.874	1.543.284
Imposto de Renda e Contribuição Social *(nota 10)*	(904.988)	(662.553)	(97.399)	(68.817)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos *(nota 10)*	70.299	186.704	6.228	15.526
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(65.683)	(83.750)	(2.314)	(1.235)
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	(84.963)	(89.039)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.605.794	1.468.758	1.641.389	1.468.758
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R$			3,31	3,02

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, "CEMIG", "Controladora" ou "Companhia", sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 30 de setembro de 2008 (informações relativas a mercado atendido e capacidade instalada não revisadas pelos auditores independentes):

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig Geração e Transmissão S.A. possui participação societária nas seguintes controladas em desenvolvimento:

  - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina se encontra em fase de construção tendo data prevista para início de suas atividades em novembro de 2008 e com capacidade instalada de 27MW;

  - Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, ambas no Estado de Minas Gerais. As usinas encontram-se em fase de construção, com previsão de início de operação em 2009, e totalizarão uma capacidade instalada de 44MW;

  - Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;

  - Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW e previsão de início de operação comercial em 2012;

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20.000 kW de potência instalada, localizada no rio Manhuaçu, Municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em abril de 2010;

- Baguari Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 69,39%) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), 140 MW de potência instalada, localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em outubro de 2009 (1ª unidade), dezembro de 2009 (2ª unidade) e fevereiro de 2010 (3ª unidade).

- Cemig Distribuição S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;

- Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME") (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 52,25% do capital social da Light S.A. ("Light"), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A, com 3,9 milhões de consumidores em 31 municípios do estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A, e também com 855 MW de capacidade instalada na atividade de geração;

- Sá Carvalho S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;

- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;

- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG ("GASMIG") (controlada em conjunto – participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais;

- Empresa de Infovias S.A. ("Infovias") (controlada – participação de 100,00%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);

- Efficientia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;

- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;

- Rosal Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;

- Cemig PCH S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;

- Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;

- UTE Barreiro S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;

- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;

- Cemig Trading S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;

- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;

- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí 230 kV;

- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP") (controlada em conjunto – participação de 18,84%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 kV com origem na subestação de Tucuruí e término na subestação de Vila do Conde, no Estado do Pará. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 14;

- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE") (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 kV, sendo a primeira com origem na subestação Tucuruí e término na subestação de Marabá, no Estado do Pará, e a segunda com origem na subestação de Marabá e término na subestação de Açailândia, no Estado do Maranhão. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 14;

- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE") (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 kV, com origem na subestação de Vila do Conde e término na subestação de Santa Maria, no Estado do Pará. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 14;

- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE") (controlada em conjunto – participação de 16,63%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 14;

- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("ECTE") (controlada em conjunto – participação de 7,50%) – Concessionária de serviço publico de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 kV, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, ambas no Estado de Santa Catarina. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 14;

- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("AXXIOM") (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Constituída em agosto de 2007 com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e gestão de sistemas para empresas do setor de energia elétrica.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 30 de setembro de 2008:

- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto – participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;

- Transchile Charrua Transmisión S.A. – ("Transchile") (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrua – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE's Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e normas da legislação especifica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As informações trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, métodos e critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados no exercício anterior, exceto com relação a prática de ajuste a valor presente mencionada nesta nota explicativa, decorrente da instrução CVM nº 469/08.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pelo FAS 95 – Statement of Cash Flows, no que se refere ao formato de apresentação, no contexto do registro das suas demonstrações financeiras na Securities and Exchange Commission ("SEC").

Adicionalmente, com objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado a Companhia está apresentando, na nota explicativa nº.33, a demonstração do resultado segregado por empresa. Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da Companhia e de suas controladas.

Critério de consolidação das Informações Trimestrais

Foram consolidadas as informações trimestrais das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras das investidas. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas investidas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

As informações financeiras da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas dos princípios fundamentais de contabilidade chilenos para os brasileiros, com a conversão dos pesos chilenos para Reais com base na última cotação do trimestre.

As datas das informações financeiras das sociedades investidas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

Em função da adoção da prática contábil de ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos, mencionada no item a seguir, as controladas Cemig D, Cemig GT e Light fizeram alguns ajustes de exercícios anteriores que foram registrados nas suas demonstrações financeiras individuais diretamente contra o Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do exercício. Esses ajustes foram registrados na controladora diretamente no resultado do exercício, na rubrica de equivalência patrimonial, conforme determinado pela Instrução CVM 247/96.

Dessa forma, em função desses ajustes, ocorreu uma diferença entre o resultado consolidado e o resultado da controladora, conforme abaixo:

Resultado da Controladora	1.641.389
Ajuste a valor presente registrado nas Demonstrações Financeiras das Controladas diretamente no Patrimônio Líquido	(35.595)
Resultado Consolidado	1.605.794

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de demonstrações financeiras, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Estas mudanças de práticas contábeis entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008.

Essas alterações tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Financeiras das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas demonstrações aos princípios contábeis internacionais de contabilidade – IFRS.

As principais alterações constantes da Lei, com vigência a partir de 2008, com possibilidade de impactar as Demonstrações Financeiras da Companhia estão descritas abaixo:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;

- Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado – DVA no conjunto das demonstrações financeiras elaboradas, divulgadas e que devem ser aprovadas pela assembléia geral ordinária – AGO.

- Criada uma nova possibilidade, além da originalmente prevista na lei societária, de segregação entre a escrituração mercantil e a escrituração tributária, ao estabelecer a alternativa para a companhia adotar na sua escrituração mercantil, e não apenas em livros auxiliares, as disposições da lei tributária, desde que, em seguida, depois de apurado o lucro base para tributação, sejam efetuados os ajustes necessários para que as demonstrações financeiras estejam em consonância com a Lei das S.A e os princípios fundamentais de contabilidade;

- Criação de dois novos subgrupos de contas: o Intangível, no ativo permanente e os Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido; O subgrupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial" servirá essencialmente para abrigar a contrapartida de determinadas avaliações de ativos a preço de mercado, a avaliação de determinados instrumentos financeiros e, ainda, os ajustes de conversão em função da variação cambial de investimentos societários no exterior;

- Novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos. Esses instrumentos financeiros serão classificados em três categorias (destinadas à negociação, mantidas até o vencimento e disponíveis para venda) e a sua avaliação pelo custo mais rendimentos ou pelo valor de mercado será feita em função da sua classificação em uma dessas categorias;

- Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;

- Nas operações de incorporação, fusão ou cisão (combinação de empresas), quando forem realizadas entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle, todos os ativos e passivos da incorporada, cindida ou fusionada deverão ser identificados, avaliados e contabilizados a valor de mercado.

- Eliminação da possibilidade de serem efetuadas reavaliações espontâneas do ativo imobilizado.

Conforme comunicado ao mercado, a CVM pretende concluir, ainda em 2008, o seu processo normativo para os dispositivos da lei societária que foram alterados e que necessitem de regulação, e reverá todos os seus atos normativos que tratam de matéria contábil, a fim de verificar e eliminar possíveis divergências em relação às alterações específicas produzidas pela nova lei.

Em 2 de maio de 2008 a CVM emitiu a Instrução nº 469, que dispõe sobre as necessidades imediatas de adaptações de alguns normativos e esclarece outras questões relacionadas às alterações produzidas pela mencionada Lei.

De acordo com a Instrução, algumas mudanças de práticas contábeis tem a sua aplicação de forma obrigatória já a partir do 1º trimestre de 2008.

Em atendimento a Instrução, a Companhia, por meio das controladas Cemig Geração e Transmissão S.A., Cemig Distribuição S.A. e Light S.A. procedeu ao ajuste ao valor presente de determinados contratos de financiamentos, de determinados parcelamentos de clientes e das debêntures adquiridas pelo Governo do Estado de Minas Gerais, além de obrigações a pagar referentes concessões onerosas. Foram utilizadas taxas de desconto que correspondem, na estimativa da Companhia, ao custo atual de captação de recursos através de empréstimos e financiamentos.

Os efeitos contábeis nas Demonstrações Financeiras de 2008 decorrentes da aplicação imediata dos ajustes a valor presente mencionados anteriormente são como segue:

	Consolidado Controladora
Ativo	
Consumidores e Revendedores	(9.113)
Imobilizado	(174.098)
	(183.211)
Passivo	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(184.010)
Impostos, Taxas e Contribuições	23.213
Outras obrigações	(49.248)
Patrimônio Líquido	26.834
	(183.211)
Resultado do Exercício	
Despesa operacional	6.293
Resultado Financeiro	23.612
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(10.168)
	19.737

A Companhia efetuou o cálculo dos efeitos relativos aos ajustes a valor presente referente aos exercícios anteriores que foram efetivados diretamente contra o Patrimônio Líquido. Os valores relativos ao período de janeiro a setembro que impactariam o resultado de 2007, no montante de R$7.875, líquido de efeitos fiscais, não foram ajustados para fins de comparação pelo fato do referido valor não ser material.

Reclassificação de Saldos Contábeis

As seguintes alterações para fins de comparabilidade foram efetuadas nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações de resultados de 30 de setembro de 2007:

Conta Original	Consolidado Valor (R$)	Controladora Valor (R$)	Conta de Reclassificação	Consolidado Valor (R$)	Controladora Valor (R$)
Custos Operacionais – Custo com Energia Elétrica e Gás			**Receita Operacional**		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	106.310	-	Receita de Uso da Rede	(106.310)	-
Pessoal e Administradores	63.750	1.235	**Resultado** Participação dos Empregados e Administradores	(63.750)	(1.235)
	170.060	1.235		(170.060)	(1.235)

Em função da inclusão no Estatuto Social da Companhia em 2007 da previsão de pagamento de participação nos resultados aos empregados e administradores, essa participação passou a ser registrada como redutora do Lucro Líquido antes dos impostos e participações estatutárias, sendo que até o terceiro trimestre de 2007 era registrada na rubrica de Despesa com Pessoal.

3) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Contas Bancárias	155.012	130.707	6.122	10.180
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	2.761.145	1.757.697	72.500	37.978
Letras Financeiras do Tesouro	48.416	58.868	-	-
Letras do Tesouro Nacional	39.341	18.985	-	-
Outros	8.092	35.944	-	-
	2.856.994	1.871.492	72.500	37.978
	3.012.006	**2.002.199**	**78.622**	**48.158**

As aplicações financeiras correspondem a transações realizadas com instituições financeiras nacionais e contratadas em condições e taxas normais de mercado, sendo que estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia.

4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Ativo Circulante	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Fornecimento Faturado	1.635.396	1.841.984	52.937	60.748
Fornecimento não Faturado	654.780	599.218	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias	64.200	56.095	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(396.685)	(453.054)	(52.937)	(60.748)
	1.957.691	**2.044.223**	-	-

Encontram-se registrados no Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo) valores a receber, no montante de R$32.505 em 30 de setembro de 2008 (R$36.493 em 30 de junho de 2008), referentes às renegociações de débitos com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA e Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, a serem quitados até setembro de 2012 e março de 2010, respectivamente.

Encontra-se registrado o valor de R$92.880 referente créditos de consumidor industrial que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de conclusão dessa ação judicial ainda no exercício de 2008 e que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Ativos				
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" – Nota nº 6	627.429	702.177	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 7	21.575	23.933	-	-
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 11	260.337	359.029	-	-
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 13	46.240	47.127	-	-
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 8	892.010	775.525	-	-
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	18.206	17.262	-	-
Recuperação dos Descontos na TUSD	15.616	23.132	-	-
Subvenção Baixa Renda	101.262	170.435	-	-
Programa Luz para Todos	26.198	38.807	-	-
Outros Ativos Regulatórios	5.803	8.671	-	-
	2.014.672	2.166.298	-	-
Passivos				
Compra de Energia durante o Racionamento – Nota nº 16	(30.610)	(38.387)	-	-
Revisão da Receita de Transmissão	(11.632)	(15.603)	-	-
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota nº 8	(662.100)	(706.644)	-	-
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	(15.955)	(15.955)	-	-
Outros Passivos Regulatórios	(4.727)	(7.001)	-	-
	(725.024)	(783.590)	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições – Obrigações Diferidas – Nota nº 17	(144.838)	(193.016)	-	-
	(869.862)	(976.606)	-	-
Total	**1.144.810**	**1.189.692**	-	-

6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A"

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que definiu os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE"), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela "A" ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A RTE entrou em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001 através dos reajustes tarifários descritos a seguir:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.

- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE foi utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores.

- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R$49,26/MWh ("energia livre").

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela "A" foi iniciada em março de 2008, imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

A medida que os valores da Parcela "A" são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. No caso da Cemig Distribuição S.A. são conforme abaixo:

Valores transferidos para a despesa	30/09/2008
Energia Comprada para Revenda	3.650
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	49.559
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	4.952
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	108.269
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	14.960
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	4.395
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia	464
	186.268

c) Composição dos saldos da Parcela "A"

Os valores a serem recebidos referentes à Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado	
	30/09/2008	30/06/2008
Cemig Distribuição S.A		
Parcela A	577.781	637.523
RME – Light		
Parcela A	49.644	64.654
Total da Parcela "A"	**627.425**	**702.177**
Ativo Circulante	370.206	379.707
Ativo Não Circulante	257.219	322.470

7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

Os direitos da subsidiária Cemig Geração e Transmissão referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	30/09/2008	30/06/2008
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	46.844	48.414
Provisão para perdas na realização	(25.269)	(24.481)
	21.575	23.933
Circulante	14.851	16.193
Não Circulante	6.724	7.740

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Cemig Geração e Transmissão nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Cemig Geração e Transmissão, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig Geração e Transmissão são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores comentários na nota explicativa nº. 21.

Provisão para perdas na realização

A provisão atualmente constituída, no montante de R$25.269, representa as perdas previstas em função do prazo de recebimento da RTE das distribuidoras que ainda estão repassando recursos a Companhia não ser suficiente, na estimativa da Companhia, para repasse integral dos valores devidos.

8) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela "A" – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	30/09/2008	30/06/2008
Cemig Distribuição	208.647	60.498
RME - Light	21.263	8.383
	229.910	**68.881**
Ativo Circulante	422.231	255.378
Ativo Não Circulante	469.779	520.147
Passivo Circulante	(391.356)	(321.577)
Passivo Não Circulante	(270.744)	(385.067)
Valores Líquidos	**229.910**	**68.881**

9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Circulante				
ICMS a Recuperar	197.427	180.432	3.804	3.804
Imposto de Renda	848.776	690.262	-	-
Contribuição Social	293.953	236.303	-	-
PASEP	19.089	16.673	2.594	2.597
COFINS	119.663	115.719	12.088	12.090
Outros	15.272	13.697	3.670	3.670
	1.494.180	1.253.086	22.156	22.161
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	86.973	92.337	426	426
Imposto de Renda	233.255	237.691	233.255	237.751
Contribuição Social	31.185	32.787	31.185	32.787
	351.413	363.015	264.866	270.964
	1.845.593	**1.616.101**	**287.022**	**293.125**

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes de pagamentos efetuados a maior pela empresa em função da adoção do regime não cumulativo para receitas das transmissoras cujos contratos de fornecimento de energia eram anteriores a 31 de outubro de 2003 e que por regulamentação posterior da Receita Federal do Brasil foi permitida a revisão e o enquadramento no regime cumulativo Como conseqüência dessa revisão, permitiu-se a restituição dos impostos pagos a maior em períodos anteriores.

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e de pagamentos efetuados em 2008 que serão compensados com Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar no exercício, registrados na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, e podem ser compensados em 48 meses.

10) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias -				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	273.260	282.222	51.199	59.581
Provisão para Contingências	190.370	186.814	96.133	92.626
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	8.592	21.030	-	-
Obrigações Pós-Emprego	96.262	59.172	3.373	1.495
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	156.523	174.523	17.998	20.654
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	9.389	12.250	-	-
Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - Light	(29.616)	(29.616)	-	-
Instrumentos Financeiros	80.690	88.349	-	-
Variação Cambial	76.609	70.816	-	-
Outros	64.980	42.127	924	704
	927.259	**907.687**	**169.627**	**175.060**
Ativo Circulante	330.974	283.913	66.914	56.416
Ativo Não Circulante	596.285	623.774	102.713	118.644

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 06 de março de 2008, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 06 de março de 2008.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de setembro de 2008, conforme a seguir:

	Consolidado	Controladora
2008	205.559	33.960
2009	205.385	43.938
2010	100.283	24.752
2011	116.099	23.481
2012	80.759	23.672
2013 a 2015	101.361	19.149
2016 e 2017	147.429	675
(-) Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários – RME Light	(29.616)	-
	927.259	169.627

Além da provisão para não recuperação de créditos tributários da Light, a Controladora possui, em 30 de setembro de 2008, créditos tributários não reconhecidos em suas informações trimestrais, no montante de R$444.883 (R$443.498 em 30 de junho de 2008).

Os créditos não reconhecidos referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 12). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida referente a essa questão corresponde a R$437.509.

Considerando, que a legislação tributária brasileira permite as companhias se beneficiarem do pagamento de juros sobre o capital próprio e deduzirem tais pagamentos do seu lucro tributável, a Companhia adotou a opção tributária de pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas. De acordo com o seu planejamento tributário, depois da compensação, nos próximos anos, de impostos registrados como impostos compensáveis, a Companhia vai pagar juros sobre capital próprio em um montante que vai reduzir o seu lucro tributável a um valor próximo ou igual a zero. Como conseqüência, essa alternativa vai eliminar o pagamento de imposto de renda e contribuição social pela Cemig Holding e os prejuízos fiscais não reconhecidos não serão recuperados.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007 Reclassificado	30/09/2008	30/09/2007 Reclassificado
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.591.152	2.287.396	1.734.874	1.543.284
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(680.992)	(777.715)	(589.857)	(524.717)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	511.136	457.604
Participação dos Empregados no Resultado	22.332	21.675	787	420
Contribuições e Doações Indedutíveis	(5.529)	(5.471)	(204)	(201)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	335	184	9	(473)
Reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido	-	81.924	-	-
Amortização de Ágio	(4.160)	-	(4.160)	-
Incentivo Fiscal	12.808	-	35	36
Ajuste de Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	(7.746)	-	(8.488)	-
Outros	28.460	13.554	(429)	(5.960)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	**(634.692)**	**(665.849)**	**(91.171)**	**(73.291)**

11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da subsidiária Cemig Distribuição S.A.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na Resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% está sendo compensada nas tarifas.

A última parcela para recebimento da diferença entre os reajustes tarifários foi concedida em 8 de abril de 2008 e incluída no reajuste tarifário ocorrido em 8 de abril de 2008.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado	
	30/09/2008	30/06/2008
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	949.612	949.612
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	467.696	458.899
Atualização Monetária – IGP-M	224.831	219.255
(-) Valores Arrecadados	(1.381.802)	(1.268.737)
	260.337	359.029

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 30 de setembro de 2008 é de R$112.596.

12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC ("Contrato da CRC"), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 30 de setembro de 2008 a R$4.061.167.

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R$28.828 e a 61ª no valor de R$90.653,a valores de 30 de setembro de 2008.

A amortização do débito é feita prioritariamente pela retenção de 65,00% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprio extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 30 de setembro de 2008, já haviam sido amortizadas, de forma antecipada, as prestações do contrato com vencimento previsto para 31 de dezembro de 2008 e 30 de junho de 2009.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social no seu artigo 11, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente conforme destacamos as principais a seguir:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.
(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;
(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado naquela data pelo valor total de R$1.659.125, sendo R$900.000 de quotas seniores e R$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC no 3º trimestre de 2008 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 30 de junho de 2008	1.714.504
Atualização monetária das quotas seniores	33.700
Atualização monetária das quotas subordinadas	9.287
Amortização das quotas seniores	-
Saldo em 30 de setembro de 2008	1.757.491
Composição do FIDC em 30 de setembro de 2008	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	954.333
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	801.698
Dividendos retidos pelo Fundo	1.460
	803.158
TOTAL	1.757.491

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos e juros sobre o capital próprio pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2007. Dos dividendos a serem distribuídos, R$96.675 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que R$82.839 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC a vencer.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as informações trimestrais consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia através das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

	Consolidado	
	30/09/2008	30/06/2008
Cemig Distribuição	46.240	46.240
Cemig Geração e Transmissão	-	275
RME – Light	-	612
	46.240	47.127

14) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.657.120	3.410.674
Cemig Distribuição	-	-	2.994.076	2.853.732
Rio Minas Energia Participações	-	-	381.859	333.603
Infovias	-	-	268.619	264.331
GASMIG	-	-	236.360	223.489
Rosal Energia	-	-	106.102	99.440
Sá Carvalho	-	-	113.334	106.911
Horizontes Energia	-	-	72.863	70.757
Usina Térmica Ipatinga	-	-	73.318	70.504
Cemig PCH	-	-	59.499	56.926
Cemig Capim Branco Energia	-	-	79.049	69.736
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	14.071	14.012
UTE Barreiro	-	-	3.446	4.628
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	8.363	8.312
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	466	499
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	6.169	6.191
Transchile	-	-	24.063	16.511
Efficientia	-	-	7.945	6.533
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	147	84
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	6.762	6.723
Cemig Trading	-	-	23.315	22.525
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	15.981	16.548
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	30.481	28.256
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	5.899	5.537
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	55.527	58.204
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	4.689	4.258
Axxiom Soluções Tecnológicas	-	-	1.892	2.056
	-	-	8.231.637	7.760.984
Em Consórcios	1.098.881	1.082.603	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	-	-	2.238	2.517
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	34.535	35.917
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	25.455	25.736
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	37.811	38.202
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	8.659	8.748
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	143.640	144.584
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	6.918	6.997
Em Outros Investimentos	21.539	25.227	3.499	7.149
	1.120.420	1.107.830	262.755	269.850
	1.120.420	**1.107.830**	**8.494.392**	**8.030.834**

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro de 2008			Janeiro a setembro de 2008	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.356	100,00	2.896.785	3.657.120	139.007	778.977
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.994.076	113.529	666.037
Infovias	381.023.385	100,00	225.082	268.619	-	13.829
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	106.102	-	15.841
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	113.334	-	19.306
GASMIG	196.155.000	55,19	181.063	426.245	-	62.204
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	72.863	-	6.540
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	73.318	-	7.511
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.953	59.499	-	7.804
Cemig Capim Branco Energia	45.526.000	100,00	45.526	79.049	-	26.256
Companhia Transleste de Transmissão	49.589.000	25,00	49.589	56.281	5.392	6.284
UTE Barreiro	11.916.000	100,00	11.916	3.446	-	(2.063)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	34.643	-	2.527
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	488	-	2
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	25.183	-	1.659
Transchile	22.000	49,00	49.106	49.106	-	-
Efficientia	8.051.894	100,00	8.052	7.945	-	3.721
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	147	-	141
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	13.258	-	-
Rio Minas Energia	12.000	25,00	709.310	1.447.435	-	365.208
Cemig Trading	160.000	100,00	160	23.315	-	22.171
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	18,84	69.063	84.787	10.414	18.606
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	18,35	120.126	166.107	-	30.483
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	18,35	23.400	32.144	-	7.259
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	160.000.010	18,63	273.489	330.937	42.459	65.630
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	62.523	-	18.699
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.000	49,00	4.200	3.861	-	(338)

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2008 Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Janeiro a setembro de 2007 Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.410.674	140.900	625.928
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.853.732	112.207	706.470
Infovias	381.023.365	100,00	225.082	264.331	-	10.242
Rosal Energia	88.944.467	100,00	88.944	99.440	-	12.950
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	106.911	-	18.332
GASMIG	196.155.000	55,19	174.497	404.926	-	82.545
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	70.757	-	5.149
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	70.504	-	5.432
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.953	56.606	-	11.222
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	89.738	-	21.538
Companhia Transleste de Transmissão	46.569.000	25,00	49.569	56.050	-	5.628
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	4.628	-	5.446
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	34.632	-	1.712
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	499	-	6
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	25.272	-	251
Transchile	22.000	49,00	33.696	33.696	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	6.533	-	1.037
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	84	-	249
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	13.183	-	-
Rio Minas Energia	12.000	25,00	709.310	1.334.410	-	482.175
Cemig Trading	180.000	100,00	180	22.528	-	5
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	18,83	69.063	87.885	-	15.605
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	18,35	120.128	153.971	-	30.707
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	18,35	23.400	30.171	-	7.440
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	18,62	273.469	350.200	-	68.794
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	56.762	-	13.922
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.000	49,00	4.200	4.200	-	-

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	30/06/2008	Equivalência Patrimonial	Aportes (redução capital)	Dividendos Propostos	Outros	30/09/2008
Cemig Geração e Transmissão	3.410.674	293.485	-	(47.040)	1	3.657.120
Cemig Distribuição	2.853.732	178.781	-	(38.418)	1	2.994.076
Infovias	264.331	4.488	-	-	-	268.819
Rosal Energia	99.440	6.663	-	-	(1)	106.102
Sá Carvalho	106.911	6.423	-	-	-	113.334
GASMIG	223.489	12.870	-	-	1	236.360
Horizontes Energia	70.757	2.106	-	-	-	72.863
Usina Térmica Ipatinga	70.504	2.814	-	-	-	73.318
Cemig PCH	56.926	2.573	-	-	-	59.499
Cemig Capim Branco Energia	69.738	9.150	161	-	-	79.049
Companhia Transleste de Transmissão	14.012	558	-	(405)	(94)	14.071
UTE Barreiro	4.628	(1.182)	-	-	-	3.446
Companhia Transudeste de Transmissão	8.312	82	-	-	(31)	8.363
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	499	(11)	-	-	-	488
Companhia Transirapé de Transmissão	6.191	(3)	-	-	(19)	6.169
Transchile	16.511	-	7.552	-	-	24.063
Efficientia	6.533	1.411	-	-	1	7.945
Central Termelétrica de Cogeração	84	63	-	-	-	147
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	6.723	-	39	-	-	6.762
Rio Minas Energia	333.603	28.256	-	-	-	361.859
Cemig Trading	22.525	790	-	-	-	23.315
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	16.548	1.064	-	(1.962)	331	15.981
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	28.256	1.661	-	-	564	30.481
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	5.537	362	-	-	-	5.899
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	58.204	3.462	-	(7.060)	901	55.527
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	4.258	431	-	-	-	4.689
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.058	(166)	-	-	-	1.892
	7.760.984	**556.131**	**7.752**	**(94.885)**	**1.655**	**8.231.637**

b) Participação na Light

Foi apurado um deságio na aquisição da Light, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente do deságio (R$84.009) está apresentado na consolidação como Resultado de Exercícios Futuros.

Em 16 de maio de 2007, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") converteu 90% das suas debêntures em ações da Light S.A. correspondente a 31,40% do capital social. Com isto, a participação da Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME") na Light S.A. foi reduzida de 79,39% para 54,20% e por conseqüência a participação da CEMIG de 19,85% para 13,55%. Posteriormente, em 19 de outubro de 2007, o BNDES exerceu o direito conferido por 72.727 bônus de subscrição, o que reduziu a participação da RME para 52,25% e a participação da Cemig para 13,06%.

c) Aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia

O ágio na aquisição das empresas de energia elétrica: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.– EATE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.– ERTE e Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas demonstrações financeiras consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Ativo Imobilizado – Intangíveis.

d) Investimentos na Infovias

O ágio na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado e está sendo amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

Venda da Way TV - Infovias

Em leilão realizado no dia 27 de julho de 2006, a Way TV Belo Horizonte S.A., controlada indireta da CEMIG (investimento de 65,25% da Infovias) foi integralmente vendida à TNL PCS Participações S.A., controlada da Tele Norte Leste Participações S.A., pelo valor de R$103 milhões (parte da Infovias), ágio de 65% sobre o preço mínimo estabelecido no edital e condicionado a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

Em 23 de outubro de 2007, a Anatel aprovou a operação, pendente de publicação no Diário Oficial da União, reconsiderando a decisão de 19 de março de 2007, quando havia negado a anuência de transferência do controle societário.

O lucro da Infovias em função dessa alienação, no montante de R$54.079 mil, foi reconhecido no 4º trimestre de 2007, quando da publicação da aprovação da operação no Diário Oficial da União.

e) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 30/09/2008	Consolidado 30/06/2008
Controladora				
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,48	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,77	181.403	181.403
Usina de Queimado	82,50	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,50	512.946	512.946
Usinas Amador Aguiar I e II	21,05	2,51	54.513	54.351
Depreciação acumulada			(107.628)	(99.203)
Total em operação			929.012	937.275
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50		13.125	13.125
Usina de Funil	49,00		259	134
Usina de Aimorés	49,00		30.738	26.796
Usina de Baguari	34,00		125.747	105.273
Total em construção			169.869	145.328
Total Consórcios			**1.098.881**	**1.082.603**

f) Novas Aquisições

Aquisição de Participação em Empresas Transmissoras

A Brookfield exerceu, em 24 de setembro de 2008, opção de venda para a CEMIG e Alupar Investimento S.A. na proporção de 95% e 5%, respectivamente, de suas ações representativas de 24,99% do capital votante da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE, 24,99% do capital votante da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP, 18,35% do capital votante da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE, 18,35% do capital votante da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE e 7,49% do capital votante da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE.

O valor a ser pago pela CEMIG referente a 95% das ações de propriedade da Brookfield será de R$330,6 milhões, com data-base em 16 de agosto de 2006, e será corrigido até a data de fechamento, prevista para o 4º trimestre de 2008.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela CEMIG estarão sujeitas à aprovação da transferência das ações das empresas acima citadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e outros órgãos financiadores.

Constituição dos Consórcios UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes

Em 03 de julho de 2008, o Conselho de Administração autorizou a participação da Cemig Geração e Transmissão S.A., equivalente a 49% do capital social nos empreendimentos UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes, bem como a celebração dos seguintes contratos de constituição: Consórcio UHE Itaocara, em parceria com a Itaocara Energia Ltda., Consórcio PCH Paracambi, em parceria com a Lightger Ltda., e Consórcio PCH Lajes, em parceria com a Light Energia S.A., todos tendo como objeto a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração dos projetos e a implantação, operação, manutenção e exploração comercial dos respectivos empreendimentos.

15) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Consolidado			
	30/09/2008			30/06/2008
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	**21.210.059**	**(9.298.691)**	**11.911.368**	**11.835.217**
- Distribuição	11.151.416	(4.997.696)	6.153.720	6.082.156
Intangíveis	94.632	(59.654)	34.978	36.653
Terrenos	30.429	-	30.429	30.427
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	308.819	(159.024)	149.795	152.117
Máquinas e Equipamentos	10.629.552	(4.725.451)	5.904.101	5.827.575
Veículos	68.471	(36.466)	32.005	30.750
Móveis e Utensílios	21.516	(17.101)	4.415	4.637
- Geração	7.235.596	(3.066.745)	4.168.851	4.154.810
Intangíveis	87.356	(49.278)	38.080	39.757
Terrenos	202.306	-	202.306	202.306
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.891.638	(1.429.294)	2.462.344	2.481.016
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	792.566	(358.072)	434.494	439.140
Máquinas e Equipamentos	2.256.501	(1.224.146)	1.032.355	991.694
Veículos	3.386	(2.912)	474	314
Móveis e Utensílios	3.341	(3.043)	298	363
- Transmissão	1.830.501	(688.392)	1.142.109	1.145.776
Intangíveis	230.006	(2.710)	227.296	218.707
Terrenos	2.225	-	2.225	2.225
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	105.045	(58.314)	46.731	49.480
Máquinas e Equipamentos	1.492.136	(626.667)	865.469	875.001
Veículos	322	(163)	159	150
Móveis e Utensílios	767	(538)	229	233
- Administração	553.795	(364.233)	189.562	193.638
Intangíveis	152.621	(105.193)	47.428	68.602
Terrenos	2.501	-	2.501	2.501
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	71.327	(38.406)	32.921	33.539
Máquinas e Equipamentos	240.406	(153.733)	86.672	77.639
Veículos	40.050	(30.044)	10.006	10.840
Móveis e Utensílios	46.891	(36.857)	10.034	10.517
- Telecomunicações	340.096	(154.668)	185.428	188.246
Intangíveis	712	(337)	375	416
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	55	(7)	48	48
Máquinas e Equipamentos	338.845	(154.034)	184.811	186.576
Móveis e Utensílios	414	(290)	124	136
- Gás	98.655	(26.957)	71.698	72.688
Intangíveis	1.350	-	1.350	1.350
Terrenos	31	-	31	31
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.219	(568)	1.651	1.681
Máquinas e Equipamentos	94.634	(26.218)	68.416	69.566
Veículos	41	(4)	37	39
Móveis e Utensílios	380	(169)	211	221

	Consolidado			
	30/09/2008			30/06/2008
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Curso	**1.743.862**	**-**	**1.743.862**	**1.686.874**
- Distribuição				
Intangíveis	49.555	-	49.555	46.391
Imobilizado	961.499	-	961.499	919.989
- Geração				
Intangíveis	30.050	-	30.050	29.556
Imobilizado	266.220	-	266.220	266.088
- Transmissão				
Intangíveis	401	-	401	673
Imobilizado	134.641	-	134.641	114.515
- Administração				
Intangíveis	124.517	-	124.517	108.557
Imobilizado	113.178	-	113.178	120.138
- Telecomunicações - Imobilizado	18.138	-	18.138	18.929
- Gás - Imobilizado	45.665	-	45.665	32.241
Total do Imobilizado e Intangível	**22.953.921**	**(9.298.691)**	**13.655.230**	**13.522.191**
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2.547.645)	98.588	(2.491.057)	(2.512.579)
Imobilizado e Intangível Líquido	**20.406.276**	**(9.242.103)**	**11.164.173**	**11.009.612**

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Conforme Resolução ANEEL, o saldo das Obrigações Especiais vinculadas a ativos passou a ser amortizado a partir do segundo ciclo de revisão tarifária, no caso da Cemig Distribuição, a partir de 8 de abril de 2008, em percentual correspondente à taxa média de depreciação dos ativos.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Distribuição o montante de R$339.736, em 30 de setembro de 2008 (R$380.496, em 30 de junho de 2008), referente ao Programa "Luz para Todos".

Alguns terrenos e edificações das controladas registradas como Ativo Imobilizado - Administração, foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R$8.435 em 30 de setembro de 2008 (R$8.568, em 30 de junho de 2008).

16) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	161.620	134.324	-	-
Furnas	84.269	24.273	-	-
CCEE	115.204	50.143	-	-
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	29.911	33.526		
Outros	140.296	205.334	-	-
	511.300	447.600	-	-
Materiais e Serviços	256.603	194.076	7.885	10.690
	767.903	**641.676**	**7.885**	**10.690**
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica :				
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	699	4.861	-	-
	699	**4.861**	**-**	**-**

Parte substancial dos valores devidos à Compra de Energia Livre durante o Racionamento serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 21.

17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Circulante				
Imposto de Renda	704.736	484.598	48.524	35.063
Contribuição Social	244.592	163.641	16.543	13.377
ICMS	299.663	293.532	18.092	18.091
COFINS	99.534	97.708	12.839	19.045
PASEP	18.745	18.310	2.787	4.135
INSS	16.576	16.774	1.327	1.354
Outros	17.517	19.195	873	870
	1.401.363	**1.093.758**	**102.985**	**91.925**
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	86.194	114.998	-	-
Contribuição Social	31.030	41.872	-	-
COFINS	22.689	29.700	-	-
PASEP	4.925	6.446	-	-
	144.838	**193.016**	**-**	**-**
	1.546.201	**1.286.774**	**102.985**	**91.925**
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	196.507	201.027	-	-
Contribuição Social	49.190	51.791	-	-
COFINS	29.939	3.106	-	-
PASEP	10.394	1.401	-	-
Outros	7.671	8.093	-	-
	293.701	**265.418**	**-**	**-**

As obrigações diferidas líquidas estão relacionadas principalmente aos ativos e passivos regulatórios e são devidas à medida que estes ativos e passivos são recebidos ou pagos, respectivamente.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações registradas no ativo, na rubrica de Tributos Compensáveis.

18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

				Consolidado			
				30/09/2008			31/05/2008
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N (3)	2013	6,00	US$	1.379	96.715	97.294	79.699
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US$	14.746	6.939	21.685	17.650
Banco do Brasil – A. – Bônus Diversos (7)	2024	Diversas	US$	15.022	80.212	95.234	78.080
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,60	JPY	2.123	69.781	71.904	59.337
Banco Paribas	2012	5,88	EURO	3.964	7.468	10.563	11.424
Banco Paribas	2010	Libor + 1,675	US$	25.532	22.231	40.583	37.389
KFW	2016	4,50	EURO	1.948	13.022	15.286	14.051
UNIBANCO (6)	2009	8,50	US$	271	8.922	9.193	7.522
UNIBANCO (7)	2009	5,50	US$	81	3.900	3.984	3.267
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US$	280	16.430	16.710	13.721
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US$	5.815	29.600	35.545	26.289
Santander (13)	2009	5,29	US$	5.078	-	5.078	4.222
Itaú (13)	2008	4,88	US$	-	-	-	6.331
ABC Brasil (13)	2008	7,70	US$	-	-	-	6.306
Banco do Brasil (13)	2008	4,89	US$	2.830	-	2.830	-
Banco Inter-Americano del Desarrollo (13)	2028	4,60	US$	9	12.127	12.136	
Banco Inter-Americano del Desarrollo (13)	2026	4,40	US$	568	23.146	23.717	19.703
Outros	2020	Diversas	Diversas	6.825	8.388	15.213	13.779
Dívida em Moeda Estrangeira				**86.227**	**396.547**	**482.774**	**399.801**
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R$	242	75.000	75.242	75.180
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R$	13.487	119.822	133.309	137.758
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R$	8.891	109.277	118.168	115.678
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R$	6.849	126.000	132.849	128.417
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R$	89.916	1.200.000	1.289.916	1.225.032
Banco Itaú – BBA	2008	CDI + 2,00	R$	45.104	-	45.104	40.483
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R$	20.183	304.338	324.521	323.667
HSBC Bank Brasil S.A.	2008	CDI + 2,00	R$	97.656	-	97.656	85.225
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R$	3.031	54.372	58.403	54.419
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	2.484	101.316	103.800	102.700
Bradesco	2014	CDI + 1,70	R$	28.013	379.073	407.086	394.943
Debêntures (12)	2008	CDI + 1,20	R$	41.073	349.056	390.829	377.022
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R$	28.257	238.818	267.075	256.521
Debêntures – Sev. do Estado de M. G. (12) (15)	2020/2031	IGP-M	R$	-	31.960	31.960	31.052
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,80	R$	12.468	302.037	312.496	289.540
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R$	26.151	421.622	447.773	433.187
ELETROBRÁS (15)	2013	FINEL + 7,50 e 8,00	R$	13.368	48.052	61.420	64.617
ELETROBRÁS (15)	2023	UFIR, RGR + 6,00 e 8,00	R$	44.311	226.946	271.256	276.179
Santander	2013	CDI + 1,70	R$	1.978	79.673	81.651	99.812
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R$	6.960	104.095	110.055	106.707
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R$	34.259	509.285	553.535	532.203
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R$	3.829	73.567	77.476	74.689
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR+7,50	R$	56.147	47.320	103.467	100.100
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R$	123.980	632.553	956.535	920.653
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,00	R$	955	9.836	10.491	10.551
Banco do Brasil (14)	2020	TJLP + 2,55	R$	-	28.249	28.249	20.605
Unibanco S.A. (14)	2021	TJLP + 2,55	R$	-	4.082	4.082	-
BNDES – FINEM (10)	2014	TJLP + 4,30	R$	8.702	62.643	102.585	78.915
Debentures I e IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R$	3.952	2.050	6.091	6.481
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,50	R$	11.899	237.500	249.199	246.536
CCB Bradesco (10)	2017	CDI + 0,65	R$	13.417	112.500	125.917	122.114
ABN Amro (10)	2015	CDI + 0,65	R$	257	20.000	20.257	
BNDES – Principal Subscrito ABICID (11)	2014/2018	Diversas	R$	20.041	113.478	133.518	134.603
Outros	2007/2017	Diversas	R$	13.310	24.672	37.982	39.384
Dívida em Moeda Nacional				**711.589**	**6.176.729**	**6.888.318**	**6.677.132**
Total Geral Consolidado				**797.822**	**6.573.275**	**7.371.097**	**7.076.933**

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;
(2) Empréstimo da controladora;
(3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;
(9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº12;
(10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);
(11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;
(12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
(13) Financiamento da Transchile;
(14) Financiamento de Cachoeirão;
(15) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante	Tot
edas										
lar Norte-Americano	49.729	83.740	90.174	38.664	35.372	32.062	5.178	2.244	83.456	380
ro	1.123	4.775	4.775	4.775	3.277	1.776	1.776	1.777	1.777	25
n	2.123	69.761	-	-	-	-	-	-	-	71
dBNDES (**)	307	718	473	349	349	349	349	349	1.220	4
	53.282	**158.994**	**95.422**	**43.778**	**39.998**	**34.187**	**7.300**	**4.370**	**86.453**	**482**
dexadores										
dice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	28.151	-	-	-	-	-	-	140.541	281.091	447
idade Fiscal de Referência – UFIR	13.006	47.374	49.781	42.279	33.446	25.218	21.182	17.388	29.576	274
rtificado Depósito Interbancário – CDI	451.538	703.472	623.126	720.022	935.094	1.080.677	835.318	152.523	37.500	6.339
dice Interno da Eletrobrás – FINEL	4.761	12.561	14.285	12.013	10.055	7.733	-	-	-	61
TJ (*)	12.157	35.034	40.508	39.484	39.484	39.484	34.752	12.273	22.582	275
dice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	11.208	1.385	1.384	1.405	1.387	1.395	303.416	901	39.731	362
dBNDES (**)	1.603	2.880	2.931	2.931	2.931	2.931	2.931	978	-	19
xa Referencial – TR	80	55.067	47.320	-	-	-	-	-	-	102
utros (IGP-DI, INPC) (***)	2.772	-	124	247	585	585	708	281	-	5
	523.276	**857.573**	**779.459**	**818.378**	**1.022.992**	**1.160.023**	**998.307**	**324.885**	**408.440**	**6.888**
	576.558	**1.016.567**	**933.881**	**862.156**	**1.061.990**	**1.192.210**	**1.005.607**	**329.255**	**492.893**	**7.371**

(*) UFIR e - Unidade de Referência de Taxa de Juros
(**) UMBNDES – Unidade Monetária do BNDES
(***) IGP-DI – Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 30/09/2008 %	Variação acumulada em 2008 %	Indexadores	Variação no trimestre findo em 30/09/2008 %	Variação acumulada em 2008 %
Dólar Norte-Americano	20,25	8,07	IGP-M	1,54	8,47
Euro	7,45	3,24	FINEL	0,31	2,36
Yen	19,97	13,55	CDI	3,16	8,72
			SELIC	3,22	8,83
			UMBNDES	21,79	10,97

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 30/06/2008	7.076.933	74.688
Empréstimos e Financiamentos obtidos	69.007	-
Variação monetária e cambial	124.254	-
Encargos financeiros provisionados	191.480	2.726
Encargos financeiros pagos	(55.386)	-
Ajuste a Valor Presente	4.620	-
Amortização de financiamentos	(39.811)	-
Saldo em 30/09/2008	**7.371.097**	**77.414**

19) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2008	30/06/2008
Reserva Global de Reversão – RGR	29.106	30.690
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	52.001	36.796
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	35.269	35.507
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.462	3.445
Eficiência Energética	161.533	154.132
Pesquisa e Desenvolvimento	139.026	131.552
Pesquisa Expansão Sistema Energético	17.467	17.618
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	34.619	35.056
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.755	2.364
	475.647	**448.569**
Passivo Circulante	459.153	431.216
Passivo Não Circulante	16.494	17.353

20) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

a) Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R$2.130.864, apurado em 31 de dezembro de 2007, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC, no qual mais de 80% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD. Em 02 de junho de 2008, foi extinto com a assinatura do 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, que visou a transferência do saldo devedor do contrato referente ao Plano BD para o Plano A.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado - PSI - para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. O prazo previsto para a conclusão do processo de separação do plano de saúde é de 12 meses, onde serão mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R$ 949.784 em 30 de setembro de 2008 (R$1.040.502 em 30 de junho de 2008) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que ocorram pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas, conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, do superávit obtido no exercício de 2007, R$89.462 foram utilizados em agosto de 2008 para amortização do saldo devedor da dívida.

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira e utilização de superávit para amortização da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionados nos parágrafos anteriores, não produziram efeitos contábeis no resultado da Cemig Distribuição. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2007.

b) Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light, controlada da RME, é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos; cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos - A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R$953.957 em 30 de setembro de 2008 (R$936.746 em 30 de junho de 2008). O efeito no consolidado da Companhia é da parcela correspondente a 25% deste valor conforme consolidação proporcional.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 30 de abril de 2008.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 30 de junho de 2008	455.859	281.470	324.630	14.646	417.825	1.474.430
Despesa Reconhecida no Resultado	26.089	9.698	14.709	656	10.515	61.667
Contribuições Pagas	(24.113)	(5.396)	(7.198)	(177)	(2.114)	(38.998)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2008	**457.836**	**285.772**	**332.141**	**15.125**	**426.226**	**1.497.099**
Passivo Circulante	73.099	7.971				81.070
Passivo Não Circulante	384.736	257.801	332.141	15.125	426.226	1.416.029

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ				
Passivo Líquido em 30 de junho de 2008	22.063	15.982	720	17.283	56.068
Despesa Reconhecida no Resultado	1.488	741	34	533	2.796
Contribuições Pagas	(1.245)	(411)	(10)	(115)	(1.781)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2008	**22.328**	**16.312**	**744**	**17.701**	**57.083**
Passivo Circulante	3.809				3.809
Passivo Não Circulante	18.517	16.312	744	17.701	53.274

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG nos próximos 12 meses para amortização das obrigações atuariais.

21) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado do Exercício será de R$165.130, líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado					
	Saldo Bruto em 30/06/2008 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 30/09/2008
Trabalhistas						
Diversos	120.824	168	(5.314)	115.678	(15.596)	100.082
Cíveis						
Danos Pessoais	31.802	2.944	-	34.746	-	34.746
Majoração Tarifária	108.594	4.809	-	113.403	(11.751)	101.652
Outras	144.593	7.136	(875)	150.856	(10.474)	140.382
Fiscais						
FINSOCIAL	21.048	91	-	21.139	(1.615)	19.524
PIS/COFINS	56.397	764	-	57.161	-	57.161
ICMS	19.153	-	-	19.153	-	19.153
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	72.010	2.250	-	74.260	-	74.260
Contribuição Social	6.633	67	-	6.700	-	6.700
INSS	35.018	(2.001)	-	33.017	-	33.017
Outras	10.168	219	-	10.385	(5.960)	4.425
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	52.193	2.816	-	55.009	(6.072)	48.937
Total	678.431	19.265	(6.189)	691.507	(51.468)	640.039

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

	Controladora					
	Saldo Bruto em 30/06/2008 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 30/09/2008
Trabalhistas						
Diversos	69.918	-	(2.118)	67.800	(8.317)	59.483
Cíveis						
Danos Pessoais	24.659	2.763	-	27.422	-	27.422
Majoração Tarifária	82.605	3.977	-	86.582	(11.751)	74.831
Outras	79.354	5.184	-	84.538	(4.664)	79.874
Fiscais						
FINSOCIAL	21.048	91	-	21.139	(1.615)	19.524
ICMS	-					
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	72.010	2.250	-	74.260	-	74.260
INSS	1.006	31	-	1.037	-	1.037
Outras	3.435	116	-	3.551	(3.551)	-
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	11.452	363	-	11.815	(6.072)	5.743
Total	365.487	14.775	(2.118)	378.144	(35.970)	342.174

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração, é de R$113.403, integralmente provisionado.

(c) PIS-COFINS

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Quanto ao alargamento da base de apuração do PIS e da COFINS, além de ter-se verificado a decadência do direito de cobrança pela autoridade fiscal, houve decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no processo movido pela Light, publicada em 30 de junho de 2008, em que foi declarado inconstitucional o art. 3º, § 1º, da Lei 9.718/98 e que atualmente aguarda apenas a interposição eventual de recurso pela Fazenda Nacional.

Com base na decisão proferida pelo STF, a Light SESA efetuou a reversão dos valores provisionados relativos à expansão da base de cálculo no montante de R$108.090, em contrapartida à rubrica "despesa financeira" no resultado do 2º trimestre de 2008.

Assim sendo, em 30 de setembro de 2008 permanece provisionado R$52.763 referente ao aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Os valores informados acima correspondem a 25% do total em conformidade a consolidação proporcional efetuada pela Companhia.

(d) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R$19.153.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R$74.260 (R$72.010 em 30 de junho de 2008) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) INSS

Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade solidária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R$33.017 (R$35.018 em 30 de junho de 2008).

(g) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R$43.194.

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável e no valor de R$6.274.

(h) Outros

Refere-se basicamente a diversas reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão em 30 de setembro de 2008 representa a perda potencial sobre as reivindicações.

(i) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG e suas controladas discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R$316.755, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R$28.812. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 30 de setembro de 2008, de R$281.685. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 30 de setembro de 2008 é R$136.603. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

(iii) Atos da Agência Reguladora e Tribunal de Contas

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R$670.546, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor do débito. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

Em 14 de novembro de 2003, o Tribunal de Contas da União iniciou um procedimento administrativo contra a ANEEL para avaliar os critérios adotados pela Agência no Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. O Tribunal de Contas solicitou a CEMIG que providenciasse certas informações com relação a suas tarifas, o que, de acordo com o Tribunal de Contas da União, foram aprovadas incorretamente pela ANEEL.

Adicionalmente, o Tribunal de Contas da União contestou o índice e o Fator X utilizados pela ANEEL na revisão tarifária de 2003. A CEMIG impetrou um processo administrativo antes que o Tribunal de Contas da União contestasse a decisão.

A potencial perda nessas ações do Tribunal de Contas é de R$84.979. A Companhia não registrou nenhuma provisão e considera a expectativa de perda nessa ação como possível.

(iv) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R$121.835, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R$103.098. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

(v) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R$129.204, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subseqüentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R$17.763. Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(vi) Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, em face da ANEEL, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o Despacho ANEEL nº 288/2002, em conformidade ao pleito da Distribuidora, sendo que tal medida será somente efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008. Essa recontabilização e liquidação implica em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R$76.076. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008 junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

(vii) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e a Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R$700.002. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

22) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Saldo em 30 de junho de 2008	9.515.329
Lucro Líquido do Trimestre	516.237
Saldo em 30 de setembro de 2008	**10.031.566**

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

23) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh (*)		R$	
	30/09/2008 (*)	30/09/2007 (*)	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Residencial	9.004.712	8.712.765	6.732.489	6.468.148	3.225.000	3.281.194
Industrial	87.459	85.600	19.647.290	18.165.879	2.675.868	2.473.765
Comercio, Serviços e Outros	845.320	827.185	4.347.312	4.112.500	1.899.420	1.851.775
Rural	497.312	562.925	1.679.417	1.568.252	428.796	430.089
Poder Público	63.364	60.599	762.282	715.241	309.815	289.611
Iluminação Pública	3.173	2.688	914.760	911.782	228.814	239.118
Serviço Público	8.742	9.012	1.001.258	885.928	278.079	271.763
Sub-Total	10.511.072	10.260.764	35.084.818	32.957.730	9.255.690	8.833.315
Consumo Próprio	1.174	1.160	38.959	39.828	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	56.460	72.204
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	9.320	(2.706)
	10.512.246	10.261.924	35.123.777	32.997.558	9.321.372	8.902.814
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	83	47	8.419.530	9.942.896	983.605	786.595
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	11.266	85.809
Total	**10.512.329**	**10.261.971**	**43.543.307**	**42.940.452**	**10.316.243**	**9.705.218**

(*) A tabela de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light, controlada da RME.
A tabela de MWh inclui 25,00% dos MWh totais vendidos pela Light.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – "ELETROBRÁS", reembolsava, até abril de 2008, as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas, em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

A ANEEL está revisando os procedimentos de apuração pela Companhia da receita referente a subvenção aos consumidores de baixa renda. Em função dessa revisão, estão pendentes de recebimento os valores do período de fevereiro de 2007 a dezembro de 2007.

A ANEEL incluiu na revisão tarifária de abril de 2008 os valores a serem reembolsados a Companhia pela subvenção aos consumidores de baixa renda a partir dessa data.

24) – RECEITA DE USO DA REDE

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	30/09/2008	30/09/2007
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição - TUSD	1.027.543	981.839
Receita de Uso da Rede Básica	436.502	305.501
Receita de Sistema de Conexão	93.871	160.213
	1.557.916	**1.427.553**

Conforme consta de alguns contratos de concessão de transmissão estabelecidos com a ANEEL, as receitas a serem auferidas nos últimos 15 anos dos mencionados contratos são 50,00% inferiores às verificadas nos primeiros 15 anos da concessão. A Companhia reconhece as receitas dessas concessões de acordo com os referidos contratos.

25) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Fornecimento de Gás	289.541	209.307	-	-
Serviço Taxado	13.944	10.872	-	-
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	69.319	111.960	-	-
Prestações de Serviços	75.402	54.084	-	343
Aluguel e Arrendamento	40.929	39.721	392	316
Outras	4.272	23.030	-	-
	493.407	**448.974**	**392**	**659**

26) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Tributos sobre a Receita				
ICMS	2.302.550	2.238.017	-	-
COFINS	936.883	884.641	-	-
PIS-PASEP	190.455	188.906	-	-
ISSQN	2.800	700	-	13
	3.432.688	3.312.264	-	13
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	132.869	120.406	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	29.164	24.095	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	293.883	292.101	-	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	293.518	331.744	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	20.834	21.559	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	20.484	19.980	-	-
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	8.689	19.757	-	-
Encargos de Capacidade Emergencial	-	7.217	-	-
	799.441	837.559	-	13
	4.232.129	**4.149.123**	**-**	**13**

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a Parcela A e Reajuste Tarifário Diferido em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

27) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Pessoal, Administradores e Conselheiros	822.972	732.573	18.106	18.734
Obrigações Pós-Emprego	187.157	93.210	8.389	3.858
Materiais	72.857	66.585	140	213
Matéria-Prima	65.185	44.768	-	-
Serviços de Terceiros	474.204	439.292	8.146	8.189
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.177.689	1.949.745	-	-
Depreciação e Amortização	542.234	585.294	175	525
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	98.542	101.731	-	-
Provisões Operacionais	175.570	210.436	46.840	43.466
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	530.621	494.263	-	-
Gás Comprado para Revenda	167.841	101.154	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (Recuperação de Despesas)	192.586	211.433	(1.651)	4.203
	5.507.258	**5.030.486**	**80.145**	**79.208**

DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Remunerações e Encargos	754.541	723.654	13.381	15.136
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	45.303	47.925	1.939	1.836
Benefícios Assistenciais	86.655	60.753	1.971	1.762
	886.499	852.332	17.291	18.734
Programa Prêmio de Desligamento - PPD	39.753	-	815	-
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(103.280)	(119.759)	-	-
	822.972	732.573	18.106	18.734

PROGRAMA PRÊMIO DESLIGAMENTO - PPD

Em 11 de março de 2008, foi aprovado pela Diretoria Executiva o Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea, a partir daquela data. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do PPD.

Para os empregados com 55 anos de idade e 35 anos de contribuição, se do sexo masculino, ou 30 anos de contribuição, se do sexo feminino, somente são assegurados os incentivos financeiros do Programa se a adesão ocorrer no prazo máximo de 90 dias após a data de atendimento aos critérios de idade e tempo de contribuição mencionados.

Em 30 de setembro de 2008 o PPD já contava com a adesão de 384 empregados (68 empregados da Cemig Geração e Transmissão S.A., 287 da Cemig Distribuição S.A. e 9 da Cemig Holding), sendo constituída uma provisão referente aos incentivos financeiros no valor de R$39.753.

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado	
	30/09/2008	30/09/2007
Energia de Itaipu Binacional	676.954	887.725
Energia de curto prazo	235.407	34.580
PROINFA	98.845	53.279
Contratos Iniciais	10.992	11.573
Contratos Bilaterais	309.177	209.084
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	734.395	753.504
Energia RTE/Parcela A	111.919	-
	2.177.689	**1.949.745**

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Prêmio de Aposentadoria (Reversão de provisão)	(2.229)	(691)	(26)	2.134
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	85.324	115.424	(11.390)	(2.179)
Provisão (Reversão) para Contingências Trabalhistas	5.838	36.032	(4.996)	33.816
Provisão (Reversão) para Processos Administrativos da ANEEL	5.989	32.812	(666)	2.812
Provisão (Reversão) para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	49.162	(9.477)	42.407	(9.477)
Provisão para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	16.700	16.299	16.736	16.892
Lucro Inflacionário	(4.382)	4.513	(4.382)	4.513
Outras	17.169	13.526	9.356	(5.025)
	175.570	**210.438**	**46.840**	**43.486**

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Arrendamentos e Aluguéis	28.511	26.745	326	348
Propaganda e Publicidade	22.511	18.861	627	330
Consumo Próprio de Energia Elétrica	11.517	12.426	-	-
Subvenções e Doações	24.218	20.126	600	590
Taxa de Fiscalização da ANEEL	31.314	27.886	-	-
Concessão Onerosa	14.351	9.570	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	15.476	5.819	109	62
Seguros	4.693	4.234	98	33
Contribuição ao MAE	2.920	2.624	3	2
Taxa de Licenciamento – TDRF (*)	24.102	22.517	-	-
PROINFA	7.927	5.512	-	-
Ajuste a Valor Presente – Concessão Onerosa	(8.542)	-	-	-
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos	4.929	-	-	-
Outras Despesas (Recuperação de Despesas)	8.659	55.113	(3.414)	2.838
	192.596	**211.433**	**(1.651)**	**4.203**

(*) TFDR – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

28) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	201.192	143.417	4.409	5.453
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	127.098	92.506	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	119.029	118.484	-	
Variação Monetária da CVA	28.727	36.656	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	93.944	380.551	4.356	20.146
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	66.576	104.494	-	-
Variações Cambiais	22.375	117.509	49	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(33.158)	9.916	(23.359)	(25.276)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	4.144	3.370	-	-
Ajuste a Valor Presente	20.490	-	-	-
Compensação Financeira - RME	82.702	-	82.702	-
Rendas FIDC	-	-	27.226	24.485
Outras	106.054	115.342	18.174	40.341
	941.173	1.122.245	113.556	65.149
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(819.517)	(850.872)	(7.571)	(7.817)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(7.831)	(123.942)	-	-
Variação Monetária da CVA	(23.245)	(30.496)	-	-
Variações Cambiais	(55.774)	(11.870)	(11)	(1.704)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(73.587)	(24.036)	-	(237)
C.P.M.F.	(6.581)	(52.848)	(2.375)	(4.716)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre – atualização	(24.173)	(156.385)	(4.357)	(20.146)
Ajuste a Valor Presente	(23.138)	-	-	-
Reversão da Provisão do PIS/COFINS	108.090	-	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(23.825)	(132.680)	-	-
Outras	(109.576)	(100.404)	(30.124)	(20.348)
	(858.957)	(1.283.733)	(44.436)	(54.968)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(17.784)**	**(161.488)**	**69.119**	**10.181**

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

Os encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no 3º trimestre de 2008 no montante de R$2.733, foram transferidos para a rubrica de Ativo Imobilizado e não houve variação monetária ou cambial capitalizada no mesmo período (R$6.697 de encargos financeiros e não houve variações monetárias/cambiais no 3º trimestre de 2007).

Foi registrada em 2008 uma receita financeira no montante de R$108.090 referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira. Vide maiores detalhes na Nota Explicativa nº 21.

A Companhia reconheceu um ganho financeiro, no 2º trimestre de 2008, no montante de R$82.702, referente a uma compensação financeira a ser paga pelos acionistas da RME pela renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra dos direitos dos sócios da RME sobre os ativos de geração da Light por um valor previamente acordado. Um dos acionistas da RME realizou o pagamento integral em julho de 2008 sendo que os demais farão o pagamento em um período máximo de 9 anos, com correção pela SELIC mais 1,00% ao ano, utilizando-se de 10,00% dos dividendos a serem pagos pela LIGHT aos acionistas da RME nesse período.

29) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
EMPRESAS	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	492.225	405.686	-	-	113.539	112.900	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica (1)	26.990	3.616	38.339	8.705	17.282	-	(60.010)	(52.480)
Colgantes e Controladas ou Controladoras	12.710	4.880	9.968	4.186	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	562.000	517.515	-	-	138.007	140.905	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica (1)	36.328	9.705	28.963	3.614	60.510	52.480	(17.282)	-
Colgantes e Controladas ou Controladoras	364	364	34	20	-	-	-	-
Light S.A.								
Fornecimento de Energia Elétrica (1)	100	381	103	564	16.089	41.277	(4.335)	(16.333)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores	2.626	1.936	-	-	52.704	47.665	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante	165.914	146.939	294.935	292.945	(1.940.096)	(1.672.557)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (2)	1.757.462	1.714.504	-	-	-	31.801	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante	88.999	88.333	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (3)	29.435	31.889	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	96.675	96.675	-	-	-	-
Debêntures (4)	-	-	31.980	31.052	-	-	(828)	(3.062)
Fundo de Direitos Creditórios (5)	-	-	954.333	920.633	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG (6)	-	-	19.535	16.403	-	-	-	-
Fortuna								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (7)	-	-	73.100	78.247	-	-	(107.157)	(95.210)
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante (7)	-	-	1.156.228	1.134.713	-	-	-	-
Outros	-	-	15.012	14.062	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-	-	(36.865)	(40.753)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(8.647)	(8.520)
Outros	7.155	7.155	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	38.534	41.419	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão e Light Energia, decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento;
(2) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 12;
(3) Parcela substancial do valor refere-se a renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
(4) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão (valores ajustados a valor presente em setembro de 2008);
(5) Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano. Vide informações Nota Explicativa nº 12;
(6) Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a. a.);
(7) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG,CEMIG GT e CEMIG D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano. Vide informações Nota Explicativa nº 20.

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 4, 9, 12, 17, 18, 20, 21, 22, 26 e 28.

30) – EXPOSIÇÃO CAMBIAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de setembro de 2008, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item b.

a) Risco de taxas de câmbio – Exposição Cambial

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

	Consolidado e Controladora	
EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	**30/09/2008**	**30/06/2008**
Dólar Norte-Americano (nota 18)		
Empréstimos e Financiamentos	380.606	311.155
Operações contratadas de hedge/swap (*)	(47.472)	(26.808)
	333.174	284.347
Yen (nota 18)		
Empréstimos e Financiamentos	71.884	59.337
(-) Operações contratadas de hedge	(69.742)	(58.131)
	2.142	1.206
Outras Moedas Estrangeiras (nota 18)		
Empréstimos e Financiamentos		
Euro	25.831	25.475
Outros	4.463	3.834
	30.294	29.309
Passivo Líquido Exposto	**365.570**	**314.862**

(*) Inclui a operação contratada de R$75.000

Deve-se ressaltar que a exposição demonstrada acima às taxas de câmbio é mitigada pela Companhia também através dos contratos de venda de energia a consumidores livres indexados a variação do dólar norte-americano.

b) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e "swaps" de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da CEMIG contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações geraram perdas de janeiro a setembro de 2008 e 2007 nos montantes de R$19.681 e R$129.510, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado (justo) de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia, as perdas não realizadas registradas e a respectiva estimativa do valor justo destes instrumentos em 30 de setembro de 2008.

O valor justo estimado para os derivativos foi apurado calculando-se o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam os instrumentos nas datas de apuração.

				Perda não realizada				Efeito acumulado	
Ativo da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período do Vencimento	Valor principal contratado*	Valor Contábil		Valor Justo		Valor recebido	Valor pago
				30/06/2008	30/06/2008	30/06/2008	30/06/2008	30/06/2008	30/06/2008
US$ variação cambial + taxa (3,30% a.a. a 7,40% a.a.)	R$ 100% do CDI + taxa (1,00% a.a. a 3,01% a.a.)	De 10/2006 até 06/2013	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
€ (Yen japonês) variação cambial + taxa (5,00 % a.a.)	R$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-
R$ 100,00% do CDI	R$ ou US$ 46,00% do CDI ou variação cambial interna (o que for maior)	Em 07/2011	R$75.000	[illegible]	19	[illegible]	19	[illegible]	[illegible]
				[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(*) Valor principal contratado (em milhares), nas datas de 30/06/2008 e 30/06/2008

Adicionalmente a controlada em conjunto Light utiliza operações de "swap" para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 30 de setembro de 2008, é negativo em R$483 (R$2.849 em 30 de junho de 2008).

Análise de sensibilidade (informação não revisada pelos auditores independentes)

Os dois primeiros instrumentos derivativos demonstrados na tabela acima indicam que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia estima que a taxa do CDI no final de 2008 será de 13,75%, o que representará uma despesa no resultado no montante de R$6.290. Nos cenários possível e remoto de uma taxa do CDI de 17,19% e 20,63%, respectivamente, no final de 2008, os impactos no resultado seriam de R$7.773 e R$9.223.

O último instrumento derivativo demonstrado na tabela acima indica que a Companhia está exposta a variação da cotação mensal do dólar norte-americano em relação ao Real (caso seja superior a 48,00% do CDI). A Companhia estima que a cotação do dólar norte-americano em relação ao Real no final de 2008 será de R$2,00. Neste cenário, considerando que este instrumento derivativo tem liquidação mensal, o impacto no resultado no 4º trimestre de 2008 será de R$13.550 (não considerando os efeitos fiscais). Nos cenários possíveis e remotos de uma cotação do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2008 de R$2,50 e R$3,00, respectivamente, os impactos no resultado seriam de R$22.947 e R$42.536.

31) – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO

Em 07 de abril de 2008, a ANEEL divulgou o resultado da 2ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. O impacto percebido pelos consumidores será uma redução média de 12,24% nas contas de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2008, devendo ser considerando que o reajuste teve aplicação diferenciada por categoria de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram uma redução de 17,11% em suas contas de energia comparada a uma redução de 8,02% para os consumidores de alta tensão.

O resultado da Revisão se insere no contexto da regulamentação em vigor que prevê o repasse de ganhos de produtividade à tarifa cobrada aos consumidores, resultantes de redução de custos obtida nos últimos anos do ciclo tarifário.

No que se refere às tarifas de uso do Sistema de Distribuição – TUSD, cobradas dos consumidores livres em função da utilização da rede da Cemig Distribuição, ocorreu um aumento de 2,01% na tarifa, resultado principalmente do aumento de 3,25% nos consumidores conectados em 138kV.

Deve ainda ser ressaltado que a partir do 2º ciclo de revisão tarifária da Companhia, ou seja, 8 de abril de 2008, as Obrigações Especiais passaram a ser amortizadas, com o registro a crédito no resultado do exercício, utilizando-se a taxa média de depreciação dos ativos que lhe deram origem. De acordo com a estimativa da Companhia, o valor credor a ser registrado no resultado de 2008 referente a essa depreciação corresponde a aproximadamente R$68.000.

32) – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de outubro de 2008, após a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e demais credores, a CEMIG através da sua controlada em conjunto Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE concluiu a aquisição de 80% do capital social da LUMITRANS – Companhia Transmissora de Energia Elétrica e de 80% do capital social da STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.. A EATE pagou R$32.455 pelas ações da Lumitrans e R$56.779 pelas ações da STC.

33) – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Período	1.606.794	1.468.758	1.641.389	1.468.758
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Depreciação e Amortização	542.234	585.294	175	525
Baixas Líquidas de Imobilizado	18.355	21.018	9	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.752.193)	(1.600.700)
Participação de Minoritários	84.963	89.039	-	-
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(6.290)	(355.400)	(84.235)	(44.394)
Provisão de Perdas na Recuperação dos Valores de Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	24.173	156.385	4.357	20.148
Provisões para Perdas Operacionais	90.557	114.484	87.977	43.486
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	19.681	129.510	-	-
Obrigações Pós-Emprego	187.157	93.210	8.388	3.858
Impostos Federais Diferidos	(70.296)	(196.704)	(6.228)	(15.526)
Outros	(1.880)	(18.449)	-	1.686
	2.494.668	2.087.145	(100.361)	(122.149)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(14.143)	(155.542)	-	-
Revendedores - Transações na CCEE/MAE	11.878	92.579	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	274.911	266.187	-	-
Créditos Tributários Diferidos	381.770	(233.828)	97.905	17.138
Recebimento de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	128.756	122.007	-	-
Tributos Compensáveis	(670.059)	(958.467)	5.600	(61.625)
Outros Ativos Circulantes	(37.615)	91.260	(14.999)	(4.970)
Despesas Antecipadas - CVA	(157.720)	(210.093)	-	-
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	563.667	1.122.034
Concessionária Transporte de Energia	9.594	(86.885)	-	-
Depósitos Judiciais	(34.960)	(26.535)	5.062	(1.817)
Reajuste Tarifário Diferido	284.896	368.132	-	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(20.912)	(26.126)	(3.290)	(2.556)
	137.287	(747.341)	653.945	1.068.204
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(197.673)	(145.519)	(3.896)	(4.475)
Tributos e Contribuição Social	404.168	1.053.486	(21.388)	77.051
Salários e Contribuições Sociais	(5.484)	32.740	2.502	2.230
Encargos Regulatórios	61.918	(11.873)	-	-
Empréstimos e Financiamentos	186.940	(54.923)	(1.908)	(3.427)
Obrigações Pós-Emprego	(155.637)	(176.543)	(6.843)	(9.336)
Passivo Regulatório - CVA	(68.715)	330.710	-	-
Instrumentos Financeiros	(21.189)	(16.142)	-	-
Outros	(104.835)	59.035	(87.257)	20.464
	76.514	1.070.971	(118.788)	82.505
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	2.708.469	2.410.775	434.806	1.048.560
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	237.218	369.944	-	-
Recebimento de Quotas do FIDC	-	-	899	7.267
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(700.605)	(872.039)	-	(30.246)
Empréstimos de Curto Prazo	-	600.000	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(432.593)	(680.470)	(432.593)	(680.470)
	(895.980)	(582.565)	(431.694)	(703.449)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	1.812.489	1.828.210	3.112	345.111
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(63.227)	(93.936)	53.782	(9.935)
No Imobilizado	(847.669)	(644.326)	(208)	(9)
Obrigações Especiais - Contribuições do Consumidor	49.703	151.320	-	-
No Diferido	(5.509)	(4.401)	-	-
	(866.702)	(791.343)	53.557	(9.944)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**945.787**	**1.036.867**	**56.669**	**335.167**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do período	2.066.219	1.375.501	21.953	23.389
No fim do período	3.012.006	2.412.368	78.622	358.556
	945.787	**1.036.867**	**56.669**	**335.167**

34) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA EM 30 DE SETEMBRO DE 2008

(não revisada pelos auditores independentes)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME Light	STEP, BYTE, ERTE, EATE, ECTE	SABESP	RIPOVAS	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	11.106.774	6.346.029	10.136.641	2.224.123	398.697	446.092	250.107	141.602	123.159	959.156	(8.808.300)	25.114.548
Disponibilidade	78.823	1.322.994	965.242	216.088	28.623	134.201	34.871	32.201	42.314	145.609	-	3.012.898
Contas a Receber	1.080.934	102.927	1.734.609	102.832	8.002	156.712	-	4.607	3.387	31.446	(172.612)	4.298.417
Ativo Regulatório	-	21.375	1.362.231	77.601	-	-	-	-	-	-	-	1.947.207
Outros Ativos	653.223	824.215	1.016.917	360.801	3.107	47.298	45.288	14.202	4.379	33.158	60.119	3.021.398
Investimentos/Imobilizado/Diferido	8.488.803	5.780.558	4.174.831	1.001.345	225.233	117.028	205.086	71.598	72.800	348.823	(8.231.637)	12.352.673
PASSIVO	11.106.774	6.346.029	10.136.641	2.224.123	398.697	446.092	250.107	141.602	123.159	959.156	(8.808.300)	25.114.548
Fornecedores e Suprimentos	7.305	108.919	550.033	105.470	403	36.613	5.214	8.279	3.151	14.384	(73.984)	766.602
Empréstimos, Financiamento e Debêntures	77.414	2.302.324	2.630.852	146.731	138.032	-	-	-	-	86.280	804.223	7.171.897
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	440.384	102.300	492.228	-	9.640	-	3.833	-	3.000	22.558	(1.092.765)	440.384
Obrigações Pós-Emprego	87.862	201.109	282.898	285.772	-	-	-	-	-	-	-	1.467.888
Outros Passivos	402.862	684.275	2.570.891	556.828	11.504	173.119	15.201	23.209	8.947	52.141	(160.285)	4.625.773
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-	34.888	-	-	-	-	-	-	-	34.888
Participações Minoritárias	-	-	-	402.533	-	-	-	-	-	-	-	402.533
Patrimônio Líquido	10.031.586	3.057.129	2.984.976	301.898	112.577	236.360	260.818	111.234	106.107	801.386	(8.231.637)	10.031.586
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	302	2.108.802	4.020.803	801.212	50.392	230.103	60.723	38.866	34.202	136.197	(198.066)	8.123.437
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL												
Pessoal	(10.156)	(191.103)	(533.888)	(41.728)	(1.402)	(8.319)	(3.882)	(773)	(807)	(1.898)	-	(822.972)
Pessoal - Administradores e Conselheiros												
Obrigações Pós-Emprego	(8.208)	(38.073)	(111.588)	(31.249)	-	-	-	-	-	-	-	(187.107)
Materiais	(146)	(10.010)	(37.433)	(2.058)	(73)	(839)	(498)	(100)	(117)	(238)	-	(52.057)
Matéria Prima	-	(85.103)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(85.103)
Serviços de Terceiros	(8.746)	(85.256)	(311.074)	(45.307)	(3.088)	(2.949)	(12.014)	(1.900)	(1.782)	(12.908)	-	(474.294)
Comp. Pessoal Utilização Recursos Hídricos	-	(94.380)	-	-	-	-	-	(1.844)	(870)	(1.812)	-	(98.342)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(1.700.443)	(488.423)	-	-	-	-	(2.128)	(16.802)	107.150	(2.117.608)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(208.943)	(345.748)	(66.815)	-	-	-	-	(2.457)	(6.404)	91.273	(538.021)
Depreciação e Amortização	(175)	(107.349)	(271.228)	(61.228)	(1.645)	(2.019)	(20.340)	(1.942)	(1.638)	(8.784)	-	(542.234)
Provisões Operacionais	(40.848)	1.013	(82.377)	(60.522)	-	-	-	-	-	(2.134)	-	(175.378)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(107.841)	-	-	-	-	-	(107.841)
Outros Despesas Líquidas	1.801	(40.829)	(117.784)	(18.212)	(788)	(3.712)	(4.808)	(273)	(138)	(1.976)	-	(182.888)
	(58.143)	(802.040)	(3.916.873)	(821.404)	(11.896)	(108.440)	(40.624)	(8.784)	(8.778)	(47.012)	198.088	(5.037.256)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Resultado (despesas) Financeiras	(78.753)	1.306.842	1.012.310	159.808	44.516	38.647	17.888	34.084	14.378	50.383	-	2.828.178
Resultado Financeiro	68.110	(178.749)	(12.803)	(8.442)	(11.894)	10.744	3.222	4.370	3.223	5.770	-	(17.764)
Lucro (prejuízo) Operacional	(10.639)	1.127.092	999.702	248.158	32.622	50.388	20.898	38.234	17.888	94.183	-	2.810.380
Resultado Não Operacional	(6.674)	(10.273)	(5.133)	2.147	4	-	310	-	-	(5)	-	(19.243)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(17.308)	1.116.813	994.343	251.887	32.608	50.388	21.128	38.234	17.888	94.182	-	2.801.112
Imposto de Renda e Contribuição Social	(91.171)	(223.570)	(250.038)	(74.094)	(10.033)	(16.976)	(7.297)	(8.023)	(1.880)	(10.023)	-	(634.882)
Participações Minoritárias	-	-	-	(84.863)	-	-	-	-	-	-	-	(84.863)
Participações dos Empregados	(2.214)	(14.700)	(40.467)	-	-	-	-	-	-	(142)	-	(60.523)
Lucro Líquido do Exercício	(110.794)	778.877	668.037	92.930	22.146	64.303	13.829	19.208	16.641	75.487	-	1.808.784

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA EM 30 DE SETEMBRO DE 2007

(não revisada pelos auditores independentes)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME LIGHT	GATE, ESTE, SAFE, BITS, ETNE	GASMIG	MPEG	SÁ CARVALHO	RUSAL	SUTRAG	FDC	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Disponibilidades	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]
Contas a Receber	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ativo Regulatório	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Contas de Ativo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]
Investimentos em Empresas Ativas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]
PASSIVO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Fornecedores e Suprimentos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]
Obrigações Pós-Emprego	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Capital Próprio	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Participação Minoritária	-	-	-	[illegible]	-	-	[illegible]	-	-	-	-	-	[illegible]
Patrimônio Líquido	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]
RESULTADO													
Receita Operacional Líquida	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Custo e Despesa Operacional													-
Pessoal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]
Materiais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]
Matéria Prima	-	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Serviços de Terceiros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]
Custo Financeiro Obrigações Reuniões Públicas	-	[illegible]	-	-	-	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]
Depreciação e Amortização	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]
Obrigações Pós-Emprego	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Provisões Operacionais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	-	-	[illegible]	-	-	[illegible]
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	[illegible]	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Custos Defensivos Jurídicos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]
OUTRAS RECEITAS (PARTICIPAIS)	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]	-	-
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Resultado Financeiro	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]
Resultado Financeiro	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]
Lucro Operacional	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]
Resultado Não Operacional	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	-	-	[illegible]
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]
Imposto de Renda e Contribuição Social	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	[illegible]
Participação Minoritária	-	-	-	[illegible]	-	-	[illegible]	-	-	-	-	-	[illegible]
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

Lucro do Período

A CEMIG apresentou, no período de janeiro a setembro de 2008, um lucro líquido consolidado de R$1.605.794, em comparação ao lucro líquido consolidado de R$1.468.758 no mesmo período de 2007, um aumento de 9,33%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 8,29% na receita líquida e pela variação positiva do resultado financeiro, sendo parcialmente compensado pelo aumento de 9,48% nos custos e despesas operacionais. O resultado financeiro passou de uma despesa líquida de R$161.488 em 2007 para R$17.784 em 2008.

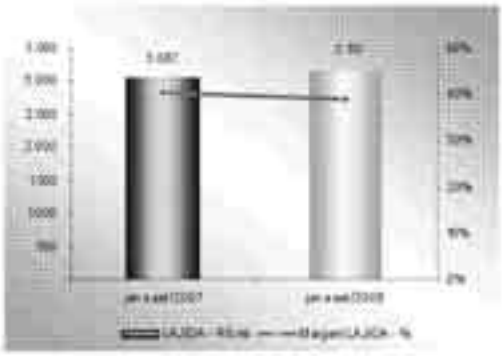
Cabe ressaltar que a Companhia teve um efeito negativo em seu resultado de 2008 em função da revisão tarifária da Cemig Distribuição, cujo impacto médio nas tarifas dos consumidores foi uma redução de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008.

LAJIDA *(metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)*

O LAJIDA da CEMIG no período de janeiro a setembro de 2008 foi de R$3.170.413 comparados a R$3.067.430 no mesmo período do ano anterior, um aumento de 3,36%. Ajustado aos itens não recorrentes o LAJIDA apresenta um aumento de 4,07%.

Em função da revisão tarifária da Cemig Distribuição, a ANEEL incluiu na tarifa a ser aplicada a partir de 8 de abril de 2008 determinados itens financeiros referentes a exercícios anteriores que implicaram no reconhecimento de ativos e passivos regulatórios que estão sendo recebidos e/ou descontados na tarifa a ser recebida dos consumidores no período de 8 de abril de 2008 a 7 de abril de 2009. O impacto no Lajida desse reconhecimento não recorrente dos itens financeiros foi de R$58.533, conforme tabela abaixo:

LAJIDA	30/09/2008	30/09/2007	Var %
Lucro Líquido	1.605.794	1.468.758	9,33
+ Provisão IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	834.692	665.849	25,36
+ Resultado não Operacional	19.243	33.252	(42,13)
+ Resultado Financeiro	17.784	161.488	(88,99)
+ Amortização e Depreciação	542.234	585.294	(7,36)
+ Participação nos Resultados	65.683	63.750	3,03
+ Participação de Minoritários	84.983	89.039	(4,56)
= LAJIDA	**3.170.413**	**3.067.430**	**3,36**
Itens não recorrentes:			
- Revisão Tarifária – Receita Líquida	(62.863)	-	-
+ Revisão Tarifária – Despesa Operacional	4.330	-	-
+ Programa Prêmio de Desligamento - PPD	39.753	-	-
- CVA Energia	-	(29.245)	-
- Reversão de Provisão para contingências - COFINS - Light	-	(40.750)	-
+ Revisão da receita de transmissão - Resolução Homologatória nº 406	-	30.919	-
= LAJIDA AJUSTADO	**3.151.633**	**3.028.354**	**4,07**



O crescimento do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2008 em comparação ao mesmo período de 2007 deve-se, principalmente, ao aumento de 8,29% na receita líquida parcialmente compensado pelo aumento de 11,69% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). O aumento das despesas em 2008 refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 40,26% no período de janeiro a setembro de 2007 para 38,97% em 2008.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$10.316.243 no período de janeiro a setembro de 2008 em comparação a R$9.785.218 no mesmo período de 2007, um aumento de 5,43%.

Este resultado decorreu basicamente dos seguintes fatores, no que se refere a venda para consumidores finais:

- Reajuste tarifário na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 5,16%, a partir de 8 de abril de 2007 (efeito integral em 2008);
- Reposicionamento tarifário na Cemig Distribuição cujo impacto médio nas tarifas dos consumidores foi uma redução de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008;
- Aumento de 6,45% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio).
- Reconhecimento de receita não recorrente referente a itens financeiros de anos anteriores que foram incluídos na tarifa da Cemig Distribuição, o que implicou na constituição de ativos regulatórios no valor bruto de R$67.194.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)
(Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	30/09/08	30/09/07	Var %
Residencial	6.732.469	6.498.148	3,61
Industrial	19.647.290	18.165.879	8,15
Comércio, Serviços e Outros	4.347.312	4.112.500	5,71
Rural	1.679.417	1.568.252	7,09
Poder Público	762.292	715.241	6,58
Iluminação Pública	914.760	911.782	0,33
Serviço Público	1.001.258	985.928	1,55
Total	**35.084.818**	**32.957.730**	**6,45**

O aumento de 3,61% no fornecimento da classe residencial, deve-se principalmente ao aumento de 3,35% no número de consumidores faturados e à influência positiva de variáveis econômicas relacionadas com o comportamento das famílias (melhoria do mercado de trabalho, elevação da massa salarial, facilidade de crédito para pessoa física com alongamento nos prazos de financiamento e crescimento das vendas do comércio varejista).

Na classe comercial, além do aumento de 2,19% no número de consumidores, o melhor desempenho do comércio varejista, alojamento e alimentação, serviços de comunicação, instituições financeiras, saúde e comércio atacadista, contribuíram para o aumento da receita no período de janeiro a setembro de 2008 em relação ao mesmo período de 2007.

Na classe industrial o melhor desempenho da indústria propiciou um aumento de 10,9% no consumo do segmento cativo. Além disso, um aumento no fornecimento cativo para alguns clientes parcialmente livres (clientes híbridos) e o aumento de 2,17% no número de consumidores, impactou no crescimento da quantidade de energia fornecida a essa classe de consumidores e conseqüentemente para o aumento da receita em 2008.

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R$994.871 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$882.404 no mesmo período de 2007. Este resultado decorre basicamente do aumento do preço da energia uma vez que a quantidade negociada apresentou uma redução de 15,32% em função, principalmente, da escassez de energia disponível, devido ao menor volume de chuvas em 2008. A quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de 8.419.530 MWh no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a 9.942.896 MWh no mesmo período de 2007.

Receita de uso da rede

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 9,13% correspondente a R$130.363 (R$1.557.916 em 2008 comparados a R$1.427.553 em 2007).

A Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da Cemig Distribuição e Light correspondeu a R$1.027.543 comparados a R$961.839 em 2007, um aumento de 6,83%. Esta receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes do setor elétrico.

Compõem ainda o saldo dessa rubrica as receitas uso da rede básica e de sistema de conexão, que foram de R$530.373 em 2008 em comparação a R$465.714 em 2007, um aumento de 13,88%.

Essa variação deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- a contabilização pela Cemig Geração e Transmissão, em junho de 2007, da redução na receita de uso da rede, no montante de R$30.919, em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, em atendimento a determinações da ANEEL;

- reajuste da receita permitida do segmento de transmissão, em julho de 2008, aumento de 11,80%, resultante do reajuste da receita anual através da aplicação do IGP-M acumulado nos 12 meses anteriores;

- entrada em operação de expansões da rede, com a conseqüente adição de receita pelo Órgão Regulador.

Vide nota explicativa nº 24 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "CVA") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registrados no Ativo Circulante e Não Circulante como despesas antecipadas.

A partir de março de 2008 a Companhia passou a receber na tarifa os valores registrados como ativo da Parcela A. Dessa forma, é transferida para a despesa operacional a parcela dos custos não controláveis que foram efetivamente recebidos na tarifa, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6 , item "b".

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R$4.232.129 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$4.149.123 no mesmo período de 2007, um aumento de 2,00%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R$293.518 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$331.744 no mesmo período de 2007, representando uma redução de 11,52%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a dedução à receita registrada corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R$293.883 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$292.101 no mesmo período de 2007, um aumento de 0,61%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações são diretamente proporcionais à evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no período de janeiro a setembro de 2008 foram de R$5.507.258 comparados a R$5.030.486 no mesmo período de 2007, um aumento de 9,48%. Este resultado decorre principalmente da variação dos custos com compra de energia elétrica, Pessoal, Benefícios Pós-Emprego e Gás Comprado para Revenda. Vide maiores informações na nota explicativa nº 27 das Informações Trimestrais Consolidadas.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no período de janeiro a setembro de 2008 foi de R$822.972 comparados a R$732.573 no mesmo período de 2007, um aumento de 12,34%. Este resultado decorre principalmente dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 5,00% concedido aos empregados em novembro de 2007;
- provisão referente ao Programa Prêmio de Desligamento – PPD, no montante de R$39.753, no período de janeiro a setembro de 2008; e,
- menor transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R$103.280 em 2008 e R$119.759 em 2007).

Energia Elétrica Comprada para Revenda

Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide maiores informações na nota explicativa nº 27 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Deve ainda ser mencionado que parte dos valores recebidos mensalmente pela Companhia para amortização da Parcela "A", tem como efeito o registro da despesa correspondente nesta rubrica, o que representou, no caso da Cemig Distribuição, o valor de R$111.919. Vide maiores comentários na nota explicativa nº 6.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização apresentou uma redução de 7,36% na comparação entre os períodos, R$542.234 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$585.294 no mesmo período de 2007. Esta variação decorre da depreciação das obrigações especiais, a partir de 8 de abril de 2008, data do segundo ciclo da revisão tarifária, conforme explicado em maiores detalhes na nota explicativa nº 32 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R$187.157 no período de janeiro a setembro de 2008, comparados a R$93.210 no mesmo período de 2007, representando um aumento de 100,79%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. O aumento dessa despesa em 2008 decorre basicamente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro de 2007, com a redução das taxas de juros, o que elevou o valor das obrigações atuariais.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R$175.570 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$210.438 no mesmo período de 2007, uma redução de 16,57%. Esta redução decorre principalmente dos seguintes fatores:

- menor provisão para créditos de liquidação duvidosa (R$85.324 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$115.424 no mesmo período de 2007);
- menor provisão para contingências trabalhistas (R$5.838 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$36.032 no mesmo período de 2007);
- menor provisão para processos administrativos da ANEEL em decorrência do valor de R$30.000, registrado em março de 2007. O valor dessa despesa foi de R$5.989 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$32.812 no mesmo período de 2007).

Vide maiores informações na notas explicativas nº 21 e nº 27 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no período de janeiro a setembro de 2008 foi de R$530.621 comparados a R$494.263 no mesmo período de 2007, um aumento de 7,36%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R$167.841 no período de janeiro a setembro de 2008 comparados a R$101.154 no mesmo período de 2007, um aumento de 65,93%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada nos períodos comparados, conseqüência da maior operação das usinas térmicas, clientes da Gasmig, no exercício de 2008. No período de janeiro a setembro de 2008 a quantidade adquirida de gás foi de 665.407.918 m³ comparados a 423.697.911m³ no mesmo período de 2007, um aumento de 57,05%.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado no período de janeiro a setembro de 2008 foi uma despesa financeira líquida de R$17.784 comparada a uma despesa financeira líquida de R$161.488 no mesmo período de 2007, uma variação positiva de R$143.704 entre os dois períodos. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento de R$57.775 na receita de aplicações financeiras em decorrência de maior volume de recursos aplicados em 2008.

- Aumento de 37,39% na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, R$127.098 no período de janeiro a setembro de 2008 em comparação a R$92.506 no mesmo período de 2007. Além de outros atrasos de pagamentos de contas de energia pelos clientes, que impactaram significativamente na variação desta rubrica, no primeiro trimestre de 2008 a Companhia reconheceu uma receita no montante de R$10.516, referente a baixa de contas recebidas de grandes consumidores industriais relacionadas a anos anteriores, cujo valor de principal era consideravelmente inferior ao montante acrescido referente a encargos financeiros.

- Receita Financeira registrada em 2008, no montante de R$82.702, referente a compensação financeira paga pelos acionistas da RME pela renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra dos ativos de geração da Light por um valor pré-acordado. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 28.

- Redução de 56,33% na receita de variação monetária líquida com ativos regulatórios (CVA, Reajuste Tarifário Diferido e Acordo Geral do Setor Elétrico). Em 2008 a receita foi de R$160.371 comparados a R$367.263 em 2007. Esta variação decorre principalmente dos seguintes fatores:

    - menor valor de ativos regulatórios em 2008, tendo em vista a amortização dos principais ativos regulatórios constituídos.

- contabilização, em 2007, da receita financeira adicional no montante de R$99.833, decorrente de critérios de atualização definidos pela ANEEL para o ativo referente às transações com energia livre durante o período do racionamento. Este procedimento não teve impacto sobre o resultado financeiro de 2007 em decorrência da constituição de uma provisão para perdas no mesmo valor. Em função desta provisão constituída em 2007, a conta Provisão para Perda Energia Livre apresentou uma redução de 84,54% (R$24.173 em 2008 comparados a R$156.385 em 2007).

- Receita registrada em 2008 no montante de R$108.090 referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira. Maiores informações na nota explicativa nº 21 das Informações Trimestrais Consolidadas.

- Redução das despesas com CPMF em função da extinção do imposto.

- Perdas líquidas com variações cambiais, líquidas dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, no período de janeiro a setembro de 2008, no montante de R$53.080 em comparação a perdas líquidas de R$23.871 no mesmo período de 2007, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Esta variação decorre principalmente da valorização do dólar frente ao Real em 2008. No período de janeiro a setembro de 2008, o dólar apresentou um aumento de 8,07% comparado a uma redução de 13,99% no mesmo período de 2007. Para parte da dívida em moeda estrangeira a Companhia realizou operações de swap com a substituição da variação do indexador dos contratos, de moeda estrangeira para o CDI.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no período de janeiro a setembro de 2008, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$834.692 em relação ao lucro de R$2.591.152 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,21%. No mesmo período de 2007, a CEMIG apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$665.849 em relação ao lucro de R$2.287.396 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,11%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Foi registrado em junho de 2007 o valor de R$81.924 referente a créditos fiscais extraordinários, reconhecidos pela Light, referentes a exercícios anteriores.

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2008 E 2007

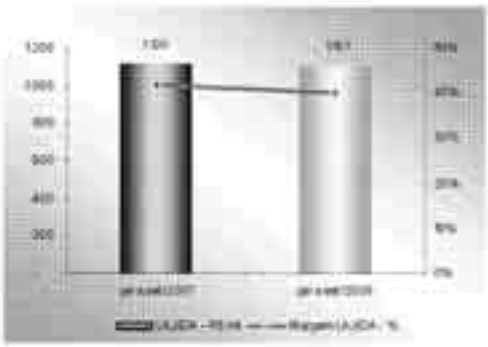
	Terceiro Trim/2008	Terceiro Trim/2007	Var. %
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	3.415.253	3.441.038	(0,75)
Receita de Uso da Rede	544.058	474.451	14,67
Outras Receitas operacionais	164.496	176.506	(6,80)
Receita Operacional Bruta	**4.123.807**	**4.091.995**	**0,78**
Deduções à Receita Operacional	(1.368.973)	(1.427.004)	(4,07)
Receita Operacional Liquida	**2.754.834**	**2.664.991**	**3,37**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal, Administradores e Conselheiros	(245.110)	(239.051)	2,53
Obrigações Pós-Emprego	(61.645)	(32.947)	87,10
Materiais	(22.075)	(22.641)	(2,50)
Matéria prima	(23.478)	(44.768)	(47,56)
Serviços de Terceiros	(172.553)	(164.835)	4,68
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(725.668)	(698.133)	3,94
Depreciação e Amortização	(170.378)	(206.562)	(17,52)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(33.561)	(29.774)	12,72
Provisões Operacionais	(51.673)	(53.680)	(3,72)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(174.946)	(166.145)	5,30
Gás Comprado para Revenda	(57.339)	(38.973)	47,12
Outras Despesas Operacionais Liquidas	(85.752)	(53.757)	59,52
	(1.824.378)	**(1.751.466)**	**4,16**
Lucro Operacional	**930.456**	**913.525**	**1,85**
RESULTADO FINANCEIRO	(122.947)	(38.313)	220,90
Lucro Operacional	**807.511**	**875.212**	**(7,74)**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**(10.862)**	**(13.956)**	**(22,17)**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**796.649**	**861.256**	**(7,50)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(300.144)	(603.055)	(50,23)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	66.252	324.691	(79,60)
Participações nos Resultados	(21.716)	(21.406)	1,45
Participações Minoritárias	(24.804)	(14.357)	72,77
Lucro Liquido do Periodo	**516.237**	**547.129**	**(5,65)**

Lucro do Trimestre

A CEMIG apresentou, no terceiro trimestre de 2008, um lucro líquido de R$516.237, em comparação ao lucro líquido de R$547.129 no terceiro trimestre de 2007, uma redução de 5,65%. Este resultado deve-se basicamente ao resultado financeiro em 2008, que foi uma despesa financeira líquida de R$122.947 em comparação a uma despesa financeira líquida de R$38.313 em 2007.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

LAJIDA - R$ mil	Terceiro Trim/08	Terceiro Trim/07	Var %
Lucro Líquido	516.237	547.129	(5,65)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	233.892	278.364	(15,98)
+ Participações nos Resultados	21.718	21.406	1,45
+ Resultado não Operacional	10.862	13.956	(22,17)
- Resultado Financeiro	122.947	38.313	220,90
+ Amortização e Depreciação	170.378	206.562	(17,52)
Participações de Minoritários	24.604	14.357	72,77
LAJIDA	**1.100.836**	**1.120.087**	**(1,72)**



A redução do LAJIDA no terceiro trimestre de 2008 em comparação ao mesmo período de 2007 deve-se, principalmente ao aumento de 7,06% nas despesas operacionais (excluídos os efeitos da depreciação e amortização), parcialmente compensado pelo aumento de 3,37% na receita operacional líquida. O aumento das despesas no terceiro trimestre de 2008 refletiu-se na Margem do LAJIDA que passou de 42,03% em 2007 para 39,96% em 2008.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)			R$		
	Terceiro Trim/08	Terceiro Trim/07	Var. %	Terceiro Trim/08	Terceiro Trim/07	Var. %
Residencial	2.234.575	2.093.084	6,76	978.993	1.079.747	(9,33)
Industrial	7.155.562	6.327.700	13,08	1.024.790	906.683	13,03
Comércio, Serviços e Outros	1.406.091	1.297.498	8,37	581.374	598.879	(2,92)
Rural	718.582	634.709	13,21	159.262	168.053	(5,23)
Poder Público	251.697	231.092	8,92	103.337	96.444	7,15
Iluminação Pública	303.372	298.750	1,55	69.847	81.825	(14,64)
Serviço Público	316.634	335.388	(5,59)	88.985	97.374	(8,62)
Sub-Total	**12.386.513**	**11.218.221**	**10,41**	**3.006.588**	**3.029.004**	**(0,74)**
Consumo Próprio	12.444	12.435	0,07	-	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	(6.493)	30.542	(121,26)
Fornecimento Não Faturado - Ativo Regulatório	-	-	-	(36.807)	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	79.567	23.023	241,25
	12.398.957	**11.230.656**	**10,40**	**3.039.855**	**3.082.569**	**(1,39)**
Suprimento a outras concessionárias	2.856.010	3.539.804	(19,32)	432.298	338.827	27,59
Transações com Energia na CCEE	-	-	-	(56.900)	19.642	-
Total	**15.254.967**	**14.770.460**	**3,28**	**3.415.253**	**3.441.038**	**(0,75)**

(*) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$3.415.253 no terceiro trimestre de 2008 em comparação a R$3.441.038 no terceiro trimestre de 2007, representando uma redução de 0,75%.

Os principais impactos na receita de 2008 decorreram dos seguintes fatores:

- Redução na tarifa da Cemig Distribuição com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008;
- Reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 5,16%, a partir de 8 de abril de 2007(efeito integral em 2008);
- Aumento de 10,41% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio).

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R$375.398 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R$358.469 no terceiro trimestre de 2007, um aumento de 4,72%. Este resultado decorre basicamente do aumento da tarifa média uma vez que a quantidade de energia negociada apresentou uma redução de 19,32% (2.856.010 MWh no terceiro trimestre de 2008 comparados a 3.539.804 MWh no terceiro trimestre de 2007.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se à TUSD advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida e também da receita de uso da rede básica de transmissão da Cemig GT, e apresentou um aumento de 14,67% nos trimestres comparados (R$544.058 no terceiro trimestre de 2008 em comparação a R$474.451 no terceiro trimestre de 2007).

Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "CVA") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registrados no ativo ou passivo.

Deduções à receita operacional

	Terceiro Tri/08	Terceiro Tri/07	Var %
ICMS	742.988	754.427	(1,52)
COFINS	291.219	340.246	(14,41)
PIS-PASEP	56.780	72.411	(21,59)
ISSQN	1.154	244	372,95
	1.092.141	**1.167.328**	**(6,44)**
Reserva Global de Reversão – RGR	46.807	40.628	15,21
Programa de Eficiência Energética – PEE	9.217	9.527	(3,25)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	97.182	98.042	(0,88)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	106.035	87.148	21,67
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	7.022	7.132	(1,54)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	7.057	6.202	13,79
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	3.522	3.767	(6,50)
Encargos de Capacidade Emergencial	(10)	7.230	(100,14)
	276.832	**259.676**	**6,61**
	1.368.973	**1.427.004**	**(4,07)**

As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R$106.035 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R$87.148 no terceiro trimestre de 2007, representando um aumento de 21,67%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a dedução à receita registrada corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R$97.182 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R$98.042 no terceiro trimestre de 2007, uma redução de 0,88%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações são diretamente proporcionais à evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R$1.824.376 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R$1.751.466 no terceiro trimestre de 2007, representando uma redução de 4,16%.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no terceiro trimestre de 2008 foi de R$245.110 comparados a R$239.051 no terceiro trimestre de 2007, um aumento de 2,53%. Este resultado decorre do reajuste salarial de 5,00% concedido aos empregados em novembro de 2007, parcialmente compensado pela maior transferência de custos para as obras em andamento (R$49.329 em 2008 e R$43.062 em 2007).

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$725.666 no terceiro trimestre de 2008, comparados a R$698.133 no terceiro trimestre de 2007, representando um aumento de 3,94%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização foi de R$170.378 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R$206.562 no terceiro trimestre de 2007, representando uma redução de 17,52%. Este resultado decorre da depreciação das obrigações especiais, a partir de 8 de abril de 2008, data do segundo ciclo da revisão tarifária, conforme mudança na regra contábil estabelecida pela ANEEL.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R$61.645 no terceiro trimestre de 2008, comparados a R$32.947 no terceiro trimestre de 2007, representando um aumento de 87,10%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. O aumento dessa despesa em 2008 decorre basicamente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro/07, com a redução das taxas de juros, o que elevou o valor das obrigações atuariais.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais não apresentaram variação expressiva entre os períodos comparados (R$51.873 no terceiro trimestre de 2008 comparados a R$53.880 no terceiro trimestre de 2007). As principais variações ocorreram na Provisão para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis (provisão de R$8.467 no terceiro trimestre de 2008 comparados a uma reversão de provisão de R$8.982 no terceiro trimestre de 2007) e na Provisão para Ações Cíveis – Majoração Tarifária (provisão de R$4.809 no terceiro trimestre de 2008 comparados a provisão de R$19.227 no terceiro trimestre de 2007).

Receitas (Despesas) Financeiras

	Terceiro Trim/08	Terceiro Trim/07	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	79.137	48.223	64,11
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	28.578	42.456	(32,69)
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	70.830	71.222	(0,55)
Variação Monetária da CVA	11.571	8.368	37,96
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	21.090	63.539	(66,82)
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	14.372	43.477	(66,94)
Variações Cambiais	(13.749)	40.461	(133,98)
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(10.392)	13.372	(177,71)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	(4.812)	824	(683,96)
Ajuste a Valor Presente	12.419	-	-
Outras	36.736	41.995	(12,52)
	245.770	373.959	(34,28)
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(245.599)	(241.516)	1,69
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	5.997	(17.153)	(134,96)
Variação Monetária – CCEE	-	10.497	
Variação Monetária da CVA	(7.900)	(7.470)	5,76
Variações Cambiais	(55.482)	(14.043)	295,09
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(21.660)	(15.212)	42,39
C.P.M.F	627	(20.916)	(103,00)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre – atualização	(769)	(19.456)	(96,04)
Ajuste a Valor Presente	(18.233)	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	19.204	(43.022)	(144,64)
Outras	(44.882)	(43.981)	2,05
	(368.717)	(412.272)	(10,56)
	(122.947)	**(38.313)**	**220,90**

Ocorreu uma variação expressiva no resultado financeiro na comparação entre os dois períodos. Os principais fatores que explicam a variação são como segue:

- Aumento de R$30.914 na receita de aplicações financeiras em decorrência de maior volume de recursos aplicados em 2008.

- Redução de 66,82% na receita líquida com ativos regulatórios (CVA, Reajuste Tarifário Diferido e Acordo Geral do Setor Elétrico). No terceiro trimestre de 2008 a receita foi de R$45.120 comparados a R$101.278 no terceiro trimestre de 2007. Esta variação decorre principalmente do menor valor de ativos regulatórios em 2008, tendo em vista a amortização dos principais ativos regulatórios constituídos.

- Redução de R$20.289 na despesa com CPMF em função da extinção do imposto.

- Perdas líquidas com variações cambiais, líquidas dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, no terceiro trimestre de 2008, no montante de R$54.839 em comparação a perdas líquidas de R$15.780 no terceiro trimestre de 2007, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Esta variação deve-se principalmente a alta valorização do dólar no terceiro trimestre de 2008. No terceiro trimestre de 2008 o dólar apresentou um aumento de 20,25% comparado a uma redução de 4,53% no terceiro trimestre de 2007. Para parte da dívida em moeda estrangeira a Companhia realizou operações de swap com a substituição da variação do indexador dos contratos, de moeda estrangeira para o CDI.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no terceiro trimestre de 2008, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$233.892 em relação ao lucro de R$796.649, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,36%. No terceiro trimestre de 2007, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$278.364 em relação ao lucro de R$861.256, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,32%.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

Relações com Investidores

Nos nove meses de 2008, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercados nacional e global de capitais como a empresa líder da sua indústria.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor nos nossos papéis.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em 42 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; road shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos em maio, pelo 13º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Araxá, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia. O encontro incluiu uma visita técnica à Usina Hidrelétrica de Nova Ponte.

Nos nove meses de 2008 o reconhecimento da nosso política, de expandir o mercado investidor da Cemig e ampliar a nossa base de acionistas, pôde ser verificado através das recomendações feitas aos nossos papéis, e no crescimento de 8% no nosso valor de mercado que atingiu a R$ 17,3 bilhões em 30 de setembro representando o 2º lugar no setor elétrico brasileiro.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, eqüidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

As ações preferenciais ("CMIG4") e ordinárias ("CMIG3") da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN ("CIG") e ON ("CIG.C"), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais ("XCMIG") listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA (Lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização);

- relação consolidada de endividamento medida por "dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)", limitada a 40%;

- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA(Lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização);

- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA(Lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização);

- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;

- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por "dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)", limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Em relação ao acordo de acionistas, assinado em 1997 entre o Governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Participações Ltda. – SEB, este se encontra suspenso judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na Justiça Federal.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração já se reuniu 16 vezes durante o ano de 2008 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual Conselho de Administração foi eleito em 25 de abril de 2008, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações. Dos atuais 14 integrantes efetivos, oito foram eleitos pelo acionista Estado de Minas Gerais, cinco pela acionista Southern Electric Brasil Participações Ltda. – SEB, e um pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembléia Geral Ordinária a se realizar em 2009.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R$ 5 milhões;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Desde 2006, existem comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê Financeiro; e,
6. Comitê de Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: www.cemig.com.br.

Uma relação com os nomes de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem Diretoria e Conselhos.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por sete membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembléia Geral Ordinária de 2009.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: www.cemig.com.br .

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como :

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R$ 5 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. No ano de 2008, já foram realizadas 47 reuniões.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem "Diretoria e Conselhos".

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2008, já foram realizadas 09 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: www.cemig.com.br .

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: www.cemig.com.br .

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, conforme parecer do auditor independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do "Public Company Accounting Oversight Board" - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Foi estabelecido um link entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, nas demonstrações financeiras do exercício de 2007, bem como validado, com o novo auditor independente, KPMG Auditores Independentes, o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa, Atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis, Comitê de Controle e Gestão, etc.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (*www.cemig.infoinvest.com.br/Governança Corporativa/Princípios Éticos*), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da "Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional", incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17°/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: *http://cemig.infoinvest.com.br*.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30.09.2008

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS (mil)	%	AÇÕES PREFERENCIAIS (mil)	%	TOTAL DE AÇÕES (mil)	%
Estado de Minas Gerais	110.540.576	50,96	-	-	110.540.576	22,27
Outras Entidades do Estado	29.236	0,01	4.974.466	1,78	5.003.702	1,00
Total Controlador	110.569.812	50,97	4.974.466	1,78	115.544.278	23,27
Southern Electric Brasil Part. Ltda.	71.506.613	32,96	-	-	71.506.613	14,41

QUOTISTAS DA SOUTHERN ELECTRIC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. EM 30.09.2008

Item	Nome	Quantidade de Quotas (unidades)	%
1	Cayman Energy Traders	321.480.876	91,75
2	524 Participações S/A	28.913.419	8,25

1 – Companhia estrangeira
2 – Companhia aberta, sendo que o Fundo Opportunity Alfa FIA detém 99,99% do seu capital.

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

	30.09.2008		30.09.2007	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	110.569.812	4.974.486	108.377.571	5.329.764
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Alexandre Heringer Lisboa	1	-	1	-
André Araújo Filho	1	-	-	-
Andréa Leandro Silva	6	-	6	-
Antônio Adriano Silva	1	-	1	-
Britaldo Pedrosa Soares	1	-	-	-
Clarice Silva Assis	1	-	-	-
Djalma Bastos de Morais	-	40	-	40
Eduardo Lery Vieira	1	-	1	-
Evandro Vega Negrão de Lima	6.120	-	5.999	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	309	-	303
Francelino Pereira dos Santos	1	-	1	-
Franklin Moreira Gonçalves	1	-	1	-
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	1	-

	30.09.2008		30.09.2007	
	ON	PN	ON	PN
Guy Maria Villela Paschoal	8	-	-	-
Jeffery Atwood Safford	1	-	-	-
João Camilo Penna	1	150	-	-
José Castelo Branco da Cruz	1	-	-	-
Lauro Sergio Vasconcelos David	1	-	1	-
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	1	-	1	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim	1	-	1	-
Maria Estela Kubitschek Lopes	1	-	1	-
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	71	1	-	-
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur	102	-	-	-
Thomas Anthony Tribone	1	-	-	-
Wilton de Medeiros Daher	1	-	2	-

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30.09.2008		30.09.2007	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA				
Djalma Bastos de Morais	-	40	-	40
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	1	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	309	-	303
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	-
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
Luiz Fernando Rolla	4	-	1	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
CONSELHO FISCAL				
Altomar Silva Lima	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Benedito José Ferreira	-	-	-	-
Celene Carvalho de Jesus	-	-	-	-
Leonardo Guimarães Pinto	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Luiz Otávio Nunes West	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO
(EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS) (*)

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
30.09.2008	106.376.485	49,04	279.165.731	99,92	385.542.216	77,68
30.09.2007	104.238.883	49,03	268.300.820	97,98	372.539.703	76,58

(*) As alterações nas quantidades de ações foram decorrentes dos eventos societários ocorridos no exercício de 2008

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Ao
Conselho de Administração da
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado e de fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº 469/08.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 2, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº. 11.638, com vigência a partir de 1º. de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução CVM nº 469/08, facultou a não-aplicação de todas as disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais (ITR). Assim, as informações contábeis contidas nas ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2008 foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 31 às Informações Trimestrais - ITR, em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão da controlada Cemig Distribuição S.A., a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Cemig Distribuição S.A. em – 12,24% a ser aplicado para o período a partir de 08 de abril de 2008. Possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia e de sua controlada em períodos subseqüentes.

6. Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs. 7, 16 e 21, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de setembro de 2008, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

10 de novembro de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

Emissora

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Avenida Barbacena, nº 1.200, Ala B1 12º andar, 30190-131
Belo Horizonte - MG

Garantidora

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

Avenida Barbacena, nº 1.200, 30190-131
Belo Horizonte - MG

Coordenador Líder da Oferta

BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, 20031-080
Rio de Janeiro - RJ

Consultor Jurídico da Oferta

SOUZA, CESCON, BARRIEU E FLESCH ADVOGADOS

Praia de Botafogo, nº 228, 11º andar, 22250-040
Rio de Janeiro - RJ

Auditor

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Paraíba, nº 1.122, 13º andar, Funcionários, 30130-918
Belo Horizonte - MG